

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)

José Miguel de Jesus Teodoro

Doutoramento em História. Especialidade de História Contemporânea.

Volume 1

2013

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)

José Miguel de Jesus Teodoro

Doutoramento em História. Especialidade de História Contemporânea.

Volume 1

2013

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras

Departamento de História



A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)

José Miguel de Jesus Teodoro

Tese orientada pelo Prof. Doutor António Pires Ventura, especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor em História, especialidade de História Contemporânea.

Volume 1

2013

A Joana Lima Teodoro,
para quem passa o testemunho.

RESUMO

Este documento dá conta dos resultados do trabalho de investigação sobre a Confederação Geral do Trabalho (CGT), o organismo de cúpula do sindicalismo português, nos anos de 1919 a 1927. Formada em 1919, no II Congresso Operário Nacional de Coimbra, foi determinada a sua dissolução pelas autoridades após a tentativa de golpe de estado de Fevereiro de 1927.

Apresentam-se os antecedentes imediatos da organização, o modelo organizativo que adoptou, o funcionamento dos principais órgãos confederais e a relação com os organismos confederados, o essencial da vida interna destes e a sua participação na actividade confederal; identificam-se organismos, militantes e activistas de referência, a geografia do sindicalismo português, o papel determinante do jornal *A Batalha*, e os principais eventos, como os três congressos nacionais de sindicatos. Surpreende-se o ambiente social e laboral no país, as principais determinantes da acção sindical e confederal, a militância e a participação; mas também as insuficiências e dificuldades, a repressão e os seus efeitos, os grandes temas fracturantes – as Internacionais sindicalistas, a orientação do sindicalismo (libertário, à margem dos partidos políticos ou irmanado com o Partido Comunista), a táctica sindical e a capacidade e autosuficiência do sindicalismo, ou a participação da CGT em acções e estruturas frentistas unitárias defendidas pelos sindicalistas comunistas. Analisam-se pontos críticos da organização, como a escassez de recursos humanos e financeiros, a redução do efectivo sindicalizado, e apresentam-se momentos graves da organização – a atitude face ao “18 de Abril” e ao “28 de Maio”, o confronto interno entre militantes/activistas sindicais das sensibilidades anarquista e comunista, a expulsão de dirigentes sindicalistas comunistas da CGT em 1921, a saída de sindicatos importantes em 1925, a crise protagonizada por Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa em 1926, que levou várias Federações a abandonar a organização, o “3-7 de Fevereiro de 1927”.

PALAVRAS-CHAVE: Confederação Geral do Trabalho; Sindicalismo em Portugal; C.G.T.; I República Portuguesa; Sindicalismo revolucionário.

ABSTRACT

This document presents the results of a research work on the Confederação Geral do Trabalho (CGT), the top organism the Portuguese trade unionism in the years 1919-1927. Founded in 1919, on the II National Labour Congress in Coimbra, authorities determined its dissolution following the attempted of the coup d'etat of February 1927.

CGT's antecedents, it's organizational model, organs and the relationship with the confederate organisms, their inner life and their participation in confederal activities, are presented; organizations, main activists and militants, the geography of the Portuguese trade unionism, the important role played by the newspaper *A Batalha*, and major events, with emphasis on the three national trade union congress, are identified.

The social and labor environment, the main determinants of trade union action, militancy and participation are observed; but also the shortcomings and difficulties, repression and its effects, the major divisive issues – international affiliation, the orientation of syndicalism (libertarian, on the sidelines of the political parties or world joined together with the Communist Party), union tactics and the self-sufficiency of unionism, or the participation of the CGT in activities and frontist unit structures defended by communist trade unionists militants. Furthermore, several critical points of the organization, such as the shortage of human and financial resources and the reduction of the workers unionized are analyzed. In addition to this, serious moments of the organization are presented in detail - the attitude towards the "April 18, 1925" and "May 28, 1926" military coups, the internal conflict between union militants / activists of anarchist and communist sensibilities, the expulsion of communist CGT union leaders in 1921, the output of major trade unions in 1925, the crisis starring Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa in 1926, which took several Federations to leave the organization, the "3-7 February 1927."

KEYWORDS: Confederação Geral do Trabalho; Trade Unionism-Portugal; C.G.T.; Portuguese I Republic 1910-1926; Revolucionary trade-unionism.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - DA UNIÃO DE SINDICATOS OPERÁRIOS À CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO	33
1. A UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL (1914-1919)	34
2. ANTES DE COIMBRA – O ANO DE 1919	43
2.1. <i>A Batalha</i> e a “Casa dos Trabalhadores”	45
2.2. A frente da sobrevivência e dos direitos	48
2.3. A frente organizativa	53
3. O II CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL DE COIMBRA E A CRIAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO	60
3.1. Ainda a greve geral de Novembro de 1918 e a preparação do Congresso Nacional	60
3.2. Os documentos a discutir	63
3.3. A representação no Congresso	73
3.4. O Congresso de Coimbra	83
CAPÍTULO II – NO ESPÍRITO DE COIMBRA – EM PAZ, DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE AOS SINDICATOS ÚNICOS	93
1. DO CONGRESSO DE COIMBRA À PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO CONFEDERAL	93
1.1. Tarefas imediatas e acções de organização	94
1.2. A agitação social e laboral	99
1.3. Novo ano, problemas e processos velhos	105
1.4. A organização – novos organismos, velhos e novos desafios	114
2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO CONFEDERAL E A PERSPECTIVA DE UM NOVO CICLO	125

2.1. A representação no Conselho Confederal	125
2.2. O relatório do Comité Confederal e a 1ª reunião do Conselho em 5 sessões e 45 dias	127
2.3. A movimentação laboral e suas motivações	132
2.4. A actividade do Conselho e a dinâmica da organização	138
2.5. Para uma “nova táctica sindical”, a necessidade de uma organização extra-sindical	150
 CAPÍTULO III – SOB O SIGNO DA DISCÓRDIA: DO FRACASSO DA LIGA OPERÁRIA DE EXPROPRIAÇÃO ECONÓMICA À CRISE DA "NOTA ANTI-MANIFESTO DO PCP"	157
1. A AGITAÇÃO SOCIAL E LABORAL, SOB O SIGNO DA “GUARDA”	157
1.1. Organização e actividade	166
2. O PRIMEIRO CHOQUE SÉRIO ENTRE SINDICALISTAS ANARQUISTAS E SINDICALISTAS COMUNISTAS	179
2.1. A CGT, a questão internacional e o “Manifesto do PCP”	182
2.2. A “Nota anti-Manifesto do PCP” e os confrontos na Confederação	185
2.3. O delegado da CGT à Rússia e a reposição da questão internacional	196
 CAPÍTULO IV - O APROFUNDAMENTO DAS DISCÓRDIAS E A CONSAGRAÇÃO DA DIVISÃO OPERÁRIA NO CONGRESSO DA COVILHÃ	201
1. ESTABILIDADE NO GOVERNO, REPRESSÃO NA RUA, A CARESTIA E A DEFESA DO PÃO POLÍTICO	201
2. A ORGANIZAÇÃO – AVANÇOS, RECUOS E UMA CERTA CRISE INSTALADA	213
2.1. Dinâmica organizativa e actividade	213
2.2. A evolução das divergências e novas clivagens na casa sindical	226
2.3. A difícil questão internacional	235
3. O III CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL E A ANIQUILAÇÃO DO ESPÍRITO DE COIMBRA	238
3.1. A preparação do Congresso da Covilhã	238

3.2. Os documentos em discussão	246
3.3. A representação	256
3.4. O Congresso	259
3.5. Balanço do Congresso da Covilhã	266
CAPÍTULO V – DO CONGRESSO DA DIVISÃO OPERÁRIA À QUEDA DA DIRECÇÃO ELEITA NA COVILHÃ	269
1. A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL E LABORAL E O FIM DO PÃO POLÍTICO	269
2. A MARCHA DA ORGANIZAÇÃO	278
2.1. As tarefas trazidas da Covilhã e outras urgentes – a descentralização da propaganda e do funcionamento do Comité Confederal	286
3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – AIT, CNT, ISV	293
3.1. A CGT membro-fundador da AIT e o referendo de adesão	293
3.2. O projecto da Confederação sindical ibérica	304
3.3. O combate aos Núcleos Sindicalistas comunistas	305
4. MAIS PROBLEMAS NA CASA CONFEDERAL – A SUBSTITUIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E A RECOMPOSIÇÃO DO COMITÉ CONFEDERAL	308
CAPÍTULO VI – ENTRE A RECOMPOSIÇÃO DO COMITÉ E O "18 DE ABRIL"	319
1. CONTRA A DITADURA, A REPRESSÃO E A ORGANIZAÇÃO PATRONAL, PELA PROMOÇÃO DO EMPREGO	320
2. UM DESEJADO «PRENÚNCIO DE RESSURGIMENTO» NA FRENTE ORGANIZATIVA	329
3. NA PERSPECTIVA DA LEGALIZAÇÃO	357
4. FACE À ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDÁRIOS DA ISV	359
CAPÍTULO VII – O ANO TRÁGICO DE 1925	364
1. SOB A AMEAÇA DE DITADURA, A CGT E AS ESQUERDAS	367
2. A CGT E O "18 DE ABRIL"	373
2.1. De Abril a Setembro de 1925 – o recrudescimento da repressão	380

2.2. A cisão na CGT	384
3. A ORGANIZAÇÃO CEGETISTA, DINÂMICA APESAR DE UM SIGNIFICATIVO DESGASTE	389
3.1. A movimentação social – o emprego, a organização patronal, e os presos e deportados	389
4. A FRENTE ORGANIZATIVA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	405
5. O CONGRESSO DE SANTARÉM	410
5.1. Os documentos em discussão	411
5.2. A representação	421
5.3. O Congresso, sessão a sessão	422
5.4. Balanço do Congresso de Santarém	432
CAPÍTULO VIII – MAIS ROMBOS NA GRANDE NAVE - OS ANOS DO FIM	435
1. DE SANTARÉM AO “28 DE MAIO”	435
1.1. A organização	441
1.2. Uma nova crise grave na CGT nas vésperas do “28 de Maio”	452
2. O “28 DE MAIO”	456
2.1. Uma leitura sobre a atitude da CGT no “28 de Maio”	467
3. DE MAIO A MAIO, O ANO DO FIM	471
3.1. O “conflito Arranha-Sousa” e o “conflito das Federações”	471
3.2. A organização no seu ponto mais baixo	490
3.3. Depois da tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927	499
4. EPÍLOGO – UMA HORDA CONTRA A CGT	505
5. E, NO ENTANTO, ELA MOVE-SE	507
CONCLUSÃO	509
FONTES E BIBLIOGRAFIA	535
GLOSSÁRIO	557

APÊNDICE A – CRONOLOGIA	575
APÊNDICE B – A VIDA DO JORNAL “A BATALHA” – 1919-1927	627
APÊNDICE C – COMPOSIÇÃO DO COMITÉ CONFEDERAL DA CGT (1919-1927)	629
APÊNDICE D – ELEMENTOS OPERÁRIOS QUE INTEGRARAM O CONSELHO CONFEDERAL (1919-1927)	633
APÊNDICE E – ORGANISMOS REPRESENTADOS NO CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL DE COIMBRA (1919)	635
APÊNDICE F – ORGANISMOS REPRESENTADOS NO CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL DA COVILHÃ (1922)	643
APÊNDICE G – ORGANISMOS REPRESENTADOS NO CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL DE SANTARÉM (1925)	649
APÊNDICE H – ORGANISMOS SINDICAIS EM 1925, CONFORME O “ALMANAQUE DE A BATALHA PARA 1926”	655
APÊNDICE I – GEOGRAFIA DO SINDICALISMO PORTUGUÊS, 1919-1925	665
APÊNDICE J – GEOGRAFIA DA REPRESENTAÇÃO DIRECTA DA “CENTRAL” NO 1º DE MAIO, 1919-1926	667
APÊNDICE K – EVOLUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E POR CLASSES PROFISSIONAIS DAS GREVES, 1919-1927	669
APÊNDICE L – CONTAS DA CGT, 1919-1925	675
ANEXO A – ESTATUTOS DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO	681
ANEXO B - II CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL (COIMBRA, 1919) - COMISSÃO ORGANIZADORA, REGULAMENTO E ORDEM DE TRABALHOS	701
ANEXO C - II CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL (COIMBRA, 1919) – RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA U.O.N. – 1ª SECÇÃO	703
ANEXO D - II CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL (COIMBRA, 1919) - RELATÓRIO DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA U.O.N. – 2ª SECÇÃO	71
ANEXO E - RELATÓRIO DO CONSELHO JURÍDICO AO CONGRESSO DE COIMBRA (1919)	733
ANEXO F - RELATÓRIO DO COMITÉ CONFEDERAL À 1ª REUNIÃO DO CONSELHO CONFEDERAL (MAIO DE 1920)	737

ANEXO G - III CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL (COVILHÃ, 1922) - COMISSÃO ORGANIZADORA, REGULAMENTO E ORDEM DE TRABALHOS	755
ANEXO H - III CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL (COVILHÃ, 1922) – RELATÓRIO DO COMITÉ CONFEDERAL	759
ANEXO I – CARTA ORGÂNICA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL SINDICALISTA	801
ANEXO J – IV CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL (SANTARÉM, 1925) - COMISSÃO ORGANIZADORA, REGULAMENTO E ORDEM DE TRABALHOS	817
ANEXO K – RELATÓRIO DO COMITÉ CONFEDERAL AO CONGRESSO DE SANTARÉM (1925)	819
ANEXO L – CIRCULAR CONFIDENCIAL DA CGT (NOVEMBRO DE 1927)	863

ABREVIATURAS E SIGLAS

18 DE ABRIL – Tentativa e golpe de estado de 18 de Abril de 1925.

28 DE MAIO – Golpe de estado de 28 de Maio de 1926.

AHS – Arquivo Histórico Social.

AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal.

CAJS – Comité de Assistência Jurídica e Solidariedade.

CEP-ISV – Comité Executivo dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha.

CST – Comissão Sindical do Trabalho.

CGT – Confederação Geral do Trabalho.

CNT – Confederación Nacional del Trabajo.

CON – Congresso Operário Nacional.

ESC – Escudos.

EUR – Euro.

FAP – Federação Anarquista Portuguesa.

FSI – Federação Sindical Internacional.

ISV – Internacional Sindical Vermelha.

LOEE – Liga Operária de Expropriação Económica.

MOSCA – Movimento Social Crítico e Alternativo (Universidade de Évora).

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PISV – Partidários da Internacional Sindical Vermelha.

PCP – Partido Comunista Português.

SNAJS – Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade.

UAP – União Anarquista Portuguesa.

UIE – União dos Interesses Económicos.

UIS – União dos Interesses Sociais.

UON – União Operária Nacional.

USI – União Sindical Internacional.

USO – União de Sindicatos Operários.

INTRODUÇÃO

A Confederação Geral do Trabalho foi a grande organização sindical operária da I República Portuguesa. Nascida em Coimbra, no ano de 1919, foi uma organização, de facto, sem existência legal, ela constituiu um objecto de estudo interessante para muitos historiadores; todavia, faltava-lhe um retrato de corpo inteiro, uma história da organização. Essa lacuna aliás, não constitui grande novidade, pois o mesmo acontece com outras instituições importantes dos anos 10-20 do século passado e com figuras de relevo na vida política e económica, social, cultural e religiosa, que estiveram em posições de topo – incluídas primeiras figuras do Estado – ou que, sem ter estado em posições tais, tiveram papel relevante em instituições, actividades ou contextos específicos, cujas biografias aguardam quem delas determine ocupar-se. Apesar de tudo, com a autoridade que o mundo académico lhe reconhece, escreve o autor do *Guia de História da I República Portuguesa* (pp. 283-284) que «sabe-se mais acerca do operariado do que de qualquer outro grupo [social]» e mais adiante que «também em relação a fontes dispomos, para os operários, de mais elementos do que em relação a quaisquer outros». Seja.

O presente estudo tem por objecto a Confederação Geral do Trabalho e a sua realização constitui para o autor a base para a dissertação com vista à obtenção de doutoramento em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, por sinal a mesma instituição de ensino onde se licenciou (1975-1981).

O objectivo científico deste trabalho foi elaborar, digamos, a biografia detalhada e completa da CGT portuguesa.

Para a sua realização, houve primeiro que definir-lhe o âmbito cronológico, tendo-se assentado em duas datas – 1919, o ano de formação da organização, e 1927, o da sua dissolução por ordem do governo, na sequência do fracasso da tentativa revolucionária empreendida em Fevereiro desse ano, primeiro na forma de encerramento compulsivo das instalações da organização e do seu jornal *A Batalha*, e, meses depois, na destruição física dessas mesmas instalações, acompanhada de vandalização e saque dos respectivos haveres, na versão oficial por “desconhecidos de identidade a apurar”.

As primeiras leituras sobre a organização e as primeiras sessões de trabalho com o orientador evidenciaram para o autor um conjunto de desafios:

Primeiro – identificar a documentação relevante, capaz de constituir a base do estudo, essencialmente a produzida no contexto da actividade da organização, que pudesse complementar a informação publicada no jornal diário *A Batalha*, lançado por alguns elementos da organização operária portuguesa meses antes da constituição da CGT, sendo que este se afigurava, e assim foi, de facto, a principal fonte de informação, sendo que a informação sobre as organizações sindicais, no período em causa, de fontes

oficiais da administração do Estado, de instituições e organizações políticas ou outras, é praticamente inexistente – o *corpus* documental de base acabou por ser constituído pelo diário cegetista e pelo fundo que forma o Arquivo Histórico Social, depositado na Biblioteca Nacional;

Segundo – a centração dos estudos em certas temáticas e em momentos/contextos muito específicos (a relação da CGT com o Partido Comunista, as relações entre o movimento sindical e o anarquismo, os congressos nacionais de Coimbra, 1919, e da Covilhã, 1922, a questão das Internacionais ou a posição da CGT no “28 de Maio”, e sobre alguns protagonistas como Manuel Joaquim de Sousa e Alexandre Vieira), deixando por fazer o levantamento diacrónico da vida e actividade da organização, tendo como consequência o “apagamento” de alguns períodos da vida da organização, de pessoas que nela tiveram acção relevante, de contradições, conflitos e crises internas à CGT e na relação desta com os organismos confederados, e, em última instância a impossibilidade de se compreenderem certos factos e atitudes;

Terceiro – a quase inexistência de informação quantitativa sobre a organização, mesmo em matérias aparentemente inócuas e outras em que a sua elaboração se afiguraria muito simples (e.g. o número dos sindicatos e dos trabalhadores confederados, o número de organismos representados nos congressos nacionais, as receitas e despesas ou as tiragens do jornal), e o que é mais, ainda sobre a mesma questão, a incoerência e instabilidade temporal de alguns números referenciados, tanto por fontes da organização, como por quem se ocupou do estudo desta;

Quarto – muito mais difícil de realizar, de ter ao menos uma aproximação sobre o peso da organização cegetista na organização operária no seu todo, a sua representatividade no universo operário, o seu peso na vida social e política portuguesa;

Quinto – a relação da CGT com o dinheiro, sabendo que este era um meio indispensável para garantir o funcionamento de uma organização como aquela (instalações, material de expediente, salários de activistas, dirigentes e delegados) e condição para iniciativas de festa, de luta, de propaganda ou solidariedade, sabendo-se a dificuldade de lidar com essa questão por parte de organizações apostadas na supressão do capital e do salariado;

Sexto – conseguir perceber a militância, o activismo e a mobilização das bases sindicais, isto é, em última instância, identificar dirigentes e activistas que atingem posições de topo nos organismos confederados, ver como se renova o círculo de poder e que relação ele tem com o resto da estrutura, basicamente se a direcção é de facto a expressão da actividade e da participação na base, tendo em conta a situação concreta de um país macrocéfalo, com comunicações e deslocações difíceis, que se exprimia ainda em termos de Lisboa/”província”;

Sétimo – que ganhou maior relevância quando, após os primeiros contactos exploratórios, se passou à leitura sistemática de *A Batalha*, a ideia de uma transparência inusual, mesmo “excessiva”, da organização, que através do seu jornal veiculava para o exterior alguma informação que deveria ser mais acautelada, havendo que estar de prevenção, ao longo do estudo, em relação a esse “excesso de transparência”, e que comprovar a sua substância e subsistência no tempo.

Foram estes sete pontos/desafios que constituíram o “caderno de encargos” assumido pelo autor, as questões a que havia que dar resposta através da investigação que empreendeu, cujos resultados aqui se apresentam.

As principais fontes utilizadas foram, pois, o jornal *A Batalha*, de que foram lidos os mais de 2.500 números editados entre Fevereiro de 1919 e Maio de 1927, e o fundo documental do Arquivo Histórico Social. Do primeiro, utilizaram-se as duas colecções existentes na Biblioteca Nacional e, esporadicamente, a colecção incompleta da Hemeroteca Municipal; é uma fonte praticamente única e insubstituível de informação sistemática sobre a actividade da Confederação e seus órgãos (Congresso, Conselho Confederal e Comité Confederal) que aparece referenciada e relatada nas suas páginas, com maior ou menor detalhe, sendo que, como se assinalará no texto da tese, durante alguns períodos mais críticos tal informação, designadamente, a das reuniões do Conselho Confederal, estará praticamente ausente, sendo de relevar o facto de por aí passar também informação sobre problemas internos, sejam entre organismos confederados, entre a Confederação e organismos que a integram e mesmo entre a CGT e o seu jornal; pelas suas páginas passam também notícias e relatos da actividade de Sindicatos, Federações e Uniões Locais de Sindicatos – destas, em especial da de Lisboa e, menos, da do Porto – informação sobre as greves e outros conflitos laborais, sobre a repressão governamental e os presos sociais, acções de solidariedade e recolhas de fundos; do Arquivo Histórico Social percorreram-se praticamente todos os fundos, que integram também documentação anterior e posterior ao período em estudo, sendo de salientar o carácter lacunar da informação e, em sentido contrário, a importância de núcleos como o dos Congressos Nacionais e os relativos a alguns organismos e militantes individuais, em alguns casos com informação única (e.g. as contas da CGT relativas ao período de 1919 a 1922) e noutros com informação, designadamente, a correspondência entre organismos e a correspondência entre activistas e militantes que complementa e esclarece situações que, na ausência de tais fundos, resultariam incompreensíveis.

Além destas fontes primárias e dos dois outros títulos da imprensa cegetista – *Renovação* e o Suplemento semanal de *A Batalha*, consultaram-se alguns jornais corporativos, com destaque para *O Construtor*, da Federação da Construção Civil, e *O Arsenalista*, do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército, jornais editados pelo

PCP e pelo Comité Executivo da Internacional Sindical Vermelha, em especial *A Internacional*, bem como jornais diários generalistas de Lisboa e do Porto, como o *Diário de Lisboa*, *A Capital*, *O Mundo*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*, além de alguns periódicos anarquistas, como *Voz Anarquista*, *O Anarquista* e *A Ideia*, e a revista *Seara Nova*.

Recorreu-se também a vários escritos memoriais, de carácter autobiográfico de alguns protagonistas desta história – do operário sapateiro nortenho José Silva (*Memórias dum operário*, 1971, um bom informe sobre o ambiente social e laboral no Porto, no período estudado, sobre a iniciação operária na profissão e no sindicalismo, a relação de um operário da “província” com os organismos centrais e os dirigentes de Lisboa, a militância nos núcleos sindicalistas revolucionários da capital nortenha), do corticeiro José dos Reis Sequeira (*Relembrando e comentando: memória de um operário corticeiro 1914-1938*, publicado em 1978, que entre outros aspectos nos dá um quadro da vida operária e da ambiência dos organismos operários na capital corticeira do Algarve, em Silves, e mais tarde no Norte, num peregrinar operário que o levou a Lamas da Feira, à Galiza e a Lisboa, uma obra complementada pelo depoimento a Edgar Rodrigues, no mesmo ano, em resposta ao inquérito por este promovido entre militantes e activistas operários de filiação anarquista) e os apontamentos de Adriano Botelho, referenciados como *Memórias* (não publicadas, de cerca de 1970), profusamente referenciadas por Edgar Rodrigues nas obras a que se fará referência mais adiante, uma parte (ou a totalidade?) conservadas no Arquivo Histórico Social, que contém informação essencial, alguma única, sobre acontecimentos e pessoas com quem militou na organização operária portuguesa, no Sindicato, Federação e no Conselho e Comité confederais; no mesmo conjunto de fontes, depoimentos de vários militantes e activistas registados por Edgar Rodrigues, em *A Oposição libertária em Portugal, 1939-1974* (João Vieira Alves, sapateiro, Sebastião de Almeida, ferroviário, Mário Ferreira, electricista, Manuel Pessanha, corticeiro, José Correia Pires, corticeiro, Valentim Adolfo João, mineiro, João de Oliveira e Raul Pereira dos Santos, metalúrgicos).

A par destes, temos os testemunhos de cinco pessoas que tiveram papel muito relevante na organização, enquanto militantes confederais e dirigentes cegetistas – Manuel Joaquim de Sousa, Emídio Santana, José Francisco, Mário Castelhana e Alexandre Vieira: do manufactor de calçado Manuel Joaquim de Sousa, o primeiro secretário-geral e que nunca, no período aqui estudado, deixou de ter influência dominante na vida e nas decisões tomadas na CGT, um texto de *Memórias*, não datadas, reproduzido por Edgar Rodrigues na obra citada, o seu *Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo militante*, nas duas edições, de imprensa, em 1975, e em livro, 1989, que esclarece episódios e alguns dos seus correlegionários viram como um documento de auto-justificação e um ajuste de contas, em especial com José Santos

Arranha, e os seus dois outros livros, em que resume a actividade da CGT, apoiado em documentos, que transcreve, com o título comum *O sindicalismo em Portugal*, 1931 e 1974, que por economia expositiva englobamos na mesma categoria de fontes); de Emídio Santana, metalúrgico, dois registos, a entrevista a Luís Salgado de Matos, publicada em 1981 na *Análise Social*, com o título “Lisboa, 1920 – vida sindical e condição operária”, e o seu espólio no Arquivo Histórico Social, que complementam a primeira parte da sua obra *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, 1987, e os muitos documentos, sobretudo manuscritos, que integram o seu espólio depositado no Arquivo Histórico Social); de José Francisco, as quatro obras publicadas sobre a sua biografia e acção de militante sindical e de anarquista (*Episódios da minha vida familiar e de militante confederal*, 1982, *Páginas do historial cegetista*, 1983, e *Recordações de um proletário*, 1985, e, já para além do nosso objecto de estudo, *Últimas áginas: 1986-1987*, de 1987); de Alexandre Vieira, as suas obras *Em volta da minha profissão*, 1950, e *Delegacia a um congresso sindical*, 1960; do último, Mário Castelhana, principalmente o conjunto de manuscritos existentes no seu espólio no Arquivo Histórico Social e a obra póstuma *Quatro anos de deportação*, 1975, sobre o embarque e a sua vida como deportado, em Angola (1927), nos Açores e Madeira (1930-1931), e, na sequência do “31 de Janeiro de 1934”, de novo nos Açores (1934) e, a partir de 1936, no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde virá a falecer em 1940.

Como será verá mais adiante, são raros os estudos sobre organismos sindicais; também não abundam as biografias de activistas e dirigentes do movimento operário; das que foram identificadas, constituindo fontes importantes de informação para este estudo, com o condicionalismo óbvio da diferente valia desses materiais, refiram-se em primeiro lugar as cerca de 160 biografias que Edgar Rodrigues inclui na obra *A Oposição libertária em Portugal-1939-1974*, de 1982, entre as quais de alguns dos principais dirigentes a UON e CGT (Alexandre Vieira, Manuel Joaquim de Sousa, Manuel da Silva Campos, Mário Castelhana, mas não de José Santos Arranha, de responsáveis de *A Batalha*, como Francisco Cristo e José Carlos de Sousa, e outros activistas sindicais como Joaquim de Sousa e Joaquim da Silva, metalúrgicos, José Lopes e João Caldeira, da Construção Civil, Arnaldo Simões Januário, barbeiro, Álvaro da Costa Ramos, da Federação Marítima, Clemente Vieira dos Santos, tipógrafo, António Monteiro, Felisberto Baptista e Jerónimo de Sousa, manufactores de calçado, José Sebastião Cebola e Joaquim José Candieira, rurais, João Humberto Matias, estofador, Miguel Correia, ferroviário, Manuel Figueiredo, empregado no comércio, ou Adriano Botelho; na mesma linha e, para muitos dos biografados, com base na mesma informação, os perfis biográficos de militantes compulsados e disponibilizados, em linha, no âmbito do Projecto MOSCA, com coordenação de João Freire e Paulo Eduardo Guimarães; em duas obras de referência fundamentais – o *Dicionário de*

História do Estado Novo e o *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)* – encontram-se, no primeiro, biografias de Emídio Santana e Manuel Joaquim de Sousa, por João Freire, e de Acácio Tomás de Aquino, Mário Castelhana, Alexandre Vieira e de José de Sousa, todas estas da autoria de João Brito Freire; na segunda, João Freire assina também uma nota biográfica sobre Emídio Santana, assim como entradas sobre a CGT e sobre *A Batalha*. Com o mesmo cariz, refiram-se as biografias desenhadas por Alexandre Vieira em *Figuras gradas do movimento social português*, 1959, que inclui vinte e nove nomes, sendo que, do núcleo dos mais relevantes activistas e militantes sindicais referenciados no presente estudo, encontramos Miguel Correia, Mário Castelhana, João Pedro dos Santos e Perfeito de Carvalho, ao lado de Campos Lima, Adolfo Lima, Neno Vasco, Emílio Costa e outros); Alexandre Vieira assina ainda uma entrada na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* sobre Manuel Joaquim de Sousa, e uma outra sobre a CGT.

Há ainda algumas biografias mais extensas e estruturadas, também utilizadas, como sejam: do compositor tipográfico Alexandre Vieira, dirigente da União Operária Nacional, fundador e redactor principal de *A Batalha*, que foi sempre uma voz importante na vida da CGT, o estudo de António Ventura e Alberto Pedroso (*Alexandre Vieira: 30 anos de sindicalismo em Portugal*, 1985); de Francisco Perfeito de Carvalho, jornalista e dirigente da UON, o primeiro sindicalista português que esteve em contacto directo com a Rússia pós-Revolução, o estudo biográfico de Francisco Canais Rocha – *Perfeito de Carvalho: um sindicalista da I República*, 1989, que também foi biografado por António Ventura (*O primeiro delegado português na União Soviética*, 1977); finalmente, elementos biográficos dispersos de sindicalistas comunistas que estiveram na CGT, recolhidos por José Pacheco Pereira (e.g. sobre Carlos de Araújo, de 2003).

Em matéria de biografias deve evidenciar-se a circunstância de ser escassíssima a informação sobre uma das primeiras figuras do sindicalismo português na CGT, José Santos Arranha, eleito secretário-geral no Congresso da Covilhã (1922).

Neste trabalho de identificação de fontes e estudos foram utilizados como guias, principalmente, os trabalhos de natureza bibliográfica realizados por Luís Salgado de Matos e Maria Filomena Mónica, e por Victor de Sá, sobre a imprensa operária, de 1981 e 1991, respectivamente, e por José Pacheco Pereira, de monografias e seriados sobre o movimento operário português (1981); tiveram-se ainda em conta as indicações críticas de Paulo Eduardo Guimarães sobre a produção historiográfica sobre este tema (*A questão operária na I República: historiografia e memória* (2003).

Entre os estudos de carácter geral sobre o movimento operário português na I República, que foram consultados, em especial os que incidem sobre a década de 1920, e os que se referem especificamente à actividade da CGT, destacam-se antes de mais as obras de César Oliveira *O operariado e a República Democrática, 1910-1914* (1972),

O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português (1975), *O movimento sindical português: a primeira cisão* (1982), *O operariado e a Primeira República, 1910-1924* (1990); a seguir, *O sidonismo e o movimento operário português - lutas de classes em Portugal: 1910-1916* (1977), de António José Telo, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo* (1978), *Elementos para a história do movimento operário em Portugal, 1820-1975*, de Ramiro da Costa (1979) *A República e o movimento operário*, de João Freire (2000), *O operariado e a República divorciada*, de António Ventura (2004) e do mesmo autor *Centenário da República: a República e os movimentos sociais e laborais* (2010), fechando esta secção com uma obra recente, de síntese, de Fernando Rosas – *Porque venceu e porque se perdeu a I República* (2010), em que o autor identifica a rotura da aliança do republicanismo com o operariado como um dos cinco erros capitais determinantes da queda da I República portuguesa.

Há depois um conjunto de estudos produzidos em contexto académico, importantes – o trabalho pioneiro de João Freire, *Anarquistas e operários, ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, tese defendida no ISCTE em 1988, a tese de Paulo Eduardo Guimarães, apresentada em 1994 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com o título *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos dos finais da monarquia ao Estado Novo*, a tese de Rui Brás, defendida no ISCTE, sobre as práticas associativas dos sapateiros de Lisboa, da segunda metade do séc. XIX ao Estado Novo (1995), o estudo biográfico de Francisco Canais Rocha sobre Francisco Perfeito de Carvalho, dissertação de mestrado na Faculdade de Letras de Lisboa (1998), a tese de Maria Filomena Salgado Rocha, sobre o movimento sindical português na transição do sindicalismo livre para os sindicatos nacionais (tese de mestrado defendida na Faculdade de Letras de Lisboa, em 2005), a tese de Joana Dias Pereira (*Sindicalismo Revolucionário, a história de uma Idéa* (FCSH-UNL, 2008), centrada na exposição dos aspectos doutrinários do sindicalismo de filiação anarquista, no período de 1908 a 1922), e, de Augusto Castro Pereira, a tese apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2010, *Operariado no noroeste português (1834-1934): Guimarães e Viana do Castelo*.

Quanto a estudos de carácter local, foram utilizadas obras sobre o movimento operário na Covilhã (estudado por António Rodrigues Assunção – *O movimento operário da Covilhã*, 2006, com principal incidência na indústria têxtil no período de 1890 a 1926), em Loulé (sobre a classe dos sapateiros desde o fim do séc. XIX ao fim da segunda Guerra, por Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, datado de 2011), Setúbal (sobre os conserveiros, sobre a economia, sociedade e cultura operária nos 50 anos que medeiam entre 1880 e 1930, de Maria da Conceição Quintas, edição de 1998), Póvoa de

Varzim (um estudo de Orlando Montenegro sobre a questão operária local na I República, de 1978), Torres Novas (um estudo de Francisco Canais Rocha sobre o movimento operário local no período de 1862 a 1926, editado em 2009), Portimão (Maria João Raminhos Duarte – *Portimão industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, 2003, que inclui capítulos sobre o operariado da indústria de conservas, sua organização e relações com o patronato), um estudo sobre o movimento operário no Algarve nos finais da I República, de João Vasconcelos, 2011, um outro de José Capela sobre o movimento operário em Lourenço Marques, entre 1898 e 1927 (edição de 1977) e finalmente a tese já citada *Operariado no noroeste português (1834-1934) – Guimarães e Viana do Castelo*, 2010), que fornece informação sobre a condição operária e as origens do associativismo na região, as expressões do sindicalismo e correntes de influência sindicalista e anarco-sindicalista em cada uma das duas cidades, por Augusto Castro Pereira, autor de outros estudos sobre o operariado têxtil, condição operária, a imprensa e outros meios de organização e defesa operária, na região do Vale do Ave (*O operariado têxtil em Portugal: uma monografia*, 2006).

Algumas classes profissionais foram já objecto de estudos específicos, basicamente a nível local, salientando-se além dos já referidos operários têxteis, conserveiros e sapateiros, o funcionalismo público, cuja organização sindical na I República foi objecto de um estudo, publicado em 1977, da autoria de Beatriz Ruivo e Eugénio Leitão, os corticeiros de Portalegre, que António Ventura estudou a partir das actas sindicais dos anos de 1910 a 1920 (edição de 1987), e os de Almada no período de 1860 a 1930, estes estudados por Alexandre Flores, em obra editada em 2003, os vidreiros da Marinha Grande, estudados por Maria Filomena Mónica, em 1981, tendo a mesma autora produzido idênticos estudos sobre os metalúrgicos de Lisboa, entre 1830 e 1934, e sobre os chapeleiros portugueses no período de 1870 a 1914, respectivamente em 1982 e 1983, os mineiros alentejanos, a que Paulo Eduardo Guimarães dedicou vários estudos (em 1989, *Indústria, mineiros e sindicatos: universos operários do Baixo Alentejo, dos finais do século XIX à primeira metade do século XX*, e em 2001, *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos, 1858-1938*, a que se junta um pequeno estudo, de 2003, em torno da Federação Mineira e da Federação Metalúrgica), os Bancários de Lisboa e a sua organização sindical desde a implantação da República até 1969, por José Pedro Castanheira (1985), enquanto José Carlos Valente se ocupou do sindicalismo dos jornalistas (*Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses*, 1998) e ainda dois estudos sobre o associativismo do pessoal doméstico e da hotelaria, o primeiro *Empregadas domésticas, mulheres em luta: para a história do serviço doméstico em Portugal, das origens ao fascismo* (1987), de Olegário Paz, e o segundo da autoria de Américo Nunes, sobre o sindicalismo na hotelaria, desde a constituição das primeiras associações de classe, na

última década do séc. XIX, até ao 18 de Janeiro de 1934, com incursões à história da CGT (*Diálogo com a história sindical: Hotelaria – de criados domésticos a trabalhadores assalariados*, 2007).

Além dos referidos, foram também relevantes como fontes de informação estudos consagrados a temas específicos, como: os jornais operários (*A Sementeira*, por João Freire) e *A Batalha*, por Jacinto Baptista – *Surgindo vem ao longe a nova aurora*, 1977, e o já referido artigo de João Freire sobre o diário cegetista, no *Dicionário de História do Estado Novo*, a que se juntam vários escritos de Alexandre Vieira, alguns já referenciados – *Em volta da minha profissão, Para a história do sindicalismo em Portugal* e o *Almanaque de A Batalha para 1926*); a mulher e sua imagem na imprensa operária, em concreto no Suplemento Literário e Ilustrado de *A Batalha*, estudo de Anne Martina Emonts (2001); as Juventudes Sindicalistas (João Freire, 1999, e uma comunicação sobre violência e terrorismo em Portugal nos anos 20, de Filipa Freitas, em 2007, que complementam o artigo de Alexandre Vieira na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*); a CGT e as relações internacionais (em especial, o estudo de James Garner, sobre as relações CGT/CNT (2003), e sobre a Confederação sindical portuguesa no processo de formação da AIT, de R. Pereira); depois, a terminar esta digressão bibliográfica, os estudos sobre três temas/questões muito abordadas: primeira, a luta no campo sindical entre anarquistas e comunistas (destaque para a literatura do campo comunista, especialmente Bento Gonçalves (*Palavras necessárias*, 1973), David de Carvalho (*Os sindicatos e a República burguesa, 1910-1926*, editado em 1977), João G. P. Quintela (*Para a história do movimento comunista em Portugal: I – A construção do partido (1º período 1919-1929)*, de 1976, o texto de Francisco Canais Rocha sobre o movimento sindical português nas vésperas do 28 de Maio, e, basicamente com a mesma orientação, os de Américo Nunes (*Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – vol.1: Das raízes até 1977*, em colaboração, 2011, e o já citado estudo sobre o sindicalismo no serviço doméstico e na hotelaria; com um outro posicionamento, mas ainda sobre o mesmo tema, os estudos de José Pacheco Pereira sobre o Partido Comunista na I República referenciados na bibliografia, e o texto de Paulo Eduardo Guimarães *Cercados e perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal*; segunda, a relação do anarquismo com o sindicalismo, além de escritos diversos da autoria de João Freire, incluindo um pequeno estudo sobre a imprensa libertária, no *Dicionário de História do Estado Novo* (1996), seguiram-se e utilizaram-se basicamente os clássicos de Manuel Joaquim de Sousa e de Alexandre Vieira sobre o sindicalismo português, e dois livros de Edgar Rodrigues – *Os anarquistas e os sindicatos: Portugal, 1911-1922*, e *A resistência anarco-sindicalista à ditadura em Portugal, 1922-1939*, ambos de 1981; terceira e última, objecto de muita polémica, o “28 de Maio” e a atitude da CGT nesse

contexto, sobre o qual muito se escreveu, merecendo-nos relevo, entre o materiais utilizados, a obra póstuma de Manuel Joaquim de Sousa, já referida, *Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo militante*, edição de 1989, as *Memórias...*, de Emídio Santana, a obra de David de Carvalho e outras citadas imediatamente acima a propósito da relação CGT-PCP.

Quanto à metodologia, como já referido, o essencial do trabalho fez-se sobre as duas principais fontes já identificadas, *A Batalha* e o fundo do Arquivo Histórico Social, procedendo-se ao levantamento e registo sistemático dos principais eventos, numa perspectiva diacrónica, incluindo as actividades dos órgãos confederais e dos organismos confederados, ao levantamento e registo de conflitos laborais, designadamente greves, não com o objectivo de elaborar uma lista completa e um estudo global das greves no período em causa – que, de resto, exigiria a fixação de uma tipologia o mais segura possível desse tipo de movimentos, na linha do enunciado por José Manuel Tengarrinha (1981) e o alargamento da pesquisa a outras fontes – mas tão somente para enquadrar e caracterizar os principais movimentos reivindicativos liderados ou simplesmente apoiados pela CGT; simultaneamente elaborou-se uma cronologia sindical no período aqui estudado, partindo dessa mesma documentação, complementada com trabalhos de carácter cronológico disponíveis, de fontes sindicais, de estudos do movimento operário e outras, com destaque para as especificamente dedicadas à da I República portuguesa. Concentrou-se depois a atenção sobre os eventos mais importantes – em primeiro lugar, os Congressos Operários Nacionais de Coimbra, 1919, Covilhã, 1922 e Santarém, 1925, recolhendo dados sobre as respectivas comissões organizadoras, regulamento, teses e outros documentos em discussão, ordem de trabalhos, condições de participação, organismos aderentes e participantes, delegados, curso dos trabalhos, documentos aprovados e principais decisões tomadas, e composição dos órgãos eleitos (um trabalho que se replicou, numa aproximação menos exaustiva, aos congressos corporativos e reuniões inter-sindicais); a seguir, a referenciação da actividade dos órgãos confederais, Comité e Conselho, com base nas tomadas de posição (comunicados emitidos, etc.) e, no que respeita ao segundo, nos elatos das reuniões publicados em *A Batalha*, com base nos quais se procurou também constituir uma lista nominal dos organismos e delegados participantes; em terceiro lugar trabalharam-se especificamente eventos e contextos específicos de tensão e conflitualidade, como os que levaram à expulsão de dirigentes confederais pouco tempo depois da formação do Partido Comunista Português (1921), o conflito longo, na CGT, entre sindicalistas das tendências anarquista e comunista (1921-1927), as movimentações associadas à defesa do pão político (1922-1923), a adesão à AIT (1923), a demissão do Comité liderado por José Santos Arranha (1923), a crise interna a seguir

ao “18 de Abril” de 1925, a CGT e o “28 de Maio”, o “conflito Sousa/Arranha” e a questão das Federações (1926) e a organização depois do 3-7 de Fevereiro de 1927.

Feito esse trabalho, partiu-se para o confronto e sistematização dos dados, voltando às mesmas fontes em caso de inconsistência ou conflito de informação, posto o que se estabeleceu e cumpriu o plano de redacção final da tese, cuja exposição se organiza como segue:

No capítulo *I – Da União de Sindicatos Operários à Confederação Geral do Trabalho* aborda-se o processo de formação da CGT, no Congresso de Coimbra, com uma incursão aos seus antecedentes organizativos – a UON – cuja formação e actividade, por sua vez, é também referenciada; depois, dá-se a conhecer o que foi a organização operária no ano de 1919, com referência às vertentes organizativa e à actividade, evidenciando dois pontos essenciais da sua dinâmica – a o lançamento do jornal *A Batalha* e o lançamento da iniciativa da “Casa dos Trabalhadores”. Posto isto, entra-se no tema do Congresso Nacional, relacionando a sua convocação com a avaliação da greve geral de Novembro de 1918, no consulado sidonista, com uma longa exposição sobre os documentos em discussão no Congresso Nacional, a sua convocação e representação orgânica, completando-a com um relato sucinto e um balanço de resultados das sessões da reunião de Coimbra.

O capítulo *II – No espírito de Coimbra – em paz, das associações de classe aos sindicatos únicos* trata da vida da organização no período que medeia entre o Congresso de Coimbra (Setembro de 1919) e o fim do ano de 1920, onde se trata dos processos organizativos associados à nova organização, compreendendo a montagem dos processos administrativos de produção, distribuição e cobrança das quotas confederais e à dinâmica de constituição de sindicatos únicos, onde se evidenciam diferenças de ritmo, mas também de estratégia, em sectores diferentes, tratando-se também da organização da representação a nível confederal e das dificuldades em pôr a funcionar o Conselho Confederal; descreve-se também a dinâmica social e laboral, a resposta governamental à agitação operária, com referência mais detalhadas a alguns conflitos, em especial a greve ferroviária no quarto trimestre de 1920, a forma como terminou e as feridas que abriu na CGT; a institucionalização da actividade regular do Conselho Confederal é igualmente tratada, bem como a dinâmica organizativa de algumas classes que reúnem congressos nacionais; finalmente, evidencia-se a emergência de questões novas que começam a ser ventiladas, e discutidas, sobre se a organização sindical é solução suficiente para dar satisfação às necessidades do operariado, em termos da modificação do sistema económico e social, ou se deverá ser adoptada uma nova táctica, que passe também pela criação de um organismo extra-sindical, complementar à “central” sindical, em que se anuncia o desafio que será colocado à CGT decorrente da criação do Partido Comunista, a que aquela de certa forma responde com a proposta de

formação de uma organização extra-sindical de sua própria iniciativa e comungando da sua filosofia e princípios.

O capítulo *III – Sob o signo da discórdia: do fracasso da Liga Operária de Expropriação Económica à crise da “Nota anti-Manifesto do PCP”* cobre cronologicamente o ano de 1921, que é dominado pelas ondas de choque sofridas pela CGT na sequência da formação do Partido Comunista, que envolvem expulsões de elementos proeminentes da CGT que integram aquele partido e se propõem integrar a Confederação operária na estratégia daquela formação partidária, no quadro da estratégia definida pela Internacional Comunista, e um longo e duro conflito com a maior das Federações, a da Construção Civil; ali se trata igualmente, a par com a situação social e laboral e o curso das relações do poder com as movimentações populares, a actividade desenvolvida pela organização operária e as realizações em matéria de organização, do episódio da deslocação (secreta) de um delegado da CGT à Rússia, Francisco Perfeito de Carvalho, que no regresso se assume como delegado da Internacional Sindical Vermelha (ISV).

O capítulo seguinte, *IV – O aprofundamento das discórdias e a consagração da divisão operária no Congresso da Covilhã*, abarca o período cronológico entre Janeiro e Outubro de 1922, centrando-se naquele que já foi chamado o “congresso da divisão operária”, em que se confrontaram duas orientações estratégicas da CGT: a oficial, maioritária, sindicalista de inspiração anarquista, e a dos partidários do PCP e da Internacional Sindical Vermelha, um congresso traumático para a organização, cheio de incidentes e de que a organização saiu bastante debilitada e com uma liderança extremamente fragilizada, considerando as condições da sua designação. O capítulo abre com uma referência alargada às movimentações sociais, em que avultam como determinantes as questões da carestia e a defesa do pão político, e sobre a organização operária detalham-se a actividade e a dinâmica organizativa, incluindo os congressos corporativos que têm lugar no ano do Congresso Nacional, e a multiplicação das divergências e clivagens, sobretudo em torno da chamada “questão internacional”; especificamente sobre o Congresso da Covilhã, a exemplo do que se fez para o de Coimbra, detalha-se a sua preparação, os documentos em discussão (em que avultam a tese que preconiza a adesão da CGT à ISV, a “Internacional de Moscovo”, que se confronta com uma outra tese sobre a Organização Social Sindicalista, que inviabiliza tal adesão, e a apreciação e deliberação sobre as contas confederais), a adesão e a representação dos sindicatos no Congresso e o relato dos trabalhos, que tiveram como protagonistas, Francisco Perfeito de Carvalho, na linha da ISV, em confronto com o ainda secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa.

No capítulo *V – Do Congresso da divisão operária à queda da direcção eleita na Covilhã*, aborda-se a direcção de José Santos Arranha, com cerca de um ano de duração,

que culmina no último trimestre do ano de 1923 com demissão daquele dirigente. Neste período a CGT confronta-se com uma série de dificuldades, a primeira de afirmação, inclusive internamente, de uma direcção fraca, em contexto de crise, a segunda de divergências internas sobre a aproximação ou o corte com os sindicalistas comunistas e pró-ISV, depois a necessidade de aumentar a propaganda fazer frente à acção daqueles e para minorar os estragos provocados pela reunião da Covilhã; é também o período em que o governo suprime, em definitivo, o pão político, quando a organização operária avança para a adesão à nova Internacional sindical, em conformidade com os resultados do referendo aos sindicatos confederados.

O capítulo VI – *Entre a recomposição do Comité Confederal e o “18 de Abril”* dá-se conta da actividade da CGT nos primeiros dezoito meses da direcção de Manuel da Silva Campos, em que a organização desenvolve actividade significativa no combate à ameaça de ditadura, contra o movimento das “forças vivas” posto em marcha pelo patronato, pelo emprego e contra a repressão, e resistência à acção que têm em marcha, nos sindicatos, os sindicalistas comunistas; um tempo em que se anuncia uma possível legalização das Federações e Uniões locais de sindicatos e a intervenção dos organismos federativos de indústria na contratação colectiva, que a CGT rejeita, um tempo em que a multiplicação de iniciativas de organismos confederados sustenta em muitos dirigentes da CGT a ideia de um prenúncio de ressurgimento, mas onde se referenciam também problemas internos, relacionados com *A Batalha*, cuja direcção passa para a responsabilidade do secretário-geral da CGT.

No capítulo VII escreve-se sobre *O ano trágico de 1925*, melhor, sobre um curto período de menos de seis meses marcado por momentos de grande significado para a CGT: a tentativa de golpe militar de “18 de Abril”, seguida de um acréscimo significativo da repressão governamental sobre o movimento sindical e da deportação de dezenas de operários, a ocorrência de uma cisão na CGT dos organismos pró-Frente Única, de influência comunista e ISV, a assunção de todas as responsabilidades de imprensa e comunicação na CGT, incluindo a direcção de *A Batalha*, por Santos Arranha, e a realização de mais um Congresso Nacional, desta vez com a novidade de ser aberto à participação exclusiva de organismos sindicais confederados. O capítulo trata de todos estes eventos, com maior detalhe no que respeita ao Congresso de Santarém – sua organização, representação, questões levadas à discussão, incluindo as contas da CGT relativas ao período de 1922 a 1925, o relato das sessões e o balanço do congresso nacional – mas também questões de organização e de relações internacionais, em especial a participação da CGT portuguesa no Congresso da AIT.

O capítulo VIII e último, com o título genérico *Mais rombos na grande nave – os anos do fim*, dá conta da vida da organização cegetista no período entre o I Congresso Confederal (Setembro de 1925) e a execução da ordem de dissolução (Maio de 1927),

com uma breve extensão aos seis meses seguintes; aqui se descreve a situação interna na CGT à data do “28 de Maio” de 1926, se acompanha e analisa a atitude cegetista no contexto do golpe militar, retratando-se depois a crise interna por que a organização passou praticamente até ao fim desse mesmo ano, em torno do “conflito Arranha-Sousa”, seguido do “conflito das Federações”, que determinou o abandono da “central” por algumas Federações sindicais confederadas – é o retrato da organização cegetista no seu ponto mais baixo, que coincide com a maior escassez de fontes de informação; ainda assim, com base na documentação existente, dá-se o detalhe possível sobre o envolvimento de elementos da CGT na tentativa de golpe de “3-7 de Fevereiro” de 1927, o seu fracasso, a ordem de dissolução e a sua execução, em Maio de 1927, dramaticamente consumada a golpes de picareta, seis meses volvidos.

A Conclusão procurará dar testemunho do cumprimento dos objectivos propostos.

Em anexo a esta tese, apresentam-se vários documentos, quer transcrições de originais na íntegra (como os estatutos da CGT, relatórios do Comité Confederal, a primeira parte do texto/tese sobre a Organização Social Sindicalista), quer documentos de elaboração do autor (como uma cronologia da actividade confederal no período de 1919 a 1927, listas de representações e delegados aos congressos nacionais, a representação directa da “central” nas acções de rua do Primeiro de Maio, as contas da CGT relativas ao período de 1919 a 1925, listas das pessoas que integraram quer o Comité Confederal, quer o Conselho Confederal), informação que se considerou relevante incluir.

Um glossário, também em anexo, esclarece o conteúdo de alguns termos ou expressões utilizadas no corpo da tese.

Na redacção seguiu-se a ortografia anterior ao último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; nas transcrições e citações de documentos, considerando as hesitações, variação e erros ortográficos de que muito frequentemente enfermam, em alguns casos reduzindo em extremo a legibilidade dos textos, reputou-se essencial proceder à respectiva uniformização.

A realização de um trabalho com as características e os objectivos deste só foi possível graças a um esforço persistente, a um gosto pessoal pelo desafio e pelo trabalho de investigação e pelo desejo de superação e a vontade de chegar a resultados.

Mas ele é também o resultado de uma responsabilidade moral perante a sociedade, um serviço de cidadania que o autor assume como contrapartida de condições objectivas que lhe foram proporcionadas para se apresentar a este acto. É significativo, a este propósito, que o objecto deste estudo seja, em última instância, a actividade de um conjunto de gente, na sua maioria anónima, que são daqueles que fazem a História e cujos nomes não aparecem nos livros – é a esses em primeiro lugar, da década de 1920 e de hoje, que aqui se presta tributo.

Depois, há pessoas em concreto para quem este trabalho é tributo de apreço e gratidão – João Teodoro e Maria de Jesus, pai e mãe, sempre; Ana Bela Lima, afinal a grande impulsionadora desta aventura de quatro anos, em que também teve perdas e danos, que mais do que ninguém acreditou que a tarefa era alcançável.

Ao professor António Pires Ventura, da Área de História da Faculdade de Letras de Lisboa, enquanto coordenador científico deste trabalho de investigação, manifesto reconhecimento por ter acolhido o pedido para o desempenho de tal encargo, o seu apoio e clarividência na validação da proposta de tema para a tese, e, depois, durante todo este tempo, a disponibilidade que sempre manifestou, os conselhos e orientações que transmitiu, as linhas de trabalho que abriu, quiçá menos evidentes para o doutorando, e que se revelaram profícuas.

Às instituições que frequentei e com que me relacionei no contexto deste trabalho são igualmente devidos agradecimentos, extensivos aos seus responsáveis e outras pessoas que nelas trabalham – primeiramente, a Universidade de Lisboa, no seu todo, à Faculdade de Letras e nesta ao Departamento de História; igualmente, à Biblioteca Nacional, em especial a Área de Reservados, Periódicos e de Leitura Geral, mesmo no período em que, por razões técnicas, esteve encerrada ao público, e a outras bibliotecas e arquivos que frequentei e onde recebi o apoio e compreensão de que precisava – Torre do Tombo, Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Bibliotecas das Galveias e do Museu República e Resistência, ambas em Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério do Trabalho, Hemeroteca Municipal de Lisboa e Bibliotecas Romeu Correia e José Saramago, em Almada.

CAPÍTULO I

DA UNIÃO DE SINDICATOS OPERÁRIOS À CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – 1914 A 1919

Às 12 horas do dia 13 de Setembro de 1919, Manuel Joaquim de Sousa, presidindo, na qualidade de membro da Comissão Organizadora, à sessão de abertura do II Congresso Operário Nacional, reunido em Coimbra, no Teatro Sousa Bastos, dava formalmente as boas-vindas aos delegados presentes no II Congresso Operário Nacional. Pela frente, os congressistas tinham a perspectiva de 3 dias de debates e decisões, tendo como objectivo declarado, quando da sua convocação, “produzir um acontecimento que marque alguma coisa que vá para além de uma simples afirmação de vitalidade do proletariado português”, concretamente, “verificar se é chegado o momento de criar-se a Confederação Operária Portuguesa, que substituirá a União Operária Nacional”¹, (doravante referida como UON), criada no I Congresso Operário Nacional, reunido em Tomar, em 1914.

Nos termos dos estatutos da União Operária Nacional, aprovados em Tomar, o Congresso – órgão máximo da organização sindical nacional – deveria reunir de 2 em 2 anos; mas, razões várias, em especial o envolvimento de Portugal na I Guerra Mundial e os efeitos desta na sociedade portuguesa, no dia-a-dia profissional dos trabalhadores e na actividade sindical fizeram com que fosse adiado. O II Congresso, que deveria ter reunido em 1916, reunia, pois, com 3 anos de atraso².

A decisão de reunir o Congresso, tomada em 3 de Abril de 1919, na reunião do Conselho Central da UON (o órgão máximo de decisão da organização entre congressos) acontece quando da restauração da «República velha», encerrados que estavam o “episódio” da ditadura de Sidónio Pais, a «República Nova» (Dezembro de 1917-Dezembro de 1918), prolongado pelo governo sidonista de Tamagnini Barbosa (Dezembro de 1918-Janeiro de 1919), em pleno rescaldo da derrota da tentativa de restauração monárquica e do fim da guerra civil de Janeiro-Fevereiro de 1919. Elementos operários, enquadrados pela UON, tiveram, aliás, papel relevante na aniquilação daquela movimentação monárquica, sobretudo em Lisboa³.

Mas, para a organização sindical portuguesa, o ano de 1919 é mais do que o ano do segundo congresso nacional (e de vários congressos sectoriais): se o congresso e a

¹ “A Central dos Sindicatos: sobre os congressos”, *AB*, 20-04-1919.

² Os estatutos da CGT mantiveram o princípio da reunião do Congresso em cada 2 anos, um objectivo teórico e generoso que, quer na vigência da UON, quer na da CGT, nunca foi cumprido. O Congresso reuniu em 1914, 1919, 1922 e 1925.

³ Para a descrição dos acontecimentos, consultem-se as várias edições da História de Portugal referenciadas na Bibliografia; sobre a relação do movimento sindical com o sidonismo, veja-se o que escrevemos, mais à frente, no subcapítulo 1.1 – *Antes de Coimbra-a União Operária Nacional (1914-1919)*.

formação da CGT constituem os principais acontecimentos do ano, este ficou também marcado por três outras ordens de eventos: primeira, a publicação de diversas leis de âmbito social, da iniciativa e responsabilidade do ministro socialista Augusto Dias da Silva⁴ – a nova lei do inquilinato, proibindo o aumento das rendas de casa e a sublocação (Abril), a lei do horário de trabalho de 8 horas (48 horas por semana), tornando-o extensivo a todo o país, na indústria e nos serviços (Maio), a lei dos seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho e da criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (também em Maio), bem como o lançamento da construção de novos bairros operários, assegurando as respectivas dotações financeiras, designadamente, através do recurso ao crédito bancário (Março-Abril); segunda, uma vigorosa ofensiva laboral iniciada no mês de Abril e marcada por um elevado número de greves, culminando com uma greve geral, em Junho, e com uma longa greve nos caminhos-de-ferro (Julho a Setembro), com um enfrentamento com o governo e o patronato, do lado deste último, com realce para uma empresa fabril indiscutivelmente capitalista, a Companhia União Fabril (CUF), de Alfredo da Silva; terceira e última, os avanços significativos verificados em matéria de organização, de que a formação da Confederação constitui o ponto mais alto.

Antes de abordar com maior profundidade o Congresso de Coimbra, o momento fundador da CGT, faz sentido referenciar o percurso da organização operária no período da vigência da UON – os anos de 1914 a 1919 – e, com maior detalhe, este último ano, que seguimos através do jornal *A Batalha*, lançado pela UON em Fevereiro de 1919.

1. A UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL (1914-1919)

Reunido nos dias 14 a 17 de Março de 1914⁵, o I Congresso Operário Nacional (inicialmente marcado para o mês de Janeiro, mas adiado por causa da greve dos ferroviários da CP) ocupou-se da discussão dos seguintes documentos, que constituíram a ordem de trabalhos aprovada pela comissão organizadora: tese “Organização Operária”, subscrita por Júlio Luís e José Carlos Rates, que inclui uma proposta de estatutos da UON⁶, “Elementos para a reforma da lei de 9 de Maio de 1891”, de Manuel Joaquim da Silva, “Bases para a fundação do Instituto de Trabalho Nacional”, de César Nogueira, e “Reforma dos tribunais de árbitros avindores”, de Fernandes Alves.

⁴ Augusto Dias da Silva foi ministro do Trabalho nos governos de José Relvas (27-01-1919 a 30-03-1919) e de Domingos Pereira (30-03-1919 a 29-06-1919).

⁵ Seguimos na redacção deste subcapítulo as seguintes obras: Alexandre Vieira – *Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal de 1908 a 1919*, César Oliveira – *A criação da União Operária Nacional*, e Francisco Canais Rocha – *Perfeito de Carvalho-Um sindicalista da I República*, pp-91-112.

⁶ Publicada por César Oliveira – *A criação da União Operária Nacional*, pp. 189-205, reproduzindo o texto de *O Sindicalista*, nº 148, de 22-02-1914.

Estiveram representados 103 Sindicatos, 3 Federações corporativas e 4 Federações de sindicatos de profissões diversas, sendo invocada a representação de uma população de 90 mil operários⁷.

A representação de alguns organismos (Rurais de Redondo, Manufactores de Calçado de Sesimbra, Chapeleiros de Braga, Barbeiros de Coimbra, Canteiros de Montelavar, Carpinteiros Civis da Figueira da Foz e Soldadores de Setúbal) por delegados que não reuniam, simultaneamente, as condições de operário assalariado e de sindicado, foi o primeiro ponto de grande polémica entre elementos das duas grandes correntes sindicais em presença no congresso – socialista e anarquista/revolucionária, ao ponto de quase provocar uma cisão; o segundo grande diferendo, igualmente com potencial cisionista, desenrolou-se em torno de um artigo do projecto de estatutos da UON, que estabelecia a exclusão do conselho central da organização de qualquer dos seus membros que fosse investido de um mandato político. Ambas as questões foram resolvidas, a primeira através da aceitação dos delegados em questão⁸, a segunda com a alteração do articulado polémico, fixando como causa de exclusão o desempenho de cargo político se da confiança do governo.

É consensual a interpretação de que o I Congresso Operário Nacional (Tomar, 1914) representou o princípio da supremacia dos sindicalistas anarquistas na organização sindical portuguesa, quer através da consagração, nos estatutos da UON, de princípios como a independência face a escolas políticas ou doutrinas religiosas, estando impedida de, colectivamente, tomar parte em eleições e manifestações partidárias ou religiosas (artigo 2º), ou o reconhecimento da autonomia dos sindicatos aderentes (artigo 7º), quer na direcção efectiva do movimento sindical⁹.

Do ponto de vista organizativo, o estatuto da União Operária Nacional aponta à formação de «Sindicatos locais, regionais ou nacionais de ofício, Federações nacionais ou regionais de indústria, Uniões locais de sindicatos de ofícios vários», bem como, nas localidades em que não fosse possível a criação de sindicatos de ofício, «por insuficiência de número de operários», a organização de sindicatos de indústria, ou, na sua impossibilidade, de sindicatos mistos de operários de diversas profissões¹⁰.

⁷ A representatividade dos congressos operários foi objecto de análise por diversos autores, em especial por João Freire – *Anarquistas e operários, ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900 a 1940*. No Congresso Sindicalista de 1911 tinham estado presentes 90 Associações de Classe, representando cerca de 36 mil operários (César Oliveira, *obra citada*, p. 22).

⁸ Os delegados em causa, em representação das associações de classe referenciadas, eram, pela mesma ordem, António da Rita, Mário Nogueira – que fazia parte da comissão organizadora do Congresso –, Manuel José da Silva, Dr. António da Costa Júnior, José Rodrigues Martins Santareno, César Nogueira e Manuel Luís de Figueiredo.

⁹ César Oliveira vê o Congresso de Tomar como «o canto do cisne dos socialistas» no movimento operário (*O operariado e a Primeira República*, p. 80); Manuel Vilaverde Cabral representa-o também como «a derrocada dos socialistas e do reformismo operário em geral» (*Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 133).

¹⁰ Os estatutos da UON estão organizados por capítulos: Fins, Constituição, Congressos, Conselho Central, Administração, Fundos e Disposições Sociais, num total de 35 artigos.

Retenham-se ainda dos estatutos da UON, pela sua importância, os princípios da representação directa de todos os sindicatos aderentes no principal órgão de decisão, o conselho central, através de um delegado com voto deliberativo, e a representação no mesmo órgão, das Federações e Uniões, através de um delegado com voto consultivo; a revogabilidade dos mandatos dos delegados que perdessem a confiança dos respectivos organismos; a constituição de secções regionais para as tarefas de propaganda; a criação do *label* para os organismos aderentes; finalmente, a realização de um congresso, no ano de 1916, onde fosse deliberada a extinção da União Operária Nacional, substituindo-a por um organismo confederal a criar no mesmo congresso¹¹.

O Congresso de Tomar elegeu os nove elementos da futura comissão administrativa da UON, cujos cargos ficaram assim divididos: Francisco Perfeito de Carvalho, secretário-geral, Carlos de Melo e João Black, secretários-adjuntos, António Henriques da Silva, tesoureiro, Evaristo Marques Esteves, bibliotecário-arquivista, e, como vogais, João Carlos Rates, João Luís Redondo, Artur Augusto Nogueira e Joaquim da Silva¹², assinalando os autores que vimos seguindo que a UON teve, nos dois primeiros anos, uma existência relativamente apagada: o jornal lançado pelo organismo central operário, *A União Operária*, anunciado com periodicidade quinzenal, publicou apenas dois números, e a acção de coordenação que lhe estava consignada foi inviabilizada pela ocorrência de várias demissões na comissão administrativa e, assinala Vieira, a não existência, «no campo reformista» (socialistas) de «muitos elementos que se impusessem pelas suas qualidades de combatividade»; no inventário dos avanços e da acção da organização sindical nesse período, o mesmo autor referencia a actividade das Juventudes Sindicalistas, que, tendo organizado a respectiva União, em Lisboa, meses antes do Congresso Operário de Tomar, começam a publicar, em Maio de 1914, o jornal *O Despertar*, que foi um importante instrumento de propaganda fora de Lisboa e da formação de novos núcleos das Juventudes Sindicalistas no Algarve e no Alentejo.

A I Guerra Mundial provocou o aumento geral dos preços, agravando as condições de vida da população, que suporta ainda os efeitos da especulação e do açambarcamento de bens essenciais; no início do ano de 1916 no conselho central da UON debate-se uma proposta de realização de uma greve geral de protesto contra a carestia da vida, que fosse também de reivindicação da liberdade para os operários presos e contra os

¹¹ Alexandre Vieira – “Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, de 1908 a 1919”, in *Almanaque de A Batalha para 1926*, p. 81. Quanto as restantes teses apresentadas ao Congresso de Tomar, o autor indica que a tese de Manuel José da Silva, sobre a revisão da lei das associações de classe foi aprovada com profundas alterações, e que as teses sobre os tribunais de árbitros avindores e sobre o Instituto do Trabalho Nacional não foram aprovadas, baixando ao conselho central, para estudo; refere ainda duas teses sobre a organização operária, da autoria de Mário Nogueira e de Joaquim Gomes Ferreira, respectivamente, e uma outra, da autoria de Carlos Rates, sobre a carestia da vida, resolvendo o Congresso a publicação desta última em folheto.

¹² Francisco Perfeito de Carvalho, do Sindicato dos Compositores Tipográficos de Lisboa, não chegou a tomar posse do cargo de secretário-geral da UON por ter saído de Lisboa (Alexandre Vieira – “Sindicalismo”, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, v. 29, p. 131).

atropelos ao horário, vindo, todavia, a ser decidido, em alternativa a uma greve geral de êxito duvidoso, que o organismo operário aconselhasse o operariado à reivindicação de aumentos de salários, como meio de fazer face ao aumento do custo de vida; nesse mesmo mês de Janeiro de 1916, dão-se em Lisboa assaltos a mercearias e outras lojas de produtos de primeira necessidade, acompanhados de alterações da ordem pública e da explosão de bombas, num movimento espontâneo que rapidamente alastrou a outras localidades. Na sequência desses eventos, o governo empreende várias acções de força sobre o movimento sindical: encerramento das instalações e prisão de operários e dirigentes; em Março, coincidindo sensivelmente com as *démarches* relacionadas com a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, as autoridades mandam dissolver a União Operária Nacional, bem como a União de Sindicatos locais e as Federações Metalúrgica e da Construção Civil, em Lisboa, a pretexto da não existência de legislação que permitisse o funcionamento de tais organismos – como não existia para organismos idênticos do patronato da indústria, comércio e agricultura, que se mantiveram em funcionamento, como, aliás, outras Federações sindicais, que não foram visadas pela ordem de dissolução, como a do Livro e Jornal, a dos Transportes Terrestres e Marítimos ou a Federação Corticeira, sendo que governos e demais autoridades se relacionavam com os organismos referenciados, a UON incluída, o que representava, portanto, o seu “reconhecimento tácito”¹³.

No ano anterior, delegados da UON e das Juventudes Sindicalistas haviam participado, em Espanha, no Congresso Internacional Pró-Paz, em Ferrol (30 de Abril – 2 de Maio de 1915, que ali defenderam uma posição anti-guerrista, tendo ainda chegado a entendimento com sindicalistas espanhóis sobre o desenvolvimento de acções contra a guerra e sobre as relações entre as organizações operárias dos dois países ibéricos¹⁴.

Pelo final do ano de 1916, numa reunião de sindicatos, em Lisboa, foi deliberado realizar uma reunião magna de sindicatos – a Conferência Operária Nacional – desdobrada em duas, no Porto e em Lisboa, com o objectivo de dinamizar a UON – que se mantinha em actividade, não obstante a ordem oficial de dissolução. Da organização da conferência de Lisboa foram encarregados, Manuel da Conceição Afonso, António Pinto Quartim, Joaquim Francisco, Jerónimo de Sousa e Alexandre Vieira; Manuel Joaquim de Sousa, Delfim da Silva e Lourenço da Costa Peixoto constituíram a comissão organizadora da conferência do Porto.

A Conferência de Lisboa, nos dias 29-30 de Abril e 1 de Maio de 1917, reuniu os representantes de 105 Sindicatos e de 6 secções sindicais, de 4 Federações de Indústria e

¹³ Não estando reconhecida a sua existência legal, a UON continuará a reclamar o seu reconhecimento. Algum detalhe sobre esse processo, de 1914 a 1919, poderá ser lido em “O reconhecimento da UON”, AB, 02-03-1919, que retomaremos no subcapítulo seguinte.

¹⁴ Os representantes da UON no Congresso de Ferrol foram Mário Nogueira e Manuel Joaquim de Sousa, da 1ª e 2ª Secção, respectivamente; Aurélio Quintanilha, Serafim Cardoso Lucena, António Alves Pereira e Ernesto da Costa foram os delegados escolhidos para representar as Juventudes Sindicalistas.

2 Uniões locais de Sindicatos; a Conferência do Porto, com a representação de 71 Sindicatos, 6 Federações corporativas e 4 Federações de ofícios vários¹⁵; presentes, em ambas, representantes das duas secções da UON, sendo também comum a ordem de trabalhos: discussão das teses “Sobre a organização operária” (relator Alexandre Vieira), “Carestia da vida” (relator António Pinto Quartim), e “A organização operária perante as condições da paz” (relator Manuel da Conceição Afonso), sendo esta última a que suscitou maior discussão, nas duas conferências, sendo, como as restantes, aprovada com alterações.

No cargo de secretário-geral da UON, depois da Conferência Operária Nacional de 1917 encontramos Alexandre Vieira¹⁶, acumulando a função de director do novo jornal da organização *O Movimento Operário*, que se começou a publicar quando da Conferência de Lisboa, mantendo uma edição regular até Março de 1918, vindo a publicar ainda um suplemento em Setembro do mesmo ano.

Depois da Conferência Operária Nacional de 1917, a UON adquiriu vigor significativo: o operariado de vários sectores, por melhoria dos salários, está alinhado com uma das conclusões da tese sobre a carestia da vida aprovada na Conferência, que proclamara a luta incessante por salários mais altos como o único meio para tornar possível a existência dos operários, «enquanto uma transformação social se não operasse»; uma série de movimentos grevistas vitoriosos ocorreram a partir de Abril de 1917 e no mês seguinte do ano anterior, repete-se o cenário de revoltas populares, verdadeiras “revoltas da fome”, reeditadas meses depois, na entrada do Inverno de 1917-1918. Entre os grandes movimentos grevistas, no ano de 1917, dois merecem referência:

- primeiro, a greve da Construção Civil, das obras do Estado e particulares, em Lisboa, no mês de Junho de 1917, a que as autoridades responderam fechando as instalações dos organismos operários da classe, Sindicato e Federação bem como as da UON, e fazendo intervir as forças da polícia e Guarda Republicana, com recurso a armas de fogo, provocando mortos e feridos entre os operários em greve, e realizando um número significativo de prisões; perante situação tão grave, a UON tomou a decisão

¹⁵ Uma das «Federações de ofícios vários» que participou na Conferência Operária do Porto, informa Alexandre Vieira, foi a Federação das Associações Operárias do Porto, que só mais tarde se haveria de fundir na União dos Sindicatos do Porto, criada a seguir ao I Congresso Operário Nacional de Tomar, a qual também terá enviado delegado(s) à Conferência Operária do Porto, em 1917. A extinção das Federações Operárias, decidida no Congresso de Tomar, criando-se em seu lugar as USO, não foi bem aceite por várias estruturas sindicais, a Norte, havendo mesmo locais onde se decidiu manter as Federações (ver Francisco Canais Rocha – *Op. cit.*, p. 101); aliás, acrescenta este mesmo autor, a secção Norte da UON nunca funcionou (*id.*, p. 108).

¹⁶ Além de Perfeito de Carvalho e Alexandre Vieira, referenciam-se na função de secretário-geral da UON o operário arsenalista Evaristo Marques Esteves, em Março de 1916, e o operário tipógrafo Alfredo Pinto, nos finais de 1916. No relatório da 1ª Secção da UON ao Congresso de Coimbra, é referido (pelo próprio Alexandre Vieira) que a sua nomeação como secretário-geral da UON se deu em consequência da demissão apresentada por Evaristo Marques Esteves, quando da greve geral de solidariedade com os trabalhadores telégrafo-postais, em Novembro de 1917.

de convocar uma greve geral do operariado de Lisboa, de solidariedade com a greve da Construção Civil, que levou o governo a ceder, procedendo à libertação dos grevistas detidos e aceitando o aumento dos salários nas obras do Estado, que os construtores e mestres-de-obras acompanharam, pondo-se assim termo à greve do sector;

- o segundo movimento a merecer destaque é a greve dos Telégrafo-Postais, os operários dos correios e dos telégrafos, no mês de Setembro de 1917, igualmente por aumentos de salários, a que o governo se pretendeu opor pela militarização de todo o pessoal, posto o que se seguiu a prisão de mais de mil operários, por desobediência; tendo recebido da comissão central de greve um pedido para intervir na procura de uma solução, que procurou obter do governo, a UON, perante a intransigência deste, veio a aprovar a realização de uma greve geral de solidariedade, em Lisboa, que no terceiro e quarto dias da sua ocorrência, paralisou quase por completo a capital, entretanto ocupada militarmente, estendendo-se ainda a algumas localidades do sul do país, como Almada, Barreiro e Setúbal; interrompida a greve, na sequência de instâncias das associações comerciais, o governo veio, dias volvidos, a aceitar satisfazer as reivindicações salariais apresentadas pelos Telégrafo-Postais, mantendo, embora, na prisão os grevistas acusados de sabotagem¹⁷.

No quarto trimestre do ano de 1917, a UON está envolvida na preparação de um movimento de âmbito nacional contra a carestia de vida, chegando a aprovar, uma quota extraordinária de 2 centavos por cada sindicado, para a sua execução.

A má relação dos governos “democráticos” com as organizações dos trabalhadores, as perseguições que lhes foram movidas por aqueles e as sucessivas prisões de elementos do movimento operário, levaram a organização a dar o seu apoio ao movimento liderado por Sidónio Pais, em 5 Dezembro de 1917, ainda que, como se escreve em relatório apresentado ao Congresso de Coimbra, «a UON [...] se tivesse conservado, como organismo de classe que é, absolutamente estranha à insurreição armada, cujo êxito viu, no entanto, com simpatia»¹⁸.

Não passará muito tempo até a organização sindical constatar que o regime sidonista é tão repressivo como os governos democráticos; mas, logo a seguir ao golpe, a UON consegue a libertação de várias dezenas de operários e militantes presos (63) por governos anteriores à «República Nova», um dos quais, o trabalhador rural João Gonçalves Tormenta, que se encontrava preso desde a greve de Janeiro de 1912; além da exigência de serem restituídos à liberdade os presos sociais, a central dos sindicatos, nos primeiros dias do novo regime, apresenta à Junta Revolucionária um documento

¹⁷ Sobre as greves do ano de 1917, para além das fontes antes referenciadas, veja-se também Fernando Medeiros – *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, pp. 147-151.

¹⁸ “Relatório da Comissão Administrativa da UON [1ª Secção] a apresentar ao II Congresso Operário Nacional”, *AB*, 13 e 14-09-1919. Sobre a relação entre o sidonismo e o mundo sindical, veja-se António José Telo - *O sidonismo e o movimento operário português: lutas de classes em Portugal: 1910-1916*.

contendo um conjunto de reclamações de carácter económico e social, aprovadas em sucessivos comícios públicos em Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Odemira, Barreiro, Parede e Évora. São elas: medidas contra a carestia de vida; direito de utilização pelos sindicatos rurais, em benefício comum, de terras incultas, supressão dos monopólios e dos intermediários, e entrega aos municípios da venda de bens de primeira necessidade e dos serviços de transporte e do abastecimento de água, electricidade e gás; revogação da legislação relativa às associações de classe e à limitação do direito de reunião (leis de 9 de Maio de 1891 e de 26 de Julho de 1893, respectivamente), ampla liberdade de associação, e, em caso da sua regulamentação, fazê-lo tomando como base o projecto de lei apresentado no parlamento por Machado dos Santos; revogação da lei de imprensa e garantia de não imposição da censura e, de forma geral, de quaisquer leis de excepção; abolição da contribuição industrial para as classes trabalhadoras e extensão das leis dos acidentes de trabalho a todos os trabalhadores; reconhecimento às organizações operárias do direito de fiscalização da construção, funcionamento, higiene e segurança de fábricas e oficinas; reforma dos serviços postais, no respeito dos interesses operários; estabelecimento do dia de 8 horas de trabalho em todos os ramos de actividade, e, por último, a resolução das reclamações operárias pendentes em vários organismos do Estado¹⁹.

A indiferença com que o governo, na pessoa do próprio Sidónio Pais, tratou as reivindicações apresentadas pela UON, primeiro, e depois, o agravamento da situação económica e social e a ausência de medidas sobre a carestia, cedo convenceram a central dos sindicatos da natureza da nova situação política. Ainda no primeiro trimestre de 1918, multiplicam-se os movimentos de trabalhadores pela melhoria dos salários, a que as autoridades respondem com violência, prisões e encerramento de sindicatos; as acusações, formuladas pelo governo e o patronato, com eco na imprensa, de que os movimentos sociais eram a causa do constante agravamento das condições de vida, responsabilizando os trabalhadores e as suas organizações pelo agravamento da carestia, levaram a UON a colocar um travão no processo reivindicativo em curso, que a organização explica em manifesto editado em Maio de 1918: as greves em curso, trazendo benefícios às classes profissionais com condições para as realizar, porque «possuem uma organização mais perfeita [e] desempenham misteres que não podem ser facilmente dispensados pela sociedade», tendo efeitos no aumento dos preços, afectam negativamente os assalariados das profissões com menores efectivos e menos

¹⁹ Alexandre Vieira – “Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, de 1908 a 1919”, p. 81; em Fevereiro de 1918, a comissão administrativa da UON entregou novo documento, com a actualização das reclamações apresentadas três meses antes, informa o relatório daquela comissão ao Congresso de Coimbra. No tratamento deste período servimo-nos, além das fontes referenciadas, do relatório da comissão administrativa da UON sobre a greve geral de Novembro de 1918 (ver nota 7 deste subcapítulo).

organizadas, «situação esta que não deve ser olhada com indiferença pela organização operária»; propõe-se, por isso, a organização, urgente, de um movimento nacional visando o aumento dos salários “para todos os produtores cuja jorna esteja em manifesta desproporção com o actual custo de vida, e de oposição tenaz, organizada, sistemática, à alta injustificada dos artigos de primeira necessidade».

As duas secções da UON, de Lisboa e Porto, assentam num plano de preparação de tal movimento nacional, iniciado de imediato, como se colhe dos dois documentos que vimos seguindo, compreendendo acções de esclarecimento e mobilização nos sindicatos, na realização de comícios públicos simultâneos nos «principais centros industriais e agrícolas do país», apontando-se para a realização de uma greve geral nacional, com o objectivo de obrigar o governo a interessar-se pelas reivindicações da organização operária, atendendo as imediatamente exequíveis e estudando as restantes.

Na data marcada, 15 de Setembro, os comícios organizados em cerca de 40 localidades previamente proibidos pelas autoridades, foram substituídos por sessões nos sindicatos; a acção decorreu com marcas de violência policial, com feridos em diversos locais e a ocorrência de mortes em Montemor-o-Novo e Alpiarça, seguidas de prisões e encerramento de sindicatos; num crescendo de afrontamento ao governo, a greve geral nacional foi marcada para 18 de Novembro de 1918.

Precedida de uma cuidada preparação em todo o país – «nunca em Portugal, como então, se trabalhou tão intensa e extensamente na preparação duma greve», escreve Alexandre Vieira na obra que seguimos – a greve geral de Novembro de 1918 foi cumprida, no sul, pelos ferroviários do Sul e Sueste, pelos trabalhadores rurais de várias localidades do Alentejo (São Manços, Redondo, Torre de Coelheiros, Montemor, Santiago do Escoural, Sousel, Vale de Santiago e Odemira), pelo operariado de Évora, que esteve parado durante 8 dias, pelo operariado de Silves, Olhão e Portimão, no Algarve, nesta última com mortes entre os trabalhadores marítimos, e foi também seguida em Setúbal; a norte, registou-se uma adesão inexpressiva, com a excepção dos ferroviários da linha do Vale do Vouga e das delegações de Gaia e Ovar, além dos trabalhadores da Póvoa de Varzim; em Lisboa, as fontes apenas assinalam como significativa a participação dos trabalhadores da imprensa, impedindo a publicação de jornais durante três dias, e dos marceneiros, não referenciando qualquer acção na envolvente geográfica da capital, designadamente na margem sul do Tejo, o mesmo acontecendo com o Porto, Coimbra e demais centros industriais do norte.

No balanço dos acontecimentos, Alexandre Vieira atribui o insucesso daquela acção ao «péssimo momento escolhido para a sua realização [...] por três motivos: 1º. porque a *pneumónica* [...] grassava dum extremo ao outro do país; 2º. Porque vinha de firmar-se o armistício, e como tivessem baixado os preços de alguns artigos que não eram de primeira necessidade, o consumidor, na sua boa-fé, supôs que as condições de

vida iam melhorar; 3º. porque a uma consulta feita pelo comité central a 60 organizações de fora de Lisboa, a quási unanimidade destas se manifestou pela inoportunidade da greve naquela conjuntura, ao contrário do que sustentavam os representantes dos sindicatos da capital.» De facto, refere o relatório dos acontecimentos apresentado pela comissão administrativa da UON ao Conselho Central e levado ao Congresso de Coimbra, entre as respostas recebidas dos sindicatos «não chegaram à décima parte aquelas que declaravam considerarem-se aptas para a luta», tendo sido os representantes dos organismos operários de Lisboa, quase por unanimidade, secundados pelas direcções de alguns sindicatos de fora de Lisboa, que, impuseram a greve imediata, num excesso de voluntarismo, desligado da realidade, ou «levados talvez pelo efémero entusiasmo das massas»²⁰.

Tendo-se saldado por um retumbante fracasso, a greve geral de Novembro de 1918 teve como efeitos imediatos o recrudescimento da repressão governamental, procedendo à deportação sem julgamento, para Angola, de vários trabalhadores rurais de Odemira e Vale de Santiago, à prisão de militantes, designadamente ferroviários do Sul e Sueste previamente demitidos, à redução de regalias a várias classes profissionais, designadamente os trabalhadores ferroviários do Estado e os da construção civil; na organização operária, esta sofreu os efeitos directos da repressão e da “perda” de militantes, e como se escreve no relatório da comissão administrativa da UON, esse insucesso provocou «desalento» entre militantes e trabalhadores, «e o ruir da consideração conquistada pela Central dos Sindicatos»; além disso, acrescentamos nós, provocou um trauma significativo, que persistirá durante muitos anos na organização²¹. No imediato, como veremos adiante, a discussão do relatório da greve geral de Novembro de 1918 no Conselho Central da UON teve pouco de pacífica, ameaçando abrir novas brechas na organização e impondo a convocação imediata do órgão máximo da organização operária, o Congresso Nacional.

²⁰ Vejam-se do sindicalista Alexandre Vieira “Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, de 1908 a 1919”, in *Almanaque de A Batalha para 1926*, p. 85, e *Para a história do sindicalismo em Portugal*, pp. 129-138; veja-se também “Sobre a greve de Novembro: Acção da UON – Relatório da Comissão Administrativa apresentado ao Conselho Central”, *AB*, 02-06-1919. O relatório completo da comissão administrativa, publicado no diário confederal nas edições de 23, 26 e 30 de Maio, 2 e 6 de Junho, que é a versão que usamos, foi reproduzido por José Pacheco Pereira na sua obra *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal – a greve geral de 1918*.

²¹ Veja-se, a propósito, mais adiante, além das discussões no órgão central da UON e no Congresso de Coimbra, as considerações produzidas quando da discussão, no Conselho Confederal da CGT, de uma possível acção de âmbito nacional contra a carestia de vida, no 2º semestre de 1920, e o que se escreveu sobre a greve ferroviária de Setembro-Dezembro de 1920.

2. ANTES DE COIMBRA – O ANO DE 1919

A morte do presidente Sidónio Pais, em Dezembro de 1918, abre um período caracterizado por «excessiva instabilidade política e por grandes dificuldades económicas, assim como pelo fim da preponderância do Partido Republicano, de antes de 1918, e pelo aparecimento de novos partidos e de novos políticos»²². No domínio da política nacional, do passado pré-imediato vem um acumulado de quatro pronunciamentos no espaço de um mês, entre 23 de Dezembro de 1918 e 20 de Janeiro de 1919, e, no ano de 1919, o país havia de conhecer 5 governos, contra os 16 registados nos 5 anos anteriores; na economia e finanças públicas, o valor do défice da balança comercial agrava-se de forma dramática, sendo que nesse mesmo ano de 1919 as receitas do Estado cobrem somente 71% das despesas e o pagamento da dívida pública, por si só, absorve 24% das receitas; alargando a análise, ainda que de forma muito sucinta, o valor do défice acumulado de três anos (1917 a 1919) revela-se superior em cerca de 5,5% à receita efectiva do Estado no ano de 1920²³.

O «monárquico passivo» Canto e Castro, ministro da Marinha do último governo de Sidónio Pais passa a ocupar a cadeira presidencial, a partir de 16 de Dezembro de 1918, e na chefia do governo foi colocado João Tamagnini Barbosa, anteriormente ministro das Finanças, cargo em que se mantém menos de um mês (Dezembro de 1918 a Janeiro de 1919). Neste novo quadro, as organizações operárias têm a actividade seriamente condicionada, nas condições a que ficou sujeita na sequência da greve geral de Novembro de 1918; verifica-se, mesmo, um recrudescimento da violência e da repressão das autoridades sobre sindicatos e militantes.

Em Janeiro de 1919 dá-se a revolta republicana de Santarém, visando travar o movimento em marcha de restauração da Monarquia, desígnio que tudo indicava estivesse na base da constituição das Juntas Militares, iniciada ainda antes do desaparecimento de Sidónio Pais; a revolta de Santarém fracassa e, dias depois, as Juntas Militares proclamam a Monarquia no Porto e em Lisboa. Em Lisboa, a rebelião monárquica foi rapidamente dominada, registando-se uma forte participação de elementos civis, nas operações, nomeadamente operários enquadrados pelas suas organizações de classe; não foi assim no Norte, onde a rebelião monárquica se alargou geograficamente a Trás-os-Montes e Beiras, vigorando durante praticamente um mês (19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919) a chamada “Monarquia do Norte”, que teve em Paiva Couceiro o seu mais destacado dirigente.

²² Douglas Wheeler – *História Política de Portugal, 1910-1926*, p. 232; é deste autor a qualificação de Canto e Castro como «monárquico passivo» antes referida.

²³ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo – “As Finanças Públicas”, in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. 11, pp. 246 e 254.

A derrota da tentativa de restauração monárquica arrastou consigo o afastamento de elementos sidonistas da esfera da governação, verificando-se uma efectiva reposição da “República Velha”, que constitui parte significativa da acção governativa dos dois governos que se seguiram ao de Tamagnini Barbosa – governos de José Relvas (27-01 a 30-03 de 1919) e de Domingos Pereira (30-03 a 29-06 de 1919) –, completada pela realização de eleições legislativas (Junho), que levaram à constituição de um governo só com elementos do Partido Democrático, vencedor das eleições (governo do coronel Sá Cardoso (29-06-1919 a 15-01-1920) e pela substituição do presidente da República Canto e Castro por António José de Almeida, em Agosto de 1919.

Neste cenário pós-Monarquia do Norte, as organizações sindicais retomaram a sua actividade regular, iniciando então uma nova fase da sua existência. Todavia, a UON mantinha a condição de organismo ilegal, uma vez que a legislação do ano de 1891 relativa à formação de organismos associativos, ainda em vigor, não permitia tanto as federações sindicais, como a central sindical; a alteração desse estado de coisas vinha sendo, aliás, uma das reclamações mais persistentes da UON aos governos, particularmente da “República Nova” e da “República Velha restaurada”. Em Fevereiro-Março de 1919, a UON repõe publicamente a questão, numa altura em que há indicações, do lado do governo de que o ministro Dias da Silva (governo de José Relvas) preparava, entre outras propostas de interesse para o operariado, um novo enquadramento legal das associações, estendendo-a às uniões locais de sindicatos, federações e à própria UON: «para evitar futuros dissabores», a UON faz apelo ao bom senso do governo, para que o faça, dando cumprimento a uma promessa feita repetidamente à organização sindical, reconhecendo em lei o que existe de facto e que não deixará de existir mesmo sendo decretada a sua dissolução²⁴. Sem sucesso, diga-se; o reconhecimento legal das uniões de sindicatos, das federações de indústria e da própria central sindical constará de um projecto de lei apresentado no parlamento pelo deputado João Camoesas, no mês de Agosto de 1919, uma iniciativa que, contudo, é recusada pela UON. Porquê? Porque procurava estabelecer a sindicalização obrigatória de todos os trabalhadores maiores de 18 anos, uma determinação inaceitável para a central dos sindicatos; na linha da frente desse “combate”, em *A Batalha*, está Manuel Joaquim de Sousa, futuro secretário-geral da CGT, que é também figura proeminente na actividade da central sindical de então – em nome dos princípios do sindicalismo revolucionário afirma-se, de forma categórica, que a sindicalização deve constituir um

²⁴ Na prática, as autoridades tiraram repetidamente partido desta circunstância, pois puderam sempre justificar a acção contra a UON como actuação contra um organismo que existia e funcionava fora da lei. A retoma da questão do reconhecimento legal da UON poderá ser seguida em *A Batalha*, designadamente nas edições de 24-02-1919 (“À roda dum projecto de lei – Sindicatos Profissionais”) e, sob o título comum “O reconhecimento da UON” em 02 e 15-03-1919, aquela exprimindo a posição da UON sobre o assunto e esta transcrevendo uma entrevista com o juriconsulto Carneiro de Moura, na formulação do jornal uma «opinião insuspeita e autorizada», a defender que o reconhecimento da UON era possível, de imediato, sem necessidade de nova legislação, ao abrigo de uma lei de 14 de Fevereiro de 1907.

acto de vontade individual e livre do trabalhador, que deve ser facultativa e, nunca por nunca ser, imposta compulsivamente²⁵.

2.1. A *Batalha* e a “Casa dos Trabalhadores”

A marcar esse novo tempo pós-sidonismo, uma realização que se revelaria do maior alcance: o lançamento, menos de duas semanas após a derrota da tentativa de restauração monárquica do jornal *A Batalha*, cujo primeiro número foi publicado em 23 de Fevereiro de 1919.

Nascido como jornal diário, condição que manteve durante os oito anos da sua publicação, *A Batalha* editou-se em Lisboa sob responsabilidade da UON e mais tarde da CGT, com distribuição a nível nacional, constituindo uma das realizações mais marcantes dos sindicalistas revolucionários – apesar das múltiplas dificuldades financeiras, constantes na vida do jornal, da repressão das autoridades e da censura, além de outras relacionadas com a vida interna e a relação com a central do sindicatos, cujas vicissitudes, crises e jogos de poder se repercutiram continuamente na sua vida interna, o diário operário chegou a ter uma tiragem de 20 mil exemplares, emparceirando nos seus melhores tempos com o *Diário de Notícias* e *O Século* no grupo dos três jornais portugueses com maiores tiragens.

A iniciativa do seu lançamento pertenceu a um «grupo de delegados [da UON] cheios de fé e de audácia», escreveu Alexandre Vieira no *Almanaque de A Batalha para 1926*, e da comissão que deu corpo à execução do projecto fizeram parte Pinto Quartim, Alexandre Vieira, Raul Neves Dias, José António de Almeida, Francisco Cristo, Hilário Marques, Perfeito de Carvalho e Joaquim Cardoso.

Alexandre Vieira, dos Compositores Tipográficos, à data secretário-geral da UON, foi o seu primeiro director (identificado no cabeçalho do jornal como redactor-principal), apesar de, como o próprio confessa, não ser, ao tempo, dos mais entusiastas do empreendimento; nas funções de editor, Joaquim Cardoso, da Construção Civil. Alexandre Vieira manterá a direcção efectiva de *A Batalha* durante alguns meses, abandonando-a de facto ainda em 1919, logo a seguir ao Congresso de Coimbra, por razões de saúde que o obrigaram a sair de Lisboa, mas manterá, formalmente o cargo até Setembro de 1922, sendo as funções desempenhadas, no seu impedimento, designadamente por Pinto Quartim, Manuel Joaquim de Sousa e José Santos Arranha; Joaquim Cardoso, da Construção Civil, foi o primeiro a desempenhar o cargo de editor,

²⁵ Veja-se o texto do projecto de João Camoegas em *A Batalha*, 14-08-1919; os textos de Manuel Joaquim de Sousa de oposição a essa iniciativa encontram-se no mesmo diário, nas edições de 17, 18 e 30-08-1919, 4 e 7-09-1919; em editorial, a UON toma posição sobre o mesmo assunto, assumindo como suas as posições expressas por Manuel Joaquim de Sousa – “A nossa opinião”, *AB*, 31-08-1919. João Camoegas viria depois ao mesmo local, numa longa dissertação de defesa dos seus pontos de vista (*idem*, 8, 9, 11 e 13-10-1919).

de que viria a ser afastado em Junho de 1921, no quadro do grave enfrentamento, na CGT, entre sindicalistas comunistas e sindicalistas anarquistas, de que resultou a irradicação daquele militante sindical²⁶, como se verá no capítulo 3 deste estudo.

Declaradamente, *A Batalha* surge como porta-voz na imprensa da organização operária portuguesa, lê-se no primeiro editorial, propondo-se dar voz à «grande falange trabalhadora, desdenhosamente classificada, pelos poderosos, de sub-gente»; o seu aparecimento materializa a realização de uma aspiração de longa data, uma das aspirações «mais queridas [...] da Central dos Sindicatos Portugueses», constituindo um afirmação de vitalidade da organização e um desafio lançado à «classe oposta»²⁷.

Mas, esta iniciativa inédita, algo temerária, exigia um músculo financeiro que a organização operária não tinha. A exiguidade das receitas, do jornal e da organização, exigiu desde o princípio o recurso a soluções criativas para a obtenção dos fundos necessários, conseguindo, melhor ou pior, fazer face aos apertos financeiros, praticamente permanentes, graças à capacidade de superação do operariado e à assunção, pelo conjunto dos trabalhadores e suas organizações sindicais, do propósito firme de não deixar cair o jornal operário. No seu início, *A Batalha* tinha o preço de capa de 2 centavos, e para custear as despesas de lançamento socorreu-se a sua administração de uma subscrição de acções pelos organismos sindicais, conforme as capacidades financeiras de cada uma – nos primeiros meses, é frequente a inserção de uma secção intitulada “Associações que cumprem o seu dever”, através da qual é possível acompanhar o processo de subscrição, sendo que a maioria dos organismos se ficaram por um número de acções inferior a uma dezena, havendo-os também que subscreveram apenas uma, como as Associações de Classe dos Canteiros e Pedreiros de Viana do Castelo, a dos Rurais de Alfândega ou a dos Alfaiates e Costureiras de Guimarães, ou três, como a Liga de Artes Gráficas de Aveiro ou Associação de Classe dos Mecânicos de Açúcar, de Lisboa, sendo a excepção os que subscrevem várias dezenas de acções, como os Arsenalistas de Marinha ou o Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, com 25 cada, mesmo assim longe do caso único da Associação de Classe do Pessoal do Arsenal do Exército e Cordoaria Nacional, com 100.

Com pouco mais de 3 meses de existência, o jornal é renovado graficamente; um mês volvido, em Junho de 1919, avança uma mudança nos conteúdos, decidida pelo

²⁶ A obra de Jacinto Baptista *Surgindo vem ao longe a nova aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)* é o principal estudo sobre o jornal; são também interessantes as informações transmitidas por José dos Reis Sequeira - *Relembrando e comentando*, pp. 311 a 317, que testemunham o carinho que o operariado tributava a *A Batalha*, que em Silves terá chegado a vender 200 exemplares, e 30 em Odeceixe, onde os grandes jornais nacionais *Diário de Notícias* e *O Século* vendiam, quanto muito, 4. Acerca da citada falta de entusiasmo inicial de Alexandre Vieira em relação ao jornal está referenciada, designadamente, na sua obra “Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal, de 1908 a 1919”, inserta no *Almanaque de A Batalha para 1926*, p. 87. No anexo 2 deste estudo encontra-se sistematizada informação sobre a história do jornal *A Batalha*.

²⁷ “O operariado em marcha”, *AB*, 23-02-1919.

Conselho Central da UON, após duas sessões de discussão animada: a redacção de *A Batalha* deve imprimir ao jornal «uma orientação francamente revolucionária e emancipadora dentro da luta de classes sociais, que vise insofismavelmente a supressão do salariado e do patronato», pondo de parte um certo espírito contemporizador vertido nos estatutos da UON, justificáveis quando do Congresso de Tomar pela «necessidade de harmonizar campos de certo modo divergentes», mas desajustados da nova conjuntura marcada pela «harmonia e convergência de esforços para o robustecimento da organização, a aproximação de certos elementos de escolas sociais diferentes na crítica e combate à grande guerra [...], a carestia, o início da revolução social na Rússia [e as perspectivas do seu alastramento a outros países e continentes, bem como] as manifestações revolucionárias das massas trabalhadoras [portuguesas] nos últimos tempos».²⁸

Em termos de conteúdo, a orientação de base estava dada para o futuro; mas muitas haverão de ser, na história do jornal, as controvérsias na CGT sobre a orientação ideológica e a linha editorial de *A Batalha*, como se verá a seu tempo. Como serão correntes as dificuldades financeiras do jornal, estando várias vezes iminente a sua suspensão, por falta dos fundos necessários. Desde muito cedo que isso é evidente – a manutenção do jornal exige fundos extraordinários, constata-se logo os primeiros tempos da publicação e a organização de festas e outros eventos a favor de *A Batalha*, e as listas de recolha de fundos serão prática corrente durante toda a vida do diário da UON e CGT. Em Maio de 1919 o jornal abre uma nova secção, com o título “Munições para *A Batalha*”, onde se referenciam os donativos pecuniários recebidos, que, em meados daquele mês, atingem o montante de 980\$54, quando a contabilidade das acções acusa 1.064 acções subscritas por 130 organismos²⁹.

Se *A Batalha* foi um dos sucessos da organização sindical que estudamos, a “Casa dos Trabalhadores”, uma iniciativa lançada no mesmo ano, ainda antes do Congresso de Coimbra, haveria de constituir um dos grandes falhanços da CGT. Na sua base, uma ideia simples, apresentada em Agosto de 1919: adquirir um imóvel onde pudesse ter sede a futura Confederação Geral do Trabalho, a administração, redacção e oficinas de *A Batalha*, e os organismos criados ou a criar pela central dos sindicatos; para esse fim, propunha o “pai” da ideia, que cada operário contribuísse, durante 10 meses, com um dia de salário; na melhor das hipóteses, se os recursos financeiros o permitissem, poderiam instalar-se nesse edifício a adquirir, no centro de Lisboa, além dos indicados e da USO-Lisboa, as federações e sindicatos da capital³⁰.

²⁸ Arquivo Histórico Social, Cx. 61, AHS 6145, ms. 319. Vide também AB, 08-06-1919.

²⁹ “Munições para *A Batalha*”, AB, 19-05-1919 e “Associações que cumprem o seu dever”, AB, 27-05-1919.

³⁰ AB, 22 e 28-08-1919.

Referindo-se a esta iniciativa como uma «ideia generosa» que era imperioso concretizar, o “apóstolo do anarquismo” Neno Vasco, numa prosa visionária e arrebatadora, mas muito desfasada da realidade, viria a proclamar a construção, não de uma, mas de muitas «Casas dos Trabalhadores, vastas e luminosas, com amplas salas para assembleias, bibliotecas, conferências, concertos, espectáculos! A música, o teatro, a arte declamatória e didáctica, todas as artes, servidas pelos artistas sindicados, enchendo os merecidos ócios do trabalhador, enriquecendo-lhe o cérebro, burilando-lhe o sentimento! Grandiosa e tentadora empresa!»³¹

No fim do ano, já se registam donativos, ainda que modestos (150\$80), para mais esta “causa”; internamente à CGT, um grupo de trabalho estuda alvitre e propostas apresentadas desde Agosto por muitos operários, aguardando-se a apresentação de relatório nos primeiros dias de Janeiro de 1920. Está a caminho a constituição de uma *Comissão pró-Casa dos Trabalhadores*, cujos trabalhos se iniciarão em breve, em ordem à realização de um projecto que ficará por concretizar, sequer numa versão modesta e simplesmente utilitária, muitíssimo longe da “visão” de Neno Vasco, como se veremos mais adiante.

2.2. A frente da sobrevivência e dos direitos

O fim da Guerra não trouxe consigo o fim da carestia e a melhoria das condições de vida da população. Os preços tinham praticamente triplicado em quatro anos e mantinham a tendência para subir: em valores médios nacionais, o aumento dos preços tinha sido de 193%, com diferenças significativas à escala local e regional – por exemplo, em Lisboa, a variação foi de +134%, enquanto no Porto variou o dobro, isto é, +278%; a variação dos salários acompanha a tendência, mas fica-se por valores mais baixos – em 1918, face a 1914, contabiliza-se uma variação de +170%, portanto, 22 pontos percentuais abaixo do índice acumulado do aumento dos preços; mas, também aqui se verificam diferenças locais e regionais³².

Há que considerar ainda, neste quadro, o desfasamento temporal entre os aumentos dos preços e dos salários (aqueles é que puxam estes) e o facto de, além das disparidades locais e regionais, alguma recuperação do nível de vida através do aumento dos salários não é um fenómeno geral, estando apenas ao alcance dos grupos profissionais com maior poder reivindicativo. Essa recuperação foi obtida, essencialmente, pela via da pressão laboral e em muitos casos pelo recurso à greve,

³¹ “A Casa dos Trabalhadores e as oito horas”, *AB*, 14-10-1919.

³² Os índices apresentados foram calculados a partir da informação publicada no Boletim da Previdência Social, editado pelo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios, para os anos em causa, retomada por diversos autores, como A. H. de Oliveira Marques – *História da I República Portuguesa: as estruturas de base*, p. 367, Fernando Medeiros – *A sociedade...*, pp. 134-135, ou Douglas Wheeler – *História política...*, p. 196.

deixando de fora desse processo a maioria da população, cujas condições de vida pioram significativamente no período aqui estudado. Como expõe em comunicado publicado no seu diário, em Maio de 1919, a UON tinha exactamente isso em mente, ao exortar o operariado, um ano antes, a conter os movimentos visando o aumento dos salários, passando assim uma mensagem ao governo para tomar medidas de contenção dos preços e de combate à especulação, em especial no respeitante aos bens de primeira necessidade; o governo, adianta o comunicado da UON, teve pois praticamente 10 meses sem greves, mas desaproveitou a oportunidade para fazer o que devia; não o tendo feito, e apesar de a central sindical continuar a perfilhar a ideia de que as reivindicações salariais isoladas, levadas a efeito por cada classe, só transitoriamente resolvem o problema, mas apenas da classe e não da totalidade dos produtores-consumidores, a UON apoia os movimentos por aumento de salário levados a efeito por várias corporações sindicais que se multiplicam no segundo trimestre de 1919³³.

Crise e carestia são palavras comuns no discurso operário e na sua imprensa; a maioria das movimentações operárias e das greves registadas em 1919 têm-nas como causa. Um editorial de *A Batalha*, em Maio daquele ano, para dar apenas um exemplo, relacionando as greves com o custo de vida e os salários, apresentam-se as seguintes contas: entre 1914 e 1919, os salários cresceram 88% e o preço dos produtos de 1ª necessidade cresceu 201%; o gasto médio de uma família operária constituída por marido, mulher e 2 filhos, só em bens essenciais é de 55\$40, quando o rendimento médio dos agregados operários é de 37\$50³⁴.

A central dos sindicatos acompanha e impulsiona acções contra a carestia, que um é tema central em *A Batalha*, fértil em noticiário sobre a falta de pão em vários locais e a má qualidade deste produto de primeira necessidade; também falta o peixe e os legumes e o carvão é vendido com senhas. Em *A Batalha*, vários nomes de referência são chamados a pronunciar-se sobre os remédios possíveis para a carestia, como Adolfo de Moraes e muito especialmente Ezequiel de Campos, de quem se regista uma colaboração sobre esta matéria em pelo menos oito números do jornal, entre 25 de Março e 6 de Abril de 1919.

O ano é recheado de greves operárias, com particular incidência nos meses de Abril a Julho: pela informação publicada no diário operário, entre Janeiro e a data do Congresso de Coimbra contabilizam-se mais de 80 greves e paralisações, que têm por objectivo, maioritariamente, o aumento de salários, sendo que algumas unem a este objectivo a aplicação do horário de trabalho de 8 horas. De assinalar são ainda as duas greves de solidariedade com os grevistas da CUF (uma, a nível local, no Barreiro, e outra no âmbito “metropolitano” de Lisboa e arredores), as greves locais em Viana do

³³ “Em face dos acontecimentos – A atitude da UON”, *AB*, 06-05-1919.

³⁴ “O custo de vida, os salários e as greves”, *AB*, 11-05-1919.

Castelo e terras vizinhas, contra a falta de pão, em Abril, e as greves gerais sectoriais corticeira, com duração de 10 dias, em Abril, e dos operários do sector mobiliário (de facto, restrita a Lisboa e pouco mais) em Julho. Nos Apêndices A e K dá-se a lista da greves cuja existência se referenciou neste período e sua distribuição geográfica e sectorial.³⁵.

Entre as greves referidas, provavelmente as mais emblemáticas foram a dos operários da CUF e a dos ferroviários.

A primeira, pelos motivos que lhe deram origem (o despedimento de 40 operários da empresa, relacionados com a formação da associação de classe do pessoal da companhia, no Barreiro, e depois de uma secção em Lisboa) e por ser contra quem foi, Alfredo da Silva, “patrão” da CUF e então um dos nomes mais importantes do patronato português, com interesses em vários sectores da indústria, banca e transportes, designadamente. Essa segunda greve, iniciada nos últimos dias de Maio, teve primeiro a solidariedade moral das organizações operárias locais, do Barreiro, que realizaram uma greve geral de apoio àqueles grevistas; depois, tem lugar uma greve geral de 48 horas, que se pretendeu nacional, mas que se restringiu a Lisboa e algumas localidades dos arredores, proclamada em 17 de Junho pela USO-Lisboa, que na véspera promovera um comício (seguido de desfile pelas ruas de Lisboa, do parque Eduardo VII até às instalações da CGT e de *A Batalha*), onde foi votada a greve; como acção complementar, foi declarado pelas organizações operárias o boicote aos produtos da União Fabril, estendendo-o às lojas que os tivessem à venda³⁶. A solidariedade material com os operários da CUF em greve, que se exprime a partir de Junho de 1919, reunirá em cerca de um mês mais de 2.150\$00, uma verba equivalente a 150 salários diários³⁷.

³⁵ São de amplitude diversa os movimentos grevistas recenseados, incluindo quer uma greve ao nível de uma oficina, até à greve geral numa localidade e à greve geral de uma classe profissional, critério que foi mantido na análise de outros períodos da vida da organização. Retomando o que se referenciou na Introdução, o levantamento das greves a que se procedeu não teve com objectivo elaborar uma lista definitiva dos movimentos grevistas registados no país entre 1919 e 1927 – o número de fontes utilizadas e as características destas não o permitiriam, e nem sequer se procurou definir uma tipologia inequívoca de classificação desses movimentos, como fez José Manuel Tengarrinha (ver “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, *Análise Social*, n. 67-68 (1981), pp. 573-601); o objectivo desta lista foi, isso sim, ganhar enquadramento para as greves mais importantes (pela sua duração, número de locais e/ou classes profissionais abrangidas, pelo número de trabalhadores envolvidos ou ainda pelos seus efeitos reais ou potenciais, na vida social, política e económica. Tengarrinha contabiliza 362 greves no ano de 1919 (op. cit.), enquanto o primeiro secretário-geral da CGT refere somente 25 (Manuel Joaquim de Sousa – *O sindicalismo em Portugal*, p. 177).

³⁶ O boicote (ou boicotagem) era uma das “armas de luta” adoptadas pelo sindicalismo de inspiração anarquista no campo da acção directa, que incluía ainda greves e sabotagens. Foi usado em Portugal, neste período, com alguma frequência: a organização operária fê-lo, por exemplo, em relação à CUF e ao jornal *O Século*.

³⁷ A solidariedade material do operariado nas causas para que foi, então, mobilizado evidencia um alto grau de generosidade; era comum, aliás, decorrerem várias campanhas de solidariedade em simultâneo: no período de Maio a Dezembro de 1919 terão sido, pelo menos, campanhas a favor de *A Batalha*, de apoio aos grevistas da CUF, aos marceneiros de Lisboa, de solidariedade com os gráficos das casas de obras e com os Farinheiros de Almada, de apoio às cozinhas comunistas instituídas quando da

Quanto à greve, em si, que se manteve por mais de um mês, é dada como finda em 5 de Julho, terminando com a aceitação pelos operários da plataforma proposta pelo governo; várias centenas de operários (200, segundo o jornal *Avante*, e 500, segundo *A Batalha*) serão despedidos pela CUF em resultado desta greve³⁸. Quanto à segunda, referimo-nos à greve dos ferroviários da CP, iniciada em 2 de Julho e que durou 62 dias, mobilizando mais de 3 mil trabalhadores (a que se mantiveram alheios os ferroviários do Estado), o seu impacto económico e social levou o governo a envolver-se na sua solução – sobretudo por meios violentos, que incluíram a utilização do “vagão-fantasma”, determinada pelo ministro da Guerra, para “evitar” acções de sabotagem e “garantir” a segurança dos passageiros³⁹ – e também a UON, esta por solicitação do comité de greve, apesar de o Sindicato Ferroviário não ser aderente da central dos sindicatos; a sua ocorrência determinará o adiamento *sine die* do Congresso Operário Nacional de Coimbra⁴⁰. Pela sua longuíssima duração, assinalem-se ainda a greve dos operários Cerâmicos de Sacavém, cuja paralisação durou mais de 100 dias, e a dos Marceneiros de Lisboa, que chegou a envolver operários de mais de 120 oficinas e a motivar a realização de uma greve geral da indústria, a nível local, que nas vésperas do Congresso de Coimbra se mantinha ainda em algumas empresas, somando, nestas, mais de 60 dias.

O governo intervém, mobilizando a tropa, forças militarizadas e policiais contra os grevistas, registando-se acontecimentos graves em vários locais (registam-se mortes em Vila Nova de Gaia, quando da greve dos Tanoeiros e em Olhão, em Agosto, durante a greve dos Marítimos locais) e o Barreiro foi praticamente ocupado por militares quando da greve geral, local, de solidariedade com os operários da CUF (Junho); depois, ainda em relação com a greve da CUF, o governo proíbe manifestações públicas e desencadeia acções de retaliação visando organizações e militantes sindicais, mais duras após a greve geral nacional de apoio àqueles grevistas – medidas que incluíram o

greve dos ferroviários; o total das verbas recolhidas no conjunto dessas acções atingiu 7.746 escudos (38,64 EUR), o valor de mais de 200 salários diários.

³⁸ *Avante*, 07-07-1919 e *AB*, 06 e 07-07-1920 dão conta do fim dessa greve e das condições impostas aos operários. É de assinalar a avaliação que a UON faz desta greve geral de solidariedade com os grevistas da CUF: primeiro, num editorial do seu diário, escrevera-se que a organização operária saía desta luta mais forte, ativa e robusta (“O momento”, *AB*, 21-06-1919); depois – e esta será a “verdadeira” posição da organização, vertida que foi no relatório da comissão administrativa da 1ª Secção da UON ao Congresso de Coimbra, antes aprovado em Conselho Central da UON – considerou-se que aquele movimento não prestigiou a organização e que os resultados vieram a confirmar a previsão de vários delegados antes da eclosão do movimento (“Relatório da Comissão Administrativa da UON [1ª Secção] a apresentar ao II Congresso Operário Nacional”, *AB*, 13 e 14-09-1919).

³⁹ *AB*, 23-07-1919. O “vagão-fantasma” consistia, basicamente, num vagão “carregado” de grevistas presos, atrelado à frente da locomotiva dos comboios, destinado a evitar que fossem perpetrados actos de sabotagem.

⁴⁰ Mais de 3 mil trabalhadores ferroviários em greve, regista o *Avante*, em 25-26 de Julho, adiantando que «a maior parte do pessoal de via da CP já está empregado em trabalhos de campo», ganhando salários entre 2\$00 e 2\$50, mais elevados portanto que os 1\$10 a 1\$25 que auferiam como ferroviários. A greve dos ferroviários da CP é referenciada no relatório da UON (1ª Secção) ao Congresso de Coimbra como o «maior acontecimento operário dos últimos tempos» - ver no subcapítulo 3.1 deste estudo uma síntese daquele documento, que reproduzimos, em versão integral, no anexo C.

encerramento e a selagem das instalações da UON, de *A Batalha* e da Federação da Construção Civil, em Lisboa, durante vários dias, em Junho, realizando acção idêntica nos primeiros dias de Agosto, um mês em que as forças policiais procedem ao encerramento das sedes de sindicatos em vários locais; a prisão de operários e de sindicalistas atingiu as dezenas, uma parte deles transferidos das suas localidades para Lisboa, a maioria relacionados com as greves.

O patronato, por seu turno, responde à movimentação operária, em alguns casos com grande dureza – em Évora, no fim de Maio, as fábricas de cortiça estão encerradas, por *lock-out* patronal, dispondo-se os industriais a reabri-las somente quando os operários desistirem do aumento de salário de 40% obtido na última greve, no mês anterior, uma acção que afecta 800 famílias⁴¹; além disso, exige do governo medidas de combate à agitação social e laboral, e tenta quanto possível eximir-se à aplicação da lei do horário de trabalho de 8 horas; em Lisboa, após a greve geral de solidariedade com os grevistas da CUF, é o patronato metalúrgico que declara *lock-out* dos estabelecimentos industriais, deixando sem trabalho mais de 10 mil operários; no Porto, no fim de Junho, são os industriais de padaria que tomam idêntica medida, para fazer frente à movimentação dos manipuladores de pão (padeiros) da cidade por aumento de salários; em Junho, são os patrões da indústria gráfica, em Lisboa, que decidem o *lock-out* em resposta à paralisação dos gráficos em protesto contra o assalto policial e o encerramento de *A Batalha*; no Porto e em Gaia, em Agosto, são os industriais metalúrgicos que fecham as oficinas, contra a lei do horário de trabalho de 8 horas.

A UON e os restantes organismos operários assumem neste período a defesa de diversas causas: a primeira, de ordem laboral, de redução do horário de trabalho, que o governo de José Relvas fixou em 48 horas semanais (decreto 5516, de 07 de Maio de 1919), exercendo pressão no sentido da sua aplicação efectiva, a que o patronato em geral procura eximir-se, primeiro pela pressão junto do governo, exigindo o adiamento da sua aplicação, e depois pelo não cumprimento puro e simples, procurando designadamente contornar a legislação impondo horários mais longos aos seus operários, e noutros casos, através do expediente das horas extraordinárias; complementarmente, a organização sindical tenta levar o governo a estender a legislação aos trabalhadores dela excluídos, os trabalhadores domésticos e os rurais, sem que o tenha vindo a conseguir⁴². Uma segunda causa, relativa às liberdades, tem

⁴¹ AB, 25-05-1919.

⁴² O decreto excluiu explicitamente os trabalhadores rurais e os domésticos do direito ao horário de trabalho de 8 horas diárias (48 horas semanais), fixando ainda em 7 horas/dia o horário dos trabalhadores empregados em instituições de crédito, de câmbios e escritórios. A regulamentação do referido decreto foi feita meses depois, em Setembro de 1919, através do decreto 6121, de 23-09-1919, que vigorou até ao ano de 1922; o novo regulamento, pelo decreto 8244, de 08-07-1922, entre outras alterações, considerou integrantes dos trabalhadores domésticos os empregados de leitarias, hotéis, restaurantes e similares. Um decreto de 20-05-1925 alterou o citado regulamento, continuando a manter-se excluídos os trabalhadores rurais e os domésticos. Ver sobre esta matéria, designadamente, Maria Cristina Fernandes Rodrigues –

várias linhas de acção: a denúncia das violências praticadas pelas autoridades e forças policiais sobre trabalhadores e sindicalistas a pretexto de responsabilidade em alterações da ordem pública, sob a acusação de bolchevismo ou de, em situações de greve, exercerem violência sobre não-grevistas (na gíria sindical, os “fura-greves” ou “amarelos”), a defesa do direito de organização e de reunião, a afirmação do direito à reivindicação e à greve, e a exigência da liberdade para os presos por questões sociais, avultando nesta a reclamação continuada e persistente, no primeiro semestre de 1919, do regresso dos 30 operários agrícolas deportados na sequência da greve geral de Novembro de 1918, através de comícios, moções, *démarches* da UON e do advogado do seu conselho jurídico directamente junto do governo, o qual veio a ordenar o regresso à metrópole de todos trabalhadores que estavam deportados em Angola⁴³, ainda que tenha logo a seguir decidido “congelar” o regresso de uma parte deles, que veio a concretizar-se, na sequência de muitos protestos, só depois de terminada a greve dos ferroviários, nas vésperas do Congresso de Coimbra.

O período que aqui tratamos foi marcado, como se assinalou, por uma elevadíssima conflitualidade social, que se prolongará para além do próprio Congresso de Coimbra. Muitos dos mais conhecidos e activos dirigentes sindicais passaram pela prisão neste período (Rosendo José Viana, Alfredo Monteiro, Raul Baptista, Carlos José de Sousa, entre outros); a acção repressiva das autoridades foi uma constante, acentuando-se ao mesmo ritmo dos movimentos grevistas e da contestação operária, a que deram voz, entre outros, *A Batalha*, e o seu “jornal-irmão” *Avante*, que se publicou, como «diário operário da tarde», em Lisboa, entre 20 de Junho e 5 de Agosto de 1919 (42 números), numa boa parte reproduzindo os conteúdos publicados em *A Batalha*, cujos tipos e corpo redactorial partilhava; foram seus redactor principal e editor, respectivamente, Carlos José de Sousa e Francisco Direitinho.

2.3. A frente organizativa

Em matéria de organização, as duas Secções da UON (Porto e Lisboa) realizam reuniões conjuntas para definição de estratégias e articulação de acções, que visam, no essencial, a constituição de Federações de Indústria e de Uniões locais de sindicatos, a

Trabalhar em Portugal (1910-1933): Análise da legislação sobre os direitos dos trabalhadores. Assinale-se, em relação aos rurais, que mesmo no meio operário era dominante a opinião de que o horário de trabalho de 8 horas constituía uma utopia, como refere um sindicalista de então, «dada a circunstância dos trabalhos agrícolas exigirem o aproveitamento de certos ensejos do tempo»; todavia, em Silves, ele foi imposto pelo operariado rural depois de uma greve em 1924, da qual resultou também a formação de um sindicato rural na localidade, que chegou a congregar mais de 400 associados (José dos Reis Sequeira – *Relembrando e comentando*, pp. 38-40).

⁴³ AB, 10-05-1919; na edição de 04-07-1919, o jornal publica uma fotografia dos deportados que regressaram, identificando nominalmente estes, um outro que faleceu na viagem e os que as autoridades retiveram em Angola.

formação de novos organismos primários de classe e a reorganização, se necessário, dos existentes, bem como a dinamização dos sindicatos Únicos.

Regista-se neste período alguma dinâmica de constituição de novos organismos sindicais – das Engomadeiras de Lisboa (Março), do Sindicato Operário do concelho de Sabroso (Abril), dos Sapateiros de Portimão (Maio), da Associação de Classe dos Marítimos da Nazaré (Julho); no funcionalismo público constituem-se as associações de classe do Pessoal da Assistência Pública de Lisboa, que atinge rapidamente 321 associados (Março), e a do Pessoal das Secretarias de Estado e suas Dependências, em Lisboa (Abril); ainda no segundo trimestre do ano há notícia da organização de novos sindicatos no Barreiro (Construção Civil e das Costureiras), da Associação de Classe do Pessoal Menor dos Liceus do País e dos Operários Cartonageiros de Lisboa, e, entre os Rurais, a reactivação da Associação de Évora e da próxima formação, em Almada, da associação local dos Trabalhadores Rurais; ao mesmo tempo, são reorganizadas algumas associações de classe, como a da Construção Civil em Loulé (Junho), e há tentativas de organização sindical em vários locais, como Abrantes, onde se procura constituir um sindicato misto (Junho), e os manufactores de calçado de Aveiro propõem-se idêntico objectivo. Nas Artes Gráficas, é a própria Federação do Livro e Jornal que passa por um processo de reorganização, que se estende ao Conselho Inter-Federal do Porto e às Ligas de Artes Gráficas de Setúbal e de Santarém.

Mas, a mais marcante das associações então formada foi, sem dúvida, a Associação de Classe da Companhia União Fabril (CUF), que surge plena de dinamismo, criando-se de imediato uma secção em Lisboa; saudada entusiasticamente pela UON e apresentada como um exemplo a seguir pela organização operária, aquela associação sofrerá de imediato um fortíssimo ataque por parte da administração da CUF, que adoptou medidas contra aquela associação de classe e contra os seus promotores e aderentes, incluindo o despedimento de muitos deles, um processo que se desenrolará durante vários meses, como já foi referido, culminando com o encerramento da associação de classe e o despedimento de algumas centenas de funcionários da empresa⁴⁴. Identificam-se igualmente várias tentativas no sentido da fusão de organismos representativos de pessoal da mesma classe (caso das duas associações de classe dos operários da Régie dos Tabacos, em Lisboa) e de organismos de classes consideradas próximas do ponto de vista da actividade profissional (é o caso da Associação de Classe dos Pintores da Construção Naval e da Associação de Classe dos Pintores da Construção Civil, ainda que entre estes últimos haja uma corrente que defende a sua entrada no Sindicato Único

⁴⁴ Sobre o processo de formação da associação de classe do pessoal da CUF, em Abril de 1919, e as primeiras acções da empresa contra aquela, veja-se *A Batalha* de 07, 17 e 20-04-1919. Antes desta, tinha já existido na CUF uma associação de classe, o Grémio Recreativo CUF, que por acção da administração da empresa se tinha esvaziado, perdendo o carácter de organismo de classe e convertendo-se numa associação recreativa. A nova Associação do Pessoal da CUF foi organizada de forma semi-clandestina, e à data da inauguração da sua sede, no Barreiro, tinha cerca de 800 sócios.

da Construção Civil de Lisboa; e é também o caso das Associações do Pessoal da Estiva, Descarregadores do Porto de Lisboa e Moços e Marinheiros, que a Federação Nacional dos Transportes Marítimos procura fundir, ao mesmo tempo que se propõe discutir com a Federação dos Trabalhadores do Mar e Terra a formação de uma única federação do sector⁴⁵.

Mas há também ocorrências de sinal contrário, como acontece com o pessoal de escritório da Companhia das Águas de Lisboa, que o Sindicato dos Empregados de Escritório procura atrair (festejando, aliás, publicamente, algumas adesões individuais), cuja associação de classe acaba por se fundir com a associação de classe do pessoal operário da mesma companhia, com a curiosidade de a USO-Lisboa ter “apadrinhado” esse mesmo processo⁴⁶.

Este é também um período em que ganha dimensão o movimento pro-constituição de sindicatos únicos, em diversas classes profissionais e localidades, um processo mais relevante e importante do ponto de vista do avanço da organização, que o próprio Congresso de Coimbra será chamado a tratar; em Lisboa, no ramo do Comércio registam-se trabalhos tendentes à fusão num sindicato único das associações de classe existentes, de caixeiros e de empregados de escritório; por sua vez, os Mecânicos de Açúcar propõem a formação do Sindicato Único das Classes do Açúcar, englobando refinadores, confeitários, chocolateiros e pasteleiros, em Maio, quando os Marceneiros de Lisboa evidenciam em assembleia geral a necessidade de constituir o Sindicato Único Mobiliário⁴⁷; em Coimbra, são as associações da construção civil que parecem encaminhar-se no mesmo sentido; no Porto, é a USO local que nos aparece a pressionar a União de Fiandeiros e as associações dos Tintureiros e dos Tecelões mecânicos a fundirem-se numa única estrutura, desenvolvendo também iniciativas tendentes a promover a fusão de organismos, nos Alfaiates, onde a associação de classe se cindiu em duas, na unificação da classe dos carregadores e descarregadores e terra e mar do Porto e Gaia, na reorganização da associação dos Curtidores e na fusão das Associações dos Operários Fabricantes de Calçado de Fancaria com a dos Operários Fabricantes de Calçado; ainda no Porto, são várias as organizações que se pronunciam pela necessidade de um diário operário no Norte, que poderá ser uma 2ª edição de *A Batalha*, aprovando-

⁴⁵ AB, 31-03-1919.

⁴⁶ Na Companhia das Águas de Lisboa, a Associação de Classe do Pessoal de Escritório funde-se com a Associação de Classe do Pessoal Operário, em Abril de 1919. É um processo *a contrario* da tendência que a central dos sindicatos pretendia dinamizar, no sentido da extinção dos sindicatos mistos e de afirmação dos sindicatos profissionais; uma das teses em discussão no Congresso de Coimbra tratará precisamente desta questão e reflectindo os referidos pontos de vista, que põem em causa, designadamente, as associações de classe do pessoal das grandes companhias. Ao “festejar” a entrada de empregados de escritório da Companhia das Águas no Sindicato dos Escritórios, a comissão administrativa deste organismo registava que isso correspondia à tendência do pessoal de grandes companhias, de se inscrever nos sindicatos profissionais (AB, 08-04-1919).

⁴⁷ AB, 04-05-1919.

se uma proposta conjunta no sentido de levar o assunto ao próximo Congresso Operário Nacional

Mais significativo, porventura, no capítulo da constituição de sindicatos únicos, é o processo em curso entre os Metalúrgicos. No Porto, os elementos mais activos das classes metalúrgicas estão envolvidos na formação do Sindicato Único Metalúrgico local, com o apoio de delegados de Lisboa, onde se regista processo idêntico, que participam em reuniões nas associações de classe dos picheleiros, latoeiros, funileiros, guarda-soleiros e ourives (Junho), decorrendo ao mesmo tempo *démarches* no sentido da constituição da Federação Metalúrgica: dispersos, como outras classes em inúmeras associações de classe (serralheiros, caldeireiros de ferro e caldeireiros de cobre, ourives, fundidores, pregueiros, canalizadores, forjadores, carpinteiros de moldes, cutileiros, electricistas, entre outras) o processo parece avançar com firmeza em Lisboa; nesse sentido, *A Batalha* publica vários contributos de militantes de maior relevo da classe⁴⁸. Nos Metalúrgicos, como praticamente em todas as classes, o processo não é pacífico e alguns grupos profissionais aferram-se na manutenção de organismos de classe autónomos (em Lisboa, nas classes metalúrgicas, é o caso dos ferradores, que assim decidem em assembleia geral). Os entraves colocados à fusão das associações de classe no sindicato único baseiam-se na especificidade de cada classe profissional, o respectivo histórico em termos de organização, à rivalidade entre profissões e à desconfiança na possibilidade de afirmação e defesa de interesses próprios quando integrados em organismos de maior dimensão; na prática, a fusão era vista como uma perda de autonomia e uma diluição da classe.

Em Abril de 1919, a proposta de estatutos do Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa já tinha sido aprovada nas assembleias gerais das diversas classes metalúrgicas aderentes, que procedem então ao fecho das respectivas contas e começam a fazer a entrega de bens, dos livros e recursos financeiros; em simultâneo, organizam-se os livros de matrícula dos sócios e o processo de cobrança das quotas, avançando-se também com a constituição de secções sindicais em vários pontos de Lisboa (Belém, Palma, Poço do Bispo), mas também em Almada e Barreiro, na margem Sul, onde se constituem também secções do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa⁴⁹. A militância organizativa de alguns dos mais destacados elementos metalúrgicos de

⁴⁸ Há dois artigos interessantes, de António Manuel Peixe, fazendo a defesa da evolução organizativa das classes metalúrgicas para o Sindicato Único, declarando ter sido inicialmente contra e ter combatido os que defendiam aquele modelo (referindo Francisco Viana e Joaquim de Sousa) e declarando ter mudado de opinião através da leitura de artigos publicados no jornal espanhol *Solidaridad Obrera*, depois do Congresso Sindicalista de Barcelona, em Agosto de 1918. *AB*, 02 e 19-03-1919)

⁴⁹ Nos corpos sociais do novo Sindicato Único dos Metalúrgicos de Lisboa encontramos Joaquim da Silva, como secretário-geral, Ernesto Oliveira, Artur João Rijo, Guilherme de Castro, António José Alemão, José Pinto Quaresma e António Coutinho; na comissão técnica entram vários nomes que integrarão, em momentos diferentes, o núcleo dos pesos-pesados da futura CGT, como António M. Peixe, Raul Baptista e Francisco Viana. *AB*, 05-04-1919.

Lisboa leva-os ao Porto, aí participando activamente, no mês de Junho, em reuniões nas associações locais dos latoeiros, picheleiros, funileiros, guarda-soleiros e ourives, procurando impulsionar a formação do Sindicato Único Metalúrgico local, tendo como objectivo a médio prazo a constituição da Federação dos sindicatos do sector.

O mesmo fazem no Porto elementos do Sindicato Único da Construção Civil de Lisboa e da Federação da Construção Civil, onde procuram promover a constituição de Federação da Construção Civil, no Norte, até que um futuro congresso corporativo decida a constituição de uma única federação nacional.

O envolvimento de sindicalistas dos grandes centros (do Porto e de Lisboa, mas muito especialmente desta última) em actividades de organização e propaganda pelo país é assumida, generalizadamente, como uma condição para os progressos da organização; principalmente no Norte. Como assinala Sobral de Campos, depois de uma deslocação à Covilhã, a UON deveria destacar para o Norte dois ou três propagandistas, para desenvolver lá o espírito associativo e aproveitar energias dispersas e amortecidas⁵⁰.

Neste mesmo período referencia-se a criação de Uniões Locais de Sindicatos (USO) em Viana do Castelo, por decisão das direcções de nove sindicatos locais (Março), em Almada, Barreiro e Aveiro (Junho), identificando-se também em Junho tentativas de constituição de Uniões Locais em Braga, Viseu, Setúbal, Beja e Gaia, aqui envolvendo metalúrgicos tanoeiros, caixoteiros e cerâmicos; vários organismos de base aderem às Uniões locais (à USO-Lisboa, em Abril, as associações de Classe dos Fabricantes de Armas e Ofícios Acessórios, dos Operários Tecelões da Seda, do Pessoal Assalariado do Depósito Central de Fardamentos e dos Operários Cerâmicos, e, depois, o Sindicato dos Serradores da Construção Civil e Naval e o Sindicato dos Bagueteiros, Moldureiros e Vidraceiros, e dos organismo sindicais dos Operários Cesteiros, dos Curtidores de Sola e Cabedais, e dos Operários Polidores de Móveis) e à UON (da Associação dos Curtidores de Sola e Artes Correlativas de Alcanena, da Associação dos Manufactores de Vidraça da Marinha Grande e da Associação dos Trabalhadores Rurais de Vila Franca de Xira, do Sindicato dos Operários Mecânicos de Açúcar, do Sindicato dos Tanoeiros, do Sindicato Operário de Luanda (misto) e da Liga das Artes de Viação Portuense.

Em matéria de organização, as nossas fontes referenciam, a par das realizações, o indiferentismo operário em muitos locais, o abandono a que são votados muitos organismos, bem como a incúria e falta de militância de muitos eleitos para os cargos sindicais. Entre outras necessidades que são identificadas amiúde, referencia-se a de serem eleitos para os cargos sindicais os elementos mais válidos e mais activos.

⁵⁰ AB, 16-03-1919.

Referencie-se ainda a emergência da questão da relação dos “trabalhadores intelectuais” com a central dos sindicatos operários, uma questão que será no futuro objecto de debate na CGT. Para já, encontramos Sobral de Campos a dar conta, em artigo de fundo de *A Batalha*, de que alguns «trabalhadores técnicos» - médicos, professores, engenheiros e arquitectos – que se propõem constituir os seus sindicatos profissionais e formar a sua “federação do proletariado intelectual” em articulação com o proletariado manual.⁵¹

O 1º DE MAIO DE 1919. É num ambiente social de crescente conflitualidade que se assinala, em 1919, o 1º de Maio. A marcá-lo, do lado dos trabalhadores, uma movimentação muito vasta dos trabalhadores de exigência de aumentos de salários, as greves em curso dos Estofadores e Decoradores, em Lisboa, de longa duração, e a greve geral corticeira, de âmbito geográfico mais alargado; além destas, está iminente nova greve a CUF e, coincidindo com aquela data, entram em greve os operários municipais de Lisboa, o pessoal dos eléctricos, da Carris-Lisboa, e os alfaiates da capital; também na véspera, o pessoal dos caminhos-de-ferro das empresas particulares aprova a greve geral em princípio; do lado do governo, verifica-se um endurecimento da linguagem, multiplicando-se as declarações sobre a necessidade de aplicação de medidas contra a propaganda bolchevista, que considera estar na base da agitação laboral em curso.

A preparação das acções evocativas do 1º de Maio teve início ainda durante a primeira quinzena de Abril, com sessões de propaganda realizados em vários sindicatos.

Respondendo aos convites recebidos, a UON nomeia delegados da Central aos comícios locais; a representação restringe-se a 8 locais fora de Lisboa: Covilhã, Alcanena, Alpiarça Montelavar, Setúbal, Évora e Beja, que teve a maior representação da central dos sindicatos⁵²; mas realizam-se comícios em outros locais, promovidos pelas USO e/ou pelos sindicatos mais representativos. Em Lisboa, realiza-se um comício nos terrenos do Parque Eduardo VII, no qual todos os elementos da Comissão Sindical de Propaganda da UON pronunciam discursos⁵³ e para cuja realização cada organismo foi instado a contribuir com a verba de 1 escudo; no Teatro S. Luís, em Lisboa, homenageia-se *A Batalha*, num serão artístico em que é executado, pela primeira vez em público, o Hino de ‘*A Batalha*’, pelo Orfeão Social. A data, escreve-se em *A Batalha*, a 3 de Maio, foi comemorada em todos os centros operários do país, com destaque para o «comício monstro» em Lisboa, que terá reunido 30 mil pessoas⁵⁴, e para

⁵¹ “Os técnicos e o sindicalismo”, *AB*, 19-05-1919.

⁵² Representação oficial da UON nos comícios do 1º de Maio de 1919: Abel Pereira, na Covilhã; Bernardino dos Santos, em Alcanena; António Canha e Joaquim de Sousa, em Alpiarça; Perfeito de Carvalho, em Lisboa; Vítor Martins, em Almada; António Peixe e Miguel Correia, em Setúbal; Raul Baptista, em Évora; João Barbosa, Manuel Joaquim de Sousa e Vital José, em Beja.

⁵³ *AB*, 29-04-1919.

⁵⁴ Carlos da Fonseca – *O 1º de Maio em Portugal (1890-1990): crónica de um século*, p. 62.

os comícios no Porto, Coimbra, Setúbal, com abandono do trabalho; no Porto, a cidade tem o aspecto dos dias feriados, com os eléctricos parados e quase todos os estabelecimentos industriais e comerciais encerrados, e milhares de pessoas no comício das Fontainhas, sendo aprovada uma moção, depois entregue no governo civil de apoio às reivindicações sociais e económicas apresentadas pela UON⁵⁵. Pela leitura do diário operário, contam-se 32 locais onde se assinalou o 1º de Maio – nem todos por iniciativa das organizações sindicais do universo UON – de forma muito diversa, embora, em alguns casos com manifestações singulares, a fugirem ao espírito sindicalista, como em Castelo Branco, organizada pelos socialistas, onde se engalanaram ruas, se distribuiu um bodo a 25 pobres e, a fechar, se realizou um baile.

OS CONGRESSOS CORPORATIVOS SECTORIAIS. No ano do congresso fundacional da CGT, e antes deste, a organização sindical da Construção Civil e a do Calçado realizam igualmente os seus congressos, ambos também em Coimbra; imediatamente a seguir ao Congresso Nacional reuniu os Caixeiros, em Santarém⁵⁶.

O II Congresso da Construção Civil, que registou a adesão de 44 sindicatos, reuniu de 10 a 12 de Setembro, com a presença de delegados de 39 sindicatos; foram discutidas duas teses («Organização» e «Uniformidade de Salários»), mas os delegados ocuparam-se especialmente dos estatutos da Federação Nacional do sector, cuja formação foi ali aprovada, em substituição das duas Federações que antes existiam, a do Norte e a do Sul, às quais *A Batalha* assinala divergências tácticas e de processos de combate. O Congresso elegeu ainda a comissão administrativa da Federação Nacional da Construção Civil, à frente da qual fica Joaquim Cardoso, que já desempenhava cargo idêntico na Federação da Construção Civil-Sul, à data editor de *A Batalha*.⁵⁷

O II Congresso do Calçado teve a adesão de 17 sindicatos, tendo reunido nos dias 11 e 12 de Setembro. As teses em discussão incidiam sobre a «Uniformização dos salários», a «Entrada da mulher na Indústria» e «A mecânica na indústria de calçado», já apresentada no primeiro congresso; mas a principal missão do congresso era discutir a formação do organismo federativo dos sindicatos do sector, que é aprovada, com a designação de Federação da Indústria de Calçado, Couros e Peles – cujos estatutos foram aprovados. O Congresso elegeu também parte dos membros da futura comissão administrativa federal – Jerónimo de Sousa, Amantino Nascimento e Manuel Silva Campos – aos quais cometeu a representação da Federação no Congresso Operário

⁵⁵ *Jornal de Notícias*, 05-05-1919.

⁵⁶ O VI Congresso dos Caixeiros será tratado no capítulo II deste estudo.

⁵⁷ Sobre o Congresso da Construção Civil, ver especialmente *A Batalha*, 09, 12 e 14-09-1919. No Congresso Operário Nacional estiveram representados 43 sindicatos do sector. A composição da comissão administrativa da Federação Nacional da Construção Civil eleita no Congresso foi a seguinte: Joaquim Cardoso, secretário geral; Alberto Dias, secretário administrativo; Teófilo Luís Esteves, secretário adjunto; Luís Fernandes, arquivista; Pedro Boaventura e Joaquim Francisco, respectivamente, tesoureiro e tesoureiro adjunto; António Brás, cobrador.

Nacional, deliberando ainda que os restantes membros da comissão administrativa fossem eleitos pelo Conselho Federal.⁵⁸

3. O II CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL DE COIMBRA E A CRIAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

3.1. Ainda a greve geral de Novembro de 1918 e a preparação do Congresso

O Conselho Central da UON, reuniu em 3 de Abril de 1919, em Lisboa, para discutir o relatório da comissão administrativa sobre a greve geral de Novembro de 1918, apresentado pelo secretário-geral, Alexandre Vieira e subscrito por todos os elementos que constituem a comissão administrativa – Manuel da Conceição Afonso, Joaquim de Sousa, Henrique Vieira, Eduardo Jorge, além do secretário-geral; Manuel Joaquim de Sousa preside à reunião, que conta com a presença de 48 delegados. A discussão do documento ocupará três sessões do Conselho Central.

O conteúdo do relatório mantém-se reservado; sobre o seu conteúdo, sabe-se então o que *A Batalha* “filtra” para o exterior, nos curtos relatos que publica sobre as reuniões daquele órgão da central dos sindicatos, em que dá nota igualmente da controvérsia ali instalada⁵⁹.

O relatório detalha as acções empreendidas pela UON junto do novo poder saído da revolução sidonista de 5 de Dezembro de 1917 e depois o contexto e o processo de discussão e decisão de realização da greve geral. No relato da reunião do Conselho Geral que publica em *A Batalha*, a “fonte” refere que o documento em discussão «salienta o facto de várias classes não secundarem, como deviam, o movimento grevista, cuja eclosão os seus delegados afirmaram elas estarem preparada». A conclusão do relatório é a apresentação de uma proposta de realização de um congresso nacional dos sindicatos, no prazo de três meses, onde, entre outros assuntos, «se modificará a estrutura da Central dos Sindicatos, de modo que possa adaptar-se às necessidades do momento», uma tarefa que, recordamo-lo, havia sido determinada à UON no congresso da sua constituição (Tomar, 1914) para ser concretizada em 1916.

Algumas classes profissionais saem muito maltratadas do relatório; é pública discordância manifestada, designadamente, pelos delegados da Construção Civil de Lisboa sobre a forma como é referida a participação da classe nos acontecimentos, e

⁵⁸ *A Batalha* refere 17 sindicatos aderentes e 14 representados na abertura do Congresso; na contagem que fizemos dos sindicatos do sector aderentes ao Congresso Operário Nacional, contamos 18. As informações sobre o Congresso do Calçado foram colhidas em *A Batalha*, 07, 08 e 23-09-1919.

⁵⁹ Ver *AB*, 05 e 13-04-1919. Sobre as circunstâncias desta greve geral e do seu fracasso, veja-se o que se escreveu atrás, no subcapítulo “A União Operária Nacional (1914-1919).

sabe-se de vários outros delegados que procuraram justificar no Conselho a atitude das respectivas classes; alguns delegados sentem-se pessoalmente visados, sobretudo quando o relatório referencia o excesso de voluntarismo e de entusiasmo da maioria dos representantes dos sindicatos de Lisboa, que, sem cuidarem das condições concretas tinham conseguido fazer vingar a decisão da greve geral imediata, sem que as suas classes profissionais estivessem mobilizadas para aquela acção, vindo a ter nela participação irrelevante ou mesmo nula: como se escreve no diário operário, na edição de 13 de Abril, «sobre a atitude duvidosa de certos elementos operários, no movimento grevista a que o relatório se refere, levantou-se acesa discussão», vindo a ser nomeada, quando da aprovação do relatório, uma comissão de inquérito «para esclarecimento da verdade».

O documento põe também em evidência, elogiando-a, a atitude dos rurais e dos ferroviários do Sul e Sueste, que «sem receio de pressões e desprezando calúnias, abandonaram o trabalho, logo após a proclamação da greve feita pela U.O.N.» Uns e outros serão vítimas de dura repressão – despedimentos, prisões e deportações, entre os rurais, demissões e prisão, entre os ferroviários.

Nos ferroviários do Sul e Sueste, a greve teve outras consequências, de ordem interna: nas eleições realizadas no mês de Abril de 1919, a lista contrária à orientação seguida pela UON tinha ganho as eleições; por essa razão, a comissão administrativa (pro-UON) ainda em funções, decide suspender as relações daquela Associação de Classe com o movimento sindical, designadamente o representado na UON; escrevem na sua comunicação publicada em *A Batalha*: «as consequências [da greve] avolumaram a corrente política que [antes] embora aceitando transitoriamente o ingresso da classe na Organização Operária, durante o dezembrismo se manifestou sempre contra a UON e os princípios por ela defendidos», tomando a comissão administrativa aquela decisão por considerar ser este «o único caminho possível para aniquilar as tentativas de desorganização que os elementos que representam a corrente conservadora estão fazendo». Não obstante, conclui a missiva declarando-se confiante que um próximo Congresso Ferroviário avance para a constituição da federação do sector e que a classe se faça representar no II Congresso Operário Nacional⁶⁰.

Miguel Correia, daquele sindicato, é precisamente um dos elementos da comissão organizadora do Congresso de Coimbra.

O relatório da greve geral de Novembro de 1918, que integrará o relatório da comissão administrativa da 1ª Secção (que na prática funciona como “comissão administrativa nacional” da UON) só será tornado público nos últimos dias de Maio de 1919⁶¹.

⁶⁰ AB, 23-04-1919.

⁶¹ “Sobre a greve de Novembro – A acção da UON – relatório da Comissão Administrativa apresentado ao Conselho Central”, AB, 23, 26, 29 e 30-05, 02 e 06-06-1919. Acerca desta mesma questão,

A decisão da realização do Congresso Nacional, tomada no mês de Abril de 1919 pelo Conselho Central da UON, como foi referido, conforme proposta-conclusão do relatório da greve geral de Novembro de 1918, surge como corolário lógico e de realização inadiável, em consequência do fracasso daquele movimento e da identificação das respectivas causas.

Para a comissão organizadora do II Congresso Operário Nacional foram nomeados Manuel Joaquim de Sousa, dos Manufactores de Calçado, Miguel Correia, dos Ferroviários do Sul e Sueste, António Gomes do Amaral, dos Marítimos, Joaquim Francisco, da Construção Civil, e Abel Jacinto Pereira, do Arsenal de Marinha.

Paradoxalmente, durante mais de um mês fala-se pouco do Congresso, que só no final do mês de Maio passa a constituir tema central na organização; disso dá testemunho *A Batalha*, como estranha José Carlos Rates⁶²; depois, as coisas “animam”, com a publicação do projecto de estatutos da futura Confederação, das teses e, já com os trabalhos do Congresso em curso, os relatórios das comissões administrativas da 1ª e 2ª Secções da UON.

Marcado inicialmente para os dias 9 a 11 de Agosto de 1919, nos primeiros dias de Junho é decidida a antecipação do Congresso de Coimbra para os dias 19 a 21 de Julho de 1919. Razões? O facto de o Conselho Central da UON ter deliberado participar na Conferência Internacional de Amsterdão, a convite da CGT francesa, fazendo depender essa participação da prévia realização do Congresso Nacional, onde viria a ser definida, entre outros pontos, a posição da central sindical portuguesa em matéria de relações internacionais. Desde logo foram designados como delegados da UON à conferência internacional o secretário-geral, Alexandre Vieira, e como delegado indirecto, o «operário sindicado» Carlos Cid, residente em Paris⁶³. Para custear tal participação, o Conselho Central da UON aprovou uma quota extraordinária de um centavo (e, posteriormente, uma segunda quota de igual valor) a ser paga por cada operário sindicado, estando ainda autorizada a comissão administrativa, no caso de não serem conseguidos a tempo os fundos necessários, a contrair um empréstimo para o efeito. O Congresso Nacional reuniria, pois, uma semana antes da Conferência de Amsterdão.

veja-se o que se escreve no subcapítulo seguinte deste estudo, na síntese do Relatório da 1ª Secção da UON ao Congresso de Coimbra.

⁶² Isso mesmo estranha Carlos Rates, num artigo publicado no diário operário no fim de Maio de 1919: a 80 dias do Congresso «pouco se tem dito a tal respeito», cometendo ao Congresso a missão de «afirma[r] a finalidade socialista do movimento operário e aceita[r] a responsabilidade de definir as bases que devem servir uma profunda reorganização social que liberte o trabalhador intelectual ou manual da tutela patronal e do poder político.» “O próximo congresso”, *AB*, 28-05-1919; antes, sobre o tema ‘Congresso’ referenciam-se somente os editoriais “A central dos sindicatos – sobre os congressos” e “O próximo congresso”, *idem*, 20-04-1919 e 25-05-1919, respectivamente.

⁶³ A Conferência Internacional de Amsterdão, da Federação Sindical Internacional, reuniu naquela cidade holandesa entre os dias 28 de Julho e 2 de Agosto. As origens desta situam-se num congresso de delegados de organizações sindicais nacionais da Dinamarca, Noruega, Suécia, Bélgica, Alemanha e Reino Unido, realizado em 1901, em Copenhaga. Em matéria política e ideológica está próxima dos partidos socialistas, trabalhistas e social-democratas da II Internacional, formada em 1889.

Dificuldades várias haveriam de “trocar as voltas” à UON: por um lado, a recusa das autoridades francesas na concessão de visto ao delegado operário português inviabilizaria a representação da UON na conferência internacional; por outro lado, as greves e a agitação social que ocorreram nos meses de Junho e Julho (a greve ferroviária tinha, aliás, determinado um primeiro adiamento, de 8 dias, para 26-28 de Julho), e as acções repressivas das autoridades sobre os trabalhadores e suas organizações, mas especialmente a greve dos ferroviários da CP determinariam o adiamento do Congresso Nacional, primeiro para os últimos dias do mês de Agosto, depois, em definitivo, para o mês de Setembro⁶⁴.

As condições de participação dos sindicatos no Congresso Operário Nacional de Coimbra foram basicamente as definidas nos estatutos da UON, com algumas alterações: envio de 1 ou 3 delegados directos por organismo (admitindo-se, por excepção, na impossibilidade do envio de delegados directos, que fossem indirectos, na condição de serem assalariados e sindicados), e o pagamento de uma quota de participação a satisfazer no momento da adesão, não no valor estatutário de 1\$00, mas de 2\$00 «no mínimo», em razão do aumento geral dos preços, entretanto verificado, na ordem dos 300%.

Para aproveitar a deslocação de delegados ao Congresso Nacional, as classes da Construção Civil e dos Manufactores de Calçado marcam os respectivos congressos corporativos para coincidirem, grosso modo, com aquele, também em Coimbra.

Os trabalhos preparatórios do Congresso Operário Nacional animam-se a partir de Maio-Junho, como foi referido, num período dominado por movimentações operárias importantes, que incluíram greves prolongadas em vários sectores.

Na última semana do mês de Junho, *A Batalha* publica a primeira lista dos organismos aderentes ao Congresso de Coimbra e os nomes dos respectivos delegados – 35 para começar, a quinta parte os que estarão representados no II Congresso Operário Nacional, em Setembro de 1919.

3.2. Os documentos a discutir

Em conformidade com o regulamento do Congresso, a participação está aberta às Associações de Classe/Sindicatos, os únicos com voto deliberativo, e às Secções sindicais, às Federações e Uniões locais de Sindicatos, participando ainda a Comissão Organizadora e as Comissões Administrativas das duas secções da UON, todas estas apenas com voto consultivo; todos os delegados deveriam ser operários assalariados e

⁶⁴ Quanto à quota cobrada aos sindicatos para a participação no congresso internacional, foi decidido manter a quota de 1 centavo, para as despesas de deslocação e estadia do delegado indirecto, prescindindo-se da outra e propondo-se a organização proceder à devolução dos valores já entregues pelos sindicatos.

sindicados, estabelecendo-se um voto por organismo, independentemente do número dos respectivos aderentes⁶⁵.

Tendo como principal tarefa a constituição da confederação sindical e a aprovação dos seus estatutos, o Congresso de Coimbra deveria ocupar-se de outros temas, em que avultavam as questões do modelo organizativo de base dos sindicatos e sobre as relações internacionais, com teses apresentadas pela Comissão Organizadora.

A seu tempo, na fase de preparação do Congresso, aquela Comissão instou os sindicatos a apresentarem trabalhos próprios; são poucos os que correspondem à sugestão, e nem mesmo o fazem os mais importantes pelo número de efectivos, como a Construção Civil e os Metalúrgicos de Lisboa e Porto, possivelmente pelo facto de os seus interesses e pontos de vista estarem expressos nas teses da Comissão Organizadora, dado o peso que aqueles sectores têm nos órgãos máximos da UON; mas, identificam-se também organismos cujos dirigentes assumem a obrigação de apresentarem contributos próprios, inviabilizados pelos “vícios” de funcionamento desses mesmos organismos – como assinala o secretário-geral da União de Sindicatos de Lisboa, em carta a *A Batalha*, não é possível apresentar qualquer contributo devido ao irregular funcionamento daquele organismo local, devido ao «indiferentismo de certos delegados [... que] ou brilham pela ausência nas assembleias, ou, então, só constituem número para deliberar quando são 22 ou 23 horas, ficando portanto pouco tempo para o bom desenvolvimento dos trabalhos.»⁶⁶

Algumas pequenas associações de classe respondem ao apelo, enviando teses que *A Batalha* publica nos meses de Junho, Julho e Agosto, a par das “teses oficiais”: dos Operários Encadernadores e Anexos, de Lisboa (tese sobre a necessidade de desenvolvimento da organização operária nas colónias), dos Soldadores de Setúbal (tese sobre a defesa dos postos de trabalho dos operários soldadores na indústria de conservas, ameaçados pela introdução de maquinaria no sector), dos Inscritos Marítimos de Lisboa (uma moção com diversas reivindicações da classe a apresentar ao patronato), dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Setúbal (tese “O problema da aprendizagem e a exploração da mulher e do velho”), dos Fiandeiros do Porto (tese propondo a criação no Porto de um jornal operário diário, replicando *A Batalha*), dos Estucadores e Decoradores de Lisboa (tese sobre a uniformização de salários), dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã (tese no sentido da nacionalização da indústria têxtil pelo governo, senão, a imposição do horário de trabalho de 8 horas e do salário mínimo), da Liga de Artes Gráficas do Porto (tese sobre as futuras greves, a acção dos sindicatos operários e a prática de actos anti-sociais pelo proletariado); há ainda mais quatro teses a referenciar: a primeira, apresentada pela comissão administrativa da 2ª

⁶⁵ “[Regulamento do II Congresso Operário Nacional, Coimbra, 1919]”, *AB*, 13-09-1919, que se reproduz no Anexo B.

⁶⁶ *AB*, 29-06-1919.

Secção (Porto) da UON, no sentido de os novos sindicatos que se viessem a formar não submetessem os estatutos à aprovação do governo, apresentando-os isso sim à sanção da futura Confederação sindical, como forma de confrontar os governos com a sua incapacidade para aprovar uma nova lei das associações operárias, que, a ser adoptada, nos termos em que havia sido proposta meses antes, reconheceria a existência legal das federações e da própria central sindical; duas outras chegaram mesmo a figurar na ordem de trabalhos do Congresso de Coimbra – a primeira sobre “O esperanto nas relações internacionais”, a outra, com o título “Reformas imediatas”, subscrita pela Associação de Classe dos Empregados do Estado, em que se advogam várias medidas a adoptar pelo Estado (como a extinção do exército permanente e sua substituição por um «exército miliciano», o impedimento do alargamento do quadro de pessoal do funcionalismo público, a concessão de autonomia administrativa e financeira às ilhas adjacentes e colónias do Atlântico, bem como a liquidação das colónias do Índico e Pacífico) consideradas contrárias ao espírito da organização, que serão rejeitadas pelo Congresso, como adiante se verá⁶⁷; a quarta e última, dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais, aprovada na última sessão do Congresso, reivindicava que o governo desse execução às deliberações do recente congresso da classe, que incluíam designadamente a entrega das terras incultas e dos baldios às organizações dos trabalhadores rurais, para que com apoios materiais e financeiros facilitados e/ou assegurados pelo governo, as cultivassem e rentabilizassem⁶⁸.

Mas, os principais documentos propostos à apreciação do Congresso são, de facto, os da responsabilidade da Comissão Organizadora: a proposta de criação da Confederação Geral do Trabalho e os respectivos estatutos, a tese sobre as relações internacionais a estabelecer pela organização operária portuguesa com organismos congéneres nacionais e com organismos internacionais, e a tese sobre sindicatos mistos e sindicatos únicos; Manuel Joaquim de Sousa figura como relator dos dois primeiros, e Miguel Correia do último.

O projecto de estatutos da CGT, que virá a ser aprovado no Congresso de Coimbra, foi publicado para discussão três meses antes, em Junho de 1919⁶⁹; no respectivo preâmbulo precisam-se os objectivos e a oportunidade da criação da CGT, em conformidade com as deliberações do I Congresso Operário Nacional, em 1914, com o objectivo de substituir uma organização «imperfeita», «hesitante» e «incompetente» para assumir as novas responsabilidades impostas à organização operária no quadro da

⁶⁷ Tese “Reformas imediatas”, da Associação dos Empregados do Estado (relator Nogueira de Brito), *AB*, 05-07-1919. Em entrevista a propósito do Congresso, publicada ainda no mês de Agosto, Manuel Joaquim de Sousa já anuncia o propósito da Comissão Organizadora de apresentar uma moção contra os pontos da tese considerados «fora do critério sindical». “O que pensa acerca o Congresso de Coimbra o secretário da respectiva comissão organizadora”, *AB*, 22-08-1919.

⁶⁸ “II Congresso Operário Nacional: documentos aprovados – Moção da organização dos trabalhadores rurais”, *AB*, 20-09-1919.

⁶⁹ “Projecto de Estatutos da Confederação Geral do Trabalho”, *AB*, 24 a 26-06-1919.

«revolução social emancipadora» que se aproxima, por uma outra organização não apenas de sindicatos, mas de sindicatos organizados em organismos locais e nas suas federações de indústria, e, por via destes, representados no organismo de cúpula, a confederação.

Mantendo o princípio que vem das bases estatutárias da UON, de autonomia do indivíduo no Sindicato, deste dentro da Federação, e desta dentro da Confederação, a proposta de estatutos preconiza a dupla federação dos Sindicatos nas Federações de Indústria e nas Uniões locais de Sindicatos, e por via destas a representação a nível confederal, admitindo embora a representação directa dos sindicatos, por excepção, nas circunstâncias que o próprio estatuto prevê.

Um outro corte importante com a prática anterior refere-se à organização das secções da “Central dos Sindicatos” – na UON, eram duas, de base geográfica, uma em Lisboa e outra no Porto – doravante duas, no Conselho Confederal, mas não de âmbito geográfico, uma das Federações e outra das Uniões Locais e sindicatos isolados; quando ao Conselho Jurídico, este órgão mantém-se, com delegados das duas secções, mas funcionando junto da Secção das Uniões Locais.

Sendo o Congresso o órgão colectivo supremo da Confederação, os estatutos dedicam-lhe um capítulo inteiro, estabelecendo a sua realização bienal e o modelo da representação dos sindicatos por delegados directos, em número de 1 ou 3, limitando-se as representações indirectas aos organismos de fora do Continente, mas impedindo mais de duas representações indirectas por delegado e obrigando que estes fossem assalariados e sindicados; no Congresso, cada sindicato tem um voto.

Como órgão colectivo de decisão máxima entre congressos, a proposta de estatutos prevê um Conselho Confederal, dividido em duas secções, como referido mais atrás, composto pelos delegados nomeados pelos organismos confederados (Federações, Uniões Locais ou Sindicatos isolados), em número de dois por organismo, mas com um único voto, estatuinto-se ainda, explicitamente, a exclusão de qualquer membro do Conselho que fosse investido de «qualquer mandato político». Com funções executivas, é proposto que a CGT tenha um Comité de 7 membros: um secretário-geral, dois secretários adjuntos, um bibliotecário-arquivista, um tesoureiro e dois vogais, eleito pelo Congresso, e respondendo perante o Conselho Confederal, a quem é conferido o poder de substituir algum dos seus membros, ou mesmo a totalidade.

Estatutariamente, o exercício de qualquer função, prestação de qualquer serviço ou delegacia será sempre gratuito, só sendo admitido o pagamento dos salários ou remunerações de trabalho perdidos em actividade confederal, pelo valor dos salários auferidos no exercício da respectiva profissão, bem como as despesas de transporte e «hospedagem».

Os estatutos fixam ainda a obrigatoriedade de as organizações confederadas usarem nos seus documentos o «distintivo» ou «label» da CGT, seja o seu símbolo gráfico ou logotipo; este identifica igualmente a caderneta pessoal que cada operário sindicado e confederado fica obrigado a adquirir e conservar, como comprovativo da sua condição de sindicado, nela sendo apostos os selos correspondentes ao pagamento das respectivas quotas do sindicato, da Federação e da Confederação⁷⁰.

O projecto de estatutos tem um capítulo específico sobre *A Batalha*, jornal diário e órgão de imprensa oficial da CGT, de orientação doutrinária «inspirada na luta de classes sociais» nos objectivos da organização confederal.

Finalmente, em matéria de recursos financeiros, o estatuto fixa uma quota de adesão a ser paga por cada sindicato, no valor de 1\$50, no acto de adesão à CGT, recebendo ainda a Confederação os seguintes valores: 10 centavos/mês por cada sindicato aderente, pago pelas Uniões Locais, e 2 centavos/mês, pago pelas Federações, por cada operário.

A tese sobre os sindicatos⁷¹, um «transcendental problema», nas palavras do relator, sobre que a Comissão Organizadora entendeu dever instar o Congresso a pronunciar-se, especialmente no ponto que se refere aos sindicatos mistos. Considerados na sua estrutura, funcionamento e acção sindical «um dos principais obstáculos ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da organização operária em Portugal» e não cumprindo «com os seus deveres para com o restante operariado organizado», eles representam, no conjunto, uma parte muito significativa dos efectivos sindicais. Do que se trata é dos sindicatos compostos por operários pertencentes a várias indústrias, que na perspectiva dos defensores dos sindicatos de indústria deveriam integrar sindicatos diversos, mas que, pela natureza do seu trabalho e entidades para as quais trabalham, se associaram num sindicato misto – são os casos do pessoal dos Caminhos-de-ferro, do pessoal do Arsenal de Marinha e do Arsenal do Exército, da Imprensa Nacional, da Companhia das Águas, da Casa da Moeda, da Companhia do Gás, da Companhia União Fabril, da Companhia dos Tabacos, da Companhia do Fósforos, dos Correios e Telégrafos, da Companhia dos Telefones, do pessoal do Município, da Companhia Carris, etc.

Na organização, há quem defenda pura e simplesmente a extinção de tais sindicatos, porque eles enfraquecem os Sindicatos de Indústria e as Federações que estes mesmos constituem, constituindo na prática um ramo à margem dentro da organização, cioso da sua autonomia e encarniçado na defesa dos interesses próprios, «na sua maioria absolutamente refractários» à organização operária, cultivando «um espírito de *coquerie*

⁷⁰ A inexequibilidade do modelo dos 3 selos-quota, verificada a muito curto prazo, levará rapidamente à adopção de um selo único.

⁷¹ “Sindicatos Mistos, de Indústria e Únicos – tese a apresentar ao Congresso Operário Nacional”, AB, 30-06 e 01-07-1919.

que por completo deturpa a noção exacta dos deveres sindicais que cada um dos seus componentes deve possuir, [ao ponto de] uma parte dessas corporações afirmarem *bastar-se a si próprias*»⁷².

Basicamente, existem na organização duas posições sobre os sindicatos mistos: a sua extinção, pura e simples, com a entrada dos respectivos associados nos diversos sindicatos de indústria das suas profissões, e uma segunda, mais conciliadora, de manter os sindicatos mistos, mas fazendo ingressar nos sindicatos das suas indústrias os trabalhadores filiados naqueles, que por esta integrariam, em simultâneo, dois sindicatos, que a tese parece subscrever, alegadamente porque “por esta forma, os operários cumpririam os seus deveres perante a organização, garantiriam eficazmente os seus interesses gerais e sem que os interesses especiais dos operários do Estado e das Companhias fosse prejudicado.»⁷³ A doutrina expressa na tese é sobretudo de grande cautela, com o objectivo de esclarecer e de fornecer informação para uma decisão ponderada pelo Congresso, numa matéria complexa, controversa e como tal capaz de abrir brechas na organização, tão mais graves quanto está em causa a organização de alguns dos mais importantes e influentes organismos do universo da UON e da futura CGT, além do mais escudados no princípio da autonomia sindical que constitui uma das bases doutrinárias do sindicalismo português⁷⁴.

⁷² Entre outros aspectos críticos apontados na tese e que persistirá nos anos seguintes, é a não adesão dos sindicatos mistos às Uniões Locais e a sua não participação em acções e movimentos por estas promovidos, assim como a não participação dos seus associados nas greves dos operários do mesmo ofício ou indústria desencadeadas pelos respectivos sindicatos de indústria.

⁷³ O fundo publicado em *A Batalha*, com o título “Teses operárias”, em 05-07-1919, vem reforçar a defesa da tese da dupla filiação dos associados dos sindicatos mistos intercorporativos. Declarando não querer impor um parecer, mas tão somente esclarecer, para que o Congresso decida como entender, aponta explicitamente o interesse de «se [...] ir restringindo a importância dos sindicatos mistos existentes e avigorando, correspondentemente, as organizações corporativas», acrescentando que «os tipógrafos da Imprensa Nacional, pertençam embora ao seu sindicato misto, não devem abandonar o seu sindicato profissional. Aos torneiros da fábrica de armas [Arsenal do Exército], aos caldeireiros do Arsenal de Marinha, a tantas outras categorias de operários em estabelecimentos particulares ou do Estado cumpre a filiação nas associações profissionais».

⁷⁴ Alguns militantes sindicais e dirigentes vêm também a terreiro discutir a matéria da tese. Casos de Joaquim de Sousa, dos Metalúrgicos de Lisboa e membro a comissão administrativa da UON, que se refere a um novo tempo que se avizinha na organização sindical, assente designadamente nos Sindicatos Únicos, referindo, no caso dos Metalúrgicos, como obstáculo ao desenvolvimento da organização «os sindicatos mistos de estabelecimentos fabris, do Estado e da indústria particular, que nos roubam os melhores elementos da classe e um terço da população desta indústria»; este artigo suscitou resposta da direcção do Sindicato dos Fabricantes de Armas (Arsenal do Exército), exactamente um dos Sindicatos Mistos cuja extinção alguns militantes propunham, contestando o argumento de os Sindicatos Mistos provocarem o enfraquecimento dos Sindicatos de Indústria, como o dos Metalúrgicos, apontando como factores para esse enfraquecimento, designadamente, a «falta de constância de esforços dos seus agregados» e relacionando a vitalidade do Sindicato do Arsenal do Exército com o esforço continuado dos seus componentes, «uma soma de esforços em que se têm esgotado duas gerações dos mais activos e dedicados militantes.» Ver Joaquim de Sousa – “Nova fase de organização”, *AB*, 08-06-1919, e Direcção do Sindicato dos Fabricantes de Armas (Arsenal do Exército) – “Sindicatos Mistos”, *idem*, 15-06-1919. Um aspecto curioso que vale a pena registar: o Sindicato do Arsenal do Exército é apresentado por *A Batalha* (“Através a organização operária: um sindicato modelar”, 05-09-1919) como um modelo a ser seguido pelos outros sindicatos: tem sede própria, com assinaláveis condições de conforto, o salário operário varia entre 1\$80 e 2\$40, e o horário de trabalho vigente é de 8 horas/dia; a quota sindical é de 10

A tese trata ainda dos Sindicatos Únicos, um tema igualmente importante na organização e sobre o qual também existem divergências, que originam choques entre organismos. Pondo em evidência as vantagens da reunião num único sindicato dos diversos organismos sindicais da mesma indústria existentes numa mesma localidade, com o objectivo de centralizar, para um melhor aproveitamento, os recursos administrativos, materiais, financeiros, e daquele que é um dos mais escassos e mais que todos essencial para a acção sindical, o “elemento humano, a tese referencia os progressos que este modelo de organização registava, ao tempo, em Portugal, a exemplo do que se verificava em Espanha, particularmente na Catalunha; registando-se todavia, por cá, um claro desencontro entre aqueles que, como os Metalúrgicos, sustentavam que a organização dos Sindicatos Únicos deveria fazer-se com base na matéria-prima, e os que advogavam que a formação dos Sindicatos Únicos de Indústria deveria ter por base a produção, como preferiam os militantes da Construção Civil – para os primeiros, o novo organismo agruparia todos os operários que trabalhavam em/com metais (ourives ferreiros pessoal da indústria naval, canalizadores, pessoal dos telefones, etc.); para os segundos, em concreto, o Sindicato Único da classe englobaria todos quantos trabalhavam na indústria da construção, incluindo o que arranca a pedra, pedreiros, carpinteiros, armadores de ferro na construção, canalizadores, pintores, etc., aplicando-se em seu entender, o mesmo critério às indústrias naval, de construção de veículos, e todas as outras.

Nas conclusões, a tese deixa em aberto a questão dos Sindicatos Mistos: são prejudiciais para a organização operária, mas a sua existência deve ser aceite, devendo eles, no futuro, moldar-se em bases que assegurassem a defesa dos interesses dos trabalhadores neles associados, contribuindo em simultâneo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da organização sindical no seu conjunto; quanto aos Sindicatos Únicos, a Comissão Organizadora declara-se favorável ao modelo adoptado pela organização da Construção Civil, por indústria.

Finalmente, a tese «Relações Internacionais»⁷⁵, que basicamente propõe ao Congresso de 1919 que retome a discussão sobre as decisões tomadas, nesta matéria, pelo Congresso de Tomar, que tinham preconizado a filiação da organização operária portuguesa na União Sindical Internacional (USI); a necessidade de tomar posição nesta matéria tinha, aliás, levado à mudança da data do Congresso Nacional, por forma a permitir que o delegado da CGT ao Congresso de Amsterdão ali pudesse apresentar a “nova” posição da organização nacional. A tese historia brevemente a formação da USI e aponta-lhe o “pecado” da excessiva proximidade aos partidos socialistas

centavos/semana; tem em funcionamento uma associação de socorros mútuos e uma cooperativa de consumo, ambas de adesão voluntária, obrigando ao pagamento de uma quota específica, servindo a cooperativa 1.600 famílias daquele e outros estabelecimentos fabris do Estado.

⁷⁵ “As relações internacionais – tese a apresentar ao Congresso Operário Nacional”, *AB*, 26-06-1919.

parlamentares, ao ponto de ser «um organismo dependente» daqueles, sem capacidade para tomar resoluções autónomas «nas quais fosse traduzido o pensamento operário internacional, dentro da luta de classes», antes adoptando as decisões dos congressos dos partidos socialistas dos diversos países, «na maior parte dos casos orientados pela social-democracia alemã»; refere-se ainda o «inevitável esboroamento» da USI em resultado da I Guerra e da fusão da «mesa zimmerwaldista com a da Nova Internacional», para se formar a 3ª Internacional, com sede em Moscovo, cujo carácter, refere-se na tese, «é fundamentalmente político».

Nestes termos, a Comissão Organizadora defende que seja constituída uma «Confederação Internacional do Trabalho [...] em moldes modernos, onde seja respeitado o princípio de autonomia das organizações internacionalmente confederadas, mas onde igualmente se faça obra revolucionária e emancipadora, com a cooperação e para benefício do proletariado.» Por isso, propõe ao Congresso que ponha de parte a resolução tomada no Congresso de Tomar, propondo-se trabalhar com organismos congéneres e intervir em conferências internacionais em acções que visem a constituição de uma tal organização, «com representantes exclusivamente operários [...] sem qualquer mandato político, não sendo estes investidos de qualquer mandato político, para que por esse organismo novo se coordene a acção geral dos trabalhadores de todos os países que aspiram ao fim comum da sua integral emancipação.»

As comissões administrativas da 1ª e 2ª Secções da UON levam ao Congresso Nacional relatórios da actividade desenvolvida (a 1ª Secção, de Lisboa, desde Maio de 1917, a 2ª Secção, do Porto, desde 1914; a apreciação desses documentos constituirá a primeira tarefa do Congresso, logo a seguir à verificação dos mandatos. Tal como as teses, os relatórios foram previamente publicados em *A Batalha*, o da 2ª Secção, por sinal, só após o Congresso.⁷⁶

Conjugando o conteúdo dos dois “documentos de prestação de contas”, os órgãos executivos da central de sindicatos apresentam-se no Congresso com um rol notável de realizações: em termos de organização, a formação de 11 Uniões Locais de Sindicatos: 5 no Norte – a USO-Porto, num processo que mobilizou 30 associações de classe da cidade e arredores, 26 das quais decidiram a formação daquele organismo, extinguindo em simultâneo a Federação das Associações Operárias e liquidando, em definitivo, a

⁷⁶ “Relatório da Comissão Administrativa da UON [1ª Secção] a apresentar ao II Congresso Operário Nacional”, *AB*, 13 e 14-09-1919, e “Relatório da Comissão Administrativa da UON (2ª Secção) apresentado ao II Congresso Operário Nacional”, *idem*, 26-09-1919. O relatório da 1ª Secção, é subscrito pela “Comissão Administrativa da União Operária Nacional”, por esta ordem: Henrique Vieira, secretário adjunto, Joaquim de Sousa, tesoureiro, Eduardo Jorge, vogal, e Alexandre Vieira, secretário geral; estes tomaram posse depois da Conferência Operária realizada em Maio de 1917 e, por essa razão, o relatório cobre o período de Maio de 1917 a Setembro de 1919; o relatório da 2ª Secção (Porto) não identifica os seus subscritores (que são os membros da respectiva comissão administrativa), cobrindo o período que medeia entre o Congresso Operário de Tomar (1914) e o Congresso de Coimbra (1919). Seguimos esses dois documentos, de onde são extraídas todas as citações transcritas nas páginas seguintes deste subcapítulo.

União Geral dos Trabalhadores da Região Norte, então inactiva); a USO-Coimbra, por fusão dos dois organismos federativos locais, a União Geral dos Trabalhadores e a Federação das Associações Operárias; as USO de Gaia, de Aveiro e da Póvoa de Varzim, mas falhando idêntico projecto em Braga, e não tendo avançado os trabalhos para a constituição da União de Viseu; no Sul, além da reorganização da USO-Lisboa, contabiliza-se a criação de 6 Uniões Locais de Sindicatos – Almada, Barreiro, Évora, Olhão, Faro e Lagos, estando em fase muito adiantada a constituição das de Setúbal e de Beja. Ainda no capítulo dos sucessos em matéria de organização, assinala-se, a Norte, a formação do Sindicato dos Mineiros de S. Pedro da Cova (Gondomar), da Associação dos Operários Metalúrgicos da Póvoa de Varzim e do Sindicato Profissional das Artes Têxteis de Gaia, enquanto que a Sul, a comissão administrativa da respectiva Secção “ostenta” um acréscimo superior a 90% do número de sindicatos aderentes, nos dois últimos anos (61 sindicatos aderentes da 1ª Secção da UON, em 1917, e 119, em 1919), referenciando ainda o «levantamento» da Federação dos Trabalhadores Rurais, que realizara o seu III Congresso, em Abril de 1918, e de várias associações na mesma federadas.

Ainda no capítulo dos sucessos, assinala-se a constituição do Conselho Jurídico da UON (para apoio jurídico à central de sindicatos e a defesa dos elementos operários perseguidos e presos, votado em princípio no Congresso de Tomar, e formalmente existente desde Julho de 1918, com a aprovação do respectivo regulamento e a fixação do modelo do respectivo financiamento), e o lançamento do diário *A Batalha*, como «porta-voz do proletariado organizado».

Referem-se também as principais movimentações sociais e laborais verificadas, tanto a Norte, como a Sul, com destaque para as relacionadas com o aumento do custo de vida, as relações da UON com organismos sindicais nacionais e internacionais, relatam-se episódios da relação da central dos sindicatos com os poderes públicos, as posições assumidas face ao sidonismo e às tentativas de restauração monárquica, a repressão da actividade sindical pelos vários governos.

Mas, os relatórios registam igualmente revezes e insucessos, em matérias de organização como noutras. Neste particular, mais uma vez, a Secção-Sul é mais detalhada: enquanto a Secção-Norte, se fica por uma referência genérica à «deplorável fraqueza em diversos núcleos sindicais», que além de não cumprirem os compromissos assumidos, não são pontuais na entrega das quotas, nem na designação de delegados à Secção, em cuja escolha são, além do mais, em geral pouco escrupulosos, a Secção-Sul é mais precisa no seu informe, ponde em evidência várias situações, sem subterfúgios de linguagem ou outros: as dificuldades na formação de Federações de Indústria, atrasada a dos Metalúrgicos e, no sector dos Transportes, o insucesso na formação de uma única Federação dos Trabalhadores de Transportes de Mar e Terra (em que

existem, à data, duas estruturas federativas, a Federação Marítima, «com vida irregular» e a nova federação, criada com o “patrocínio” da UON, cuja vida se «arrasta [...] em piores condições ainda»); o falhanço na tentativa de aproximação e entendimento entre as associações dos empregados no Comércio de Lisboa (União dos Empregados do Comércio e Associação dos Caixeiros de Lisboa), empreendida com a participação da Secção da UON e da Federação dos Empregados no Comércio; o projecto falhado de fusão da Associação dos Manipuladores de Tabaco (pessoal da Régie) e da Associação do Pessoal Extraordinário dos Tabacos); finalmente, as tentativas goradas da UON para pôr termo às «desinteligências», não raro acompanhadas de violências físicas, em Setúbal, entre a Associação dos Trabalhadores do Mar e outros sindicatos da cidade, que, todavia, o relatório dá como apaziguadas à data do Congresso de Coimbra. Em áreas contíguas, a indefinição existente na Central dos Sindicatos sobre a adesão à UON dos Sindicatos Mistos e de outros que, não o sendo, eram considerados desdobramentos de sindicatos já existentes⁷⁷, motivo por que o Congresso é instado a tomar uma posição inequívoca nessa matéria.

Os dois últimos capítulos do relatório da 1ª Secção (Sul) são duas peças importantes de reflexão: lúcidas, objectivas, um ponto de ordem sobre o que deve ser a acção futura. Primeiro, sob o título «Um exame retrospectivo», a direcção cessante da Central dos Sindicatos propõe ao Congresso que analise um conjunto de factos passados, propondo que desse exame se retirem ensinamentos para um «melhor emprego [futuro] da acção revolucionária do proletariado português [...] que convém, no nosso próprio interesse, dirigir com mais método e oportunidade, dela não abusando.» A análise centra-se nas 4 greves gerais empreendidas pela organização operária (Julho 1917, Setembro de 1917, Novembro de 1918 e Junho de 1919, as três primeiras conduzidas pela UON, a última pela USO-Lisboa), enunciando-se as circunstâncias da sua realização, os resultados práticos desses movimentos e as consequências que tiveram, interna e externamente, na organização: do primeiro, escreve-se no relatório, «saiu a UON airosamente» e do segundo «saiu coberta de prestígio»; já do terceiro, a greve de Novembro de 1918, «saiu a Central dos Sindicatos mal ferida [...], o desastre deu-se e mercê dele a Central dos Sindicatos Portugueses, que havia criado um grande nome, sofreu no conceito público uma diminuição do seu prestígio, passando também a ser olhada, pelos sindicatos menos acostumados às rudes lutas operárias, com um menor respeito. Foi mister lançarmo-nos como que um trabalho de reconstrução que *A Batalha* valiosamente tem

⁷⁷ Nomeiam-se a Associação das Costureiras e Alfaiates externos do Depósito Central de Fardamentos, contestado pelo Sindicato dos Alfaiates, tendo a UON conseguido um entendimento entre os dois organismos, e os Sindicatos dos Empregados dos Bancos e Câmbios e o dos Empregados de Escritório, combatidos pela Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio, que os considerou desdobramentos da Associação dos Caixeiros de Lisboa, sendo que os sindicatos dos Empregados dos Bancos e Câmbios e os de Escritório acabaram por entrar na UON como organismos autónomos.

auxiliado, mercê do que a UON novamente tem a confiança dos organismos sindicais, como o atesta o presente congresso, e o respeito dos adversários.» A última greve, promovida pela USO-Lisboa em apoio dos grevistas da CUF «não concorreu para prestigiar a organização», confirmando o seu fracasso a previsão de vários delegados da UON antes da eclosão do movimento, adianta-se.

Segue-se “Uma exortação aos militantes operários”, que conclui o relatório: dos factos «devem tirar-se deduções e ensinamentos para o futuro», que o operariado português, os delegados e os dirigentes, se conduzam não «pelos impulsos do coração [mas] pelo domínio da razão fria. [...] Se quisermos progredir, se quisermos triunfar, se quisermos finalmente possuir uma organização forte, potente, capaz de bater-se vantajosamente com a dos nossos adversários, que agora mais que nunca pretendem esmagar-nos, temos que dotar os nossos organismos de classe dum poder de resistência que assente não só na força do número, mas também na força da consciência dos trabalhadores.»

3.3. A representação no Congresso

Olhemos agora para a representação sindical no Congresso de Coimbra. Na edição de 13 de Setembro, véspera do início do Congresso, *A Batalha* titulava na primeira página: «Começa amanhã, em Coimbra, o II Congresso Operário Nacional, para onde partem hoje os últimos delegados», indicando no corpo da notícia a «presença de cerca de 250 sindicatos, número este nunca registado em anteriores congressos». O número indicado exprimia um excessivo entusiasmo do redactor, pois, apesar de serem referenciados números diferentes, de entre os que merecem credibilidade andam na ordem dos 200.

A incerteza dos números é um dado adquirido, quando falamos de operários sindicados, de organismos representados em congressos e outros eventos da organização operária portuguesa, e ainda mais quando se trata de dinheiro, das finanças dos sindicatos, dos organismos de segundo grau e da própria central de sindicatos, e isto é válido para a UON, como para a CGT, organismos em que é por demais conhecido que a exactidão dos números nunca foi propriamente uma das marcas distintivas (que, no respeitante a dinheiro, o trata como algo indecoroso, em linha com a atitude das organizações sindicais de outros países)⁷⁸.

⁷⁸ Ver, para o caso francês, Michel Pigenet – “Les finances, une approche des problèmes de structure et d’orientation de la C.G.T. (1895-1914)”, in *Le Mouvement Social*, nº 172, Juillet-Septembre, 1995, pp. 63-88, de quem citamos, em tradução livre: “Quando se trata de finanças sindicais, é preciso contar com as lacunas nas fontes, disparidades, confusões frequentes, quando não erros», acrescentando um segundo nível de obstáculos, que tem que ver com a «tradição tenaz da discrição sobre tudo o que toca a dinheiro, esse nervo vergonhoso da luta social” (*op. cit.*, p. 63).

João Freire já se referiu a esta mesma questão, no caso da CGT portuguesa, procurando explicar-lhe as razões/motivações. Cabe, a este propósito, referenciar o cuidado com que, em geral, os organismo

O número de representações que consta das actas do Congresso é 202 organismos (isto é, Sindicatos, Uniões, Federações, sendo de admitir que naquele número estivesse também incluída a CGT), sem outro detalhe que não seja aquele número incluir 8 Uniões locais⁷⁹; um outro testemunho directo – dos delegados da Construção Civil de Belém, Lisboa, no relatório da delegacia apresentado ao seu sindicato – regista 177 sindicatos operários, 12 Uniões locais e 9 Federações de Indústria⁸⁰; a contagem através das listas d'A *Batalha* de organismos aderentes ao Congresso, fornece um outro número, e há referências a outros valores⁸¹. O Arquivo Histórico Social conserva um documento que será, de todos, o de maior fiabilidade, que neste estudo foi confrontado com os anteriormente referidos, permitindo fixar uma lista nominal dos organismos representados no Congresso – dada no Apêndice E – e construir um quadro da distribuição por sectores de actividade e por região, sintetizada no quadro abaixo apresentado⁸².

lidaram com o dinheiro recebido, sendo prática corrente a apresentação periódica de contas, em conformidade com os respectivos estatutos, validadas por comissões eleitas em assembleia geral com esse mandato específico, procedendo os organismos à análise e apreciação dos respectivos pareceres também em assembleia geral, sendo que, por regra, a cessação efectiva dos mandatos estava condicionada à prévia aprovação das contas. Era assim também na UON e CGT, cujas contas foram apreciadas e aprovadas nos Congressos; mas estes processos não implicaram, por regra, a publicação das contas, designadamente em *A Batalha* ou em outras publicações a que seja possível aceder, impedindo, agora, um conhecimento adequado sobre essas matérias. Mas há algumas excepções, que devem ser referenciadas, como a organização da Construção Civil que fez a publicação regular dos balancetes e contas, de alguns sindicatos e da própria Federação, durante vários anos, no jornal federal "O Construtor".

⁷⁹ *Congresso Operário de Coimbra – Livro de Actas*, Arquivo Histórico Social – Núcleo Congressos Nacionais, Cx. 67, AHS 1030, ms.25. O redactor das actas insertas neste livro refere imprecisões na parte respeitante ao encerramento do Congresso, pelo facto de os «documentos e apontamentos [terem sido] roubados pela polícia a Associação de Classe do Pessoal Menor dos Correios e Telégrafos em Março de 1920».

⁸⁰ *Relatório dos delegados do Sindicato da Construção Civil de Belém ao II Congresso Operário Nacional de 1919*, de 02-10-1919, Arquivo Histórico Social-Núcleo Construção Civil, Cx 67, AHS 2070, ms 182.

⁸¹ *A Batalha* publicou listas de organismos aderentes e respectivos delegados a partir do fim do mês de Junho de 1919. Alguns outros números referenciados nas fontes consultadas: 180 «organismos», quando da abertura da 3ª sessão, na tarde de 14 de Setembro, segundo *A Batalha*, e 160 «agregiações» de acordo com a acta; 153 na manhã seguinte e 122 no dia 16 de manhã mas não é claro se se trata de organismos com direito a voto (sindicatos) ou se aqueles números ou algum deles se referem a todas as categorias de organismos presentes, incluindo, além dos Sindicatos, Federações e Uniões Locais (e no fim da mesma sessão referem-se que «figuram no Congresso doze uniões, nove federações e 177 sindicatos» - esta poderia ter sido, aliás, a fonte utilizada pelos delegados da Construção Civil de Belém na redacção do seu relatório.

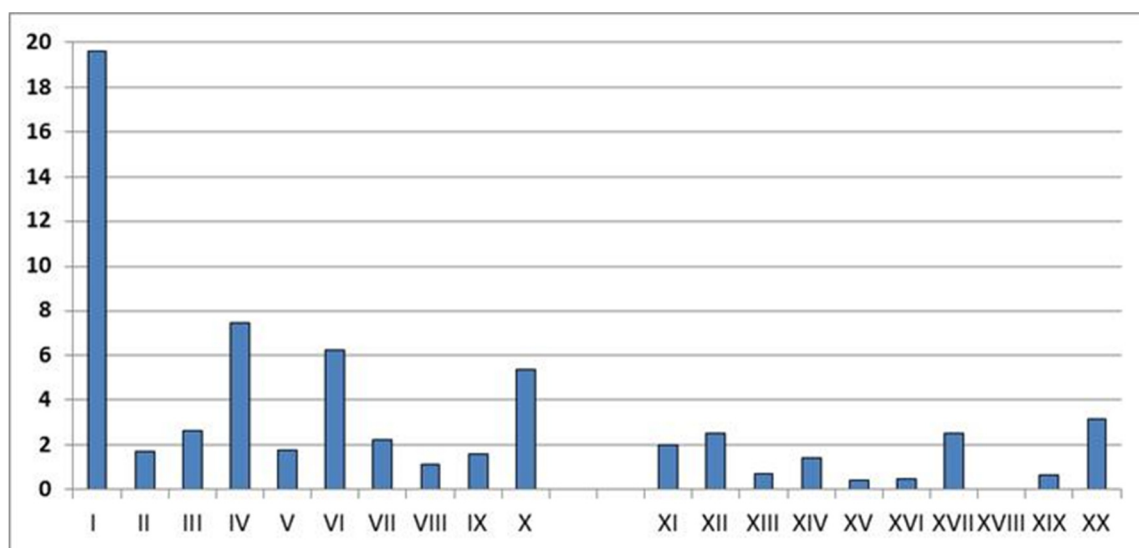
⁸² *Organismos representados no II Congresso Operário Nacional, 1919, Coimbra*, Arquivo Histórico Social-Núcleo Congressos Nacionais-Cx. 67, AHS 1030, ms 171. Este mesmo documento, que regista as verbas pagas pelos sindicatos (quota de adesão, de 2\$00 – alguns organismos pagaram 3\$00 – mais o valor de 1\$00 para ajuda das despesas de deslocação do delegado português ao Congresso da União Sindical internacional e mais 1 centavo por sindicato, para o mesmo fim. Esta última verba, que aparece registada para mais de 98% dos sindicatos permite-nos uma quantificação muito aproximada do universo sindical representado no Congresso, que se indica mais à frente.

Representação no Congresso Operário Nacional de Coimbra, 1919 (número de sindicatos e Federações por sector profissional)

Sector profissional	Federação	Nº de Sindicatos	Sector profissional	Federação	Nº de Sindicatos
I Construção Civil	sim	44	XI Comércio e Escritórios	sim	7
II Rurais	sim	19	XII Estado e Municípios	não	5
III Calçado, Couros e Peles	sim	15	XIII Tanoeiros	não	3
IV Marítimos	não*	14	XIV Fósforos e Tabacos	não	4
V Têxteis e Vestuário	não	12	XV Vidreiros	não	2
VI Metalúrgicos	não	11	XVI Padeiros, Confeiteiros e outros Alimentação	não	2
VII Corticeiros	sim	7	XVII Arsenais e outros Estabelec. Fabris do Estado	não	3
VIII Mobiliários	sim	8	XVIII Indústria Conservas	não	n.a.
IX Papel, Livro e Jornal	sim	9	XIX Diversos - Indústria	não	3
X Transportes e Comunicações	sim*	7	XX Diversos - Serviços	não	3
n.a. - não aplicável			Unões Locais de Sindicatos	-	10

* Esteve representada a Federação dos Transportes de Mar e Terra, organismo que à data não teria sindicatos aderentes, criada para enquadrar os organismos de base dos Transportes Marítimos e Terrestres.

Representação no Congresso Operário Nacional de Coimbra, 1919 (effectivo sindical por sector profissional)



FONTE: A *Batalha*; "Organismos representados no II Congresso Operário Nacional, 1919, Coimbra".

Dadas estas explicações, avancemos agora para uma análise mais fina destes números relativos à participação no Congresso de Coimbra, e vejamos que conclusões deles se podem extrair, começando por uma análise sectorial, tendo como referencial o quadro acima.

Por sectores, a Construção Civil impõe-se como a organização mais pujante no universo sindical português em 1919: 44 sindicatos presentes no Congresso⁸³,

⁸³ No II Congresso Nacional da Construção Civil, reunido em 10 e 11 de Setembro, também em Coimbra, são dados como aderentes também 44 Sindicatos, dos quais 39 terão enviado delegados. *AB*, 12-09-1919.

englobando um universo de cerca de 20 mil sindicados, enquadrados por uma Federação sindical a vários títulos e em diversas ocasiões apresentada como um modelo a seguir; 16 desses sindicatos (como tal contabilizadas as 4 secções locais) em Lisboa, e mais 9 na envolvente geográfica da capital (a norte, Montelavar, Sintra, Parede, Tires, Oeiras, Amadora e Cascais, a sul, Almada e Seixal); uma presença interessante a Norte – Viana do Castelo, Porto e Coimbra (2 sindicatos em cada uma destas localidades), com presença igualmente em Ponte de Lima, Aveiro e Figueira da Foz), e bem mais forte a Sul (Setúbal, Évora, Estremoz, e, no Algarve, Santa Barbara de Nexe e S. Brás de Alportel, Loulé, Olhão e Faro); apesar desta cobertura de norte a sul, portanto, uma presença maior (desequilibrada?) em Lisboa e uma ausência absoluta no interior, sendo que Lisboa e o Porto, em conjunto, contribuíam com mais de 70% do efectivo total do sindicados do sector representados em Coimbra. É ainda interessante acrescentar mais algumas conclusões sobre a representação da Construção Civil: 21 dos 43 Sindicatos incluem diversas profissões do sector, mas em diversas localidades algumas destas mantêm-se à parte dos Sindicatos da Construção Civil locais (os Sindicatos Cerâmicos, em Coimbra, os Carpinteiros, em Viana do Castelo, Porto e Lisboa), sendo que, em Lisboa, em boa verdade, a dispersão é a regra – Pedreiros, Carpinteiros, Serventes, Canteiros, Pintores, Serradores, etc., praticamente cada profissão representada autonomamente pela sua própria associação de classe. Uma última nota de surpresa para o facto de o Porto apresentar no Congresso apenas 2 sindicatos do sector, e uma nota complementar – a Construção Civil representaria 31% do total do efectivo sindical

A seguir, por ordem de importância, considerando o número de sindicatos representados no Congresso, a organização dos Trabalhadores Rurais e a do Calçado, Couros e Peles, com 19 e 15 sindicatos, respectivamente.

Os Rurais, que dispõem já da sua Federação, com sede em Évora, têm a sua base de implantação no Alentejo, sendo que fora daquela região se encontram somente, mais a norte, sindicatos rurais em Alpiarça, Coruche, Vila Franca de Xira e Lisboa; apesar do elevado número de sindicatos, o efectivo sindical rural, de 1.750 assalariados, representava somente 3% do total dos sindicados representados no Congresso.

A organização no sector do Calçado, Couros e Peles, por seu turno, que decidira formar a sua Federação no Congresso que terminara na véspera do Congresso Nacional, tem uma presença distribuída de Norte a Sul e que chega à ilha da Madeira, com organismos oriundos de 12 localidades (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Porto, Aveiro, Coimbra, Alcanena e Lisboa, Estremoz, Beja, Faro e Funchal); o seu efectivo sindical seria um pouco abaixo dos 2.650 assalariados, correspondente a 4% do total representado. Predominam os sindicatos dos Sapateiros

(12, dos 15, incluindo neste número as 2 associações de fabricantes de tamancos, do Porto e da Póvoa de Varzim), sendo os restantes dos operários dos Curtumes⁸⁴.

Os Marítimos e Operários Têxteis e do Vestuário os Metalúrgicos ocupam o 4º e 5º postos em número de sindicatos presentes no Congresso, sendo aquele segundo em efectivo sindical, em cerca de 7.500 sindicados, quedando-se o dos Têxteis e Vestuário bem mais abaixo, com um efectivo abaixo dos 2.000 associados.

Os Marítimos, quando do Congresso de Coimbra, estão confrontados com dois grandes problemas de organização: por um lado, a existência de duas estruturas federativas, a Federação Marítima, mais antiga e ausente do Congresso, por decisão própria) e a Federação dos Transportes de Mar e Terra (só esta se faz representar no Congresso de Coimbra), cuja formação foi impulsionada pela UON e que deveria vir a englobar a primeira, alargando simultaneamente o seu âmbito aos transportes terrestres, encontrando-se ambas praticamente inactivas, como se lê no relatório da Comissão Administrativa da 1ª Secção da UON ao Congresso de Coimbra⁸⁵; o segundo problema é a existência, em muitos locais, de mais do que uma associação de classe na mesma profissão (em Lisboa, por exemplo, a Associação dos Carregadores e Descarregadores e a Associação dos Estivadores), com conflitos frequentes e por vezes violentos entre elas. Independentemente disso, são 14 os Sindicatos Marítimos aderentes e representados pelos seus delegados, de Viana do Castelo, Porto e Gaia, Lisboa, Barreiro, Sesimbra e Setúbal; por local, a maior representação é de Lisboa, com 9 sindicatos, e, por profissões, a que apresenta maior número de sindicatos é precisamente a dos Carregadores e Descarregadores, mas o maior sindicato do sector é o que agrupa as classes do mar, em Setúbal, com 2.700 associados.

Os 12 sindicatos dos Têxteis e do Vestuário representam o operariado têxtil do Porto-Gaia e da Covilhã-Gouveia, Chapeleiros (Braga, Porto, São João da Madeira e Lisboa) e os profissionais de alfaiataria do Porto e Lisboa, globalmente com um efectivo sindicado próximo dos 2 mil operários, evidenciando-se o Sindicato Têxtil da Covilhã com 600 associados. Sem representação no Congresso, provavelmente por ausência de organização, os operários desta indústria da vasta região de Braga-Guimarães, sendo de notar igualmente a ausência de organismos de Lisboa, onde se regista a existência de diversas associações das classes têxteis.

⁸⁴ São 17 os sindicatos do sector aderentes ao II Congresso do Calçado, Couros e Peles, realizado em Coimbra, a 11 e 12 do mesmo mês, dos quais, 12 com delegados presentes na abertura dos trabalhos.

⁸⁵ Ver Anexo C. Do Congresso de Coimbra sairá um “compromisso” das organizações do sector de entrada dos sindicatos dos transportes marítimos na Federação dos Transportes de Terra e Mar, implicando, a prazo, a extinção da Federação Marítima. Registe-se ainda a diversidade de classes representadas pelos organismos do sector em Coimbra, que incluem profissionais do transporte marítimo (catraeiros, fragateiros, fogueiros, pessoal da marinha mercante, pessoal de exploração, carregadores e descarregadores) mas também outros profissionais com pouca ou nenhuma relação com aquela actividade, como pescadores ou medidores de cereais.

Os Metalúrgicos, com 11 Sindicatos representados no Congresso de Coimbra, mas ainda sem Federação, que todavia está em fase adiantada de constituição, ocupam a terceira posição em número de associados, acima de 6.200, sobressaindo os Metalúrgicos de Lisboa que são o único organismo metalúrgico onde as diversas classes estão unificadas num sindicato único, com um total de 2.500 sindicados; no Porto, onde se trabalha igualmente com vista à constituição do sindicato único da classe, a representação metalúrgica apresenta-se dividida em 4 sindicatos – o dos Metalúrgicos, 2 sindicatos dos Ourives e o dos Picheleiros. Geograficamente, todos os sindicatos são do litoral, distribuindo-se por 6 localidades (Porto, Peniche, Lisboa, Setúbal, Lagos e Olhão); uma chamada de atenção sobre a representação metalúrgica: atendendo às suas características especiais, que aliás os seus associados e dirigentes reivindicam e pretendem que o Congresso reconheça, a lista exclui os dois sindicatos arsenalistas – do Arsenal do Exército, que então preferiam a designação de Fabricantes de Armas, e do Arsenal de Marinha ⁸⁶. Por classes profissionais, é significativa a representação das organizações dos Soldadores, maioritariamente da indústria de conservas, de Setúbal, Peniche, Olhão e Lagos, nas três primeiras coexistindo com sindicatos dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas, que integram igualmente a organização sindical metalúrgica.

A seguir, temos um grupo alargado de média dimensão, de sectores profissionais que apresentam entre 6 e 10 sindicatos: os Corticeiros, os Mobiliários, os Papeleiros, Livro e Jornal, os Transportes e Comunicações, e os Empregados no Comércio.

Os primeiros têm já a sua estrutura federal, a Federação Corticeira, com sede na Cova da Piedade, Almada, estando representados no Congresso Nacional apenas o sindicato de Lisboa, 3 da margem sul do Tejo, outros tantos do Alentejo e o do Algarve (menos de um ano antes tinham sido 11 as associações de classe representadas no Congresso corporativo), sendo de anotar a ausência no Congresso de sindicatos de importantes centros da indústria corticeira, no Norte e Centro, como Lamas da Feira, Gaia ou Castelo Branco; os organismos têxteis que vão ao Congresso declaram um efectivo um pouco acima dos 2.200 associados

Os Mobiliários levam a Coimbra 8 sindicatos, com pouco mais de 1.130 associados, representando, em regra separadamente, as profissões desta indústria tradicional em que predominam as pequenas oficinas – Marceneiros, Estofadores, Entalhadores e Decoradores: em Coimbra, os marceneiros locais têm uma organização separada dos

⁸⁶ Neste estudo integraram-se num grupo separado, que designámos “Arsenais e outros Estabelecimentos abris do Estado. Sobre a natureza destes sindicatos e sua inserção na futura organização confederal, vejam-se as discussões e as conclusões do Congresso sobre os Sindicatos Mistos e o estatuto reconhecido aos Sindicatos dos Arsenais na futura CGT. O elevado efectivo operário (e sindicalizado) dos dois Arsenais, além de outros factores, obrigava a um tratamento “especial” desta(s) classe(s) pela central dos sindicatos - num comício conjunto das duas associações de classe arsenalistas, meses antes, no Coliseu de Lisboa, teriam estado presentes mais de 5 mil operários (AB, 24-03-1919).

marceneiros de Valbom; no Porto, os Marceneiros e os Estofadores têm cada uma a sua associação de classe; em Lisboa, são 3 as associações representadas: Marceneiros, Entalhadores e Estofadores e Decoradores. Dois factos merecem ainda ser destacados: a existência de federação sindical num sector de pequena dimensão, a Federação Mobiliária Portuguesa, que também participa no Congresso, e que parece resultar essencialmente da vontade e da acção dos Marceneiros de Lisboa, cujo representante no Congresso, Alfredo Marques, representa igualmente a Federação; o segundo destaque vai para a existência do Sindicato dos Cesteiros de Gonçalo (Guarda), o ponto geograficamente mais interior do sindicalismo português em 1919, no universo UON/CGT.

O pequeno sector do Papel e da Gráfica vai a Coimbra enquadrado pela Federação do Livro e Jornal, com sede em Lisboa; dos 8 sindicatos representados, com um efectivo sindical de 1.615 associados, 4 são de Lisboa (Compositores Tipográficos, Impressores, Litógrafos e Encadernadores), 2 do Porto (a Liga das Artes Gráficas e, à parte, os Litógrafos) e os 2 restantes, as Ligas de Artes Gráficas de Coimbra e de Évora, sendo que os operários do fabrico do papel não estão representados por qualquer estrutura sindical.

Sob a epígrafe Transportes e Comunicações foram agrupados 7 sindicatos – 2 dos ferroviários (Sul e Sueste e União Ferroviária do Porto), 5 da condução de veículos de tracção eléctrica, a motor e animal, 2 de Lisboa (Carris de Ferro, e Condutores de Carroças) e 2 do Porto (Liga das Artes de Viação e Chauffeurs e Condutores de Automóveis, e finalmente o dos Empregados Menores dos Correios e Telégrafos. O efectivo total abeira-se dos 5.400 sindicados (dos quais 3 mil são ferroviários da Sul e Sueste), que colocam este sector no 4º lugar em efectivo sindical. Não têm Federação, sendo provável que pudessem – pelo menos alguns deles – vir a integrar a Federação dos Transportes de Terra e Mar, que a UON se empenhara em constituir, como já fizemos referência. Cabe aqui uma chamada de atenção para o facto de o Sindicato Ferroviário da CP se manter afastado da Central dos Sindicatos, não obstante o apoio que lhe solicitara e que desta havia obtido na recente greve, que aliás a comissão administrativa da 1ª Secção da UON espelha de forma muito clara no relatório ao Congresso, como foi referido⁸⁷.

Os organismos do caixeirato e escritórios representados no Congresso, sete no total, declarando um efectivo superior a 2 mil associados, sendo em número reduzido, constituem parte substancial dos organismos sindicais – constituídos apenas por empregados – daquelas classes; para além da sua Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio, aderiram ao Congresso e enviaram delegados as associações da classe de Vila Nova de Famalicão, Porto e Aveiro; de Lisboa, em representações

⁸⁷ Ver Anexo C, já referenciado.

separadas, a associação dos Caixeiros e dos Empregados de Escritório; do Sul, as de Setúbal e Évora.

Num grupo alargado dos sectores de reduzida representação no Congresso, agrupámos os de 5 sindicatos ou menos – Estado e Municípios, Tanoeiros, Fósforos e Tabacos, Vidreiros, Padeiros e congéneres da Alimentação, os Arsenais e outros estabelecimentos fabris estatais, e, finalmente dois grupos de actividade diversos, um da indústria e outro dos serviços. Uma parte significativa destes (dos subgrupos Estado e Municípios, Fósforos e Tabacos, Arsenais e congéneres) era constituída por sindicatos mistos, de que o Congresso se viria a ocupar especificamente.

É um grupo muito heterogéneo, incluindo os 5 os sindicatos de trabalhadores do Estado e Municípios, 4 de Lisboa e 1 de Coimbra, os 3 organismos de um sector da indústria tradicional (Tanoeiros de Almada, Funchal e Lisboa, sendo de notar a ausência de associações de classe da tanoaria do Porto-Gaia), os dois dos padeiros e dos confeitores, mas também os sindicatos de indústrias que pressupõem a concentração de importantes contingentes laborais, como as indústrias dos Fósforos e dos Tabacos e a indústria Vidreira, os primeiros, com dois organismos aderentes, um do Porto e outro de Lisboa, a Associação dos Manipuladores de Fósforos, do Porto, e a Associação do Pessoal Extraordinário dos Fósforos, de Lisboa, esta representada por Eduardo Jorge, que representa igualmente no Congresso a Associação do Pessoal Extraordinário dos Tabacos, de Lisboa⁸⁸; o sindicalismo vidreiro está representado pelo Sindicato dos Vidreiros da Amora (Seixal) e pelo Sindicato dos Manipuladores de Cilindros de Vidraça, da Marinha Grande, sendo ainda de evidenciar, os dois sindicatos dos Arsenais, com uma personalidade muito própria e grande peso na organização sindical de Lisboa, pelo seu efectivo e recursos financeiros. Note-se, no entanto, o peso do efectivo sindical deste conjunto de sectores que englobámos para efeitos de análise: próximo de 11.800 sindicados, com realces individuais para os organismos de classe dos professores primários (3.100 associados), dos dois Arsenais (2.500), Operários do Município de Lisboa (1.200) e do Pessoal Extraordinário dos Tabacos de Lisboa (800).

Complementa-se a análise da representação no Congresso de Coimbra por sectores de actividade com uma síntese da geografia dessa mesma representação, extensiva aqui

⁸⁸ É equívoca a informação colhida em *A Batalha* sobre a adesão e participação no Congresso por parte dos operários dos Tabacos de Lisboa: as listas de organismos aderentes e delegados dão a entender a determinado passo, que Eduardo Jorge representa, em simultâneo, as associações dos operários da Régie e do Pessoal Extraordinário; com a representação dos Operários dos Fósforos, Eduardo Jorge teria 3 representações. O incidente levantado pela comissão verificadora de mandatos do Congresso a propósito da representação daquele delegado, questiona o facto de ele representar os Operários dos Fósforos e os Operários dos Tabacos, mas não o número de representações, matéria em que, aliás, o regulamento é omissivo, havendo aliás outros delegados com 3 representações. Decidiu-se, por isso, neste estudo, considerar aderentes ao Congresso e no mesmo representadas as duas associações de pessoal dos Tabacos de Lisboa.

às Federações e Uniões locais (no Apêndice I apresenta-se um mapa da representação sindical neste Congresso operário).

O maior contingente de delegados ao Congresso de Coimbra veio do Sul, na sua maioria de Lisboa e sua envolvente geográfica (localidades das margens norte e sul do Tejo); se pusermos Setúbal como limite desta zona, teremos mais de 100 delegados, representando os 80 sindicatos locais, as Federações (com excepção da dos Rurais, todas têm aí a sua sede), 2 das 10 Uniões Locais, comissão organizadora do Congresso e das estruturas dirigentes da UON.

O mapa apresentado é elucidativo quanto à geografia do sindicalismo português em 1919: o esmagador peso de Lisboa (cerca de 60 associações de classe, mais USO, além das sedes de 6 das 8 Federações), mais avassalador se considerarmos a sua envolvente geográfica; o peso significativo do Porto, que concentra 25 organismos, incluindo a USO, seguindo-se por esta ordem, o eixo Faro-Olhão, Coimbra, Évora, Setúbal, Viana do Castelo, Aveiro e Beja, com realce, pela exiguidade da organização sindical, para Braga, Guimarães (não obstante a relevância de unidades do sector têxtil ali instaladas), e para a Beira Baixa (praticamente reduzida aos Têxteis, na Covilhã) e o “deserto” de Trás-os-Montes⁸⁹; fora do espaço continental, atenta a participação no Congresso Operário Nacional, realce para as duas representações de sindicatos da Madeira e para a ausência de sindicatos dos Açores e das colónias.

Fazendo agora uma ronda rápida pelos organismos de segundo grau, verificamos a existência, à data, de 10 (não obstante, repetimos, haver referências de que seriam 12) Uniões locais de sindicatos, nas seguintes localidades, de Norte para Sul: Viana do Castelo, Vila do Conde, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Almada, Évora, Olhão e Faro; quanto à organização federal, por sectores profissionais, identifica-se a representação de 8 Federações (pontualmente são referidas 9, sendo que esta poderia ser a Federação Marítima⁹⁰), nos seguintes sectores/classes: 1-Construção Civil, 2-Rurais, 3-Calçado, Couros e Peles, 4-Corticeiros, 5-Mobiliários, 6-Livro e Jornal, 7-Transportes e 8-Comércio.

Pela representação, este foi verdadeiramente um congresso de organismos operários, pois a esmagadora maioria dos sindicatos participantes são operários, agrupando exclusivamente pessoal operário assalariado, havendo no entanto que ressaltar que em algumas classes há um peso significativo de profissionais cujas condições de trabalho os colocam mais próximos do artesão que do operário.

⁸⁹ Em Chaves, referencia-se em funcionamento, no mês de Março de 1919, a União Operária Transmontana (AB, 25-05-1919).

⁹⁰ A Federação Marítima não consta que se tenha feito representar enquanto tal no Congresso; todavia, os seus dirigentes estiveram presentes, em representação dos sindicatos a que pertenciam, tendo, aliás, participado durante o Congresso em conversações, impulsionadas pela UON/CGT com o objectivo da sua fusão na Federação dos Trabalhadores de Transportes de Mar e Terra.

Feita esta análise sumária, coloca-se a questão da representatividade desta participação universo das organizações sindicais, e qual o efectivo número de operários sindicalizados ali representados. Não se sabe ao certo.

Não existem dados fiáveis sobre o número de organismos sindicais então existentes. No escrutínio a que procedemos em *A Batalha*, no período de Fevereiro a Setembro de 1919, contabilizamos 325 (que não seriam, seguramente, nem a totalidade das associações de classe aderentes da UON, e muitos deles nem seriam aderentes àquela central de sindicatos), sendo que são menos de 50% os que aderem ao Congresso (e recorde-se que para aderir ao Congresso os organismos não tinham de ser aderentes da UON). Isto diz-nos pouco sobre o peso efectivo da UON no universo do sindicalismo português, ainda que seja de admitir (e como tal tem sido em geral assumido) que fosse maioritário.

A discrepância dos números entre organismos existentes e participantes no Congresso, que se detecta em 1919 repete-se nos Congressos seguintes.

Para o Congresso de Coimbra, 1919, que é o que agora nos ocupa, de um universo potencial de participantes superior a 325 organismos, quase 50% não estão presentes. Porquê? Consideremos três linhas explicativas: primeira, alguns organismos tinham quando muito pouco mais do que uma existência teórica sem actividade prática; segunda, muitos organismos eram de pequeníssima dimensão, com um número de sócios muito reduzido, baixo nível de actividade sindical e de militância; em terceiro lugar, os custos que envolve a participação – custos com deslocações e estadia, os dias de trabalho perdidos (cujo pagamento é, em geral, assegurado pelo organismo sindical do delegado ou delegados) e, finalmente, os custos de inscrição. Alguns sindicatos, na impossibilidade de enviarem delegados directos, fazem-se representar por delegados de outros organismos, uma prática permitida pelo regulamento do congresso, pondo como única condição que o delegado seja sindicado e assalariado. É de crer que, por via da representação indirecta, as associações não se sentissem “verdadeiramente” representadas (tenha-se em conta que a afirmação dos organismos, face aos seus sindicados e potenciais sindicados, face ao patronato e face à restante organização operária, passa não só pelo que faz, mas também pela capacidade de se fazer representar externamente, de forma “condigna”; além de que, para os seus principais e mais activos militantes, a participação com delegado próprio (ainda que não necessariamente pelo próprio) no principal fórum sindical constituir como que um “prémio” pelos sacrifícios realizados. Menos “grave” se a representação indirecta for assegurada pelo seu delegado à Federação, que integra a representação desta no CNO. No Congresso de Coimbra são vários os delegados que acumulam duas e mesmo três representações, como Alfredo Neves Dias, Manuel Joaquim de Sousa, João Serra Júnior, Manuel da Conceição Afonso, Alfredo Marques, José Luís C. Neves, Eduardo Jorge, Francisco R. Loureiro,

Mário Azevedo, João Humberto Matias, Agostinho da Silva e Francisco Rodrigues Pereira, acumulando, em conjunto, cerca de 12% a 15% dos votos do Congresso.

Finalmente, qual o volume de população sindicalizada representada no Congresso de Coimbra de 1919? É mais um problema em aberto, que as fontes usadas neste estudo não ajudam a resolver. Os estudos referem vários números, sendo que alguns autores apresentam, em pontos diferentes da sua obra de investigação, números incoerentes e perspectivas divergentes, quando não opostas. Registamos alguns dos números referenciados: o Congresso “calculou” o número de 100 mil representados; autores como João Freire, seguem aquela indicação, mas nem todos, falando-se em 125 mil, mas também em 80 mil – a fiabilidade de todos eles é a de qualquer estimativa⁹¹. Pela nossa parte, fixamo-nos nos seguintes números, com base no registo das verbas pagas por cada sindicato, juntamente com o valor da inscrição, à razão de 1 centavo por associado, para ajuda das despesas de deslocação (que acabou por não se concretizar) do delegado da CGT portuguesa ao Congresso constitutivo da Federação Sindical Internacional – 60 a 65 mil representados.

3.4. O Congresso de Coimbra

O II Congresso Operário Nacional, depois de várias alterações de data, foi definitivamente marcado para os dias 13 a 15 de Setembro de 1919, devendo realizar-se as sessões no Teatro Sousa Bastos, em Coimbra, sendo transferida a primeira, à última hora, para o Teatro Avenida. «A sala do Congresso oferece um aspecto imponente, ocupando os congressistas quase todo o âmbito da plateia», escreve-se em *A Batalha* a propósito da sessão de abertura, no final da manhã do dia 13, um sábado⁹².

Na mesa, na sessão inaugural, Manuel Joaquim de Sousa, que preside, secretariado por Miguel Correia e António Gomes Amaral, todos eles elementos da Comissão Organizadora do Congresso; no discurso de abertura, o presidente «saúda os congressistas em nome da comissão organizadora, e faz ressaltar a grande necessidade de efectuar-se uma larga obra de organização proletária. Faz votos por que os trabalhos daquela magna assembleia resultem importantes e proveitosos. Afirmar ser necessário trabalhar, mas com consciência e com inteligência para que os ideais operários, transportados para a realidade, mudem a face do mundo num aspecto de inédita beleza».

⁹¹ Vejam-se João Freire, *ob. e loc. cit.*, e César Oliveira – *O operariado e a República (1910-1924)*, p. 187. Nesta sua obra, do ano de 1990, que reproduz textos publicados, designadamente em 1974 e 1983, o autor escreve o seguinte – do primeiro original: «... de 1919 a 1922 a CGT não cessa de crescer em filiados», *op. cit.* p. 221; do segundo original: “De 125.000 inscritos em 1919 a CGT passa para cerca de 100.000 em 1922 e para cerca de 80.000 no ano de 1923”, *op. cit.*, p. 187.

⁹² Na descrição dos trabalhos do Congresso de Coimbra seguimos duas fontes: os relatos publicados em *A Batalha*, 14 a 18-09-1919, e o *Livro de Actas* do Congresso, já citado; nos casos em que há conflito entre as duas fontes, optamos pela versão das actas.

De acordo com o regulamento e a ordem de trabalhos, a comissão revisora de mandatos⁹³, eleita na mesma sessão, reuniu para verificação da regularidade das representações, interrompendo-se os trabalhos, que são retomados cerca das 18 horas, para leitura do parecer daquela comissão, discutido na reabertura da sessão, pelas 22 horas, após nova interrupção dos trabalhos⁹⁴.

A questão dos mandatos dos delegados que haviam suscitado dúvidas à comissão revisora (Sobral de Campos, Sebastião Eugénio, por serem funcionários do Estado, e Trindade Pina, por ser vereador do município de Portimão, tendo sido também questionada por alguns delegados a representação de outros delegados, como Afonso Manaças e Maximiano Marques) ficou resolvida, após mais de duas horas de dura e tempestuosa discussão, que em vários momentos quase chegaram a confrontos físicos, fechando a 1ª sessão dos trabalhos já para lá da meia-noite, depois da eleição da mesa da 2ª sessão (Joaquim José Candieira, da Federação dos Trabalhadores Rurais, secretariado por Alfredo Neves Dias, das Artes Gráficas, e António Lopes Canhão, dos Professores Primários).

No dia seguinte, domingo, 14 de Setembro, pelas 9 horas, prosseguiu a 2ª sessão do Congresso, que se ocupou da apreciação dos relatórios das comissões administrativas das 1ª e 2ª secções da UON e do Conselho Jurídico.

Lidos e apreciados aqueles documentos, o Congresso aprovou-os, como fez relativamente a relatório da comissão instaladora de *A Batalha*, apresentado por Francisco Cristo, tendo sido reafirmada a importância do jornal no apoio ao trabalho da organização, a necessidade de o operariado auxiliar mais eficazmente o seu órgão de informação, tendo sido referidas como tarefas do futuro Conselho Confederal a apreciação e solução de possíveis deficiências do órgão confederal e a tarefa de «divulgar, em toda a província, a leitura do jornal.»

A segunda sessão encerra com a aprovação de uma moção reclamando a libertação imediata dos presos por questões sociais e de uma outra contra a censura prévia que estava sendo exercida sobre *A Batalha* e fazendo votos pela reaparição do jornal *Avante!*, procedendo-se ainda à constituição da comissão encarregada de dar parecer sobre as teses apresentadas por várias associações.

Estando esgotada a ordem de trabalhos da 2ª sessão, esta foi encerrada às 18:00 horas; a terceira sessão inicia-se às 18:00 horas, tendo a presidir António Peixe, secretariado por Manuel da Costa e Vítor Martins, com a leitura e aprovação da acta da primeira sessão, entrando-se depois na discussão o projecto de estatutos da futura

⁹³ A 1ª sessão, iniciada às 12 horas, foi interrompida às 15 horas, para a verificação dos mandatos, sendo reatada às 18 horas, para apreciação do parecer da comissão de verificação, constituída por: Maciel Barbosa, dos Mobiliários, do Porto, Joaquim Cardoso, da Construção Civil, de Lisboa, Jerónimo de Sousa, dos Manufactores de Calçado, de Lisboa, e Clemente Vieira dos Santos, dos Gráficos, do Porto.

⁹⁴ O regulamento do Congresso de Coimbra e a ordem de trabalhos definitiva podem ser encontrados no Anexo B deste estudo, tendo sido publicados em *A Batalha* em 13-09-1919.

Confederação; as galerias do Teatro Sousa Bastos, onde decorre a sessão, “estão repletas de povo que segue com a maior atenção o prosseguimento dos trabalhos”, assinala *A Batalha*. Estão presentes os delegados de 180 organismos.

Este ponto é o que ocupa mais tempo os congressistas – às 2 horas previstas, foi preciso acrescentar mais um dia de sessão, das 8 às 24 horas, apenas com dois intervalos para almoço e jantar.

Nos capítulos sobre a constituição do novo organismo, intervenções principais de Manuel Joaquim de Sousa, o relator do documento, explicando, esclarecendo, entusiasmando o redactor de *A Batalha*, que entre outros elogios, atribui àquele «belas afirmações, plenas de raciocínio e ponderação, conquistando a absoluta atenção do Congresso durante toda a sua exposição», Eduardo Jorge, Alexandre Vieira (a reclamar que apenas pudessem ser admitidos na central operária os organismos que tivessem a sua federação de indústria, «a fim de incitar os organismos operários a seguirem as verdadeiras e necessárias normas sindicais»), Alfredo Lopes e José Lopes (Canteiros e Polidores de Mármore, Lisboa), Augusto Machado (Inscritos Marítimos, Lisboa), João Luís Salem (Arsenal do Exército) e Sebastião Eugénio (Funcionários do Estado, Lisboa), Mário de Azevedo (Caixeiros, Porto) e Augusto Carlos Rodrigues (Empregados de Escritório, Lisboa), Júlio Luís (Arsenal do Exército), Joaquim Cardoso (Construção Civil), Abel Pereira (Rurais) e Salvador Braga.

Especialmente polémica é a questão da organização geográfica da CGT: a anterior “central dos sindicatos”, a UON, recorde-se, dividia-se em duas secções geográficas, sedeadas em Lisboa e no Porto, respectivamente; a proposta de estatutos a CGT, por seu turno, fazia tábua rasa da questão geográfica, organizando a confederação em duas secções, sim, mas numa base orgânica (secção as federações e secção das uniões locais) e não geográfica. Norberto de Carvalho, dos Tamanqueiros do Porto, suscita a questão, afirmando por um lado «a necessidade de o proletariado do Porto não depender da acção da 1ª secção da C.G.T., tomando iniciativas e dando vida à 2ª secção e uniões locais de sindicatos do norte. Diz ser necessário que se crie uma secção da Confederação no norte, devido a ser um importante centro operário e ainda porque em Lisboa não poderão atender a todos os detalhes do movimento operário do norte. É necessário também, afirma, que os sindicatos operários do norte contribuam para a organização central, deixando de, como até agora, descuidar o pagamento das cotizações», como a sugerir que a inexistência de uma secção confederal no Porto poderá levar alguns organismos do Norte a serem menos cumpridores nos pagamentos das quotas à Confederação; em resposta, o relator da tese dos estatutos (e operário oriundo da organização sindical do Porto) Manuel Joaquim de Sousa, refere (continuamos a seguir o relato de *A Batalha*) que «a organização confederal não admite a criação de uma secção do norte, bastando, talvez, a criação de novas uniões de sindicatos locais e que as

existentes se enchem de vitalidade para que o movimento sindicalista do norte tome a necessária expansão e energia. Foi pensando assim que na sua tese inscreveu o número 4 do artigo 6º; “a única forma”, adianta, “de o movimento tomar vida é aparecerem militantes operários que queiram trabalhar que queiram sacrificar-se e que os sindicatos correspondam aos apelos dos organismos centrais”; a Norberto de Carvalho junta-se Pereira Braga, da Associação Têxtil de Vila Nova de Gaia (entre este e Manuel Joaquim de Sousa estabelece-se viva controvérsia), Henrique de Sousa, dos Litógrafos do Porto, e Maciel Barbosa, dos Marceneiros daquela cidade; em apoio de Manuel Joaquim de Sousa e da tese, intervêm vários delegados de Lisboa, e entre estes, Júlio Luís, afirmando «ter a maior consideração pelo operariado do norte, o que não obsta, porém, a considerar desnecessária a criação de uma secção o norte para a propaganda e acção. Se os militantes do norte quiserem fazer propaganda, basta-lhes concertarem entre si, pois da sua concordância alguma coisa há-de sair.» Vários delegados do Sul intervêm para condenar o «regionalismo» dos camaradas do Porto que insistem para que se crie naquela cidade uma delegação confederal, adianta o repórter de *A Batalha*, «esclarecendo estes que não eram regionalistas desejando, simplesmente, sem prejuízo da organização operária nacional, que se crie uma delegação, porque a reputam indispensável para a propaganda operária.»

É muito provável que os delegados do Porto soubessem, à partida, que a batalha por uma delegação confederal no Norte estava perdida, bem como a proposta, referida mais atrás, para a criação de um diário operário no Porto, enunciada pelos Fiandeiros Portuenses – por uma questão aritmética (menos de 15% do número total de sindicatos representados no Congresso), porque Lisboa era a capital, também em termos sindicais, que como tal se impunha à “província” (o próprio jornal *A Batalha* é explícito nesse particular) e ainda em razão do “fraco” desempenho da organização sindical no Norte a que os próprios militantes conferem destaque.⁹⁵ Como que em resposta à “reivindicação nortenha”, o próprio relator da tese propõe uma emenda no artigo 7º, que o Congresso aprova, com o seguinte conteúdo: «Para desenvolver a organização na província, poderá esta secção [das Uniões] promover conferências anuais dos secretários gerais das Uniões de Sindicatos, assistidos da Confederação a fim de consertarem no melhor meio de estender a propaganda às localidades circunvizinhas das sedes daquelas uniões, utilizando-se dos militantes mais experimentados e conhecedores para aquele efeito.»

Na discussão do restante articulado do estatuto confederal, trava-se alguma discussão sobre o modelo de cobrança da quota confederal (intervenções de Joaquim Candieira, Marcelino da Silva); quanto ao montante das quotas, o Congresso pronuncia-

⁹⁵ Na sua intervenção, Norberto de Carvalho refere-se longamente ao indiferentismo vigente entre o operariado do Norte (que não seria um exclusivo “local”), apontando erros e fraquezas, que Maciel Barbosa corrobora (também estes não seriam exclusivos do Norte), e que o próprio relatório apresentado neste mesmo Congresso pela comissão administrativa da 2ª Secção (Norte) da UON enfatizava.

se pela necessidade do seu aumento, remetendo a decisão para o futuro Conselho Confederal, tendo em conta as condições de vida nas várias regiões do país⁹⁶; sobre o capítulo que trata de *A Batalha*, verifica-se alguma controvérsia, designadamente entre Joaquim Cardoso (da Construção Civil, e editor do jornal) e Manuel Joaquim de Sousa, a propósito de o primeiro requerer a existência de um regulamento para o pessoal operário do jornal, entre o mesmo Joaquim Cardoso e Alexandre Vieira sobre a responsabilidade pelos conteúdos publicados que Vieira assume, enquanto director do jornal, conjuntamente com a redacção, falando ainda vários delegados, que formulam «alguns pequenos ataques» à redacção e administração do jornal, e também Jerónimo de Sousa e Eduardo Jorge, assentando o Congresso em que os cargos de administração do jornal fossem desempenhados por delegados do Conselho Confederal e que as decisões, no futuro, sobre o jornal só pudessem ser tomadas, pela redacção ou administração deste, com o acordo do Comité Confederal.

No fim do 3º dia do Congresso, à meia-noite, «no meio de um indizível entusiasmo levantam-se vibrantes vivas à C.G.T.»; a discussão das teses vai a pouco mais de meio; por isso, os congressistas decidem prolongar os trabalhos por mais um dia, mas também acelerar os trabalhos, apelando para o termo as discussões estéreis e limitando os tempos de intervenção dos delegados que intervenham nos debates; na sessão seguinte, a quarta, dirigida por Norberto de Carvalho, tendo como secretários Augusto Cadete e Artur Augusto Machado, as teses “Relações Internacionais”, “Organização operária nas Colónias” e “O Esperanto e as relações internacionais” são aprovadas, sem discussão, logo na abertura dos trabalhos, na manhã de 16 de Setembro, quando responderam à chamada os delegados de 122 organismos representados no Congresso (na véspera, na abertura dos trabalhos da manhã, estavam presentes delegados de 123 organismos).

De imediato, entra-se na 5ª sessão, cuja mesa é formada por Clarimundo de Aguiar, que preside, Joaquim da Silva e João Alcanena; na ordem de trabalhos, a apreciação da tese “Sindicatos mistos, de indústria e únicos”. É um tema que vai gerar grande discussão, com múltiplas intervenções, quer no sentido da extinção imediata dos Sindicatos Mistos, por prejudiciais à organização operária e defendendo a constituição de Sindicatos Únicos (Joaquim Cardoso, da Construção Civil, Francisco Viana e António Peixe, dos Metalúrgicos, Jerónimo de Sousa, dos Manufactores de Calçado, entre outros), destacando-se entre os que defendem a subsistência dos sindicatos mistos os delegados dos Sindicatos dos Fabricantes de Armas/Arsenal do Exército e do Arsenal

⁹⁶ Sobre esta matéria pronunciam-se vários delegados (Fontinha, Rodrigues Loureiro, Travelho, Eduardo Jorge, Manuel Alexandre, Joaquim Sabino, Henrique de Sousa e Marcelino da Silva, Alexandre Vieira, Carlos Freire e Manuel Afonso, sendo deste a proposta que veio a ser aprovada), sendo de salientar ainda a intervenção de Ferreira Braga apelando para a necessária reflexão antes de se tomarem resoluções definitivas em matéria de quotas, pois não vale a pena fixá-las sem se saber se os sindicatos as podem e querem pagar.

do Exército, Júlio Luís e Carlos Freire; o primeiro propondo que a tese não seja discutida e votada, dada a falta de clareza e confusão do preâmbulo, e o segundo aduzindo, em oposição à tese, que “as classes suas representadas não poderão pôr em prática o seu sindicato único sem que isso produza um desastre, por afastamento de vários elementos” – a sua posição, como se lê no relatório dos seus delegados ao Congresso, para além de ter por base uma posição divergente sobre a forma de organização dos sindicatos únicos estavam a ser criados em Portugal (numa perspectiva oposta ao modelo adoptado em Espanha, cá numa perspectiva «centralizadora», lá «descentralizadora, até ao ponto de se aceitar que os produtores se organizem por fábricas»), sustentada na organização adoptada pela CGT francesa que, consultada pela UON sobre o assunto, remetendo para os respectivos estatutos, fixara que «os Arsenais constituem um sindicato por Arsenal ao qual aderem todos os operários trabalhando nesse Arsenal»⁹⁷. Também os delegados dos sindicatos marítimos põem em evidência a não aplicabilidade dos sindicatos únicos na sua actividade, «pelo grane número de especialidades de que se encontra composta», declarando-se ainda impossibilitados de decidir sobre a matéria sem que as suas classes se pronunciem antes. Sobre esta mesma matéria registam-se posições mais conciliatórias, aliás no espírito da própria tese, cuja defesa esteve a cargo de Miguel Correia, seu relator, acabando aprovada a proposta formulada por Marcelino da Silva (da Construção Civil) de acordo com a qual o Congresso, entendendo que os Sindicatos Mistos, com a organização e estrutura que têm, prejudicam a organização operária restringindo o valor e a acção dos sindicatos de indústria e respectivas Federações, mas que a sua existência deve ser aceite transitoriamente, devendo a CGT estimular a constituição de sindicatos únicos de indústria; «fica, portanto», conclui o redactor de *A Batalha* «aprovada em princípio, a organização de sindicatos únicos, e reconhecida a desvantagem dos sindicatos mistos.»⁹⁸

A posição adoptada pelo Congresso nesta matéria criava, de facto, um problema a alguns dos Sindicatos; desde logo, aos dos Arsenais, o da Marinha e o do Exército; o delegado deste último, Júlio Luís, coloca explicitamente a questão ao Congresso: «qual

⁹⁷ Relatório dos Delegados [do Sindicato do Arsenal do Exército] ao Congresso Operário realizado em Coimbra, presente à Assembleia Geral da Classe, 28-11-1919, *O Arsenalista*, nº 50, 12-01-1920.

⁹⁸ Além dos indicados, *A Batalha* dá ainda como intervenientes na discussão desta tese Bento Joaquim da Silva, João Caldeira, Artur Machado, João Ferreira, Nunes Pereira, Oliveira, Mendes, Raul Baptista, Eduardo Jorge, Mariano Pinheiro, Pereira Braga, Costa Peixoto, Sá Júnior, Manuel Joaquim de Sousa e Manuel Afonso, este defendendo que deveria caber ao operariado de cada indústria a decisão nos seus respectivos congressos, da organização dos sindicatos únicos, caso nessa organização vissem vantagem. Também Alexandre Vieira, último secretário-geral da UON estava do lado da extinção dos Sindicatos Mistos, como se infere da posição que expendia quando da discussão do estatuto da Confederação, ao defender a não admissão na CGT dos sindicatos que não possuísem a sua Federação de Indústria. Esta questão será de novo colocada no Congresso da Covilhã, em virtude da confusão que se estabeleceu entretanto, motivada essencialmente pelo “apetite absorcionista” da Federação Metalúrgica – ver capítulo III.

é a sua situação perante a Confederação»; responde-lhe, pragmático, Manuel Joaquim de Sousa, «dizendo que [a Associação do Pessoal do Arsenal do Exército] fica com o direito de fazer parte da Confederação», escreve-se em *A Batalha*.

A aproximar-se do seu termo, o Congresso apreciou os pareceres da comissão nomeada para se pronunciar sobre outras teses enviadas para apreciação, voltando a recusar a que propunha a criação de um diário operário no Porto, e a tese “Reformas Imediatas”, que continha um conjunto de propostas, umas tantas no espírito da organização, e outras consideradas heterodoxas e mesmo «em oposição ao critério da organização», levando a Comissão Organizadora a tomar a iniciativa inédita de apresentar uma moção ao Congresso, que este aprovou «por aclamação», rejeitando em absoluto as propostas mais “arrojadas” – além das referenciadas, a defesa do aumento de impostos para as empresas ou a redução dos serviços diplomáticos – reafirmando a doutrina de que a mudança social não seria, em circunstância alguma, obra do Estado, e feita de cima para baixo, mas ao contrário, do simples para o complexo e de baixo para cima, sem falsas ilusões por parte do operariado e confiando este, apenas, no esforço próprio e das suas organizações de classe⁹⁹. Foram ainda votadas uma saudação aos deportados de Odemira (por causa da greve geral de Novembro de 1918) regressados de Luanda nas vésperas do Congresso, e moções contra as perseguições governamentais e pela libertação de todos os presos por questões sociais (sobre a extensão do horário de trabalho de 8 horas a todas as classes), contra a censura, sendo ainda deliberado que os sindicatos não nomeassem delegados para bolsas sociais de trabalho, instituídas pelo governo e que a organização operária recusasse integrar a representação nacional, organizada pelo governo, à Conferência de Washington (fundadora da Organização Internacional do Trabalho), não praticando, num caso e noutro, em práticas anti-sindicais, sendo mandatada a CGT para criar no mais curto espaço de tempo Bolsas Sociais de Trabalho.

Finalmente, o Congresso passou à eleição da futura equipa dirigente da CGT, sendo muito instado Alexandre Vieira, secretário-geral cessante da UON e redactor principal de *A Batalha* para ocupar o cargo de secretário-geral da CGT; mas recusou, argumentando que com o tempo que lhe exigia a direcção do jornal, não tinha condições para assumir aquelas responsabilidades. O Comité Confederal eleito ficou constituído por Manuel Joaquim de Sousa, dos Manufactores de Calçado de Lisboa, secretário-geral; José Carvalhal, dos Fragateiros do Porto de Lisboa, secretário-adjunto; Joaquim de Sousa, dos Metalúrgicos de Lisboa, tesoureiro; Francisco Viana, dos Metalúrgicos de Lisboa, vogal; Miguel Correia, dos Ferroviários do Sul e Sueste, secretário adjunto; Alfredo Lopes, da Construção Civil de Lisboa, vogal, e Alfredo Neves Dias, dos Compositores Tipográficos de Lisboa, secretário administrativo.

⁹⁹ “II Congresso Operário Nacional – Documentos aprovados”, *AB*, 03-10-1919.

Antes do encerramento, aprovaram-se ainda propostas de que não se trabalhasse no 1º de Maio de 1920, uma moção sobre a carestia apresentada pelos sindicatos rurais, e mais duas propostas, uma da publicação em livro dos trabalhos do Congresso e outra sobre o envio de uma missão de propaganda da CGT à «província», deliberando-se ainda que o próximo Congresso se realizasse na Covilhã.

Numa rápida apreciação dos resultados do Congresso, há que evidenciar como mais relevantes, primeiro, a criação da Confederação, que marca a entrada da organização sindical portuguesa numa nova fase de vida, dotada de uma estrutura porventura mais complexa, com a representação na “Central” já não directamente por todos e cada um dos sindicatos aderentes, mas destes, através de Federações dos sindicatos da mesma indústria e das Uniões locais de sindicatos, à semelhança do que já acontecia noutros países; segundo, tendo por referência o percurso do movimento sindical em Espanha, a orientação organizativa de base para a constituição de sindicatos únicos em cada localidade, agrupando as “velhas” associações de classe por profissão; terceiro, ainda na vertente organizativa, a adopção de uma posição “a meio caminho”, provavelmente com potencial para extinguir alguns sindicatos mistos e para travar a formação de novos – sobretudo em grandes companhias, mais ou menos ligadas ao Estado – não resolvia, nos moldes preconizados pela estrutura dirigente, o “problema” dos sindicatos dos Arsenais, que pragmaticamente aqueles dirigentes aceitam que tenham representação directa no Conselho Confederal da CGT, além do mais porque esse era também o modelo adoptado pela CGT francesa; quarto, a formação de uma “central” nacional, ultrapassando o modelo organizativo bicéfalo, de base regional Norte-Sul, como acontecia na UON; quinto, o abandono da posição do Congresso de Tomar no que respeita às relações internacionais, cortando com a Internacional socialista-reformista e abrindo caminho para a adesão a uma Internacional revolucionária.

Ainda em jeito de balanço, uma primeira avaliação da equipa eleita para a direcção da CGT permitiria concluir ter havido um corte com a última direcção da UON, o que não é absolutamente verdadeiro pelo facto de Alexandre Vieira parecer ter reunido todas as condições para vir a ser o primeiro secretário-geral eleito da CGT; Joaquim de Sousa é o único dirigente da UON que transita para a direcção da CGT, com a mesma responsabilidade; quanto aos restantes, parece haver uma repartição do poder entre as diversas classes, sendo de admitir que, desconsideradas questões de qualidades pessoais, capacidades reconhecidas e condição profissional a reforçarem a elegibilidade de Manuel Joaquim de Sousa, o secretário-geral poderia ter saído da Federação da Construção Civil ou da Metalúrgica, dado o peso que tinham em Lisboa; ainda nesse ponto, a constatação da não representação dos sindicatos dos Arsenais na equipa dirigente, que poderá estar relacionada com a circunstância de serem sindicatos mistos – sem outros dados que suportem conclusões, registre-se apenas que um dos delegados do

Arsenal do Exército chegou a ser indigitado para o Comité Confederal, como esclarece o relatório já citado, que refere ter sido «levantado um incidente», mas não dando mais esclarecimentos, conclui que este Sindicato declinou o alvitre.

Manuel Joaquim de Sousa, de um pequeno sindicato de Lisboa, eleito secretário-geral da Confederação, foi o mais activo dos delegados presentes no Congresso – como elemento da Comissão Organizadora, presidindo à primeira sessão, como relator da tese de organização, a mais importante discutida no Congresso, e interveniente activíssimo na respectiva discussão, sentindo-se, quer na fase de preparação do Congresso, quer durante os trabalhos, o peso que tem a sua opinião, por exemplo, relativamente à posição do Congresso sobre a tese “Reformas imediatas”, dos Funcionários do Estado, e mais ainda sobre os Sindicatos únicos e os sindicatos mistos na prática traçando, durante os trabalhos, a directriz da CGT sobre a situação futura dos Sindicatos (mistos) dos Arsenais dentro da CGT.

CAPÍTULO II

NO ESPÍRITO DE COIMBRA – EM PAZ, DAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE AOS SINDICATOS ÚNICOS

1. DO CONGRESSO DE COIMBRA À PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO CONFEDERAL

No dia 21 de Setembro de 1919, na sede da CGT em Lisboa, toma posse o primeiro Comité Confederal eleito no Congresso de Coimbra, constituído por um elemento do Calçado, Couros e Peles, dois dos Metalúrgicos, um da Construção Civil, um dos Marítimos e um dos Gráficos; à frente do órgão executivo da Confederação, o operário sapateiro Manuel Joaquim de Sousa, que havia sido, indiscutivelmente, a figura principal do congresso fundador da Confederação.

Logo após a tomada de posse, conferida por Manuel Afonso, que presidira à derradeira sessão do Congresso, o Comité Confederal realizou a sua primeira reunião, da qual saiu uma saudação aos trabalhadores confederados: «AO PROLETARIADO – O Comité da Confederação Geral do Trabalho Portuguesa, ao tomar posse do mandato que lhe foi conferido pelo II Congresso Operário Nacional, envia fraternais saudações a todo o proletariado organizado do país, fazendo ardentes votos por que todos os sindicatos cumpram integralmente as resoluções daquele congresso, para que este Comité possa dar cumprimento ao seu mandato. Outrossim saúda o proletariado internacionalmente organizado que marcha a caminho da sua integral emancipação. – O Comité Confederal.»¹

Em matéria organizativa e de acção, este documento é como que um programa – que se resume ao cumprimento das decisões do II Congresso Operário Nacional. Para começar, pôr de pé a Confederação, a partir da base: evoluir as velhas associações de classe e fundindo-as quanto possível em sindicatos únicos, constituir as Federações de Indústria e as Uniões de sindicatos em sectores e locais em que as não houvesse; além disso, expandir a organização operária para além do mapa de 1919.

Um desafio considerável era o que tinham pela frente os elementos do Comité Confederal; para o concretizar era exigida militância, muito trabalho e capacidade para ultrapassar rivalidades entre classes profissionais e especialidades, um aspecto de cimeira importância na transição das velhas estruturas associativas de classe para os sindicatos únicos e para as Federações de Indústria. Não sendo fáceis os caminhos nessa

¹ AB, 24-09-1919.

área, as indefinições saídas do Congresso – em relação aos sindicatos mistos e aos critérios a adoptar na formação dos sindicatos únicos – apenas referenciavam zonas com grande potencial de conflito no futuro. Além de que a CGT, dotando-se de órgãos executivos centralizados que lhe conferiam maior operacionalidade, na prática tinha concentrado as instâncias de decisão em Lisboa e nos respectivos organismos e dirigentes, com uma subalternização das estruturas organizativas e dos militantes sindicais do resto do país, e em especial do Porto, que, pelo menos formalmente, tinha maior peso na estrutura da UON. Provavelmente não poderia ser de outra maneira, mas tal evolução não era completamente pacífica para os militantes sindicais do Porto².

E era necessário garantir os meios financeiros e acrescê-los – para sustentar a actividade da organização e para manter o jornal *A Batalha*, cuja direcção deixa de ser exercida, de facto, por Alexandre Vieira logo a seguir ao Congresso³ – num universo operário com salários ao nível das necessidades básicas de subsistência das famílias, numa conjuntura de agravamento das condições de vida e de progressiva distanciação entre os índices de preços e os índices salariais, num ano justamente considerado, do ponto de vista económico, dos mais catastróficos da Primeira República⁴.

Em ordem à sua concretização, tamanho desafio exigia ainda tempo, muito tempo, além de persistência e capacidade para impulsionar a mudança, apesar do imobilismo e dos défices de participação sindical e da falta de elementos com a preparação necessária para exercer cargos nas estruturas sindicais; e não obstante a pressão patronal e as perseguições governamentais.

1.1. Tarefas imediatas e acções de organização

Na sua primeira reunião de trabalho, em 26 de Setembro de 1919, o Comité Confederal define aquelas que serão as prioridades de acção, comunicando-as no dia seguinte à organização. São elas:

1- Convidar as Federações a enviar, no prazo de uma semana, nota da quotização que recebem das associações aderentes e a forma como é cobrada, para decisão sobre o selo-quota confederal;

2- Elucidar, por circular, os sindicatos, uniões e federações sobre as condições de adesão à Confederação, em conformidade com os estatutos aprovados em Coimbra;

² A “incomodidade” dos militantes do Norte, e do Porto em particular tinha ficado bem patente nas discussões, no Congresso de Coimbra, sobre o modelo de organização da CGT, que excluía a existência no Porto de uma estrutura confederal local, como existia antes, na vigência da UON, a 2ª Secção.

³ AB, 25-09-1919. O nome de Alexandre Vieira continuará a manter-se no cabeçalho do jornal, como redactor principal.

⁴ “Economicamente, os anos de 1919 e 1920 foram talvez os mais catastróficos”, escreve Douglas Wheeler, *op. cit.* p. 240, sustentado nos indicadores referidos por A.H. de Oliveira Marques - *A 1ª República Portuguesa*, pp.155-161.

3- Enviar delegado às sedes das Uniões locais, para elucidar estas e os sindicatos sobre o funcionamento e utilidade da Confederação;

4- “Liquidar” a 2ª Secção da U.O.N., fazendo a recolha dos seus haveres;

5- Comunicar às centrais de outros países a constituição da CGT portuguesa e pedir informações completas sobre as resoluções da Conferência de Amsterdão e União Sindical Internacional;

6- Responder ao jornal “O Combate” (socialista) sobre uma notícia que dava A *Batalha* como não pertencendo à organização operária;

7- Enviar o secretário-geral como representante da CGT ao Congresso dos Empregados do Comércio, a reunir em Santarém;

8- Imprimir em separata os estatutos confederais, para serem distribuídos pelos sindicatos.

Na semana seguinte, o Comité Confederal avança para a produção dos materiais de cobrança – impressão da caderneta confederal e dos selos-quota, para distribuição aos sindicatos e Federações⁵.

O Comité Confederal estabelece de imediato uma activa correspondência com as Uniões, Federações e sindicatos, sob a forma de circulares, como anunciado. A circular de 8 de Outubro⁶, além de apontar a necessidade de os organismos nomearem os seus delegados (um efectivo e um adjunto) para que o Conselho Confederal possa reunir, em sessão plenária, no dia 1 de Dezembro de 1919, reforça a informação sobre o *label* confederal, de utilização obrigatória pela organização em todos os documentos impressos; e trata detalhadamente de montar o processo de cobrança das verbas que o estatuto confederal atribui à Confederação:

1- A quota de adesão, a satisfazer por uma só vez (de imediato para os organismos já existentes) por Federações, Uniões, Sindicatos Nacionais e Isolados, no valor de 2\$00;

2- A quota mensal de 10 centavos por cada trabalhador sindicado, no fim de cada mês, a partir de 1 de Outubro de 1919, directamente pelos sindicatos (e, a partir de Janeiro seguinte, via Federação ou via União de Sindicatos local no caso dos sindicatos não federados, e directamente à CGT os sindicatos nacionais e os isolados).

3- As verbas em dívida à extinta U.O.N., directamente à CGT.

Fixa-se ainda às Federações e Uniões a obrigatoriedade da indicação à CGT do número de sindicatos aderentes, sua designação, local da sede e número de associados⁷,

⁵ AB, 02-10-1919.

⁶ “Circular Aos Sindicatos, Federações e Uniões”, 08 de Outubro de 1919. AB, 10-10-1919.

⁷ A grande disparidade existente do valor das quotas cobradas pelos sindicatos – variando entre 2 e 11 centavos semanais – e pelas Federações – entre 1 e 5 centavos mensais – constitui nesta fase, como assinala a circular, um impedimento para a adopção de um único selo-quota para as 3 quotas a satisfazer pelos trabalhadores sindicalizados – quota de sindicado, quota de federado e quota de confederado) a colocar na caderneta confederal. Esta era a solução pretendida pelo Comité Confederal.

tornado necessário para organização do cadastro e organização da comunicação, montagem do processo de produção e para a distribuição do chamado “expediente confederal” (selos, cadernetas, verbetes) e para a organização e controlo da cobrança.

A esta circular outras se seguirão, com matérias relativas à organização e a outras questões, como a carestia e o horário de trabalho.

Complementarmente, a Confederação lança um programa de propaganda, que tem como principal protagonista o secretário-geral, cujo primeiro acto é a sua presença o VI Congresso Nacional dos Caixeiros, que reúne em Santarém dias depois do Congresso Nacional de Coimbra, em 28 e 29 de Setembro de 1919, um congresso que, nas palavras do redactor de *A Batalha*, «não representa[ndo] um acontecimento notável para a organização operária, [visto tratar-se] duma classe bastante atrasada em organização, [...] não deve interessar-nos menos por isso [...]; os organismos representados [sendo] poucos, são todos ou quase todos os que existem no país, [representando] uma minoria de componentes duma classe numerosíssima»; discutem-se o relatório do Conselho Geral da Federação dos Empregados no Comércio e os das juntas executivas da Zona Norte e Zona Sul e da direcção do cofre de resistência, e as teses “Os empregados do comércio e o direito à greve”, “Higiene nos lugares de trabalho e internato”, sendo também discutida a questão do horário de trabalho de 8 horas no comércio. Sobre esta matéria, o secretário-geral da CGT fez um apelo para que a classe se una para impor a sua aplicação e salientou que a Confederação trabalhará para a constituição de sindicatos únicos, também entre os trabalhadores do comércio. Uma das principais deliberações do Congresso foi a adesão da Federação à CGT⁸.

Depois, Manuel Joaquim de Sousa deslocar-se-á “em missão de propaganda confederal”, de âmbito nacional, ao Algarve e Alentejo, seguindo depois para o Norte, reunindo com as direcções dos sindicatos e Uniões locais em Lagos, Portimão, Faro e Olhão, e depois Beja, Évora e Vendas Novas; no Norte, realiza reuniões em Gaia, Matosinhos, Leça, Porto, Póvoa de Varzim, Vidago, Braga e Guimarães, pronunciando longas conferências⁹ sobre a organização operária e os principais desafios do momento. Como o próprio refere no Congresso dos Caixeiros, vai “enviado pela CGT a fim de explicar, mais ou menos, as resoluções do II Congresso Operário Nacional¹⁰”.

Nessas intervenções o secretário-geral da CGT além de se referir à situação operária e sindical em cada local, fala da Confederação Geral do Trabalho, das circunstâncias e objectivos da sua criação, das acções a levar a cabo e das interacções entre

⁸ Seguimos o relato do Congresso dos Caixeiros publicado em *AB*, 29 e 30-09 e 01-10-1919. A fonte não refere o número de sindicatos presentes, mas somente o número de delegados, 46; pelo relato, referenciamos 7 associações. Também a USO-Lisboa se fez representar, através do seu secretário-geral, Alberto Monteiro.

⁹ As longas intervenções constituem uma marca pessoal de Manuel Joaquim de Sousa: em Braga, nesta deslocação, falou durante duas horas e meia; nos outros locais não terá sido muito diferente.

¹⁰ *AB*, 29-09-1919.

trabalhadores e sindicatos, entre os sindicatos e as Uniões e Federações, e entre estas e a Confederação, fazendo notar que a CGT nada será sem a vitalidade dos organismos que a compõem. Fala também da necessidade de se aumentar o valor das quotas sindicais para fazer face à debilidade financeira da organização, que limita a propaganda e o desenvolvimento sindical; refere o papel dos militantes e a necessidade de os preparar para tomar conta da direcção da produção e consumo após a Revolução Social (que está próxima); quanto à organização, apresenta diversos capítulos do estatuto confederal, expondo as funções das Uniões de Sindicatos, a sua ligação com os sindicatos e as Federações, a razão de ser do uso do *label* e da caderneta confederais, os cuidados que os organismos devem pôr na escolha dos dirigentes e delegados¹¹.

A “*tournée confederal*” do secretário-geral da CGT tem dois objectivos principais: primeiro, promover localmente e esclarecer dúvidas sobre o novo modelo organizativo, para o que estava especialmente preparado, enquanto membro que fora da Comissão Organizadora do Congresso de Coimbra e, sobretudo, na qualidade de relator da tese sobre organização; segundo, mobilizar o operariado para a participação sindical e para o trabalho nos sindicatos dentro da Confederação.

Além disso, traça objectivos e mobiliza para a acção em concreto, como faz no Porto, ao endereçar às Uniões de Sindicatos do Porto e de Guimarães o desafio de, em conjunto, tratarem de organizar os operários de «uma porção de fábricas [existentes ao longo do rio Ave, concluindo que] conseguindo-o, será uma grande glória para aqueles organismos.»

Nesta *tournée* também se falou de dinheiro, «a rocha inamovível da questão monetária», nas palavras do próprio secretário-geral da CGT – com a autoridade do seu cargo e a qualidade de militante sindicalista revolucionário há muito com responsabilidades na organização operária portuguesa. Escreve *A Batalha* que, na conferência realizada na União de Sindicatos do Porto, ele «caiu a fundo sobre a mania de muitos militantes sentirem escrúpulos em receberem das associações o salário equivalente à perda de trabalho por motivo de serviços prestados às mesmas [...] fazendo ver a imperiosa precisão do aumento de cota» [e referindo que da atitude de tais militantes] resulta que a maioria [... deles] educados nesse estreito modo de ver, se refracta ao desenvolvimento da organização, prejudicando-a», realçando, pela positiva, o exemplo da Federação da Construção Civil, em Lisboa, «a única que primeiro compreendeu o seu dever [pois] desde que as cotas foram aumentadas, o grau de

¹¹ Em *A Batalha* encontram-se notícias dessa primeira missão de propaganda confederal de Manuel Joaquim de Sousa, enquanto secretário-geral da CGT, realizadas nas Uniões de Sindicatos das localidades indicadas. Pelo nível de detalhe é interessante o relato da “conferência sobre organização operária”, na União de Sindicatos do Porto em 04 de Novembro de 1919 (*AB*, 09-11-1919), que seguimos nas referências colocadas no presente parágrafo e seguintes.

propaganda subiu a tal ponto que no nosso tempo é a única organização operária que se impõe ao respeito dos patrões e do Estado»¹².

Em matéria de organização, o enorme trabalho a realizar competia, no entanto, às organizações de base, os sindicatos. Logo a seguir ao Congresso de Coimbra, em conformidade com as “boas práticas” do sindicalismo, referenciam-se reuniões magnas dos sindicatos, onde os delegados relatam os trabalhos do Congresso, dão conhecimento das decisões tomadas e do seu próprio desempenho, sendo comum a apresentação de relatórios escritos, postos à discussão das assembleias, cumprindo-se a formalidade da aprovação desses mesmos documentos e a aprovação/autorização do pagamento das despesas efectuadas pelos delegados¹³.

No capítulo das tarefas imediatas da Confederação, a mais importante era pôr de pé a estrutura organizativa, nos termos aprovados no Congresso de Coimbra. Uma tarefa muito pesada, tanto mais que a nova organização tem de ser montada da base para o topo, no que ganham maior relevância certos travões como: 1-as questões organizativas são menos mobilizadoras da base operária do que a reivindicação do horário das 8 horas e muito menos ainda do que as acções pro-melhoria salarial; 2-a existência na organização de diferentes níveis de “maturidade” para realizar a evolução pretendida; 3-a necessidade de “digestão” de algumas alterações por parte dos sindicatos; 4- algumas indefinições do modelo de organização.

O processo envolve, *grosso modo*, as seguintes componentes, pelo menos enquanto directrizes de organização, mas sempre com base em deliberações das respectivas classes:

- a evolução das Associações de Classe para sindicatos e preferencialmente a sua fusão em sindicatos únicos;
- extinção dos sindicatos mistos;
- constituição de sindicatos únicos;
- constituição e/ou reorganização de Uniões de Sindicatos e de Federações, que por sua vez integram o Conselho Confederal;
- decisões dos sindicatos de adesão às Uniões Locais, Federações e à Confederação;
- adesão dos sindicatos, das Federações e Uniões Locais à CGT.

Não obstante a pressão que o Comité Confederal coloca sobre a organização, até ao fim do ano de 1919 não chegam a concretizar-se algumas das principais metas: verificam-se algumas adesões à CGT e formam-se novos organismos sindicais (ver mais adiante, neste subcapítulo), mas um grande número de organismos não tinham ainda

¹² AB, 09-11-1919.

¹³ Assinale-se que não são incomuns os reparos à actuação dos delegados, mormente nas situações em que os sindicatos discutiram previamente as teses apresentadas ao Congresso Nacional e as decisões tomadas naquele não se coadunam, no todo ou em parte, com as posições adoptadas pela classe, a defesa das quais constitui o mandato do(s) delegado(s) ao Congresso.

regularizado a situação junto da Confederação, estava significativamente atrasada a nomeação pelos sindicatos dos delegados às suas Federações e Uniões Locais, e continuava por organizar um modelo regular de cobrança das quotas e do encaminhamento de recursos financeiros para a CGT. O próprio Conselho Confederal continuava sem poder reunir e a data fixada para a primeira reunião deste órgão confederal, 1 de Dezembro de 1919, vem a revelar-se afinal uma expectativa demasiado optimista¹⁴. A primeira reunião daquele órgão terá lugar somente 6 meses depois daquela primeira data-objectivo.

1.2. A agitação social e laboral

Este período compreende parte do primeiro e o segundo governos de Sá Cardoso, com o episódio governativo de Fernandes Costa de permeio, a 15 de Janeiro de 1920, o governo de Domingos Pereira e o de António Maria Baptista¹⁵. Na Presidência da República encontra-se António José de Almeida, empossado em 5 de Outubro de 1919, sucedendo no cargo a Canto e Castro, que o Congresso da República escolhera em Dezembro de 1918 para suceder a Sidónio Pais¹⁶.

Como pano de fundo, além da recorrência das crises e da instabilidade políticas, uma dívida pública crescente e desgovernada, que em 1919/1920 representava 17% do total das despesas do Estado (e 15,6% dois anos depois), sendo que no mesmo período (1919/20 – 1922/23) o valor das receitas do Estado praticamente quadruplicou, enquanto o das receitas não chegou a triplicar, e que a taxa de cobertura das despesas do Estado pelas receitas se reduziu de 71% para 53%¹⁷.

Em matéria de política social, ao propor-se, em Junho de 1919, na apresentação parlamentar, ir de encontro às reivindicações das classes trabalhadoras, designadamente

¹⁴ “Comité Confederal [relato da reunião]”, AB, 27-11-1919. Por este mesmo documento, o Comité Confederal confirma ter chegado, só então e em resultado dos contactos realizados pelo secretário-geral na sua *tournee* de propaganda pelo país, a um modelo definitivo de cobrança, através de um único selo, que a CGT se encarregava de imprimir e disponibilizar aos organismos aderentes, juntamente com as cadernetas.

¹⁵ O governo de Alfredo Ernesto de Sá Cardoso toma posse em 29-06-1919; é integralmente constituído por elementos do Partido Democrático, mantendo-se até 21-01-1920, com mandato “interrompido” por um dia de “exercício” governativo por um Executivo liberal, chefiado por Francisco José Fernandes Costa; Domingos Leite Pereira, que já tinha sido presidente do governo entre 30-03-1919 e 29-06-1919, chefia – entre 21-01-1920 e 08-03-1920 – um governo que integra políticos do Partido Democrático e do Partido Liberal, alguns independentes e um socialista; António Maria Baptista, que tinha sido ministro da Guerra do 1º governo de Sá Cardoso, preside a um governo constituído por elementos do Partido Democrático e um político do Partido Liberal, entre 08-03-1920 e 06-06-1920, data da sua morte.

¹⁶ António José de Almeida, candidato apresentado pelos parlamentares evolucionistas e unionistas, foi eleito pelo Congresso da República, em 8 de Agosto de 1918, para o cargo de Presidente da República, em que se manteve até 1923.

¹⁷ A. H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo – “As Finanças Públicas”, in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, p. 241 e 246.

quanto ao horário de trabalho, procurando realizá-los dentro da ordem¹⁸, o primeiro governo de Sá Cardoso tinha sem dúvida como referencial o quadro de agitação social que, desde Abril, atingia algumas zonas do país e que fora determinante na queda do governo de Domingos Pereira. Ainda presidente do governo, pelo final do ano, Sá Cardoso referia numa entrevista «a existência de agitadores que semeando ódios, perturbando a tranquilidade pública, se imiscuem no seio das colectividades operárias... e ali, à força de cobrirem de injúrias os governantes e todos os indivíduos que têm que perder, inoculam nos espíritos fracos dos que os escutam as ideias mais absurdas, os atentados mais odiosos», acrescentando estar o governo no propósito de promulgar legislação rigorosa «deixando de considerar os réus desta natureza como incriminados de direito político [devendo aplicar-se-lhes] o processo sumário e o julgamento sem a intervenção do júri.»¹⁹ Como causa próxima destas declarações do chefe do governo, estava a explosão de uma bomba de fabrico artesanal nas Escadinhas de S. Crispim, em Lisboa, causando um morto, numa casa em que a Polícia de Segurança do Estado encontrara outras bombas. Um mês antes, Alfredo da Silva, o patrão da CUF, tinha sido alvo de um atentado²⁰, a pretexto do qual, com a agitação laboral em fundo, uma vigorosa campanha de imprensa tem como alvo a organização operária, que esta denuncia reiteradamente²¹.

O Congresso de Coimbra não representou o fim do surto grevista que vinha desde o primeiro trimestre de 1919; da parte do governo, mantém-se também inalterada a linha das perseguições e da repressão à organização operária no seu conjunto: em Setembro de 1919, assinala-se a multiplicação das prisões de militantes sindicais e de trabalhadores, que se prolonga nos meses seguintes, a que a organização responde com protestos; *A Batalha* ganha uma nova rubrica: “Perseguições governamentais”, onde se enumeram as acções das autoridades e se identificam as vítimas, que incluem militantes destacados do movimento operário: António Peixe e Cristiano Lima, em acção de propaganda pró-sindicato único metalúrgico, são presos na Trafaria, em Setembro²²; dias depois, contabilizam-se os presos recém- ingressados nas cadeias – 34 em Monsanto, 32 no Governo Civil e 1 nas Mónicas, contando-se, na evocação do 5 de Outubro, mais de cem presos, um terço dos quais são membros das Juventudes Sindicalistas, especialmente visados por esta vaga repressiva²³; em Dezembro, são

¹⁸ Damião Peres – *História de Portugal*, Suplemento, p. 245.

¹⁹ Entrevista ao jornal *O Século*, 29-12-1919, in Damião Peres, *obra e volume citados*, p. 254.

²⁰ Ver *AB*, 07-11-1919.

²¹ O jornal *A Capital*, por exemplo, chega a anunciar que a organização operária projectava um movimento revolucionário, tendo até já, para esse efeito, reunido algumas associações, como a Associação de Classe dos Serradores da Construção Civil e Naval, acusação que o jornal retirou poucos dias depois. *AB*, 31-10-1919 e 08-11-1919.

²² *AB*, 20-09-1919.

²³ *AB*, 26-09-1919 e 01-10-1919. Ainda em relação às Juventudes Sindicalistas, especialmente visadas por esta vaga de perseguições: o Governo-Civil de Lisboa determina às Associações de Classe, em Outubro de 1919, a proibição de consentirem reuniões das Juventudes Sindicalistas (“por serem

presos os delegados da Construção Civil que ali se encontram em acção de propaganda organizativa²⁴. Além de perseguições e prisões, verificam-se encerramentos forçados de sedes sindicais (Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Tabaco, em Lisboa, em Setembro) e assaltos pelas forças policiais a instalações sindicais (em Outubro, a sede das Juventudes Sindicalistas de Palma, Lisboa, e em Novembro, o Sindicato dos Trabalhadores Marítimos da Nazaré, que em Setembro dera a sua adesão à CGT; ainda em Novembro, a sede da Construção Civil, em Lisboa, esteve cercada pela polícia)²⁵.

A favor dos presos e contra a repressão os vários organismos da estrutura confederal – não somente em Lisboa – dão corpo a acções de solidariedade, com sessões de protesto e tomadas de posição públicas, como fazem por exemplo as Uniões de Sindicatos do Porto e de Lisboa ou a Construção Civil de Faro, assinalando ainda *A Batalha*, a propósito do 5 de Outubro de 1919, protestos em vários pontos do país contra as “Bastilhas da Democracia”, mantendo referências de idêntico teor nos dias seguintes, que se estendem pelo mês de Novembro adiante; no princípio deste mesmo mês, as instalações do jornal *A Bandeira Vermelha* são assaltadas pela polícia²⁶, registando-se posteriormente acções impeditivas da sua regular publicação e distribuição.

Ainda em 30 de Setembro, faziam-se apelos à presença nos julgamentos dos jovens sindicalistas, levados a tribunal sob acusação de propaganda antimilitarista e antipatriótica, sendo quase todos julgados inocentes²⁷, ainda que se assinalem, dois meses depois, a manutenção de 9 jovens sindicalistas presos no Limoeiro, em Lisboa, há 87 dias²⁸. Uma iniciativa de solidariedade material a favor destes reuniu em poucos dias uma verba significativa – 475,48 ESC, que corresponde *grosso modo* ao valor da quotização semestral de um sindicato com 200 associados.

Uma outra questão, relacionada com a repressão e a defesa dos detidos sem julgamento, movimenta a organização confederal desde Outubro de 1919: a prisão, em Lisboa, seguida de deportação para as colónias de um conjunto de trabalhadores portugueses expulsos do Brasil pelo respectivo governo, sob a acusação de bolchevismo, gerando um movimento contra as deportações, que se mantém activo ainda em Dezembro de 1919, sendo reavivado nos anos seguintes quando novos contingentes de presos sociais forem vítimas de deportação.

menores”) nas suas instalações, sob pena de dissolução e encerramento imediato das instalações – *AB*, 26-10-1919; dias antes, o Sindicato Único Metalúrgico havia decidido patrocinar a Juventude Metalúrgica, em torno de um programa de acção conjugado com o Sindicato Único – *AB*, 30-09-1919. No mesmo sentido de limitar a actividade das Juventudes Sindicalistas, o jornal *A Batalha* é proibido de inserir convocatórias daquelas organizações – *AB*, 15-11-1919.

²⁴ *AB*, 14-12-1919.

²⁵ *AB*, 24-09-1919, 16-10-1919, 12 e 18-11-1919.

²⁶ *AB*, 02-11-1919.

²⁷ *AB*, 28-09-1919.

²⁸ *AB*, 18-12-1919.

Enquanto isto se passa na “rua”, em algumas empresas ajustam-se as contas das recentes acções de greve: nos ferroviários da Companhia Portuguesa de Caminhos de Ferro, a empresa demite 54 trabalhadores, num processo que prosseguirá no ano seguinte.

Como foi referido, o Congresso de Coimbra não interrompeu o movimento grevista que se iniciara meses antes. Assim, no mês de Setembro continuam os seus movimentos os Corticeiros de Sines, e outras classes desencadeiam movimentos idênticos; nos três meses seguintes, até ao fim do ano de 1919, identificámos muitos mais, que referenciamos a seguir (vejam-se os Apêndices A e K, onde se identificam as greves que foram referenciadas e a sua distribuição geográfica e sectorial)²⁹: Ourives da Prata, no Porto, as Classes Marítimas de Lisboa, os operários da Companhia Portuguesa de Higiene, em Lisboa, os Metalúrgicos de Gaia, os operários da Fábrica de Instrumentos Musicais, no Porto, os Soldadores de Sesimbra e os da Fábrica Serra, em Cacilhas, os Manufactores de Tecidos da Fábrica Varandas, em Lisboa, e o pessoal dos Eléctricos, da Companhia Carris, em Lisboa, e os Corticeiros de Castelo Branco, cuja greve, tal como a dos Corticeiros de Sines, continua no mês seguinte; em Outubro registam-se greves dos operários Têxteis e dos Tecelões da Seda, no Porto, dos Ferradores e dos Barbeiros, em Lisboa, dos Pedreiros, dos Correeiros e dos Metalúrgicos, em Braga, das classes dos Soldadores, em Cascais e Peniche, dos Mineiros de S. Pedro da Cova, de operários da indústria Gráfica, em Coimbra, e da construção Civil, em Viana do Castelo; em Novembro, mantendo-se ainda as duas dos Corticeiros, a dos Gráficos, em Coimbra, da Construção Civil, em Viana do Castelo e a dos Soldadores, em Peniche, registam-se novas greves de Soldadores, de Olhão, Corticeiros de Silves, Padeiros, em Braga, os operários da Construção Civil da linha Barreiro-Cacilhas, Marítimos, em Faro e, em Lisboa, operários Papeleiros da Fábrica Abelheira, Polidores de Móveis, Confeiteiros e Pasteleiros, e operários Têxteis; no mês de Dezembro, referenciam-se acções de greve na Companhia Portuguesa de Higiene, dos Manufactores de Tecidos da Fábrica Varandas e das Classes Marítimas, em Lisboa, cidade onde ocorre outra paralisação envolvendo operários Têxteis de três fábricas de fiação, e uma nova greve do pessoal da Carris; noutros locais, identificam-se paralisações, algumas no seguimento de acções anteriores, dos Corticeiros, em Sines, de Metalúrgicos, em Gaia, de Ourives da Prata e de pessoal da Fábrica de Instrumentos Musicais, no Porto, e de Soldadores, em Sesimbra e Cacilhas.

Além destas greves, na sua maioria reivindicando melhores salários, a organização operária empreende acções contra a carestia da vida e por questões relacionadas com as rendas e a habitação; cumprimento da legislação do horário de trabalho é, também, um

²⁹ Para maior detalhe, consulte-se a Cronologia, no Apêndice A. Sobre a amplitude e importância das greves referenciadas, tenha-se em atenção o que escrevemos sobre o mesmo assunto no capítulo anterior.

dos temas que movimenta a organização operária, e algumas classes em especial, como se verá mais adiante.

Ainda em Setembro, a União dos Sindicatos do Porto decide organizar um movimento contra a vida cara, ao mesmo tempo que se ocupa do horário de trabalho de 8 horas, promovendo para o efeito um comício público em 14 de Outubro, no qual é alvitrada a realização de uma greve geral na cidade com os mesmos objectivos³⁰; em Lisboa, os organismos sindicais promovem sessões no mesmo sentido; em reforço da mobilização, a União de Sindicatos de Lisboa propõe que os trabalhadores levem as mulheres às sessões de protesto nos sindicatos e outras³¹, assinalando-se também movimentações designadamente, em Braga, Silves, Oeiras, Almada (onde foi proibido o comício previsto) e Covilhã, onde tem lugar um comício com a presença do secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa³².

A situação de carestia é grave: faltam géneros, há açambarcamentos, os preços disparam e as medidas tomadas pelas autoridades não mudam o estado de coisas – a carestia e a vida cara não se resolvem com leis e decretos, escreve *A Batalha* em 13 de Dezembro, assinalando a existência de fome em vários locais, como Nazaré, Guimarães, Viana do Castelo e outros.

No mês de Novembro, a organização operária lança um movimento exigindo a redução das rendas. «À ganância dos senhorios urge opor uma forte resistência», titula *A Batalha* em 5 de Novembro e essa será a tónica nos dias seguintes, denunciando a especulação e a exploração dos senhorios; «Inquilinos em guarda!», escreve-se dias depois, num crescendo de apelos à mobilização, em Lisboa e também no Porto e em Setúbal³³.

Em Lisboa, a União de Sindicatos notifica os organismos aderentes para que organizem sessões pró-redução das rendas de casa e a própria USO promove uma sessão nesse sentido, no dia 17 de Novembro, para, no dia seguinte, em nota oficiosa, apelar aos sindicatos operários para realizarem acções pelos mesmos objectivos, até ao fim do mês, marcando uma acção de grande envergadura – um comício – contra os senhorios, a 28³⁴, que o governo decide proibir, a pretexto de o mesmo fazer parte de uma revolução política em curso, tendo-se no entanto verificado o abandono do trabalho por muitos trabalhadores, a partir das 14 horas, para participarem nas sessões realizadas nos sindicatos³⁵; dias depois, a União dos Sindicatos de Lisboa faz entrega ao ministro da Justiça de uma representação contra a especulação dos senhorios³⁶, numa altura em

³⁰ AB, 20, 27 e 30-09-1919 e 24-10-1919. A greve geral na cidade de Porto, cuja ideia foi lançada no comício de 24 de Outubro de 1919, acabará por se realizar no mês de Janeiro seguinte.

³¹ AB, 20-11-1919.

³² AB, 21-10-1919, 07-11-1919 e 04-12-1919.

³³ AB, 29-11-1919 e 16-12-1919.

³⁴ “Os senhorios! Eis o inimigo”, AB, 18-11-1919.

³⁵ AB, 27-11-1919.

³⁶ AB, 18-12-1919.

que já é notório o “afundamento” do projecto dos bairros sociais, em Lisboa, na margem sul do Tejo, no Porto e na Covilhã, que o ministro Augusto Dias da Silva havia lançado em Janeiro de 1919, com uma previsão de conclusão do primeiro no fim do ano económico de 1919/20, que regista ineficiências, atrasos nos trabalhos e outros problemas, que, a prazo, hão-de determinar o fracasso desse projecto de construção de habitações operárias por iniciativa do Estado³⁷.

A semana de 40 horas, com um limite de 8 horas diárias de trabalho, foi instituída pelo decreto 5516, de 07-05-1919, tendo a respectiva regulamentação começado a vigorar no dia 1 de Novembro daquele mesmo ano.

Antes dessa data, esse horário já era praticado por muitas classes, em alguns locais; outras, tentam impô-lo ao patronato, algumas recorrendo à greve, como os operários da indústria têxtil (homens e mulheres), no Porto, sob o impulso da União de Sindicatos local³⁸, e os correeiros e os metalúrgicos, em Braga; outras classes profissionais, em diversos locais (o operariado, em Olhão; corticeiros de Castelo Branco; jardineiros, no Porto³⁹), exigem esse horário, sem no entanto chegarem à greve; também os Caixeiros (em Setúbal, onde realizam um comício, em Setembro⁴⁰, mas também noutros locais) se movimentam, estes reivindicando que a lei – que os excluía, como aos Rurais – também se lhes aplique.

Em Novembro de 1919, a CGT publica uma Nota Oficiosa sobre o Horário de Trabalho de 8 horas, que constitui matéria de editoriais, comentários e tomadas de posição de diferentes organismos, nos dias seguintes. Naquela comunicação, a CGT convidava os organismos confederados a realizarem uma agitação pela imposição do novo horário de trabalho e contra uma possível modificação da lei, como queria o patronato, apelo que é secundado pela organização⁴¹; pelo seu lado, os patrões resistem à aplicação da legislação do horário de trabalho, ao mesmo tempo que reclamam do governo a simples revogação da respectiva legislação ou uma profunda alteração desta; o Congresso Patronal, realizado em Novembro de 1919, vai mais longe, apelando

³⁷ Ver A. H. de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues – “A Sociedade e as Instituições Sociais”, in *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. XI, p.186-239. Como assinalam os autores (p.213-214) em Junho de 1921 serão suspensas as obras de todos s bairros sociais de Lisboa, com excepção do Arco do Cego, por falta de verbas, e um ano depois são suspensas todas as obras e despedidos todos os operários, vindo o programa a ser liquidado em Outubro de 1925, com a publicação do decreto 11174, de 23 de Outubro, “salvando-se” apenas, deste malogro o referido Bairro do Arco do Cego, concluído já na vigência do Estado Novo.

³⁸ AB, 05 e 09-10-1919.

³⁹ AB, 08 e 12-11-1919.

⁴⁰ AB, 20-09-1919.

⁴¹ Os sindicatos do Porto, em reunião promovida pela União de Sindicatos, dão o seu apoio ao “movimento geral” preconizado pelo Comité Confederal da CGT – AB, 15-11-1919. A generalidade dos organismos fazem-no nos dias seguintes.

explicitamente ao desrespeito do decreto do horário de 8 horas, e à sindicalização do patronato, para defesa dos seus interesses⁴².

A vigilância do cumprimento do horário de trabalho, sendo uma incumbência das autoridades, é também efectuada pelos sindicatos; em conformidade com a lei, em Lisboa, são distribuídos a cada Associação de Classe 10 cartões de fiscalização do Horário de Trabalho de 8 Horas⁴³.

1.3. Novo ano, problemas e processos velhos – o poder contra a CGT

No princípio do ano de 1920, quando a CGT tem em curso a produção e distribuição de material destinado à organização da cobrança das quotas - cadernetas, verbetes e selos-cota - e os carimbos com o *label* confederal identificativo dos organismos sindicais confederados, mantêm-se no centro das atenções da organização operária quer a questão dos operários expulsos do Brasil, detidos à chegada a Lisboa e outros imediatamente deportados para África⁴⁴, quer os problemas da carestia e da vida cara, a falta de habitação em Lisboa e o preço das rendas, levando a movimentações lideradas pelas Uniões de Sindicatos e contando também com o envolvimento do Comité Confederal.

Na entrada do ano intensifica-se o processo reivindicativo de aumento de salários, que se vai manter muito forte ainda mais 3-4 meses, por parte de quase todas as classes profissionais. Muitos desses movimentos chegam à greve - cerca de 90, nos cinco primeiros meses do ano, das quais, pela sua duração e/ou efectivos profissionais envolvidos, merecem destaque:

- iniciadas em Janeiro, a dos Carregadores e Descarregadores de Mar e Terra do Porto e Gaia (4 semanas), a do pessoal dos Telefones (37 dias), a greve geral corticeira (15 dias⁴⁵), a dos operários da indústria do mobiliário do Porto (5 semanas), a dos curtidores e surradores de Guimarães (mais de 17 dias), a greve geral no Porto (8 dias, mantendo-se algumas classes profissionais em greve mais uma semana, tendo-se verificado a morte de 2 operários pela polícia e muitos feridos);

⁴² Alexandre Vieira - *Almanaque da "A Batalha"*, p. 94, e AB, 24-11-1919. A Nota Oficiosa da CGT sobre o Horário de Trabalho de 8 Horas vem publicada em AB, 11-11-1919.

⁴³ AB, 10-11-1919.

⁴⁴ Além de outras acções em favor dos "deportados do Brasil", o secretário geral da CGT, acompanhado pelo advogado do Conselho Jurídico, chegam a reunir com o presidente do Governo, nos primeiros dias do ano, mas sem qualquer resultado prático. Os deportados para Cabo Verde, 11 no total, serão libertados em Janeiro de 1921 (AB, 31-01-1921).

⁴⁵ A greve geral nacional corticeira culmina um processo de preparação empreendido pela Federação desde o mês de Dezembro de 1919; teve a duração de 15 dias, a partir de 14 de Janeiro de 1920 referenciando-se a participação dos operários de praticamente todos os locais onde se funcionam unidades industriais corticeiras. Entre os não aderentes, referência à Feira, onde a indústria emprega 2.000 trabalhadores, "talvez por estarem desorganizados", escreve-se em *A Batalha*, 15-01-1920.

- iniciadas em Fevereiro, a greve dos soldadores das fábricas de conservas de Almada (1 mês), a do pessoal extraordinário dos tabacos de Lisboa (cerca de dois meses) e as dos ferroviários do Estado (5 dias), além da greve geral, no Porto, em que é notícia a participação do pessoal operário de duas fábricas de fiação têxtil;

- iniciadas em Março, a dos funcionários públicos (incluindo os telégrafo-postais) em Lisboa, Porto, Coimbra e outros locais, que no Porto se estendeu à polícia (12 dias), a greve geral metalúrgica, em Lisboa e arredores, envolvendo mais de 20 mil operários (mais de 15 dias), a greve geral da construção civil em Lisboa e arredores (mais de 70 mil operários, durante 34 dias), e a greve geral no Funchal⁴⁶;

- iniciadas em Abril, as greves em Lourenço Marques (Moçambique) do pessoal do comércio, os empregados públicos e os gráficos;

- iniciadas em Maio, a dos tipógrafos, em Lisboa (mais de 50 dias), a do pessoal dos eléctricos em Lisboa (9 dias).

Pelo seu impacto na vida da população, e por isso mesmo geradoras de protestos generalizados, merecem ser referidas as greves dos padeiros ocorridas neste período, em Braga, Porto e Lisboa.

Este período foi, seguramente, na vida da CGT, um dos mais activos em matéria de greves operárias⁴⁷.

Como foi referido, a grande motivação destas greves é a obtenção de aumentos de salário, como quase sempre na vida da CGT, mas este ano ainda com maior razão de ser, em virtude do aumento galopante do custo de vida e o acentuar da carestia⁴⁸.

À crise social provocada pelo aumento brutal do custo de vida, junta-se o problema do da escassez de bens essenciais no mercado, frequentemente por razões especulativas

⁴⁶ Este movimento, informa A Batalha, foi desencadeado por causa da tentativa de apreensão pelas autoridades do jornal *O Operário*, órgão da União de Sindicatos do Funchal (a 26 de Março) e no dia seguinte, sábado, o assalto à Casa Sindical, pela polícia; o movimento começou a 29 terminou no dia 31 de Março, com a aceitação pelo Governo Civil de um conjunto de reivindicações operárias, respeitantes a fim da repressão e retirada da Guarda Republicana das instalações operárias e ao combate à carestia (AB, 19-04-1920).

⁴⁷ Sobre a amplitude e importância das greves referenciadas, tenha-se em atenção o que indicámos na nota 35 do capítulo I. Para detalhe das greves neste período, veja-se a Cronologia no Apêndice A e, no Apêndice K a sua distribuição geográfica e sectorial.

⁴⁸ Entre Julho de 1919 a Julho de 1920, os preços no país aumentaram 74%; apesar do vigor do surto grevista e de em muitos casos, terem sido exigidos aumentos superiores a 100%, os salários não acompanharam a subida dos preços, ficando-se naquele período por uma variação de +26%. Em valores acumulados dois anos – Julho de 1918 a Julho de 1920 – a variação dos preços foi de +88%, e a dos salários de apenas +48%. Ver *Anuário Estatístico de Portugal*, 1925, cit. por Douglas Wheeler - *História Política de Portugal-1910-1926*, p.196 e Fernando Medeiros – *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, p. 133. No que respeita à evolução dos preços, este último autor, tendo considerado que os dados oficiais merecem reservas, por extrapolarem para o país os índices de Lisboa, onde o controlo das autoridades administrativas e a pressão operária limitavam os efeitos do açambarcamento com fins especulativos, elaborou uma tabela com base na evolução os preços ponderados de 25 artigos de consumo corrente, em Lisboa e no Porto, para concluir que, enquanto em Lisboa os preços aumentaram 52% entre 1919 e 1920 (e 103% no biénio 1918-1920), no Porto – e no resto do país, cuja situação era neste particular mais próxima do Porto do que de Lisboa) essas variações teriam sido muito superiores, respectivamente, +108% e +120%. *Idem, idem*, p.134-135.

– a “bicha” para comprar açúcar, batatas, pão e até tabaco converteu-se numa instituição com efeitos muito negativos na vida das famílias. Apesar de proibido por lei e de combatido pelas autoridades – com pouca ou nula eficácia – o açambarcamento era um fenómeno em expansão, denunciado não apenas pelos sindicatos e pela imprensa operária, mas também pelos políticos, incluindo os do círculo do poder, e pela imprensa em geral⁴⁹.

Questão especialmente sensível na crise das subsistências é o preço do pão, que constitui então o principal produto de alimentação da maioria das famílias⁵⁰.

Seguindo uma política de preço controlado do pão, o governo de António Maria Baptista veio a decretar, em 24 de Abril de 1920, a adopção de um único tipo de pão, em lugar dos dois existentes, uma medida que correspondia a uma velha reivindicação do movimento operário, já defendida pela UON.⁵¹

Sinal dos tempos, em 17 de Janeiro de 1920, tinham-se verificado tumultos em Oliveira de Azeméis, motivados pela carestia; esta há-de estar na origem de acontecimentos idênticos em Beja, nos últimos dias de Abril e, no segundo semestre do ano (como se verá) em vários locais do país, como Setúbal, Castelo Branco, Guarda e Coimbra. Refira-se que a greve geral, no Funchal, no fim de Março, termina com a aceitação pelo governador civil de uma tabela de preços dos bens de primeira necessidade⁵².

⁴⁹ Alguma legislação contra a adulteração de produtos, o açambarcamento e o aumento dos preços: no governo de Sá Cardoso, em 1919, a lei de 12 de Agosto, os decretos de 18 de Setembro e 19 de Novembro e a lei de 30 de Dezembro, esta estabelecendo o julgamento sumário, multas e penas de prisão para os actos de adulteração e açambarcamento de géneros alimentares; no governo de António Maria Baptista, empossado em Janeiro de 1920, o decreto de 20 de Março, fixando preços máximos para o leite, o arroz, o azeite, a batata, o feijão, o café, o grão e o milho. Damião Peres – *História de Portugal, Suplemento*, p.253 e 274. Sobre o tratamento desta questão na imprensa, veja-se por exemplo *A Ilustração Portuguesa*, 05-01-1920, p.13-15 e 25.

⁵⁰ O pão representaria, em 1918, perto de 50% da ração calórica das famílias portuguesas. *Idem*, *idem*, p.141-143, com base em J. Alarcão – “Subsídios para o estudo dos termos fundamentais da economia portuguesa”, *Revista de Economia*, vol. II, Fasc. II, 1948.

⁵¹ Pelo regime de intervenção vigente, o Estado cedia aos industriais de panificação trigo importado a preço inferior ao de custo, assegurando assim a manutenção do preço do pão abaixo do preço dos factores de produção. Destes processos foram beneficiárias principais a Companhia Industrial de Portugal e Colónias (também proprietária de padarias e com grandes interesses em outras áreas industriais – produção de energia, minas, banca e imprensa – que não deixará de reforçar o seu poder os anos seguintes da 1ª República) e a Sociedade Industrial Aliança, formando as duas, em conjunto, um poderoso bloco de interesses muitas vezes designado por “polvo” da Moagem. Contra esses interesses se movimentou o jornal *O Século*, numa verdadeira campanha iniciada em Fevereiro de 1920, denunciando negócios ilícitos e fraudulentos em prejuízo dos interesses do Estado e dos consumidores, que levou à discussão do assunto na Câmara dos Deputados, onde foi exigida ao governo a adopção de um tipo único de pão. Ver A.H.de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, p.295-296, e Damião Peres obra e volume citados, pp.274-275. Também *A Batalha*, em 08-02-1920, se faz eco dessa campanha, denunciando o valor da dívida da Moagem ao Estado – 7.134.415\$8,5. O preço do pão estabelecido pelo decreto de 24 de Abril de 1920 era de \$28 por quilo. No Verão desse mesmo ano o aumento do preço do pão voltaria a incendiar a sociedade portuguesa.

⁵² *AB*, 19 e 30-04-1920.

Os governos liderados por Leite Pereira e o de António Maria Baptista (15-01 a 26-06-1920) pautaram-se por uma relação mais musculada com a organização sindical – Leite Pereira, que governou em pleno surto grevista, dando-se a sua saída em plena greve dos funcionários do Estado, e em consequência dela, fecha o seu mandato com o assalto, pela polícia e guarda republicana, às instalações sindicais na calçada do Combro, em Lisboa, sede da CGT, da União de Sindicatos, da redacção do jornal *A Batalha*, e da Federação e Sindicato da Construção Civil; o governo de António Maria Baptista, cujo programa este chegara a resumir na fórmula “Ordem pública, ordem pública, ordem pública”⁵³, que veio a ser confrontado com um cenário social idêntico ao da governação do seu antecessor, em que sobressaem as greves metalúrgica, da construção civil, dos operários mobiliários e a dos eléctricos pautou-se por uma série de acções repressivas sobre o movimento sindical, mais expressivas a partir de 18 de Março, em pleno surto grevista, quando há especulações sobre a iminência de uma revolução bolchevique em Lisboa⁵⁴, ganhando força no movimento sindical a necessidade de uma greve geral contra o despotismo do governo, a que este responde com mais repressão⁵⁵.

Durante mais de um mês, em Lisboa, com as instalações operárias da calçada do Combro, e outras, encerradas, o cenário social será dominado por enfrentamentos entre polícias e trabalhadores em greve, pelo rebentamento de bombas e petardos, por prisões em massa, pelo estabelecimento da censura à imprensa, apreensões e obstruções várias à circulação de jornais (*A Batalha*, *O Combate*) e até a sua suspensão, sob pretexto de inserirem incitamentos à greve e ataques aos poderes constituídos, de desrespeitarem a autoridade e de utilizarem “linguagem despejada”⁵⁶.

Multiplicam-se os protestos das organizações sindicais contra a repressão e a própria CGT distribui um documento apelando para a realização de um movimento em todas as localidades do país⁵⁷, cuja antecipação é proposta, pouco depois, aos organismos sindicais quando, no Parlamento, se começa a discutir um projecto de lei de excepção, proposto pelo governo, e se fala de planos de deportação, para a Guiné, de elementos escolhidos pelo governo⁵⁸.

É este o pano de fundo do 1º de Maio de 1920, data de especial significado para o movimento sindical.

⁵³ Damião Peres, *obra e volume citados*, p. 268.

⁵⁴ Ver Fernando Medeiros, *obra citada*, p. 222.

⁵⁵ Em 23 de Março, *A Batalha* fazia o balanço do governo do “coronel Baptista”: encerramento das sedes das Associações do Pessoal Maior e Menor dos Correios e Telégrafos, da Construção Civil e dos Metalúrgicos, bem como das suas secções, e das sedes da CGT e da USO-Lisboa.

⁵⁶ *AB*, 06-04-1920. Nos meses de Abril e Maio de 1920, as suspensões do jornal *A Batalha* totalizam 21 dias.

⁵⁷ Circular nº 4, do Comité Confederal, datada de 10-04-1920. *AB*, 18-04-1920.

⁵⁸ Ver “Uma lei de excepção” e “Monstruosidade máxima – Pior que nos “ominosos” tempos de João Franco”, *AB*, 18-04-1920.

O 1º DE MAIO DE 1920. A CGT assinala o 1º de Maio de 1920 num ambiente de relativa acalmia, uma espécie de regresso à normalidade, após meses de agitação social e de repressão. Nos dias imediatamente anteriores, o governo decidira a reabertura de grande parte das sedes dos sindicatos (a sede da CGT a 28 de Abril) e é posta em liberdade a maioria dos trabalhadores e militantes presos.

Os eventos dos últimos meses influenciaram de forma significativa os preparativos do 1º de Maio, tanto em Lisboa como noutros pontos do país. Em Lisboa, a USO reúne para o efeito somente a 25 de Abril e é apenas a partir desta data que *A Batalha* passa a inserir referências ao assunto e a inserir comunicações das uniões, dos sindicatos apelando ao abandono do trabalho no dia 1 de Maio e à participação nos comícios e sessões organizadas pelas USO e pelos sindicatos. O Comité Confederal “vai a jogo” no dia 26 de Abril, apelando à organização de manifestações no Primeiro de Maio, contra as arbitrariedades do Governo e demais autoridades⁵⁹ e no dia 30 volta ao assunto, para comunicar que não elaborou qualquer documento para ser presente e aprovado nas várias sessões e comícios “em virtude dos últimos acontecimentos e sobretudo porque ainda não reuniu o Conselho Confederal”, recordando aos organismos sindicais promotores de sessões a questão dos operários presos por questões sociais, que deverá ser reflectida nos documentos a produzir, exigindo-se a sua libertação⁶⁰.

“Para a propaganda do dia 1º de Maio [...] a C.G.T. concorreu na medida das suas possibilidades”, assinala o Comité Confederal no seu relatório ao Conselho Confederal⁶¹.

Nos dias imediatamente anteriores, as assembleias gerais dos sindicatos pronunciam-se pela paralisação do trabalho no dia 1 de Maio⁶².

Nos comícios e sessões pelo país, a CGT faz-se representar por delegados seus em oito locais, de norte para sul Porto, Coimbra, Lisboa, Barreiro, Setúbal, Évora, Olhão e Faro – este ano em mais locais do que a UON no ano anterior; as Federações (e alguns sindicatos mais activos e importantes), enviam também delegados aos locais considerados mais relevantes⁶³.

⁵⁹ AB, 26-04-1920.

⁶⁰ AB, 30-04-1920.

⁶¹ “Relatório do Comité Confederal ao Conselho Confederal”, AB, 27-04-1920, 31-05-1920.

⁶² A título de exemplo, em Lisboa, os Empregados da Carris de Ferro, Caixeiros, Descarregadores de Terra e Mar, Manufactores de Calçado, Operários Encadernadores, Operários Alfaiates, Litógrafos e Anexos, Pessoal do Arsenal de Marinha e Cordoaria Nacional, Tanoeiros, Federação do Livro e do Jornal, Ferroviários da CP, Pessoal dos Tabacos, Operários Mobiliários e Carruageiros. AB, 27-04-1920, 30-04-1920 e 01-05-1920.

⁶³ Delegados da CGT ao Primeiro de Maio de 1920: no Porto, o delegado da Federação Nacional da Construção Civil, Vítor Martins; em Coimbra, onde se inaugura o Sindicato Único Mobiliário local, Alfredo Marques (também presentes, Perfeito de Carvalho, de Lisboa, Costa Carvalho, do Porto, e Alexandre Quintanilha, de Coimbra); em Lisboa, o secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa; no Barreiro, Joaquim Francisco; em Setúbal, Miguel Correia, Eduardo Jorge e Alfredo Monteiro; em Évora, Carlos Araújo; em Olhão e Faro, Abel Pereira. AB, 27-04-1920.

Ao todo, no país, o jornal *A Batalha* assinala acções do 1º de Maio, pelo menos, em 25 locais⁶⁴; pelo significado da data, neste dia são inaugurados novos sindicatos – o Sindicato da Construção Naval de Vila do Conde e o Sindicato Único da Indústria Mobiliária de Coimbra – e cooperativas – a dos Catraeiros do Porto de Lisboa e a dos operários corticeiros, em Castelo Branco; em Lisboa, por causa do mau tempo, o comício previsto para o Parque Eduardo VII é transferido para a sede da USO/CGT, registando-se as seguintes intervenções: do secretário-geral da USO, Alfredo Pinto, do secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa; dos delegados das Federações do Livro e do Jornal, Delfim Silva, da Construção Civil, Alfredo Lopes, do Calçado, Couros e Peles, Aleixo de Oliveira, dos Sindicatos Únicos Metalúrgico, Júlio de Matos, da Construção Civil, João Miranda e Mobiliário, Santos Arranha e da Associação de Classe dos Empregados da Carris de Ferro, Armando Martins; além destes, falam também Francisco Viana, metalúrgico e membro do Comité Confederal, e «a camarada Palmira», operária extraordinária dos Tabacos, que falou a título individual, lamentando não ver na sala mais mulheres, pois «que são elas quem mais sofre»; no Porto, não circulam carros eléctricos e muitos estabelecimentos comerciais e industriais encontram-se fechados, realizando-se um desfile da sede da USO, no largo do Bonjardim, para a Alameda das Fontainhas, onde se realiza o comício, em que intervêm dirigentes sindicais da cidade (Armando Cardoso, Carlos de Sousa, José Pereira Braga, José Martins, Domingos Pereira e Artur Carvalho, da Carris) e o delegado de Lisboa, Vítor Martins, da Federação da Construção Civil; no percurso para as Fontainhas, o desfile parara junto da cadeia da Relação, protestando ruidosamente contra a reclusão dos operários aí encerrados, designadamente Jerónimo de Sousa, de quem será lida uma carta no comício, onde se aprova uma moção de protesto contra as leis de excepção,

⁶⁴ De norte para sul: Braga (na USO, com paralisação do trabalho ao meio dia – AB, 06-05-1920), Guimarães (no comício intervém a operária têxtil Maria Isabel, merecendo um comentário especial ao delegado da *A Batalha*: “foi a primeira vez que aqui se ouviu uma voz feminina pronunciar-se pela questão social.” (AB, 22-05-1920), Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Famalicão, Porto (com sessões solenes em praticamente todas as associações de classe e paralisação de todos os serviços, incluindo os eléctricos; cortejo pelo centro da cidade, passando pela Cadeia da Relação, onde se vitoriam os “camaradas presos” e a que estes respondem, e comício da Alameda das Fontainhas – AB, 27-04-1920, 05-05-1920), Gaia (cuja USO não logrou uma realização conjunta com a USO do Porto – AB, 27-04-1920, 06-05-1920), Ovar, Viseu, Coimbra (no Teatro Sousa Bastos, com um delegado da CGT e um delegado do Porto – AB, 27-04-1920, 08-05-1920), Pombal, Praia da Granja, Castelo Branco, Santarém, Lisboa (com paralisação do trabalho, incluindo os transportes na cidade e no rio Tejo, e comício na sede da USO/CGT – *idem*, 03-05-1920), Almada, Barreiro e Aldegaleta (ambas com sessões muito concorridas – *idem*, 07-05-1920), Sesimbra (folclórica e festiva, merecendo crítica na *A Batalha*, 05-05-1920), Setúbal (também presente, João Maria Major, recém-libertado, após 10 meses de prisão – AB, 05-05-1920), Vendas Novas, Évora (*idem*, 04-05-1920), Santa Bárbara de Nexe (presente o secretário-geral da Federação Nacional da Construção Civil, Joaquim Cardoso, e uma força da GNR), Faro-Olhão e Lagos (na sede da Associação de Classe dos Operários Soldadores, «com um número razoável de camaradas» soldados, empregados na indústria de conservas e da construção civil, mas sem a” imponência que era para desejar” – *idem*, 06-05-1920). As referências ao Primeiro de Maio, na *A Batalha* ocorrem ao longo de todo o mês de Maio.

contra o encerramento de sindicatos e as perseguições a *A Batalha*, contra a cédula pessoal e contra a atitude patronal em relação ao horário de trabalho de 8 horas.⁶⁵

A marca do governo de António Maria Baptista de imposição e defesa da ordem pública mantém-se inalterada, apesar da descompressão coincidente com o 1º de Maio – além do encerramento compulsivo de algumas instalações sindicais, como a da Construção Civil do Beato, em Lisboa, que persiste sem abrir, no mês de Maio, outras serão compulsivamente encerradas, como a da Construção Civil e a dos Rurais, em Beja, na sequência de alterações da ordem pública ali verificadas, com intervenção da GNR⁶⁶.

Também no mês de Maio, *A Batalha* volta a ser sujeita à censura e sofre novos impedimentos à circulação; na mesma onda, o governo procedeu à apreensão de 10 mil exemplares do manifesto da CGT contra a repressão exercida pelo governo contra o seu jornal, ainda que a organização tenha assegurado a distribuição de 40 mil⁶⁷.

A QUESTÃO DA TÁCTICA SINDICAL. Num ambiente social conturbado, dominado pela reivindicação de aumento de salários, em movimentos muitas vezes mal preparados e, sempre, com benefício apenas para as corporações profissionais que os promovem e rapidamente absorvidos pelo aumento dos preços, a organização começa a discutir se tal caminho é o mais adequado. “O aumento de salário não resolve o problema da carestia da vida, nem atenua sensivelmente os seus efeitos”, escreve-se em *A Batalha*, no princípio de Fevereiro de 1920⁶⁸; no mesmo sentido e local, a propósito das reclamações de aumento de salário dos manufactores de calçado, deixando no ar um recado aos militantes e dirigentes sindicais, escreve-se: “é mister não esquecer que o movimento de greve da UON de Novembro de 1918, não teve, então, o apoio da massa operária”, um ponto de ordem, afinal, válido para todos os organismos integrantes da CGT, no sentido de que a acção tem de estar, de facto, alinhada com a dinâmica real e efectiva das bases e de que a realidade não é necessariamente o que parece, nem aquilo que se deseja que fosse.

Olhando para a greve geral no Porto (Janeiro-Fevereiro de 1920) são questionáveis a estratégia seguida, e a execução, ressaltando claramente problemas de coordenação: em primeiro lugar, a USO não procurou envolver os sindicatos de Gaia e a respectiva USO⁶⁹; depois, a USO Porto praticamente abdicou da direcção do movimento, retirando-lhe coesão e força, ao dar autonomia às classes em greve para decidirem, cada uma por si, a melhor forma de tratar dos seus interesses, fazendo na prática com que se

⁶⁵ AB, 03-05-1920; para o Porto, ver também *Jornal de Notícias*, 02-05-1920.

⁶⁶ AB, 18-04-1920.

⁶⁷ AB, 20-05-1920.

⁶⁸ “Lutas estéreis”, AB, 03-02-1920.

⁶⁹ Abordando a greve geral no Porto, a USO Gaia assume que não está obrigada a secundar o movimento no Porto, por ter sido lançado intramuros da cidade – AB, 24-01-1920.

fraccionasse em pequenos movimentos estritamente corporativos, sem uma preocupação e uma lógica de conjunto⁷⁰. «Restringiu-se [o movimento] a simples greves parciais de algumas classes que, por aquele processo de luta, ainda pensam conquistar as suas regalias monetárias reclamadas; em resultado, apenas amargas lamentações», escreve o correspondente de A Batalha no Porto, atribuindo as responsabilidades a «uma organização sindical incompleta a braços com o pouco espírito combativo, não só das massas, mas – o que é pior – de alguns militantes mesmo.»⁷¹

Tendo estatutariamente um papel coordenador das acções a nível local, as USO são frequentemente ultrapassadas nas suas atribuições pela dinâmica e o voluntarismo gerados nos sindicatos (em especial no que respeita a movimentos reivindicativos de carácter económico) ou mesmo por uma visão estritamente corporativa dos respectivos associados, militantes e dirigentes, sustentada na autonomia de acção que os estatutos confederais reconheciam a cada sindicato nas lutas e acções reivindicativas. Em Lisboa essas questões ficam claras numa reunião promovida pela USO Lisboa, com as direcções dos sindicatos aderentes (estiveram presentes 27) em 21 de Fevereiro, para discussão do momento de agitação laboral: «Considerando que é completamente impossível, neste momento, evitar que algumas classes se lancem em luta; considerando também que a maior parte das classes se estão preparando para mais tarde se lançarem em luta pró-aumento de salário; as direcções dos sindicatos aqui reunidas para tratar da melhoria de situação para as suas classes, confiam à USO a coordenação e unificação de esforços para as classes que neste momento não possam ainda movimentar-se.»⁷²

Uma acção conjunta e coordenada, em benefício de todas as classes profissionais, é o caminho proposto pela cabeça da organização: “Agitam-se as classes por melhoria de salário. Quem faz greve são as associações com condições de organização; as restantes, tão ou mais sacrificadas, não têm direito a nada. Seria bom, como já a UON dizia em 1918, falando da necessidade de um movimento que beneficiasse todos e não só alguns, que «se registasse um menor egoísmo de classe e olhando-se para além do estreito âmbito corporativo, isto é, para os trabalhadores que se encontram naturalmente impedidos de reivindicar, preferindo-se exercer uma acção que fosse igualmente proveitosa [...para] que todos os que produzem auferissem um salário que os colocasse em pé de igualdade em relação às exigências do consumo, que são indistintas.»⁷³

É preciso fazer de outra maneira, diz o Comité Confederal, mas não diz como: «Ainda não chegou a hora [para o Comité Confederal se pronunciar sobre] os resultados obtidos pelas últimas greves. [...] O ambiente actual [...] indica claramente os novos meios a pôr em execução pela classe operária organizada nas suas lutas futuras de modo

⁷⁰ AB, 02-02-1920.

⁷¹ AB, 27-04-1920, 05-02-1920.

⁷² AB, 27-04-1920, 22-02-1920.

⁷³ “O inelutável”, AB, 15-02-1920.

a garantir-lhes o êxito dos seus movimentos de reivindicação. A aplicação desses meios tem de obedecer a um estudo atento, mas rápido e urgente e que só pode realizar-se após a reunião do Conselho Confederal [...]»⁷⁴.» A contestação a esse posicionamento manifesta-se de vários lados; em *O Combate*, clama-se que a perda das últimas greves radica na persistência da organização operária de lutar somente pela melhoria das condições de trabalho e o aumento dos salários, proclamando a necessidade de ser adoptada uma «nova táctica» de conquista do poder pelos trabalhadores nas paróquias, nos municípios e no parlamento; do lado da CGT, a resposta é pela pena de Manuel Joaquim de Sousa, o secretário-geral: os que tal defendem, escreve ele, «ou são alucinados na fé dm iluminismo contraproducente, oposicionista à marcha natural da evolução, retardador da Revolução Social, ou são mistificadores ao serviço da reacção burguesa e capitalista, isto é, inimigos inconscientes ou conscientes do proletariado»⁷⁵. O assunto será endereçado pelo Comité Confederal, quando for tempo, três meses volvidos, ao Conselho Confederal, fazendo-o constar do relatório que apresentará à primeira reunião daquele órgão.

A questão da táctica vai manter-se na agenda da CGT e será objecto de viva polémica lá para o fim do ano de 1920; na sua origem, José Carlos Rates, interessado em discutir esse assunto directamente com Manuel Joaquim de Sousa; aquele havia sido, precisamente, um dos subscritores da tese “Reformas imediatas” que o Congresso de Coimbra chumbou, por proposta da comissão organizadora, da qual fazia parte o (então futuro) secretário-geral da CGT; foi este, aliás, a dar o pontapé de saída, comentando um livro da autoria de José Carlos Rates sobre a ditadura do proletariado, cujos fundamentos contesta em artigo publicado no jornal confederal, em Março de 1920, afirmando os princípios da liberdade individual e negando a perspectiva de uma ditadura, como meio ou como fim, mesmo que alegadamente para dar o poder aos trabalhadores, e posicionando-se terminantemente e em absoluto contra a perspectiva, apresentada por Rates, que transcrevemos: «A ditadura [do proletariado] será exercida por indivíduos indicados e nomeados pela CGT por ser esta a maior força socialista organizada no país, mas aproveitando para as funções políticas os elementos valiosos de todos os outros agrupamentos socialistas.»⁷⁶ Trata-se apenas de um intróito; o verdadeiro debate chegará em Novembro-Dezembro de 1920, então lançado por José Carlos Rates, que acompanharemos mais à frente neste capítulo⁷⁷.

⁷⁴ “Comité Confederal [relato da reunião]”, *AB*, 18-04-1920.

⁷⁵ Manuel Joaquim de Sousa – “Nova táctica? Uma especulação”, *AB*, 27-04-1920.

⁷⁶ “A CGT e a ditadura do proletariado”, *AB*, 14-03-1920.

⁷⁷ “A crise nacional só poderá resolver-se por meios revolucionários” é o título do primeiro artigo de José Carlos Rates. *AB*, 25-11-1920.

1.4. A organização – novos organismos, velhos e novos desafios

Depois do Congresso de Coimbra, até à data da primeira reunião do Conselho Confederal, é significativo o número de novos organismos que se formam, sindicatos únicos e não só.

Quanto aos primeiros, referenciamos maior dinâmica nas classes da construção civil, que formam os sindicatos únicos de Guimarães, Póvoa de Varzim, Chaves, Vila Real de Trás-os-Montes, Vila do Conde, Famalicão Porto, Coimbra, Lisboa, Oeiras, Cascais, Almada, Seixal, Vendas Novas e Évora, sendo referido pela Federação, em Janeiro de 1920, que também os sindicatos do Algarve obedecem já a esta nova estrutura; nas outras classes profissionais, avança-se também para essa nova forma de organização, mas os números são mais modestos – os metalúrgicos, no Porto⁷⁸ e em Cascais, sendo referidas boas perspectivas para a formação, com apoio de delegados do Sindicato Único de Lisboa, do sindicato congénere de Olhão, agrupando metalúrgicos, soldadores e trabalhadores das fábricas de conservas; as classes mobiliárias, no Porto, em Lisboa e Coimbra, este com um raio de acção até à Figueira da Foz, formado com o apoio de delegados da classe de Lisboa, e depois os de Santarém e de Faro; por último, os fabricantes de calçado do Porto, os manipuladores de pão de Guimarães e os operários da construção naval do rio Douro constituem também os seus sindicatos únicos. Além destes, o diário confederal dá conta de trabalhos em curso com vista à constituição, no Porto, do sindicato único dos operários da indústria têxtil e o das Classes Gráficas, e, em Lisboa, do sindicato único da Indústria de Veículos, integrando todos os profissionais da indústria de carruagens (serralheiros, ferreiros, carpinteiros de carroças, carroseries e carruagens, pintores e estofadores), o Sindicato Único das Classes Gráficas do Porto (Novembro 1919) e do sindicato único dos Empregados no Comércio, por fusão das associações de classe dos Caixeiros de Lisboa, dos Empregados de Escritório, dos Empregados Menores, da União dos Empregados no Comércio, dos Empregados de Bancos e Casas de Câmbio e dos Corretores de Lisboa⁷⁹.

Mas formam-se outros organismos sindicais de base, como a Associação dos Trabalhadores Rurais de Benavila, os Sindicatos dos Manipuladores de Pão de Almada, da Construção Naval da Figueira da Foz e de Vila do Conde, dos Operários Tecelões de

⁷⁸ Integra as Associações de Classe dos Latoeiros, dos Picheleiros, dos Ourives da Prata, dos Ourives do Ouro, dos Guarda-Soleiros, dos Electricistas, e dos metalúrgicos propriamente ditos – Fundidores de Metal, dos Serralheiros, dos Torneiros, dos Forjadores e dos Fundidores, membros da Associação das Classes Metalúrgicas do Porto, estes em conformidade com as decisões da Assembleia Geral de 28-12-1919. Arquivo Histórico Social – Núcleo Metalúrgicos – AHS-Caixa 106, ms 3907.

⁷⁹ Vasco da Silva Luciano, da Associação de Classe dos Caixeiros de Lisboa e delegado à USO de Lisboa, traça o retrato da organização sindical dos empregados do comércio, em Lisboa: existem 10 associações de especialidades, todas legalmente constituídas, com pouca força face ao patronato, sendo os empregados no comércio – na sua maioria – indiferentes ao sindicato; adianta que o maior problema é a escassez de «camaradas conscientes e dedicados» que ocupem os vários cargos, dando-se a acumulação de cargos nas mesmas pessoas, o que traz inconvenientes (AB, 31-01-1920).

Coimbra, o Sindicato Têxtil de Gaia e a Associação Mista dos Trabalhadores de Alcanena, o Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra e Mar do Porto e Gaia ou a Associação de Classe dos Marítimos do Bom Sucesso, de Belém, Lisboa, que no arranque congrega 300 associados, as associações de classe da Construção Naval de Vila do Conde, de Gaia e da Figueira da Foz, decorrendo em paralelo trabalhos de reorganização de vários sindicatos, como os da Construção Civil de Castelo Branco e Viseu, dos Rurais de Odemira, encerrada na sequência da greve geral de Novembro de 1918⁸⁰, que adere à Federação dos Trabalhadores Rurais, decorrendo no mesmo sector trabalhos com vista à criação do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhal Novo, enquanto, no Porto, se fundem a Associação de Classe dos Tecelões da Seda com a Associação de Classe dos Fiteiros, os alfaiates voltam a juntar-se num único organismo de classe, o Sindicato dos Operários Alfaiates do Porto.

Relativamente aos sindicatos mistos, a evolução é muito diversa – enquanto os dos Arsenalais vingam como sindicatos nacionais, noutros a nível local nada se passa, provavelmente por terem actividade quase nula ou por oposição dos respectivos associados à sua liquidação, de que será exemplo a Associação Mista dos Operários de Sacavém, onde a reunião convocada para decidir sobre a dissolução e o destino dar aos respectivos bens, não se realiza por «falta de número»⁸¹; mas há também situações de sucesso, pacíficas, como a da Associação dos Operários do Município de Lisboa – que congregava operários da construção civil, metalúrgicos, condutores de carroças, operários do Matadouro, calceteiros, construtores de macadame, jardineiros e pessoal da limpeza – que enceta um processo em que se envolve a USO-Lisboa, a Federação da Construção Civil, o SU Metalúrgico e os Sindicatos dos Condutores de Carroças e dos Cortadores, entrando os seus sócios nos sindicatos profissionais existentes, fazendo-se o acerto das contas e a liquidação e entrega dos haveres e verbas; além disso, constitui-se um novo organismo, a Associação de Classe dos Operários de Limpeza e Sanidade Pública, só havendo notícia de problemas na integração dos operários do Matadouro no Sindicato dos Cortadores, por resistência dos associados deste, uma questão aliás exacerbada pela discussão, na classe, sobre o que deveria ser a futura organização sindical – o SU dos Operários da Indústria de Carnes, o Sindicato dos Cortadores e Anexos ou o U dos Trabalhadores da Alimentação⁸².

A nível local, constituem-se novas Uniões de Sindicatos em Braga e Vendas Novas, mas, a espaços, há indicações de pouca actividade de alguns destes organismos (a USO-Braga, designadamente, em Janeiro) e de algumas irregularidades no seu funcionamento

⁸⁰ A Associação de Classe dos Rurais de Odemira tinha sido especialmente atingida pelo fracasso da greve geral de Novembro de 1918, com vários dos seus aderentes a terem que se ausentar, para sua segurança pessoal, e outros deportados para África, todos entretanto regressados.

⁸¹ AB, 12-11-1919.

⁸² Ver artigo de Manuel da Costa, AB, 17-12-1919.

de outros, como em Gaia, onde pela mesma altura se referenciam reuniões adiadas do Conselho de Delegados, por «falta de número», isto é, por falta de comparência da maioria dos delegados⁸³, e em Coimbra, onde se refere que a USO não dá sinal de vida desde o Congresso Nacional, situação que a nova comissão administrativa se propõe reverter, envolvendo os 13 sindicatos locais⁸⁴; mas é também referida a vontade de alguns organismos se abalançarem à formação de novas Uniões locais, casos de Guimarães e de Famalicão, aqui numa iniciativa dos sindicatos da Construção Civil e dos Empregados no Comércio (Fevereiro); em Lisboa, a participação dos sindicatos nas actividades da USO atingem números elevados (27, em Fevereiro), enquanto em Setúbal não há evidência de ter chegado a bom porto a formação da USO local⁸⁵; por seu turno, no Algarve, em Maio, estão constituídas e a funcionar regularmente a USO-Faro⁸⁶ e a USO-Olhão.

Paripassu são notícia as adesões de organismos, às Federações e Uniões locais, assim como à CGT.

HESITAÇÕES E TENSÕES NA REORGANIZAÇÃO SINDICAL. Apesar desta dinâmica interna, em termos organizativos, a Confederação continua sem funcionar em condições regulares seis meses passados sobre a data do Congresso de Coimbra. A agenda do Comité Confederal mantém-se recheada de tarefas “prioritárias” por concluir – falta-lhe informação sobre o universo confederal, aliás ainda longe de estar minimamente definido dado o atraso e a morosidade das adesões, inviabilizando quer uma organização financeira mínima e um fluxo regular de dinheiro, quer a formação e a actividade regular do Conselho Confederal.

A estrutura central continua a desconhecer, então, em boa parte a organização; a informação necessária, que visa um conhecimento efectivo, mínimo, daquela – organismos existentes, moradas, população sindicada ... – foi solicitada por circular enviada, há meses, mas os sindicatos em geral demoram a responder – alguns, tanto, que em Maio ainda não o tinham feito⁸⁷; no que respeita à organização da cobrança,

⁸³ Em Gaia referenciam-se então em actividade os sindicatos dos Construtores Navais, Tanoeiros, Metalúrgicos, Corticeiros, Fabricantes de capas de palha para garrafas e Têxteis (AB, 24-01-1920).

⁸⁴ Em Coimbra, em Janeiro de 1920, referem-se em actividade os sindicatos das Artes Gráficas, Barbeiros, Construção Civil, Cerâmicos, Cocheiros, Empregados no Comércio, Fabricantes Calçado, Indústria Mobiliária, Manipuladores de Massas e Farinhas, Manipuladores de Pão, Metalúrgicos, Telégrafo-Postais, Tracção Eléctrica, e o dos operários Têxteis, recentemente constituído. AB, 24-01-1920.

⁸⁵ Em Janeiro, *A Batalha* regista 12 sindicatos em actividade, em Setúbal: Trabalhadores do Mar, Metalúrgicos, Construção Civil, Carregadores de Peixe, Apanhadores de Peixe, Calceteiros, Corticeiros, Compradores e Vendedores de Peixe, Operários do Município, Condutores de Carroças, Soldadores e Trabalhadores das Fábricas de Conservas.

⁸⁶ Em Fevereiro de 1920, a USO de Faro integra os seguintes sindicatos: Manufactores de Calçado, Manipuladores Pão, Construção Civil, Corticeiros e Empregados no Comércio – AB, 10-02-1920.

⁸⁷ Esta informação servia também para determinar qual o valor da quota a pagar à CGT pelos organismos – o que poderá constituir parte da explicação para os atrasos. Corroborando os esforços da CGT, a USOL fixa um prazo para o envio da informação, ameaçando desinteressar-se dos assuntos dos

depois de algumas alterações introduzidas no processo inicialmente definido e que se revelara impraticável, cadernetas, verbetes e selos deveriam ter sido distribuídos antes do fim do ano de 1919, para que o novo sistema começasse, como se pretendia, a funcionar em Janeiro; mas, a produção dos materiais sofreu atrasos, que obrigaram a avançar com a distribuição de verbetes e selos, e só depois com a das cadernetas; quanto à regularização da situação orgânica, esta revelou-se muitíssimo lenta: sendo complexo o processo de adesão, por depender de decisões colectivas, em assembleia geral de cada sindicato, com a agravante, para os sindicatos e para a população sindicalizada, de implicar em muitos casos um acréscimo de encargos, a sua concretização era propensa a arrastar-se no tempo, sendo admissível que muitos organismos não o considerassem prioritário, até porque para muitos operários a nova estrutura organizativa implicava também o desembolso de verbas adicionais para quotas⁸⁸; além do mais, a lentidão do processo era potenciada por duas outras circunstâncias: o facto de, em muitas classes, estarem em curso ou apenas em perspectiva mudanças organizativas (designadamente através da formação dos sindicatos únicos), e a inexistência, em alguns sectores e locais, de federações e uniões de sindicatos, que, por via de regra, eram os organismos de representação a nível confederal. Em matéria de contas, a irregularidade da entrega à CGT, pelos sindicatos, das verbas estatutariamente consignadas é regra – com raras excepções, assinala o Comité Confederal já em Janeiro de 1920, os sindicatos não pagaram ainda a quota de adesão à CGT, nem a quota votada no Congresso de Coimbra respeitante aos meses de Outubro a Dezembro de 1919.⁸⁹

Submerso num oceano de problemas, cuja resolução dependia menos da acção do organismo central que da vontade e acção dos organismos confederados, o Comité Confederal fazia o possível – numa avaliação com base nos resultados, que não na taxa de esforço dos seus membros, o resultado seria insatisfatório. Os reparos à equipa dirigente começam, quanto mais não fosse por isso, a fazer-se ouvir, ao ponto de o secretário-geral vir a público rebater queixas e acusações: as críticas são malévolas e injustas, pois a responsabilidade para o estado de coisas é dos organismos de base, pelos atrasos na adesão à CGT e na nomeação de delegados ao Conselho Confederal, por falta de dinamismo e de militância activa, escreve Manuel Joaquim de Sousa, acrescentando: «Somos dos que entendemos que os organismos devem receber o impulso que lhes dá a

organismos que não enviem a informação naquele prazo (AB, 20-01-1920); a CGT (Comité Confederal) assinala em 4 de Maio que foram recebidas poucas respostas à circular nº 3 – que trata dessa matéria – adiantando em comentário (provavelmente) jocoso que talvez seja por causa da greve telégrafo-postal – iniciada a 7 de Março e terminada há mais de um mês.

⁸⁸ Do 3º para o 4º trimestre de 1919, muitos são os sindicatos que estão a subir o valor das quotas para 10 centavos por semana; além disso, há pressão para a regularização de quotas em atraso, entre outros motivos por causa da entrada nos sindicatos únicos.

⁸⁹ AB, 04-01-1920. Do mesmo se queixava a USOL, no mês seguinte, quando a nova Comissão Administrativa decidiu enviar à cobrança, aos sindicatos, “os meses atrasados, até Janeiro de 1920” – AB, 17-02-1920.

vitalidade de baixo para cima», e esse, na maioria dos sindicatos, revela-se frouxo e inadequado⁹⁰.

Além dos referidos, há ainda um conjunto de questões pendentes transitadas do ano anterior, a afirmarem-se como “tarefas elefante” de muito difícil, senão mesmo, impossível solução – os choques em torno das bases da formação dos sindicatos únicos, a Federação dos Trabalhadores dos Transportes, a divisão entre organismos operários em Setúbal, a situação de asfixia financeira do jornal *A Batalha*.

Apesar do relativo sucesso na formação de alguns sindicatos únicos, que identificámos antes, as polémicas do Congresso Nacional de Coimbra em torno das bases em que deviam ser constituídos os sindicatos únicos é reeditada, no plano concreto, nos meses seguintes, com particular incidência nos primeiros 5 meses do ano de 1920, bem como a questão da subsistência dos sindicatos mistos.

Praticamente sem engulhos na Construção Civil, dando sequência a uma dinâmica que vinha de trás e com estruturas orgânicas bem mais sólidas e desenvolvidas que outras classes, aqui não teve praticamente relevância a questão da matéria-prima ou da produção, pelo que a formação dos sindicatos únicos avança nas localidades mais importantes, e em Lisboa e no Porto, “migrando” as antigas associações de classe para secções profissionais (dos pedreiros, dos pintores, etc.), que mantêm actividade autónoma, ainda que enquadrada nos sindicato único, complementando a estrutura com secções locais, onde tal se justificava; noutros sectores, há casos de complexidade nula (Corticeiros e, em certa medida, mas já com algumas susceptibilidades, os Mobiliários), mas há-os também muito complicados; estes, considerando o facto de a Confederação não ter conseguido (e/ou querido) definir claramente o modelo organizativo. No

⁹⁰ Transcrevemos: «Quero referir-me ao facto – por mais de uma vez verificado – de, particular ou publicamente, se lançassem acusações à C.G.T. de que este organismo não faz *isto* ou *aquilo*» [de não fazer propaganda dos sindicatos únicos (António M. Peixe, dos Metalúrgicos, fora o autor dessa crítica, respondendo-lhe já nessa data o secretário-geral que se é assim é «porque a organização operária ou os seus militantes nenhum caso fazem do compromisso tomado em Coimbra, vendo-se o Comité Confederal sobrecarregado de trabalho por falta de componentes que devem fazer parte do organismo central para desenvolver a acção tão necessária na presente conjuntura» (AB, 20-01-1920) e de não ter dado apoio a um ou outro organismo em determinadas reivindicações.] “Somos dos que entendemos que os organismos devem receber o impulso que lhes dá a vitalidade de baixo para cima.” Aponta a seguir os responsáveis: os sindicatos, que tendo decidido há mais de 4 meses criar a Confederação, só uma minoria aderiu à C.G.T. e procedeu à nomeação de delegados com que há-de funcionar o Conselho Confederal. “Assim, o complexo trabalho deste organismo [CGT] tem estado cometido apenas ao Comité Confederal. [...] Ora, se sete homens não podem, humanamente, arcar com tanto trabalho e tal responsabilidade, pois são os que constituem o Comité Confederal, que dizer-se, se se tiver em conta que nem estes sete estão ao serviço permanente da C.G.T.? [pois cinco deles] acumulam cargos dos mais trabalhosos noutros organismos – cargos que não podem abandonar, sem que outros os substituam.” A responsabilidade, acrescenta, é dos organismos de base, “dos militantes que covardemente se ficam em casa, e nunca aqueles outros que todas as noites – todas – labutam nas organizações até às tantas da madrugada, tendo nos dias seguintes que exercer a sua profissão, de onde colhem os proventos para seu sustento e dos seus.” Manuel Joaquim de Sousa - “A C.G.T. e os que a acusam”, AB, 06-02-1920. Veja-se também o “Relatório do Comité Confederal a apresentar ao Conselho Confederal na sua reunião de 31 do corrente mês” – AB, 27-05-1920.

imediatos, os choques dão-se com as classes metalúrgicas e com as classes do vestuário e do calçado.

Seguindo a orientação já anterior ao Congresso de Coimbra, que os seus delegados ali defenderam, e a que a Federação se manterá fiel no futuro, de organização pelo critério da matéria-prima utilizada, os metalúrgicos vão procurar fazer ingressar nos sindicatos únicos da classe profissionais sindicados em organismos próprios, designadamente os operários dos arsenais, das Companhias do Gás e das Águas, da Companhia dos Telefones, entre outras, e mais tarde, também os mineiros; actuando dessa forma, os dirigentes sindicais metalúrgicos “caçavam” directamente no espaço reservado de algumas das associações de classe mais importantes. Estas, e muito principalmente os sindicatos do Arsenal de Marinha e do Arsenal do Exército, em Lisboa, reafirmam amiúde as teses que haviam defendido no Congresso Nacional: não faz sentido dismantelar sindicatos mistos com provas dadas e em situações em que o sindicato único (que faz sentido em certos casos) não é solução⁹¹. A estratégia de se manterem como organismos autónomos, aliás “validada” pelo Congresso de Coimbra, vingará e os seus representantes directos terão assento, no Conselho Confederal, em pé de igualdade com os das Federações e das Uniões locais.

Também na Companhia dos Telefones as coisas correrão menos bem para o Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa: não obstante este organismo sindical ter apoiado moral e financeiramente a greve do pessoal da Companhia, no princípio do ano, despendendo avultados meios – 350\$00 – entre aqueles trabalhadores identifica-se, pouco tempo volvido, um processo tendente à constituição de um sindicato próprio, independente do dos Metalúrgicos, merecendo destes, além da denúncia de possíveis propósitos divisionistas, alegadamente impulsionados pela administração da companhia telefónica, uma referência à ingratidão e deslealdade, querendo «afastar-se do meio [o Sindicato Metalúrgico] onde tantos benefícios colheu, e isto sem dizer água vai», recordando-se-lhes ainda a obrigação de devolverem o dinheiro emprestado quando da greve⁹².

Vejamos agora o caso dos organismos do vestuário e do calçado, em Lisboa. Em concreto, no princípio do ano, alguns dirigentes da Associação dos Alfaiates propõem a formação de um Sindicato Único da Indústria do Vestuário, englobando também os manufactores de calçado; tal proposta não é bem aceite do lado destes últimos: reunidos em assembleia geral, os Manufactores de Calçado de Lisboa, pela boca dos seus elementos mais relevantes pronunciam-se contra essa hipótese: porque «os sindicatos

⁹¹ É nestes termos que Júlio Luís, do Sindicato dos Fabricantes de Armas (Arsenal do Exército) responde no diário confederal a um artigo de Manuel da Costa. *AB*, 01-01-1920.

⁹² Documento subscrito pelo secretário-geral, dirigido à Assembleia Geral do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, 06-05-1920. Arquivo Histórico Social – Núcleo Metalúrgicos, Cx. 105, AHS 2649, ms 971.

únicos devem basear-se na matéria-prima e não na produção, porque os manufactores de calçado pertencem a uma indústria distinta da indústria do vestido» (Jerónimo de Sousa), no mesmo sentido e local se pronunciando António Cardoso, Manuel Silva Campos, rezando a moção então aprovada que os Manufactores de Calçado, se houverem de entrar num Sindicato Único, esse só poderá ser o «Sindicato Único de Couros e Peles, que comporta curtidores, surradores, manufactores de calçado e ajuntadeiras, que já hoje fazem parte da associação de classe dos operários manufactores de calçado.» Aconselham-se os operários alfaiates a organizar não o Sindicato Único da Indústria do Vestuário, mas o Sindicato Único da Indústria do Vestido⁹³.

Nessa mesma data em que dava conta da reunião magna dos Manufactores de Calçado, publica *A Batalha* um artigo de Rosendo José Viana, argumentando no mesmo sentido da organização com base na matéria-prima, no entanto contendo algumas insinuações, que merecerão resposta de M. Justino Oliveira⁹⁴.

Os Alfaiates decidem então a suspensão dos trabalhos com vista à constituição do Sindicato Único da Indústria do Vestuário, até que a CGT se pronuncie claramente sobre as bases a que devem obedecer os sindicatos únicos⁹⁵, e a sua direcção é mandatada para officiar à USO-Lisboa para nesta se levantar a questão dos sindicatos únicos, para mais tarde a CGT se pronunciar se deve adoptar-se ou não a constituição de sindicatos únicos e quais as suas bases nas diferentes indústrias.

⁹³ AB, 27-04-1920, 20-01-1920.

⁹⁴ Escreve Rosendo José Viana que o Sindicato Único da Indústria do Vestuário não serve para os manufactores de calçado; ingressarem naquele "só poderá estabelecer entre os seus componentes um grande confusionismo. [Isso acarretaria] para a classe de que faço parte, em todo o país, não digo o desmembramento, mas pelo menos desapareceria a coesão que entre todos os manufactores de calçado existe, e que tem sido derivada do esforço de muitos anos de trabalho e propaganda, e por tanto de muitas canseiras. Pensem os camaradas alfaiates noutra forma de organização; façam eles o mesmo que nós temos feito, sem terem receio de perseguições; façam com que todos os que trabalham com a agulha se organizem, o que já lhes dará bastante trabalho e não se zanguem por os operários manufactores de calçado manterem a sua organização." AB, 20-01-1920. A resposta de Manuel Justino de Oliveira, dos Operários Alfaiates, aponta os Manufactores de Calçado como obstáculo à realização do Sindicato Único do Vestuário, adiantando: uns reclamam a organização pela matéria prima e outros pela produção. "De forma que nos encontramos num beco, que se alguma saída tem tido é dos que optam pela matéria prima [isto é, os Alfaiates]. No entanto, enquanto luz não se faça sobre o assunto, num pôr de parte a grande vontade que tínhamos na organização do sindicato único, fazendo por desenvolver a propaganda associativa, sem medo da prisão, como no-lo indica nesse sentido Rosendo Viana" – AB, 27-01-1920. Ver também, no mesmo sentido, o escrito "Sindicatos Únicos", de Mário Campos em AB, 05-02-1920, com a particularidade de apontar a constituição dos sindicatos únicos como caminho para "a conquista de uma nova sociedade baseada nos sacrossantos princípios preconizados pela 3ª Internacional Vermelha, que terá como dirigente a Organização Operária que tem seguido a acção revolucionária» [exortando toos os trabalhadores a auxiliarem a CGT na propaganda dos sindicatos únicos, que são] «a nova fórmula de organização, que, assente nos moldes do Sindicalismo Revolucionário, nos levará ao triunfo das nossas reivindicações.»

⁹⁵ AB, 28-01-1920 e 11-05-1920. Além das duas posições referidas, no caso dos Alfaiates e Manufactores de Calçado – organização pelo critério da matéria prima utilizada ou pelo critério da finalidade da produção, foi apresentada, neste período, uma terceira – a base do sindicato único deverá ser a "identidade de interesses" – A.M. – "O Sindicato Único", AB, 03-02-1920.

As dúvidas e indefinições sobre os critérios de base para a constituição dos sindicatos únicos é relevante para muitas outras situações, nestas se incluindo por exemplo a projectada formação dos Sindicatos Únicos da Indústria de Pavimentos ou o dos Operários da Indústria de Carruagens⁹⁶ – além de algumas classes profissionais que vinham sendo “invadidas” por sindicatos melhor estruturados, como os dos Metalúrgicos, como foi referido.

Sobre os dois casos referidos, pelo critério da matéria-prima, os operários Construtores de Macadame, que projectam constituir o Sindicato Único da Indústria de Pavimentos, integrariam o Sindicato Único da Construção Civil e os Carruageiros deveriam integrar o Sindicato Único Metalúrgico. Esta indefinição é responsável, pelo menos em parte, pelos conflitos registados em algumas oficinas da indústria de carruagens, durante a greve metalúrgica de Março de 1920, entre as comissões de vigilância dos operários metalúrgicos e operários serralheiros, ferreiros e carruageiros, aqueles compelindo estes a abandonar o trabalho, reafirmando a Associação de Classe dos Carruageiros a sua autonomia e exigindo do Sindicato Metalúrgico medidas para evitar a repetição de tais ocorrências⁹⁷. Já o Sindicato Único Mobiliário de Lisboa declara-se constituído «pelo critério da produção, pelo que os gravadores de couro fazem “parte integrante do mobiliário», pelo que a Assembleia Geral do Sindicato resolve dar «ampla liberdade a estes camaradas para ingresso neste sindicato.»⁹⁸

O Comité Confederal endereçará ao Conselho Confederal a questão do estatuto dos sindicatos dos arsenais.

A organização federativa dos trabalhadores dos transportes é o segundo dos grandes problemas que o Comité Confederal tem em mãos nas vésperas da constituição do Conselho Confederal.

Verificada a incapacidade de, entre si, as duas federações dos trabalhadores dos transportes marítimos realizarem a fusão dos organismos de todos os ramos de transporte de terra e mar numa única federação, delineada e pré-acordada no Congresso de Coimbra, o Comité Confederal tomou a iniciativa de reunir os secretários-gerais da Federação dos Trabalhadores de Transportes de Terra e Mar e da Federação Marítima, acordando-se reuniões das assembleias de delegados de cada federação, com a presença de um elemento do Comité Confederal, para escolha de delegados, que estudarão o assunto da fusão juntamente com o Comité Confederal.⁹⁹

A reunião em lugar a 3 de Fevereiro, reunindo delegados de 12 classes profissionais dos ferroviários (da CP e Sul e Sueste, dos ferroviários do Estado), Correios e

⁹⁶ Para ambos, ver AB, 05-01-1920.

⁹⁷ AB, 12-03-1920.

⁹⁸ AB, 08-05-1920.

⁹⁹ AB, 31-01-1920.

Telégrafos, da Carris de Ferro, dos marítimos e dos transportes terrestres – todas de Lisboa e arredores¹⁰⁰.

E as coisas ficam por aí. O projecto de fusão parece manter-se como objectivo, alimentado essencialmente pelo Comité Confederal e pelos dirigentes da Federação dos Trabalhadores de Transportes de Terra e Mar (organismo cuja formação, recorde-se, fora impulsionada pela UON, numa estratégia de combate à então existente Federação Marítima), verificando-se tão só um compasso de espera nos trabalhos, em virtude das greves dos primeiros meses de 1920¹⁰¹; mas, o desinteresse pela existência de uma única Federação – e mesmo uma clara oposição – demonstrado por algumas classes, aliado à perspectiva de sindicatos ferroviários constituírem, num futuro congresso, a Federação Ferroviária e de as associações dos empregados dos Correios e Telégrafos se constituírem em Sindicato Nacional, parece inviabilizar em definitivo tal objectivo. O Comité Confederal remete a questão para o Conselho Confederal¹⁰².

A resolução do problema que a organização designou como «divisão operária em Setúbal», mas basicamente restrito às operárias da indústria de conservas locais, veio a constituir uma das “tarefas-elefante” que o Comité Confederal apostou em promover. Tratava-se, no caso, de uma cisão na Associação das Operárias das Fábricas de Conservas, envolvendo 500 sócias, que constituíram um organismo representativo autónomo, a Associação das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva de Setúbal. A CGT intervém de forma indirecta e faz deslocar delegados de Lisboa a Setúbal, na procura de uma solução; a proposta que apresentou – de extinção das duas associações e criação de uma nova, a cuja direcção não deveriam pertencer nenhuma das operárias, de uma e outra, responsáveis pela cisão – não foi aceite pelas partes; antes, foi decidida a simples extinção do organismo resultante da cisão, mantendo a primitiva associação. Parecendo encontrada a solução, no Comité Confederal não há muita confiança de que o acordo tenha condições para subsistir e que represente, de facto, o fim do conflito¹⁰³. O tempo confirmará a justeza dessa desconfiança.

¹⁰⁰ Associações de classe representadas: dos Caminhos de Ferro da Companhia Portuguesa e dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste; do Pessoal Menor dos Correios e Telégrafos e dos Empregados da Carris de Ferro; dos Cocheiros, dos Condutores de Carroças e dos Chauffeurs; dos Descarregadores, dos Estivadores e do Pessoal de Exploração do Porto de Lisboa; dos Fogueiros e dos Inscritos Marítimos. *AB*, 03-02-1920.

¹⁰¹ Esse argumento é invocado pelo Comité Confederal no relatório ao Conselho Confederal - “A acção da C.G.T. – Relatório do Comité Confederal a apresentar ao Conselho Confederal na sua reunião de 31 do corrente mês” – *AB*, 27-05-1920 a 01-06-1920.

¹⁰² *AB*, 27-04-1920, *idem*.

¹⁰³ *AB*, 23 e 26-01-1920. Estiveram também envolvidos na tentativa de resolução desse conflito os sindicatos locais dos Trabalhadores do Mar, Metalúrgicos, Construção Civil, Carregadores de Peixe, Calceteiros, Corticeiros, Compradores e Vendedores de Peixe, Operários do Município, Condutores de Carroças, Trabalhadores das Fábricas de Conservas e Soldadores. Sendo o universo directivo dos sindicatos declinado, como outros, quase exclusivamente no masculino, fique o registo dos nomes de algumas das mulheres que conduzem este conturbado processo, em Setúbal: da Associação das

OS APERTOS FINANCEIROS DE A BATALHA. O diário confederal raramente teve uma situação financeira menos má, vivendo sempre mais próximo do sufoco que do desafogo. A exiguidade de recursos é notória praticamente desde que foi lançada, sofrendo um significativo agravamento nos dois últimos meses do ano de 1919, sobretudo em razão do aumento vertiginoso do custo do papel. Com uma tiragem de 20 mil exemplares, acumula prejuízos desde Novembro de 1919, contabilizados em 1.477\$00 mensais (Fevereiro de 1920), levando o Comité Confederal a reunir extraordinariamente, de urgência com as direcções das Federações, Uniões e Sindicatos Nacionais, para a tomada de “providências de rápido efeito”¹⁰⁴.

Já estava em curso, então, um movimento de recolha de apoios para *A Batalha* – no princípio de Janeiro, as “Munições para *A Batalha*” (título com que o jornal identifica os valores recebidos) cifram-se em 2.361\$75 (valor acumulado); os sindicatos são chamados à solidariedade com o jornal operário, organizando festas e listas de recolha de fundos, contribuindo com verbas dos seus cofres privados, aprovando contribuições extraordinárias dos sócios. Chega a ser alvitrada a utilização pelo jornal das verbas recolhidas para a *Casa dos Trabalhadores* e a suspensão da recolha de fundos para aquela, para reforçar os apoios a *A Batalha*, uma proposta de que se ocupou a Assembleia Geral do Sindicato Único das Classes Mobiliárias de Lisboa; mas, a forma mais corrente foi o lançamento a cada trabalhador sindicalizado de uma quota suplementar de 5 centavos/mês, cobrada directamente pelo seu sindicato – esta tinha sido precisamente a deliberação da USOL¹⁰⁵, que veio a servir de referência aos sindicatos de fora de Lisboa. Dois meses passados, a USOL vem a decidir que cada sindicato contribua com o que puder além dos 5 centavos já aprovados¹⁰⁶.

Além disso, reduz-se o número de páginas de 4 para 2.

Os obstáculos das autoridades à circulação d'*A Batalha* contribuíram para o agravamento da situação financeira do jornal, cujo prejuízo mensal mais do que duplica nos três meses seguintes, atingindo em Junho o valor de 3.060\$00/mês, a exigir um esforço extraordinário para manter a publicação. O preço do jornal é então aumentado de 2 para 5 centavos. O montante acumulado das “Munições para *A Batalha*” atingia nessa data 5.700\$00, um valor elevado, tanto mais que, em simultâneo, decorreram recolhas de fundos para a Casa dos Trabalhadores, para apoio a diversas classes em greve, para os presos por questões sociais e para outras causas pontuais.

Manipuladoras e estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva, Idalina da Conceição Guerra, Rosa Aurora dos Santos, Maria Soledade Luz, Esperança Rocha Clérigo, Deolinda Paz Salgado, Emília Rosa Luís, Maria Espírito Santo, Maria Dores Bexiga, Rosa Andrade Santos, Lilíbia do Carmo, Maria Conceição Rocha e Bárbara Mendes; da Associação das Operárias das Fábricas de Conservas, Luísa Rodrigues, Maria Virgília, Vitorina Bárbara e Carlota Joaquina.

¹⁰⁴ AB, 20-02-1920. Veja-se também AB, 05-05-1920.

¹⁰⁵ AB, 21 e 27-02-1920.

¹⁰⁶ AB, 30-04-1920.

Curiosamente, enquanto *A Batalha* vivia neste sufoco financeiro (que será uma das marcas da sua existência, como já se assinalou), no Porto volta a mexer a ideia de a organização operária local criar um órgão de imprensa próprio, sendo o caso através da fusão dos órgãos de informação de classe «num único órgão da organização geral d[...]a cidade»¹⁰⁷.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. No capítulo das relações internacionais, a CGT procura alargar o seu quadro de relações institucionais com organismos congéneres de outros países, em especial com a Espanha e Itália. Com Espanha, além do aprofundamento das relações com organizações de Barcelona, é notória a aproximação à CNT, cujas actividades são seguidas no jornal da CGT; aliás, a Confederação faz-se representar, pelo secretário-geral, Manuel Joaquim de Sousa, no II Congresso daquela organização, reunido em Madrid, em Dezembro de 1919, sendo que em reuniões com dirigentes da Confederação espanhola teria sido abordada a possibilidade de formação de uma “Confederação Latina do Trabalho”, uma organização que incluiria, além da CGT portuguesa e da CNT de Espanha, a USI de Itália e a CGT francesa, que não passaria de uma mera intenção, em face dos desenvolvimentos da questão das Internacionais sindicalistas, num plano mais global, e do pouco entusiasmo com que a proposta foi recebida pela organização francesa¹⁰⁸. A CGT e o jornal *A Batalha* seguem com preocupação a vaga repressiva que se abate sobre a CNT, chegando a apresentar protesto junto da embaixada de Espanha, em Lisboa.

Quanto às relações com organismos operários internacionais, ressaltam as tomadas de posição relativamente à Federação Sindical Internacional (FSI), na sequência das resoluções do Congresso de Amsterdão (em que não chegou a concretizar-se a projectada participação da UON, através do seu secretário-geral, em Agosto de 1919), vindo a CGT a contestar a pretensa representação operária portuguesa naquela organização e não se reconhecendo aderente da FSI¹⁰⁹.

¹⁰⁷ AB, 27-02-1920. Os órgãos de informação editados no Porto por organismos operários eram, então, provavelmente só sete: *A Desafronta* (Pessoal dos Correios e Telégrafos), *A Justiça* (Ferroviários do Minho e Douro), *O Libertador* (Operários Tanoeiros do Porto e Gaia), *Luz e Vida* (União dos Empregados no Comércio do Porto), *União Ferroviária* (Associação de Classe dos Empregados de Viação Acelerada), *Voz do Proletário* (Manipuladores de Tabaco) e *Vitalidade* (Associação Portuense dos Empregados de Escritório), mas é possível que os delegados da USO-Porto, em cujo Conselho se discutiu esta matéria, contassem com outros títulos que haviam interrompido a publicação, como o quinzenário *A Voz do Trabalho* (Associação de Classe dos Empregados nas Indústrias Têxteis do Norte de Portugal), que deixara de se publicar no ano anterior. Veja-se Maria Filomena Mónica e Luís Salgado de Matos – “Inventário da imprensa operária portuguesa (1834-1934)”, *Análise Social*, nº 67-68-69, Jul-Dez. 1981 (pp.1013-1078).

¹⁰⁸ Jason Garner – “Creating unity or division? The origins of the Federación Anarquista Iberica”, *University of Sussex Journal of Contemporary History*, n.6, Ago. 2003, pp. 5-6.

¹⁰⁹ Ver “Relatório do Comité Confederal a apresentar ao Conselho Confederal na sua reunião de 31 do corrente mês” – AB, 27-05-1920 a 01-06-1920.

Também neste período, a CGT no seu conjunto é mobilizada pelo Comité Confederal para a denúncia da representação dos trabalhadores portugueses na Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, que o governo português decidiu confiar a Alfredo Franco¹¹⁰; o Congresso de Coimbra, recorde-se, tinha aprovado um documento no sentido de a organização não corresponder ao convite do governo no sentido de indicar um potencial representante operário àquela reunião internacional, aliás contestando a natureza e fins daquela Conferência como opostos aos interesses operários.

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO CONFEDERAL E A PERSPECTIVA DE UM NOVO CICLO

No dia 31 de Maio de 1920, em Lisboa, reúne pela primeira vez o Conselho Confederal da Confederação Geral do Trabalho. Os trabalhos prolongaram-se por cerca de 15 sessões, durante o mês de Junho e 15 de Julho¹¹¹, posto o que entrou num ciclo regular de actividade, com reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que necessário.

O facto de o Conselho Confederal começar a reunir constitui, de facto, um marco na vida da CGT – pela primeira vez, a Confederação tinha em funcionamento todos os seus órgãos estatutários. A primeira reunião tem lugar em 31 de Maio de 1920, em Lisboa. Cumprida esta primeira e importante série de reuniões, o Conselho Confederal passa a reunir, em sessões ordinárias, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que for convocado, em conformidade com o estatuto confederal.

Passaram 8 meses sobre a data de realização do Congresso Operário Nacional de Coimbra. Como foi referido, falharam sucessivamente as datas-objectivo para reunir o Conselho Confederal, a mais ambiciosa em 1 de Dezembro de 1919.

2.1. A representação no Conselho Confederal

Naquela primeira reunião do Conselho estiveram representados 25 organismos: 8 Federações de Indústria (Calçado, Couros e Peles, Construção Civil, Corticeiros, Empregados do Comércio, Livro e Jornal, Marítimos, Metalúrgicos e Rurais), 11 Uniãoes de Sindicatos (Braga, ^{Povo}o Varzim e Vila do Conde, Porto, Coimbra, Lisboa,

¹¹⁰ A 1ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho decorreu em Washington, entre 29 de Outubro e 29 de Novembro de 1919.

¹¹¹ Os relatos das cerca de 15 sessões do Conselho Confederal, anteriores à data em que entrou no ciclo das reuniões regulares, foram publicados em *A Batalha*, nas edições dos dias 02, 03, 04, 06, 12, 16, 17, 19, 22 e 26 de Junho, 01, 03, 07, 14 e 16 de Julho de 1920.

Almada, Vendas Novas, Évora, Olhão e Faro), 3 Sindicatos Nacionais (Fabricantes de Armas/Arsenal do Exército, Arsenal de Marinha e Pessoal dos Hospitais Cíveis) e 3 Sindicatos Isolados (Cesteiros de Gonçalo, Manipuladores de Vidraça da Marinha Grande e Vidreiros da Amora).

Composição do 1º Conselho Confederal da CGT – Maio 1920

Organismos		Delegados
UNIÕES DE SINDICATOS		
1	Braga	Augusto Carlos Rodrigues; Alfredo Pinto
2	Póvoa de Varzim e Vila do Conde	João Pedro dos Santos; Amantino do Nascimento
3	Porto	Francisco Cristo; Manuel Afonso
4	Coimbra	Perfeito de Carvalho; Alberto Monteiro
5	Lisboa	Francisco Viana; Eduardo Jorge
6	Almada	Zacarias de oliveira Pinho; Domingos Miguel
7	Vendas Novas	Carlos Vicente; Jorge Campelo
8	Évora	Carlos de Araújo; Joaquim Cardoso
9	Beja	Miguel Correia
10	Olhão	Gil Gonçalves; Santos Arranha
11	Faro	Carlos Silva; João Antunes Rodrigues
FEDERAÇÕES		
1	Calçado, Couro e Peles	Manuel Joaquim de Sousa; Alfredo Monteiro
2	Construção Civil	Alfredo Lopes; Joaquim Francisco
3	Corticeiros	Silvério dos Santos; Francisco Pincho
4	Empregados no Comércio	Francisco Rodrigues Loureiro; Vasco da Silva Luciano
5	Livro e Jornal	Alexandre Vieira; Alfredo Neves Dias
6	Marítimos	José Magalhães Carvalhal
7	Metalúrgicos	Joaquim de Sousa; Júlio de Matos
8	Rurais	António Costa Neto; Justino Ferreira
SINDICATOS NACIONAIS		
1	Arsenalistas de Guerra	Júlio Luís; Alexandre dos Santos
2	Arsenalistas de Marinha	Carlos Freire; Abel Pereira
3	Pessoal dos Hospitais Cíveis Portugueses	Álvaro E. F. Gondinho; Francisco Marques
SINDICATOS ISOLADOS		
1	Cesteiros de Gonçalo	Alfredo Marques
2	Manipuladores de Vidraça da Marinha Grande	Carlos da Mota
3	Vidreiros da Amora	Manuel da Costa

Tomando como referência a Congresso Nacional de Coimbra, constata-se a ausência no Conselho Confederal de representantes das USO de Viana do Castelo e de Aveiro, devido a problemas organizativos ou, mais provavelmente, por estarem inactivas, da representação dos Mobiliários e da Federação dos Trabalhadores de Transportes de Terra e Mar, a primeira estamos em crer porque, de facto, não estava ainda constituída de facto a federação do sector, que se verificará no congresso a realizar em Dezembro de 1920, a segunda praticamente inexistente e sem vida à data do

Congresso Nacional, com a CGT a apostar forte na respectiva fusão com a Federação Marítima, como se referiu; mas é de assinalar também a representação no Conselho de organismos cuja presença não se identifica no Congresso de Coimbra: as Uniões de Sindicatos de Braga, Vendas Novas e Beja, que entretanto se haviam formado, e as Federações dos Marítimos e dos Metalúrgicos. Refira-se ainda que a União de Sindicatos de Gaia, referenciada nas fontes com actividade regular depois do Congresso de Coimbra, não se faz representar no 1º Conselho Confederal¹¹².

Na lista dos delegados, a maior evidência é que todos eles são de organismos sedeados em Lisboa ou na respectiva envolvente geográfica, nela figurando uma boa parte dos “pesos-pesados” do sindicalismo português de então¹¹³. Era esta, em 1920, a configuração da estrutura decisória máxima (corrente) da Confederação Geral do Trabalho; mas pode dizer-se que, no futuro, essa configuração se manteve estável – a disponibilidade para o trabalho sindical e as exigências deste, que na quase totalidade dos casos havia que conciliar com a actividade profissional, tornavam praticamente impossível o exercício de cargos, a nível central, por delegados de fora de Lisboa – da “província”, designação corrente, então, mesmo na imprensa sindical, de todo o espaço nacional, com excepção de Lisboa, onde se inclui muito frequentemente a cidade do Porto).

A decisão de reunir o Conselho Confederal foi tomada a 7 de Maio pelo Comité Confederal – apesar de muitos organismos centrais não terem ainda aderido à Confederação, não obstante em alguns casos os sindicatos que representam já serem aderentes da CGT¹¹⁴.

2.2. O relatório do Comité Confederal e a 1ª reunião do Conselho em 15 sessões e 45 dias

O Comité Confederal leva a esta primeira reunião do Conselho Confederal um relatório¹¹⁵ (doravante “Relatório do Comité”) em que passa em revista os primeiros 8

¹¹² No Congresso de Coimbra tinham estado presentes delegados da Federação do Mobiliário e da Federação dos Trabalhadores de Transportes de Terra e Mar, mas não da Federação Marítima. Pela sua importância na organização sindical, um dos seus dirigentes, José Magalhães Carvalhal, integrava o Comité Confederal.

¹¹³ Neste grupo evidenciamos, entre outros, em representação das USO da “província Augusto Carlos Rodrigues, João Antunes Rodrigues, Jorge Campelo e Gil, Gonçalves, do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, os gráficos Perfeito de Carvalho, Manuel Afonso e Francisco Cristo, os alfaiates Alberto Monteiro e Carlos Silva (?), os ferroviários Alfredo Pinto e Miguel Correia, os sapateiros Amantino do Nascimento, o arsenalista João Pedro dos Santos, Carlos de Araújo, dos Correeiros, e Joaquim Cardoso, da Construção Civil; Santos Arranha, do Mobiliário, o metalúrgico Francisco Viana e Eduardo Jorge, que no Congresso de Coimbra representara o Pessoal dos Tabacos e o Pessoal dos Fósforos.

¹¹⁴ AB, 09-05-1920. A USO-Gaia, não representada no Conselho Confederal, só dá a sua adesão à CGT em Junho de 1920.

¹¹⁵ “Relatório do Comité Confederal a apresentar ao Conselho Confederal na sua reunião de 31 do corrente mês” – AB, 27-05-1920 a 01-06-1920. Este relatório encontra-se reproduzido no Anexo 9.

meses de vida da confederação sindical. É um documento de síntese do estado da CGT, com uma resenha das principais acções levadas a cabo pelo Comité, ainda assim referenciando problemas e insuficiências, documento que *A Batalha* publica a partir de 27 de Maio¹¹⁶.

Depois de assinalar as dificuldades sentidas no processo de organização da Confederação, caracterizado pela lentidão dos organismos na formalização das adesões à CGT, em muitos casos ainda por concretizar, o documento aborda as seguintes questões:

1. A missão de propaganda e esclarecimento realizada pelo secretário-geral, ao sul e norte do país, o estado em que encontrou os organismos sindicais locais, com identificação de desafios e tarefas a empreender;

2. O sucessivo adiamento do início da actividade do Conselho Confederal, inicialmente convocado para 1 de Dezembro de 1919¹¹⁷;

3. As tarefas de organização empreendidas de organização administrativa e da cobrança das quotas, pondo em execução o uso da caderneta individual e adoptando o selo único para as três quotas – sindical, federal e confederal¹¹⁸;

4. A posição da CGT face à Federação Sindical Internacional, não se reconhecendo aderente daquela organização e contestando a representação do operariado português decidida no congresso internacional de Amsterdão¹¹⁹;

5. A contestação da Conferência Internacional de Washington e da representação operária portuguesa decidida pelo governo;

6. A acção do Comité na tentativa de resolução da “questão de Setúbal”, envolvendo rivalidades entre os trabalhadores marítimos e as classes profissionais da indústria de conservas;

7. Análise do movimento grevista verificado nos meses anteriores, apontando a necessidade de adopção de uma nova táctica reivindicativa na dupla perspectiva material e moral, que alie a perspectiva da conquista imediata à realização da sociedade futura, convocando o Conselho Confederal para discutir tal matéria;

8. A campanha de protesto contra as perseguições do governo à organização sindical¹²⁰;

¹¹⁶ AB, 27 a 31-05-1920 e 01 e 13-06-1920.

¹¹⁷ Circular nº 1 da CGT, de 8 de Outubro de 1919.

¹¹⁸ Circular nº 2 da CGT. Ao adoptar um único selo-quota, que deveria ser colado na caderneta confederal do sindicato, abandona-se a alternativa que chegou a equacionar-se de 3 selos, um para cada quota – sindical, federal e confederal.

¹¹⁹ A convocação e anunciada participação da UON, através do seu secretário geral, no Congresso constitutivo da Federação Sindical Internacional, em Amsterdão, em Julho de 1919, tinha determinado o anúncio de antecipação do Congresso de Coimbra (não se chegando a concretizar quer a participação da UON no congresso, quer a antecipação do II Congresso Operário Nacional). De acordo com as resoluções do Congresso Internacional de Amsterdão, a representação operária portuguesa, como a de Espanha e Itália, seria assegurada por Francisco Largo Caballero, da Unión General de Trabajadores, de Espanha.

¹²⁰ Circular nº 4 da CGT.

9. A organização, com os organismos sindicais dos transportes terrestres e marítimos, do boicote ao transporte de meios bélicos para ataque à Revolução Russa, em resposta ao pedido da Federação Internacional dos Transportes;

10. A tentativa de organização dos trabalhadores dos transportes numa única federação, no seguimento dos compromissos assumidos durante o Congresso de Coimbra;

11. O projecto “Casa dos Trabalhadores”, em Lisboa;

12. A situação financeira do jornal *A Batalha*;

13. O inquérito dirigido pelo Comité Confederal visando a obtenção de informação sobre a organização, efectivos e actividades dos organismos sindicais;

14. Os congressos corporativos realizados e a representação da CGT nesses eventos;

15. O projecto do governo de criação de novos impostos e de instituição de uma cédula pessoal obrigatória;

16. As necessidades de propaganda na “província”, com fins organizativos e a questão da organização de sindicatos mistos nas pequenas localidades;

17. As manifestações do Primeiro de Maio;

18. A publicação do relatório do Congresso de Coimbra;

19. A posição da organização em face do projecto governamental dos seguros sociais obrigatórios, a prestação de informação ao Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e a nomeação de delegados ao Conselho Superior de Trabalho e às Bolsas de Trabalho;

20. A composição e funcionamento do Conselho Jurídico da CGT;

21. Sobre o carácter nacional dos sindicatos dos Arsenais de Marinha e do Exército.

Este relatório é também o esboço de um programa de acções imediatas.

OS TRABALHOS DO CONSELHO CONFEDERAL. *A Batalha* publica o relato das primeiras reuniões do Conselho Confederal, que seguimos aqui.

Dos assuntos apresentados, a situação de estrangulamento financeiro da *A Batalha* é considerado prioritária por vários delegados (Alexandre Vieira, Júlio Luís); por isso é discutida na primeira sessão, tomando-se as seguintes decisões: que o preço do jornal aumente de 2 centavos para 5 centavos (proposta de Carlos de Araújo), sendo ainda aprovadas mais duas propostas do mesmo delegado: a primeira, de constituição, entre os delegados do Conselho Confederal, de uma comissão que se encarregará da organização de acções de protesto públicas contra as perseguições do governo ao órgão de imprensa da CGT, e a segunda (em princípio) de emissão de 25 mil obrigações individuais, no valor de 50 centavos, cujo valor fosse destinado à melhoria do aspecto gráfico do jornal e a fazer face às dificuldades financeiras existentes, sendo aventada também a hipótese

de aumentar a quota confederal, o que virá a ser aprovado numa das sessões seguintes, passando a mesma, a partir de Julho, de ½ para 2 centavos por semana/sindicado, sendo metade desse valor para a manutenção do jornal, para fazer face ao prejuízo diário, que se cifra em 128\$00/dia¹²¹.

De outras questões se ocupou o Conselho nas sessões seguintes, a saber: a sentença injusta de condenação a penas de prisão, decretada pelo tribunal contra alguns trabalhadores rurais de Évora, decidindo enviar um delegado (Carlos Araújo) ao comício de protesto a realizar naquela cidade, propondo-se depois acompanhar, através do Conselho Jurídico, o recurso que será apresentado ao presidente da República; a censura exercida pela polícia de Defesa do Estado sobre *A Batalha*, apontando-se para a realização de um movimento nacional de protesto, que é anulado após decisão do governo de fazer cessar a censura; a questão dos Sindicatos Nacionais, suscitada pelo Relatório do Comité, verificando-se existirem duas correntes de opinião entre os delegados, uma defendendo que o Congresso de Coimbra reconheceu como nacionais os sindicatos dos arsenais, e a outra considerando-os sindicatos locais – uma discussão muito viva, que se estendeu por várias sessões, com a apresentação de propostas de orientação diversa, uma no sentido de ser dirigida uma consulta aos organismos aderentes sobre o assunto (Carlos de Araújo) e outra no sentido de manter aqueles sindicatos directamente ligados à CGT, até que futuro Congresso se pronuncie (Perfeito de Carvalho), vingando finalmente uma terceira proposta apresentada pelos delegados da Federação do Livro e Jornal (Alexandre Vieira e Alfredo Neves Dias), que o Conselho aprovou por maioria, de que o Congresso de Coimbra aceitou, tacitamente, a interpretação de que os sindicatos arsenalistas são sindicatos nacionais e por isso a CGT deve respeitar tal indicação e que o próximo Congresso Nacional seja chamado a pronunciar-se, em definitivo; decidiu ainda o Conselho a preparação de uma campanha nacional contra a carestia de vida exigindo soluções por parte do governo, e a nomeação

¹²¹ Em Junho de 1920 as várias Federações põem em marcha o aumento das quotas; na vanguarda desse processo, de novo a Federação da Construção Civil, que em nota à classe comunica ser imperioso esse aumento, para permitir à organização operária desempenhar o seu papel. No caso, o aumento proposto (a aprovar pelas assembleias gerais dos organismos federados) foi de 10 para 20 centavos por semana/sindicado, com a seguinte distribuição, em centavos (cts): Confederação e *A Batalha*, 2 cts; Federação, 2,5 cts; USO, 0,05 cts; Bolsa de Trabalho, 5 cts; cobrador, 3 cts; Sindicato, 7 cts. O documento, publicado na primeira página de *A Batalha*, assinado pelo secretário-geral, Joaquim Cardoso, termina desta forma: «Quereis fazer valer as vossas reivindicações? Quereis que a organização desapareça? Aprovai a cota de 20 centavos, que representa 4 centavos antes a Guerra». AB, 21-06-1920. Enquanto esta federação passa a cobrar aos sindicatos 13 centavos semana/sócio, a Federação do Calçado, Couros e Peles (AB, 28-06-1920) passa a cobrar 3 centavos/selo cota aos sindicatos (2 cts para a CGT e 1 ct para a Federação), sugerindo aos sindicatos a fixação do valor de 10 centavos/semana a pagar pelos sócios, o que, descontando quota a pagar para a USO, dará um remanescente, para o sindicato, na ordem de 6 a 6,5 centavos/semana/selo cota. Esta seria a situação mais comum; entre as excepções, figura o Sindicato Único Mobiliário de Lisboa que também fixou a quota dos sócios em 20 centavos por semana (AB, 03-07-1920).

de uma comissão que prepare um relatório e parecer sobre o incidente com as comissões de mulheres das fábricas de conservas de Setúbal.

Já no mês de Julho, os delegados ao Conselho analisaram e votaram o restante conteúdo do Relatório do Comité, decidindo que o Comité prossiga trabalhos para reorganização sindical no sector dos transportes, e que seja dado o alerta à organização para estar preparada para se opor à sua adopção da cédula pessoal obrigatória, por se tratar de um novo imposto, se o governo insistir no projecto; o Comité foi também encarregado de publicar o relatório do Congresso de Coimbra, rateando os respectivos custos pelas organizações de classe; sobre os seguros sociais obrigatórios, concluiu que as leis com que se pretende resolver o problema são mais daninhas do que benéficas para os operários; considerou finalmente que, ao prestarem ao governo a informação por este solicitada do respectivo número de associados, as associações não violam as resoluções do Congresso de Coimbra. Foi ainda aprovado pelo Conselho o estatuto-tipo dos sindicatos mistos de indústria, apresentado pelo secretário-geral, sendo este instado, quando em missão de propaganda pela “província”, a promover activamente a organização dos sindicatos únicos, sendo, aliás, criticado, por um dos delegados da Federação Metalúrgica por não o ter feito na última delegacia¹²².

Nas últimas sessões, o Conselho tratou de questões administrativas, designadamente o incumprimento por vários organismos dos deveres de pagamento integral das quotas, deliberando uma chamada de atenção, via *A Batalha*, acentuando as consequências de tal facto na actividade da Confederação, limitada que fica no exercício das suas responsabilidades, tendo deliberado ainda o envio de delegados a algumas regiões do país, em missões de propaganda e organização, mas somente no Outono, depois de terminadas as festas regionais, «que ainda distraem as populações incultas e inconscientes, não as deixando vêr claramente a sua situação económica e moral»; ainda sobre a campanha nacional a realizar sobre a carestia, a realizar por todos os sindicatos, com o apoio das Uniões locais de Sindicatos, para que as populações se manifestem sobre a carestia, dando desta forma indicações à CGT sobre o caminho a seguir, foi sublinhada a necessidade de verificar, nas acções preparatórias a promover pelos organismos da “província” «se tanto os organismos, como as massas, estão ou não na disposição de acompanhar a campanha», recordando-se a propósito o que se passou com a greve geral de Novembro de 1918.

Há um ponto, bastante sensível, do relatório do Comité, no capítulo sobre as greves, que o relato que seguimos das reuniões do Conselho Confederal não esclarece. É o que

¹²² Referiu Júlio de Matos, o delegado metalúrgico autor do reparo, que vários organismos se referiram a essa “falha” do secretário-geral, ao que este respondeu dizendo que a missão em causa, de que fora incumbido pelo Comité Confederal, era de «propaganda geral», não podendo por isso referir-se especificamente a uma determinada forma de organização, e que «não estando ainda definida a estrutura dos sindicatos únicos, só ao Conselho Confederal compete deliberar sobre esse assunto.”

se refere à necessidade, do ponto de vista do Comité, de «criar-se uma organização inter-sindical, cuja influência se verifica tanto nas conquistas parciais transitórias, como na transformação futura da actual estrutura industrial e económica da sociedade.» Praticamente, trata-se de uma proposta no domínio da estratégia a seguir, pretendendo, alegadamente o Comité «apenas provocar a discussão» do assunto por parte do Conselho, todavia apontando à tomada de «deliberações finais» sobre essa matéria. O relato não clarifica os termos da discussão do Conselho sobre este assunto, que, assim, passa relativamente despercebido entre a multiplicidade dos temas tratados e sobre os quais foram (ou não) tomadas deliberações; mas, verificar-se-á mais tarde que aquele assunto foi discutido e sobre o mesmo foram tomadas deliberações, com base nas quais a CGT irá avançar, nos meses seguintes, para a (tentativa de) constituir essa tal «organização inter-sindical», a que chamou Liga Operária de Expropriação Económica, de que se falará mais detalhadamente mais à frente, neste capítulo¹²³.

2.3. A movimentação laboral e suas motivações

A morte do chefe do governo, António Maria Baptista, acometido de acidente vascular-cerebral em pleno Conselho de Ministros, em 5 de Junho de 1920, não constituiu um momento de regozijo ou de esperança para a organização operária portuguesa; a experiência ensinava que os homens passam, mas as políticas permanecem.

Ao governo de António Maria Baptista sucedem-se os “governos-relâmpago” de Ramos Preto e de António Maria da Silva, e depois o de António Granjo, o segundo mais longo desde o consulado de Sidónio Pais; os governos de Xavier de Castro e de Liberato Pinto completam o elenco dos 10 governos que exerceram funções no ano de 1920¹²⁴.

Para a organização operária, os desafios e os problemas dos meses anteriores mantinham-se os mesmos – a carestia de vida, os aumentos exponenciais dos preços dos produtos básicos, nomeadamente do pão, os ataques ao horário de trabalho de 8 horas, a ameaça do desemprego, as rendas de casa de a decisão do Governo de impor as

¹²³ As bases programáticas da Liga Operária de Expropriação Económica (LOEE) constam do relatório do Comité Confederal ao Congresso da Covilhã, no capítulo «Organização inter-sindical»; dela se falará também a propósito das discussões sobre a estratégia a seguir pelo movimento operário português, no fim do ano de 1920, e ao tratar, no próximo capítulo, a “questão Cardoso-Araújo” na sequência da publicação do Manifesto do PCP, em Julho de 1921.

¹²⁴ Dos 14 governos no exercício de funções em 1919 e 1920, só 6 o fizeram por mais de dois meses, dos quais só 1 ultrapassou 6 meses e outros 2 chegaram aos 3 meses; a sequência dos governos em funções após o de António Maria Baptista foram: José Ramos Preto (06-06-1920 a 26-06-1920), António Maria da Silva (26-06-1920 a 19-07-1920), António Granjo (19-07-1920 a 20-11-1920), Álvaro Xavier de Castro (20-11-1920 a 30-11-1920) e Liberato Ribeiro Pinto (30-11-1920 a 02-03-1921). A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, p. 611.

cadernetas profissionais, que a organização rejeita¹²⁵. Referenciam-se também preocupações com a emigração, para o estrangeiro e para as colónias¹²⁶.

Mas, primeiro que todos, o problema da carestia¹²⁷, levado às primeiras reuniões do Conselho Confederal, apontando este para a realização de uma campanha de âmbito nacional, para exigir soluções do governo, perante a situação de desespero em que estão as populações, demonstrado – refere-se em reunião daquele órgão confederal – pelos “recentes acontecimentos” na Azambuja e em Setúbal, em Julho, tendo por causa comum a carestia e a fome, como outros eventos idênticos, em datas posteriores - em Castelo Branco, na Guarda, em Santa Susana (Caldas da Rainha), Coimbra e Santarém, no mês seguinte, e em Setembro, de novo em Setúbal, em Gonçalo (Guarda) e em Chaves, e, em Dezembro, na Póvoa de Varzim, onde popular apreenderam um camião, levando-o para a sede da USO local¹²⁸. A *Batalha* dá conta das iniciativas preparatórias dessa campanha, em especial as desenvolvidas pela USO-Lisboa, que entram pelo mês de Agosto, e incluem mesmo uma sessão de uma comissão de mulheres, na sede da CGT¹²⁹; a agravar a situação, já de si muito difícil para as populações, o preço da água

¹²⁵ A USO-Lisboa oficia à CGT que trate da pretensão do patronato de impor as cadernetas profissionais, “sem as quais não se poderá trabalhar”, defendendo-se que não sejam aceites, por serem verdadeiros documentos policiais (Federação da Construção Civil, que publica uma nota oficiosa sobre o assunto) e serem vexatórias para o operariado (Sindicato Único Mobiliário de Lisboa). A CGT pronunciou-se sobre a proposta do governo em 3 de Outubro, rejeitando as cadernetas dos seguros sociais, em conformidade com as decisões tomadas pelo Conselho Confederal. Ver AB, 24, 29 e 30-09-1920 e 03-10-1920.

¹²⁶ A *Batalha* aborda por diversas vezes as circunstâncias sociais que obrigam os operários a emigrar (“os números relativos à emigração são aterradores”, escreve-se em 06-07-1920) e recomenda aos operários atenção às condições em que são contratados para trabalhar nas colónias, para não serem enganados – os salários são irrisórios, os contratos uma burla e as condições de vida terríveis, bem ao contrário do que anuncia o Ministério das Colónias (AB, 03-07-1920).

¹²⁷ A carestia de vida e de habitações são os problemas mais aflitivos de Lisboa, escreve-se na *Batalha*, 21-06-1920. Comparada a situação do ano de 1920 com a de 1914, escreve-se no parecer sobre a carestia de vida publicado no jornal operário (“A CGT ante a situação económica do país – Parecer sobre a carestia de vida: causas, efeitos e soluções” – AB, 11-07-1920) o custo de vida aumentou 565% e os salários somente 353% (AB, 11-07-1920), sendo referido no mesmo local que somente os operários manufatores de calçado e os gráficos ganham o suficiente para alimentar uma família de 4 pessoas (comparam, para o efeito as despesas mensais de uma família operária típica – de Lisboa – com os salários dos respectivos chefes de família, das que qualificam como as 5 principais profissões – manufatores de calçado, operários da construção civil, gráficos, metalúrgicos e serventes).

¹²⁸ «As manifestações recentes em Setúbal e Azambuja são sintomáticas», refere o delegado Alfredo Pinto, «pois demonstram o estado de desespero das populações». [Relato da sessão do Conselho Confederal], AB, 16-07-1920. Como já foi assinalado, o “fantasma” da greve de Novembro de 1918 continuava bem presente, não se cansando de o referir os intervenientes nas sessões preparatórias realizadas em vários sindicatos. Um exemplo disso foi a sessão na Associação do Pessoal do Arsenal de Marinha e Cordoaria Nacional, onde foi evocado o fracasso registado no movimento de Novembro de 1918, “ao qual a classe trabalhadora não soube responder”, afirmando-se «ser necessário que a classe operária saiba corresponder ao apelo da CGT, para não suceder o mesmo agora.» (AB, 27-07-1920).

¹²⁹ Sessão com muita afluência, em 26 de Agosto de 1920, presidida por Júlia Cruz e secretariada por Maria Viegas e Manuel Marques. Referem-se as dificuldades que as mulheres têm para obter os géneros necessários ao sustento dos seus e o suplício das bichas. Fala também a professora Etelvina Silva; Maria Viegas, operária corticeira, além de se referir à carestia, denuncia certas imoralidades de alguns operários, que mandam as mulheres para as bichas e vendendo depois os géneros pelo dobro, e os que alugam quartos aos seus companheiros de trabalho pelo triplo do que pagam. AB, 27-08-1920.

em Lisboa aumenta para o dobro e, logo a seguir (Setembro) o governo determina o restabelecimento dos dois tipos de pão, bem como o aumento do seu preço, decidindo, em resposta, o Conselho Confederal convidar os organismos operários a rejeitarem, em manifestos, sessões e comícios, o “decreto da fome” e a exigirem a sua revogação, avançando para reclamações de aumento de salário na proporção do aumento do custo de vida, no caso de o governo não ceder, se necessário indo até à greve geral nacional¹³⁰, de imediato declarada em Beja, em Setúbal, aqui acompanhada de assaltos a estabelecimentos, com a duração de vários dias. A resposta do governo é musculada, com intervenção da polícia e da GNR, prisões, restabelecimento da censura a *A Batalha* e proibindo comícios operários.

Da parte do operariado, mantém-se a pressão para a obtenção de aumentos de salários, na generalidade dos sectores e em diversos locais – esse é o principal e quase exclusivo motor das greves registadas. O número de paralisações de trabalho é bastante elevado, (ver gráfico abaixo e a Cronologia) culminando no mês de Agosto, em que se referenciam mais de 50 situações¹³¹.

Das paralisações de trabalho referenciadas, merecem destaque: Quanto à geografia e classes profissionais envolvidas, tais eventos mantêm uma distribuição idêntica à dos meses anteriores, eles acontecem em Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Penafiel, Vila Nova de Famalicão, Leixões, Porto, Vila Nova de Gaia, Aveiro, S. João da Madeira, Coimbra, Abrantes, Portalegre, Lisboa, Almada, Seixal, Barreiro, Alcochete, Setúbal, Vendas Novas, Sines, Évora, Estremoz, Beja, Silves, Faro.

Muitos desses movimentos não tiveram um desfecho favorável aos trabalhadores – Caixeiros, do Porto (Junho), Construção Civil, de Guimarães (Agosto), Ferroviários (Setembro-Outubro); há mesmo referências críticas a situações em que as classes se lançam nesse tipo de movimentos sem a combatividade necessária para o sucesso.

Estendendo-se a¹ vários sectores e locais, detecta-se um movimento crescente (considerando o número de movimentos ocorridos) que vem já do princípio do ano e culmina nos meses de Julho e Agosto de 1920, em que tem lugar uma greve geral em Guimarães (Julho) e a greve geral de 24 horas declarada pela CGT, a 30 de Agosto, em protesto contra o assalto pela polícia às instalações de *A Batalha*, seguida em vários locais, baixando no último quadrimestre do ano para o nível mais baixo do ano. Não obstante essa quebra global, têm lugar nesse quadrimestre greves gerais em Beja e

¹³⁰ O “decreto da fome”, como foi chamado em *A Batalha*, estabeleceu um pão de 1ª, a 1\$64/kg. e um de 2ª, a \$40. O pão de tipo único, estabelecido em Abril anterior, custava \$28; por referência a este último, o aumento cifrava-se em cerca de 43%. A partir desta data desta data, são frequentes os relatos de má qualidade e escassez do pão de 2ª em vários locais do país. AB, 07 e 09-09-1920. “É preciso que a Moagem não triunfe”, titula *A Batalha* em 11 de Setembro.

¹³¹ Sobre o método usado na contabilização das paralisações de trabalho, ver as notas dadas a propósito da mesma questão ns capítulos anteriores. Nos Apêndices A e K encontram-se referenciadas todas as greves identificadas neste estudo, bem como a sua distribuição geográfica e sectorial .

Setúbal (Setembro), a greve geral marítima (Setembro) e a greve dos ferroviários – a dos Ferroviários do Estado com duração de 70 dias, e a dos Ferroviários da CP com duração de 40 dias. Merece ainda referência a greve dos gráficos dos jornais, que decorreu entre Abril e Julho¹³². Num outro horizonte, refira-se ainda a greve dos ferroviários, construção civil, pessoal dos eléctricos, gráficos e do pessoal do Porto de Lourenço Marques, em Moçambique¹³³, o segundo naquela colónia em 1920, depois do verificado no princípio do ano, já referido.

De todas, a greve mais marcante neste período foi, sem dúvida, a dos Ferroviários: pela sua muito longa duração, pela relevância do transporte ferroviário na economia do país, pelo peso da classe ferroviária no universo confederal, pelo seu resultado e pelas repercussões que teve na CGT.

Lançada pelos Ferroviários do Estado, a 30 de Setembro, a ela aderiram dias depois os Ferroviários da CP; esta foi a primeira vez que os ferroviários do Estado e os privados estiveram juntos numa greve. Dias antes algumas estações tinham sido ocupadas por militares; de alguns meses antes vinham as denúncias da imprensa pró-patronal de preparativos em curso para essa acção. A greve, com grande impacto social, político e económico, é acompanhada de actos de sabotagem; o governo de António Granjo, a braços com outras acções grevistas, confrontado politicamente no Parlamento e na imprensa, responde com tropa, grande número de prisões e repõe o “vagão fantasma”¹³⁴; depois da decisão dos Ferroviários da CP de retomarem o trabalho, a CGT dispõe-se a mediar o conflito, que os Ferroviários aceitam, mas a greve mantém-se nas linhas do Estado, para aquém dos governos de António Granjo e de Álvaro de Castro, terminando apenas na vigência do governo de Liberato Pinto.

Foi mais longe nesta greve a intervenção da Confederação e dos organismos seus aderentes, lançando por iniciativa do Conselho Confederal uma campanha para apoio material aos ferroviários em greve (então) há 48 dias e há 78 dias sem salário (18 de Novembro), que rapidamente atingiu mais de 2 mil escudos, registando-se chamadas à mobilização para o apoio e a solidariedade da população e do operariado sindicalizado, e tomadas de posição públicas e sessões de apoio pela maioria dos organismos operários, em todo o país; finalmente, por proposta da USO-Lisboa no Conselho Confederal, dirigindo convite aos ferroviários para enviarem, para Lisboa e Porto,

¹³² No mês de Julho, a greve mantinha-se apenas em duas casas (em Junho, 7), as que ainda não tinham cedido à reivindicação dos trabalhadores.

¹³³ Estas greves, em Lourenço Marques, foram fortemente reprimidas pelas autoridades coloniais, levando à declaração do estado de sítio, a prisões de trabalhadores, seguidas de deportações. O movimento terminou com a rendição dos grevistas, sem condições (AB, 10-10-1920 e 11-10-1920).

¹³⁴ Outras greves ocorrem no decurso da greve dos ferroviários: das classes marítimas, de âmbito nacional, de 25-09 a 11-10, dos operários municipais e dos alfaiates, em Lisboa, e dos operários papeleiros, da Fábrica da Abelheira, em Loures.

enquanto a greve subsistisse, os filhos menores, para serem sustentados por famílias operárias, em acção de solidariedade¹³⁵.

A greve ferroviária de Setembro-Dezembro de 1920 termina da pior forma para os seus intervenientes¹³⁶: no seu termo, ao fim de 40 dias, para os ferroviários da CP, e de 70 dias, para os ferroviários do Estado, os grevistas são obrigados a pedir, individualmente, a sua reintegração, que é negada a muitos¹³⁷. “A fome saiu vencedora”, escreve-se em *A Batalha*, em 9 de Dezembro; internamente à CGT, o fracasso da greve abriu caminho a acusações pessoais e à respectiva direcção, cujo esclarecimento tornou claro, publicamente, a existência de uma grande indiferença do operariado e seus organismos de classe, e especificamente dos trabalhadores dos transportes, relativamente à perspectiva de uma greve geral nacional, sequer limitada ao Porto e Lisboa, sequer, enfim, restrita a Lisboa, como se verá no subcapítulo seguinte.

Além da questão dos salários, a organização operária continua a movimentar-se contra as perseguições e os desmandos da autoridade, designadamente em defesa dos órgãos de imprensa operária, em especial de *A Batalha*¹³⁸, e em defesa dos seus organismos e militantes. Da parte das autoridades, o tempo continua a ser de ofensiva contra a organização operária, os seus militantes e os trabalhadores que se envolvem em greves e manifestações; os jornais operários (e não só estes) são alvo de censura e de dificuldades postas à edição e distribuição: depois de ter sido levantada em Junho, a censura ao diário *A Batalha* volta a ser estabelecida em Julho; nos últimos dias de Agosto o jornal é assaltado, (pela polícia ou com a cobertura desta), seguindo-se a apreensão dos tipos, gerando um protesto generalizado por parte da organização, que promoveu uma greve geral de 24 horas, que (decretada de véspera) foi seguida designadamente no Porto, em Coimbra, Lisboa e sua envolvente geográfica (Cascais, Almada, Barreiro), em Setúbal, Évora e Beja¹³⁹; algumas associações sindicais são

¹³⁵ A CGT contabilizava em 7.296\$05 os valores entrados na Confederação destinados aos Ferroviários até Março de 1921, referindo *A Batalha* muitos outros donativos entregues directamente, em especial no Minho e Douro. *Idem*, 21-03-1921.

¹³⁶ Após o regresso ao trabalho dos ferroviários da CP já era previsível o desfecho da greve ferroviária. Tinham passado dois anos sobre a greve geral de Novembro de 1918, que os ferroviários do Sul e Sueste tinham “aguentado” praticamente sozinhos, em conjunto com os trabalhadores rurais do Alentejo, com consequências muito pesadas para uns e outros. A analogia entre as duas situações não terá deixado de acudir, então, ao espírito de muitos ferroviários e militantes operários.

¹³⁷ Fernando Medeiros considera a derrota da greve dos ferroviários como o ponto de chegada de um ciclo de “repetidos insucessos da CGT em unificar o movimento operário [que vão] contribuir para acentuar as tendências desagregadoras”, e que aquela derrota põe a claro, dentro da organização, “todas as fraquezas de um confederalismo fantomático já não dissimulado pela grandiloquência ideológica”, que pesará traumáticamente, nos dois anos seguintes, sobre a organização. Fernando Medeiros, *obra citada*, p.240 e 245.

¹³⁸ No princípio de Junho de 1920, além de estar sujeita à censura, *A Batalha* foi impedida de publicar-se entre 8 e 10 de Junho. Outros jornais são sujeitos à censura e impedidos de circular (*Tempo e A Situação*); em Outubro, é preso o director do *A Bandeira Vermelha* (AB, 16-10-1920).

¹³⁹ O assalto a *A Batalha* provocou um acréscimo de donativos para o jornal, que passaram de um valor médio mensal de 1.270\$00, em Julho-Agosto, para 3.650\$00, em Setembro, baixando para 2.400\$00 em Outubro-Novembro e para 1.250\$00 em Dezembro.

reabertas¹⁴⁰, tornando possível retomar a actividade normal, designadamente a realização de reuniões; mas outras são posteriormente invadidas e encerradas pela polícia (como a USO-Beja ou, em Lisboa, a sede do Sindicato Único Mobiliário, a Construção Civil do Alto do Pina, a Associação de Classe dos Empregados da Carris, o Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa ou a sede das Juventudes Sindicalistas) que tem intervenções pontuais para impedir reuniões dos órgãos eleitos, sabotar assembleias gerais dos sindicatos¹⁴¹, designadamente das classes em greve, intervindo ainda nas ruas e junto dos locais de trabalho a pretexto de assegurar a liberdade de trabalho, actuando sobre os comités de greve.

Além disso, multiplicam-se as prisões de elementos operários, incluindo dirigentes sindicais e mesmo membros do Conselho Confederal, pesando sempre sobre os presos a ameaça de deportação¹⁴²; apesar disso, o chefe do Governo declara no Parlamento que em Portugal não há presos por questões sociais¹⁴³.

No fim do mês de Setembro, o governo denuncia na imprensa que Outubro será o mês da agitação, em conformidade com as ordens que a CGT recebeu de Moscovo, da Terceira Internacional; insinua-se ainda que a CGT lançará uma greve geral revolucionária¹⁴⁴, o que é desmentido pela Confederação operária, chegando o secretário-geral, desafiado publicamente o ministro do Interior a tornar públicas as provas do que afirma¹⁴⁵.

¹⁴⁰ Reabrem as associações do Pessoal Maior e do Pessoal Menor dos Correios e Telégrafos. *AB*, 13-06-1920, mas outras são posteriormente encerradas.

¹⁴¹ Algumas associações de classe encerradas compulsivamente neste período: USO-Beja, Associação de Classe dos Empregados da Carris de Lisboa, Construção Civil do Alto do Pina, em Lisboa, Marítimos de Olhão, Associação dos Trabalhadores do Mar, de Setúbal, a sede das Juventude Sindicalistas, em Lisboa, e outras. Além de outras acções violentas das autoridades policiais de restrição às reuniões sindicais, registe-se a exigência de um elemento da autoridade assistir às reuniões, como aconteceu nas instalações da CGT, em Lisboa, a 14 de Julho, procedimento que se repetirá nos meses seguintes em diversos locais. Outras acções “complementares” são praticadas pelas autoridades (governos civis, por exemplo) e pelo patronato – impedimento de contactos entre militantes ou trabalhadores: por exemplo, na Carris, de Lisboa, um regulamento interno proíbe o pessoal maior de associar-se com o pessoal menor e mesmo de falarem uns com os outros.

¹⁴² Alguns dos dirigentes sindicais que foram detidos neste período: Jerónimo de Sousa, preso em Guimarães onde se encontrava em missão de propaganda da Federação do Calçado, Couros e Peles, depois transferido – algemado – para Lisboa; Rosendo José Viana e Júlio de Matos; Joaquim Cardoso e Joaquim Francisco, da Construção Civil, João Maria Major e António Casimiro da Silva, em Setúbal, José Martins Grilo, que foi a Santarém organizar o Sindicato Único Mobiliário local, ou Costa Carvalho, no Porto; A *Batalha* chega a denunciar a tentativa de prender o secretário geral da CGT, quando da sua deslocação a Coimbra, numa reunião na USO local);

¹⁴³ *AB*, 31-10-1920.

¹⁴⁴ “O mês da agitação”, *AB*, 30-09-1920.

¹⁴⁵ Na resposta às acusações de estar em preparação uma greve geral revolucionária, a declarar pela CGT, no âmbito de um plano internacional, refere-se em síntese que a CGT está solidariamente ao lado das classes em luta, mas são estas que actuam com os seus recursos e estes bastarão, se a luta se mantiver no terreno que está colocada; se o Governo a levar para outro terreno e forçar à intervenção directa a restante organização representada pela CGT, então esta se manifestará. Mas não irá até à greve revolucionária. Aliás, esta não será nunca estabelecida pela organização, mas pelas massas e sua dinâmica. “Greve revolucionária?”, *AB*, 08-10-1920; na carta entregue no *Diário de Notícias*, a CGT desafia o Governo a apresentar provas das afirmações do ministro do Interior àquele jornal, de que “cada

2.4. A actividade do Conselho e a dinâmica da organização

Cumprida que foi a agenda do Conselho Confederal para a sua primeira reunião, este órgão entra em actividade regular, reunindo ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, em conformidade com os estatutos da CGT, sendo que no período aqui estudado se realizaram várias reuniões por mês.

Pelos relatos das reuniões do Conselho Confederal publicados em *A Batalha*, é possível seguir a actividade daquele órgão, a saber:

- em Agosto, a questão da carestia de vida, debruçando-se sobre a forma de levar a efeito um movimento nacional pró-embaratecimento dos géneros de primeira necessidade¹⁴⁶;

- em Setembro, aprovação de um documento em que se declara que a CGT não aceita qualquer aumento do preço do pão, nem a existência de mais de uma qualidade de pão, recomendando aos organismos confederados que organizem sessões de protesto e que preparem comícios, em todos os locais, de preferência no mesmo dia e hora; delibera ainda exigir, por intermédio da CGT, a imediata revogação do decreto; no caso de o governo não o fazer, aconselha os organismos a reclamar aumento de salários em conformidade com o custo de vida, indo, se necessário, até à greve geral nacional, a que dá sequência através da publicação de uma nota ofisiosa sobre o assunto, denunciando a ganância da Moagem, a insensibilidade do Governo ao decretar o restabelecimento dos dois tipos de pão e o aumento do seu preço e a prepotência das autoridades ao proibir as sessões de protesto promovidas pelos organismos operários. Referindo o desespero que grassa entre a população, que originou acções de revolta popular, torna público o texto da moção que deveria ser aprovada nos comícios de protesto, onde se reclama o restabelecimento do tipo único de pão e se declara manter-se o organismo de sobreaviso para «uma acção posterior mais decisiva, no caso do govêrno se negar a abolir o referido decreto, se as condições de momento lho permitirem» – a propósito, fazendo acompanhar a nota ofisiosa sobre o assunto, publicada na primeira página de *A Batalha*, de uma foto de centenas de operários saindo de uma reunião na sede da CGT, em Lisboa, com a epígrafe «A última greve geral»¹⁴⁷; por último, a denúncia das falsas acusações formuladas pelo jornal *A Situação*, primeiro de que a CGT iria indicar ministros para um futuro governo, onde estariam também elementos das “forças vivas”, depois, desafiando aquele jornal a comprovar que a Confederação recebeu, de oferta de

classe tem um comité, em relação com o comité central da CGT e obedecendo a manobras exteriores”. *AB*, 12-10-1920.

¹⁴⁶ *AB*, 05-08-1920.

¹⁴⁷ *AB*, 09 e 13-09-1920.

um banco, a importância de 200 contos para a compra do edifício do Palácio do Correio Velho, à Calçada do Combro¹⁴⁸;

- a abrir o mês de Outubro, o Conselho Confederal discute as cadernetas profissionais a que se refere a lei dos acidentes de trabalho, deliberando a sua não aceitação pelos operários, para já, e a constituição de uma comissão para estudar o assunto, aprovando ainda o apoio da Confederação às greves em curso dos ferroviários e dos marítimos, sugerindo aos operariado que se mantenha em guarda e pronto a «pronunciar-se», caso a CGT venha a ser forçada a tomar uma atitude, se os actos do governo contra as classes em luta persistirem¹⁴⁹; nas duas reuniões seguintes, de 14 e 16, o Conselho tratou de questões internas – a representação da Associação dos Vidreiros da Amora, o relato da missão do delegado dos Arsenalistas de Marinha ao Algarve, e o relatório do secretário-geral da sua missão de organização e propaganda ao norte, sobre o qual se pronunciaram vários delegados, concentrando-se especialmente na parte referente ao falecimento, funeral e projectada romagem à sepultura de Neno Vasco, aprovando-se a forma de participação da CGT nesse evento, da iniciativa de militantes do Porto¹⁵⁰; na segunda destas reuniões, em que se delibera tratar da situação do Conselho Jurídico, face às indicações de falta de capacidade de resposta ao acréscimo de situações a que tem de acudir, nos apoio aos presos por questões sociais, cujo número se tem multiplicado, os delegados do Conselho Confederal deliberam, por unanimidade, que o secretário-geral desempenhe essas funções a tempo inteiro – uma decisão muito sensível na organização, por razões de ordem ideológica, que aliás será objecto, futuramente, de fricções e acusações pessoais a Manuel Joaquim de Sousa.

Na segunda quinzena de Outubro realizam-se mais duas reuniões do Conselho¹⁵¹, dominadas pela greve dos ferroviários e pela intervenção da CGT nesse movimento, a

¹⁴⁸ AB, 21-10-1920.

¹⁴⁹ AB, 03-10-1920.

¹⁵⁰ AB, 15 e 17-10-1920. Falecido com 41 anos, em São Romão do Coronado, Viseu, para onde se retirara, vindo de Lisboa, Neno Vasco (1878-1920) foi uma referência para a organização operária portuguesa. Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos, bacharel em Direito, intelectual e propagandista do anarquismo e da concepção anarquista do sindicalismo, foi colaborador assíduo de várias publicações anarquistas e d'*A Batalha*; viveu no Brasil entre 1901 e 1911, sendo referenciado ali pela militância e a literatura anarquista como um dos seus autores relevantes. Nos dias seguintes ao seu desaparecimento, Neno Vasco foi evocado nas reuniões dos sindicatos, referenciando-se umas tantas associações que suspenderam as suas assembleias gerais durante 10 minutos, mantendo-se os presentes em silêncio e “descobertos”. Para o conhecimento do autor e da obra, vejam-se “Minha pátria é o mundo inteiro – Neno Vasco, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário em dois mundos”, de Alexandre Samis, e o texto introdutório de João Freire à edição de *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, de Neno Vasco (ver bibliografia), que regista também diversas sínteses biográficas daquele teórico anarquista. Na CGT, não se terá registado unanimidade sobre a apreciação da produção teórica de Neno Vasco, como refere João Freire no último texto indicado – com saída anunciada pela Editorial d'*A Batalha* para 1920, depois adiada, a *Concepção Anarquista...* só seria publicada em 1923, admitindo Freire, como única hipótese explicativa plausível, o facto de existir nos organismos confederais e na editorial d'*A Batalha* uma vontade de silenciar ou de retardar a divulgação do livro de Neno Vasco, por muitas declarações solenes que se fizessem de admiração por aquele, pelo menos por parte de alguns que na altura dirigiam a CGT.

¹⁵¹ AB, 21, 23 e 28-10-1920.

pedido do comité de greve, discutindo as acções a desenvolver nesse âmbito, e analisando a evolução do processo e o comportamento sinuoso e depois intransigente do governo na respectiva condução, impondo aos ferroviários medidas draconianas mais opressivas que as do tempo da monarquia, aprovando um pedido ao operariado em geral para apoiar materialmente os ferroviários em luta; tratou ainda das perseguições movidas pelo governo ao operariado e suas organizações, mandatando o Conselho Jurídico para dar o apoio necessário, nomeadamente para reclamar a reabertura da USO-Beja, encerrada pelas autoridades, aprovando ainda o pagamento pela CGT dos salários dos delegados que sejam presos em serviço da Confederação, na totalidade, e, em caso de despedimento, pagar o salário até que volte a arranjar trabalho, cometendo ao Comité Confederal a regulamentação dos referidos subsídios.

Numa dessas reuniões, os delegados do Conselho votaram a última parte do relatório do secretário-geral que vinha sendo apreciado em anteriores reuniões, aprovando por unanimidade as propostas por ele formuladas, a que já se fez referência.

A greve dos ferroviários preencheu, de novo, praticamente em exclusivo, as reuniões do Conselho Confederal, nos meses de Novembro e Dezembro, discutindo-se o apoio a dar aos grevistas pela organização operária e, finda esta, as condições em que a mesma terminou e os reparos feitos à CGT pela sua intervenção nessa luta, tratado no subcapítulo seguinte¹⁵².

O parecer sobre as propostas do ministro das Finanças, Cunha Leal, em matéria fiscal, estabelecendo designadamente um imposto sobre os salários, foi objecto de apreciação e debate na reunião de 21 de Dezembro. O documento, que rejeita aquele imposto, a descontar directamente pelos patrões, advoga em substituição dos impostos anunciados, a redução das despesas militares e a constituição, pelo Estado, de organismos autónomos formados por trabalhadores e técnicos a favor dos quais se fosse realizando progressivamente a expropriação da terra e das indústrias, futuros elementos coordenadores da vida económica e, no imediato, organismos reguladores dos preços e de barreira ao lucro excessivo. É feita uma chamada de atenção para a necessidade de evitar que as acções a desencadear pela CGT não se confundam com as dos industriais e comerciantes, e que não se deverá consentir que estes «empurrem os seus operários para manifestações que só interessam aos seus fins inconfessáveis». O parecer é aprovado, em conjunto com várias propostas apresentadas pelos delegados, apontando a realização de uma acção da CGT a nível nacional para mostrar ao proletariado a iniquidade do imposto, a formulação de um convite a todos os organismos para que promovam sessões que preparem o operariado para recusar o imposto.

¹⁵² AB, 18-11, 15 e 16-12-1920.

PROPAGANDA E ORGANIZAÇÃO. As missões de propaganda multiplicam-se neste período, envolvendo vários organismos sindicais: Uniões de Sindicatos, Federações e a própria CGT, através dos membros do Comité e do Conselho Confederal; é corrente a presença de militantes de Lisboa e outros núcleos mais importantes em acções de propaganda sindical, e o seu envolvimento directo em trabalhos de organização – Jerónimo de Sousa e Silva Campos, de Lisboa, vão a Coimbra organizar o sindicato dos Operários do Calçado local¹⁵³, delegados dos Metalúrgicos de Lisboa estão envolvidos no processo de criação do Sindicato Único Metalúrgico de Braga¹⁵⁴; também o secretário-geral empreende diversas deslocações, com fins de propaganda e organização – referencia-se a sua presença, fora de Lisboa, designadamente em Gaia (Julho), e em Guimarães, Porto e Coimbra (Setembro); no relatório dessa missão ao Norte, o secretário-geral aponta um conjunto de insuficiências que identifica na estrutura interna da CGT, a carecerem de ser encaradas urgentemente, como sejam: a organização dos organismos de classe existentes fora do estrito âmbito de actuação das USO, por estas serem locais, havendo que lhes dar outro estatuto par alargar a sua intervenção e criando Uniões de Sindicatos distritais com as correspondentes atribuições; a organização sindical e federal «deficientíssima» em algumas das mais importantes indústrias, em Portugal, complicações na entrada de sindicatos nas respectivas federações, secções de sindicatos únicos fora da sede dos respectivos concelhos que podem autonomizar-se, onde aqueles estão constituídos e que poderão adquirir a sua completa autonomia (sindicatos Metalúrgico e da Construção Civil, em Vila Nova de Gaia, por exemplo); identifica ainda os existentes problemas na constituição da Federação Metalúrgica e de constituir a Federação do Têxtil, a primeira «por muitos metalúrgicos fazerem parte de organismos, que, devido às condições de determinadas indústrias, não concorrem para a sua constituição» (refere-se à questão já tratada dos sindicatos mistos de empresa, em Lisboa), e a segunda, citamos, «em virtude de certo abandono a que tem sido votada a sua organização sindical, de certo modo porque a maioria dos seus componentes são mulheres e os poucos homens serem vítimas de grande falta de vontade e energia, já pelas precárias condições económicas em que vivem, já por defeitos de educação atávica recebida no meio ambiente onde foram recrutados – na aldeia, no campo – e que [tem] dificultado a sua organização.» Propõe, pois, e o Conselho aprova, a constituição imediata, no Conselho Confederal, das Secções Confederais (das Uniões e das Federações), a realização de uma conferência nacional dos secretários-gerais das USO e o apoio material aos congressos constitutivos de novas Federações de indústria¹⁵⁵.

¹⁵³ AB, 25-09-1920.

¹⁵⁴ Arquivo Histórico Social – Núcleo Metalúrgicos – Caixa 105, AHS-2651, ms. 830, 28-10-1920 [Ofício do Sindicato Único de Braga ao Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, agradecendo o apoio recebido na organização, em curso, do Sindicato Único de Braga].

¹⁵⁵ AB, 21 e 23-10-1920.

Surgem novas associações de classe – 19, no total, das quais 6 delegações ou secções, das classes do calçado (Coimbra e Porto), empregados municipais e do Estado (Coimbra e Lisboa), ferroviários (Porto, Évora, Beja e Faro), livro e jornal (Lisboa e Faro), metalúrgica (Gaia, Lisboa e Almada), mobiliária (Santarém e Faro), tanoeiros (Viana do Castelo), transportes marítimos (Seixal) e ainda um sindicato misto, em Torres Vedras, e o sindicato dos Carreiros, em Faro¹⁵⁶ – e de organismos intermédios (USO-Viana do Castelo, em Junho, e USO-Seixal, em Setembro); além disso, progridem as adesões à Confederação (USO-Gaia, em Junho; Ferroviários do Minho e Douro, em Setembro, Associação do Pessoal Menor dos Correios e Telégrafos e Manipuladores de Bolachas, Massas e Farinhas de Coimbra (Outubro), da Associação dos Manipuladores de Pão do Funchal (Outubro), USO Seixal (Outubro) Barbeiros de Lisboa, Associação de Limpeza e Sanidade Pública, de Lisboa¹⁵⁷), Federação dos Empregados no Comércio-Zona Norte (Dezembro)¹⁵⁸, às Federações (Marítimos e Descarregadores de Alcochete e Inscritos Marítimos, em Junho, e Marítimos de Leça da Palmeira e Leixões, em Julho, ambos à Federação Marítima¹⁵⁹.

No fim do ano de 1920 anuncia-se a decisão, pelos organismos locais, de criar o Sindicato Único das Classes Trabalhadoras, em Lourenço Marques (Moçambique)¹⁶⁰, um processo seguramente impulsionado por Raul Dias, um militante sindical com peso no Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras de Lourenço Marques, que se fizera representar o Congresso de Coimbra¹⁶¹.

¹⁵⁶ Associações de classe formadas no 2º semestre de 1920: em Junho, Carreiros de Faro (com 24 sócios), Tanoeiros de Viana do Castelo e Secção de Gaia do Sindicato Único Metalúrgico do Porto; em Julho, Serventes das Escolas Primárias do Porto; em Agosto, Liga de Artes Gráficas de Faro e a delegação em Beja do Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste; em Setembro, Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles de Coimbra, delegações da Associação dos Empregados do Estado em Évora, Beja e Faro, secção do Sindicato Único Metalúrgico no Alto do Pina, em Lisboa, Carregadores e Descarregadores de Terra e Mar do Seixal, Sindicato Único Metalúrgico de Almada (antes, secção do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa) e Sindicato Misto das Classes Trabalhadoras de Torres Novas; em Outubro, Operários Gazomistas de Coimbra, Grémio dos Funcionários Municipais, de Lisboa, Operários da Indústria Mobiliária de Santarém e de Faro; em Dezembro, delegação da Associação de Classe dos Empregados do Estado, no Porto, e Sindicato Único do Calçado, Couros e Peles do Porto. *AB*, *passim*. Também, no período, o Sindicato dos Distribuidores de Jornais, “recém-organizado”, como refere *AB*, 06-12-1920.

¹⁵⁷ *AB*, 02-07-1920.

¹⁵⁸ *AB*, 16-12-1920.

¹⁵⁹ *AB*, 18-06-1920. Em Setembro a Federação Marítima decide só dar apoio às associações de classe que se encontrem federadas. *AB*, 23-09-1920.

¹⁶⁰ *AB*, 24-12-1920.

¹⁶¹ *A Batalha* refere em Abril de 1920 a ocorrência de várias greves registadas em Lourenço Marques, Moçambique, protagonizadas por funcionários públicos, empregados no comércio (balcão e escritório) e operários gráficos, por melhoria de salários. É a primeira referência, na vida da CGT, a apontar a possível existência de alguma organização sindical nas colónias, que a seu tempo se integrará na organização operária nacional. Assinala-se então a dificuldade de manter relações entre os organismos operários locais e os da Metrópole, por causa da distância. Na capital de Moçambique existia então um organismo denominado Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras de Lourenço Marques; à sua formação não será alheio Raul Dias, antigo secretário geral da Federação do Livro e do Jornal, que em Abril de 1919 se deslocou para aquela cidade (*AB*, 23-04-1919); à data da sua partida, desempenhava o cargo de secretário geral da Associação de Classe do Pessoal de Estiva do Porto de Lisboa.

Refira-se ainda, pelo peso da respectiva população operária, e pelas características do sector ¹⁶², a decisão tomada pelo Conselho Confederal de organização dos operários da indústria têxtil em sindicatos únicos locais, tarefa de que as Uniões de Sindicatos de Lisboa e do Porto se começam a desempenhar, dando a USO-Porto, em Novembro, o Sindicato Único “por assim dizer constituído”¹⁶³.

A USO-Lisboa, onde problemas de diversa ordem tinham limitado nos meses passados a sua acção, parece entrar na normalidade após a eleição e tomada de posse de uma nova comissão administrativa – os níveis de participação dos delegados nas respectivas assembleias voltam a ser superiores a 70% dos organismos aderentes. Ainda assim, continuam a ser correntes as queixas de indiferentismo dos associados de alguns sindicatos, como o dos Alfaiates de Lisboa; o mesmo é referenciado no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, com queixas frequentes dos corpos sociais de indiferença do operariado e desmobilização deste para a participação nas actividades sindicais, quando não estão em causa movimentos visando aumentos de salário¹⁶⁴; identifica-se ainda a paralisia, pontual, recorrente ou continuada, de alguns organismos intermédios, como a USO-Vendas Novas¹⁶⁵, a USO-Braga (Julho)¹⁶⁶, a USO-Guimarães (Julho e novamente em Agosto)¹⁶⁷, e em Dezembro na USO-Almada, sendo que nesse mesmo mês a USO-Viana do Castelo é dada como extinta¹⁶⁸; nos sindicatos, de uma forma geral, há referências pontuais à mesma situação, mesmo em sectores por regra mais combativos, como os Metalúrgicos de Lisboa e a Construção Civil em vários locais¹⁶⁹. A

¹⁶² O Inquérito Industrial de 1917 referenciava 36.124 operários na indústria têxtil, fazendo deste o sector com maior número de efectivos. Inquérito Industrial de 1917, cit. por Fernando Medeiros – *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, p. 75. Os operários têxteis eram, ao tempo, exactamente aqueles que suportavam as piores condições de trabalho e remuneração, assinala o mesmo autor (*idem, idem*, p.79).

¹⁶³ AB, 03 e 11-08-1920, 03, 14 e 26-11-1920.

¹⁶⁴ Os Alfaiates, assinala Alberto Monteiro, depois de conquistados os aumentos, poucos são os que aparecem no sindicato (AB, 07-06-1920). Uma carta inserta no diário operário, de Cândido E. Fernandes, prossegue a denúncia do mesmo comportamento da classe (AB, 12-06-1920); os operários da Construção Civil de Oeiras, depois da última greve, ainda não reuniram regularmente na sua associação, tendo a maioria deles votado o Sindicato Único ao desprezo (AB, 24-07-1920), situação também referenciada para os operários da Construção Civil da Parede e Arredores e os de Olhão (AB, 12-08-1920).

¹⁶⁵ Refere-se que a USO de Vendas Novas não reúne há cerca de um mês (AB, 20-06-1920).

¹⁶⁶ A acção e incapacidade da USO-Braga, entre outros danos à organização operária, em queda, levou ao desaparecimento da associação dos operários Barbeiros, refere-se em *A Batalha*, 09-07-1920.

¹⁶⁷ AB, 02-07-1920. Uma correspondência inserida no jornal desta data responsabiliza os elementos que estão à frente dos sindicatos, os quais, por serem inconscientes, estão a deixá-los caminhar para a decadência.

¹⁶⁸ AB, 05 e 08-12-1920.

¹⁶⁹ Sobre a situação nos Metalúrgicos (indifferentismo, comodismo e desmoralização entre os sindicatos e sindicatos desmantelados ou sem acção) ver Arquivo Histórico Social – Núcleo Metalúrgicos, AHS-2649, ms. 971; *A Batalha* regista, no fim de Julho, o facto de o Sindicato Único da Construção Civil não reunir, por falta de número, desde a última greve (AB, 22-07-1920), o mesmo se passando com a Associação da Construção Civil da Parede e Arredores (AB, 12-08-1920) e a Construção Civil de Olhão (14-08-1920); até em Lisboa, em que o sector passa por uma situação de emergência, com o desemprego a aumentar em virtude da suspensão de várias obras pelo Estado, a comissão de melhoramentos do Sindicato Único da Construção Civil propõe, no princípio de Agosto, deixar de tratar

desmobilização atinge mesmo os dirigentes sindicais – vêm já dos meses anteriores as queixas, em Lisboa, por causa das ausências sistemáticas às reuniões por parte de alguns delegados à USO e, nos Mobiliários, nos Metalúrgicos e nos Manufactores de Calçado, de Lisboa, soam as campanhas de alarme pelo incumprimento de responsabilidades por militantes e mesmo dirigentes que faltam às reuniões¹⁷⁰.

Também se registam situações de conflito entre organismos de base e intermédios, como entre a Associação dos Descarregadores de Terra e Mar, do Porto com a Federação Marítima, ou a Associação da Construção Civil do Barreiro, que pretende desfederar-se¹⁷¹ e há problemas de fronteiras, mal definidas, que deixam trabalhadores à margem da organização (caso dos mecânicos de automóveis, em Lisboa)¹⁷². Assinalam-se ainda fortíssimas divisões no seio de algumas classes profissionais¹⁷³, que vêm de antes, como os Ferroviários¹⁷⁴, ou entre os trabalhadores do mar e os operários da indústria de conservas, em Setúbal, que se arrasta desde o ano anterior, ou a que, na Voz do Operário, opõe sócios efectivos e sócios auxiliares (pessoal da Régie dos tabacos e pessoal extraordinário, respectivamente), que obriga ao envolvimento da USO-Lisboa, na defesa do pessoal extraordinário, a que se juntam novos problemas, como o que se declara em Junho de 1920 entre os Trabalhadores Fluviais (Conferentes e Estivadores) do Porto e Gaia, e os seus congéneres de Leixões¹⁷⁵, ou entre corticeiros e

dos assuntos do interesse dos operários das obras do Estado, caso estes continuem a faltar às reuniões, o que é aprovado pela Assembleia Geral do Sindicato Único (07-08-1920).

¹⁷⁰ Rosendo José Viana, dos Manufactores de Calçado de Lisboa, vem a ser destituído dos órgãos sociais pela assembleia geral, em Junho de 1920, por faltar frequentemente às reuniões. É curioso o retrato traçado por *A Batalha*, em fundo, do militante sindical cumpridor dos seus deveres de trabalhador, «o carniça», contraposto ao operário típico, o «desimportado»: o primeiro, o «carniça, [...] aquelas criaturas que, nos sindicatos, mais se esforçam, mais assíduos são, mais se sacrificam pelo bem geral»; o «desimportado», a maioria da população operária, «paga as suas cotas, possui a sua caderneta e invoca estas qualidades de quando em vez, para certos efeitos [...] compra “A conquista do Pão”, mas nem sempre a lê. Às vezes também compra *A Batalha*. Comparecer nas assembleias sindicais é que é só de longe em longe. Em todo o caso, o desimportado porta-se bem em ocasiões de greve. A sua classe abandona o trabalho. Pois ele sairá da oficina e só lá voltará quando o conflito estiver solucionado. Amarelo não quer ser, de maneira nenhuma. Apoia o trabalho dos corpos gerentes e até é capaz de auxiliá-los um tanto se for muito rogado. De resto, aprecia a honestidade de quem a tem, faz justiça ao esforço alheio e é, nas oficinas, um colega leal, dedicado, estimável. Que falta ao desimportado? Mais um pouco de fé, mais um pouco de vontade.» E há um terceiro grupo: os «parvos», os verrineiros ou os venenos, críticos, palavrosos, que não fazem nada. (“São Parvos”, *AB*, 02-07-1920).

¹⁷¹ *AB*, 17-10-1920 e 22-12-1920, respectivamente.

¹⁷² A meio caminho entre o Sindicato dos Carrageiros, que agrupa os serralheiros de carroseries, trens e carroças – e o Sindicato dos Metalúrgicos, os mecânicos de automóveis da Fábrica Portugal, em Lisboa, são atacados pelos Metalúrgicos por não alinharem nas acções reivindicativas e greves.

¹⁷³ As divisões relacionadas com “egoísmos corporativos” pesam no desenvolvimento da organização; por exemplo, a formação do Sindicato Único Metalúrgico de Guimarães sofre atrasos por causa das divergências entre as classes dos cutileiros e dos metalúrgicos (*AB*, 20-06-1920).

¹⁷⁴ Subsiste uma grande interrogação sobre a possibilidade de realização de um congresso dos Ferroviários, que tem sido sucessivamente protelado por causa de divisões internas da classe (*AB*, 14-06-1920), no mês seguinte, verifica-se uma aproximação entre as reivindicações dos ferroviários do Minho e Douro e as dos Ferroviários do Sul e Sueste (*AB*, 09-07-1920).

¹⁷⁵ Os Conferentes e Estivadores do Rio Douro, do Porto e Gaia, associados na Associação dos Trabalhadores Fluviais – que está fora do universo CGT, apesar dos esforços para os integrar por parte da USO-Gaia – que costumavam exercer a sua actividade também em Leixões foram impedidos de o

descarregadores em várias localidades¹⁷⁶; mesmo em alguns “redutos” aparentemente mais coesos, surgem questões – no Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, a oposição entre duas correntes diferentes impede durante algum tempo a eleição da nova comissão administrativa¹⁷⁷.

Parece haver um maior investimento na articulação entre trabalhadores da mesma classe através das suas organizações (como a já referida aproximação dos Ferroviários) por exemplo entre os vidreiros¹⁷⁸, e também entre as associações de classe dos Alfaiates, neste caso por iniciativa da Associação de Lisboa¹⁷⁹.

Mas, toda a actividade da organização operária se ressentia da exiguidade dos recursos financeiros. É com algum incómodo que certos dirigentes e activistas sindicais se referem ao tema, que além do mais é muito pouco simpático para a massa sindicalizada e confederada quando confrontada com a necessidade de aumento das quotas, pagas muitas vezes com salários exíguos e incertos, não raro insuficientes para garantir o mínimo da subsistência. Não sendo um problema novo na organização confederal, a cada passo ameaçada de estrangulamento financeiro, reclamam-se cada vez com maior premência acções urgentes para lhe fazer face; na Confederação os valores recebidos são insuficientes, não somente de fazer face às dificuldades financeiras correntes de *A Batalha*, mas também para assegurar a actividade da organização. «Na luta de classes», escreve-se em Outubro de 1919, n’*A Batalha*, «não se consome só energia, não se emprega apenas o sacrifício individual. É preciso mais alguma coisa, é preciso o argumento brutal das épocas que vão correndo: o dinheiro»; por isso, é necessário aumentar o valor das quotas, tanto mais que, aduz-se no mesmo artigo, «os salários subiram e subiram duma forma sensível [...] impondo-se que [as quotas] sejam elevadas duma forma sensível»¹⁸⁰. Mas esse não é um tema interessante para a massa sindicalizada, manifestando-se reticências e oposições em muitíssimos organismos. O Comité Confederal acaba por remeter a decisão para o Conselho Confederal, que aprovou um inadiável aumento do valor da quota confederal, a partir de

continuar a fazer, pelos seus congéneres locais; ficam assim em situação de igualdade, uma vez que os Trabalhadores Fluviais do Porto-Gaia não consentiam no passado a actividade dos de Leixões no Rio Douro; em retaliação, os do Porto-Gaia decidiram não intervir na carga e descarga que venham ou tenham de ir para Leixões. Os Conferentes e Estivadores de Leixões estão em fase de organização da sua associação de classe, no quadro da CGT (AB, 21-06-1920 e 23-06-1920). Dias depois, os Fluviais do Porto-Gaia estão a trabalhar com escolta policial (AB, 04-07-1920).

¹⁷⁶ Esses conflitos, pela sua repetição em vários locais, são tratados pelas Federações Corticeira e Marítima.

¹⁷⁷ AB, 03-07-1920.

¹⁷⁸ Na assembleia da Associação dos Operários Garrafeiros da Marinha Grande está presente um delegado dos Vidreiros, do Porto (AB, 26-09-1920). Entre os Vidreiros, as interacções abrangem também os da Amora (Seixal), nomeadamente em torno da contratação, pelos industriais vidreiros, de operários estrangeiros, cuja presença foi rechaçada pelos operários da Amora, do Porto e da Marinha Grande.

¹⁷⁹ Esta acção envolve as associações de classe dos Alfaiates de Viana do Castelo, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Porto, Guimarães, Braga, Viseu, Caldas da Rainha e Funchal (AB, 21-08-1920); no período de Maio a Dezembro, a classe profissional dos Alfaiates realizou greves na maioria destes locais.

¹⁸⁰ “A situação económica dos sindicatos”, AB, 25-10-1919.

Julho de 1920, de ½ centavo para 2 centavos por semana, bem como o aumento do preço do diário operário – «Dinheiro, é preciso dinheiro», escreve-se em *A Batalha*, em Junho, a propósito do aumento da quota dos organismos para a CGT, decidido pelo Conselho Confederal, argumentando que os sindicatos que melhor desempenharam o seu papel reivindicativo foram aqueles que aumentaram as quotas sindicais de 2 para 8 e para 10 centavos semanais, propondo-se aumentá-las para 20 centavos, incentivando a que todos o façam, de imediato, «tanto para melhor poderem actuar e desenvolver-se, como para contribuírem para as Uniões, Federações e Confederação.»¹⁸¹. O aumento do valor das quotas, que veio a ser adoptado pela maioria das classes, não foi inteiramente pacífico, num contexto de dificuldades económicas generalizadas, com algumas classes a adiarem a decisão (Alfaiates de Lisboa) ou mesmo a manterem o valor das quotas (Impressores Tipográficos de Lisboa), neste caso por receio de abandono dos sócios¹⁸². Mas os atrasos no pagamento das verbas devidas à Confederação, sendo correntes, tinham um impacto significativo na sua actividade.

Começam a ser mais frequentes as referências a incumprimentos vários dos organismos na satisfação dos compromissos financeiros para com as Uniões de Sindicatos, as Federações e a Confederação: a Federação do Calçado, Couros e Peles, por exemplo, trata da falta de fundos, na reunião do Conselho Federal, fixando até ao fim do ano o prazo para o pagamento das quotas em atraso pelos sindicatos, que não o fazendo, deixarão de estar representados, decidido ainda que os pedidos de selos-quota dos sindicatos só serão satisfeitos se forem acompanhados da verba para seu pagamento¹⁸³. No conjunto da organização, não seria decerto caso único.

OS CONGRESSOS FEDERATIVOS. Algumas classes realizam os seus congressos no ano de 1920 – Rurais, em Março, Corticeiros, em Agosto e Operários da Indústria Mobiliária, em Dezembro – e outras mobilizam-se para esse fim, como os Gráficos¹⁸⁴, permanecendo mais duvidosa a realização de um congresso ferroviário, dadas as divisões existentes na classe.

[RURALS] Depois de vários adiamentos, o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais reuniu em Beja, no Montepio Artístico Bejense, nos dias 14 e 15 de Março de 1920,

¹⁸¹ «Dinheiro, é preciso dinheiro. Impõe-se a necessidade do aumento da cota confederal, *AB*, 19-06-1920. Ver também a Circular nº 5 da CGT, de 23-06-1920, *AB*, 28-06-1920.

¹⁸² A direcção dos Tipógrafos de Lisboa tomou a resolução de manter o valor das quotas sindicais “por recear uma possível despopulação associativa, pois há pouco não foi bem recebido um aumento da quota aprovado em assembleia (*AB*, 06-07-1920).

¹⁸³ Os sindicatos pedem selos-quota, mas demoram a liquidá-los e muitos sindicatos não pagam as quotas, refere-se no relato da reunião do Conselho Federal da Federação do Calçado, Couros e Peles. *AB*, 09-11-1920. Dos 11 sindicatos presentes na reunião do Conselho Federal, em Janeiro de 1921, 8 têm a situação regularizada, registando-se o incumprimento dos sindicatos do Funchal, Viana do Castelo e Aveiro, que ficam com os direitos suspensos. *AB*, 08-01-1921.

¹⁸⁴ *AB*, 19-06-1920.

com a presença de 35 delegados, em representação de 17 associações de classe¹⁸⁵. O secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, representou a Confederação, registando-se ainda a presença de delegados da USO-Beja e dos Sindicatos locais da Construção Civil, Manufactores de Calçado, Empregados do Comércio, e da União Ferroviária.

Os temas em análise, plasmados nas teses a discutir, incluíam, designadamente: a organização em sindicatos de todos os assalariados de profissão agrícola ou derivada, o reconhecimento pelo Estado dos sindicatos, desde que tivessem entregue os seus projectos de estatutos, a tributação de todos os terrenos em pousio e a expropriação dos que se mantivessem nessa situação durante 5 anos, com entrega da sua exploração aos sindicatos de trabalhadores rurais, com o compromisso de os cultivarem, o lançamento de créditos, pelo Estado, para aproveitamento dos cursos de água e a difusão, pelo Estado, dos conhecimentos sobre os modernos métodos de cultura; num futuro regime social, a socialização integral e absoluta da propriedade agrária, máquinas, alfaías, animais, celeiros e lagares e a divisão, por freguesias ou concelhos, da propriedade socializada e sua entrega aos sindicatos, que estabelecerão o regime colectivo de trabalho; as 4 teses em discussão foram: Organização sindical (aprovada); O problema das subsistências e o operariado rural (rejeitada); A socialização da propriedade agrária e a organização do trabalho (aprovada); A produção agrícola no novo regime social (aprovada)¹⁸⁶.

O Congresso aprovou também alguns protestos, debateu a concorrência e os efeitos desta nos salários, que fazem no Alentejo os trabalhadores sazonais, vindos do Norte, deliberando que a Federação se encarregue desse problema¹⁸⁷; reclamou também a extensão do regime das 8 horas de trabalho aos trabalhadores rurais. À frente da comissão administrativa eleita ficou Joaquim José Candieira¹⁸⁸, encerrando os trabalhos

¹⁸⁵ De acordo com o regulamento do Congresso, as associações podiam fazer-se representar por um ou mais delegados, sempre em número ímpar, sendo que cada associação tinha direito a apenas 1 voto. *AB*, 13-02-1920. O Congresso assinala o facto de muitas associações de classe não terem enviado delegados; alguns delegados, como o da Associação dos Trabalhadores Rurais de Alpiarça chegaram atrasados (este, Manuel Farroupo da Costa quando já decorria a sessão de encerramento) por causa da falta de comunicações, em virtude da greve dos Telégrafo-Postais; o cômputo final dos delegados presentes, feito pelo próprio Congresso, foi de 51 (*A Batalha*, 19-03-1920). No Congresso Operário Nacional de Coimbra (1919) tinham-se feito representar 19 associações de classe dos trabalhadores rurais.

¹⁸⁶ O relato do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais foi publicado em *A Batalha*, nas edições de 11, 13 e 15 a 19-02-1920.

¹⁸⁷ Uma preocupação recorrente dos sindicatos rurais era a concorrência que nas épocas de mais trabalho, na Estremadura e Alentejo sofriam por parte de trabalhadores sazonais, sem qualquer vínculo sindical, oriundos das Beiras e do Algarve. A circular que, em Maio, a Federação envia a todos os centros rurais, apelando à formação de sindicatos e ao reforço dos já existentes – no Algarve e nas Beiras – visa precisamente combater a pressão sobre os salários, no Alentejo, por parte dos trabalhadores daquelas regiões, que aceitam trabalhar por qualquer salário – *AB*, 06-05-1920.

¹⁸⁸ Composição da comissão administrativa eleita no Congresso: Joaquim José Candieira, dos Trabalhadores Rurais de Évora (secretário-geral), António José Mamede (secretário adjunto), Claudino José Gomes (secretário administrativo), António Marcelino (secretário arquivista) e José Maria Carrajeta (tesoureiro).

«no meio do maior entusiasmo, sendo cantados o hino da *A Batalha* e a *Internacional* pela enorme assistência que por completo enchia a sala, erguendo-se inúmeros vivas à organização rural, CGT, *A Batalha*, etc., etc.»

A estorvar os trabalhos, uma força policial, «com grande aparato bélico», que, entre outras acções, impediram a entrada no recinto de menores de 20 anos, motivando protestos dos congressistas e convidados.

[CORTICEIROS] O II Congresso da organização Corticeira reuniu em Lisboa, na sede da Associação dos Fabricantes de Armas e Ofícios Acessórios, nos dias 1 a 3 de Agosto de 1920. Presentes 42 delegados, em representação de 20 associações de classe¹⁸⁹; em representação da CGT, o secretário-geral interino Alfredo Lopes e o secretário adjunto Alfredo Neves Dias.

Discutem-se teses sobre «Organização corporativa», sendo aprovadas diversas alterações aos estatutos da Federação e o aumento do valor da quota sindical¹⁹⁰; «Trabalho de jornal com salário mínimo, ou trabalho de empreitada com preço de mão-de-obra uniforme em todo o país», aprovada em parte, ficando a Federação encarregada de formular novas reclamações de salários; «Trabalho de mulheres e menores dentro das oficinas», esta última exigindo que se acabe com a exploração de que são vítimas, recebendo pelo mesmo trabalho que fazem os homens menos de metade do salário, e que se cumpra na indústria a lei que impede o trabalho aos menores de 14 anos, que também foi aprovada; «Desenvolvimento da indústria corticeira», que foi também aprovada, ainda que com ressalva relativamente à conclusão que combate a excessiva introdução de maquinaria na indústria, pelos efeitos que tem na perda de postos de trabalho, a qual baixa à Federação, para que a estude, conjuntamente com o Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa¹⁹¹.

Vários congressistas referiram-se ainda a um assunto relevante para a classe, o corte de sobreiros que em muitos locais está a realizar-se em quantidades que atingem milhares de árvores (5 mil, só em Niza) para combustível, e o Congresso deu todo o apoio às acções que a CGT entenda empreender contra a carestia.

¹⁸⁹ A Federação da Indústria Corticeira integra, no momento do seu Congresso, 11 Associações Operárias (Vila da Feira, Castelo Branco, Lisboa-Poço do Bispo, Almada, Barreiro, Setúbal, Portalegre, Vendas Novas, Évora, Silves e Faro), mais 10 outras, impropriamente designadas por Secções (Vila Nova de Gaia, Rossio de Abrantes, Lisboa-Belém, Seixal, Amora, Alhos Vedros, Sines, Estremoz, Odemira e São Brás de Alportel). *AB*, 21-07-1920. O relato das sessões do Congresso Corticeiro foram publicados em *A Batalha*, nos dias 02 a 04-08-1920; ver também a informação relacionada com o congresso nas edições de 29 e 30-07-1920.

¹⁹⁰ O valor da quota foi fixado em 10 centavos/semana, sendo 45% do valor para o sindicato, 20% para a Federação, 20% para a CGT, 5% para a USO e 10% para custear as despesas de deslocação dos operários sem trabalho.

¹⁹¹ Um representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Júlio de Matos, pediu em nome da sua associação de classe que os Corticeiros ponderassem bem a aprovação daquela conclusão, pelo facto de uma posição que viesse a ser votada contra o uso de maquinaria na indústria corticeira roubava o emprego e o salário a muitos dos elementos da classe metalúrgica ocupados na produção de máquinas industriais.

Manifestaram-se grandes divergências a propósito da eleição da nova comissão administrativa, à frente da qual ficou Silvério dos Santos, escolhendo-se Castelo Branco para local de realização do 3º Congresso, em 1921¹⁹².

[MOBILIÁRIOS] Inicialmente agendado para o mês de Outubro, o I Congresso Nacional da Indústria Mobiliária reúne somente no fim do ano (Coimbra, 28 a 30 de Dezembro de 1920), por causa da greve dos ferroviários; nele estão representadas 11 associações de classe do sector, das quais 5 Sindicatos Únicos: do Porto, de Coimbra, Lisboa, Santarém e Faro; as restantes são as Associações de Classe dos Marceneiros Valboenses, dos Cesteiros de Gonçalo, dos Marceneiros de Braga, dos Marceneiros de Guimarães, o Núcleo Sindical das Classes Mobiliárias de Viana do Castelo e a Associação de Classe dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas do Funchal; são 15 os delegados. Os membros da comissão organizadora, Alfredo Marques e José Martins Grilo representam no Congresso, respectivamente, os Sindicatos Únicos de Lisboa e de Santarém, e José Santos Arranha o Núcleo Sindical de Viana do Castelo; a USO-Coimbra faz-se representar pelo seu secretário-geral, Alfredo Soares da Silva, e a CGT também pelo secretário-geral, Manuel Joaquim de Sousa.

Discutem-se as seguintes teses: «Organização corporativa» (relator, Alfredo Marques), provada com várias alterações, dele resultando ficar constituída a Federação da Indústria Mobiliária; «Uniformidade dos salários» (relator, Santos Arranha), que suscitou uma recomendação ao sindicato de Valbom para que force os operários mobiliários locais a cumprirem somente as 8 horas de trabalho e a recusarem o trabalho extraordinário, sendo muito viva a discussão sobre a igualdade de salários para as mulheres, havendo muitos delegados a opinarem contra a entrada das mulheres na indústria (que os Polidores de Lisboa expressamente combatem), mas acabando a proposta aprovada com a igualdade de salário para homens e mulheres que executem o mesmo trabalho; “Indústria mobiliária: condições tóxicas – forma de debelar o mal», evidenciando os congressistas as más condições higiénicas de oficinas e fábricas e os efeitos perniciosos na saúde dos operários pela utilização de produtos tóxicos, acentuando-se a necessidade da sua substituição, tese que também foi aprovada, com alterações, o mesmo se verificando com a última tese, sobre «a Organização industrial», que *A Batalha* identifica como «uma das mais importantes apresentadas ao Congresso».

Elegeu-se por fim a comissão administrativa da Federação, à frente da qual ficou Alfredo Marques, deliberando-se a realização do II Congresso no Porto, em 1922¹⁹³. Na

¹⁹² O relato de *A Batalha* não indica a composição da nova comissão administrativa da Federação Corticeira.

¹⁹³ Lista completa da comissão administrativa da Federação Mobiliária, eleita no Congresso: Alfredo Marques, secretário geral; José Martins Grilo, secretário administrativo; Francisco Lopes, bibliotecário-arquivista; António Henriques, tesoureiro e Francisco Duarte, vogal.

sessão de encerramento, muito concorrida pelo operariado de Coimbra, usam da palavra o secretário-geral da CGT e o secretário-geral da USO-Coimbra.

2.5. Para uma “nova tática sindical”, a necessidade de uma organização extra-sindical

Pelo fim do ano de 1920, a “casa” confederal é agitada por duas questões, que, aparentemente desligadas, têm efectiva relação: a posição da Confederação na greve dos Ferroviários e a orientação estratégica da CGT.

A 25 de Novembro, quando a greve dos ferroviários no segundo mês e nas prisões, se juntam dezenas de operários, alguns há vários meses, continuando quase diariamente as detenções e atropelos por parte das autoridades, com uma campanha no terreno, da iniciativa da CGT de apoio material aos grevistas dos caminhos-de-ferro do Estado, *A Batalha* insere um artigo de José Carlos Rates, recolocando a questão da tática que deve ser adoptada pelos trabalhadores e suas organizações, proclamando, em desafio à CGT, que a crise nacional só pode ser resolvida por meios revolucionários; a resposta da Confederação chega dois dias depois em editorial do mesmo diário, com a assinatura do secretário-geral, Manuel Joaquim de Sousa; a polémica “Rates-Sousa” segue nos dias seguintes, com novos contributos (J. G. Amorim, Gil Gonçalves, João Jorge Coutinho...), retirando-se Manuel Joaquim de Sousa a partir do Natal, passando, a discussão de ideias a opôr, no essencial, José Carlos Rates e Emílio Costa, e prosseguindo no mês de Janeiro de 1921.¹⁹⁴ O que está em causa é a capacidade da organização sindical, sozinha e autonomamente, ser capaz de dar cumprimento às tarefas com vista à realização de uma sociedade futura sem salariado e exploração dos trabalhadores, na linha defendida pelos anarquistas, dominante na estrutura dirigente da CGT, capacidade essa que é contestada por José Carlos Rates e outros, defendendo a necessidade de se adoptar uma nova tática, na linha da Internacional Comunista. A

¹⁹⁴ Ver, até ao fim do ano de 1920, de José Carlos Rates – “A crise nacional só poderá resolver-se pelos meios revolucionários”, *AB*, 25-11-1920; “Qual o caminho a seguir? Não o definiu a C.G.T., sendo indispensável que o faça”, *AB*, 03-12-1920; “O sindicalismo constitui um novo corpo de doutrina social”, *AB*, 07-12-1920; “O sindicalismo e as suas tendências políticas e comunistas”, *AB*, 14-12-1920; “As nossas mentiras-Faz-se um jogo falso de palavras que não auxilia a propaganda”, *AB*, 15-12-1920; “As promessas e as realidades-Não há perigo em prometer o mínimo para realizar o máximo, mas sim na inversa”, *AB*, 19-12-1920; “A frente única dos socialistas é possível estabelecer-se sem prejuízo das correntes representadas”, *AB*, 21-12-1920; “O sindicalismo apto a governar- Porque não faz a sua revolução?”, *AB*, 24-12-1920; “A Confederação do Trabalho e a direcção da vida social”, *AB*, 29-12-1920; “As Uniões de Sindicatos antes da revolução”, *AB*-31-12-1920. De Manuel Joaquim de Sousa, “O caminho a seguir”, *AB*, 27-11-1920; “A questão de momento”, *AB*, 01-12-1920; “O que é preciso fazer”, *AB*, 23-12-1920. De Emílio Costa, “A revolução sem ditadura – Advertência”, *AB*, 28-12-1920, e “A revolução sem ditadura - A ditadura é inevitável?”, *AB*, 30-12-1920. Dos restantes intervenientes referidos, ver *AB*, 10, 22 e 25-12-1920. A polémica adentra-se pelo ano de 1921, cessando cerca de 20 de Março; José Carlos Rates e Emílio Costa mantêm-se como seus principais animadores, nela entrando também Adriano Botelho, Nogueira de Brito e outros.

publicação, em *A Batalha*, das “XXI Condições da Terceira Internacional de Moscovo”, traduzidas por Perfeito de Carvalho, e seguida de um artigo de análise crítica daquelas, da autoria do libertário francês Augustin Hamon podem considerar-se parte integrante dessa mesma polémica¹⁹⁵.

O RELATÓRIO DA GREVE FERROVIÁRIA. A 11 de Dezembro, dois dias depois de ter terminado a greve dos ferroviários do Estado, linhas do Sul e Sueste e do Minho e Douro, o Conselho Confederal reúne para «examinar a forma como foi solucionado o conflito ferroviário e resolver sobre o modo como se deve explicar à organização confederada a sua atitude no referido conflito»¹⁹⁶; nas vésperas, na reunião do Conselho Federal do Calçado, Couros e Peles tinha sido aprovada uma proposta de contribuição monetária, «lastimando[-se] que a organização não se tivesse manifestado de uma forma a fazer recuar os déspotas que hoje superintendem na administração dos caminhos de ferro»; explicitamente, é um reparo à organização no seu conjunto, mas não à Confederação. Pelo seu lado, os Alfaiates de Lisboa, em Assembleia Geral aprovam moção no sentido de reclamar do Conselho Confederal da CGT o imediato estudo de novos métodos de luta para evitar mais fracassos das greves operárias¹⁹⁷; o ataque explícito à Confederação pela sua conduta na greve dos ferroviários terá lugar no comício público promovido pela USO-Lisboa de apoio aos Ferroviários do Estado, formulado por Domingos Pereira, do Sindicato dos Manipuladores de Pão de Lisboa (cujo nome, aliás, não constava da lista de oradores divulgada por *A Batalha*¹⁹⁸), atribuindo à CGT responsabilidades pelo fracasso daquela greve, pelo facto de não ter declarado uma greve geral nacional de apoio aos ferroviários; não sendo a primeira vez que aquele sindicalista dirigia críticas públicas à CGT, ao repeti-las, num comício, e no contexto da derrota dos Ferroviários, elas ganham uma outra dimensão¹⁹⁹. Semelhantes críticas haviam sido estampadas, um tempo antes, no jornal *A Bandeira Vermelha*.

Estava formada uma borrasca na CGT, especificamente no Conselho Confederal, e na USO-Lisboa, que confronta a direcção do Sindicato dos Manipuladores de Pão com

¹⁹⁵ AB, 17 e 19 a 21-12-1920.

¹⁹⁶ AB, 11-12-1920.

¹⁹⁷ AB, 15-12-1920.

¹⁹⁸ Comício no Bairro América, à rua Vale de Santo António, em Lisboa, sendo a lista dos oradores constituída por Eduardo Jorge, secretário-geral da USO-Lisboa, Alfredo Pinto, delegado à USO-Lisboa pelos Ferroviários do Estado, Joaquim Cardoso, secretário-geral da Federação Nacional da Construção Civil, Jerónimo de Sousa, da Federação do Calçado, Couros e Peles, e Júlio de Matos, como delegado da CGT. AB, 13-12-1920.

¹⁹⁹ No princípio de Outubro, na reunião da Assembleia Geral dos Manipuladores de Pão de Lisboa, propôs que a CGT lançasse um movimento geral em apoio das classes em luta; dias depois, em reunião do mesmo órgão, tecem-se críticas à CGT, referindo que “deveria ter olhado mais para as classes em luta e para outras que estão morrendo de fome, porque as classes não podem viver mais nesta inacção”. AB, 18-10-1920. Dois meses depois, em plena controvérsia sobre a tática a seguir pela organização operária, o diário confederal publica uma carta de Domingos Pereira, em resposta às acusações de Alexandre Vieira. AB, 06-01-1921.

afirmações de Domingos Pereira; a direcção daquele sindicato toma a deliberação de não patrocinar as palavras do seu delegado no comício, fazendo-a publicar em *A Batalha*; por seu turno, o Conselho Confederal é chamado a debater as críticas formuladas à CGT sobre a atitude da Confederação na greve dos ferroviários – em reunião daquele órgão em 14 de Dezembro, é aprovado por unanimidade o relatório sobre aquela greve, e decidido publicá-lo no diário confederal²⁰⁰.

É um relatório duro e acutilante, em resposta a acusações de «covardia» e de «reformismo» que haviam sido formuladas à CGT; o propósito é que essa intervenção e a não declaração da greve geral de solidariedade sejam bem compreendidas. O relatório faz o relato dos acontecimentos: a declaração de greve pelos ferroviários, a entrada em greve de outras classes dos transportes, por razões próprias desligadas do conflito ferroviário, a acção da CGT junto do governo, não obstante o facto de os principais organismos dos transportes não serem aderentes da Confederação, a atitude dos governantes, dando o dito por não dito e na prática furtando-se a uma solução negociada que se haviam disponibilizado para adoptar, enfim, a evidência, no Conselho Confederal, da imprescindibilidade de um movimento nacional de greve; na análise das condições para o sucesso dessa acção, prossegue o relatório, incluindo detalhes concretos, o Conselho é confrontado com uma situação em que nem sequer em Lisboa havia esperança de que a hipotética convocação da greve geral viesse a ser seguida, e na certeza de que não teria a adesão dos ferroviários das companhias privadas, havendo ainda sérias dúvidas de que nela participassem as restantes classes dos transportes, sendo que uma parte significativa dos organismos de classe do sector sequer compareceram a reuniões convocadas pela Confederação; decidiu, pois, aquele órgão confederal, por unanimidade, não proclamar a greve geral.

O relatório fala de «insensibilidade que se notou por parte da classe operária», de «não se acompanharem as palavras com os actos», de por «vício de ordem política, se emprestar poderes» à CGT, que os não tem, porque os organismos que a compõem não lhe fornecem as forças suficientes, e a Confederação «só pode actuar de harmonia com as forças de que dispõe. Acusam? Aí teem as cousas claras», adianta, para finalizar dirigindo um convite a todos os trabalhadores para «robustecerem os seus organismos de classe, pondo de parte diatribes, questiúnculas, acusações infundadas e extemporâneas ou falsas alusões que os não dignificam e antes contribuem para o enfraquecimento da sua organização e da su causa.»

OS PROJECTOS DE CRIAÇÃO DE UM ORGANISMO EXTRA-SINDICAL NO QUADRO CONFEDERAL E FORA DESTE. Como se referiu, a discussão em torno do fracasso do

²⁰⁰ “Conselho Confederal [relato da reunião de 14-12-1920]”, *AB*, 16-12-1920; CGT - *Relatório da Confederação Geral do Trabalho sobre a greve dos ferroviários do Estado*, Dezembro de 1920, transcrito em *A Batalha*, 17-12-1920.

conflito ferroviário tem relação com a questão da orientação da CGT e, acrescentamos agora, com o processo de formação de uma nova organização extra-sindical, no caso, do Partido Comunista Português.

Para a compreensão deste último, recuemos um pouco no tempo.

Nos meses imediatamente anteriores, na sequência da primeira série de reuniões do Conselho Confederal (Maio-Julho de 1920) a CGT tinha dado expressão às deliberações daquele órgão em matéria de estratégia sindical; é nesse âmbito que se inscreve a LOEE – Liga Operária de Expropriação Económica²⁰¹.

A criação da Liga Operária de Expropriação Económica terá partido de uma ideia de Manuel Joaquim de Sousa, em parceria com Neves Dias, como aquele explicará²⁰²: nos primeiros meses de 1920, na sequência das greves da construção civil, correios e telégrafos funcionalismo público e metalúrgicos, muitos militantes estavam na prisão e outros absorvidos nas greves das suas classes, pelo que, na prática, somente Manuel Joaquim de Sousa e Neves Dias estavam, de facto, na direcção da CGT, sem condições para realizar o trabalho de coordenação necessário, isto é, aqueles dois elementos do Comité Confederal não podiam, sozinhos, «executar certos trabalhos vastos, que poderiam contribuir para o êxito das greves em trânsito. Este facto levou-os a compreender que era necessária uma organização inter-sindical [a Liga Operária de Expropriação Económica] que insuflasse vida na organização.» Essa necessidade foi colocada ao Conselho Confederal, logo que este órgão se formou, e com base nas deliberações então tomadas, o Comité Confederal avançou para a tentativa da sua constituição.

É possível que a emergência daquela ideia, para além das razões aduzidas por Manuel Joaquim de Sousa, esteja relacionada com a actividade da Liga Maximalista Portuguesa, (formada em Setembro 1919, manter-se-á até Dezembro de 1920), cujos fundadores, na sua maioria de ideologia anarquista, eram militantes e dirigentes sindicais no quadro cegetista²⁰³, tendo como pano de fundo as questões em discussão no movimento sindical, a nível internacional, e no movimento comunista internacional, na

²⁰¹ Os termos em que a CGT delineou esta iniciativa e as razões por que o fez não são imediatamente apreensíveis quando se trabalha a documentação de base deste estudo – a questão passa relativamente despercebida, porque envolta numa linguagem bastante controlada, quando se lêem os relatos das reuniões do Comité Confederal do ano de 1920 ou quando se lê, *per se*, quer os relatos das reuniões do mesmo órgão em 1921, onde se tratou do “caso Cardoso-Araújo” ou o relatório do Comité Confederal ao Congresso da Covilhã; em boa verdade, foi necessário conjugar esses 3 itens para chegar lá. Em 1931, escreverá Manuel Joaquim de Sousa (*O Sindicalismo em Portugal*, pp. 121-122) sobre a *Liga...* que uma das razões do projecto foi «o reconhecimento da incapacidade orgânica [da CGT] e o desejo de a completar em sentido revolucionário e emancipador, com o concurso de elementos intelectuais libertários estranhos aos quadros sindicais...»

²⁰² Citam-se as palavras de Manuel Joaquim de Sousa na reunião do Conselho Confederal de 18 de Agosto de 1921, em que se debatia o “caso Cardoso-Araújo” no âmbito da “crise do manifesto do Partido Comunista”, que será tratado no próximo capítulo.

²⁰³ Ver José Silva – *Memórias de um operário*, p. 91, e os estudos de José Pacheco Pereira referenciados na bibliografia sobre a formação do Partido Comunista Português.

sequência da Revolução Russa de 1919, principalmente por impulso dos dirigentes russos e das posições adoptadas pela Internacional Comunista, formada em Março de 1919.

A ideia de criação da LOEE enquadrava-se num contexto mais alargado, que o Comité Confederal clarificará depois, adiantando quais seriam os fins e a natureza da «organização inter-sindical» que a CGT se propunha criar: «Considerou[-se] que a melhor forma de se acompanhar a acção internacional do proletariado era alargar-se em cada país os quadros revolucionários que garantissem o triunfo da revolução proletária mundial. Por outro lado, teve em vista preparar as condições orgânicas que tornassem a acção mais maleável no seio da C.G.T., tendo em vista que os grandes organismos nacionais se tornam pesados nos seus movimentos se uma organização complementar não os impulsiona. Isto não deveria acontecer com a nossa C.G.T. para serem respeitados integralmente os princípios que animam a acção da organização operária portuguesa. Por isso e pela parte que respeita directamente à C.G.T. portuguesa só para uma organização inter-sindical, caracterisadamente industrial e economicamente expropriadora, poderia concorrer. Aproveitando o concurso voluntário e desinteressado dos elementos, que, não sendo operários manuais e confederados, se prontificaram a concorrer com a sua inteligência e trabalho para uma obra de robustecimento da organização, alargando os quadros revolucionários da classe operária», a CGT elaborou e deu a público as bases programáticas da Liga²⁰⁴.

Partiu, depois, a CGT para a “montagem” daquele organismo, que, funcionando dentro dos princípios programáticos da CGT, integraria na actividade confederal militantes intelectuais, associando ao movimento sindical um universo de pessoas que, não sendo trabalhadores manuais, nem sindicados, «[t]m dado há longos anos as provas mais inequívocas e sinceras do seu espírito revolucionário por uma acção persistente caracterisadamente revolucionária e emancipadora. De resto eles não ingressavam na C.G.T, não interferindo para e em nada na sua acção, demarcada, aliás, nos estatutos confederais. Numa organização que accionava à margem da C.G.T. podiam trabalhar. E assim, aquela Liga, organizada em Lisboa, teve o seu natural prolongamento até ao Pôrto, importante centro fabril que por sua vez faria irradiar a sua acção a todo o norte, região em que as indústrias estão mais desenvolvidas.»

Essa organização, referida como «inter-sindical», assinala-se no mesmo documento, «seria completada por uma organização extra-sindical também intimamente ligada com a C.G.T.» e com isto se pretendia aumentar a capacidade de resistência do proletariado confederado à ofensiva das forças burguesas e dar-lhe condições para «o triunfo da revolução libertadora».

²⁰⁴ *Relatório do Comité Confederal ...*, citado.

Ganha evidência neste contexto, a hipótese de a CGT, através do impulso à constituição da Liga Operária de Expropriação Económica, estar a “minar” a acção daqueles que, no quadro da Federação Maximalista, trabalhavam no sentido da constituição do Partido Comunista Português, cuja formação, nas palavras de António Peixe a Alexandre Veira, em carta publicada no diário confederal, em Dezembro de 1920, se justifica, «ainda mais do que tudo [pela] existência de muitos elementos dispersos [da classe militar e trabalhadores autónomos] que querem prestar com mais eficácia, do que prestam, o seu concurso à Revolução e não o podem fazer visto as suas classes não poderem organizar sindicatos»²⁰⁵. Uma e outra parte partilham o objectivo de constituir um «organismo extra-sindical» (a expressão é comum a ambas) para organizar quem não pode fazê-lo na organização sindical e confederal.

Todavia, o que está em causa é mais do que isso: do lado dos maximalistas, e devolvemos a palavra a António Peixe, existe a convicção de que «a organização sindical só por si não pode preparar e efectivar o acto insurreccional que há-de iniciar na região portuguesa a Revolução Social». A polémica “Rates-Sousa”, em Novembro-Dezembro de 1920 (aliás antecedida por um episódio introdutório 8 meses antes, como assinalámos) inscreve-se nesse quadro de divergência de pontos de vista sobre os caminhos a seguir pela organização sindical. A propósito do desfecho da greve dos ferroviários, ou tomando esse fracasso por pretexto, vários elementos do universo confederal, incluindo membros do Conselho Confederal, pronunciam-se claramente sobre a necessidade de adopção de uma nova táctica: os últimos fracassos da organização operária, mais do que outras razões, justificam (e tornam inadiável) a criação de um «organismo extra-sindical».

A «ideia de organizar um partido político», o Partido Comunista Português, escreve-se no já citado relatório ao Congresso da Covilhã, leva à liquidação do projecto da Liga Operária de Expropriação Económica, que mobiliza os elementos anarquistas da direcção da CGT, acompanhados por outros elementos ideologicamente afins, movidos por uma posição de irredutível oposição aos princípios ideológicos da ditadura do proletariado e da organização sindical como instrumento para a realização daquela.

As reuniões com vista à formação desse tal «organismo extra-sindical», que motivam a citada carta de António Peixe a Alexandre Vieira a que nos referimos, decorrem a partir de 12 de Dezembro, em plena polémica “Rates-Sousa” e em plena “guerra” em torno do papel da CGT na greve dos ferroviários; registe-se que, pelo menos nas primeiras reuniões com a perspectiva da formação próxima do Partido Comunista Português, participaram também militantes confederais “não-alinhados” como Jerónimo de Sousa, Santos Arranha, ou Manuel Silva Campos²⁰⁶.

²⁰⁵ António Peixe – “Outra nova táctica”, *AB*, 16-12-1920.

²⁰⁶ Em local com o mesmo título, em *A Batalha* de 20-12-1920, clarifica-se o processo em curso: as reuniões em causa visam «a constituição de um agrupamento fora da organização sindical que tem por

No mês seguinte, Janeiro de 1921, são divulgadas publicamente as bases orgânicas do Partido Comunista Português, que virá a ser criado em 01 de Março de 1921. O apoio incondicional à CGT era precisamente um dos princípios programáticos adoptados pelo novo partido, cujos fundadores, em boa parte, eram de ideologia libertária²⁰⁷.

Um conjunto de tensões marca a vida da CGT no final do ano de 1920; além da polémica sobre a estratégia da organização operária e sobre as tácticas a adoptar, avolumam-se fracturas ideológicas e questões pessoais entre elementos preponderantes na actividade global da Confederação. Mas o pior estará ainda para vir.

fim reforçar tanto quanto possível a mesma organização e dar margem àqueles que pela sua profissão e situação especial não podem ingressar nos sindicatos que possam dar o seu concurso à grande obra de remodelação sindical», referindo-se que envolve militantes operários sindicalistas e socialistas, que nomeia: Raul Baptista, J. Nascimento Cunha, Anibal de Vasconcelos, António Peixe, Jerónimo de Sousa, Júlio de Matos, Mário Silva, Joaquim da Silva e Vítor Martins.

²⁰⁷ José Silva – *Memórias de um operário*, p. 91.

CAPÍTULO III

SOB O SIGNO DA DISCÓRDIA: DO FRACASSO DA LIGA OPERÁRIA DE EXPROPRIAÇÃO ECONÓMICA À CRISE DA “NOTA ANTI-MANIFESTO DO PCP”

1. A AGITAÇÃO SOCIAL E LABORAL, SOB O SIGNO DA “GUARDA”

Sete governos se sucedem no poder durante o ano de 1921¹, numa situação política em que é notória a influência da Guarda Nacional Republicana² – Liberato Pinto, que chega à chefia do governo em Novembro de 1920, ocupava antes as funções de Chefe de Estado Maior da GNR; o governo de Bernardino Machado (Março a Maio de 1921), que lhe sucede, cai em resultado de uma insurreição da Guarda, o mesmo sucedendo com o governo de António Granjo (Agosto a Outubro de 1921), que termina no episódio da “noite sangrenta” de 19 de Outubro, marcado pelo assassinato de Granjo e de outros quatro proeminentes políticos republicanos, incluindo Machado dos Santos, um dos heróis do 5 de Outubro de 1910. Pouco tempo depois, inicia-se um longo período de dois anos (Novembro de 1921 a Novembro de 1923) marcado pela estabilidade política, em que prepondera o chefe do Partido Democrático, António Maria da Silva, à frente do Executivo entre Fevereiro de 1922 e Novembro de 1923, na sequência das eleições de Janeiro de 1922.

Como marcas políticas distintivas no ano de 1921, assinala-se ainda a circunstância de o Congresso da República ter sido dissolvido por duas vezes, na sequência de insurreições militares (Maio e Outubro), a segunda marcada pelos acontecimentos da “Noite sangrenta”³, e a de, pela primeira vez na Primeira República, o Partido Democrático ter perdido umas eleições gerais (Agosto de 1921), ficando em minoria no Congresso.

¹ Governos de Liberato Pinto (30-11-1920 a 02-03-1921, 92 dias), Bernardino Machado (02-03-1921 a 23-05-1921, 82 dias), Tomé Barros Queirós (23-05-1921 a 30-08-1921, 99 dias), António Granjo (30-08-1921 a 19-10-1921, 50 dias), Manuel Maria Coelho (19-10-1921 a 05-11-1921, 17 dias), Carlos Maia Pinto (05-11-1921 a 16-12-1921, 41 dias) e Francisco Cunha Leal (16-12-1921 a 06-02-1922, 52 dias); no seu conjunto, os três governos de António Maria da Silva, que se seguirão a estes, hão-de perfazer 647 dias de duração.

² AGNR teve um grande peso efectivo na política portuguesa no período de 1919 a 1921. “Equipada com armamento pesado, incluindo artilharia e metralhadoras, e com maiores efectivos de praças e de oficiais [... a GNR] servia de amparo contra um exército de lealdade e de capacidade duvidosa.” (Douglas Wheeler, *obra citada*, p. 244); sempre, ou quase sempre, os políticos indigitados pelo presidente da República para formar governo fizeram consultas ao comando da Guarda Republicana (Damião Peres – *História de Portugal*, Suplemento, p. 292); em 1921, forças da GNR e alguma da sua oficialidade intervêm directamente na política nacional. A citada obra e volume (pp. 289-323) de Damião Peres contem uma boa descrição dos acontecimentos.

³ Entre os anos de 1921 a 1926 contam-se 10 tentativas de golpes de Estado que saíram para a rua, tendo como primeira reclamação dos seus chefes a dissolução do Congresso. Douglas Wheeler, *obra citada*, p. 243.

Este ano é ainda caracterizado por uma aguda instabilidade social, com episódios de violência pública – são ainda as questões da carestia e da falta de géneros essenciais, que a organização do racionamento pelas autoridades não resolve; é a questão do pão (preço e má qualidade)⁴, são os efeitos da situação económica, da crise e do desemprego – em vários sectores de actividade a crise instala-se ou aprofunda-se, como é o caso da indústria corticeira, da construção civil, especialmente em Lisboa, da indústria mobiliária e da indústria têxtil a nível nacional; só em Olhão e Portimão, em Fevereiro, assinala-se o encerramento de 50 fábricas, incluindo as fábricas de conservas Fialho, lançando no desemprego mais de mil operários.

Nas ruas, a violência instala-se – repetem-se os episódios de motins populares (Penacova), explodem bombas no Porto, em Lisboa e noutros locais e ocorrem atentados pessoais contra magistrados do Tribunal de Defesa Social⁵ e contra o industrial Alfredo da Silva, além de outros visando dirigentes (Raul Esteves e Santos Viegas) dos Caminhos de Ferro do Estado, em Janeiro, estes relacionados com a situação laboral naquela empresa, marcada pela não reintegração de muitos ferroviários no rescaldo da greve do ano anterior, por perseguições e um clima social marcadamente repressivo; o período de Maio a Outubro é especialmente turbulento. A organização operária, no seu conjunto, é sucessivamente associada pela imprensa a tais eventos, que quando envolvem operários se revelam resultantes de iniciativas individuais; esporadicamente, alguns organismos vêm-se mesmo obrigados a vir declarar publicamente o seu não envolvimento em tais ocorrências, como fazem a propósito do descarrilamento do comboio do Algarve, de que resultaram mortos e feridos, que alguma imprensa atribuiu a elementos dos Ferroviários do Sul e Sueste, e a CGT, em Dezembro, declarando-se alheia à explosão ocorrida nas instalações das Juventudes Sindicalistas, no edifício-sede da Confederação, em Lisboa.

A movimentação laboral atenua-se quando comparada com o ano de 1920, mas não se extingue. As greves ocorrem principalmente no primeiro semestre do ano, destacando-se naquele período a greve dos Trabalhadores dos Jornais, em Lisboa, com duração superior a 100 dias, a favor dos quais se organiza uma alargada rede de solidariedade material, e a greve geral dos Operários da Indústria Têxtil na Covilhã,

⁴ A questão do pão esteve na base das greves gerais em Almada e Portalegre (Janeiro e Agosto de 1921, respectivamente) e de uma série de acções desencadeadas pelos sindicatos nos meses de Setembro e Outubro deste mesmo ano – um manifesto dirigido ao Parlamento pela União de Sindicatos de Évora e protestos contra o “decreto-burla” dos 3 tipos de pão, que incluíram diversos comícios públicos, designadamente em Lisboa e Almada, e acções de protesto no Porto e em outros locais. Nas vésperas do 19 de Outubro, o ministro da Agricultura do governo de António Granjo chega a anunciar que vai ser restabelecido o pão de tipo único; nos dias seguintes, o diário operário insere uma série de matérias sobre o tipo único de pão, referindo-se aos jogos da Moagem. *AB*, 08 a 12-10-1921.

⁵ O Tribunal de Defesa Social, instituído em 1920, funcionou como tribunal de excepção, para crimes de natureza social.

entre 18 e 25 de Março⁶; as greves estão relacionadas principalmente, com questões salariais, mas algumas paralisações importantes tiveram outros motivos: a questão do pão (greves gerais em Almada e Portalegre), a repressão (greve geral e greve da Construção Civil, no Porto, respectivamente em Março e Maio), a resistência contra a cédula profissional (greve dos Serviçais de Restaurantes, Hotéis e Casas Particulares, de Lisboa, em Agosto, e pela mesma altura a greve dos empregados de café, no Porto, contra o aumento do preço do café e pelo fim das gorjetas e a fixação de uma taxa de serviço)⁷.

Considerando o momento da sua eclosão, temos as seguintes paralisações de trabalho: Janeiro: Marítimos (Sesimbra), Calafates e Carpinteiros Navais (Lisboa), Descarregadores de Peixe (Lisboa), Trabalhadores dos Jornais (Lisboa), Alfaiates (Guimarães), Barbeiros (Guimarães), Greve Geral (Almada), Metalúrgicos (1 casa-Lisboa); Fevereiro: Marítimos (Porto e Leixões), Construção Civil (Chaves), Cocheiros (Lisboa), Ferradores (Lisboa), Construção Civil (Viana do Castelo); Março: Trabalhadores dos Cercos e Indústria de Conservas (Olhão), Gráficos da Coimbra Editora (Coimbra), Greve Geral Têxtil (Covilhã), Polidores (1 oficina-Lisboa), Greve geral (Porto); Abril: Cocheiros (Sintra), Manipuladores de Pão (Lisboa), Carpinteiros Navais (Lisboa), Caminhos de Ferro (Benguela-Angola); Maio: Construção Civil (Porto), Soldadores e Trabalhadores das Fábricas de Conservas (Lagos), Fundidores (Casa Street-Lisboa), Marceneiros (1 casa-Guimarães), Corticeiros (1 casa-Poço Bispo-Lisboa), Barbeiros (Porto), Gráficos dos Jornais (Lisboa); Junho: Eléctricos (Lisboa), Corticeiros (1 casa-Sines; 1 casa-Lisboa), Surradores e Curtumes (Porto), Manufactores de Calçado (Beja), Manipuladores de Pão (Coimbra); Julho: segue a dos Empregados de Mesa do Porto, mas não é desencadeada nenhuma outra greve; Agosto: geral (Portalegre), Serviçais de Hotéis, Restaurantes e Casas Particulares (Lisboa); Setembro: não se regista qualquer movimento; Outubro: Soldadores de Olhão e Matosinhos e

⁶ A greve dos operários da indústria têxtil da Covilhã, que chegou a paralisar praticamente a totalidade das fábricas de lanifícios, num total de cerca de 5 mil operários, ainda que de curta duração (18 a 25 de Março) é importante por se registar num sector de actividade capitalista. Veja-se no Apêndice A a cronologia das greves e no Apêndice K a sua distribuição geográfica e sectorial.

⁷ A greve geral no Porto, em Março, no preciso dia em que o Governo Bernardino Machado fazia a sua apresentação no Parlamento, fez-se em protesto contra a atitude repressiva das autoridades em relação à greve dos marítimos fluviais; também a greve de 24 horas da Construção Civil do Porto, em Maio, é contra a acção da Polícia de Segurança do Estado e a prisão de vários militantes sindicais e dirigentes. AB, 06-03 e 06-05-1921. A greve do pessoal doméstico de restaurantes, hotéis e casas particulares, em Lisboa, foi dinamizada por vários organismos da classe, entre as quais a Associação de Classe das Empregadas Domésticas de Hotéis e Casas Particulares, liderada por Violeta Ribeiro de Magalhães, Lídia da Cruz Leão, Eugénia de Jesus Silva, Júlia Monteiro, Laurinda Luísa Couto, Elvira Ferro e Joaquina da Conceição, informa Américo Nunes – *Diálogo com a história sindical: hotelaria – de criados domésticos a trabalhadores assalariados*, p. 160-166; a abolição da gorjeta será uma das principais reivindicações do pessoal dos cafés e restaurantes e será a razão da greve, que se estendeu a muitos pontos do país, em 1924 (*op. cit.* 179-189); da mesma reivindicação se ocupará ainda o Congresso em que se constitui a Federação do Pessoal do Ramo da Alimentação, em 1926, o mesmo autor refere-se à greve do pessoal dos cafés do Porto, a pp. 166-169.

Tanoeiros de Almada; Novembro: Varredores (Nazaré), Corticeiros (Vendas Novas), Pessoal Menor do Município (Porto), Manufactores de Calçado (Santiago Cacém); Dezembro: Corticeiros (Almada).

Globalmente, a organização operária movimenta-se em defesa do horário de trabalho das 8 horas, cuja alteração é exigida pelo patronato (Maio)⁸; os atropelos à lei pelo patronato são recorrentes e generalizados⁹, e a Confederação Patronal mantém este tema como um dos primeiros da sua agenda¹⁰; luta-se também contra a redução dos salários, que o patronato e a sua imprensa defendem e aplicam em sectores como o corticeiro a reboque do que se faz noutros países (Estados Unidos, Inglaterra, França) e a pretexto de que os salários devem baixar na proporção da redução dos preços, tanto mais que o governo anunciara no princípio do ano que os preços dos produtos de consumo iam baixar¹¹; um mês antes, tomara posição pública sobre o projecto de lei do inquilinato, considerando não ter o mesmo qualquer benefício para os inquilinos¹²,

⁸ No jornal *A Batalha*, durante o mês de Maio de 1921, é feita uma forte campanha de denúncia dos propósitos da Confederação Patronal, a que o governo se mostra sensível, denunciando-se o «decreto-burla do senador [António Gomes de Sousa] Varela».

“[...] Está em perigo uma das mais caras reivindicações do proletariado”, escrevia o diário confederal na edição da véspera, acrescentando tratar-se de “uma “conquista que não se fez sem sangue. [...] Não devem, pois, os trabalhadores consentir o salto que se prepara, se quiserem honrar a memória dos que tombaram na grande luta, mantendo o horário máximo de 8 horas”. *AB*, 18-05-1921. Por esses dias e seguintes, multiplicam-se as movimentações e tomadas de posição dos organismos operários contra o “horário de trabalho de 10 horas”, que tal é afinal a alteração proposta: autorizar que o horário das 8 horas seja prolongado por 2 horas suplementares.

⁹ Na Covilhã, por exemplo, os industriais de lanifícios ameaçam com o encerramento das fábricas se os operários exigirem o horário de trabalho de 8 horas (*AB*, 24-06-1921).

¹⁰ Do Congresso Extraordinário da Confederação Patronal, em Agosto de 1921, sai a decisão de criar uma comissão para elaborar um projecto de lei sobre o horário de trabalho, a apresentar ao parlamento. Nos considerandos da proposta que lhe serve de base escreve-se que «[...] o horário de trabalho não está em harmonia com as necessidades produtoras do país” e que “a sua uniformidade é um defeito de legislação, pois não se pode comparar o trabalho de um mineiro por exemplo com o trabalho de um contínuo de repartição.” O mesmo congresso aprova por aclamação uma outra proposta no sentido de levar o parlamento a votar uma lei “garantindo a liberdade de trabalho a todos que, mediante o pagamento de horas extraordinárias além das 8 quisessem ocupar a sua actividade e que todos os funcionários públicos que tivessem sido operários de artes e ofícios fossem imediatamente licenciados.» *AB*, 18-08-1921.

¹¹ O exemplo da redução dos salários vem dos Estados Unidos, de França e de Inglaterra, como se escreve em «O custo de vida e os salários», a propósito de um artigo de *O Século*, onde se diz que esse é o «caminho para se restabelecer o necessário equilíbrio» (*AB*, 24-08-1921); no mesmo sentido, de forma mais “explícita” se pronunciava o Congresso da Confederação Patronal que acabava de encerra em Lisboa: «Tendo a prática demonstrado que quanto maior for a produção de uma indústria mais barato se torna o produto e que a produção para atingir o seu maior desenvolvimento precisa de um número de braços equivalente e que por conseguinte quanto maior for o rendimento do trabalho menor é o custo da manufactura o que logicamente marca um menor preço ao produto e tendo-se verificado que o operário contribui para a enorme carestia da vida, gastando e consumindo mais que o necessário e trabalhando menos [do] que é indispensável e como, se o operário quisesse, o problema económico nacional poderia ser resolvido enormemente [...]». *AB*, 18-08-1921.

¹² Em Janeiro de 1921, o Conselho Confederal já se ocupara com a discussão da reforma do regime do inquilinato (*AB*, 16-01-1921). O parecer do Conselho Jurídico da CGT sobre o projecto de lei do inquilinato, apresentado ao Conselho Confederal foi publicado no diário operário em 3 de Abril de 1921; aquele documento terminava com uma proposta de elaboração pelo Conselho Jurídico de umas «bases gerais de uma lei de inquilinato compatíveis com o regime burguês e onde melhor ficassem defendidos os

propondo-se elaborar umas bases gerais a reflectir na futura lei, para defesa dos inquilinos, princípios que constam de uma nota entregue ao Governo, em 30 de Novembro¹³.

A par da luta contra a carestia, a organização sindical e o operariado serão chamados a denunciar e a resistir às políticas dos governos tendentes à imposição da cédula pessoal obrigatória para maiores de 14 anos (decreto 7783, Novembro de 1921), denunciando-se a imposição simultânea de um imposto obrigatório proporcional ao rendimento. Ainda em Abril de 1921, a organização operária protesta contra os termos do decreto do Governo relativo à amnistia, cujo conteúdo, embora beneficiasse alguns operários presos por questões sociais, deixava às autoridades a decisão casuística da sua aplicação a deportados que aquelas considerassem representar uma ameaça para a segurança do Estado¹⁴. Também as questões do pão e do regresso a um tipo único se mantêm como motivador de movimentações da organização operária, bem como as da carestia e da reclamação do embaratecimento da vida.

Em relação aos poderes constituídos, a posição da CGT mantém-se inalterada, com a afirmação corrente de que a organização operária e os trabalhadores estão de um lado, governos e partidos, do outro, é a negação de tudo o que possa constituir ou ser entendido como conciliação, ou colaboração; é nessa base que, a exemplo do que fizera antes, a CGT recomenda aos sindicatos que não indiquem nomes ao governo, para este escolher o delegado operário à Conferência Internacional do Trabalho¹⁵. Em matéria político-partidária, de eleições, governos e representação parlamentar, as eleições continuam a ser vistas pela CGT como mais do mesmo, em que a vontade do povo nunca se exerceu, e as mudanças de governo como a simples continuação de uma farsa; do lado dos sucessivos governos, o operariado organizado é um agente de desordem. Nada de novo, portanto, nestes assuntos.

A relação dos governos e das autoridades com o movimento sindical, de uma forma geral, são tensas, e assim é no ano de 1921: em nome da manutenção da ordem e do

legítimos interesses dos inquilinos [...] e que poderá assim, depois, servir de base a uma campanha metódica, ordenada e segura.” Discutido em Conselho Confederal o parecer do Conselho Jurídico, a respectiva conclusão foi alvo de reparos por Alexandre Vieira, secundado por Manuel de Figueiredo, acautelando que não está em causa a elaboração e apresentação, pela CGT, de uma lei, mas sim as bases que se deseja venham a ser consignados na lei; no mesmo sentido e no mesmo órgão se pronunciou o secretário geral, adiantando que «não tendo a CGT orientação reformista, não fazia sentido que elaborasse qualquer lei.» AB, 05-04-1921.

¹³ AB, 01-12-1921. Repetem-se no texto que enquadra o documento entregue pela CGT ao ministro da Justiça as razões desta tomada de posição: não constitui uma revisão do posicionamento da Confederação no sentido de reconhecer o direito à propriedade privada e de aceitar colaborar com o Estado, mas tão só de evitar o roubo dos senhorios exercido sobre uma imensa legião de inquilinos «cuja ignorância lhe não deixa ver que jamais deixará de ser vítima da extorsão dos senhorios, enquanto não destruir as injustas bases em que assenta o direito de propriedade.»

¹⁴ «A burla da amnistia», AB, 08-04-1921. O decreto em causa, publicado no dia da trasladação do “soldado desconhecido” para o mosteiro da Batalha, tinha como principal fim a amnistia para os monárquicos presos em resultado dos acontecimentos de 1919.

¹⁵ Nota oficiosa publicada na edição de 17-09-1921 de *A Batalha*.

combate ao bolchevismo, a polícia invade e encerra instalações sindicais¹⁶ e a prisão de operários e militantes sindicais é prática corrente¹⁷, com denúncia continuada por parte da organização operária, na imprensa, em reuniões, comícios e comunicados, chegando à greve de protesto, como aconteceu no Porto com a greve geral, em Março, e a greve da Construção Civil, em Maio; também as acções organizadas pelos organismos operários, no Primeiro de Maio, são marcadas pela violência policial em vários locais, designadamente no Porto e em Lisboa. As novidades neste ano de 1921 são uma, pelo menos aparente, maior contundência nos ataques, por parte da organização operária, ao governo de António Granjo, cuja acção repressiva semeou a imprensa operária de termos e expressões como “granjoladas”, “bastilhas da república”, “torquemada em acção”, “regime inquisitorial” ou “traulitânia de barrete frígio”, e a demonstração de uma certa complacência da organização operária para com a situação saída da revolução de 19 de Outubro, (que alguma imprensa leu como um “quase-apoio”, que o Comité Confederal se apressou a desmentir¹⁸).

Foi assim, pelo menos, que no imediato ao 19 de Outubro, a CGT se colocou numa expectativa favorável, centrando-se desde logo na reclamação da imediata libertação de todos os “presos por delitos emergentes da questão económica, política e social”, prevista no programa divulgado pela Junta Revolucionária, apelando ao operariado para não retomar o trabalho até à concretização de tal objectivo, propondo-se ainda a

¹⁶ Num ambiente de recrudescimento na imprensa de acusações de que a CGT é uma organização bolchevista, referenciam-se buscas policiais na associação de classe dos Fabricantes de Armas, assaltos a sindicatos em Beja, invasão pela polícia de reuniões sindicais dos Barbeiros, em Lisboa, e também ali encerramento do Sindicato dos Manipuladores de Pão. Enquanto prosseguem os julgamentos no Tribunal de Defesa Social, muitos militantes e operários são mantidos presos sem julgamento durante vários meses. Outros actos policiais incluem a imposição da presença de agentes da autoridade em reuniões sindicais.

¹⁷ José de Sousa, elemento preponderante dos Metalúrgicos de Lisboa, preso sem julgamento há mais de 120 dias, expõe a sua situação ao presidente da República, em Janeiro de 1921. No grupo das maiores vítimas estão alguns dos militantes mais destacados dos caminhos de ferro – Alfredo Pinto é mantido preso 45 dias (AB, 20-03-1921), Leopoldo Calapez, António Lúcio Pegado, António José Piloto e Miguel Correia, este do Comité Confederal, 60 dias; quando da libertação dos 4 últimos, *A Batalha* noticia a recepção apoteótica que lhes foi feita pelos ferroviários, ao longo da linha Sul e Sueste (AB, 14 e 15-04-1921); outra das vítimas Alfredo Pinto, chefe da tipografia de *A Batalha*, preso 46 dias. A propósito da repressão, quando da passagem do 5 de Outubro de 1921, o jornal confederal refere-se aos «11 anos de desilusão popular com a República». AB, 05-10-1921.

¹⁸ Os jornais *Imprensa da Manhã* e *Imprensa Livre* divulgava uma nota em 19-10-1921 que dizia «A CGT não negando o seu apoio aos revolucionários, prometeu-lhes evitar quaisquer assaltos», que o Comité Confederal desmente, negando quaisquer relações com elementos políticos ou com elementos da junta revolucionária. A leitura dessa pelo menos “complacência” para com o novo poder é induzida pela publicação, na primeira página de *A Batalha*, do texto da proclamação da “Junta Dirigente do Movimento Nacional” e o texto do seu primeiro decreto, que prevê uma amnistia passível de aplicação aos presos por questões sociais, o reconhecimento na lei do direito de livre associação e o direito à greve, o combate aos açambarcamento de géneros essenciais e o inquérito às fortunas particulares. «A organização operária [...] nada tem com o movimento revolucionário, afirmando a sua neutralidade, mantendo-se coerente com os seus estatutos que a impedem de intervir nas lutas políticas», escreve-se no diário confederal em 20-10-1921, que acrescenta: «Se o programa sair do papel e passar a ser executado, com sinceridade, sem sofismas, principalmente nesses pontos, que tanto interessam à população... a revolução não terá sido inútil.»

Confederação vir a apresentar um documento “que consubstancie os seus princípios” e um segundo documento “do qual conste as aspirações morais e económicas que no momento poderão ser atendidas”¹⁹.

Para obter esse primeiro objectivo da libertação dos presos por questões sociais, uma comissão da CGT manteve contactos directos com a Junta Dirigente do Movimento e com elementos do governo então formado e os diversos organismos confederados reuniram e publicaram documentos com a mesma exigência; além disso, anunciam-se a substituição do administrador dos Caminhos de Ferro do Estado e a reintegração dos trabalhadores ferroviários despedidos em consequência da greve de um ano antes; em 23 de Outubro, a CGT torna pública, em nota oficiosa, na primeira página de *A Batalha*, a lista das suas reclamações, de carácter social e económico e relativas ao ensino primário, que a organização operária considera imediatamente atendíveis²⁰, que o governo de Manuel Maria Coelho, ainda que quisesse, não teve tempo de concretizar. Menos de duas semanas volvidas, as relações governo-CGT retomam a configuração habitual²¹, com notícias de perseguições a operários e militantes, proibição de reuniões, inclusive nas instalações da CGT, e detenções; a PSE-Polícia de Segurança do Estado é reorganizada, passando a ser secreta e há boatos de restabelecimento da pena de morte; no mês de Novembro, fala-se insistentemente na iminência de um golpe militar conservador, levando a CGT a denunciar o perigo de uma situação política ditatorial. No penúltimo dia do ano, as instalações da Confederação, na Calçada do Combro, em Lisboa, são seladas pela polícia, que prende vários elementos do quadro tipográfico de *A Batalha* e outras pessoas, depois da explosão, na véspera, de uma bomba que estava a ser manipulada na sede das Juventudes Sindicalistas, localizadas no mesmo edifício.

Em separado, os organismos de algumas classes profissionais aparecem-nos desenvolvendo acções que interessam especialmente à população operária dos seus sectores, em resposta a problemas específicos, em algumas situações com o

¹⁹ Estas decisões foram tomadas pelo Conselho Confederal, reunido em 20-10-1921 para tratar “do actual momento político”. *AB*, 21-10-1921. A “atitude [da CGT em tal momento] é de expectativa, que não exclui a defesa, perante o governo da insurreição saído, daquelas aspirações que constituem o seu programa mínimo”, refere, em entrevista ao conservador *Diário de Lisboa*, transcrita em *A Batalha*, Manuel Joaquim de Sousa, o secretário-geral acrescentando que “há uma pressão por parte do operariado [para a libertação dos 20 operários ainda não libertados] que pode ir até um movimento cujas consequências não podemos prever”, concluindo o entrevistado que “a CGT [...] reconhece, neste momento, a necessidade de uma certa normalidade, sem a qual não será possível entrarmos numa política progressiva (*AB*, 22-10-1921).

²⁰ “Nota oficiosa da CGT: A organização operária portuguesa perante os actuais acontecimentos políticos”, *AB*, 24-10-1921; as reclamações da CGT foram apresentadas formalmente ao governo em 3 de Novembro seguinte.

²¹ Também o governo saído do 19 de Outubro “cumpru” com o figurino repressivo habitual, ao estabelecer a censura à imprensa, em 25 de Outubro, suscitando os protestos dos organismos confederados, quando se fala também do restabelecimento da pena de morte. *AB*, 26 e 28-10-1921. Nos dois últimos meses do ano de 1921, a CGT desenvolve uma campanha, que pode ser seguida em *A Batalha*, de denúncia de um suposto golpe reaccionário em preparação.

envolvimento da estrutura local das Uniões de Sindicatos ou mesmo da estrutura confederal.

Num cenário dominado pela crise económica, pela falta de trabalho e o desemprego que já afecta os operários de diversos sectores (na construção civil em Lisboa, principalmente devido à suspensão das obras de construção dos bairros sociais da Ajuda e Alcântara, mantendo-se somente o do Arco do Cego, restando apenas (Junho) 600 dos 6 mil operários, sendo que 200 em iminência de despedimento²²; na indústria vidreira da Marinha Grande, onde há 2 mil desempregados e mais 15 mil empregos em risco (Dezembro), na indústria corticeira, com redução do tempo de laboração, como em Almada, onde, em Fevereiro, algumas fábricas trabalham apenas 4 dias por semana, registando-se também despedimentos em vários locais e havendo operários que se deslocam para outras localidades, onde provocam desemprego; na indústria metalúrgica, entre os trabalhadores rurais,

Neste contexto, os organismos sindicais desencadeiam acções diversas visando minimizar a situação de crise: a Construção Civil de Lisboa exige do Governo e da Câmara a reabertura das obras do Estado, realizando ainda protestos contra construção com cimento armado (a “construção a taipal”), em vez de pedra, que gera mais desemprego e custos de construção mais elevados, por causa da importação de cimento e ferro, vindo posteriormente a sua Federação a expôr um programa de trabalhos que devem ser realizados pelas Câmaras e pelo Governo²³; o da Associação dos Manufactores de Tecidos União Têxtil exige ao Ministro do Comércio medidas contra a falta de trabalho; a Federação Mobiliário representa ao mesmo ministro reclamando que seja proibida a exportação madeiras (Agosto), um tema que, tendo dado origem a protestos em vários locais - Portalegre, Pova Varzim, Coimbra, Covilhã, Portimão, Vendas Novas contra projectos capitalistas de exportação de madeira, pois seria a ruína dos que trabalham (Junho) irá juntar, no mês seguinte, numa mesma representação as Federações da Construção Civil, Mobiliária, Metalúrgica e as Associações dos Carruageiros e dos Carpinteiros Navais²⁴.

Além destas, exige-se ao governo e patronato a aplicação do horário das 8 horas de trabalho a todos os trabalhadores e da proibição das horas suplementares, como medidas geradoras de emprego, e os organismos sindicais actuam sobre o operariado no sentido de, com os seus comportamentos, não agravarem a carestia e o desemprego (pressão contra a realização de horários superiores a 8 horas, contra a aceitação de salários inferiores aos tabelados, a Federação Corticeira restringe os apoios às deslocações para

²² Não obstante, em Março, representantes do Sindicato Único da Construção Civil de Lisboa avistam-se com o presidente do ministério para exigir aumento dos salários dos operários das obras do Estado.

²³ AB, 18-09-1921.

²⁴ AB, 28-09-1921.

outras localidades, em busca de emprego, e o Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras de Lourenço Marques faz um apelo aos operários, via CGT, para que só emigrem para aquela localidade de Moçambique na posse de informações fidedignas (do SGCT) de que encontrarão emprego no destino.

O 1º DE MAIO. A CGT elegeu como reivindicações do 1º de Maio de 1921 a defesa do horário de trabalho de 8 horas, a liberdade de reunião, de associação e expressão, a revogação das leis e dos tribunais de excepção e a libertação imediata de todos os presos por questões sociais; na circular que enviou aos organismos confederados, pediu a realização do maior número possível de conferências, sessões e comícios²⁵. Correspondendo aos convites recebidos, a CGT enviou delegados a 20 locais, quase o triplo do ano anterior – mantendo Coimbra, Lisboa, Barreiro, Setúbal, Évora e Faro, estreou a representação em mais 13 locais (Guarda, Covilhã, Peniche, Tomar, Santarém, Tires, Oeiras, Almada, Vendas Novas, Santiago do Cacém, São Tiago do Escoural, Aljustrel, Silves), abandonando Olhão²⁶.

As principais iniciativas decorreram, naturalmente, no Porto, na Alameda das Fontainhas, e em Lisboa, no Parque Eduardo VII; no Porto, depois de desfile com origem na Praça da República, António Libório e Inácio dos Santos Viseu produzem os principais discursos, mas a novidade chama-se Maria Isabel, operária têxtil, cujo discurso, refere um jornal local, em «linguagem veemente, mas inculta» em certa altura visa directamente a polícia e, alegadamente, a «segurança do Estado», determinando a intervenção policial, semeada de pauladas e «chanfalho em acção», com «demorado tiroteio», resultando várias prisões e muitos feridos, incluindo o chefe da força policial; no comício de Lisboa, as principais intervenções são Carlos de Araújo, secretário-geral da USO-Lisboa, João Pereira, da Federação do Livro e Jornal, Santos Arranha, da Federação Mobiliária, e do secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa; depois do comício, a tentativa de desfile até às instalações de *A Batalha*, foi interrompida violentamente pela polícia e dispersa à espadeirada, com vários feridos e prisões²⁷.

²⁵ AB, 15-04-1921.

²⁶ AB, 28-04-1921. Foi a seguinte a representação da CGT ao 1º de Maio: Silves-Abel Pereira, Évora-Gil Gonçalves, Covilhã-Alfredo Marques, Vendas Novas-Joaquim Francisco, Oeiras-Marcelino da Silva, Tires-Alexandre Assis, Aljustrel-Alfredo Pinto, Santiago do Cacém-Alberto Monteiro, Vila Franca de Xira-Joaquim Cardoso, Santiago do Escoural-Diamantino do Nascimento, Tomar-Aleixo de Oliveira, Faro-João Antunes Rodrigues, Santarém-Manel Afonso e Carlos Silva, Setúbal-Júlio de Matos e Júlio Luís, Barreiro-Francisco Cristo e Carlos Freire, Almada-José Martins Grilo e Carlos da Fonseca, Guarda-António Peixe, e Lisboa-Manuel Joaquim de Sousa.

²⁷ AB, 03-05-1921; para Lisboa e Porto, vejam-se o *Diário de Lisboa* e o *Jornal de Notícias* de 02-05-1921. Provavelmente esta Maria Isabel será a mesma cuja intervenção, um ano antes em Guimarães, *A Batalha* saudou no relato do 1º de Maio de 1920; Maria Isabel intervirá de novo no comício do 1º de Maio de 1922, no Porto.

1.1. Organização e actividade

A propaganda na “provincia” é sentida como uma necessidade absoluta, na Confederação e nas Federações, que, na medida das suas disponibilidades, enviam delegados a vários pontos do país. As dificuldades com que se confrontam, nos diversos níveis da organização, para a execução dessas missões estão referenciados há muito e continuam a ter a mesma premência: a falta de militantes em Lisboa e Porto com disponibilidade para tais missões, os efeitos limitados de tais iniciativas, que por pontuais e de curta duração, não são de molde a criar ou desenvolver militância e capacidades a nível local, e finalmente as limitações materiais existentes na organização, que impedem uma acção mais continuada e de efeitos mais duradouros. Apesar de tudo, referenciam-se missões de propaganda e organização de elementos de diversas classes, principalmente dos dirigentes da Confederação, designadamente do secretário-geral, e das Federações, com destaque para a Construção Civil e os Metalúrgicos, mas também da Associação de Classe dos Empregados do Estado e da Federação do Calçado, Couros e Peles, esta com a particularidade de os sindicatos federados se terem manifestado fortemente desinteressados nessa acção, quando foram solicitados a referenciar os meios financeiros que poderiam disponibilizar para a sua execução.

Nos últimos dias de Maio, o secretário-geral anda em missão confederal pelo Norte, que se prolonga pelo mês seguinte, realizando reuniões em vários organismos sindicais em Gaia, Porto, Braga, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Coimbra; *A Batalha* publica relatos dessas sessões e ainda colaborações do próprio secretário geral sobre a situação da organização sindical nos locais que visita, e especificamente sobre Gaia e Braga²⁸.

A necessidade de desenvolver a propaganda pelo país é por demais evidente para o Comité e Conselho confederais, ao apreciarem a informação colhida pelo secretário-geral, na sua “*tournee*” de propaganda e pelos delegados da CGT às sessões e manifestações do Primeiro de Maio em vários locais. O relatório que o Comité Confederal submete à apreciação do Conselho, em Junho, faz uma análise da situação, propondo medidas que revigorem a organização sindical. Sigamos esse documento nos seus pontos essenciais: «É indispensável uma permanente propaganda junto da organização sindical da provincia», é o *lead* que encima o texto do parecer publicado no diário confederal, que põe em evidência a falta de militantes com que a organização se debate, desde sempre, a indiferença que «invadiu todas as classes», a decepção generalizada pela não realização da prometida revolução social que, a seguir à Guerra, parecia realizável a curto prazo, o cansaço surgido entre o operariado por sucessivas lutas que não conduziram a uma melhoria sustentável das condições de vida, mas antes

²⁸ AB, 03 e 07-06-1921.

pelo contrário, agravadas pela crise de trabalho e pelos impactos, na generalidade das casses, da contracção do consumo; factores morais e materiais «contribuem poderosamente para a desagregação e indiferentismo da classe trabalhadora», situação de que a CGT se ressentia «inevitavelmente» e a sua acção não poderá ser a adequada mantendo-se a organização no estado em que se encontra, vítima do indiferentismo operário, tolhida pela falta de bons quadros militantes e pela falta de recursos financeiros bastantes, de que carece e sem os recursos financeiros.

Como princípios de actuação, o Comité Confederal, considerando que «o que é necessário é muita propaganda», conclui que «a maior parte do trabalho tem que ser feito com os recursos da CGT, não podendo por mais tempo confiar em que o influxo enérgico da acção venha dos organismos que são a base da sua existência»; mas, para que isso aconteça, «as Uniões, as Federações, como os sindicatos, terão que permitir a intromissão mais directa da CGT nos seus trabalhos de organização e propaganda, e para esse efeito basta apenas estabelecer o indispensável entendimento entre a CGT e cada um daqueles organismos.» Para concretizar esse «vasto e metódico plano de propaganda doutrinária e de organização», indispensável para o robustecimento da organização sindical, o Comité propõe ao Conselho que as Secções confederais das Federações e das Uniões passem rapidamente à acção, directamente no terreno, depois de se entenderem com cada Federação e com cada União, e de terem o acordo destas para essa intervenção, e o seu apoio material, disponibilizando recursos financeiros e os mais aptos, militantes e abnegados dos seus elementos para a execução desse programa, com o «directo concurso» do Comité Confederal.²⁹

Na discussão a que procedeu deste parecer, o Conselho Confederal deliberou aprová-lo e avançar com a realização de um novo congresso operário nacional, que ficou marcado para a Primavera do ano seguinte, 1922.³⁰

No capítulo do desenvolvimento organizativo, as classes mobiliárias adaptam as estruturas dos organismos sindicais ao modelo aprovado no Congresso de Dezembro de 1920, (sindicatos únicos), reunindo pela primeira vez o Conselho Federal em Março de 1921, com a representação de 8 organismos, nomeando então os seus delegados à CGT, Alfredo Marques e José Martins Grilo³¹; também os organismos chapeleiros criam a sua federação nacional, a Federação dos Operários da Indústria de Chapelaria Portuguesa, com sede no Porto, em Dezembro, alargando a federação local/regional existente naquela cidade e reorganizada seis meses antes.

²⁹ “Um parecer do Comité Confederal-Propaganda e organização”, in *AB*, 22-06-1921.

³⁰ “Conselho Confederal [relato da reunião de 29-06-1921]”, *AB*, 30-06-1921.

³¹ *AB*, 24 e 28-03-1921. No processo de reorganização, assinala-se designadamente a fusão do Sindicato dos Manufactores de Artigos de Viagem, de Lisboa, no Sindicato Único Mobiliário local.

Prosseguem as iniciativas visando a constituição de novos sindicatos únicos, algumas bem sucedidas (Construção Civil de Guimarães, dos Metalúrgicos de Aljustrel, em Fevereiro, do Vestuário, no Porto, em Abril da Indústria de Veículos de Lisboa, em Abril; mas, em Lisboa, continua a revelar-se especialmente difícil a constituição do sindicato único Têxtil e o dos operários do Calçado, Couros e Peles, este sobretudo pelas divergências sobre a entrada dos Correeiros nesse organismo; essa é uma questão que se coloca também no Porto, apesar de a classe em assembleia geral do sindicato único da classe, já constituído, mas sem os Correeiros, se ter pronunciado pelo sim à integração destes, sendo que a decisão é remetida para a Federação³²; há também notícia da formação de outros organismos sindicais, como o Sindicato da Construção Civil da Póvoa de Varzim, as delegações distritais em Braga e Porto da Associação de Classe dos Empregados do Estado (Janeiro), o Sindicato Corticeiro de Aldegalega (Março), a Associação dos Descarregadores de Mar e Terra de Almada (a partir da Associação dos Marítimos e Fluviais locais, em Fevereiro), o Sindicato dos Construtores Navais de Vila do Conde, o Sindicato Misto dos Operários, no Bombarral e a Associação de Classe dos Serviçais de Restaurantes, Hotéis e Casas Particulares, em Junho, e dos Rurais, em Pias e no Reguengo Grande, em Agosto.

Neste mesmo período, em que se assiste à reorganização dos organismos de classe dos Manipuladores de Pão de Lisboa, que decidem a fusão das duas associações de classe numa só (Fevereiro), verificam-se também novas adesões à CGT – Federação Marítima e Federação da Indústria Mobiliária (Janeiro), Sindicatos Únicos Mobiliários de Guimarães e de Braga (Janeiro e Fevereiro, respectivamente) e da Associação dos Operários da Indústria Mobiliária de Viseu e Rurais de Santiago do Cacém (Março), Sindicatos dos Caixeiros do Porto e dos Empregados no Comércio de Santarém (Fevereiro e Maio, respectivamente), Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste (Junho), Chapeleiros do Porto e o Sindicato Geral dos Trabalhadores de Lourenço Marques, Moçambique (Novembro), este último reservando-se o direito de adoptar tática própria, em função das condições concretas naquela cidade e na colónia³³.

Mas, os organismos locais fazem-se e desfazem-se, acções de revitalização, designadamente por intervenção de delegados de Lisboa e também do Porto, em acções de propaganda sindical, muitos voltando rapidamente à situação anterior, de uma existência pouco mais que fictícia. No Porto, em Abril, refere-se «a gélida indiferença da organização operária, com raríssimas excepções»³⁴ (não obstante a realização da

³² É admissível a suspeita de que os entraves colocados à entrada dos correeiros num futuro Sindicato Único do Calçado, Couros e Peles, em Lisboa, estivesse relacionado com uma suposta determinação de travar Carlos de Araújo, impedindo-o assim de ganhar poder e ameaçar a liderança “histórica” existente na Federação e, através desta, na Confederação. Não se encontram evidências que confirmem ou desmintam esta hipótese.

³³ AB, 15-12-1921.

³⁴ AB, 22-04-1921.

Conferência Inter-Sindical do Porto, em Janeiro, precisamente com o fim de activar a vida sindical na cidade), e guerras instaladas em várias classes, como os Chapeleiros e os Marítimos; em Lisboa, em assembleias gerais de vários organismos discute-se o abandono a que o operariado tem votado as suas associações de classe (Associação Têxtil, em Fevereiro, Caixeiros, em Abril, Manufactores de Calçado, em Junho); ainda no Porto e em Lisboa, as reuniões de delegados das USO registam um número anormalmente baixo de representações, quase sempre muito abaixo dos 50% dos organismos aderentes, e noutros locais a desorganização e a inactividade é generalizada, tanto nos sindicatos como nas USO.

CONFERÊNCIAS E REUNIÕES ORGANIZATIVAS. No ano de 1921, de acordo com os estatutos da CCGT, deveria reunir o Congresso Nacional; abordado o assunto no Conselho Confederal, este órgão delibera a realização do III Congresso Operário na Primavera de 1922³⁵; mas realizam-se várias conferências e reuniões que visam o desenvolvimento da organização operária confederada – a conferência Inter-Sindical do Porto, logo no princípio do ano, o Congresso dos Metalúrgicos, em Abril, o Congresso dos Empregados no Comércio, em Agosto, e a Conferência dos Ferroviários, em Outubro; também as Juventudes Sindicalistas e o professorado primário se reuniram em congresso.

[CONFERÊNCIA INTER-SINDICAL DO PORTO] Organizada pela USO do Porto, declaradamente para fazer face à situação de desleixo e de apagamento por parte de muitos organismos locais, a Conferência Inter-Sindical pretendeu juntar numa reunião os elementos com mais responsabilidades no movimento operário da cidade, independentemente das orientações ideológicas de cada um³⁶; a CGT foi deixada à margem da preparação dessa conferência, e o convite para se fazer representar chegou tarde; a discussão deste, no Conselho Confederal originou uma alargada e acesa controvérsia, com alguns delegados a defenderem a não participação da Confederação, mas acabou por ser deliberado que esta se fizesse representar pelo secretário geral³⁷.

³⁵ AB, 30-06-1921. O Congresso Operário Nacional reunirá não na Primavera de 1922, mas somente no Outono, tendo tido início no dia 1 de Outubro.

³⁶ Refere o correspondente de *A Batalha* no relato da reunião da USO-Porto que debateu e deliberou o assunto, que vários oradores se pronunciaram sobre o “desleixo que ultimamente tem havido por parte de alguns organismos, que pouco acordo têm dado de si, numa conjuntura tão grave para a vida de todo o proletariado do norte”, pelo que se decidiu realizar uma “reunião magna de todos os elementos preponderantes e com responsabilidades no movimento operário local, sejam quais forem as suas tendências sobre o modo de encarar o aspecto transformativo da actual sociedade em decomposição, sucedendo-se uma outra mais justa e igualitária.” AB, 16-01-1921.

³⁷ No relato da reunião do Conselho Confederal (AB, 27-01-1921) em que se discutiu o convite da USO-Porto à CGT para se fazer representar pelo secretário geral na Conferência Inter-Sindical do Porto, *A Batalha* assinala a propósito da controvérsia suscitada que “sobre o assunto fizeram uso da palavra quási todos os delegados, uns discordando da referida conferência e, portanto, que a C.G.T. se fizesse representar; outros manifestando opinião contrária”. Antes dessa deliberação, dois delegados, Carlos de Araújo e Júlio Luís, tinham-se envolvido em acesa discussão, com acusações graves dirigidas a Araújo de

Tendo reunido representantes de 20 organismos de classe do Porto, maioritariamente os seus secretários-gerais, os delegados presentes discutiram a situação dos sindicatos perante a USO-Porto e a CGT, em que foi evidenciada a situação caótica em que tem vivido a USO-Porto e a inactividade de muitos organismos de classe, reafirmando-se a necessidade de ser dado cumprimento às decisões do Congresso de Coimbra, de adesão obrigatória à USO-local e à CGT, nomeando-se, por proposta do secretário-geral da CGT, uma comissão realização imediata desse objectivo; a propósito deste tema discutiu-se também a obrigatoriedade de adesão dos organismos dos Ferroviários às Uniões locais, tendo sido considerado que, pela sua «estrutura especial», não lhes era aplicável o princípio antes deliberado. Discutiram ainda, mais uma vez com a participação activa do secretário-geral da CGT, a questão da representação dos sindicatos na USO-Porto, com base numa proposta que, visando assegurar maior dinâmica e actividade àquele organismo, apontava para um aumento para o dobro ou mesmo mais do número de delegados dos sindicatos únicos, sendo aprovado que o assunto fosse estudado a nível confederal, pelo Conselho da CGT, por dizer respeito a toda a organização, sendo ainda aceite, transitoriamente, que os Sindicatos Únicos tivessem 3 delegados à USO-Porto; sobre a quota dos sindicatos à USO, decidiu-se aumentar o seu valor para 0,5 centavos por semana por sindicado; acerca do penúltimo ponto da ordem de trabalhos, sobre a necessidade de todos os operários se sindicalizarem, a Conferência aprovou a proposta do secretário-geral da CGT no sentido de «tornar público» que «considerará como maus camaradas todos aqueles que, tendo faculdades de trabalho e bastante competência para actuar na organização operária não dão à mesma o esforço do seu trabalho». Por último, debateu-se a relação das «classes liberais» com o sindicalismo, um tema que, mais uma vez por proposta do secretário-geral da CGT, foi endereçado à CGT, para estudo e possível discussão num futuro congresso nacional.³⁸

No balanço da Conferência Inter-Sindical do Porto, *A Batalha* realça, não as deliberações tomadas, mas o facto de ter constituído um alto momento de propaganda revolucionária, sendo convicção dos delegados da CGT e de *A Batalha* que aquele “congresso em miniatura” robusteceu a organização local e que “tudo se vai modificar no sentido de uma melhor harmonia de vistas e de uma acção mais franca e mais

actos de traição e colaboração com inimigos da organização operária, resolvendo o Conselho, de imediato, que as mesmas fossem averiguadas, para o que nomeou uma comissão de inquérito. Ver sobre este incidente e seu desenvolvimento o subcapítulo “O primeiro choque sério entre sindicalistas anarquistas e comunistas”, mais à frente.

³⁸ É curiosa a posição de Manuel Joaquim de Sousa sobre esta questão, exposta na própria Conferência; afirma ele: a CGT ainda não estabeleceu uma orientação sobre esta matéria, mas do seu ponto de vista, todos os elementos das classes liberais (à excepção dos juristas, «a qual tem de desaparecer com a transformação da sociedade») podem entrar na organização existente e que será a futura – os arquitectos, no sindicato único da construção civil, «um engenheiro de minas, no Sindicato Mineiro, um médico no Sindicato de Limpeza, Higiene e Saúde. E assim entrarão na CGT.» AB, 07-02-1921.

profícua”, a marcar “o início de uma era nova para a organização operária portuense”, formulando votos, a concluir, “que ela seja bem compreendida”³⁹.

A Conferência Inter-Sindical do Porto ficou ainda marcada por um incidente, levantado *a posteriori* pela Federação da Construção Civil, motivado pela (possível) afirmação do secretário-geral da CGT, numa das sessões, exigindo aquele organismo corporativo o esclarecimento, pelo secretário-geral, da afirmação que lhe fora atribuída, no relato dos trabalhos em *A Batalha*, de que o sindicato da Construção Civil não era revolucionário e expropriador, como os outros, mas uma espécie de cooperativa⁴⁰.

Independentemente das considerações anteriores, a Conferência Inter-Sindical do Porto foi importante a vários títulos: por marcar a independência da estrutura sindical do Porto em relação a Lisboa, afirmando um certo grau de autonomia de funcionamento, de objectivos e de estratégia face à estrutura central (isto é, de Lisboa) e por procurar pôr o dedo na ferida dos défices organizativos, da mobilização frouxa do operariado para a participação sindical e do envolvimento insatisfatório dos organismos de base nas estruturas intermédias da organização.

[CONGRESSO DAS JUVENTUDES SINDICALISTAS] Praticamente em simultâneo com a Conferência Inter-Sindical do Porto, as Juventudes Sindicalistas («os militantes de amanhã») realizam o seu primeiro Congresso (clandestino) a partir de 30 de Janeiro de 1921; estão presentes delegados de 18 Núcleos locais e profissionais, fazendo-se a CGT representar por um delegado.

As teses discutidas incidiram sobre questões de “carácter moral e de organização”, discutiu-se a situação financeira dos núcleos de juventude e a obrigação de serem auxiliados pela organização operária; sobre as discussões em curso na organização operária, foi manifestado repúdio pelo caminho seguido que estava sendo seguido, considerando haver uma preocupação exagerada «com o que será a sociedade após a revolução [sem] darem um passo para preparar o proletariado para essa revolução», sendo aprovada uma moção sobre essa matéria, apresentada pelo Núcleo dos Metalúrgicos. O delegado da CGT teve duas intervenções, na sessão de abertura e na sessão de encerramento⁴¹.

³⁹ AB, 06-02-1921.

⁴⁰ AB, 05-02-1921.

⁴¹ AB, 30-01 a 03-02-1921. Na iminência de ser proibido pelas autoridades, não foi divulgado o local de realização do Congresso das Juventudes, designado em *A Batalha* por “cidade X”, afinal, Lisboa, como esclarece Alexandre Vieira – “Revolução e Contra-Revolução”, in *Almanaque de A Batalha*. Fizeram-se representar os seguintes Núcleos das Juventude Sindicalistas: Porto-Central, Vila Nova de Gaia, Lisboa-Central, Lisboa-1º Bairro, Lisboa-Beato e Olivais, Almada, Barreiro, Setúbal, Vendas Novas, Beja, Silves, Olhão e profissionais (Construção Civil do Porto, Construção Civil de Lisboa, Couros e Peles de Lisboa, Indústria Metalúrgica de Lisboa, Indústria do Vestuário e Artes Gráficas. Algumas teses discutidas: “Educação e propaganda”, “Defesa moral do aprendizado”, “Definição de princípios ideológicos”; “Abstinência [de álcool e tabaco e princípios naturistas] e propaganda anti-alcoólica” e “Organização”. O Congresso, que nomeou o novo Comité Federal e aprovou a realização do

[CONGRESSO NACIONAL METALÚRGICO] De 3 a 5 de Abril de 1921, reuniu em Tomar, no Teatro Nabantino (a partir da segunda sessão, na Sociedade Gualdim Pais), o Congresso Nacional Metalúrgico, com a presença de 35 delegados, de 18 associações de classe, dos quais 3 sindicatos únicos, os Sindicatos dos dois Arsenais e 4 sindicatos de soldadores⁴²; presente um representante da USO-Tomar, e, em representação da CGT, o secretário-geral, Manuel Joaquim de Sousa.⁴³

Estiveram em discussão 3 teses: «Organização», apresentada por António Peixe, que foi aprovada, ficando constituída a Federação Metalúrgica em Portugal, assente em sindicatos únicos da indústria; foi ainda aprovada uma alteração proposta pelos sindicatos do Norte, de existência de um comité de propaganda, de 5 membros, no Porto, e outro em Lisboa, coexistindo aqui com o Conselho Federal. Foi também aprovado o valor da quota a pagar pelos sindicatos à Federação (20\$00 e 10\$00, respectivamente para os sindicatos de Lisboa e Porto e para os da província).

II Congresso em Coimbra, no ano de 1923, foi encerrado “no meio de alegria e comoção indescritíveis”, escreve o repórter de *A Batalha*.

⁴² Organismos presentes no Congresso Metalúrgico: Sindicatos Únicos Metalúrgicos de Braga, Porto e Lisboa, Sindicatos Metalúrgicos de Abrantes, Almada, Setúbal e Évora, Sindicatos de Soldadores de Peniche, Setúbal, Lagos e Vila Real de Santo António, Sindicatos do Arsenal de Marinha e do Arsenal do Exército, Sindicato da Carris de Lisboa, e 4 Secções sindicais – 1 do Porto, a de Arrábida e Antas, e 3 de Lisboa, Belém, Poço do Bispo e Alto do Pina).

⁴³ As sessões do Congresso Metalúrgico são relatadas no jornal *A Batalha* nos dias 05, 07, 08 e 09-04-1921. Interessantes as notas de António Peixe e Zacarias de Oliveira Pinho sobre a situação social e sindical em diversas localidades onde se se deslocaram em missão de propaganda na fase pré-Congresso. Além de um retrato da situação do operariado metalúrgico, é um documento elucidativo sobre o operariado local e as práticas dos militantes sindicais; como segue: Tomar: Organização operária fraca, havendo uma Federação das Associações de Classe de Tomar (associação mista), a Associação dos Caixeiros e a Associação dos Papeleiros do Prado; a União Local de Sindicatos tem pouca vida; «[...] constituímos ali o Sindicato Único Metalúrgico de Tomar que promete ser um organismo de certa importância, dado que o número de metalúrgicos da localidade é superior a trezentas», salários muito baixos, horário de trabalho de 8 horas, em geral desrespeitado para que os operários possam auferir salários de 4 a 5 escudos. No Rossio de Abrantes, onde existe uma fundição, existe uma secção dos Corticeiros e uma Associação dos Marítimos, e os Rurais, sendo numerosos, não estão organizados; salários baixos, entre 3 e 4 escudos, horários de 10 horas; os delegados organizaram ali a secção dos Metalúrgicos, que serão uns duzentos, a qual poderá vir a evoluir para Sindicato Único. No Tramagal existe uma grande fábrica, com fundição, serralharia e forjas que será uma das primeiras do país, mas onde não há espírito de organização – «a moral do pessoal, quando a movimento operário, não é louvável»; os operários trabalham na ordem das 10 horas, para auferirem salários de 4 escudos. Em Alcobaça a indústria de metalurgia está pouco desenvolvida, empregando uns 100 operários, em oficinas dispersas; a única classe organizada é a dos empregados no comércio; a vida é cara e os horários de 8 horas são acrescidos de horas suplementares, para garantir salários de 4 a 5 escudos; os delegados marcaram uma reunião, por considerarem que os operários locais, embora recebam com desconfiança os delegados da organização operária, são «sinceros revolucionários» ainda iludidos pelos políticos, mas a reunião não se realiza, por impedimentos suscitados pelas autoridades. Em Peniche, finalmente, onde a única classe organizada é a dos Soldadores, «conseguiu-se organizar o Sindicato Único e nomear delegado ao Congresso»; os Marítimos locais já estiveram organizados, mas o seu sindicato deixou de existir; a Construção Civil trabalha de sol a sol e as restantes classes profissionais têm o horário de 8 horas; os salários variam entre 3 e 4\$00; finalmente, sobre *A Batalha*, referem-na pouco lida em Tomar, não se vender no Rossio de Abrantes, sendo apenas enviada a uns poucos assinantes, e não ser lida no Tramagal, mas sendo vendidos, em Alcobaça, 3 exemplares. “Um breve inquérito operário – Condições de trabalho e de vida”, *AB*, 08-04-1921.

A tese «Intensificação da indústria pela introdução da siderurgia no país», também aprovada pelo Congresso, foi apresentada por António Peixe, o seu relator, que a propósito dirigiu a palavra à assistência local falando da futura Revolução Social.

Outras teses, propostas já com o Congresso reunido, sobre a introdução do trabalho feminino na laboração das oficinas, horário de 8 horas e higiene oficial, da iniciativa dos Metalúrgicos do Norte, baixaram a uma comissão, para apreciação e posterior discussão em Congresso; o mesmo destino teve a tese dos Soldadores de Olhão, sobre a mecânica na indústria e conservas, e uma outra, da iniciativa de Joaquim da Silva, sobre a defesa dos operários da indústria metalúrgica.

As maiores discussões no Congresso centraram-se no ponto da tese sobre organização que estabelecia que a Federação assentava em sindicatos únicos, de âmbito local, concelhio ou distrital; sobre ele interveio o secretário-geral da CGT, por duas vezes, a primeira quando da discussão da tese, e depois, na penúltima sessão, referindo pretender consultar o Congresso, «para elucidação da central operária, sobre a atitude que ela tomará perante as pequenas localidades onde é forçada a criar sindicatos mistos», suscitando a sua intervenção várias críticas, designadamente de António Peixe que acusa o secretário geral da CGT de, com a sua consulta, querer cercear as faculdades deliberativas do Congresso, contrariando o sistema do sindicato único por localidade, um diferendo sanado por José de Sousa, propondo que a consulta da CGT baixe à futura Federação Metalúrgica. Na prática, entre outras consequências, a deliberação em causa barra a entrada na Federação Metalúrgica aos sindicatos dos Arsenalais e da Carris, em coerência com as posições defendidas pelos delegados metalúrgicos no Congresso Operário Nacional de Coimbra, de extinção dos sindicatos mistos, prosseguindo a aposta dos dirigentes metalúrgicos de atrair aos sindicatos únicos da indústria os elementos da classe associados em sindicatos mistos.

Na sessão de encerramento, o Congresso elegeu a comissão administrativa, , e o Comité Federal do Norte, ficando Zacarias de Pinho e José de Sousa como secretário-geral e secretário adjunto, respectivamente⁴⁴. Foi ainda decidida a realização do 4º congresso federal em Coimbra.

[CONGRESSO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO]_Sobre o Congresso do Professorado Primário, reunido no Porto durante três dias, em Agosto, em que também participou o secretário-geral da CGT, este faz uma avaliação severa dos seus resultados – do congresso não saiu «um único trabalho prático grande», que é para isso que se fazem congressos, pelo que do ponto de vista das realizações práticas o resultado é nulo; apesar disso, enaltece o «lado moral» do Congresso dos Professores, por algumas

⁴⁴ Comissão administrativa federal eleita no Congresso Metalúrgico: Zacarias de Pinho, secretário-geral; José de Sousa, secretário adjunto; Júlio de Matos, secretário administrativo, e José Gonçalves, bibliotecário-arquivista; para o Comité Federal do Norte foram eleitos António Rodrigues dos Santos, Inácio dos Santos Viseu, Joaquim Caetano Rainha, Francisco Patrício e Lourenço da Costa Peixoto.

afirmações no mesmo produzidas – de independência do ensino face a qualquer ideia política ou religiosa, e da condenação das bebidas alcoólicas, dos espectáculos desmoralizadores, dos livros de aventuras policiais, etc.⁴⁵

[CONGRESSO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO]_Os Empregados do Comércio reuniram em Viseu o seu VII Congresso, no mês de Setembro de 1921, estando presentes, na abertura, 32 delegados de organismos sindicais, sendo a CGT representada pelo secretário geral Manuel Joaquim de Sousa; em sessão de propaganda, no fim do terceiro dia do Congresso, participou também Miguel Correia, do Comité e do Conselho Confederal. Os trabalhos do Congresso foram ocupados com a discussão do horário de trabalho e da protecção aos menores, do desemprego no sector do comércio, a relação dos caixeiros com o cooperativismo e a posição perante os tribunais dos árbitros avindores; discutidas também as deficiências da organização dos trabalhadores do comércio e as formas de as combater, deliberando-se remeter a alteração da estrutura organizativa dos Empregados no Comércio para um congresso extraordinário da classe, a convocar para Tomar; a tese sobre o descanso semanal ao domingo foi aprovada por unanimidade e a tese sobre o desemprego, apresentada pela Junta da Zona Norte foi aprovada por aclamação.

No fecho deste Congresso, eleitos que foram os elementos das futuras comissões executivas da Zona Norte e Zona Sul, com Júlio Gonçalves e Fausto Gonçalves, respectivamente, nas funções de secretário-geral, foi dada a palavra ao secretário-geral da CGT, que pronunciou um discurso que, na leitura do repórter de *A Batalha*, transformou o evento numa verdadeira sessão de propaganda, ouvindo-se no final «vivas aos empregados no comércio, à Confederação, à Batalha, etc., [a] que o povo que assistia correspondeu delirantemente».⁴⁶

[CONFERÊNCIA DOS FERROVIÁRIOS] A Conferência Inter-Sindical Ferroviária realizou-se no Porto, nos primeiros dias de Outubro de 1921, por iniciativa da CGT, com o objectivo de tirar partido da dinâmica existente na classe de contestação à situação laboral, ao ambiente repressivo e às demissões e despedimentos, em especial nas linhas do Estado, em resultado da greve ferroviária de Setembro-Dezembro do ano anterior; a comissão organizadora, formada no Conselho Confederal, era constituída por Miguel Correia, ferroviário e membro do Comité e do Conselho confederais, e pelo secretário e secretário adjunto da Secção das Federações do mesmo Conselho (o secretário geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, e Júlio Luís), realizou-se no mês de Outubro, no Porto. A Conferência não foi inteiramente pacífica dentro da classe, registando-se acusações de se tratar de um evento externo aos ferroviários, que estiveram, todavia, representados pelas principais associações de classe das principais

⁴⁵ “Como apreciamos o Congresso do Professorado Primário”, *AB*, 14-08-1921.

⁴⁶ *AB*, 21 e 22-09-1921.

linhas – privadas e do Estado. Uma força policial acompanhou de perto o desenrolar dos trabalhos, interferindo repetidamente as interferências da polícia nos trabalhos da Conferência, alegadamente por ser ilegal a participação de António José Piloto e Miguel Correia, por não serem ferroviários⁴⁷.

A Conferência, declaradamente assumida como um trampolim para a realização de um futuro Congresso Ferroviário, teve a presença, além dos delegados ferroviários, de delegados das Companhias de Carris de Ferro de Braga, Porto e Lisboa (que designaremos por ferrocarris), só não se fazendo representar a associação dos ferrocarris de Coimbra. Foram discutidas várias teses: «A necessidade que existe no estabelecimento de relações directas entre a Federação Ferroviária e a Federação dos Trabalhadores Rurais» e «Organização Corporativa Ferroviária» (relator de ambas, Mário Castelhana), suscitando esta última ampla discussão, designadamente, sobre a Federação a que deveriam aderir os trabalhadores ferrocarris, se à Federação Ferroviária, se à (extinta?) Federação dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres e Marítimos, uma questão que o secretário-geral da CGT encerrou cometendo uma decisão ao Congresso Ferroviário, adiantando que, sendo complexa, a questão ainda não tinha sido objecto de estudo e definição na Secção das Federações do Conselho Confederal. Foi discutida ainda uma tese sobre «Relações Internacionais» (redactor Miguel Correia), reconhecendo a Conferência ser conveniente o estreitamento de relações dos ferroviários portugueses com os ferroviários estrangeiros, deliberando que o Congresso Ferroviário decidirá a posição da classe perante a organização ferroviária internacional; finalmente, os delegados debateram a tese sobre «Salários e condições de trabalho» (relator António J. Piloto), registando-se ainda a aprovação de documentos exigindo a reintegração dos ferroviários despedidos e de protesto contra a permanência de Raul Esteves na direcção dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste.

Desta conferência saiu também a deliberação de realizar o Congresso Ferroviário em Lisboa, no mês de Janeiro de 1922, sendo nomeada a comissão organizadora, decidindo-se ainda a criação de uma sub-comissão no Norte, cujos membros foram igualmente nomeados.⁴⁸

⁴⁷ As acusações vieram principalmente de elementos do Grémio Ferroviário do Sul e Sueste, de reduzida expressão entre os ferroviários da linha Sul e Sueste. A comissão administrativa do Sindicato Ferroviário do Sul e Sueste deu resposta a essas acusações nas colunas de *A Batalha*, em 20-09-1921; veja-se, sobre a mesma contestação e explicitando o papel da CGT na organização da Conferência e nos trabalhos desta, o artigo de Miguel Correia “Duas palavras sobre a Conferência Ferroviária” (*AB*, 15-10-1921). Miguel Correia e António José Piloto, elementos ferroviários do Sul e Sueste, presos em consequência da greve de Setembro-Dezembro de 1920, e demitidos, foram delegados da C.P. à Conferência Inter-Sindical Ferroviária. Sobre a acção policial estorvando a Conferência Ferroviária, às ordens do governador civil do Porto, vejam-se as apreciações do redactor de diário da CGT e as considerações de Manuel Joaquim de Sousa na Conferência. *AB*, 04-10-1921.

⁴⁸ A comissão organizadora do Congresso ficou constituída por Mário Castelhana, Miguel Correia, Manuel Martins Entrudo, Artur A. Machado e Armando Martins, sendo nomeados para a sub-comissão do Norte Adriano Monteiro, Mateus Ramos Vieira, Carlos Guimarães, do Minho e Douro, Luís António

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES. A estrutura federativa dos trabalhadores dos Transportes volta a ser recolocada no quadro da organização dos trabalhadores Ferroviários, que foi discutida, em Outubro de 1921 na Conferência Inter-Sindical Ferroviária. Tendo-se pronunciado, em princípio, em princípio, pela entrada dos operários das Carris de Ferro na Federação Ferroviária, a questão é deixada em aberto, para ser estudada e decidida na Secção das Federações do Conselho Confederal da CGT, uma decisão que (palavras do secretário-geral da CGT) que harmonize os interesses locais com os interesses gerais da organização – sendo que estes se sobrepõem àqueles.⁴⁹

No mês de Dezembro de 1921, está a ser preparado um parecer sobre a estrutura organizativa do sector dos Transportes, para ser discutido e deliberado pelo Conselho Confederal. Por antecipação (ou somente com o objectivo de trazer o assunto à discussão) o secretário-geral da CGT vem a terreiro, nas colunas de *A Batalha* apresentar os seus pontos de vista, de alguma forma traçando um rumo, mas sempre salvaguardando que deverão ser as respectivas classes e a Secção das Federações a decidir; ali o encontramos em debate com Miguel Correia⁵⁰, coincidindo ambos em dois pontos (a vantagem de se constituir, no futuro uma federação geral dos Trabalhadores dos Transportes, englobando o pessoal dos transportes ferroviário, rodoviário, marítimo e fluvial⁵¹ e o peso das “tendências morais” e do “amor próprio” de cada corporação, em especial, a marítima e a ferroviária, que as faz não abdicar de terem uma Federação separada, impedindo na prática a realização de tal objectivo) mas divergindo ao centrarem-se nas questões práticas, imediatas: no entender de Miguel Correia, em consonância com a posição deliberada pelos Ferroviários na Conferência Inter-Sindical, os operários das Carris de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga devem ingressar na

de Carvalho, da Carris, e Domingos Quintas, do Porto à Póvoa e Fafe. *A Batalha*, que acompanhou a Conferência Ferroviária, publicou o respectivo relato nas edições de 04, 07, 09, 12, 13 e 14-10-1921.

⁴⁹ ⁴⁹ Transcreve-se o relato da Conferência Inter-Sindical Ferroviária respeitante a esta matéria: “Manuel Joaquim de Sousa diz que, de facto, a tese considera ferroviários o pessoal das Carris; simplesmente há dúvidas sobre qual a posição que deve tomar dentro da organização. E é por isso mesmo que se deseja que se ponha a comissão organizadora [do Congresso Ferroviário] em relação com a Secção das Federações da C.G.T., que é ainda a que há-de estudar o assunto. A conclusão a que se deve chegar é esta: para harmonizar as conveniências da organização local com as da organização geral, tem que se ter em atenção a última.” *AB*, 07-10-1921.

⁵⁰ Manuel Joaquim de Sousa – “Revoltados e Revolucionários”, *A Batalha*, 14-12-1921. Além deste primeiro artigo, vejam-se os publicados, sequencialmente, com o título comum “A federação dos transportes” nos dias 16-12 (Manuel Joaquim de Sousa), 20-12 (Miguel Correia) e 21-12 (Manuel Joaquim de Sousa). A comissão encarregada de produzir o parecer sobre a estrutura do sector dos Transportes foi nomeada pelo Conselho Confederal, devendo trabalhar conjuntamente com uma segunda comissão, da Federação Marítima, e com a comissão organizadora do futuro Congresso Ferroviário.

⁵¹ Há ainda a questão da organização do pessoal dos Correios e Telégrafos, que poderia vir a juntar-se às classes dos transportes para constituir uma Federação dos Transportes e Comunicações.

Federação Ferroviária⁵², enquanto Manuel Joaquim de Sousa defende que as Carris não deverão entrar na Federação Ferroviária, mas na Federação dos Transportes de Mar e Terra, que deverá ser relançada, englobando esta as classes dos transportes terrestres (Carris, Chauffeurs e Carroceiros) e as classes integradas na Federação Marítima; de resto, deverá avançar-se com a constituição da Federação Ferroviária, e as classes dos Correios, Telégrafos e Telefones para a criação de um organismo federativo autónomo⁵³.

É no sentido da posição defendida por Manuel Joaquim de Sousa que decide a Secção das Federações do Conselho Confederal, na reunião de 26 de Dezembro de 1921⁵⁴. Da parte da CGT – secretário geral e do Conselho Confederal – é uma segunda aposta num modelo de organização saído do Congresso de Coimbra que já falhara uma vez; sem haver, ao que parece, evidências de que tivesse então as condições necessárias para não falhar de novo.

A BATALHA. A acção das autoridades contra a organização operária, as tensões e quezílias internas à CGT e os apertos financeiros já habituais da Confederação tiveram um impacto significativo na vida interna do diário confederal. Sujeito à censura e a atropelos vários por parte das autoridades, durante algum tempo o jornal publicou-se apenas com duas páginas.

Em Agosto, a CGT decide expandir o jornal, fazendo dele mais do que um jornal corporativo, contendo somente comunicados das organizações sindicais e pouco mais, um meio de informação capaz de chegar a um público mais vasto. O objectivo é ganhar leitores, fazendo chegar mais longe a mensagem sindicalista, e aumentar receitas⁵⁵ (com um senão, o aumento dos custos). No dia 1 de Outubro, o jornal publica-se remodelado, com 4 páginas, novas secções – uma desenvolvida informação do estrangeiro, acompanhando a par e passo o movimento social internacional, a cobertura da actividade sindical dos organismos da “província”, um folhetim original e inédito, é o que se promete, para fazer de *A Batalha* «um jornal moderno e de interesse para todos»,

⁵² O processo apresentado por Miguel Correia para evoluir da situação existente para a Federação Geral dos Transportes e Comunicações inclui os seguintes passos/fases: fase 1-constituição da Federação Ferroviária, com as associações dos ferroviários e dos ferrocarris; fase 2-transformação das Federações dos Ferroviários, dos Marítimos, dos Transportes Terrestres e das Comunicações (correios, telégrafos e telefones) em Sindicatos Nacionais e a transformação dos respectivos sindicatos em secções sindicais dos mesmos, que na fase 3 viriam a constituir a Federação dos Transportes e Comunicações. *A Batalha*, 20-12-1921.

⁵³ *A Batalha*, 21-12-1921.

⁵⁴ *A Batalha*, 26-12-1921. A formação da Federação dos Transportes de Terra e Mar será condicionada à decisão maioritária das classes interessadas, foi referido na reunião da Secção das Federações do Conselho Confederal da CGT, acentuando desta forma aquele órgão que não se trata de uma decisão *top-down*, mas tão somente de uma indicação. Como quer que seja, a Federação dos Transportes Terrestres e Marítimos nunca chegou a ter actividade regular, ao contrário da Federação Marítima – reedita-se assim o falhanço subsequente ao Congresso de Coimbra na organização federal das associações de classe dos transportes.

⁵⁵ Ver *AB*, 07-09-1921.

sem aumentar o preço de capa, que se mantém em 5 centavos. Para suportar o acréscimo de custos, a administração do jornal emitiu uma segunda série de «acções e obrigações», no valor de um escudo cada, para cuja subscrição se convidam os operários e os seus organismos.

Financeiramente, este é um passo arriscado; apesar de a solidariedade material com o jornal continuar a verificar-se, os fluxos de dinheiro reduzem-se drasticamente no ano de 1921 – no 1º semestre de 1921 não chegam a somar 3 mil escudos, e no semestre seguinte mais cerca de mil escudos, quando, só no 2º semestre do ano anterior, tinham atingido mais de 12 mil escudos.

Rapidamente se constata que o passo foi exagerado e que, ou o jornal retoma a edição em duas páginas, ou o preço terá de ser aumentado; e assim, sendo, *A Batalha* passa a vender-se por 10 centavos a partir de 1 de Novembro de 1921, duplicando o preço, anunciando-se em simultâneo que a organização sindical do Norte passará a ter mais espaço no jornal confederal, que constituía uma das reivindicações persistentemente veiculada pela USO-Porto (e que esta saúda, nas colunas do próprio jornal)⁵⁶.

Além destas, o jornal sofre outras alterações no ano de que tratamos. Primeira, a mudança de director, em Maio, depois que Alexandre Vieira deixou, efectivamente, essas funções, que foram assumidas por Pinto Quartim, ainda que sem alteração do cabeçalho do jornal, onde se mantém o nome de Alexandre Vieira; depois, em Agosto, Carlos Maria Coelho toma o lugar de Joaquim Cardoso, como editor; finalmente, a partir de 1 de Novembro, coincidindo com a data do aumento de preço, Pinto Quartim abandona as funções de director, que Manuel Joaquim de Sousa passa a exercer.⁵⁷ No fim do ano, a questão é reposta no Conselho Confederal, onde é formalmente deliberado, «depois de algumas observações feitas por vários delegados» (termos que indiciam prováveis discordâncias ou reparos) que o secretário-geral tome o lugar de Alexandre Vieira na redacção do jornal⁵⁸.

⁵⁶ AB, 16-11-1921. A cedência aos organismos do porto de mais espaço n' *A Batalha* pode ser explicada pela via da satisfação de uma reivindicação e/ou pela tentativa de aumentar as vendas naquela cidade e na região norte.

⁵⁷ AB, 13-05 e 05-11-1921. Note-se que, na polémica que manterá no Conselho Confederal com Manuel Joaquim de Sousa, Joaquim Cardoso referencia-o, em Julho-Agosto, como director interino de *A Batalha*, o que significa que, tendo Pinto Quartim a responsabilidade da direcção do jornal desde a saída de Vieira, o secretário-geral já tinha, ao tempo, uma interferência significativa na sua feitura. O nome de Alexandre Vieira mantém-se no cabeçalho do jornal desde Fevereiro de 1919 até Novembro de 1922 (ver Apêndice B).

⁵⁸ “Conselho Confederal [relato da reunião de (?) 20-12-1921]”, AB, 22-12-1921.

2. O PRIMEIRO CHOQUE SÉRIO ENTRE SINDICALISTAS ANARQUISTAS E SINDICALISTAS COMUNISTAS

O ano de 1921 é marcado por um conjunto de problemas internos no universo confederal, de que destacamos, por mais relevantes: questões várias envolvendo Trabalhadores Marítimos, e a “Crise da Nota Oficiosa contra o PCP”, o mais grave de todos, com graves consequências na vida futura da organização⁵⁹.

Verificam-se alguns pequenos conflitos entre organismos, relacionados com questões profissionais, em concreto pelo acesso ao exercício de determinadas actividades – no Porto, entre organismos dos Marítimos, resolvido pela Federação⁶⁰, e em Alhos Vedros e em Almada, entre as associações sindicais dos Carregadores e Descarregadores de Mar e Terra e os descarregadores das fábricas de cortiça; de todos, o conflito de Alhos Vedros foi o que se revelou mais complexo, chegando a registar-se confrontos físicos entre os operários em causa, obrigando à intervenção das federações Corticeira e Marítima, e, na incapacidade destas para resolver o diferendo, da CGT.⁶¹

Aquela que designamos por “Crise da Nota Oficiosa anti-Manifesto”, que ocupou a organização nos meses de Julho e Agosto de 1921, está relacionada com a formação do Partido Comunista Português, em Março de 1921, mas, como referido no capítulo antecedente, já no final do ano anterior havia sinais de tensão e clivagens que de alguma forma prenunciavam divergências assinaláveis e divergências de certa forma insanáveis. Da crise desencadeada em Julho de 1921 resultará, entre outras consequências, como veremos, a expulsão de militantes de referência na organização e membros do Conselho Confederal, Joaquim Cardoso e Carlos Araújo, e o abandono de um numeroso grupo de jovens sindicalistas, que vão formar a Juventude Comunista. Antecedem essa crise três acontecimentos, dois envolvendo Joaquim Cardoso e o terceiro ocorrido com Araújo, que de alguma forma sinalizam estados de alma anunciadores do que acontecerá depois.

O primeiro “caso” ocorre com Carlos Araújo, em pleno Conselho Confederal: em Janeiro, quando os delegados discutiam a participação do secretário-geral da CGT Conferência Inter-Sindical do Porto, Júlio Luís e Carlos Araújo travam-se de razões; relata *A Batalha*: «No meio da discussão, que foi muito viva, deu-se um incidente entre Carlos de Araújo e Júlio Luís, incidente sobre que se abriu inscrição especial»⁶². Em concreto, Carlos Araújo é acusado por Júlio Luís da prática de actos em prejuízo da organização operária, de ter colaborado com os inimigos da organização quando dos

⁵⁹ Há também alguns pequenos conflitos, de menor importância e por isso não tratados, como o que resulta do pedido (Maio de 1921) da União dos Empregados Barbeiros, de Lisboa, à Federação do Calçado Couros e Peles e à Associação dos Chapeleiros de que abandonem as instalações que têm subalugadas, por medo de serem despejados, o que estes não aceitam.

⁶⁰ AB, 27-03-1921.

⁶¹ A intervenção da CGT resultou numa solução «justa e honrosa para ambas as partes» (AB, 19-03-1921); mas no futuro o conflito reacenderá, a espaços.

⁶² AB, 28-01-1921.

vários movimentos políticos e de desenvolver «propaganda dissolvente» na sua classe e fora dela⁶³. A comissão de inquérito promove, designadamente, reuniões nos Sindicatos dos Fabricantes de Armas/Arsenal do Exército e dos Correeiros. Os relatos em *A Batalha* relativos a esse inquérito evidenciam uma grande animosidade contra Carlos de Araújo na associação de classe do Arsenal do Exército, a cujos corpos sociais Júlio Luís pertence, em cuja assembleia geral se fazem referências a acções suas de deslealdade, de apoucamento da acção colectiva e de acção constante «no propósito de colocar em dúvida os indivíduos que estavam à frente das colectividades»⁶⁴, ao contrário do que se passa no Sindicato dos Correeiros, que em assembleia geral põem em evidência a sua lealdade, dedicação, trabalho e sacrifício para o «engrandecimento do sindicato», reelegendo-o seu delegado à USO-Lisboa, organismo que virá a escolhê-lo como secretário-geral, no fim de Março, estando a decorrer o inquérito, facto que o Comité Confederal estranhou, disso dando conta ao Conselho Confederal⁶⁵.

Em 10 de Maio – mais de dois meses depois da entrega do relatório pela comissão de inquérito – o Conselho Confederal analisa o relatório apresentado pela comissão de inquérito⁶⁶; depois de larga discussão, o secretário-geral apresentou uma moção, que foi votada sem discussão, tendo como conclusões a declaração de que «o Conselho Confederal congratula-se por se não confirmar o que foi simples e fugidia presunção dum delegado acerca doutro e faz votos para que os factos, em palavras, que determinaram o inquérito não se repitam para honra e bom nome da organização sindical». A conclusão, favorável a Carlos de Araújo, constituía uma “repreensão” a Júlio Luís; a moção foi aprovada por todos os delegados, com excepção deste último; o incidente, nos termos exactos de *A Batalha*, foi «liquidado com honra para o camarada Carlos de Araújo e para a organização».

São dois os incidentes mais notórios envolvendo Joaquim Cardoso, o secretário-geral da Federação Nacional da Construção Civil, editor de *A Batalha* e, tal como

⁶³ Júlio Luís e Carlos de Araújo trabalham no Arsenal do Exército e integram o sindicato deste organismo que tem a cargo o fabrico, o armazenamento e a distribuição de artilharia e outros equipamentos e arreios ao Exército português. Carlos de Araújo é, simultaneamente, associado do Sindicato dos Correeiros de Lisboa e delegado deste organismo à USO-Lisboa, ocupando o cargo de secretário-geral a partir de Março, durante vários meses; no Conselho Confederal é delegado da USO-Évora. Na sequência da sua nomeação pelo Conselho Confederal, a comissão de inquérito pede publicamente que quem tenha conhecimento de factos relacionados com as acusações de Júlio Luís a Carlos de Araújo vá à sede da CGT apresentar depoimento (*AB*, 27-01-1921).

⁶⁴ No relato, na secção «Vida Sindical», da assembleia geral da Associação dos Trabalhadores do Arsenal do Exército, com a presença de Carlos de Araújo e dos elementos da comissão de inquérito (*AB*, 04-02-1921) são referenciados comentários menos abonatórios daquele visando, designadamente, Júlio Luís.

⁶⁵ O relato da assembleia geral do Sindicato dos Correeiros de Lisboa está publicado em *AB*, 19-02-1921, igualmente na secção «Vida Sindical». Sobre a escolha de Carlos de Araújo para secretário-geral da USO-Lisboa e a posição do Comité Confederal sobre essa escolha, veja-se o relato do Conselho Confederal em *A Batalha*, 30-03-1921; à data, de acordo com este último documento, o relatório da comissão de inquérito a Carlos de Araújo já estava em poder do Comité Confederal.

⁶⁶ *AB*, 17-05-1921.

Carlos de Araújo, delegado ao Conselho Confederal pela USO-Évora; ambos, visando directamente o secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa.

O primeiro incidente prende-se também com a Conferência Inter-Sindical do Porto; trata-se de uma exigência ao secretário-geral da CGT para que esclareça afirmações que lhe são atribuídas, pelo relato de *A Batalha* daquela conferência, de que, «o SUCC [sindicato único da Construção Civil] é diferente de todos os outros, que são revolucionários e expropriadores, enquanto aquele é uma espécie de cooperativa»⁶⁷.

O segundo, mais duro, em Abril de 1921, no “dia das mentiras”, através de uma nota da sua Federação, publicada em *A Batalha*, esclarecendo «para evitar mal-entendidos» que a proposta de lei que o ministro do Trabalho se propunha, alegadamente, apresentar de reconhecimento das associações de classe, resultou de uma iniciativa não da CGT, mas da Federação Nacional da Construção Civil⁶⁸.

Têm outra dimensão – estes sim um verdadeiro problema – os incidentes no Conselho Confederal, que trataremos no próximo subcapítulo, envolvendo os mesmos militantes sindicais, relacionados com a publicação do “Manifesto do PCP”, que instalam uma crise interna na CGT, de enormes consequências para o futuro da organização, que se pode dizer, nunca mais foi a mesma.

“Subitamente”, em Julho de 1921, estala um grave conflito na CGT. Nessa data, a primeira página de *A Batalha* inseria uma nota oficiosa da CGT, com o título “Em face de um novo partido político”. Assinada pelo Comité Confederal da CGT aquela nota oficiosa era a resposta da CGT a um manifesto do Partido Comunista Português (doravante também referido como “Manifesto do PCP”) divulgado em 07 de Julho de 1921, acompanhado da publicação das “21 condições” da Internacional Comunista⁶⁹.

Datado da véspera, aquele “documento-bomba” não passou pelo Conselho Confederal, o órgão de decisão colectiva entre congressos, sendo da iniciativa e da inteira responsabilidade do Comité Confederal – o que não constitui um pormenor de somenos; o Conselho reunira, aliás, em sessão ordinária, dias antes, a 13 de Julho, e tinha nova reunião agendada para 18 de Julho.

Tendo por objectivo contestar o conteúdo global do “Manifesto do PCP”, a “Nota anti- Manifesto do PCP”, como passaremos a referi-la, repudia a ideia da ligação partido comunista-confederação sindical, que só pode significar, nos termos da nota confederal a subordinação da Confederação ao Partido, que o Comité Confederal rejeita em nome

⁶⁷ AB, 17-02-1921.

⁶⁸ AB, 01-04-1921.

⁶⁹ Sobre esta matéria seguimos, entre outros, Manuel Joaquim de Sousa – *O Sindicalismo em Portugal*, João G. P. Quintela – *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1-A construção do Partido*, César de Oliveira – *O operariado e a Primeira República: 1910-1924*, e *A Batalha*. O diário confederal, como já foi referido, acompanhou desde o início o processo de formação do PCP; em Janeiro de 1921 publica as bases programáticas do partido e a discussão destas.

dos princípios do sindicalismo, repudiando ainda a estratégia preconizada pelos comunistas da luta por quaisquer meios, incluindo o jogo eleitoral e parlamentar.

Aqueles princípios, afirmados pelo PCP no referido manifesto, estão em consonância com a tática definida pela Terceira Internacional, a organização internacional comunista formada em 1919, por iniciativa do novo poder russo saído da Revolução de 1917, com o fim de agrupar os partidos comunistas dos diferentes países, e pelo “braço” sindical daquela, formada durante o III Congresso da Internacional Comunista (Moscovo, 22 de Junho a 12 de Julho de 1921), a Internacional Sindical Vermelha (daqui em diante também designada por ISV), que realiza o seu primeiro congresso, no mesmo local, a partir de 4 de Julho de 1921, com a presença de 200 delegados em representação de 20 países.

2.1. A CGT, a questão internacional e o “Manifesto do PCP”

A CGT portuguesa seguia, tanto quanto era possível através da informação que lhe chegava do exterior, a evolução política e social na Rússia e as questões internas da Terceira Internacional, onde, em matéria de relações entre partidos comunistas e a organização sindical, vingavam as posições de defensoras da relação orgânica partido-sindicatos, no plano nacional, e, em consonância, no plano internacional, entre a Internacional Comunista e a Internacional dos sindicatos. Tal evolução, que reflecte as posições leninistas de que o partido é o elemento capital na revolução proletária, confronta-se com a visão de que os sindicatos são o instrumento primordial para a realização da revolução proletária. As relações entre as duas Internacionais veio a tornar-se de facto uma das questões mais sensíveis, controversas, e mesmo fracturantes nas organizações sindicais de vários países, incluindo Portugal, com várias vozes batendo-se pela afirmação da autonomia da organização sindical, um princípio inultrapassável para a corrente sindical de influência anarquista.

A questão das relações internacionais da CGT é reposta em Fevereiro de 1921, exactamente no diário confederal. Na secção «Notas e Comentários», com o título «Relações Internacionais» escreve-se na edição do dia 16 daquele mês: «A verdade é que o operariado português se tem mantido isolado, pouco se lhe tendo dado de saber, até agora, do que vai por esse mundo, das tendências dos vários países e dos objectivos que neles se perseguem. A necessidade de nos relacionarmos internacionalmente aparece, porém, hoje, mais evidente que nunca. Portugal está esquecido e já com ele não conta o movimento revolucionário internacional. Pois é preciso demonstrar que também somos capazes de dar o nosso concurso à corrente emancipadora.»

A resposta àquele “desafio” é dada, na edição do dia seguinte, pelo próprio secretário-geral da CGT, num longo artigo de primeira página, em que, depois de historiar a abordagem interna da questão internacional, no Congresso de Tomar, e as

deliberações do Congresso de Coimbra de a CGT avançar para o estabelecimento de relações com organismos estrangeiros e de influir em congressos e conferências com vista à constituição de uma Confederação Internacional dos Trabalhadores com representantes exclusivamente operários «não sendo estes investidos de qualquer mandato político» para coordenação da acção dos trabalhadores de todo o mundo em ordem à sua integral emancipação, Manuel Joaquim de Sousa passa depois à identificação e análise dos caminhos abertos à CGT nas relações internacionais – adesão à Internacional de Amsterdão, que ele rejeita, por não corresponder às necessidades e objectivos de emancipação da classe operária internacional, ou a adesão à Internacional de Moscovo, que igualmente rejeita, por ela não corresponder ao espírito de autonomia do sindicalismo, que ele refere ser «tão caro» ao operariado português, de não colaboração com partidos políticos e «até de não consentir no seu seio indivíduos que fossem investidos de cargos políticos. [...] «Pela chamada III Internacional, creio, ninguém poderá pronunciar-se, conhecido que é ser um organismo político, sujeito a um partido de governo, que demais a mais exerce a sua ditadura de força sobre os poucos sindicatos que na Rússia existem, segundo informações fidedignas e insuspeitas que conhecemos.» Defende, em conclusão, que a nova «Conferência Internacional Sindicalista» realizada em Berlim, no mês de Dezembro de 1920, é que está no espírito das resoluções do Congresso de Coimbra, mas que não é a ele, como secretário-geral da CGT, que compete tomar uma decisão nessa matéria, mas à organização, na data e local próprios, no próximo Congresso Operário Nacional⁷⁰.

Justamente, na mesma data em que insere o artigo de Manuel Joaquim de Sousa, *A Batalha* conclui a publicação do relato da Conferência Preliminar da Internacional Sindicalista, da autoria de Augustin Souchy, com tradução de Francisco Perfeito de Carvalho; nas conclusões, aquele documento afirma o conceito de «poder da classe trabalhadora» em vez da «ditadura do proletariado», aponta para a criação de uma internacional sindicalista alternativa à «Internacional política» de Moscovo, e, quanto às relações com o Conselho Provisório dos Sindicatos Vermelhos, formado em 1920, em Moscovo, defende a participação de todas as organizações sindicais nacionais no congresso convocado por aquele Conselho, em Moscovo, no mês de Maio de 1921 (que veio a ser adiado para Julho), no intuito, refere o documento aprovado, de «fundar uma Internacional Sindical Revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo [...] perfeitamente autónoma e independente de qualquer partido político»⁷¹. Na mesma

⁷⁰ Manuel Joaquim de Sousa – “Relações Internacionais”, *AB*, 17-02-1921.

⁷¹ “A Conferência Preliminar da Internacional Sindicalista [relato de Augustin Souchy para a publicação italiana *Guerra di Classe*]”, *AB*, 12, 14 e 16-02-1921. Na conferência, reunida com o propósito de obter um acordo entre organizações sindicais de orientação sindicalista revolucionária sobre as relações internacionais e particularmente sobre o congresso convocado pelo Conselho Provisório dos Sindicatos Vermelhos, para Maio de 1921, participaram representantes das organizações sindicais da Alemanha (Freie Arbeiter-Union Deutschland), França (Comités Syndicalistes Révolutionnaires), Suécia (SAC), Holanda (NAS), Grã-Bretanha (Shop Stewards' and Workers' Committee Movement), Argentina

linha, *A Batalha* tinha-se feito eco, dias antes, do apelo lançado pela União Livre dos Trabalhadores Alemães às organizações sindicalistas e anarquistas de todo o mundo para a constituição de uma Internacional Sindicalista alternativa à III Internacional⁷².

Desde o princípio do ano de 1921 que *A Batalha* publica informação, muita desta contraditória, sobre a nova realidade social na Rússia (“A Rússia por dentro”, “Do Mundo novo” e “Um mundo que avança” são os títulos mais comuns utilizados); em Março daquele ano, faz-se eco dos acontecimentos de Petrogrado e de Cronstadt, também aqui em termos muito contraditórios e sem uma linha de interpretação determinada, deixando praticamente “cair” o assunto em Maio⁷³; em Agosto seguinte, o jornal começa a incluir referências às perseguições aos «anarquistas sindicalistas» russos e, com base em informação datada de quatro meses antes, de protestos contra a repressão brutal, pelo governo bolchevista, do movimento anarquista na Rússia – a denúncia da “face repressiva” do novo poder leninista russo seguia a par com a oposição às orientações em matéria sindical da Internacional Comunista e da ISV.

As discussões sobre a nova realidade pós-Revolução na Rússia e sobre as directrizes políticas e sindicais definidas pela Internacional Comunista e as “21 condições” de adesão estabelecidas pelo II Congresso daquela organização (Moscou, Julho-Agosto de 1920). A CGT segue esses trabalhos, dos quais *A Batalha* dá testemunho, primeiro, em Fevereiro de 1921, dos choques havidos na CGT francesa em torno das relações internacionais, depois, já no final do mês de Abril e no mês seguinte, de forma muito mais desenvolvida, relatando os trabalhos do Congresso Extraordinário do Partido Socialista «Obreiro» Espanhol, reunido em Madrid a partir de 9 de Abril, em que Fernando de los Rios e Daniel Anguiano apresentam relatórios da sua viagem ao “país dos soviets” e se discute a posição daquele partido face à III Internacional, que termina com a rejeição das “21 condições”, levando à cisão dos partidários daquelas teses, que se retiram do PSOE, acompanhando Anguiano e formando o Partido Comunista Operário de Espanha⁷⁴.

(Federación Regional Obrera Argentina) e Estados Unidos (Industrial Workers of the World), contando com manifestações de apoio, além da CGT portuguesa, da Confederación Nacional del Trabajo, de Espanha, da USI-Unione Sindicale Italiana, da Fagopositionens Sammenslutning dinamarquesa e da Norsk Syndikalistik Federation norueguesa; esteve também presente um delegado da central sindical russa. Ver também Wayne Thorpe – *The workers themselves: revolutionary syndicalism and international labour, 1912-1923*, cit. em *A CGT portuguesa e a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores*, p. 8.

⁷² AB, 08-02-1921.

⁷³ Transcreve-se de uma local, em *A Batalha*, de 17 de Março: «Em vista de tudo isto, ficamos sem saber se é a contra-revolução que se alarga por toda a Rússia ou se é q Revolução que se dispõe a marchar ainda mais para a frente.»

⁷⁴ Sobre a polémica das relações internacionais na CGT francesa, veja-se, em especial, *A Batalha* de 25 e 26-02-1921. A referência à polémica na CGT francesa está, designadamente na edição de 25-02-1921; o relato do Congresso do PSOE, num total de 12 “entregas” foi publicado entre 22 de Abril e 31 de Maio de 1921.

A “questão internacional” reaparece em *A Batalha* no mês de Julho de 1921, primeiro dando conta dos trabalhos do III Congresso da Internacional Comunista (Moscou, 22 Junho a 12 de Julho), em 8 artigos-relato publicados entre 9 e 26, e logo a seguir, do I Congresso da Internacional Sindical Vermelha (ISV), com pelo menos 7 artigos-relato entre 29 de Julho e o fim do mês de Agosto, a que se juntam outros artigos e tomadas de posição, vindas do estrangeiro, que evidenciam, por parte do jornal e da sua direcção, uma atitude de rejeição das resoluções dos congressos de Moscovo⁷⁵.

A rejeição das teses da ISV e do “Manifesto do Partido Comunista Português”, em conjunto com a crítica ao regime político russo, constituem um único e o mesmo “combate” da CGT.

2.2. A “Nota anti-Manifesto do PCP” e os confrontos na Confederação

O “Manifesto do Partido Comunista”, publicado em 7 de Julho de 1921, como se disse, é dirigido «Ao País», apresentando um partido «constituído na sua essência por trabalhadores sindicados das várias *nuances* socialistas de tendências extremistas – libertários, sindicalistas e socialistas de extrema esquerda», que se reivindica dos princípios da Revolução Russa, dando expressão a uma «nova táctica revolucionária» de ataque e defesa contra os inimigos dos trabalhadores.

Enquanto princípios da organização social que o Partido Comunista preconiza, o Manifesto refere a abolição total da propriedade individual «para a tornar colectiva, isto é, a socialização integral das terras, das minas, das fábricas e oficinas e dos meios de circulação e consumo, entregando a gestão da produção às Federações de Indústria e respectivos Sindicatos, e a distribuição do consumo às Cooperativas, ficando deste modo a produção sob a direcção directa dos produtores, e o consumo sob a gerência e controle dos consumidores.» O Partido Comunista, prossegue o Manifesto, «quando a Revolução social se generalize na Europa, ou, quando as possibilidades económicas e políticas do país o permitam, tomará o poder a fim de pôr em prática estes seus objectivos económicos e modificar a estrutura política da nação, abolindo a república burguesa, dos capitalistas, dos financeiros e dos patrões e instaurar a república comunista, do povo, dos operários e dos trabalhadores.»

⁷⁵ Em Agosto de 1921, *A Batalha* inicia o relato do Congresso de Lille, da CGT francesa, pondo em evidência o «combate das teorias de Moscóvia»; esse relato irá arrastar-se no jornal, muito monótono, em mais de uma dúzia de inserções, até meados de Outubro do mesmo ano. Outras tomadas de posição relatadas em *A Batalha* no período indicado: do comité intersindical espanhol dos residentes em França, contra a subordinação do movimento sindicalista ao partido comunista (AB, 04-08-1921); “O partido comunista e os sindicatos”, tradução de um artigo publicado em *La Libertad*, de Salvador Quemades (AB, 11-08-1921) e o artigo “A Confederação Geral do Trabalho de Espanha contra as resoluções do Congresso de Moscóvia”, AB, 25-08-1921. Os documentos aprovados no congresso constitutivo da ISV foram publicados no diário confederal entre 16-11-1921 e 22-12-1921.

Posto isto, o Manifesto entra mais directamente no terreno da CGT - O Partido Comunista Português, que alguns *bem intencionados* têm impugnado, veio preencher uma grande lacuna na vida política e social do país. É uma organização que há muito se impunha. Há muito tempo que uma grande parte dos militantes operários reconhece a necessidade dum organismo extra-sindical, político, de características comunistas e revolucionárias. A organização sindical não se basta a si própria. Não tem capacidade revolucionária e administrativa para derrubar e substituir as instituições burguesas. A sua acção é meramente económica, que não política. E os que sinceramente julgam que os organismos sindicais são suficientes para enfrentar a Revolução, estão inteiramente iludidos. Os Sindicatos podem influenciar a Revolução, mas nunca poderão lançá-la e muito menos ainda defendê-la eficazmente. Daí a incontestável e imperiosa necessidade dum organismo político para esses fins.»

Terminando com “vivas” ao proletariado internacional, ao povo português e ao próprio partido, o Manifesto é subscrito pelos “corpos directivos” do PCP⁷⁶; na opinião de Bento Gonçalves, futuro dirigente do Partido Comunista, por esses anos trabalhava como aprendiz no Arsenal de Marinha, «os 21 pontos [da Internacional Comunista constituíam] quase ou todo o seu apetrechamento teórico», opinião que é partilhada com outros, que justamente assinalam a inconsistência teórica em termos ideológicos da generalidade daqueles que formaram a primeira geração de membros e mesmo dirigentes daquele partido⁷⁷.

A CGT responde ao “Manifesto do Partido Comunista” através de uma Nota Oficiosa do Comité Confederal publicada em 17 de Julho⁷⁸, abrindo uma “guerra” de longa duração, cujos primeiros actos ocuparam durante mais de um mês, toda a organização cegetista e particularmente os órgãos confederais de topo, Conselho e Comité.

Referenciada aos conselheiros confederais na reunião de 18 de Julho, quando o Conselho Confederal se ocupava da discussão do parecer do Conselho Jurídico sobre a pressão patronal visando a redução dos salários, a Nota Oficiosa entra na agenda do Conselho para a reunião de 20⁷⁹. Nessa primeira reunião⁸⁰, com a presença da maioria dos delegados, como acontecerá nas reuniões seguintes, as discussões, centraram-se

⁷⁶ *Almanaque Republicano*, <http://arepublicano.blogspot.pt/2010/04/pcp-primeiro-manifesto-julho-de-1921.html> (acedido em 28-07-2013).

⁷⁷ Bento Gonçalves – *Palavras Necessárias*, p. 63.

⁷⁸ “Em face dum novo partido político: Nota oficiosa da Confederação Geral do Trabalho”, *AB*, 17-07-1921. Neste documento, CGT declara-se alheia à formação do Partido Comunista, reclamando o Comité Confederal a obrigação de uma dar resposta adequada a matérias que, no manifesto do Partido Comunista, contendem com a acção sindical.

⁷⁹ O Conselho Confederal reuniu a 18 de Julho, mantendo-se a ordem de trabalhos fixada, não tendo sido discutida a Nota oficiosa publicada pelo Comité, em nome da CGT; então, os delegados aprovaram por unanimidade o agendamento da discussão da Nota na reunião seguinte, em 20 de Julho, por proposta de Vítor Martins, da USO-Seixal.

⁸⁰ *AB*, 21-07-1921

inicialmente no processo de tomada de decisão no Comité Confederal e na publicação da Nota antes da sua discussão pelo Conselho; mas, de pronto, o foco passa a ser o Partido Comunista Português, cujos elementos fundadores e primeiros dirigentes eram, maioritariamente, militantes sindicais cegetistas, e alguns conselheiros confederais⁸¹, aliás visados na Nota Oficiosa em discussão onde se alude a acções divisionistas, mudança essa relacionada com a defesa do PCP empreendida por Carlos de Araújo, tecendo críticas à acção dos “camaradas defensores das ideias de Bakunine”, alguns dirigentes da CGT, a quem acusa de se oporem à formação daquele partido e às suas propostas de intervenção política e sindical, rejeitando acusações de divisionismo e declarando o desejo de colaboração futura entre sindicalistas comunistas e não comunistas.

Rapidamente, definem-se dois campos opostos, trocando-se argumentos e acusações graves; o protagonismo, no Conselho Confederal, cabe, de um lado, a Carlos de Araújo (do Sindicato dos Correeiros de Lisboa e arsenalista, secretário-geral da USO-Lisboa e delegado ao Conselho Confederal pela USO-Évora), a Joaquim Cardoso (do Sindicato Único da Construção Civil de Lisboa, secretário-geral da Federação Nacional da Construção Civil, editor de *A Batalha* e delegado ao Conselho Confederal também pela USO-Évora) e, no princípio, ainda que em menor grau, a Vitor Martins, da USO-Seixal; no lado oposto, destacam-se os membros do Comité Confederal e o secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa⁸².

⁸¹ A grande maioria dos elementos que estiveram envolvidos nos trabalhos preparatórios e no lançamento daquele partido eram sindicalistas do universo confederal. A primeira direcção do Partido Comunista, que foi criado em 1 de Março de 1921, era constituída por Nascimento Cunha, António Peixe, Manuel Ribeiro e Victor Martins (*apud* João G.P. Quintela (1976), p. 41); este mesmo autor dá-nos (*idem*, p. 162, tal como foi publicada em *O Comunista*, nº 1, 16-10-1921) a lista completa dos elementos que integram a direcção do Partido Comunista Português em Outubro de 1921 (Junta Nacional, Comissão Geral de Educação e Cultura, Conselho Económico e Centros Comunistas do Porto, Santarém e Lisboa) que aqui se reproduz, por ordem alfabética: Acácio Augusto, Alberto Júlio das Neves, Alexandre Sobral de Campos, Alfredo de Sousa, Álvaro Duarte Cerdeira, António Peixe, António Ramos, António Teixeira Danton, Artur Vieira Bastos, Augusto José Afonso, Bernardino dos Santos, Carlos de Araújo, Carlos Guedes Dias, Dinis Rocha, Eduardo Metzner, Fernando Barbosa, Francisco Pereira de Sousa, H. Caetano de Sousa, João Ferreira Cabecinha, João Nascimento Cunha, Joaquim Rodrigues, José de Almeida, José Carlos Rates, José Eugénio dos Santos, José de Jesus Gabriel, José Luís Henrique Vilaça, José Madeira Henriques, José Maria Gonçalves, Júlio Pereira, Manuel Cardoso, Manuel Ribeiro, Manuel dos Santos, Ramiro Gonçalves, Raul Baptista e Rodrigo Ribeiro. Vários autores já salientaram o facto de, ao contrário de outros países, em Portugal o Partido Comunista não ter nascido de uma cisão, à esquerda, do Partido Socialista, mas das fileiras anarquistas, mantendo, aliás, os primeiros comunistas (maximalistas) comportamentos muito pouco leninistas, que conheciam mal ou desconheciam praticamente em absoluto, mas muito próximos das práticas anarquistas - além de João G.P. Quintela, supra, veja-se David de Carvalho, obra cit., p. 189. *A Batalha* acompanhou e relatou as reuniões da comissão organizadora do Partido Comunista (ver, por exemplo, 04-01-1921) e em 27, 28 e 29-01-1921 publicou as Bases do Partido Comunista.

⁸² Manuel Joaquim de Sousa viria a referir na reunião do Conselho Confederal que põe fim ao episódio da “Nota Oficiosa contra o PCP” (17-18 de Agosto de 1921) que teria partido da CGT, no período mais aceso das greves de 1920, a iniciativa de constituição de uma organização inter-sindical (da qual sugere que nasceu o Partido Comunista) “que insuflasse vida na organização [...] para que o operariado agisse mais revolucionariamente [... mas] quando alguns camaradas vieram ter com ele, orador, para formar uma organização extra-sindical, logo que verificou que a nova organização viria a ter

Em 21 de Julho, *A Batalha* publica apoios de Sindicatos, Uniões e Federações ao conteúdo da Nota Oficiosa⁸³ e no dia seguinte o Comité Confederal faz um apelo para que toda a organização o faça; enquanto alguns órgãos da imprensa, citando fontes operárias, vaticinam o desaparecimento da CGT, em resultado da cisão em curso, pela adesão em massa ao Partido Comunista das Juventudes Sindicalistas e de certas classes, como a Construção Civil e os Alfaiates, de Lisboa⁸⁴.

As discussões em curso no Conselho Confederal são replicadas nos organismos de base e intermédios; sendo a controvérsia e a vivacidade o traço em geral comum, em alguns casos a discussão da Nota Oficiosa é pautada por confusões e inconsistências. As situações mais notáveis ocorrem nas USO's de Lisboa e Évora, e nas Federações Metalúrgica e da Construção Civil: na USO-Lisboa, depois de ter rejeitado a Nota Oficiosa, o seu Conselho de Delegados decide em contrário, a pretexto da ocorrência de manipulação por parte do seu secretário geral, Carlos de Araújo, que entretanto se demite do cargo; na USO-Évora, onde se exercem pressões, dos dirigentes dos organismos centrais, por um lado, e de Carlos de Araújo e Joaquim Cardoso, por outro, estes últimos viram ser-lhes retirada a confiança como delegados daquela estrutura no Conselho Confederal, vindo posteriormente a USO-Évora a sancionar as decisões do Conselho contra os seus ex-delegados; na Federação da Construção Civil, cujo conselheiro votará o apoio à Nota Oficiosa, em consonância com decisão tomada pelo Conselho Federal e em oposição ao seu secretário-geral, e que não se oporá a que este seja excluído da Confederação; e, finalmente, a Federação Metalúrgica, cujos delegados ao Conselho Confederal têm posições divergentes, declarando-se assim a impossibilidade de a sua Federação tomar partido por um dos lados.

Na reunião de 24 de Julho⁸⁵, o Conselho é informado de que a USO-Évora retirara a confiança a Carlos de Araújo e Joaquim Cardoso; este tece violentas críticas à forma de

tendências políticas, recusou-se a colaborar na formação desse organismo” (*A Batalha*, 18-08-1921). A organização inter-sindical em cuja criação a CGT se empenhou e que veio a ser inviabilizada pela formação do Partido Comunista era a Liga Operária de Expropriação Económica.

⁸³ De 20 de Julho até à primeira semana de Setembro, mais de 50 organismos, entre sindicatos, Uniões e Federações (muitas destas com delegados no Conselho Confederal – a Federação Nacional da Construção Civil incluída, por deliberação tomada por maioria do seu Conselho Federal, e também a USO-Lisboa) e núcleos das Juventudes Sindicalistas fazem chegar à Confederação apoios à Nota oficiosa, por deliberação das respectivas assembleias gerais ou apenas por decisão das suas direcções; o Comité Confederal apelou para que assim fizessem em nota publicada em *A Batalha*, a 22-07-1921.

⁸⁴ *A Manhã*, 22-07-1921, citando o *Diário de Lisboa*, in *A Batalha*, 23-07-1921. Essa “adesão em massa” é contabilizada em alguns Núcleos das Juventudes Sindicalistas, como os de Lisboa (em que Amílcar Sarmiento e Mário Domingues se bateram contra o secretário geral, José de Sousa, que foi vencido por 49 votos contra 21, *idem*, 26-07-1921), Braga, Escoural e Tomar (*idem*, 14-08-1921); ainda assim, uma parte muito significativa dos elementos das Juventudes Sindicalistas seguiu o seu secretário-geral na adesão ao PCP, constituindo ali o primeiro núcleo das Juventudes Comunistas. Ver sobre esta matéria o artigo de João Freire - *As Juventudes Sindicalistas: um movimento singular*, p. 121, e também Bento Gonçalves – *Palavras necessárias* e David de Carvalho – *Os sindicatos e a República burguesa*, pp.192-193 e João G.P Quintela - *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1 – A construção do partido (1º período 1919-1929)*, p. 41.

⁸⁵ *AB*, 26-07-1921.

estar no sindicalismo dos militantes sindicais a que chama “puritanos anarquistas” e faz diversas acusações graves, dirigidas especialmente ao secretário geral Manuel Joaquim de Sousa; dias depois, em nova reunião dedicada ao tema, a 27 de Julho⁸⁶, a Nota Oficiosa é votada e aprovada com o voto dos delegados de 21 votos organismos, ficando suspenso o da Federação Metalúrgica, pelo facto de os 2 delegados, concordando ambos com a nota, terem divergências de pormenor.

O Conselho reúne de novo em 11 de Agosto⁸⁷; na véspera, *A Batalha* inseria uma Nota oficiosa do Comité Confederal da CGT, relacionada com a questão dos ex-delegados Carlos de Araújo e Joaquim Cardoso, convocando o Conselho, para apreciar e resolver sobre a atitude de Joaquim Cardoso em reuniões públicas em Évora e em Beja, onde proferira graves acusações à CGT a *A Batalha*⁸⁸; contando com a presença de delegados directos da USO-Évora, Barão Rochinha e José Neto, e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Joaquim Candieira, foi uma reunião ainda mais pesada que as anteriores, sem ser conclusiva; dois dias depois, a 13 de Agosto, *A Batalha* publica um relatório do Comité Confederal sobre as actividades desenvolvidas por Joaquim Cardoso e Carlos de Araújo, em Évora, junto da USO local, e em Beja; inclui documentos e termina com um pedido do Comité Confederal ao Conselho para que se pronuncie e decida sobre o procedimento com camaradas que combatem e caluniam a organização e os militantes revolucionários, se eles poderão manter-se no Conselho Confederal e se Joaquim Cardoso poderá continuar editor de *A Batalha*⁸⁹.

O Conselho Confederal volta a reunir a 16 e 17 de Agosto⁹⁰, durante várias horas; Joaquim Cardoso tece mais críticas ao funcionamento quer da CGT, quer de *A Batalha*, de que é editor e que o secretário geral, “o ditador da Batalha”, dirige em substituição “interina” de Alexandre Vieira, também acusado de responsável pelo envio à Rússia de um delegado que não passara de Paris levando “um conto de réis e que já se lhe enviara outro”, referindo-se ainda a outras situações de dinheiro mal parado⁹¹, questões a que o secretário geral e outros conselheiros dão resposta; na madrugada de 18 de Agosto, o Conselho Confederal deliberava, em votação nominal, com o voto favorável de 18 organismos e 2 abstenções, a irradiação dos «detractores da organização» Carlos de Araújo e Joaquim Cardoso, que não poderiam ter assento

⁸⁶ AB, 28-07-1921.

⁸⁷ AB, 12-08-1921

⁸⁸ AB, 10-08-1921.

⁸⁹ “A organização operária e os seus detractores – O relatório do Comité Confederal sobre as acusações caluniosas feitas em Évora por Joaquim Cardoso à C.G.T. e a “A Batalha”, AB, 13-08-1921. Sobre a mesma matéria, da acção do Comité antes da reunião do Conselho que deliberará a irradiação de Cardoso e Araújo, veja-se também “A atitude do Conselho Confederal perante os seus detractores”, *A Batalha*, 14-08-1921.

⁹⁰ AB, 17, 18 e 19-08-1921.

⁹¹ Sobre a ida de Perfeito de Carvalho à Rússia, o secretário geral informou o Conselho Confederal que nenhum delegado tinha sido enviado pela CGT àquele país. Esta afirmação de Manuel Joaquim de Sousa originará novas controvérsias no futuro.

naquele órgão da CGT, e a destituição de Cardoso de *A Batalha*, substituindo-o Carlos Maria Coelho⁹².

Na última semana do mês de Agosto de 1921, a CGT parece determinada a pôr uma pedra sobre a “Crise da Nota Interna contra o Partido Comunista”; *A Batalha*, se ainda publica nos primeiros dias, comunicados de apoio à posição do Comité Confederal, aparece concentrada noutros temas, em especial na campanha a favor dos “famintos russos”, como se nada de grave se tivesse passado ou tudo se tivesse resolvido. Mas não, os problemas não estavam resolvidos, a crise não tinha sido ultrapassada, a vida da CGT tinha mudado e havia novas questões para serem resolvidas:

Primeira, as feridas pessoais abertas pela “crise” e o surgimento ou aprofundamento de dificuldades de relacionamento entre pessoas e entre alguns organismos (a mais importante, entre a estrutura central e a Construção Civil);

Segunda, a evidência dentro da organização de existirem quezílias pessoais potencialmente inibidoras da acção sindical e consumidoras de recursos e de energias já de si insuficientes para o “ataque” às dificuldades de organização e propaganda e aos problemas externos;

Terceira, a perda pela organização de militantes seniores activos e realizadores (e de um número significativo de jovens sindicalistas) que constituíam uma referência interna e externa, mais grave numa organização, como a CGT, com défice constante de militância activa e de capacidade realizadora;

Quarta, estando para ser decidida a adesão da CGT a uma organização sindical internacional, promete continuar no futuro próximo a polémica e o confronto, dentro da Confederação, entre militantes sindicais comunistas e militantes sindicais não-comunistas, alguns destes reivindicadamente sindicalistas revolucionários.

Quinta e última, tendo o secretário geral negado no Conselho Confederal, a ida de um delegado da Confederação à Rússia, o seu acto trará novas polémicas e confrontos no principal órgão de decisão da CGT entre Congressos.

O tema da campanha internacional a favor dos “famintos russos” aparece pela primeira vez n’*A Batalha* em 30 de Julho de 1921; sob o título “A fome na Rússia”, escreve-se que por causa do bloqueio dos países do Ocidente à República dos Soviotes, escreve-se, de uma grande seca e uma má colheita há fome em algumas províncias russas; as autoridades russas fizeram um apelo à solidariedade dos trabalhadores de todo

⁹² O fecho “oficial” do episódio da “Nota Oficiosa contra o PCP” ocorrerá em Évora, no dia 19, na sede da União dos Sindicatos local, com a presença do secretário geral da CGT e mais dois delegados da CGT, Artur Aleixo de Oliveira e João Humberto Matias, onde se deslocaram alegadamente para dar conta do que se passara no Conselho Confederal com os ex-delegados da USO-Évora, mas, de facto, para reparar os estragos provocados pelo incidente naquele organismo, na militância e no operariado local; a *Batalha* dá conta da moção aí aprovada, de apoio e solidariedade com a decisão do Conselho Confederal (AB, 24-08-1921).

o mundo. «Não somos bolchevistas, não concordamos com a ditadura [...] mas o ideal libertário e sindicalista é essencialmente humano»; por isso a CGT apela à solidariedade dos trabalhadores portugueses. Depois, o assunto é deixado cair, na convulsão do debate sobre a “nota contra o manifesto do PCP.

No fim de Agosto, o tema é reposto: a CGT puxa para a primeira linha (e para a primeira página de *A Batalha*) o tema da solidariedade para com os famintos russos, lançado um mês antes e com resultados ainda incipientes; já com a questão “Cardoso-Araújo” liquidada, o Conselho Confederal viria a ocupar-se do tema e na sequência o Comité Confederal emitiria (27 de Agosto) uma circular a toda a organização⁹³; como num processo de catarse, no espaço de um mês angariam-se mais de 1.600\$00, equivalentes a um ano de quotas sindicais de um sindicato com 700 associados⁹⁴.

Independentemente da bondade da campanha, o seu lançamento acontece num momento muito incómodo para a Confederação, permitindo de certa forma desanuviar o ambiente muito contaminado por acusações pessoais entre figuras de primeiro plano da organização, que não deixariam de provocar descrédito e desorientação entre a população sindicalizada, tanto mais que tinham descido ao nível do insulto e da insinuação de vinganças pessoais, desperdício de dinheiro e seu uso em benefício próprio. Sendo questionáveis todos esses comportamentos, a mensagem que transmitiam ao universo confederal era a de uma organização retalhada por questiúnculas e ambições de poder; igualmente questionável foi a discussão de todas essas coisas em sessões públicas e com relato detalhado das reuniões no órgão da imprensa operária – “foi um espectáculo miserável, sim, o que *A Batalha* franqueou aos seus leitores”, mas “um procedimento lógico e necessário”⁹⁵, escreve-se no primeiro número do jornal que leva no cabeçalho o nome de Carlos Maria Coelho, como editor, no lugar que fora de Joaquim Cardoso desde o aparecimento do jornal⁹⁶.

Pelos finais do mês de Agosto de 1921, a CGT parece retomar a vida normal – o lançamento da campanha a favor dos «famintos russos» pode ser “lido” dessa forma;

⁹³ “Circular nº 17”, de 27 de Agosto de 1921, subscrita pelo Comité Confederal. Refere que não interessa à CGT nem a situação, nem a qualidade das personalidades que lançaram o apelo humanitário internacional, ao qual a Confederação se associa – *AB*, 28-08-1921.

⁹⁴ Em 13-08-1921, os valores angariados atingiam 132\$50, passando a 1.818\$83 em 15-09-1921 (diferença de + 1.181\$47), descendo os donativos mensais, nos dois meses seguintes, para sensivelmente metade (872\$00, entre 15 de Setembro e 16 de Outubro, e 732\$00 entre 17 de Outubro e 22 de Novembro; no ano de 1921 esta campanha de solidariedade atingiu o valor total de 3.422\$92, duplicando o valor no semestre seguinte.

⁹⁵ “Um procedimento lógico e necessário”, *A Batalha*, 19-08-1921. As discussões em torno deste assunto, na CGT e nos sindicatos, levaram muitos operários às reuniões públicas do Conselho Confederal e mesmo às assembleias gerais dos sindicatos, como refere Francisco Viana, dos Metalúrgicos de Lisboa, na reunião do Sindicato Único Metalúrgico de 13-08-1921: “Há camaradas que apenas frequentam os seus sindicatos em ocasiões solenes, como esta, em que se debate a questão da nota do Comité Confederal, e em que esses camaradas mostram a curiosidade apenas pela trica pessoal.” Citado por Joaquim Francisco em “Pelo robustecimento da organização sindicalista”, *idem*, *idem*1.

⁹⁶ Carlos Maria Coelho foi editor de *A Batalha* desde Agosto de 1921 até Janeiro de 1927. Para maior detalhe sobre a vida do jornal, vide Anexo 2 do presente estudo.

nas últimas reuniões do mês, o Conselho Confederal reúne a Secção das Uniões, que discute a execução das orientações anteriormente aprovadas para as acções contra o aumento das rendas, e a Secção as Federações, que se ocupa de questões organizativas, deliberando que o secretário-geral ficasse como seu secretário efectivo e Júlio Luís como secretário adjunto, e decidindo, por proposta de Miguel Correia, preparar a realização da Conferência Inter-Sindical Ferroviária, preparatória do respectivo Congresso, donde deverá surgir a Federação Ferroviária de Portugal e Colónias, encarregando da respectiva preparação Miguel Correia e os secretários efectivo e adjunto (Manuel Joaquim de Sousa e Júlio Luís) e indigitando para realizar a necessária propaganda Júlio de Matos e Artur Aleixo de Albuquerque, nas linhas do Sul e Sueste, e, nas linhas do Norte, Miguel Correia e Manuel Joaquim de Sousa.⁹⁷ A acção da CGT, dá-a entender, entretanto, *A Batalha*, passa a estar centrada, além da campanha contra a fome na Rússia (para a qual delibera contribuir com 100\$00 retirados do cofre confederal) em duas campanhas operárias contra o aumento das rendas e o aumento do preço da água, no acompanhamento dos protestos em vários locais contra o aumento do preço do pão, na resolução dos problemas que entravam a capacidade de resposta por parte do Conselho Jurídico, na concretização da conferência dos Ferroviários e na expansão de *A Batalha*, para o que avança com um aumento do número de páginas e uma significativa reformulação em termos de conteúdo, a iniciar no dia 1 de Outubro seguinte.

Apesar disso, é facto que os problemas internos não estão, de facto, completamente resolvidos. Joaquim Cardoso era um dos militantes de maior relevo na organização e secretário-geral da que continuava a ser, provavelmente, o organismo sindical de nível federativo mais importante em Portugal; isso conferia-lhe um peso apreciável na Confederação; o peso de Carlos de Araújo, apesar ser secretário-geral da USO-Lisboa e dirigente do Sindicato dos Correeiros local, era menos relevante. Ambos, além da energia pessoal com que se conduziram neste processo, vencida pelo peso da estrutura confederal, que fez com que perdessem o apoio do organismo que representavam no Conselho Confederal, trataram de mobilizar as organizações a que pertenciam em favor das suas razões e, particularmente, contra as duras medidas que a Confederação havia decidido em relação a eles.

Diga-se em abono da verdade que, neste processo, se identificam linhas sinuosas de actuação, a nível pessoal e colectivo, posições assumidas e formalmente comunicadas que mais tarde se desdizem, e muitas mudanças de posição; em certas situações, é de verdadeiros “golpes” que se trata, de “decisões colectivas” tomadas de facto por direcções e quando não por um ou a minoria dos dirigentes, de deliberações tomadas

⁹⁷ AB, 01 e 02-09-1921.

por uma assembleia corrigidas numa assembleia posterior com uma correlação de forças diferente.

A USO-Lisboa, que num primeiro momento comunicara formalmente ao Conselho Confederal a deliberação de rejeitar a “Nota contra o Manifesto do PCP”, muda de posição, comunicando dias depois a sua concordância; os seus delegados ao Conselho, na votação ali efectuada, apoiam a tomada de posição do Comité Confederal e o seu conteúdo, sendo que outro tanto fazem os delegados da Federação Nacional da Construção Civil, em coerência com a posição que vence no seu Conselho Federal⁹⁸ – ambos os organismos tomam, em tais circunstâncias, posição contrária à dos seus máximos dirigentes. Muito provavelmente (e essa dedução é válida sobretudo para a Construção Civil) aqueles organismos agem na inconsciência dos possíveis desenvolvimentos que a questão poderia vir a ter futuramente, e que teve, de irradiação daqueles mesmos dirigentes, decidida por maioria no Conselho Confederal, com 18 votos a favor e 2 abstenções, e, no caso de Joaquim Cardoso, o seu afastamento das funções que desempenhava em *A Batalha*. Ainda que este mantivesse, as funções, na Federação da Construção Civil; por seu turno, Carlos de Araújo demite-se da comissão administrativa da USO-Lisboa, sendo substituído por Jerónimo de Sousa, dos Manufactores de Calçado, um “fiel” do sindicalismo revolucionário, que, curiosamente, foi um assíduo participante nas reuniões que conduziram à formação do Partido Comunista Português.

O conflito depressa se expande para os organismos confederados, com destaque para os da Construção Civil, para o dos Correeiros de Lisboa e para a USO-Lisboa, nos quais são propostas sanções aos militantes irradiados do Conselho Confederal da CGT.

Na USO-Lisboa, o processo é conduzido por Jerónimo de Sousa, que é também delegado ao Conselho Confederal, e visa a irradiação de Carlos de Araújo, delegado àquele organismo local pelo Sindicato dos Correeiros; do ponto de vista do delegado do Sindicato dos Manufactores de Calçado, trata-se de uma questão de coerência com a deliberação tomada pela CGT; do lado oposto, o gesto é tão somente a «consequência [de] invejas, ódios mal contidos [que] leva uma fraca minoria boçal e incompetente a escorraçar do seio da organização aqueles que se não prestem a aceitar absolutamente o seu critério», como se lê em *O Comunista*, numa das edições de Novembro de 1921.⁹⁹ Depois de uma série de incidentes e de violentas discussões, que ocuparam várias reuniões do Conselho de Delegados da USO-Lisboa, acaba por ser deliberada a irradiação de Carlos de Araújo, numa deliberação muito contestada em que participaram os representantes de 8 dos 32 sindicatos aderentes àquele organismo local, dos quais

⁹⁸ AB, 23-07-1921.

⁹⁹ “Uma irradiação na USO de Lisboa”, *O Comunista*, apud João G. P. Quintela – *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1 – A construção do partido (1º período 1919-1929)*, p.174-176.

votaram pela sanção 4, 2 votaram contra e 2 se abstiveram¹⁰⁰. Esta deliberação e a forma como foi tomada agrava o conflito já instalado à data entre o Sindicato dos Correeiros e a USO-Lisboa, e avoluma as dificuldades de funcionamento deste organismo local, onde, em regra, a maioria dos organismos aderentes prima pela ausência continuada.

Na organização da Construção Civil o conflito na CGT, envolvendo Joaquim Cardoso, irá provocar um enorme desgaste e feridas profundas. Instada pela CGT a tomar posição sobre as sanções impostos ao seu secretário-geral e a Araújo, pelo fim de mês de Agosto, a Federação da Construção Civil comunica, formalmente, à CGT que, em reunião do Conselho de Delegados onde fora tratada a questão da irradiação dos delegados da USO-Évora da CGT, se havia deliberado «tornar-se neutra nessa questão»; a resposta, pelo Comité Confederal, através de *A Batalha*, é imediata, declarando «considerar tal resolução incaracterística, ilógica e ambígua», propondo-se submeter a questão ao Conselho Confederal¹⁰¹. Dias depois, a mesma Federação reclama junto da CGT da decisão de substituir Joaquim Cardoso com editor do diário confederal; as razões invocadas são de que a Confederação não consultou previamente a classe, procedimento a que estava obrigada pelas resoluções da extinta UON nessa matéria, que não haviam sido revogadas; o Comité Confederal faz publicar em *A Batalha* o relato da sua reunião ordinária em que tomou conhecimento daquela correspondência, exprimindo a sua posição nos seguintes termos: «O Comité Confederal julgou esta questão *insubsistente*, porquanto, a tal respeito, as resoluções do Congresso e Coimbra *invalidaram* as anteriores, e que tendo aquele organismo [Federação da Construção Civil] resolvido tornar-se neutro, contraditoriamente deliberou sobre a mesma [questão]. Resolveu, pois, o Comité responder que o Conselho Confederal tem suficiente idoneidade para resolver sobre todos os assuntos que à CGT e ao seu órgão na imprensa digam respeito, muito especialmente sobre delegados aos quais foi retirada a confiança pelo organismo que na CGT representavam [a USO-Évora] e que eram irradiados como detractores inflamantes de toda a organização sindical portuguesa»; acresce, continua o documento, que o novo editor de *A Batalha*, Carlos Maria Coelho, é sindicado e confederado, e além do mais pertence à Federação Nacional da Construção Civil.¹⁰²

¹⁰⁰ Uma das questões mais discutidas nas primeiras reuniões da USO-Lisboa em que se discutiu a proposta de irradiação de Carlos de Araújo, foi a do *quorum*, isto é, se o Conselho de Delegados estava legalmente constituído para deliberar, uma vez que, pelos estatutos, era exigida a presença de 1/3 dos delegados para a tomada de decisões. De acordo com a fonte que seguimos, o Conselho de Delegados, com a presença de alguns secretários-gerais de sindicatos aderentes, viria a proceder à alteração dos estatutos – sem ter sido convocado para esse fim – no sentido de poder deliberar com qualquer número de presenças; na quarta sessão dedicada ao tema, o Conselho de Delegados da USO-Lisboa decide a irradiação de Carlos de Araújo. O artigo estatutário em causa, que foi alterado em Novembro de 1921 para “facilitar” a expulsão de Carlos de Araújo, retomou a redacção primitiva em Abril de 1922, por deliberação do Conselho de Delegados da USO-Lisboa (AB, 16-04-1922).

¹⁰¹ AB, 03-09-1921.

¹⁰² AB, 10-09-1921

Em paralelo há denúncias de tentativas de «um grupo» no sentido de levar a Federação da Construção Civil a irradiar Joaquim Cardoso; Alfredo Lopes, que no Conselho Confederal se envolvera numa troca de acusações com Joaquim Cardoso, é apontado como elemento preponderante desse «grupo», alinhado com a maioria do Conselho Confederal e com o secretário-geral da CGT. No final do mês de Novembro, *O Comunista* celebra o fracasso dessas tentativas, depois de a Federação da Construção Civil ter confirmado, em Conselho Federal, no princípio do mês, a posição anterior «de se alhear desse incidente, lamentando entretanto tais factos como consumados [...] tanto mais que da inteligência de todos os esforços depende o robustecimento da organização sindical», declarando colocar um ponto final no assunto¹⁰³. Em *A Batalha*, além das comunicações do Comité Confederal citadas, apenas há referências às convocatórias do Conselho Federal da Construção Civil para discussão dessas matérias, que, aparentemente, pela leitura do órgão oficial da CGT, já teriam saído da agenda do Conselho Confederal.

Mas não. Nas vésperas do Natal, *A Batalha* retoma o tema, publicando, em segunda página, o relato de uma reunião do Conselho Confederal, provavelmente de 20 de Dezembro de 1921, realizada «especialmente para se ocupar da resposta da FNCC [Federação Nacional da Construção Civil] sobre a sua decisão quanto aos ex-delegados da USO de Évora»¹⁰⁴. A leitura do relato da reunião diz tudo sobre o ambiente que lá se vive – atrás do conflito relacionado com as expulsões de Cardoso e Araújo, outros assuntos quentes são levados à discussão: a influência (ou interferência) do secretário-geral n’*A Batalha*, por alguns considerada ilegítima, uma questão que o Conselho resolve deliberando nessa mesma reunião a nomeação de Manuel Joaquim de Sousa para o lugar ainda vago de Alexandre Vieira; as contas da CGT, e mais especificamente as do jornal e da “Casa dos Trabalhadores”, cuja divulgação era insistentemente reclamada e que nunca haviam sido comunicadas, sendo que naquela mesma reunião o secretário-geral da USO-Lisboa transmite o pedido daquele organismo de que todas as contas fossem publicadas, respondendo o secretário-geral, depois de «explica[r] que não há jornal algum operário e diário que publique assuas contas», que a administração de *A Batalha* tem intenção de «publicar em folheto as contas, depois de revistas por uma comissão da CGT, nas vésperas do próximo congresso, ao qual as mesmas têm de ser presentes; aproveita o ensejo para informar que pelo que respeita às contas da CGT acontecerá o mesmo», sendo que quanto às contas da “Casa os Trabalhadores”, sendo embora responsabilidade da respectiva comissão, de que a CGT é apenas parte, como outros organismos, «já foram tomadas as necessárias providências para que sejam tornadas públicas as contas dessa comissão». Quanto ao conflito com a Federação da

¹⁰³ “Nota Oficiosa da Federação Nacional da Construção Civil de 15-02-1922, *AB*, 17-02-1922.

¹⁰⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de (?) 20-12-1921]”, *AB*, 22-12-1921.

Construção Civil, delibera-se aí que a CGT recusará a recepção de correspondência daquela Federação assinada pelo seu secretário-geral Joaquim Cardoso, e que nenhum delegado da Confederação participaria.

2.3. O delegado da CGT à Rússia e a reposição da questão internacional

Durante o ano de 1921 a CGT mantém contactos com organismos sindicais estrangeiros; além do mais, *A Batalha* insere muitíssima informação sobre os acontecimentos internos na vida de partidos políticos e organismos sindicais estrangeiros, onde a questão internacional – sobretudo em torno das relações com a Internacional Sindical Vermelha – provoca grandes discussões e amiúde mesmo cisões; em geral como foi referido, é uma informação pouco isenta, que repercute sobretudo os pontos de vista do sindicalismo revolucionário.

Regista-se, além disso, correspondência com alguns organismos sindicais, caso da Textile Workers Industrial Union, dos Estados Unidos, afiliada da International Workers of the World (IWW), de que *A Batalha* dá conta, no sentido de os operários do sector têxtil que emigrem para aquele país sejam portadores de uma cata de transferência da indústria a que pertencem, para ingressarem à chegada naquela organização sindical¹⁰⁵

Mas é sobretudo com a CNT de Espanha que a relação é mais notória – por um lado, no princípio do ano a organização operária portuguesa declara aderir ao boicote dos produtos espanhóis nos portos portugueses, enquanto se mantivessem as perseguições ao movimento operário em Espanha¹⁰⁶, secundando um apelo emitido por aquela central sindical; depois, será daquela organização que a CGT receberá convite, em Maio de 1921, para participar no Congresso da ISV, apontando nessa correspondência a conveniência, identificada por várias confederações sindicais nacionais, de ser feito «um esforço para constituir uma verdadeira internacional revolucionária», havendo «um vivo interesse em que a Confederação portuguesa assista ao mesmo congresso.»¹⁰⁷

Na CGT, a ida do delegado português a Moscovo estava, desde meados do ano de 1921, envolta numa mentira. Recorda-se que, confrontado por Joaquim Cardoso quando

¹⁰⁵ AB, 03-03-1921.

¹⁰⁶ AB, 23-02-1921. A organização desse boicote gerou alguns atritos entre a USO e a CGT, com acusações desta de que a USO-Lisboa de pretender invadir as competências da Confederação; essas quezílias parecem ser o resultado de fricções pessoais anteriores, envolvendo, do lado da USO-Lisboa, Carlos de Araújo, do Sindicato dos Correios, e Domingos Pereira, do Sindicato dos Manipuladores de Pão, o primeiro com um inquérito a decorrer então no Conselho Confederal da CGT, e o segundo, protagonista de um incidente com a direcção da CGT a propósito da acção da Confederação na greve dos Ferroviários, no final do ano anterior. Ver AB, 06-03-1921.

¹⁰⁷ António Ventura – “O primeiro delegado operário português na União Soviética”, *Seara Nova*, nº 1586, 05-12-1977, p. 9-14.

das discussões em torno da posição confederal sobre o “Manifesto do Partido Comunista”, o secretário-geral Manuel Joaquim de Sousa negou que o Comité Confederal tivesse concretizado tal acção. No mês de Novembro, o Comité Confederal irá assumir, no Conselho Confederal, que encarregara Francisco Perfeito de Carvalho dessa missão, sem consultar aquele órgão, sem o informar *a posteriori* e, mais, quando questionado directamente, mentindo. A questão aliás, teria já sido levantada, por mais de uma vez, no Conselho Confederal¹⁰⁸.

Em plena crise interna, resultante dos desenvolvimentos da questão da nota oficiosa da CGT contra o manifesto do PCP e a irradiação de Joaquim Cardoso e Carlos de Araújo, com as relações entre a CGT e a Federação da Construção Civil em completa derrapagem, o Comité Confederal convocou o Conselho para tratar desse delicado assunto, a missão à Rússia de Perfeito de Carvalho. No relatório lido pelo secretário-geral na sessão do Conselho de 9 de Novembro de 1921, detalha-se a recepção de um convite da União Sindical Italiana, em Maio de 1921, no sentido de a CGT se fazer representar no congresso da Terceira Internacional, em Moscovo, e as condições e motivações que levaram o Comité Confederal para agir à revelia do Conselho – a necessidade de agir rapidamente para concretizar a ida do delegado à Rússia, e o «melindre» do assunto, decidindo mantê-lo em segredo, para evitar que, se fosse conhecido, as autoridades impedissem essa deslocação. Tratava-se, na expressão do relatório do Comité, de um «segredo de carácter revolucionário», exigido pelas circunstâncias; ainda assim o “segredo” tinha deixado de o ser, por razões que o Comité declara desconhecer (referindo uma «inconfidência ou outras circunstâncias estranhas à sua vontade») e o envio do delegado à Rússia tinha mesmo sido notícia na imprensa; quando inquirido sobre o tema, no Conselho Confederal, adianta o relatório, o Comité mentira, por razões de força maior, empenhando a sua palavra, a bem da causa e no estrito cumprimento do seu dever. Reconhecendo o pesado encargo dessa delegacia à Rússia, no estado das finanças da CGT, todavia justificado pela importância e o alcance dessa representação, aliás no espírito das deliberações do Congresso de Coimbra e com vista a uma próxima decisão, em congresso, da questão internacional, o Comité refere o que ficara acordado com o delegado para a minimização desses encargos, em especial a edição, em livro, pela CGT, do relatório dessa delegacia.

É de todo improvável que, a título individual, os delegados do Conselho Confederal desconhecêssem o assunto; daí que, como refere a acta da reunião daquele órgão que vimos seguindo, o Conselho Confederal tenha votado, sem discussão e por

¹⁰⁸ Como foi referido antes, a direcção da CGT só em Janeiro de 1922 dá conhecimento à organização de ter reunido, três meses antes, em Novembro de 1921, para ouvir o relato do delegado enviara à Rússia em meados do ano; o relato da reunião do Conselho Confederal, de 09 e 11 de Novembro de 1921, em que foi discutida a deslocação de Perfeito de Carvalho à Rússia, foi publicado somente em Janeiro de 1922 – “A CGT portuguesa e as relações internacionais”, *AB*, 24 e 25-01-1922.

unanimidade, o relatório do Comité, dando assim por aceites as explicações dadas e validando, sem questionar, a atitude do Comité, que tendo feito suas as competências do Conselho, havia sido desleal escondendo tal acto, além disso mentindo repetidamente ao principal órgão da CGT, mesmo depois de ser pública a delegacia à Rússia.

Perfeito de Carvalho, então em Lisboa, não de regresso, mas em trânsito, encontrava-se presente nas duas sessões do Conselho Confederal, ao qual dá conta dos resultados da missão de que o Comité Confederal o incumbira.

O delegado da CGT à Rússia relata aos conselheiros confederais as circunstâncias da formação e os fins da Internacional Sindical Vermelha, que, nos termos do relato, foi criada em virtude de algumas organizações operárias como secção da Internacional Comunista (Terceira Internacional), dadas as reticências de ao carácter político da Terceira Internacional; a ISV, sublinha Perfeito de Carvalho, não é uma organização política, mas uma organização económica como pretendiam os delegados reticentes, «sobretudo de países latinos», que se pretendia que «unisse as centrais sindicais dos outros países, e que seria o eixo em volta do qual toda a actividade revolucionária deveria girar». No entanto, acrescenta, como «os povos dos países não latinos, pela boca dos seus delegados, não admitem a separação das duas internacionais – política e económica, a internacional comunista não é de natureza absolutamente política, e a internacional sindical vermelha não é, por sua vez, de natureza exclusivamente económica. Entendeu, por isso o congresso que as duas internacionais trabalhassem de acordo no sentido de tornar possível a revolução emancipadora do proletariado em todo o mundo»; com esse objectivo, a ISV tem representação no Conselho da Internacional Comunista, e vice-versa, sendo que nesse processo de interacção, acentua Perfeito de Carvalho, a ISV está em vantagem, pelo facto de ter estar representada no Comité da Internacional Comunista, enquanto esta apenas tem representação no Conselho da Internacional sindical.

No seu relato, Perfeito de Carvalho não ilude a insatisfação expressa pelos «representantes dos países latinos e os sindicalistas revolucionários com a orientação do congresso» da ISV, lendo os documentos por estes então apresentados, mas refere que «quando terminou o congresso estes delegados tinham [...] modificado um pouco as suas opiniões, em presença dos factos que lhes foi dado observar.»

Perfeito de Carvalho fala seguidamente dos pormenores da sua viagem até Moscovo – provavelmente dos factos constantes do relatório do Comité Confederal antes apresentado aos delegados do Conselho, como o de não se ter podido juntar aos delegados espanhóis com que se deveria encontrar em Paris, para viajarem juntos até à capital russa, do dinheiro que houve que fazer-lhe chegar para custear despesas não previstas, que originou mais atrasos e um acréscimo de encargos para a CGT – e dos contactos que tinha mantido com a ISV, cujo comité internacional o havia reconhecido

como representante do operariado português, relatando ainda as acções que realizara na Rússia, as reuniões do comité internacional a que assistira como convidado, o relatório que elaborara a pedido daquele, sobre o movimento operário em Portugal, identificando neste, «como tendência determinante [...] a comunista anarquista»; referiu também que a ISV o encarregara do desempenho de «algumas delegações». O seu relato oral ao Conselho Confederal, esclarece Perfeito de Carvalho, não é o relatório da sua delegacia, pontua a acta que vimos seguindo; a sua estada em Portugal, naquela data, não é o fim da sua missão, pois se encontra aqui em trânsito, no cumprimento de uma missão que lhe fora cometida pelo Comité Internacional da ISV, «devendo ainda abandonar Portugal para dar contas do seu mandato. Não é, por isso, o delegado da CGT portuguesa que apresenta agora o seu relatório, mas sim o representante da Internacional que presta alguns esclarecimentos.» Depois de falar sobre a situação na Rússia, uma matéria sobre a qual referiu que tinha em preparação um livro, «que será o seu relatório circunstanciado e que a CGT poderá depois publicar», Perfeito de Carvalho remete para mais tarde a entrega de relatório escrito da sua delegacia ao Congresso da Terceira Internacional, com o qual dará por terminada a missão de que a CGT o encarregara.

Perfeito de Carvalho continua a intervir na reunião do Conselho Confederal do dia 11, apresentando e comentando alguns dos documentos aprovados no congresso da ISV, em especial os estatutos daquela organização. No período de discussão que se seguiu, ganha relevo a opinião de que a leitura dos documentos não habilita os delegados do Conselho a definirem a posição da CGT portuguesa face à ISV; na sua intervenção, o secretário-geral da CGT exprime a posição pessoal de que as deliberações daquela internacional sindical, quando comparadas com as da Internacional de Amsterdão, estão mais de acordo com a orientação dos congressos nacionais da organização operária portuguesa (isto é, da CGT e da UON, sua antecessora), mas que sendo a ISV uma internacional política, influenciada por um partido de governo, o partido comunista russo, a «organização operária portuguesa não poderá, sem fugir às determinações do congresso de Coimbra, dar[lhe a sua] adesão»; sendo, todavia, necessário, em seu entender, que a CGT defina face àquela Internacional uma posição, ainda que transitória, até que o Congresso Nacional delibere em definitivo, Manuel Joaquim de Sousa propõe, e o Conselho aceita, que seja constituída uma comissão que proceda ao estudo dos documentos votados ou apresentados no Congresso da ISV, e preparar um documento que exprima a coerência ou falta dela entre as deliberações do Congresso de Moscovo e as do Congresso de Coimbra, para que o Conselho possa pronunciar-se.

Constituíram a comissão nomeada pelo Conselho Confederal, o ferroviário do Sul e Sueste Miguel Correia, os arsenalistas João Pedro dos Santos e Abel Pereira, e Júlio de Matos, dos Metalúrgicos de Lisboa, os três últimos com afinidades com o Partido

Comunista Português¹⁰⁹; o representante do Comité Confederal na comissão foi Manuel a Conceição Afonso, da Federação do Livro e Jornal.

Na passagem do ano, a CGT está mergulhada numa enorme crise, resultante da criação do Partido Comunista e do envolvimento neste de alguns elementos importantes da CGT: as relações entre a Confederação e a Federação da Construção Civil estão muitíssimo deterioradas, nesta Federação lavra uma enorme guerra entre os que estão com Joaquim Cardoso, ao lado dos quais se alinham comunistas, mas também – não necessariamente manobrados pelos comunistas – quantos põem acima do resto o princípio cegetista da autonomia do indivíduo no sindicato, deste na Federação e desta na CGT; os acontecimentos na CGT criaram entretanto um enorme lastro, generalizando a crise a uma parte significativa da organização; além disso, está por resolver a questão das relações internacionais. A própria CGT está então praticamente paralisada, com o Conselho envolvido numa guerra sem fim à vista; o próprio Comité Confederal não funciona regularmente.

Perante este estado de coisas, o secretário-geral apresentará a demissão nos primeiros dias do ano de 1922.

¹⁰⁹ Ver José Pacheco Pereira - *Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)*.

CAPÍTULO IV

O APROFUNDAMENTO DAS DISCÓRDIAS E A CONSAGRAÇÃO DA DIVISÃO OPERÁRIA NO CONGRESSO DA COVILHÃ

1. ESTABILIDADE NO GOVERNO, REPRESSÃO NA RUA, A CARESTIA E A DEFESA DO PÃO POLÍTICO

O ano de 1922 começa com as instalações sindicais na calçada do Combro, em Lisboa, encerradas à ordem das autoridades, na sequência da explosão ali verificada a 30 de Dezembro de 1921, que provocou a morte de dois elementos das Juventudes Sindicalistas, encontrando-se presos outros três, José Gomes Pereira, José de Sousa e Joaquim Pereira, acusados de bombistas; o jornal *A Batalha* está a ser feito fora de casa. Nos funerais das vítimas, dias depois, estão presentes o secretário-geral e outros dirigentes da CGT.

No país político vive-se nova crise, registando-se forte presença militar em Lisboa, a pretexto de um eventual recrudescimento de movimentos revolucionários; o governo chefiado por Cunha Leal (16-12-1921 a 06-02-1922) está a organizar novas eleições, que terão lugar a 29 de Janeiro, com participação de elementos das “forças vivas” (patronato), por incentivo directo do chefe do governo. Feito o escrutínio, apura-se a vitória dos Democráticos e, em Lisboa, uma votação significativa nos candidatos monárquicos.

Confrontado logo após a sua posse por um golpe militar em preparação, que faz abortar¹, empreendendo logo depois a reforma da Guarda Republicana, para pôr fim às intervenções desta força militar na vida política, António Maria da Silva, à frente do novo governo, inaugura um longo período de estabilidade política em Portugal².

Declaradamente, a prioridade do governo é a resolução do desequilíbrio das finanças públicas, com os orçamentos a acusarem défices crónicos, situando-se o valor das receitas do Estado abaixo do realizado em 1913-14 (em termos nominais, -62%) e cobrindo somente 43% das despesas. A mudança do regime dos impostos é assumida como incontornável, vindo a ser aprovada em Setembro de 1922 (ministro Vitorino Guimarães), para ser posta em execução depois de um período experimental, não obstante as oposições e resistências que gerou da parte das classes proprietárias, da

¹ A 22 de Fevereiro de 1922 *A Batalha* dava Lisboa cercada de tropas vindas da província; nos meios próximos do governo a presença militar destinava-se a combater as greves em curso, ainda que tivesse de facto a ver com a acção governamental para sustentar o golpe militar em curso (Damião Peres, *História de Portugal, Suplemento*, p.325-326)

² Os 647 dias ininterruptos de António Maria da Silva na chefia do governo (de facto 3 governos: 06-02-1922 a 30-11-1922; 30-11-1922 a 07-12-1922; 07-12-1922 a 15-11-1923) são um facto notável para o padrão da Primeira República Portuguesa. António Maria da Silva foi chefe do governo mais 3 vezes, uma anterior (26-06-1920 a 19-07-1920) e duas posteriores, em 1925/26.

indústria e do comércio; sendo que, relativamente às «propostas das finanças», a posição da organização operária é que «o povo trabalhador [virá] a pagar todos os impostos», os que recaírem sobre a agricultura, a indústria e o comércio de forma indirecta pela sua incorporação nos preços dos produtos, mas também de forma directa, suportando o imposto de capitação sobre os rendimentos de trabalho, cuja cobrança, denunciam, ainda por cima será feita pelos patrões, descontando-o directamente nos salários, propostas que, clama *A Batalha*, sendo uma tentativa de extorsão, têm de ser aniquiladas³.

O ataque à crise financeira, pela via dos impostos, com efeitos gravosos para a vida das populações e do operariado, corre paralelamente com a alteração do regime do pão, que em 1922 sofre novo ataque, com a criação dos 2 tipos de pão e o encarecimento deste bem essencial – não foi o fim do pão político, mas para todos resultava que a sua supressão era apenas uma questão de tempo⁴; além da questão do pão – que estará na base de graves acontecimentos em Lisboa, no mês de Agosto, de que se tratará adiante – o parlamento discute a alteração da lei do arrendamento urbano, que se traduzirá no aumento das rendas de casa, uma questão muito sensível especialmente em Lisboa e no Porto, sendo que na capital se verificam outros aumentos de preços (transportes e água o domicílio) com impacto significativo na população.

Em matéria laboral, o governo avança com a decisão de regulamentar a lei do horário de trabalho de 8 horas, no caso o decreto 5.516, de 7 de Maio de 1919, cujo projecto de regulamento provisório, para vigorar durante 6 meses, a título de experiência, publicado em Setembro do mesmo ano e entretanto caducado, praticamente tornara insubsistente aquela legislação, que o Comité Confederal assinala, em Fevereiro de 1922, era desrespeitada em todo o país, admitindo a CGT, se necessário fosse, promover um movimento a nível nacional para impor o cumprimento do horário de 8 horas, no comércio e na indústria⁵, que além de outras movimentações operárias será um dos temas do 1º de Maio, mas a regulamentação da lei, aprovada pelo Parlamento em Julho está mais em conformidade com os desejos do patronato, cuja reivindicação, mais radical, ia no entanto no sentido da sua extinção, pura e simples; pode afirmar-se que a questão fica então arrumada, apesar da continuação dos protestos e da pressão operária, que a CGT impulsiona, publicando uma circular aos organismos confederados, em Setembro, de apoio a essas acções, apontando algo quixotesco, aos organismos confederados, que, em virtude do incremento da utilização da mecânica na indústria, iniciem a propaganda pela reivindicação do horário de 6 horas⁶.

³ *AB*, 07 e 08-09-1922.

⁴ A liquidação do regime do “pão político” verificar-se-á no ano seguinte, como se verá mais adiante neste estudo.

⁵ “Conselho Confederal [relato da reunião]”, *AB*, 16-02-1922.

⁶ “Circular nº 24 (05-09-1922)”, *AB*, 07-09-1922, baseia-se um parecer datado de 04-08-1922.

Além da questão do horário de trabalho, no princípio do ano, provavelmente apenas com o objectivo de provocar algum efeito nos conflitos laborais e sociais no Porto e em Lisboa, anuncia-se uma nova lei da greve, estabelecendo a responsabilidade individual e colectiva pelos prejuízos causados por actos de sabotagem e proibindo as greves nos serviços públicos.

O relacionamento do novo governo dos Democráticos com o operariado e com a organização sindical mantém, no essencial, a substância dos anteriores: sobre um fundo de acusações de subversão e de bolchevismo dirigidas à CGT (no princípio do ano referenciam-se notícias de que o governo poderá decretar dissolução da CGT⁷), numa altura em que se noticia que o Tribunal de Defesa Social, criado em 11-05-1920, conta já entre as suas vítimas 400 operários, coincidindo com boatos de que o governo se propõe criar um tribunal de excepção, e com a apresentação e discussão no parlamento de dois projectos de lei restabelecendo a pena de morte, um deles de Cunha Leal (que a CGT combate, mobilizando toda a organização sindical e a população, nas palavras do secretário-geral «tomando a vanguarda da acção de protesto que se esboça em todo o país», fazendo-o não na perspectiva de uma «oposição de classe», mas como «fracção da opinião pública, porventura a mais activa»⁸), proíbem-se comícios (da USO, em Lisboa, contra o aumento do preço da água, em Fevereiro, e, no mês seguinte, os projectados comícios contra a pena de morte, no Porto e em Lisboa, e em Junho, em Évora, contra o aumento do preço do pão); as autoridades interferem em reuniões de sindicatos (no Congresso dos Ferroviários, em Junho) e reprimem manifestações (em Lisboa, Operários Municipais, em Fevereiro, efectuem detenções (centenas, no período das greves de Março-Abril, em Lisboa e no Porto, e quando da greve geral de Agosto, em Lisboa), encerram instalações sindicais (da Confederação, *A Batalha* e outras em Lisboa na passagem do ano e de novo em Agosto, pelo período de 20 dias, da Associação do Pessoal da Carris e de diversos organismos no Porto, durante as greves de Março, e em outros locais) e, em alturas de maior contestação e violência nas ruas, intervenção da força armada, com a ocorrência de feridos e mortos por arma de fogo,

⁷ *AB*, 28-02 e 14-03-1922. É recorrente na imprensa a alusão a uma possível proibição da CGT e à interdição de *A Batalha*, tendo por referência as discussões no Parlamento e afirmações de membros do governo e de elementos do patronato; pontualmente, alguma imprensa aponta-o como uma necessidade. Em resposta, a CGT alardeia que, mesmo que tal se faça na lei, no terreno isso é impossível (*AB*, 28-02-1922). Pontualmente, há insinuações e acusações de enorme gravidade, como, em Agosto de 1922, estando ainda encerradas as instalações da CGT e de outros organismos sindicais, há também insinuações, nos jornais *República* e *Correio da Manhã* (com base no depoimento judicial de um dos implicados no processo judicial relacionado com os acontecimentos daquela data) de comprometimento da CGT, nos dias anteriores ao golpe de 19 de Outubro de 1921, na identificação das pessoas que deveriam ser assassinadas na “Noite Sangrenta”, que o secretário-geral da CGT repudia, exigindo a apresentação de provas (“Uma grave insinuação”, *AB*, 26-08-1922).

⁸ *Diário de Lisboa*, 04-03-1922 e *AB*, 05-03-1922. O assunto “restabelecimento da pena de morte” parece encerrado antes do fim do mês de Março de 1922.

sendo também recorrente a ameaça governamental de deportar os elementos operários presos⁹.

Bento Gonçalves assinala que 1922 começara como um ano «que oferecia perspectivas de grandes lutas», referenciando que a CGT tinha aumentado o número de sindicatos aderentes, que «os seus triunfos no ano transacto fizeram aumentar o número de sindicatos [e que] as greves parcelares recrudesceram de intensidade¹⁰.

Se oferece resistência ao governo, pondo-se em campo contra a reforma dos impostos por este empreendida, e pelo ataque ao horário de trabalho das 8 horas, nos locais de trabalho e pressionando o governo para a sua supressão, o patronato desenvolve novas estratégias de combate à escalada das reivindicações operárias: ao mesmo tempo que a confederação empresarial injecta na opinião pública a ideia de que o aumento dos preços e a carestia têm como única causa os aumentos dos salários (a que a CGT responde, em Junho, acusando a “Patronal” de propósitos de manipulação da população e opondo a tal “evidência” propalada pelo patronato números que alegadamente comprovavam o desfasamento da variação dos preços e dos salários desde o princípio da Guerra, respectivamente 11 e 7 vezes¹¹), avança na centralização na Associação Industrial da resolução de alguns conflitos laborais, como já fizera com os Corticeiros e assumindo idêntica atitude na greve dos Mobiliários, exigindo aos industriais que lhe entregassem a resolução do conflito, apesar da recusa dos organismos sindicais, com José Santos Arranha em evidência, recusarem reconhecer a associação patronal; a utilização do lock-out patronal, uma novidade que os Mobiliários foram os primeiros a experimentar, ditaria não obstante a solidariedade de outras classes, o esmagamento dessa greve, primeiro geral e depois parcial, que durou mais de 6 meses¹².

Na sua maioria, as greves têm como base a reivindicação de melhoria de salários, aliás o grande motor de mobilização da massa operária.

Até meados do ano têm lugar diversas paralisações¹³, por questões salariais, mas não só: 14 em Janeiro (2 iniciadas em data anterior), de que as mais importantes foram a dos Pessoal dos Eléctricos de Lisboa e do Porto; 10 em Fevereiro (2 iniciadas em data anterior), com realce para a greve geral das Classes Marítimas, a nova greve do Pessoal

⁹ Em 13 de Julho *A Batalha* faz-se eco de preparativos para o embarque, com destino a Luanda, Angola, de 400 presos, em cujo número não parecem incluir-se elementos operários ou sindicalistas detidos por questões sociais.

¹⁰ Bento Gonçalves – *Palavras necessárias*, *idem...*, p. 71.

¹¹ “Arranca-se a máscara à Patronal – A Confederação Geral do Trabalho expõe ao país as verdadeiras causas da carestia de vida”, *AB*, 10-06-1922.

¹² Bento Gonçalves – *op. cit.*, p. 75. Sobre a greve dos Mobiliários recupere-se a opinião de Santos Arranha, em Março, sobre o envolvimento a “Patronal”: a greve ainda não acabou «porque não queremos tratar com a Patronal. Ganharíamos imediatamente o movimento se a reconhecêssemos» - *AB*, 26-05-1922.

¹³ Referenciam-se apenas as paralisações mais importantes; a identificação de cada um dos movimentos (classe e local) poderá ser encontrada na cronologia inserta no Apêndice A.

dos Eléctricos em Lisboa (que teve duração de 48 dias, terminando com o despedimento e prisão de mais de 350 operários), a continuação da do Pessoal dos Eléctricos do Porto e, na mesma cidade, a greve geral contra a carestia de vida; 14 em Março (2 iniciadas em data anterior), destacando-se a continuação da greve dos Eléctricos de Lisboa e da greve geral das Classes Marítimas; das novas greves, assinala-se a greve geral dos Operários da Indústria Mobiliária, que, passando a parcial, se manterá durante 6 meses, com intervenção da Confederação Patronal, que respondeu à greve com o lock-out, e que terminou com o completo esmagamento dos operários grevistas, e a greve dos Ourives da Prata do Porto, que se prolongará por 5 meses; 15 em Abril (6 iniciadas em data anterior, com destaque para a do Pessoal dos Eléctricos de Lisboa e a greve dos Operários Mobiliários), sendo de evidenciar ainda a greve geral de solidariedade com os presos por questões sociais, que, com alguma irregularidade, é observada em Lisboa, Almada, Montelavar, Cascais e Parede¹⁴; 14 em Maio (6 iniciadas em data anterior); nos meses seguintes, verificam-se ainda diversos movimentos, destacando-se a greve geral em Évora, contra o aumento do preço do pão, em Junho, as greves dos operários têxteis, na Fábrica Lordelo e na Companhia Fabril de Salgueiros, no Porto, e em várias fábricas na Covilhã¹⁵, em Julho (veja-se o detalhe na cronologia do Apêndice A e a distribuição geográfica e sectorial das paralisações no Apêndice K).

A carestia continua a estar no centro das discussões e movimentações da organização operária – estão em causa a perda de poder de compra dos salários, o preço dos produtos básicos, a questão do pão (um ou dois tipos), as rendas de casa e, em Lisboa, os aumentos dos preços da água e dos transportes. No princípio do ano, quando as USO mais activas, de uma forma geral dedicam reuniões sucessivas à questão da carestia, em especial no Porto e em Lisboa, mas também no Seixal (reuniões e comício), Braga, Coimbra, Covilhã (comício organizado pela Associação Têxtil), entre os militantes sindicais de Lisboa e no Porto ganha força a orientação no sentido de se avançar para um movimento geral pro-barateamento da vida, em detrimento de lutas corporativas isoladas por aumentos de salário, cujos benefícios apenas estão ao alcance das classes mais numerosas e com maior poder reivindicativo. Tolhida pela menor simpatia que esse tipo de acções regista entre as massas operárias e pelo desinteresse dos delegados sindicais, que registam faltas sistemáticas às reuniões em que tal se discute, a USO-Lisboa acabará por adiar sine-die esse propósito, deixando a cada classe

¹⁴ Fernando Medeiros – *A sociedade e a Economia Portuguesa nas origens do Salazarismo*, p.252 vê nesta greve “a primeira acção de envergadura dos sindicalistas depois da derrota dos ferroviários [greve de Setembro-Dezembro de 1920] marcando o início do ressurgimento da organização sindical”.

¹⁵ A greve dos Operários da Têxtil na Covilhã terminou com a conquista de uma nova tabela salarial; os operários de menor idade de 6 fábricas, da especialidade de pegadores de fios, que continuaram a vencer pela tabela antiga, declararam-se contra o fim da greve, propondo-se continuá-la para reivindicar maior salário e a aplicação do horário de trabalho de 8 horas (AB, 02-08-1922). Também no Barreiro, então, os operários menores da indústria corticeira estão em greve por não terem sido excluídos dos aumentos de salários (AB, 24-07-1922).

a decisão sobre o que fazer¹⁶; foi diferente no Porto, onde a USO local consegue levar mais longe o movimento pro-barateamento da vida, concretizado numa “manifestação-monstro” no princípio do mês de Fevereiro, com paralisação quase completa de fábricas e oficinas e transportes (esta simbólica) e num comício com a participação de 40 mil pessoas, que aprova um documento exigindo à CGT a organização de movimento nacional em direcção à greve geral¹⁷, que o Conselho Confederal chegou a apreciar¹⁸ mas sem outros desenvolvimentos naquele órgão confederal.

Os episódios locais de greve geral multiplicam-se no ano do Congresso Operário da Covilhã. Um mês depois da greve geral, no Porto, a situação dos presos por questões sociais levou à convocação de um movimento geral, em Lisboa, que apesar da bondade dos seus objectivos, veio a originar mais um conflito entre a CGT e a USO-Lisboa, como veremos a seguir; há, depois, duas movimentações, de âmbito “geral”, motivadas pela questão do pão, a primeira, no mês de Junho, em Évora, no mês de Junho – promovida pela USO local, que mobilizou para uma acção de rua mais de 2 mil pessoas, obtendo das autoridades administrativas a cidade a garantia de manutenção de um tipo único de pão¹⁹ – e a segunda, em Lisboa, de que daremos, à frente, maior detalhe. Pela sua expressão e repercussões que tiveram na CGT, e pela leitura que proporcionam sobre o estado da organização confederal nas vésperas do Congresso Operário Nacional, vale a pena determo-nos mais longamente nas “greves gerais” de Abril e Agosto de 1922.

A “greve geral” de Abril de 1922, em Lisboa, de apoio aos presos por questões sociais, foi uma acção singular – pelas suas motivações, mas sobretudo pelas circunstâncias da sua convocação, que provocaram acesa polémica entre a militância cegetista na capital e uma certa fricção entre o Conselho Confederal e a União de Sindicatos de Lisboa. Vejamos, em traços largos, o que se passou: no mês de Março há movimentações operárias em Lisboa e no Porto, e várias classes em greve, registando-se buscas policiais, encerramento de sindicatos e centenas de detenções de operários e militantes sindicais; em ambas as cidades, rebentam bombas e petardos, e em Lisboa, onde se verificam sabotagens e descarrilamentos de eléctricos, há movimentações de tropas, que entram na cidade, para auxiliar a GNR na manutenção da ordem; em 19 de Março, os presos em S. Julião da Barra entram em greve da fome, protestando contra a proibição de visitas de familiares e a ameaça de deportação, que interrompem dias

¹⁶ AB, 27-01-1922. Nas reuniões do Conselho de Delegados da USO-Lisboa, ao discutir-se a questão, um dos pontos referidos (que já não é novo na organização) é a razão de ser das reivindicações isoladas de aumento de salário, contestada por apenas ter viabilidade de ser eficaz nas classes mais numerosas e combativas; por essa razão, a aposta é num movimento “geral” pro-uniformização dos salários, coordenado pela USO.

¹⁷ AB, 08-02-1922.

¹⁸ “Conselho Confederal [relato da reunião]”, AB, 16-02-1922.

¹⁹ AB, 04, 07, 09 e 15-06-1922.

depois, para repetirem na primeira semana de Abril, então em simultâneo com os presos no Forte de Sacavém, a que aderem depois os presos por questões sociais do Limoeiro.

Entre protestos de organismos sindicais, declarações de solidariedade e a reclamação da libertação dos presos, a USO-Lisboa convoca para o Parque Eduardo VII um comício de solidariedade com os presos, que é proibido; de uma reunião na sua sede, na Calçada do Combro, em 6 de Abril, com a participação de elementos destacados da organização confederal – como Jerónimo de Sousa e Artur Aleixo de Oliveira (Manifatores de Calçado), Júlio de Matos (Metalúrgicos) – mas também Joaquim Cardoso, irradiado da CGT meses antes – sai a deliberação convocar para o dia seguinte uma greve geral na região de Lisboa, acompanhada por uma manifestação na cidade; na mesma noite, depois daquela reunião, os participantes desta dirigem-se em cortejo de protesto para as instalações do Parlamento, onde se manifestam. A edição de *A Batalha* do dia seguinte inseria a proclamação da greve geral (que também circulou impressa em separado), acompanhada de declarações de apoio de vários organismos, com destaque para as Federações sindicais Metalúrgica e dos Manifatores de Calçado, e do Partido Comunista. Na edição seguinte do jornal, de 9 de Abril, que não se publicara na véspera e cuja distribuição havia sido impedida no dia da greve, noticia-se a libertação de 113 operários presos no governo civil e nos fortes de S. Julião da Barra e Sacavém, mantendo-se todavia a prisão de várias dezenas de outros, detidos durante a greve geral.

“Objectivamente” – e é esse o tom do noticiário e do fundo de *A Batalha* nessa mesma edição – a greve geral havia sido um sucesso²⁰; mas, rapidamente, esse triunfalismo é posto em questão, primeiro por alguns órgãos da imprensa de Lisboa, que (transcrevemos da resposta do diário da CGT²¹) escreve que «a greve constituiu um verdadeiro fracasso, verificando-se que o operariado não acompanha a organização»; atendendo às condições em que foi lançada, responde a CGT, sem ter sido «um movimento grandioso», a greve «não pode considerar-se, como pretendem, um grande fracasso». Na mesma edição, o jornal publica o relato da reunião extraordinária do Conselho Confederal, provavelmente realizada na véspera, em que os delegados discutiram, no essencial, dois pontos relacionados com aquela greve: a forma como tinha sido deliberada a sua realização – invocando-se ter ocorrido numa assembleia *ad-hoc*, com a participação de pessoas alheias aos organismos aderentes da USO-Lisboa (referência implícita a pessoas como Joaquim Cardoso e outros elementos do Partido Comunista), sendo ainda indiciada a ocorrência de coacção física sobre delegados sindicais àquele organismo local – e o abuso que teria sido praticado com a publicação,

²⁰ Noticia-se a adesão, em Lisboa, dos Metalúrgicos, Tipógrafos, Mobiliários e, parcialmente, da Construção Civil, e que ela se havia estendido a Montelavar, Cascais, Parede e Almada; no Porto, na USO, a greve geral teria sido votada, em princípio.

²¹ “Contra uma especulação”, *AB*, 12-04-1922.

à revelia da redacção e da administração de *A Batalha*, da proclamação da greve na “entete” do jornal e em folha separada, resolvendo-se nomear uma comissão para apuramento dos factos²².

Na edição de 14 de Abril, em fundo, já é sobre «a tentativa de greve» que se escreve. A prosa, que se irá estender por mais alguns editoriais do jornal, tem o tom e o estilo de Manuel Joaquim de Sousa, o secretário-geral da CGT, que acumula as funções de director de *A Batalha*: «os factos relatados» sobre aquele movimento «revelam um pertinaz desejo de acção, de revindica, contra as arbitrariedades patronais e governamentais, mas revelam também falta de tacto sindical, falta de preparação revolucionária conscienciosa dentro do espírito de classe. É simultaneamente um aviso para futuras lutas, porque nos indica haver criaturas que têm mais em conta a sua vontade pessoal, nem sempre criteriosa e lógica, do que o que é necessário fazer-se para se interessar toda a massa proletariana na acção que directamente tenha de exercer», escreve, acrescentando que «há neste procedimento muito do que se observa entre os políticos», para proclamar, preto no branco, que «entre as forças proletarianas que estão integradas no espírito de classe, podem discutir-se livremente todos os erros, todas as faltas, rectificar-se pormenores de táctica, à plena luz do sol, sem ambiguidades, sem sofismas, e isto porque é timbre dos trabalhadores, é nosso timbre.»²³

A apreciação da greve pelo Conselho Confederal e os termos divulgados no relato dos trabalhos (e muito provavelmente o último editorial de *A Batalha* que referenciamos) teve, naturalmente, repercussão nos organismos confederados, particularmente na USO-Lisboa; no Conselho de Delegados deste organismo, alguns delegados contestam afirmações constantes daquele relato e a divulgação de certos factos que se deveriam manter reservados, ao ponto de poderem constituir autêntica «delação»²⁴.

O “combate” de Manuel Joaquim de Sousa, em nome da CGT, segue, intermitente, nos dias seguintes. No essencial, afirma que só os sindicatos ou os seus representantes nos organismos centrais podem deliberar sobre os assuntos que lhes dizem respeito, designadamente, sobre a realização de uma greve geral; no caso, não foi assim, refere, e a “interferência externa” teve como resultado o fracasso da greve, mostrando ao governo e ao patronato uma situação de «fraqueza» da organização e «colocou mal o organismo e face da própria classe operária».²⁵

²² “Conselho Confederal [relato da reunião extraordinária]”, *AB*, 12-04-1922.

²³ “A última greve – uma advertência”, *AB*, 14-04-1922.

²⁴ “O Conselho de Delegados [da USO-Lisboa] ocupa-se da questão do pão e ainda da última greve [relato da reunião de 14-04-1922]”, *AB*, 16-04-1922.

²⁵ “A última greve – Definindo critérios e situações”, *AB*, 15-04-1922, e “A propósito da última greve”, *AB*, 25, 26 e 27-04-1922. O secretário-geral da CGT havia-se proposto aprofundar o «exame» desses acontecimentos no diário cegetista, mas não referenciamos a publicação desse trabalho.

No dia 2 de Agosto, *A Batalha* denuncia a decisão governamental de aumentar o preço do pão – dois dias depois, a 4, o pão de 1ª passará a ser vendido a 1\$20 o quilograma, e o de 2ª a \$80. É «o mostrengo da fome» que se perfila sob o nome de «novo regime cerealífero», contra o qual, escreve-se, «o povo trabalhador, como todas as criaturas que gemem sob o peso da ladroeira do Estado, da Moagem e do lavrador, tem que cerrar fileiras para o destruir quanto antes». Não é só o pão que aumenta de preço, protesta a USO-Lisboa na mesma data – é a carne, é o peixe, é enfim tudo o que mais de essencial é à vida.»

«Ladrões, ladrões, ladrões!», é um título do dia seguinte, que secunda o apelo da mesma União de sindicatos para o abandono do trabalho a meio da tarde, promovendo um protesto na sua sede, na Calçada do Combro, em Lisboa. O governo estaciona tropas na rua, e da sessão de protesto sai a proclamação de «greve geral em princípio», votada pelos presentes (10 mil, diz-se), que, «no meio de grande entusiasmo» votou também o não pagamento do pão a preço superior ao que vigorava, um único tipo, a \$60. Há indicações de que o movimento iniciado em Lisboa alastra a outras localidades o Conselho Confederal da CGT assume a coordenação dos movimentos locais²⁶; as classes marítimas declaram a greve geral de protesto contra o novo regime cerealífero e, em Lisboa, os Manipuladores de Pão declaram também a greve, mas por aumento de salários, todavia afirmando-se irmanados no protesto geral contra a “nova lei do pão”; em diversas padarias da capital registam-se pequenos incidentes porque os consumidores pagam o pão pelo preço antigo.

A União de Sindicatos de Lisboa, ao mesmo tempo que recebe adesões ao movimento dos sindicatos locais, desenvolve várias *démarches* junto de parlamentares e responsáveis governamentais, elementos do governo, que esbarram numa cortina de indiferença; a greve geral é proclamada para segunda-feira, dia 7 de Agosto, «não deve(ndo) terminar enquanto o decreto que caducou não voltar a vigorar»²⁷; o movimento alastra a outras localidades, na envolvente geográfica de Lisboa (nomeadamente, Cascais, Almada e Barreiro) e noutros centros urbanos, como Braga, Porto, Coimbra, Évora e Beja. Em todos os locais onde a greve geral avançou, a polícia e a Guarda Republicana registaram intervenções, e a tropa foi colocada de prevenção; desde a data da proclamação do movimento em Lisboa, foi proibida a publicação de *A Batalha*, que será mantida praticamente uma semana, para reaparecer pejada de cortes da censura no domingo, 13 de Agosto; entretanto, apenas fora editado na quinta-feira, 10 de Agosto, um suplemento, de uma única página, à edição do dia 6, proclamando a suspensão da greve geral²⁸ – o objectivo de impôr o “pão político”, de um único tipo e

²⁶ “A questão do pão” (relato da reunião do Conselho Confederal de 04-08-1922), *AB*, 05-08-1922.

²⁷ “Está proclamada a greve geral! [...] Voltemos ao tipo único de pão barato! Seja respeitada a vontade do povo!”, *AB*, 07-08-1922.

²⁸ “Fica suspensa a greve geral” e “Nota Oficiosa da CGT”, *AB*, 10-08-1922.

ao preço antigo não tinha sido alcançado; apenas, o Commissariado dos Abastecimentos, por mandato do governo, tinha acordado com a USO-Lisboa a suspensão da greve, criando-se uma «comissão das classes interessadas na modificação d[a] qualidade e preço [do pão]», que incluiria dois representantes dos sindicatos, para estudar o problema e apresentar um relatório ao governo.

No dia 14 a greve era retomada em Lisboa, depois de o governo ter declarado no Parlamento que não tratara com ninguém a solução do conflito operário e de o parlamento ter imposto ao governo uma atitude firme relativamente à questão cerealífera e à contestação popular; à data, muitos organismos operários tinham sido fechados pelas autoridades, incluindo a CGT e a USO-Lisboa (encerrados durante 20 dias), e *A Batalha*, sujeita à censura, tem a circulação muito coarctada; nesta nova fase, participa na greve o pessoal dos eléctricos, que se mantivera arredado no início do movimento, mas não o pessoal dos Arsenais, onde se tinha verificado o despedimento de muitos operários aderentes à greve, mantendo-se a adesão em especial das classes metalúrgica e da construção civil; as alterações da ordem pública multiplicaram-se, recrudescendo as explosões de bombas e petardos, com múltiplas intervenções da polícia, que chega a utilizar armas de fogo, e foi decretada a suspensão de garantias; os estabelecimentos comerciais estão maioritariamente encerrados e os eléctricos circulam conduzidos por militares; muitos operários e sindicalistas foram presos e encarcerados no Governo Civil e no forte de São Julião da Barra.

A 16 de Agosto, o «comité central» da greve dá indicação ao operariado de Lisboa e arredores para que retome o trabalho; no dia seguinte, a “comissão de *démarches*” dos sindicatos, que havia reunido com deputados e governo, incluindo o chefe deste, faz entrega ao deputado João Camoesas de um documento com as bases «dentro das quais pode ser satisfeita a vontade do tipo único de pão», que *A Batalha* publica – na página 2 – da edição de 18 de Agosto de 1922: a reivindicação do pão de tipo único mantém-se, mas deixou-se cair a exigência do preço antigo, assumindo-se o novo preço de \$80 por quilo, que é justificado nos seguintes termos: «tomando por base os preços do trigo nacional e exótico, [considerando as taxas a pagar à moagem e à panificação] conclui-se que se poderá obter pão de tipo único ao preço aproximado de \$80 o quilo; [...] o seu preço não poderá ser de 60 centavos, visto que também não é defensável o chamado pão político àquele preço, posto que para o sustentar e sustentar a roubalheira da moagem teria de se aceitar o princípio de que a província continuaria a pagar mais para que Lisboa tivesse o pão mais barato. [...] Veremos se [o preço de 80 centavos] será aceite. Se não for, continuarão de pé e cada vez com mais justiça os protestos e reclamações da classe operária.»²⁹ Não foi aceite.

²⁹ “Ecos do movimento”, *AB*, 18-08-1922.

No balanço do movimento, contam-se centenas de detidos, em Lisboa, Porto e outros locais, muitos feridos e mesmo mortes, designadamente na capital, onde no início da greve tinha sido morto a tiro, pela polícia, o antigo secretário-geral da USO, Guilherme Lima³⁰.

A condução da greve geral, os seus resultados e, de uma forma geral, a actuação da CGT nesse movimento motiva “leituras” muito críticas, tudo indica da parte de elementos ligados ao Partido Comunista e/ou à orientação “não-alinhada” com a maioria confederal; e há críticas dirigidas directamente aos elementos do «comité de *démarches*» e ao próprio secretário-geral da CGT, por colaborarem com as autoridades, propondo uma solução concreta para a questão do “pão político”; sobre as “leituras” heterodoxas da greve geral e da acção da CGT naquele movimento, a resposta da CGT, embora não assinada, tem o estilo de Manuel Joaquim de Sousa: denuncia os que «torcem a significação dos factos com o fim de tirar partido – para o seu partido – d[o]s acontecimentos [...] procura[ndo] aproveitar-se, para amesquinhar uma acção só porque esta não corresponde aos seus objectivos estreitamente particulares e políticos», qualificando essa greve geral como um dos maiores «movimentos que se tem feito», expõe que esse movimento, desencadeado localmente e como tal lançado pela União de Sindicatos de Lisboa, teria de ter, pela importância geral da questão do pão, âmbito nacional, justificando-se assim a intervenção da Confederação, que o seu lançamento, apesar de precipitado, «não excluiu o raciocínio», que, não se tendo conseguido uma vitória material, o movimento constituiu uma vitória moral do operariado, e, finalmente, que não houve colaboracionismo com o governo ou com o parlamento, como não houve «desvios censuráveis»³¹.

Internamente à organização, também há críticas e tensões relacionadas com a “greve geral do pão”, com acusações a algumas classes de não terem actuado como deviam – no caso, o pessoal do sector dos transportes, cuja adesão é apontada como decisiva no rumo de qualquer movimento de greve geral, de âmbito local ou mais alargado, é colocado no centro das atenções: o pessoal dos eléctricos de Lisboa ficou inicialmente à margem da greve, aderindo somente no dia 14, mas exigindo igual atitude dos ferroviários. Terminado o movimento, tudo indica que as denúncias mútuas de indignidade de actuação se alargaram e subiram de tom, protagonizadas provavelmente pelos organismos Metalúrgicos e da Construção Civil, que tinham tido papel relevante nos oito dias da greve. Armando Martins, um metalúrgico da Carris de

³⁰ Em Évora foram detidos mais de duas dezenas de operários, a maioria libertados dias depois da greve; cerca de uma dezena foram enviados para Lisboa, onde ainda se mantinham presos no final do mês de Setembro. *AB*, 26-09-1922.

³¹ “O último movimento: reponhamos as coisas no seu lugar”, *AB*, 27-08-1922; “Reponhamos as coisas no seu lugar: objecções que esclarecem”, *AB*, 29-08-1922; “Os factos impõem-se! O último movimento moralmente venceu: ensinamentos aproveitáveis”, *AB*, 30-08-1922; “Ensinamento que não se perde: preparemos melhor a acção revolucionária”, *AB*, 31-08-1922.

Lisboa, é quem leva o tema para *A Batalha*; a seu ver, o que se passou torna claro que a organização dos trabalhadores dos transportes tem de ser modificada, senão – como reputa desejável – pela constituição da Federação Nacional dos Transportes (inviabilizada pelo corporativismo dos Marítimos e dos Ferroviários, com as suas Federações já constituídas, e firmes opositores à existência de uma Federação sectorial única), no mínimo pela constituição de uma Federação dos Transportes Urbanos e uma efectiva coordenação entre as três Federações dos Transportes «para o seu bom funcionamento e entendimento»³²; em resposta, Miguel Correia, dos Ferroviários, deixando de parte a questão organizativa, virá contestar Armando Martins, centrando-se na defesa da dignidade da classe ferroviária e da justeza da sua atitude face à “greve do pão”: as acusações aos Ferroviários escamoteiam a verdade dos factos e são injustas, escreve aquele dirigente federativo, pois «os Ferroviários cumpriram o seu dever no último movimento geral»: fizeram-no localmente, acrescenta, os das oficinas gerais do Sul e Sueste e da CP, no Barreiro e em Lisboa, preparavam-se para o fazer os do Minho e Douro «se no Porto a greve fosse intensificada» e os do Sul e Sueste só não paralisaram a circulação porque os «movimentos locais» não se transformaram num «forte movimento geral [...] porque a CGT não resolveu responder ao governo e ao parlamento com a greve geral nacional. Os ferroviários cumpriram com o seu dever até onde as circunstâncias lho determinaram e se mais longe não foram é porque não deviam ir»³³. A tese do dirigente dos Ferroviários é “validada” pelo secretário-geral da CGT na apreciação oficial que é publicada sobre a “greve do pão”, que também não deixa maltratado o pessoal dos eléctricos. O tempo parece ser de criar espírito de corpo dentro da Confederação, de fazer barreira aos ataques vindos de fora, e não de aprofundar divergências internas; quanto à questão central suscitada por Armando Martins, a organização federal dos trabalhadores dos transportes e a coordenação da acção das estruturas existentes, o assunto morre de imediato³⁴.

A par das críticas dirigidas à CGT, a USO-Lisboa é acusada de se ter vendido à Moagem. O relatório produzido pela sua comissão administrativa, discutido e aprovado no Conselho de Delegados³⁵, para além de pretender dar conta do que tinha sido o movimento, propõe-se dar resposta àquela «insinuação torpe e cheia de vilania». Entre

³² Armando Martins – “Ideias úteis - Pela organização dos Transportes”, in *AB*, 25-08-1922.

³³ *AB*, 31-08-1922.

³⁴ Armando Martins – “Sobre uma acusação injusta, que não existe, nem subsiste”, in *AB*, 03-09-1922. A resposta de Miguel Correia, refere Armando Martins no que escreve a fechar este episódio, está desfocada, pois o seu artigo tratava somente da necessidade de organização federal dos trabalhadores dos transportes urbanos – não avaliava a actuação dos Ferroviários, nem acusava. Ao suscitar aquela questão, recorde-se, o sindicalista da Carris-Lisboa repunha uma discussão já antes travada na organização operária, vinda dos tempos da UON e que se mantinha no quadro da CGT e atravessará toda a existência da organização confederal (ver, designadamente, o que se escreveu sobre as duas Federações dos Transportes, no Congresso de Coimbra e depois deste, e da formação da Federação Ferroviária).

³⁵ *Relatório do movimento de protesto contra a lei que aboliu o tipo único de pão*, Agosto de 1922, in *AB*, 31-08 e 01-09-1922.

proclamações de que se tratou de um movimento «grandioso» e de que continuará focada na questão da carestia da vida, a União de Sindicatos Operários de Lisboa desafia os acusadores a apresentar provas das insinuações que lhe são dirigidas. A questão, no essencial, ficou por aí; o fim do “pão político” será uma questão de tempo. À USO-Lisboa, para além do peso das críticas, o “movimento do pão” deixava outra pesada consequência – uma elevada dívida, agravada pelos 1.500\$00 gastos com aquela acção, que a obrigou a lançar um pedido de solidariedade, declarando os seus responsáveis que entregam o futuro do organismo nas mãos do operariado da capital³⁶.

Em resultado destes acontecimentos, o Congresso Operário Nacional sofre novo adiamento, fixando-se então a sua data definitiva.

2. A ORGANIZAÇÃO – AVANÇOS, RECUOS E UMA CERTA CRISE INSTALADA

2.1. Dinâmica organizativa e actividade

Referenciam-se novos organismos, de que o mais relevante é a Federação dos Trabalhadores Ferroviários, constituída no Congresso da classe em Junho de 1922; quanto a organismos de base, o SU da Construção Civil de Viana do Castelo³⁷ e do SU dos Mobiliários da Póvoa de Varzim (ambos em Janeiro), do Núcleo de Artes Gráficas de Olhão e da Secção do SU da CC do Porto, em Paredes (ambos em Março), do Sindicato dos Canteiros e Cabouqueiros de Albufeira, do Sindicato da Construção Civil de Viseu e do SU dos Operários da Indústria do Calçado, Couros e Peles e Braga³⁸ (ambos em Maio), SU Metalúrgico de Tomar (Julho) e, em Santo Tirso, o Sindicato das Quatro Artes da Construção Civil e Classes Anexas (Julho); assinala-se ainda a reorganização de vários organismos, um sinal do seu desaparecimento ou inactividade, como a USO-Olhão e os sindicatos de Coimbra dos Metalúrgicos, Mobiliário, Artes Gráficas e Hotéis, Restaurantes e Cafés (todos em Janeiro), a Associação dos Caixeiros de Santarém (Março), da Construção Civil de Olhão (em Agosto), referenciando-se ainda pedidos de apoio às federações para reorganização dos SU Metalúrgicos de Cascais e de Tomar (Julho); regista-se também a tentativa de reorganização dos Calafates de Lisboa, processo de que se excluíram os operários do Seixal e do Barreiro,

³⁶ Sobre o “pão político, veja-se A. H. de Oliveira Marques – *História da 1ª República Portuguesa – As estruturas de base*, p. 142 e seguintes; na leitura de Fernando Medeiros (*A sociedade e a Economia portuguesas nas origens do salazarismo*, p. 256) «a mobilização operária conseguida nessas lutas [pelo pão] anuncia a reparação do movimento sindical na região de Lisboa.» No primeiro mês, os donativos recolhidos pela USO-Lisboa cobriam cerca de 40% da dívida.

³⁷ A formação do SUCC de Viana do Castelo resulta da missão de propaganda da Secção Federal de Propaganda da Federação da Construção Civil do Norte – AB, 07-01-1922.

³⁸ O SU dos Operários do Calçado, Couros e Peles de Braga resultou da fusão das anteriores associações e classe dos Manufactores de Calçado, Tamanqueiros, Surradores e Correeiros.

que formaram uma associação de classe à parte, o Sindicato Único da Construção Naval (Seixal)³⁹; também os Manipuladores de Pão, em Lisboa, aprovaram o propósito de constituírem, com os Manipuladores de Farinhas, Massas e Bolachas, o Sindicato Único da Indústria de Farinhas⁴⁰.

Dois casos merecem uma referência em separado: o primeiro, relativo à persistente incapacidade dos Manufactores de Calçado de Lisboa em constituírem o Sindicato Único da classe do Calçado, Couros e Peles, uma dificuldade seguramente relacionada com Carlos de Araújo e os problemas de relacionamento deste e do (seu) Sindicato dos Correeiros com a CGT, decorrendo no período pré-Congresso Operário Nacional tentativas para a constituição, em Lisboa, do Sindicato Único da classe a que pertence o secretário-geral da CGT, entre os Manufactores de Calçado e os Curtidores de Sola e Cabedais, mas não com os Correeiros⁴¹; o segundo caso é o dos operários da indústria de Fósforos do Porto admitidos na Companhia dos Fósforos, no Porto, depois de 1895, que constituem, com o apoio da USO local, um sindicato paralelo ao existente, aderente desde a primeira hora da USO e da CGT⁴².

Verificam-se também algumas adesões aos organismos intermédios e à CGT:

Algumas destas adesões ocorreram entre grandes discussões em assembleias magnas das respectivas classes, como a da Federação Ferroviária à CGT⁴³, também decidida no congresso de Junho, ou a dos Carregadores e Descarregadores de Terra e Mar do Porto e Gaia (à USO-Porto e CGT, em Janeiro), dos Manufactores de Calçado de Portimão e dos Curtidores de Sola de Guimarães, à Federação dos Manufactores de Calçado, Couros e Peles (também em Janeiro), da nova Associação dos Operários dos Fósforos do Porto à USO local e à CGT, e dos Sindicatos da Construção Civil de Viseu e de Barcelos à Federação da Construção Civil.

³⁹ Os Carpinteiros Navais de Lisboa levaram esta questão ao Congresso das Classes Marítimas, em Setembro de 1922, advogando a constituição de secções do seu sindicato em várias localidades da margem sul do Tejo (e não de Sindicatos), com secretário-geral e tesoureiro, mas obedecendo em todas as resoluções à «lei orgânica da organização central». A insistência por parte deste organismo na tese da cisão operada pelos operários do Seixal levou a uma intervenção de Jerónimo de Sousa, em nome da CGT, no mesmo congresso, esclarecendo que estando os carpinteiros navais e calafates do Seixal em lugar e concelho distinto, «estão no direito de constituir organismo sindical à parte». AB, 08 e 12-09-1922.

⁴⁰ AB, 20-07-1922.

⁴¹ Antes, a Federação do Calçado, Couros e Peles havia sido solicitada, pelos Manufactores de Calçado do Porto e de Lisboa, em separado, a pronunciar-se sobre a entrada dos Correeiros nos SU da classe; na sequência disso, no Porto, os correeiros entram no Sindicato Único das classes do calçado, couros e peles; em Lisboa, não se registam avanços em relação à entrada dos Correeiros no futuro SU do Calçado, Couros e Peles; em contrapartida, com apoio relevante da Federação, veio a constituir-se o novo Sindicato dos Curtidores de Sola e Cabedais de Lisboa, com o qual os Manufactores de Calçado trabalham em ordem à formação do Sindicato Único do Calçado, Couros e Peles de Lisboa – *vide* sobre o assunto AB, 15-02-1922.

⁴² A Batalha seguiu processo de formação desse novo sindicato através do seu correspondente no Porto nas edições de 14-05, 03-06 e 22-07-1922.

⁴³ A adesão da Federação dos Ferroviários à CGT teve o voto contra de 12 dos 64 delegados presentes no Congresso – AB, 06-06-1922.

A dinâmica de criação e reconstituição/reorganização de organismos sindicais e de adesões às USO, Federações e CGT não tem contudo vigor suficiente para compensar a progressiva queda do número de organismos em actividade normal. Para além das habituais referências ao comodismo, agora são elementos com as maiores responsabilidades a pronunciar-se explicitamente sobre a crise que se vive na organização, de que são exemplos eloquentes o noticiário do funcionamento irregular da USO-Lisboa e as considerações de Armando Martins, secretário-geral da Federação Metalúrgica e elemento do Conselho Confederal a propósito do Congresso Operário Nacional da Covilhã, ao escrever que somente 3 ou 4 das 10 Federações de Indústria têm vida e que as outras vegetam, o mesmo se passando com as Uniões Locais e os Sindicatos⁴⁴ – no Seixal, a inactividade da USO leva o Sindicato dos Corticeiros a abandoná-la, enquanto «os sindicatos locais não lhe derem a força necessária para ela intervir nos problemas locais», entregando o valor da quota para aquele organismo ao jornal *A Batalha*, enquanto se mantiverem fora da USO⁴⁵.

Mas também se verificam cisões e dissidências: no Porto, nos Operários dos Fósforos, em que simultaneamente à formação da nova associação patrocinada pela USO (ver mais acima), a União dos Operários dos Fósforos abandona a União de Sindicatos (Julho); ainda no Porto, a cisão do pessoal administrativo da Linha do Minho e Douro, que constitui a Associação do Pessoal Administrativo da Viação Acelerada do Norte de Portugal, que abandonam a União Ferroviária alegadamente por esta ser confederada na CGT⁴⁶.

Com o III Congresso Operário Nacional à vista, a CGT tem a vida ainda marcada pela “crise da nota oficiosa” contra o PCP (Julho 1921) e a expulsão de militantes determinada pelo Conselho Confederal, com efeitos continuados não apenas ao nível das relações pessoais entre alguns militantes, mas principalmente no relacionamento entre organismos.

O conflito ganha ainda maior dimensão quando envolve militantes de topo (Joaquim Cardoso e Carlos de Araújo) muito activos, com passado relevante na actividade das suas organizações e na vida da Confederação no seu todo, e quando o conflito institucional opõe os órgãos cimeiros da Confederação e a estrutura federal daquela classe que foi durante muito tempo, assumidamente, um dos principais, senão o mais importante esteio organizativo e financeiro da CGT. Falamos da Construção Civil, que esteve ao ponto da ruptura com a CGT. Num segundo nível, igualmente com impactos, mas menores, está o conflito da Associação dos Correeiros de Lisboa com a

⁴⁴ A CGT integrava, ao tempo, de acordo com aquele dirigente, 10 Federações de Indústria, 17 Uniões de Sindicatos Operários, 3 Sindicatos Nacionais, uns 4 Sindicatos regionais e cerca de 360 sindicatos únicos profissionais e mistos (Armando Martins – “A acção sindical e o Congresso Operário Nacional-breves considerações”, *AB*, 03-07-1922).

⁴⁵ *AB*, 06-08-1922.

⁴⁶ *AB*, 01-08-1922.

organização, no caso, a Confederação e a USO-Lisboa⁴⁷. Além destes, referenciam-se outros atritos ou pelo menos relacionamentos mais tensos, designadamente os que envolvem a USO Lisboa e os organismos seus aderentes, e em certos momentos uma certa tensão entre aquela USO e a CGT, como veremos.

Os problemas de funcionamento, antes referenciadas nos organismos de base e intermédios, especialmente em algumas USO, atingem agora o coração da estrutura confederal, havendo indicações de que não reúne regularmente e registando-se pedidos de demissão de dirigentes – o secretário-geral, elementos do Conselho Confederal, o administrador de *A Batalha*.

Estes eventos, o facto de se arrastarem no tempo e a sua mediatização, paralisam a organização, fragilizam as associações sindicais e a militância, afrouxando exigências de cumprimento dos deveres de sindicalização e de participação nas actividades das associações de classe, não apenas das bases, mas mesmo por parte dos eleitos.

Acrescem os choques entre sindicalistas comunistas e não comunistas, nos organismos sindicais, em actividades públicas e na imprensa; existem ainda dificuldades de relacionamento dos organismos e dos dirigentes sindicais mais velhos com os jovens sindicalistas.

No princípio do ano são bastas as referências a indiferentismo e falta de militância; aparentemente a desmobilização deve-se ao cansaço e a uma certa consciência da ineficácia da actividade sindical, potenciada pelas grandes controvérsias precipitadas no ano anterior; a mediatização desses conflitos internos, por outro lado, não ajuda à motivação de operários e mesmo de delegados, antes funcionando agente corrosivo da militância e da participação.

A situação referenciada na USO-Lisboa, onde as reuniões de delegados contam em média com a presença de somente um terço daqueles, aliás na linha dominante pelo menos no ano anterior, e muitas não se realizam “por falta de número”⁴⁸, repete-se em outros organismos, como assinala *A Batalha*: na USO-Faro, na Federação Corticeira, na Construção Civil, na classe dos sapateiros, em Lisboa, onde é pública a dificuldade de reunir a classe para concretizar o Sindicato Único da classe⁴⁹, e mesmo na CGT, onde o

⁴⁷ Não tendo representação directa no Conselho Confederal, mas somente através da Federação do Calçado, Couros e Peles, e tendo um peso reduzido na USO-Lisboa, por ser um sindicato de pequena dimensão, o conflito que envolve a Associação dos Correeiros de Lisboa tem efeitos mais limitados na CGT.

⁴⁸ Ver, por exemplo, *AB*, 18 e 22-04-1922. O Sindicato Único da Construção Civil chega a oficiar à USO-Lisboa exigindo que sejam chamados à ordem os incumpridores (*AB*, 19-01-1922) e chega a ser adiado um movimento contra a carestia de vida, que aquela estrutura local se propunha desencadear, por «fraco envolvimento dos organismos na sua preparação» (*AB*, 27-01-1922).

⁴⁹ Em Faro, refere-se, devido à falta de militância, têm desaparecido vários sindicatos e os que há estão num enorme marasmo (*AB*, 16-08-1922); nos Manufactores de Calçado de Lisboa, o velho militante sindical Jerónimo de Sousa, na reunião onde se discute constituição do Sindicato Único, inconclusiva por falta de afluência dos sócios, ataca os operários da sua classe que só vêm ao Sindicato para tratar de aumento salário (*AB*, 20-01-1922).

Conselho delibera, em Agosto de 1922, que as sessões não se realizarão se 30 minutos depois da hora marcada pra o seu início não estiver presente o número mínimo de delegados.

A multiplicação dos pedidos de demissão de dirigentes e delegados espelha igualmente o estado da militância sindical nos meses que antecedem o Congresso da Covilhã, de 1922.

O 1º DE MAIO DE 1922. O pano de fundo das manifestações com que a organização operária assinala a data do 1º de Maio em 1922 é ainda o surto grevista dos dois meses anteriores, mantendo-se ainda activas, no Porto a dos Alfaiates e a dos Gráficos, com *lock-out* patronal, e em Lisboa a dos Condutores de Carroças; nas duas cidades, desde há 5 semanas, estão em greve os Operários da indústria mobiliária; no Parlamento discute-se, à data, a regulamentação da lei sobre o horário de trabalho de 8 horas, que é o principal tema das moções a aprovar nos comícios e reuniões deste dia.

A CGT faz-se representar, correspondendo aos convites nesse sentido expressos pelos organismos locais, por delegados directos em 26 localidades⁵⁰, mais 8 do que no ano anterior.

Das manifestações que assinalam a data (*A Batalha* referencia acções de alguma forma relacionadas com o 1º de Maio em 40 locais do país) as mais importantes ocorrem no Porto e em Lisboa⁵¹; no Porto com manifestação/desfile, organizado pela USO local, da Praça da República para a Alameda das Fontainhas, onde se realizou um comício, sob vigilância de duas forças da polícia e uma da GNR, muito concorrido, com intervenções de Joaquim do Carmo (USO-Porto), Inácio Santos Viseu, das Juventudes Sindicalistas, Ferreira Marques, Serafim Cardoso Lucena, António Libório e a operária têxtil Maria Isabel, cuja intervenção, no ano anterior, estivera na origem da acção da polícia para dissolver o comício; com uma significativa participação de mulheres, como assinala o *Jornal de Notícias*, o comício do Porto não registou incidentes, sendo aprovadas moções, que foram entregues no Governo Civil no próprio dia.

Em Lisboa a data foi assinalada com um comício no Parque Eduardo VII, promovido pela USO-Lisboa, com intervenções de representantes de várias Federações (Construção Civil, Metalúrgica, Mobiliária e Calçado, Couros e Peles), do secretário-

⁵⁰ Representação directa da CGT no 1º de Maio de 1922: Beja-Júlio Luís, Seixal-Fausto Gonçalves, Vendas Novas-Alfredo Pinto, Montemor-o-Novo-António José Piloto, Santiago do Cacém-António Portela, Évora-Miguel Correia, Olhão-Joaquim de Sousa e João Pedro dos Santos, Parede-Jacinto Rufino, Leiria-Carlos Freire, Vila Franca de Xira-Marcelino da Silva, Silves-Jerónimo de Sousa, Setúbal-Carlos da Fonseca e Entrudo Júnior, Oeiras-Manuel Gonçalves Vidal, Aljustrel-Armando Martins, Almada-Ernesto Bonifácio, São Tiago do Escoural-Cláudio dos Santos, Tires-Manuel Nunes, Pias-Manuel da Silva Campos, Lisboa-Manuel Joaquim de Sousa, Guarda-Artur Inácio, Covilhã-Abel Pereira, Portimão-João Humberto Matias, Faro-António Marvão, Vila Real de Santo António-Júlio de Matos, Lagos-António Gomes Ribeiro, e Alcanena-Artur Aleixo de Oliveira. A lista dos delegados por local foi publicada em *A Batalha*, 28 e 30-04-1922.

⁵¹ *AB*, 02-05-1922; para Lisboa e Porto ver também *Diário de Lisboa* e *Jornal de Notícias* da mesma data.

geral da USO-Lisboa, Alberto Monteiro, e de Manuel Joaquim de Sousa, o secretário-geral da CGT⁵². Sem o aparato policial do ano anterior, o comício registou uma participação que o delegado Santos Arranha, na sua intervenção, considerou pouco numerosa (imputando a responsabilidade pelo adormecimento da organização operária a «alguns militantes que a têm abandonado, formando ou integrando-se em partidos políticos»⁵³), não obstante alguma imprensa considerar ter sido muito concorrido.

A marcar o 1º de Maio em Lisboa, a habitual evocação pelo secretário-geral da CGT da luta pelas 8 horas de trabalho, que esteve nas origens da evocação daquela data, que a CGT reclama de luta, e a aprovação de uma moção afirmando a defesa intransigente dessa conquista sob ameaça das forças conservadoras, reclamando liberdade para todos os presos por questões sociais e liberdade de pensamento, de reunião e associação, e repudiando o manifesto mentiroso publicado pela Confederação Patronal, «com intuítos egoístas de subverter todo o operariado da região portuguesa»; digno também de nota, em Lisboa, o incidente com dois delegados comunistas que tentaram falar no comício, no que foram impedidos pelo militante cegetista que presidia, baseado em deliberação, dias antes, do Conselho de Delegados da USO-Lisboa, só permitindo intervenções de representantes da organização operária, terminando o comício com enorme burburinho, confusão e esboços vários de confrontos pessoais⁵⁴.

MAIS DIFICULDADES N'A BATALHA. Não são uma novidade as dificuldades financeiras do diário confederal, agora “comandado” por Carlos José de Sousa, mas com uma marca editorial muito impressiva do secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa. Em Fevereiro de 1922 era lançada uma nova campanha de recolha de fundos, para assinalar a entrada no terceiro ano de publicação; mais uma vez o operariado mobiliza-se em forma, fazendo entrar na caixa do jornal perto de 600\$00 no primeiro mês, atingindo-se 4 mil no fim de Abril e chegando-se Junho de 1922 praticamente na casa dos 6.000\$00; com o mesmo propósito, alguns sindicatos começam a cobrar os sócios uma quota mensal “voluntária” de 5 centavos.

Tudo indica que, independentemente dos custos propriamente ditos, as vendas registaram uma quebra importante, como se assinala numa reunião da USO-Porto noticiada em 26 de Maio; apesar do dinheiro que vai entrando, o jornal regista défices na ordem dos 900\$00 por semana e para lhe fazer face seria necessário vender mais 3 mil exemplares em Lisboa e outro tanto no país; não o conseguindo, restava a solução do aumento do preço de venda ou – e esse acabou por ser o caminho – instituir uma

⁵² Os delegados ao comício do 1º de Maio, em Lisboa, foram Alfredo Lopes (Federação da Construção Civil), José Santos Arranha (Federação do Mobiliário), António Graça (Federação Metalúrgica), Heitor Veiga, Raul Duarte (Federação do Calçado, Couros e Peles), Carlos Fortes (Associação do Pessoal da Carris), além dos secretários-gerais da USO-Lisboa e CGT, Alberto Monteiro e Manuel Joaquim de Sousa.

⁵³ AB, 03-05-1922.

⁵⁴ AB, idem. A deliberação da USO-Lisboa está reproduzida no diário da CGT de 27-04-1922.

quota adicional a pagar obrigatoriamente pela população sindicalizada, que o Conselho Confederal vem a adoptar, no valor de 5 centavos/mês, primeiro para vigorar provisoriamente a partir da primeira semana de Junho, até ao Congresso Nacional da Covilhã, cometendo-se em simultâneo à comissão administrativa do jornal o encargo de estudar formas de aumentar as vendas⁵⁵.

Não obstante, quando do fecho do Congresso da Covilhã, o défice do ano já estará em mais de 23 mil escudos, crescendo à razão de 4,4 mil escudos/mês, obrigando a CGT a transferir para *A Batalha* metade do valor das quotas recebidas, um valor apesar de tudo insuficiente, como se escreve então, citamos, porque aquela verba corresponde a 50% de 110 mil quotas e nem todos os organismos pagam a tempo⁵⁶.

Quanto à sua direcção jornalística, apesar de Alexandre Vieira ter regressado a Lisboa, podendo portanto retomar funções, o mesmo declina, invocando manterem-se as suas limitações de saúde, insistindo para que o seu nome deixe de figurar como director de *A Batalha*, aprovando-se em Conselho Confederal que Manuel Joaquim de Sousa permaneça em substituição interina e o nome de Alexandre Vieira se mantenha no cabeçalho até ao Congresso⁵⁷.

CONGRESSOS CORPORATIVOS. No ano do III Congresso Operário Nacional realizam-se também três congressos corporativos – em Junho, dos Ferroviários, e em Setembro dos Marítimos e da Construção Civil, sendo que o das classes do Calçado, Couros e Peles tem lugar logo a seguir ao Congresso Nacional, mas na forma mais reduzida de conferência, menos ambiciosa e sem capacidade deliberativa. A regra foi, aqui, de novo o adiamento, agravado, em geral, por dificuldades na propaganda, em consequência da insuficiência de recursos humanos e financeiros, e de um assinalável e muito referenciado alheamento das classes.

[FERROVIÁRIOS]⁵⁸ Na sequência da Conferência Ferroviária realizada em Outubro de 1921 e conforme as decisões então tomadas, os trabalhadores Ferroviários reúnem o seu I Congresso em Junho de 1922, em Lisboa, nas instalações da Sociedade de Geografia, de 2 a 5 de Junho de 1922. Estão presentes delegados de 8 organismos ferroviários: Sindicato Ferroviário da CP, Sindicato do Sul e Sueste, Sindicato do Minho e Douro, Sindicato da Companhia Nacional, Sindicato do Vale do Vouga, Sindicato do Porto à Póvoa e Sindicato de Lourenço Marques, e como convidados, o secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, e representantes da USO-Lisboa e

⁵⁵ “Conselho Confederal [relato da reunião de 20?-05-1922]”, *AB*, 21-05-1922. Ver também Nota Oficiosa aos Sindicatos, União e Federações, 22-05-1922 – *ABI*, 24-05-1922.

⁵⁶ *AB*, 05-10-1922

⁵⁷ “Conselho Confederal [relato da reunião extraordinária]”, *AB*, 12-04-1922.

⁵⁸ O relato do I Congresso Ferroviário Português vem publicado em *AB*, 11 a 14-06-1922; o regulamento e a ordem de trabalhos na mesma fonte, 18-05-1922.

da Federação Mobiliária, do Sindicato Nacional Ferroviário de Espanha (Trejon Gomez), da Federação Internacional dos Transportes (Marcel Bidegaray) e da Federação Ferroviária francesa (o secretário-geral Pierre Semard), estando os delegados estrangeiros impedidos de usar da palavra, por determinação das autoridades.

A precedê-lo, as necessárias acções de propaganda, que sofreram atrasos por razões de ordem financeira e as dificuldades em passar a mensagem entre os ferroviários da CP, onde “o indiferentismo maioritário”, apesar de ter vindo a melhorar, como assinala Mário Castelhana, do respectivo sindicato e da comissão organizadora do Congresso, coincidindo com o secretário-geral da CGT que afirmava no aniversário do Sindicato Ferroviário que os ferroviários da CP não querem saber da classe operária, nem da CGT, nem dos outros ferroviários⁵⁹.

No centro da discussão, no Congresso, o projecto de Estatutos da futura Federação Ferroviária, de que foi redactor Miguel Correia, que teve como pontos mais polémicos a posição dos ferroviários no movimento operário (se os Ferroviários devem acompanhar o movimento operário na defesa dos seus interesses e se isso deve ficar consignado nos estatutos, posição que Congresso veio a acolher por maioria, em votação nominal dos cerca de 70 delegados) e a adopção da luta de classes como táctica a seguir; aprovados os estatutos, o Congresso declarou constituída a Federação Nacional dos Trabalhadores nos Caminhos de Ferro de Portugal e Colónias.

O I Congresso Ferroviário ocupa-se ainda de outras questões: a orientação ideológica e a adesão da Federação Ferroviária à CGT (tese “Orientação ideológica da classe ferroviária e sua posição perante as deliberações dos Congressos Nacionais e Internacionais”, relator Carlos Guimarães) que provocou acaloradas discussões e que foi também aprovada, em votação nominal; uma tese sobre “Relações Internacionais” (relator Miguel Correia), que originou igualmente grande polémica, sendo aprovada a não adesão à Federação Internacional dos Transportes, de tendência reformista, e a adopção de uma posição de expectativa perante as Internacionais Sindicais (não se orientando, portanto, como sugere Pierre Semard para a ISV) até que o Congresso Nacional defina uma atitude; finalmente, nas três últimas sessões, mais quatro teses: “Salários e condições de trabalho” (relator Miguel Correia), “Equiparação de categorias, classes, salários e vencimentos dos ferroviários” (relator Entrudo Junior, do Sindicato do Sul e Sueste), “Problema administrativo, técnico e profissional dos ferroviários (redactor Miguel Correia, em substituição de Manuel Guilherme Junior, afastado dessa tarefa por doença grave), “Habitação, higiene e assistência médica” (redactor António José Piloto), “Instrução pedagógica dos filhos dos ferroviários” (também redigida por este último militante) e “Relações entre a Federação Ferroviária com a Federação Rural e com as Federações de outras indústrias” (relator Mário Castelhana), todas aprovadas,

⁵⁹ AB, 25-01 e 18-01-1922.

esta última acompanhada de uma moção no sentido de ser levada ao próximo Congresso Operário Nacional.

Das três intervenções que Manuel Joaquim de Sousa teve no Congresso, a mais relevante ocorreu na quarta sessão (as outras foram nas sessões de abertura e de encerramento) quando se discutia a questão internacional, tendo referido que a CGT mantinha relações amistosas com todas as Internacionais, mas quanto a uma futura adesão, não poderia fazê-lo à Internacional de Amsterdão, «em face da influência que aquele organismo sofre da parte dos socialistas que lá estão», e quanto à «Internacional de Moscóvia sofre igualmente a influência do partido comunista, pelo que a CGT não se pronunciou ainda», remetendo uma decisão para o próximo congresso operário. Antes dessa intervenção de Manuel Joaquim de Sousa, Pierre Semard da Federação Ferroviária Francesa, defendera em nome da sua organização a orientação da ISV⁶⁰.

O Congresso ocupou-se ainda de questões como a unificação das caixas de reformas e pensões das companhias ferroviárias e a constituição de uma caixa de solidariedade, tarefas que foram endereçadas à comissão executiva da Federação então eleita, tendo como secretário geral Miguel Correia, decidindo ainda que o congresso seguinte se realizasse em Coimbra⁶¹.

[CLASSES MARÍTIMAS]⁶² O II Congresso Nacional Marítimo realizou-se em Leixões, no Casino de Espinho, a partir do dia 2 de Setembro de 1922, com a representação de 30 organismos da diversas classes marítimas e fluviais – marinheiros e moços, inscritos marítimos, fogueiros, catraeiros, barqueiros e fragateiros, construtores e carpinteiros navais, estivadores, carregadores e descarregadores, conferentes e pessoal administrativo, construtores e carpinteiros navais, medidores de cereais e condutores de

⁶⁰ Entre os dois delegados franceses presentes, Pierre Semard, secretário-geral da Federação dos Ferroviários Unitários Franceses, aderente da CGT unitária de França e da Federação Internacional dos Transportes, e Marcel Bigaray, que no congresso representava a Internacional dos Transportes de Amsterdão, declarou-se um conflito em pleno congresso, motivado pelas considerações de Semard sobre o carácter reformista da Internacional de Amsterdão, exigindo Bigaray que se discutisse a questão das internacionais, pelo facto de se sentir atingido pelas afirmações do seu compatriota. Nomeada uma comissão para ouvir os dois delegados internacionais, aquela apresentou um relatório antes do encerramento do congresso, que baixou à comissão executiva da Federação. Entre as tarefas prioritárias definidas pela Comissão Administrativa algum tempo depois do figuram: as finanças da Federação, sendo decidido cobrar provisoriamente uma quota mensal de 50 centavos/mês para despesas de funcionamento, até decisão definitiva do Conselho Federal, e a edição de jornal “A federação ferroviária”, sob responsabilidade de Miguel Correia, Mário Castelhana e Manuel Henrique Rijo (AB, 26-08-1922).

⁶¹ Constituição da comissão executiva da federação Ferroviária eleita no I Congresso: Miguel Correia, secretário-geral; José Modesto Lafuente, secretário adjunto; Mário Castelhana, secretário internacional; Guilhermino Lopes Júnior, secretário técnico; Manuel Henriques Rijo, secretário administrativo; Júlio José Fernandes, secretário arquivista e Alfredo Pinto, tesoureiro.

⁶² O relato do II Congresso Nacional Marítimo foi publicado em *A Batalha* entre os dias 05 e 19-09-1922.

sal, sendo de Lisboa o maior número⁶³; presente Jerónimo de Sousa, em representação da CGT.

O Congresso aprovou novos estatutos da Federação (redactor do projecto, Eduardo Aguiar) e, de acordo com estes, a adesão da Federação Marítima à CGT, sendo que um dos pontos de maior celeuma foi a proposta de ser constituída no Norte uma delegação federativa (vindo a ser adoptado um comité de propaganda e organização); também foi decidido, na sequência de uma intervenção do presidente da sua Federação, Luís António de Carvalho no Congresso, que a Federação Marítima preste a sua solidariedade moral e material às Juventudes Sindicalistas.

Das teses apresentadas e discutidas, duas merecem referência – a primeira, “Sindicalização das Mulheres e Protecção aos Menores na Indústria Marítima”, que proporcionou diversas intervenções sobre a necessidade de defender os homens da concorrência das mulheres em diversos trabalhos marítimos, mas sendo aprovada a sindicalização do «elemento mulheril» e a luta dos sindicatos pela elevação dos seus salários, decisão «que desgostou bastante alguns delegados do norte que manifestaram tenções de se retirarem», sendo apresentada, para “pacificação” do Congresso, uma proposta de não a aplicar na região norte, a qual foi aprovada por unanimidade⁶⁴; segunda tese, “Necessidade das Relações Sindicais, nacional e internacional”, através da qual o Congresso aprovou a adesão à “Internacional que encarne os verdadeiros princípios sindicalistas revolucionários” e “não a uma Internacional que seja reformista e esteja tutelada a qualquer facção política por mais avançada que se diga ser.»⁶⁵

O Congresso Marítimo resolveu ainda a realização do próximo congresso em Olhão e elegeu a comissão administrativa federal e a comissão de propaganda e organização do Norte⁶⁶.

[CONSTRUÇÃO CIVIL]⁶⁷ O III Congresso Nacional da Construção Civil de Portugal e Colónias reuniu em Castelo Branco nos dias 26 a 30 de Setembro de 1922. No

⁶³ 11 associações de classe eram de Lisboa, 8 do Porto e 3 de Leixões, distribuindo-se as restantes 8 por Abrantes, Seixal (2), Barreiro, Sesimbra, Setúbal (2) e Sines.

⁶⁴ Transcrevemos esse documento: «O Congresso, reconhecendo que para a região norte é pernicioso para a sua organização sindical a admissão de mulheres nos serviços marítimos, reconhece completa autonomia aos sindicatos marítimos do norte para não fazer a sindicalização das mulheres, devendo até, se tanto for preciso, serem auxiliados pela própria federação.» AB, 12-09-1922.

⁶⁵ AB, 15-09-1922.

⁶⁶ A comissão administrativa da Federação Marítima ficou constituída por que ficou constituída por Salvador Gomes Lamego, fragateiro, como secretário-geral, Celestino Ventura Fernandes, conferente, como secretário administrativo, Eduardo Aguiar, estivador, e Francisco Cunha, carpinteiro naval, do Seixal, como secretários adjuntos, José Maria Alves, carpinteiro naval, como tesoureiro, Joaquim António de Oliveira, fogueiro de mar e terra, como bibliotecário, e Alfredo Moreira da Silva, inscrito marítimo, como vogal. À excepção de Francisco Cunha, todos os eleitos pertenciam a sindicatos de Lisboa. Para a comissão de propaganda e organização do Norte foram escolhidos Joaquim do Carmo, dos Descarregadores do Porto e Gaia, Manuel Teixeira dos Santos, dos Transportes Fluviais do Porto e Gaia, Henrique da Piedade, dos Marítimos da Foz do Douro, Pedro de Oliveira, dos Catraeiros de Leixões, e Joaquim de Figueiredo, dos Marítimos de Leixões (AB, 19-09-1922).

Congresso estão representados 29 sindicatos, fazendo-se a CGT representar pelo secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, estando também presente um representante da autoridade, que, aliás, chegou a usar da palavra)⁶⁷.

A crise interna vivida nos organismos da classe, particularmente na Federação, no Sindicato e Secções de Lisboa e no Sindicato de Coimbra, originada pelo conflito do seu “histórico” secretário-geral, Joaquim Cardoso, com a CGT, parecia estar completamente ultrapassada – se foi aflorada no Congresso, não transparece no relato dos trabalhos dado pelo diário confederal. Ainda assim, é significativo o facto de o Congresso ter adoptado, nos seus trabalhos, o voto proporcional, em contradição com o princípio sindicalista de 1 sindicato-1 voto, o que poderá ser lido como uma decisão na linha dos interesses dos maiores sindicatos, em especial o de Lisboa, (que também era o que conduzia a Federação), no sentido de, por este mecanismo, assegurarem um maior o controlo das decisões do Congresso, num momento crucial da vida interna da classe e da organização operária.

Nos seus trabalhos, apresentados que foram os relatórios da Comissão Organizadora, da Federação Nacional da Construção Civil (pelo secretário-geral Alberto Dias) e da Secção Federal de Propaganda do Norte, que foram aprovados, e ainda os do Conselho Técnico e da Bolsa de Trabalho, este aprovado em conjunto com o mapa de receita e despesa, o Congresso entra na discussão de temas mais quentes – a organização dos Conselhos Técnicos, a Bolsa de Solidariedade, a unificação dos salários e as relações internacionais.

A tese “Organização sindical do Trabalho”, apresentada pelo seu relator Marcelino da Silva, da Comissão Organizadora, advogava a constituição de Conselhos Técnicos junto dos sindicatos (a exemplo do que se fazia em Lisboa), os quais tomando a seu cargo a execução de trabalhos de construção civil gerassem recursos adicionais para os trabalhadores envolvidos e para os sindicatos, através de uma repartição dos lucros proposta em regulamento anexo à tese; a discussão fez-se em torno de aspectos como a compatibilidade entre Conselhos Técnicos e os princípios do sindicalismo revolucionário e da aplicabilidade desse modelo (há referências de que falhou em Évora, e em Tires e em Tires e Vila do Conde quase acabou com o sindicato,

⁶⁷ O relato do III Congresso da Construção Civil foi dado em *AB*, 26-09 a 01-10-1922. A sua primeira convocatória, subscrita pela respectiva comissão organizadora, constituída por Marcelino da Silva, Luís Gonzaga e Inácio Marques, foi publicada na mesma fonte, 03-05-1922, e a alteração da data em 27-06-1922, em virtude do adiamento do Congresso Operário Nacional.

⁶⁸ Manuel Joaquim de Sousa, que não esteve presente na abertura do Congresso, teve no mesmo duas intervenções: na 4ª sessão, no dia 28-09 e no encerramento; quanto à “participação” do administrador do concelho nos trabalhos do Congresso da Construção Civil, uma referência, digamos, lateral: numa das sessões, interrompendo o orador, ameaçou encerrar o Congresso se continuassem a ouvir-se «abandalhamentos» à República, e mais tarde, pediu e foi-lhe dada a palavra, dando esclarecimentos sobre a razão de encontrarem parados certos trabalhos de construção civil no concelho de Castelo Branco⁶⁸.

apontando-se que em Lisboa só vingou com o apoio do Estado, que entregou ao Conselho Técnico da Construção Civil local obras importantes); foi aprovada⁶⁹. A tese “Pró-Solidariedade Corporativa”, tendo por objectivo resolver o problema da insuficiência de recursos e a adequação dos subsídios aos presos por questões sociais, viúvas e órfãos aos meios existentes acaba absorvida pela discussão da proposta/reivindicação, apresentada pelos delegados do Porto e outros do norte, de gestão local das verbas arrecadadas no norte do país, pretensão que não foi aceite na versão aprovada pelo Congresso⁷⁰.

Quanto às duas outras teses, a primeira sobre a “Uniformidade de Salários” vem o Congresso depois de aprovada no II Congresso, em Coimbra, sendo aprovado que a organização continue mantendo esse princípio «por ele constituir uma afirmação moral importante da classe operária [...] embora o Congresso constate que a situação presente sendo instável torna estes objectivos de difícil realização»; em matéria de relações internacionais, o Congresso aprova por 16 votos contra 9 que o delegado da Federação ao Congresso Operário Nacional vote pela Internacional de Berlim «por ser a que é verdadeiramente sindicalista»⁷¹

No último ponto da agenda, trata-se da difícil situação financeira da Federação, sendo aprovada o aumento da quota da Federação de 0,02 para 0,07 escudos (de 2 para 7 centavos)⁷², e por proposta dos delegados do Porto é deliberada a criação de uma

⁶⁹ A oposição aos Conselhos Técnicos assentava na sua natureza anti-revolucionária e anti-sindical e na convicção de que desenvolveriam o egoísmo entre os operários; além da vantagem que representavam na obtenção de recursos financeiros, os seus defensores sustentavam a sua natureza revolucionária e educativa da massa operária, por constituírem uma escola «para ir habilitando os operários nos serviços de administração a fim de no futuro [após a revolução] poderem gerir a produção»; a repartição dos lucros proposta no regulamento far-se-ia da seguinte forma: 50% ao pessoal, 10% para a Bolsa de Solidariedade, 5% para a comissão de controlo e estatística, 5% para o funcionamento de escolas locais, 5% para propaganda local e 25% para fundos do Conselho Técnico (AB,29-09-1922).

⁷⁰ A pretensão dos delegados do norte assentava em considerações práticas – estando o cofre e a sua gestão em Lisboa, em caso de prisão por questões sociais os subsídios aos presos, por exemplo em Braga, devido ao facto de a sua tramitação ser muito demorada, em razão das distâncias, havendo casos de chegarem já depois de as vítimas terem sido postas em liberdade; mas tinha a ver também com questões menos prosaicas, relacionadas com as «condições psicológicas do meio» local referidas por Albino dos Santos, justificando-se a criação no Porto de uma secção da Caixa de Solidariedade “a fim de que os organismos do norte não estejam mal impressionados com o facto de toda a receita se concentrar em Lisboa”, refere David de Sousa Ramos (*idem*, *idem*).

⁷¹ AB, 30-09-1922.

⁷² A resolução do problema financeiro da Federação é declaradamente mais complicado porque «será difícil conseguir-se um aumento grande pela carência de conhecimentos por parte da massa organizada que não quer compreender que tendo tudo encarecido e tendo-se desvalorizado a moeda, necessário é aumentar a cota sindical para que toda a organização desempenhe convenientemente a sua missão.» (*idem*, *idem*). A alteração introduzida nos Estatutos sobre a quota federal autoriza ainda a Comissão Administrativa a fazer o aumento da quota federal “«quando se reconheça que a actual não faz face aos encargos da federação.» (*idem*, *idem*).

Secção Federal no Norte e que a mesma venha a receber, para o seu funcionamento, 5% do total da quotização da Federação⁷³.

O Congresso termina com uma sessão de propaganda por Alfredo Lopes e Albino dos Santos, dirigida «à grande massa que enche o cinema onde o congresso se efectua», seguida de uma «conferência» pelo secretário-geral da CGT, visando os delegados ao Congresso e as «pessoas consideradas de representação no meio local» que assistiam à sessão de encerramento, em que se elegeu a nova Comissão Administrativa da Federação, que manteve Alberto Dias como secretário-geral, e os responsáveis pelo jornal federativo *O Construtor*, fechando o Congresso com a “Internacional” e o hino de *A Batalha*.⁷⁴

[CALÇADO, COUROS E PELES]⁷⁵ Tendo sofrido dois adiamentos, o Congresso da Indústria do Calçado, Couros e Peles ficou definitivamente marcado para a Covilhã, para ocorrer imediatamente após o Congresso Operário Nacional, em 07 e 08 de Outubro de 1922, mas acabou transformado em conferência, devido à ausência de 6 dos 13 sindicatos federados⁷⁶.

A Conferência aprovou o relatório da comissão administrativa e centrou os debates na situação financeira da Federação e na necessidade de desenvolver a propaganda, para o que foi considerado indispensável a publicação do órgão da classe, que se entendeu passar a chamar-se *Labor Proletário*. Também foi apreciada a questão da formação de sindicatos de indústria, verificando-se a necessidade de, não obstante a exiguidade das receitas federais, fazer um trabalho mais consistente junto dos sindicatos da classe.

Discutiram-se também as questões da concentração do trabalho do calçado em oficinas (que foi generalizadamente considerado um desejo de difícil realização), da mecanização da indústria, considerada vantajosa tanto no calçado como nos curtumes, devendo acautelar-se o emprego, e a situação da mulher na indústria do calçado, sendo realçada a doutrina vertida numa tese apresentada para discussão no Congresso, de

⁷³ No Porto funcionava uma Secção Federal de Propaganda no Norte, da Construção Civil. A criação da Secção Federal, como refere no Congresso João Miranda, satisfaz uma velha aspiração daqueles camaradas [do Porto]» (*idem*, *idem*)

⁷⁴ Comissão Administrativa da Federação Nacional da Construção Civil eleita no III Congresso (Castelo Branco, Setembro de 1922): Alberto Dias, secretário-geral; Carlos Maria Coelho, secretário-adjunto; João Miranda, secretário administrativo; António de Matos, tesoureiro; Marcelino da Silva, secretário arquivista; João Gomes, vogal; o mesmo Congresso designou como responsáveis de *O Construtor* Alfredo Lopes (redactor principal) e como redactores Marcelino da Silva, João Miranda, Carlos Coelho e Albino dos Santos. O IV Congresso ficou marcado para Évora. (AB, 01-10-1922).

⁷⁵ AB, 10-10-1922.

⁷⁶ A falta dos recursos financeiros necessários para uma deslocação longa e dispendiosa é referida por Artur Aleixo de Oliveira, secretário-geral da Federação, como a razão para tão grande número de ausências. Sindicatos presentes: Manufactores de Calçado de Viana do Castelo, Manufactores de Calçado de Braga e Penafiel, Curtidores e Surradores de Guimarães, Sindicato Único do Calçado, Couros e Peles do Porto, Manufactores de Calçado da Covilhã, Manufactores de Calçado de Lisboa, Sapateiros de Beja; sindicatos ausentes: Manufactores de Calçado de Lamego, Tomar, Santarém, Elvas e Curtidores de Sola de Lisboa.

defesa de salário igual para homens e mulheres, advogando-se ainda a necessidade de propaganda intensa e pertinaz para sindicalização das mulheres.

A Conferência pronunciou-se ainda pela manutenção da Caixa de Solidariedade da Federação e do Sindicato do Porto, enquanto não estiver a funcionar a Caixa Nacional de Solidariedade decidida no Congresso Operário Nacional, e deliberou aumentar as quotas federais para 8 centavos/semana, marcando a realização do Congresso para Tomar, em Agosto de 1923.

2.2. A evolução das divergências e novas clivagens na casa sindical

A crise aberta pelo *Manifesto do PCP* (Julho 1921) teve efeitos significativos na vida interna da CGT, com problemas de relacionamento entre pessoas e entre organismos, aqui especialmente entre a Confederação e a que era provavelmente, ao tempo, a mais importante Federação do universo cegetista – a Federação Nacional da Construção Civil.

A este enorme problema interno, outros se vêm juntar no ano do Congresso da Covilhã: os desentendimentos na “família metalúrgica” em torno dos problemas de organização, o conflito local entre operários da indústria dos Fósforos, no Porto, a fricção entre as Juntas Sul e Norte da Federação dos Empregados no Comércio, a relação bastante tensa entre o Sindicato dos Correeiros e a USO-Lisboa e o relacionamento bastante tenso entre a USO-Lisboa e os organismos seus aderentes, e em certos momentos entre aquela USO e a CGT; acrescem os choques entre sindicalistas comunistas e não comunistas, nos organismos sindicais, em actividades públicas e na imprensa e as públicas dificuldades de relacionamento dos organismos e dos dirigentes sindicais mais velhos com os jovens sindicalistas.

Outros subsistem ainda, herdados do passado, continuando a ter efeitos na vida da Confederação, de que o mais relevante é o da organização operária em Setúbal, que tem a idade da Confederação⁷⁷.

PEDIDOS DE DEMISSÃO NO COMITÉ CONFEDERAL. No princípio do ano de 1922, há indicações em *A Batalha* de que o Comité Confederal não reúne regularmente e o Conselho Confederal, na primeira reunião do ano, em 13 de Janeiro de 1922, é confrontado com o pedido de demissão do secretário-geral. Manuel Joaquim de Sousa invoca «motivos de ordem moral [... pois] à sua volta tem-se movido com obscuros fins

⁷⁷ Em Agosto de 1922 a CGT dava conta de um acordo entre as partes desavindas, que o Comité Confederal patrocinara, mas de execução muito duvidosa, considerando as divisões existentes e que tinham já originado confrontos físicos, de que haviam resultado três mortes. No relatório ao Congresso da Covilhã, o Comité Confederal fazia votos de que «se possam congregar os organismos sindicais de Setúbal». Ver *A Batalha*, 29-08-1922 e, no Anexo H, o Relatório do Comité Confederal, capítulo A acção do Comité Confederal, alínea f).

uma ignóbil campanha de intriga e maledicência que profundamente o tem desgostado. E tendo-se mesmo chegado à pública injúria, não pode proceder doutro modo, sem menoscabo do seu carácter e dignidade», acrescentando que essa intriga foi levada para o interior da organização, e que se quis transportar «questões morais de ordem colectiva» para o campo pessoal, declarando que «não quer colaborar nessa obra dissolvente», evocando «os bons tempos em que se colocava o ideal, a dignidade e o carácter, individual e colectivo, acima de míseras e incompreensíveis rivalidades pessoais»; refere ainda que o facto de o Comité Confederal não reunir regularmente é um sinal do «vácuo criado à sua volta.» O Conselho Confederal, depois de várias intervenções, não aceita o pedido de demissão do secretário-geral e aprova uma moção reiterando a confiança a Manuel Joaquim de Sousa, atitude que é secundada nos dias seguintes por diversos organismos que endereçam à *A Batalha* missivas de apoio e solidariedade com o dirigente número 1 da Confederação⁷⁸. Na mesma reunião, o Conselho toma conhecimento de pedido idêntico, apresentado por Manuel Afonso, membro do Comité Confederal e delegado da USO-Porto ao Conselho Confederal, que não está presente, cuja discussão se faz na reunião daquele órgão, na semana seguinte⁷⁹; como causa desse pedido de demissão, estarão as injúrias feitas numa sessão pública por Joaquim Cardoso, secretário-geral da Federação da Construção Civil irradiado da CGT, numa sessão pública, não sendo o seu pedido aceite e reafirmando-lhe o Conselho a sua confiança e solidariedade⁸⁰. Na mesma data, o Conselho é informado do pedido de demissão de Francisco Cristo, administrador de *A Batalha*.

Por esses mesmos dias, o Conselho Confederal continua a ocupar-se da “questão internacional” – tendo mantido reservada a “prestação de contas” feita por Perfeito de Carvalho três meses antes, o Conselho resolve publicar a acta dessa reunião (em *A Batalha*, nas edições de 24 e 25 de Janeiro de 1922, como foi referido), um acto que cremos ser uma reacção às movimentações dos militantes sindicais da área do PCP, mas independente deste, que se haviam organizado num núcleo de «Partidários da ISV», por iniciativa de Perfeito de Carvalho, no cumprimento da missão de que o encarregara o

⁷⁸ Condutores de Carroças, de Lisboa e Descarregadores de Mar e Terra de Almada são duas das organizações operárias que enviam notas de apoio e solidariedade a Manuel Joaquim de Sousa (*AB*, 18 e 21-01-1922).

⁷⁹ Ao mesmo tempo que oficiava ao Conselho Confederal pedindo a sua demissão (o Conselho tomara conhecimento dessa carta na sua reunião de 13 de Janeiro), Manuel Afonso dirigiu uma comunicação no mesmo sentido à USO-Porto, organismo que representa no Conselho Confederal; aquela USO reitera-lhe a confiança, pedindo que continue a representá-la no Conselho (*AB*, 20-01-1922). O relato da reunião do Conselho Confederal de 18 de Janeiro está publicado no diário da CGT, em 19-01-1922.

⁸⁰ As circunstâncias dos insultos feitos por Joaquim Cardoso a Manuel Afonso: tendo coincidido numa sessão comemorativa da greve ferroviária, no Barreiro, Joaquim Cardoso foi impedido de falar, proferindo insultos aos dirigentes da CGT e, portanto, a Manuel Afonso que no acto representava a Confederação. Na reunião do Conselho Confederal, o secretário-geral referiu ainda que Manuel Afonso se havia já queixado no Comité Confederal da falta de energia e decisão da CGT no tratamento da “questão Cardoso” e da “vaga dissolvente [em curso] no seio da organização” (*idem*, *idem*).

comité executivo da Internacional Sindical Vermelha⁸¹. À data, Perfeito de Carvalho já não se encontrava no país, sendo referenciada a sua presença na cidade de Berlim, em trânsito para a Rússia, de onde escreve, a 16 de Janeiro, uma carta à CGT, de tom acentuadamente directivo, senão mesmo autoritário, com “instruções” à Confederação para constituir «imediatamente» em Portugal a “Comissão nacional de socorros aos famintos russos», com elementos do Partido Comunista e outros; os termos em que foi redigida eram, por si sós, susceptíveis de gerar alguma animosidade nos destinatários. Dias depois, em nova correspondência, Perfeito de Carvalho anuncia que estará de regresso a Portugal, em Março ou Abril seguintes, trazendo já concluído o relatório escrito da sua delegacia ao Congresso da Internacional Sindical Vermelha – documento esse que, todavia, não chegará a apresentar⁸².

DIFERENDO CGT – FNCC. No mês de Dezembro de 1921, o conflito da Federação Nacional da Construção Civil com a CGT está ao rubro, como foi referido no capítulo anterior: em reunião do Conselho Federal rejeita-se, por desrespeitar a autonomia da Federação, a posição comunicada pela CGT de não aceitar correspondência assinada pelo secretário-geral da FNCC em virtude de aquele ter sido irradiado da organização; no mesmo Conselho Federal, o delegado da Construção Civil ao Conselho Confederal é violentamente acusado de ali não defender as posições da Construção Civil, sendo-lhe determinado que não compareça na CGT enquanto não forem decididas as questões pendentes entre a CGT e a FNCC⁸³. Reafirmando o propósito de só se corresponder com a CGT através do seu secretário-geral, aquele mesmo órgão federal, reunido dias depois, toma «resoluções de carácter reservado», confirmadas por Alfredo Lopes (delegado da FNCC e membro do Comité Confederal) na reunião o Conselho Confederal de 18 de Janeiro, na qual o secretário-geral da CGT exprime a opinião de que o modo de proceder da Federação da Construção Civil «parece significar um desejo de se desconfederar»⁸⁴.

⁸¹ César Oliveira – *O operariado e a 1ª República (1910-1924)*, p.178.

⁸² A missiva de Perfeito de Carvalho sobre a constituição em Portugal da comissão de socorro aos famintos russos dá instruções sobre a forma de entrega dos donativos já colectados e dá instruções à CGT para constituir tal comissão, que nos termos do autor não terá «cor política, nem ideológica», que deverá (sic) ser composta por elementos da CGT, dos partidos Comunista e Socialista, e por «elementos intelectuais que se mostrem dispostos a trabalhar de boa-fé»; o termo «deve(m)» é usado várias vezes nessa carta, que termina apreciando o trabalho de solidariedade já realizado, no mesmo tom: a eficácia dessa campanha exige «dedicação e tenacidade [...] Nem espanta que o auxílio aos Russos tão pouco tenha dado em Portugal até agora, desde que se saiba que nada [mais] há feito nesse país que a abertura de uma subscrição arrastando-se na 3ª página de um jornal [*A Batalha*] pouco lido e desacompanhada de toda a espécie de propaganda.» As cartas em causa, datadas de Berlim, de 15 e 28 de Janeiro de 1922, foram publicadas por César Oliveira, na obra citada, p.105-108.

⁸³ AB, 14-01-1922.

⁸⁴ AB, 19-01-1922. Alfredo Lopes, que nessa reunião do Conselho Confederal se exime a transmitir informações que lhe são solicitadas sobre os propósitos da Federação da Construção Civil («declara nada poder responder em virtude de terem sido secretas as deliberações da sua Federação», confirma não poder comparecer nas reuniões do Comité Confederal enquanto não forem resolvidas as questões entre a CGT e a FNCC.

Entre os dois organismos (CGT e FNCC) há um braço de ferro que se mantém por vários dias, com episódios diversos, incluindo da parte da Construção Civil o propósito anunciado de se mudar para instalações próprias, abandonando as que partilha com a CGT, a USO e *A Batalha*, na calçada do Combro, em Lisboa, com Joaquim Cardoso, secretário-geral da FNCC, a defender que as verbas realizadas pela Construção Civil para a Casa dos Trabalhadores depositadas no banco, deveriam ser emprestadas para a Casa do Povo da Construção Civil do Alto do Pina⁸⁵; na CGT, o Conselho Confederal que já se ocupara do assunto nas reuniões de 13 e 18 de Janeiro, vem a deliberar na reunião de 2 de Fevereiro⁸⁶. No dia 10 de Fevereiro, *A Batalha* começa a dar cumprimento à decisão do Conselho Confederal de publicar a documentação do “dossier Construção Civil”, precedido de uma longa explicação, na primeira página da edição de 7 do mesmo mês, acentuando que «toda esta questão é ainda uma consequência do desejo de absorção da CGT e da organização sindical por um partido político [o Partido Comunista Português]»⁸⁷.

No dia 11, o relato do Conselho Confederal da CGT, do dia 9, em *A Batalha*, traz informação surpreendente relatada por Manuel Joaquim de Sousa: um grupo de militantes da organização reuniu extra-sindicalmente, tendo considerado a hipótese de pedir ao secretário-geral da CGT que se demitisse do cargo, «com o fim de imporem, embora pela violência, a saída de Joaquim Cardoso do organismo onde exerce funções»; Alfredo Lopes confirmou na mesma reunião ter sabido do propósito desses militantes de forçarem a saída dos dois secretários-gerais, da CGT da FNCC, para assim se pôr termo ao conflito entre estes dois organismos (que, pelos vistos, para uma parte da militância, se afigurava a solução possível para um problema que parecia insolúvel, por forma a impedir mais danos à organização operária), uma atitude de que o Conselho se demarcou e reprovou, fiel ao princípio da acção dentro dos organismos e da resolução dos problemas através de decisões colectivas. Na mesma edição e precisamente na mesma página, o jornal inseria uma nota oficiosa da Federação da Construção Civil, comunicando a demissão de vários elementos do Conselho Federal e a demissão não apenas do secretário geral Joaquim Cardoso, mas de todo o Conselho Administrativo da Federação⁸⁸; no dia 15, aquela Federação elegia, interinamente, Alberto Dias como secretário-geral acompanhado do Conselho Administrativo por Luís Correia, Adriano Pereira Machado e José Baptista⁸⁹.

⁸⁵ *AB*, 04 e 07-02-1922.

⁸⁶ CGT-Conselho Confederal – “As resoluções da F.N.C.C.”, *AB*, 04-02-1922.

⁸⁷ “A CGT e a FNCC – Explicação prévia aos Sindicatos da Construção Civil”, in *AB*, 07-02-1922 e “A CGT e a FNCC – rememorando”, *AB*, 10-02-1922

⁸⁸ *AB*, 11-02-1922. Além de Joaquim Cardoso, secretário-geral da Federação Nacional da Construção Civil, os restantes elementos do Conselho Administrativo que se demitem são Júlio Rodrigues de Carvalho, Luís Gonzaga, Daniel Francisco, Joaquim Francisco e Adelino dos Santos.

⁸⁹ *AB*, 17-02-1922.

De várias origens chegam apelos no sentido da liquidação do problema – dos delegados da Construção Civil que se haviam demitido do respectivo Conselho Federal (conforme informação prestada pelo secretário-geral da CGT ao Conselho Confederal de 14 de Fevereiro) e do Sindicato Único da Construção Civil de Beja (que já, a seu tempo, decidira acatar o conteúdo da “nota oficiosa da CGT face ao PCP” de Julho de 1921, afirmando lamentar casos desta natureza, que só desmoralizam a classe operária⁹⁰, mas também da Federação dos Trabalhadores Rurais e da Federação do Livro e Jornal⁹¹; pelo seu lado, o Conselho Confederal suspende a publicação dos documentos do “dossier Construção Civil”.

Estava aberto caminho para sanar o conflito, mas antes disso os responsáveis da FNCC avançaram com uma consulta à classe, em fidelidade ao princípio da solução honrosa dos conflitos. O questionário enviado aos organismos aderentes continha 3 questões: 1-Foi ou não bem tomada a resolução do Conselho Federal em aprovar a questão prévia de Joaquim Francisco?⁹²; 2-Foi a segunda resolução tomada com o fim de mais uma vez nos colocarmos neutros no assunto porque prezamos muito a autonomia sindical, por reconhecermos que resolução em contrário implicava a quebra da nossa autonomia?; 3-Aceitais as resoluções tomadas pela CGT como consta do ofício último que enviamos copia?⁹³

Em Junho, o Conselho Federal da Federação Nacional da Construção Civil divulgava à organização operária as decisões tomadas pela classe sobre o conflito que praticamente um ano antes começara entre a FNCC e a CGT: dos 33 sindicatos federados, responderam 26, sendo válidas e conclusivas 15 respostas, 8 aprovando as resoluções da Federação e 7 não as aprovando; ouvidas as bases e liquidada a questão com honra, a Federação delibera que todo o universo da FNCC com delegacias à CGT ingresse novamente neste organismo.⁹⁴

No mês seguinte fica praticamente encerrado, do ponto de vista formal, no que respeita aos organismos operários, o problema da “nota interna da CGT face ao PCP”,

⁹⁰ AB, 16-02-1922.

⁹¹ A Federação dos Trabalhadores Rurais além de censurar a forma como o assunto tem sido tratado “visto ser uma questão que já devia estar arrumada”, lamenta que “alguns militantes coloquem as suas questões pessoais acima dos altos interesses da organização, despendendo tempo, energias e papel, quando tudo é necessário à sua propaganda e à organização” (AB, 18-02-1922); a Federação do Livro e do Jornal pronuncia-se em termos muito idênticos (idem, 21-02-1922).

⁹² A “questão prévia de Joaquim Francisco” foi apresentada na reunião do Conselho Federal da Construção Civil, na reunião de 26-08-1921, que concluía nos seguintes termos: «Abstendo-se de votar [como exigia a CGT, se aprovava ou não a medida de irradiação de Joaquim Cardoso] a Federação torna-se neutra nessa questão e prossegue na ordem de trabalhos» (ver Nota oficiosa da Federação da Construção Civil de 15-02-1922, já citada).

⁹³ AB, 18-04-1922.

⁹⁴ Dos 33 sindicatos aderentes somente 7 não responderam e 6 não deram resposta a inquérito, justificando a sua atitude; 5 respostas foram inconclusivas (AB, 16-06-1922).

que foi, enfim, aprovada pela Federação Metalúrgica, por proposta de Joaquim de Sousa⁹⁵. Em aberto ficava apenas a questão com a Associação dos Correeiros de Lisboa.

CARLOS DE ARAÚJO. O “caso Carlos de Araújo”, como o “caso Joaquim Cardoso”, iniciado em Julho de 1921, mantém-se activo na organização durante meses; em ambos, esses conflitos envolvem os organismos a que os dois militantes pertencem – a Associação de Classe dos Correeiros de Lisboa, no caso de Araújo. Este, que à data da “nota oficiosa sobre o PCP” era o secretário-geral da USO-Lisboa, como se viu atrás, demite-se desse cargo; consumada a sua irradiação, deliberada pelo Conselho Confederal, a que pertencera como delegado da USO-Évora, o conflito que o envolve transfere-se para a USO-Lisboa, onde se mantém como delegado do Sindicato dos Correeiros⁹⁶, mas donde acabou por ser expulso no seguimento de uma persistente, muito contestada e pouco ortodoxa e anti-estatutária iniciativa do secretário-geral daquela União de Sindicatos, Jerónimo de Sousa, validada colectivamente no Conselho de Delegados, que, entre outras, terá por consequência o exacerbamento dos ânimos e o agravamento do conflito do Sindicato dos Correeiros com a USO-Lisboa⁹⁷.

Em Janeiro de 1922, o Sindicato dos Correeiros mantém uma grande pressão sobre aquele organismo local, apesar de não participar nas reuniões do Conselho de Delegados: reitera a confiança em Araújo e ameaça deixar de pagar as suas quotas à USO, enquanto não estiver impedida de se fazer representar, passando a jogar-se dois argumentos: do lado do sindicato, a sua autonomia, um princípio basilar fixado nos estatutos da CGT e paripassu proclamado pela Confederação; do lado contrário, o de não ter de aceitar a imposição que o sindicato lhe faz, tanto mais que a irradiação de Araújo da USO-Lisboa decorre da lógica da sua irradiação da CGT; em Maio, na eleição anual dos corpos sociais, em Maio de 1922, o Sindicato dos Correeiros elege Carlos de Araújo como secretário e delegado à USO-Lisboa, com tomada de posição pública de que não tomará posse até a USO-Lisboa deliberar sobre a sua situação, sendo que a USO-Lisboa está sob pressão permanente daquele sindicato, tanto mais que alguns dos seus membros sustentam a posição dos Correeiros; em Junho, o Conselho de Delegados delibera votar a exigência daquele sindicato, que entretanto interrompeu o pagamento das quotas, mas o resultado foi negativo: a USO-Lisboa, declarando reconhecer a autonomia da Associação dos Correeiros, rejeita a imposição desta e

⁹⁵ AB, 06-07-1922.

⁹⁶ Não tendo representação directa no Conselho Confederal, mas somente através da USO-Lisboa, e tendo um peso reduzido nesta, por ser um sindicato de pequena dimensão, o conflito que envolve a Associação dos Correeiros de Lisboa tem efeitos mais limitados na CGT.

⁹⁷ Os pormenores da assembleia da USO-Lisboa em que foi deliberada expulsão de Carlos de Araújo podem ser encontrados num artigo de *O Comunista*, nº 7, 27-11-1921 - ver João G. P. Quintela – *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1 – A construção do partido (1º período 1919-1929)*, pp. 74-175. Sobre a contestação do Sindicato dos Correeiros à USO-Lisboa, veja-se AB, 15-01-1922.

mantém a irradiação de Carlos de Araújo; o Sindicato dos Correeiros de Lisboa indicará aquele militante como delegado ao Congresso Operário Nacional da Covilhã⁹⁸.

Os “casos” Cardoso e Araújo tiveram um impacto enorme na USO-Lisboa, que praticamente esteve sem funcionar desde Julho de 1921 até à data do Congresso da Covilhã – e depois deste; aliás, já antes se debatia, como foi assinalado mais atrás, com uma persistente falta de assiduidade dos delegados de alguns sindicatos, mas no segundo semestre de 1921 e depois em 1922 é frequente a não realização das reuniões do conselho de Delegados, por falta de número – ou seja, compareciam menos de um terço dos delegados, resultando infrutíferos os apelos da Comissão Administrativa à participação, como as circulares enviadas aos sindicatos repetidamente faltosos, apontados/denunciados em *A Batalha*, com os mesmos resultados práticos.

A situação de paralisia daquele organismo é acentuada (funciona, aliás, no duplo sentido de causa/efeito) por uma sucessão de demissões, individuais e colectivas – nas vésperas do 1º de Maio de 1922, o secretário-geral pede a demissão, que não é aceite pelo Conselho de Delegados, que remete a discussão do assunto para depois daquela data; antes, outros históricos dos órgãos sociais daquela USO tinham também pedido a demissão; o mal-estar nos organismos sindicais de Lisboa é então mais generalizado, como resulta das razões invocadas por José de Sousa, delegado à USO-Lisboa pelo Sindicato dos Metalúrgicos, ao demitir-se com estrondo daquela União Local, endereçando duras críticas ao seu sindicato, à USO e à CGT, cavando ainda mais divisões e confrontos dentro da União de sindicatos⁹⁹.

Para além dessas questões internas, a USO-Lisboa, uma das duas mais importantes do país (a outra é a do Porto) era, nos meses anteriores ao Congresso da Covilhã, publicamente confrontada pela CGT pela sua incapacidade de coordenação da movimentação social a nível local, a pretexto da greve geral de Abril; numa posição inédita e discutível, a direcção de *A Batalha* propõe-se exercer uma acção sistemática de denúncia nas páginas do jornal, nomeando-os, daqueles que caluniam e denigrem a

⁹⁸ AB, 23-06-1922. Dos 13 delegados presentes no Conselho de Delegados da USO-Lisboa no momento da votação (no princípio da reunião tinham estado 15), 10 votaram pela manutenção da irradiação de Carlos Araújo e 3 votaram contra.

⁹⁹ Sobre o pedido de demissão de Jerónimo de Sousa, ver AB, 29-04-1922; sobre a saída de José de Sousa, referenciada na “Vida Sindical” de AB, 19-02-1922, veja-se no Arquivo Historio Social a sua muito elucidativa carta dirigida ao seu sindicato, onde, em termos muito duros, são exaustivamente explicadas as suas razões Arquivo Histórico Social - Núcleo Metalúrgicos, Cx. 104, AHS 2651, ms 854 (10-02-1922) – José de Sousa fala de uma «rajada de loucura» que atravessa a CGT, de «ondas de lama» que se arremessam mutuamente «entre camaradas [e] entre fortes organismos operários», com o único objectivo de «inutilizar» Joaquim Cardoso, deixando esta luta «mal feridas a CGT e a FNCC e quem sabe se mortalmente»; sobre a CGT, fala de um Conselho Confederal «constituído apenas por partidários da «política [de Manuel Joaquim de Sousa], visto que os contrários ou se têm retirado enojados ou têm sido irradiados», referindo-se com uma adjectivação muito carregada ao secretário-geral, um dirigente, nas suas palavras, «forte pelo ingénio apoio que pelo Conselho lhe foi dado quando do seu pedido de demissão».

Confederação, na secção «No Pelourinho», um propósito que não terá passado da sua enunciação.

Também a Norte, no mesmo período, se identificam problemas internos à organização, mas de outra natureza: falamos dos Operários Fosforistas e dos Escriturários, ambos no Porto.

O problema surgido o Porto entre os Operários dos Fósforos admitidos antes e depois de 1895, de obstrução daqueles (os operários da *Régie*) à entrada destes no seu organismo de classe, a Associação dos Operários dos Fósforos, levou a USO local a intervir, à semelhança do que se passara em Lisboa, num processo em tudo idêntico e com idêntico desfecho. Depois de sucessivas e demoradas iniciativas, sem sucesso, para demover da sua intransigência o pessoal da Régie do Porto, os operários adventícios (os admitidos na Companhia depois de 1895) acabam por constituir, com o apoio USO-Porto, a sua própria organização de classe, o Sindicato Misto do Pessoal dos Fósforos do Porto, determinando a Associação dos Operários dos Fósforos a denunciar como fraccionista a actuação da USO-Porto, abandonando este organismo¹⁰⁰.

TENSÕES NO RELACIONAMENTO COM AS JUVENTUDES. Também as relações entre a organização operária e os jovens sindicalistas atravessam um momento difícil. Em Maio de 1922, a Federação das Juventudes Sindicalistas toma uma posição de força: os seus membros propõem-se abandonar todos os cargos “enquanto [militantes e organismos sindicais, federais e confederal] não enveredarem por outro caminho”; isto porque se sentem abandonados pela organização e mesmo perseguidos em muitas situações.

As queixas constam de correspondência endereçada pela Federação das Juventudes a vários organismos, conforme relato que colhemos de reunião do Conselho de Delegados da USO-Porto: é uma acumulação, principalmente em Lisboa e rara no Porto, de más vontades por parte de alguns organismos operários, de recusas no auxílio à organização juvenil, na recusa do empréstimo de instalações, de insultos dirigidos aos jovens sindicalistas, de pouca energia de *A Batalha* quando das perseguições e prisões em massa de jovens sindicalistas. À USO-Porto, pedem que se entenda com a organização de Lisboa, por intermédio da CGT, para cessar tal estado de coisas, pois, se dentro de 20 dias não obtiverem resposta cabal, todos os jovens sindicalistas do Porto,

¹⁰⁰ O problema surgido o Porto entre os Operários dos Fósforos admitidos antes e depois de 1895, de obstrução daqueles (a atitude dos operários da *Régie* relaciona-se com a defesa de regalias que detinham na Companhia dos Fósforos; o caso dos operários do Porto praticamente replica o que já antes se passara em Lisboa, onde, à data de 1922, coexistem duas associações de classe: a “velha” Associação do Pessoal dos Fósforos, do pessoal da *Régie*, e a “nova” Associação do Pessoal dos Fósforos Adido de Lisboa). Sobre o caso do Porto, onde se referenciam depois das datas indicadas perseguições aos operários adventícios por parte de operários da Régie, com o suporte de gerentes da Companhia, veja-se AB, 14-05, 03-06 e 22-07-1922.

designadamente Inácio Santos Viseu, Anibal Dantas e Joaquim Paiva, abandonam os cargos na organização operária, por solidariedade com os seus camaradas da capital¹⁰¹.

No princípio de Junho, os jovens militantes sindicalistas Mobiliários de Lisboa apresentaram a demissão dos seus cargos, decidindo no entanto manter-se em funções, para não dar trunfos ao patronato por estar ainda em curso a greve dos operários do sector; o mesmo fizeram os jovens sindicalistas dos Metalúrgicos de Lisboa, sendo que, neste caso, em assembleia geral do Sindicato Único local foi decidido manter os cargos por preencher, esperando que os jovens reconsiderem a sua decisão¹⁰² – aliás, nos Metalúrgicos de Lisboa registara-se uma violenta troca de acusações entre os dirigentes do sindicato e os dirigentes das Juventudes Metalúrgicas, pelo facto de estas terem cedido à Federação juvenil instalações emprestadas pelo Sindicato, à revelia destes, causando um grande mal-estar entre os militantes mais velhos e o exercício de represálias.

Neste estado de coisas, a CGT vê-se forçada a intervir: da reunião com a Federação das Juventudes sai a conclusão de que houve faltas de parte a parte, ficando a CGT de enviar uma circular a todos os organismos, pedindo o máximo entendimento e que dêem apoio às Juventudes Sindicalistas; mas, passado um tempo razoável, havia novas queixas dos jovens sindicalistas de que CGT ainda não dera execução ao que fora acordado, mantendo-se em aberto a ameaça de abandono dos cargos, propondo-se a USO-Porto oficial à CGT para que o fizesse quanto antes¹⁰³.

Os problemas de relacionamento entre sindicalistas mais velhos e jovens sindicalistas será um tema abundantemente referenciado em *A Batalha*, em muitos dos escritos aí publicados sobre problemas a resolver no Congresso Operário da Covilhã. As Juventudes Sindicalistas trabalhavam, então, activamente no sentido de obterem apoios dentro da organização e de serem reconhecidos pela CGT; nesse propósito, encontramos Luís António de Carvalho a intervir no Congresso das Classes Marítimas, em Setembro, para menos de um mês decorrido encontrarmos dois delegados das Juventudes Sindicalistas no Congresso da Covilhã, forçando e obtendo apoios para serem admitidos no congresso e a apresentarem aí uma tese cuja aprovação representa, de facto, o reconhecimento formal das Juventudes Sindicalistas pela CGT, tese essa que afirmava o essencial do “caderno reivindicativo” das Juventudes Sindicalistas dentro da organização operária: relações CGT-Juventudes Sindicalistas baseadas na solidariedade, o dever consignado à CGT de coadjuvar a formação, manutenção e desenvolvimento de

¹⁰¹ AB, 26-05-1922.

¹⁰² AB, 03 e 07-06-1922.

¹⁰³ AB, 08-07-1922.

núcleos dos jovens sindicalistas em todo o país, dispensando-lhe apoio logístico e material¹⁰⁴.

Além destes problemas de maior dimensão, as fontes consultadas põem a claro uma significativa multiplicação de incidentes e acusações em geral de deslealdade ou de traição, entre militantes sindicais; além dos identificados atrás referenciam-se:

- acusações a Marcelino da Silva e Alfredo Lopes, dirigentes da Construção Civil de Lisboa, referidas n’*A Batalha* de 30 de Junho de 1922, acusados de responsabilidades na perda da recente greve da Carris de Lisboa, que acabam esclarecidos por uma comissão do Sindicato da Construção civil de Lisboa, liquidando a questão “com honra para todos os envolvidos;

- a generalização das acusações a dirigentes confederais de “viverem à conta da organização”, que visam o secretário-geral da CGT, mas não só, nas bases mas também entre militantes e dirigentes;

- o avolumar de referências a actos de censura em *A Batalha*, alegadamente por não publicar opiniões divergentes e cercear o acesso ao jornal confederal a elementos não alinhados com o secretário-geral, sendo este – enquanto “redactor-principal em efectividade de funções” – o principi visado”;

- acusações a delegados ao Conselho Confederal de funcionamento e actuação “jesuítica”, motivando demissões de delegados da USO-Lisboa, como já foi referido.

2.3. A difícil questão internacional

Já vimos mais atrás como a direcção da CGT geriu a questão das relações internacionais após o Congresso de Coimbra e, com maior detalhe no ano de 1921, no contexto do processo de formação da Internacional Sindical Vermelha e da “reclamação” por diversas organizações sindicais nacionais da formação de um organismo sindical internacional alternativo à FSI e à ISV, uma iniciativa que ganha consistência na CGT à medida que avança o ano de 1922. Vimos também quais foram as deliberações do Conselho Confederal na sequência do relato de Francisco Perfeito de Carvalho da sua missão à Rússia – em concreto, a publicação, n’*A Batalha* dos documentos apresentados por este no Conselho, em apoio do seu relato, que o diário publicou ainda antes do fim do ano – e a constituição de uma comissão encarregada preparar um documento sobre as relações internacionais, mais concretamente sobre a

¹⁰⁴ João Freire estudou as Juventudes Sindicalistas, historiando designadamente a luta que desenvolveram para a conquista de um estatuto dentro da organização operária (João Freire - “As Juventudes Sindicalistas – um movimento singular”, *Penélope*, n. 4, Nov. 1989, p. 122). Sobre a intervenção do delegado das Juventudes no Congresso Marítimo e no Congresso Nacional da Covilhã veja-se *AB*, 07/08-09-1922, e os relatos do CON da Covilhã citados mais à frente, no subcapítulo que lhe é dedicado.

conformidade dos objectivos da ISV com a matriz cegetista definida no Congresso de Coimbra; constituíram essa comissão o ferroviário do Sul e Sueste, Miguel Correia, os arsenalistas João Pedro dos Santos e Abel Pereira, e Júlio de Matos, dos Metalúrgicos de Lisboa, os três últimos com afinidades com o Partido Comunista Português¹⁰⁵, e ainda, em representação do Comité Confederal, Manuel da Conceição Afonso, da Federação do Livro e Jornal.

Independentemente do trabalho da comissão, a direcção de *A Batalha* (e da CGT) ocupar-se-á, durante muitos meses antes do Congresso da Covilhã, na preparação da opinião dos delegados sobre a “questão internacional”; por vezes referida como uma acção de esclarecimento, tratou-se isso sim de uma campanha claramente orientada, por parte da direcção da CGT, nomeadamente de Manuel Joaquim de Sousa e de um grupo de sindicalistas alinhados com as suas posições ideológicas (chamemos-lhes “anarco-sindicalistas”), de demolição da Internacional Sindical de Moscovo. Pode dizer-se que a publicação n.º 1 de *A Batalha* do relato do Conselho Confederal em que Perfeito de Carvalho prestou contas da sua ida à Rússia constitui o primeiro passo dessa campanha, que, diga-se, se conjuga com a acção da CGT visando o Partido Comunista.

Paulatinamente, como se referiu, na CGT tinha-se vindo a verificar, uma mudança na apreciação sobre a evolução em curso na Rússia, como assinalou César Oliveira¹⁰⁶: a repressão pelo poder bolchevista da revolta de Cronstadt, em Março de 1921, a aprovação pelo congresso bolchevique da “Nova Política Económica”, a secundarização dos sovietes nas empresas, a repressão aos anarquistas e particularmente a luta desenvolvida pelas autoridades russas contra o movimento anarquista ucraniano liderado por Nestor Mackno, foram acontecimentos que *A Batalha* repercutiu, seguramente com eco na atitude da militância sindical cegetista. A uma certa desconfiança que se vai instalando na organização confederal, sucede-se a crítica, com denúncias, em matéria estritamente sindical, da preponderância que a Internacional Comunista assume na Internacional Sindical Vermelha, na prática a supremacia dos bolchevistas russos nas duas organizações. Há dois documentos publicados em *A Batalha* que constituem marcos importantes, que podemos considerar pontos de chegada, nessa mudança de atitude: o primeiro, a publicação das resoluções aprovadas no Congresso Anarquista Internacional, de Berlim, em Dezembro de 1921, sobre os acontecimentos na Rússia, a ditadura do proletariado, e a posição dos anarquistas sobre a organização operária, em que se declara que as organizações sindicais não podem receber instruções nem da Internacional de Amsterdão, nem da Internacional de Moscovo, mas devem agir com completa autonomia, independentemente e desenvolvendo a sua acção em conformidade com os desejos das suas classes

¹⁰⁵ Ver José Pacheco Pereira - *Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)*.

¹⁰⁶ César Oliveira – *O movimento sindical português – a primeira cisão*, p.54-58).

operárias¹⁰⁷; o segundo é o relatório do delegado da IWW-Industrial Workers of the World, dos Estados Unidos, ao congresso constitutivo da ISV, que *A Batalha* publica entre 9 de Fevereiro e 13 de Maio de 1922¹⁰⁸; nesse relatório, George Williams conta como uma parte dos delegados não russos ao Congresso da ISV eram também delegados da Internacional Comunista, denunciando ainda, entre outros aspectos, que os soviéticos tinham conferido um excesso de representatividade a alguns países de que, nuns casos, se desconhecia o peso efectivo das organizações sindicais representadas, e noutros em que se sabia que as organizações tinham, de facto, pouca influência, o que aliás motivara protestos da representação espanhola¹⁰⁹. A par, *A Batalha* dá conta das discussões em curso, sobre as relações internacionais, particularmente em Espanha e Itália, dando o relato do congresso da União Sindical Italiana (10-13 de Março de 1922), pondo em destaque as posições anti-ISV no mesmo defendidas, sobretudo as que defendiam a realização de um congresso internacional com vista à constituição de uma organização sindical internacional «livre de preocupações autoritárias, centralistas e estatais», alternativa à de Amsterdão e à ISV, com a presença «das organizações [sindicalistas revolucionárias] dos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina, Espanha, França, Portugal, Germânia, Noruega, Suécia e Checoslováquia»¹¹⁰.

Em prejuízo dessa estratégia, em ano de congresso nacional, de ataque à ISV e afirmação da necessidade de uma Internacional sindicalista com os contornos exigidos pelos sindicalistas revolucionários, o Conselho Confederal delibera que a CGT não se faça representar na Conferência Internacional de que sairá a decisão do congresso constitutivo da Associação Internacional dos Trabalhadores, a futura Internacional de Berlim. Os motivos invocados para a “impossibilidade” de a CGT portuguesa enviar representante àquela conferência foram de duas ordens: a proximidade do Congresso Confederal e a situação financeira da organização – se outras razões não houvesse, o défice semanal de *A Batalha*, a rondar os 3.600\$00 por mês, determinando o Conselho, nessa mesma data, a pedir aos organismos aderentes a instituição de uma quota suplementar a satisfazer por toda a população confederada, constituía um obstáculo incontornável, tornando-lhe «impossível [...] enviar, como lhe conviria delegado àquela importante conferência»¹¹¹.

¹⁰⁷ AB, 31-01-1921.

¹⁰⁸ A IWW era uma organização influenciada pelo sindicalismo revolucionário; nessa organização militavam muitos operários e trabalhadores europeus emigrados nos Estados Unidos, designadamente de Espanha, Itália, Alemanha e Polónia. O “relatório” a que nos referimos são, de facto, dois documentos: o relatório preliminar, datado de 28 de Setembro de 1921, que *A Batalha* publicou em 25-01-1922, e o relatório final, datado de 12 de Dezembro de 1921, publicado no diário confederal entre 09-02 e 13-05-1922, respectivamente nas seguintes datas: 09-02, 15 a 18-03, 28 a 30-03, 16 e 18-04, 10 e 13-05.

¹⁰⁹ AB, 17-03-1922.

¹¹⁰ AB, 16-05-1922. Ver “A União Sindical Italiana e a ISV”, AB, 23 e 28-03-1922; ver também o relato do congresso da USI nas edições de 22, 25 e 29-04, 07, 11, 16 e 18-05-1922.

¹¹¹ “Conselho Confederal [relato da reunião]”, AB, 21-05-1922. O convite à CGT para a participação nessa conferência, nos dias 16 a 18 de Junho de 1922, partiu da União Sindical Italiana.

3. O III CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL E A ANIQUILAÇÃO DO ESPÍRITO DE COIMBRA

Conforme os estatutos da CGT, o Congresso devia reunir de dois em dois anos, portanto antes do fim do ano de 1921; mas só virá a reunir um ano depois. Após uma primeira indicação, em Julho de 1921, de que reuniria na Primavera seguinte, só em Março de 1922 é apontada uma data concreta para a sua realização, 2 a 5 de Julho, na Covilhã¹¹², mas em Junho decide-se o seu adiamento, «definitivamente» para 27 a 30 de Agosto, para sofrer novo adiamento, vindo a ocorrer, de facto, de 1 a 5 de Outubro. A Comissão Organizadora foi escolhida no princípio do ano, num momento em que a Confederação estava mergulhada numa crise de que era elemento mais visível a interrupção de relações entre a CGT e a Federação Nacional da Construção Civil, à beira da ruptura entre os dois organismos, ela foi formada por elementos exteriores ao Comité Confederal, por proposta do secretário-geral Manuel Joaquim de Sousa, que o Conselho Federal seguiu, para, desta forma, “não se dar pasto aos mal-intencionados” dentro da organização. Constituem-na os delegados ao Conselho Confederal pela USO-Évora (Armando Martins, metalúrgico, da Carris de Lisboa), Arsenal do Exército (Júlio Luís), Federação Mobiliária (João Humberto Matias), Federação Corticeira (António Portela) e USO-Póvoa de Varzim e Vila do Conde (o arsenalista do Exército João Pedro dos Santos)¹¹³.

3.1. A preparação do Congresso da Covilhã

No mês Junho inicia-se a publicação das teses, que se prolonga pelos três meses seguintes; desde logo, “Sindicatos de Indústria” e “Deficiências de Organização e Aspirações máximas do Proletariado”; no mês seguinte, as teses “Remodelação na Estrutura da Organização Sindical e Confederal”, “Simplificação dos Serviços Públicos” e “A Contabilidade Administrativa dos Organismos Operários”, que conclui já em Agosto, seguindo-se as teses “Organização Sindical Sindicalista”, “Sobre Educação”, “Relações Internacionais”, Caixa Nacional de Solidariedade” e “Propaganda oral e escrita”¹¹⁴; o relatório do Comité Confederal foi publicado nos últimos dias de Setembro.

¹¹² AB, 24-03-1922.

¹¹³ “Conselho Confederal [relato da reunião de 13-01-1922]”, AB, 15-01-1922.

¹¹⁴ Lista das teses em discussão no Congresso Operário Nacional da Covilhã e datas da respectiva publicação: “Sindicatos de Indústria”, por Manuel Joaquim de Sousa (AB, 18 a 23-06-1922; na Ordem de Trabalhos do Congresso esta tese está atribuída à Federação do Calçado, Couros e Peles, de que Manuel Joaquim de Sousa é delegado no Congresso da Covilhã), “Deficiências de Organização e Aspirações

A Batalha converte-se em tribuna de discussão das teses e para apresentação de pontos de vista, a sugestão de questões a debater e as tarefas futuras – mas, diga-se em boa verdade, menos do que se esperaria, dada a controvérsia interna à CGT sobre alguns temas fracturantes, particularmente o das relações internacionais, afinal, como veremos, tratado a uma só voz. António Gonçalves Dias e Carlos C. B. Araújo são os principais animadores desse *forum*: o Congresso deve definir, escreve António Gonçalves Dias, a acção para defesa e afirmação das magnas questões da liberdade de imprensa, de reunião e pensamento, o direito à greve e o horário de trabalho de 8 horas, mas também deve tratar das questões da instrução e educação racional das massas trabalhadoras, dos presos por questões sociais e das Juventudes Sindicalistas e o seu lugar dentro da organização operária¹¹⁵, como há que considerar a sério o problema da acumulação de cargos sindicais, por falta de militantes, que obriga uma grande parte dos existentes a acumular 2, 3 e mais cargos, tornando estéril o trabalho desenvolvido¹¹⁶; mas há também quem ponha o dedo na ferida das divisões internas, para exigir unidade com vista à acção construtiva, ultrapassando em definitivo querelas estéreis e questões pessoais («é preciso acabar com verrinas», escreve Armando Martins, pois «acima dos ódios pessoais, acima de toda a intrigalhada que existe está o dever imperioso de conjugarmos esforços e contribuirmos com a nossa dedicação para o prestígio daquilo que dizemos defender»¹¹⁷; e há propostas de medidas concretas, como as de Carlos C. B. Araújo, seja o aumento da quota sindical para \$50 semanais, a transferência da CGT e de *A Batalha* para instalações próprias, a constituição extra-sindicalmente de uma Federação Mutualista Operária (cujos primeiros trabalhos deveriam ser coordenados pela CGT) e o fim das aulas de instrução primária que funcionam em más condições nos sindicatos, para as substituir por escolas modelares a criar pelas Uniões de Sindicatos, que por sua vez deveriam passar a ter âmbito regional, em vez de local¹¹⁸, a necessidade

Máximas do Proletariado”, por António Gonçalves Dias (AB, 29-06-1922), “Remodelação na Estrutura da Organização Sindical e Confederal”, por Joaquim da Silva (AB, 02 e 03-07-1922), “Simplificação dos Serviços Públicos”, por Nogueira de Brito (AB, 07-07-1922), “A Contabilidade Administrativa dos Organismos Operários”, por Gil Gonçalves (AB, 27 a 29-07 e 01 e 04-08-1922), “Organização Sindical Sindicalista”, pela Comissão Organizadora (AB, 22 e 24 a 26-08-1922), “Sobre Educação”, pela Comissão Organizadora (AB, 02, 03, 05, 06 e 15-09-1922) e “Relações Internacionais”, pela Comissão Organizadora”, 17, 19 e 20-09-1922, “Caixa de Solidariedade Nacional”, pela USO-Lisboa, AB, 21-09-1922, e “Propaganda oral e escrita”, pela Comissão Organizadora (AB, 27 e 28-09-1922).

¹¹⁵ António Gonçalves Dias – “Problemas a resolver no Congresso Operário Nacional”, AB, 21-06-1922. Entre A.G. Dias e Carlos C.B. Araújo estabelecer-se-á nos dias seguintes alguma polémica, designadamente em torno das afirmações do primeiro sobre o confusionismo latente na CGT no seguimento do diferendo PCP-CGT, que o segundo contesta. Ver AB, 25-06, 02 e 05-07-1922.

¹¹⁶ António Gonçalves Dias – “Problemas a resolver no Congresso Operário Nacional”, AB, 16-06-1922.

¹¹⁷ Armando Martins – “A propósito do próximo Congresso”, AB, 19-06-1922.

¹¹⁸ Carlos C. B. Araújo – “Antes do Congresso-Problemas a resolver”, AB, 27-06-1922. Sobre a questão do aumento das quotas, Araújo retoma o que escrevera Carlos Rates em *A Batalha* (22-02-1921), que considerando uma população sindical de 120 mil operários a pagarem \$50 por semana, dos quais \$10 para a CGT e *A Batalha*, fariam entrar na Confederação 624.000\$00 por ano, verba considerada suficiente para o desempenho das suas atribuições.

de ser constituída uma caixa de solidariedade, a nível nacional, de apoio aos presos por questões sociais, e a questão dos sindicatos únicos; quanto às “relações internacionais, o tema que se adivinhava mais quente no Congresso, não há discussão.

A propaganda pró-Congresso está no terreno no mês de Junho, a começar pelo sul, prolongando-se pelos meses seguintes, motivando adesões e a nomeação de delegados, mas também vivenciando situações de completa indiferença¹¹⁹, com sessões nos seguintes locais (de norte para sul): Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Santo Tirso, Porto, Gaia, Lamego, Viseu, Coimbra, Figueira da Foz, Guarda, Manteigas, Tortosendo, Covilhã, Castelo Branco, Marinha Grande, Tomar, Abrantes, Portalegre, Elvas.

Mas as adesões ao Congresso tardam – em Maio, noticia-se a inscrição dos Rurais de Benavila, dos Corticeiros do Seixal e de Almada, do Sindicato Único Mobiliário de Lisboa e do Sindicato Único Têxtil do Porto já se inscreveram, pagando a respectiva quota, de \$05 (5 centavos) por associado; é provável que fossem então os únicos aderentes. Teriam sido diversas as razões para essa situação: a conjuntura político-social e sindical e certamente as sucessivas mudanças da data do congresso; a própria comissão organizadora torna público repetidamente o ritmo demasiado lento das inscrições, referindo que esse facto põe em causa os trabalhos preparatórios em curso. Em 30 de Junho contavam-se somente 63 adesões (das quais 56 de sindicatos) e a comissão organizadora anunciava que o dinheiro recebido não chegava para as despesas de organização; a 26 de Setembro, 4 dias antes da abertura do Congresso da Covilhã, a lista das adesões publicada em *A Batalha* referenciava menos de 80 inscrições, mas que seriam, afinal, uns 125, como informa no dia seguinte¹²⁰.

A “PREPARAÇÃO” DA QUESTÃO INTERNACIONAL. A questão das relações internacionais, que tinha ficado pendente no Congresso de Coimbra (1919), era um dos assuntos centrais a discutir no Congresso da Covilhã. Como foi referido mais atrás, a direcção da CGT desenvolveu durante vários meses uma acção de informação sobre as relações internacionais muito orientada para a contestação dos princípios constitutivos da Internacional Sindical Vermelha, uma acção que vem já de 1921 e se acentua à medida que o Congresso se aproxima.

Depois de publicar os relatos de várias conferências e congressos nacionais onde a “questão internacional” foi discutida pelas organizações sindicais, *A Batalha* começa a

¹¹⁹ Tendo-se, a princípio, desenvolvido a propaganda pró-Congresso apenas no sul do país, a USO-Porto chega a questionar a CGT se não deverá fazer-se também a norte. Algumas das situações de “indiferentismo” referenciadas: os delegados Felisberto Baptista e Armando Martins tendo verificado, na Póvoa de Varzim, a decadência dos organismos operários locais, não chegam a realizar a sessão que se propõem, por alheamento do operariado local, e, em Lamego, a “massa operária” preferiu ir a uma festa religiosa numa localidade próxima, em vez de assistir à sessão de propaganda do Congresso Operário Nacional.

¹²⁰ A população sindical dos sindicatos em causa ascenderia a um total de 1.745 operários e o valor das quotas de adesão ao Congresso 88,05 escudos (*AB*, 18 e 25-05-1922); *idem*, 30-06, 27-07 e 27 e 28-09-1922.

publicar o relato do congresso da Federação Sindical Internacional (Internacional de Amsterdão), realizado um mês antes, em Roma, nos dias 20 a 24 de Abril de 1922¹²¹; mais relevante do que este, pela consonância com a orientação da direcção da CGT, a conferência da CNT, de Espanha, relatada pelo jornal confederal praticamente em cima da data da sua realização pelo delegado a essa reunião, Manuel Joaquim de Sousa: na Conferência de Saragoça (11-12 de Junho de 1922) a CNT, que fora aderente da Internacional Comunista (III Internacional) e estivera na origem da Internacional Sindical Vermelha, decide, com a participação e o impulso do seu delegado àquela organização, Angel Pestaña, retirar-se da ISV e da Internacional Comunista e da ISV e participar na Conferência de Berlim, ao mesmo tempo que protesta contra a repressão, na Rússia, aos «delegados avançados»; além disso, a organização resolve, por um lado, aprofundar as relações com a CGT Unitária francesa e com a CGT portuguesa, se possível chegando a um pacto federativo entre as três organizações, e por outro, aprofundar relações com os organismos operários latino-americanos de carácter ofensivo e defensivo¹²². As estreitas relações que a CGT mantinha, de antes, com a CNT e que esta então manifestava empenho em desenvolver, conferiam ainda maior relevo ao corte da organização sindical espanhola com as “Internacionais de Moscovo” (IC e ISV), reforçando o seu impacto na organização confederal, e nessa medida constituíam um bom tónico para quantos, na CGT, se batiam pela oposição a Moscovo e pela “adesão” a Berlim.

A Lisboa, por esses mesmos dias, chegava correspondência de Perfeito de Carvalho, enviada de Paris – para o director de *A Batalha*, para a CGT e também, em nome da amizade, para o camarada de profissão Alexandre Vieira, companheiro nas actividades sindicais desde a década anterior, na fundação e na redacção do diário sindicalista nos dois primeiros anos da sua publicação.

Regressado de uma segunda deslocação a Moscovo, depois de ter desempenhado uma missão ao serviço da ISV, Perfeito de Carvalho demorava-se na capital francesa, onde, ao que diz, desenvolvia actividade profissional, procurando adquirir os meios para pagar uma dívida pessoal contraída entretanto e para custear a viagem para Lisboa. Propõe-se ele iniciar uma colaboração em *A Batalha*, «para o esclarecimento de questões que interessam em máximo grau o proletariado português, como sejam, por exemplo, a das Internacionais sindicais, a da táctica revolucionária, etc.», questões que refere estarem a ser discutidas pelo operariado de todos os países, das quais o jornal confederal também tem tratado, mas, nas palavras do autor, «com extrema ligeireza e de uma maneira que francamente não reputo feliz», declarando (provavelmente com alguma ironia) «quer[er] crer que é a carência de informes sérios que tem induzido em

¹²¹ A publicação deste relato, em 10 partes, decorrerá até 05-07-1922.

¹²² AB, 29-06-1922. O relato da Conferência de Saragoça foi publicado, sem intermitências, entre 23 e 30-06-1922.

erro os redactores do nosso órgão», mas acrescenta que «se ignora em Portugal quase tudo o que vai pelo mundo operário e *A Batalha* tem deixado passar em claro os mais importantes factos da história contemporânea do proletariado», não sendo pois de admirar, adianta, que em Portugal não haja «militantes orientados e esclarecidos, à altura da sua época e da sua missão». A sua proposta é, pois, iniciar na semana seguinte o envio de uma série de artigos, que «talvez contribuam um pouco para orientar os delegados ao próximo Congresso»¹²³.

A carta para a CGT é mais incisiva na crítica ao tratamento dado pelo diário operário à questão internacional, referindo que «com a sua marcha indecisa, dúbia, vacilante, confusionista [se mostra] incapaz de orientar seja de que maneira for o operariado português», razão pela qual em sua opinião os delegados ao Congresso Operário da Covilhã não teriam as necessárias «preparação e competência para discutir questões que não sejam a elevação da quota e equivalentes assuntos de mera economia doméstico-sindical»¹²⁴.

A crítica a *A Batalha* que consta da carta anterior visa, muito especialmente, o secretário-geral da CGT, director em funções do jornal, Manuel Joaquim de Sousa; independentemente de outros motivos, as relações entre este e Perfeito de Carvalho tinham-se deteriorado no regresso do delegado da CGT a Moscovo, em Novembro de 1921; por isso, as duas cartas anteriores de Perfeito de Carvalho não foram enviadas directamente aos destinatários, com receio do autor de que as mesmas fossem dadas por não recebidas, mas através de Alexandre Vieira, a quem confessa que «depois do procedimento dele [Manuel Joaquim de Sousa] para comigo em Novembro-Dezembro do ano passado, não espero dele nada de bom – e tomo as minhas precauções», admitindo ter de vir a «adoptar outro caminho menos conciliador [...] no caso de ele recusar a publicidade aos meus escritos ou se neles exercer censura», ciente que está de que a sua oferta de colaboração em *A Batalha* «provocará o desprazer do Manuel Joaquim de Sousa»¹²⁵.

Se os escritos de Perfeito de Carvalho foram de facto enviados para Lisboa, não sabemos; *A Batalha* não publicou nada com a assinatura daquele seu antigo redactor. Mas publicou um relato do 1º congresso da CGTU de França (Saint-Étienne, 26 de Junho a 1 de Julho), a que Perfeito de Carvalho se referira na sua carta ao director de *A Batalha* – em boa verdade, um relato demasiado estendido no tempo, em mais de 30 partes, a primeira na edição de 9 de Julho de 1922 e a última em 24 de Setembro, tornando-o assim completamente irrelevante.

¹²³ Carta de Francisco Perfeito de Carvalho ao director de *A Batalha*, 29-06-1922, in César Oliveira – *O movimento sindical português – a primeira cisão*, p.08-109.

¹²⁴ Carta de Francisco Perfeito de Carvalho para a comissão administrativa da CGT, 29-06-1922, in *obra citada*, p.109-111.

¹²⁵ Carta de Francisco Perfeito de Carvalho a Alexandre Vieira, 30-06-1922, in *obra citada*, p.111-112.

Os receios de Perfeito de Carvalho tinham, pois, toda a razão de ser – a direcção de *A Batalha*, o que vale por dizer, Manuel Joaquim de Sousa, e os dirigentes da CGT próximos deste, ergueram de facto uma barreira que impediu o acesso ao diário cegetista por parte dos críticos, que eram todos os que tinham simpatias pela ISV, pelo que aquele órgão veiculou em exclusivo as posições “oficiais” da maioria confederal, contrárias à adesão à Internacional Sindical Vermelha. Aliás, é relevante assinalar que esta atitude foi, simultaneamente, um acto de combate à tese sobre as relações internacionais apadrinhada pela comissão organizadora do Congresso; essa tese, elaborada com base no trabalho da comissão de estudo (que incluía elementos do Comité Confederal) nomeada pelo Conselho Confederal em Novembro de 1921, no final das reuniões em que Perfeito de Carvalho deu conta dos resultados da sua missão à Rússia, apontava precisamente para a adesão da CGT à ISV.

No mês de Agosto, *A Batalha* dá o protagonismo na “questão internacional” à Conferência Internacional Sindicalista Revolucionária de Berlim, realizada entre 16 e 19 de Junho de 1922. Primeiro, publicando as quatro moções aprovadas naquela conferência, em que também estiveram presentes delegados da ISV, e dias depois, apresentando o texto da resposta negativa da ISV ao convite para participar no Congresso fundador da AIT, com a resposta do *Bureau* provisório Internacional dos Sindicalistas Revolucionários¹²⁶, reforçada por um texto retirado do Boletim Internacional dos Sindicalistas Revolucionários, de Junho anterior, com um título significativo: «A Internacional Sindical Vermelha contra os Sindicalistas». A ofensiva prossegue no mês de Setembro, que abre com a publicação, no dia 1, a toda a largura da primeira página, de um texto do mesmo *Bureau*, datado do mês de Agosto, convidando todos os organismos sindicais do mundo para enviarem representantes ao Congresso Sindicalista Internacional de Berlim; a seguir, diariamente, entre o dia 6 e o dia 19 de Setembro, o diário operário publica o relato da Conferência Sindicalista Revolucionária de Berlim – três meses depois daquela reunião internacional¹²⁷; entretanto, a direcção de *A Batalha* terá considerado que já estavam reunidas as condições para dar a público a tese «Relações Internacionais», como se disse, contrária à orientação “oficial” da CGT, publicando-a na edição de 17 de Setembro.

A ofensiva contra a ISV entra mesmo pelo Congresso da Covilhã adentro: no dia em que este começa, *A Batalha* publica na página 3 a tradução da circular do *Bureau* Internacional dos Sindicalistas Revolucionários, convocando o “Congresso Mundial das Centrais Sindicalistas Revolucionárias”, sob o título “As Organizações Sindicalistas Revolucionárias”; abrindo com a epígrafe «Caros Camaradas» – pela forma como foi

¹²⁶ *AB*, 19 e 27-08-1922.

¹²⁷ O relato inclui a resposta da CGT portuguesa ao convite da União Sindical Italiana para enviar um delegado à Conferência Preliminar dos Sindicalistas Revolucionários, com data de 20 de Maio de 1922, lida naquela conferência.

apresentada, é uma “autêntica” carta dirigida a todos e cada um dos delegados ao Congresso; no dia 4 de Outubro, em pleno Congresso, um novo artigo, “Os sindicalistas alemães e a I.S.V.: Declaração de princípios que se aproxima das bases fundamentais da Primeira Internacional”, e, no próprio dia em que o Congresso discute a tese sobre as relações internacionais, lado a lado com o relato dos trabalhos, na primeira página de *A Batalha*, um artigo com o título “Doutrina e Combate” proclama: «Estamos convictos da obra da Revolução [...] nós os militantes das ideias do futuro. Sem nos preocuparmos com os vozeiros dos gritadores de ofício e com os inconscientes declamadores, que leal e sinceramente julgam servir a revolução com palavras e gestos, afirmamos as nossas convicções de sempre, dizendo a todos: *Revolucionários sim, vozeiros da revolução nunca!*»¹²⁸

A SITUAÇÃO INTERNA À DATA DO CONGRESSO. À beira do Congresso da Covilhã, a situação da CGT não é brilhante: quebra na militância sindical, redução do efectivo confederado (pelos números publicados, uns 17% menos que em 1919, mas provavelmente a quebra seria mais expressiva) e da participação na vida associativa, vários organismos paralisados e outros extintos, problemas internos activos e outros mal resolvidos travando a acção sindical.

Pela mesma altura em que o *Diário de Lisboa* se fazia eco de acusações de envolvimento da CGT no planeamento dos assassinatos da “Noite Sangrenta”, a que o próprio secretário-geral dá resposta, exigindo provas públicas de tais insinuações, fazendo assim morrer o assunto¹²⁹, nas colunas do diário *O Século*, um «militante anónimo» acusava a CGT de estar «desmantelada», enunciando alguns dos maiores “casos”: o conflito CGT-Federação da Construção Civil, a guerra entre os soldados e marítimos em Setúbal, que se arrasta sem solução desde os tempos da UON, que a fundação do PCP foi o pretexto para afastar os críticos do secretário-geral, que os sindicatos únicos trazem em desacordo quase todos os militantes da classe metalúrgica, o conflito entre a Junta Sul e a Junta Norte dos Empregados no Comércio, o conflito com a Federação das Juventudes Sindicalistas; mas também, críticas fortes ao secretário-geral de que desorganizou dois organismos, a CGT e depois *A Batalha*, que tem dois cargos o que é contra o espírito revolucionário, que foi anarquista frente aos comunistas e depois “foi aceitar o parlamento e colaborou com ele na questão do pão, depois do parlamento insultar os operários de desordeiros”, e que a CGT é uma casa abandonada.

Na resposta, Armando Martins – que no período pré-Congresso aparece praticamente como o “bombeiro de serviço” – nega a responsabilidade da CGT em todos casos referenciados, adiantando, no entanto que «não tem de facto a CGT

¹²⁸ AB, 05-10-1922.

¹²⁹ Veja-se AB, 26, 27 e 31-08-1922.

correspondido ao fim para que foi criada”, mas assacando as responsabilidades aos sindicatos que, na sua maioria, «por razões que não vêm ao caso, não dão às Uniões e Federações o impulso necessário, para que estas atinjam o grau de desenvolvimento necessário», identificando como problemas dos sindicatos a falta quer de uma «concepção ideológica definida», quer de uma «vida desafogada»¹³⁰.

Numa segunda “entrevista” àquele jornal, o mesmo “militante mistério” (que não é Joaquim Cardoso, o ex-secretário geral da Federação da Construção Civil irradiado da organização, como se insinuava¹³¹) tece críticas ao secretário-geral da CGT, afirmando depois (transcrevemos da resposta em *A Batalha*) que, sobre a questão internacional, a CGT tem vindo a defender a Internacional de Amsterdão e que «se vão a Moscóvia é com medo de perderem a influência das massas, que valem mais do que eles, pois que são elas que se salvam e os salvam», acrescentando «que a CGT é actualmente uma casa quasi abandonada, chegando a não haver número para as reuniões. E os que lá estão são os que como o sr. Armando Martins são os que se subordinam [ao secretário-geral], para que tudo não desabe antes do Congresso Operário», a que responde o mesmo Armando Martins, afirmando a supremacia do colectivo sobre o indivíduo na tomada das decisões (designadamente na «posição internacional» da CGT, a ser decidida pelo Congresso Operário Nacional), mas igualmente a autonomia de cada organismo e de cada indivíduo nos organismos a que pertence e destes dentro da Confederação, denunciando a insídia a coberto do anonimato e enaltecendo a atitude dos que «com critério, bom senso e desinteressadamente propagam e defendem os belos princípios da Emancipação Social»¹³².

Não obstante, os problemas existem; o próprio Armando Martins os havia já elencado, dois meses antes: «organismos atacados de raquitismo», a maioria das Federações, Uniões locais e sindicatos que apenas vegetam, a CGT incapaz de alargar a sua esfera de acção e atravessada por intrigas e lutas pessoais, «a sua acção no movimento sindical e social [que] pouco se tem feito sentir»¹³³.

¹³⁰ Armando Martins – “A propósito duma entrevista”, *AB*, 27-08-1922.

¹³¹ Carta de Joaquim Cardoso a *A Batalha*, que o jornal cegetista publica «por dever de lealdade» (“A propósito da entrevista de *O Século*”, *AB*, 08-09-1922).

¹³² Armando Martins – “A propósito duma entrevista-um ‘militante’ no papel de lacaio patronal”, in *AB*, 30-08-1922. Das críticas e acusações do “militante mistério” ao secretário-geral da CGT, Armando Martins referencia, entre outras, as seguintes: que Manuel Joaquim de Sousa desorganizou dois organismos, a CGT e depois *A Batalha*; que tem dois cargos, o que é contra o espírito revolucionário; que foi anarquista frente aos comunistas e depois «foi aceitar o parlamento e colaborou com ele na questão do pão, depois do parlamento insultar os operários de desordeiros». A “entrevista” em causa, publicada por *O Século* em 25 e 28 de Agosto de 1922, como é referido no fim da mesma, foi elaborada com base numa carta dirigida àquele jornal de Lisboa, que, além dos comentários de Armando Martins, originou uma carta-resposta de João Humberto Matias, também membro do Conselho Confederal da CGT e da Comissão Organizadora do Congresso Operário Nacional, que aquele jornal não publicou e que *A Batalha* transcreveu (João Humberto Matias – “A CGT em foco - parcialidade dos seus detractores”, *AB*, 01-09-1922).

¹³³ Armando Martins – “A Acção sindical e o Congresso Operário Nacional: breves considerações”, *AB*, 01-07-1922.

3.2. Os documentos em discussão

O Congresso tinha na agenda a apreciação de 11 documentos – o relatório do Comité Confederal, mais 10 teses, na sua maioria da responsabilidade da comissão organizadora, que como se referiu foram publicados n’*A Batalha*, com o objectivo de serem debatidos nos sindicatos, habilitando os respectivos delegados para os discutir e deliberar no Congresso Nacional.

O Relatório do Comité Confederal¹³⁴, subscrito pelos elementos integrantes à data deste órgão confederal (o secretário-geral, Manuel Joaquim de Sousa, João Humberto Matias, secretário adjunto, Armando Martins, secretário administrativo, Joaquim de Sousa, tesoureiro e Alfredo Lopes, vogal). No essencial, é o relato do que de essencial se passou na organização desde o Congresso de Coimbra, constituindo um ponto de situação da Confederação Geral do Trabalho na data da realização deste Congresso; não sendo um documento circunstanciado e pormenorizado de tudo quanto se passou – como se escreve no próprio relatório, «para isso seria necessário transportar para [este] as próprias actas de cada um dos órgãos confederais» – é importante pelo que mostra e pelo que cala, pela maior ou menor evidência que dá aos vários assuntos, transparecendo o ponto de vista e o posicionamento em concreto dos seus autores. O documento organiza-se em capítulos, cujo conteúdo se dá a seguir, com o detalhe considerado adequado e na perspectiva no mesmo reflectida.

Principia-se por referenciar as questões de administração – a constituição do primeiro Conselho Confederal, o relatório apresentado pelo Comité à 1ª reunião daquele órgão, os trabalhos de estatística (que se mantêm deficientes), as acções de solidariedade para com a Revolução Russa, a recusa de indicar ao governo um representante operário na Conferência Internacional do Trabalho, as acções desenvolvidas para pôr fim às graves divisões entre associações operárias em Setúbal, ainda por resolver, as acções de propaganda “à província” empreendidas pelo Comité, a acção do Comité nas greves de 1920 e seguintes, o seu papel na tentativa de organização das classes de transportes, na aquisição de recursos financeiros para *A Batalha*, na contestação à cédula pessoal, nas acções no âmbito das relações internacionais, na criação e dinamização de Uniões de Sindicatos locais e na concretização do Conselho Confederal.

Passa depois a expor os pontos mais relevantes da actividade que, como referido no fim do documento, «constituem a essência de toda a vida confederal»: 1) a decisão do Conselho de considerar “nacionais” os Sindicatos do Pessoal dos Arsenais (que sendo

¹³⁴ O relatório do Comité Confederal foi publicado em *A Batalha* nos dias 26, 27, 28 e 29-09-1922 e o texto é reproduzido no Anexo H deste estudo. A numeração dos capítulos referenciada a seguir é do autor deste estudo.

uma questão pouco pacífica dentro da organização, designadamente em Lisboa, o Comité reendereçoava ao Congresso da Covilhã, para deliberação); 2) sob o título “Organização Inter-Sindical”, o projecto da CGT de constituir, em 1920, a “Liga Operária Expropriação Económica”, uma organização inter-sindical (a completar com uma organização extra-sindical também ligada à CGT) congregando elementos operários confederados e elementos intelectuais que o não fossem, a qual, não sendo um partido político, “servisse ao mesmo tempo para a defensiva e para o ataque, quando não para realizar a própria revolução, se os acontecimentos [...] a precipitassem”, projecto esse que, escreve-se no documento, não vingou por causa da formação de um partido político (o Partido Comunista Português) e “das pugnas, das intrigas e malquerenças pessoais a que o mesmo [projecto] deu lugar»; 3) a posição pública tomada do Comité sobre o “Manifesto do Partido Comunista” (Julho de 1921), pondo em evidência que se tratou de uma crise, um «transe doloroso», e que, «apesar da sua gravidade [...] se não deu cisão alguma, graças à firmeza de toda a organização que galhardamente manteve os princípios morais de autonomia sindical do Congresso de Coimbra, tendo sido a crise circunscrita a indivíduos»; 4) a greve dos ferroviários (Outubro-Dezembro de 1920), em que se contextualiza «uma certa comparticipação» da CGT naquele conflito laboral, referenciando o falhanço confederal na constituição de um comité de greve conjunto de todas as classes de transportes então em greve (marítimas, ferroviárias e rodoviárias), referindo ainda o documento “a forma como [a CGT] concorreu para garantir o triunfo de tão belo movimento [a greve dos ferroviários].

Seguidamente trata daqueles que foram alguns dos temas mais determinantes da movimentação operária no período em apreciação – 5) a luta contra as tentativas de redução dos salários (meados de 1921) a pretexto do embaratecimento do custo de vida, referenciando-se acções, orientações e documentos produzidos pela Confederação sobre a matéria, com a novidade de transcrever um parecer produzido em Julho de 1921, contendo um conjunto de orientações do Conselho Confederal a transmitir, confidencialmente, à organização para fazer face a tal ofensiva, referindo-se no relatório que não chegou a pôr-se em execução em virtude da evolução da situação económica e financeira do país; 6) a resistência à reforma tributária e ao aumento dos impostos, incluindo sobre os salários do operariado, apontando-se para um futuro estudo da questão pela CGT; 7) a carestia de vida, em que se alude ao entendimento do Conselho Confederal de que, sendo o único meio de fazer face ao constante agravamento do custo de vida, os aumentos dos salários – e as lutas com esse objectivo – não são a solução; 8) a questão do pão, em que se referenciam os interesses económicos em torno do pão, a constante elevação do seu preço, adiantando-se a tentativa do governo, através da última lei dos cereais, de acabar com o pão político e a resposta popular que provocou (Agosto

de 1922), em resposta ao convite da CGT de, em cada localidade, as populações reclamarem na medida das suas necessidades; esse movimento, no juízo do Comité Confederal, “não tendo atingido os seus fins, foi contudo, nestes últimos tempos, uma das mais belas afirmações do proletariado, pois estendeu-se, além dos arredores de Lisboa, ainda às primeiras cidades”; 9) o horário de trabalho, em que se retoma a história da legislação do horário de trabalho de 8 horas, tecendo considerações sobre a sua não aplicação geral e a acção patronal e governamental no sentido da sua supressão, o governo através “do decreto-regulamentação que esfrangalha o horário, com manifesto desprezo da convenção de Washington, à qual o Estado português aderiu com o compromisso de a respeitar”.

O relatório do Comité Confederal passa depois a considerar o tema quente das relações internacionais. Começando por reproduzir as decisões tomadas pelo Congresso de Coimbra, refere as acções desenvolvidas nesta matéria pela CGT, designadamente o envio de um delegado ao congresso da C.N.T. espanhola (Manuel Joaquim de Sousa) e a Moscovo (Perfeito de Carvalho), para tomar parte no Congresso da Internacional Sindical Vermelha e para se inteirar da realidade russa pós-Revolução, constituindo-se como testemunha directa da vida no país dos soviets em relatório que se publicaria no seu regresso, a par de um outro com as conclusões do congresso da ISV; referenciam-se peripécias dessa viagem que impediram Perfeito de Carvalho de assistir àquele congresso, a publicação em *A Batalha*, das conclusões do Congresso de Moscovo, traduzidas por aquele delegado de uma brochura francesa, o relato verbal da sua delegacia apresentado ao Conselho Confederal e a reafirmação do compromisso de apresentação de um relato escrito, que não chegou a ser apresentado.

Refere finalmente o entendimento do Conselho Confederal de que não podia tomar uma decisão definitiva sobre a adesão à Internacional Sindical Vermelha, por esta, tal como a Internacional de Amsterdão, “embora parecesse ser outro o seu espírito revolucionário [...] ter como representantes elementos investidos de mandatos políticos”, verificando-se, de facto, uma “interpenetração de delegados nos conselhos da Internacional Sindical [Vermelha] e da Internacional política [a Internacional Comunista] e [um] carácter de obrigatoriedade de certas condições de feição política [as “21 Condições de Moscóvia”] contrárias ao espírito e à vontade do proletariado português”; posto o que o documento remete a tomada de uma deliberação para o Congresso.

Ainda em matéria de relações internacionais, o Relatório enuncia duas outras questões: a primeira (item «Solidariedade internacional») sobre quanto se fez no apoio à Revolução Russa, em resposta a apelos vindos do estrangeiro de boicote e protestos de oposição a acções contra-revolucionárias tendo como alvo a Rússia, referenciando o insucesso de uma acção, mais recente, de protesto vigoroso sugerida pela CGT às

Unões locais, a que estes não deram execução; a segunda (item “Auxílio aos famintos russos»), referenciando a campanha desenvolvida e o envio ao Bureau Internacional pró-Famintos Russos, sediado em Berlim, dos valores recolhidos, num total de 18 mil escudos.

Os derradeiros oito pontos tratados no relatório referem-se ao Conselho Jurídico (que se considera apresentar um conjunto de deficiências, não tendo funcionado de acordo com as necessidades e anseios da organização, apresentando-se uma proposta de novo regulamento, à consideração do Congresso), às actividades desenvolvidas pelas duas secções confederais, das Federações e das Unões (pondo-se em evidência ser a sua acção dependente da vitalidade dos sindicatos e estar condicionada pela sua fraqueza de recursos financeiros, assinalando-se como muito relevante a organização da Federação dos Ferroviários), a propaganda sindical (realçando-se a imprescindibilidade de uma acção continuada, reportam-se as deliberações do Conselho Confederal, em Junho de 1921, para sua organização, numa base permanente, para cobrir grandes zonas do país, que não foi possível executar por falta dos necessários recursos alocados à sua realização, no caso os valores devidos à CGT pelos organismos associados, que não foram satisfeitos, como se esperava), *A Batalha* (com referências à importância da sua existência, às suas incapacidades, às críticas que lhe eram feitas, às difíceis condições financeiras em que se publicava, às perseguições de tinha sido alvo e ao carinho que o operariado lhe devotava), fechando com rápidas referências ao “caderno reivindicativo” apresentado à junta revolucionária do “19 de Outubro de 1921”, e aos congressos corporativos em que a CGT se fizera representar, enfatizando a Conferência Inter-Sindical do Porto, de 1921.

Eram 10 as teses aprovadas para apreciação pelo Congresso, na sua maioria da responsabilidade da comissão organizadora, sendo que a maior e justificada expectativa residia nas teses da organização social sindicalista, das relações internacionais e dos sindicatos de indústria.

Dá-se seguidamente a síntese desses documentos:

– Tese «Organização Social Sindicalista»¹³⁵ – Foi apresentada pela comissão organizadora; na sua redacção colaborou Adolfo Lima¹³⁶. Filiando-a no Congresso Operário Sindical e Cooperativo, de 1909, o relator apresenta-a como a revisão necessária das linhas então estabelecidas em relação à matriz organizativa da sociedade,

¹³⁵ AB, 22 e 24 a 26-08-1922.

¹³⁶ Adolfo Lima foi professor e pedagogo; anarquista de ideologia, colaborou em jornais dessa área e com a organização operária na “vigência” da CGT, da UON e mesmo antes. Foi colaborador assíduo de *A Batalha*. «A concepção que enforma este texto (para além do seu naturalismo e cientifismo endémicos», escreve João Freire, «é a de um pan-sindicalismo, de um totalitarismo teórico que responde simetricamente ao bolchevismo prometaico dos seus adversários», acrescentando mais adiante que ele «parece como a bandeira dos anarquistas operários que não querem perder o controlo de uma organização (a CGT) que por seu mérito foi erguida.» (João Freire – “Introdução” a *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, de Neno Vasco, pp. 32 e 33).

de base sindicalista, revisão essa imposta pelo tempo e pelas aprendizagens entretanto realizadas. Apresentada como realização prática das «leis científicas da Sociologia», a tese reivindica o sindicalismo como «organização social completa e integral, basta[ndo]-se a si próprio, quer para transformar o actual regime, quer para realizar e construir todas as instituições da sociedade futura, de natureza e ideal libertários». Apresenta, de seguida, da base para o topo (o indivíduo, o sindicato, as federações e uniões, a CGT e o Congresso) os componentes, nos diversos graus, da organização sindicalista, precisando-lhes competências e funções, numa matriz transposta, no essencial, nos estatutos confederais. No quadro em que foi produzido e que vai ser debatido, este documento insere um ponto de importância capital em matéria de relações internacionais, precisamente o tema mais fracturante em discussão na Covilhã (pontos XXVII, alínea g) e XXIX, alínea d): O Congresso indica a *Internacional* a que a «sua» CGT deve aderir, sendo que esta será a «que mais esteja em harmonia com o ideal sindicalista revolucionário», nos termos, pois, das linhas sindicalistas definidas na própria tese. Temos pois que uma possível aprovação desta tese condicionava – como virá a acontecer – a apreciação da tese sobre a questão internacional.

Todavia, esta tese encerrava uma outra novidade, sobre a direcção da CGT, preconizando (ponto XXXV) a existência de um secretariado de três elementos, eleito em Congresso, que substituiria o Comité; na prática, propunha-se a alteração dos estatutos da CGT, passível de ser combatida no Congresso (como se verificou) com o argumento de que os delegados não tinham mandato para fazer essa alteração, que carecia de ser discutida e deliberada, previamente e em concreto, pelos sindicatos.

– Tese “Relações Internacionais”, da comissão organizadora – Protestando fidelidade à Revolução Russa, cujos erros e até crimes são explicáveis por se tratar da primeira revolução proletária, a tese defende que é prejudicial a existência de mais de um organismo internacional sindical de acção revolucionária e que nesse organismo internacional, de base essencialmente de classe, todos os seus membros devem conservar as suas características próprias; advogava, pois, que não se constituísse a 4ª Internacional, e que, em nome da Organização Social Sindicalista, a CGT portuguesa declarasse a adesão, em princípio à ISV, por ser a que mais em harmonia está com o ideal sindicalista revolucionário, tornando-a efectiva após o congresso da ISV, se, como se esperava, fosse suprimida a resolução 11, ou alterada de modo a salvaguardar a autonomia da CGT e a independência de qualquer partido ou agrupamento político. A apresentação desta tese acaba por ser paradoxal, pela facto de a comissão organizadora propor aqui um alinhamento internacional que não é coerente com a tese, também de sua responsabilidade, da Organização Social Sindicalista.

– Tese “Sindicatos de Indústria”¹³⁷ – Apresentada pela Federação do Calçado, Couros e Peles, foi seu relator Manuel Joaquim de Sousa, o secretário-geral da CGT. É um documento muito bem elaborado, claro no seu conteúdo, que pretendia pôr o dedo na ferida num campo em que se instalara uma enorme confusão, em parte resultante de uma leitura enviesada da tese (bastante confusa) sobre sindicatos mistos e sindicatos únicos aprovada pelo Congresso de Coimbra, mas sobretudo criada pela acção absorcionista desenvolvida pela organização dos Metalúrgicos sobre algumas classes. Enfim, aponta à formação de sindicatos por indústria, em cada local, tendo como critério a produção (e não a matéria-prima, como, por exemplo os Metalúrgicos, tinham adoptado) para a constituição dos Sindicatos Únicos). Este tema foi o que suscitou maior atenção e debate antes do Congresso, que passou pel’A *Batalha*, sobretudo entre militantes metalúrgicos, como Armando Martins, Joaquim de Sousa, Artur Cardoso, Manuel Gonçalves Vidal e António Gonçalves Dias, em torno da dicotomia “organização por matéria-prima ou pela produção” e – este último a defender a constituição de uma organização dos operários conserveiros autónoma dos metalúrgicos¹³⁸.

– A tese “Remodelação na estrutura da Organização Sindical e Confederal”¹³⁹ foi subscrita por Joaquim da Silva, da Federação Metalúrgica – Propõe a alteração da organização sindical em dois pontos: o critério da formação dos sindicatos únicos, «no espírito do Congresso de Coimbra», deve ser a matéria-prima (ou seu redactor não fosse um dirigente daquela Federação, onde esse critério prevalecia, aliás em confronto com o defendido pela generalidade da organização, que adoptava o produto como critério para a constituição dos sindicatos únicos) e devem ser extintos os sindicatos nacionais (Arsenal de Marinha, Arsenal do Exército e Correios e Telégrafos), alegadamente por serem verdadeiros sindicatos mistos e por isso prejudiciais à organização e ao

¹³⁷ AB, 18 a 23-06-1922.

¹³⁸ Aquele debate, além da troca de ideias, dá o ponto de situação de algumas realidades na organização da classe metalúrgica entre os Congressos Nacionais de Coimbra e da Covilhã: os metalúrgicos da Carris (500 ou 600) só uma minoria estava no Sindicato Metalúrgico; organizado o Sindicato da Carris, 95% estão sindicalizados (Armando Martins, 13-07-1922 e 22-07-1922); os sindicatos por estabelecimentos fabris são verdadeiros sindicatos mistos, a cujo efectivo são indiferentes interesses gerais, que falharão como os dos Gazomistas, da Companhia das Águas (Joaquim de Sousa, 08-07-1922 e 16-08-1922); os sindicatos únicos devem ser por organizados por indústria, isto é, pelo que se produz, porque o que aconteceu na indústria de conservas é errado: antes 1919, havia 3 organismos profissionais (soldadores; trabalhadores; pessoal feminino; depois do Congresso de Coimbra, tendo-se considerado que os soldadores são metalúrgicos, todo o operariado conserveiro ingressou nos sindicatos metalúrgicos (António Gonçalves Dias, soldador, 28-07-1922 e 23-09-1922). Algumas destas trocas de pontos de vista, que confirmam a crise que outras fontes referenciam entre a militância sindical metalúrgica, saem frequentemente do âmbito estrito do debate de ideias, sendo acompanhadas de acusações pessoais e à própria CGT (veja-se Artur Cardoso, ao acusar Armando Martins de fazer parte de uma corrente que desde há muito tempo trabalha para o enfraquecimento da organização metalúrgica ao atacar a organização actual dos sindicatos únicos, recriminando ainda a CGT por, a despeito das deliberações do Congresso de Coimbra, não ter de facto “puxado” pelos Sindicatos Únicos – AB, 17-07-1922).

¹³⁹ AB, 18 a 23-06-1922.

movimento sindical, o que se enquadra na mesma “visão” federativa, que considerava metalúrgico o operariado integrante daqueles sindicatos nacionais; quanto à Confederação, considerando que ela não tinha correspondido às exigências da organização sindicalista revolucionária, cumprido aponta-se à criação de um Conselho Geral Confederal, dividido em 4 secretariados: a) um secretariado administrativo, eleito pelo Congresso (para a gestão financeira e relações com os organismos confederados), com 7 membros (secretário administrativo, com mandato de Congresso a Congresso; b) um secretariado de Estatística e Economia Social e de Relações Internacionais (elabora estatísticas dos assuntos de interesse para o proletariado de todas as indústrias e trata da «permuta de relações internacionais», constituído por 3 membros eleitos por cada Federação e mais 3 eleitos por cada USO, se necessário delegados indirectos; c) um secretariado de Propaganda e Acção e d) um secretariado de Assistência Social (em princípio, ainda que não seja enunciado, para substituir o Comité Confederal, implicando a supressão do cargo de secretário-geral). Tratava-se, pois, de um documento difícil de fazer passar no Congresso, pelas razões já aduzidas sobre a proposta de alteração da direcção da CGT consignada na tese da Organização Social Sindicalista.

– Tese “Caixa Nacional de Solidariedade Operária”¹⁴⁰ – Apresentada pela União de Sindicatos de Lisboa, esta tese pretendia resolver o problema do apoio aos operários presos, perseguidos ou feridos em situações emergentes de questões sociais e às famílias dos falecidos pelas mesmas razões; diga-se que foi a tese que provocou mais correspondência para *A Batalha*¹⁴¹. Propõe-se a instituição de um mecanismo, através do qual todos contribuam, cumprindo um dever que é de todos, e a organização desse auxílio por um Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade, cuja criação se preconiza, adjuvado por comissões pró-presos, a funcionar junto das USO, ou, onde estas não existam, junto dos sindicatos; os fundos serão obtidos através da instituição de uma quota adicional de 5 centavos a pagar por todos os trabalhadores confederados. A tese pretende ainda clarificar as questões sociais geradoras do “direito” à solidariedade, restringindo-as aos conflitos de horário de trabalho, condições de trabalho, acidentes de trabalho, conflitos de trabalho, descanso semanal, inquilinato, abuso de liberdade de imprensa, direito de reunião, paralisação colectiva de trabalho, revoltas colectivas contra a

¹⁴⁰ AB, 21-09-1922.

¹⁴¹ A constituição de uma Caixa Nacional de Solidariedade foi reivindicada, através de uma carta subscrita por 18 presos na Cadeia do Limoeiro, em Lisboa, um dos quais José Gordinho (“Os presos por questões sociais dirigem-se ao operariado consciente e, em especial, aos delegados ao próximo Congresso Operário Nacional”, AB, 01-07-1922). Este terá sido o tema sobre o qual *A Batalha* recebeu mais correspondência, ao ponto de ter decidido que sobre o mesmo só publicaria as cartas com novas propostas (AB, 21-07-1922). Algumas classes (o caso mais notório é o dos operários da Construção Civil, onde funcionava a nível da Federação) tinham uma caixa de apoio para a qual contribuía todos os sindicatos, que prestava apoio monetário aos presos e suas famílias; os restantes presos recebiam, quando muito, apenas algum apoio, eventual e incerto, conseguido através de quetes pelas comissões pró-presos por questões sociais; mas, em regra, a prisão representava a miséria do operário e da família.

carestia da vida, ou ainda tentativas de abolição da propriedade privada, remodelação da actual estrutura social, excluindo também desse auxílio operários e trabalhadores não confederados; no caso das famílias, a tese propõe que se exija prova de que o falecido era o seu único amparo, cessando o apoio quando os parentes beneficiários do apoio adquirissem novo estado civil, designadamente por casamento, ou uma situação social e económica que dispensasse tal apoio, e, os órfãos, quando atingissem a idade para poderem trabalhar e adquirir meios de subsistência.

– Tese “Propaganda oral e escrita”¹⁴², da comissão organizadora – Pretendia fixar as bases de organização da propaganda da organização confederal: as missões de propaganda, realizadas por delegados dos organismos sindicais, em que se têm envolvido especialmente a CGT, pela USO-Porto (a tese passa em branco as missões realizadas por algumas Federações, com maior destaque para a da Construção Civil), referenciando aspectos em que deve assentar a melhoria desses processos, como sejam o cuidado que deve ser posto na escolha dos delegados, a coordenação das missões para uma presença mais assídua em diferentes localidades da “província”.

Aborda ainda as várias formas que se defende deva ter a propaganda escrita: os jornais corporativos, da responsabilidade dos vários organismos, *A Batalha*, mantida graças ao enorme esforço dos trabalhadores, com imperfeições, que a tese reconhece deverem ser resolvidas, apontando a necessidade de publicação de um semanário, «absolutamente preciso», estando o Porto «naturalmente indicado para sede da sua publicação [...], de que deverá ocupar-se a União de Sindicatos» local; além destes meios, aponta-se a utilidade da edição de folhetos de propaganda, defendendo que seja a USO-Lisboa a encarregar-se da sua produção e distribuição pelos organismos, preconizando-se para toda esta obra de propaganda a criação de um fundo especial, em cada USO, para a propaganda, e a criação junto destes mesmos organismos, principalmente em Lisboa, Porto e Coimbra, de institutos ou laboratórios «sociológicos», em que se estudem «as mais palpitantes questões do sindicalismo ou da vida operária e social».

– Tese “Simplificação dos Serviços Públicos”¹⁴³ – Depois de ter visto a sua tese ser liminarmente reprovada pelo Congresso de Coimbra, Nogueira de Brito e a Associação dos Empregados levam ao Congresso da Covilhã este tese, que, com o subtítulo “Públicos e Nogueira Constituição dos seus quadros num sentido verdadeiramente socialista”, aponta para a necessidade de redução da burocracia e de agilização dos processos. Para atingir esses fins, propõe-se a redução do número de escalões hierárquicos e a constituição de apenas dois quadros de funcionários, um quadro de entrada e um quadro geral, recrutado no primeiro, por concurso, a criação de cursos de

¹⁴² AB, 27 e 28-09-1922.

¹⁴³ AB, 07-07-1922.

especialização profissional para funcionários, o exercício temporário dos cargos de direcção e a criação de um regime de diuturnidades.

– Tese “Aspirações máximas do proletariado”¹⁴⁴, de António Gonçalves Dias – Propõe meios para resolver problemas existentes na organização operária portuguesa, por forma a impor direitos e, em última instância, atingir a «meta final da emancipação humana». Apresenta um vastíssimo programa de acções, visando: 1- O alargamento dos quadros sindicais (organização das Federações de Indústria que falta constituir, de Uniões locais em localidades onde haja mais que um sindicato, de sindicatos únicos, de conselhos técnicos e de conselhos de fábrica, a realização de conferências intersindicais, a elaboração de estatísticas de produção e consumo, o estudo de novas formas de luta a adoptar futuramente, criação de um organismo nacional de apoio aos presos por questões sociais e de comissões com os mesmos fins, nos vários organismos sindicais); 2- O desenvolvimento da instrução (criação de escolas para ambos os sexos em todos os sindicatos e de escolas de militantes sindicais, realização de palestras, visitas de estudo, etc., e desenvolvimento do esperanto); 3- A defesa de liberdades e regalias (o horário de trabalho de 8 horas, o direito à greve, liberdade de reunião e limitação das detenções sem culpa formada, a extinção do Tribunal de Defesa Social e de todas as «leis especiais», e a preparação da resistência contra as tentativas patronais de redução dos salários); 4- acções a desenvolver de imediato pela organização – o fim do trabalho de empreitada, entre outras razões pela sabotagem que faz ao horário de trabalho de 8 horas, e o estudo da utilização da mecânica nas várias profissões manuais.

– Tese “A Contabilidade Administrativa dos Organismos Operários”¹⁴⁵, apresentada por Gil Gonçalves, com o patrocínio da Associação de Classe dos Empregados de Escritório de Lisboa. Preconiza a organização, numa base uniforme, coordenada pela CGT, dos serviços administrativos de todos os organismos operários, explicitando em termos gerais a forma de o fazer, com o apoio e acompanhamento do seu próprio sindicato e congéneres.

– Tese “Educação”¹⁴⁶, da comissão organizadora – A tese identifica os princípios gerais a que deve obedecer a educação, no quadro da Organização Social Sindicalista – educação integral, baseada na natureza humana, escola única independentemente dos meios de cada um e gratuita, centrada em quem a frequenta, nas suas necessidades como pessoa, abolição das notas numéricas, planos curriculares adequados exclusivamente aos interesses dos alunos, transformação de instituições de correcção de menores e prisões em estabelecimentos essencialmente de educação, professores dotados de conhecimentos científicos da sua área e também de aptidão para ensinar e educar,

¹⁴⁴ AB, 29-06-1922.

¹⁴⁵ AB, 27 a 29-07, 04 e 17-08-1922.

¹⁴⁶ AB, 02 a 06 e 14-09-1922.

devendo ser cuidadosamente seleccionados e serem-lhes dadas condições para exercerem num único estabelecimento; propõe-se que as Uniões de Sindicatos fundem escolas primárias do tipo escola-oficina ou escola de trabalho para os filhos dos seus associados, e institutos de educação do tipo universidade popular, e a assegurarem o ensino aos que por razões económicas ou por razões de deficiência ou doença não puderam estudar.

Como já acontecera no Congresso de Coimbra, em 1919, a ordem de trabalhos na Covilhã referenciou somente as teses mais importantes, melhor, as que a comissão organizadora e o Conselho Confederal tivessem validado para apresentação no Congresso. Entre aquelas de que os delegados passaram ao lado, na Covilhã (desconhecemos mesmo se ela terá tido alguma divulgação) figura uma, digamos incómoda para a organização e sobretudo para os responsáveis cimeiros da CGT e da USO-Lisboa, sobre o dinheiro da “Casa dos Trabalhadores”¹⁴⁷. Podendo ser entendida, no conturbado ambiente então existente na Confederação, somente como mais uma “arma de arremesso” dos sindicalistas comunistas contra a maioria dirigente da CGT (os dirigentes dos Alfaiates de Lisboa integravam precisamente essa linha contestatária), o documento punha o dedo na ferida sobre um assunto que, tendo sido assumido como um dos grandes desígnios a concretizar pela CGT depois do Congresso de Coimbra, envolvendo verbas significativas recolhidas entre os trabalhadores, cujo destino se desconhecia. Referia-se na tese que a Associação dos Alfaiates de Lisboa já havia suscitado a questão na USO-Lisboa, que a teria levado ao Conselho Confederal, sem ter obtido qualquer explicação, o que, adianta o documento, avolumou desconfianças «contra pessoas que se encontram à frente da organização»; para esclarecer dúvidas e liquidar o assunto de uma vez por todas, a tese propunha que alguém da “Comissão pró-Casa” ou do Conselho Confederal esclarecesse quanto dinheiro tinha sido apurado e onde se encontrava, propondo que, quem tivesse contribuído, pudesse retirar num certo prazo, no todo ou em parte, o dinheiro que tinha dado, e que o que não fosse levantado, revertesse a favor de *A Batalha* e dos presos por questões sociais. A tese não chegou ao Congresso e é possível que não tenha tido qualquer divulgação – a barreira de silêncio erguida havia bastante em torno do assunto estava para continuar.

AS CONTAS. O Comité Confederal levou ao Congresso da Covilhã as contas da CGT relativas ao triénio 1919-1922; ao contrário de outros documentos a apreciar no Congresso, não há evidência de que tenham sido previamente divulgadas aos sindicatos – pelo menos, não foram publicadas em *A Batalha*. Em síntese, o documento em

¹⁴⁷ “[Tese apresentada ao 3º Congresso Operário Nacional da Covilhã, pela Associação de Classe dos Alfaiates de Lisboa, no sentido de que a Comissão pró-Casa dos Trabalhadores preste contas do dinheiro recebido]”, s/d (1922), Arquivo Histórico Social - Núcleo Congressos Nacionais, Cx. 67, AHS 1038, ms 8.

apreciação pelos delegados contabiliza um montante de receitas de cerca de 90,412 mil escudos (451€), 14% do qual ainda por liquidar, e despesas de cerca de 77 mil escudos (385€), avultando nestas os custos com a publicação de *A Batalha* (32 mil), a produção do expediente confederal (selos, cadernetas, etc.), delegacias e salários (8 mil, cada), despesas com o Conselho Jurídico (5 mil) e relações internacionais (3,6 mil). No entanto, não se referencia qualquer documento com as contas do jornal, que também foram apreciadas no Congresso, e nada se sabe – como não souberam, então, os delegados – das muito reclamadas contas da campanha para a Casa dos Trabalhadores¹⁴⁸.

3.3. A representação

A 27 e 28 de Setembro, a dois dias do Congresso, *A Batalha* dava como aderentes ao 128 Sindicatos, 6 Federações e 5 USO; a comissão revisora de mandatos ao Congresso, ao dar conta dos resultados do seu trabalho, anunciou 193 delegados presentes, de 183 organismos, dos quais 168 sindicatos com uma população sindicalizada de 125 mil operários. A fazer fé no número de 360 sindicatos aderentes da CGT¹⁴⁹ referido pouco tempo antes por Armando Martins, da comissão organizadora, teriam ido ao Congresso Nacional 47% dos sindicatos confederados.

Mais uma vez, na Covilhã, estamos perante números díspares – do efectivo sindical representado no Congresso e até do número de sindicatos aderentes e representados, este segundo, afinal, bem mais fácil de apurar, mas mesmo assim controverso. Na ausência de uma fonte confiável, fiquemo-nos por uma representação de 125 mil ou 100 mil sindicados (o primeiro número foi o indicado pela comissão revisora de mandatos e o segundo consta do corpo da tese sobre Relações Internacionais); quanto à adesão e representação de sindicatos ao Congresso, damos como mais provável o número de 157 Sindicatos e mais 10 Federações e 5 Uniões locais de Sindicatos, colhido da conjugação do livro de registo de presenças e de um segundo registo de descarga de organismos presentes, ambos depositados no Arquivo Histórico Social, preferindo este ao número publicado n’*A Batalha* (o indicado pela comissão revisora de mandatos, referenciado acima) e outros também apresentados como inequívocos.¹⁵⁰

¹⁴⁸ *Contas da CGT-Outubro de 1919 a Junho de 1922, aprovadas no Congresso Operário Nacional da Covilhã, 3 de Outubro de 1922* - Arquivo Histórico Social-Núcleo Congressos Nacionais, Cx 67, AHS 1038, ms 14. Mais detalhe das contas no Apêndice L.

¹⁴⁹ Veja-se o já citado artigo de Armando Martins “A acção sindical e Congresso Operário Nacional-breves considerações, AB, 03-07-1922.

¹⁵⁰ *Caderno de Presenças no Congresso Operário Nacional da Covilhã, 1922*, Arquivo Histórico Social- Núcleo Congressos Operários Nacionais, cx. 67, AHS 1038, ms 20 e [*Listas manuscritas de presenças no Congresso Operário Nacional de 1922, Covilhã*], Arquivo Histórico Social-Núcleo Congressos Nacionais, AHS 1038, ms 4. Outros números: Joaquim de Sousa refere, em Abril de 1923, 168 sindicatos aderentes ao Congresso e 138 que enviaram delegados, coincidindo neste último número com Alexandre Vieira, pela mesma altura, que diz basear-se nos números fornecidos pelo delegado da

Dessa representação damos em anexo uma lista nominal de organismos e delegados (Apêndice F), que se resume no quadro seguinte.

Representação por sector de actividade no Congresso Operário Nacional da Covilhã, 1922

Sector profissional	Federação	Nº de Sindicatos	Sector profissional	Federação	Nº de Sindicatos
I Construção Civil	sim	23	XI Comércio e Escritórios	sim	6
II Rurais	sim	22	XII Estado e Municípios	não	5
III Calçado, Couros e Peles	sim	10	XIII Tanoeiros	não	2
IV Marítimos	sim	23	XIV Fósforos e Tabacos	não	-
V Têxteis e Vestuário	não	11	XV Vidreiros	não	-
VI Metalúrgicos	sim	10	XVI Padeiros, Confeiteiros e outros Alimentação	não	5
VII Corticeiros	sim	14	XVII Arsenais e outros Estabelec. Fabris do Estado	não	2
VIII Mobiliários	sim	4	XVIII Indústria Conservas	não	-
IX Papel, Livro e Jornal	sim	7	XIX Diversos - Indústria	não	4
X Transportes e Comunicações	sim*	7	XX Diversos - Serviços	não	2
* Federação Ferroviária			Uniãos Locais de Sindicatos	-	5

FONTE: *Caderno de Presenças no Congresso Operário Nacional da Covilhã, 1922*, Arquivo Histórico Social- Núcleo Congressos Operários Nacionais, cx. 67, AHS 1038, ms 20 e *[Listas manuscritas de presenças no Congresso Operário Nacional de 1922, Covilhã]*, Arquivo Histórico Social-Núcleo Congressos Nacionais, AHS 1038, ms 4.

Comparativamente com o Congresso de Coimbra, o número total de organismos presentes é inferior em 24 (-21 Sindicatos, +2 Federações e -5 USO), sendo patente nestes números o efeito da constituição dos sindicatos únicos – em Coimbra, tinha estado apenas um, o dos Metalúrgicos de Lisboa, e na Covilhã estão 20 (8 da Construção Civil, 1 do Calçado, Couros e Peles, 6 nos Metalúrgicos, 3 nos Mobiliários e 2 nos Têxteis e Vestuário), com uma alteração muito significativa da organização sindical em Lisboa e Porto: Lisboa, a formação do Sindicato Único da Construção Civil extinguiu 16 sindicatos, e a do Sindicato Único Mobiliário extinguiu 3, e no Porto, os Sindicatos Únicos do Calçado, Couros e Peles, Mobiliário e da Têxtil e Vestuário integraram 10 organismos sindicais pré-existent¹⁵¹. Assinale-se, a propósito, em alguns sectores profissionais, a “aversão”, de facto, à fusão dos organismos sindicais existentes em sindicatos únicos – alguns, como os Gráficos e os Marítimos, em que a

Federação do Livro e Jornal que integrou a comissão revisora de mandatos do Congresso; uma fonte externa à organização, no caso o jornalista do *Jornal de Notícias* que cobriu *in loco* (pelo menos as primeiras sessões) do Congresso refere também os 193 organismos validados pela comissão revisora de mandatos (*Jornal de Notícias*, 03-10-1922). Independentemente da divergência dos números, deve assumir-se que o universo confederal seria maior do que o representado no Congresso, pois muitos sindicatos não se fizeram representar neste; os sindicatos confederados seriam, quando do Congresso da Covilhã, pelo menos 190 – dos 115 sindicatos que respondem à circular da CGT sobre a adesão à AIT (Maio-Julho de 1923), 34 não tinham estado presentes no Congresso da Covilhã, o que daria o universo confederal constituído por 190 sindicatos. A mesma divergência de números, aqui assinalada para o Congresso da Covilhã é comum aos Congressos de Coimbra e de Santarém.

¹⁵¹ Consideraram-se apenas nesta contagem os sindicatos com “Sindicato Único na respectiva designação; é possível que outros que não aparecem referenciados com essa designação fossem, de facto, também sindicatos únicos.

aplicabilidade do conceito não ofereceria dúvidas – e outros em que são patentes as “hesitações”, que é o caso dos organismos do Calçado, Couros e Peles de Lisboa.

Independentemente disto, é notável o aumento do número de sindicatos Marítimos representados neste Congresso Nacional, de 14 para 23 (que passam a ter a maior representação, em conjunto com a Construção Civil, seguidos pelos Rurais), assim como o dos Corticeiros, que duplica o número de sindicatos; de sinal contrário, ressalte-se a redução verificada na Construção Civil, próxima de 50% (de 44 para 23, que se ressenste da formação dos sindicatos únicos), a do Calçado, Couros e Peles, de 16 para 10, e o apagamento das representações dos Vidreiros e do Pessoal dos Tabacos e dos Fósforos.

No que respeita aos organismos de segundo grau, confirmam-se em relação às Uniões locais as referências no período pré-Congresso de estarem praticamente sem funcionar algumas delas (das representadas no Congresso Nacional de 1919, estão ausentes em 1922 as de Viana do Castelo, Vila do Conde, Aveiro, Coimbra, Faro e Olhão), estando presente a do Seixal, que estivera ausente do Congresso de Coimbra; quanto às Federações, regista-se a estreia de duas – Marítima e Ferroviários – ambas recém-aderentes à CGT, sendo que a segunda se constituíra a 3 meses do Congresso da Covilhã, significando estas duas representações federativas a inactivação, na prática, da Federação dos Transportes de Mar e Terra, onde a direcção da CGT, na senda do caminho traçado pela UON, a seguir ao Congresso de Coimbra, quisera federar todos os sindicatos do sector dos transportes.

Relativamente à geografia da representação no Congresso da Covilhã (veja-se o mapa inserto no Apêndice G), comparativamente com o de Coimbra, registam-se reduções muito significativas na região do Litoral-Centro (uma quebra na ordem de 80%), na área de Lisboa e sua envolvente norte (cai 30%), aqui por efeito principalmente da formação dos Sindicatos Únicos, e quedas menos expressivas no Porto, margem Sul até Setúbal e no Algarve; inversamente, cresce a representação do Norte-litoral, das Beiras e do Alentejo (50% nas duas primeiras e 28% na terceira); Trás-os-Montes e a Madeira, que tinham tido sindicatos representados em Coimbra, não os têm na Covilhã, mas assinala-se a representação de um sindicato de Moçambique.

A análise da lista de presenças elucida-nos também sobre questões específicas, mais ou menos típicas, neste particular da vida sindical.

Em primeiro lugar, o facto de, sobretudo os pequenos sindicatos, darem mais adesão aos congressos corporativos do que aos congressos nacionais, situação que é aqui confirmada pelas Classes Marítimas e pela Construção Civil: 24 e 23 sindicatos representados no Congresso Operário da Covilhã, quando nos seus congressos realizados no mês anterior se tinham feito representar 30 e 29 sindicatos, respectivamente, sendo que esse facto pode ter que ver, em cada caso, com uma (ou as

duas) razões seguintes – a maior importância conferida aos congressos da classe do que aos congressos nacionais e/ou a dificuldade de reunir, num espaço de tempo muito curto, os recursos financeiros necessários para efectivar as duas representações (a ausência no Congresso do Calçado, Couros e Peles dos delegados de 3 dos 10 sindicatos presentes, dias antes, no Congresso Operário Nacional, dá substância à segunda daquelas razões, ainda que não se deva desconsiderar o efeito negativo dos acontecimentos congressionais no ânimo dos delegados presentes).

3.4. O Congresso

O Congresso Operário Nacional da Covilhã está bastante bem estudado¹⁵²; mesmo assim, justifica-se uma síntese dos factos, para uma melhor compreensão deste congresso operário que foi ponto de chegada das divergências entre sindicalistas comunistas e sindicalistas não comunistas dentro da CGT, marcando em definitivo a configuração no resto da sua existência legal¹⁵³.

Para começar, então, os factos.

O III Congresso Operário Nacional reuniu na Covilhã a partir do dia 1 de Outubro de 1922; deveria durar quatro dias, mas foi oficialmente prolongado por mais um, encerrando na noite do dia 5, no meio de razoável confusão e sem a presença de muitos delegados que tinham já regressado às suas localidades, sem que tenham sido discutidas todos os documentos constante da ordem de trabalhos, que referenciava 10 teses, 4 delas apresentadas pela Comissão Organizadora, além dos relatórios desta e do Comité Confederal.

¹⁵² Sobre o Congresso da Covilhã, vejam-se os seguintes autores e obras: Alexandre Vieira – *Para a história do sindicalismo em Portugal e Figuras gradas do movimento social português*; Manuel Joaquim de Sousa – *O sindicalismo em Portugal*; David de Carvalho – *Os sindicatos operários e a República burguesa*; João G. P. Quintela – *Para a história do movimento comunista em Portugal*, Fernando Medeiros – *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, César Oliveira – *O movimento sindical português-a primeira cisão*. Também os estudos de Francisco Canais Rocha citados mais à frente são importantes para a compreensão do que ali se passou, assim como as apreciações feitas por Bento Gonçalves, na obra *Palavras necessárias*, as notas autobiográficas de José Silva – *Memórias dum operário* e os relatórios dos delegados ao Congresso do Arsenal do Exército (“Relatório dos delegados do Sindicato do Arsenal do Exército ao Congresso Operário Nacional realizado em Outubro de 1922, por Júlio Luís, Manuel José da Silva Lúcio e Bernardo Gonçalves Bandurra, 31 de Outubro de 1922, in *O Arsenalista*, nº 61, 24-12-1922) e das Juventudes Sindicalistas (*A conquista duma posição – relatório da delegação das Juventudes Sindicalistas ao III Congresso Operário Nacional e à Conferência Gráfica Nacional*, por David de Carvalho, Cx. 97, AHS 3920, ms 519).

O relato das sessões do Congresso da Covilhã foi publicado em *A Batalha*, nos dias 01, 03, 04, 05, 07 e 08-10-1922 (nos dias 2, segunda-feira, e 6 o jornal não se publicou).

¹⁵³ Neste estudo, como foi referido antes, a “existência legal” da CGT é balizada por dois acontecimentos: o Congresso de Coimbra de 1919 e o encerramento e destruição das instalações da CGT, no Palácio do Correio-Mor, em Lisboa, em Março de 1927.

Para aderir e participar no Congresso, os sindicatos estavam obrigados ao pagamento de uma quota, de valor correspondente ao número dos seus associados, a 5 centavos por sindicado.

Dos organismos presentes no Congresso – Sindicatos (não necessariamente confederados¹⁵⁴), Federações, Uniões de Sindicatos locais, Comissão Organizadora e Comité Confederal – apenas os primeiros têm voto deliberativo, um por organismo, tendo os restantes apenas voto consultivo; a representação era feita por 1 ou 3 delegados por organismo, preceito não aplicável à Comissão Organizadora e ao Comité Confederal, devendo em todos os casos a representação ser feita por operários assalariados e sindicados das respectivas indústrias¹⁵⁵. De organismos estrangeiros, apenas uma representação, da CNT de Espanha, através do delegado Joaquín Maurín, que intervirá nos trabalhos em defesa da Internacional Sindical Vermelha, ao lado de Perfeito de Carvalho.

O Congresso da Covilhã antecipava-se denso, pelos temas em discussão, e tenso, por causa das vicissitudes e grandes questões, também de natureza pessoal, que tinham vindo a avolumar-se desde há mais de um ano na organização.

O trabalho de revisão dos mandatos, parte essencial da sessão preparatória, e a discussão do relatório da respectiva comissão, eleita pelo Congresso, que no congresso anterior tivera uma marca de vivacidade e alguma controvérsia, foi muito para além disso no Congresso da Covilhã.

As primeiras polémicas envolveram a admissão da Associação 1º de Maio, da Guarda, que, sendo confederada (pela necessidade de propaganda nas Beiras, como justificou Manuel Joaquim de Sousa) «é também constituída por patrões, polícias e guardas republicanos, o que [é] contrário aos princípios sindicalistas» (Clemente Vieira dos Santos), que acabou admitida, apenas com voto consultivo; depois, os casos da Associação dos Vendedores Marítimos, por os seus componentes não serem assalariados, e a representação irregular do Sindicato da Construção Civil de Cascais, ambos não admitidos; com maior significado, a irregularidade da representação da Federação Metalúrgica, com 4 delegados, em virtude de desentendimentos entre a Federação e o Comité Federal Metalúrgico do Norte, que os delegados metalúrgicos acabaram por resolver entre si.

Seguidamente, as situações mais complicadas: Carlos de Araújo, as Juventudes Sindicalistas e Perfeito de Carvalho: presente como delegado do Sindicato dos Correios de Lisboa, o primeiro acaba excluído do Congresso por estar irradiado da

¹⁵⁴ Na primeira sessão do Congresso, quando se discutia o Relatório do Comité Confederal, foi precisamente levantada a questão de os sindicatos não aderentes à CGT terem ou não direito de voto. *AB*, 03-10-1922.

¹⁵⁵ O Regulamento do Congresso e a Ordem de Trabalhos do Congresso, que foram publicados em *A Batalha*, 26-09-1922 e novamente a 30-09-1922 (uma versão corrigida) encontram-se transcritos no Anexo 12.

CGT; as Juventudes Sindicalistas, que depois de terem visto recusada a sua inscrição pela Comissão Organizadora, acabam por ver aberto, por esta decisão do Congresso, o caminho para o seu reconhecimento pela CGT pelo qual se batiam há muito ¹⁵⁶; quanto a Perfeito de Carvalho, enviado pela CGT à Rússia no ano anterior, não representando no Congresso nenhum organismo (e tendo a desconfiança e até hostilidade de vários dirigentes sindicais), manifestam-se posições opostas sobre a sua participação nos trabalhos, vindo a ser votada favoravelmente a posição do Comité Confederal, apresentada pelo secretário-geral Manuel Joaquim de Sousa, de que Perfeito de Carvalho pode e deve tomar parte no Congresso só na altura em que for tratado o capítulo do relatório do Comité Confederal que trata das relações internacionais, a fim de o Congresso ouvir as suas explicações sobre a sua delegacia a Moscovo, reservando-se o Comité o direito de, nesse momento, dizer o que se afigure necessário.

Em toda esta sessão, uma marca forte de confusão, contestações várias e amiúde repetição de votações.

Neste Congresso os trabalhos de revisão dos mandatos (8 horas, para um trabalho que, em Coimbra, demorada 2) e, especialmente, a discussão e aprovação do relatório da respectiva comissão ocuparam um tempo desmesurado, nisso se passando a tarde e noite do dia 1 e a manhã do dia 2; a sessão preparatória, prevista para durar meio-dia, consumiu o triplo do tempo – estava dado o sinal do que seriam os trabalhos na Covilhã.

Aprovados o relatório da comissão de mandatos e o Regulamento do Congresso, no fim da sessão preparatória, que pôs fim ao trabalho da Comissão organizadora, a primeira sessão do Congresso, presidida por Miguel Correia (Federação Ferroviária) tendo como secretários Gil Gonçalves (Empregados de Escritório de Lisboa), e André Valente (Construção Civil de Almada), abre no dia 2 de Outubro, à tarde, com a leitura de várias saudações ¹⁵⁷, protestos e a exigência, em telegrama a enviar ao presidente do Ministério, da libertação dos presos por questões sociais, cumprindo-se ainda um minuto de silêncio «em sinal de sentimento pelos camaradas que baquearam pela luta social».

¹⁵⁶ A admissão das Juventudes Sindicalistas no Congresso e a sua participação – discussão e aprovação da tese apresentada pelos seus delegados – é um dos pontos marcantes do Congresso da Covilhã. A organização juvenil tinha vindo a desenvolver uma acção determinada no sentido de ser reconhecida dentro da organização operária (ver o que se escreveu neste estudo no capítulo anterior), esbarrando sempre com resistências de toda a ordem; sendo-lhes negada a adesão ao Congresso pela Comissão Organizadora, à face do regulamento que só admitia a participação de organismos sindicais de classe, os seus delegados apresentam-se, todavia, na Covilhã, mobilizando apoios para “impor” a discussão da sua admissão ao Congresso, que acaba por ser aceite, com voto consultivo, acto que representa o primeiro passo para o seu reconhecimento pela CGT. Ver sobre esta matéria, o já citado estudo de João Freire – *As Juventudes Sindicalistas...*

¹⁵⁷ Entre as saudações, uma das Juventudes Comunistas, que provoca acesa discussão, por alguns congressistas entenderem que a mesma fazia propaganda comunista; há também uma saudação enviada por trabalhadores têxteis (provavelmente todos ou em grande parte portugueses emigrados) filiados na IWW norte-americana.

Entrando-se na discussão do Relatório do Comité Confederal, esta foi marcada por um diálogo muito vivo, de que ressaltam as seguintes apreciações dos delegados: as responsabilidades da Federação Marítima no fracasso da fusão, acordada no Congresso de Coimbra, das Federações dos Transportes (Joaquim da Silva, dos Marítimos de Setúbal), o incumprimento por parte do Comité ao não apresentar o relatório previamente ao Conselho Confederal (Júlio Luís, do Arsenal do Exército), a crítica aos serviços de cobrança da CGT, pelo facto de a CGT ter fornecido directamente selos-quota ao Sindicato Metalúrgico de Vila Nova de Gaia, em prejuízo da Federação Metalúrgica, e ao facto de esta ter descurado a propaganda no Norte, a ponto de a organização nesta região estar a meses de se desmantelar por completo (Inácio Santos Viseu, a quem o secretário-geral responde que a Confederação não descurou a propaganda no norte, tendo esta sido feita na medida do que permitiram as forças e os recursos da organização). A discussão, assinala o delegado das Juventudes Sindicalistas no seu relatório, seguia ora pautada por incidentes, ora monótona, dando o Congresso a impressão dum «carro de bois seguindo aos solavancos por caminhos péssimos». Ao cabo de dois dias de trabalhos, o Congresso já deveria ter discutido e votado o relatório do Comité e as teses relativas à Organização Social Sindicalista e às Relações Internacionais; mas ainda ia na discussão do primeiro destes documentos, transitando para o dia seguinte, entre outros pontos mais pacíficos, o das relações internacionais.

O terceiro dia do Congresso seria integralmente preenchido com a discussão dos 10 capítulos restantes do relatório do Comité Confederal; como esperado, foi o capítulo sobre as relações internacionais o que mais tempo tomou e mais excitou os ânimos dos delegados, centradas todas as críticas sobre Perfeito de Carvalho, por não ter apresentado o relatório da sua viagem a Moscovo, como delegado da CGT (pertencendo as principais intervenções visando Perfeito de Carvalho a Clemente Vieira dos Santos, Jerónimo de Sousa, Artur Aleixo de Oliveira, Manuel da Conceição Afonso, Manuel Joaquim de Sousa), intervindo aquele para se defender, acusando alguns dentro do Congresso de pretenderem impedir a sua participação, designadamente na discussão da tese sobre as relações internacionais, para impedir a defesa, no Congresso, da Internacional de Moscovo, referindo-se ainda à parcialidade de *A Batalha* na publicação de informações sobre as Internacionais operárias, sempre de combate à Internacional de Moscovo e fazendo a apologia da «Internacional dos quatro sindicatos e meio», designação que atribui ao *Bureau* de Berlim; depois, fala Joaquim Maurín, da CNT espanhola, que se apresenta como delegado da ISV, saudando o operariado português, voltando Perfeito de Carvalho a falar. A discussão do capítulo do Relatório sobre as relações internacionais dura mais de três horas, semeados de incidentes, gritos, pedidos para apresentar moções e requerimentos, e suspensões dos trabalhos, registando-se intervenções contundentes e acusações várias de dezena e meia de delegados,

maioritariamente críticas em relação a Perfeito de Carvalho, sendo o tema encerrado com a votação de uma moção de Abel Pereira de que o Congresso fique a aguardar que Perfeito de Carvalho apresente o relatório escrito da sua delegacia à Rússia¹⁵⁸. O Congresso teria ainda um segundo acto sobre a mesma matéria, quando da discussão da tese «Relações Internacionais».

Os restantes capítulos do Relatório do Comité Confederal foram aprovados, depois de diversas intervenções, salvo o relativo ao Conselho Confederal, que baixa ao futuro Conselho Confederal, por proposta de Carlos Freire e Júlio Luís; relativamente a *A Batalha*, Carlos Freire fez o relato detalhado da receita e despesa desde o início da sua publicação, e foram dadas explicações sobre o défice do jornal, tendo Alfredo Lopes apresentado uma moção para aumento da quota de auxílio ao jornal. Discutiu-se depois um resumo das contas da CGT e o parecer da respectiva comissão revisora, com intervenções e pedidos de esclarecimentos de muitos delegados. Quer as contas de *A Batalha*, quer as da CGT acabam aprovadas pelo Congresso.

No quarto dia do Congresso a mesa é constituída por Manuel Teixeira dos Santos, Joaquim do Carmo e Agostinho da Silva, estando em apreciação a tese “Organização Social Sindicalista”, que foi apresentada por João Pedro dos Santos, da comissão organizadora, registando-se intervenções de vários congressistas, a favor (António Portela, o próprio relator, Manuel Joaquim de Sousa e Clemente Vieira dos Santos, responsável pelo discurso mais brilhante) e contra (Manuel Figueiredo e outros); o preâmbulo da tese foi aprovado por aclamação. Depois, entra-se segunda parte da tese, que tratava da organização prática, mais controversa como se previa.

A representação dos sindicatos nacionais no Conselho Confederal foi especialmente polémica, defendida pelos delegados dos Arsenais e pelo ainda secretário-geral Manuel Joaquim de Sousa, mas atacada pela Federação Metalúrgica, numa discussão pontuada por insultos e agressões verbais entre delegados, ouvindo-se recriminações mútuas entre elementos do próprio Comité Confederal; parte da tese baixou para apreciação da comissão de pareceres¹⁵⁹, nomeada na anterior sessão, e a restante manteve-se em discussão, que se deteve na questão da proposta de extinção do cargo de secretário-geral e de criação do secretariado, sucedendo-se os incidentes (Manuel Joaquim de Sousa com Manuel Afonso, do Comité Confederal, daquele com a comissão organizadora)

¹⁵⁸ AB, 07-10-1922. As intervenções críticas em relação a Perfeito de Carvalho são produzidas, designadamente, pelos seguintes delegados: Clemente Vieira dos Santos, Jerónimo de Sousa, Artur Aleixo de Oliveira, Manuel Silva Campos, Manuel Joaquim de Sousa, Manuel Conceição Afonso, Agostinho da Silva, Adriano Monteiro, Santos Arranha e Alfredo Lopes; Alberto Monteiro (no Congresso representa a USO-Lisboa) e Manuel Figueiredo, ambos dos Alfaiates de Lisboa são os únicos que *A Batalha* referencia “compreensivos” para com Perfeito de Carvalho.

¹⁵⁹ Composição da comissão de pareceres: Clemente Vieira dos Santos, Abel Pereira, Sebastião Eugénio, Lourenço Peixoto, Alfredo Lopes, João Antunes, Santos Arranha, Carlos José de Sousa e Sá Couto.

entre os que defendem a imediata deliberação de supressão do cargo de secretário-geral e a descentralização de todos os órgãos confederais (comissão organizadora, Júlio Luís e outros) e os que se pronunciam pela incapacidade do Congresso para tal deliberação, por ela comportar uma alteração nos estatutos da CGT, para a qual os delegados presentes não estão mandatados pelos respectivos sindicatos, só podendo ser feita num próximo Congresso; o próprio presidente da mesa abandona funções (substituído por Teixeira Danton) e os trabalhos têm de ser suspensos por mais de uma vez, devido à confusão que reina na sala; os delegados dos Rurais ameaçam abandonar o Congresso, seguindo os Arsenalistas de Marinha, que o fazem, e a própria comissão organizadora retira-se da discussão das teses que ela própria leva ao Congresso.

Uma proposta, entretanto apresentada por Manuel Joaquim de Sousa, que remete a deliberação da representação directa dos sindicatos nacionais na CGT e da alteração da estrutura confederal para o próximo Congresso, foi então aprovada, participando na votação (nominal) somente 104 organismos – depois de uma discussão que tomara 10 horas, cinco vezes mais do que o previsto, o Congresso dava sinais de desmoronar-se.

Na sessão do dia 5 de Outubro (na Mesa, Adriano Monteiro, António de Carvalho e Augusto Cadete) discute-se a tese sobre Relações Internacionais, da comissão organizadora, que propõe a adesão da CGT à Internacional sindicalista de Moscovo (Internacional Sindical Vermelha); os membros desta, cumprindo o que tinham anunciado, não fazem a apresentação da tese, nem participam na sua discussão; depois de um elemento da Mesa ter feito a sua leitura, Clemente Vieira dos Santos intervém, para referir que a tese não poderá ser discutida, pelo facto de o seu conteúdo contender com os princípios já aprovados da tese da Organização Social Sindicalista – tendo aprovado aquela tese, o Congresso não pode aprovar a adesão à Internacional de Moscovo, afirma aquele delegado. Diversos delegados opinam sobre a votação da tese em Congresso, dezenas participam na sua discussão, pró-ISV (Miguel Correia, Teixeira Danton, José Sanchez, Salvador Lamego, Gil Gonçalves, Marcelino da Silva (em conformidade com a deliberação do seu Sindicato da Construção Civil de Lisboa), Alberto Monteiro) e contra (Clemente Vieira dos Santos, Fernando Almeida Marques, Agostinho da Silva, Joaquim da Silva, Santos Arranha, Mário Castelhana, Henrique Rijo, Inácio Santos Viseu, entre outros), havendo ainda quem se pronuncie pela não adesão transitória a nenhuma das Internacionais (Joaquim de Sousa). Perfeito de Carvalho e Joaquín Maurín também intervêm em defesa da tese. A discussão arrastou-se durante toda a manhã e tarde, com os trabalhos frequentemente suspensos devido ao barulho e ao tumulto na sala.

No fim da tarde, após 7.5 horas de discussão, 22 inscritos para falar desistem das suas intervenções, para dar lugar à votação de um documento apresentado por Clemente Vieira dos Santos, propondo: que a CGT não adira a nenhuma das Internacionais

existentes, aceitando os princípios da Conferência de Berlim (embrião da Internacional sindicalista revolucionária) por conformes com os princípios da Organização Social Sindicalista. A proposta foi aprovada por 55 votos a favor, 22 contra e 8 abstenções (registando o relatório do delegado das Juventudes Sindicalistas terem os delegados da Construção Civil fugido à votação, abandonando a sala).

O congresso «mais se desagregou» depois de discutida a tese das relações Internacionais, sublinha aquele mesmo relatório: «mais delegados retiram-se aproveitando o próximo comboio ou desinteressando-se dos trabalhos. Outros dormiam já nas carteiras, completamente alheados. E nem o esforço d'alguns delegados que sacudiam os dorminhocos como quem sacode moscas, conseguiu despertar nestes qualquer parcela de interesse. Todo o congresso estava exausto e a desmanchar-se. Então, decidiu-se acabar tudo naquela noite.»

Os trabalhos reabrem depois das 21 horas, presidindo Felisberto Baptista, tendo como secretários Eduardo Relvas e Manuel Nunes. Alberto Monteiro lê a tese que propõe a criação de uma Caixa Nacional de Solidariedade Operária; vários delegados do Norte propõem criação de delegação no Norte da Caixa de Solidariedade; a tese foi rapidamente aprovada.

Às 23 horas ainda estavam por discutir 6 teses; na sala, meia centena de delegados em notória indisciplina; delibera-se que as teses baixem ao Conselho Confederal, para estudo e execução «na medida do possível». Passa-se depois à eleição do Comité Confederal – o relatório das Juventudes é por demais elucidativo: «A eleição do comité confederal foi feita em circunstâncias vergonhosas. Ninguém escutava os pedidos de ordem à mesa. Os indigitados recusavam sistematicamente. [...] O congresso estava esfaqueando, com a raiva dum epiléptico, a CGT. Não tardaria ela a morrer às mãos dos que a criaram em tantos anos de sofrimento. Isto revoltava! Alguém propôs o nome de Santos Arranha. Este recusa, porque a sua indústria, em Lisboa, tem apenas dois militantes activos, tendo mais dois gravemente doentes. Alguns congressistas [e o próprio delegado das Juventudes] conseguem demover Santos Arranha da sua recusa. Constitui-se então o comité. Há grande alegria em alguns rostos: a CGT não morria! Era a mais fraca e a mais combativa organização – os Mobiliários – que a salvava! Sublime exemplo, esta abnegação! [...] Mas logo a onda de infâmia começou salpicando os pés de Santos Arranha...»

O novo Comité Confederal ficava constituído por José Santos Arranha, da Federação Mobiliária, secretário-geral; Jerónimo de Sousa, da Federação Calçado, Couros e Peles, secretário adjunto; Manuel Silva Campos, da Federação do Calçado, Couros e Peles, secretário administrativo; Carlos Coelho, da Federação da Construção Civil, secretário arquivista; Joaquim de Sousa, da Federação Metalúrgica, que transita

como tesoureiro do anterior Comité; Artur Cardoso, da Federação Metalúrgica, e Júlio da Anunciação, da Federação Marítima, vogais.

O relatório da comissão de pareceres foi lido depois da 1 hora da manhã, com menos de 20 congressistas na sala; antes de terminar, o Congresso deliberou ainda que o próximo se realizasse em Évora. À sessão de encerramento preside Vital José, o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores Rurais, secretariado por Júlio de Matos e Carlos Coelho; o que deveria ser solene, apoteótico, a transmitir confiança e energia aos delegados operários, não passou (escreve o delegado das Juventudes, que também falou) de «resposos por alma do defunto. [...] Pouco depois, numa grande desordem e em alta gritaria, os restos descompostos do congresso debandavam. Nada ficou a atestar o brilhantismo das sessões.»

3.5. Balanço do Congresso da Covilhã

Ensaando um balanço do III Congresso Operário Nacional, prevalece o traço forte de uma reunião caótica – burburinhos, recontagens de votos, apartes, a comissão organizadora que se demite da leitura e defesa das teses que subscreve, as suspensões dos trabalhos, um congresso que se prolonga – prolonga e deixa por discutir a maioria das teses. O Congresso foi terminando – face à forma como os trabalhos decorriam, os conflitos, acusações, etc. muitos delegados abandonaram o Congresso antes do seu termo oficial e muitos ameaçaram fazê-lo, não concretizando a ameaça. As votações das moções relativas às duas teses discutidas evidenciam a erosão progressiva de delegados: na primeira, no 4º dia de trabalhos, há um total de 104 votos (2/3 do total de votos possíveis) e na segunda, no dia seguinte, somente 85 votos (metade dos votos possíveis¹⁶⁰).

Pode dizer-se que o Congresso foi um ajuste de contas do Comité Confederal (e também do Conselho Confederal) com Perfeito de Carvalho, paralelamente a um ajuste de contas dos militantes que se reivindicavam do sindicalismo revolucionário com os sindicalistas comunistas; além destes e daquele, há uma outra vítima neste Congresso – a comissão organizadora, permanentemente confrontada e até desrespeitada, ao ponto de os seus elementos se demitirem da apresentação das suas teses e da respectiva discussão no Congresso, e as duas teses da comissão que foram discutidas uma foi aprovada, depois de profundamente amputada, e a outra foi rejeitada, adoptando o Congresso a decisão oposta ao que a tese propunha.

¹⁶⁰ Para este cálculo considera-se como total de organismos com direito a voto inscritos no Congresso a média entre o número achado pela Comissão revisora de mandatos e o número identificado mais acima a partir do Livro de registo de presenças do Congresso.

Manuel Joaquim de Sousa, o secretário-geral da CGT, ainda que o seu nome não seja referenciado nos relatos quando da discussão da tese das Relações Internacionais, deixou uma forte marca neste Congresso – a apreciação do relatório do Comité Confederal e das contas (estas pela primeira vez discutidas num terreno menos controlado do que o Conselho Confederal) que na prática constituíam um “julgamento” do seu trabalho à frente da CGT, a forma como se bateu pela aprovação do preâmbulo da tese da Organização Sindical Sindicalista e o ataque que empreendeu à parte específica da mesma tese, contribuindo fortemente para a sua rejeição, a contundência com que confrontou Perfeito de Carvalho e, na pessoa e actuação deste, as teses de adesão à ISV – para o bem e para o mal da CGT representam marcos no seu percurso pessoal e na vida da Confederação operária.

Pelo relato de *A Batalha*, cerca de 50 delegados terão produzido intervenções no Congresso (~30%), sendo que 16 delegados produzem mais de 80% das intervenções, sendo os mais activos nessa área Alfredo Pinto, José Santos Arranha, Manuel Joaquim de Sousa, Alfredo Lopes, Alberto Monteiro, Júlio Luís, Inácio Santos Viseu, Clemente Vieira dos Santos e Alberto Dias.

O Congresso da Covilhã constitui um marco por aquilo que fez – com razão tem sido referenciado como “da cisão” e “da divisão operária” – mas também pelo que não fez, em parte ou de todo. Por um lado, do que foi aprovado ficaram muitas dúvidas, suscitando-se posteriormente interpretações sobre o que ficara deliberado sobre as relações internacionais e o que tinha sido, de facto, aprovado da tese da Organização Social Sindicalista; também o texto aprovado sobre a criação da Caixa Nacional de Solidariedade, por pouco debatido e aclarado, veio a levantar no futuro muitos problemas de execução, sendo de relevar a curiosidade de esta tese e a que reconhecia, “de direito” as Juventudes Sindicalistas na organização operária terem sido as únicas globalmente aprovadas. Em boa verdade, a maioria das teses não foram discutidas, sendo que um dos pontos fundamentais em termos de organização foi de novo iludido pelo Congresso: os sindicatos de indústria e, ligado a este, os sindicatos nacionais. Finalmente, neste particular, o Congresso não mexeu na organização da direcção confederal.

Um derradeiro ponto, acerca do novo Comité Confederal eleito pelo Congresso, ao que tudo indica por somente entre 20 a 50 delegados. Deliberadamente sem entrar na discussão sobre qual a linha sindicalista que venceu o Congresso¹⁶¹ (sendo que se corrobora a leitura de que as Juventudes Sindicalistas ganharam na Covilhã a «batalha

¹⁶¹ Fernando Medeiros – *obra citada*, p. 268 regista que a linha sindicalista revolucionária, crítica dos anarco-sindicalistas de Manuel Joaquim de Sousa, foi a vencedora do Congresso da Covilhã. Veja-se sobre a mesma questão, David de Carvalho – *Os sindicatos operários e a República burguesa*, pp. 202-203.

do reconhecimento»¹⁶²) afigura-se que a solução directiva saída da Covilhã, tendo à frente um genuíno “arranhista” combativo, cuja escolha foi sublinhada por risos de troça e combatida inclusivamente por elementos da sua classe, militante de um sindicato pequeno e com peso reduzido na organização em Lisboa e de uma Federação menos importante globalmente no país, eleito naquelas condições, praticamente só para obviar a um vazio de poder, não era o que a CGT precisava num momento tão complexo da sua existência. Sublinhe-se ainda a importância no Comité das classes do Calçado, Couros e Peles, e em menor grau dos Metalúrgicos, que mantêm o controlo das contas confederais, aparecendo as Federações da Construção Civil e Marítima em posições manifestamente secundárias, ainda assim a primeira mantendo um elemento seu como editor de *A Batalha*, emparceirando com um elemento do Livro e Jornal nas funções de redactor principal, subsistindo no jornal a fórmula adoptada desde o lançamento. Arredadas de tais responsabilidades, e do poder a elas associado, as Federações operárias Corticeira e Rural, os Sindicatos Nacionais operários dos Arsenalistas da Marinha e do Exército, hierarquicamente equiparados a Federações, bem como as classes do Comércio.

¹⁶² João Freire – “As Juventudes Sindicalistas...”, pp. 121-122 e *Conquista de uma posição – relatório da delegação das Juventudes Sindicalistas ao III Congresso Operário Nacional e à Conferência Gráfica Nacional*.

CAPÍTULO V

DO CONGRESSO DA DIVISÃO OPERÁRIA À QUEDA DA DIRECÇÃO ELEITA NA COVILHÃ

1. A MOVIMENTAÇÃO SOCIAL E LABORAL E O FIM DO PÃO POLÍTICO

Cinco de Outubro de 1922. Passam 12 anos sobre a data da proclamação do novo regime. A CGT acaba de reunir na Covilhã um acidentadíssimo e traumático congresso operário, o segundo da organização; nas vésperas, os ferroviários do Sul e Sueste tinham entrado em greve de braços caídos, enquanto em Aljustrel os operários mineiros avançam para uma greve de três meses, continuando em Setúbal a greve dos operários da indústria de conservas. No poder, António Maria da Silva, no segundo dos 6 governos que chefiou na sua vida política; no país, os especuladores e açambarcadores estão gordos e fartos, escreve por esses dias o *Diário de Lisboa*, inventariando os três principais problemas do país, a exigirem soluções inadiáveis: a ordem pública, o câmbio e as subsistências¹.

Depois do Congresso da Covilhã (Outubro de 1922) até à recomposição do Comité Confederal (Novembro de 1923), encontramos a organização mobilizada em torno de questões como a defesa da paz internacional, a luta contra a carestia e o aumento do preço do pão, contra o aumento das rendas da habitação, contra o aumento dos impostos e contra as prisões arbitrárias de operários e militantes sindicais.

Nos últimos dias do ano de 1922, assiste-se a uma tomada de posição da CGT contra a invasão do Rhur por tropas francesas e belgas; sendo uma acção em que destacam as estruturas das Juventudes Sindicalistas, o Conselho Confederal da CGT vem a aprovar uma moção em 17 de Janeiro de 1923², no sentido de lançar uma campanha nacional de propaganda contra a guerra, declarando-se ainda pronta para dar apoio a iniciativas do movimento sindical internacional, designadamente das Internacionais Sindical Vermelha e Sindicalista Revolucionária, que acaba de se constituir, admitindo-se a convocação de uma greve geral a nível internacional pela paz e contra a eventualidade de um novo conflito mundial. Neste capítulo são várias as iniciativas realizadas nos meses de Janeiro e Fevereiro, incluindo comícios e sessões de protesto, que se multiplicam, apesar de algum estorvo das autoridades, nomeadamente em Lisboa, onde o governador civil proibiu a realização de um comício marcado para 6

¹ *Diário de Lisboa*, 03-10-1922.

² *AB*, 18-01-1923. Ver também “Nota Oficiosa a todos os organismos operários”, *AB*, 25-01-1923.

de Fevereiro, no parque Eduardo VII, que veio a ser substituído por uma sessão nas instalações dos organismos operários, na calçada do Combro, em que a polícia interveio, dispersando os presentes, dissolvendo uma reunião do Conselho Confederal e prendendo operários e militantes, incluindo o secretário-geral da CGT, e na Covilhã, onde uma proibição idêntica levou à convocação de uma greve geral na cidade³.

Todavia, o pão e a carestia continuam sendo os grandes temas de mobilização geral em que encontramos envolvida a CGT, assim como a questão das rendas: quanto aos primeiros, em Fevereiro de 1923, a CGT delibera a criação de comissão para apresentar parecer sobre o regime do pão, vindo depois a lançar um movimento nacional contra o aumento do seu preço⁴; nas principais cidades, as USO desenvolverão durante todo o ano acções de protesto e exigência, que irão culminar na greve geral, em Lisboa, que pretendia reverter a legislação que pôs fim “pão político”, em Agosto de 1923; no que respeita às rendas, é um tema que se mantém activado durante vários meses, no ano de 1923, quando se prepara uma mexida na legislação do arrendamento urbano (que se concretizará somente no ano seguinte), as acções de contestação (manifestos de organismos sindicais, moções aprovadas, denúncias na imprensa sindical da «ganância» e “crimes dos senhorios” e sublocatários, entrega de representações no Parlamento e comícios) contra um previsível aumento das rendas são desenvolvidas pelas USO, particularmente em Lisboa e no Porto, nos meses de Junho a Agosto de 1923⁵.

A organização operária confronta-se ainda com a questão dos impostos, tanto directos como indirectos, que os governos impõem ou alteram, aumentando-os, no quadro da redução do défice do Estado que se propõem realizar; nesse sentido, o Conselho Confederal encarrega o Conselho Jurídico de estudar as implicações da legislação sobre a contribuição industrial, advogando o desenvolvimento da solidariedade do operariado com outras classes, no sentido de «tornar mais eficazes as manifestações de rebeldia»⁶, e o Comité Confederal, por duas vezes, em Maio e Junho de 1923, dirige-se aos sindicatos e ao operariado por nota oficiosa, no sentido de nenhum operário aceitar o desconto do imposto directo sobre os salários e de os sindicatos resistirem à pretendida cobrança pelo Estado do imposto sobre as transacções⁷.

³ AB, 07-02-1923. Uma das acções concretas realizadas neste período, em apoio das reclamações contra a acção militar «imperialista», tal como é classificada na imprensa operária, foi o boicote ao carregamento e descarregamento de navios belgas e franceses em portos nacionais, deliberado pela Federação Marítima (AB, 02-02-1923).

⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 15-02-1923]”, AB, 16-02-1923; ver também, sobre mesmo tema e o aumento do custo de vida, “Conselho Confederal [relato da reunião, 20-03-1923]”, AB, 21-03-1923.

⁵ A Secção das Uniões do Conselho Confederal acompanha essas acções desenvolvidas pelas USO. Ver, designadamente o relato da reunião do Conselho Confederal de 05-06-1923, AB, 06-06-1923.

⁶ Ver *idem*, *idem*, segunda parte do documento.

⁷ Notas oficiosas da CGT, AB, 20-05-1923 e 26-06-1923.

Em meados do ano de 1923, a CGT vê-se acusada de envolvimento ou pelo menos de ter responsabilidades no atentado, em Maio, contra um administrador da CUF, por um operário que havia sido despedido, e num outro, à bomba, em Julho, contra três juízes do Tribunal de Defesa Social; na sequência deste último, dá-se uma vaga de prisões que se estende pelos meses de Julho e Agosto, acompanhada de protestos vários, da CGT e de organismos operários locais, designadamente em Lisboa e no Porto, admitindo-se mesmo a realização de uma greve geral contra a repressão e as prisões arbitrárias⁸.

Entre os detidos, que são distribuídos pelo Governo Civil e pelas prisões de Monsanto e S. Julião da Barra, estão também dirigentes sindicais; as instalações sindicais, incluindo a CGT e organismos instalados no edifício da Calçada do Combro, em Lisboa, são objecto de rusgas policiais; protesta-se contra as detenções arbitrárias, denunciam-se as condições nas prisões, os métodos usados na transferência dos detidos, o prolongamento das detenções sem julgamento e a lei prevista e anunciada pelo governo que permitirá a deportação sumária dos implicados em atentados. Aos detidos pelas causas apontadas, outros se juntam, resultantes das movimentações e da greve geral contra o aumento do preço do pão, em Agosto, entre os quais o secretário-geral da CGT; no princípio de Setembro, vários sindicalistas são presos em Lisboa, acusados de prepararem um atentado contra o chefe do governo⁹. Em simultâneo, declaram-se greves da fome em várias prisões, exigindo irem a julgamento ou serem soltos (em 5 de Outubro, há presos por questões sociais em greve de fome em S. Julião da Barra, Monsanto e Limoeiro); as detenções sem julgamento chegam a prolongar-se por vários meses e em Setembro dá-se uma fuga de presos de S. Julião da Barra, sendo que no mês de Dezembro os detidos são, na sua maioria, postos em liberdade.

Aos protestos contra as prisões arbitrárias, tinham-se juntado em Agosto de 1923 os protestos contra os aumentos do preço do pão; quanto à situação laboral, avulta a greve dos mineiros de Aljustrel, que termina em Janeiro, ao cabo de três meses de paralisação; mais para diante, o Verão deste mesmo ano é marcado sobretudo pelas greves dos Pescadores (Maio-Julho), dos Mineiros de S. Pedro da Cova (Agosto-Novembro de 1923), enquanto se movimentam os ferroviários do Sul e Sueste, que chegam a realizar

⁸ Em nota oficiosa, a CGT denuncia as prisões arbitrárias e refere que possivelmente será necessário que a organização operária faça sentir a sua voz em solidariedade para com as vítimas e de «condenação ao regime que pretendem criar-lhe os falsos democráticos ao serviço dos conservadores» (Nota Oficiosa da CGT, AB, 12-07-1923). A USO-Porto aprova documento propondo-se secundar qualquer movimento de protesto, incluindo uma greve geral, que a CGT venha a lançar (AB, 20-07-1923). No princípio de Agosto, um jornal da tarde de Lisboa referencia mais de 125 detidos havia mais de 6 meses, aguardando julgamento no Tribunal de Defesa Social (*Diário de Lisboa*, 03-08-1923).

⁹ *Diário de Lisboa*, 13-09-1923.

uma greve de alguns dias (Outubro de 1923), em protesto contra o processo de reorganização dos serviços¹⁰.

Na ordem do dia da CGT estão ainda as questões da crise de trabalho que afecta várias actividades profissionais, multiplicando-se as situações de desemprego ou de subocupação (que é assinalado, por exemplo, nas indústrias de tanoaria¹¹ e corticeira, na construção civil, e nos têxteis, em Lisboa, onde em Junho de 1923, as fábricas reduziram a laboração para 4 e 3 dias¹²), situação com repercussões directas na actividade sindical e nas finanças dos sindicatos¹³.

«As várias classes tinham saído duma fase ardorosa de lutas sem resultados solidamente proveitosos», escreve Bento Gonçalves, na obra *Palavras Necessárias*, a propósito da movimentação laboral neste período, acrescentando que a vigilância e a repressão governamentais, desde meados de 1922, passaram a ser exercidas com maior dureza e as greves eram mais severamente combatidas.

No período em análise referenciaram-se 117 episódios de greve, sendo os meses de Outubro-Novembro de 1922 e Março-Abril-Maio de 1923 os que registaram maior número (ver gráfico); 22 destas greves têm duração superior a 30 dias, sendo que 5 delas ultrapassam os 100 dias: Mineiros de Aljustrel (Outubro/22 a Janeiro/23), Ourives da Prata do Porto (Março a Junho/23), Soldadores das fábricas de conservas de Olhão (Março a Julho/23), operários Têxteis de Manteigas (Abril a Julho/23) e Pescadores (Maio a Agosto/23), referenciando-se mais 8 com duração superior a 60 dias¹⁴.

Pela sua importância relativa, destacam-se as greves dos mineiros (Outubro-22 a Janeiro-23 e Agosto-Novembro de 1923) e as dos operários da indústria têxtil (Abril-Junho e Abril-Julho de 1923), que concitaram uma grande atenção por parte da CGT e que envolveram formas inéditas de solidariedade, bem como a greve geral na Covilhã (Fevereiro de 1923), em protesto contra a proibição das autoridades de realização de um comício contra a invasão do Rhur e a ameaça de uma nova guerra), a greve geral em Lisboa, a propósito da supressão do “pão político” (Agosto de 1923), e a greve geral no Porto, de solidariedade com os Mineiros de S. Pedro da Cova (Outubro de 1923).

¹⁰ Os caminhos-de-ferro, do Estado e da C.P., viveram em 1923 novos episódios de tensão entre trabalhadores e administrações, acompanhados de perseguições, demissões e prisão de trabalhadores, designadamente na linha Sul e Sueste; ali, apesar de o sindicato não estar, então, confederado, a CGT deu apoio para tratar da situação dos presos, refere Mário Castelhana, da Federação Ferroviária, em sessão no Barreiro, motivo por que, adianta, o sindicato do Sul e Sueste se deverá confederar (AB, 21-10-1923).

¹¹ A crise na indústria de tanoaria é relacionada com a utilização de vasilhame de torna-viagem (nas exportação, utilização de vasilhame estrangeiro usado nas importações); a classe declarava-se também ameaçada pela adopção de navios-tanques e vagões-toneis. AB, 28-04-1923.

¹² AB, 30-06-1923.

¹³ Ver o que a este propósito se escreveu no capítulo anterior e os Apêndices A e K, com o detalhe das greves e a sua distribuição geográfica e sectorial.

¹⁴ Com duração entre 60 e 100 dias temos neste período, por ordem cronológica da sua eclosão, as greves dos Operários da indústria de Conservas de Setúbal, Têxteis dos Tecidos da Seda de Lisboa, Manufactores de Calçado de Faro, Corticeiros de Sines, Mobiliários de Braga, Mineiros de S. Pedro da Cova, Ferradores de Lisboa e Marítimos de Longo Curso.

[AS GREVES DOS MINEIROS] São em número de 3 as greves dos Mineiros registadas entre Outubro de 1922 e Novembro de 1923: por ordem cronológica, a de Aljustrel, a de Valongo e a de S. Pedro da Cova¹⁵.

A greve de Aljustrel teve início praticamente quando do Congresso Operário Nacional da Covilhã (Outubro de 1922), pela obtenção de melhores salários, durou mais de 3 meses, até ao fim de Janeiro de 1923. Envolvendo pouco mais de 100 operários mineiros, foi fortemente reprimida pelas autoridades, tendo estacionado uma força da GNR na localidade, onde chegou a vigorar o “estado de sítio”, registando-se o encerramento das associações sindicais e prisões de operários, que tiveram o apoio, através da greve, de outros trabalhadores locais – as mulheres camponesas e os operários da Construção Civil.

A CGT envolveu-se nos acontecimentos praticamente desde o seu início, fazendo deslocar a Aljustrel delegados logo em Outubro de 1922 e, mais tarde, em Janeiro, o próprio secretário-geral José Santos Arranha, que ali foi preso; o Comité e o Conselho Confederal ocuparam-se da greve dos mineiros em várias reuniões, deliberando promover junto da organização operária o apoio moral e material aos mineiros em greve, pela recolha de fundos a eles destinados e promovendo o acolhimento dos seus filhos (na reunião do Comité de 16 de Outubro¹⁶), em Lisboa e em Beja, uma inédita forma de solidariedade que envolveu mais de 60 crianças e que foi depois adoptada em outras greves. O auxílio material destinado aos Mineiros de Aljustrel, que no primeiro mês atingiu o valor de 7 mil escudos, pelo último apuramento publicado em *A Batalha*, em Fevereiro de 1923 ultrapassou os 20 mil escudos¹⁷.

A dos Mineiros de S. Pedro da Cova, que tinham reorganizado recentemente a sua Associação dos Mineiros de S. Pedro da Cova e Anexos¹⁸, é declarada em Agosto de 1923, num momento particularmente duro marcado pela repressão ao movimento operário e a questão do fim do pão político. Os operários das minas exigem aumento dos salários, sendo este, na perspectiva da CGT, «um dos mais justos movimentos gravíticos do país»¹⁹.

À medida que o movimento se prolonga, as dificuldades dos mineiros e suas famílias tornam-se insustentáveis e a fome instala-se rapidamente – em 8 de Setembro já *A Batalha* escreve que há fome nas casas dos Mineiros de S. Pedro da Cova, em greve há 14 dias, pelo que se pede auxílio material, em géneros e dinheiro, ao menos para manter em funcionamento uma cozinha comunitária em Rio Tinto; dias depois, é aberta uma segunda cozinha, em Monte Aventino, e ao operariado de todo o país é

¹⁵ Além de outras fontes referenciadas a seguir, ver Paulo Eduardo Guimarães – *Indústria e conflito no meio rural: os mineiros alentejanos dos finais da monarquia ao Estado Novo*, pp. 292-298.

¹⁶ “Comité Confederal [relato da reunião de 16-10-1922]”, *AB*, 17-10-1922.

¹⁷ Ver *A Batalha*, Outubro 1922 a Janeiro de 1923, *passim*, e 08-02-1923.

¹⁸ *AB*, 11-07-1923.

¹⁹ *AB*, 13-09-1923.

pedido que imite as acções de solidariedade dos operários do Porto. Enquanto isso, polícia e GNR perseguem os grevistas e registam-se prisões de mineiros; estes organizam um segundo comité de greve, que substituirá o existente, em caso de prisão dos seus componentes, contando os mineiros, desde o início deste processo, com o apoio da CGT e mais directamente da Federação Metalúrgica, do Sindicato Único Metalúrgico do Porto e da USO-Porto, que virá a propor ao operariado local a entrega de 1/2 dia de salário para os «bravos» mineiros de S. Pedro da Cova, alegadamente o salário que perderiam se o comício marcado para domingo ocorresse em dia de trabalho²⁰.

Também nesta greve, à semelhança do que fora feito nas greves dos Mineiros de Aljustrel e dos Têxteis da Covilhã, começa a organizar-se a retirada das crianças filhas dos mineiros, para serem acolhidas em acto de solidariedade, enquanto a greve durar, por famílias operárias de outras localidades. Um primeiro grupo com cerca de 100 crianças é recebido no Porto nos primeiros dias de Setembro, onde chegarão depois mais umas 80 crianças; para a Póvoa de Varzim seguem, no princípio do mês de Outubro, 10 crianças – ao todo, serão mais de 200 as crianças envolvidas neste processo, que as forças policiais e militares tentam impedir, sem conseguir. Pelo seu lado, invocando os princípios da caridade, industriais do Porto pedem o envio de rapazes de 12 a 16 anos, para aí serem colocados como aprendizes²¹.

No fim de Outubro, com a greve a caminho dos 3 meses de duração, a USO-Porto avança com uma greve geral na cidade, a partir de 30 de Outubro, de protesto contra as prepotências das autoridades face aos mineiros de S. Pedro da Cova e a proibição do comício de apoio àqueles grevistas, havendo confrontos entre trabalhadores e a polícia, ataques à bomba, tiroteio, registando-se vários feridos, incluindo um sargento da GNR, e mais de 100 detenções, incluindo militantes sindicais²²; a greve no Porto é suspensa no dia seguinte, após recebida a garantia de reabertura da cozinha comunista e do Sindicato dos Mineiros de S. Pedro da Cova, encerrados pelas autoridades.

A greve teve duração de 3 meses, terminando a 5 de Novembro, com a obtenção de aumento de salários²³; quanto à solidariedade material, só os donativos recebidos em *A Batalha* tinham atingido 1.650 escudos²⁴, apesar de tudo um montante insuficiente para cobrir as despesas da greve, que era preciso pagar, com o apoio da organização operária, mesmo contando com as dificuldades financeiras de muitos organismos²⁵.

²⁰ AB, 20-10-1923.

²¹ AB, 21-09-1923.

²² AB, 30 e 31-10 e 01-11-1923 e Jornal de Notícias, 29 e 30-10-1923.

²³ AB, 06-11-1923.

²⁴ AB, 09-11-1923 e 22-12-1923.

²⁵ O Sindicato Único Metalúrgico do Porto e a USO-Porto são os organismos que lideram a recolha de fundos para pagamento das dívidas deixadas pela greve dos Mineiros de S. Pedro da Cova e cuja responsabilidade aqueles haviam assumido; no caso da USO-Porto, tem em aberto o pagamento de um empréstimo de 12 mil escudos, pedido para garantir o funcionamento das cozinhas comunistas, que nos

[AS GREVES DOS OPERÁRIOS TÊXTEIS] No dia 17 de Abril de 1923 declaram-se em greve geral os operários Têxteis da Covilhã, uns dias depois de terem entrado em greve os operários do mesmo sector, em Manteigas; esta última manter-se-á durante 14 semanas e a da Covilhã 8. Nos dois casos, luta-se por aumento de salários, como aliás em Lisboa, na companhia União Têxtil, também em greve num período praticamente coincidente com o da greve da Covilhã²⁶, e em Gouveia, onde se referencia, em 6 de Maio, uma greve geral dos operários Têxteis.

Foi a greve na Covilhã a que teve maior importância, pelo número de operários nela envolvidos, uns 12 mil, como se escreve em *A Batalha* a 17 de Abril de 1923; uma semana depois, o jornal da CGT referencia actos repressivos da autoridade local, em breve a braços com mais uma greve, dos operários da Construção Civil. O administrador do concelho mostra-se especialmente activo no combate à greve e no 1º de Maio é igualmente proibido o comício previsto, com a presença de um delegado directo da CGT. As reuniões estão proibidas, é enviada tropa para a Covilhã e a Casa do Povo foi mandada encerrar pelas autoridades; em 8 de Maio o diário confederal noticia que estão presos 19 operários têxteis, e a situação dos grevistas e suas famílias é qualificada de «angustiosa», e a CGT no dia seguinte faz um apelo ao operariado para que envie donativos.

A greve da Covilhã é discutida na CGT, que delibera enviar um delegado àquela cidade para colaborar na solução do conflito têxtil, que ali é preso e depois libertado. Com a greve a prolongar-se sem solução à vista, o Conselho Confederal divulga uma posição no sentido de o operariado se preparar para uma possível greve geral de solidariedade com aqueles operários e declara-se determinado a arrancar à fome que campeia na Covilhã as crianças filhas dos grevistas²⁷ – as primeiras 35 chegam a Lisboa em 9 de Junho e fala-se na vinda de mais 200; também no Porto há famílias a oferecer-se para receber 24 crianças, e em Guimarães 30, que não chegam a concretizar-se, por a greve ter terminado em 11 de Junho, sem que os operários tenham conseguido aumentos de salário²⁸.

Esta «greve heróica» não foi uma vitória, mas também não foi uma derrota, escreve *A Batalha* em editorial, considerando terem os operários Têxteis da Covilhã obtido uma

últimos dias da greve envolviam gastos na ordem de 1.500 escudos/dia (AB, 24-11, 16 e 21-12-1923); a Federação dos Operários da Indústria Mobiliária é um dos organismos que declina contribuir para essas despesas, devido ao «precário estado financeiro» em que se encontra (AB, 22-12-1923).

²⁶ As greves dos Têxteis ocorreram entre as seguintes datas: em Manteigas, 13 de Abril a 22 de Julho de 1923; na Covilhã, de 16 de Abril a 11 de Junho; Lisboa (União Têxtil), de 17 de Abril a 11 de Junho.

²⁷ AB, 02-06-1923.

²⁸ O fim abrupto da greve terá estado relacionado com a impossibilidade de os operários aguentarem mais tempo sem salários; mas um mês depois, o jornal socialista *O Protesto* faz insinuações de irrelevância da acção da CGT na greve da Covilhã, a que responde *A Batalha*, acusando a ocorrência de tentativas de «traição» de elementos socialistas locais, num certo alinhamento com as exigências e posições do administrador do concelho e de um representante da Associação Industrial. “A greve dos Têxteis: responde-se com clareza às calúnias dos socialistas”, AB, 05-07-1923.

reparação moral com a reabertura da Casa do Povo e a libertação dos operários presos, mantendo as suas reclamações, que responsáveis da Associação Industrial dizem poder vir a satisfazer, quanto possível, aumentando os salários quando a indústria tiver condições para o fazer²⁹ (idêntica promessa será deixada, um mês decorrido, aos operários Têxteis de Manteigas em fim de greve³⁰), sendo que os aumentos decididos unilateralmente pelo patronato, em Agosto, para os operários da Covilhã vieram a merecer o repúdio daqueles, exigindo-se a sua negociação com a Associação dos Operários da Indústria Têxtil local³¹.

Finda a greve, continuaram as perseguições a operários e dirigentes sindicais; as crianças deslocadas para Lisboa regressam à Covilhã em 7 de Julho³²; a recolha de donativos manter-se-á activa pelo menos até Outubro de 1923, ascendendo no final a 10.440\$33, valor equivalente a 1.750 dias de salário médio dos operários Têxteis da Covilhã à data da greve³³.

[AS GREVES CONTRA A CARESTIA E PELO PÃO] No dia 23 de Agosto de 1923 está à venda em Lisboa pão de 3 qualidades, o de 1ª a 2\$60, o de 2ª a 1\$80 e o de 3ª a 1\$00; face à tabela anterior, o pão de 1ª sofrera um aumento de 50% e o de 3ª 25%. Terminava naquela data o anterior regime do preço do pão.

A CGT tinha dado o alarme uma semana antes, falando de traição do governo, do triunfo das manobras da Moagem³⁴ e da inauguração da política da fome; em 17 de Agosto, *A Batalha* titulava ao alto e a toda a largura da 1ª página: «Consumou-se o crime! Termina hoje o pão político! É faltar vilanagem!» e, em continuação de título, «se o povo tivesse nervos, se o povo tivesse vergonha, não pagaria nem mais um centavo pelo pão que tão caro já é!»³⁵

As tomadas de posição, moções aprovadas e protestos de organismos operários multiplicam-se, invariavelmente manifestando-se disponíveis para apoiarem movimentos que as USO ou a CGT viessem a lançar pelo tipo único de pão a preço equitativo; os protestos da organização, centrados desde o princípio do mês na exigência de libertação dos presos por questões sociais³⁶, orientam-se então para a questão do pão; em 24 de Agosto, depois de várias tentativas de dirigentes sindicais para se encontrarem

²⁹ AB, 13 e 19-06-1923.

³⁰ AB, 21-07-1923.

³¹ AB, 24-08-1923.

³² O transporte das crianças terá importado em 1.800 escudos. “A greve dos Têxteis: responde-se com clareza às calúnias dos socialistas”, AB, 05-07-1923.

³³ AB, 04-10-1923.

³⁴ AB, 15-08-1923.

³⁵ AB, 17-08-1923.

³⁶ A USO-Porto e a USO-Lisboa tinham aprovado greves gerais em princípio, a efectivar quando necessário, para exigir a libertação dos presos por questões sociais (AB, 26-07 e 07-08-1923; veja-se também *Diário de Lisboa*, 08-08-1923).

com o ministro da Agricultura e o presidente do Governo, a USO-Lisboa proclama a greve geral contra o aumento do preço do pão.

Na véspera, em Santarém, tinha havido protestos e abandono do trabalho em obras e oficinas; em Lisboa, o governo civil manda proibir todas as reuniões, posto o que as instalações dos organismos sindicais (sobretudo o edifício da CGT e a sua envolvente geográfica) são vigiadas em permanência por elementos da polícia e GNR.

A paralisação decorre a partir de 25 de Agosto; a 27 são dados em greve os Metalúrgicos, os Corticeiros, a Construção Civil, Litógrafos, Carroceiros, Gráficos, Chauffeurs e Motociclistas, Pessoal dos Matadouros, os Marítimos, Pessoal de Exploração do Porto de Lisboa, parte do pessoal da Carris e da Limpeza urbana, sendo referidos 200 mil operários em greve, em Lisboa; o movimento alastra à margem sul do Tejo, a Almada, Alhos Vedros e Montijo³⁷. Enquanto isso, comissões da USO-Lisboa e da CGT tentam, sem sucesso, reuniões com o ministro da Agricultura, para tratar da questão do pão, e com o do Interior, para obter a revogação da proibição de reuniões sindicais; da parte do governo, a disponibilidade para receber os representantes sindicais está dependente de uma única condição: o fim da greve e o regresso ao trabalho; alguns organismos reúnem clandestinamente em locais não divulgados e a polícia ordena o fecho do Congresso dos Tanoeiros, que decorre na sede dos Caixeiros, em Lisboa, procedendo, em 28 de Agosto, à prisão de cerca de 50 operários e militantes confederais, entre os quais os dirigentes Metalúrgicos Francisco Viana e Artur Cardoso, e o próprio secretário-geral da CGT, Santos Arranha.

O comité de greve delibera em 28 de Agosto a cessação do movimento e o regresso ao trabalho no dia seguinte; as orientações são que o operariado reclame aumentos de salários para fazer face aos aumentos do custo de vida³⁸.

No dia seguinte, a polícia efectua mais detenções, mas são soltos muitos dos presos nos dias anteriores, entre os quais o secretário-geral da CGT. Santos Arranha, que relativamente à greve geral de um ano antes, também ela motivada pelo pão político, tinha afirmado que ela tinha terminado no momento em que devia ter começado, de alguma forma emitindo um juízo crítico dirigido à direcção da CGT na altura, acabava afinal por replicar, decalcando-a, a greve do ano anterior e o seu resultado; sobre a sua prisão, assinala-se que ela teria pesado na decisão de acabar com a greve³⁹. Os protestos pelo tipo único de pão e contra o aumento do seu preço prosseguem nos dias seguintes, que, como a greve, não tiveram quaisquer efeitos na modificação do regime do pão; quando à CGT, mergulha numa nova polémica a pretexto da greve geral de Lisboa, originada por mais uma entrevista “anónima” de Joaquim Cardoso, o ex-secretário geral da Federação da Construção Civil e ex-editor de *A Batalha*, afinal um novo episódio da

³⁷ *Diário de Lisboa*, 27-08-1923 e *AB*, 28 e 29-08-1923.

³⁸ *AB*, 29-08-1923.

³⁹ *Diário de Lisboa*, 29-08-1923.

“guerra” declarada na CGT em Julho de 1921, com a Nota do Comité Confederal a propósito do manifesto do Partido Comunista Português⁴⁰.

2. A MARCHA DA ORGANIZAÇÃO

O novo Comité Confederal eleito no Congresso da Covilhã toma posse em 13 de Outubro de 1922, dirigindo-se pela primeira vez à população confederada, em nota oficiosa, no dia seguinte, para saudar a «família proletariana» e apresentando uma curta declaração de princípios de acção:

- inspiração nas directrizes traçadas pelo Congresso Nacional dos Sindicatos;
- colocação dos interesses da organização acima de tudo;
- fidelidade aos princípios do sindicalismo revolucionário e da acção directa, negando a colaboração de elementos, seitas ou partidos políticos antagónicos;
- acção no sentido de «congragar todos os elementos que leal e sinceramente preconizem a luta pela emancipação humana»;
- negação do «centralismo nocivo» na CGT, que, além da missão de organizar e orientar, terá como tarefa principal alargar o raio de acção da organização⁴¹.

«Vamos entrar em vida nova», escreve *A Batalha* em subtítulo da entrevista feita por Mário Domingues ao secretário-geral da CGT José Santos Arranha, em que este refere os trabalhos que o Congresso deixou pendentes, negando a existência de qualquer cisão na organização, afirmando propósitos de conciliação, de aproximação das classes médias à organização operária, de remodelação de *A Batalha*, e de organização de secções de propaganda na «província» no quadro de um «trabalho de descentralização absolutamente necessário.»⁴²

Três questões de imediato se colocavam aos novos dirigentes confederais: o acompanhamento da greve em curso dos mineiros e metalúrgicos de Aljustrel,

⁴⁰ A propósito da “entrevista anónima” à *Imprensa Nova*, que *A Batalha* qualifica de «campanha torpe», o diário confederal publica uma resposta subscrita pelo secretário-geral Santos Arranha, violentíssima na forma e na linguagem, ilustrada pelo extracto que segue: «A propósito do último movimento grevístico, contra o aumento do preço do pão, vem-se desencadeando sobre a Organização Operária uma avalanche de torpes insinuações, de infames atoardas encobrimdo os mais baixos desígnios. Dir-se-ia que as cloacas sociais não podem suportar o caudal de excrementos biliosos, de despeitos, de ódios e de protérvias, extravasaram e com a sua lava putrefacta procuram bloquear a absorver a única falange que se mantém erecta e incólume ante a derrocada moral e social.» (“Pulverizando acusações iníquas”, *AB*, 09-09-1923. Na mesma data, *A Batalha* publica dois outros textos elucidativos: o primeiro, uma nota oficiosa da Federação da Construção Civil, que entre outras coisas, refere a resolução do respectivo Conselho Federal que «havendo a certeza de que essa campanha é colaborada por um indivíduo que tendo militado na Federação [da Construção Civil] dela saiu despeitado [...] por não ter conseguido os seus fins [...] resolve «nivelar o citado indivíduo na categoria moral dos inúmeros inimigos da organização operária e votar-lhe portanto o desprezo de que é merecedor»; o segundo é uma declaração de Carlos de Araújo, que foi irradiado da CGT juntamente com Joaquim Cardoso, em 1921, que, com o fim de evitar possíveis suspeitas» se demarca da campanha da *Imprensa Nova* e das entrevistas que lhe estão na base, pois, refere, «ao meu carácter repugnam as entrevistas ou escritos anónimos», subscrevendo-se como «operário sindicado e confederado».

⁴¹ *AB*, 14-10-1922.

⁴² *AB*, 18-10-1922.

envolvidos numa greve que se arrastaria por mais de três meses, organizando a solidariedade com aqueles operários; apagar os fogos ateados no Congresso da Covilhã, curar feridas e colmatar brechas; promover e assegurar o funcionamento regular dos órgãos confederais (Comité e Conselho Confederal e Conselho Jurídico) e de *A Batalha*; e garantir os meios financeiros necessários à actividade. Além daquelas, o Comité deverá dar seguimento imediato à execução das deliberações do Congresso Operário Nacional, em termos organizativos e de relações internacionais.

Após o Congresso, os diversos organismos reúnem com os seus delegados à Covilhã, para tomar conhecimento do que por lá se passou, aprovar os respectivos relatórios e as contas dos gastos realizados; alguns fazem-no de imediato, mas outros só o farão 2 e mesmo 3 meses depois do CNO. Pela forma como decorreram os trabalhos na Covilhã, em muitos organismos os relatos em pouco contribuíram para mobilizar e para prestigiar a organização, por mais que o Comité Confederal proclamasse ter-se tratado apenas de mal-entendidos derivados, em boa parte, de uma louvável vontade de acertar. Dentro da organização o mal-estar é generalizado e na imprensa referem-se cisões na CGT, por causa da questão das relações internacionais, sendo que a confederação operária é também notícia em alguns *media* a propósito de remoques à Confederação operária de ter como secretário-geral um industrial e não um operário – acusações que o Sindicato a que pertence José Santos Arranha responde, repudiando a «calúnia» e esclarecendo a passagem daquele e outros militantes Mobiliários da situação de assalariados à de trabalhadores por conta própria, mantendo a condição de sindicados por não terem assalariados ao seu serviço⁴³.

A circular que a CGT envia aos organismos aderentes, que *A Batalha* publica em 18 de Outubro de 1922, filia-se no propósito de arrumar o assunto e de a organização passar a uma nova fase; para isso, pede-se a nomeação imediata dos novos delegados ao Conselho Confederal, para que este possa reunir «tanto mais depressa quanto maior for a prontidão dos organismos em nomearem os seus novos representantes.»

Nas suas primeiras reuniões, o Comité Confederal ocupa-se da greve de Aljustrel, que será tema recorrente nas reuniões deste órgão e, mais tarde, do Conselho Confederal, como será, já em Novembro, a greve dos Conserveiros de Setúbal, assim como as insistências na nomeação dos delegados ao Conselho Confederal.

O novo Conselho Confederal reúne pela primeira, em 16 de Novembro de 1922, pouco mais de um mês depois do Congresso da Covilhã – em 1919, em circunstâncias igualmente complexas, mas por outras razões, tinham sido necessários mais de 8 meses; constituem-no os delegados de 10 organismos: 3 USO (Lisboa, Porto e Faro), 5 Federações (da Construção Civil, Empregados no Comércio, Livro e Jornal,

⁴³ “Desfazendo uma calúnia-Nota oficiosa do Sindicato Único das Classes Mobiliárias de Lisboa”, *AB*, 29-10-1922. Santos Arranha explicará mais tarde as circunstâncias da sua passagem a operário por conta própria (veja-se neste mesmo capítulo, mais à frente, o subcapítulo 5).

Metalúrgicos e Mobiliários) e 2 Sindicatos Nacionais (Arsenal do Exército e Arsenal da Marinha e Cordoaria Nacional)⁴⁴.

Naquela reunião o Conselho Confederal toma conhecimento das acções entretanto realizadas pelo Comité Confederal no sentido de desfazer mal entendidos entre as USO de Almada e de Évora e de resolver os desentendimentos entre os Sindicatos da Construção Naval de Lisboa e da Margem Sul do Tejo, sendo ainda confrontado com a não entrega, pela respectiva comissão organizadora, da documentação do Congresso da Covilhã e das contas da CGT, pelo anterior Comité Confederal, determinando a aprovação de um documento no sentido de tal documentação ser entregue no prazo de uma semana⁴⁵.

Em relação à greve em Aljustrel, o Comité delibera enviar um delegado àquela localidade, vindo a lançar a palavra de ordem de acolhimento dos filhos dos grevistas por famílias operárias e da recolha de fundos destinados aos grevistas, acompanhando os diversos passos daquela greve, deslocando inclusivamente o secretário-geral a Aljustrel, onde chegou a ser preso pelas autoridades.

Duas questões a que o Comité e o Conselho Confederal tiveram que dar atenção logo depois do Congresso da Covilhã: as finanças confederais e a situação administrativa e financeira de *A Batalha*.

No mês de Novembro de 1922 o Comité repõe na ordem do dia a necessidade de aumento da quota confederal; é uma medida necessária, como já fora insistentemente referido antes do Congresso da Covilhã; “Uma medida necessária”, titula *A Batalha*, em editorial, em 3 de Novembro, voltando ao tema a 23, para concluir, de novo em editorial, que o operariado consciente compreende que «sem dinheiro é impossível fazer trabalho revolucionário consistente», vindo o Conselho Confederal a deliberar, nessa mesma data, o aumento do custo da caderneta confederal para \$10 (10 centavos) e o da quota confederal de 2 para 15 centavos/semana por sindicado⁴⁶, para vigorar a partir de Janeiro seguinte.

⁴⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 16-11-1922]”, *AB*, 17-11-1922.

⁴⁵ Armando Martins é especialmente visado nesta matéria, pela não entrega das contas do anterior exercício da CGT, na qualidade de secretário administrativo do anterior Comité Confederal; as sucessivas mensagens dirigidas pelo novo Comité Confederal àquele dirigente para entrega das contas chegam a ser vistas como tendo «fins reservados», por causa do alinhamento de Armando Martins com as posições pro-ISV (veja-se a nota do Comité Confederal em *A Batalha*, 28-10-1922); a subsistência dessa situação nos meses seguintes será vista, no quadro das discussões sobre a nota oficiosa do Comité Confederal e a questão internacional (ver mais adiante neste subcapítulo e no subcapítulo “As relações internacionais”) como uma acção deliberada de boicote ao novo Comité Confederal.

⁴⁶ “CGT-Circular nº 29 aos Sindicatos, Uniões e Federações, 11-12-1922”, *AB*, 12-12-1922. Veja-se também sobre o mesmo assunto, *idem*, 3, 23 e 24-11-1922, esta última com o relato da reunião do Conselho Confederal. Em conformidade com a Circular nº 29, a quota confederal tinha a seguinte distribuição: Caixa Nacional de Solidariedade-\$06; *A Batalha*, \$025; Propaganda, \$045 e Funcionamento interno, \$02.

Em conformidade com os estatutos da Confederação, para se tornar efectivo, o aumento da quota confederal, cujo valor estava incluído na quota cobrada pelos sindicatos aos operários seus associados, carecia da aprovação em cada sindicato, em assembleia geral; por regra, os sindicatos aprovaram esses aumentos, ainda que em muitos casos se detectem resistências e mesmo contestação, sobretudo numa base individual e predominante entre os menos assíduos às assembleias gerais dos sindicatos; no caso, a proposta de aumento de quotas tinha a agravante de algumas Federações, USO e Sindicatos terem deliberado fazer, em simultâneo, a elevação das respectivas quotas⁴⁷.

Quanto ao órgão confederal *A Batalha*, este vivia de novo uma situação financeira muito difícil, havendo ainda que regularizar a sua vida administrativa e editorial. Financeiramente, a situação do jornal apresentava-se mais uma vez deplorável - «à beira do precipício» e «entre a vida e a morte» são duas das imagens que o próprio jornal transmite ao operariado em Novembro de 1922, mobilizando os leitores para que contribuam para a sobrevivência do jornal; em menos de mês e meio recolhem-se mais de 5.000\$00 de donativos a favor de *A Batalha*, um valor significativo considerando estar a decorrer em simultâneo uma acção de apoio material a favor dos mineiros de Aljustrel, mas mesmo assim insuficiente para compensar o défice do jornal que atinge um valor de 7.694\$00 por mês⁴⁸. Houve, pois, que, em simultâneo, aumentar o preço do jornal dos 10 centavos que custava quando do seu lançamento em Fevereiro de 1919,

⁴⁷ A USO-Lisboa foi uma das Uniões locais que aumentou o valor a sua quota, no caso de 1 centavo/semana/sindicado, que vigorava desde 1920, para 2 centavos (*A Batalha*, 08-12-1922); Construção Civil e Metalúrgicos são duas das Federações que procedem então ao aumento da quota federal, em conjunto com o aumento da quota confederal; na circular que a primeira dirigiu aos sindicatos federados (*AB*, 08-12-1922) refere que tem à data, um défice de 13 mil escudos, tendo vindo a recorrer, para as necessidades correntes, ao cofre federal da Bolsa de Trabalho e Solidariedade, tendo já suspenso a publicação de *O Construtor*, pelo que decide aumentar a quota federal para 15 centavos/semana; 50 centavos foi o valor médio de referência para a quota semanal a pagar pelos sindicatos (veja-se, por exemplo, as deliberações dos Descarregadores de Mar e Terra de Almada e dos Corticeiros de Belém-Lisboa, *AB*, 15 e 20-12-1922, respectivamente); a *contrario* e como exemplo das dificuldades de aumentar as quotas sindicais e dos problemas daí decorrentes, veja-se a posição assumida pelo Sindicato Único do Calçado, Couros e Peles do Porto que, embora declarando que esse aumento é absolutamente necessário, dado o estado das finanças do organismo, não será fácil fazê-lo, pelo que terá de avançar com uma intensa acção de propaganda na classe, que se encontra muito desorganizada (*AB*, 22-01-1923).

⁴⁸ “Entre a vida e a morte”, *AB*, 07-11-1922. Nos meses seguintes mantém-se a recolha de fundos para *A Batalha*, em “parceria” com outra a favor dos mineiros de Aljustrel; na última semana de Janeiro de 1923, a conta a favor do jornal atingia mais de 16 mil escudos e a dos mineiros praticamente 20 mil escudos. No mês de Fevereiro estão a ser vendidas 5 mil rifas, ao preço de 5 escudos, para o sorteio de um automóvel a favor de *A Batalha*. O número premiado, pela lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, encontrava-se na posse do operário carpinteiro Fernando Soares, a quem foi atribuído um veículo automóvel da marca *De Dion Bouton*, de 7 lugares. A 29 de Maio estavam por vender 800 bilhetes-rifas. A solidariedade chega também do estrangeiro, em especial de New Bedford, nos Estados Unidos, a exemplo do que aconteceu em datas anteriores, onde uma festa a favor de *A Batalha*, organizada por emigrantes portugueses rendeu 377,47 dólares (*AB*, 27-05-1923).

primeiro para 15 centavos, em Janeiro de 1923, e, menos de três meses decorridos, para 20 centavos.

No que respeita à direcção do jornal, as primeiras mudanças (e mais visíveis) passam pela nomeação de Carlos José de Sousa para seu redactor principal, pelo Conselho Confederal, passando o nome daquele a figurar no cabeçalho do jornal em 22 de Novembro de 1922 – formalmente, Alexandre Vieira deixava de ser responsável pelo jornal, sendo que, de facto, o deixara de ser há muito; além disso, a marca do Comité Confederal na linha editorial de *A Batalha* passou a ser a do novo secretário-geral Santos Arranha, o que não parece ter significado o “adormecimento” de uma certa influência no jornal do anterior secretário-geral Manuel Joaquim de Sousa.

Mas, as coisas não irão correr bem na relação entre o Comité Confederal e *A Batalha*, ou pelo menos entre Santos Arranha e Carlos Maria Coelho, sendo públicos alguns episódios de conflito entre os dois, um dos mais graves em Março de 1923, que teve por base a recusa de publicação em *A Batalha* de uma nota do Comité Confederal, na sequência da qual ambos chegam a apresentar a demissão dos seus cargos, como se verá mais adiante.

O 1º DE MAIO. A organização do 1º de Maio regista, este ano, algumas novidades. Tratada em várias reuniões do Conselho Confederal⁴⁹, foi decidido satisfazer as solicitações de todos os organismos que tivessem pedido o envio de delegados; reforçando o apelo para a celebração da data em todas as localidades onde fosse possível, com paralisação do trabalho em todos os sectores de actividade, «excepto os considerados de socorro a casos de perigo para a saúde pública», recomenda-se a realização de comícios, sessões e conferências, explicitando-se de forma muito assertiva o espírito das comemorações: «não um simples gesto do desejado ou merecido descanso ou um convencimento à interpretação festiva com que falsamente têm revestido esta data, [mas] uma demonstração do valor do trabalho» e manifestação do anseio por um mundo sem tirania, fome, opressão, miséria e dores.

Na designação dos delegados, a fórmula é a mesma dos anos anteriores: no Norte, serão elementos da Delegação Confederal do Porto, e no Sul, elementos «directos da Central [Lisboa]», mas com novidades: no comício do Porto está presente um «delegado directo da Central», Jerónimo de Sousa, e no comício de Lisboa, um «delegado da organização do Norte», Adriano Monteiro; a segunda inovação é a presença de delegados da Federação Rural na representação oficial, em ambas as cidades – Vital José, no Porto, e António Tomás, na capital. As intervenções, preconiza o Conselho, deveriam incidir sobre a crise económica e moral no país e suas consequências para os trabalhadores, a defesa e consolidação das «conquistas proletárias» do horário de trabalho de 8 horas, da liberdade de expressão e de reunião e pelo fim dos tribunais e

⁴⁹ Ver AB, 18 e 28-04-1923.

leis de excepção, e ainda a grave situação internacional, sendo enviado um documento para ser aprovado nos comícios e sessões públicas.

Na sessão de Lisboa, o próprio secretário-geral referenciou a fraca participação no comício público – significativo o abandono do trabalho, que o pessoal dos eléctricos não seguiu, mas um comício frouxo, com uma concorrência relativamente pequena, refere *A Batalha*; também em Coimbra se referencia fraca mobilização; no Porto, o diário operário assinala muito entusiasmo na comemoração do 1º de Maio, «paralisação completa do trabalho», um «comício imponente», sem a ocorrência de incidentes, um numeroso cortejo organizado após o comício, que percorreu diversas ruas da cidade, com alguns incidentes com a polícia, em especial à passagem da manifestação junto do consulado dos Estados Unidos, registando-se no final dois feridos⁵⁰; nas duas cidades, muitos sindicatos realizaram sessões próprias, o mesmo acontecendo pelo país, organizadas pelas Uniões de Sindicatos ou pelos próprios sindicatos, nas localidades sem USO. Oficialmente, a CGT fez-se representar por delegado directo em 32 localidades, assinalando-se comícios em mais 10, com delegados do Porto⁵¹.

REALIZAÇÕES E CONFLITOS NA FRENTE ORGANIZATIVA. Verifica-se neste período a criação de novos organismos – pelo final do ano de 1922 e princípios do ano seguinte, o Sindicato dos Ferroviários da Beira Alta, com sede na Pampilhosa, e a Associação da Construção Civil e Artes Correlativas, em Anadia, o Sindicato dos Manufactores de Calçado de Messines e o Sindicato dos Mineiros de Valongo-São Pedro da Cova), no segundo semestre de 1923 a Associação dos Descarregadores de Mar e Terra da Póvoa (de Santa Iria) e o nascimento de uma nova Federação, dos Operários Tanoeiros, nascida no primeiro congresso da classe, em Agosto de 1923; e reorganizações (caso da USO-Viana do Castelo, com 5 sindicatos aderentes⁵²), verificando-se ainda estarem em curso tentativas de criação de novos organismos (o Comité do Norte da Federação Metalúrgica manda delegados para organizar a classe em Rio Meão, Crestuma e

⁵⁰ O *Jornal de Notícias* (02-05-1923) regista, no Porto, a aprovação no comício da moção emanada da CGT, anotando a inexistência de incidentes com a polícia e GNR, que se encontram de prevenção; regista ainda as intervenções, nas Fontainhas, além de Jerónimo de Sousa e Vital José, de Joaquim do Carmo, Serafim Cardoso de Lucena e Saúl de Sousa, da organização local.

⁵¹ Lista dos delegados da representação directa da CGT no 1º de Maio de 1923: Lisboa-Santos Arranha e António Tomás, Porto-Jerónimo de Sousa e Vital José, Silves-José Martins Grilo, Olhão e Faro-Artur Cardoso, Covilhã-Manuel da Silva Campos, Évora-Joaquim de Sousa, Aljustrel-Jacinto Rufino, Setúbal-João Antunes Rodrigues e Alfredo Monteiro, Aldeia Nova de São Bento-Manuel Nunes, Castelo Branco- António Gomes Ribeiro, Ervedal e Avis-António Ferreira, Santiago do Cacém- Alfredo Pinto, Sines-Manuel Gonçalves Vidal, Barreiro-Abílio Alves Lima e António Portela, Leiria-Jaime Tiago, Montijo/Aldegalega- Raul Lavado, Cascais-José Pires de Matos e Faustino Gonçalves, Sousel, Sousel-António Ferreira, Almada-Daniel Francisco, Alvalade-Luís Gonzaga, Beja-Joaquim Francisco, Benavila-Inácio Marques, Lagos-Artur Aleixo de Oliveira, São Bartolomeu de Messines-Marcelino da Silva, Póvoa de Santa Iria-António Graça, Escoural-Pereira Braga, Oeiras-Alfredo Lopes, Odemira-José Augusto Martins, Moura-Amantino Nascimento, Peniche-Lúcio Rodrigues Costa. O número de 32 representações directas não inclui Coimbra, nem Santo Tirso, onde estiveram presentes elementos do Comité Confederal de propaganda o Norte, na primeira Clemente Vieira dos Santos.

⁵² *AB*, 15-12-1922.

Avintes, depois de o ter feito em Gaia⁵³), registando-se ainda trabalhos tendentes à constituição de Sindicatos Únicos (em Lisboa, a União Têxtil e o Sindicato dos Tecidos de Seda trabalham para a constituição do Sindicato Único da Indústria Têxtil⁵⁴); ao mesmo tempo, a Federação do Livro e do Jornal dá um passo inédito, ao suscitar entre os organismos federados de Lisboa a discussão sobre a conveniência, ou não, de constituir um sindicato único das classes da respectiva indústria, que não virá a concretizar-se, sendo que outros processos organizativos se aprofundam em definitivo – é o caso do projectado Sindicato Único dos Empregados no Comércio de Lisboa, que a Junta Executiva da Zona Sul da Federação dos Empregados no Comércio diligenciava constituir, sem sucesso, decidindo por isso abandonar tal projecto que vem do congresso corporativo de 1921⁵⁵), e outros apenas aflorados (Telégrafo-Postais do Porto, com o pessoal maior e pessoal menor da instituição⁵⁶).

Mas, também se assinalam conflitos entre organismos sindicais e entre sindicatos e estruturas intermédias (USO's e Federações), por exemplo nos Trabalhadores no Comércio (a Junta Federal da Zona Norte expulsa o sindicato de Braga, por acção dissolvente anti Federação⁵⁷), os casos que vêm bastante de trás da cisão dos carpinteiros navais das margens norte e sul do rio Tejo, e do conflito recorrente entre carpinteiros navais e calafates das duas margens do rio Douro, havendo ainda notícia de conflitos, em algumas classes – a Construção de Lisboa, designadamente – entre as estruturas organizativas das Juventudes Sindicalistas e dos Sindicatos. Provavelmente com maior significado, atendendo ao peso que os Metalúrgicos têm na CGT, é um certo mal-estar que se vai instalando nas relações entre a Federação Metalúrgica e a Confederação (pontualmente com verdadeiras fricções) por causa da organização sindical dos operários soldadores da indústria de conservas, que, tendo sido em alguns locais, como Olhão e Cascais, a estrutura-base dos Sindicatos Únicos Metalúrgicos, se vinham constituindo, com aparente simpatia da CGT, em sindicatos autónomos, fora da Federação Metalúrgica – na prática, enfraquecendo esta, e caminhando objectivamente para a formação de uma federação autónoma da indústria de conservas⁵⁸.

⁵³ AB, 16-12-1922.

⁵⁴ AB, 18-11-1922.

⁵⁵ O projecto de constituição do Sindicato Único dos Empregados no Comércio de Lisboa teve o apoio das Associações dos Caixeiros, dos Empregados de Escritório, dos Empregados Menores do Comércio e Indústria, sendo-lhe indiferentes as Associações de Classe dos Bancos e Câmbios, dos Empregados Viajantes de Praça e da União dos Empregados no Comércio (AB, 05-12-1922).

⁵⁶ AB, 18-04-1923.

⁵⁷ AB, 25-12-1922.

⁵⁸ Os Soldadores de Olhão e de Cascais constituem os seus Sindicatos Únicos, autonomizando-se dos Sindicatos Metalúrgicos a que pertenciam (AB, 25-11 e 23-12-1922; AB, 18-08-1923); em Olhão, o “promotor” dessa “cisão” é António Gonçalves Dias, secretário-administrativo do Sindicato Único Metalúrgico local, que englobava serralheiros e trabalhadores da indústria de Conservas (soldadores e outro pessoal, que acompanha os soldadores, na perspectiva da organização do Sindicato Único por produto). A Conferência Sindical Metalúrgica (28-10-1923) reafirmou a perspectiva dos Metalúrgicos de organização dos Sindicatos Únicos com base na matéria-prima (*idem*, 30-10-1923). A Federação

Os apertos financeiros que foram referidos para a CGT, são extensivos a outros organismos sindicais, como as Federações da Construção Civil, que em Dezembro de 1922 acusa um défice acumulado de 13 mil escudos⁵⁹, e Corticeira⁶⁰, ou a USO-Lisboa e USO-Porto que nos aparecem envolvidas em complicados e longos processos de reconstituição das respectivas finanças, cujos “buracos” resultaram, no primeiro caso, da “greve geral do pão” de Agosto de 1922, em Lisboa, e, no Porto, da greve dos Mineiros de S. Pedro da Cova, em Agosto-Novembro de 1923⁶¹. Os apertos financeiros levam mesmo alguns sindicatos a desconfederar-se – casos, designadamente, dos Telégrafo-Postais de Lisboa e dos Rurais de Lisboa; outros organismos pedem moratórias à Confederação, como os Telégrafo-Postais do Porto⁶²; outros ainda deixam de utilizar o “expediente confederal” (cadernetas, verbetes e selos-quotas), eximindo-se desta forma ao pagamento das quotas para a USO, Federação e CGT⁶³.

Nem todas as desconfederações são motivadas por dificuldades financeiras dos sindicatos; paralelamente, há sindicatos que abandonam a CGT por razões de natureza estritamente sindical – em Lisboa, a saída dos Sindicatos dos Correeiros, dos Barbeiros, dos Chapeleiros e dos Manipuladores de Pão, em Novembro-Dezembro de 1922⁶⁴, relacionada com o conflito entre sindicalistas revolucionários e sindicalistas comunistas, e o já referido do Sindicato Único Metalúrgico de Cascais; registam-se, todavia, novas adesões à CGT, caso, em Dezembro de 1922, dos Refinadores de Açúcar do Porto e dos Rurais de Pinhal Novo.

Refira-se, finalmente, as consequências maiores decorrentes da desconfederação do Sindicato dos Rurais de Lisboa, que tornou impossível a representação da Federação dos Rurais no Conselho Confederal por um operário da respectiva classe, como

Metalúrgica refere que, tendo suscitado em Conselho Confederal a questão da “cisão” operada pelos soldadores, tinha verificado praticamente a concordância da CGT com esse processo, acompanhada de insinuações de que, com a sua “leitura” dos sindicatos únicos por matéria-prima a Federação Metalúrgica pretendia absorver todas as classes (AB, 18-08-1923); face à posição da CGT neste processo, o Sindicato Único Metalúrgico de Cascais delibera desconfederar-se (*idem*, *idem*).

⁵⁹ AB, 08-12-1922.

⁶⁰ AB, 01-07-1923.

⁶¹ Em Lisboa foi aberta uma subscrição com o fim de recompor as finanças da USO local, em Setembro de 1922; a USO-Porto, em Novembro de 1923, procura ainda pagar um empréstimo de 12 mil escudos contraído quando da greve dos Mineiros de S. Pedro da Cova (AB, 24-11-1923).

⁶² Sobre a situação dos Telégrafo-Postais, veja-se AB, 18-04-1923. Quanto aos Rurais de Lisboa, a sua desconfederação deixou a Federação dos Trabalhadores Rurais sem representação directa no Conselho Confederal, onde passou a ser representada por um ferroviário (“Conselho Confederal [relato da reunião de 16-11-1922]”, AB, 17-11-1922, e [Relato da reunião do Conselho Federal da Federação dos Trabalhadores Rurais], AB, 31-03-1923).

⁶³ Vide nota da Federação dos Trabalhadores Rurais aos sindicatos federados, AB, 29-09-1923.

⁶⁴ AB, 05-11 e 08-12-1922. Note-se que, de acordo com o estatuto Confederal, os sindicatos (com excepção dos Nacionais e dos Isolados) deveriam integrar as USO das suas localidades, a Federação da respectiva indústria e a CGT; mas esse princípio era muitas vezes contornado – neste período, por exemplo, referencia-se na categoria das irregularidades o Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa que, não sendo federado (na Federação dos Empregados no Comércio, em conformidade com o modelo organizativo vigente) integra a USO-Lisboa (AB, 08-12-1923).

mandavam os estatutos da CGT, passando aquela Federação a ser representada, a partir de então, por um ferroviário⁶⁵.

Um curioso diagnóstico da situação da CGT, em Outubro de 1923, dá a organização cegetista com 100 mil trabalhadores confederados, agrupados em mais de 400 organismos, dos quais 8 federações de indústria, 2 sindicatos nacionais (Arsenais de Marinha e Exército), sindicatos isolados por não terem federação, 9 Uniões locais (Lisboa, Almada, Setúbal, Faro, Beja, Évora, Porto, Braga e Viana do Castelo). «Esta organização sindicalista», prossegue o mesmo documento, «é muito pesada na sua estrutura, pelo que não tem facilidade de deslocação. Os sindicatos e federações são organizados ao acaso, dando-se por esse facto numerosas anomalias, que circunstâncias ocasionais não podem resolver. A própria CGT, fundada em 1919, não tem serviço de secretaria, de estatística, de inquéritos, etc., e o seu único órgão é um comité de 5 membros, que pouco mais podem fazer além do expediente cotidiano. O desconhecimento completo, por parte dum grande número de militantes, dos problemas económicos e sociais e a falta de elementos de cultura, são causas da insuficiência das organizações em face dos altos problemas»; sobre as Juventudes Sindicalistas, é referido que têm cerca de 3 mil filiados⁶⁶.

2.1. As tarefas trazidas da Covilhã e outras urgentes – a descentralização da propaganda e do funcionamento do Comité Confederal

A expansão da organização sindical fora dos maiores centros constitui um dos grandes desafios que desde muito cedo se colocaram à CGT. No rescaldo do Congresso Operário da Covilhã, esse é precisamente um dos pontos que o novo secretário-geral identifica como prioritário – em declarações a Mário Domingues, Santos Arranha deixa então o seu ponto de vista: «creio que a CGT deverá criar secções de propaganda na província, procedendo-se assim a um trabalho de descentralização absolutamente necessário», no Norte, «velha aspiração do proletariado do Porto [...] onde há militantes conscienciosos e competentes», irradiando dali para as «províncias circunvizinhas», na Covilhã e em Évora.⁶⁷ A perspectiva é dar mais consistência ao trabalho sindical, a nível local, com o envolvimento de militantes sindicais de Lisboa e Porto, de forma permanente, para ultrapassar a ineficácia das acções esporádicas de “propaganda na província” no 1º de Maio, nas vésperas dos congressos corporativos ou, pontualmente, de deslocações de delegados das principais Federações sindicais, para trabalho sindical

⁶⁵ “Conselho Confederal [relato da reunião de 16-11-1922]”, *AB*, 17-11-1922.

⁶⁶ “Relatório enviado pela União Anarquista Portuguesa ao Congresso Anarquista Internacional, realizado nos dias 8, 9, 10, 11 e 12 de Outubro de 1923 nos arredores de Paris”, in Edgar Rodrigues – *A resistência anarco sindicalista à ditadura – Portugal, 1922 -1939*, pp. 347-356.

⁶⁷ *AB*, 18-10-1922.

no âmbito das respectivas classes, com especial destaque para os dirigentes da Construção Civil e dos Metalúrgicos (que, especialmente para esse fim, também dispõem estatutariamente de comités ou secções de propaganda no “Norte”, isto é, no Porto), de elementos do Comité Confederal e do próprio secretário-geral. Acções essas que têm custos elevados para as capacidades dos organismos, isoladamente, sendo frequentes as referências à falta de meios para lhes dar execução⁶⁸ – o envio de delegados a partir de Lisboa implica o pagamento de despesas de transporte, estadia, alimentação e ainda o pagamento dos dias de trabalho perdidos por esses delegados.

Nos meses de Novembro de 1922 a Janeiro de 1923, identificam-se diversas missões de propaganda sindical, envolvendo delegados de Lisboa e do Porto, a norte (Vila do Conde, Viseu), centro (Covilhã) e sul (Santiago Cacém e outros no Alentejo); no princípio do ano de 1923 o Comité Confederal ocupa-se da propaganda, levando um documento à aprovação do Conselho Confederal, que o aprova na reunião de 15 de Janeiro⁶⁹. Nos seus objectivos, em tal matéria, a CGT declara pretender que a massa operária vá além das «manifestações egoísticas e interesseiras» das reivindicações económicas, que constituem a mola real das movimentações sociais, orientando-a para acções dirigidas à «consecução da Sociedade que idealizamos»; está em causa, refere-se no documento, o trabalho sindical em todo o país, e, salienta o documento, não apenas em regiões recônditas, mas inclusive às portas de Lisboa, acreditando-se que, a custos comportáveis, seria possível fazer crescer a organização sindical de forma continuada e sustentada, «levantar organismos decaídos ou atrofiados e criar possivelmente novos organismos», apoiando (e apoiando-se em) «elementos locais aproveitáveis», num esforço coordenado pela CGT.

O caminho é, pois, a criação de quatro delegações confederais de propaganda, no Porto (com acção no Douro, Trás-os-Montes e Minho), na Covilhã (com acção nas Beiras Alta e Baixa), em Évora (com acção no centro e sul do Alentejo) e em Faro (para o Algarve), ficando a parte norte do Alentejo, a Estremadura, Ribatejo e Oeste a cargo da estrutura central (Lisboa) da CGT; cada delegação teria 5 membros, com funções de orientação do trabalho sindical, «apenas com uma relativa autonomia», a indigitar pelas USO locais, integrando sempre que possível elementos ferroviários, com relações muito próximas com as Federações e Uniões de Sindicatos, actuando sob a égide da estrutura central da CGT e em ligação permanente com esta; quanto aos fundos necessários para o funcionamento desta nova estrutura, preconizava-se que saíssem «gradualmente» da verba confederal destinada à propaganda, distribuída, por áreas, da seguinte forma:

⁶⁸ Ver, designadamente, no mês de Janeiro a Março de 1923, referências a esta temática nos relatos das reuniões corporativas dos Metalúrgicos e da Construção Civil, na secção “Vida Sindical”, de *A Batalha*.

⁶⁹ “Bases para a criação das delegações confederais de propaganda”, aprovadas em sessão do Conselho Confederal de 15-01-1923 (*AB*, 19-01-1923).

Lisboa, 40%; Porto, 20%; Covilhã e Évora, 15% cada, e 10% para a delegação de Faro, admitindo-se que o Comité Confederal pudesse alterar essa distribuição.

O Conselho Confederal considera que a delegação confederal do Porto poderá constituir-se de imediato e as restantes começarem a funcionar no 1º de Maio de 1923. Mas, mais uma vez, a verificação da necessidade não foi suficiente para garantir o sucesso da iniciativa, que desde o princípio surge ameaçada pela incerteza da disponibilidade dos meios financeiros necessários; depois, a fórmula encontrada de designação dos seus membros colocava problemas de execução – as USO, às quais estava cometida essa prerrogativa, evidenciavam um funcionamento muito irregular, por exemplo em Faro, e na Covilhã sequer existia; além disso, adivinhavam-se problemas na articulação das delegações confederais de propaganda com as estruturas organizativas existentes, em especial no Porto, com as secções de propaganda das Federações já existentes, sendo evidente a desconfiança destas últimas em relação àquelas, referenciando-se queixas de que a Confederação (e o Comité Confederal de Propaganda, de Lisboa) tinha sobretudo em vista desviar estruturas, recursos e militantes das classes melhor organizadas (Construção Civil e Metalúrgicos) em prejuízo destas; alguns militantes mais activos recusarão mesmo integrar as delegações confederais de propaganda.

Ao mesmo tempo, ainda nos primeiros meses de 1923, a CGT empreende dois outros passos, um que visa dar cumprimento às deliberações do Congresso da Covilhã, o outro que tem relação com as discussões aí realizadas, sobre a administração da CGT: o primeiro, através da criação do Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade, para assistência jurídica e apoio material aos presos por questões sociais confederados, na linha da tese que a USO-Lisboa levava ao Congresso Nacional e aí aprovada, cuja aplicação, por se tratar de matéria muito sensível, viria no futuro a gerar críticas e a criar atritos⁷⁰; o segundo foi a adopção, pelo Comité Confederal, de um regulamento interno do seu funcionamento, que em certa medida acolhe apreciações críticas (que se haviam manifestado também no Congresso da Covilhã, quando da discussão da segunda parte da tese “Organização Social Sindicalista) sobre o modo de funcionamento daquele órgão confederal e sobretudo a concentração de poderes no secretário-geral e o seu afastamento do exercício da profissão, exercendo em exclusivo

⁷⁰ AB, 25-02-1923. O apoio aos presos gerou sempre problemas pontuais; um ano antes, na carta já citada em que anunciava a demissão dos cargos na USO-Lisboa, José de Sousa se queixava de lhe ter sido negado o subsídio a que se julgava com direito, alegadamente por ter sido preso por comunista e não como sindicalista; já em 1923, novas situações se vieram a colocar – o Sindicato dos Manipuladores de Pão, de Lisboa, tendo solicitado apoio do Secretariado Nacional para dois elementos da classe que se encontravam presos, o mesmo subsídio foi negado, a pretexto de o sindicato só se ter confederado depois da prisão de alguns dos seus associados, para poder beneficiar do apoio; chamado a pronunciar-se, o Conselho Confederal reafirmou o princípio regulamentar de o direito em causa pressupor que o sindicato estar confederado há mais de 3 meses “Conselho Confederal [relato da reunião de 01-10-1923]”, AB, 03-10-1923.

funções sindicais remuneradas, como se verificara com Manuel Joaquim de Sousa, na vigência do anterior Comité Confederal – pretendendo contrariar essa prática, em nome de um desígnio de moralização e de oposição a uma «burocracia perniciosa», potencializadora de «um centralismo antagónico com a estrutura e essência do Sindicalismo», o Comité adopta um modelo de funcionamento descentralizado «quanto possível», visando o exercício efectivo das funções atribuídas por cada um dos seus membros: não há ninguém a tempo inteiro no Comité Confederal – as responsabilidades são distribuídas de forma equitativa entre o secretário-geral (que fica responsável pela correspondência do exterior, estudos e pareceres, circulares e mais elementos de orientação geral), o secretário-adjunto (que tem a cargo a correspondência interna com os organismos confederados) e o secretário administrativo (que elabora a correspondência administrativa e o expediente de cobrança); cada um deles está dois dias na CGT, sendo substituídos nos seus impedimentos pelos restantes elementos do Comité, cujas funções são as fixadas nos estatutos; em comissões para tratar de quaisquer questões com entidades externas à organização, estarão sempre pelo menos dois elementos do Comité, cabendo-lhes somente a remuneração, pelo tempo do exercício das delegacias confederais «pelos salários de oficina, sem quaisquer percentagens eventuais». Tratava-se efectivamente de uma quebra com anteriores práticas, assumindo o Comité que «esta distribuição não implicará deturpação ou alteração do Estatuto Confederal, cujo respeito nas restantes determinações será observado»⁷¹.

Durante o ano de 1923, outros organismos entram no Conselho Confederal, juntando-se aos 10 referenciados na primeira reunião depois do Congresso da Covilhã, tendo este órgão reunido neste período com entre 10 e 16 representações corporativas, de um total de 22 organismos que se assinala, então, terem estado representados naquele órgão – USO's de Viana do Castelo, Porto, Lisboa, Almada, Seixal, Évora e Faro; Federações do Calçado, Couros e Peles, da Construção Civil, Corticeira, Empregados no Comércio, Livro e Jornal, Marítima, Metalúrgica, Mobiliária e Rural; Sindicato Nacionais do Arsenal do Exército, do Arsenal de Marinha e Chauffeurs; Sindicatos Isolados dos Mineiros de Aljustrel, Têxteis de Manteigas e Sindicato de Lourenço Marques.

CONGRESSOS CORPORATIVOS. Neste período de cerca de um ano, as estruturas sindicais de várias classes reúnem os seus congressos – Rurais, Professores Primários, Empregados no Comércio e, mais importante porque dela resulta a criação da respectiva

⁷¹ “Regulamento do funcionamento interno do Comité Confederal”, *AB*, 03-04-1923. Recordar-se que o Congresso da Covilhã aprovava uma moção no sentido de «uma boa distribuição dos serviços entre os elementos do Comité Confederal», ao mesmo tempo que remetia para o próximo Congresso Nacional uma possível alteração dos estatutos da CGT no respeitante à estrutura administrativa da Confederação e ao papel do secretário-geral.

Federação, os Tanoeiros – assinalando-se também a realização de uma conferência dos sindicatos locais de Braga.

[TRABALHADORES RURAIS] A organização sindical dos trabalhadores rurais reúne o seu 5º congresso em Évora, na sede da União de Sindicatos, em 16 e 17 de Dezembro de 1922, com a adesão de 39 sindicatos, chegando a reunir 59 delegados; presente o secretário-geral da CGT José Santos Arranha, Mário Castelhana em representação da Federação dos Ferroviários e Francisco José Cascalho da USO-Évora⁷².

Na ordem de trabalhos, a apreciação do relatório da comissão administrativa da Federação, que foi aprovado, e a discussão de várias teses: “A socialização da propriedade agrária e organização do trabalho”, também aprovada, preconizando a socialização integral e absoluta das terras, alfaias, máquinas, gado de tracção, de criação e de engorda, celeiros e lagares, a divisão das terras por concelhos ou freguesias e entregue aos sindicatos que estabelecerão o regime colectivo de trabalho, sendo realçada a conveniência da distribuição pelos produtores de uma parte dos lucros líquidos de exploração; a tese “A terra e a sua cultura”, que entre outros pontos se refere à utilização de adubos químicos na agricultura, foi também aprovada, assim como a tese “A mulher e os menores na indústria rural”, que afirma a necessidade de ser restringido o trabalho das mulheres às actividades da monda, vindima e apanha azeitona, a proibição de trabalho aos menores em idade escolar e a igualdade de salário de homens e mulheres para trabalho igual.

Um outro ponto em apreciação, que aliás transita de anteriores reuniões dos assalariados rurais e para o qual persistentemente os seus dirigentes convocavam a sensibilidade da organização operária, da necessidade de organizar os rurais das Beiras, porque são os que mais prejudicam os do Alentejo, foi aqui reafirmada, um tema sobre o qual se pronunciou também o secretário-geral da CGT, que salientou que nessa questão em concreto muito bons resultados se anteviam do trabalho a desenvolver pelas das futuras delegações confederais de propaganda. Mário Castelhana, em nome da sua Federação, a convite da Federação dos Rurais, apresentou no congresso uma tese sobre as relações entre os trabalhadores rurais e os trabalhadores ferroviários, aprovada no congresso ferroviário seis meses antes.

Em todo o congresso transpareceu a dinâmica do secretário-geral da Federação dos Trabalhadores Rurais, Vital José, também o maior dinamizador da comissão organizadora, que igualmente integrava, na redacção e discussão das teses.

Depois do Congresso dos Rurais, durante mais de seis meses não se realizam congressos federativos, que regressarão somente em Agosto de 1923; a abrir esse ciclo,

⁷² Sobre o Congresso dos Trabalhadores Rurais, veja-se *AB*, 15 a 19-12-1922, onde se inclui o relato dos trabalhos.

uma conferência dos sindicatos de Braga e os congressos dos professores primários, seguindo-se congressos dos sindicatos dos Tanoeiros e dos Empregados no Comércio.

[CONFERÊNCIA INTER-SINDICAL DE BRAGA]⁷³ Reúne em Braga, em 5 de Agosto de 1923, na sede dos Sindicatos dos Operários Chapeleiros e dos Manufactores de Calçado, com o objectivo de robustecer a organização operária local. Participam, além de militantes de vários sindicatos locais, como a Construção Civil, Metalúrgicos, Liga de Artes Gráficas, Manipuladores de Pão e Calçado, Couros e Peles, dois elementos da Delegação Confederal de Propaganda do Norte, Felisberto Baptista e Inácio dos Santos Viseu, do Porto.

Refere-se na Conferência o estado de desorganização e decadência da maioria dos sindicatos e da própria USO, provocado por intrigas e ataques pessoais, a que a conferência inter-sindical – resultante de uma reunião de direcções e militantes «que por causas várias se encontravam afastados» – visa pôr cobro.

Os principais assuntos em discussão são a reorganização da USO-Braga, que os representantes dos sindicatos presentes se propõem promover; a criação de uma biblioteca de estudos sociais na sede da USO e a publicação, por esta, de um boletim operário; o valor das quotas sindicais e a forma de as cobrar (sendo referido que um sindicato não usa os selos-quota confederais); e a necessidade de organização da propaganda sindical, alvitando-se para o efeito a colocação de militantes do Porto nas várias indústrias, em Braga, referenciando-se em matéria de propaganda a existência de uma dificuldade adicional, pelo facto de a maioria dos operários residirem nas aldeias e não na cidade, furtando-se por consequência à participação na actividade dos sindicatos.

Estão também presentes três delegados do sindicato da Construção Civil de Ferrol, que fazem campanha em Braga, e intervêm na Conferência, no sentido de que os operários locais não vão trabalhar para aquela localidade em Espanha, onde os operários do sector estão em greve.

[CONGRESSO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO]⁷⁴ - Cerca de 400 congressistas reúnem-se em Leiria, no Congresso do Professorado Primário, nos dias 16 e 17 de Agosto de 1923, para discutir, entre outros temas, a alteração dos estatutos da sua Associação, a questão dos vencimentos e a reforma do ensino.

O secretário-geral da CGT intervém na sessão de encerramento, com um discurso em que «exprime o desejo de ligação entre manuais e intelectuais na defesa do bem da humanidade.

⁷³ Veja-se AB, 07 e 08-08-1923.

⁷⁴ A *Batalha* referiu-se ao Congresso dos Professores Primários nas suas edições de 12 e 15 a 18-08-1923.

Havia a expectativa de que o Congresso decidisse a adesão à CGT; nesse sentido se tinham pronunciado alguns elementos da classe⁷⁵, que não veio a concretizar-se.

[CONGRESSO DOS TANOEIROS]⁷⁶ Reúne em Lisboa, na sede da Associação dos Caixeiros, em 26 e 27 de Agosto de 1923 o Congresso dos Operários do Ramo da Tanoaria, com a presença de 23 delegados, em representação de 5 sindicatos e respectivas delegações.

Presente o secretário-geral da CGT, estando ausente o representante da USO-Lisboa, devido ao movimento em curso na cidade em favor do barateamento do preço do pão.

Discutido e aprovado o relatório da comissão organizadora e o estatuto da futura Federação dos Operários do Ramo de Tanoaria e Anexos, criada neste Congresso, que aprovou também a transformação das secções em sindicatos ao atingirem 20 sócios. e teses “Imprensa e Instrução Técnica e Literária”, tese sobre a abolição da empreitada na indústria de tanoaria, tese sobre maquinaria na indústria, desenvolvimento da capacidade industrial e regulamento da aprendizagem,

Polícia invade as instalações, ordenando o encerramento do congresso; presos Santos Arranha e Fausto Teixeira; comissão avista-se com o governador civil, que autoriza prossecução dos trabalhos, mantendo-se aqueles presos; eleita comissão administrativa e deliberado que o próximo congresso se realize em Esmoriz; debatida ainda a animosidade existente entre a classe do Norte e a do Sul.

Alguns pontos de ordem do SG da CGT: não colaboração da classe na feitura de regulamentos, elaboração de pareceres, etc do governo por anti sindicalista; os Mecânicos em Madeira deverão de futuro organizar-se à parte, por serem subsidiários de diversas indústrias;

[EMPREGADOS NO COMÉRCIO] O VIII Congresso dos Empregados no Comércio⁷⁷ reúne no Porto, a partir de 2 de Setembro, com a presença de delegados de 40 associações, num total de 90 congressistas, dos quais 3 espanhóis, representando a Federação congénere e a Vanguardia Mercantil de Madrid; pela CGT, Santos Arranha, o secretário-geral.

Discutem-se os relatórios das Juntas Executivas Norte e Sul, relatórios sobre o cofre de resistência, deliberando-se a sua extinção, por ineficaz, acolhendo-se os Empregados no Comércio ao Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade, no

⁷⁵ Ver, por exemplo, Carvalhão Duarte – “O professorado primário”, *AB*, 08-08-1923, que intervém no Congresso para criticar o não envio de delegado da classe ao Congresso da Covilhã e o desprezo manifestado em relação ao 1º de Maio.

⁷⁶ Relato das sessões do Congresso dos Tanoeiros em *AB*, 01, 02 e 04-09-1923. Os sindicatos representados foram: Tanoeiros do Porto e Gaia, Tanoeiros de Lisboa, Tanoeiros de Almada, Moços dos Armazéns de Vinhos de Lisboa e Mecânicos de Tanoaria de Lisboa; secções de Dois Portos, Alcobaça, Torres Vedras, Bombarral, Figueira da Foz e Vila Franca de Xira.

⁷⁷ *AB*, 02, 04, 07, 08, 09, 11, 13 e 15-09-1923

âmbito da CGT. O ambiente foi, em geral muito tenso, com acusações à Junta Sul, com forte preponderância de sindicalistas comunistas, de manobras no “recrutamento” de delegados, alegadamente para garantir uma “adequada” deliberação no que respeita às Relações Internacionais.

Discutida ainda a questão da presença de patrões em algumas associações, sendo aprovado que eles saiam (ainda que algumas associações declarem que, saindo aqueles, as associações se vão extinguir). Na discussão da nova da organização e o projecto de estatutos confrontam-se duas posições: Norte (Luís António de Carvalho à cabeça): de manter estrutura, com duas Juntas Executivas; Sul, com centralização. Os delegados do Norte afirmam haver uma tentativa de subalternização do Norte, a favor do Sul, como acontece com toda a organização e declaram recusar-se a participar em mais discussões, ameaçando mesmo retirar-se do Congresso, mas acabam por aceitar alvitre do secretário-geral da CGT, também presente, para ser encontrada uma solução de consenso que dirima o conflito; na sessão seguinte, delegados do Sul e indirectos não comparecem, deliberando maioritariamente abandonar o Congresso, que prossegue. A tese de Relações Nacionais foi aprovada, com permanência dos Empregados no Comércio na CGT, e em relação às Relações Internacionais, o Congresso pronuncia-se pela Internacional de Berlim.

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – AIT, CNT E ISV

3.1. A CGT membro-fundador da AIT e o referendo de adesão

A questão das relações a estabelecer pela CGT com as organizações sindicais internacionais continuou a suscitar polémica depois do Congresso Operário da Covilhã, onde se pretendeu, de vez, sem êxito, pôr-lhe um ponto final. Depois daquele congresso, mantiveram-se as polémicas, então centradas em dois aspectos: o primeiro, de substância, se o Congresso tinha deliberado, ou não, a adesão da Confederação portuguesa à futura Internacional Sindical de Berlim; o segundo, sobre a natureza vinculativa de tal deliberação, afinal por uma minoria das organizações confederadas, num ambiente confuso e conturbado.

Nos dias seguintes ao Congresso, *A Batalha* afadiga-se na “leitura” dos acontecimentos e das deliberações, tornada necessária, como se escreve em 14 de Outubro de 1922, porque «a questão das relações internacionais não foi por alguns camaradas bem compreendida ou pelo menos a decisão da Covilhã e nós somos por isso forçados a ter que nos ocupar dela algumas vezes mais».

Quanto à questão da substância das deliberações, a direcção da CGT afirma que «a significação dos votos da Covilhã constituiu uma afirmação de consciência revolucionária como resultado duma discussão apaixonada, mas serena», evidenciando-se o facto de aquele ter sido um tema que suscitou o interesse geral dos congressistas

(40 inscrições para falar e 20 intervenções); a deliberação de adesão aos princípios da Conferência de Berlim, dos sindicalistas revolucionários, acrescenta-se, representa uma opção pela autonomia da organização sindical em face dos partidos políticos e do Estado, sendo que a propósito desta acção de esclarecimento é «destruir equívocos» e «desfazer ‘sarilhos’», combatendo assim quantos querem, pela via da contestação das decisões do Congresso, «levar a água ao moinho das suas conveniências partidárias e políticas» (os partidários da ISV), trabalhando assim, objectivamente, na propagação do «vírus da dissolução» na organização operária⁷⁸.

Sobre a representatividade e carácter vinculativo das decisões tomadas, defende que, embora tendo sido votada por um número reduzido de delegados ao Congresso, a moção havia sido «coroadada com uma salva de palmas» quando da sua leitura, num momento em que «o Congresso estava na sua máxima força de representações», pelo que «aquela moção considerava-se por assim dizer aprovada desde logo por aclamação pela maioria do Congresso», tanto mais que estava em coerência com os «princípios morais que sempre caracterizaram a organização revolucionária portuguesa» e em conformidade com a tese “Organização Social Sindicalista” antes aprovada pelo mesmo congresso⁷⁹.

Em Dezembro de 1922 reuniu em Berlim o I Congresso Internacional dos Sindicalistas Revolucionários. Vindo a assumir estatuto de fundador da AIT, a representação da CGT portuguesa nessa reunião, que se realizou entre 22 daquele mês e o dia 2 de Janeiro de 1923, foi através de um delegado indirecto. Duas circunstâncias – tempo e dinheiro – fizeram com que assim fosse: recebido na CGT o convite para estar presente naquele congresso, o Comité Confederal levou o assunto à reunião do Conselho Confederal de 1 de Dezembro, tendo os delegados presentes aprovado uma proposta de participação da CGT, através do secretário-geral, estipulando, todavia, que para tal não se contraísse qualquer empréstimo; na prática, ao deliberar desta forma, os delegados do Conselho inviabilizavam a deslocação, em virtude do estado deplorável das finanças confederais; além disso, o *timing* da decisão não deixava tempo suficiente para organizar a viagem, gorando-se assim a participação directa da Confederação portuguesa.⁸⁰

No congresso constitutivo da AIT participaram organizações que se reclamavam do sindicalismo revolucionário da Europa (Alemanha, Checoslováquia, Dinamarca,

⁷⁸ AB, 12-10-1922.

⁷⁹ AB, 14-10-1922. Outros artigos se seguem no mesmo sentido – vejam-se: “Remodelação difícil” (*idem*, 18-10-1922), sobre a representação na ISV e na Internacional de Berlim, adiantando-se que a CGT portuguesa teria na primeira 2 votos, contra os 7 atribuídos a uma organização com 1 milhão de trabalhadores sindicalizados, enquanto na segunda a relação seria de 1 voto contra 3; “Uma só Internacional, mas autónoma, sem subordinação forçada a partidos políticos, verdadeiramente sindicalista revolucionária - eis o que é necessário, eis o que pretendeu o Congresso da Covilhã” (AB, 20-10-1922)

⁸⁰ Sobre os factos referidos, veja-se, por exemplo, o relatório do Comité Confederal apresentado ao Congresso Confederal de Santarém.

Espanha, França, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, Rússia e Suécia) e da América (Argentina, Chile e México), que aprova uma declaração de princípios, nos termos do documento aprovado na Conferência preliminar sindicalista revolucionária de 1922, e os estatutos da nova Internacional dos Trabalhadores, que se reclama herdeira da organização com o mesmo nome, formada na segunda metade do século XIX.

Tendo participado no Congresso através de delegado indirecto, a CGT enviou um relatório com o ponto de situação da organização sindical e da actividade em Portugal, um documento de 15 páginas que *A Batalha* veio a publicar no mês de Janeiro de 1923⁸¹.

Nesse documento a CGT caracteriza o proletariado português como «simplista e de carácter franco [...] adverso a qualquer pressão estranha» e mais receptivo à propaganda libertária, do que «a qualquer fórmula estatal», apresentando Portugal como um país onde «pelo menos 75% da população abandonou os trabalhos úteis e passou a viver parasitariamente»; traça um quadro genérico da actividade económica em Portugal e do estado de desenvolvimento e importância relativa das diversas indústrias (conserveira, corticeira, metalúrgica, mobiliária, vestuário e calçado, construção civil e transportes), identificando o Porto, Lisboa, Covilhã, Setúbal e Olhão como os principais centros industriais. Apresenta a história do sindicalismo no país, a formação da CGT, a constituição dos sindicatos únicos e os congressos corporativos realizados, referindo-se seguidamente ao impulso gerado pela Revolução Russa, o envio de um delegado àquele país e as peripécias do seu regresso como «representante da I.S.V.», a constituição do Partido Comunista, a publicação do seu manifesto e da “nota oficiosa” do Comité Confederal, as peripécias posteriores entre sindicalistas revolucionários e comunistas, o «estado geral de enervamento [em que decorreu o Congresso da Covilhã, cujos] trabalhos foram em grande parte relegados para um futuro Congresso Nacional ou Conferência», a discussão da tese “Relações Internacionais” e a opção, pelos congressistas, «com entusiasmo pela aceitação dos princípios da Conferência de Berlim», para declarar, em síntese, no que respeita às relações com os «adeptos da I.S.V. [...] que] não se nos afigura possível uma ligação ou entendimento entre as duas tendências». Quanto à representação, a CGT declara-se com 150 mil aderentes, organizados em 223 sindicatos, 9 federações e 17 uniões locais.

Como base programática da acção a desenvolver, a AIT adoptou nesse congresso os seguintes princípios⁸², que a CGT portuguesa vem a assumir como seus:

⁸¹ “Relatório da C.G.T. portuguesa ao I Congresso Internacional dos Sindicalistas Revolucionários, em Berlim”, *AB*, 23 a 30-01-1923.

⁸² Reproduzido, em versão livre, de Augustin Souchy – “L’Association Internationale des Travailleurs”, *Encyclopédie anarchiste*, t. 1 (A-E).

1- O sindicalismo revolucionário baseia-se na luta de classes e tende à união de todos os trabalhadores manuais e intelectuais nas organizações económicas de combate pela sua libertação do salariato e da opressão do Estado;

2- Os seus fins são a reorganização da vida social com base no comunismo livre, por meio da acção revolucionária da classe operária, cujas organizações são as únicas capazes de realizar essa tarefa;

3- O sindicalismo revolucionário é inimigo de todos os monopólios económicos e sociais, do Estado e dos partidos e do monopólio do poder, mesmo na forma de ditadura do proletariado, e luta pela supressão de todos eles;

4- O sindicalismo revolucionário tem uma tarefa dupla: primeira, a realização da luta revolucionária quotidiana visando a melhoria económica social e intelectual da classe operária nos quadros da sociedade vigente; segunda, a realização do seu objectivo final – a elevação das massas à gestão independente da produção e da distribuição, assim como a tomada de posse de todas as ramificações da vida social.

5- O sindicalismo revolucionário combate o centralismo, que não é mais do que a organização artificial, de cima para baixo, nas mãos de apenas alguns, de tudo o que interessa à comunidade, opondo-lhe a perspectiva de uma organização federalista, organizada de baixo para cima, numa união livre de todas as forças com ideias e interesses comuns;

6- O sindicalismo revolucionário rejeita a actividade parlamentar e a colaboração com todos os organismos legislativos, é contra a existência de fronteiras políticas e nacionais e combate o militarismo e o autoritarismo;

7- O sindicalismo revolucionário é inimigo da violência organizada nas mãos do Estado, mas afirma a legitimidade da violência contra os métodos de violência das classes dominantes, na luta pela expropriação dos meios de produção e da terra pelo povo revolucionário;

8- O sindicalismo revolucionário coloca-se no terreno da acção directa; os seus meios de luta são a greve, a boicotagem, a sabotagem, etc., e a sua expressão mais profunda é a greve geral revolucionária, que deve ser o prelúdio da revolução social.

A partir de então, a CGT portuguesa manteve correspondência regular com a Internacional sindicalista revolucionária e as comunicações recebidas desta passam a ser assunto corrente de trabalho no Conselho Confederal.

Mas, a controvérsia sobre as relações internacionais continuava na agenda da organização confederal portuguesa. Nas vésperas do congresso constitutivo da Internacional de Berlim, os partidários da Internacional Sindical Vermelha – uma boa parte destes sindicalistas confederados – divulgam um manifesto daquela organização dirigido ao proletariado português, no qual reeditam as críticas que vinham fazendo à CGT: de os seus dirigentes estarem a manipular a organização operária, levando-a a

aderir à nova Internacional, por vontade própria, com base numa equívoca decisão do Congresso da Covilhã, tomada por expressão da vontade maioritária dos organismos confederados e sem dar espaço à discussão, designadamente impedindo a publicação em *A Batalha* de posições divergentes, apelando aos operários confederados no sentido de imporem «uma nova directriz à sua CGT»⁸³. Em 24 de Dezembro de 1922, o Comité Confederal responde àquele manifesto: proclamando a CGT como «único organismo representativo» do proletariado português, o comunicado acusa os autores do Manifesto de pretenderem com ele «confundir, deturpar e caluniar», afirmando a clareza, a legitimidade e o valor das decisões do Congresso da Covilhã em matéria de relações internacionais e o facto e as mesmas deverem ser acatadas por todos dentro da organização, reafirmando as críticas à Internacional de Moscovo e à sua sujeição ao «Partido Comunista Autoritário»; o tom geral é de grande violência verbal, mas mesmo assim o comunicado do Comité proclama que o mesmo não deverá ser entendido como «um rompimento absoluto de relações» com os sindicalistas comunistas, afirmando o desejo da organização confederal de «ombrear com os seus irmãos de tendências diferentes, mas sem a pretensão estulta de absorver ou ser absorvido»⁸⁴.

Mas, também dentro da organização se manifestavam reticências sobre tão sensível matéria e isso ficou claro com a afirmação de discordâncias pontuais quando da discussão nos organismos confederados dos relatórios dos respectivos delegados ao Congresso da Covilhã⁸⁵: o primeiro, aconteceu com os Compositores Tipográficos de Lisboa, onde pontifica Alexandre Vieira, que, na sequência de apreciação do relatório dos seus delegados ao Congresso da Covilhã, decide reprovar a atitude no Congresso de dois dos seus três delegados (Augusto Cadete e Alfredo Rodrigues, sublinhando que só Carlos José de Sousa cumpriu o mandato que levava), e delibera manifestar à CGT a “reivindicação” de não aderir a nenhuma Internacional sem ouvir os sindicatos aderentes ao mesmo Congresso (atente-se no pormenor, de que não serão todos os sindicatos confederados), posto que uma parte deles não se pronunciou, deliberando que a Federação a que o sindicato pertence, a do Livro e Jornal, promova essa audição junto dos organismos federados, levando à CGT os respectivos resultados⁸⁶; esta posição está,

⁸³ O documento, que transcreve uma mensagem da Comissão Executiva da ISV, datada de Moscovo, Outubro de 1922, constitui um dos primeiros manifestos volantes distribuídos pelo PCP, escreve César de Oliveira, que o publicou com o título “Manifesto do Partido Comunista (Federação Municipal de Lisboa)” em *O Movimento Sindical Português: a primeira cisão*, p.147-149.

⁸⁴ CGT-Comité Confederal – “Ao proletariado da Região Portuguesa”, Dezembro de 1922, *AB*, 24-12-1922.

⁸⁵ De uma forma geral, ao discutir os relatórios dos seus delegados ao Congresso da Covilhã, os organismos aderentes deram acordo às deliberações ali tomadas; a investigação não identificou outras situações para além das aqui referenciadas; registe-se ainda a situação peculiar do Sindicato Único da Indústria do Calçado, Couros e Peles do Porto que, em assembleia geral, questionou a abstenção dos seus delegados no Congresso e, «aceitando-a apenas em princípio», fez publicar em *A Batalha* a sua posição a favor da adesão da CGT à Internacional de Berlim. *AB*, 24-12-1922.

⁸⁶ *AB*, 29-12-1922.

aliás, em linha com a adoptada por outras organizações que se reclamavam do mesmo posicionamento “ideológico-sindical”, do lado do sindicalismo revolucionário, caso da IWW norte americana, que na sua 14ª Convenção Anual deliberara não enviar delegado a nenhuma das Internacionais – ISV e AIT – e mandar a sua comissão executiva para desenvolver relações com as duas Internacionais, no sentido de conseguir formar-se uma única Internacional Operária a nível mundial, de que *A Batalha* se fizera eco.⁸⁷

A partir do mês de Fevereiro, a controvérsia nesta matéria alastra dentro da organização; o primeiro acto verifica-se no Porto, na reunião de delegados da USO local, também ao discutir-se o relatório do delegado ao Congresso da Covilhã: os delegados dos Sindicatos do Vestuário do Porto e dos Litógrafos do Porto referem não ser claro que o Congresso se tenha declarado pela adesão a uma Internacional em concreto, porque a maioria dos sindicatos não se pronunciaram sobre o assunto, apresentando uma proposta (não aceite pelo Conselho de Delegados) de que fosse endereçada à CGT uma posição no sentido de, em congresso extraordinário, se debater e deliberar, em definitivo, sobre o assunto⁸⁸.

Para calar as vozes críticas – sublinhe-se, não necessariamente alinhadas com os partidários da ISV – o Comité Confederal empreende uma “fuga para a frente”, submetendo uma proposta ao Conselho, para que este delibere a adesão à AIT, no quadro do que entende terem sido as decisões do Congresso da Covilhã, vindo o Conselho “congelar” tal iniciativa, ao dar aprovação a um requerimento – por sinal, apresentado por um membro do Comité, Jerónimo de Sousa – de suspender a adesão enquanto não fossem publicados os estatutos da AIT no jornal *A Batalha*⁸⁹.

De imediato, o jornal da CGT inicia a publicação desses documentos⁹⁰; isto feito, pareceria não existirem mais impedimentos à adesão; mas, a 25 de Fevereiro, Alexandre Vieira vem colocar a questão num outro patamar, o da competência: o Conselho Confederal, escreve aquele que foi o secretário-geral da UON e o redactor principal de *A Batalha*, é «incompetente para decidir sobre caso de tanta importância, visto que não é aquele órgão da CGT que está apto a deliberar em relação a tão delicada matéria, mas os Sindicatos reunidos em Congresso [pois] o Conselho Confederal, sob semelhante aspecto, tem apenas esta faculdade: a de *executar* as decisões dos Congressos»; esta sua posição, refere Vieira, que seria a mesma tratando-se da adesão à Internacional de Amsterdão ou à Internacional Sindical Vermelha, exprime o entendimento sobre o assunto do seu sindicato e da sua Federação e é a única que respeita os princípios em que assenta a organização operária portuguesa, «essencialmente federalistas, isto é,

⁸⁷ “Na América: Uma decisão internacional prudente”, *AB*, 27-12-1922.

⁸⁸ *AB*, 04-02-1923.

⁸⁹ *AB*, 16-02-1923. Na prática, a apresentação e aprovação daquele requerimento, o que se pretendia, de facto, era desencadear o processo de adesão da CGT à AIT, e não retardá-lo ou condicioná-lo; na data da deliberação do Conselho Confederal os documentos estavam prontos para ser publicados.

⁹⁰ *AB*, 18-02 a 01-03-1923.

[funcionando] de baixo para cima», o que constitui o traço distintivo do sindicalismo revolucionário em relação aos partidos políticos⁹¹.

A opinião expressa por Alexandre Vieira desencadeou muitas outras, alinhadas com a posição do Comité, incluindo o secretário-geral Santos Arranha e dois outros membros do Comité Confederal, Manuel Silva Campos e Joaquim de Sousa⁹², mas também divergentes, estas últimas preconizando que a decisão seja tomada num Congresso dos Sindicatos, uma posição vinda do lado dos *simpatizantes* da ISV, expressa nas colunas de *A Batalha* por Fausto Gonçalves, dos Empregados no Comércio, e numa versão mais contundente por Alberto Monteiro, dos Alfaiates de Lisboa, que se subscreve como «operário, alfaiate, sindicado, unificado e confederado» se afirma favorável à realização de um congresso extraordinário onde, de forma livre «e não como na Covilhã, em que só falavam à vontade aqueles que fossem ‘dos nossos’», se discuta a questão internacional e se eleja novo Comité Confederal em substituição do demissionário, e que, até lá, se publique, em *A Batalha*, «tudo quanto diz respeito à questão internacional, tanto o que se passa com a Internacional de Berlim, como à de Moscóvia, ou seja, a Internacional Sindical Vermelha.»⁹³. Na hipótese de um congresso, colocava-se uma questão adicional: aguardar-se pelo congresso ordinário da CGT ou convocar-se um congresso extraordinário, colocando-se neste caso, além da questão da oportunidade, o problema da incapacidade financeira de muitos sindicatos para suportar os custos do envio de delegados⁹⁴. Uma solução alternativa havia sido proposta, entretanto, de o fazer numa conferência confederal de Federações, Uniões e Sindicatos isolados.⁹⁵

Um mês decorrido sobre o lançamento da polémica, Alexandre Vieira volta às colunas de *A Batalha*: fazendo profissão de fé pelos princípios da Internacional de Berlim, reafirma como inultrapassável que os sindicatos tomem uma decisão, que ainda não tomaram, e que só a eles compete – não necessariamente num congresso, podendo fazê-lo, refere, em duas conferências regionais, no Sul e no Norte, como fizera a UON em 1917, sendo que, com uma consulta livre e «insofismável» aos sindicatos poderá

⁹¹ Alexandre Vieira – “Em torno duma proposta: uma singela opinião”, *AB*, 25-02-1923.

⁹² Referenciam-se outros sindicalistas que tomam posição nesta polémica: F. Bento da Cruz (*AB*, 13-03-1923), M.C. Machado (*AB*, 17-03-1923), Manuel Silva Campos, futuro secretário-geral (*AB*, 25-03-1923), e Joaquim de Sousa (*AB*, 06-04-1923), que defendem que a decisão estava tomada pelo Congresso da Covilhã.

⁹³ Fausto Gonçalves – “Discordância: a opinião dum empregado no comércio”, *AB*, 08-03-1923; Alberto Monteiro – “A questão das Internacionais: primeira forma”, *AB*, 13-03-1923.

⁹⁴ Muitos sindicatos do Norte, talvez a maioria, estariam impossibilitados de se fazer representar num congresso extraordinário, em virtude das enormes despesas que acarretaria a sua representação, refere F. Bento da Cruz, em “A questão das internacionais – a propósito de uma adesão”, *AB*, 13-03-1923.

⁹⁵ António Gomes Ribeiro – “A propósito de um artigo: é preciso falar claro”, *AB*, 07-03-1923.

«talvez pôr-se termo a um desentendimento que se trouxe da Covilhã, o que me parece de utilidade incontroversa para a organização sindicalista portuguesa.»⁹⁶

No princípio de Março de 1923, com a discussão da questão internacional nestes pontos, com evidentes e públicas tensões entre militantes e dirigentes de referência, o Comité Confederal é alvo de críticas, na organização e no Conselho Confederal, de a pretexto da questão “Moscóvia ou Berlim”, tomar atitudes que contribuem para a instabilidade e enfraquecimento da organização operária⁹⁷; a resposta a essa acusação dá-a o próprio secretário-geral, em *A Batalha*: «A Organização, a CGT seu organismo máximo, são ainda a única força moral que se mantém erecta na *débauche* que presenciamos. Será mais forte ainda quando o bom senso unifique e congrege todos aqueles que por momentos, cedendo ao impulsivismo, tomaram por bom o que, no fundo, apenas é especulativo. O pomo da discórdia é, presentemente, uma questão que parecendo mínima para nós é máxima: a escolha de Internacional. [...] Estará a CGT, estaremos nós interpretando o sentir das classes trabalhadoras? Elas o dirão, falando mais alto do que as nossas paixões»⁹⁸.

A circular enviada pela CGT aos Sindicatos confederados em 19 de Abril de 1923 pedia que respondessem à seguinte questão: «Aceitam a adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores?»⁹⁹.

Antes dessa data, entre 14 e 18 de Abril, *A Batalha* publica a prometida análise comentada às alterações introduzidas nos estatutos da ISV durante o 2º congresso da organização, que, supostamente, a teriam autonomizado face à Internacional Comunista; declaradamente, o diário da CGT faz uma análise das referidas alterações e das vantagens que cada uma das Internacionais (AIT e ISV) oferecem ao proletariado – é matéria, citamos, «para ler com serenidade e analisar sem paixões»¹⁰⁰; a concluir o terceiro artigo, em 18 de Abril, escreve-se: «... estes três artigos são o bastante para provar que a táctica e normas da Internacional de Berlim estão absolutamente conformes com a táctica e normas da CGT Portuguesa. Para que deve esta hesitar? Porque não deve ela entrar imediatamente na AIT? Compete aos sindicatos responder a estas perguntas. Ou respondem de conformidade com as suas aspirações, optando pela

⁹⁶ Alexandre Vieira – “Não haverá contradição”, *AB*, 31-03-1923, e “Alvitra-se uma solução”, *AB*, 01-04-1923.

⁹⁷ É curiosa, no quadro desta discussão, a publicação em *A Batalha* de um reporte detalhado sobre as decisões tomadas pelo Comité Confederal Nacional da CGTU francesa, de adesão à Internacional Sindical Vermelha, que pode ser lida como um argumento a favor da reivindicação de competência, para o Comité ou Conselho da CGT, de avançar com a adesão à AIT. *AB*, 18-03-1923.

⁹⁸ José Santos Arranha – “Aclarando situações”, *AB*, 06-03-1923. O desenvolvimento desta questão levaria Santos Arranha a apresentar a demissão de secretário-geral da CGT, que não foi aceite. Ver o próximo subcapítulo, “Problemas na Casa Confederal”.

⁹⁹ CGT - “Circular nº 32”, *AB*, 20-04-1923.

¹⁰⁰ “A questão internacional”, *AB*, 13-04-1923; “Análise serena – a questão das Internacionais”, *AB*, 14, 16 e 18-04-1923.

Internacional de Berlim ou metem-se na boca do lobo, optando pela de Moscóvia.»¹⁰¹ A CGT, através do secretário-geral, não podia ser mais directiva para a população operária confederada que seria, a partir do dia seguinte, chamada às assembleias dos seus sindicatos para votar a resposta ao referendo da Confederação sobre a adesão à AIT.

Quanto a debate público sobre a questão, entre militantes e eventualmente nos organismos sindicais, se existiu, ele não transparece em *A Batalha*, onde não passam as opiniões dos que defendem a adesão à ISV, mesmo quando se trata de documentos votados em assembleias gerais de sindicatos, a motivarem queixas de parcialidade, que se mantêm, contudo, em círculos restritos; disso mesmo dão testemunho, designadamente, José de Jesus Gabriel e Júlio Luís na assembleia magna do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército, referindo-se em concreto a documentos pro-adesão à ISV emanados das assembleias gerais do seu próprio organismo e do seu congénere do Arsenal de Marinha¹⁰².

Em 3 de Abril de 1923 o Conselho Confederal delibera a realização de uma consulta aos sindicatos sobre a adesão à AIT, aprovando uma proposta nesse sentido dos delegados da Federação da Indústria do Mobiliário, José Santos Arranha, secretário-geral da CGT, e José Martins Grilo, que nos considerandos invoca as decisões do Congresso de Coimbra (1919) e do Congresso da Covilhã (1922) sobre as organizações internacionais, a identidade entre os princípios da Conferência de Berlim e os estatutos da AIT e a organização operária portuguesa e a tese “Organização Social Sindicalista” aprovada no Congresso da Covilhã, no entendimento de que, «segundo os estatutos da O.O.P. (Organização Operária Portuguesa) é nos Sindicatos que reside todo o poder deliberativo que encaminha directamente a Central Portuguesa Operária», e na impossibilidade prática, em razão das limitações financeiras da maioria dos sindicatos, de realizar um Congresso extraordinário dos Sindicatos ou Conferências regionais para resolver sobre a questão internacional.¹⁰³ A preceder esta deliberação, o Conselho debatera longamente a questão, gerando-se grande discussão envolvendo delegados pro-AIT e delegados pro-ISV, sustentando estes que a acusações de intromissão do Partido Comunista russo na Internacional Sindical Vermelha tinham deixado de fazer sentido, em resultado das alterações entretanto introduzidas nos estatutos da ISV, vencendo no Conselho a posição de que «afinal se tratava duma mudança de palavras e nada mais», razão pela qual se deliberou publicar em *A Batalha* o texto dessas alterações, «esclarecendo[-se] em comentários que elas em nada modificam a subordinação da organização sindical a um partido político.»

¹⁰¹ *AB*, 18-04-1923.

¹⁰² *O Arsenalista*, 09-06-1923.

¹⁰³ “Conselho Confederal [relato da reunião de 03-04-1923]”, *AB*, 5-04-1923. Américo Nunes – *Diálogo com a história sindical...* (p. 196) dá Santos Arranha como adepto da neutralidade face às internacionais, opinião de que não se referenciaram evidências.

A 27 de Abril já há respostas, vindo a primeira contagem a ser publicada em 10 de Maio: 37 respostas recebidas, 35 pela AIT e 2 pela ISV¹⁰⁴, continuando *A Batalha* depois dessa data a publicar os resultados, com regularidade. Com o referendo em curso, a CGT dá publicidade ao manifesto da AIT “Aos sindicatos revolucionários – Moscóvia ou Berlim”, que, no contexto das discussões e decisões que estão no momento a ser tomadas sobre a «orientação internacional», citando expressamente Portugal, Espanha, Holanda e Argentina, cujas organizações decidiram fazê-lo através de referendo, documento esse que, além de reafirmar que a opção pela Internacional de Moscovo é o caminho para uma dupla submissão das organizações sindicais – por um lado, ao Partido Comunista e ao governo da Rússia, e por outro à Internacional Sindicalista reformista de Amsterdão, instrumento do «imperialismo mundial», nos braços da qual se refere que o governo russo pretende lançar o movimento revolucionário¹⁰⁵.

Ainda em Maio, é publicado em Lisboa o manifesto “Berlim ou Moscou?”, assinado por 21 dirigentes sindicais «comunistas»; o seu veículo de comunicação é o jornal *O Comunista*, então lançado pelo Partido Comunista, que antes realizara o seu I Congresso e passara por um processo de reorganização na linha da Internacional Comunista. O “Manifesto dos 21” expõe as razões por que a organização operária portuguesa deverá dar a sua adesão à Internacional Sindical Vermelha¹⁰⁶, um documento que, entre outras consequências, produzirá uma longa série de 35 artigos, de resposta e crítica àquele manifesto, que *A Batalha* publicará sob o título geral «À boa paz» ao longo de 6 meses, a partir de 23 de Junho; o seu autor é o anterior secretário-geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa.

No mesmo jornal, *O Comunista*, comentava-se em Junho de 1923 o modo como em alguns sindicatos se deliberara no referendo organizado pela CGT; citando, «é singular como nalguns sindicatos operários se tem resolvido a adesão à Internacional de Berlim. Em certos sindicatos as comissões administrativas têm-se dispensado de convocar as assembleias gerais, limitando-se a comunicar à CGT a adesão a Berlim.»¹⁰⁷

Não tendo fixado, inicialmente, um prazo de resposta ao referendo, a CGT publica uma Nota em 29 de Junho, referindo que, havendo uma maioria de respostas no sentido da adesão à AIT, considerar-se-ão concordantes os sindicatos que não responderem até 15 de Julho. As últimas quatro respostas – dos Rurais de Santiago do Cacém, Alfaiates e Costureiras de Vila do Conde, Corticeiros de Castelo Branco e Metalúrgicos de Vila do Conde – são referenciadas em *A Batalha* a 22 de Julho, mas o Conselho Confederal

¹⁰⁴ AB, 27-04-1923 e 10-05-1923.

¹⁰⁵ “Aos sindicatos revolucionários – Moscóvia ou Berlim”, AB, 12-05-1923.

¹⁰⁶ António Ventura – “Centenário da República: A República e os movimentos sociais e laborais”, *Seara Nova*, nº 1714, Inverno 2010, e César de Oliveira – *O Movimento sindical português – a primeira cisão*, pp. 63 e seguintes.

¹⁰⁷ *O Comunista*, nº 3, 24-06-1923, cit. César de Oliveira – *op. cit.*, pp. 64-65.

tardará a pronunciar-se sobre os resultados, provavelmente por razões de agenda, da vaga repressiva que se abate sobre organismos, dirigentes e militantes, das greves e protestos relacionados com a extinção do “pão político”. Na reunião do Conselho Confederal de 28 de Setembro de 1923, os delegados procedem à análise dos resultados do referendo aos sindicatos: num total de 115 respostas, 104 organismos pronunciaram-se pela adesão à AIT, 6 pela adesão à ISV e 5 por nenhuma delas; em face dos resultados, a requerimento de Jerónimo de Sousa, o Conselho Confederal declarou a adesão da CGT portuguesa à Associação Internacional dos Trabalhadores, a Internacional de Berlim.¹⁰⁸ A partir da edição de 3 de Outubro de 1923, *A Batalha* insere no cabeçalho «Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores»; na antevéspera, o Conselho havia deliberado que Santos Arranha fosse indicado como delegado suplente da CGT àquele organismo internacional, solicitando-se a esta que nomeasse o delegado efectivo.¹⁰⁹

A expressão dos resultados da consulta aos Sindicatos, denotando uma clara maioria favorável à tese “oficial” do Comité e do Conselho Confederal, esconde alguns pormenores que vale a pena referenciar:

- o maior número de respostas, por sectores de actividade, pertence às associações/sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Construção Civil e dos Corticeiros (23, 16 e 12), que tinham sido também os mais representados no Congresso da Covilhã (23, 25 e 14, respectivamente), a par com as Classes Marítimas (23);
- dos 115 sindicatos que respondem à circular nº 32 da CGT corresponderão, *grossa modo*, a cerca de 60% do universo de sindicatos confederados em 1922-1923;
- só 81 dos 115 sindicatos “respondentes” tinham estado presentes no Congresso da Covilhã; 34 não tinham se tinham feito representar naquele congresso;
- mais de metade dos sindicatos representados na Covilhã (80 em 151) não respondem à consulta da CGT, o que pode ser interpretado, pelo menos em parte, como resultado de um certo cansaço pelo arrastamento da discussão do tema, no Congresso, antes e depois deste, senão mesmo por uma atitude de rejeição do estado de coisas a que a controvérsia tinha levado;
- por sectores de actividade, o peso desse cansaço ou rejeição tem maior peso (traduzido em % de não-respostas por parte dos sindicatos presentes no Congresso da Covilhã) entre os Trabalhadores Rurais (11 em 23 = 52%), Metalúrgicos (4 em 9 = 56%), Construção Civil (8 em 25 = 68%) e Classes Marítimas (5 em 23 = 78%);
- votam “Não” à AIT (e declaradamente “Sim” à ISV) os sindicatos do Arsenal Marinha e Cordoaria Nacional, do Arsenal do Exército, dos Caixeiros de Lisboa, dos Alfaiates de Lisboa, dos Cesteiros de Gonçalo e da Indústria de Vestuário do Porto;

¹⁰⁸ “Conselho Confederal [relato da reunião de 28-09-1923]”, *AB*, 30-09-1923.

¹⁰⁹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 01-10-1923]”, *AB*, 03-10-1923.

- dos 5 sindicatos que «se abstiveram de votar por motivos declarados», 4 remeteram a decisão corporativa para um futuro congresso corporativo (Associações dos Empregados no Comércio de Vila Real de Santo António, de Elvas, de Setúbal, e dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste), sendo dos Compositores Tipográficos de Lisboa a única posição “heterodoxa”: não adesão a qualquer das Internacionais e aproximação à Confederación Nacional del Trabajo (CNT) de Espanha, numa linha de coerência do organismo confederal, com a marca pessoal de Alexandre Vieira.

3.2. O projecto da Confederação sindical ibérica

No entanto, a CGT avançara noutra “frente internacional”. Dando sequência a um processo que vinha de muito antes, feito de trocas de informação e incluindo contactos pessoais, no qual o anterior secretário-geral da CGT Manuel Joaquim de Sousa aparece sempre envolvido, a confederação sindical portuguesa e a CNT de Espanha procuram aprofundar relações – depois do falhanço da ideia de constituir uma “Confederação Latina do Trabalho”, a que antes se fez referência, a ideia parece ser a formação de uma “Confederação Ibérica” das duas centrais sindicais. Nesse sentido, a CGT tinha solicitado à CNT que se pronunciasse sobre o interesse da «unificação do proletariado revolucionário dos dois países numa única organização»¹¹⁰. Representantes das duas organizações nacionais reúnem em Évora, no mês de Julho – pela CGT, o secretário-geral Santos Arranha e o ex-secretário-geral Manuel Joaquim de Sousa; Ácrato Llhul, Sebastià Clara i Sardó e Manuel Pérez – não há registo do que aí foi acordado (apesar da curiosidade de muitos, na organização portuguesa, invocando o direito de serem informados, como acontecerá no Congresso de Santarém, quando aí for analisado o relatório do Comité Confederal), admitindo-se que tenha sido ponderado que o Comité Nacional da CNT, com sede em Barcelona, se tornasse o Comité da Confederação Ibérica do Trabalho, formado apenas por militantes catalães, constituindo a CGT uma região dentro da nova organização ibérica, com autonomia nos assuntos respeitantes apenas a Portugal, de acordo com os princípios descentralistas do sindicalismo¹¹¹.

Depois do golpe de estado de Primo de Rivera, em Espanha, no mês de Setembro de 1923, a CNT ficou praticamente impedida de funcionar. Dar seguimento ao acordado em Évora poderá ter sido o objectivo da deslocação do novo secretário-geral da CGT, Manuel da Silva Campos e de Manuel Joaquim de Sousa, no mês de Dezembro do mesmo ano, a Sevilha, Espanha; mas eventualmente mais do que isso – admite-se que

¹¹⁰ Jason Garner – “Creating unity or division? The origins...”, *op. cit.*, p.5 e seguintes, com base em fontes da CNT de Espanha, que identifica.

¹¹¹ Idem, *idem*, citando “Semente que germina – A Confederação Ibérica”, *AB*, 06-07-1923, uma perspectiva também apoiada em Edgar Rodrigues – *História do Movimento Anarquista em Portugal*, p. 17, também referenciado pelo autor.

os delegados da CNT que reuniriam com Sousa e Campos quisessem discutir as condições de uma possível participação da CGT portuguesa numa insurreição contra a ditadura de Rivera; para as autoridades espanholas, a prisão que ordenaram dos dois portugueses, e depois dos membros do Comité Nacional da CNT, pôs alegadamente termo a uma tentativa revolucionária inspirada pelos comunistas.

Foi o fim do projecto da “Confederação Ibérica do Trabalho”.

3.3. O combate aos Núcleos Sindicalistas comunistas

A reunião do Conselho Confederal que deliberou a adesão da CGT à AIT não foi, todavia, um exemplo de unidade e de unanimidade. Formando a maioria, um grupo de dirigentes em que pontificava o secretário-geral Santos Arranha, Manuel Joaquim de Sousa, delegado ao Conselho pela USO-Seixal, Jerónimo de Sousa, representante da USO-Porto, juntamente com Gonçalves Vidal, e Manuel da Silva Campos, delegado do Calçado, Couros e Peles; do lado oposto, os delegados do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército, Jesus Gabriel e José de Almeida, o delegado do Sindicato do Pessoal do Arsenal da Marinha, Carlos C. B. Araújo, o delegado da Federação Marítima, José Carvalhal, e o da Federação dos Trabalhadores do Comércio, Fausto Gonçalves. A votação da adesão à AIT evidenciou uma maioria clara, de 11 votos contra 2 (dos delegados arsenalistas), registando-se uma abstenção, da Federação do Comércio, o que perfaz 15 dos 16 organismos presentes, tendo-se absterido de votar o delegado da Federação Marítima, invocando que, se aquele organismo tivesse consultado os sindicatos aderentes, «estes votariam por Moscóvia».

Na fase da discussão, os delegados da “minoría” exprimiram com clareza as suas razões e discordâncias – em relação à condução do processo e à decisão que ia ser tomada, mas também sobre o impedimento sistemático imposto aos subscritores do “manifesto dos 21” de usarem *A Batalha* para esclarecer a população confederada sobre a opção pela ISV, que era também a deles e dos organismos que representavam no Conselho Confederal; aliás, nessa mesma reunião de 29 de Setembro, o último ponto da agenda era precisamente a discussão de um ofício dos “21”, exigindo que o Conselho desse permissão para responderem, em *A Batalha*, aos artigos que, com o título “À boa paz”, Manuel Joaquim de Sousa continuava a publicar no diário da CGT; são várias as acusações trocadas a propósito deste tema, com as principais figuras dos “maioritários” a unirem-se em torno de uma moção apresentada por Artur Aleixo de Oliveira, declarando que a CGT perfilhava os artigos publicados por Manuel Joaquim de Sousa e recusando a publicação em *A Batalha* da pretendida réplica dos signatários do manifesto “Berlim ou Moscóvia?”, susceptíveis não de esclarecer, mas «tão somente estabelecer ainda mais o confusãoismo em detrimento dos interesses e unidade da organização»; da votação, resultou um empate, de 6 votos contra 6; antes disso, os delegados dos

Arsenais haviam ameaçado abandonar o Conselho Confederal, considerando que aquele órgão, se aprovasse tal moção, perdia toda a autoridade moral, atentando contra os princípios da liberdade, os deveres de sinceridade e lealdade, e a sua dignidade de militantes.

A mesma moção manteve-se na agenda do Conselho Confederal; posta de novo à votação, na sessão seguinte, foi aprovada por 9 organismos e rejeitada por 6, registando-se 1 abstenção.¹¹²

Presentes no local, os delegados dos sindicatos dos Arsenais não registaram a sua presença na reunião de 1 de Outubro de 1923, nem tomaram parte nos trabalhos, limitando-se a entregar um documento declarando que abandonam o Conselho Confederal, «não voltando a tomar parte nos seus trabalhos sem que o[s] organismo[s] que representam se manifeste[m].»¹¹³

Com esta deliberação do Conselho Confederal, os sindicalistas partidários da ISV eram mantidos à margem, sem poderem apresentar as suas ideias aos trabalhadores confederados no órgão de informação da CGT, que era pago, também, pelos organismos a que pertenciam; além do mais, as posições até aí defendidas no jornal por Manuel Joaquim de Sousa, e as que viessem ainda a ser por ele apresentadas (mesmo que, como referira Manuel Gonçalves Vidal, no Conselho Confederal, ele se tivesse afastado dos objectivos da organização sindicalista) passavam a ser a posição “oficial” da organização. Para defesa dos seus pontos de vista, os “21” irão avançar, no curto prazo, com a edição de um órgão de informação próprio, *A Internacional*, da responsabilidade de dois arsenalistas, João Pedro dos Santos e Júlio de Matos, respectivamente redactor-principal/director e editor, como porta-voz do Comité Executivo dos Partidários da ISV, cujo primeiro número se publicou em Lisboa em 03 de Novembro de 1923¹¹⁴.

¹¹² “Conselho Confederal [relato da reunião, de 01-10-1923]”, *AB*, 03-10-1923. São 16 os organismos representados tanto na reunião de 28 de Setembro, como na de 01 de Outubro, mas com algumas *nuanças*: na primeira estão representadas 4 USO (Viana do Castelo, Porto, Lisboa, Seixal e Évora), estando presentes na segunda Almada e Faro, mas faltando o Seixal – exactamente Manuel Joaquim de Sousa, o que parece não ser uma coincidência; são 7 as Federações na primeira reunião (Metalúrgica, Mobiliária, Livro e Jornal, Marítima, Calçado, Couros e Peles, Empregados no Comércio e Rural, esta ausente na segunda, onde comparecem a Construção Civil e a Corticeira, que tinham faltado na primeira; quanto aos sindicatos com representação directa, os dos dois Arsenais estão presentes na primeira, juntamente com os dos Mineiros de Aljustrel e dos Têxteis de Manteigas, sendo que somente este último se faz representar na segunda reunião. Ao todo, o Conselho Confederal seria, então, constituído por 19 organismos.

¹¹³ O Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército só voltará a enviar delegado ao Conselho Confederal no fim do ano (veja-se o relato da reunião daquele órgão publicada em *AB*, 29-12-1923), marcando presença nas reuniões seguintes daquele órgão; o seu congénere do Arsenal de Marinha e Cordoaria Nacional manter-se-á afastado, vindo a reiterar a sua decisão, no mês de Janeiro de 1924, apesar das tentativas empreendidas pelos órgãos cegetistas, por considerar que as explicações dadas pela CGT não são satisfatórias.

¹¹⁴ No lançamento do jornal dos Partidários da ISV terá tido papel activo Jules Humbert Droz, que foi enviado a Portugal, em Agosto de 1923, pela Internacional Comunista, com a missão de dirimir conflitos internos e estruturar e organizar aquele partido. Uma das tarefas de que se desempenhou, conforme relatório da missão por ele elaborado (». “Relatório e memória de Jules Humbert Droz sobre a sua missão e permanência em Portugal em 1923”, in César Oliveira – *O primeiro congresso do Partido*

Em Outubro-Novembro constituem-se os primeiros “Núcleos Sindicalistas Revolucionários”, uma designação porventura deliberadamente equívoca para designar núcleos comunistas, dinamizados por militantes comunistas, com o objectivo declarado de levar a organização sindical por outro caminho, na linha da Revolução Russa e da “frente única” dos trabalhadores adoptada pela Internacional Comunista, entendendo o sindicalismo do futuro não como a gestão da sociedade, como pretendiam os sindicalistas anarquistas, mas como um auxiliar da gestão da sociedade.»¹¹⁵ Os primeiros núcleos funcionarão em Lisboa, Porto, Coimbra e Beja, alargando-se depois o processo a outros locais.

A CGT e organismos confederados, por seu turno, iniciam logo em Outubro o combate aos “Núcleos” comunistas, tomados como uma ameaça (ao contrário da estrutura sindical cuja formação tinha sido divulgada pelos socialistas no mês de Agosto anterior, que não mereceu da CGT nenhuma acção especial, provavelmente por ser tida como irrelevante¹¹⁶). Esse combate público é lançado pelo Comité Confederal, que publica uma nota n’*A Batalha* em 19 de Outubro de 1923, com o propósito de alertar o operariado contra as propostas de um “pseudo ‘Núcleo Sindicalista Revolucionário’”, que atenta contra a unidade e hegemonia da verdadeira organização Sindicalista Revolucionária, seguindo-se no mesmo tom outros organismos, invariavelmente qualificando a iniciativa como obra de um grupo de divisionistas e comunistas» e como um «ataque aos verdadeiros princípios do sindicalismo por que se tem guiado a organização sindical portuguesa.»¹¹⁷

Precisamente um ano depois do Congresso da Covilhã, onde a divisão entre “sindicalistas revolucionários” e “sindicalistas comunistas” se tornou explícita e evidente, a prenunciar uma iminente ruptura, esta acaba por concretizar-se, no quadro de uma crise interna na organização cegetista que não se cinge à questão das relações internacionais.

Comunista Português, pp. 75-98, e em especial pp. 83-84 e 94-96), foi a organização dos sindicalistas comunistas como minoria dentro da CGT. Retenham-se algumas informações importantes sobre alguns dos protagonistas e a filosofia de acção então fixada: que a minoria sindical (os partidários da ISV, que o próprio Droz contribuía para organizar) concluiu um pacto com o Partido Comunista Português «pelo qual o partido deixa à minoria sindical o cuidado de conduzir a acção no seio da CGT. Mas o partido impõe aos seus membros a obrigação de aderirem à minoria sindical; «reina uma fraternidade absoluta entre os dois movimentos [CEPISV e PCP]; que «os membros da minoria sindical são na realidade os melhores comunistas que só não aderem ao partido por razões tácticas relativamente à CGT» (p. 94).

¹¹⁵ *A Internacional*, nº 1, cit. por César de Oliveira – *O movimento sindical português...*, p. 66. Sobre a acção concreta do Núcleo Sindicalista Revolucionário do Porto e o ambiente que nela se vivia, veja-se José da Silva – *Memórias dum operário*.

¹¹⁶ Francisco Canais Rocha – *Convergência de socialistas e comunistas na I República (1921-1926). Vértice-II série*, nº 56, Setembro-Outubro de 1923, p.10.

¹¹⁷ Referenciam-se designadamente tomadas de posição do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa e da USO-Lisboa. Veja-se também o relato da reunião do Comité Confederal, publicado em *AB*, 20-11-1923.

Para além das divergências “ideológico-sindicais” entre dirigentes, num quadro teórico não muito estruturado, de ambos os lados, como já se assinalou, dos apertos financeiros que tudo aponta se estivessem a agudizar, da crise da militância e do abandono dos sindicatos pela massa operária que parecem incontroversos e que os problemas internos e as quezílias pessoais acabam por reforçar, e que a acção do poder e do patronato sobre os trabalhadores e seus organismos se mostra incapaz de compensar, a crise interna tem um novo episódio ainda nesse mês de Outubro de 1923, com a apresentação do pedido de demissão do secretário-geral Santos Arranha, acompanhado dos restantes membros do Comité Confederal.

4. MAIS PROBLEMAS NA CASA CONFEDERAL – A SUBSTITUIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E A RECOMPOSIÇÃO DO COMITÉ ELEITO NA COVILHÃ

Embora por razões diversas e em contextos diferentes, em pouco mais de um ano de mandato como secretário-geral da CGT, José da Silva Santos Arranha apresentou por duas vezes a demissão de funções: a primeira em Março de 1923, que o Conselho Confederal não aceitou, reconduzindo-o no cargo; a segunda, em Outubro do mesmo ano, com carácter irrevogável, sob a forma de renúncia; se os motivos da primeira ficaram muito claros quando dos factos, as causas do pedido de renúncia, então mantidas sob reserva pelo próprio, não foram depois completamente explicitadas.

Recuemos a Março de 1923.

Em nota publicada no dia 4 desse mês, o Comité Confederal denuncia «elementos operários» que se estão a reunir «extra-oficialmente a pretexto de tratarem da forma de levantar o moral da Organização Operária», qualificando tal procedimento de atentado à unidade e à moralidade da Organização¹¹⁸. Em plena e já longa discussão sobre a questão das Internacionais, com a crispação instalada entre elementos de referência da CGT, não se limitando a uma estrita divisão de campos entre comunistas e anarquistas, a nota do Comité funcionou como uma verdadeira “bomba”, que está na base da primeira grande crise por que passou o Comité eleito no Congresso da Covilhã (1922)¹¹⁹.

¹¹⁸ “Nota do Comité Confederal”, *AB*, 04-03-1923. Na reunião do Conselho Confederal de 13 de Março o secretário-geral relaciona a nota do Comité Confederal directamente com um artigo de fundo publicado em *A Batalha* na edição de 28 de Fevereiro, com o título “Robustecendo os organismos”.

¹¹⁹ O objectivo do Comité, ao publicar a nota, escreve-se relatório daquele órgão confederal ao Congresso de Santarém (1925) era «Evitar que indivíduos estranhos à organização ou camaradas sem cargos na mesma, reunidos fora dos órgãos ou organismos sindicais, principiassem por deliberar para os mesmos, princípio este que, ao ser aceite, abriria o mais falso dos precedentes susceptível de lamentáveis desvios da orientação sindical. Soube-se depois que não havia a intenção de tomar quaisquer resoluções atentatórias á autonomia da organização. Tratava-se apenas de reuniões idênticas a muitas outras em que os componentes da organização trocam leves impressões sobre a marcha da mesma. Mas a nota do comité já tinha produzido os seus efeitos. Em vez de ser tomada como defensiva para a integridade da CGT, foi

Pode ser que tais reuniões “extra-oficiais” não tivessem que ver com um outro “dossier” que a CGT já tinha encerrado 3-4 meses antes; nesse caso, uma iniciativa, em Novembro, de um grupo de gente do “universo republicano”, que, entre outros objectivos, apontava à formação de uma frente única «das esquerdas» com o fim de fazer frente à convergência e à ofensiva política e social da direita, adiantando-se mais tarde a perspectiva de realização, no curto prazo, de um congresso constitutivo de um partido radical das esquerdas; a Confederação havia sido associada a esse projecto, provavelmente porque isso corresponderia aos propósitos dos promotores da iniciativa, e com algum grau de probabilidade também pelo facto de nela participarem, a título pessoal, elementos do “universo cegetista”. Desde logo, a CGT demarcou-se, oficialmente, de tal projecto, através da publicação de uma nota oficiosa, na antevéspera do Natal de 1922, protestando a sua matriz anti colaboracionista, antiparlamentar e anti Estado, afirmando ainda que se baterá, «sempre e em qualquer momento [contra] a reacção, parta ela de onde partir contra o povo explorado»¹²⁰.

Como quer que seja, mesmo não sendo parte desse processo de “frente única das esquerdas”, as reuniões “extra-oficiais” denunciadas na nota oficiosa de Março de 1923 seriam facilmente associáveis àquela; mais, alguns dos intervenientes seriam com grande probabilidade os mesmos. Do universo cegetista, não comunista, Alexandre Vieira, Alfredo Marques, Manuel da Conceição Afonso, Carlos Porfírio da Cruz e Carlos José de Sousa, o redactor principal de *A Batalha* eram alguns dos participantes nas tais “reuniões extra-oficiais” com gente assumidamente do Partido Comunista, (que, aliás vivia, então, uma fase de perturbação, que conduzirá a um processo de expulsões, em Abril de 1923, a à auto-suspensão do comité central, em Maio)¹²¹, na sua maioria

lida como uma declaração de guerra.» Santos Arranha, o secretário-geral à data dos acontecimentos de Março de 1923, já não subscreve o referido Relatório, por ter deixado o cargo em Novembro de 1923. “Relatório moral do Comité Confederal ao próximo Congresso”, capítulo “A frente única do proletariado ou a unidade operária”, *AB*, 18-19-20 e 22-09-1925.

¹²⁰ “À esquerda das esquerdas” [e nota oficiosa do Comité Confederal], *AB*, 21-12-1922. Alberto Pedroso e António Ventura assinalam o papel de Alexandre Vieira nessa tentativa de preservação da unidade dentro da organização, entre sindicalistas anarquistas e sindicalistas comunistas – adoptando uma posição de distanciamento entre as duas tendências, foi um dos promotores de reuniões que começaram a acontecer cerca de um mês depois do Congresso da Covilhã, mas associações dos Caixeiros e dos Arsenalistas, havendo evidências de uma possibilidade de entendimento, surgindo depois desinteligências, vindo os representantes anarquistas a abandonar essa iniciativa – *Alexandre Vieira: 30 anos de sindicalismo português*, pp. 74-75, também citados por Américo Nunes – *Diálogo com a história sindical*, p. 197.

¹²¹ *A Batalha* continua, em 1923, a acompanhar a vida interna do PCP, como o processo das expulsões em Abril de 1923, publicando um abaixo assinado dos expulsos, a resposta sobre o assunto de José de Sousa (então “secretário-geral” do partido – vide José Pacheco Pereira – “Contribuição para a história do Partido Comunista Português (1921-26)”, *op. cit.*, p.713) e a notícia da auto-suspensão do comité central, até intervenção da Internacional Comunista, em Maio de 1923 (*AB*, 12 e 14-04-1923 e 29-05-1923). *A Batalha* segue também o I Congresso do Partido Comunista Português, em Novembro de 1923, destacando designadamente o que foi aprovado sobre a atitude daquele partido face à organização sindical, onde se preconiza que os comunistas se mantenham dentro do sindicatos, trabalhem para que estes adiram à CGT e aí permaneçam, empenhando-se na concretização da adesão à ISV, nos termos da tese de relações internacionais presente ao Congresso Operário Nacional da Covilhã (1922),

(senão todos) igualmente cegetistas, como Abílio A. Alves Lima, Abel Jacinto Pereira, António C. B. Araújo, Armando Martins, Augusto Machado, Carlos Freire, João Pedro dos Santos, Júlio Luís e Manuel de Figueiredo.

A nota oficiosa, já referida, do Comité acusa-os de tomarem uma atitude «desconexa» fora da organização, sendo que «só nas fileiras da actividade sindical os indivíduos poderão contribuir, bem intencionadamente, para o robustecimento da Organização que dizem defender», terminando por referenciar alguns deles que «tendo sido convidados a colaborar em vários trabalhos, a isso se negaram.»¹²² Na resposta, declarando pretenderem somente «dar uma satisfação à Organização Operária», os visados invocam a sua qualidade de militantes sindicais, que mantêm, e o facto de terem dado à Organização o melhor do seu esforço e de, quanto possível, continuarem a fazê-lo, reclamando para si o princípio sindicalista-revolucionário da liberdade e da autonomia, reconhecido pelo estatuto da CGT e que «os militantes que constituem o actual Comité Confederal [...] mostram desconhecer»¹²³.

Nos dias seguintes, vários organismos tomam posição pública sobre a nota do Comité Confederal, aplaudindo-a uns (como as Federações Metalúrgica, do Calçado, Couros e Peles, Rural e dos Empregados no Comércio-Zona Sul, USO-Porto e sindicatos da Póvoa de Varzim e Vila do Conde e dos Metalúrgicos de Lisboa) e outros não (neste caso, de forma mais elaborada, a Federação do Livro e do Jornal e a Associação do Arsenal do Exército), os primeiros solidarizando-se com o Comité Confederal, a Federação do Livro e do Jornal publicitando uma moção aprovada em Conselho Central federativo que responsabiliza o Comité Confederal pela situação instável existente na organização operária e pela «dissidência que ora se nota nas fileiras proletarianas.»¹²⁴

A organização está, publicamente, dividida sobre tal matéria, como está o Conselho Confederal ao reunir, em 8 de Março, tendo na agenda aquele ponto e um outro com o qual tem relação – o pedido de demissão do redactor principal de *A Batalha*, que

«considerando como satisfatórias das aspirações da CGT portuguesa as modificações introduzidas pelo último congresso nos estatutos da ISV e a aceitação do seu programa». “Congresso Comunista”, *AB*, 13-11-1923.

¹²² O visado parece ser Armando Martins, do anterior Comité Confederal, que ainda não tinha feito entrega dos documentos e das contas da sua gerência, apesar de sucessivamente instado. Veja-se o «último aviso» do Comité Confederal a Armando Martins em *A Batalha*, 24-04-1923.

¹²³ “Sobre uma nota”, *AB*, 07-03-1923. O próprio texto explicita tal princípio reconhecido pelos estatutos da CGT: «o indivíduo é autónomo no Sindicato, este dentro das Federações estas dentro da Confederação». Na mesma data e página de *A Batalha*, António Gomes Ribeiro pronuncia-se sobre as posições defendidas por Alexandre Vieira acerca da questão internacional (vide infra subcapítulo “Ainda as Relações Internacionais”) e sobre a citada nota do Comité Confederal, referindo-se aos participantes das ditas “reuniões extra-oficiais” que «muitos desses elementos que promovem as ditas reuniões, e a si próprios se intitulam de dissidentes, se parecem muito com alguns dos militantes metalúrgicos, que só aparecem em ocasiões propícias para dar conselhos, ou florear.» (António Gomes Ribeiro - “A propósito de um artigo: é preciso falar claro”, *AB*, 07-03-1923).

¹²⁴ Para as citadas tomadas de posição, veja-se, designadamente, *AB*, 10, 13 16, 17 e 18-03-1923.

recusou publicar a nota do Comité por a considerar extemporânea e incoerente com a linha editorial do jornal, apresentando a demissão pelo facto de o secretário-geral da CGT ter imposto a respectiva publicação.

Os dois temas (nota do Comité Confederal sobre as reuniões “extra-oficiais” de alguns militante e dirigentes e o pedido de demissão de Carlos José de Sousa) são tratados em simultâneo pelo Conselho Confederal; no fundo, o que está em causa é a questão “Moscóvia ou Berlim” / “Berlim ou Moscóvia”, uma e outra Internacionais sindicalistas com defensores naquele órgão da CGT, sendo que neste, como no conjunto da organização, há quem (quixotesicamente) se bata pela possibilidade de colaboração entre elementos das duas “sensibilidades”, uma posição porventura mais sindicalista e menos política – o relato da sessão do Conselho Confederal evidencia posições nesse sentido, mas também a irredutibilidade de posições dos defensores da opção Berlim e da opção Moscovo¹²⁵ (retenham-se ainda do relato da sessão duas informações: primeira, a posição activa do secretário-geral no sentido de *A Batalha* não publicar as alterações aos estatutos da ISV, que potencialmente tornariam esta opção internacional mais simpática para a população sindicalizada portuguesa; segunda, de que para além dos subscritores da resposta à nota do Comité, muito mais elementos da organização tinham participado em reuniões “extra oficiais”, incluindo delegados ao Conselho Confederal e mesmo membros do Comité).

Posta à votação nominal, a nota o Comité Confederal tem o voto favorável de 5 organismos e 8 rejeitam-na, contando-se 3 votos nulos e uma abstenção. O Conselho Confederal, por maioria de votos, reprovava o comportamento do Comité Confederal, há menos de 6 meses em funções; desautorizado, a este restava apresentar o pedido de demissão; o que fez¹²⁶.

O pedido de demissão do Comité Confederal foi debatido em reunião do Conselho Confederal a 13 de Março¹²⁷, mantendo-se ainda em aberto a demissão do redactor principal de *A Batalha*, a que se juntou pedido idêntico do editor do jornal, Carlos Maria Coelho, apresentado nesta mesma reunião, em que vários delegados ao Conselho manifestam igualmente intenção de se demitir¹²⁸.

¹²⁵ O que não vale por dizer que os sindicalistas que participam nas “reuniões extra-oficialmente” sejam todos pela aproximação de posições ou ao menos pela colaboração entre militantes sindicais dos dois campos claramente antagónicos – pró-ISV ou pró-AIT.

¹²⁶ “Conselho Confederal [relato da reunião, 08-03-1923]”, *AB*, 11-03-1923. Votam a favor da nota do Comité as Federações do Calçado, Couros e Peles e da Construção Civil, as USO de Almada e Évora, e o Sindicato dos Mineiros de Aljustrel; rejeitam-na as Federações do Livro e Jornal, Empregados no Comércio, Corticeira, Mobiliária (a que pertence o secretário-geral Santos Arranha) e Corticeira, a USO de Viana do Castelo, e os Sindicatos do Arsenal do Exército, do Arsenal de Marinha e dos Chauffeurs; votaram nulo a Federação Metalúrgica e as USO do Porto e de Faro, tendo-se absterido a USO-Lisboa.

¹²⁷ “Conselho Confederal [relato da reunião, 13-03-1923]”, *AB*, 14 e 15-03-1923.

¹²⁸ Entre os potenciais demissionários está Francisco de Sousa e o outro delegado pela USO-Viana do Castelo, que tinham rejeitado a nota do Comité Confederal, vindo posteriormente aquela USO a comunicar ao Conselho a aprovação do documento, na prática retirando a confiança aos delegados (indirectos); por seu turno, Manuel Gonçalves Vidal, também opositor da nota, declara abster-se de

O Conselho decorre animado, com «larguíssima e muito calma discussão» em que tomam parte quase todos os delegados presentes, em representação de 16 organismos, lê-se no relato da reunião, que terminou aprovando a rejeição do pedido de demissão do Comité Confederal, aceitando os seus membros manter-se nas funções para que tinham sido eleitos pelo Congresso da Covilhã, sendo ainda aprovados documentos no sentido de também se manterem nos cargos os responsáveis de *A Batalha* e todos os delegados ao Conselho.

«O Comité Confederal desistiu do seu pedido de demissão, foi novamente investido nas suas funções», escreve-se no editorial do órgão de imprensa confederal a propósito do desfecho deste «incidente havido na CGT»; o redactor principal do jornal mantém-se em funções, continua aquele fundo, e os delegados à CGT continuam nela, «estando neste momento afastada a retirada de qualquer militante. Mais uma vez se provou que a divergência não quer dizer dissidência. Não haverá cisão.»¹²⁹ O voto de confiança do Conselho, dando condições ao Comité Confederal e ao secretário-geral para continuar em funções, não reforçava a sua imagem dentro da organização, não obstante a declaração de Santos Arranha, no decurso dos debates, de que «reconhece[ndo] que [se] o comité não tem grande bagagem, se sabe inspirar na vontade e aspirações do proletariado, o que não faziam, talvez, aqueles que o censuram e lhe têm tecido todos os ardis para o fazer baquear.»

Esta crise sem dúvida que deixa marcas na CGT, abalando a credibilidade dos seus órgãos colectivos – o órgão executivo, mas também o órgão deliberativo – e também o secretário-geral; além disso, a necessária relação de confiança e cumplicidade do Comité, e em particular do secretário-geral, com o responsável editorial de *A Batalha* também saía bastante comprometida deste processo.

Aparentemente, nos meses seguintes o ambiente na “casa confederal” está recomposto; mas assim não era, de facto. O estilo de Santos Arranha, pelos vistos muito rígido e contundente, criava “anticorpos”, sucedendo-se os conflitos; as referências de que ele já não é operário, pois se estabeleceu por cota própria, montando a sua própria oficina de marceneiro, tirando como consequência que não reúne condições para o desempenho do cargo de secretário-geral da central operária contribuem para a escalada da contestação e para o exacerbamento das atitudes de Arranha. Tal ambiente terá estado na base do pedido de demissão de Jerónimo de Sousa, em Maio de 1923, do Comité Confederal; também Júlio da Anunciação se demitirá depois, entrando para os

intervir nas discussões pelo facto de a comissão administrativa do organismo que representa, a USO-Porto, ter aprovado a actuação do Comité (o voto da USO-Porto na anterior reunião do Conselho tinha sido nulo, por divergência de posições dos respectivos delegados, Gonçalves Vidal, pela rejeição, e Jerónimo de Sousa, pela aprovação).

¹²⁹ “Uma atitude sensata”, *AB*, 15-03-1923.

seus lugares, em Agosto seguinte, Artur Aleixo de Oliveira, do Calçado e Manuel Gonçalves Vidal¹³⁰.

No dia 30 de Outubro, no Porto, estava a decorrer uma greve geral de solidariedade com os Mineiros de São Pedro da Cova, em greve havia 9 semanas; as forças policiais e Guarda Republicana actuam sobre os grevistas, registando-se vários episódios de violência, tiros, explosões de bombas e dezenas de prisões. Em Lisboa, nessa mesma noite, o Conselho Confederal aprova uma moção de protesto contra as violências policiais, apoiando a greve geral declarada pela União dos Sindicatos do Porto e declarando que a CGT proclamará a greve geral nacional «se as circunstâncias assim o exigirem». Nessa mesma reunião, a que, numa atitude inédita, a polícia impôs a sua presença, o secretário-geral da Confederação apresentou a sua renúncia¹³¹.

A carta em que Santos Arranha comunica ao Conselho Confederal a sua «inabalável resolução de renúncia» ao cargo de secretário-geral da CGT tem data de 20 de Outubro de 1923; desta forma, o “aguerrido” Santos Arranha punha fim a um mandato atribulado de pouco mais de um ano¹³². No período da discussão, os seus pares do Comité Confederal apresentaram igualmente a sua demissão.

Como razões da sua renúncia, na missiva citada, Santos Arranha invoca «depauperamento físico e espiritual» e a convicção de que, mantendo-se no cargo, «é prejudicial a uma pretensa harmonia nas fileiras militantes», porque o seu «temperamento rígido [...] não se coaduna com o temperamento passivo e maleável de uma parte dos militantes» da organização; alude explicitamente a actos de sabotagem e de boicote ao Comité Confederal de que fez parte, uma denúncia não endereçada, mas que visaria muito provavelmente, entre outros, elementos do Conselho Confederal; acrescenta que «a personalização das questões ideológicas pode ferir [...] a Organização Operária», e, protestando uma atitude pessoal de tolerância, afirma como boa prática os militantes sindicalistas «desassombradamente [definirem] uma tendência ideológica» e lutarem por ela «dentro do respectivo âmbito».

Na Conferência Inter-Sindical de Lisboa, em Abril de 1924, Santos Arranha seria mais explícito, contestando quem lhe contesta o direito de representar ali o seu sindicato – o que seria aplicável às circunstâncias da sua renúncia como secretário-geral da CGT: *A Batalha* cita as palavras do próprio Arranha: «há quem julgue industrial e comerciante. Para que não subsista esse erro, refere que, procurando sempre manter-se coerente com os seus ideais libertários, roubou um canto ao seu lar e montou uma pequena oficina, onde é simultaneamente mestre, oficial, aprendiz e moço. Fê-lo para,

¹³⁰ Vejam-se relatos das reuniões do Conselho Confederal de 17-05-1923 e 31-08-1923, *AB*, 19-05-1923 e 01-11-1923.

¹³¹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 30-10-1923]”, *AB*, 31-10-1923.

¹³² Transcreve-se no Anexo 16 a missiva dirigida por Santos Arranha ao Conselho Confederal, constante do relato da reunião daquele órgão confederal de 01-11-1923 (*AB*, 02-11-1923), de onde foram retirados quer a informação apresentada, quer os excertos apresentados no texto.

liberto do chicote patronal, melhor poder contribuir como seu modesto esforço para o engrandecimento da organização operária. Convida quem tenha espalhado a atoarda de que é industrial ou comerciante a prová-lo»¹³³.

Fazendo uso de um estilo bastante cifrado, na carta de demissão Santos Arranha, para além da sua defesa pessoal, envia vários recados aos seus pares – recusa as acusações de intransigência que frequentemente lhe haviam sido dirigidas, mas reafirma a sua matriz de sindicalista revolucionário, deixando um remoque àqueles que, reclamando-se dos mesmos princípios, não se mostram suficientemente activos na afirmação desse ideal dentro dos organismos sindicais, nem são solidários, como devem, com os militantes da mesma família ideológica; em segundo lugar, Santos Arranha parece envolver nas suas críticas quem, devendo ser sindicalista revolucionário dentro dos órgãos confederais, persiste em manter-se fora daqueles, pactuando inclusive com quem, no movimento sindical, mais intransigentemente atacava a orientação de Santos Arranha na direcção da CGT – tendo, neste particular, em mira, principalmente, Alexandre Vieira, com quem se havia confrontado no princípio do ano em torno da aproximação deste a elementos sindicalistas partidários da ISV e que, de novo, por essa altura, tinha presença assídua em reuniões “extra-sindicais”, como ele próprio virá a referir, no Conselho Confederal de 23 de Novembro de 1923, precisamente a mesma reunião em que aquele órgão, como se verá mais à frente, declinou o convite formulado pelo Comité Executivo dos Partidários da ISV para a constituição de uma «frente única do proletariado português»¹³⁴.

O pedido de demissão de Santos Arranha foi aceite pelo Conselho com apenas dois votos contra, das Federações Metalúrgica e Corticeira; votaram sim os delegados de 14 organismos – incluindo a Federação de Santos Arranha, dos Operários da Indústria do Mobiliário – registando-se dois votos nulos¹³⁵. Mas a decisão do Conselho Confederal não foi nada pacífica, e alimentou novas tensões em alguns

¹³³ AB, 18-04-1924.

¹³⁴ Ver “Conselho Confederal [relato da reunião de 23-11-1923]”, AB, 24-11-1923. Jules Humbert Droz escreve no relatório da sua estada em Portugal, em 1923, que o «secretariado» da CGT (isto é, o secretário-geral Santos Arranha) tinha querido aplicar sanções à «minoría» (nos seus termos, os sindicalistas da CGT partidários da Internacional Sindical Vermelha), acrescentando: «[o secretariado] foi reprovado pelo conselho [confederal] e teve que se demitir. Foi nomeado um novo secretariado que tolera a minoría, mas este incidente provocou lutas muito vivas no seio da maioria». “Relatório e memória de Jules Humbert Droz ...”, in César Oliveira – *O primeiro congresso ...*, p. 96.

¹³⁵ Votaram nulo os delegados da USO-Évora e da Federação dos Trabalhadores Rurais; a favor da demissão votaram 5 Federações (Construção Civil, Livro e Jornal, do Mobiliário, Empregados no Comércio e Calçado, Couros e Peles), 6 Uniões Locais (Viana do Castelo, Porto, Lisboa, Almada Seixal e Faro), o *sindicato nacional* dos Chauffeurs e os *sindicatos isolados* dos Mineiros de Aljustrel e dos Têxteis de Manteigas (dos “históricos”, não participam neste processo a Federação Marítima e os Sindicatos Nacionais do Arsenal do Exército e do Arsenal de Marinha). O delegado da Federação do Mobiliário, José Martins Grilo, em declaração de voto, filia o seu voto na opinião que manifestara quando da escolha de Santos Arranha, no Congresso da Covilhã, de que, considerando as condições em que havia sido eleito, deveria ter apresentado a demissão na primeira reunião do Conselho Confederal – “Conselho Confederal [relato da reunião de 05-11-1923]”, AB, 06-11-1923.

organismos: primeiro, na Federação dos Empregados no Comércio, cuja Junta da Zona Norte (uma das duas em que se encontrava organizada aquela Federação) retirou a confiança aos delegados da Federação no Conselho Confederal¹³⁶; depois, foi a USO-Lisboa que entendeu reprovar o voto do seu delegado favorável à demissão do Comité Confederal¹³⁷.

São vários os delegados do Conselho Confederal que apresentam, então, a sua demissão, designadamente Joaquim de Sousa e Artur Cardoso, que integravam o Comité, que vêm reafirmada a confiança pelo seu sindicato, que os insta a manter-se no Conselho; Carlos Maria Coelho, por seu turno vê o seu pedido de abandono do cargo de editor de *A Batalha* ser inviabilizado pela Federação da Construção Civil, a que pertence; também Carlos José de Sousa, da Federação do Livro e Jornal, se mantém no cargo de director do jornal. Quanto a Santos Arranha, na sequência da aceitação do seu pedido de renúncia como secretário-geral da CGT, apresenta ao seu sindicato (do Mobiliário de Lisboa) o pedido de demissão de delegado do seu sindicato à Federação Mobiliária e de delegado desta ao Conselho Confederal, que, rejeitado num primeiro momento, foi aceite depois, em 16 de Novembro de 1923. Entretanto, na reunião do Conselho Confederal, de 5 de Novembro de 1923, Arranha transmitira aos delegados a sua determinação de não dar posse ao novo Comité, nem apresentar relatório da actividade do Comité Confederal no período em que estivera à frente daquele órgão, cometendo tais encargos aos restantes membros do Comité; ainda assim, deixou claro que se reservava o direito de «perante a massa operária» vir a declarar «por qualquer meio coerente» as razões da sua saída, «se a tanto [o viessem] a forçar as atitudes alheias»¹³⁸.

O Comité Confederal ficou então constituído da seguinte forma: como secretário-geral, Manuel da Silva Campos, da Federação do Calçado, Couros e Peles; como secretário-adjunto, Carlos Coelho, da Construção Civil; Manuel Gonçalves Vidal, da Federação Metalúrgica, no cargo de secretário administrativo; Luís Gonzaga, da Construção Civil, assume as funções de tesoureiro, que o metalúrgico Joaquim de Sousa desempenhava desde a formação da CGT; para o cargo de secretário-arquivista foi escolhido António Gomes Ribeiro, metalúrgico, ficando como vogais Lúcio Rodrigues e António Bento, da Federação Corticeira (Corticeiros de Belém). A

¹³⁶ Posta ao Conselho Confederal a questão da retirada de confiança aos delegados da Federação dos Empregados no Comércio, aquele órgão entendeu que a Junta da Zona Norte tomara uma «resolução precipitada», deliberando manter os delegados até que as duas Juntas se pronunciassem, em conjunto (e, por suposto, em concordância) sobre a matéria – *idem, idem*.

¹³⁷ Numa votação muito renhida, numa assembleia de delegados com 14 presenças, a proposta apresentada pelo Sindicato Metalúrgico de Lisboa, reprovando o voto do delegado da União no Conselho Confederal, foi aprovada por 6 votos contra 5, com 3 abstenções – AB, 07-11-1923. A USO-Porto deu apoio à posição tomada pelo seu delegado, Jerónimo de Sousa, favorável à demissão do secretário-geral da CGT e do Comité, numa reunião em que, além do seu delegado, participou também o próprio Santos Arranha – veja-se “Conselho Confederal [relato da reunião de 28-12-1923]”, AB, 29-12-1923.

¹³⁸ “Conselho Confederal [relato da reunião de 05-11-1923]”, AB, 06-11-1923.

Federação da Construção Civil e o Sindicato dos Mineiros de Aljustrel rejeitaram o novo Comité, que a Federação Metalúrgica também rejeitou, em parte; USO-Évora e Federação dos Trabalhadores Rurais votaram, mais uma vez, nulo¹³⁹. A posse é conferida por Artur Aleixo de Oliveira, em 13 de Novembro de 1923, por Artur Aleixo de Oliveira, secretário-adjunto do Comité liderado por Santos Arranha. Este está fora da CGT a partir de Novembro de 1923 – mas não será por muito tempo, como se há-de ver.

Com esta crise, há a assinalar um regresso ao Conselho Confederal, de Alexandre Vieira, que ali substitui o anterior delegado da Federação do Livro e Jornal, António Ferreira. Nas suas próprias palavras, que constam de um documento que lê no Conselho, a sua Federação praticamente obrigou-o a essa representação. Aceita, apesar das limitações físicas, não obstante alguma heterodoxia de atitude, que o tinha levado a defender uma terceira via na questão das relações internacionais, defendendo a não adesão a qualquer das Internacionais, e, apesar de anarquista, conseguindo colocar o sindicalismo acima da ideologia, mantendo pontes de diálogo com os sindicalistas comunistas e com os partidários da ISV; no momento do regresso àquele órgão confederal reafirma a sua independência pessoal e que não se inibirá, se as circunstâncias o impuserem, de participar, de novo, em reuniões extra-sindicais e em acções envolvendo pessoas e organizações fora dos universos cegetista e anarquista¹⁴⁰.

Pelo seu lado, os Partidários da ISV saúdam com alguma efusão a “queda” do Comité Confederal e a demissão do secretário-geral Santos Arranha; aqueles sindicalistas lêem esse acontecimento como um triunfo do «bom senso» sobre a «intolerância» e o «facciosismo do Comité e duma parte do Conselho Confederal», aludindo mesmo a uma «conspiração» que teria estado na sua base e lhes merece simpatia, saudando a oportunidade de se proceder a um «saneamento espiritual» mais vasto na Confederação¹⁴¹.

Depois, na senda do que fora escrito na declaração do Comité Executivo da ISV, publicada no nº 1 do mesmo órgão de imprensa,¹⁴² aquela e o Partido Comunista endereçam convite, por ofício, à CGT para uma reunião com o objectivo da constituição da «frente única do proletariado»; alegadamente, o convite fundamentava-se em objectivos de defesa dos interesses económicos dos trabalhadores, da criação de

¹³⁹ Resultados da votação do novo Comité Confederal: aprovado pelas USO de Viana do Castelo, Porto, Lisboa e Seixal (Almada absteve-se) e pelas Federações do Livro e Jornal, Mobiliária, Corticeira, Calçado Couros e Peles e Empregados no Comércio, e pelos Sindicatos (nacional) dos Chauffeurs e (isolado) dos Têxteis de Manteigas; rejeitado pela Federação da Construção Civil e Sindicato, dos Mineiros de Aljustrel e, em parte, pela Federação Metalúrgica; votos nulos da USO-Évora e Federação dos Trabalhadores Rurais.

¹⁴⁰ “Conselho Confederal [relato da reunião de 23-11-1923]”, *AB*, 24-11-1923. Vieira sairá novamente do Conselho no fim de Julho de 1924, por razões de saúde.

¹⁴¹ “A crise na CGT”, *A Internacional*, nº 2, 17-11-1923, p.1.

¹⁴² “Declaração do Comité Executivo dos Partidários da ISV”, *A Internacional*, nº 1, 03-11-1923, p. 3.

condições para a realização da «futura revolução» e da sociedade sem classes, tendo como pressuposto a Revolução Russa e os princípios fundadores da Internacional Sindical Vermelha.

Na CGT, o convite foi levado à apreciação do Conselho Confederal, que dias antes repudiara as «mentiras» de *A Internacional*, que havia publicado que o ex-secretário-geral Santos Arranha fora expulso do Comité Confederal¹⁴³; em resposta, filiando o convite na estratégia da ISV e «sob indicação desta», a CGT declina participar em quaisquer reuniões, por entender não existir o necessário «ambiente de mútua confiança» que exigiria a «terminação de toda e qualquer acção tendente ao fortalecimento das fracções, no sentido de evitar uma maior confusão, com que não beneficia o movimento social e por coerência com os métodos e tácticas sindicalistas, cuja eficácia não está desmentida»¹⁴⁴.

A posição da Confederação era, por conseguinte, que «a verdadeira unidade é aquela estabelecida dentro da organização sindicalista revolucionária», como referia um delegado numa reunião do Conselho Confederal, que, todavia, acrescentava que «além [desta] pode adoptar-se outra frente única com outros organismos, mas em circunstâncias muito especiais, sem que a organização operária perca a sua característica sindicalista revolucionária». No imediato, a primeira parte da frase aplicava-se com toda a propriedade; do que a segunda parte da afirmação pudesse significar, de facto, a prática futura da CGT haveria de mostrar que era uma questão de interpretação¹⁴⁵.

Globalmente considerado, o ano de 1923 afigura-se um ano muito complicado para a CGT – quebra de associados (Bento Gonçalves referencia a perda à roda de 30% do efectivo sindicalizado em pouco mais de um ano¹⁴⁶, em resultado da persistência da crise, das derrotas operárias nos anos anteriores, do aumento da repressão e «sobretudo [devido] à descrença das massas na CGT»), agudização do conflito com os sindicalistas comunistas e partidários da adesão à ISV, multiplicação de conflitos internos, a todos os níveis da organização, que minam a imagem da Confederação e a descredibilizam junto de amplos sectores da população sindicalizada, ideologicamente não-alinhada, que seriam provavelmente a maioria.

A CGT não consegue, neste ano, reverter a imagem negativa trazida do Congresso da Covilhã – e isso constituía uma necessidade absoluta para a organização recuperar posições junto dos trabalhadores.

¹⁴³ “Conselho Confederal [relato da reunião de 20-11-1923]”, *AB*, 22-11-1923.

¹⁴⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 23-11-1923]”, *AB*, 24-11-1923.

¹⁴⁵ “Relatório moral do Comité Confederal ao próximo Congresso Confederal”, *AB*, 18, 19, 20 e 22-10-1925.

¹⁴⁶ Bento Gonçalves assinala na obra já citada que a derrocada do anarco-sindicalismo em Portugal começou em 1923.

A queda e substituição da equipa dirigente eleita na Covilhã, em condições muito precárias e como solução de recurso, constituiu mais um passo na erosão das esperanças que tinham sido criadas no Congresso de Coimbra, em 1919.

Simbolicamente, a crise no Comité Confederal, que conduziu à queda de Santos Arranha, coincide com a evidência do fracasso de um projecto que a organização generosamente alimentara nos últimos meses de existência da UON e nos primeiros tempos da CGT – a construção da “Casa dos Trabalhadores”; acarinhado no Congresso de Coimbra, e depois, a campanha tinha esmorecido e deixara de ser referenciada n’*A Batalha*, que tinha sido o seu principal divulgador. Em Outubro de 1923 volta fugazmente ao diário confederal, onde se noticia a deliberação do Sindicato Único da Construção Civil de não entregar à “comissão pró-Casa”, que funcionava na USO-Lisboa, as verbas que o Sindicato ainda mantinha em seu poder, destinando-as à aquisição de instalações próprias – sendo ainda um dos mais poderosos organismos cegetistas, tendo sido provavelmente aquele que mais dinheiro angariara para o projecto da “casa-comum”, o Sindicato da Construção Civil de Lisboa dava publicamente o sinal de que a “Casa de todos os Trabalhadores” não passara de um projecto generoso e mobilizador de outros tempos¹⁴⁷.

¹⁴⁷ “A Casa dos Trabalhadores”, *AB*, 07-10-1923. Os trabalhadores da Construção Civil de Lisboa, no início da campanha, tinham decidido em assembleia geral que o dinheiro angariado seria sempre do Sindicato, se não se comprasse a Casa dos Trabalhadores. A classe, em Lisboa, teria angariado mais de 8,5 mil escudos, sendo que a população confederada e os seus organismos desconheciam, durante muito tempo, que destino tinha sido dado aos valores recolhidos; A seu tempo, quando do conflito entre a Federação da Construção Civil e a CGT, na sequência da expulsão de Joaquim Cardoso, a organização da Construção Civil tinha reclamado que as verbas recolhidas na classe fossem aplicadas em favor da classe, morrendo depois o assunto; a Associação de Classe dos Alfaiates de Lisboa

tinha, em tempos, exigido as contas junto da comissão pró-Casa e da USO-Lisboa, tendo esta levado o assunto ao Conselho Confederal, sem que tivesse tido qualquer desenvolvimento útil, voltando aquela mesma Associação a tentar obter esclarecimentos, em 1922, propondo uma tese ao Congresso da Covilhã, que não chegou a ser presente ao plenário nacional dos sindicatos.

CAPÍTULO VI

DA RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONFEDERAL AO “18 DE ABRIL”

No mesmo mês em que cai o Comité Confederal liderado por José Santos Arranha, no país político o presidente Manuel Teixeira Gomes acompanha a actividade de Afonso Costa, que convidou para formar governo. O desejo do presidente da República é que aquele a quem chamaram “racha sindicalistas” resolva a crise política em que vive o país e que reconcilie a “família republicana”. Naquela que será a sua última missão política no país, Afonso Costa falhará a tarefa que Teixeira Gomes lhe cometera, antes do governo do nacionalista Ginestal Machado (15-11-1923 a 14-12-1923) por oposição do Partido Nacionalista, e falhará tentativas idênticas que empreendeu antes da formação dos governos seguintes, do dissidente do Partido Nacionalista Álvaro de Castro (18-12-1923 a 06-07-1924) e de Alfredo Dias Gaspar (06-07-1924 a 22-11-1924). Tinha chegado ao fim o “longuíssimo” (para o padrão da I República portuguesa) período de estabilidade governativa, que constituem os governos de António Maria da Silva (Fevereiro de 1922 a Novembro de 1923).

Naquele mês de Novembro de 1923, a CGT apesar de imersa numa nova crise na sua direcção, procura transmitir para o exterior uma nota de serenidade – é este precisamente o título do editorial de *A Batalha* no dia em que Afonso Costa chega a Lisboa, vindo de Paris; o novo Comité Confederal toma posse em 13 de Novembro, investido em funções por Artur Aleixo de Oliveira, secretário adjunto do Comité cessante; no dia seguinte o Comité liderado por Manuel da Silva Campos dirige uma saudação ao proletariado organizado, quando prossegue a recolha de donativos a favor dos Mineiros de São Pedro da Cova, que haviam regressado ao trabalho após uma greve de dez semanas. Da Alemanha chegam notícias do falhanço de um golpe de estado fascista e da prisão de Hitler, enquanto a ditadura de Primo de Rivera se consolida em Espanha, incrementando a repressão sobre “avançados” e sindicalistas, e em Portugal se repetem apelos ao estabelecimento de uma ditadura ao estilo riverista. O Partido Comunista Português reúne pelos mesmos dias em congresso, enquanto prossegue o movimento de criação de Núcleos Sindicalistas Revolucionários de sua iniciativa, e, no meio de fortes críticas à CGT, o Partido aposta na constituição, com a organização cegetista, de uma frente única contra a ditadura; pelo mês de Dezembro adiante, quando se gora novo movimento revolucionário (radical, com a participação de elementos do Partido Comunista, havendo insinuações de ter tido o apoio do presidente Teixeira Gomes) e, depois da chegada ao governo de Álvaro de Castro, os Marítimos de Longo Curso põem fim a uma greve com duração superior a 60 dias, festejando a organização cegetista essa vitória, mas também a saída do forte de S. Julião da Barra de alguns

operários presos há meses, sem julgamento, bem como a publicação, numa iniciativa da equipa de redacção de *A Batalha*, de um suplemento literário ilustrado, às segundas-feiras. Mesmo a terminar o ano de 23 soube-se em Lisboa da prisão, em Espanha, de dois destacados elementos da CGT.

O novo secretário-geral a CGT, Manuel da Silva Campos, saíra para Espanha nos últimos dias do ano de 1923, provavelmente depois do dia Natal; vai acompanhado de Manuel Joaquim de Sousa, camarada de profissão, que foi quem primeiro ocupou aquele mesmo cargo na estrutura cegetista, e que no passado foi quem mais esteve envolvido em contactos com a Confederación Nacional del Trabajo, de Espanha. O destino dos dois é Sevilha, para se encontrarem com dirigentes daquela organização; como já se disse, um dos objectivos da deslocação é dar seguimento aos assuntos tratadas na reunião realizada em Évora, há menos de seis meses, provavelmente visando a formação de uma “Confederação Ibérica do Trabalho”.

No dia 28 de Dezembro, *A Batalha* anunciava terem eles sido presos em Sevilha, juntamente com elementos do Comité Nacional da CNT, que se havia transferido de Barcelona recentemente para ali. O governo de ditadura de Primo de Rivera relacionava essas prisões com um *complot* entre sindicalistas da CNT e da CGT com elementos comunistas, para realização de uma revolução ibérica¹. Durante praticamente três meses a CGT desdobra-se em iniciativas reclamando a liberdade para aqueles seus dirigentes, na sua imprensa, aprovando documentos e intervindo junto do governo português e da embaixada espanhola em Lisboa, ao mesmo tempo que manifestam apoio a elementos operários e sindicalistas perseguidos em exigem o indulto de condenações à morte em Espanha. Em Março de 1924, Sousa e Campos são libertados e colocados na fronteira portuguesa por agentes da polícia espanhola.

Ficava, assim, pelo caminho o projecto de constituição de um organismo federativo das organizações dos trabalhadores de Portugal e Espanha, em que as duas confederações se empenhavam, havia pelo menos dois anos.

1. CONTRA A DITADURA, A RERESSÃO E A ORGANIZAÇÃO PATRONAL, PELA PROMOÇÃO DO EMPREGO

É no domínio da política económica e financeira que os governos deste período se notabilizaram, apostando na estabilização da moeda, no controlo da fuga de capitais para o estrangeiro, no controlo da despesas e na redução do endividamento do Estado; as medidas tomadas pelos governos, em especial as relativas aos impostos, originaram uma reacção do patronato, estando na base da formação de um novo organismo patronal, que se propôs intervir politicamente, a União dos Interesses Económicos (UIE). Parte importante das movimentações sociais então verificadas visam, por um

¹ AB, 08-01-1924.

lado, manifestar oposição à instauração de um regime ditatorial, e por outro exigir medidas que conduzam a uma melhoria das condições de vida da população; mas serão também contra a UIE, contra o desemprego, contra a vida cara e os aumentos dos preços, contra a repressão – metódica, designadamente em Lisboa, conduzida pelo novo comandante da Polícia de Lisboa, Ferreira do Amaral – e pela libertação dos presos sociais, sobre quem impendem, sérias, e afinal, reais, ameaças de deportação.

O COMBATE CONTRA A AMEAÇA DE DITADURA. Assunto premente e que concita o essencial das atenções da CGT no princípio deste mesmo ano continuavam a ser as ameaças de instauração de uma ditadura, reclamada à direita incluindo no Parlamento. No mês de Fevereiro de 1924 este tema alimentou iniciativas múltiplas, nas quais encontramos a CGT directamente envolvida: o Comité Confederal e o Conselho, assumindo existirem «informações seguras» de que se prepara um golpe de estado para instituir um regime de ditadura conservadora, alertam a organização operária, em das notas oficiosas nos dias 13 e 14 de Fevereiro, para a necessidade de estar atenta e preparada para agir em caso de necessidade, apelando-se à realização de manifestações em todo o país². Na véspera, 13 de Fevereiro, tinha havido em Lisboa uma reunião de «revolucionários sociais» (em que a CGT, apesar de convidada, não se fez representar), a que *A Batalha* dá destaque, para preparar uma acção comum de combate ao movimento em preparação; nessa reunião, para a qual a CGT foi convidada, mas não se fez representar, gerando controvérsia e críticas à organização sindical, aprovou-se um documento em nome dos «elementos avançados, sem preocupação de escolas e independentes dos organismos a que pertencem [... que], pondo de parte as divergências de tática e de doutrina que os distinguem, [decidem] congregarem-se num esforço único, concertando uma acção revolucionária e uma [... formando] assim uma frente única para a defesa da Liberdade»; nesse sentido, nomeiam um comité secreto com 2 elementos de cada tendência social, mandatando-o para que se entenda com «os organismos sociais de tendências revolucionárias»; num período de quatro dias, realizam-se em Lisboa várias manifestações e comícios, promovidos quer pela União de Sindicatos de Lisboa, quer pelo autodenominado “comité da coligação republicana-social”, incluindo uma manifestação ao chefe de Estado, Manuel Teixeira Gomes, que falou aos manifestantes das janelas da Câmara Municipal, afirmando que «não admite o princípio da ditadura».

Uma das acções mais relevantes deste ciclo, muito participada, ocorreu na Praça dos Restauradores, cujo comunicado-convocatória, subscrito por João Camoesas, pelo PRP, Ramada Curto, pelo PS, Sebastião Eugénio, pelo Núcleo Sindicalista

² Nota oficiosa do Comité Confederal – “Ante a ameaça! A CGT dirige-se ao proletariado do país”, *AB*, 13fev1924, e nota oficiosa da CGT – “Ante a ameaça de ditadura a Confederação geral do Trabalho dirige-se ao povo de todo o país”, *AB*, 14-02-1924.

Revolucionário, Abel Pereira, pelo PCP, António Peixe, pelos Comunistas independentes, Miguel Correia, pelos Ferroviários do Sul e Sueste – anuncia que no mesmo interviriam também «individualidades da Confederação Geral do Trabalho e do PRR» (Partido Republicano Radical) – sendo que, se alguns dos oradores tinham de facto ligação com a CGT e se esta e o seu jornal manifestavam simpatia por aquela acção, nenhum representou ali, formalmente, a Confederação³.

A movimentação operária rapidamente ultrapassa o protesto contra o perigo da ditadura, alargando-se ao tema da carestia, reclamando-se do governo medidas concretas para lhe fazer face.

A REPRESSÃO E OS PRESOS SOCIAIS. Na relação com a organização operária, os governos “nacionalistas” mantêm a linha da governação de António Maria da Silva. No fim do ano de 1923, mas especialmente no ano seguinte, as acções repressivas contra organismos operários multiplicam-se – em Março, diversos sindicatos e a Federação dos Marítimos, em Lisboa, são assaltados pela polícia, acção que origina protestos, com *A Batalha* a denunciar desmandos e arbitrariedades «terroristas» das autoridades policiais contra organismos e militantes sindicais, apontando o dedo ao comandante da Polícia de Lisboa, Ferreira do Amaral, nomeado para as funções em Novembro de 1923. A acção “pacificadora” de Ferreira do Amaral sustentava-se no combate à Legião Vermelha, escalando a partir dos atentados a tiro, em Lisboa, contra o presidente da Associação de Armadores e contra um gerente da Companhia Portugal e Colónias, em Abril e Maio de 1924, respectivamente, e à medida que recrudescia a agitação social e laboral.

Além de outras acções, a polícia ocupa estações de correios e telégrafos durante a greve de Maio do mesmo ano, num mês em que se multiplica o número de detenções de grevistas e dirigentes sindicais, incluindo todos os membros do “comité de démarches” dos Manipuladores de Pão de Lisboa; o governo de Álvaro de Castro, pela mão do seu ministro Sá Cardoso e de Ferreira do Amaral, responde à agitação nas ruas com prisões, censura e impedimentos à circulação de jornais, incluindo *A Batalha*, que nos meses de Maio e Junho se encarna na denúncia sistemática, com três linhas principais: primeira, a repressão, o “terrorismo policial, o assassinato de operários (nos Olivais-Lisboa e em Silves), as detenções prolongadas sem julgamento, as ameaças de deportação e a censura; segunda, o «saque» da riqueza nacional que, na passividade do governo ou em conluio com este, operam a «a Finança, a Moagem, o Comércio e Monopolistas» como a Companhia dos Tabacos; terceira, a acção governamental (emblematicamente, a denúncia do roubo traduzido no embarque para Inglaterra, às escondidas, de reservas metálicas do Banco de Portugal) e o envolvimento de governantes em funções e

³ Lista dos oradores no comício dos Restauradores: Domingos Pereira, Artur Cardoso, Mário Domingues, Francisco Viana, Jaime Tiago, Manuel da Silveira, César de Castro, Artur Inácio, Alexandre Assis, Vicente Barbosa, Joaquim Pereira da Silva, Constantino Mendes, António Peixe.

negócios de companhias privadas – uma verdadeira campanha que redundará para o jornal cegetista em mais censura (ao ponto de a CGT instar os organismos confederados para se prepararem para secundar qualquer acção que viesse a ser decidida, aludindo veladamente à possibilidade de ser lançada uma greve geral⁴), mas também ao aumento das tiragens e das vendas.

A organização operária protesta de forma veemente contra a manutenção na prisão, nalguns casos sem julgamento e durante vários meses, de operários, que além de terem de suportar condições miseráveis nas prisões, correm o risco permanente de, a qualquer momento, poderem ser deportados. Em Janeiro de 1924 são cerca de 170 operários que aguardam, na prisão, que lhes seja definida a sua situação; entre estes estão 5, acusados de atentados dinamitistas, condenados no Tribunal de Defesa Social criado em 1920 pelo governo de António Maria Baptista⁵.

O aumento do número de presos e o prolongamento das detenções provoca problemas praticamente insuperáveis ao organismo confederal encarregado do apoio aos presos sociais – o Conselho Jurídico e de Solidariedade, que em boa verdade sempre tivera um funcionamento e acção muito irregulares, por insuficiência de recursos humanos e sobretudo financeiros – não existe capacidade humana para lidar com um excessivo número de situações, o advogado que trabalha para o Conselho Jurídico, Sobral de Campos, faz o que pode, ficando muitos casos por tratar, o dinheiro que a CGT destina, estatutariamente, para o Conselho Jurídico é insuficiente, com a agravante de os atrasos de pagamento dos organismos confederados se reflectirem directamente nas disponibilidades e na capacidade de acção daquele Conselho, e os valores obtidos através de campanhas de solidariedade são insignificantes para o que é preciso; alguns dos presos, uma minoria, beneficiam de um subsídio semanal de 25\$00 para alimentação e vestuário, atribuído pelo Comité de Solidariedade, mesmo este pago irregularmente. Pela secção de *A Batalha* “AVoz da Cadeia” passam apelos dramáticos e múltiplas notas de tragédias humanas, de presos e de familiares destes a viverem em situações de terrível degradação; além dos pedidos de apoio, alguns invocam o direito à solidariedade, pelo trabalho realizado a favor da causa comum e todos os oprimidos, como se lê repetidamente naquela secção, por onde passa também a mágoa de se sentirem «abandonados pelos trabalhadores»⁶.

O Conselho Confederal CGT ocupa-se especificamente da questão dos presos no mês de Maio de 1924⁷, quando o boato de novas deportações se insinua mais insistentemente; aparte algumas medidas de execução duvidosa, porque fundamentalmente dependentes de um acréscimo de meios humanos e financeiros, a

⁴ AB, 18-06-1924.

⁵ AB, 09-01-1924.

⁶ A título de exemplo, “A voz da cadeia”, AB, 11-10-1924.

⁷ Relatos das sessões do Conselho Confederal de 12 e 14-05-1924, AB, 15, 16 e 18-05-1924.

CGT parte para a organização de um grande movimento de protesto contra as deportações, pelos meios habituais (imprensa, comícios, representações ao governo e parlamento), admitindo-se mesmo a realização de uma greve geral, protestando-se em simultâneo contra a repressão e a ameaça de ditadura⁸.

Não obstante, nos últimos dias do governo Álvaro de Castro, parte de Lisboa o navio *Faro*, transportando para Angola 450 degredados, na sua maioria por implicação na tentativa revolucionária do “18 de Junho” de 1924; nessa «leva da morte», como se lhe refere *A Batalha*, estão alguns condenados a prisão maior por delitos sociais⁹. Mesmo assim, a CGT persiste na pressão – junto do governo de Castro, junto do novo ministro da Justiça do governo de Rodrigues Gaspar, empossado em Julho, e mesmo junto da Polícia de Segurança do Estado os elementos do Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade multiplicam-se em iniciativas para a libertação dos presos a aguardar julgamento e em pedidos de indulto para os que se encontravam presos na situação de «entregues ao governo», ao abrigo de legislação de excepção; em Julho foram postos em liberdade diversos presos do forte de São Julião da Barra, a que outros se seguiriam, não somente preventivos, mas também condenados¹⁰.

O MOVIMENTO DAS FORÇAS VIVAS. A política financeira e tributária dos governos, sobretudo do presidido por Rodrigues Gaspar, além da contestação popular e dos organismos operários, suscitaram forte oposição das associações patronais. No rescaldo do Verão quente – em termos sociais – de 1924, esse grupo de interesses deu um passo adiante, criando um organismo de resistência contra a aplicação de impostos já decretados para a indústria e construção civil e contra o novo imposto sobre bebidas engarrafadas e perfumes; na base da sua constituição esteve uma reunião, em 24 de Setembro, de delegados de associações do patronato reunidos para organizar o boicote aos novos impostos, nascendo desta acção a União dos Interesses Económicos, a integrar pelas Associações Industrial, Comercial do Porto, Comercial de Lisboa e Central da Agricultura Portuguesa. Por trás deste passo estão figuras de referência da indústria, comércio e agricultura nacionais como o patrão da CUF Alfredo da Silva, Martinho Nobre de Melo, João Pereira da Rosa, Nunes Mexia, Pequito Rebelo e Filomeno da Câmara.

A criação da União dos Interesses Económicos tem como objectivos dotar o patronato com uma estrutura organizativa que congregue e dirija todos os grandes e pequenos patrões na defesa dos seus interesses, designadamente exercendo pressão sobre

⁸ Ver a carta aberta da USO-Lisboa ao governo e Câmara dos Deputados contra as deportações (AB, 06-06-1924) e a nota do Comité Confederal da CGT apelando à vigilância contra a ditadura (AB, 07-06-1924).

⁹ AB, 08-08-1924.

¹⁰ José Gordinho e Manuel Viegas Carrascalão foram alguns dos que, tendo sido condenados e encontrando-se na “linha de deportação”, são soltos em Dezembro de 1924, já na vigência do governo de José Domingues dos Santos.

os poderes públicos para impor as soluções que defende, em matérias política, social, económica e financeira, e para promover uma resistência organizada às medidas governamentais potencialmente lesivas da sua actividade. Além disso, o novo organismo assume também uma vocação política, propondo-se vir a apresentar candidatos próprios em futuras eleições, vindo a concorrer no ano seguinte àquelas que serão as últimas eleições da I República. O jornal *O Século* será o porta-voz da UIE, e esta, além da intervenção política, promoverá activamente, dando-lhes designadamente suporte financeiro, acções golpistas como a tentativa de 18 de Abril de 1925 e o golpe de 28 de Maio de 1926.

A CGT denuncia desde muito cedo os propósitos da confederação patronal, associando-os às acções que apontam à instauração de um regime de ditadura; logo em 17 de Setembro de 1924, *A Batalha* denuncia os planos da Patronal de formar “somatenes” como os de Barcelona – os impostos são um mero pretexto, refere-se a propósito. Em 25 de Setembro, um dia depois do anúncio da criação da UIE, realiza-se em Lisboa um comício contra o movimento dos patrões, desencadeando-se uma forte campanha (imprensa, reuniões, comícios) dos organismos operários no seu conjunto contra o que aparece frequentemente designado como «movimento insurreccional dos açambarcadores». Em meados de Outubro, a UIE avança com uma acção que se pretende espectacular – alegadamente contra a má política económica, os agravos recebidos do governo, a prisão de Pereira da Rosa, secretário-geral da Associação Comercial de Lisboa, e em concreto contra o decreto do imposto de selo – de encerramento de todos os estabelecimentos comerciais durante 24 horas e (em 14-10), e dos estabelecimentos industriais por igual período no dia seguinte, que teve grande sucesso em Lisboa e Porto, mas bastante menor, sendo mesmo inexistente, noutros locais, como assinala o próprio diário cegetista, pondo repetidamente a tónica na alegada existência de «fins ocultos» por trás dos «manejos do patronato»; nas vésperas, o Conselho Confederal tinha debatido esse tema e resolvido alertar o operariado para a verdadeira natureza da acção patronal, aconselhando as classes trabalhadoras a não a favorecer, lançando um apelo para que todos se apresentassem ao trabalho nos dias do *lock-out* patronal – mas, apesar de tudo, deixando claro que o combate ao movimento das forças vivas não era uma acção a favor do governo.

O PÃO, A HABITAÇÃO E O EMPREGO. Liquidado o “pão político” no Verão de 1923, a CGT denuncia no princípio do ano de 1924 que o governo de Álvaro de castro e a *Moagem* se conluiaram com o objectivo de aumentar o preço do pão e de suprimir o pão de 2ª, mais barato; essa é a leitura que a Confederação faz do anúncio do governo de voltar ao regime de um tipo único de pão, pelo qual os organismos sindicais se haviam

batido no passado, quando o governo de então e a *Moagem* o substituíram pelo regime do pão de 1ª e pão de 2ª¹¹.

A questão seria retomada no Verão de 1924, quando o ministro da Agricultura chamou os representantes da CGT com o objectivo de lhes transmitir o novo preço do pão. A contestação dos novos preços – do pão, mas também, em Lisboa, dos transportes e, potencialmente, das rendas de casa, em resultado da publicação da nova lei do arrendamento urbano – conduzida em Lisboa pela União de Sindicatos, com o apoio da CGT, teve como resultado a anulação da nova tabela do pão.

Em ambiente de grande contestação social, que se mantém em alta desde há vários meses, pontuada por greves operárias e outros movimentos de massas, e por acções bombistas, principalmente em Lisboa, assinala-se a continuação da crise de emprego. O desemprego e a crise social são temas com cada vez maior espaço em *A Batalha*, que passa a incluir no último trimestre do ano de 1924 uma nova secção, justamente intitulada “Crise de trabalho e baixa de salários”. A crise afecta todos os sectores de actividade, por todo o país, ampliando um quadro negro que vinha de antes: na construção civil, na metalurgia civil, na indústria corticeira, na agricultura (em Évora, patrões querem baixá-los em 20%¹²; na têxtil, o jornal regista uma crise acentuada em Lisboa, há mais de um ano, e mais de 15 mil desempregados na Covilhã (Dezembro). São múltiplas as referências a situações de fome nas famílias operárias vítima do desemprego – 700 na Marinha Grande; cenário de miséria no Porto, onde funciona uma cozinha comunista e muita gente dorme na rua. Todas as estruturas sindicais dedicam uma atenção acrescida ao problema, que parece ser responsável por um aumento significativo (que chega a +20% até +50%) da participação nas reuniões de delegados tanto da USO-Lisboa, como na USO-Porto. «Para a crise devem convergir neste momento todas as atenções do proletariado», é a palavra de ordem lançada no princípio de Dezembro¹³.

Multiplicam-se as acções junto do governo, do parlamento e das autoridades municipais, exigindo a tomadas de medidas contra a crise – a Federação Corticeira entrega representação ao presidente do Ministério sobre o desenvolvimento do sector e a crise de trabalho nele existente¹⁴; em Dezembro de 1924 *A Batalha* lança um inquérito aos organismos sindicais, para identificar trabalhos que poderão ser realizados, pelo Estado e pelas Câmaras municipais, criando emprego e dinamizando a economia¹⁵. Mas o combate sindical continua a passar pela resistência à baixa dos salários – tirando partido da conjuntura de crise, afectado por aumentos de impostos em resultado da

¹¹ AB, 24-01-1924.

¹² AB, 29-11-1924.

¹³ AB, 09-12-1924.

¹⁴ AB, 25-11-1924.

¹⁵ “O inquérito de *A Batalha*”, AB, 12-12-1924.

reforma tributária, jogando com a contracção do emprego, na senda do que está a acontecer em muitos outros países, o patronato procura impor reduções de salários, numa acção concertada e persistente impulsionada pelas associações patronais, acabando por estender-se à generalidade das empresas; mesmo nos sectores com maior capacidade de resistência, como o corticeiro, que inclusivamente conseguem aumentos de salários em 1924, o patronato acabará por ganhar, como veremos.

Além das acções referenciadas, o movimento sindical cegetista empreende outras, de maior ou menor envergadura: em Guimarães, a resistência e o protesto faz-se através de uma greve geral, no fim de Outubro de 1924, que as fontes referem ter paralisado praticamente por completo a cidade, contra a pretensão do patronato local de baixar os salários em 25%; no Porto e arredores, o Sindicato Único do Calçado, Couros e Peles da cidade desencadeia, em Setembro, acções de sensibilização junto da classe para a centralização das oficinas, para defesa corporativa¹⁶, um assunto que será também objecto de uma tese apresentada ao congresso da classe, no fim de Outubro; mas há também outras iniciativas, porventura algo egoístas e inexpressivas, de alguns sindicatos, com que se pretende defender o posto de trabalho – nos Têxteis de Lisboa, a assembleia geral aprova uma moção instando os operários do sector a não procurarem trabalho em Lisboa, onde, referem, só os espera miséria e falta de trabalho; os *chauffeurs* do Porto, por seu turno, deliberam suspender o ensino da condução automóvel, para não criar desemprego no sector.

A questão do desemprego é tema recorrente nas assembleias magnas dos sindicatos, Federações e Uniões de Sindicatos, bem como nos congressos corporativos. No princípio de Novembro, a CGT publica um documento sobre o tema, aprovado em Conselho Confederal¹⁷, em que se referem como causas próximas da vida cara a instabilidade cambial e a desvalorização da moeda, a especulação e a evasão de capitais-ouro para o estrangeiro, apontando ao calculismo de «industriais estúpidos» a imposição da descida dos salários, pois a redução do poder de compra dos operários-consumidores tem por consequência, por via da contracção do consumo, menos vendas e menor actividade das empresas; centrando-se nos interesses do operariado, o documento preconiza como recurso único para fazer face à instabilidade cambial, que o Estado fixe um salário mínimo «em escudos-ouro, compatível com as necessidades de consumo», mas abstém-se nas lutas de interesses entre a “indústria nacional”, que defende a adopção de uma pauta proteccionista, e o “comércio nacional”, que advoga o livre-cambismo, declarando: «não cabe à organização [operária] colaborar no estabelecimento de um ou de outro princípio», pois a protecção pautal não significa menor exploração da mão-de-obra nacional e o livre-câmbio não torna as manufacturas

¹⁶ AB, 25-09-1924.

¹⁷ “Parecer da CGT sobre a carestia da vida e a actual crise nas indústrias”, AB, 08-11-1924.

mais acessíveis aos baixos salários do operariado português, determinando ainda, além do desequilíbrio da balança comercial e da drenagem do ouro para o estrangeiro, quando se trata da importação de produtos que possam fabricar-se no país, o encerramento de empresas e o desemprego. Consta que dentro de um ou outro regime não melhora a sua situação; a concluir, a CGT reforça «o espírito da luta de classes» reafirmado pelos organismos operários a propósito do “movimento das forças vivas” e da “greve” por aqueles promovida, especialmente, em Lisboa e Porto, apontando ao operariado que «as crises só terminam com a abolição do sistema capitalista.»

E aponta medidas concretas, como sejam: a instituição de bolsas de trabalho pelos organismos sindicais que as não tenham, para levantamento dos desempregados e subempregados, agitação para obrigar o governo a estabilizar o câmbio e a obrigar à reabertura de estabelecimentos fabris e oficinas encerrados, entregando a sua gestão a «técnicos e operários» facilitando-lhes os créditos necessários, a exigência pelos organismos sindicais ao patronato da fixação do salário mínimo em escudos-ouro, e que «só em último caso se reclame uma subvenção do Estado para os sem-trabalho»¹⁸.

Já em Novembro, têm lugar múltiplas iniciativas de protesto contra o desemprego e a baixa dos salários – comícios no Porto, Póvoa de Varzim, Lisboa (em 30 de Novembro mais de 5 mil pessoas, apesar do mau tempo), Sintra, Braga (onde se exige a reabertura das fábricas encerradas «por capricho patronal»), na Covilhã e noutros locais.

AS GREVES. O ambiente laboral ficou marcado, neste ano de 1924, por 47 greves, das quais 32 no primeiro semestre (ver detalhe desses movimentos e sua distribuição geográfica e sectorial nos Apêndices A e K).

De todas as greves neste período devem ser destacadas, no primeiro trimestre, a greve geral nacional dos Taneiros, declarada em Janeiro de 1924, a dos Marítimos de Sesimbra, com duração superior a 40 dias, durante os quais os filhos dos pescadores em greve foram acolhidos por famílias e Almada, a dos funcionários públicos, em Março, e a dos Operários Tecelões da Seda das fábricas das Amoreiras, Lisboa, com início em Fevereiro e que se prolongou por mais de 10 semanas, até Maio, secundada nos meses de Abril e Maio pelos seus congéneres do Porto; ainda no segundo trimestre, as greves dos Manipuladores de Pão, durante mais de 10 dias, em vários locais - Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo e Cova da Piedade – e mais duas greves corporativas: a primeira, dos Chauffeurs contra a elevação dos valores das multas, que envolveu profissionais de Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo, com efeitos menos marcados noutros locais, nos meses de Abril e Maio, que acabou por ser solucionada através de um documento-proposta apresentado pela CGT, com a anuência dos sindicatos¹⁹; a segunda, dos Corticeiros, uma nova greve nacional do operariado desta indústria, por

¹⁸ AB, 08-11-1924.

¹⁹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 14-05-1924]”, AB, 16-05-1924.

aumento de salários, declarada no dia 1º de Maio e que durará até ao mês seguinte. Já a aproximar-se o fim do ano, ocorre uma outra greve importante pela sua duração, a dos capitães dos barcos de pesca, nos meses de Outubro e Novembro de 1924.

Acrescem a estas mais quatro movimentos gerais de âmbito geográfico local: em Santarém, no mês de Fevereiro, em protesto contra o aumento do preço do pão; no Porto, no mês de Maio, que se terá estendido a Braga e Viana do Castelo, de apoio às greves dos Chauffeurs e dos Manipuladores de Pão, muito violenta no Porto, durante três dias, pautada por intervenções violentas da polícia e Guarda Republicana (a «traulitânia republicana»), sedes sindicais fechadas pela polícia, declaração do estado de sítio, rebentamentos de bombas, ocupação militar da cidade, grave ao ponto de a CGT tornar público que poderia vir a convocar um «movimento nacional»; em Silves e Portimão, em Junho, relacionada com a intervenção repressiva da Guarda Republicana, que provocou mortes e feridos por ocasião do regresso a Silves de crianças que haviam sido recolhidas em Portimão, Faro, Olhão e outras localidades durante a greve dos operários corticeiros locais²⁰; finalmente, uma quarta, em Guimarães, no mês de Outubro, contra a tentativa patronal de reduzir os salários.

2. UM DESEJADO «PRENÚNCIO DE RESSURGIMENTO» NA FRENTE ORGANIZATIVA

Apesar dos muitos problemas com que se confrontava a CGT, a sua direcção dá, em Outubro de 1924, um sinal público de confiança no desenvolvimento da organização, ao assinalar que «nestes últimos tempos temos, com regozijo, registado entre o operariado uma benéfica efervescência, que tomamos como prenúncio duma época de ressurgimento.»²¹ No mesmo sentido, no balanço sindical do ano, feito dois meses depois, num editorial de *A Batalha*, se escreve que «a actividade da classe operária num sentido de progresso social e revolucionário [...] assumiu durante este ano de 1924, prestes a expirar, proporções até hoje não atingidas em Portugal», manifestando um «certo orgulho e satisfação» pelo facto de, não obstante o ano ter «decorrido relativamente calmo em matéria de agitação, um grande trabalho de metódica propaganda e de sólida organização se tem feito.»²²

Na base de tais apreciações estão os trabalhos desenvolvidos de agitação e propaganda, em especial na província, de que se evidencia a frequência com que passaram a ocorrer as sessões de propaganda sindical pelo país, evidenciando um certo

²⁰ Veja-se José Reis Sequeira – *Relembrando e comentando*, pp. 60 e seguintes, que refere que de todo o Algarve, de Vila Real de Santo António até Lagos, tinham chegado solicitações de «crianças filhas dos grevistas para alimentar e confortar.»

²¹ “Congressos operários”, *AB*, 19-10-1924.

²² “O ano sindical”, *AB*, 12-12-1924.

carácter de regularidade, o número de classes que se organizaram sindicalmente e as conferências e congressos realizados ao longo do ano – dos secretários-gerais das duas secções do em que se organiza o Conselho Confederal, das Uniões (onde foi discutida a nova estrutura organizativa local) e das Federações, a conferência dos sindicatos de Lisboa, envolvendo organismos confederados e “autónomos”, e diversos congressos federativos, com destaque para o dos operários da indústria de Conservas, que avançam para uma organização autónoma dos Metalúrgicos, a dos Marítimos, que se afirmam autónomos da CGT em matéria de relações internacionais, e a dos operários da indústria de Tanoaria, que avançam para a organização da sua Federação sindical.

Assiste-se também neste período à formação de novos organismos sindicais – o Sindicato da Construção Civil de Montemor-o-Novo e o Sindicato dos Fabricantes de Papel de Vale Maior, Albergaria-a-Velha, os Sindicatos da Construção Civil de Reguengos de Monsaraz e de Braga (reorganização), a Associação de Classe dos Rurais de Estremoz (também reorganizado), a Associação dos Enfermeiros e Enfermeiras da Região Sul, os Sindicatos Únicos dos Operários Municipais de Lisboa e do Pessoal Menor dos Teatros e Cinemas e a Associação de Classe dos Mineiros de São Domingos, os dois últimos ingressando de imediato na CGT, onde o organismo dos mineiros passa a ter representação directa no Conselho Confederal. Há também notícias da reorganização as USO de Guimarães e de Portimão.

No capítulo das adesões à CGT, além das já referidas, retenham-se a da Federação Marítima, com incidência directa no Conselho Confederal, onde passa a ter delegados no princípio do ano de 1924, o mesmo acontecendo depois com a recém-constituída Federação dos Tanoeiros; Sindicatos Únicos Metalúrgico Coimbra, da Construção Civil de Viana Castelo, dos Fogueiros de Mar e Terra de Lisboa, dos Sindicatos dos Fragateiros do Porto de Lisboa, dos Trabalhadores dos Armazéns de Vinhos de Lisboa e dos Manipuladores de Pão de Coimbra, assinalando-se ainda a adesão do Sindicato do Pessoal dos Ferroviários do Sul e Sueste à Federação Ferroviária.

Nos principais organismos parece verificar-se um maior índice de actividade e de envolvimento de delegados e activistas no trabalho sindical, nomeadamente nas reuniões do Conselho Confederal, onde voltam a participar em Abril os delegados do Sindicato do Pessoal do Arsenal de Marinha, após mais de seis meses de ausência, sanado que foi, por iniciativa dos órgãos confederais, um incidente ocorrido em Setembro de 1923 motivado por uma moção de Artur Aleixo de Oliveira que o Conselho aprovara, que os delegados daquele sindicato haviam considerado ofensiva²³; também na USO-Lisboa melhoram os índices de participação dos delegados.

²³ Após um longo processo de troca de missivas e de explicações da CGT, não aceites pelo Sindicato, o Comité Confederal reuniu com delegados do Sindicato, acordando as condições do regresso ao Conselho dos arsenalistas de Marinha, que passaram pela aprovação naquele órgão confederal e a divulgação de um documento onde era referido que a moção apresentada por Artur Aleixo de Oliveira,

Todavia, a organização continua incapacitada de crescer fora dos maiores núcleos urbanos – que é quase o mesmo que dizer, Lisboa, Porto e respectivas envolventes geográficas; é uma evidência para todos os activistas e dirigentes, que os secretários-gerais das Uniões de Sindicatos reforçam na sua conferência do fim do ano de 1923, propondo a constituição de delegações permanentes de propaganda. Mas, faltam os meios financeiros, sequer para satisfazer pedidos pontuais que são endereçados à “Central”, como assume repetidamente Conselho Confederal²⁴; a premência do problema levará, depois, o mesmo órgão confederal a aprovar um documento sobre as delegacias à província, que prevê a articulação entre as confederais e as federais, bem como a criação de uma comissão que defina quais os assuntos de «ordem económica, moral e sociológica» a que se devam cingir as intervenções dos delegados em acções de propaganda e que criem instrumentos de aumento de conhecimentos com o objectivo de criar novos militantes, remetendo para mais tarde, logo que as disponibilidades da CGT o permitissem, a criação das delegações permanentes reclamadas pelos secretários-gerais das Uniões²⁵.

CONFERÊNCIAS SINDICAIS E CONGRESSOS CORPORATIVOS. No quadro de um «prenúncio de ressurgimento organizativo» que a direcção da CGT identifica na actividade desenvolvida no ano de 1924, destacam-se as conferências dos secretários-gerais das Uniões de Sindicatos e dos secretários-gerais das Federações (Dezembro de 1923 e Abril de 1924, respectivamente), a Conferência Inter-Sindical de Lisboa, também em Abril, e as duas conferências dos sindicatos da Indústria Gráfica, em Novembro; quanto aos congressos, têm lugar quatro – dos Metalúrgicos (Abril), da Construção Civil (Junho), das Classes Marítimas (em Outubro, antecedido por uma conferência Inter-Sindical dos sindicatos de Lisboa), dos Corticeiros e da Indústria do Calçado, Couros e Peles, ambos em Novembro, e dos Conserveiros, em Dezembro, onde se constitui a respectiva federação sindical.

Começamos pelas Conferências dos secretários-gerais.

[CONFERÊNCIA DOS SECRETÁRIOS-GERAIS] Sob a presidência de Jerónimo de Sousa, na qualidade de secretário da secção das Uniões do Conselho Confederal, a Conferência dos Secretários-Gerais das USO reuniu em Lisboa, nos dias 30 e 31 de Dezembro de 1923, sendo esta a primeira vez que ocorre tal conferência, que o estatuto confederal previa que se realizasse anualmente²⁶. Estão representadas 5 Uniões locais de Sindicatos

em Setembro de 1923, não pretendia ser ofensiva para o Sindicato do Arsenal de Marinha. Ver relatórios das reuniões do Conselho Confederal de 09 de Janeiro e 14 de Fevereiro de 1924, *AB*, 11-01-1924 e *AB*, 15-02-1924.

²⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 09-01-1924]”, *AB*, 11-01-1924.

²⁵ “Conselho Confederal [relato das reuniões de 01 e 09-04-1924]”, *AB*, 02 e 10-04-1924.

²⁶ *A Batalha* refere-se com maior detalhe à Conferência dos Secretários-gerais das Uniões de Sindicatos nas suas edições de 30-12-1923 e 01-01-1924, apresentando nesta última o respectivo relato dos trabalhos.

(USO) – Viana do Castelo, Porto, Lisboa, Seixal e Faro – das 7 em actividade²⁷, não estando presente o secretário-geral da USO-Évora, que justificou a sua ausência; Carlos Coelho, do Comité Confederal, representa a CGT.

Nos seus relatórios à Conferência, aqueles militantes fazem o ponto de situação da organização local, pondo a tónica nas insuficiências e nos problemas a resolver: no Seixal, referencia-se uma actividade quase nula da USO, em resultado do desinteresse da maior parte dos trabalhadores locais; em Faro, a pouca vida da organização é atribuída à falta de militantes – o alheamento e desinteresse das populações operárias na actividade sindical e a carência de elementos militantes são aliás problemas comuns, também assinalados pelos representantes das USO de Viana do Castelo, Porto e Lisboa, acompanhadas de queixas de que os sindicatos não são suficientemente cuidadosos na escolha dos seus delegados às USO, não enviando, como se reputa importante, os seus melhores elementos; o secretário-geral da USO-Porto aponta a necessidade de uma remodelação completa da estrutura dos organismos de coordenação local, a que preside, s e sindicatos não mandam bons militantes para a USO.

É consensual a urgência de serem estabelecidas delegacias permanentes a nível local, exercidas por militantes dos grandes centros, em especial Lisboa e Porto, dando-se execução às deliberações do Conselho Confederal nesta matéria, assinalando-se como condição que os mesmos possam, nos locais onde estejam deslocados em trabalho sindical, continuar a trabalhar nas suas profissões; sendo que os quantitativos dos subsídios atribuídos aos delegados permanentes são muito baixos e insuficientes, os secretários-gerais das USO deliberam pedir ao Conselho Confederal que procure entender-se com as Federações, para que estas ajudem no pagamento do subsídio aos delegados permanentes.

Em termos de organização, aqueles dirigentes aprovam o estatuto das Câmaras Sindicais de Trabalho, as estruturas que visam substituir as USO, nelas integrando as duas vertentes de defesa dos proletários, enquanto produtores (horários de trabalho, aumentos de salários, higiene no local de trabalho, que são do âmbito sindical) e enquanto consumidores (a ganância dos comerciantes, dos açambarcadores e senhorios) e das Juntas Sindicais²⁸.

Os secretários-gerais das Federações reúnem em Lisboa, no dia 27 de Abril de 1924, numa organização do Comité Confederal e do secretariado da secção das Federações do Conselho Confederal; também se fazem representar os Sindicatos

²⁷ As Uniões de Sindicatos presentes tiveram a seguinte representação: Ernesto Luís Alves (Viana do Castelo), Inácio Santos Viseu (Porto), Manuel Figueiredo (Lisboa), Manuel Tavares Cambra (Seixal); não se fizeram representar as USO de Almada e Évora, que tudo indica estavam activas, com representação no Conselho Confederal ainda no último trimestre de 1923; tomando como referência a representação no Congresso Nacional de 1922, ficaram, entretanto, inactivas as USO de Vila do Conde, Aveiro, Coimbra e de Olhão, sendo que a do Seixal não se fez representar naquele congresso.

²⁸ Ver “Preparando a Conferência Inter-Sindical”, *A Batalha*, 09-01-1924.

Nacionais e os Sindicatos Isolados que, nos termos estatutários da CGT, integram aquela secção do Conselho.

Estão representadas 9 Federações, 2 Sindicatos Nacionais e 2 Sindicatos Isolados – respectivamente, as Federações da Construção Civil, Corticeira, Empregados Comércio, Couros e Peles, Ferroviária, Livro e Jornal, Marítima, Metalúrgica, Mobiliária, Rural e Tanoaria; Sindicatos do Arsenal do Exército, do Arsenal de Marinha e dos Chauffeurs; e Sindicatos dos Mineiros de Aljustrel e Têxtil da Covilhã²⁹; o secretário-geral da CGT representa a Confederação na Conferência, e Artur Cardoso e Carlos José de Sousa representam a Secção confederal das Federações.

Os informes à Conferência, dos vários organismos, deveriam responder a um conjunto de quesitos que lhes haviam sido previamente identificados pelo secretariado da Secção das Federações; o da Federação Metalúrgica é aquele de que temos maior detalhe³⁰, identificando a necessidade de intensificação dos transportes no país, o desejo de que a importação de máquinas para a indústria se fizesse somente para satisfação das necessidades indispensáveis do país, por forma a não ter efeitos negativos na indústria nacional e no emprego das classes metalúrgicas, a defesa da introdução da indústria siderúrgica, e ainda duas questões específicas em matéria da orgânica sindical: a constituição de uma Federação dos Operários dos Transportes e a organização sindical metalúrgica com base na matéria-prima, declarando-se por consequência no direito de, neste sentido, fazer propaganda por todo o país³¹; por seu turno, a Federação Rural aponta a necessidade de um bom aproveitamento da terra, para tornar o país auto-suficiente, referindo-se ainda à aplicação de maquinaria na agricultura, que contribuirá para o desenvolvimento da indústria metalúrgica nacional, e à necessidade de intensificação dos transportes; já a Federação da Construção Civil aponta a necessidade de se exigir do Estado medidas de incremento da construção (edificação de bairros sociais, escolas, obras de canalização em várias cidades e a reabilitação dos prédios urbanos que ameaçam ruína; o representante dos Sindicato dos Mineiros de Aljustrel

²⁹ Os delegados à Conferência das Federações foram os seguintes: Alberto Dias (Construção Civil), Silvério Santos (Corticeira), Manuel de Sousa (Empregados no Comércio-Zona Norte), Rosendo José Viana (Calçado, Couros e Peles), António Mendes (Livro e Jornal), Marítima (não identificado), Jacinto Rufino (Metalúrgica), Manuel Nunes (Mobiliária), Vital José (Rurais) e Tavares Adão (Tanoaria), Júlio Luís (Sindicato do Arsenal do Exército), Abílio Alves de Lima (Sindicato do Arsenal de Marinha), Augusto Vitoriano Machado (Sindicato dos Mineiros de Aljustrel) e João Lopes Bola (Sindicato Têxtil da Covilhã). O relato da Conferência dos Secretários-Gerais das Federações, Sindicatos Nacionais e Sindicatos Isolados é dado em AB, 26 e 29-04-1924.

³⁰ Sobre os relatórios dos restantes organismos (Federações do Calçado, Couros e Peles, do Livro e Jornal, Mobiliária, Empregados no Comércio, Tanoeiros, e Sindicato Têxtil da Covilhã) não há qualquer detalhe.

³¹ AB, 02-04-1924. Os Metalúrgicos mantêm aqui fidelidade ao princípio da constituição dos sindicatos únicos com base na matéria-prima; são os únicos a fazê-lo, pois a generalidade das classes adoptou-se o princípio da organização com base no produto; enquanto isso, os Soldadores das fábricas de conservas davam passos significativos para se autonomizarem dos sindicatos metalúrgicos e organizarem numa mesma estrutura a população operária do sector conserveiro. Veja-se, mais à frente, neste capítulo, o relato do Congresso Conserveiro.

refere-se no trabalho apresentado a diversos aspectos técnicos da indústria mineira. Nem o Sindicato do Arsenal do Exército, nem o do Arsenal da Marinha apresentam qualquer relatório, uma atitude a que, provavelmente, não terão sido alheios incidentes ocorridos, duas semanas antes, na Conferência Inter-Sindical de Lisboa, como se verá mais adiante.

A Conferência dos secretários-gerais das Federações, Sindicatos Nacionais e Isolados tomou algumas decisões, referenciando também, em matéria de organização, a necessidade de se constituírem as Federações dos operários das indústrias têxtil e mineira, e a necessidade de organizar os operários da indústria química, deliberando ainda a realização, numa base trimestral, da Conferência dos secretários-gerais, e que, os delegados que se desloquem à província em missão de propaganda dos respectivos congressos corporativos façam propaganda geral para todas as classes, sendo ainda deliberado que a Secção confederal das Federações empreenda o estudo das delegacias permanentes na “província”, para apresentação ao Conselho Confederal.

[CONFERÊNCIA INTER-SINDICAL DE LISBOA] A Conferência Inter-Sindical de Lisboa, inicialmente prevista para o mês de Janeiro de 1924, reuniu de facto nos dias 14 a 16 de Abril, nas instalações do Liceu Camões. Como ponto mais importante dos trabalhos, a discussão do projecto das Juntas Sindicais, a criar no quadro da remodelação das Uniões locais de Sindicatos, no seguimento da decisão dos secretários-gerais das USO de transformar estas em organismos vocacionados para tratar das questões do operariado na dupla perspectiva de produtores e consumidores, actuando as Juntas Sindicais complementarmente aos sindicatos, para as questões não estritamente profissionais³².

São cerca de 180 os delegados participantes, em representação de 54 sindicatos, uma parte destes não aderentes à União de Sindicatos, das Federações e da CGT. A controvérsia sobre o direito de voto inaugura a conferência: a comissão organizadora propunha que, tal como as Secções sindicais representadas na conferência, os sindicatos “nacionais” (5 no total – Chauffeurs Marítimos, Empregados do Estado, União Professorado Primário e os poderosos sindicatos dos dois Arsenais) e os 2 sindicatos “regionais” (Chauffeurs em Portugal e Ferroviários da CP) tivessem apenas voto consultivo, por não terem a qualidade de sindicatos “locais”, em conformidade com os

³² Veja-se o relato da Conferência Inter-Sindical de Lisboa em *A Batalha*, 11 e 12 e 15 a 17-04-1924, e também a referência à mesma conferência na edição de 9 de Janeiro do mesmo ano. Manuel Joaquim de Sousa reproduz em *O Sindicalismo em Portugal*, pp. 150-154, os estatutos-tipo das CST, referindo em nota (pp. 237-238) as razões da CGT para impulsionar a substituição das USO pelas CST: aquelas, tendo um âmbito de actuação local, mas constituídas apenas por sindicatos; as CST constituiriam um alargamento da base sindical, “sindicalizando” a restante população local de consumidores, integrados em organismos autónomos (juntas sindicais), integrando num «municipalismo popular» os produtores através dos seus sindicatos e a restante população activa através dos agrupamentos de moradores. Emídio Santana (*Memórias de um militante anarco-sindicalista*, pp. 110-112) põe em evidência o valor desta alteração da estrutura das Uniões Locais de Sindicatos, com o objectivo declarado de alargamento da sua acção à comunidade local, num verdadeiro exercício de democracia directa.

critérios definidos nos Congressos Nacionais; ao cabo de muita discussão, com muitas trocas de acusações, a Conferência aprovou, por maioria dos 49 votos entrados, a atribuição de voto deliberativo a todos os sindicatos presentes, incluindo os não aderentes à USO. Estava dado o tom do que seria globalmente esta reunião de sindicatos.

De imediato estala nova polémica: tendo os sindicatos “nacionais”, na CGT, estatuto equiparado às Federações, se a Conferência os considerara equiparados a sindicatos, atribuindo-lhes voto deliberativo, o mesmo deveria fazer em relação às Federações. Regista-se então a primeira ameaça de saída: os delegados do Sindicato dos Cortadores, declarando terem posto de parte divergências ideológicas, declaram que se outros não o fizerem e continuarem as manifestações de intolerância, retiram-se da Conferência e abandonam a USO-Lisboa.

Na discussão do Projecto das Juntas Sindicais³³, o ambiente ficou ainda mais conturbado; grande controvérsia, com acusações cruzadas de que se quer distorcer as decisões aprovadas nos Congressos Nacionais da CGT e que só estes podem modificar, que as teses não respeitam o princípio da luta de classes, entre outras; a seguir, é apresentada uma proposta de uma nova estrutura sindical, subscrita pelos Sindicatos do Arsenal do Exército, do Arsenal de Marinha, Descarregadores de Mar e Terra, Medidores de Cereais, Empregados do Estado, Maquinistas Fluviais, Chapeleiros, Catraeiros, Alfaiates, Cortadores e Caixeiros: criação de Uniões de Sindicatos por regiões, abrangendo mais de um distrito, a criação em Lisboa e Porto e demais cidades com grande concentração industrial, de sindicatos por empresa (em Lisboa, na Companhia das Águas, Município, Carris, Gás e Electricidade, Arsenais, Imprensa Nacional, Correios e Telégrafos, Exploração do Porto de Lisboa, Casa da Moeda, e outros) ou sindicatos de indústria, «tendo por base, não a matéria-prima, o que leva à prática de verdadeiros absurdos [em localidades de pequena indústria], mas a conjugação de esforços das profissões correlativas para a execução das utilidades» (isto é, de forma mais prosaica, com base na produção e não na matéria-prima); ainda em Lisboa e Porto, a criação de secções dos sindicatos ao nível de bairro, e de conselhos de fábrica, oficina, armazém ou obra quando haja mais de 20 empregados ou operário; nos concelhos com menor presença operária, a constituição de sindicatos gerais, englobando todos os assalariados, e, finalmente, a criação de secções das Uniões de Sindicatos nos concelhos onde haja mais de 3 sindicatos³⁴. No entender deste grupo de sindicatos, a

³³ Veja-se o “Projecto de Estatutos da Junta Sindical”, *AB*, 30-12-1923. A estrutura a criar, ao nível de freguesia ou bairro, agregando trabalhadores confederados, sindicados ou não, tem como fins o estudo e defesa dos interesses económicos e sociais comuns aos seus filiados, em matéria de inquilinato, qualidade e disponibilidade de bens de primeira necessidade, escolas e outras instituições de instrução e assistência, condições de higiene e conservação de habitações, esgotos, jardins, estabelecimentos comerciais e industriais, bem como promover e propor a sindicalização de todos os trabalhadores da respectiva área.

³⁴ *AB*, 15-04-1924.

criação das Juntas Sindicais como era proposta contrariava a matriz confederal definida nos Congressos Nacionais, por apontar à organização dos trabalhadores não com base na profissão exercida, mas no local de residência, admitindo mesmo o agrupamento, nas Juntas, de indivíduos sindicados e não sindicados, contribuindo assim para o abandono dos sindicatos, e também nessa medida era verdadeiramente anti-sindical³⁵.

Presente esta proposta, há requerimentos no sentido de a mesma baixar à USO ou à CGT para apreciação e estudo, com pretexto de que estão em causa questões de âmbito nacional e não apenas local, sendo que só destes a Conferência se poderá ocupar e deliberar.

Polémica, votações, impugnações; posto isto, os delegados de 12 sindicatos da “sensibilidade minoritária”, na sua maioria não filiados na CGT (ainda que 5 dos 12 fossem aderentes da USO-Lisboa), decidem abandonar a Conferência, um gesto que, do outro lado, é referenciado como um “facto [embora] desagradável”, mas afinal um “incidente banal em conferências e congressos”, nas palavras do próprio secretário-geral da CGT³⁶.

No reatamento dos trabalhos, estão presentes somente os delegados de 34 sindicatos; a Conferência empreende então a aprovação de um protesto contra a introdução da cédula pessoal e de um outro exigindo a amnistia dos presos sociais; finalmente, delibera a criação de uma comissão especial encarregada de elaborar os estatutos da CST e os das Juntas Sindicais, em conformidade com os princípios votados nos Congressos Nacionais, cabendo à CST a organização das Juntas, e admitindo a possível criação, em cada localidade, de um sindicato misto no qual pudessem ingressar os operários de profissões ou mesteres que não tivessem número suficiente de operários para se organizarem por especialidade³⁷.

Um ponto relevante trazido à presente investigação pelo relato desta Conferência e que é muito importante para o conhecimento da CGT, sobre a qual são muito escassos os dados quantitativos, é a intervenção do secretário-geral da USO-Lisboa, Manuel de Figueiredo, que além de apresentar um bom diagnóstico do estado da organização em Lisboa e das suas causas; diz ele: em 1919 chegaram a estar aderentes à USO-Lisboa cerca de 20 mil operários, mais 15 mil do que em 1913; no fecho de 1923, aquele número baixou para 10 mil; o acréscimo de entradas de operários nos sindicatos,

³⁵ “A Conferência Inter-Sindical da USO de Lisboa”, *O Arsenalista*, 01-05-1924, p. 2.

³⁶ *AB*, 16-04-1924. Assinale-se que, na votação do parecer da comissão de mandatos, na primeira sessão da Conferência, tinham sido contados 50 votos; na votação que encerrou a terceira sessão, em 14 de Abril, o número de votos foi de 29 – tantos eram, na sequência dos incidentes registados, o número de organismos então ainda presentes na Conferência. Por curiosidade e contraste com os acontecimentos ali verificados, registe-se a epígrafe com que *A Batalha* abria, nesta mesma edição de 16 de Abril, a ocupar mais de 90% da primeira página, o relato da Conferência, até ao abandono dos delegados: “Aperfeiçoando a Organização Operária”.

³⁷ Para essa comissão foram nomeados pela Conferência Manuel Joaquim de Sousa, Jerónimo de Sousa, Jorge Campelo, Henrique Marques, Manuel Figueiredo, Joaquim da Silva e Alfredo Lopes.

acrescenta aquele dirigente, verificou-se sobretudo no pós-Guerra, devido por um lado à intensificação do trabalho, ao aumento da procura de mão-de-obra, ao aumento dos salários e à mobilização do operariado para as reivindicações e a luta – os sindicatos foram, então, “verdadeiras empresas de greve pró-aumento de salário”, para repor poder de compra, face ao aumento do custo de vida, sendo que essa pressão da massa forçava os militantes e arrastava-os para esses movimentos de reivindicação; depois, passado o período 1919-1920, o efeito cumulativo da crise de trabalho e da emigração, por um lado, tornando impossível a repetição dos sucessivos movimentos de greve por aumentos de salários que se verificara naquele biénio, e por outro a reacção e oposição, pelos militantes, à greve sistemática, constituem «a determinante do afastamento dos sindicatos daqueles que dele se haviam socorrido sem outro ideal, além do de conquistar maior salário».

[CONGRESSO METALÚRGICO] A organização metalúrgica reúne o seu II Congresso em Coimbra, entre os dias 20 e 23 de Abril de 1924, com a presença de delegados directos de 9 sindicatos, de um total de 14 cuja actividade então se referencia; também presentes, apenas com voto consultivo, o Comité Metalúrgico do Norte e os sindicatos dos Ferroviários do Sul e Sueste e da CP, sendo a CGT representada pelo secretário-geral, Manuel da Silva Campos ³⁸.

O congresso deveria durar dois dias, mas veio a prolongar-se por mais um, devido a um incidente logo no início, na discussão do regulamento, entre elementos dos Sindicatos Únicos de Lisboa e do Porto; em resultado deste incidente, que ocupou o tempo reservado para 2 das 6 sessões previstas, os delegados do Porto chegaram a suspender a participação nos trabalhos, ameaçando mesmo abandonar o Congresso³⁹. A tónica dominante no Congresso foi, aliás, a discussão, por vezes muito acesa e pautada por incidentes, apesar de tudo com a procura muito activa por parte de alguns delegados de pontes de diálogo «para que tudo chegasse a uma concordância»; na prática, o Congresso como que sistematiza a fricção existente entre os organismos sindicais metalúrgicos de Lisboa e do Porto, especialmente entre a Federação Metalúrgica e o Comité (federal) Metalúrgico do Norte (equivalente a um desdobramento da Federação, no Porto). Como pontos centrais dos trabalhos estavam a estrutura sindical orgânica das

³⁸ Fazem-se representar, de Norte para Sul, os sindicatos metalúrgicos do Porto, Gaia, Coimbra, Vieira de Leiria, Peniche, Almada, Portimão, Faro e Vila Real de Santo António; referenciam-se também os sindicatos metalúrgicos de Aljustrel, Braga, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, que não se fazem representar no congresso. Vários sindicatos não satisfizeram a quota obrigatória de adesão, apesar de estarem presentes. O relato dos trabalhos do II Congresso Metalúrgico está publicado em *A Batalha*, nas edições de 22 e 24 de Abril de 1924.

³⁹ O primeiro incidente do Congresso teve na base a apresentação pelo Sindicato do Porto de uma tese constituída por um documento que antes tinha sido debatido e recusado em assembleia geral pelo Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, que propunha a constituição dos sindicatos de indústria da classe por produto em substituição dos sindicatos únicos pelo critério da matéria-prima.

classes metalúrgicas, a nível básico, dos sindicatos, e a nível federativo, e a questão financeira.

Quanto à primeira, em síntese, é reposta no Congresso a questão sindicato único ou sindicato de indústria, aqueles organizados tomando como base a matéria-prima utilizada na produção, estes organizados pelo produto; o Sindicato Único do Porto apresenta no Congresso uma tese propondo que a base da organização metalúrgica passasse a ser o Sindicato de Indústria, uma posição contrária à “tese oficial” da Federação Metalúrgica e do Sindicato Único de Lisboa, que além do mais repunha uma proposta (supostamente o mesmo texto) discutida e rejeitada tempos antes neste último, em assembleia geral; o facto gerou uma grande controvérsia e violência verbal no Congresso, vindo a proposta ser retirada, em conjunto com a proposta de organização apresentada pelo sindicato de Lisboa; outro tema quente em discussão, imposto pelo delegado dos Metalúrgicos de Portimão, foi a situação dos operários soldadores nos sindicatos metalúrgicos e na Federação. Sobre estas matérias, o Congresso veio a deliberar a manutenção da organização com base nos sindicatos únicos, da estrutura federativa existente e do Comité Federal do Norte, juntando-lhe um segundo, o Comité Federal do Algarve; quanto aos operários soldadores, foi reafirmado que aqueles operários «são sem dúvida metalúrgicos, mas que estes devem procurar os seus sindicatos e Federação, denominadamente Sindicato Único da Indústria de Conserva e Federação da mesma indústria», mas» para que estejam organizados e até conseguirem o seu desideratum de trabalhadores da indústria de conservas, foi resolvido que estes continuarão dentro da Federação Metalúrgica.»⁴⁰

Sobre o valor das quotas, sendo consensual a dificuldade junto da população sindicalizada de aumentar o seu valor, deliberou-se manter inalterada a quota dos sindicatos para a Federação, mas preconizando o desenvolvimento de activa propaganda entre a classe metalúrgica tendente a assegurar uma quota mínima semanal de 30 centavos; fixou-se ainda a repartição da receita entre a Federação e os Comités federais do Norte e do Algarve na base de 50%, 35% e 15%, respectivamente.

Além destes pontos, o Congresso – que teve como elementos mais em destaque Francisco Viana, da comissão organizadora, Artur Cardoso, Jacinto Rufino e Joaquim da Silva, todos do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, Saul de Sousa e António Rodrigues dos Santos, ambos do Sindicato Único Metalúrgico do Porto, Inácio Santos

⁴⁰ A posição dos Metalúrgicos, sobre os Sindicatos Únicos era que eles se constituíssem com base na matéria-prima; em conformidade com esse princípio, sucessivamente reafirmado pela militância e dirigentes metalúrgicos, os soldadores integravam os sindicatos metalúrgicos, ainda que houvesse, em 1924, movimentações em diversos locais no sentido de aqueles operários avançarem para a constituição de sindicatos autónomos, com a oposição activa da Federação Metalúrgica, incluindo no Conselho Confederal. Era esta a posição do Sindicato Metalúrgico de Lisboa e da Federação; a do Sindicato Metalúrgico do Porto, vertida na tese (da polémica) “Organização metalúrgica” defendia a posição “heterodoxa” no meio sindical metalúrgico, propondo que a classe adoptasse como base estrutural da constituição dos sindicatos de indústria o produto ou conjunto de produtos.

Viseu, do Comité Metalúrgico do Norte; Zacarias de Pinho e Mário Lebre, dos sindicatos Metalúrgicos de Almada e Coimbra, respectivamente, e Quirino Moreira, do Sindicato Metalúrgico de Faro – aprovou uma tese sobre trabalho feminino e dos menores nas oficinas metalúrgicas, defendendo designadamente o princípio do salário igual para trabalho igual e aprovou por aclamação que a classe reivindique o horário de trabalho de 6 horas e a uniformidade de salários; confirmou ainda a adesão da Federação Metalúrgica à CGT e à AIT.

Finalmente, o Congresso elegeu a comissão administrativa da Federação (Jacinto Rufino, como secretário-geral, Joel Pontes e Artur Cardoso como secretário administrativo e tesoureiro, respectivamente) e dos Comités Metalúrgicos (para o Comité do Norte, Saul de Sousa, acompanhado por Rainha e António Rodrigues dos Santos; Quirino Moreira, com a incumbência de pôr de pé o Comité do Algarve).

[CONGRESSO DA CONSTRUÇÃO CIVIL]⁴¹ Reuniu em Tomar, a partir de 8 de Junho de 1924, o IV Congresso Nacional da Construção Civil, com a presença de 37 delegados, em representação de 26 sindicatos secções sindicais do sector, fazendo-se representar a CGT pelo secretário-geral, Manuel da Silva Campos⁴².

Uma das primeiras deliberações do Congresso prendeu-se com a atribuição de um voto por organismo presente, ao invés do que se tinha aprovado no anterior, de os delegados terem número de votos proporcional à população sindical que representassem⁴³; depois, foi lido e aprovado o relatório da comissão administrativa da Federação, apresentado pelo secretário-geral, Alberto Dias; o relatório da Secção Federal Norte foi apresentado por António Inácio Martins, e o da Secção Federal Sul por Augusto César da Silva; ambos aprovados, o primeiro com uma ressalva, relativa à menção de um incidente em tempo havido entre a Secção Norte e a Federação, o qual, estando sanado, não deveria ter sido mencionado no relatório; aprovado igualmente o relatório da Bolsa de Trabalho e Solidariedade.

O Congresso discutiu teses sobre a crise de trabalho no sector e os salários (teses “A crise de trabalho e habitação, relator Alfredo Lopes e “Aproximação de salários, causas e fins”, relator Alberto Dias), reclamando-se nas conclusões aprovadas várias medidas, como o governo obrigar os particulares a terminar obras que se encontrem paradas e o próprio governo prosseguir com a construção dos bairros sociais aprovados em Lisboa,

⁴¹ Relatos em *AB*, 08 e 10 a 13-06-1924.

⁴² Nos dois congressos da classe imediatamente anteriores, a representação tinha sido de 39 sindicatos em 1919, e 29 em 1922.

⁴³ Nesta matéria, a Construção Civil fazia um percurso próprio: quando, no passado, a regra nos organismos operários era 1 sindicato-1 voto, tinha sido deliberado usar no III Congresso o voto proporcional, que anos mais tarde – mas não ainda em 1924 e muito menos em 1922 – constituiria no nosso país uma das grandes reivindicações dos minoritários, a militância sindicalista pró-ISV; no IV Congresso, a Construção Civil retoma a regra sindicalista 1 sindicato-1 voto, o que poderá significar que as circunstâncias excepcionais de 1922 ou idênticas não existiriam em 1924.

Porto e Covilhã, e avançando com a construção de outros em vários pontos do país; construção pelo governo de edifícios destinados ao funcionamento de serviços públicos, designadamente escolas, e que se desse início a trabalhos de recuperação de edifícios do Estado que carecessem de obras de conservação, que fosse tornado obrigatório o saneamento público e fossem executadas outras obras, para debelar a crise de trabalho, perfilhando-se ainda o princípio da aproximação dos salários em todo o país; outra tese, “Às represálias do patronato deve o operariado opor a sua ofensiva”, de Manuel Teodoro preconizava a ofensiva do operariado contra a ofensiva patronal, apostada na imposição da redução dos salários e do aumento do horário de trabalho, com que se conjugavam duas outras teses, uma da comissão organizadora e outra do Sindicato Único de Lisboa, sobre os Conselhos Técnicos na indústria da Construção Civil.

Uma outra tese, também aprovada (“Sindicatos Únicos de Indústria e levantamento moral da organização”) reconheceu a vantagem e utilidade dos sindicatos únicos, apontando a importância da constituição dentro destes de secções profissionais e sindicais, com ampla autonomia, de comissões sindicais por freguesia, de um Conselho de Secções dentro daqueles sindicatos e da necessidade de um regulamento deste conjunto organizativo; sobre a organização da propaganda sindical, o Congresso deliberou a sua execução na zona Centro directamente pela Federação e no Norte e Sul pelos comités de propaganda já existentes (este último devendo mudar-se de Olhão para Faro), precisando a geografia da sua actuação definindo os meios financeiros de cada um (20% da quotização para a propaganda na região Norte, outro tanto para o Centro e 10% para o Sul).

Das alterações introduzidas nos estatutos da Federação, além das relativas à organização corporativa e da propaganda, uma das mais relevantes foi a mudança de designação para Federação Nacional dos Operários da Indústria da Construção Civil de Portugal e Colónias.

O Congresso tomou ainda posição pela defesa intransigente do horário de trabalho de 8 horas, contra a ditadura e contra as perseguições aos trabalhadores, aprovando uma saudação aos perseguidos e presos por questões sociais; feita a eleição dos responsáveis pela administração da Federação, jornal corporativo e comités de propaganda, João Miranda foi escolhido para secretário-geral, deliberando-se ainda que o congresso seguinte se realizasse na Figueira da Foz⁴⁴.

⁴⁴ Corpos sociais e outros responsáveis da Federação da Construção Civil eleitos neste congresso: comissão administrativa da Federação – João Miranda como secretário-geral e Luís Gonzaga como tesoureiro; Alexandre Assis, Armando Duarte e José Casquilho foram eleitos para a comissão administrativa da Bolsa de Trabalho e Solidariedade, cometendo o Congresso a nomeação dos restantes membros de uma e outra comissões administrativas para o Conselho Federal; Alfredo Lopes foi escolhido pelo Congresso para redactor principal de *O Construtor*, e, para os comités de propaganda, Félix Gomes (Norte) e Augusto Cesar Silva (Sul).

Uma nota final, para referir que não se identifica pelos relatos disponíveis que tenha passado pelo Congresso da Construção Civil a questão do dinheiro recolhido na classe para a “Casa dos Trabalhadores”, que tinha animado significativamente uma parte da classe especialmente em Lisboa no ano anterior.

[CONFERÊNCIA INTER-SINDICAL E CONGRESSO DAS CLASSES MARÍTIMAS]⁴⁵ Os sindicatos marítimos reuniram em conferência inter-sindical de Lisboa e arredores (Conferência Inter-Sindical Marítima e Fluvial) nos primeiros dias de Junho de 1924, e em congresso nacional, em Outubro seguinte.

Na Conferência de Lisboa estiveram representados 25 sindicatos, que discutiram temas como a “Remodelação da estrutura de organização Marítima e Fluvial” (tese apresentada por Silvino Noronha), sendo aprovado o princípio da constituição no sector dos sindicatos únicos ou de indústria (termos aqui usados indiferenciadamente) e que a estrutura sindical do sector fosse discutida num futuro congresso federal; foram debatidos ainda documentos sobre o desemprego nas classes marítimas e meios de a combater, as atribuições profissionais e a necessidade de remodelar os pesos de sacaria; sobre as relações com a CGT, deliberou-se a manutenção Federação Marítima como aderente da Confederação.

O III Congresso Marítimo reuniu nos dias 19 a 23 de Outubro de 1924, no Salão-Teatro Aveirense, registando-se a presença de 76 delegados, representando 48 sindicatos⁴⁶; Manuel da Silva Campos representou a CGT, registando-se ainda a presença nos trabalhos de Júlio Luís, do Sindicato do Arsenal do Exército, em representação do Comité Executivo dos Partidários da ISV.

⁴⁵ Relato da Conferência Marítima de Lisboa em *AB*, 01, 11 e 12-06-1924, e do Congresso Marítimo em *AB* 18, 19, 22 a 25 e 28 a 30-10 e 01-11-1924. À data, a Federação Marítima mantinha pelo menos três pendentes com a CGT: a situação da Associação do Pessoal do Tráfego de Lisboa, que pretendia federar-se, não sendo aceite, por se considerar que era um desdobramento dos Descarregadores do Mar e Terra, mas tinha sido aceite a sua adesão à USO-Lisboa, que a Federação contestava junto da Confederação (ver “Conselho Confederal [relato da reunião de 11-05-1924]”, *AB*, 18-05-1924), a situação dos Fluviais do Porto e Gaia, que mantinham a recusa de pagar a quota para a CGT, mantendo-se aderentes da Federação Marítima (*AB*, 13-05-1924) e, finalmente, o conflito surgido próximo do Congresso, entre a Federação e a Associação dos Fragateiros de Lisboa que havia decidido usar selos próprios, alegadamente pelo facto de aquela se negar a fornecer os selos fornecidos pela Confederação.

⁴⁶ Sindicatos presentes no Congresso Marítimo: Barqueiros do Rio Douro, Fragateiros do Rio Douro, Calafates do Porto e Gaia, Calafates do Distrito de Lisboa, Carpinteiros Navais de Lisboa, Catraeiros do Porto de Lisboa, Conferentes Marítimos, Construção Naval do Rio Douro, Construção Naval do Seixal, Descarregadores do Porto de Lisboa, Descarregadores e Carregadores de Mar e Terra de Leixões, do Porto, de Gaia, de Vala do Carregado, de Vila Franca de Xira, de Póvoa de Santa Iria, de Lisboa, de Almada, do Seixal, do Barreiro, de Aldegalega/Montijo e de Alcochete, Estivadores do Porto de Lisboa e de Portimão, Fragateiros do Porto de Lisboa, Fogueiros de Lisboa, Inscritos Marítimos, Liga dos Oficiais da Marinha Mercante, Maquinistas Fluviais do Rio Douro, Maquinistas Fluviais de Lisboa, Maquinistas de Longo Curso da Marinha Mercante, Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, Marítimos de Viana do Castelo, de Buarcos, de Póvoa de Varzim, da Foz do Douro, de Vila Franca de Xira, de Alcochete, de Sesimbra, de Setúbal, de Sines, de Olhão e de Faro, Medidores Fluviais de Lisboa, Pessoal de Rebocadores e Gazolinas, Serradores da Construção Naval, Tráfego do Porto de Lisboa e União de Trabalhadores Fluviais do Porto e Gaia.

O Congresso discutiu o estatuto federal e propostas de alteração aos documentos aprovados no 2º Congresso da classe, bem como novas teses; o tom geral é de exaltação, com tensões notórias em torno do projecto de alteração dos estatutos, nomeadamente quanto à proposta de extinção do Comité Federal do Norte, criado no 2º Congresso, aprovada, não obstante a oposição dos delegados dos organismos nortenhos; foi também aprovado o aumento da quota federal, de 1 para 1,5 escudos, havendo muitos delegados a declarar a incapacidade dos seus organismos de suportar o novo encargo, escusando-se outros a decidir, por não estarem mandatados para tal.

Um ponto muito sensível também discutido centrou-se na tese “Atribuições Profissionais”, que tratou das sobreposições orgânicas (a existência de vários sindicatos a representarem profissionais da mesma classe (Descarregadores do Porto de Lisboa e Descarregadores de Mar e Terra) e dos conflitos entre profissionais de localidades diferentes no exercício da actividade (caso dos descarregadores de Alcochete e de Abrantes, Barreiro, Almada e Vila Franca de Xira, que vinham fazer descargas a Lisboa, e dos Descarregadores de Leixões, com queixas dos seus congéneres do Porto e Gaia, por invasão das «atribuições da sua classe»), sendo a este propósito alvitada (proposta de José Francisco e Manuel Rodrigues, dos Descarregadores de Mar e Terra) a formação de sindicatos únicos, agrupando o de Lisboa os Descarregadores de Mar e Terra, Descarregadores do Porto de Lisboa, Estivadores do Porto de Lisboa, Medidores de Cereais, Conferentes Marítimos e Pessoal de Tráfego, proposta que suscitou grande oposição e foi rejeitada; em contrapartida, a defesa da reivindicação do exclusivo, para os Descarregadores, de cargas e descargas do carvão, nas fábricas de cortiça e farinha, na CUF e Companhia do Gás registou unanimidade. Outros conflitos entre profissionais das classes marítimas foram igualmente referenciados – entre maquinistas fluviais e de longo curso, entre carpinteiros navais e de longo curso, entre outros – sendo ainda defendida a ideia de sindicalização das mulheres que exerçam profissões marítimas.

Foi também discutida a posição a assumir pelas classes marítimas sobre as relações sindicais internacionais, desenhando-se claramente duas posições: uma, alinhada com a da CGT, e outra, que acabou aprovada, pró-ISV, na perspectiva de uma futura fusão entre as Internacionais de Amsterdão e de Moscovo, desejada pela Internacional Sindical Vermelha, deliberando o Congresso, por 22 votos a favor, 12 contra e 6 abstenções, a adesão aos princípios da ISV e à Internacional dos Transportes, filiada na Internacional reformista de Amsterdão. No que respeita à relação da Federação Marítima com a CGT, esta foi a decisão mais importante do Congresso Marítimo de Aveiro – sobre o assunto, se pronunciou no próprio congresso o secretário-geral da Confederação, opinando dias depois que, se bem que respeitando a decisão tomada, «uma grande maioria dos delegados que votaram a adesão a Amsterdão e a simpatia por Moscóvia, não tiveram consciência do que fizeram, uns; deixaram-se acorrentar por

simpatias pessoais, outros», reafirmando também que esse resultado não alteraria a posição da CGT na adesão à AIT⁴⁷.

O Congresso, em que se desenhou com clareza uma ruptura entre os principais dirigentes da Federação, prenunciadora da cisão que ocorrerá depois, elegeu para a comissão administrativa Federação José de Almeida, como secretário-geral, acompanhado por António Ferreira da Conceição, José Francisco, SecAdmin; António dos Santos e Manuel Carvalhal, assistindo-se à recusa terminante de Silvino Noronha, Joaquim do Carmo, Manuel Marques e António Braz de desempenharem qualquer cargo na Federação.

[CONGRESSO CORTICEIRO]⁴⁸ Durante 5 dias, as classes corticeiras reuniram-se em congresso no Salão Olímpia, em Castelo Branco, nos dias 2 a 6 de Novembro de 1924; presentes no III Congresso os delegados de 24 sindicatos do sector (mais 1, a partir da 3ª sessão), que ocuparia à data 13 mil operários, dos quais 7.443 sindicados, conforme foi referido no próprio congresso, salvaguardando tratar-se de números aproximados, porque «há grande dificuldade em obter números certos»; Carlos Maria Coelho é o representante da CGT.

O Congresso foi chamado a discutir teses sobre a organização sindical da classe e a propaganda sindical, sendo defendida a necessidade de a incrementar, em especial para reforço do sindicalismo entre os corticeiros de Alhandra, Lamas da Feira, Portalegre, Porto e Gaia e Castelo Branco, locais onde a organização se encontrava mais atrasada. Sobre a “questão internacional”, foi reafirmada a adesão aos princípios da AIT.

Pronunciou-se também sobre o desenvolvimento da indústria corticeira e sobre a crise de trabalho que o sector atravessava, apontando-se meios para a debelar, sendo ainda aprovado um documento contra pretensão dos industriais de baixar os salários, deliberando-se que em todos os locais os operários se lhe opusessem firmemente, até que o assunto fosse discutido entre a Federação e Secção corticeira da Associação Industrial Portuguesa.

Ocupou-se ainda das condições de trabalho, aprovando uma tese advogando o fim do regime de trabalho de empreitada e a sua substituição pelo trabalho a jornal, com a jornada de trabalho limitada a 8 horas e a fixação de um salário mínimo; sobre o

⁴⁷ “As Internacionais – o secretário-geral da CGT aprecia o Congresso Marítimo e a sua adesão a Amsterdão”, *AB*, 01-11-1924. Veja-se também “As classes marítimas e as internacionais – O significado da votação do congresso de Aveiro”, *AB*, 28-10-1924, e o artigo do próprio Silva Campos, publicado antes do Congresso Marítimo, “As Internacionais – Considerações sobre a tese que os delegados da Associação dos Descarregadores de Mar e Terra vão apresentar ao próximo Congresso Marítimo”, *AB*, 18-10-1924.

⁴⁸ Relato em *AB*, 30-10 e 01, 02, 05, 06 e 07-1-1924. Sindicatos representados: Almada, Aldegalega/Montijo, Alhos Vedros, Azambuja, Abrantes, Barreiro, Belém-Lisboa, Castelo Branco, Estremoz, Évora, Faro, Odemira, Poço do Bispo, Portalegre, Portimão, Porto e Gaia, Santa Iria, Santiago do Cacém, São Bartolomeu de Messines, Seixal, Setúbal, Silves, Sines, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Grândola.

trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas corticeiras, os delegados aprovaram o princípio de salário igual para homens e mulheres com trabalho igual, pronunciando-se pela desobrigação de a mulher trabalhar no período de gravidez, exigindo-se para os menores o cumprimento da lei que impedia a sua entrada de menores nas oficinas antes dos 14 anos de idade, aprovando ainda um documento sobre higiene e conforto do pessoal nos estabelecimentos fabris. Finalmente, foi aprovado um protesto dirigido às autoridades contra os “fuzilamentos de Silves”, onde morrera um operário corticeiro baleado pela Guarda Republicana, e foi deliberado apoiar moral e materialmente as Juventudes Sindicalistas.

Para os corpos sociais federativos, o Congresso elegeu Benigno António, como secretário-geral, José Matias Rocha e Silvério dos Santos, como adjuntos, João Guerreiro e José Amores respectivamente tesoureiro e bibliotecário.

No balanço do Congresso, a comissão organizadora manifestava uma certa mágoa pelo facto de, tendo sido feito um enorme esforço financeiro para realizar o Congresso em Castelo Branco, gastando 16 mil escudos, o operariado local ficou-lhe indiferente. Na noite do último dia, foi promovida uma palestra no Sindicato Corticeiro de Castelo Branco; na mesa, Hermínia Carqueja é um dos secretários; quase uma dezena de intervenções, três delas sobre o papel da mulher na sociedade e na organização operária – mas Hermínia Carqueja não falou.

[CONGRESSO DO CALÇADO, COUROS E PELES]⁴⁹ Na Federação das Associações de Classe de Tomar, nos dias 9 a 11 e Novembro de 1924, reuniu o II Congresso da Indústria do Calçado, Couros e Peles; dos 24 sindicatos (dos quais 3 sindicatos únicos, do Porto, Guimarães e Braga, este último ausente) a que a comissão organizadora dirigiu convite para participarem, 12 enviaram delegados e outros 4 fazem-se representar por delegados indirectos; alguns altos dirigentes da CGT estão presentes em representação de sindicatos da “província” – Jerónimo de Sousa, pelas Manufactores de Calçado de Portimão, e Artur Aleixo de Oliveira, pelos Sapateiros de Beja. Manuel Joaquim de Sousa, também dirigente da classe e antigo secretário-geral da CGT está presente como delegado da Confederação.

Foram apreciadas teses sobre a introdução de maquinaria na indústria de calçado e na indústria de curtumes, que além de inevitável, foi considerada positiva para o operariado, sendo também defendida a centralização dos operários da indústria de calçado, preconizando-se em prol deste objectivo que a Federação desenvolvesse uma activa propaganda junto dos sindicatos; debateu-se também o princípio da organização sindical em sindicatos únicos, apontando-se as suas vantagens (sendo de destacar, mais uma vez, a curiosidade de, sendo destas classes alguns dos mais proeminentes dirigentes

⁴⁹ Relato em AB 31-10 e 08 e 09 e 12 a 14-11-1924.

da CGT, desde o seu início, defensores e propagandistas do modelo dos sindicatos únicos, e o próprio Manuel Joaquim de Sousa ter sido o relator das teses apresentadas em Congressos Nacionais sobre esta matéria, as classes do Calçado, Couros e Peles não terem adoptado este modelo de organização em Lisboa). A Federação ficou também encarregada de promover junto dos sindicatos uma acção tendente ao aumento da quota federal.

Os delegados apreciaram e aprovaram ainda uma tese sobre a forma e os meios necessários para o barateamento do calçado, debatendo finalmente a tese “A Indústria de Calçado, Couros e Peles e a próxima revolução”, que o secretário-geral da CGT Manuel da Silva Campos, ausente, se propusera levar à discussão no congresso que a classe se tinha proposto realizar (sem o conseguir) na Covilhã, quando do Congresso Nacional de 1922.

Sobre o trabalho feminino na indústria do calçado, havendo embora delegados (de referência, como Rosendo José Viana) a defenderem que as mulheres deveriam manter-se «no lar», para não tirarem o trabalho aos homens, acabou por vencer a tese de que, quanto mais não fosse por ser um dado adquirido, se aplicasse o princípio de salário igual para trabalho igual; o Congresso pronunciou-se ainda favoravelmente pela redução do horário de trabalho para 6 horas, como forma de redução do desemprego, e pela manutenção, através da CGT, da adesão à AIT, aprovando também moções de protesto contra a livre exportação de couros e contra as perseguições em Espanha contra as classes trabalhadoras.

Finalmente, o Congresso elegeu a comissão administrativa (Jerónimo de Sousa, secretário geral; Artur Aleixo de Oliveira, Rosendo José Viana e Fernando Rodrigues, respectivamente secretário adjunto, secretário administrativo e tesoureiro), o Comité Federal Norte (Júlio de Campos, Felisberto Baptista, João Teixeira, Amílcar Pereira Dias e João António Costa) e para o Comité Federal Sul, Francisco do Nascimento, Joaquim Braz e Francisco Xavier Pereira.

[CONFERÊNCIAS GRÁFICAS]⁵⁰ A Federação do Livro e Jornal empreendeu em Novembro de 1924 a realização de duas conferências inter-sindicais, em Lisboa, nos dias 2 a 4, e no Porto, em 29 e 30.

A Conferência Inter-Sindical Gráfica de Lisboa reuniu na sede federal, com a presença dos delegados das 56 oficinas aderentes e uns 30 delegados destas, com voto deliberativo⁵¹, estando presentes Manuel da Silva Campos e Manuel Gonçalves Vidal,

⁵⁰ Ver o relato das conferências inter-sindicais gráficas em *AB*, 02, 04 e 05-11-1924, e *AB*, 29-11 e 03 a 06-12-1924.

⁵¹ A fonte aqui utilizada refere, nas diversas votações, cerca de 30 votos; os números apresentados na mesma conferência são os seguintes: aderem 56 oficinas (das 368 existentes na capital), que empregam 844 gráficos, dos quais 388 são sindicalizados; 785 era o efectivo total de gráficos sindicalizados, em Lisboa, com a seguinte distribuição por especialidades: 452 compositores, 113 impressores, 105

em representação da CGT e da USO-Lisboa, respectivamente. Discutem-se várias teses, a mais importante das quais sobre “Sindicatos de Indústria na Organização Gráfica”, que foi aprovada, aceitando-se a sua criação sob a base da afinidade de trabalho, nomeando-se uma comissão com dois elementos de cada classe e um do secretariado federal, para lhe dar execução, a título experimental, cometendo-se a um futuro congresso federal uma decisão definitiva; as outras, também aprovadas, incidiam sobre “Os Conselhos Técnicos na indústria gráfica”, “A crise de trabalho”, em que se advogava a redução do horário de trabalho para fazer face ao desemprego, “A abolição do regime de [trabalho por] empreitada”, “A estabilidade da publicação do *Gráfico*”, o jornal corporativo, com alvitres vários, como o de aumento da quota federal, para esse fim, que passaram à Federação, para estudo, e, finalmente, “As mulheres e os menores na indústria gráfica, onde se preconizava, a par da limitação da entrada de mulheres e aprendizes na indústria, o envolvimento dos aprendizes nas Juventudes Sindicalistas e o desenvolvimento de acções no sentido da sindicalização das mulheres.

Todavia, os trabalhos da Conferência de Lisboa ficaram marcados, logo de início, pela questão da “Frente Única”, objecto de uma das teses: adiantando-se à ordem de trabalhos, Alexandre Vieira, do Sindicato dos Compositores Tipográficos, apresenta uma “questão prévia” sobre as competências da Conferência, que, no seu ponto de vista, não poderia tomar decisões sobre matérias que só aos Sindicatos, à Federação e aos congressos federativos e nacionais competiam, por serem os lugares próprios para os operários sindicados o fazerem, e não uma conferência com as características daquela, que punha em pé de igualdade, com voto deliberativo, elementos sindicados e não sindicados, em matérias sobre as quais os Sindicatos não haviam previamente deliberado. A posição defendida por Vieira acendeu a polémica, com denúncias de que o seu propósito era inviabilizar a discussão da tese “A frente única do proletariado”, apresentada pela comissão organizadora, na linha da proposta que os sindicalistas partidários da ISV e o próprio Partido Comunista vinham fazendo à CGT, sem sucesso, face à firme resistência da maioria do Conselho Confederal. Após longa discussão, em que Vieira teve por principais opositores António Monteiro e Delfim Pinheiro, os delegados deliberaram que a tese em causa fosse retirada dos trabalhos⁵².

encadernadores e anexo, 115 litógrafos e anexos. Saliente-se o facto de o poder deliberativo na Conferência ser dos delegados das oficinas, independentemente de pertencerem ou não a sindicatos federados e confederados; os delegados dos sindicatos e Federação, em conformidade com o regulamento da Conferência nesta aprovado, tinham apenas voto consultivo.

⁵² A deliberação foi tomada através do voto de qualidade de Nogueira de Brito, da Associação dos Trabalhadores de Imprensa, que presidia aos trabalhos, depois de uma votação que registou um empate de votos (14-14). Vieira dará depois mais explicações, de “carácter técnico” sobre a “questão prévia” por si apresentada: A designação de “Conferência Inter-Sindical”, no caso é equívoca, pois não se trata de uma reunião entre sindicatos ou entre elementos sindicados – nela participaram trabalhadores organizados em sindicatos «que são pela acção sindicalista», e trabalhadores «que, pelo menos em certos momentos, são contra ou indiferentes a essa acção»; daí, o autor reconhecer à conferência capacidade para se ocupar somente de «assuntos de carácter económico profissional ou corporativo», mas não sobre questões de

Três semanas depois, reunia na Casa do Povo Portuense, no Porto, a Conferência Inter-Sindical Gráfica do Norte, com a presença de 73 delegados, 56 sindicados e 17 não sindicados⁵³; em representação da CGT e da USO-Porto, Saul de Sousa e Júlio de Campos respectivamente, estando em discussão teses sobre a manutenção e ampliação das regalias conquistadas, com reafirmação da defesa do horário de trabalho de 8 horas e uma possível redução de 2 horas para os desenhadores litográficos, a fixação da idade mínima de 13 anos para admissão de aprendizes, conselhos técnicos e conselhos de fábrica, bolsins de trabalho, as acumulações, a nova organização do trabalho nos quadros gráficos dos jornais do Porto, as Escolas Industriais e a aprendizagem das profissões gráficas; finalmente, discute-se a Caixa de Solidariedade do Conselho Inter-Federal Gráfico do Norte, de carácter mutualista, com contribuições dos operários e dos patrões para uma espécie de caixa de reforma e doença, que os delegados presentes da CGT e da USO-Porto combatem por anti-revolucionária, e que baixa ao Conselho Inter-Federal, para apreciação.

Outro dos pontos na agenda era a apreciação dos trabalhos da Conferência de Lisboa, discutindo-se designadamente se deveria ser lida a tese sobre a “Frente Única”, retirada daquela, por que se bate o delegado da CGT Saul de Sousa, que no entanto é vencido na votação, nominal, por 15 votos contra 9.

[CONGRESSO DOS CONSERVEIROS]⁵⁴ O I Congresso dos Operários da Indústria de Conservas reúne em Setúbal, na sede do Sindicato dos Soldadores, nos dias 7 a 9 de Dezembro de 1924, com a presença de 28 delegados e a representação de 15 sindicatos; a CGT faz-se representar pelo secretário-geral, Manuel da Silva Campos, estando ainda presentes Manuel Joaquim de Sousa e João Maria Major, da USO local; a Federação Metalúrgica está representada no congresso por José Gonçalves, que na sua intervenção transmitiu a simpatia da sua federação pela nova federação. Este congresso culmina o processo de autonomização do operariado conserveiro, liderado pelas estruturas sindicais dos soldadores, em diversas localidades, face à organização sindical

carácter ideológico», o que a colocaria «acima dos Sindicatos e dos Congressos». Alexandre Vieira – Sobre “Conferências inter-sindicais”, *AB*, 04-11-1924. O conteúdo da nota prévia de Alexandre Vieira naquela conferência foi publicado, com o título “Ainda a Conferência Gráfica – A questão da sua capacidade”, *AB*, 09-11-1924.

⁵³ Distribuição por classes dos delegados presentes na primeira sessão, conforme a mesma fonte: 43 de oficinas tipográficas e jornais diários, 17 de oficinas litográficas, 7 de oficinas de encadernação, 3 da Liga de Artes Gráficas, 3 da Associação de Litógrafos, e delegado do Núcleo de Guimarães (o que perfaz 74 e não 73, como indicado); no início da segunda sessão, estavam representadas 3 oficinas de encadernação, 12 de litografia e 12 de tipografia. Tal como na Conferência de Lisboa, cada oficina tinha um voto deliberativo, num total na ordem de 24 votos, tantos quantos os apurados na votação da “questão da frente única”. Ver *AB*, 29-11 e 03 a 06-12-1924.

⁵⁴ O relato dos trabalhos do Congresso dos Operários da Indústria de Conservas, aqui utilizado como fonte de informação, encontra-se em *AB*, 04, 07, 09, 10 e 11-12-1924.

metalúrgica que, depois de uma resistência tenaz que manteve isolada, incluindo contra a filosofia dominante na CGT, acabou aceitando, por inevitável, essa separação.

O Congresso aprovou os estatutos e deliberou a criação da Federação Portuguesa dos Operários da Indústria de Conservas, englobando as estruturas sindicais de todo o operariado desta indústria, que contaria cerca de 2.250 sindicados, mas excluindo as classes dos apanhadores e dos carregadores de peixe, que se entendeu deverem integrar não a Federação conserveira, mas a Federação Marítima.

Foram debatidas nove teses: “Nova estrutura orgânica dos sindicatos” da indústria, sendo aprovada a existência de um só sindicato por localidade e que as mulheres operárias fossem organizadas sindicalmente; igualmente aprovadas as teses “A criação de Conselhos Técnicos e a sua missão na indústria”, “A higiene nas fábricas” e “Horário de trabalho e mão-de-obra”, esta preconizando universalidade do horário de trabalho de 8 horas na indústria de conservas e a abolição do trabalho de empreitada; foi ainda deliberada a constituição de uma caixa de solidariedade, proposta na tese “A solidariedade e a organização”. Menos consensual foi a questão do auxílio a prestar aos sindicatos locais, nas greves, tratada em duas teses, “Auxílio aos sindicatos locais em greve geral”, do Sindicato de Olhão, e “Auxílio a greves”, da comissão organizadora, com alguns delegados a defender que esse apoio prejudicava a «acção revolucionária», combatendo-o por contrário ao «espírito revolucionário», pelo que foi entendido fazer baixar o assunto à Federação, para estudo.

Discute-se ainda a mecanização da indústria e a situação da mulher na organização operária – sobre a primeira questão, com base na tese “A mecânica na indústria de conservas”, assume-se a inevitabilidade da mecanização das fábricas de conservas e que o operariado não deve combater o seu uso, mas o debate acabou por recair num ponto específico: quem deve trabalhar com essas máquinas, com os delegados dos soldadores a defenderem que a sua classe seria a mais prejudicada pela introdução das máquinas, pelo que deveriam ter a preferência na sua utilização, intervindo o secretário-geral da CGT para afirmar que os soldadores só deveriam ter a preferência no caso de serem os únicos prejudicados, não devendo haver preferências se a maquinaria prejudica todos os operários conserveiros; sobre a segunda questão, o congresso aprovou as conclusões da tese “A mulher e a organização operária”, realçando a necessidade de ser incrementado o trabalho sindical junto das mulheres-operárias conserveiras, devendo ainda serem envolvidas mulheres, como oradoras, nas acções de propaganda a desenvolver pela Federação.

O congresso depois de aprovar a adesão à CGT e à AIT, elegeu os primeiros corpos sociais da Federação conserveira e deliberou que o segundo congresso se realizasse em Lisboa⁵⁵.

Ainda antes do fim do ano de 1924, realizam-se as Conferências, da região Sul, no Barreiro, e no Porto, e da região Norte.

Neste mesmo ano de 1924 também deveria ter-se realizado o IV Congresso da CGT, em conformidade com os estatutos; no entanto, em Julho de 1924, o Comité Confederal avança com uma proposta de adiamento para o ano seguinte, apresentando em especial duas razões – primeira, o facto de somente terem sido concretizados dois dos trabalhos propostos ao Congresso da Covilhã e que este resolvera remeter ao Conselho Confederal para estudo e resolução, no caso a criação da “Caixa Nacional de Solidariedade” e a adesão à AIT; segunda, o estado das finanças dos organismos confederados, especialmente os que haviam realizado os seus congressos federais ou os realizariam ainda naquele ano, que não teriam condições para suportar os custos dos seus delegados ao Congresso Nacional.

Aceitando as razões e a proposta do Comité, o Conselho Confederal delibera a realização do congresso no primeiro semestre do ano seguinte, com a novidade de restringir a participação aos organismos que, à data da sua realização, estivessem confederados, ao contrário dos congressos anteriores, nacionais, em que todos os sindicatos tinham podido participar.⁵⁶

No fim do ano de 1924 há sinais preocupantes para a organização confederal, mormente a “dissidência” da organização das classes marítimas, e a subida das tensões entre sindicalistas “maioritários” e “minoritários” na CGT, patente na Conferência Inter-Sindical de Lisboa. Apesar disso, como foi referido, a direcção da CGT encontra motivos para festejar – o número de conferências realizadas, propaganda metódica e trabalho sólido de organização. E mais: a aquisição pela organização de novas temáticas, com os congressos operários a interessarem-se por outros assuntos que não apenas os salários: o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas, o interesse pelas questões de ordem industrial⁵⁷. A situação da mulher no mundo do trabalho e na vida sindical é um tema que emerge no discurso sindical (ainda que frequentemente – mesmo entre dirigentes – de forma paternalista e conservadora, na afirmação de que o seu lugar é em casa, a cuidar dos filhos e da família, e não na fábrica ou oficina, roubando o trabalho aos homens): «a mulher já está nos sindicatos; brevemente estará nas direcções

⁵⁵ A direcção da Federação ficou assim constituída: secretário-geral, David Correia; secretário adjunto, José Alves; secretário administrativo, Henrique Machado; tesoureiro, José Viegas Samarrinha; arquivista, Januário Sabido.

⁵⁶ “Conselho Confederal [relato da reunião de 09-07-1924]” e “Conselho Confederal [relato da reunião de 16-07-1924]”, *AB*, 16 e 17-07-1924.

⁵⁷ “Questões operárias”, *AB*, 15-11-1924.

dos sindicatos, na USO e na CGT; não [se deve] estranhar: a organização operária não é apenas de homens, mas também de mulheres», escrevia-se no diário confederal no princípio do ano de 1924⁵⁸. O tema passa a estar na ordem do dia – em reforço desta ideia está o facto de o suplemento semanal de *A Batalha* ter lançado um inquérito sobre a integração da mulher na vida sindical, publicando as opiniões de alguns dos principais dirigentes confederais, a coincidirem com matéria inserta no jornal, na ideia da necessidade de quebrar preconceitos, e em relação à mulher proletária, na urgência de a educar e a organizar, «se quisermos que ela seja por nós»⁵⁹.

Um outro tema igualmente agitado durante este ano de 1924 é o da promoção da entrada de classes ditas «intelectuais» na CGT, em concreto os organismos do professorado primário e das escolas comerciais e industriais – há uma «lenda», escreve-se, que é preciso desfazer, de que a CGT é apenas para os «operários manuais»; não, «todas as classes assalariadas, [...] todos os trabalhadores, quer manuais, quer intelectuais, devem ter assento no seio da Organização Operária»⁶⁰.

O 1º DE MAIO DE 1924. No 1º de Maio encontram-se em greve os trabalhadores dos transportes urbanos em Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo e outros locais, contra o agravamento das multas; há vários dias também estão em greve os padeiros no Porto, em Lisboa, Braga, Viana do Castelo e outros locais e, coincidindo com a evocação do “dia do trabalhador, a Federação Corticeira avança para uma greve geral nacional da classe, exigindo a elevação dos salários em 50% e 80%, em resposta à proposta patronal de aumentos de 10% com a contrapartida de aumento do horário de trabalho, um movimento que entrará pelo mês seguinte; numa perspectiva mais global, a CGT e os organismos confederados prosseguem com acções contra a repressão política e social, com uma denúncia continuada das acções policiais contra organismos, militantes e trabalhadores, com repetidas exigências de restituição à liberdade dos presos por questões sociais.

A situação dos presos sociais é um dos pontos essenciais da moção-tipo aprovada pelo Conselho Confederal e distribuída aos organismos confederados, para aprovação nos comícios e sessões a realizar, onde se faz também apelo à participação sindical e à militância, no espírito da luta de classes e da libertação dos trabalhadores de todas as opressões, velhas ou novas – mais especificamente, a CGT aponta a necessidade de os trabalhadores ingressarem e militarem nos sindicatos e de participarem nos organismos «complementares da organização sindical», conselhos de fábrica e oficina, comissões de bairro, entre outros, reafirmando ainda princípios de uma «cultura revolucionária» à

⁵⁸ “A mulher e o sindicalismo”, *AB*, 06-02-1924.

⁵⁹ “A mulher proletária”, *AB*, 21-11-1924. Sobre o inquérito do *Suplemento*, vejam-se os números 39 (25-08), 40 (01-09), 41 (08-09), 42 (15-09; 43 (22-09), 44 (29-09), 45 (06-10), 46 (13-10), 47 (20-10), 48 (27-10) e 49 (03-11-1924).

⁶⁰ “O professorado em face da classe operária organizada”, *AB*, 12-12-1924.

margem da concepções políticas ou religiosas indiferentes ou contrárias ao espírito da luta de classes susceptíveis de criar no operariado «capacidade moral» para emancipar-se e negar sujeição a «futuros novos opressores»; por último, a CGT dirige-se «ao povo trabalhador», exortando todos a exigirem a amnistia para todos os presos por questões sociais, apelando ainda para que não se trabalhasse naquela data⁶¹.

Foram 30 os locais a que a CGT enviou delegados directos, incluindo o Porto; dali, a organização local fez seguir delegados para Braga e outros locais no Norte; entre as novidades, assinala-se a continuação da representação do organismo central no Porto, como se fizera no ano anterior, e a persistência da organização de Coimbra em não convidar delegado confederal, de Lisboa, dirigindo no entanto convite directo a dois altos dirigentes de Lisboa, Júlio de Matos e Artur Inácio. Uma análise sumária à representação directa da CGT no 1º de Maio de 1924, em comparação com o ano anterior que 11 localidades perdem o delegado directo da “central” – 7 no Alentejo (Aldeia Nova de São Bento, Santiago do Cacém, Sousel, Alvalade, Benavila, Odemira e Moura), 1 no Algarve (Lagos) e 3 na área envolvente de Lisboa (Oeiras, Cascais e Almada) – e 9 que ganham essa mesma representação: 3 no eixo Leiria-Figueira da Foz (Vieira de Leiria, Buarcos e Marinha Grande), 3 na linha do Tejo (Tomar, Abrantes e Torres Novas), 2 no norte do Alentejo (Ponte de Sor e Montemor-o-Novo) e as 2 restantes na envolvente geográfica de Lisboa (Parede e Sesimbra)⁶²; à margem, continua Coimbra, em cujo movimento sindical confederado pontifica Gaudêncio Cardoso (irmão de Joaquim Cardoso, irradiado da CGT em 1921, mas que mantém actividade político-sindical), que mantém mais uma vez não convida a CGT a fazer-se representar, preferindo dirigir convite directo a Júlio de Matos e Artur Inácio, dois dirigentes com algum peso na estrutura sindical de Lisboa.

Em Lisboa, pelo relato de *A Batalha*, no 1º de Maio, não houve transportes públicos e foi geral a paralisação do trabalho; no parque Eduardo VII, o comício promovido pela União de Sindicatos contou com uma assistência, ainda que não muito numerosa, superior à do ano anterior e avaliada em 8 mil pessoas. As principais intervenções cabem a Manuel da Silva Campos, em nome da CGT, e Mário Castelhana; além da reclamação de liberdade para os presos por questões sociais, os oradores referem-se à cédula pessoal, reafirmando que o operariado deve rejeitá-la, por vexatória; registam-se

⁶¹ AB, 27-04-1924.

⁶² Representação directa da CGT nas acções do 1º de Maio de 1924: Setúbal-Jacinto Rufino e Alfredo Cruz, Silves- Alfredo Pinto, Olhão-João Miranda, São Bartolomeu de Messines-Manuel Nunes, Aljustrel-Artur Cardoso, Évora-Carlos Coelho, Beja-José Martins Grilo, Ervedal e Avis-Jerónimo de Sousa e Raul Duarte, São Tiago do Escoural-João A. Rodrigues, Montemor-o-Novo -A. Monteiro, Pote de Sor-Luís Gonzaga, Sines-Jaime Tiago, Sesimbra- Zacarias Pinto, Barreiro-Francisco Sousa, Montijo/Aldegalega-Alfredo Lopes, Parede-José de Almeida, Peniche-António Montoia, Alfredo Marinha Grande-Marques e Alves de Lima, Vieira de Leiria-Francisco Viana, Leiria-Manuel Rodrigues, Buarcos-Tavares Adão, Tomar-Delfim Pinheiro, Abrantes-Aleixo de Oliveira, Tores Novas-Alberto Dias, Castel Branco-Rosendo José Viana, Covilhã-Santos Arranha, Santa Iria de Azóia- Joaquim de Sousa, Lisboa-Manuel Silva Campos e Porto-Manuel Gonçalves Vidal (AB, 27-04-1924).

também referências ao indiferentismo do operariado e aos avanços da «reacção mundial», denunciando-se em especial as perseguições em Espanha, Itália e na Rússia; uma *quête* aberta no comício a favor dos presos sociais rendeu 437\$70. Um quadro idêntico é referenciado no Porto, com paralisação da generalidade das classes, com excepção das classes dos barbeiros, caixeiros e funcionalismo público, a realização de um desfile a partir da Avenida dos Aliados e de comício na Alameda das Fontainhas, usando da palavra os delegados da USO local, António Libório e Moreira Gomes, dos Gráficos, e da CGT (Manuel Gonçalves Vidal), mas também um elemento do Comité Executivo dos Partidários da ISV, José Tavares das Santos, não se referenciando qualquer incidente, além de alguns “abaixo” e “não apoiado” da assistência a sublinharem algumas passagens da intervenção de Moreira Gomes, dos Gráficos, com ataques à Rússia Vermelha; no fim do comício, muitos presentes dirigiram-se em manifestação, escoltada pela polícia montada, aos consulados de Espanha e Itália, na cidade, para aí protestarem contra as perseguições ao operariado e organismos sindicais naqueles países; em Coimbra terá sido diferente, com a contestação, no local, de Almeida Costa a Artur Inácio, de Lisboa, por causa da intervenção deste em defesa da Revolução Russa e de apologia da ISV, atravessada por ataques à CGT⁶³; a questão internacional teve ainda que ver com a atitude de Manuel Rodrigues, que declinou a representação da CGT no comício de Leiria, atribuída pelo Conselho Confederal, alegadamente pelo facto de o Comité Confederal ter desvirtuado «intencionalmente» o que havia sido aprovado no Conselho sobre a moção ao 1º de Maio⁶⁴.

A BATALHA. Depois da crise de Novembro de 1923, que culmina com a substituição do secretário-geral da CGT e a recomposição do Comité Confederal, o Conselho é mais uma vez chamado a apreciar a situação de *A Batalha*, tendo por base um relatório apresentado pela comissão administrativa do jornal; entre as deliberações tomadas, ainda naquele mês, está a da redução do número de administradores para um só, nomeado pelo Conselho Confederal, e a de o que o jornal tenha uma orientação caracterizadamente «sindicalista revolucionária conforme as deliberações dos congressos de Coimbra e Covilhã e ainda com a decisão constante do voto do último “referendum” quanto à orientação e acção internacional da AIT»⁶⁵.

À frente do jornal continua Carlos José de Sousa, como redactor-principal, mantendo-se também o editor, Carlos Maria Coelho.

⁶³ AB, 03-05-1924. O *Diário de Lisboa*, na edição de 2 de Maio, regista «enorme assistência» ao comício do Parque Eduardo VII, com uma força da GNR nas imediações e polícia de prevenção, também de noite, por causa de boatos de alterações da ordem pública; para o Porto, veja-se também o *Jornal de Notícias*, 03-05-1924.

⁶⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 14-05-1924]”, AB, 18-05-1924.

⁶⁵ “Conselho Confederal [relato da reunião de 20-11-1923]”, AB, 22-11-1923.

A publicação do jornal constitui um enorme esforço para a CGT – as verbas que lhe estão consignadas da quotização cobrada pela CGT revelam-se persistentemente insuficientes, como aliás acontece desde os primeiros tempos da sua publicação. Em Janeiro de 1924 regressa o apelo aos leitores e aos organismos confederados para que apoiem o jornal – «A *Batalha* depende daqueles que defende», escreve-se na edição de 30 daquele mês; dois dias depois, a reunião do Conselho Confederal tem como único ponto da agenda a situação financeira do jornal, com um diagnóstico incontroverso: a situação financeira do diário, como de resto a da Confederação, devem-se ao facto de vários organismos não entregarem à CGT os valores que estatutariamente lhe são devidos, mesmo tendo-os cobrado dos seus associados. Daí que, em nota oficiosa, o Comité Confederal, mais uma vez, venha convidar os organismos confederados a pagar os montantes em atraso, ao mesmo tempo que se pondera o aumento do preço do jornal; além do mais, as vendas do jornal tinham baixado drasticamente, acompanhando a queda dos efectivos sindicais: no mês em que iniciava o sexto ano de publicação A *Batalha* registaria, pelas nossas contas, cerca de 5.500 exemplares, muito longe dos 20 mil que lhe são creditados para o seu melhor período – as receitas mensais da venda do jornal, em Janeiro de 1924, atingiam 29.456\$00, cifrando-se o défice em 14.875\$00/mês. A partir de 1 de Março de 1924, sofre um aumento de 50%, passando de 20 para 30 centavos, idêntico ao dos outros jornais diários.⁶⁶

Além de mais dinheiro por unidade vendida, o jornal precisava também de aumentar as vendas, tanto mais que as receitas de publicidade mantinham a inexpressividade de sempre; refira-se, aliás, que o lançamento, em Dezembro de 1923, do suplemento literário ilustrado do jornal, que saía às segundas-feiras e vendido em separado, não terá contribuído para a expansão de A *Batalha*, nem para desafogar as finanças do jornal⁶⁷.

⁶⁶ Ver “A situação de A *Batalha*”, AB, 30-01-1924, e “A situação de A *Batalha*: os motivos que levam a elevar o seu preço-mais um apelo”, AB, 29-02-1924; a nota oficiosa referenciada foi publicada no diário confederal em 03-02-1924.

⁶⁷ O *Suplemento*, publicado às segundas-feiras, iniciou em 03-12-1923, saindo o último número, o 166, em 31-01-1927, vendia-se em separado, ao preço de 50 centavos; tendo por base a equipa de redacção de A *Batalha*, tinha a mesma direcção do jornal, sendo praticamente toda a colaboração assinada. Entre os colaboradores referenciam-se Nogueira de Brito, Mário Domingues, Julião Quintinha, Campos Lima, J. Pires de Matos, César Porto, José Carlos de Sousa, David de Carvalho, Alfredo Marques, Pinto Quartim, Adolfo Lima, Ferreira de Castro, Raúl Brandão, Jaime Brasil, mas também, mais esporádicas, de Alexandre Vieira, Manuel Joaquim de Sousa, Manuel Gonçalves Vidal, João Camoesas, Deolinda Lopes Vieira ou Santos Arranha. Fugindo à inserção de informação diária (princípio excepção, pontualmente, a seguir ao 18 de Abril de 1925, e posto de parte nos últimos meses de publicação) os conteúdos versavam a instrução do operariado, assumida como um instrumento essencial da libertação individual, subjacente à libertação económica e social; os temas tratados incluem teatro, música, a situação da mulher, a necessidade do desenvolvimento da instrução, naturismo, conhecimentos úteis, o alcoolismo, a prostituição ou a educação sexual; duas iniciativas que porventura justificam maior realce foram: a série de colaborações de Ferreira de Castro, com o título genérico “Os *Ofícios*” e o inquérito sobre a integração da mulher na vida sindical, no 2º semestre de 1924.

Apesar do aumento do preço de venda, a situação financeira do jornal não permitia o pagamento regular dos salários do pessoal; em Abril daquele mesmo ano, os tipógrafos recebiam uma parte da “féria” semanal nos sábados e o restante somente entre segunda e quarta-feira da semana seguinte, razão que levou o corpo gráfico do jornal, constituído por operários sindicalizados e confederados, à realização de uma greve de um dia, exigindo o pagamento integral e atempado, deixando a CGT numa situação muito delicada, pois a colocava, objectivamente, em plano idêntico ao patronato praticante dos salários em atraso e da redução destes, a pretexto da crise.

A greve dos tipógrafos de *A Batalha* gerou natural controvérsia na organização e mais ainda nas classes gráficas, especialmente no Sindicato dos Impressores Tipográficos de Lisboa, ao ver-se confrontado com a circunstância de associados seus terem avançado, por iniciativa própria e sem consulta àquele organismo, para uma greve “contra” o seu organismo máximo de classe, e outros seus associados, igualmente confederados, terem “furado” essa greve, em manifesta atitude anti-sindical, fazendo sair o jornal. Juntamente com a Federação sindical do Livro e Jornal, aquele sindicato age rapidamente, para evitar danos maiores – escassos três dias depois do incidente, o Conselho Confederal dá o assunto por resolvido na sua reunião de 14 de Maio, escassos três dias depois da ocorrência.⁶⁸

Além de pôr a nu a situação financeira do jornal e da CGT – que, como referiu o secretário-geral Manuel Silva Campos em reunião do Conselho, tornava impossível assumir o compromisso de pagar integralmente os salários dos tipógrafos no fim de cada semana, apesar de o diário operário já ter então recebido mais 20 mil escudos além da verba que lhe cabia – a greve arrastou para a discussão naquele órgão outros assuntos, com várias críticas ao jornal, sendo a principal (do delegado do Sindicato do Arsenal do Exército, Jesus Gabriel) expressa nos seguintes termos, bem ao jeito da sensibilidade dos partidários da ISV: o jornal «enferma de vários defeitos que têm divorciado o público da sua leitura, tendo por vezes servido de automóvel de luxo para meia dúzia de camaradas estadearem a sua vaidade, fazendo da ideologia assunto fechado», acrescentando que a não publicação de certas notícias tinha como consequência a indiferença e o afastamento de potenciais leitores; no mesmo contexto afirma-se expressamente que no jornal «há pessoal supérfluo e quem não cumpra o seu

⁶⁸ No dia 11 de Maio de 1924 *A Batalha* saiu com apenas duas páginas, onde também se escreve sobre aquela greve: é um «facto lamentável [que] não depende da vontade da sua redacção. A situação económica aflitiva que este jornal vem atravessando criou entre o seu quadro tipográfico um descontentamento até certo ponto aceitável», acrescentando-se que a atitude dos tipógrafos de *A Batalha* foi, no entanto, «precipitada»; o mesmo termo será usado pelo Sindicato dos Impressores Tipográficos, no documento que aprovou em assembleia geral, onde se considerou «louvável a atitude dos colegas que manufacturaram *A Batalha* num momento em que se impunha a sua publicação». Vide relatos das reuniões do Conselho Confederal de 12 e 14-05-1924 (AB, 15, 16 e 18-05-1924) e “O conflito de *A Batalha*”, AB, 23-05-1924.

dever [de trabalho]». ⁶⁹ Mas vem também à conversa o propósito da direcção, administração, redacção e do chefe da tipografia de *A Batalha* de operar uma mudança na «feição» do jornal, a começar pelas instalações, para o fazer entrar numa «nova fase», um projecto que dizem acalentar há muito, o qual, como veremos, será posto em marcha dois meses depois.

Mas, um traço marcante na vida de *A Batalha* neste primeiro semestre de 1924 será a perseguição que lhe foi movida pelas autoridades, que ficou a constituir o traço mais marcante da relação do governo de Álvaro de Castro com o operariado e suas organizações de classe – em Março, Carlos Maria Coelho, editor do jornal, era levado a tribunal por causa de algumas matérias publicadas; ainda no primeiro trimestre, encontramos *A Batalha* encarniçada na denúncia das arbitrariedades das forças policiais, dirigindo violentas acusações ao comissário-geral da Polícia, tenente Ferreira do Amaral, e, nos meses de Maio e Junho, multiplicam-se as acusações dirigidas a vários membros do governo, em especial Sá Cardoso, ministro da Agricultura, e ao próprio primeiro-ministro, por protegerem os interesses da Moagem, da Companhia dos Tabacos e outros, num crescendo que culminará na denúncia dos assassinatos, pela polícia, de operários em Lisboa e Silves; em resposta, o governo impõe a censura ao jornal, que além disso sofre impedimentos severos à circulação e distribuição. Tais acções, exercidas de forma continuada pela autoridade, além dos efeitos negativos na comunicação no universo confederal e deste com o operariado e o público em geral, provocam importantes perdas de receita e a acumulação de prejuízos financeiros pela CGT, pondo mesmo em causa a sobrevivência do jornal; em meados de Junho, a Confederação faz um apelo à realização de acções de protesto contra as perseguições ao jornal, deixando em aberto a possibilidade de vir a avançar com «qualquer acção necessária a demonstrar que o operariado está com o seu jornal». O governo de Álvaro de Castro cairia nesse mesmo mês.

A forte campanha empreendida pelo jornal contra as prepotências da polícia, as violências contra a população da cidade, contra operários e militantes sindicais, denunciando os métodos do seu comandante Ferreira do Amaral levou ao aumento das tiragens do jornal em alguns milhares de exemplares, regista Alexandre Vieira, no *Almanaque de A Batalha para 1926* ⁷⁰; a perseguição das autoridades ao jornal também terá contribuído para o sucesso da iniciativa lançada pelos responsáveis da publicação no mês de Julho.

Tal iniciativa visava a renovação técnica do jornal – em 11 de Julho, já no governo do *democrático* Rodrigues Gaspar, *A Batalha* dirige um apelo aos seus leitores: é preciso que cada leitor do jornal contribua para a compra de um novo tipo, que o

⁶⁹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 14-05-1924]”, *AB* 16-05-1924.

⁷⁰ *Almanaque de A Batalha para 1926 – Cronologia*, p. 123.

existente está «velho e gasto» e tem que ser «urgentemente renovado», e que o diário, além de ser modernizado graficamente, tenha novas instalações para a tipografia, a redacção e administração. Para isso, pedia-se que cada leitor contribuisse com 1 escudo, que seria suficiente para o que se pretendia fazer.

Se necessário fosse, como se admitia meses antes, que o operariado demonstrasse estar com o seu jornal, o resultado desta acção constitui prova mais do que suficiente: superando as melhores expectativas, no fim do mês os donativos superam já os 10 mil escudos, atingindo 33 mil nos três meses e meio que durou a acção (11-07 a 31-10), ultrapassando em muito o valor-objectivo de 26 mil escudos, tudo indicando que ela extravasou largamente o universo do operariado confederado na CGT⁷¹.

A Batalha aparece com nova “cara” em 4 de Novembro de 1924 – mancha gráfica renovada e mais «moderna», melhor arrumação dos conteúdos, melhor impressão, *lettering* mais diversificado, maior importância conferida à quarta e última página, com a publicidade comercial remetida para as páginas interiores.

Entretanto, *A Batalha* tinha passado por mais um episódio de remodelação – Carlos José de Sousa, que desempenhava funções de redactor-principal, chefe de redacção e chefe da tipografia do jornal, havia declinado manter todas essas responsabilidades, propondo aos órgãos confederais que o secretário-geral da CGT assumisse a direcção do jornal; o Conselho Confederal delibera nesse sentido em 31 de Julho de 1924, mas a mudança só se tornou efectiva em 7 de Outubro seguinte. Declaradamente, Silva Campos assumia somente as funções de director do jornal, para «inspirar o porta-voz da organização [ie, *A Batalha*], não toma(ndo) conta da parte técnica da redacção, para o que não lhe sobra tempo das suas funções como secretário-geral»; o «pessoal de redacção, que merece a confiança desse camarada» é que terá tal responsabilidade, escreve-se a propósito no editorial do jornal do dia em que *A Batalha* dá Silva Campos como director; e porque o passado recente não podia ser apagado, referenciam-se duas coisas aparentemente contraditórias:

1- A redacção declara-se convencida de que «pelas suas belas qualidades», Silva Campos será um «precioso elemento para *A Batalha*» e que «vai contribuir para uma maior unidade de acção e de combate entre a CGT e o seu jornal», realçando a sua inteligência e dedicação e um «bom senso inexcedível [que] se traduz por um espírito de conciliação, de cordura, de lealdade e de camaradagem para com todos os confederados que não poucas vezes tem contribuído para aplanar dificuldade que de outro modo poderiam tornar-se em perigosas perturbações».

2- Declara-se a acção salutar que terá em *A Batalha*, adiantando: «Por vezes chegavam até ao Comité da CGT reclamações que podiam ter imediata satisfação, mas que a independência mantida a um redactor-principal demorava numa inútil

⁷¹ Em Janeiro de 1925 o jornal reportava um resultado de 38.260\$20. AB, 13-01-1925.

complicação burocrática». Só isto, acrescenta-se, seria motivo suficiente para fazer a experiência que vai fazer-se.

Contudo, para os delegados do Conselho Confederal, o novo mandato atribuído ao secretário-geral tem outros propósitos, muito claramente definidos: que este proceda à remodelação do jornal, colocando a redacção no seu lugar⁷².

Silva Campos recusou primeiro acumular os dois cargos; ou porque do seu ponto de vista isso não fizesse sentido, até porque se lembraria dos remoques a Manuel Joaquim de Sousa por fazer essa acumulação, fosse porque eram dois trabalhos pesados; em Setembro de 1924, quando questionado no Conselho sobre as razões de ainda não ter assumido ainda a direcção do jornal, Silva Campos refere que no Comité as coisas não vão bem – o Comité não reúne por vezes por falta dos seus membros, há assuntos que são criados e não se resolvem – arrastam-se, com um delegado a afirmar que o secretário-geral estava muito desacompanhado⁷³.

3. NA PERSPECTIVA DA LEGALIZAÇÃO

No mês de Novembro de 1924 chega à presidência do governo José Domingues dos Santos. Saído do bloco das esquerdas parlamentares, na apresentação do seu programa de governo no Parlamento propôs-se, entre outros propósitos, «promover a expansão das organizações sindicais vantajosas para a economia geral e das cooperativas de produção, de consumo e de crédito popular, não tendo dúvida o Governo em reconhecer a capacidade jurídica dos sindicatos profissionais e das federações associativas»⁷⁴; nas suas palavras esse era um dos pontos fundamentais que o governo se propunha realizar, a par de outros, como a realização de uma reforma bancária e a procura do equilíbrio orçamental. Essa iniciativa haveria de constituir uma das armas de arremesso da União dos Interesses Económicos e da oposição parlamentar contra o governo, cuja acção foi por mais de uma vez qualificada de «bolchevista», mesmo no Parlamento, onde o governo também recebeu acusações por, alegadamente, ter a simpatia, senão mesmo o apoio, do operariado e da CGT.

Dando cumprimento aos princípios programáticos que apresentara o Parlamento, menos de um mês após a tomada de posse, o governo de José Domingues dos Santos vem reconhecer em Dezembro de 1924 a existência de organismos federativos de sindicatos – Uniões e Federações – que na prática já existiam, inclusive como

⁷² “A remodelação de *A Batalha*”, AB, 07-10-1924; ver também AB, 01-08-1924 e “Conselho Confederal [relato da reunião de 31-07-1924]”, AB, 02-08-1924, e o relato da reunião de 02-10-1924 do mesmo organismo, AB, 03-10-1924.

⁷³ “Conselho Confederal [relato da reunião de 10-09-1924]”, AB, 11-09-1924.

⁷⁴ Ver “Governo de José Domingues dos Santos (1924-1925)”, *Politipedia – Repertório Português de Ciência Política*, dir. José Adelino Maltez (acedida em 14-02-2013) e *Diário da Câmara dos Deputados*, nº 161, 27-11-1924, p. 16.

interlocutores de patrões e do próprio governo⁷⁵. Esta legislação, que numa interpretação extensiva poderia traduzir-se no reconhecimento implícito da CGT, dava satisfação a uma velha reivindicação da organização operária, desde antes da formação do organismo confederal, cuja actividade continuava enquadrada pelo decreto de 9 de Maio de 1891, do governo de António Cândido, que regulava a existência de organismos de classe foi a base sobre que se constituíram as “associações de classe”, na letra da lei de empregados, trabalhadores ou operários, que, com aquela designação (a única que a lei admitia) e mais tarde com a de sindicatos, foram a base orgânica da formação, funcionamento e actividade da CGT.

Pela parte do governo, como se refere no preâmbulo do decreto 10415, trata-se de substituir uma lei «antiquada e deficiente», dando condições legais para que os organismos sindicais dos trabalhadores, «aos quais é de toda a justiça reconhecer-se personalidade jurídica [...] para cumprirem a sua finalidade»; do lado da CGT, celebra-se tanto a circunstância de pela primeira vez a lei se referir a *sindicatos profissionais* (antes só era reconhecido o título de *associação de classe*) como o facto de aquele reconhecimento resultar da força do movimento sindical e, em concreto, da eficácia da «acção directa da CGT, não deixando de referenciar, citando um jornal de Lisboa, que o decreto em causa «vem salvaguardar a dignidade do Estado que se colocava num campo falso e atentatório do seu poder, quando tratava com esses organismos não reconhecidos por lei», uma formulação bastante próxima do que, tempos antes, a propósito do mesmo assunto, se havia escrito em *A Batalha*.⁷⁶

As fontes coincidem em que a organização não tinha preocupação de maior com os «assuntos de carácter legal. Tratava com o governo se tinha de tratar, não tratava se não tinha de tratar», como assinala Emídio Santana, que nos anos de 1920 foi dirigente das Juventudes Sindicalistas e secretário-geral do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa⁷⁷. Ainda assim, já por mais de uma vez na vigência da UON e da CGT esta questão havia sido publicamente suscitada pelos dirigentes operários: fizera-o em 1917, a seguir à morte de Sidónio Pais, primeiro dando adesão a um projecto de lei apresentado ao Parlamento por Machado dos Santos, que, com algumas alterações, a direcção da UON entregou nesse mesmo contexto político e social à Junta Revolucionária⁷⁸; depois, em

⁷⁵ Decreto-lei 10415, de 17-12-1924. As associações de classe previstas no decreto de 10-05-1891 podiam ser comerciais, industriais ou agrícolas, só de empregados, operários ou trabalhadores, só de patrões, ou mistas. Ver Fernando Piteira Santos – “Direito de Associação”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, v1, p. 238, Maria de Fátima Patriarca – “A institucionalização corporativa – das associações e classe aos sindicatos corporativos”, *Análise Social*, vol. XXVI, nº 110 (1991), pp. 23-58.

⁷⁶ As citações foram extraídas do editorial “O reconhecimento jurídico da CGT”, *AB*, 19-12-1924, que inclui o texto do diploma legal em causa.

⁷⁷ Veja-se a entrevista em 1971 a Luís Salgado de Matos, em “Lisboa, 1920 – vida sindical e condição operária”, in *Análise Social*, vol. XVII, 1981, p. 937.

⁷⁸ Publicado em versão integral no jornal confederal quando da publicação do decreto-lei 10415. “O operariado deseja a mais ampla liberdade de associação”, *AB*, 17-12-1924.

Abril de 1921, no governo de Bernardino Machado, sendo José Domingues dos Santos ministro do Trabalho, a questão chegou a estar reposta, quando se falou que o ministro do Trabalho se propunha apresentar uma proposta de lei de reconhecimento das associações de classe, sendo que mais uma vez a CGT considerou a questão irrelevante – ocorrendo a propósito um desaguisado entre a Confederação e a Federação da Construção Civil sobre quem teria levado o ministro a considerar tal iniciativa, que acabou por não se concretizar.

Tratando-se embora da satisfação de uma antiga “reivindicação”, a nova lei de reconhecimento jurídico dos organismos de segundo grau foi desde logo questionada por mais limitada do que o referido projecto de Machado dos Santos, sustentando-se as críticas em quatro ordens de razões: primeira, a desvalorização do acto, tido como irrelevante para a vida da organização operária, como se referiu; segundo, por se considerar estar-se em presença de um intromissão do Estado em assuntos da exclusiva competência dos organismos operários e do seu Congresso Nacional; terceira, pelo facto de, no essencial a nova lei remeter para uma futura regulamentação, susceptível de a descaracterizar em absoluto; quarta, pelo facto de a lei admitir a celebração de contratos colectivos de trabalho.

O Comité Confederal produziu um primeiro parecer sobre a nova lei, levando-o à apreciação do Conselho, que, a fechar o ano de 1924, se pronuncia nos seguintes termos: a CGT regista o decreto, mas repudia a intromissão admitida pelo mesmo de «quem quer que lhe dê execução» poder alterar os estatutos de Federações e Uniões de Sindicatos, pois só aos Sindicatos que os constituem, em Congresso, a CGT reconhece essa faculdade; além disso, recomenda àqueles organismos que se «se coloquem à margem do decreto» no caso de lhes serem impostas «alterações que modifiquem os fins para que se constituíram ou as resoluções dos Congressos» (formulação que inclui os congressos federais e nacionais), e, por último, a CGT rejeita, por reformista e contrária à «integridade do sindicalismo revolucionário» a faculdade de celebração de contratos colectivos de trabalho, que o decreto atribui àqueles organismos⁷⁹.

4. FACE À ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDÁRIOS DA ISV

Os Partidários da Internacional Sindical Vermelha dispõem desde o mês de Novembro de 1923 de um jornal próprio, *A Internacional*⁸⁰, como foi referido no anterior capítulo; no cabeçalho do novo jornal operário figura como proprietário o Comité dos Partidários da ISV, cujas posições em matéria sindical (e política) aquele

⁷⁹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 23(?) - 12-1924]”, *AB*, 27-12-1924.

⁸⁰ No período aqui estudado, *A Internacional* publicou 76 (ou 77) números – 5 em apenas 2 meses, no ano de 1923, 25 números em 1924, 24 em 1925, 43 em 1926 e, em 1927, 2 (os números 75 e 76) ou 3 (o número 77, cuja data não se apurou, por não se encontrar em falta na colecção da Biblioteca Nacional).

órgão de comunicação se propõe veicular, declaradamente porque no diário confederal *A Batalha* «não se podem expor ideias ou defender tendências revolucionárias que não sejam as que interessam àqueles que se encontram à frente da organização sindical», como se lê no número de abertura.

A *Internacional* tinha nascido, pois, para a luta sindical, propondo-se os seus promotores de «reconduzi[r a organização sindical] ao caminho que ela já trilhou e há-de voltar a trilhar [...] do verdadeiro sindicalismo, em que não se impõe às massas o ferrete exclusivo duma determinada tendência, como pretendem os agora chamados anarco-sindicalistas»⁸¹; o seu lançamento integra-se, por conseguinte, como a criação os Núcleos Sindicalistas Revolucionários, numa estratégia que tem por fim permitir aos sindicalistas comunistas e defensores da adesão à ISV (integrados ou não no Partido Comunista) alargar a sua influência na organização sindical, ganhar peso na CGT e tentar imprimir-lhe outra directriz. A proposta de “frente única”, formulada pela CEPISV e pelo PCP, que a CGT recusara, viera na mesma linha de actuação.

Aliás, o tema da “frente única” era matéria não restrita a Portugal, como se testemunha n’*A Batalha*, por cujas páginas, a par de algum eco dos movimentos sociais e da repressão que se exerce sobre o operariado e suas organizações particularmente em Espanha, Itália e Alemanha, mas também em países como a Bulgária ou a Turquia – no caso da Alemanha pontualmente acompanhado de apelos à solidariedade material a favor do operariado, sobretudo em benefício das crianças, ameaçadas pela fome⁸² – e do avanço do fascismo e das ditaduras, se dá nota das discussões que atravessam diversas organizações de trabalhadores em torno da “questão internacional”, relacionadas com as propostas de “frente única” da iniciativa de comunistas e partidários da ISV, no quadro de uma linha estratégica delineada pela Internacional Sindical Vermelha. Os sucessivos choques, com esta matéria em fundo, sobretudo em França, entre sindicalistas revolucionários e comunistas são assunto recorrente de notícias no diário cegetista, por onde passam também notícias sobre a actividade da AIT, destacando-se o tratamento da Conferência de Innsbruck, no princípio de Dezembro de 1923; naquela conferência, de que estiveram ausentes a CGT portuguesa, a CNT de Espanha e a CGT do México, e para a qual também foram convidadas as Internacionais sindicais de Amsterdão e de Moscovo, que não responderam o convite, foi precisamente tratado o problema das relações com as outras internacionais sindicais e o avanço do fascismo, dando-se a público no jornal confederal as deliberações ali tomadas de recusa das propostas frentistas formuladas pelos comunistas, por se considerar que elas apenas tinham em

⁸¹ “A que vimos”, *A Internacional*, nº 1, 03-11-1923, p.1.

⁸² Sobre a necessidade de apoio a favor das crianças alemãs, vejam-se as notas oficiosas do Comité Confederal «Pelos nossos irmãos alemães», *AB*, 25-01-1924 e “Os famintos alemães”, *AB*-03fev1924.

vista controlar o sindicalismo revolucionário e impor ao movimento operário internacional a direcção da Internacional de Moscovo⁸³.

O combate dos Partidários da ISV ao modo de funcionamento da direcção da CGT e àqueles que tinham a supremacia nos seus órgãos tem em Manuel Joaquim de Sousa um alvo preferencial, como elemento preponderante na orientação e em toda a actividade da CGT (tudo leva a crer que menos na direcção de Santos Arranha do que na de Silva Campos), designadamente no Conselho Confederal, onde se mantém sem interrupção, em representação ora da sua Federação sindical, ora de outros organismos de fora de Lisboa. Fora também ele que, melhor ou pior, tinha vindo a “demolir”, n’*A Batalha*, os fundamentos teóricos e a prática da ISV, numa acção persistente e continuada nas colunas de *A Batalha*, que o Conselho Confederal assumirá como posição sua. A *Internacional* agita questões concretas que, a seu ver, trouxeram grandes danos à CGT, como: a decisão do Congresso da Covilhã de manter a estrutura do Comité Confederal, rejeitando a supressão do cargo de secretário-geral e a criação do Secretariado Confederal, um modelo de governo que os críticos reputam mais adequado, com menos custos, menos vícios e muito mais eficaz; além deste, o aumento a quota confederal, incomportável para muitos operários confederados, que teria contribuído fortemente para o abandono dos sindicatos; a “demonização” do ex-secretário-geral da CGT incluirá ainda acusações pessoais de não aparecer no seu sindicato e Federação, dedicando-se somente à CGT, de não trabalhar na sua profissão e de viver à conta da organização operária.

A questão da “frente única”, que o relatório do Comité ao Congresso de Santarém, já citado, qualificará como a «questão que mais energias gastou à organização durante estes três anos [1922 a 1925]», manteve-se no centro do noticiário de *A Batalha*, com referências às tomadas de posição sobre essa linha estratégica da ISV em outros países, por organismos sindicais e políticos, incluindo a ISV, a Internacional de Amsterdão e a AIT⁸⁴; nos organismos sindicais, publicamente, irá reaparecer, como já foi referido, na Conferência Inter-Sindical Gráfica de Lisboa.

Uma tese levada a essa conferência propunha a união de todos os trabalhadores, independentemente de tendências políticas ou filosóficas, a cessação dos ataques às tendências “heterodoxas” por parte dos organismos centrais da CGT e do seu órgão de imprensa, a colaboração transitória entre organismos de tendências político-ideológicas diferentes, numa acção comum em defesa do proletariado, «sem compromisso das características próprias de cada um»; propunha-se ainda que, aprovada a tese na

⁸³ AB, 02, 04 e 05-01-1924.

⁸⁴ Um comunicado da AIT, publicado por *A Batalha*, assinala a mudança de tática da ISV: primeiro, apontou a formação de sindicatos fora da Internacional de Amsterdão; depois, as orientações foram no sentido da entrada de elementos “seus” nos sindicatos em causa, para os conquistar e modificar; por último, o III Congresso da ISV decidira a «união [da ISV] com [a Internacional de] Amsterdão. AB, 07-11-1924.

Conferência de Lisboa, a mesma deveria ser levada ao congresso federal gráfico e, uma vez aí adoptada, constituir proposta da Federação do Livro e Jornal ao próximo Congresso Operário Nacional⁸⁵; após muita controvérsia, a tese acabou por ser retirada de discussão, por proposta de Alexandre Vieira, e a tentativa da sua inclusão na ordem de trabalhos da Conferência Gráfica do Porto também não foi bem-sucedida.

Também nos organismos sindicais e federais, e mesmo no Conselho Confederal, se fazem ouvir críticas à CGT e *A Batalha*, aparentemente mais frequentes. Ao jornal aponta-se recorrentemente quer a omissão de notícias, quer a posição tendenciosa como trata a informação sobre a ISV, mesmo quando se trata de intervenções públicas ou escritos de dirigentes sindicais confederados, como referem numa reunião do Conselho os delegados Jesus Gabriel, Manuel Rodrigues e António Monteiro⁸⁶, num crescendo de críticas que já vinham sendo produzidas no mesmo órgão confederal pelos delegados dos Arsenais, dos Empregados no Comércio e da Federação Marítima, verberando-se a atitude da direcção de *A Batalha* e da sua redacção, acusados de fazer censura, e de desconsiderar pessoas e organismos quando “desalinhados” em relação à linha maioritária dentro da CGT – uma das “vítimas”, mas não o único, era precisamente José de Almeida, secretário-geral da Federação Marítima, especialmente visado depois da deliberação do Congresso Marítimo (Outubro de 1924) de aproximação daquela Federação à ISV, um posicionamento que exacerbou divisões e multiplicou fricções da CGT com aquela Federação, com críticas e ataques de elementos da maioria confederal a dirigentes dos Marítimos, ainda que protestando – sempre – o reconhecimento da autonomia das classes marítimas e o respeito pela sua decisão soberana, em conformidade com os princípios programáticos da Confederação de autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na Federação e desta na CGT.

Dias depois, a CGT vem publicamente pronunciar-se sobre as “reivindicações” dos partidários da ISV; fá-lo em editorial de *A Batalha*⁸⁷, com o propósito de definir uma posição clara de oposição às “reivindicações” dos sindicalistas pró-ISV – contesta-se o que se entende ser uma nova táctica dos sindicalistas «moscovitários» portugueses de neutralidade nas relações internacionais: «perdida a esperança de conseguirem a adesão da CGT à Sindical Internacional Vermelha defende-se agora o princípio da neutralidade, isto é a sua adesão nem à Sindical Internacional Vermelha, nem à Associação Internacional dos Trabalhadores»; depois, a manifestação do desejo de conciliação para evitar a quebra da unidade na organização operária por parte daqueles que, constituindo-se em tendência, tinham instalado a divisão nas fileiras do operariado; finalmente rebate-se a exigência de representação dos sindicalistas comunistas nos órgãos dirigentes da CGT e na redacção do jornal confederal, a pretexto do seu peso na

⁸⁵ *AB*, 02-11-1924.

⁸⁶ [Relato do Conselho Confederal de 27-11-1924]”, *AB*, 02-12-1924.

⁸⁷ “Frente única”, *AB*, 09-11-1924.

organização operária: «os moscovitas afirmam ainda ter direito a fazer todas estas exigências e a oferecerem-nos esta plataforma de conciliação porque são eles a maioria dentro da organização operária, não a maioria em sindicatos, mas a maioria em sindicados», passando à contestação com números, que de alguma forma constituem um retrato sucinto, actualizado à data, da organização sindical, que como é referido comportaria então uns 80 mil aderentes, 2/3 dos que teria quando do Congresso da Covilhã (1922) – «os moscovitas não contam senão uns 8.000 aderentes, fazendo o cálculo pelos sindicatos em que têm as maiorias e descontando nos marítimos uma parte bastante avultada de elementos que não estão com eles. Como é que têm então a maioria dos sindicados? Ainda que se juntassem àqueles 8.000 sindicados e confederados os sindicados não confederados, nem assim a representação dos moscovitas num Congresso Operário Nacional se tornaria mais avultada comparativamente com a da corrente predominante. Os organismos que estão fora da CGT são de reduzidíssima população, têm uma vida pouco intensa e uma parte deles não adere à CGT porque pela deficiência de organização não pode suportar o sacrifício do pagamento da cota confederal. Outros que estejam afastados da CGT por espírito conservador e reaccionário, esses nem estão connosco nem com Moscóvia.» Enfim, a concluir, em nome da maioria, proclama-se que só há uma maneira de concretizar a “frente única”: «realizar dentro dos sindicatos a orientação sindicalista revolucionária, pôr inteiramente de parte a acção política e seguir as tradições revolucionárias do operariado»; fazer de outro modo é «continuar a perturbar a acção operária, a enfraquecê-la e a estabelecer uma cisão».

Em minoria no Conselho Confederal, dispondo nos seus melhores dias dos votos dos delegados dos Arsenalistas, dos Marítimos, dos Empregados no Comércio do delegado (António Monteiro) da Federação do Livro e Jornal, os delegados desta “sensibilidade” não têm condições para fazer vingar posições heterodoxas na CGT; entretanto, trabalham no sentido de ganharem peso nos sindicatos e federações, propondo a sua colaboração, designadamente no Alentejo, então com resultados inexpressivos⁸⁸.

Ainda assim, acabam por impor a discussão de assuntos menos consensuais na organização, celebrando algumas vitórias em questões mais incómodas para a maioria, como acontecerá em Janeiro de 1925 quando conseguem que o Comité Confederal apresente à sanção do Conselho, pela primeira vez depois do Congresso da Covilhã, as contas da CGT desse período de dois anos e meio⁸⁹.

⁸⁸ Em Janeiro de 1925, a Federação dos Trabalhadores Rurais dará testemunho público da sua recusa. *AB*, 23-01-1925.

⁸⁹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 08-01-1925]”, *AB*, 09-01-1925.

CAPÍTULO VII

O ANO TRÁGICO DE 1925

O desemprego e a crise social são os principais motores da actividade sindical no ano de 1925; não são temas novos e não há de facto um corte com o que se passara no ano transacto; mas a movimentação social amplia-se logo no princípio do ano, com novas manifestações e comícios promovidos pelos organismos sindicais em muito pontos do país. Uma marcha de desempregados em Lisboa, no mês de Janeiro, com mais de um milhar de participantes, que a polícia dispersou de forma violenta, cria incomodidade na imprensa e dá maior visibilidade ao problema na opinião pública da capital.

As movimentações sociais reclamando do governo medidas contra o desemprego, nomeadamente através do lançamento de obras de envergadura que criassem postos de trabalho, fazem-se acompanhar de denúncias ao patronato pelas acções que desenvolve contra o regime do horário de trabalho de 8 horas, que é regulamentado por lei, em Maio, impondo a realização de horas extraordinárias, ou pura e simplesmente o retorno a horários mais extensos, de 10 e mesmo de 12 horas, e contra as tentativas de redução dos salários – em muitas empresas, de variável dimensão, a redução da laboração em 3 e 4 dias precedeu a imposição de salários mais baixos, o despedimento e/ou o aumento do horário de trabalho. As greves realizadas durante este ano, foram determinadas maioritariamente por estes problemas.

A contestação sindical ao patronato teve então um âmbito mais lato, incrementando-se as denúncias de propósitos de uma ditadura alimentados pelos dirigentes do patronato e o seu organismo político-patronal, a União dos Interesses Económicos, que a organização cegetista combatia desde a sua criação, contestação essa mais incisiva ainda depois da verificação do envolvimento daquela nos acontecimentos do “18 de Abril”, durante e após o julgamento e absolvição dos responsáveis daquela tentativa golpista, da posterior amnistia dos implicados na mesma e da participação da UIE (e eleição de candidatos seus) nas eleições de Novembro de 1925.

Nas relações da CGT com o mundo estrito da política, partidário e parlamentar, no princípio do ano de 1925 encontramos a Confederação – que se assumia como anti-poder, anti-Estado, anti-parlamentar e contra todo o tipo de colaboracionismo – encontramos-la pois dividida sobre que atitude deveria ser assumida face ao governo de José Domingues dos Santos, que se apresentara ao Parlamento com um propósito de realização de um programa apontando a uma maior justiça social, em matéria e inquilinato e dos direitos dos consumidores, e a um outro relacionamento com as organizações sindicais, e cuja acção já se traduzira numa lei que reconhecia as federações de sindicatos e a Confederação, a um presidente do governo que libertara presos sociais e que declarava não querer uma polícia de repressão, confrontada ainda

com acusações de uns que a davam como apoiante desse mesmo governo e de outros tentando forçá-la a essa mesma atitude frentista; clarificada internamente essa situação, precipitada até pela queda da situação política que a determinara, a CGT cairá rapidamente num novo palco de contradições e tensão internas, provocado pelo “18 de Abril”.

Os governos que sucederam ao de José Domingues dos Santos¹, a começar pelo de Vitorino Guimarães, que ao tomar posse se declarava na linha das preocupações sociais do seu antecessor, serão duros com a organização sindical, como se assinalará.

O “18 de Abril”, mais propriamente o pós-“18 de Abril”, constitui um novo momento traumático na vida da CGT. O envolvimento do secretário-geral – e da Confederação – e de outros elementos da organização num grupo mais alargado de pessoas em torno de uma frente unida contra o “golpe das direitas” e, e concreto, a proclamação pela CGT de uma greve geral em resposta ao pronunciamento hão-de desencadear uma crise interna muito forte, traduzida em censura ao secretário-geral, que determinará o seu pedido de demissão (não aceite), o seu afastamento da direcção de *A Batalha* e a concentração de toda a responsabilidade de informação e propaganda num comité de que a principal figura é o anterior secretário-geral cegetista Santos Arranha, num processo que se vai arrastar durante meses, no âmbito do qual se precipitará o confronto, no Conselho Confederal, em torno da questão da “frente única”, repetidamente proposta à CGT pelos Partidários da ISV, de que resultará a decisão dos dois Sindicatos dos Arsenais de suspender relações com a CGT (seguidos do dos Escritórios de Lisboa e da Federação Marítima) posto o que os seus delegados deixam de participar na actividade do Conselho Confederal.

A defesa da organização operária face às tentativas de “infiltração” do sindicalismo comunista conhecem novos episódios de um e outro lado, os sindicalistas revolucionários com a vantagem que lhes advinha de terem consigo a maioria dos sindicatos e as estruturas federativas, de indústria e locais. Apesar do recrudescimento das tentativas dos sindicalistas pró-ISV e comunistas junto de sindicatos e mesmo Federações para nelas terem papel mais determinante, os resultados dessa acção não se revelam suficientes para assumirem um papel preponderante nas estruturas federal e confederal, nem para a formação de um organismo alternativo à CGT, muito embora o organismo cegetista denote um significativo desgaste, resultado em parte da menor dinâmica da base – traduzida, por exemplo, na menor participação de sindicatos no Congresso Nacional –, na persistência de quezílias (quando não verdadeiras guerras sem fim) internas em diversas classes e num ainda se possível maior desgaste das finanças

¹ Os 5 governos do ano de 1925: José Domingues dos Santos, Vitorino Guimarães (15-02-1925 a 01-07-1925), António Maria da Silva (01-07-1925 a 01-08-1925), Domingos Leite Pereira (01-08-1925 a 17-12-1925) e António Maria da Silva (17-12-1925 a 30-05-1926).

confederais, que põe em causa (a prazo há-de ser definitivo) o apoio aos presos sociais. Ainda assim e não obstante dissidências que se perfilam e outras que se concretizam, de a existência de muitos sindicatos ser mais fictícia do que real, de as estruturas organizativas de algumas classes se terem reduzido em extremo, a organização dá sinais de vitalidade, nomeadamente considerando-se o número de novos organismos formados naquele ano de 1925, o número de conferências e congressos corporativos de que resultaram, inclusive, a decisão de constituir uma nova Federação, a Têxtil. No capítulo das relações internacionais, a CGT envolve-se em acções promovidas pela AIT e nesse âmbito o secretário-geral participa no Congresso de Amsterdão daquela Internacional sindicalista, que por seu turno se faz representar por um dos seus dirigentes no Congresso Nacional de Santarém da Confederação Geral do Trabalho.

1. SOB A AMEAÇA DE DITADURA, A CGT E AS ESQUERDAS

O combate ao governo empreendido pelo patronato, pela União dos Interesses Económicos e pelos seus adversários políticos no Parlamento, entre os quais se incluíam deputados do Partido Democrático, do qual José Domingues dos Santos havia saído, numa cisão de um grupo que pouco depois dará origem ao Partido da Esquerda Democrática, coincide com manifestações e comícios contra o desemprego, da iniciativa de organismos confederados, acções de rua e tomadas de posição públicas contra o desemprego e a ofensiva patronal de redução dos salários e aumento do horário de trabalho, contra o movimento das “forças vivas” e a perspectiva de instauração de uma ditadura conservadora-patronal-militar.

Rapidamente, aos olhos da opinião pública aquelas actividades de iniciativa confederal ou a que *A Batalha* e/ou elementos destacados da CGT se associam são vistas como apoio da Confederação ao governo de José Domingues dos Santos.

Em sucessivas declarações, responsáveis da CGT proclamam a independência da organização face ao governo, sem conseguirem tornar clara a sua posição e calar insinuações e ataques externos, em que se distingue o jornal *O Século*, não obstante a oposição declarada pela organização operária, fiel aos princípios da liberdade de associação e de expressão, contra o encerramento, pelo governo, da Associação Comercial de Lisboa e a denúncia de perseguições governamentais contra aquele jornal, porta-voz assumido daquela organização político-patronal – um pretenso alinhamento da CGT com o governo é utilizado como arma de arremesso das hostes patronais contra a política governamental. Nos dias quentes que precederam a queda de José Domingues dos Santos, a CGT é confrontada com acusações, veiculadas por aquele jornal diário, de que o a CGT o governo “comprou” o seu apoio fazendo-lhe um donativo de 400 contos; enquanto isso, nas hostes *democráticas* que apoiam o governo festeja-se uma pretensa

aproximação da central operária às esquerdas republicanas. A CGT vem a público defender-se e desfazer equívocos – a *O Século* responde o Comité Confederal denunciando a mentira como arma de arremesso na “cruzada” anti-governamental e anti-operária da UIE; aos segundos, que se propunham realizar um banquete, com a presença do próprio chefe do governo, de homenagem a *A Batalha* e a *O Mundo* por estarem do lado do governo, a iniciativa é classificada, no que respeita ao diário confederal, de «descabida e inaceitável», pois, escreve-se, «*A Batalha* [...] não está [...] ao lado do governo. Raro é o dia que não dizemos com todas as palavras: “não apoiamos o governo, atacamos a reacção e as forças vivas, porque não queremos ser esmagados por elas”».²

Dias antes, em Lisboa, a 6 de Fevereiro, uma grande manifestação promovida por várias agremiações republicanas, com o apoio da União de Sindicatos de Lisboa, contra o movimento das “forças vivas”, conforme relato do diário confederal, juntara entre 7 a 8 mil pessoas, vendo-se entre os manifestantes soldados e marinheiros, oficiais de patentes inferiores e muita gente das classes médias. Rosendo José Viana, da USO-Lisboa, foi uma das pessoas que discursaram da janela do Ministério, a anteceder a intervenção do chefe do governo; este declarou no seu discurso estar «do lado dos explorados, contra os exploradores», acrescentando a propósito de incidentes ocorridos durante a manifestação com a Guarda Republicana, que utilizou armas de fogo, que «a Guarda não se fez para bater no povo»³.

No domingo, 8 do mesmo mês, novo comício, em Lisboa, promovido pela Federação Nacional das Cooperativas, também contra o movimento das “forças vivas”, um evento que juntou no Terreiro do Paço mais de 20 mil pessoas, estando oficialmente representados o Partido Socialista, o Partido Comunista, o Centro 5 de Outubro, a Federação Anarquista, as Juventudes Sindicalistas, a USO-Lisboa e a CGT, as duas últimas, respectivamente, por Rosendo José Viana e Manuel Joaquim de Sousa; a concluir o comício, foi aprovada «por unanimidade» a formação da “União dos Interesses Sociais”, sem distinção de tendências ou partidos, fixando a moção que lhe serviu de base uma espécie de programa, com os seguintes pontos: combate à União dos Interesses Económicos; necessidade de o governo se opor às exigências e imposições da finança e oligarquias plutocráticas; a execução de um plano de obras de fomento, que combata o desemprego; mobilização pelo governo de fábricas encerradas pelo patronato, entregando-as aos operários (na linha do que o representante da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, defendera na sua alocução); declaração de um regime de

² “Uma calúnia”, *AB*, 11-02-1925, e “A homenagem à ‘Batalha’ é descabida e inaceitável”, *AB*, 08-02-1925. O donativo a que *O Século* se referia consistiria em 10% do valor de um empréstimo desbloqueado pelo governo para a construção do novo Manicómio de Lisboa, pretensamente negociado com a Federação da Construção Civil, cujos termos esta esclarecia no próprio jornal – *AB*, 13-02-1925.

³ *AB*, 07-02-1925.

incompatibilidades de funções governativas, parlamentares e de alta direcção da administração pública com altas funções em bancos e companhias; por último, a realização de uma reforma agrária, com expropriação pura e simples dos latifúndios, em proveito de cooperativas e sindicatos rurais. A comissão organizadora da União dos Interesses Sociais, foi também aprovado, seria constituída pela mesa do comício e por todos os oradores⁴.

O governo de José Domingues dos Santos cairia na madrugada de 11 de Fevereiro de 1925, com o voto de 65 deputados, contra 45, numa sessão parlamentar marcada por graves cenas de pugilato. Em tais circunstâncias a *A Batalha* recomenda ao operariado que se mantenha sereno, mas convida-o a intensificar «neste momento e mais do que nunca» a campanha operária contra a UIE, responsabilizando-a, enquanto cabeça das “forças vivas” pela queda de um «ministério que se disp[ôs] a favorecer o povo com medida liberais e a contrariar as ambições desmedidas das oligarquias»⁵.

No dia 13 de Fevereiro, a convocatória da União dos Interesses Sociais, umas 80 mil pessoas manifestam-se junto da Presidência da República; no documento entregue ao presidente Manuel Teixeira Gomes, protesta-se contra a demissão do governo de José Domingues dos Santos decidida no Parlamento, exigindo-se ainda que as afirmações do chefe do governo cessante de que a GNR não tinha sido criada para espingardear o povo e que o governo deve estar do lado dos explorados contra os exploradores deveriam constituir base intransponível da acção de futuros governos; o mesmo documento referência a constituição da União dos Interesses Sociais por agremiações republicanas, partidos socialista e comunista, o comité dos partidários da ISV e «a organização operária, pelo seu organismo local USO», o que dá a concluir que a CGT, tendo estado enquanto organismo, se tinha entretanto formalmente desligado da UIS – o seu delegado ao comício do dia 8, que enquanto tal integraria a comissão organizadora União dos Interesses Sociais não figura entre os subscritores do documento, que todavia é subscrito por Rosendo José Viana, em nome da União de Sindicatos de Lisboa e por outros elementos destacados com assento nos órgãos confederais, mas nenhum em representação oficial da CGT⁶.

Internamente tinha-se entretanto avolumado a incomodidade provocada por um senão alinhamento, pelo menos por uma não indiferença e de facto uma não hostilidade da CGT com o governo de José Domingues dos Santos; sob pressão, por um lado daqueles que entendiam que, ao menos por razões tácticas, a organização deveria apoiar

⁴ *AB*, 10-02-1925. Este comício teve uma outra novidade – as intervenções de duas mulheres, Virgínia da Silva e Maria Viegas, «que aconselha[ram] os presentes a levarem as mulheres aos comícios, pois são elas quem mais sofre com a carestia da vida».

⁵ “A queda do governo e a atitude do proletariado”, *AB*, 12-02-1925.

⁶ Miguel Correia, dos Ferrovários do Sul e Sueste, João Pedro dos Santos e Júlio Luís, do Sindicato do Arsenal do Exército, são alguns dos subscritores que já haviam passado pelo Conselho Confederal da CGT; António Monteiro, outro dos subscritores, integrava, à data, aquele órgão confederal, sendo elemento destacado, como Santos e Luís, dos partidários da ISV.

quem, no governo, se propunha tomar medidas de carácter social conformes com o que defendia a Confederação, e, por outro lado, os que, no próprio seio, se firmavam no princípio da acção directa e críticos irredutíveis de toda a acção que prenunciasse qualquer forma de colaboração com governos e partidos, a CGT (precisando, *A Batalha*, cujos editoriais reflectem a posição oficial do organismo cujo secretário-geral é o director do jornal) dá conta do seu posicionamento nessa matéria, em editorial do dia 13 de Fevereiro: a CGT assumiu uma atitude de «interessada e atenciosa expectativa» face ao governo de José Domingues dos Santos, considerando os seus anunciados propósitos de tomar medidas de carácter social com que o operariado poderia beneficiar; não o apoiou, «mas combatendo os inimigos que ele enfrentou, deu-lhe força. [...] Não fez o governo socialmente nada que nos interessasse, mas não estamos arrependidos da atitude que tomámos. [...] O facto deste governo ser do partido democrático, de que o operariado recebeu agravos, não impedia a CGT de se manter ordeiramente numa atitude correcta, de forma alguma o hostilizando.»⁷

Neste preciso contexto, o escrutínio de vários delegados do Conselho Confederal é bastante crítico para *A Batalha*, o que originará um novo conflito, relativamente sério, entre o Conselho e a redacção do jornal, que, tendo sido objecto de censura, chegará a demitir-se⁸.

Em síntese, o incidente é desencadeado pelo conteúdo de um suplemento do jornal distribuído no dia da manifestação ao Presidente da República, que dá origem a protestos do delegado dos Metalúrgicos no Conselho Confederal: a organização metalúrgica, refere Joaquim de Sousa, considera que o artigo “O parlamento é uma agência de negócios”, inserto naquele suplemento, é «anti-sindicalista» por deixar transparecer simpatia por candidaturas da esquerda republicana em futuras eleições, acusando que é feito apelo ao voto; outros delegados se pronunciam sobre a questão, predominando a tónica de que a redacção de *A Batalha* pratica desvios aos princípios anti-parlamentaristas do sindicalismo, inscritos nos estatutos da Confederação e reafirmados nos congressos.

Manuel Joaquim de Sousa, um dos delegados intervenientes na discussão travada no Conselho, sublinhando a censura à atitude da redacção do jornal, vai mais longe: o artigo em questão culmina o que tem sido a orientação do diário confederal, «por vezes incolor, sem interpretar a verdadeira expressão da classe operária» e «tem-se desviado dos objectivos confederais, acompanhando mais ou menos a política das correntes chamadas esquerdistas».

Na prática, a censura a *A Batalha* é uma censura directa ao seu director, o delegado ao mesmo Conselho e secretário-geral da CGT, Manuel da Silva Campos, a quem

⁷ A nossa atitude e o governo”, *AB*, 13-02-1925.

⁸ Seguimos basicamente o relato da reunião do Conselho Confederal de 17-02-1925, *AB*, 18-02-1925.

também são assacadas pelo seu camarada da Federação do Calçado, Couros e Peles responsabilidades por, naquela função jornalística, ainda não ter procedido, como se pretendia com a sua nomeação como director, em Julho de 1924, à remodelação do jornal e que a Confederação tivesse mão na redacção, no sentido de a subordinar à orientação oficial da CGT.

A maioria dos delegados do Conselho segue a opinião de Manuel Joaquim de Sousa, aprovando (11 votos) uma moção por este apresentada de convite à redacção de *A Batalha* «a não publicar mais artigos dos quais se possa depreender que defende princípios contrários ao sindicalismo»; os 3 votos contra são das Federações Marítima, dos Empregados no Comércio e do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército (não está presente o delegado do Arsenal de Marinha), que no Conselho exprimem as posições do Comité dos Partidários da ISV.

No fundo, este incidente e a moção aprovada têm um alcance maior, significando uma reafirmação da posição maioritária no Conselho sobre as relações entre a CGT e outras organizações, designadamente partidos políticos e sobre a União de Interesses Sociais.

Por sinal, nesse mesmo dia, *A Batalha* publicava com grande destaque na primeira página um artigo de Emílio Costa em que, a pretexto da manifestação de dia 13, este se pronuncia de forma muito clara pela necessidade imperiosa de um entendimento entre todos os que «têm declaradamente o mesmo objectivo de transformação social», independentemente e «acima de certas divergências de orientação e de tática, [...] uma associação de esforços para um fim comum, apenas ocasional, com absoluta, completa autonomia para tudo o mais, dos indivíduos e do agrupamentos, [...] ocasional, mas pronta para todas as ocasiões»⁹.

Manuel Joaquim de Sousa havia estado, como delegado da CGT, no comício onde fora, precisamente, deliberada a criação da União de Interesses Sociais, da qual por esta tomada de posição se demarca a Confederação e o próprio Sousa, que como foi referido já não aparecera envolvido na organização da manifestação ao Presidente da República.

A redacção de *A Batalha* não reage bem à censura do Conselho Confederal; o chefe de redacção demite-se e a redacção acompanha-o em bloco¹⁰. Na edição desse dia, o jornal transparece ainda a mesma atitude – comentando o abandono do Parlamento, na véspera, da «facção mais conservadora da política republicana» em protesto contra o facto de o governo de Vitorino Guimarães se reclamar continuador das políticas de José Domingues dos Santos, escreve-se no jornal confederal: «eis uma situação em que não podemos desinteressarmo-nos dos manejos dos políticos. [...] Nunca como agora houve maior conveniência de todos os que defendem um cada vez mais acentuado progresso

⁹ Emílio Costa – “Aproveitemos a lição”, *AB*, 17-02-1925.

¹⁰ “Uma atitude”, *AB*, 19-02-1925. Integravam a redacção de *A Batalha* Mário Domingues, Cristiano Lima, Alfredo Marques, António Pires de Matos e Vasco da Fonseca.

social, em liberdades e em regalias para os expoliados, se unirem numa vigilante expectativa contra tudo o que possa representar um perigo para o povo trabalhador.»¹¹

Fora da Confederação, designadamente na imprensa de Lisboa, os acontecimentos têm uma leitura linear: há uma clivagem na CGT entre duas linhas divergentes: uma, oficial, de uma certa simpatia para com o governo, que por razões táticas não o hostiliza, e outra, mais aferrada aos princípios do sindicalismo revolucionário activamente contrária a essa atitude, que transparece em *A Batalha*; à primeira, associam Manuel da Silva Campos, e à segunda, Manuel Joaquim de Sousa – é o que se lê em dois jornais da tarde desse mesmo dia, 19 de Fevereiro, *A Capital* e o *Diário de Lisboa*. À noite, o director de *A Batalha* e secretário-geral da CGT repõe o assunto em discussão no Conselho Confederal, chamando a si a responsabilidade pelo “desvio” do jornal cegetista, aprovando aquele órgão uma moção «conciliatória» que acabou por liquidar o incidente, retomando funções a direcção do jornal¹².

Certo é que, tanto em Lisboa, como no Porto, a constituição da União dos Interesses Sociais continua a movimentar militantes sindicais, que os sindicalistas e organismos identificados com a maioria confederal procuram combater – no Porto, referencia-se, em Março, um grupo de militantes envolvidos em tal actividade, que uma moção aprovada em assembleia geral do Sindicato Único das Classes Têxteis local denuncia a pretexto de tal organismo ser uma iniciativa «dos politicantes com rótulo de avançados»¹³; a própria União de Sindicatos local, tendo dado assentimento à participação de delegados seus naquela iniciativa, exige que ela não integre elementos do Partido Socialista, do Partido Comunista e da Internacional Sindical Vermelha¹⁴; em Lisboa, a par de reuniões de elementos da Executiva da ISV, envolvendo sindicalistas confederados, há iniciativas idênticas – inclusive publicitadas em *A Batalha* – fora dos sindicatos e organismos confederais, de «militantes sindicalistas revolucionários concordantes com os princípios demarcados pelos congressos de Coimbra e da Covilhã»¹⁵.

Nas vésperas do “18 de Abril”, o conflito entre o Conselho e *A Batalha* estaria aparentemente resolvido e o jornal completamente alinhado com a posição maioritária – a pretexto da constituição de um governo trabalhista em Inglaterra e, em França, do governo de Édouard Herriot, «porta-estandarte dos republicanos esquerdistas», que por

¹¹ “Que querem eles”, *AB*, 19-02-1925. No II Congresso da AIT, em Março, o delegado da CNT de Espanha denota ter conhecimento da posição de “apoio tácito” da CGT ao governo de José Domingues dos Santos, referindo-se-lhe nestes termos, como escreve Manuel da Silva Campos no relatório da sua participação naquele Congresso: «a CGT de Portugal para impedir o golpe de estado da oposição reaccionária, teve que apoiar indirectamente o governo» (*AB*, 20-06-1925).

¹² Veja-se “Sobre uma atitude”, *AB*, 20-02-1925; “Conselho Confederal [relato da reunião de 19-02-1925]”, *AB*, 20-02-1925, e “Uma atitude”, *AB*, 21-02-1925.

¹³ *AB*, 11-03-1925.

¹⁴ *AB* 16-03-1925.

¹⁵ *AB* 03-04-1925.

sinal acabara de cair, *A Batalha*, em editorial, propõe-se dar resposta «a todos quantos, a cada passo, nos buzina ao ouvido que a melhor forma de evolução é a acção política»; não, contrapõe, isso é uma ficção: «as verdadeiras conquistas continuam a ser as que a própria massa revolucionariamente obtém. E quando a população se agita e se decide à acção directa, seja de esquerda ou de direita o governo do momento, dá-se de facto um progresso real.»¹⁶

A tentativa revolucionária conservadora de 18 de Abril haveria de repôr a questão, como se verá a seguir.

2. A CGT E O “18 DE ABRIL”

Na madrugada de 18 de Abril de 1925 eclode em Lisboa um movimento militar conservador há algum tempo esperado; à sua frente estão Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves, estando envolvidos mais de 60 oficiais e alguns conspiradores civis.

Apoiado financeiramente pela União dos Interesses Económicos (que também havia de financiar o movimento de 28 de Maio de 1926), o movimento tinha como propósito declarado instituir um regime modelado na ditadura de Primo de Rivera, em Espanha¹⁷; mas foi dominado por forças militares e GNR que se mantiveram fiéis ao governo de Vitorino Guimarães.

Em reacção aos acontecimentos, a USO-Lisboa proclama nesse mesmo dia, um sábado, a greve geral imediata, em defesa da liberdade, contra o «movimento militarista reaccionário», e, em suplemento de *A Batalha* dessa mesma data, o Comité Confederal da CGT «exorta todas as classes a defenderem vigorosamente a liberdade ameaçada», deixando em aberto a possibilidade de uma acção operária a nível nacional¹⁸; sucedem-se os apelos à repetição do «gesto grandioso e heróico de Monsanto» (Janeiro de 1919, que aniquilou a revolta monárquica) e, em Lisboa, populares reclamam do governo a entrega de armas para defesa das liberdades ameaçadas, quando circula uma proclamação impressa, dirigida «Ao Povo de Lisboa [e] Ao Proletariado», onde se escreve: «Se o governo, por actos de decisiva energia, não resolver hoje mesmo [18 de Abril] a situação, atacando as forças reaccionárias, o povo, o proletariado, deve, pelos meios ao seu alcance, armar-se e decisivamente enfrentar e jugular o movimento das direitas». Assinam o documento o Partido Socialista, o Partido Comunista, o Centro Republicano 5 de Outubro e a Confederação Geral do Trabalho¹⁹.

A greve geral lançada pela CGT não teve efeitos visíveis, declara Silva Campos, o secretário-geral da CGT, dias depois a um jornal de Lisboa, «por nesse dia ser

¹⁶ “A política das esquerdas”, *AB*, 15-04-1925.

¹⁷ Douglas Wheeler – *História política de Portugal – 1910-1926*, p.253.

¹⁸ *AB*, 18 e 19-04-1925.

¹⁹ *AB*, 19-04-1925.

domingo e a revolução ter terminado de manhã»²⁰; ainda assim, a direcção de *A Batalha*, escrevendo sobre o assunto no dia seguinte à tentativa de golpe, escreve que a atitude a CGT «demonstra claramente que todas as esquerdas sociais se entenderam rapidamente para uma acção comum contra o inimigo comum»²¹.

Na reunião dessa mesma noite do Conselho Confederal, Manuel da Silva Campos, ao tempo director do jornal e secretário-geral da CGT, viria a ser fortemente criticado por vários dos seus pares por causa da «participação da CGT no comité das esquerdas» e pela responsabilidade na proclamação em causa²² – estava instalada uma nova crise na CGT; o tema continuará em debate nas duas reuniões seguintes daquele órgão confederal, a 24 e 27 de Abril, nas quais veio a ser deliberada a constituição de um “comité de acção revolucionária”, com a missão de organizar, na CGT, a defesa contra a “reacção político-ditatorial militarista”, com mandato para actuar em completa independência e fora de qualquer colaboração e muito menos de quaisquer compromissos com agrupamentos políticos, «agindo com a sua própria força sempre que as circunstâncias de qualquer movimento de reacção conservadora a obrigue [criando] imediatamente as células necessárias para fazer valer a sua acção revolucionária em tais movimentos.»²³ Desta forma, a maioria dos delegados do Conselho pretendia arrumar, de vez, a questão da “frente única” proposta pelos delegados identificados com a ISV e o Partido Comunista (os delegados os Arsenais de Marinha e do Exército, Júlio Luís e Abílio Alves de Lima, e da Federação dos Empregados no Comércio, Manuel Rodrigues), que na reunião anterior do Conselho, tinham precisamente apresentado uma moção no sentido do «estabelecimento duma estreita unidade, com delegados efectivos, com todos os delegados de organismos genuinamente operários e revolucionários, para o fim restrito da organização regular e indispensável, da defesa da classe operária, contra as manifestações de ditadura fascista, por parte da reacção das “forças vivas”»²⁴.

²⁰ *Diário de Lisboa*, 04-05-1925.

²¹ *AB*, 19-04-1925.

²² “Conselho Confederal [reunião de 19-04-1925]”, *AB*, 07-05-1925. Emídio Santana (*Memórias de um militante anarco-sindicalista*, pp. 89-90) assinala que a maioria dos delegados se manifestou então «na defesa da integridade da autonomia confederal, recusando a participação incondicional em comités de coligação partidária, que poderiam durar ou variar segundo a feição dos seus interesses», sendo que «a opinião da quase totalidade dos delegados era a de aceitar acordos de circunstância». O relato deste mesmo operário metalúrgico anarco-sindicalista, na obra referida (pp. 83-104) sintetiza a cisão comunista na CGT em 1925, na sequência do “18 de Abril”.

²³ “Conselho Confederal [relato da reunião de 27-04-1925]”, *AB*, 09-05-1925.

²⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 24-04-1925]”, *AB*, 08-05-1925. Fora do Conselho Confederal, há organismos confederados que tomam posição sobre esta questão – em Coimbra, a reunião das direcções dos sindicatos aderentes à CGT, com o Comité de Propaganda Confederal, aprova uma tomada de posição que secunda a deliberação do Conselho de crítica ao Comité Confederal; o Conselho Federal da Federação dos Trabalhadores Rurais, por seu turno, louvou «a acção revolucionária que alguns sindicatos desenvolveram contra a revolta militarista reaccionária» (*AB*, 03-05-1925).

Na primeira daquelas duas reuniões do Conselho Confederal, Manuel da Silva Campos apresentou o pedido de demissão do cargo de secretário-geral²⁵.

Estes eventos no Conselho Confederal foram mantidos reservados até às vésperas do 1º de Maio; na base da sua divulgação está um artigo em *A Batalha*, de Alexandre Vieira, que, à data, não é delegado àquele órgão da CGT²⁶). No essencial, Vieira afirma-se discordante da deliberação do Conselho Confederal de censurar ao Comité (e ao secretário-geral) a ligação pontual com agrupamentos políticos – tratou-se, refere Vieira, de um acto que não comprometeu em nada a independência da CGT, de um entendimento «transitório [em circunstâncias] muito especiais e para fins muito especiais», apontando aos delegados que no Conselho se tinham pronunciado contra aquela ligação o erro de não terem interpretado «a vontade das massas [...] como sustentaram», e «se terem exprimido não como sindicalistas, mas porventura como anarquistas»²⁷.

José Santos Arranha é o elemento do Conselho Confederal que vem defender em *A Batalha* a posição maioritária dos delegados a este órgão de decisão da CGT²⁸, que se consubstancia nos seguintes pontos: a CGT tem capacidade para agir sozinha e autonomamente em todas as circunstâncias, e é isso que corresponde à matriz estatutária da organização, que é contrária à colaboração com organismos políticos, devendo no futuro agir em conformidade com estes princípios²⁹.

A polémica sobre esta questão em *A Batalha* vai manter-se até meados do mês de Maio, mas no Conselho Confederal vai ocupar os delegados praticamente até ao fim desse mês. No diário confederal, entram na discussão, além de Alexandre Vieira e Santos Arranha, outros elementos de topo da organização (maioritariamente membros do Conselho Confederal), como Artur Aleixo de Oliveira, Alfredo Pinto ou Manuel Gonçalves Vidal³⁰.

²⁵ “Conselho Confederal [relato da reunião de 24-04-1925]”, *AB*, 08-05-1925, e “Conselho Confederal [relato da reunião de 27-04-1925]”, *AB*, 09-05-1925.

²⁶ Alexandre Vieira – “Uma interpretação errada”, *AB*, 28-04-1925. Do mesmo, vejam-se também os artigos seguintes: “Aclarando situações”, *AB*, 03-05-1925, e “Uma interpretação errada?”, *AB*, 10-05-1925 (neste, Alexandre Vieira transcreve uma carta que lhe foi endereçada por Manuel da Silva Campos, em que conta as *démarches* realizadas no dia 18 de Abril) e “Sobre sindicalismo - Em volta da unidade”, *AB*, 15-05-1925.

²⁷ *Idem*, *ibidem*.

²⁸ A viva troca de pontos de vista, entre Alexandre Vieira e Santos Arranha, em Abril-Maio de 1925, reedita uma outra polémica entre os dois, em Março de 1923, a propósito de reuniões de aproximação entre quadros sindicais da CGT, comunistas e não comunistas, envolvendo, entre outros, Alexandre Vieira, tendo como pano de fundo a questão da adesão da CGT a uma Internacional sindicalista.

²⁹ Vejam-se os artigos de José Santos Arranha, sob a epígrafe “Uma interpretação errada?”, *AB*, 30-04, 05 e 08-05-1925, e também “Outra carta”, *AB*, 10-05-1925.

³⁰ Sob a epígrafe comum “Uma interpretação errada?”, escrevem, a 6 de Maio Jorge Campelo (que deixa escrito, designadamente, «eu discordo da tese de marfim do Arranha e estou com o Vieira. É preciso viver o momento»), Manuel Gonçalves Vidal (que Emídio Santana situa «numa posição sindicalista revolucionária como a de Alexandre Vieira» - *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, p. 108) e Francisco Quintal, em 7 de Maio, e depois Artur Aleixo de Oliveira, e Alfredo Pinto (a 9 e 10, respectivamente), Manuel Gonçalves Vidal de novo em 12 de Maio e, a 15, A. Lima (será Abílio Alves

No artigo “Sobre sindicalismo – Em volta da unidade” (15 de Maio), alegadamente em resposta a Francisco Quintal, Alexandre Vieira reafirma a justeza da atitude do Comité Confederal no “18 de Abril”, por além dos argumentos já aduzidos, estar em linha com actuações semelhantes da “central dos sindicatos [...] em circunstâncias idênticas e mesmo em situações de menor perigo», citando a colaboração de elementos dirigentes operários com elementos e agrupamentos revolucionários, no tempo da UON, quando do movimento de Santarém (Janeiro de 1919), e da CGT «quando da tentativa ditatorial das direitas, em [10 de Dezembro de] 1923», para referenciar, depois, a (então) recente deliberação tomada no Congresso da AIT, a Internacional dos sindicalistas revolucionários, de que a CGT era aderente, considerando «que os Sindicatos, em certos momentos, e para determinados fins, podem realizar acções com outros agrupamentos revolucionários. Mas esta aproximação deve ser transitória apenas, e em nenhum caso os Sindicatos devem perder a sua independência ou ajudar qualquer partido na conquista do poder»³¹; a seguir, Alexandre Vieira ocupa-se da questão da unidade, referindo que, em seu entender, «esta só é possível enquanto da parte de *todos* os militantes houver a preocupação, não de agitarem no seio da C.G.T. os seus pontos de vista políticos, religiosos ou filosóficos», mas de fazerem trabalho sindical, em ordem à realização dos objectivos preconizados no estatuto confederal; finalmente, Vieira declara-se tão longe dos partidários da ISV, como dos que, «fazendo parte da maioria do Conselho Confederal [...] nem sempre fazem sindicalismo».

Nesse mesmo dia, 15 de Maio de 1925, em alguns jornais de Lisboa (e.g. *Diário de Lisboa* e *A Capital*) especula-se sobre quem substituirá Manuel da Silva Campos como secretário-geral da CGT, sendo unânimes na apreciação de 3 nomes possíveis: Santos Arranha, anterior secretário-geral, que teria contra si ser considerado muito dogmático, gerando por isso antipatia nas fileiras operárias; Manuel Joaquim de Sousa, primeiro secretário-geral da organização, que deixou, referem aquelas fontes, um rasto

de Lima). O primeiro artigo de Manuel Gonçalves Vidal tem uma importância particular no esclarecimento da forma como os acontecimentos do 18 de Abril foram vividos na CGT; em síntese: O Comité fez correr verbalmente indicação para reunião do Conselho Confederal ao meio dia de 18 de Abril, em local designado; além dos elementos do Comité, durante todo o dia só apareceram 5 ou 6 dos mais de 40 delegados; combinada nova reunião para as 5 horas da tarde, não apareceu ninguém, excepto um elemento do Comité; Santos Arranha terá mudado de atitude face ao manifesto dos “revolucionários sociais” – declarando-se seu opositor no Conselho Confederal, ele tinha andado na véspera a distribuí-lo (Manuel Gonçalves Vidal – “Uma interpretação errada?”, *AB*, 07-05-1925). Nada do que Vidal escreveu foi desmentido. A propósito deste momento crítico na vida da CGT, escreveu Edgar Rodrigues sobre Silva Campos e Santos Arranha: o primeiro, «esforçado, bondoso, digno, sincero, versátil e inseguro, por vezes, alterava o seu comportamento por pressões externas»; o segundo «era fogoso, destemido, portava um temperamento extravagante e por isso negava-se a si mesmo constantemente. Era dono de um duplo comportamento que o levava a afirmar-se a negar-se com a mesma convicção.» Edgar Rodrigues – *A resistência anarco sindicalista...*, p. 177.

³¹ No relatório ao Congresso de Santarém (Setembro de 1925) o Comité Confederal retomará esta mesma posição da AIT como referencial da sua acção contra o movimento militar de 18 de Abril de 1925.

de desinteligência na CGT e pretendeu ser o mentor de todo o movimento operário; por último, Alexandre Vieira, credor de gerais simpatias na organização e um dos elementos mais considerados no movimento operário, capaz em vários momentos de conciliar as várias correntes internas, mas com graves limitações de saúde para poder exercer tais responsabilidades; A *Capital* acrescenta dois outros nomes, Miguel Correia, dos Ferroviários do Sul e Sueste, e Manuel Gonçalves Vidal, dos Metalúrgicos; é também admitido que o Conselho dê um voto de confiança a Silva Campos, para que se mantenha à cabeça da organização nos quatro meses seguintes, até ao Congresso Nacional.

Na noite desse mesmo dia, o Conselho Confederal ocupou-se do pedido de demissão do secretário-geral e director de *A Batalha*, que outros elementos do Comité Confederal tinham acompanhado; os motivos invocados por Silva Campos já ele os declarara em sessão anterior, sendo eles que, pela segunda vez em pouco tempo, o Conselho havia considerado a sua orientação «inconveniente, a primeira vez foi respeitante a *A Batalha*, a segunda diz respeito aos recentes acontecimentos»³².

Após um debate muito intenso, o Conselho deliberou não aceitar o pedido de demissão do secretário-geral, por não serem consideradas suficientes as razões apresentadas, sendo-lhe por isso reiterada a confiança, pelo que se manteve no cargo.

No que respeita à estratégia, o Conselho foi, no entanto, mais longe, deliberando a constituição de um “comité de acção revolucionária”, com a missão de organizar, na CGT, a defesa contra a “reacção político-ditatorial militarista”, com mandato para actuar em completa independência e fora de qualquer colaboração e muito menos de quaisquer compromissos com agrupamentos políticos, «agindo com a sua própria força sempre que as circunstâncias de qualquer movimento de reacção conservadora a obrigue [criando] imediatamente as células necessárias para fazer valer a sua acção revolucionária em tais movimentos.»³³ Desta forma, a maioria dos delegados do Conselho pretendia arrumar, de vez, a questão da “frente única” proposta pelos delegados identificados com a ISV e o Partido Comunista (os delegados dos Arsenais de Marinha e do Exército, Abílio Alves de Lima e Júlio Luís, e da Federação dos Empregados no Comércio, Manuel Rodrigues), que na reunião anterior do Conselho, tinham precisamente apresentado uma moção no sentido do «estabelecimento duma estreita unidade, com delegados efectivos, com todos os delegados de organismos genuinamente operários e revolucionários, para o fim restrito da organização regular e indispensável, da defesa da classe operária, contra as manifestações de ditadura fascista, por parte da reacção das “forças vivas”»³⁴.

³² “Conselho Confederal [relato da reunião de 15-05-1925]”, *AB*, 21-05-1925.

³³ “Conselho Confederal [relato da reunião de 27-04-1925]”, *AB*, 09-05-1925.

³⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 24-04-1925]”, *AB*, 08-05-1925. Fora do Conselho Confederal, há organismos confederados que tomam posição sobre esta questão – em Coimbra, a reunião

No desenvolvimento desta controvérsia, tomando como referência o conteúdo e os termos do último artigo citado de Alexandre Vieira, corroborados pelos relatos das sessões do Conselho Confederal, é clara a existência de três posições dentro da CGT:

- a primeira, de inspiração anarquista, maioritária no Conselho (dos militantes «quase todos, aliás, dos mais decididos partidários da Associação Internacional dos Trabalhadores», que não fazem sindicalismo, escreve Vieira), que afirmando a autonomia da organização operária, negam qualquer entendimento com terceiros, particularmente elementos do Partido Comunista, mesmo que pontual e em circunstâncias excepcionais, anarquista, afirmando a unidade como uma realidade dentro da CGT e rejeitando em absoluto qualquer perspectiva de frente única, mesmo que de resistência à ameaça de uma ditadura fascista; estão neste grupo, no Conselho Confederal, quando deste episódio, os dois anteriores secretários-gerais José Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa, o “velho” sindicalista do Calçado, Couros e Peles de Lisboa Jerónimo de Sousa, Alfredo Lopes, da Construção Civil de Lisboa, e Alfredo Pinto, entre outros;

- a segunda, dos delegados que declaram partidários da ISV (dos sindicatos dos Arsenalistas do Exército e da Marinha, da Federação dos Empregados no Comércio e da Federação Marítima, referenciando-se a título individual os delegados Júlio Luís e Abílio Alves de Lima, designadamente, dos sindicatos arsenalistas), defendendo uma forte ligação da CGT ao Partido Comunista, no âmbito de uma frente única;

- uma terceira, neste contexto ao lado do secretário-geral Manuel Silva Campos, a que Alexandre Vieira dá voz, que situando-se no terreno do anarquismo, se reivindica de genuinamente sindicalista, advogando a congregação de todos os sindicalistas no combate pelos «objectivos que são a razão de ser da central de sindicatos, isto é, procurando desenvolver a capacidade do operariado organizado para a luta ‘pelo desaparecimento do salariado e do patronato, e posse de todos os meios de produção’»³⁵.

Após um debate muito intenso, no Conselho e outras instâncias confederais e organismos confederados, e em *A Batalha*, o Conselho Confederal deliberou não aceitar o pedido de demissão do secretário-geral, por não serem consideradas suficientes as razões apresentadas, sendo-lhe por isso reiterada a confiança, pelo que se manteve no cargo.

Mais uma vez, a estratégia anarco-sindicalista, com a maioria dos delegados no Conselho Confederal, vencia na CGT; mas esse facto não significou, desta vez, o

das direcções dos sindicatos aderentes à CGT, com o Comité de Propaganda Confederal, aprova uma tomada de posição que secunda a deliberação do Conselho de crítica ao Comité Confederal; o Conselho Federal da Federação dos Trabalhadores Rurais, por seu turno, louvou «a acção revolucionária que alguns sindicatos desenvolveram contra a revolta militarista reaccionária» (AB, 03-05-1925).

³⁵ Ver artigo citado de Alexandre Vieira – “Em volta da unidade”, AB, 15-05-1925. No Conselho Confederal esta “terceira via” é defendida por Carlos Coelho, o editor de *A Batalha*, e pelos delegados da Federação do Livro e Jornal, a que pertence Alexandre Vieira, o qual à data não integra aquele órgão confederal.

simples retorno à habitualidade – na confederação operária, o “18 de Abril” viria a ter maiores consequências que foram além da mera controvérsia, aprofundando a divisão entre essa maioria e os elementos pro-ISV e respectivos sindicatos. Derrotadas as suas propostas apresentadas sucessivamente no Conselho Confederal, de participação da CGT numa frente única de resistência face à «grave iminência da perigosa ameaça, cada vez mais intensa, de instituição em Portugal de uma ditadura reaccionário-militarista», e mais, sendo consideradas de «condenável obstrucionismo» a sua insistência nesse ponto (que a moção aprovada identifica como «assuntos que brigam com a orientação básica da Central Operária»)³⁶ os delegados do Arsenal do Exército decidem em 20 de Maio abandonar o Conselho Confederal, declarando ficar a aguardar as resoluções da sua classe, tendo sido seguidos mais tarde pelos delegados da Federação Marítima, posto o que, não obstante os contactos empreendidos pelo Conselho Confederal no sentido de trazer de volta aqueles delegados, os respectivos sindicatos decidem a suspensão de relações com a CGT, não transigindo nessa atitude (de suspensão – que não de corte – de relações), que configura, na prática, uma cisão³⁷.

Mas houve mais.

No mês de Julho, no mesmo Conselho Confederal em que se tratou do trabalho desenvolvido pelo Secretariado de Propaganda e se deliberou agregar-lhe mais elementos, para reforçar a sua capacidade de acção, foi chamado à discussão o lançamento, no princípio desse mesmo mês, da revista *Renovação*, uma iniciativa da redacção de *A Batalha*³⁸; nas palavras do administrador do jornal, Artur Aleixo de Oliveira, a nova revista destinava-se a cumprir um conjunto de objectivos de propaganda e expansão do jornal junto de novos públicos, que já haviam determinado a publicação do suplemento literário semanal, mas a que este não havia correspondido em absoluto; o assunto instala nova polémica, com propostas de suspensão imediata desse projecto, até pelo esforço financeiro que exigia e que a CGT não estaria nas melhores condições para realizar – alguns delegados do Conselho exigem saber se a publicação foi autorizada e por quem, outros advogam a suspensão imediata.

De novo, em curtíssimo espaço de tempo, o secretário-geral Manuel da Silva Campos é posto em causa no Conselho Confederal, desta vez no âmbito da sua função de director de *A Batalha*; segue-se o seu pedido de demissão dessas funções que é

³⁶ “Conselho Confederal [relato da reunião de 20-05-1925]”, *AB*, 29-05-1925.

³⁷ Vejam-se os relatos das reuniões Conselho Confederal de 23-05-1925 (*AB*, 24-05-1925) e 06-07-1925 (*AB*, 17-07-1925) e o “Relatório Moral do Comité Confederal ao próximo Congresso”, loc. cit. O Conselho Confederal não aceitará a suspensão de relações, oficiando aos Sindicatos Arsenalistas que ou se mantêm na CGT ou se desconfedera.

³⁸ O nº 1 da revista *Renovação* saiu em 15 de Junho de 1925, dirigido por Manuel Gonçalves Vidal e tendo como editor Alexandre de Assis; com periodicidade quinzenal, passou a ser dirigida por José Santos Arranha a partir do nº 3 (15 de Agosto de 1925); publicou 24 números, sendo suspensa a seguir ao “28 de Maio”- o último número saiu em 15 de Junho de 1926. Eduardo Frias, Nogueira de Brito, Ladislau Batalha e Ferreira de Castro contam-se entre os seus colaboradores.

aceite. Por decisão do Conselho, todos os meios de comunicação escritos da CGT passam para a responsabilidade do Secretariado de Propaganda, a que passam a pertencer também o administrador e o director de *A Batalha*, ficando este último a exercer funções a tempo inteiro, remuneradas; Santos Arranha é nomeado director do jornal na mesma sessão em que se tomam tais decisões, pelo voto de 13 dos 18 organismos representados no Conselho (os restantes 5 distribuem-se por rejeição e abstenção).

Arranha coordena a partir de então tudo o que é imprensa da CGT³⁹, passando a dirigir, além de *A Batalha*, onde o seu nome aparece no cabeçalho a partir de 16 de Julho de 1925, o suplemento literário semanal do jornal e a revista *Renovação*; o anterior secretário-geral, frequentemente referido como um dogmático, passa a exercer como “guardião da ortodoxia”, por vontade da maioria dos delegados do Conselho, no quadro do combate à acção dos partidários da ISV, mas não só – como a seu tempo se verá⁴⁰.

2.1. De Abril e Setembro de 1925 – o recrutamento da repressão

A perseguição à organização operária é um dos traços marcantes da acção governativa do executivo chefiado por Vitorino Guimarães, depois do “18 de Abril”, através de um conjunto de acções porventura tendo em vista o estabelecimento de um clima de paz social há muito inexistente, insistentemente reclamada por uma certa opinião pública e sua imprensa, nomeadamente a mais conservadora, mas não só; as referências nos jornais a uma “ditadura da incompetência” não é caso pontual⁴¹.

As acções governamentais contra a organização operária, correndo a par de medidas daquele governo para fazer face à conspiração conservadora⁴², pretendem calar a movimentação social em Lisboa e noutros locais (manifestações, comícios

³⁹ [Relato Conselho Confederal de 22-07-1925], *AB*, 25-07-1925.

⁴⁰ No Congresso de Santarém, em Setembro de 1925, quando questionado por Ernesto Bonifácio sobre o corte de parte de um documento sobre a Rússia enviado ao jornal, Arranha responde: «porque só convinha a parte publicada!», acrescentando que qualquer original recebido para publicação em *A Batalha* «é escrupulosamente respeitado quando dentro do espírito do jornal»; a mesma atitude terá o novo director do diário confederal em relação a outros militantes e dirigentes cegetistas, mesmo do seu espaço político/sindical. Para toda questão, vejam-se, sobretudo, os relatos das reuniões do Conselho Confederal de 29-06, 08 e 10-07-1925, em *AB*, 11 e 18-07-1925.

⁴¹ Desse mesmo projecto de restabelecimento da ordem social se reclamavam os militares golpistas do “5 de Março”, “18 de Abril” e do “19 de Julho” de 1925, com explícitas referências à incapacidade dos sucessivos governos para o fazerem; no mesmo sentido se pronunciavam os que, como o deputado e ex-ministro Cunha Leal, por exemplo) clamavam publicamente pela intervenção dos militares.

⁴² Com o objectivo de fazer face à conspiração conservadora, o governo de Vitorino Guimarães empreende um conjunto de «contramedidas», incluindo a prisão de jornalistas, suspensões pontuais de *O Século* e de *A Capital*, a par da inactivação de unidades militares, prisão de militares implicados nos acontecimentos, afastamento e transferência de outros quadros militares, bem como a substituição do comandante militar de Lisboa (Douglas Wheeler, *obra citada*, p.257).

promovidos por organismos confederados) contra o desemprego crescente em vários sectores de actividade (construção civil, cortiças, conservas, entre outros)⁴³, e de resistência às imposições patronais de redução dos salários e de desrespeito e/ou incumprimento do horário de trabalho de 8 horas; em simultâneo, senão por parte do governo, pelo menos em alguma imprensa, repetem-se, em Abril de 1925, insinuações de serem elementos da organização operária os responsáveis por assaltos e atentados, ao ponto de, em jornais alinhados com a União dos Interesses Económicos, militantes sindicais ferroviários serem dados como responsáveis pelo descarrilamento do comboio em Aljustrel, em Novembro de 1921⁴⁴; a “campanha” amplia-se a partir do mês seguinte, após o atentado contra o comandante da Polícia de Lisboa, cuja responsabilidade foi atribuída à Legião Vermelha, sendo esta, nos mesmos órgãos de comunicação, conotada com as Juventudes Sindicalistas e a CGT⁴⁵.

Entre essas acções, referenciam-se a determinação da realização dos julgamentos dos detidos por questões sociais em tribunais fora de Lisboa, acções policiais visando estorvar ou impedir reuniões e a detenção de militantes operários (há 46 presos em 20 de Maio, escreve-se em *A Batalha*), impedimentos à circulação deste jornal e a sua sujeição à censura, buscas policiais às instalações de organismos operários na Calçada do Combro, em Lisboa, além de proibições várias de manifestações e comícios operários, na vigência do governo de Vitorino Guimarães, e nos dois que lhe sucedem imediatamente; mas a medida mais dura foi a deportação para África de operários presos sem julgamento – um primeiro grupo em 30 de Abril, e um segundo em 29 de Maio, embarcados no *Carvalho Araújo*, em conjunto com presos de delito comum. São 55 os deportados operários que *A Batalha* referencia como integrantes das duas levas com destino à Guiné, com passagem por Angra do Heroísmo e Cabo Verde⁴⁶. A libertação dos operários detidos (aliás no seguimento de uma “campanha” que vem de

⁴³ Como referido antes, nos quatro meses imediatamente anteriores realizam-se comícios de protesto contra a “crise de trabalho” designadamente em Lisboa, Estremoz, Almada, Faro, Silves, Borba, Messines e Évora.

⁴⁴ Em sucessivos editoriais do jornal *A Batalha*, em Abril de 1925, a CGT denuncia como mentirosas as insinuações dos jornais *A Época* e *O Século*, os jornais que fazem tais acusações, associando-as ao ataque em curso da União dos Interesses Económicos à organização operária. Também o Sindicato do Pessoal Ferroviário do Sul e Sueste reage no mesmo sentido, exigindo, como faz a CGT, o completo apuramento dos factos (veja-se *AB*, 12-04-1925).

⁴⁵ As acusações de ligação à Legião Vermelha então formuladas são extensivas ao antigo chefe do governo José Domingues dos Santos (Leopoldo Nunes, *apud* José Adelino Maltez, “1925-Governo de Vitorino Guimarães”, in *Respublica*); sobre as acusações à CGT, vejam-se as respostas em *AB*, 20 e 23-05-1925; as perseguições ao jornal confederal vêm de antes do atentado ao comandante da Polícia, Ferreira do Amaral

⁴⁶ Os 55 deportados que a CGT referencia como “seus” (isto é, suspeitos ou acusados de delitos por questões sociais, que não são, pois, criminosos de delito comum, que é como o governo e a generalidade da imprensa qualifica todos os deportados) são operários das seguintes classes profissionais: Construção Civil-16; Manipuladores de Pão-12; Marítimos-8, Metalúrgicos-6; Mobiliários-3; Manufactores de Calçado, Tanoeiros, Operários do Município e Barbeiros, 2 cada; 1 Funcionário Público e 1 Jornalista (*AB*, 03-06-1925). São 46 os deportados na Guiné e Cabo Verde, escreve-se no diário confederal em 05-07-1925.

trás, em *A Batalha*, de denúncia das condições nas prisões) e o regresso e julgamento dos deportados estarão no centro da acção da CGT e dos organismos confederados até ao Congresso de Santarém (Setembro de 1925) e para além deste.

Na edição do 1º de Maio de 1925, *A Batalha* faz-se eco dos protestos contra a deportação dos primeiros 18 presos sociais embarcados na véspera – «Impelido pela onda reaccionária que foi batida na Rotunda, o governo acaba de praticar um atentado contra a Liberdade. [...] Que o proletariado saiba repelir a afronta que acabam de fazer-lhe», escreve-se a toda a largura da primeira página; além da denúncia de que, ao agir assim, o governo transforma em vencedores os vencidos do “18 de Abril”, afrontando desta forma «o povo trabalhador – cuja fome, crise de trabalho e miséria poderiam conduzi-lo aos actos mais desvairados – [que] tem calado a sua triste situação para não criar dificuldades ao regime mal feito do combate contra a reacção», o jornal (que, mau grado divergências internas sobre a atitude da CGT no “18 de Abril”, exprime, para o exterior, a “voz” da Confederação) faz “sentir” ao governo que as deportações são de facto um castigo ao operariado e à sua organização a quem seria devido mais exactamente um reconhecimento⁴⁷; na antevéspera, a USO-Lisboa tentara intervir junto do governo para impedir as deportações, sem qualquer resultado, e nos dias seguintes sucedem-se os protestos de organizações confederadas, vindo o Conselho Confederal, na sua reunião de 14 de Maio, a aprovar um documento no sentido de ser manifestada ao governo a repulsa por tal acto que «representa um atentado à liberdade e uma afronta à organização operária, que se pode traduzir por uma provocação», exigindo-se daquele o julgamento de todos e quaisquer acusados da prática de crimes, «destrinçando-se os delitos comuns dos denominados sociais, a fim de ser prestada aos implicados nestes [últimos] a maior e mais justa solidariedade», a libertação dos presos e deportados sem julgamento e condenação prévia, e a instituição do “habeas corpus”; além disso, os delegados operários ao Conselho deliberam apontar ao operariado e seus organismos a necessidade de realização de uma campanha de protesto contra as perseguições e de preparação para um «movimento geral, a fim de que se oponha a outros atentados à liberdade»⁴⁸.

Vários organismos, no Porto (congregando delegados e dirigentes dos sindicatos operários da cidade, de Gaia, Matosinhos e Leixões), em Setúbal, em Coimbra, em Lisboa, dão apoio ao alvitre da CGT, que no fim do mês de Maio redobra os protestos pela ocorrência de novas deportações, na *A Batalha* e junto das autoridades, vindo a fazer entrega de protesto formal ao presidente do governo⁴⁹; nos dias seguintes mantêm-se as perseguições a operários, com mais prisões e apreensões de *A Batalha*, e a 3 de Junho a USO-Lisboa proclama uma greve geral de 48 horas, na cidade, contra as

⁴⁷ “À suprema afronta”, *AB*, 01-05-1925.

⁴⁸ “Conselho Confederal [relato da reunião de 14-05-1925]”, *AB*, 15-05-1925.

⁴⁹ *AB*, Suplemento, 01-05-1925.

deportações, que se estendeu também a Almada⁵⁰; outro tanto se verificou em Setúbal, a partir de 8, durante 4 dias, com a mesma motivação e ainda em protesto contra a prisão de João Maria Major, seguindo-se acções idênticas, com início no dia 23, em Coimbra, em Portimão e em Silves; no Porto e em Olhão, as respectivas USO declararam greve geral, em princípio⁵¹, coincidindo, neste mesmo mês de Junho, com outras greves, como a dos Manipuladores de Pão, em Lisboa, de protesto contra o assassinato, pela polícia, de um elemento da classe, e outras com outras motivações, designadamente pelo horário de trabalho de 8 horas.

As acções a favor os deportados vão manter-se na agenda da organização operária nos meses seguintes: figuras públicas (Jaime Cortesão, Aurélio Quintanilha, Aquilino Ribeiro, Amancio de Alpoim, Pestana Júnior, ex-ministro das Finanças de José Domingues dos Santos, Câmara Reis) fazem ouvir a sua voz contra as deportações, o Parlamento discute-as, a imprensa estrangeira fala do assunto; em Julho, multiplicam-se sessões e comícios em vários locais do país e *A Batalha* insurge-se contra «os crimes dos Democráticos», proclamando que a atitude que se espera do proletariado é continuar com o «protesto altivo», mas o novo chefe do governo, António Maria da Silva afirma no Parlamento que não vai mexer na lei das deportações; em viagem a Cabo Verde, o jornalista Julião Quintinha, em serviço para o jornal confederal (29-07-1925), foi encontrar os 12 deportados na maioria trabalhando nas suas profissões nas obras públicas e particulares, dormindo e comendo no quartel; mas nos primeiros dias de Agosto é dada em Lisboa a notícia da morte, na Guiné, de Manuel Tavares, barbeiro no Beato, em Lisboa, a que somarão mais 3 nesse mesmo mês, referenciando-se outros muito doentes. Nas vésperas do Congresso Confederal denunciavam-se mais de duas dezenas de presos sociais, há meses sem julgamento, sujeitos a integram uma

⁵⁰ O *Diário de Lisboa* (03-06-1925) dá a greve geral em Lisboa como quase totalmente fracassada, apenas aderindo à paralisação «poucos» mobiliários, litógrafos, tipógrafos das casas de obras e metalúrgicos de algumas pequenas oficinas, e mantendo-se a trabalhar as grandes oficinas e fábricas; os operários das oficinas da Carris entraram ao trabalho a meio do dia, mas todos os corticeiros do Poço do Bispo abandonaram o trabalho; a polícia manteve-se de prevenção, cercando as instalações de *A Batalha*, CGT e organismos operários na Calçada do Combro, com patrulhas de infantaria e cavalaria da GNR a percorrer a cidade e trocas de tiros esporádicas entre a polícia e grevistas. *A Batalha*, na edição de 5 de Junho, dava «bastantes e apreciáveis adesões» ao movimento, referenciando a participação dos gráficos, construção civil, mobiliários tanoeiros, corticeiros, têxteis, metalúrgicos operários do município e parte dos chauffeurs, pessoal do cais e do rio, e pessoal dos dois arsenais; todavia, o editorial do jornal de 6 de Junho parece confirmar a apreciação do *Diário de Lisboa*.

⁵¹ Alegadamente, a greve geral em Setúbal apenas foi dada como terminada depois de recebidas garantias das autoridades de que João Maria Major seria libertado; assinala-se que, ao pretenderem retomar o trabalho depois da greve geral, os operários das fábricas de conservas são confrontados com o lock-out patronal (AB, 12 e 14-06-1925). A greve de Portimão terá sido seguida em outros pontos do Algarve (AB, 24-06-1925); em Coimbra, «se não teve à sua volta aquela grandiosa manifestação da massa operária, no sentido estrito de greve geral, pelo menos o operariado consciente cumpriu o seu dever, não comparecendo ao trabalho» (AB, 25-06-1925 e 10 e 19-06-1925, sobre as declarações de greve geral, em princípio, no Porto e em Olhão).

próxima leva de deportados; no Porto, em 18 de Setembro, tem lugar mais um comício contra as perseguições e as deportações.

2.2. A cisão na CGT

Este é também um tempo de abertas e públicas hostilidades entre a CGT e os Partidários da ISV e do Partido Comunista, de combate ao que os dirigentes cegetistas chamaram de «infiltração» [daqueles] na organização operária portuguesa»⁵².

O choque entre estes dois campos, vindo bem mais de trás, tinha-se acentuado no princípio do ano de 1925 com os episódios vividos na Conferência Inter-Sindical de Lisboa; fora de Lisboa, o Comité dos Partidários da ISV prosseguia os contactos, directos mas principalmente por correspondência, com o objectivo de neles ganhar peso, ainda assim com resultados muito limitados (se em Beja se constituiu um Núcleo Sindicalista Revolucionário, a Associação dos Sapateiros Bejenses não aceitou a “colaboração” que lhes foi proposta, como outros, designadamente a Federação dos Trabalhadores Rurais, cujo Conselho Federal deliberou não colaborar com o CEPISV, «visto a sua acção ser colaboracionista»⁵³; na sequência do “18 de Abril”, do triunfo naquele órgão de decisão colectiva da tese contrária a qualquer colaboração com o PCP – sequer em contexto de perigo de extremo de golpe fascista – defendida, designadamente pelos delegados dos Arsenais, a CGT vai fazer um combate cerrado aos partidários da ISV.

Dá-lhe corpo o Secretariado de Propaganda Confederal, cuja primeira acção «contra as manobras divisionistas entre o proletariado» tinha sido, em 27 de Maio de 1925, a divulgação de um documento aprovado no Conselho Confederal em que aquele órgão determina a realização permanente, por este Secretariado, de comum acordo com o director de *A Batalha*, de «uma acção defensiva, franca e aberta, contra as manobras divisionistas do proletariado, sejam estas feitas por quem quere que seja e com quaisquer que sejam os pretextos»; como causa próxima da deliberação estava, então, «o ataque torpe e desonesto [à CGT] entre outros pelo jornal *A Internacional*, ataque que visa os seus fundamentos morais e ideológicos» com o objectivo, da parte dos «atacantes [de virem a] exercer o seu predomínio na organização confederal, a fim de a desviarem para o terreno escorregadio duma política centralista», em conformidade com os objectivos estratégicos do PCP⁵⁴.

⁵² “A política de Moscóvia”, *AB*, 18-07-1925.

⁵³ [Relato da reunião do Conselho Federal da Federação dos Trabalhadores Rurais de 18-01-1925], *AB*, 23-01-1925.

⁵⁴ “Uma atitude – A CGT opõe-se às manobras divisionistas entre o proletariado”, *AB*, 27-05-1925.

Como primeiro subscritor da moção em causa, aprovada no Conselho, José Santos Arranha, que muito em breve será nomeado para o Secretariado Confederal de Propaganda, e para director de *A Batalha*⁵⁵.

Com esta iniciativa, a CGT decidia pôr fim a uma aparente ou real passividade face às actividades dos Partidários da ISV e do PCP e às acusações veiculadas por diversos jornais (*O Comunista*, *A Internacional*, *O Marítimo*, *O Arsenalista*), cujas razões poderiam ter radicado na tentativa de limitar os danos decorrentes da retirada dos delegados dos Sindicatos Arsenalistas do Conselho Confederal, numa estratégia de manutenção do “status quo” e de evitar a dissidência daqueles sindicatos; na base da mudança de posição da CGT estará a suspensão de relações com a CGT, decidida por aqueles organismos e pela Federação Marítima, bem como, posteriormente, os públicos e notórios ganhos de influência dos militantes e sindicalistas ISV/comunistas em alguns sindicatos, designadamente na região de Évora e Beja, em particular nos organismos dos trabalhadores rurais, e nos Caixeiros e Empregados de Escritório de Lisboa.

Assim é que, em Julho de 1925, *A Batalha* publica um primeiro artigo, declarando expressamente que «É tempo destes processos [dos Partidários da ISV] passarem pelo cadinho da crítica, porque é tempo já de erguer bem alta a voz da razão e da verdade»⁵⁶; sob o título genérico «Definindo doutrinas – A política de Moscóvia» serão uma dezena de artigos, em menos de um mês, não assinados, mas muito provavelmente da responsabilidade do Secretariado Confederal de Propaganda e, directamente, de José Santos Arranha, e, de qualquer modo reflectindo a posição oficial do Conselho Confederal e da CGT, ainda que deles se demarque, no conteúdo ou no estilo, ou ambos, a Federação do Livro e do Jornal, em documento aprovado no respectivo Conselho Federal⁵⁷.

⁵⁵ “Conselho Confederal [relato da reunião de 29-06-1925]”, *AB*, 11-07-1925. O nome de Santos Arranha surge no cabeçalho do jornal, como director, em 16-07-1925. O Secretariado de Propaganda, inicialmente com 2 elementos, um dos quais o secretário-geral, em Julho de 1925 passa a incluir mais 3: Santos Arranha, Manuel Pérez e Fernando Almeida Marques.

⁵⁶ Vide nota 1, supra. Retenham-se as datas de publicação deste conjunto de artigos; 19, 21, 22, 23 e 28-07, 02, 07, 08 e 09-08-1925.

⁵⁷ É nesse sentido que deve ser lido o seguinte extracto da reunião do Conselho Federal da Federação do Livro e do Jornal (*AB*, 09-08-1925): «Depois de largamente apreciado pela maioria dos delegados presentes os artigos “Política de Moscóvia” publicados em *A Batalha*, bem como as divergências que se vêm manifestando na organização operária, foi aprovada, por unanimidade, a seguinte declaração: “Os delegados da Federação do Livro e do Jornal à Confederação Geral do Trabalho, depois de ouvirem o Conselho Central sobre a atitude a tomar no Conselho Confederal, entendem que ela fica assim bem demarcada: 1º - Combater toda a espécie de facciosismo que observem no Conselho Confederal, parta ele donde partir; 2º - Manter a mais absoluta neutralidade na questão de tendências ideológicas quando elas saiam dos limites a ideologia sindicalista revolucionária; 3º - Por ideologia sindicalista revolucionária entendem a defesa de todos os interesses imediatos dos trabalhadores com a finalidade da constituição do regime sindicalista que comporta a hegemonia total das células sindicais, sem nenhuma interferência de quaisquer partidos políticos. – *Delfim de Sousa Pinheiro*, *Carlos José de Sousa*.» A tónica posta na negação do facciosismo, de onde quer que ele venha, e a explicitação do conceito de sindicalismo revolucionário que perfilhavam referiam-se de forma muito explícita aos que primeiro eram anarquistas e só depois sindicalistas, aliás na linha da heterodoxia assumida por Alexandre Vieira, pelo menos em duas

Em Beja, refere-se num dos artigos (estes são acompanhados por uma acção directa do Secretariado Confederal de Propaganda junto dos sindicatos onde se detectam “acções divisionistas”) a acção dos “moscovitários” provocou o desmantelamento dos organismos sindicais locais; em Lisboa, teriam “tomado” alguns sindicatos (a expressão é «um reduzido número») e um no Porto; fora estes, tinham atraído, primeiro, para o seu “caderno reivindicativo” 14 dos 40 sindicatos aderentes da Federação dos Trabalhadores Rurais, mantendo, depois, somente 4: Aldeia Nova de São Bento, Beja, Coruche e Vale de Vargo⁵⁸. Declarando central a revogação da recém-publicada lei dos foros, e referindo que a CGT e a Federação dos Trabalhadores Rurais devendo bater-se firmemente para a realização desse objectivo, não o fazem, o que aqueles militantes, em que pontifica Ferreira Quartel, apoiado no jornal *A Internacional*, como base no Sindicato dos Rurais de Coruche, convocam para Lisboa uma conferência de sindicatos rurais para debater essas questões, que se realizou com a presença de delegados de 4 sindicatos, tendo mais 6 enviado a sua adesão⁵⁹.

Nos primeiros dias de Agosto de 1925, o Sindicato do Arsenal do Exército dava conta das razões da atitude dos seus delegados que tinham abandonado o Conselho Confederal; fazem-no no seu órgão de imprensa corporativo, dirigido por Júlio Luís – fala-se de «in correcção e incoerência e maldade de alguns militantes que na CGT têm voto e preponderância», de lugares permanentes (isto é, funções desempenhadas em *full-time*) e remunerados – o secretário-geral, o director de *A Batalha*, e o dirigente que está à frente do Secretariado de Propaganda, cuja criação, afirma-se, parece ter sido a de «arranjar lugares remunerados para aqueles a quem é preciso satisfazer», questionando-se o exercício remunerado de funções sindicais, a par do facto de, por esta forma, esses dirigentes estarem, na prática, afastados do exercício da profissão, encerrados em gabinetes «onde não chegam os ecos das multidões, [e onde] as informações que colhem são as mais das vezes deturpadas»; as críticas visam directamente e pessoalmente Manuel Joaquim de Sousa, Manuel da Silva Campos, José Santos Arranha, mas também outros dirigentes que, tempos antes, no mesmo Conselho Confederal, os delegados da “sensibilidade ISV” haviam questionado por serem sempre os mesmos a quem aquele órgão confederal encarregava de missões de propaganda ou representação à “província”, isto é, fora de Lisboa⁶⁰; por essa altura, já aquele sindicato havia deliberado, pouco mais

ocasiões, tendo por “opositor” exactamente José Santos Arranha, o mais recente a propósito do “comité das esquerdas sociais no “18 de Abril” (ver acima, subcapítulo “O 18 de Abril”).

⁵⁸ AB, 23-07-1925. As principais reivindicações propostas pelo PCP e PISV são a nacionalização da terra e a sua entrega aos trabalhadores rurais ou aos respectivos sindicatos, bem como a revogação da lei dos foros.

⁵⁹ AB, 11-08-1925. Também presente um elemento do Sindicato de Beja, em representação individual.

⁶⁰ “Esclarecendo”, *O Arsenalista*, nº 69, 01-08-1925; no mesmo local consulte-se o relato da assembleia geral do mesmo sindicato, de 25 de Junho de 1925, e o relatório dos dois delegados daquele sindicato no Conselho Confederal, Júlio Luís e José de Almeida, sobre os acontecimentos naquele órgão confederal. A questão de “serem sempre os mesmos” escolhidos para as delegacias à “província” havia

de um mês antes, a suspensão de relações com a CGT, até que: (1) a Confederação substituisse o cargo de secretário-geral por um Secretariado, com 3 membros, como havia sido proposto (e rejeitado) no Congresso da Covilhã; (2) «insofismavelmente se prove que no referido organismo se respeitam todas as tendências, e não se a[du]ltera o sindicalismo»; (3) que as resoluções tomadas na CGT fossem norteadas por «um grande espírito de isenção». Por esta mesma altura, circulam notícias dando como certa a suspensão de relações das Federações da Construção Civil e Marítima com a CGT. Assim aconteceu com a segunda, mas não com a da Construção Civil, que vem a público declarar fidelidade às decisões dos Congressos Operários e à CGT, como intérprete das disposições consignadas no Estatuto Confederal⁶¹.

A Federação das classes marítimas, recorde-se, pelo peso que lhe advém do número de sindicatos aderentes (quase 50) tem, então, grande peso na CGT; mas a diferença de pontos de vista entre a Confederação e aquela Federação e as manifestações de autonomia por parte desta vêm de antes, sendo a Federação Marítima a única, no universo confederal, à data, não aderente à AIT, conforme decisão tomada no congresso corporativo de 1924.

A suspensão de relações com a CGT decidida pela Federação Marítima foi tratada na reunião do Conselho Confederal de 6 de Agosto; a partir de então, a “questão da Federação Marítima” passa ao primeiro plano, em *A Batalha*, ocupando vasto espaço no diário confederal. As razões da Federação Marítima para a suspensão de relações, que se manterá enquanto subsistir o ambiente sectário e dogmático de que são responsáveis os actuais dirigentes, (não se trata de um corte de relações, como faz questão de vincar por mais de uma vez) têm que ver «com a forma desprimorosa como eram tratados [os seus] delegados [ao Conselho Confederal] pelos dirigentes da CGT que lhes criavam um ambiente hostil [...] colocando-os pelo dogmatismo e intolerância com que eram tratados e acolhidos os seus trabalhos numa situação deprimente, tornando estéril o seu esforço em prol da organização operária», acusando o Conselho Confederal de ser uma secção da União Anarquista Portuguesa e *A Batalha* de tendenciosa, atacando constantemente a tendência adversa à maioria do Conselho Confederal, recusando-se a publicar o que não lhes convém. Pela parte do Conselho Confederal, além da recusa das razões e das acusações da Federação Marítima e da acusação de que a sua atitude tem que ver com as opções políticas comunistas dos delegados da Federação Marítima à CGT, é deliberado não aceitar a suspensão de

sido levantada (vide “Conselho Confederal [relato da reunião de 12-05-1924]”, *AB*, 14-05-1924), designadamente por Jesus Gabriel, visando em concreto Jerónimo de Sousa e outros elementos do Calçado Couros e Peles que, alegadamente, beneficiariam desse facto para fazerem trabalho junto das suas classes, a expensas da CGT, e por outro lado ganhavam peso para a sua “sensibilidade” nas estruturas fora de Lisboa com reflexos quando da indicação de delegados dos organismos “da província” para o Conselho Confederal.

⁶¹ Federação Nacional dos Operários da Construção Civil- “Desfazendo uma atoarda”, *AB*, 19-08-1925.

relações «até que os sindicatos [aderentes à Federação Marítima e à CGT] se pronunciem», endereçando ao Secretariado Confederal de Propaganda a realização de uma «intensa acção de propaganda junto dos sindicatos marítimos, para que estes se mantenham aderentes à CGT, por intermédio das USO e Câmaras Sindicais do Trabalho». Uma posição que a Federação Marítima declara não aceitar⁶².

A posição dos sindicatos marítimos sobre o conflito com a CGT varia basicamente entre os que estão concordantes com a sua Federação (ou pelo menos não se manifestam em oposição) e os que desaprovam a atitude assumida, sendo que entre estes há os que decidem abandonar a Federação Marítima, mantendo-se confederados, e, por outro lado, há um grupo de sindicatos que se declaram confiantes na resolução do conflito Federação-Confederação, mantendo-se nas duas, propondo-se pagar, separadamente, a parte da quota em vigor que cabe a cada uma daquelas estruturas, num ambiente (de que *A Batalha* se faz eco, em concomitância com o trabalho directo do Secretariado Confederal de Propaganda, designadamente participando em reuniões em diversos sindicatos, tal como o secretário geral da CGT) semeado de insinuações de que algumas acções neste âmbito resultavam de decisões pessoais de um homem só (o secretário-geral da Federação, por motivações políticas) e de acusações ao Conselho Federal de ter deliberado a cisão com a CGT desrespeitando as decisões do Congresso e sem que sobre a mesma se pronunciassem os sindicatos⁶³.

Os sindicatos discordantes da atitude da Federação Marítima, reunidos na União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais do Porto, Gaia e Leixões (que comporta 10 sindicatos) e na Comissão de Relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul, com o apoio do Secretariado Confederal de Propaganda, decidem então avançar para uma acção junto de todos os sindicatos das classes marítimas, através de uma circular aos

⁶² Ver “[Relato da reunião do Conselho Federal de 06-08-1925]”, *AB*, 09-08-1925; Silvino de Noronha - “A atitude da Federação Marítima perante a Confederação Geral do Trabalho e os métodos sindicalistas”, *AB*, 16-08-1925, e “Em torno do conflito levantado pela Federação Marítima o Secretariado Confederal de Propaganda responde”, *AB*, 23-08-1925.

⁶³ Entre os que decidem cortar com a Federação Marítima estão os Sindicatos Marítimos do Porto, Gaia e Leixões (Barqueiros e Fragateiros do Rio Douro, Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, Carregadores e Descarregadores de Mar e Terra do Porto e Gaia, Marítimos da Foz do Douro, Marítimos de Leixões, Fogueiros de Mar e Terra, Oficiais da Marinha Mercante), que decidem formar a União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais da Região Norte, mantendo-se aderentes à CGT. *AB*, 04 e 05-09-1925; as associações do Pessoal de Câmaras da Navegação de Longo Curso, e dos Trabalhadores de Tráfego do Porto de Lisboa estão entre as que se pronunciam pela CGT, assim como os Descarregadores de Mar e Terra de Lisboa, os da Vala do Carregado e os de Almada; o Pessoal de Rebocadores e Gazolinas, o Conselho Inter-Sindical de Indústria da Marinha Mercante e os Chauffeurs Marítimos; declaram manter-se na Confederação e na Federação, por exemplo, os Contramestres, Marinheiros e Moços, Fogueiros de Mar e Terra, ambos de Lisboa, e os Marítimos de Sines e de Faro. A divisão de quota (\$85 para a Federação e \$65 para a CGT) tinha sido aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Federal dos Marítimos que deliberou a suspensão de relações, permitindo aos sindicatos manter a dupla filiação, conta José Francisco, dos Trabalhadores de Tráfego de Lisboa; mas tendo-se apercebido do erro cometido e saltando por cima dos estatutos, os mesmos delegados tinham aprovado o aumento da quota federal de \$85 para 1\$50, com o propósito de inviabilizar, na prática, a dupla filiação. José Francisco - “A atitude da Federação Marítima para com a Central Operária”, *AB*, 27-08-1925.

mesmos enviada, preconizando que os respectivos trabalhadores, em assembleia geral, dêem aprovação às seguintes propostas: sancionar a comissão saída das reuniões dos “sindicatos discordantes” do Norte e do Sul; apoiar a realização de uma Conferência Nacional dos Sindicatos Marítimos e Fluviais, em Santarém, logo a seguir ao Congresso Confederal, e a ela enviar delegados; apontar para a constituição de um novo organismo federativo, em última instância e se constatada pelos delegados à Conferência a inexistência de uma outra solução, a manter-se a atitude da Federação Marítima; suspender a quotização para esta última, até que a quota federal seja reposta no valor primitivo e até à solução do conflito existente.⁶⁴

3. A ORGANIZAÇÃO CEGETISTA, DINÂMICA APESAR DE UM SIGNIFICATIVO DESGASTE

3.1 A movimentação social – o emprego, a organização patronal, os presos e deportados

O desemprego de milhares de pessoas, na generalidade das actividades e profissões, que a emigração só numa reduzida escala mitigou, gerou miséria e uma tensão social muito forte – no concelho de Cascais, em Julho, os desempregados são às centenas; nas fábricas de conservas do Algarve, o desemprego é generalizado, repetindo-se o cenário, por todo o país, nas indústrias do calçado, da construção civil, na metalurgia, indústria corticeira, etc.; em Portimão, em Março, centenas de operários não trabalham há mais de quatro meses, determinando a Federação sindical do sector a fazer entrega de uma representação ao presidente da República, em Lisboa; no caminho-de-ferro do Minho e Douro relata-se o não pagamento de salários a grande número de empregados; na Corticeira, o patronato impôs a redução de salários em Portalegre, no mês de Fevereiro, e em Alhos Vedros no mês de Junho, depois de, em Março, ter encerrado as fábricas em Évora, para as reabrir depois com salários mais baixos; organismos da Construção Civil de Lisboa referenciam em Agosto de 1925 a perda potencial de mais 3 mil postos de trabalho, se o governo e a Câmara não tomarem medidas, depois de terem denunciado despedimentos nas obras do Palácio Nacional, a somarem-se aos muitos milhares, nos anos anteriores, resultantes da suspensão da construção dos bairros sociais, sendo idêntico o quadro do sector no Porto e Faro e outros pontos do país; a mudança do regime dos fósforos, a partir de 25 de Abril de 1925, tendo determinado a administração

⁶⁴ AB, 15-09-1925. No texto sublinha-se tratar-se de «uma comissão exclusivamente de militantes marítimos, sem responsabilidade dos organismos», leia-se a CGT, conteúdo reafirmado quando do envio da circular aos sindicatos (AB, 17-09-1925): «[a comissão] é composta exclusivamente por marítimos que não obedecem a sugestões estranhas».

da Companhia Portuguesa de Fósforos a despedir todo o pessoal demitido depois de 1895, lança no desemprego vários milhares de trabalhadores, na maioria operários⁶⁵; na actividade marítima e portuária, a Federação sindical do sector refere em meados do ano «70% de *chomeurs*»; na agricultura também explode o desemprego, particularmente entre assalariados e seareiros, no Alentejo, onde as rendas da terra chegam a subir mais de mil por cento e os salários a reduzir-se em mais de 50%, situação agravada pela migração sazonal de trabalhadores de outras regiões⁶⁶.

Vários organismos procuram pressionar o governo para tomar medidas que atenuem a falta de emprego – diversas representações são entregues quer aos ministros do Trabalho, do Comércio, aos chefes de governo, no Parlamento; de um inventário de obras que a organização sindical reputa importantes e necessárias, da responsabilidade do governo ou das câmaras municipais, dá *A Batalha* testemunho, com base num inquérito feito nos meses de Dezembro de 1924 e Janeiro de 1925⁶⁷, em que recebeu várias dezenas de respostas de organismos sindicais, referenciando-se, entre muitas outras, a reabertura das obras dos Bairros Sociais, em Lisboa, a construção de uma ponte (ou um túnel) para ligação de Lisboa à “outra banda”, a reabertura das fábricas de vidros e garrafas da Marinha Grande, a introdução da siderurgia, a expansão da rede eléctrica, a melhoria do porto de Lisboa para expansão da reparação naval, protecção pautal para a indústria nacional, obras de conservação de prédios urbanos, em edifícios públicos e instalações militares, construção e reparação de estradas, cemitérios; mas também facilidades à emigração ou a entrega de terras ao abandono para serem exploradas pelos trabalhadores rurais sob a direcção dos seus sindicatos e da respectiva Federação.

Em Janeiro de 1925, a CGT lança campanha nacional contra a acção do patronato, sob a palavra de ordem «Nem diminuição de salários, nem aumento do tempo de trabalho», por decisão do Conselho Confederal, a realizar pelos sindicatos com coordenação das respectivas Federações, e pelas Uniões locais, propondo-se a CGT dinamizar esse movimento, através do envio de delegados próprios a diversos locais do país, ao mesmo tempo que desenvolve pressão junto o governo, apresentando um documento com diversas reivindicações expressas pelos organismos operários no inquérito sobre o desemprego e a carestia lançado por *A Batalha*, admitindo-se a

⁶⁵ Para os “adventícios” das fábricas dos fósforos, que estivessem desempregados e não tivessem outro rendimento, foi criado um subsídio de desemprego, com a duração máxima de três meses, de 50% do salário que auferiam no mês anterior ao despedimento. Decreto-lei citado em *AB*, 30-05-1925.

⁶⁶ Fernando Medeiros – *op. cit.*, pp. 378-379.

⁶⁷ Pedia-se que os organismos confederados respondam, de forma muito clara e directa às seguintes questões: 1-Quais os melhoramentos locais e de utilidade pública que possam ser feitos nas várias localidades; 2-Qual a forma mais conveniente para a execução desses trabalhos, sob o ponto de vista da economia, da segurança e da rapidez? Devem ser feitos por conta do Estado, do Município, empresa particular, empreitada e comanditas de operários ou pelos próprios sindicatos? – ver “O inquérito de *A Batalha*”, *AB*, 12-12-1924; o inquérito foi dado por terminado em 31 de Janeiro de 1925.

realização de uma «acção em sentido mais revolucionário, [cuja] modalidade dependerá das circunstâncias, das necessidades e possibilidades n momento ou momentos em que haja de exercer essa acção», sem no entanto se comprometer, como exigiam alguns delegados no Conselho, que se deveria ir mais longe, por exemplo na organização de uma greve geral e até mesmo «uma acção decisiva» capaz de impor, «de cima para baixo» a vontade da organização operária, que o documento aprovado contrariou, na perspectiva de que à Confederação compete fazer a síntese da acção das bases, isto é, do operariado nos seus sindicatos, e além disso, como se exprimia na mesma reunião o secretário-geral Manuel da Silva Campos, «o cunho do movimento a desenvolver pela CGT terá que obedecer às possibilidades da organização e não aos desejos individuais que sendo muito, são por vezes o fruto do nosso entusiasmo.»⁶⁸

Recomenda ainda que o operariado esteja preparado para repelir a ditadura preconizada pela União dos Interesses Económicos, que a organização qualifica de instituição ilegal, formada por indivíduos que nunca respeitaram as leis e composta por ladrões (um dos ápodos utilizados é mesmo “União dos Intrujões Exploradores”); avança-se para sessões de protesto contra o movimento das “forças vivas”, que têm lugar em muitos pontos do país, nos maiores centros urbanos e mesmo noutros de menor dimensão – Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Faro, Barreiro, Cascais, Mortágua, Borba, Safara ou Silves; ainda assim, a organização protesta contra a dissolução da Associação Comercial, qualificando o acto do governo como um atentado contra a liberdade de associação, precisamente no mesmo dia da realização em Lisboa de uma manifestação contra o movimento das “forças vivas”, que reuniu milhares de pessoas, dispersa a tiro pela GNR⁶⁹. A CGT prosseguirá sem interrupção a denúncia da actividade da UIE, associando-a sem pejo aos propósitos de instauração de uma ditadura político-patronal que assegure os seus projectos e interesses.

A organização sindical mobiliza-se igualmente pela defesa do horário de trabalho de 8 horas na indústria, que o governo regulamenta através de lei publicada em Maio de 1925; na apreciação desse diploma, o Conselho Confederal comete o seu estudo ao Conselho Jurídico, para que proponha indicações a passar aos sindicatos sobre a aplicação do novo regime, alertando ainda os organismos confederados e os trabalhadores para a necessidade de oposição de resistência às pretensões expressas num documento de uma comissão nomeada pelo governo para tratar das questões da carestia, que propunha, simplesmente, a revogação do horário de trabalho de 8 horas⁷⁰. Uma pare

⁶⁸ “Uma campanha nacional: nem diminuição de salários nem aumento do tempo de trabalho” e “Conselho Confederal [relato da reunião de 23-01-1925]”, *AB*, 24-01-1925. Veja-se também o relato da reunião do Conselho de 13-01-1925, que se ocupou da discussão do mesmo assunto, *AB*, 14-01-1925.

⁶⁹ Veja-se *AB*, 02, 04 e 06-02-1925. A condenação pela CGT do encerramento, pelas autoridades da Associação Comercial de Lisboa fundamenta-se nos mesmos princípios por que a organização contesta as acções repressivas do Estado contra sindicatos e outros organismos operários.

⁷⁰ “Conselho Confederal [relato da reunião de 23-05-1925]”, *AB*, 24-05-1925. O diário confederal publicou o texto da lei que regulamenta o horário de trabalho (*AB*, 22-05-1925), que autorizava o trabalho

significativa das paralisações de trabalho e de greves “em princípio” declaradas pelos sindicatos no ano de 1925 tiveram relação com a defesa do horário de trabalho de 8 horas, como se verá mais adiante.

Os presos sociais, em 1925, como em toda a vida da organização, constituem motivo para a multiplicação de acções da organização cegetista; com maior acuidade pelo acréscimo de prisões que ocorreu este ano, a partir do mês de Fevereiro, e ainda mais depois do “18 de Abril”, como já se assinalou, e das deportações de operários em Abril e em Maio, cujo regresso foi persistentemente exigido pela organização, sem sucesso, a despeito da greve geral realizada em Junho e da denúncia, em Agosto, da morte de 4 deportados na Guiné; o número de presos passa a ser de tal forma elevado, que a organização se declara impossibilitada de manter os apoios permanentes, pondo assim em causa o cumprimento de um dever de solidariedade assumido e reafirmado ao longo dos anos (e cumprido em função da disponibilidade de recursos humanos e materiais); n’*A Batalha*, os apelos repetem-se diariamente⁷¹; com resultados limitados – em Novembro, a capacidade do Secretariado Nacional de Assistência e Solidariedade chegam somente para apoiar com 25\$00 por semana metade dos 65 presos a quem foi atribuído subsídio; a diferença havia sido garantida com empréstimos, que a CGT se declarava impossibilitada de repetir⁷². Nas vésperas do Natal exigia-se ao governo o regresso dos deportados e aprovava-se um documento no mesmo sentido a entregar aos deputados, num grande comício, em frente do Parlamento, em Lisboa, reunindo mais de 10 mil pessoas, dispersas pela polícia à sabrada e coronhada.

AS GREVES. O ambiente laboral ficou marcado, neste ano de 1925, por 34 greves, 12 até ao “18 de Abril” e 22 depois daquela data (veja-se o detalhe na Cronologia no Apêndice A e a sua distribuição geográfica e sectorial no Apêndice K).

Como traço geral mais marcante destes movimentos, a luta pela manutenção dos salários, como aliás assinala *A Batalha*, na edição de 1 de Novembro de 1925, a propósito da greve dos Corticeiros, referindo que aquela prenuncia a luta que o operariado vai manter contra a criminosa tentativa de redução dos salários (sic)⁷³ – além dos Corticeiros, essa é também a causa das greves, por exemplo, dos Manufactores de Calçado do Porto (Junho), dos Soldadores de Olhão (Julho), da Construção Civil em

suplementar até 18 horas por semana, reconhecendo às associações de classe ou seus delegados, operários e patrões da mesma localidade, a faculdade de participarem as infracções às entidades fiscalizadoras ou aos tribunais.

⁷¹ Um dos apelos repetidamente insertos n’*A Batalha* em 1925, a favor dos presos, tem o seguinte teor: «Auxiliemos os presos! Nos calabouços da polícia e na mortífera Guiné, dezenas de camaradas nossos sofrem duplamente as agruras do cativo e da fome. Suas famílias, privadas dos braços que as mantinham, passam também vida de miséria. A todos os operários conscientes, a todos os homens de carácter cumpre auxiliar hoje, com uma partícula das suas férias [salários] estas vítimas imoladas ao torvo ódio que é apanágio da sociedade em que vivemos. Auxiliemo-los, pois!»

⁷² “Na perspectiva da fome!” [comunicação do Comité Confederal], *AB*, 27-11-1925.

⁷³ “O operariado luta energicamente contra a baixa dos salários”, *AB*, 01-11-1924.

Guimarães (Novembro), das Chacineiras de Aldegalega-Montijo, a partir de Setembro, que se manterá durante vários meses neste mesmo ano e primeiro semestre do seguinte; pelo número de operários envolvidos (mais de 12 mil) e por ter âmbito nacional, o maior destaque pertence à greve dos Corticeiros, durante 7 semanas, em Outubro e Novembro. A defesa do horário de trabalho de 8 horas, especificamente, está na base das greves dos operários Têxteis, primeiro os de Gouveia, São Paio e Moimenta da Serra, nos meses de Junho e Julho, e entre Junho e Agosto dos de Riba d'Ave, Adelais e Negrelos, chegando a abranger mais de 5 mil trabalhadores⁷⁴.

Apesar de serem de âmbito local, foram igualmente relevantes, além da das Chacineiras antes referida, a greve dos Tanoeiros de Vila Nova de Gaia, que acabou por se estender a Esmoriz, Cortegaça, Maceda e Matosinhos, numa primeira fase de Janeiro a Abril e retomada nos meses de Setembro a Dezembro, em luta contra a reutilização de vasilhame (vasilhame de torna-viagem) pelos exportadores de vinhos, bem como a dos operários da indústria Mobiliária de Guimarães, entre Julho e Setembro, por aumento de salários e o horário de 8 horas (Julho a Setembro).

Referenciam-se ainda este ano greves de várias classes profissionais em Moçambique, que se declaram no mês de Agosto, seguindo depois a dos Ferroviários de Lourenço Marques, nos meses de Novembro e Dezembro, que terminou depois de uma repressão muito dura empreendida pela autoridade colonial.

Houve ainda dois movimentos “gerais”, lançados pela CGT, o primeiro em Abril, contra a tentativa de golpe de Estado (“18 de Abril”), praticamente insignificante, em Lisboa, e um outro de protesto contra as deportações, lançado em 3 de Junho de 1925, que foi seguido especialmente em Lisboa, Setúbal, Coimbra, Silves, Portimão, sendo que no Porto foi também declarada a greve geral «em princípio».

O 1º DE MAIO. Foram 31 as representações directas da CGT ao 1º de Maio⁷⁵; em Lisboa, *A Capital* refere: os eléctricos não pararam; paralisação total das classes marítimas, de construção civil, tipográfica e metalúrgica; devido à suspensão de garantias, não se realizou o comício do Parque Eduardo VII, estando autorizada somente

⁷⁴ Assinala o diário cegetista: «uma parte dos grevistas, dos primeiros a abandonar o trabalho, foi logo retomá-lo», referindo que mesmo assim o movimento seguiu, referenciando-o ainda mais uma semana. *AB*, 02-08-1925.

⁷⁵ *AB*, 30-04-1925. Representação directa da CGT nas acções do 1º de Maio de 1925: Setúbal-Santos Arranha e Virgílio de Sousa, Olhão e Faro- António Monteiro e Manuel Joaquim de Sousa, São Bartolomeu de Messines-Faustino Ferreira, Évora-Artur Aleixo de Oliveira, Aljustrel e Beja-Francisco Viana e Artur Cardoso, Ervedal e Estremoz-Jaime Tiago, São Domingos-Manuel Peres, Montemor-o-Novo -Antunes Rodrigues, Vendas Novas-João Gomes, Ponte de Sor-Francisco Quintal, Coimbra-Delfim Pinheiro, Sines-Manuel Nunes, Portimão-Quirino Moreira, Barreiro-Mário Pinto, Montijo-Aldegalega-Amadeu de Moura, Oeiras-António Marcelino, Cascais-Manuel Rodrigues, Tires-Tavares Adão, Marinha Grande-Fernando Almeida Marques, Almada-Lúcio Costa, Vieira de Leiria-Adelino Ferreira e Almeida Marques, Torres Novas-Ferreira da Silva, Vila Franca de Xira-Emídio Santana, Santarém-Augusto José Afonso, Gouveia-Alfredo Pinto, Castelo Branco-Manuel Viegas Carrascalão, Covilhã-Manuel Gonçalves Vidal, Lisboa-Manuel Silva Campos, Porto-Jerónimo de Sousa.

uma sessão nas instalações da USO. Intervenções a cargo dos delegados das Federações da Construção Civil, Metalúrgica, do Livro e Jornal, Têxtil e Marítima; a moção posta à votação, exigindo o cumprimento do horário de trabalho de 8 horas, a fixação do horário de 6 horas para os menores, o respeito pelos direitos de associação e de reunião e de liberdade de imprensa, formulava violentos ataques à burguesia e atacava a ditadura do proletariado na Rússia; este último ponto gerou grande burburinho, não chegando a tese a ser aprovada, mas terminando tudo sem o menor incidente. O relato de A Batalha vai noutro sentido, registando as intervenções de Rosendo José Viana, da USO-Lisboa, de Silva Campos, com protestos contra as deportações, propondo a aprovação de moções contra a crise de trabalho e a reacção nacional e internacional, e ainda intervenções de António de Sousa, pelas Juventudes Sindicalistas, Alfredo Pinto, pelo Conselho Jurídico, Luís Gonzaga, pela Federação da Construção Civil e Mário Castelhana, pela Federação Ferroviária; a data, em Lisboa, é ainda marcada pela explosão de uma bomba junto à residência do chefe do movimento da Companhia Carris, junto a Alcântara, alegadamente em protesto contra a não-paralisação dos eléctricos nessa data⁷⁶. No Porto, uma fonte local assinala muita concorrência, quer no desfile da Praça da República para a Alameda das Fontainhas, quer no comício; em representação directa da CGT, Jerónimo de Sousa, que intervém no comício, em que falam igualmente Joaquim da Silva e António Libório, da USO-Porto, Ernesto Ribeiro, das Juventudes Sindicalistas, mas também, como muito justificadamente a mesma fonte põe em evidência, representantes de organismos com significativas e públicas divergências com a Confederação: Luís Cândido Pereira, do Partido Socialista, José de Sousa, do Partido Comunista, e Tavares dos Santos, em representação dos «Sindicatos Revolucionários», aderentes à ISV, tudo decorrendo – o que constitui notícia – em paz e serenidade⁷⁷.

CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS. Os meses de Agosto e Setembro de 1925 são tempo de congressos e conferências; além do congresso nacional, há outros congressos e conferências corporativas e uma conferência inter-sindical. Começamos por esta.

[CONFERÊNCIA INTER-SINDICAL DO ALGARVE] A exemplo do que acontecera em Lisboa, Porto e Braga, também no Algarve se realizou uma conferência inter-sindical, que reuniu em Faro, na sede da USO, nos dias 3 e 4 de Maio de 1925, com a representação de 25 sindicatos de diversos sectores de actividade, com um peso mais forte da Construção Civil, Empregados no Comércio e Manufactores de Calçado⁷⁸;

⁷⁶ Veja-se o *Diário de Lisboa*, de 02-05-1925, e *A Capital*, da mesma data.

⁷⁷ *Jornal de Notícias*, 03-05-1925.

⁷⁸ Distribuição geográfica dos sindicatos participantes na Conferência Inter-Sindical do Algarve: 6 de Faro, 6 de Portimão, 5 de Olhão, 3 de Vila Real de Santo António, 2 de Silves, 2 de Lagos e 1 de Messines); por sectores, Empregados no Comércio, Construção Civil e Manufactores de Calçado – 4 sindicatos, cada; Conservas, Soldadores, Metalúrgicos e Marítimos, 2 sindicatos, cada; Corticeiros, Mobiliários, Fragateiros e Estivadores – 1 sindicato, cada.

também representadas as USO de Faro, Olhão e Portimão, e as Federações Mobiliária, Metalúrgica, de Tanoaria e do Livro e Jornal, tendo a CGT enviado como delegado Manuel Joaquim de Sousa.

Uma ideia muito referida é a do egoísmo dos trabalhadores (há uma tese sobre a matéria – “O egoísmo dos trabalhadores opõe-se ao robustecimento da organização operária”), expressa na circunstância de os sindicatos serem vistos apenas como instrumento de reivindicação económica – «Sindicatos há que se constituem só para exigir aumentos de salários», regista Xavier Pereira, relator de uma das teses.

Mas, as teses apresentadas respeitam principalmente à organização e propaganda – “A acção da organização operária no Algarve e a propaganda”, “A organização sindical no Sul: fins e meios”, que põem em evidência as debilidades da organização no Algarve, identificando-se como principal problema a falta de elementos militantes que dêem vida aos sindicatos e assegurem o funcionamento da Delegação Confederal de Propaganda, criada, como as restantes em outras áreas do país, para o incremento da organização sindical.

Para suprir essas necessidades, defende-se a criação de delegacias permanentes, isto é, de elementos que exerçam trabalho sindical a tempo inteiro; pronunciando-se sobre esta matéria, o delegado da CGT acentua o papel da Delegação Confederal de Propaganda, que deve ser activada, devendo no seu ponto de vista ficar sedeada em Olhão, onde a classe operária está mais organizada e há mais militantes, mas remete a decisão para o Conselho Confederal; advoga ainda a organização de comités de propaganda nas localidades onde não há USO's, com apoio destas e a constituição de sindicatos mistos nas localidades onde não se possam organizar por profissão.

[CONGRESSO DA INDÚSTRIA DE TANOARIA] O II congresso da Federação Nacional dos Operários do Ramo de Tanoaria e Anexos realizou-se em Gaia, em 9 de Agosto, com a representação de 9 sindicatos da indústria de exportação vinícola e ainda de várias secções⁷⁹; a CGT fez-se representar ao mais alto nível, pelo secretário-geral Manuel da Silva Campos, estando também representadas a USO-Porto e as Juventudes Sindicalistas.

Estiveram em discussão várias teses, sendo aprovados documentos sobre matérias específicas da actividade na indústria vinícola e do exercício a profissão, designadamente a crise de trabalho e meios de a debelar, a instituição de bolsas de trabalho, a educação e a aprendizagem, a higiene e a salubridade nas oficinas e a

⁷⁹ Relato e documentos em AB, 08, 12, 13 e 14-08-1925. Sindicatos com representação directa: Caixoteiros do Porto e Gaia, Tanoeiros de Esmoriz, Mecânicos em Madeira do ramo da Tanoaria de Lisboa, Fabricantes de Capas para Garrafas do Porto e Gaia, Trabalhadores dos Armazéns de Vinhos de Lisboa, Tanoeiros de Almada, Tanoeiros de Lisboa, Trabalhadores dos Armazéns de Vinhos do Porto e Gaia e Tanoeiros do Porto e Gaia. Uma proposta também discutida neste congresso, cuja decisão foi deixada à Federação, advogava a fusão de todos os sindicatos federados do sector, do Porto e Gaia, num grande Sindicato Profissional da Indústria Vinícola do Porto.

existência, e a existência e funcionamento de conselhos técnicos; alguns outros temas geraram significativa discordância, baixando à Federação para estudo e posterior deliberação como o da fixação oficial de capacidade do vasilhame a utilizar na exportação, gerando também aceso debate e posterior rejeição a proposta que advogava a sindicalização obrigatória dos operários desta indústria e o boicote aos não sindicalizados; procedeu-se ainda à alteração dos estatutos, deliberando-se a mudança de designação federativa, para Federação dos Operários da Indústria Vinícola de Portugal. Discutiui-se ainda O trabalho das mulheres e menores nos armazéns e oficinas, aprovando-se salário igual para as mulheres, horário máximo de 8 horas, com proibição dos “serões” para mulheres e menores, idade mínima de 14 anos para admissão na indústria e que as admissões se façam em exclusivo pelo bolsim de trabalho.

Registam-se duas intervenções do secretário-geral da CGT – uma a propósito da proposta, que resultou aprovada, de instituição de caixas de subsídio na doença e reforma para os operários da indústria vinícola, advogando a sua constituição, com contribuição obrigatória dos patrões, a que Manuel da Silva Campos declara concordância, mas alertando para o perigo de a sua instituição afastar da organização sindical os seus melhores elementos⁸⁰; uma segunda, a propósito do trabalho feminino e da presença de 3 delegadas entre os congressistas, em que defendeu a urgência de forte propaganda com vista à sindicalização das mulheres. Facto significativo, ao presidir à última sessão do congresso, o secretário-geral da CGT teve, como secretárias da mesa, duas mulheres, Maria Rosa e Maria Soares; falou então da situação da CGT e das manobras cisionistas, reafirmando as posições do sindicalismo revolucionário de não pactuar com políticos.

O Congresso pronunciou-se ainda pela adesão aos princípios da CGT e da AIT, e aprovou o aumento da quota dos federados para 25 cêntimos, dos quais 10 centavos para a Federação; Viana o Castelo foi escolhida como local de realização do congresso seguinte, deliberando-se ainda manter a sede da Federação em Lisboa, apesar de se reconhecer que deveria ser em Gaia, o que não se fez devido às deficiências de organização ali existentes; para os futuros corpos gerentes foram escolhidos João de Almeida, Faustino Ferreira, Manuel da Costa, Eduardo Domingues, José Rodrigues, Júlio Aranha e Fausto Teixeira.

[CONGRESSO DOS PROFESSORES]⁸¹ A Associação dos Professores de Portugal reuniu o II Congresso em Lisboa, nos dias 7 e 8 de Agosto de 1925. Os professores aprovaram

⁸⁰ O reparo do secretário-geral a CGT sustenta-se na verificação de que cooperativas, caixas de apoio mútuo e outras instituições sociais e de solidariedade disputavam à estrutura sindical os quadros mais activos, que ao envolverem-se na sua organização e gestão ficavam indisponíveis, em parte ou de todo para as tarefas sindicais, onde a falta de militantes e a consequente concentração de responsabilidades e cargos nos mesmos elementos já constituía um significativo constrangimento.

⁸¹ Detalhes no relato do Congresso em AB, 08 e 09-08-1925.

a alteração de estatutos da Associação e debateram várias teses sobre a sua actividade (“Escola Primária Única-educação geral mínima de todo o ser humano”, “O professorado e as necessidades sociais”, Aprovam os estatutos da Associação dos Professores de Portugal, as teses “O património espiritual e a sua internacionalidade”, “O que deve ser o educador-suas qualidades, sua cultura geral e técnica, o seu ideal”) e sobre a relação dos professores com o movimento social, nesta matéria em torno da tese “Relações Sindicais Nacionais”, cujo texto defendia que a Associação dos Professores Primários era «essencialmente sindicalista», apontando-se a necessidade de esta definir a sua atitude perante a CGT, um assunto já debatido no I Congresso. Intervindo em nome da CGT, Manuel Joaquim de Sousa evidenciou a atenção que a CGT tem dado à educação nos seus vários congressos, e que quer avançar para a constituição de um secretariado de educação, que não será possível se a APP não aderir à CGT; a tese gerou uma discussão muito viva, com a defesa da adesão imediata por Almeida Costa, Carvalhão Duarte, em oposição a Emílio Costa, Viana de Lemos e Aurélio Quintanilha, que a consideraram inoportuna, vencendo esta.

A deliberação não caiu bem na CGT, ocasionando comentários, o mais forte dos quais de Santos Arranha, referindo-se a um equívoco praticado pelos professores, mas admitindo ser o mesmo remediável, suscitando um debate nas colunas do jornal, na quinzena seguinte, envolvendo entre outros Manuel Joaquim de Sousa e Emílio Costa⁸².

O Congresso deliberou ainda a adesão da Associação dos Professores de Portugal à Internacional do Ensino; quando aos corpos sociais, César Porto foi eleito secretário-geral, tendo como secretários Deolinda Lopes Vieira e Álvaro de Carvalho.

[CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ORGANISMOS SINDICAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL] A organização da Construção Civil realizou em Santarém uma conferência, em 22 e 23 de Setembro de 1925, a coincidir com o congresso confederal. Presentes delegados de 10 sindicatos (de 13 representados no Congresso a CGT), da Federação Nacional da Construção Civil, das Secções regionais Norte e Sul, e da Bolsa de Trabalho e Solidariedade da classe; em representação da CGT esteve presente Joaquim de Sousa⁸³, que preside à sessão inaugural.

⁸² José Santos Arranha - “À margem do Congresso da Associação dos Professores de Portugal – considerações oportunas: um equívoco”, *AB*, 13-08-1925.) – fala de um «equívoco, aliás remediável». Na sua obra *Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo militante* relaciona a deliberação dos professores com a suspensão das relações decidida antes pelos Sindicatos Arsenalistas e pela Federação Marítima, opinando que, sem esse motivo, a adesão da Associação dos Professores à CGT teria sido imediata.

⁸³ Sindicatos (8) da Construção Civil representados na Conferência de Santarém: Lisboa, Porto, Almada, Alcains, Cascais, Guarda e Tires; na 3ª sessão é referenciada também a presença dos delegados dos sindicatos de Valença do Minho e Fafe, o que eleva a representação para 10 sindicatos. Informação relacionada com a Conferência da Construção Civil e o relato dos trabalhos pode ser colhida em *AB*, 17, 1, 24 e 25-09-1925.

Nas teses da comissão organizadora, constituída por João Miranda, Alberto Dias e João Gomes, refere-se que a “falta de energia e tenacidade dos militantes” da classe contribuiu senão para a derrocada, para a indiferença, que não se executaram os trabalhos presentes ao Congresso de Tomar de 1924, assinalando Alberto Dias só os sindicatos de Lisboa, Almada e Sintra têm dado sinal de vida.

A Conferência apreciou documentos sobre o horário de trabalho, sobre a crise de trabalho, um veemente protesto contra as prisões e deportações de militantes operários, discutindo ainda a situação do jornal corporativo, *O Construtor*, que a Federação não tinha condições de continuar a distribuir gratuitamente entre os elementos da classe, sendo aprovado aumentar a quota sindical em 10 centavos na última semana de cada mês, para manter a publicação.

Relativamente ao horário de trabalho, foi aprovado exigir às câmaras municipais o cumprimento do regulamento do horário de trabalho das 8 horas e a realização de uma campanha de agitação para o impor, advogando-se ainda a nomeação pelos organismos sindicais de delegados para a sua fiscalização; um alvitre no sentido de a classe lutar pelo horário de 6 horas foi deixado cair, por se considerar isso só ser defensável depois da conquista real do horário de 8 horas.

Sobre o desemprego no sector, o documento em discussão referencia a falta de habitação generalizada, e a suspensão das obras de construção dos bairros sociais em Lisboa, Porto e Covilhã, denunciando-se a existência de 179 prédios parados em Lisboa e o facto de as Câmaras não obrigarem, como deviam, os senhorios a fazer beneficiações e reparações nos seus prédios; resolve-se por isso exigir que o Estado e as Câmaras cumpram as suas obrigações, designadamente aproveitando a informação fornecida pelos organismos sindicais no levantamento de obras a executar, publicados a seu tempo em *A Batalha*, recomendando-se ainda que os sindicatos agitem estes pontos nas suas localidades e que a Federação um movimento de paralisação nacional do trabalho, quando oportuno.

[CONFERÊNCIA DOS SINDICATOS MARÍTIMOS DISCORDANTES DA FEDERAÇÃO MARÍTIMA]⁸⁴ Em 27 e 28 de Setembro, no Grémio Operário de Santarém, logo a seguir ao Congresso Confederal e nas mesmas instalações, reúnem os sindicatos marítimos que estão em ruptura com a Federação sindical do sector, por discordarem do seu afastamento da CGT. Estão presentes os delegados de 19 sindicatos, de norte a sul do país (incluindo a Associação de Classe dos Pescadores de Lisboa, que a Federação Marítima sempre impediu de federar-se), referenciando-se a concordância de mais 9 sindicatos, que não enviaram delegados por dificuldades financeiras; a CGT é representada na conferência por Manuel da Silva Campos, anterior secretário-geral e

⁸⁴ Informação sobre a organização da conferência dos sindicatos marítimos e relato dos trabalhos em AB, 30-09 e 01-10-1925.

recém-eleito secretário da comissão administrativa, estando também representadas as União de Sindicatos locais de Porto e Lisboa, pelos respectivos secretários-gerais, assistindo ainda aos trabalhos, e intervindo, o delegado da AIT ao Congresso Nacional da CGT, Armando Borghi.

A Conferência é chamada a pronunciar-se sobre um documento publicado dias antes em *A Batalha*, sobre a dissidência empreendida pela Federação Marítima e as atitudes entretanto manifestadas pelos seus responsáveis, confrontando a CGT e os sindicatos e dirigentes marítimos discordantes do corte de relações com a Confederação⁸⁵, deliberando-se o não reingresso na Federação Marítima dos sindicatos representados na Conferência, a manutenção da relação com a CGT e a representação das classes marítimas no Conselho Confederal, avançando-se para a realização de um referendo sobre a constituição de novo organismo federativo.

Quanto à futura representação na CGT, conforme proposta do secretário administrativo a CGT, os sindicatos marítimos far-se-ão representar pela Federação a constituir, ou, não sendo estando esta constituída, por dois delegados das estruturas inter-sindicais da classe, um do Norte e outro do Sul. Para efeitos práticos imediatos, recomenda-se que os sindicatos adiram às USO das localidades em que existem estas estruturas intermédias, assegurando estas o fornecimento do «expediente confederal» (selos, cadernetas, etc.), e, quando aquelas não existam, os sindicatos obtenham o referido «expediente» directamente da Comissão Inter-Sindical dos Marítimos.

Delibera-se ainda que a Comissão Inter-Sindical de Lisboa passe a designar-se Conselho Inter-Sindical dos Marítimos do Centro e Sul, que terá a sua sede nas instalações do Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra, de Lisboa; aquele Conselho e a União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais do Norte, já em funcionamento, terão as mesmas atribuições até à constituição de novo órgão federativo; por fim, é decidido publicar o jornal “A Voz dos Marítimos”, no Porto⁸⁶.

[CONFERÊNCIA METALÚRGICA]⁸⁷A Conferência dos sindicatos metalúrgicos realizou-se em Santarém em 24 de Setembro, imediatamente antes do Congresso Confederal, com a representação de 4 sindicatos, de Lisboa, Porto, Marinha Grande e Vieira de Leiria, e ainda do Comité Federal Metalúrgico do Norte.

⁸⁵ “Relatório da Comissão de Relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul discordantes da atitude da Federação Marítima”, *AB*, 25-09-1925; uma síntese das atitudes e agravos imputados aos dirigentes da Federação Marítima pode ser encontrado em José Santos Cadete – “Desmascarando os dirigentes da Federação Marítima”, *AB*, 01-10-1925.

⁸⁶ Silvino Noronha, Júlio Mendes da Silva, José dos Santos, José dos Santos Cadete, José Francisco, João Luís da Silva Moura e Manuel Campos Costa foram eleitos para a direcção do Conselho Inter-Sindical Centro e Sul; a estrutura nortenha os nomes mais em evidência são Felisberto Baptista e Joaquim do Carmo.

⁸⁷ Veja-se o relato da Conferência Metalúrgica de Santarém em *AB*, 28-09-1925, em que sobressaem os dirigentes Joaquim de Sousa, da comissão administrativa da Federação Metalúrgica (e do Comité Confederal da CGT), Emídio Santana, secretário-geral do Sindicato Único de Lisboa, Saul de Sousa, do Sindicato Único do Porto Artur Cardoso, Francisco Viana e José dos Santos.

A Conferência tem como objectivo discutir a forma de dar um revigoramento à organização metalúrgica, que se verifica estar a passar por grandes dificuldades de militância, de actividade e de participação sindical, a que não é alheio o elevado desemprego entre os metalúrgicos, dificuldades essas que foram agravadas pelo conflito, durante muito tempo, entre a Federação e o Comité Federal Metalúrgico do Norte, resolvido pouco antes desta Conferência.

A organização metalúrgica vive uma situação de grande decadência, sem excepção em todo o país; a falta de recursos financeiros é um dos maiores problemas, mas como refere Emídio Santana, secretário-geral do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, a crise de trabalho torna inviável aumentar as quotas sindicais – da última vez que a Federação pediu aumento da quota federal, só o Sindicato da Marinha Grande respondeu; em Lisboa, aduz outro dirigente local, bastou falar-se em aumento de quota e a quotização começou logo a baixar.

A principal conclusão da Conferência é a apresentação de uma moção no Congresso Confederal, pedindo à CGT que ajude a organização metalúrgica.

[CONFERÊNCIA TÊXTIL]⁸⁸A Conferência Têxtil reuniu-se em Santarém, na Associação dos Empregados no Comércio, com a representação de 4 sindicatos, de Lisboa, Porto, Covilhã e Gouveia, os mesmos que se fizeram representar no Congresso da CGT, de 6 ou 7 que então estavam constituídos, como foi referido na mesma Conferência; a CGT enviou como delegado Carlos Coelho.

A Conferência concretiza, em parte, o trabalho desenvolvido pela Secção das Federações do Conselho Confederal, que incentivou a constituição de uma Federação dos sindicatos do sector, confrontando-se duas posições, uma mais conservadora, no sentido de aumentar a representação, através da criação de novos sindicatos, só depois se avançando com a Federação; a segunda, que triunfou, de aprovar, em princípio, a constituição do organismo federativo, com a designação de Federação dos Operários da Indústria Têxtil em Portugal, cujo projecto de estatutos se discutiu nesta mesma Conferência.

Na discussão do local para a sede da futura Federação, confrontaram-se, no essencial, duas posições: a do Sindicato do Porto e a do da Covilhã, o primeiro propondo a sua cidade, com dois comités regionais no Centro e Sul, e a do Sindicato da Covilhã, que se bateram pela sede naquela cidade, com o apoio do delegado do Sindicato de Gouveia, José Mota, por ser o ponto mais central, o centro mais importante da indústria e onde mais actividade da organização existia, acabando por ser aceite, com

⁸⁸ Veja-se AB, 24-09 e 01-10-1925, e também, na mesma fonte, “Conferência Nacional dos Trabalhadores Têxteis –Trabalhos a apresentar pela comissão pró-Federação, delegada do Sindicato Têxtil do Porto”, 16-09-1925, e a proposta de estatutos da Federação Têxtil, 17-09-1925.

o apoio do delegado de Lisboa, Henrique Marques, que ficasse no Porto, até ao Congresso, que decidiria em definitivo; quanto à comissão administrativa federal, a Conferência encarregou Alves de Sá de a constituir no Porto, integrando-a, envolvendo a Delegação Confederal de Propaganda no acto de nomeação, com voto consultivo.

Foi também proposta à Conferência e discutida uma tese sobre a crise de trabalho na indústria têxtil, a propósito da qual o representante do Sindicato da Covilhã, Lopes Jorge, e os delegados do Porto (Alves de Sá e Miguel Moreira) estiveram em desacordo na apreciação das *démarches* em que tinham estado envolvidos operários têxteis da Covilhã, por terem integrado uma delegação local, com patrões e políticos locais, que se deslocara a Lisboa, para reclamar do governo remédios contra a crise no sector, com os primeiros a considerar que, numa correcta atitude sindicalista, os seus camaradas da Covilhã deveriam ter constituído uma comissão só de operários.

A Conferência pronunciou-se ainda favoravelmente sobre um plano de acção a desenvolver em várias localidades, proposto pelo sindicato do Porto, sobre a posição da futura Federação do sector perante os partidos políticos e a questão internacional, aprovando a adesão aos princípios programáticos da CGT e, nas questões internacionais, à AIT.

Registem-se finalmente, durante os trabalhos, várias declarações favoráveis à intensificação do uso de maquinaria na indústria têxtil e a defesa de salário igual para trabalho igual para homens e mulheres.

[CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO LIVRO E DO JORNAL]⁸⁹ As classes gráficas realizaram o II Congresso da Federação do Livro e do Jornal, em Santarém, nos dias 20 a 22 de Setembro de 1925, vésperas do Congresso Confederal; o congresso sequencia as duas conferências inter-sindicais do ano anterior, em Lisboa e no Porto. Regista-se a presença de representantes de 7 sindicatos, da Federação e da Secção Inter-Federal do Porto; Manuel Nunes é o delegado da CGT a este congresso.

O Congresso ocorre num momento de queda da organização sindical gráfica, referenciando-se que praticamente desapareceram os organismos da classe de Coimbra, Braga e Guimarães.

Os delegados são chamados a discutir, além do relatório e contas do Secretariado federal, dois documentos relativos à organização sindical das classes gráficas – uma proposta de alteração dos estatutos e uma tese propondo a constituição de sindicatos únicos da indústria gráfica, baseados em Comitês de Oficina e de Secção e nos

⁸⁹ Documentos e relato em AB, 24 a 26-09-1925. Sindicatos representados: Litógrafos de Lisboa e do Porto, Compositores Tipográficos e Impressores Tipográficos, ambos de Lisboa, Ligas de Artes Gráficas do Porto e de Santarém, e Associação Auxiliar dos Distribuidores de Jornais do Porto; são referenciadas ainda duas adesões morais, da Associação de Classe dos Fabricantes de Papel da Abelheira e do Sindicato dos Profissionais de Imprensa.

Conselhos de Secções e Técnicos”⁹⁰. Quanto à primeira, as deliberações mais importantes foram três: a representação no Conselho Federal, através de delegado próprio, de cada uma das profissões (e suas associações de classe) integrantes dos sindicatos únicos, o princípio do reconhecimento pela Federação de um único sindicato autónomo de especialidade ou indústria por distrito, e a decisão de tornar facultativo o uso do expediente confederal; quanto ao sindicato único, a proposta foi muito discutida, acabando aprovada com alterações, com os delegados de algumas classes de Lisboa e Porto a deixarem indicações da atitude pró-autonomia e anti-sindicato único das suas classes, a comprometerem de alguma maneira o sucesso de uma iniciativa que visava reforçar a organização e permitir englobar nesta os profissionais de várias especialidades (gravadores, fotógrafos, estereotipadores, fundidores de tipo) que, pelo reduzidíssimo número dos seus elementos estavam impedidas, na prática, de constituir sindicatos próprios – os Litógrafos de Lisboa tinham aprovado, previamente, continuarem a manter a sua organização sindical autónoma, e o delegado dos Litógrafos do Porto, declarou ao Congresso que, embora sem hostilizar a tese, não se comprometia a defender a entrada do seu sindicato num Sindicato Único gráfico. A proposta, também constante da proposta de alteração dos estatutos, de mudança da designação federal, de Federação do Livro e do Jornal para Federação dos Trabalhadores Gráficos e Similares, tendo sido inicialmente aprovada, foi depois reconsiderada, por requerimento dos sindicatos dos Vendedores de Jornais de Lisboa e Porto, voltando-se à primitiva designação, acrescentando-lhe «e Similares».

Três outras teses incidiam sobre questões sociais e profissionais – a primeira, com o título “Manutenção e ampliação das regalias conquistadas”, aprovada, apontando as suas conclusões para a futura reivindicação, na indústria gráfica, do horário de trabalho inferior a 8 horas, com uma redução adicional para os horários nocturnos; a tese sobre “A mulher e os menores na indústria gráfica, preconizando a limitação de entrada de mulheres e a redução do número de aprendizes na indústria e a interdição de as mulheres executarem trabalhos com produtos tóxicos, foi também aprovada, tal como a apresentada pelos representantes das associações dos Vendedores de Jornais de Lisboa e Porto, contendo reivindicações de carácter moral e profissional.

Foi debatida também a situação do jornal da classe um conjunto de medidas visando a sua estabilidade, designadamente financeira, advogando-se uma quota suplementar para esse fim, tendo sido deliberado que essa medida só fosse adoptada depois de

⁹⁰ Em *A Batalha*, antes do Congresso, Carlos José de Sousa (“O sindicato de indústria gráfica, AB, 13-09-1925) tinha referenciado as discussões em curso, nos sindicatos de Lisboa, conforme as deliberações da Conferência Inter-Sindical Gráfica, sobre a adopção dos sindicatos únicos pelas classes gráficas – aceite pelas associações de classe dos Impressores, Encadernadores, Litógrafos, mas com muitas resistências por parte dos Compositores Tipográficos, sendo que, no congresso federal, a resistência virá sobretudo da classe dos Litógrafos.

consulta a todos os elementos sindicalizados; finalmente, uma tese propondo a instituição, na organização gráfica, de uma quota de resistência, que foi aprovada com significativas alterações.

Menos pacífica foi a questão levada ao Congresso pelo delegado dos Impressores Tipográficos de Lisboa, com a tese “Nem por Berlim, nem por Moscóvia, nem por Amsterdão, mas pela unidade do movimento sindical” – referiu aquele delegado que, quando do referendo sobre a adesão à AIT, em 1923, no seu sindicato se tinham manifestado claramente três posições: Moscovo, Berlim e nenhuma, vencendo Berlim por pequena margem, o que leva a classe a continuar pugnando pela neutralidade, para harmonizar as classes gráficas; posta à votação, a proposta acabou reprovada, por 4 votos contra 3 e 1 abstenção, mantendo-se a decisão federal pela Internacional de Berlim.

A Federação do Livro, do Jornal e Similares sai do seu II Congresso com um novo secretariado, constituído por Delfim Pinheiro, como secretário-geral, António Costa e Carlos José de Sousa, como secretários adjuntos, Eugénio Inácio, como secretário arquivista e Raúl de Sousa, como tesoureiro.

[CONGRESSO RURAL]⁹¹ A Federação dos Trabalhadores Rurais realizou o seu VI Congresso nos dias 21 e 22 de Setembro de 1925, nas vésperas do Congresso Confederal, registando a adesão de 30 sindicatos, estando todavia presentes somente delegados de 25; os trabalhos decorreram no Grémio Recreativo Operário de Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos: Remodelação dos Estatutos e a discussão e deliberação de 4 teses: “As mulheres e os menores a indústria”, “A socialização da propriedade agrícola e a organização do trabalho”; “A orientação sindicalista dos sindicatos de trabalhadores rurais e sua Federação” e “Os foros, as searas de contrato e o polvilhal”; Vital José e Joaquim José Candieira destacam-se como os elementos mais dinâmicos da organização rural, tanto na organização do Congresso, como no desenvolvimento dos trabalhos, a que assiste, em representação da CGT, o secretário-geral, Manuel da Silva Campos. Armando Borghi, representante da AIT no Congresso Confederal de Santarém, está também presente nos trabalhos, vindo a falar aos delegados rurais.

Este congresso realizou-se num momento em que elementos sindicalistas simpatizantes da ISV, com especial destaque para Ferreira Quartel, como já foi referido, prosseguiram uma campanha de contactos com organismos sindicais confederados, visando conquistá-los para as suas posições, a já se fez referência; entre os sindicatos dos trabalhadores rurais, o de Coruche, cujos associados são, na maioria, foreiros, apresenta-se no congresso como porta-voz dessas posições, contestando as acções

⁹¹ O relato dos trabalhos foi publicado em *AB*, 22 a 24-09-1925; o regulamento e a ordem de trabalhos podem ser encontrados em *AB*, 12-09-1925.

desenvolvidas pela Federação Rural e a CGT sobre a questão dos foros, propondo por isso, em manifesto endereçado aos delegados, que estes rejeitem as teses aí apresentadas; Ferreira Quartel também se apresenta na reunião magna dos Rurais, em Santarém, na qualidade de representante do jornal *A Internacional* – tanto este, como o delegado do sindicato de Coruche (e o de Vale do Vargo), por causa deste incidente, acabam por se retirar do congresso, que repudia o documento enviado por aquele sindicato e um outro, uma saudação aos trabalhadores rurais, emitido pela Internacional Camponesa.

A aprovação das teses por unanimidade é praticamente a regra, em relação aos estatutos federais e às teses, sendo de relevar várias considerações e conclusões: que as mulheres possam sindicalizar-se, devendo ser empreendidas acções de propaganda especificamente dirigidas a mulheres, preconizando-se que, quando possível, as propagandistas fossem também mulheres; além disso, que a Federação Rural estudasse, com a CGT, a criação de um selo-quota de valor mais baixo para mulheres e menores; sobre a socialização da propriedade agrária, na lógica das teses sobre o mesmo tema aprovadas nos IV e V Congressos, o documento refere que «não corresponde[ndo essa socialização] propriamente a uma necessidade de momento, [a decisão a tomar serviria] para que a Federação e os Sindicatos saibam o que hão-de fazer no dia de amanhã» e «é necessária porque os rurais desejam intensamente a socialização da propriedade e precisam saber em que sentido devem fazer, para não serem no futuro ludibriados por quem queira uma socialização a fingir», numa alusão aos comunistas, que se repete ao enunciar que a tese “A orientação sindicalista dos sindicatos de trabalhadores rurais e sua Federação” (relator Joaquim Candieira) tem por «obstar a que a organização rural seja pasto de ambiciosos».

O Congresso aprova ainda a reivindicação do horário de trabalho de 8 horas para os trabalhadores rurais e um protesto contra as perseguições governamentais. Sobre a questão dos foros, é referenciado que os foreiros têm abandonado as associações de classe locais, por divergências sobre a apreciação desta questão, reafirmando o Congresso que os foreiros são proprietários e apoiá-los é contrário aos interesses dos assalariados e fomentar o egoísmo; por isso, é decidido retirar todo o apoio aos foreiros e às reclamações sobre foros.

O Congresso dos Rurais encerrou com a designação da futura comissão administrativa da federação, que fica constituída por Quirino José, secretário-geral, António Bibre, Joaquim José Candieira e Tiago José Varela, respectivamente como secretário adjunto, secretário administrativo e secretário arquivista, e Inácio José Caeiro, como tesoureiro.

[JUVENTUDES SINDICALISTAS]⁹² As Juventudes Sindicalistas reúnem em Lisboa a 1ª Conferência Juvenil, nos dias 22 a 30 de Março de 1925, Presentes delegados do Núcleo Central e de 5 secções: Central, dos Empregados no Comércio, Metalúrgicos, Mobiliários e do Beato ou Olivais. As principais discussões e deliberações, em que se destacam como elementos mais activos mais activos Sebastião Marques, Germinal de Sousa, Vasconcelos da Silveira, Manuel Viegas Carrascalão e Emídio Santana, prendem-se com a educação dos jovens sindicalistas, propaganda, a organização das Juventudes e as relações destas com a organização operária; presentes dois elementos de relevo da Confederação: Manuel Joaquim de Sousa, que ali representa a Federação Anarquista da Região Sul, e Carlos Coelho, este em representação da CGT.

4. A FRENTE ORGANIZATIVA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Constituem-se neste período novos sindicatos – no primeiro semestre do ano, o Sindicato Rural de Via Glória (Mértola), que adere à Federação dos Rurais e à CGT, o Sindicato do Pessoal de Cargas e Descargas de Olhão, a Associação de Classe dos Pescadores Afuradenses, a Liga de Artes Gráficas de Castelo Branco; a Associação Mista das Classes Marítimas de Longo Curso de Ílhavo, o Sindicato Misto dos Trabalhadores de Cabeço de Vide (compreendendo operários da construção civil, metalúrgicos e manufactores de calçado), que dá adesão imediata à CGT, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Fafe, seis Sindicatos da Construção Civil (Mortágua, Monchique, Lousa, Escalos de Cima, Loulé e Gouveia) e o Sindicato Metalúrgico de Vila Real e o de Lamego, o Sindicato dos Manufactores de Calçado de Moura, o Sindicato dos Apanhadores de Marisco de Faro e o dos Pescadores de Vila Franca de Xira, havendo ainda notícia da reorganização da USO-Guimarães e de que estavam em processo de constituição as uniões locais de sindicatos em Vila Franca de Xira, Aldegalega/Montijo e Estremoz.

No segundo semestre do ano constituem-se o Sindicato dos Operários da Indústria de Panificação de Olhão, o Sindicato dos Operários Têxteis de Arcozelo, o Sindicato dos Operários de Padaria da Figueira da Foz e Arredores, que adere à CGT, e o Sindicato da Ribeira Branca e Arredores, no concelho de Torres Vedras, que adere à CGT, inaugurado com a presença de um delegado da CGT, Manuel Joaquim de Sousa. Referenciam-se ainda reorganizações de alguns sindicatos, como o dos Empregados no Comércio de Faro, que adere à respectiva Federação e à CGT, os sindicatos da Construção Civil de Santo Tirso e Guimarães, o Sindicato Metalúrgico de Vila Nova de Gaia, e, em Coimbra, os Sindicatos do Mobiliário, dos Gráficos e dos Manipuladores de Massas e Bolachas.

⁹² Elato em AB, edições de 24, 25, 26, 28 e 29 e 31-03-1925.

Além das já indicadas, verificam-se diversas adesões às Federações e Uniões, e à CGT – Rurais de Borba, Associação dos Vidreiros do Porto, e, com maior significado, a Federação Ferroviária, em Maio de 1925, cuja adesão foi retardada devido a problemas internos à classe, designadamente as rivalidades entre o pessoal das linhas do Estado e da CP, havendo vários sindicatos que se recusam a entrar na Federação, e porque alegadamente não dispunha de meios para satisfazer a quota à Confederação⁹³.

Mas, além do facto de muitos organismos manterem uma existência relativamente fictícia (na Construção Civil, a Federação assinala, em Maio, o estado de decadência em que se encontram muitos sindicatos, também se identificam dissidências e movimentações com vista à constituição de organismos sindicais alternativos, fora do universo confederal – em Évora, em Abril, o Sindicato da Construção Civil abandona a USO, em resultado da actividade desenvolvida na região por elementos da Executiva da ISV, mas regressa, depois de intervenção directa da CGT, no local, onde enviou em missão Manuel Joaquim de Sousa; no Porto, também em Abril, a União Ferroviária denuncia acção de grupo de trabalhadores que formam associação “amarela; ainda no Porto, logo no princípio do ano, foi um grupo «divisionista» de socialistas e «reaccionários» da classe dos Caixeiros que, por se opor à adesão da União dos Empregados no Comércio à CGT, avançou para formação da Phoenix Portuense dos Empregados no Comércio⁹⁴; já em Lisboa, no Sindicato dos Empregados de Escritório, em Julho de 1925 foi posta em debate a hipótese de desconfederação, a pretexto de ser incomportável o pagamento da quota paga à CGT⁹⁵.

Depois, mais grave, a “dissidência” dos Sindicatos dos Arsenais e da Federação Marítima – esta, arrastando um significativo número de sindicatos, conduzindo, a prazo, à formação de um novo organismo federal dos Marítimos.

⁹³ As associações de pessoal das linhas mais pequenas recusavam-se a entrar na Federação, invocando o peso dos encargos daí resultantes, refere a comissão executiva desta (AB, 06-05-1925); antes, em Abril de 1924, a Federação tinha dado a “adesão em princípio” à CGT, declarando o propósito de a tornar efectiva quando os sindicatos tivessem entrado na Federação e houvesse condições para satisfazer a respectiva quota, deliberando, pois, o Conselho Confederal que, até lá, se mantivesse a adesão directa do Sindicato dos ferroviários do Minho e Douro (“Conselho Confederal [relato da reunião de 25-04-1924]”, AB, 26-04-1924; o caso da União Ferroviária, a associação de classe dos ferroviários do Minho e Douro, com sede no Porto, era diferente: sendo aderente da Confederação, directamente, a sua entrada na Federação Ferroviária – antes da adesão desta – determinaria a sua desconfederação, e por isso deliberou não aderir enquanto a Federação não aderisse à CGT. No momento da adesão, a Federação Ferroviária era constituída por 4 sindicatos, e tinha uma situação financeira muito problemática, devido aos atrasos no pagamento das quotas e outros encargos de quase todos os sindicatos federados. Manuel Henriques Rijo e António Dias Ferro jr. Foram os primeiros delegados que a Federação Ferroviária indicou para o Conselho Confederal. Ver “Conselho Confederal [relato da reunião de 14-05-1925]”, AB, 20-05-1925.

⁹⁴ AB, 17 e 24-01-1925.

⁹⁵ O Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa estava na CGT desde 1920; em Julho de 1925 a sua direcção avança com um referendo sobre permanência na CGT, em consequência do qual o Sindicato sai da USO/CST de Lisboa, mantendo-se, no imediato, como aderente à Confederação, mas com relações suspensas, tudo indica que a caminho da saída.

A actividade é marcada pelas dissidências acima referidas, resultantes da acção (dissolvente, na terminologia sindicalista) dos Partidários da ISV; mas também pelo aumento do desinteresse dos assalariados em relação aos sindicatos, e era consequência das guerras existentes na organização confederal, com efeitos devastadores nos organismos, na militância e na massa assalariada. E pelas dificuldades financeiras por que passam a generalidade dos organismos, com consequências mesmo na participação no Congresso Confederal, em Setembro, como se antevia já em Junho quando o Conselho decidiu, em definitivo, a data e local da sua realização.

No capítulo das boas notícias, avulta o fim do conflito e a celebração da paz, a um mês do Congresso Confederal, entre a Federação Metalúrgica e o Comité Federal Metalúrgico do Norte, e a iniciativa, no âmbito da Secção das Federações do Conselho Confederal, junto dos sindicatos têxteis, designadamente através de acções de propaganda no centro do país, para pôr de pé a Federação sindical do sector, executando a deliberação tomada na conferência dos secretários gerais das Federações, realizada em Abril de 1924 e desde então praticamente sem avanços, ficando decidida a sua constituição em princípio na Conferência Têxtil. Registe-se ainda, a poucos dias do Congresso Confederal, o pedido de apoio do Sindicato dos Alfaiates de Lisboa com vista à constituição da Federação dos Trabalhadores do Vestuário, que a mesma Secção das Federações se propõe apoiar⁹⁶.

Uma referência final ao Conselho Confederal, que regista, antes do Congresso de Santarém um máximo de representação – 10 Federações, 9 USO's e 2 Sindicatos Isolados – mesmo sem a representação dos 2 Sindicatos Nacionais dos Arsenais e da Federação Marítima – indiciando uma grande vitalidade da organização. Contudo, tenham-se em atenção duas circunstâncias na leitura daqueles dados, que podem não traduzir um índice correspondente de actividade no terreno: primeiro, tudo indica que o número de sindicatos agrupados em Federações se havia reduzido de forma significativa; segundo, a representação das USO, com excepção de Lisboa (e Almada e Seixal, mas nem sempre) no Conselho Confederal era feita por delegados da capital, em princípio (sublinhe-se, em princípio) escolhidos pelos organismos locais, essa representação poderia ser relativamente artificial, isto é, independer da actividade real desses organismos⁹⁷.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Tendo falhado a representação directa no congresso constitutivo da AIT, a CGT apresta-se em Março de 1925 a discutir a

⁹⁶ Relato da reunião da Secção as federações do Conselho Confederal de 31-08-1925, *AB*, 02-09-1925.

⁹⁷ Organismos com delegados no Conselho Confederal em Julho de 1925: Federações – Calçado, Couros e Peles, Construção Civil, Corticeira, Empregados no Comércio, Ferroviária, Livro e Jornal, Metalúrgica, Mobiliária, Rural e Tanoaria; USO's – Almada, Évora, Faro, Lisboa, Olhão, Portimão, Porto, Seixal, Setúbal; Sindicatos isolados – Mineiros de Aljustrel e Mineiros de São Domingos.

participação no segundo congresso daquela Internacional, de que a Confederação é aderente⁹⁸; no ano transacto, numa acção que, por ter sido organizada à pressa, não cumprira os objectivos de mobilização e visibilidade que se pretendia, a organização portuguesa participou numa acção internacional promovida pela AIT, para assinalar o 10º aniversário da declaração da I Guerra Mundial, com comícios e sessões em Lisboa e outros locais. O Conselho Confederal deu aprovação à estreia da central sindical portuguesa, através de delegado directo, nos trabalhos daquela associação sindical internacional, deliberando-se que fosse o Comité Confederal a escolher o delegado; por proposta de Júlio Luís, do Sindicato do Arsenal do Exército, foi aprovado que o relatório e outros documentos a apresentar em nome da CGT fossem distribuídos aos delegados antes da reunião do Conselho em que viessem a ser discutidos; no dia seguinte *A Batalha* publica a ordem de trabalhos e dedica a este congresso mais alguns artigos nos dias seguintes; Manuel da Silva Campos, o secretário-geral, é o escolhido como delegado da CGT.

O Congresso tem início em 20 de Março, realizando-se num momento de generalizada preocupação, em vários países europeus, também nas organizações sindicais, com o avanço da reacção conservadora, as soluções políticas autoritárias adoptadas, designadamente em Espanha e Itália, e a ameaça de uma nova guerra, um contexto em que se continua a discutir a questão da unidade operária, incluindo das Internacionais sindicais. Estão representadas no congresso organizações da Alemanha, Dinamarca, Espanha, Holanda, Itália, Noruega, Portugal e Suécia, Argentina, Brasil, México e Uruguai.

Manuel da Silva Campos foi também o «enviado especial» de *A Batalha* ao Congresso da AIT, trazendo aos leitores portugueses informação sobre os trabalhos e a participação do delegado da CGT portuguesa, que participa em 3 comissões e discursa em duas sessões públicas, a primeira em Amsterdão, e, depois, num comício em Paris com os restantes delegados ao Congresso da AIT⁹⁹; das suas intervenções na reunião magna dos sindicalistas revolucionários, retenham-se as posições ali veiculadas em nome da CGT portuguesa:

(i) na 1ª sessão, dá conta do estado da organização operária em Portugal, referindo que a CGT é a única central sindical existente, que registava 150 mil aderentes em 1920, que passaram para 80 mil, devido à reacção internacional a partir daquele ano, e por efeito da crise económica, da inflação e do desemprego, adiantando ainda que os partidos políticos não têm nenhuma influência na CGT, cujo jornal, *A Batalha*, tem um jornal com uma tiragem de 10 mil exemplares/dia;

⁹⁸ “Conselho Confederal [relato da reunião de 06-03-1925]”, *AB*, 07-03-1925.

⁹⁹ Veja-se *AB*, 26 a 28-03-1925; 01,07 e 14-04-1925, e “À margem do congresso da AIT”, *AB*, 18-04-1925.

(ii) posição contra o aumento do valor da quota para a AIT, referindo que «é materialmente impossível à central portuguesa aceitar neste momento o aumento da quota», que era de 1,5% do valor das receitas, vindo os congressistas a decidir fixá-la em 0,1 USD/ano por aderente;

(iii) na 2ª sessão, quando se discute a atitude que a AIT deverá ter para com a IWW, o delegado português intervém para afirmar que em Portugal a CGT «não expulsa do seu seio aqueles que não estão completamente de acordo com ela; devemos concretizar a propaganda de diferentes formas de tática e as suas vantagens ou desvantagens. Em Portugal os comunistas semeiam a confusão, mas não os expulsamos porque isso teria dado margem a atitudes mais irredutíveis. Há que distinguir entre operários e militantes e devemos esforçar-nos para que os operários compreendam que o socialismo do Estado nunca poderá realizar a sua emancipação. A AIT deve opor-se à propaganda derrotista dos seus adversários com a firmeza de carácter e a honestidade dos seus defensores e partidários»;

(iv) na 3ª sessão pronuncia-se a favor da proposta de resolução de Rocker, a favor de uma união do sindicalismo com outros grupos ideológicos anti-autoritários, designadamente os anarquistas.

Além destas “notas de reportagem”, *A Batalha* publicou o relatório desta missão do secretário-geral (Maio a Outubro de 1925)¹⁰⁰; neste, entre outros pontos já referidos, há um que interessa especialmente a Portugal e à sua organização operária: instituição de federações internacionais de indústria, que o Congresso identifica como uma necessidade premente, pelas razões que A. Schapiro, numa das suas intervenções, sintetizou sensivelmente nestes termos: o objectivo é trabalhar por um salário real igual nos diversos países e assegurar que quando os operários de um país estão em greve, não venham os de outros países furar essa greve, referindo exemplos concretos: há muitos imigrantes camponeses na Bélgica, Dinamarca, Suécia e Alemanha, vindos da Galiza e Polónia, que provocaram a baixa de salários naqueles países; também o norte de França está cheio de operários da construção civil, que pressionaram os salários para baixo, obrigando as organizações sindicais do país a uma atitude nessa matéria. Sobre esta matéria, a Conferência aprovou a constituição de 3 secretariados internacionais, com coordenações nacionais: dos marinheiros (Holanda), dos metalúrgicos (Alemanha) e da construção civil (Portugal), liderada pela Federação Nacional da Construção Civil com a qual o próprio A. Schapiro mantivera contactos, como fizera com as congéneres de França e Holanda¹⁰¹.

Retenha-se, por importante, a posição oficial assumida pela AIT, neste congresso, sobre uma das questões centrais em discussão na maioria dos países, em relação directa

¹⁰⁰ O relatório foi publicado em *AB*, 26, 27 e 30-05-1925; 03, 06, 07, 09 a 11, 14, 16, 18 a 20, 24, 25, 27, 28 e 30-06-1925; 01 a 04-07-1925; 16, 17 e 21-10-1925.

¹⁰¹ Ver relatório citado, *AB*, 03-07-1925.

com a acção desenvolvida e os métodos utilizados pela Internacional Sindical Vermelha e seus seguidores em cada país – a constituição de frentes únicas, envolvendo os partidos comunistas (e, eventualmente outros), os sindicatos e as suas centrais:

1. As organizações operárias revolucionárias anti-autoritárias são as únicas capazes de empreender a reorganização da vida económica e social sobre as bases do comunismo libertário;

2. A obra de reagrupamento da família sindicalista a realizar deverá sê-lo na base dos princípios do sindicalismo revolucionário tal como estão enunciados nos estatutos da AIT;

3. A independência do movimento operário é a principal condição para a realização do objectivo primordial da sua acção, que não deve ser a conquista do poder, mas a supressão de quaisquer organismos dominantes e centralistas;

4. Qualquer tentativa de subordinação dos sindicatos aos partidos políticos, quaisquer que eles sejam, desvia a classe operária dos seus próprios fins e aspirações, e por isso é perigosa e nefasta¹⁰².

5. O CONGRESSO DE SANTARÉM

Mais uma vez não se cumprem os estatutos da Confederação, que estatuem a reunião do Congresso de dois em dois anos.

Passaram três anos sobre a data do Congresso da Covilhã. A questão das relações internacionais, principal responsável pela barafunda que se verificou no Congresso da Covilhã, mantém-se ainda sobre a mesa e o Congresso de Santarém vai ser chamado a uma decisão definitiva nessa matéria, previsivelmente decidindo em sintonia com os resultados do referendo aos sindicatos, organizado pela Confederação.

A CGT deveria ter reunido o Congresso Nacional dos Sindicatos em 1924, dois anos depois do Congresso da Covilhã (1922); mas o Conselho Confederal deliberara o seu adiamento, por proposta do Comité, para o primeiro semestre de 1925¹⁰³. No princípio deste ano, o Conselho Confederal ocupa-se desta matéria, nomeando a respectiva comissão organizadora, confrontando-se duas posições: a primeira, de que a organização do Congresso deve ser da responsabilidade do Comité Confederal, e a segunda, de que a comissão organizadora deveria ser composta pelos elementos que faziam parte da comissão revisora das teses do Congresso da Covilhã, sendo alegado em abono desta segunda posição, que o Comité não «iria atender a determinada tendência que representa uma boa parte da massa operária»; após debate, foi aprovado por 15

¹⁰² Adaptado de Augustin Souchy – “L’Association Internationale des Travailleurs”, *Encyclopédie anarchiste*, t. 1 (A-E), http://www.pelloutier.net/dossiers/dossiers.php?id_dossier=252 (consultado em 14-07-2013). A direcção da AIT ficou então constituída por Rudolf Rocker, A. Schapiro, Augustin Souchy, Bernhard Lansink, A. Jensen, D.-A. Santillan e Armando Borghi, que estará presente no Congresso da CGT, em Santarém, em representação da AIT.

¹⁰³ Ver atrás, Congressos e Conferências 1924.

contra 3 que o Comité Confederal organizasse o Congresso, agregando os elementos que julgasse necessários, aprovando-se ainda que não pudesse ser nomeado mais de um de cada indústria¹⁰⁴.

Ao contrário dos anteriores congressos nacionais operários, o Congresso de Santarém é Confederal, nele apenas tendo podido participar organismos aderentes à CGT. Tal decisão assentou em duas razões, na perspectiva do Comité, aceite pelo Conselho: dar maior relevo à condição de organismo confederado (ie, não ser confederado significava a interdição de participar no principal *forum* do sindicalismo nacional) e «que todos os organismos estejam mais próximos das resoluções tomadas», o que queria dizer que todos os organismos participantes no próximo congresso ficavam, de facto, vinculados ao cumprimento do que fosse deliberado, implicando isso uma maior responsabilidade na discussão e votação das propostas¹⁰⁵.

Em meados do ano estava ainda por assentar, em definitivo, na escolha do local do Congresso e na sua data; reunido o Conselho Confederal, em 24 de Junho, o Congresso foi marcado, em definitivo, para o mês de Setembro de 1925, fixando-se o valor da quota a satisfazer pelos organismos aderentes e debatendo-se os temas a discutir; quanto ao local, no Congresso da Covilhã havia sido decidido que o próximo Congresso Nacional se realizaria em Évora, mas no Conselho foram feitas considerações sobre as dificuldades de acesso à cidade, principalmente para os delegados vindos do Norte, ganhando força a hipótese de Santarém, local para onde estava já marcado o Congresso dos Trabalhadores Rurais, que veio a ser escolhida; foi neste Conselho que se deliberou também que o congresso fosse somente de organismos confederados, sendo também apreciada a possibilidade de muitos organismos não poderem enviar delegados, por causa da sua situação financeira, em resultado da crise e dos efeitos desta na redução dos efectivos sindicais e na quotização. No princípio do mês de Julho a CGT envia uma circular aos sindicatos sobre o Congresso Nacional e em Agosto inicia-se a publicação das teses e outros documentos a apreciar pelos delegados, para deliberação em congresso com mandato dos seus organismos de classe¹⁰⁶.

1.1. Documentos em discussão

Os documentos propostos ao Congresso para apreciação foram 11 – o relatório do Comité Confederal, uma proposta de alteração dos estatutos e várias teses, que têm como mais relevante o facto de trazerem ao Congresso Nacional temas nunca antes

¹⁰⁴ “Conselho Confederal [relato da reunião de 08-01-1925]”, *AB*, 09-01-1925.

¹⁰⁵ “Conselho Confederal [relato da reunião de 09-07-1925]” e “Conselho Confederal [relato da reunião de 16-07-1925]”, *AB*, 16 e 17-07-1925.

¹⁰⁶ “Conselho Confederal [relato da reunião de 24-06-1925]”, *AB*, 03-07-1925, e *Circular n.º 49*, 08-07-1925, *AB*, 11-07-1925.

discutidas a este nível, como o trabalho das mulheres e dos menores, higiene industrial e o trabalho nas colónias portuguesas – mais um de contas.

RELATÓRIO DO COMITÉ CONFEDERAL. O relatório do Comité Federal¹⁰⁷ passa em revista a actividade desenvolvida pela Confederação desde o Congresso da Covilhã, um período de três anos que compreende a gestão da equipa dirigente liderada por Santos Arranha, eleita naquele congresso (Outubro de 1922 a Novembro de 1923), e a de Manuel da Silva Campos, em funções há praticamente 2 anos.

O documento estrutura-se em capítulos, que tratam das seguintes matérias, que aqui se agrupam, por facilidade de exposição:

- a posse do Comité, a constituição do Conselho Confederal e o início da sua actividade, o aumento da quota confederal e a constituição da caixa de solidariedade para apoio aos presos por questões sociais e outras vítimas da repressão governamental e patronal;

- a questão da “frente única” («a questão que mais energias gastou à organização nestes três anos»), o relacionamento com o Partido Comunista e os partidários da ISV, e efeitos destas no funcionamento da CGT, o primeiro pedido de demissão do secretário-geral Santos Arranha (Março de 1923), a “frente das esquerdas” no 18 de Abril de 1924, a crispação de posições em torno dessa questão, no Conselho Confederal, e o consequente abandono daquele órgão pelos sindicatos dos Arsenais e Federação Marítima, reafirmando-se em todo o capítulo os princípios do sindicalismo revolucionário, as orientações da AIT, e a subordinação aos estatutos da CGT e às decisões dos congressos operários;

- a recomposição do Comité Confederal, em Novembro de 1923, depois da renúncia de Santos Arranha, no entanto remetendo para as demissionárias explicações sobre a sua atitude;

- a propaganda sindical, os passos dados no sentido da coordenação da propaganda confederal com a realizada pelas Federações, o estado de desorganização e a falta de militantes sindicais pelo país, a institucionalização das delegações confederais de propaganda e a constatação da sua significativa ineficácia, por falta de militantes e de recursos financeiro, e da inexequibilidade, senão desvantagem, na atribuição de orçamento a cada uma daquelas, pronunciando-se o Comité pela existência de um único orçamento destinado à propaganda, de gestão central;

- as relações internacionais, com centrais sindicais congéneres, restritas à CNT de Espanha, e com o *bureau* dos sindicalistas revolucionários e depois com a AIT, e o,

¹⁰⁷ “Relatório moral do Comité Confederal para ser apreciado no próximo Congresso Confederal”, AB, 18-19-20 e 22-09-1925.

historiando-se processo de adesão, decidida por referendo aos sindicatos, com uma rápida referência à participação confederal nas reuniões desta Internacional;

- as conferências e congressos corporativos e inter-sindicais realizados entre os dois congressos nacionais, e as dos secretários-gerais das Uniões e Federações, evidenciando-se dois pontos: o apoio da CGT, nomeadamente financeiro, para a realização daqueles congresso e conferências, e a circunstância de todos eles terem discutido questões comuns, a saber, a situação das mulheres e dos menores no trabalho, a higiene e segurança no trabalho, determinando a comissão organizadora do Congresso confederal a trazer à reunião manga dos sindicatos teses sobre aquelas mesmas matérias;

- as acções de protesto empreendidas pela organização operária contra a introdução da cédula pessoal, contra a falta de habitação e a ganância dos senhorios, posto o que é feita referência aos principais movimentos grevistas registados, com realce para as greves do ano de 1923 – mineiros, têxteis, metalúrgicos – e, em 1924, as da classe dos transportes urbanos e dos corticeiros, as movimentações contra a carestia e o desemprego e pela defesa do horário de trabalho de 8 horas, e a greve geral contra as deportações;

- a contestação da CGT ao diploma legislativo do governo de José Domingues dos Santos, que reconheceu capacidade jurídica aos sindicatos e a existência de Federações e Uniões de Sindicatos;

- finalmente, o relatório trata do jornal confederal, as vicissitudes por que passou, o apoio que sempre recebeu do operariado e da perseguição que sofreu, por parte das autoridades, em especial após o “18 de Abril”¹⁰⁸.

O relatório do Comité Confederal ao Congresso de Santarém integra dois outros documentos: primeiro, o relatório do delegado da CGT ao Congresso da AIT, em Amsterdão, meses antes, já em 1925, que sintetiza as principais deliberações ali tomadas; segundo, o relatório de actividade do Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e de Solidariedade da CGT, este contendo informação nova, que põe em evidência a dimensão do esforço que a Confederação teve de realizar na defesa dos perseguidos, presos e deportados por questões sociais, no apoio aos próprios e suas famílias, especialmente dos falecidos em resultado de tais situações, sem contudo conseguir prestar o auxílio mínimo, apesar dos recursos financeiros que mobilizou para esse fim; os números são esclarecedores: 134 mil escudos gastos no apoio a presos

¹⁰⁸ Na antevisão que faz do Congresso Confederal, o jornal *O Mundo* (21-09-1925), identifica este como o ponto mais quente a discutir, pelo facto de, em resumo, se referir a assuntos políticos e sociais que trouxeram «animadas divergências àquele organismo», que passa a referir: os que motivaram a demissão do Comité Confederal eleito na Covilhã e de alguns membros do Comité que se lhe seguiu, o relativo à atitude de A Batalha face ao gabinete de José Domingues dos Santos, a atitude da CGT durante os acontecimentos de 18 de Abril – assunto em que prevê que os «elementos anarquistas marquem uma posição renhida», com «sindicalistas e comunistas» a mostrarem-se em concordância com a posição tomada; sobre a questão internacional, antecipam a aprovação da adesão a Berlim sem grande contestação, «dado que os comunistas estão em pequeno número para se baterem com os sindicalistas».

sociais, numa despesa total de 211 mil escudos nos quase 3 anos de existência do Secretariado, um valor equivalente a cerca de 45% da receita da CGT¹⁰⁹ (com tendência para crescer, acrescente-se).

AS TESES. Foram 9 as teses presentes ao Congresso de Santarém:

1 – “Organização social sindicalista”, que sistematiza a organização confederal, complementando o “preâmbulo doutrinário” aprovado no Congresso da Covilhã (1922); preparada por uma comissão de estudo, saída do Conselho Confederal, que fez a revisão das teses sobre organização transitadas daquele Congresso; constituíram essa comissão Francisco Viana, Carlos Maria Coelho, Joaquim de Sousa, Manuel de Figueiredo e Manuel da Silva Campos. A nova versão tem alterações significativas face à original, em linha com as alterações aos estatutos da CGT propostas a este mesmo Congresso. Entre essas alterações estão, por exemplo, a redefinição do conceito de sindicato nacional; a admissão de novas entidades organizativas, como os Sindicatos Regionais e as Federações de União de Sindicatos, estas agrupando USO’s/CST’s¹¹⁰.

2 – “Emigração e mão-de-obra estrangeira”, subscrita por Manuel da Silva Campos, Carlos Maria Coelho, Lúcio Costa, Luís Gonzaga, Manuel Nunes e Manuel Joaquim de Sousa (relator), todos da comissão organizadora do Congresso¹¹¹. A tese passa em revista as causas e números da emigração em Portugal nos últimos três anos, concluindo pela necessidade de a CGT dedicar particular atenção à organização em regiões de maior densidade populacional, que a propaganda sindical seja de molde a despertar nos trabalhadores o sentimento da dignidade humana e a conveniência de adquirirem conhecimentos profissionais e outros, para poderem, ao emigrar, enfrentar melhor as adversidades nos países de destino, e que a CGT se articule com a AIT e os organismos sindicais dos países destino da emigração portuguesa, a primeira para produzir informação sobre salários e demais condições de trabalho nos diversos países, e os segundos para concertar acções de defesa, quer dos trabalhadores dos países de imigração, quer emigrantes portugueses que para os mesmos se desloquem.

3 – “Educação”¹¹², da comissão organizadora, com os mesmos subscritores e relator da precedente, retoma a tese sobre o mesmo tema apresentada no Congresso Nacional da Covilhã, onde não chegou a ser discutida.

A tese aponta ao desenvolvimento da educação popular, em especial do operariado e seus filhos, considerando que a obra da educação é correlativa e deve seguir a par com a melhoria das condições materiais; nesse sentido, propõe-se a criação, nos grandes centros, de comissões especiais encarregadas de promover a aquisição de meios financeiros, «por meios honestos e dignos», a organização na CGT «logo que as

¹⁰⁹ Valores expressos em euro: 674 EUR e 1.052 EUR, respectivamente.

¹¹⁰ AB, 02 a 04-09-1925.

¹¹¹ AB 14 e 15-08-1925.

¹¹² AB, 16 a 18-08-1925.

circunstâncias o permitam» de um Secretariado de Educação, encarregado de orientar a obra educativa proposta, colaborando nesta obra com todas as entidades, fora dos sindicatos, que se proponham desenvolver a educação popular, e que se desenvolva propaganda que promova a frequência, pelo operariado, de universidades populares, teatro livre e outras actividades de «carácter social e cientificamente educativos.

4 – “A defesa das mulheres e menores no trabalho”¹¹³, igualmente da comissão organizadora, cujo relator foi Manuel Nunes. A tese passa em revista as deliberações nesta matéria de várias classes, em congresso (Rurais, Metalúrgicos, Calçado, Couros e Peles, Tanoeiros, Mobiliários, Empregados no Comércio, Gráficos, Corticeiros), estabelecendo como objectivo do documento dar homogeneidade a esses trabalhos.

Nas conclusões, reafirmando o princípio de não esperar do Estado e do Capital quaisquer benesses e de a organização operária “fazer por nossas mãos tudo o que a nós nos diz respeito”, no mais puro espírito da acção directa, propõe-se que se reclame do patronato «salário equivalente» ao do homem quando o trabalho seja «equivalente», licença de maternidade 6 semanas antes e 6 semanas depois do parto, fixação da idade mínima de 15 anos para admissão de aprendizes, abolição do trabalho suplementar para mulheres e menores, dispensa de prestação de trabalho durante o tempo necessário para os menores frequentarem a escola, ingresso dos trabalhadores menores nas organizações de juventude das respectivas classe profissionais e, finalmente, a realização pelos sindicatos de uma intensa propaganda para a sindicalização de mulheres e menores.

5 – A tese “Higiene industrial”¹¹⁴, da comissão organizadora, declara a responsabilidade da organização sindicalista em matéria de promoção da higiene e segurança no trabalho, através de uma acção enérgica e continuada de exigência junto do patronato; para isso, propõe a organização de um Conselho Técnico de Salubridade Profissional, com essa missão, a funcionar junto da Secção das Federações do Conselho Confederal, cabendo a este receber e estudar a informação a fornecer pelos sindicatos sobre as condições existentes nos locais de trabalho.

6 - Apresentada pela Comissão Instaladora da Camara Sindical de Trabalho de Lisboa, tendo como relator o respectivo secretário-geral, Rosendo José Viana, a tese “Constituição das Câmaras Sindicais de Trabalho e Juntas Sindicais”¹¹⁵ assenta as suas bases no processo em curso na União de Sindicatos de Lisboa de alteração da estrutura organizativa. Nos seus pressupostos está a verificação de que a estrutura das USO já não é adequada, com consequências nefastas na sua acção; por isso, a tese propõe que as União de Sindicatos Operários sejam transformadas em Câmaras Sindicais de Trabalho e a sua organização em todo o país, salvaguardando que os seus estatutos devem estar conformes com a orientação dos congressos confederais.

¹¹³ AB, 16 a 18-8-1925.

¹¹⁴ AB, 27 e 28-8-1925.

¹¹⁵ Publicada em AB, 05-09-1925.

7 – Na tese “A crise e o horário de trabalho”¹¹⁶ a comissão organizadora do Congresso retoma a posição da CGT divulgada no fim do ano anterior, sobre o desemprego e a pressão «do industrialismo» para baixar os salários.

Reafirma-se na tese a oposição a todas as tentativas patronais nesse domínio, advogando-se que a melhor defesa consistia na reivindicação de aumentos de salários; a segunda proposta formulada é a redução do horário de trabalho para 6 horas, com previsíveis e desejáveis efeitos de redução do desemprego; por último, a tese insta os organismos sindicais, tendo em conta as condições específicas de cada indústria, a desenvolver acções conducentes à cessação de qualquer tipo de trabalho suplementar, à extinção do trabalho por empreitada e a exercer pressão junto o governo e municípios para executarem obras «de reconhecida utilidade», para assegurar emprego e salário aos operários que os não têm.

8 – A tese com o título “O trabalho nas prisões”¹¹⁷ foi proposta ao Congresso pela Federação da Indústria do Mobiliário, que enuncia como propósito somente levantar uma questão que entendem dever merecer atenção da organização operária portuguesa: as condições de sobreexploração a que são sujeitos os operários presos, às mãos daqueles que tomavam por arrematação as oficinas das prisões.

O documento refere em concreto a situação existente em várias prisões de Lisboa, incluindo a Penitenciária e a cadeia de Monsanto, instando o Congresso a analisar a questão e adoptar as acções que entenda convenientes.

9 – “Condições de trabalho nas colónias”¹¹⁸ foi outra das teses por que responde a comissão organizadora; nela, denunciam-se as condições de «escravidão dos negros» e as violências de que são vítimas os «indígenas», praticadas por particulares e autoridades nas colónias portuguesas, afirmando-se o dever de o «proletariado do continente» contribuir para promover o respeito dos direitos, como trabalhadores e como homens, do «proletariado negro».

Proclamando o ponto de vista da organização de que «não existem diferenças de raça, nem limites de fronteiras», a tese exorta «os negros europeizados e não contaminados pelo egoísmo burguês» a trabalharem para a formação de «uma minoria activa» fomentadora do espírito de liberdade e de bem-estar económico dos «escravos em África». Como formas de alterar o estado de coisas, declarando ainda simpatia pelos que, na metrópole, individual ou colectivamente, se batam pelos mesmos objectivos, e que a CGT, além de protestar junto do governo contra a situação vigente nos referidos territórios, fomente ali a organização de sindicatos, «esforçando-se por que nos mesmos ingressem negros assalariados, embora seleccionados» e estabeleça relações permanentes com os sindicatos já existentes.

¹¹⁶ AB, 20-09-1925.

¹¹⁷ AB, 20-09-1925.

¹¹⁸ AB, 18-09-1925.

A PROPOSTA DE NOVOS ESTATUTOS.¹¹⁹ No sexto ano de vida, a CGT procede a uma alteração significativa dos seus estatutos; o objectivo dessa mudança é torná-los conformes com a “organização social sindicalista” adoptada como a carta de identidade da Confederação, mas também adequá-los às novas realidades sociais e responder às necessidades sentidas em termos de organização interna, de competências e atribuições.

A proposta de estatutos levada ao Congresso comporta uma série de mudanças significativas, a saber:

1 - a admissão de sindicatos regionais, aos quais se consigna entrada directa no Conselho Confederal, a par das Federações, das Uniões de Sindicatos e dos Sindicatos Nacionais e dos Sindicatos Isolados, estes últimos, a existir mais de um da mesma indústria, na mesma localidade, através de uma representação única (artigos 2º e 12º);

2 - mantendo a existência das duas Secções confederais (das Uniões e das Federações) alarga as atribuições desta última, com destaque para (i) a promoção de relações com congéneres estrangeiras e o apoio à constituição de organismos sindicais internacionais dos respectivos sectores de actividade, e (ii) a promoção de conferências anuais dos secretários dos organismos que a integram;

3 - sinal dos tempos, marcados por uma menor militância sindical, a redução do número de reuniões de cada Secção de quinzenais para mensais (artigo 8º);

4 - um dos dois secretários de cada Secção passa a ser nomeado pela própria Secção, conferindo maior autonomia a estas, face ao Congresso Nacional, que antes elegia os secretários das Secções (artigo 9º), que tudo indica mantivessem funções permanentes, remuneradas, como já previa o estatuto;

5 - a todos os organismos confederados passa a ser reconhecido o direito de submeter à análise e decisão do Conselho Confederal «propostas, observações ou modificações», em pé de igualdade com os órgãos confederais (artigo 11º) , uma prerrogativa antes atribuída somente às Secções Confederais e às comissões redactorial e administrativa de *A Batalha*;

6 - mantêm-se os órgãos confederais – Congresso, Conselho, Comité – sendo que este último sofre várias alterações: (i) é extinta a função de secretário-geral; (ii) o Comité integra os membros de dois órgãos, o Secretariado, constituído por 3 membros eleitos em Congresso (o secretário da Comissão Administrativa, da Secção das Uniões e da Secção das Federações) e a Comissão Administrativa, constituída por 5 membros, designados pelo Conselho Confederal (o secretário efectivo, que é também o Secretário administrativo do Secretariado, um tesoureiro, dois adjuntos e um arquivista); completam o Comité, o director de *A Batalha* e o secretário da Comissão de Assistência Jurídica e de Solidariedade; (iii) os 3 membros do Secretariado, sendo eleitos pelo

¹¹⁹ A proposta dos novos estatutos da CGT foi publicada em *AB*, 09 e 10-09-1925 (ver Anexo A).

Congresso, podem ser substituídos, individualmente ou na totalidade, por decisão do Conselho, «quando as circunstâncias assim o exigirem» (artigo 20º)¹²⁰;

7 - o apoio jurídico e material, no âmbito do Conselho Jurídico e de Solidariedade, passa a ser exclusivo dos operários confederados (isto é, associados de sindicatos aderentes, directamente ou por via de uma Federação ou União local), com as quotas em ordem (artigo 23º, anteriormente 25º) e não como antes, em que era bastante serem sindicalizados;

8 - o regime de trabalho preferencial em *A Batalha* alarga-se – antes, de preferência a «comandita»; com os novos estatutos, quer «a comandita», quer «a jornal» (artigo 29º, anteriormente 31º);

9 - a acumulação de mandatos nos congressos nacionais passa a ser possível somente para os sindicatos das ilhas e colónias, não podendo ainda assim os delegados ter mais de dois mandatos (artigo 31º, anteriormente 33º);

10 - uniformização do valor das quotas a pagar à CGT pelos organismos confederados, do que resultava um acréscimo potencial de fundos para a Confederação (antes a quota da Uniões locais era um valor fixo, por sindicato aderente, portanto inferior à das Federações e Sindicatos com representação directa, que pagavam um tanto por operário confederado, critério este que passou a aplicar-se igualmente às USO (artigo 36º, anteriormente 38º);

11 - um novo artigo (39º) fixa a distribuição do montante das quotas recebidas pela CGT: 40% para a Comissão de Assistência Jurídica e Solidariedade, 25% para propaganda, 20% para *A Batalha*, 15% para expediente;

12 - um artigo final, estabelecendo que, em caso de dissolução da CGT, os organismos que se tivessem desconfederado perdessem o direito a serem considerados na distribuição dos haveres existentes (artigo 45º) – os estatutos primitivos previam que a distribuição se fizesse entre todos os organismos que tivessem constituído a Confederação.

AS CONTAS DA CGT. O Congresso também foi chamado a apreciar as contas da CGT; em concreto, os valores da receita e da despesa no período de Outubro de 1922 a Setembro de 1925, de que *A Batalha* publica um quadro-síntese, precisamente no dia do início do Congresso Nacional. Desconhece-se se haviam sido enviadas previamente aos organismos confederados (mas é de supor que não, considerando a explicação dada pelo secretário-geral ao Congresso de que o pouco detalhe das contas se devia à falta de espaço em *A Batalha*) – isso teria permitido que os sindicatos as analisassem com tempo e habilitassem os seus delegados para as discutir e deliberar no Congresso; aliás, a divulgação das contas não era propriamente o procedimento habitual na CGT, nem

¹²⁰ O modelo organizativo adoptado no Congresso difere significativamente do que foi proposto pela comissão organizadora, como se verá mais adiante.

mesmo ao órgão deliberativo entre congressos, o Conselho Confederal, como ficara patente no facto de, precisamente no princípio deste mesmo ano, como foi referido, o Comité Confederal ter apresentado, pela primeira vez desde o Congresso da Covilhã, as contas da CGT no Conselho Confederal, no seguimento de reiteradas exigências formuladas, entre outros, pelos delegados naquele órgão do Sindicato do Arsenal do Exército¹²¹.

Se fossem detalhadas, as contas divulgadas por *A Batalha*¹²² permitiriam uma análise adequada da situação financeira da CGT e respectiva evolução no período a que os quadros publicados respeitam – Outubro de 1922 a Julho de 1925. Ainda assim, fornecem dados fundamentais, que esclarecem – confirmando-a ou não – informação obtida noutras fontes (efectivo confederado, dívidas à Confederação ou o esforço financeiro que implicava a publicação de *A Batalha*), inclusivamente divulgada pela organização, muito fragmentária e não raro pouco exacta. A análise a que se procedeu ressentia-se da qualidade da informação de base e não tem em conta, por impossíveis de determinar, questões relativas à sazonalidade – que existiria – da encomenda à CGT do expediente confederal pelas Federações, do respectivo pagamento e escrituração.

Pelos dados apresentados, os valores entrados na CGT no período em causa ascenderam a 469.369 ESC (2.341 EUR), sendo que o montante das despesas foi superior: 522.325,66 ESC (2.605 EUR).

A evolução das receitas não foi, no entanto, linear, passando de um valor médio mensal de 2.742 ESC (14€) no terceiro trimestre do ano de 1922 para 11.750 ESC/mês (59 EUR) no ano de 1923, subindo ainda para 14.817 ESC/mês (74 EUR) em 1924 e para 20.334 ESC/mês (101 EUR) nos primeiros 7 meses de 1925 (índices de variação face aos períodos imediatamente anteriores de 329%, 26% e 37%). Olhando para a composição das receitas, sobressaem os que constituem o “expediente confederal” (selos-quotas, cadernetas, verbetes, etc.); o seu montante, em valores nominais médios mensais, comparativamente com o último trimestre de 1922, mais do que triplicam nos anos de 1923 a 1925.

Mas, os organismos confederados mantêm dívidas elevadas à CGT, que variam entre um mínimo de 2% da receita, em 1922, e um máximo de 26%, em 1924, sendo que o montante líquido dos créditos que a CGT tem de organismos federados é, em Julho de 1925, de 117.043 ESC (584 EUR), um valor equivalente a 5 meses de quotização confederal.

Quanto às despesas, registam um crescimento constante, mas não linear, indiciando uma actividade muito reduzida Confederação no trimestre a seguir ao Congresso da

¹²¹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 08-01-1925]”, AB, 09-01-1925, já citado.

¹²² “Resumo do movimento financeiro da CGT de Outubro de 1922 a Julho de 1925” [apresentado no Congresso de Santarém, Setembro de 1925]”, AB, 23-09-1925 que se transcreve no Apêndice L, onde se faz também uma análise dos números apresentados.

Covilhã, verificando-se depois um incremento da actividade e um enorme aumento de custos, que em valores médios mensais crescem 256%, 395% e 555% respectivamente, nos anos seguintes face a 1922. A maioria das rubricas de custos regista de facto uma evolução em linha com o valor global, sendo que as mais pesadas para os cofres confederais são, cada vez mais, *A Batalha* e o Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade, que consomem em conjunto, no período, cerca de 75% da receita, avultando ainda os custos com salários, que no período terão ascendido a cerca de 36 mil ESC, com um índice de variação entre 1922e 1925 de quase 300%¹²³.

O CADERNO REIVINDICATIVO DOS MINORITÁRIOS. Não é provável que, mesmo não se tendo afastado da CGT, os organismos sindicais dominados pelos minoritários (Sindicatos dos Arsenais e Federação Marítima, fundamentalmente) tivessem conseguido levar ao Congresso de Santarém, sob a forma de tese, as suas principais reivindicações. Todavia, mesmo sendo o estado das relações o que era, não ficaram à margem, reafirmando publicamente as suas posições, ainda que fosse remota a possibilidade de virem a ser assumidas pelos sindicatos e por estes, através dos seus delegados, levadas ao Congresso.

Na sua forma mais estruturada, essas propostas constam de um folheto, publicado antes do Congresso de Santarém, com a chancela do PCP, da autoria do principal dirigente deste, José Carlos Rates, que registava à data um já longo e activo percurso na organização operária portuguesa¹²⁴. Partindo de uma caracterização genérica da evolução e da situação dos trabalhadores e do sindicalismo em Portugal (700 mil operários e assalariados no comércio e transportes, com uma taxa de sindicalização máxima de 15%, não chegando aos 25% em Lisboa e Porto; um efectivo sindical de 30 mil trabalhadores confederados na CGT em 1922, e igual número nos sindicatos autónomos, não confederados – ferroviários, funcionários públicos, professorado primário, pessoal dos correios, dos serviços de saúde, manipuladores de pão, pessoal dos tabacos e da condução urbana), o autor coloca como problemas fundamentais a que o Congresso deveria dar resposta, os seguintes: 1º - necessidade de uma «definição clara e insofismável do sindicalismo», isto é, dos princípios, fins e objectivos da CGT, reconhecendo «a todos os aderentes o direito de professar os credos políticos [e outros] que muito bem lhes aprouver [...], mantendo uma absoluta neutralidade perante todos os agrupamentos ideológicos [...] e aceita[ndo] as alianças acidentais com quaisquer agrupamentos de base proletariana, tendo em vista a defesa dos interesses da classe e sem prejuízo da autonomia do movimento sindical»; 2º - a unidade sindical internacional, pela formação de uma internacional sindical única; 3º - a redução da quota confederal de 65 centavos para 30, considerando que aquela é

¹²³ Veja-se o Apêndice L.

¹²⁴ José Carlos Rates – *A questão sindical e o próximo congresso operário* (1925).

«excessivamente pesada e impeditiva dum maior número de adesões de facto à CGT»; 4º - que só possam fazer-se representar nos Congressos nacionais «organismos com existência incontestável [que] tenham pelo menos seis meses de funcionamento e pagos três meses da sua quotização»; 5º - a adopção, nos Congressos nacionais, nos organismos de segundo grau e nos órgãos da CGT, do voto proporcional, que acabe com o «absurdo» do voto por sindicato, que na prática, refere, representa a «tirania dos pequenos sindicatos sobre os grandes»; 6º e último, acabar com o modelo de organização dos sindicatos locais, substituindo as USO locais por Uniões regionais de Sindicatos, num total de 11 (Minho, Douro, Beira Central, Beira Baixa, Alto Tejo, Estremadura, Sado, Portalegre, Évora, Beja, e Algarve).

5.2. A representação

O IV Congresso Operário Nacional, I Confederal, reuniu no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, entre os dias 23 e 27 de Setembro de 1925¹²⁵; ao contrário dos congressos anteriores, neste têm representação somente os organismos confederados.

Terão estado representados 113 ou 116 sindicatos (144 delegados), registando-se ainda mais umas duas dezenas de adesões de organismos que não puderam enviar delegados, por não terem meios financeiros para o fazer¹²⁶, referindo a mesma fonte a representação de 11 Federações e 5 Uniões Locais, por 15 e 5 delegados, respectivamente. Na incerteza dos números, comum a todos os Congressos nacionais da CGT (pela nossa parte contámos 133 sindicatos aderentes e 101 representados por delegados, 10 Federações e 5 USO), assentamos em 113 representações de Sindicatos, 11 Federações e 5 USO¹²⁷ - ver o quadro abaixo e a lista de adesões/representações inserta no Apêndice G.

¹²⁵ Além das fontes confederais, veja-se sobre este Congresso Emídio Santana – *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, pp. 109-118.

¹²⁶ Na Conferência da Construção Civil, realizada nas mesmas datas em Santarém, é referido que cada delegacia custa aos respectivos sindicatos a quantia de 250\$00, um valor incomportável para os sindicatos mais pequenos.

¹²⁷ Mais uma vez, a incerteza dos números é a regra – no relato da primeira sessão do Congresso, na mesma página, *A Batalha* dá dois números diferentes dos sindicatos representados por delegados: 116 e 113; em artigo de balanço do Congresso, em 07 de Outubro de 1925, o jornal volta a referir 116 organismos; Emídio Santana (*Memórias...*, pp. 109-110, refere 113 sindicatos (144 delegados), 11 Federações de Indústria (15 delegados), 5 CST/USO (5 delegados), havendo mais 22 sindicatos que não se puderam representar por dificuldades económicas, referindo que o Congresso de Santarém «foi o que até então teve maior participação»; Manuel Joaquim de Sousa (*O sindicalismo...*, p. 161) exprime-se *ipsis verbis* nos mesmos termos, o mesmo fazendo José dos Reis Sequeira, na sua obra já citada. Na contagem a que se procedeu – ver Apêndice G – pelas listas publicadas em *A Batalha*, é possível identificar somente 101 dos 116 (ou 113) sindicatos. Nas análises a que procedemos, consideramos o número de 113 sindicatos representados, apesar de se desconhecer a identidade de 12 destes; quanto às Federações e USO, os números praticamente coincidem, devendo-se a diferença de 1 Federação que achamos a menos ao facto de termos contado como uma única as duas secções de zona, Norte e Sul, da Federação do Comércio. O repórter de *O Mundo* que cobriu o Congresso regista na edição de 25-09-1925 a representação de 129 organismos e 164 delegados, números que possivelmente incluiriam também USO's e Federações.

**Representação por sector de actividade da adesão e participação no Congresso
Operário Nacional de Santarém (I Confederal), 1925**

Sector profissional	Federação	Nº de Sindicatos	Sector profissional	Federação	Nº de Sindicatos
I Construção Civil	sim	21 (14)	XI Comércio e Escritórios	sim	4 (3)
II Rurais	sim	29 (21)	XII Estado e Municípios	não	1 (1)
III Calçado, Couros e Peles	sim	5 (3)	XIII Tanoeiros/Ind. Vinícola	sim	3 (2)
IV Marítimos	não	20 (15)	XIV Fósforos e Tabacos	não	0 (0)
V Têxteis e Vestuário	não	8 (7)	XV Vidreiros	não	2 (1)
VI Metalúrgicos	sim	5 (5)	XVI Padeiros, Confeiteiros e outros Alimentação	não	6 (5)
VII Corticeiros	sim	12 (11)	XVII Arsenais e outros Estabelec. Fabris do Estado	não	0 (0)
VIII Mobiliários	sim	4 (3)	XVIII Indústria Conservas	sim	2 (0)
IX Papel, Livro e Jornal	sim	7 (5)	XIX Diversos - Indústria	não	1 (1)
X Transportes e Comunicações	sim*	5 (4)	XX Diversos - Serviços	não	0 (0)
* Federação Ferroviária			União Locais de Sindicatos	-	5 (5)

FONTE: *A Batalha*.

Nota: apresenta-se o número de sindicatos aderentes por nós identificados, num total de 133, e, entre parêntesis, aqueles de que foi documentada a presença de delegados (101).

Comparando com o Congresso da Covilhã (1922), há uma redução significativa das representações: em números absolutos, no Congresso de Santarém estão menos 44 Sindicatos, uma quebra de quase um terço (-28%). A representação dos Rurais passou a ser a mais numerosa (29 adesões e 21 representações; 22 na Covilhã); Construção Civil e Marítimos apresentam praticamente o mesmo número de adesões e representações, com alguma quebra face ao Congresso Nacional anterior, mas mantendo-se entre os sectores laborais com maior participação. Praticamente todos os sectores evidenciam quebras, mas o Calçado, Couros e Peles, os Metalúrgicos e o Estado e Municípios têm um desvio negativo muito mais pronunciado, baixando a representação no Congresso em 50% e mais. Rurais, Marítimos, Construção Civil e Corticeiros são, por ordem decrescente, as classes profissionais com maior representação e as únicas acima dos 10 sindicatos, constituindo em conjunto 2/3 da representação no Congresso.

Entre as ausências mais significativas, as dos Sindicatos do Arsenal de Marinha, do Arsenal do Exército, de alguns dos principais sindicatos marítimos e da Federação Marítima¹²⁸. Muitos sindicatos estreiam em Santarém a sua representação em

¹²⁸ Algumas irregularidades na representação foram resolvidas pela comissão revisora de mandatos no início dos trabalhos – a da Federação do Comércio, cujas delegações de Zona, Norte e Sul, apresentaram cada uma seu delegado, quando a representação admitida era por 1 ou por 3 delegados, por Federação, e a da União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais, que, apesar de representar vários sindicatos dissidentes da Federação Marítima (que abandonara a CGT), o regulamento não permitia que participasse, por não ser uma Federação.

congressos nacionais (havendo, aliás, alusões ao facto – possivelmente comum aos congressos de 1919 e 1922 – de alguns se constituírem especificamente para participar nos congressos nacionais¹²⁹).

Onze Federações e cinco Uniões locais de Sindicatos completam a representação; em relação às primeiras é de referenciar a estreia de 2 novos organismos federativos, constituídos desde 1922 – Federação Vinícola e Federação da Indústria de Conservas; em contrapartida, está ausente do Congresso, e em conflito aberto com a CGT, a Federação Marítima, sendo que, não obstante, o sector mantém uma forte representação de sindicatos em Santarém; no que respeita às USO, o facto mais significativo da participação no Congresso é a ausência das organizações federativas locais de Almada, do Seixal e de Olhão, que integravam o Conselho Confederal – o que de alguma forma indicia que, pelo menos em certos períodos, certos organismos tinham uma existência relativamente fictícia.

Em termos geográficos (veja-se o mapa inserto no Apêndice G), o Alentejo, Lisboa e sua envolvente norte, e o Porto são, por esta ordem as regiões com maior número de sindicatos representados no Congresso de Santarém; em conjunto, representam mais de metade do total de organismos. O Alentejo suplantou Lisboa, em número de sindicatos, mas a capital (seguida pelo Porto) continua a ser o local onde se concentra a maioria do efectivo confederado; ali têm também a sua sede a Confederação e 7 das 11 Federações representadas no Congresso - Construção Civil, Calçado, Couros e Peles, Mobiliária, Metalúrgica, Livro e Jornal, Ferroviária e Comércio, esta a 50%, pois tem uma organização em duas zonas, Norte e Sul (as restantes localizam-se em Almada, Gaia, Évora e Setúbal – Corticeira, Vinícola, Rural e da Indústria de Conservas, respectivamente). Quer o Porto, quer Lisboa caem no que respeita ao número de sindicatos aderentes ao Congresso – 27% e 34%, suplantadas pela queda de cerca de 50% registada na margem sul do Tejo e Setúbal. A região do Norte-litoral e região centro mantêm uma relativa estabilidade, assinalando-se, a par do Alentejo, que já se referiu, um grande reforço da representação da área de Abrantes-Santarém-Tomar e do Algarve que crescem na ordem de 50%. Trás-os-Montes, Madeira e Açores mantêm a ausência de representação no Congresso Operário Nacional, continuando a fazer-se representar um sindicato moçambicano, o único dos territórios coloniais.

Se se quisesse dar uma noção do efectivo confederado na CGT à data do Congresso de Santarém, o número de 30 mil sindicados não pecaria por defeito – foi este que Silva Campos, o secretário-geral assumiu no II Congresso da AIT (um número que deve ser lido recordando que, nesse tipo de eventos, era prática comum alguma inflação dos números); mais certo, provavelmente, será o número obtido a partir do

¹²⁹ José Carlos Rates – *A questão sindical e o próximo congresso operário*, pp. 12 e 13.

volume de selos-quotas fornecidos pela CGT às Federações (e por esta pagos), que cremos estaria, então, próximo de 25 mil trabalhadores confederados¹³⁰.

5.3. O congresso, sessão a sessão

O Congresso abriu ao início da tarde do dia 23 de Setembro de 1925¹³¹; na sessão de abertura, dirigida pela comissão organizadora, procedeu-se à revisão dos mandatos dos delegados, gerando-se controvérsia sobre a admissão dos delegados dos organismos dos Marítimos, dada a suspensão de relações decidida pela respectiva Federação, que todavia acabaram por ser admitidos; também o regulamento foi aprovado, mas com alterações; uma das deliberações com maior significado foi a da participação no Congresso da Federação das Juventudes Sindicalistas, que, tal como na Covilhã, foi aceite ficando com voto consultivo; nesta sessão foi também nomeada uma comissão de pareceres, com o encargo de analisar e se pronunciar sobre os documentos enviados para a comissão organizadora e que não tinham sido incluídos na ordem de trabalhos.

A segunda sessão, dirigida por Felisberto Baptista, secretariado por Emídio Santana e Carlos José de Sousa, começou já pela noite adiante, tendo como agenda a discussão do relatório o Comité Confederal; antes ainda, foi aprovado um documento a enviar ao presidente da República, exigindo a libertação dos presos por questões sociais e o regresso dos deportados e reclamando que se lhes atribuissem indemnizações por perdas e danos.

O preâmbulo e os dois primeiros capítulos foram aprovados nesta sessão nocturna, em que entrou em discussão em discussão o capítulo sobre os organismos que suspenderam relações com a CGT, sendo formuladas propostas no sentido de os considerar desconfederados e outras menos radicais, sustentadas na necessidade de ser acautelada a situação dos elementos das classes em causa que pretendiam manter-se confederados, encerrando-se os trabalhos pouco depois da meia-noite; na reabertura, ao princípio da tarde, retoma-se a discussão daquele ponto; na sua maioria, os intervenientes pronunciam-se contra a atitude dos organismos que suspenderam relações com a Confederação, cabendo as principais intervenções a Jerónimo de Sousa, Rosendo José Viana (a situação é intolerável, afirma, devendo aqueles decidir se querem manter-se na Confederação ou desconfederar-se, tanto mais que aqueles respondem com acinte às cautelas do Comité no tratamento da questão, sempre na expectativa da “celebrada

¹³⁰ José Carlos Rates, no folheto já citado, refere 24.770 sindicados, assim distribuídos: Marítimos, 5.036; Construção Civil, 4.282; Tanoeiros/Vinícola, 2.832; Corticeiros, 2.335; Calçado, Couros e Peles, 1.033; Livro e Jornal, 873; Empregados no Comércio, 329; Rurais, 1.652; Mobiliário, 642; Metalúrgicos, 1.539; Arsenal de Marinha, 1.430; Arsenal do Exército, 2.133; Chauffeurs, 655 (*op. cit.*, p. 14). Os cálculos que fizemos com base nos números retirados das contas da CGT apresentados a este mesmo Congresso Nacional coincidem, sensivelmente, com os daquele autor (veja-se o Apêndice L).

¹³¹ A fonte que serve de base a este relato apresenta bastantes lacunas, omitindo a apreciação de algumas partes do relatório do Comité Confederal; acompanhamos essas omissões, por ausência de fontes complementares que as supram.

rajada de bom senso”), Manuel da Silva Campos, os delegados Marítimos Silvino Noronha e Joaquim do Carmo, dos Descarregadores de Mar e Terra de Gaia (há muito tempo, refere, que alguns elementos, em especial o arsenalista Júlio Luís, tentavam levar a Federação Marítima a não ingressar na CGT), os delegados dos Empregados do Comércio e Manuel Joaquim de Sousa, que regista a intervenção mais importante, conforme relato de *A Batalha* passando em revista as propostas apresentadas ao Conselho pelos elementos dissidentes: uma proposta para publicação dos relatórios das delegacias à província, que abandonaram porque o primeiro relatório tratava da acção defectista dos moscovitários; a segunda, relativa às contas da CGT e que tendo alguns dos seus elementos sido nomeados para a comissão revisora de contas, uns nunca apareceram e outros nunca o fizeram, considerando a finalizar que o seu objectivo era entorpecer a acção da CGT, levá-la a alinhar com outras forças de esquerda em caso de tentativa de reacção conservadora e que depois o seu objectivo era a cisão, arrastando outras classes a fim de se constituir uma nova confederação; em defesa dos organismos visados, somente se pronunciam António de Carvalho, do Porto, Felisberto Baptista e Ernesto Bonifácio (Alfaiates de Lisboa) saem em sua defesa; o primeiro tem uma intervenção importante, ao referir a existência de «sectarismo» na CGT, que não atinge apenas os moscovitários, mas até os anarquistas (sic), adiantando que a CGT fica enfraquecida com a saída de algumas classes e de alguns elementos que se tinham afastado (sic); num outro registo, Felisberto Baptista avança com a proposta de que a CGT promova ou aceite a criação de «comités de acção de que façam parte organismos «de base proletariana que aceitem e pratiquem a luta de classes», acabando por ser votada uma proposta de José de Almeida (Empregados no Comércio) nos termos da qual o Congresso dava 30 dias aos organismos com relações suspensas para que definissem a sua atitude, nos termos da resolução do Conselho Confederal, anulando a suspensão de relações ou, em caso contrário, considerando-se desconfederados.

Os capítulos seguintes foram igualmente aprovados, o 4º, sobre a recomposição do Comité Confederal em Novembro de 1923, a gerar uma muito viva discussão, de que ressalta a intervenção de Francisco Viana referindo que a atitude dos demissionários (Santos Arranha e seus pares, eleitos no Congresso da Covilhã) não foi bem compreendida, sendo que, no parecer do orador, só mais tarde é que se reconheceram as qualidades de carácter e as nobres intenções desses camaradas.

Entrando-se na discussão do capítulo sobre as relações internacionais, foi dada a palavra ao representante da AIT, Armando Borghi, cuja intervenção “num mesclado de italiano e português” pelo próprio, e depois, por Vasco da Fonseca, da redacção de *A Batalha*, que traduzira o discurso do francês para português e passou a lê-lo, dele ressaltando, como principais, as seguintes ideias: (i) Borghi não vem ao Congresso como “olho de Berlim”, para espiar e controlar o que se faz em Portugal, mas num acto de

partilha e solidariedade; (ii) não houve nenhuma Internacional depois da morte da Primeira e AIT assenta nos mesmos princípios e é a sua continuadora; (iii) os socialistas estão tão próximos do socialismo como os cristãos da Idade Média do cristianismo primitivo; (iv) a AIT não transformou num farrapo a divisa dos trabalhadores “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. O discurso foi frequentemente entrecortado com palmas, encerrando-se a intervenção de hora e meia com entusiásticos aplausos, entoando-se depois *A Internacional* e dando-se vivas à AIT, CGT e à organização operária.

Já na sessão da noite, intervém um dos dois delegados da CNT de Espanha, Adelino Gonzalez, falando da situação de ditadura em Espanha e seus antecedentes, da repressão sobre os trabalhadores e os sindicatos, afirmando a importância das relações entre a CNT e a CGT portuguesa, de que a conferência realizada em Évora em 1923 tinha representado um passo importante num caminho que a situação política em Espanha interrompera, lembrando ainda aos presentes a situação política e social em Itália e o exemplo da União Sindical Italiana que não obstante as perseguições, era a única organização que combatia Mussolini.

Na apreciação desse capítulo do relatório, intervêm vários delegados, com destaque para Artur Cardoso que estranha o facto de o documento do Comité Confederal não dar maior detalhe sobre as relações com a CNT e, em concreto sobre a reunião de Évora, sobre o que se pronuncia também Santos Arranha, que participou nesse encontro, enquanto secretário-geral da CGT, salientando a sua relevância e a circunstância de não se ter avançado mais devido à prisão dos elementos da CGT (no caso, Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos) quando da deslocação a Espanha, para contactos com a CNT, no fim do ano de 1923, formulando votos de continuação desses contactos, em ordem à concretização do grande objectivo desses contactos, a constituição da Confederação Ibérica do Trabalho; falam ainda sobre o assunto Manuel Silva Campos, que justificou o laconismo com o facto de os documentos se encontrarem num arquivo de difícil acesso, e Manuel Joaquim de Sousa, para referir que há acontecimentos sobre os é melindroso falar, pois há segredos de organização que não devem ser divulgados.

Aprovado o capítulo por maioria, passou-se a discutir a adesão da CGT à AIT, pronunciando-se Ernesto Bonifácio contra a forma como o Comité Confederal de então conduziu o processo que levou à adesão àquela Internacional, apresentando seguidamente uma proposta no sentido da realização da unidade do proletariado Mundial, instando a CGT a aceitar a organização de um «congresso mundial de centrais nas condições propostas pelo Comité Anglo-Russo»; esta proposta, apesar de admitida, acabou sendo rejeitada e aprovado o capítulo do Comité, aprovando o Congresso a adesão da CGT à Associação Internacional dos Trabalhadores, confirmando o resultado do referendo realizado em 1923.

No capítulo sobre Congressos Corporativos e Conferências Inter-Sindicais, o principal ponto da discussão, que decorreu animada, foi a falta de referência ao apoio dado à Federação do Calçado, Couro e Peles, para realização do seu congresso (que, recorde-se, tinha sido questionado no Conselho Confederal, em Maio de 1924, por Jesus Gabriel, a sugerir uma preferência corporativa do secretário-geral, da mesma classe), circunstância que o próprio Silva Campos justifica pelo facto de as contas ainda não terem sido fechadas, sendo ainda questionada a omissão, no relatório, das conferências dos Gráficos – Lisboa e Porto e do congresso dos Tanoeiros.

O capítulo foi aprovado, bem como os respeitantes à Cédula pessoal e às Greves, que foram discutidos na manhã do dia 25; no período da tarde, após um incidente com o repórter do jornal *O Século*, que foi responsabilizado por alguns delegados pelo facto de deturpar factos na sua reportagem, tendo este retirado, acompanhando-o o jornalista do *Diário de Lisboa*, discutiu-se o relatório do Secretariado Nacional da Assistência Jurídica e Solidariedade, que foi também aprovado, reconhecendo a generalidade dos intervenientes no debate que, tendo-lhes sido prestada a assistência possível, face aos constrangimentos financeiros e ao elevado número de situações de necessidade e por ser pequeno o número de elementos daquele comité, os presos não tiveram a assistência necessária; também aquele relatório foi aprovado.

Quanto ao “relatório moral e financeiro de *A Batalha*”, que integrava o relatório do Comité Confederal, são suscitados diversos reparos, cabendo as explicações e justificações a Artur Aleixo de Oliveira, o administrador, e a Santos Arranha, director; sobretudo há queixas pelo facto de ser exigido o pagamento pela publicação de documentos relativos à actividade da organização, incluindo teses de congressos, como se se tratasse de anúncios de carácter particular, refere Felisberto Baptista, adiantando que isso não é justo nem lógico porque os organismos contribuem para a subsistência jornal, através das quotas que pagam; há também críticas à inserção de anúncios a espectáculos bárbaros, como combates de boxe e touradas; mas há também protestos de militantes pró-ISV, que falam de censura, de textos enviados e não publicados ou publicados com cortes; são múltiplas as intervenções (Manuel Joaquim de Sousa, Rosendo José Viana, João Gomes, Ernesto Bonifácio, Faustino Ferreira), destacando-se Santos Arranha, que sai em defesa da linha do jornal, filiando-a na orientação demarcada no Congresso da Covilhã e afirmando explicitamente, com a anuência da maioria dos delegados, que todo o original recebido é «escrupulosamente respeitado quando dentro do espírito do jornal». As dificuldades financeiras recorrentes com que o jornal se debate são referidas por vários delegados, bem como as quebras nas vendas, que eram reais, quando comparadas as tiragens com as de outros tempos, não obstante o administrador de *A Batalha*, Artur Aleixo de Oliveira, apresentar uma outra leitura da situação: o jornal, afirmou, tem 10 mil exemplares de tiragem, e essa é a tiragem média

desde o seu lançamento, em 1919, só diminuindo em alturas de crise¹³²; também há referências às «campanhas defectistas» que prejudicam o jornal, às dívidas de vários organismos (com destaque para a Federação Marítima) à CGT e ao acréscimo dos custos (com um aumento duvidoso das vendas e receitas) resultante das mais recentes iniciativas editoriais (Suplemento literário e a *Renovação*”), e mais uma vez é alvitado por delegados nortenhos Saul da Silva, dos Metalúrgicos, e M.J.Pereira Baga, dos Empregados no Comércio) que se experimente uma edição de *A Batalha* no Porto, que não teve sequência, finalizando o debate sobre o tema com a aprovação de uma moção no sentido de a CGT intimar os organismos com dívidas à Central a pagarem-nas num certo prazo, e não o fazendo se publiquem os seus nomes no jornal.

Na terceira sessão, dirigida por uma mesa constituída por Ernesto Bonifácio (Alfaiates de Lisboa), Pereira Braga (Empregados no Comércio do Porto) e João Gomes (Construção Civil de Lisboa) apreciaram-se o relatório do delegado da CGT ao Congresso da AIT, que foi votado sem discussão e aprovado pelo Congresso, relatório financeiro da CGT, também aprovado sem grande discussão, e o relatório do Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e de Solidariedade; este, muito debatido, suscitou grande número de propostas, na maioria de constituição de delegações em vários locais, sendo referida a inviabilidade de descentralização, dada a situação financeira da Central, sendo aprovado o relatório e uma moção para que o Conselho pusesse em execução o que já havia sido deliberado no Congresso da Covilhã de a delegação do Porto ter um advogado permanente, prestando apoio jurídico também nos arredores da cidade.

Reaberta a 3ª sessão, Manuel Joaquim de Sousa leu em nome da Comissão Organizadora uma moção contra a reacção nacional e internacional, rejeitando «todo o compromisso com os partidos políticos, mesmo da esquerda ou avançados, nas suas lutas para a conquista do poder embora que por processos revolucionários, por reconhecer que as ilusórias vantagens democráticas se convertem em cadeias fortes com as quais os indivíduos e os organismos consolidam o Estado e o capital. Esta atitude não exclui a acção do proletariado português contra todas as tentativas reaccionárias – civis, militaristas ou religiosas – com objectivos ditatoriais, pois em tal caso não deverá hostilizar a oposição democrática dos partidos das esquerdas e em caso de tentativas de imposição, pacífica ou revolucionária, da ditadura, seja qual for o seu carácter, opor-se-á por todos os meios revolucionários, independentemente de quaisquer outros agrupamentos e com as suas próprias forças.[...]» Aprovada por aclamação, esta proposta colocava fora dos horizontes de actuação da CGT qualquer colaboração ou actuação conjunta com outros, mesmo em situação de ameaça de ditadura, pretendendo-

¹³² Noutro tempo, escreveu-se no próprio jornal, as tiragens andavam pelos 20 mil exemplares.

se como uma reafirmação dos princípios sindicalistas revolucionários, contra os activistas, sindicalistas incluídos, do Partido Comunista e partidários da ISV¹³³.

Na 4ª sessão, no dia 25 à noite, começou a discutir-se a tese Organização Social Sindicalista, que prosseguiu na manhã do dia seguinte, sempre com uma discussão muito viva e participada, dela saindo como principais conclusões (i)a constituição de Câmaras Sindicais do Trabalho, que são uniões para associar todos os sindicatos existentes numa localidade ou conjunto de localidades, tendo por base o concelho, independentemente da profissão ou indústria, constituindo-se ainda Juntas Sindicais por »freguesia, zona ou área«, como organismo auxiliar; (ii)a redefinição do conceito de Sindicato Nacional, que veio a ser reconhecido apenas ao dos Correios e Telégrafos, «cujos serviços estão organizados através do país através e uma direcção e administração única» (perdendo essa qualidade os dos Arsenais), ficando como regionais os dos Chauffeurs, «cujas estruturas obedecem a circunscrições limitadas» e os dos ferroviários, «pelas condições do seu trabalho» (entre grifos o texto da nova redacção do respectivo capítulo, conforme proposta de Alves Pereira); os capítulos restantes, excepção feita aos relativos à gestão e administração da CGT, foram aprovados com pequenas alterações, salientando-se ainda a introdução de um ponto adicional relativo à execução de estudos e inquéritos com vista a organização dos trabalhadores rurais do Norte, considerado um desiderato fundamental da organização preconizada na tese.

Quanto à gestão e administração da Confederação, a proposta levada ao Congresso pela comissão organizadora, vertida na tese Organização Social Sindicalista e na proposta de alteração dos estatutos, apontava, no essencial para a supressão do cargo de secretário-geral, que veio a ser deliberada, apesar da oposição manifestada pela Federação da Construção Civil, a criação de um secretariado e uma comissão administrativa, sendo o Comité Confederal composto pelos 7 elementos de ambas, mais o secretário do Comité de Assistência Jurídica e Solidariedade (CAJS) e o director de *A Batalha*, sendo que, dos seus elementos, somente 3 seriam eleitos em Congresso, sendo os restantes, assim como o secretário do CAJS e o director do jornal designados pelo Conselho Confederal, mas vindo o Congresso a deliberar que todos os 7 fossem eleitos em Congresso, dando uma tónica de maior democraticidade na designação da estrutura dirigente da CGT. A redacção final dos artigos relativos a estas matérias – V a VII – foi entregue a uma comissão designada no Congresso, constituída por Alves Pereira, Francisco Viana e Jerónimo de Sousa, tendo sido votada na 8ª sessão.

¹³³ Veja-se Manuel Joaquim de Sousa – *O sindicalismo em Portugal*, p. 176; objectivamente também se poderia considerar que aquela declaração continha um juízo acerca de algumas polémicas motivadas por actuações de activistas da CGT, que se reclamavam do sindicalismo revolucionário, que tinham defendido e se tinham envolvido em acções conjuntas com elementos das “esquerdas sociais”, comunistas e socialistas, nomeadamente no “18 de Abril” de 1925.

Os restantes artigos dos estatutos foram aprovados na versão proposta pela comissão organizadora (alguns com alterações pontuais e o capítulo XII com a introdução de dois novos artigos), com excepção do capítulo VIII-Do “label” e caderneta confederal que o Congresso deliberou fazer baixar ao Comité Confederal, para apreciação.

Presidiu à 5ª sessão Silvino Noronha, dos Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, secretariado por Saul de Sousa, delegado do Sindicato Único Metalúrgico do Porto, e Ferreira da Silva, do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa; discutem-se as teses “Câmaras e Juntas Sindicais”, “ Crise de trabalho e horário” e “O trabalho nas prisões”. A primeira, por proposta de Manuel Joaquim de Sousa, foi aprovada sem discussão, uma vez que esses organismos que substituíam a organização sindical, a nível local, já haviam sido aceites pelo Congresso, ao aprovar a tese da Organização Social Sindicalista, ainda que se tenham manifestado discordâncias (Jaime Tiago, Emidio Santana e Pereira Braga) sobre a adopção dos mesmos estatutos em todas as regiões do país, independentemente das especificidades de cada uma, que poderiam tornar isso inviável; da discussão saíu ainda a aprovação de um documento cometendo à CGT e ao futuro Comité Confederal que se ocupe especificamente da organização sindical dos trabalhadores rurais do Norte. As duas outras teses foram igualmente aprovadas, apesar da nota deixada por Artur Cardoso, relativamente ao horário de trabalho, de ser irrisória a reclamação do horário de trabalho de 6 horas quando muitas classes nem sequer tinham ainda conquistado o horário de 8 horas e este vinha sendo posto em causa mesmo em sectores onde antes parecia irreversível; sobre o trabalho nas prisões, além da proposta de estudo de acções a desencadear pela organização operária para acabar com a sobre-exploração dos presos, é relevante a chamada de atenção de Manuel Joaquim de Sousa ao Congresso no sentido de todos os organismos combatam para assegurar o aumento dos salários dos presos, impedindo-se desta forma, também, que façam concorrência aos que estão fora das cadeias exercendo as mesmas profissões.

Na 6ª sessão, presidida por Silvério dos Santos (Corticeiros de Almada), tendo como secretários Santos Ivo (União Ferroviária) e Joaquim Candieira (Federação Rural) a primeira tese em apreciação respeita à “Higiene industrial”, pronunciando-se o Congresso favoravelmente à constituição de Conselho Técnico de Salubridade Profissional, composto por elementos saídos do Conselho Confederal e tendo um médico pago, em condições idênticas à do advogado que colabora com o Conselho Jurídico; discute-se uma segunda tese, sobre o “Trabalho das Mulheres e Menores”, sendo aprovado que o Comité Confederal e o Conselho Jurídico procurem uma forma de fazer cumprir as leis de protecção existentes, e que a organização operária procure impôr medidas de protecção na maternidade (por exemplo, a proibição de despedimento após o parto e o pagamento dos salários, a partir da 6ª semana até ao seu completo

restabelecimento, no caso de o parto ter provocado a incapacidade da mulher, reclamando-se para os menores a abolição do sistema de internato, por discriminatório e vexatório e a proibição de transportarem, à cabeça ou às costas, pesos superiores ao humanamente admissível.

As duas últimas sessões do Congresso foram presididas, respectivamente, por Alves Pereira, do Sindicato dos Litógrafos do Porto (tendo como secretários Moura Santos, dos Compositores Tipográficos de Lisboa, e Gabriel Moura Pais, da Construção Civil de Almada) e Francisco Viana, dos Metalúrgicos de Lisboa, secretariado por Rosendo José Viana, delegado da USO/CST de Lisboa e João Miranda, da Federação da Construção Civil; na penúltima, apreciaram-se as teses sobre “Educação” e sobre “Emigração e mão-de-obra”, ambas aprovadas; a última tese, sobre as “Condições de trabalho nas colónias”, foi igualmente adoptada pelo Congresso, que lhe juntou uma proposta, apresentada por Saul de Sousa, de instituição, pela CGT, do “Dia do Escravo Negro”, assinalando-o com uma manifestação nacional de protesto contra o despotismo exercido em África sobre os irmãos proletários de raça negra.

O Congresso discutiu depois o relatório da comissão de pareceres, tomando decisões sobre a organização dos serviços de cargas e descargas, que opunha as classes Corticeira e dos Carregadores e Descarregadores de Mar e Terra, entregando seu estudo e decisão final à Secção das Federações do Conselho Confederal, e aprovando uma proposta de Santos Arranha de que todos os trabalhos a publicar em *A Batalha* fossem gratuitos, desde que não implicassem folha suplementar; finalmente, deu aprovação à proposta de nova redacção dos artigos V, VI e VII do Estatuto Confederal, como foi referido.

O Congresso encerrou em 27 de Setembro, a meio a tarde; antes, procedeu-se à eleição do Comité Confederal, por voto secreto, sendo escrutinadores António Carvalho e Alves Pereira, ambos do Porto, este último, do Sindicato dos Litógrafos, um dos elementos com maior número de intervenções e propostas no Congresso. Dos elementos que foram a votos, José Martins Grilo, da Federação Mobiliária foi o que reuniu mais votos, ficando eleito o Comité Confederal com a seguinte composição: para o Secretariado, Manuel da Silva Campos, dos Manufactores de Caçado de Lisboa, secretário da Comissão Administrativa; Joaquim Tavares Adão, da Federação dos Tanoeiros/Vinícola, secretário da Secção das Federações; José Martins Grilo, do Sindicato Único Mobiliário de Lisboa, secretário da Secção das Uniões; para a Comissão Administrativa: Manuel Silva Campos, secretário; Carlos José de Sousa, dos Compositores Tipográficos de Lisboa, e Silvino de Noronha, dos Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, secretários-adjuntos; Francisco Viana, dos Metalúrgicos de

Lisboa, tesoureiro; Manuel Joaquim de Sousa, dos Manufactores de Calçado de Lisboa, que não aceitou, secretário administrativo¹³⁴.

Seguiu-se o encerramento, com intervenções de vários congressistas, falando também o delegado da CNT de Espanha, Jesus Blanco, e Amando Borghi, em nome da AIT, cujo discurso, entusiasticamente aplaudido, precedeu o fecho, ao som da Internacional, cantada pelos presentes.

5.4. Balanço do Congresso de Santarém

O Congresso de Santarém foi marcado pelo cenário de cisão resultante da suspensão de relações por parte dos Sindicatos dos Arsenais de Marinha e do Exército e pela Federação Marítima; quanto a esta última, o Congresso assume claramente a ruptura como irreversível, assentando ali mesmo (apesar de alguma contestação no próprio Congresso) as bases para a formação de uma nova estrutura federativa para organização dos sindicatos discordantes da atitude da Federação Marítima, que, no mesmo local realizam uma conferência, com o alto patrocínio da CGT, que confirma esse mesmo desígnio.

Adiante-se que a aprovação dos novos estatutos, com a reformulação do conceito de “sindicato nacional” significava, em termos práticos que, a manterem-se na CGT, os sindicatos dos Arsenais deixavam de ter representação directa no Conselho Confederal, o que constitui de facto, também em relação a estes, a assunção da ruptura por parte da CGT.

Quanto aos trabalhos apresentados e aprovados, avultam dois pontos: primeiro, o facto, já referido, de os delegados terem sido chamados a reflectir e deliberar sobre novas questões, que tinham estado até aí ausentes das reuniões magnas confederais (ainda que os congressos corporativos de diversas classes, principalmente no último ano, se tivessem vindo a ocupar de algumas dessas matérias) como, a situação da mulher e dos menores no mundo laboral, a higiene no trabalho e a condição dos trabalhadores nas colónias portuguesas e a emigração, as duas últimas em “estreia” absoluta¹³⁵; segundo, a circunstância de este congresso ter fechado um conjunto de pontos cuja discussão se iniciara no congresso anterior, como é o caso da tese “Organização social sindicalista”; bem como a tese sobre educação.

¹³⁴ Anote-se a previsão de um jornal republicano de Lisboa, dias antes (que se resume) sobre esta eleição: a lista que terá mais probabilidades será apresentada pelos «elementos sindicalistas», na qual se apontam os nomes de Manuel Nunes (Federação Mobiliária), Delfim Silva Pinheiro (Livro e Jornal) e Alberto Dias (Construção Civil); se vencer, a CGT continuará sob influência dos anarquistas, mantendo os seus dogmas anti-político e anti-colaboracionista. “Pela organização operária”, *O Mundo*, 21-09-1925.

¹³⁵ Manuel Joaquim de Sousa, em 1938, assinalará este mesmo ponto como um dos mais importantes do Congresso de Santarém, referindo a propósito a tese sobre Higiene Industrial ser «um problema da maior importância entre nós e que jamais havia sido tratado.» “Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo militante (1926-1938), obra póstuma do antigo militante da CGT, Manuel Joaquim de Sousa”, *Voz Anarquista*, n1, 22-01-1975.

O Congresso confederal consagra também, formalmente, a adesão da CGT à AIT, cuja decisão em referendo carecia de confirmação pelo congresso nacional dos sindicatos – no caos dos sindicatos confederados; a presença no congresso de Armando Borghi, um elemento da comissão executiva desta Internacional sindicalista, adquire neste contexto um significado especial, de valorização da entidade de pontos de vista entre ambas as organizações.

Há ainda um ponto muito importante – a aprovação de novos estatutos, com alterações muito significativas, com realce para a extinção do cargo de secretário-geral e uma reformulação do Comité, de certa forma acolhendo a proposta da criação de um secretariado que, no congresso da Covilhã, havia sido um dos “cavalos de batalha” dos sindicalistas comunistas.

Finalmente, a análise dos eleitos para os principais cargos confederais parece evidenciar o peso que continuam a ter alguns elementos, que transitam dos anteriores órgãos confederais – Manuel da Silva Campos, anterior secretário-geral, eleito em Santarém como secretário da comissão administrativa, e Manuel Joaquim de Sousa, o primeiro secretário-geral da CGT, que apesar de ter recusado o cargo (digamos, de segundo plano) para que foi eleito no congresso confederal, continuará a ter, como se verá, peso significativo na actividade e na estrutura de decisão da CGT), sendo que a presença de ambos evidencia a prevalência de uma certa supremacia das classes do Calçado na Confederação; a par destas, também as do Mobiliário conseguem dois lugares importantes no Comité Confederal – um por votação do Congresso (José Martins Grilo, como secretário da secção das Federações), o segundo, José Santos Arranha, por inerência, enquanto director de *A Batalha*; depois, mantém-se uma certa partilha de poder entre as restantes classes – Metalúrgicos, que conservam a responsabilidade das finanças confederais, Livro e Jornal, Marítimos, Tanoeiros (ou Vinícola) a ganhar protagonismo, subsistindo a ausência mais uma vez nos órgãos confederais de elementos das Federações Rural e Corticeira (por razões de geografia – as suas sedes situam-se fora de Lisboa), mas registando-se a novidade de a Federação da Construção Civil não ter elementos seus no Secretariado, nem na Comissão Administrativa, conservando somente, através de um elemento seu, o cargo de editor de *A Batalha*, ficando, pois, fora do Comité Confederal.

À saída do Congresso de Santarém, assim parece estar distribuído o poder dentro da CGT.

No balanço que faz desta reunião magna dos sindicatos confederados, a CGT refere ter-se tratado de «um notável acontecimento operário que a política divisionista não conseguiu amortecer», pondo em evidência a autonomia e capacidade do Congresso ao reivindicar para si poderes que a comissão organizadora pretendia endereçar ao Conselho Confederal, no que respeita ao Secretariado e à escolha do Comité

Confederal: «foi uma resolução das mais importantes que o Congresso tomou; [...] não é o Conselho que nomeia o Comité e deste que sairão os restantes elementos da Comissão Administrativa; o Congresso reivindicou para si esse cometimento, elegendo o Comité Confederal onde se encontra o Secretariado Confederal, eleito conjuntamente com os elementos da Comissão Administrativa da CGT, que juntamente com o director de *A Batalha* e o secretário do Conselho Jurídico eleitos no Conselho Confederal constituem o Comité. Quer dizer, o actual Comité não possui secretário-geral, cuja função político-social é desempenhada pelo Secretariado, isto é, pelos secretários – administrativo, da Secção das Uniões e da Secção das Federações.» Quanto à questão internacional, nesse mesmo texto, a conclusão é taxativa – num recado para fora, dirigido aos simpatizantes da ISV, e para dentro, àqueles que advogam uma “terceira via”, à margem das três internacionais sindicalistas – expressa nos seguintes termos: com a ratificação da adesão da CGT à AIT deixa de haver legitimidade para continuar a advogar a adesão a Moscóvia ou a «neutralidade internacional»¹³⁶.

¹³⁶ “Um notável acontecimento operário que a politica divisionista não conseguiu amortecer”, *AB*-07-10-1925.

CAPÍTULO VIII

MAIS ROMBOS NA GRANDE NAVE – OS ANOS DO FIM

1. DE SANTARÉM AO 28 DE MAIO

A realização de um congresso nacional constitui por via de regra um tónico revigorante para as organizações sindicais; foi assim também para a CGT, em 1925; mas resulta claro que, sendo o Congresso de Santarém, bem como os congressos e conferências corporativos realizados imediatamente antes e depois daquele – Construção Civil, Rurais, Metalúrgicos, Têxteis, Livro e Jornal e dos sindicatos saídos da Federação Marítima – uma afirmação da capacidade organizativa e da vitalidade da CGT, o 1º Congresso Confederal consagra a cisão orgânica, com um vincado carácter de irreversibilidade, por parte de uma Federação importante, a Federação Marítima, e dos dois sindicatos arsenalistas de Lisboa. Além de outras consequências, a saída daqueles organismos representou uma “machadada” significativa nas receitas da CGT.

O estado de debilidade da organização, não obstante algumas afirmações retumbantes em contrário, estava patente mesmo em algumas informações veiculadas nos documentos e nos trabalhos do Congresso – menos operários confederados e menores receitas, que a crise económica, social e financeira somente poderia agravar, índices de participação sindical e de militância mais baixos que uns anos antes, a subsistência de uma “guerra” permanente com os partidários da ISV e o Partido Comunista e problemas internos – alguns dos quais sem solução no futuro – entre estruturas e entre pessoas; mesmo algumas deliberações do Congresso de Santarém que se desejava fossem suficientes para a resolução de grandes problemas (referimo-nos, por exemplo, à modificação da estrutura e composição do Comité Confederal e às alterações introduzidas no “estatuto” de *A Batalha*) não o foram de facto; finalmente, a relação do Estado e do patronato com a organização não apresentava então perspectivas de vir ser melhor, como não foi, ao mesmo tempo que se avolumavam os sinais da ameaça de uma situação política da família do fascismo, em Itália” e do “riverismo”, em Espanha.

O Congresso de Santarém teve a sua última sessão no dia 27 de Setembro de 1925; dias depois, a polícia empreende uma busca nas instalações dos organismos operários na calçada do Combro, em Lisboa, a CGT e *A Batalha* incluídos – um verdadeiro assalto, pontuado por ameaças, recheio e documentação vandalizados e destruídos, que a organização operária condena pelas formas habituais (comícios, comunicados), protestos que se acrescentam aos que vêm de antes e se ampliam nos seguintes em ordem à resolução da situação dos presos por questões sociais, uma parte deles há vários meses sem serem acusados, nem julgados, e de exigência do regresso

dos deportados da Guiné e Cabo Verde, uma ameaça que, além do mais, impende sobre todos os presos sociais. As comemorações oficiais do “5 de Outubro” são marcadas por protestos populares e dos organismos sindicais contra as deportações e as prisões em culpa formada, sendo que essa causa mobiliza igualmente instituições e personalidades fora do universo confederal, como a Liga dos Direitos do Homem¹, ou o manifesto tornado público, em Novembro, subscrito por 59 intelectuais; em Dezembro, quando várias dezenas de presos sociais foram pronunciados na Boa-Hora, em Lisboa, acusados de pertencerem à Legião Vermelha, depois de vários meses na prisão, sem acusação, mais de 10 mil pessoas manifestam-se junto do Parlamento, em resposta a convocação da CST-Lisboa, intervindo a polícia para as dispersar com violência, por estar proibida tal manifestação; no Porto, em Abril de 1926, realiza-se um comício operário para exigir o regresso dos deportados (no mês anterior, tinha sido noticiada a morte de mais um deles, em Cabo Verde, e a tentativa de fuga de outros três, da Guiné, território onde se tinham já registado meia dezena de mortos). Desde Novembro de 1925, a organização confederal protesta também contra a deportação, para Lisboa, de trabalhadores ferroviários de Lourenço Marques (Moçambique) em resultado da greve ocorrida naquele território colonial².

O elevado número de operários confederados presos e deportados por questões sociais, e o aumento da duração das detenções e penas, coloca à CGT um problema adicional, que, não sendo novo, tem nesta fase maior acuidade – os fundos destinados à solidariedade recolhidos mensalmente não chegam para pagar, sequer o mínimo dos mínimos, aos operários presos, pelo que é necessário contrair empréstimos – que em absoluto só podem ser pontuais – e apelar à solidariedade do operariado, apesar de tudo insuficiente para as necessidades³. A situação de exploração a que estão sujeitos os operários presos (em várias prisões o trabalho dos operários de certas especialidades é objecto de arrematação por empresas ou indivíduos exteriores à estrutura prisional) é também matéria para protestos, por várias ordens de razões: como se refere a propósito da oficina de marcenaria da Penitenciária de Coimbra, que ocupa 60 reclusos, nas várias especialidades, ela concorre “para a falta de trabalho cá fora”⁴; depois, porque “a paga” arbitrada aos presos por esse trabalho é miserável, no caso 1\$00 a 1\$50 por dia; na

¹ A Liga dos Direitos do Homem refere, em Outubro de 1925, 43 presos por razões políticas, 4 deles em Alenquer e os restantes em várias prisões de Lisboa.

² Em Abril de 1926, vários organismos operários tomam posição contra a extradição, pedida pelo governo português, de Paulo Silva, ferroviário de Lourenço Marques perseguido pelas autoridades nacionais por responsabilidade na greve dos Ferroviários de Lourenço Marques (Moçambique) que tinha fixado residência em Paris; em Maio de 1926, chegam a Lisboa, deportados, 24 ferroviários daquela colónia portuguesa.

³ Ver apelo do Comité Confederal em Novembro de 1925: o dinheiro do cofre de solidariedade (800\$00 por mês não é suficiente para pagar aos 65 operários presos os 25\$00 semanais estipulados, pois são precisos 1.625\$00; já pediu empréstimo, mas não pode repetir (AB, 21-11-1925; em resultado desse pedido, um mês depois tinham sido recolhidos 1.608\$00 (AB, 28-12-1925).

⁴ AB, 23-03-1926.

Penitenciária de Lisboa, em Julho de 1926, os arrematantes baixaram a “paga” dos presos em 50%-60%; as condições de trabalho no Forte de Monsanto, em Lisboa, pela mesma altura, leva os sapateiros da respectiva oficina prisional a entrar em greve, para exigir que o arrematante lhes forneça ferramentas, fio, pregos e outro material necessário, opinando a propósito o redactor de *A Batalha* que eles deveriam exigir também “aumento das tabelas” pois são “vilmente explorados”⁵.

Em matéria política e em relação às instituições do Estado, a CGT continua a afirmar as posições que reivindica terem sido as suas desde sempre – autonomia, não colaboração, sequer em defesa da República, mesmo na perspectiva de fazer frente às tentativas de imposição de uma ditadura; é assim face ao julgamento dos responsáveis do “18 de Abril”, como em relação aos actos eleitorais. Comentando a absolvição dos golpistas do “18 de Abril”, na Sala do Risco do Arsenal de Marinha, em Lisboa, no penúltimo dia do Congresso de Santarém, *A Batalha* qualificava-a de “uma comédia [e] um triunfo da reacção conservadora”, referenciando-o, dias depois, como uma afronta à liberdade, um desafio, um insulto, uma proclamação, em princípio, da ditadura militar, recusando apesar disso comprometer-se com as manifestações de protesto levadas a efeito pelo Comité de Defesa da República⁶; nos mesmos princípios e atitude se sustenta a posição perante as eleições de Novembro de 1925 (as últimas realizadas na Primeira República), com a declaração da indiferença do operariado organizado face ao acto eleitoral e ao parlamentarismo, mesmo se à CGT se fazem acusações de, negando-se a aconselhar o voto na Esquerda democrática, ser cúmplice tácita com os grupos políticos conservadores, não contribuindo assim para a defesa das liberdades ameaçadas, ao que a organização responde, em nota oficiosa «nessa hora [de tentativa de estabelecer uma ditadura], o proletariado organizado [a CGT] saberá agir, e mesmo assim com a sua organização própria, sem compromissos que signifiquem colaboração com quaisquer

⁵ AB, 15-05-1926.

⁶ Veja-se AB, 28-09-1925. A posição acerca das manifestações do Comité de Defesa da República é claramente expressa no seguinte extracto: «[...] o facto das forças republicanas coincidirem em trilhar o mesmo terreno que o operariado trilha neste momento [luta contra a reacção] não implica compromissos, nem colaborações que prejudicariam a nossa independência e tornaria incoerente a luta que de futuro se deve travar inevitavelmente com os nossos vizinhos de armas de agora [os republicanos]. Desejaríamos que o comício e a manifestação de hoje fossem imponentes? Desejamos, desejamos porque essa imponência ferirá o inimigo reaccionário que nós combatemos. Não aconselhamos, por isso, o operariado a faltar às manifestações de hoje, porque estorvaríamos uma acção que nos aproveita. Mas também não aconselhamos o operariado a colaborar oficialmente, ostensivamente, com aqueles que amanhã podem mandá-lo fuzilar ou deportá-lo para a Guiné, como aconteceu após o movimento abrilista» (“A atitude da Organização Operária perante as manifestações republicanas contra a reacção conservadora”, AB, 02-10-1925). Recordem-se a propósito polémicas anteriores na CGT sobre esta questão, a mais próxima das quais relacionada precisamente com o “18 de Abril”, em que teve papel preponderante – na crítica ao secretário-geral Manuel da Silva Campos – precisamente José Santos Arranha, que na sequência desses factos foi escolhido para a direcção de *A Batalha*, funções em que estará quando do golpe do “28 de Maio de 1926”.

partidos políticos, tendo apenas em vista o sentido libertário e revolucionário do Sindicalismo.»⁷

A denúncia da iminência de um golpe militar conservador, em preparação, continua a ser uma constante por parte da CGT e do seu jornal oficial, como já antes do Congresso de Santarém, mas agora mais incisiva e frequente, particularmente depois do malogro da “revolução de Almada”, em Fevereiro de 1926 – ataques às acções desenvolvidas pela Cruzada Nun’Álvares, invariavelmente qualificada de fascista⁸, afirmando-se que o movimento fascista é o maior perigo a enfrentar imediatamente e proclamando-se «que o primeiro tiro disparado pelas armas assassinas da Cruzada Nun’Álvares seja o sinal para uma série de motins em que o povo que trabalha [...] saiba impor respeito absoluto pela integridade dos seus lares e pelo seu direito às primícias dum viver feliz!», referenciando-se que o movimento fascista é sobretudo contra o proletariado⁹; para sublinhar a atitude de resistência, a CST-Porto proclama no fim de Fevereiro a greve geral revolucionária, em princípio¹⁰, e a sua congénere de Lisboa promove uma campanha de intensa propaganda, em Março e Abril, contra o fascismo, com sessões públicas em vários organismos, em que intervêm, além de elementos da CGT e *A Batalha* (Silva Campos, Manuel Joaquim de Sousa e Mário Domingues), comunistas (o ex- cegetista António Peixe e Sobral de Campos), socialistas (Ladislau Batalha, Ramada Curto, Amâncio de Alpoim), democráticos (João Camoesas) e outros intelectuais (Jaime Cortesão e José Rodrigues Miguéis, Emilio Costa e David Ferreira, José Tavares dos Santos e Santos Ferro, Câmara Reis, Pina Morais e Lopes de Oliveira, Partido Radical), uma iniciativa que congrega “todas as correntes liberais e avançadas” escreve *A Batalha*, que alastra de Lisboa a outros locais, como Cascais, Setúbal, Faro e Montijo. “A hora é de perigo”, é a tónica no diário cegetista nos 7-8 meses seguintes ao Congresso de Santarém.

N’A *Batalha*, em paralelo à «campanha contra a reacção fascista», correm campanhas contra a «reacção religiosa» e contra a «alta finança».

No caso da primeira, multiplicam-se os escritos contra diversas instituições e congregações religiosas (Jesuítas, “Filhas de Maria”, “Vítimas do Coração de Jesus”, a Ordem de São Vicente de Paulo, e outras), de denúncia do comércio e exploração, material e moral, em locais onde se “fabricaram” aparições de Nossa Senhora, depois

⁷ “A Confederação Geral do Trabalho e as próximas eleições – Nota Oficiosa [03-11-1925]”, *AB*, 04-11-1925. Ver também “O próximo acto eleitoral”, *AB*, 09-10-1925.

⁸ Por exemplo, em Janeiro, a propósito do manifesto editado pela Cruzada Nun’Álvares, referenciado como propaganda fascista (*AB*, 17-01-1926); mais tarde, “A obra dos fascistas: uma declaração de guerra contra a liberdade e o sindicalismo revolucionário”, sobre uma conferência daquela organização em que um orador defendeu “o sindicalismo de Estado” (*AB*, 12-02-1926), apontando-a sistematicamente como “o grande baluarte da reacção “nos meses seguintes.

⁹ “A revolução fascista: eis o perigo a enfrentar imediatamente”, *AB*, 18-02-1926 e também, 27-02-1926.

¹⁰ *AB*, 24-02-1926.

convertidos em pontos de peregrinação, como Fátima (ou não, como a Senhora da Boa-Fé, em Estremoz), onde se referenciam “mercadores e promotores de milagres” que enriquecem à custa dos pobres, ou a credence popular que atribui propriedades milagrosas a uma certa água da serra da Gardunha, na Senhora da Orada (São Vicente da Beira), dando esta localidade, juntamente com Alpedrinha e o Fundão como as povoações da Beira Baixa “mais dominadas pelo fanatismo religioso” por acção da “legião negra” dos padres da Companhia de Jesus¹¹. As denúncias contra a igreja Católica estendem-se ainda à sua acção nas questões sociais e do trabalho, designadamente às directrizes da respectiva hierarquia no sentido da criação, em Portugal, de sindicatos católicos, de operários e patrões¹².

Relativamente à alta finança, os escândalos financeiros do Banco de Portugal e do Banco Angola e Metrópole/Alves dos Reis tomam conta da primeira página de *A Batalha* logo que vêm a público as primeiras informações sobre o caso; entre as acções de protesto das organizações operárias – «caverna de ladrões e falsificadores», «cambão político-financeiro» e são alguns dos termos com que são mimoseados responsáveis do Banco de Portugal e os responsáveis políticos, com bastas alusões a imoralidades e conluíus; ainda que populares na opinião pública e, tudo indica, responsáveis pelo aumento das vendas do jornal, o tratamento jornalístico do assunto no diário da CGT e o protagonismo que lhe é dado não são questões pacíficas nos órgãos confederais, onde chegam a ser discutidos, suscitando-se, em privado, e publicamente, por parte de alguns dos organismos com maior peso na CGT, posições divergentes e mesmo opostas sobre a missão do jornal e a orientação imprimida ao mesmo pelo seu director, José Santos Arranha – questão a que voltaremos mais adiante, neste capítulo.

A crise económica e financeira, com fortes impactos sociais, designadamente no aumento do desemprego, levou neste período a um conjunto de iniciativas da parte dos organismos sindicais, tendo como denominadores comuns a natureza das exigências formuladas – medidas concretas por parte do governo e das câmaras municipais para a resolução da crise – e os nulos resultados alcançados nessa matéria pelas medidas anunciadas pelas autoridades políticas e administrativas. Fazem-no os dirigentes dos Marítimos e os sindicatos da Construção Civil de Lisboa e Federação da classe, em Outubro de 1925, e, nas vésperas do “28 de Maio” representantes dos trabalhadores do Algarve, em Lisboa, no seguimento dos comícios, dias antes em vários locais, designadamente em Olhão, que reúne umas 3 mil pessoas, na sua maioria Marítimos, e em Faro, convocados pelas “comissões delegadas do povo trabalhador de Olhão, Silves, Portimão e Lagos”, em que terão participado umas 1.500 pessoas, evento esse de que, todavia, se demarca a USO-Faro, a pretexto de uma certa colagem dos promotores às

¹¹ Dos muitos artigos sobre esta matéria, vejam-se como suficientemente elucidativos os que respeitam às duas situações identificadas, os publicados em *A Batalha*, 18, 19 e 21-02-1926.

¹² “A Igreja e a questão social”, a propósito da pastoral do bispo de Coimbra, *AB*, 28-03-1926.

Câmaras Municipais da região, onde os efeitos da crise eram especialmente severos, falando-se de situações de fome a afectar dezenas de milhar de pessoas¹³.

Carestia, desemprego, encerramento de empresas ou a redução dos dias de trabalho são referências recorrentes no período em análise; mas também o desrespeito, por todo o país, do horário de trabalho de 8 horas, denunciando-se a acção do patronato no respectivo incumprimento, mas igualmente o “egoísmo” dos operários que aceitam tais imposições e os que fazem horas suplementares – duas situações que os organismos sindicais denunciam como contributos adicionais para o desemprego; aliás, no mesmo sentido, a CGT e os organismos confederados começam, neste período, a defender com mais insistência, a reivindicação do horário máximo de trabalho de 6 horas, que a AIT assumia então como bandeira, a nível internacional, transmitindo a CGT orientações para que fosse, juntamente com a resistência à redução dos salários, uma das principais reivindicações do 1º de Maio de 1926.

As reivindicações de carácter laboral que chegam à greve têm como principais motivações o horário de trabalho de 8 horas, como a dos Metalúrgicos de Rio Meão, e a redução salários (Fábrica Vulcano e Colares, Corticeiros e Construção Civil de Guimarães); o número de situações de greve é moderadamente baixo neste período de Setembro de 1925 até ao “28 de Maio” – identificaram-se greves envolvendo metalúrgicos, chacineiras, tanoeiros, conserveiros, operários têxteis, corticeiros, ferroviários (ver nos Apêndices A e K a cronologia das greves e a sua distribuição geográfica e sectorial). Destas, as mais relevantes foram, em primeiro lugar, a de chacineiras de Aldegalega/ Montijo, com duração superior a seis meses, com intermitências e uma abrangência impossível de precisar, as da Fábrica Têxtil do Porto e dos operários da indústria de conservas de Almada, ambas em Maio de 1926, a dos metalúrgicos Rio Meão, durante 8 semanas; mas, mais significativa e mais dura, a dos ferroviários de Lourenço Marques, durante meses, em oposição à reorganização dos serviços, com impacto nas condições de trabalho e regalias do pessoal, contra a qual as autoridades usaram todas as medidas repressivas, incluindo o “comboio fantasma”, vindo a terminar com centenas de despedimentos e prisões dos grevistas e a deportação para Lisboa dos trabalhadores identificados como instigadores da paralisação, num excesso repressivo sobre que tomou posição a CGT, através do Conselho Confederal, denunciando junto do ministro das Colónias a crueldade do governador de Moçambique, Norton de Matos¹⁴; igualmente relevante a greve geral corticeira, que foi acompanhada por alguns sindicatos marítimos, contra a redução de salários imposta

¹³ *AB*, 25 e 28-05-1925. Na representação entregue pelos delegados das “classes laboriosas” do Algarve são enumeradas medidas gerais e outras específicas para as classes da Construção Civil, Marítimos, Indústria de Conservas, Condutores de Carroças, Galeões por cotas, e outras específicas para as localidades de Portimão, Silves e Olhão.

¹⁴ “[Relato da reunião do Conselho Confederal]”, *AB*, 12-03-1926.

pelo patronato, com o patrocínio da Associação Industrial, que se prolongou por 6 semanas, no fecho do ano de 1925, envolvendo mais de 12 mil operários, para os quais a CGT procurou mobilizar a solidariedade operária, e que veio a terminar com a aceitação de corte de 5% dos salários, contra o compromisso dos patrões de não serem exercidas represálias sobre os grevistas¹⁵, emergindo desta, como da greve dos tanoeiros de Vila Nova de Gaia, um rasto de derrota, que parece ser o denominador comum das greves neste período.

1.1. A organização

O Comité Confederal saído do Congresso de Santarém toma posse em 2 de Outubro de 1925; na nota oficiosa que emitiu, saúda-se o proletariado nacional e internacional e convidam-se os organismos sindicais não confederados a ingressarem na CGT «para que a força efectiva do proletariado possa constituir de facto uma barreira formal contra a burguesia e a reacção.»¹⁶ Depois do processo habitual de nomeação dos delegados pelos organismos com representação no Conselho Confederal, este órgão volta a reunir a partir de 19 de Novembro, desconhece-se com que representação¹⁷.

Das tarefas organizativas entre mãos, destacam-se a constituição definitiva da Federação dos sindicatos da indústria Têxtil, que se concretiza logo no mês de Outubro, e a formação de uma nova Federação dos sindicatos marítimos, paralela à (dissidente) Federação Marítima, um processo nem por isso inteiramente pacífico no universo confederal, com vários sindicalistas a virem a público qualificar de «amarelo» o novo organismo em formação. Surgem neste período novos organismos sindicais, referenciando-se até ao fim do ano de 1925 o Sindicato Misto dos Operários de Crestuma, Sever e Arredores, e em Santarém, o Sindicato dos Operários Mobiliários, o Sindicato da Construção Civil e Artes Correlativas, anunciando-se que o Sindicato local dos Manipuladores de Pão deliberou aderir à CGT; já no ano seguinte, noticia-se a formação em Luanda, Angola, do Sindicato Misto dos Operários de Luanda, e, em Coimbra, a Associação dos Auxiliares de Farmácia do Centro de Portugal; mas o destaque vai sobretudo, no universo confederal, para a constituição definitiva, com a

¹⁵ “Circular nº 53 da CGT, 20-11-1925”, *AB*, 22-11-1925; o fim da greve está documentado em *AB*, 12-12-1925. Apesar da crise e do estado da organização, o apelo da CGT permitiu a angariação de mais de 1.200\$00.

¹⁶ “Nota oficiosa do Comité Confederal”, *AB*, 03-10-1925.

¹⁷ Ao contrário do que era uso, depois do Congresso de Santarém interrompe-se a publicação n.º 4 *Batalha* dos relatos das reuniões do Conselho Confederal, publicando-se relatos em Março, Abril, Julho – um em cada um destes meses – e depois vários no mês de Agosto de 1926 e seguintes. No primeiro relato de Agosto de 1926 verificam-se as seguintes representações ao Conselho Confederal: USO’s de Évora, Faro, Lisboa e Setúbal; Federações: Rural, Calçado, Couros e Peles, Mobiliária, Construção Civil, Livro e Jornal, Vinícola, Corticeira, Metalúrgica e Ferroviária; Sindicatos isolados dos Mineiros e dos Manipuladores de Pão (a USO-Porto também está então representada no Conselho).

eleição dos respectivos corpos sociais, em Outubro de 1925, da Federação Têxtil¹⁸, e da Federação de Indústria de Transportes Marítimos e Fluviais de Portugal, em Janeiro de 1926, com 16 sindicatos saídos da Federação Marítima¹⁹, as duas novas Federações aderentes da CGT. Depois, já no primeiro trimestre de 1926, noticia-se estar constituída a Federação da Indústria do Vestuário, e que se encontrariam adiantados os processos tendentes à formação da Federação da Alimentação e, por iniciativa dos Chauffeurs do Porto, a Federação dos Transportes Urbanos²⁰.

No capítulo das reorganizações, assinalam-se os sindicatos Metalúrgico de Gaia, dos Manipuladores de Pão de Matosinhos, Metalúrgicos de Rio Meão, da Construção Naval de Setúbal, dos Manipuladores de Pão da Póvoa de Varzim, da Construção Civil de Silves, do Comité de Propaganda Federal do Norte da Construção Civil e do Sindicato do Pessoal da Casa da Moeda, este com a nota de ter nos corpos sociais, uma mulher, Elvira Amorim, como secretária da mesa da assembleia geral. Em matéria de adesões à CGT, o destaque vai para a Associação do Pessoal dos Tabacos, de Lisboa, que numa assembleia geral, nas vésperas do “28 de Maio”, deliberou a não separação do pessoal da *Régie* e do pessoal extraordinário (antes tinham, inclusivamente duas associações de classe separadas) e o reingresso na CGT, num momento crucial da vida profissional daqueles operários, quando se discute o futuro regime de exploração daquele negócio²¹; além deste, dão adesão à CGT os Manipuladores de Pão de Santarém, os Apanhadores de Marisco de Faro, as Chacineiras do Montijo (durante a sua greve, numa sessão em que participou, como delegado da CGT, Manuel Joaquim de Sousa) e os Farinheiros de Almada.

Estes eventos, assim como o anúncio, ainda em Outubro de 1925, de um novo projecto editorial de *A Batalha*, que se propõe publicar um almanaque operário para o ano de 1926²², parecendo evidenciar um novo vigor da CGT, correm a par da verificação de sinais de fraqueza e mesmo de desagregação, prenunciadas pela dissidência dos Arsenalistas e dos Marítimos: conflitos internos e quezílias pessoais,

¹⁸ A primeira direcção da Federação Têxtil ficou assim constituída: secretário-geral, Darvim Castelhamo; secretário adjunto, Manuel Cândido Machado; secretário administrativo, Joaquim Godinho; secretário arquivista, Joaquim Saavedra; tesoureiro, António Alves de Sá (AB, 31-10-1925).

¹⁹ A primeira comissão administrativa é constituída por Júlio Mendes da Silva, José dos Santos Cadete, Campos Costa, Joaquim Maria Nogueira e Silvino de Noronha (AB, 17-01-1926).

²⁰ Relato da reunião da Secção das Federações da CGT, AB, 06-03-1926.

²¹ Nesse mesmo mês de Maio, a CGT torna público um parecer sobre a questão dos tabacos, declarando-se em oposição a todos os sistemas de exploração capitalista – *régie*, monopólio ou outro – lamentando que uma parte dos operários da empresa se tenham colocado ao lado do governo que, afirmando defender os seus interesses, os engana; declara ainda a não distinção entre o pessoal antigo (da *Régie*, com mais direitos) e o pessoal novo (“extraordinário”), afirmando princípio da luta de classes e readmissão dos operários despedidos quando da última greve e rejeitando qualquer aumento do preço do tabaco (“A Confederação Geral do Trabalho perante a questão dos tabacos”, AB, 19-05-1926).

²² A recolha de informação para o *Almanaque* foi feita através de um questionário publicado em *A Batalha*, destinado a referenciar todos os organismos operários existentes no país, uma informação igualmente importante para a Confederação, que desta forma ficará com um retrato muito aproximado da situação sindical no país, designadamente do número de trabalhadores sindicalizados²².

desmantelamento de organismos, uma situação financeira muito grave e a perspectiva de novas dissidências – no primeiro trimestre de 1926 há tentativas de desconfederação na Associação dos Jardineiros do Porto e na Associação dos Pasteleiros, Confeiteiros e Chocolateiros de Lisboa, e novos choques com os Arsenalistas e outros “dissidentes” a propósito da realização de uma conferência dos sindicatos não confederados.

O estado da organização, depois do Congresso, não é famoso, com graves problemas por resolver e novos que surgem a cada passo – no fim do ano, ressurge o velho conflito entre Descarregadores do Barreiro e Corticeiros, por mútua invasão de atribuições (isto é, no essencial, os operários das fábricas de cortiça efectuem cargas e descargas, que os Descarregadores reivindicam para si, em defesa dos postos de trabalho), assumindo o Comité Confederal da CGT que a Secção das Federações do Conselho Confederal intervenha para dirimir uma questão que desde o início se configurava sem solução a contento das duas partes; mas há também duas “guerras” entre os Marítimos, a primeira envolvendo a Associação dos Fragateiros (aderente da Federação Marítima) e a Associação de Classe do Pessoal do Convés dos Rebocadores e Gasolinas (aderente da nova Federação dos Transportes Marítimos e Fluviais²³; o segundo, entre dois sindicatos aderentes a esta última, a Liga dos Oficiais da Marinha Mercante e o Sindicato dos Fogueiros de Mar e Terra, que acabou por se estender aos Maquinistas Marítimos, resolvido por intervenção da Federação dos Transportes Marítimos e Fluviais²⁴; enquanto isso, ainda durante muito tempo, *A Batalha* dá espaço aos remoques e acusações dirigidas aos responsáveis da Federação Marítima pelo corte com a CGT, com sucessivas inserções de cartas sobre “A moral dos dirigentes da Federação Marítima”. De outros conflitos se encontra rasto nas fontes – do Sindicato da CP com a Federação Ferroviária, de relações entretanto suspensas, que vem desde o princípio do ano de 1925 e se arrastará ainda por muitos meses, apesar dos apelos da CGT²⁵, e, entre os Metalúrgicos, a “dissidência” verificada no Porto, depois da destituição pela Federação Metalúrgica (com o apoio dos sindicatos da classe do Porto e de Gaia) dos dirigentes do Comité Federal Metalúrgico do Norte e a sua substituição por outros, avançando os primeiros para a constituição de um novo sindicato, a Associação de Classe dos Operários das Artes Metalúrgicas do Porto, alternativo ao Sindicato Único Metalúrgico local²⁶.

²³ AB, 27-01-1926.

²⁴ Múltiplas referências em *A Batalha* entre 28-03 e 19-04-1926. Ver, designadamente, as edições daquelas datas.

²⁵ Sob a epígrafe “Um conflito lamentável”, *A Batalha* faz o acompanhamento dos múltiplos actos (reuniões, comunicados e apelos, alguns deles suscitados pela CGT, mas também pelos outros Sindicatos Ferroviários, em especial o do Minho e Douro e o do Sul e Sueste) que revestiu esta quezília entre elementos ferroviários, que se prolongará pelo menos até 1927. O essencial das razões do conflito podem encontrar-se em *A Batalha*, 12-01-1926.

²⁶ Entre outras referências, ver em *A Batalha* “Um pouco de história sobre os antecedentes do Comité Metalúrgico do Norte”, uma carta de Saul de Sousa e “Os divisionistas no Porto”, em 14e 17-01 e 13-02-1926. Alegadamente, a constituição do novo sindicato resulta do encontro de vontades de

Mas há também referências a situações de sinal contrário: o Sindicato dos Chauffeurs de Lisboa e o dos Empregados no Comércio e Indústria dão apoio à Associação dos Cocheiros, com o objectivo de os seus associados se reconverterem em “chauffeurs”²⁷.

As dificuldades por que passava a organização não seriam, tudo indica, uma situação nova, mas, atendendo ao contexto, parecem mais graves.

Refiram-se mais algumas situações pontuais, ainda no mesmo sentido.

No Porto, em geral, como se lê na correspondência de Clemente Vieira dos Santos para o diário confederal, há «tricas personalistas de ‘galos’ que se debatem» animados por «estúpidas vaidades [...], e subsiste a «grande dose de preguiça que neutralizou a vontade de muitos militantes», pouco «amor pelas ideias da emancipação humana» e muita «prosápia nas disposições dos desprestígios individuais»; os Manipuladores de Pão da mesma cidade referenciam o enfraquecimento na maioria dos sindicatos da indústria, «quer pela apatia das classes, quer pela falta de militantes, alguns presos e outros perseguidos»; noutros locais – e a situação parece ser muito generalizada – é a mesma coisa: o Sindicato da Vidraça da Marinha Grande está decadente por causa da luta entre estendedores e manipuladores, em Aveiro, a Associação da Construção Civil e Artes Correlativas, a única associação operária local, está em risco de desaparecer; no Algarve a organização encontra-se desmantelada, com excepção de Faro, e, de novo no Porto e arredores, o indiferentismo entre os operários do Mobiliário provoca uma grave crise no respectivo sindicato – «em Grijó, Avintes, Valbom, Fânzeres, Rebordosa, etc.,», escreve Alberto Pinto, “operário mobiliário sindicado”, «há sem exagerar 3.000 ou 4.000 operários que desconhecem o que é a organização e no Porto 75% dos mobiliários não são, nem nunca foram sindicados; em 1923 existiam, no Porto, quando muito, 500 sindicados», a quarta parte dos mobiliários em laboração²⁸.

Em Lisboa, depois do Congresso Confederal, a CST/USO aparece-nos novamente em crise; o seu secretário-geral Rosendo José Viana, delegado ao Congresso da CGT pelo organismo, de que nem sequer apresentou relatório, deixa de aparecer, na prática abandonando funções na comissão instaladora da CST, obrigando à sua substituição²⁹; na capital e respectiva envolvente o decréscimo dos efectivos sindicalizados é então um processo que não estabiliza, mas recrudesce – por efeito directo da crise de trabalho e do

sindicalistas socialistas e comunistas locais. Os problemas entre a Federação Metalúrgica e os Metalúrgicos do Porto vêm, aliás de longe, de 1924, como assinala Saul de Sousa na sua carta e já foi referido, mais atrás, neste estudo.

²⁷ AB, 16-04-1926.

²⁸ AB, 13-03-1926.

²⁹ A União de Sindicatos de Lisboa continua a reunir com uma média de 11 a 13 sindicatos; além de se oficial ao Sindicato dos Manufactores de Calçado de Lisboa um pedido de explicações pela atitude do seu representante, Rosendo Viana, procede-se à sua substituição no cargo de secretário-geral, primeiro por Eduardo Ortiz e depois por Alfredo Lopes; Eduardo Ortiz e Alexandre Assis são os novos delegados da USO/CST-Lisboa ao Conselho Confederal.

desemprego o Sindicato Único da Construção Civil de Lisboa, regista *A Batalha* em Março de 1926, conta então cerca de 500 sócios, uns 4% do operariado daquela classe na cidade, registando-se situação idêntica no Sindicato Único Metalúrgico, que tem “uma população associativa muito diminuta”³⁰. As polémicas e conflitos nos vários níveis da organização contribuem para este estado de coisas e para fixar, em valores mínimos, a participação – mesmo numa população em que se não fazem sentir o desemprego e a baixa de salários, em que a sindicalização é praticamente obrigatória, o Arsenal de Marinha, a participação nas assembleias gerais do sindicato ronda os 10% dos 2.000 operários sindicalizados³¹.

No balanço que faz do ano de 1925, a CGT referencia-o como um ano trágico, anotando a saída da Confederação de alguns organismos operários como um “facto doloroso”, tão mais grave quanto se verificou num momento em que “mais convinha não dispersar as poucas forças existentes”³²; o de 1926 não se anunciava, à partida, nem foi, menos complicado para a organização – por aquilo que a CGT qualificava como “divisionismo”, para referenciar fundamentalmente a acção dos elementos do Partido Comunista e dos Partidários da ISV nos sindicatos (e em relação às questões sindicais, a vida interna da CGT e a actividade por esta desenvolvida), um processo instalado e em pleno desenvolvimento, por problemas financeiros que se agravavam com a passagem do tempo, e por problemas internos. Abordemos os dois primeiros, pela mesma ordem como os referenciamos; sobre o terceiro, além do que já foi referido, se falará de factos supervenientes no próximo subcapítulo.

Os Partidários da ISV têm os seus principais pontos de apoio nos sindicatos e Federações em que a sua influência é determinante (Arsenais, Federação Marítima, Rurais de Coruche, Alfaiates e Escritórios de Lisboa, Federação dos Empregados no Comércio Zona Sul) e respectivos órgãos corporativos, quando existem, e no seu órgão de imprensa “A Internacional”, e os seus aderentes e responsáveis procuram ainda intervir em outros organismos sindicais, confederados ou não.

Em Janeiro de 1926, quando no Porto se reunia a Conferência Inter-Sindical, *A Batalha* faz soar os alarmes confederais com alertas para “manobras” dos “sindicatos cisionistas” que ameaçam as classes trabalhadoras³³. A razão imediata é o anúncio da próxima realização, em Lisboa, de uma conferência dos sindicatos não confederados, a

³⁰ De acordo com essa fonte – que é oficial, da CGT – a população operária a Construção Civil em Lisboa era de 12 mil pessoas e a da Metalurgia 10 mil (“À margem de uma assembleia: O voto proporcional é o último recurso dos divisionistas para conseguirem o triunfo da sua obra”, *AB*, 04-03-1926).

³¹ Na assembleia-geral do Sindicato do Pessoal do Arsenal de Marinha, convocada para resolução do controverso tema do reatamento de relações com a CGT, por proposta de um grupo de sócios, estão presentes 201 sócios, sendo que no Arsenal de Marinha trabalhavam então cerca de 2.000 pessoas, que estão sindicalizadas (*AB*, 04-03-1926).

³² “Ao trágico ano que findou sucede-lhe um ano não menos sombrio”, *AB*, 01-01-1926.

³³ Ver editoriais de *A Batalha* de 14 e 16-01-1926.

convite da Federação Marítima, dos dois Sindicatos dos Arsenais e de dois outros sindicatos, que não nomeia, e se identificam como «integrados no espírito da ISV»³⁴; a CGT associa esse convite ao projecto para a constituição de uma “CGT unitária”, à francesa, sob a capa de uma «falsa apologia da unidade sindical»³⁵; e a 28 de Fevereiro, uma nota oficiosa da CGT, subscrita pelo Comité Confederal, publicada em *A Batalha* repisa os argumentos, fechando da seguinte forma: «Ficará pesando sobre eles todo o peso da responsabilidade pelo rompimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores organizados, como vítimas de torpes manejos que os dividem para melhor serem vencidos pelo capitalismo. A máxima *Operários de todo o mundo uni-vos!* Para ser verdadeira, não deve servir apenas como figura de retórica»³⁶.

Do lado dos Arsenalistas, aparte outros argumentos para avançar no aprofundamento do corte com a CGT, emerge o de que os novos estatutos da Confederação, aprovados no Congresso de Santarém, tornavam inviável a sua representação no Conselho Confederal, pelo facto de terem deixado de ser considerados Sindicatos Nacionais; em resposta, exactamente no mesmo dia em que o Sindicato do Arsenal de Marinha se propõe discutir em assembleia a proposta de reatamento de relações com a CGT, defendida por «um grupo de arsenalistas de marinha», a CGT, em nota oficiosa publicada, de manhã em *A Batalha*, vem reafirmar que os Sindicatos dos Arsenais podem reingressar na CGT como “sindicatos regionais”, como prevê a base XXI da “Organização Social Sindicalista”, pois eles, escreve-se naquela nota, apenas foram excluídos pelo Congresso de Santarém enquanto Sindicatos Nacionais³⁷, isto no suposto, escreve-se, que o Conselho Confederal terá a mesma leitura dos textos fundamentais da Confederação; atentos os resultados dessa mesma assembleia, por 96 votos contra 90, que recusou a perda do estatuto de sindicato nacional e a «vaga e atribiliária» resolução, à revelia do Conselho Confederal, dos estatutos e das resoluções do Congresso de Santarém, de o considerar sindicato regional, o Sindicato do Arsenal de Marinha condiciona o reatamento de relações à restituição da «posição de sindicato nacional» e à adopção, na CGT, do «moralizador e racional princípio do voto proporcional», o Sindicato não virá a participar na «conferência dos sindicatos

³⁴ AB, 27-01-1926; o anunciado congresso dos sindicatos autónomos acabará por não se realizar – adiado, primeiro, alegadamente porque alguns sindicatos ainda não tinham reunido para eleger delegados, ficou depois na situação de adiado, ao que informa *A Internacional*, pela urgência de os organismos sindicais se concentrarem na luta contra o fascismo.

³⁵ A CGTU francesa (Confédération Générale du Travail Unitaire) formou-se em Junho de 1922, num Congresso em Saint-Étienne, a partir de uma cisão da CGT- Confédération Générale du Travail, aderindo no ano seguinte à ISV. Congregando, no princípio, elementos anarquistas, comunistas e sindicalistas revolucionários, aquela organização inclinar-se-á progressivamente para um alinhamento com o Partido Comunista Francês, o que estará na base da saída dos elementos não-comunistas (Sylvain Boulouque – *11 janvier 1924, 33 rue de la Grange-aux-Belles*).

³⁶ “Contra o divisionismo. A Confederação Geral do Trabalho dirige-se ao proletariado – Nota Oficiosa”, AB, 28-02-1926.

³⁷ CGT-Comité Confederal – “Nota Oficiosa”, AB, 02-03-1926.

autónomos», tendo-se a direcção demitido, depois de acusada de pressionar a classe contra os que defendiam o regresso à CGT³⁸.

N’A *Batalha*, o ataque da CGT à “conferência dos sindicatos autónomos” passa de imediato pela contestação ao princípio do voto proporcional – é «um princípio imperialista, que colide com a própria essência do sindicalismo», escreve-se; mais, discute-se por que razão tal princípio não é aplicada “em casa” dos que exigem a sua adopção na CGT, acrescentando que isso corresponderia a dar preponderância nas decisões confederais «a organismos com uma grande população sindicada, que na maioria dos casos não representa duma maneira decisiva a vontade da classe operária.»³⁹ Mais, acrescenta Manuel Joaquim de Sousa em texto de opinião publicado na mesma edição de *A Batalha*, que o voto proporcional, anti-operário e anti-sindical, é próprio das sociedades capitalistas por quotas, sendo usado também na Internacional Comunista, e menos na Internacional de Amsterdão⁴⁰.

Uma nota final: de dois únicos relatos do Conselho Confederal publicados entre o Congresso de Santarém e o “28 de Maio”, um deles trata da discussão deste tema naquele órgão confederal⁴¹. Nos termos em que foi redigido, perpassa a conclusão, como ponto central, de ter sido ali questionada a atitude do Comité Confederal ao publicar a nota oficiosa que tratava da posição do sindicato do Arsenal de Marinha junto da CGT, sem consultar o Conselho Confederal – como em outros momentos da vida da Central, vindo de imediato à memória o incidente de Junho de 1921, quando da resposta do Comité de então ao “Manifesto comunista”; por maioria, o Conselho acaba por aceitar as justificações do Comité sobre o seu acto, mas aprova uma moção cometendo ao Comité a elaboração de um outro documento sobre a situação do Arsenal de Marinha, para ser apreciado no Conselho e publicado «sob a sua responsabilidade».

Além dos problemas apontados, um outro se revela cada vez com maior virulência: a crise económica e financeira, o desemprego, a redução dos dias de trabalho e dos salários, o abandono dos sindicatos por muitos operários, mas também o não pagamento

³⁸ “A assembleia do Sindicato do Pessoal do Arsenal de Marinha”, *AB*, 04-03-1926.

³⁹ “À margem de uma assembleia”, *AB*, 04-03-1926. Com base na argumentação apresentada retenham-se alguns pontos: considerando uma base de 1 voto por cada 500 sindicados, os Arsenalistas de Marinha teriam na CGT 4 votos; contra essa tese, questiona-se em que medida é que esses 4 votos representariam os sentimentos diversos, nalgumas situações antagónicas, dos associados; mais, considerando que em muitas assembleias daquele sindicato não estariam presentes mais de 30 associados, questiona-se em que medida as decisões desses 30 corresponderiam à vontade dos 2 mil associados daquele Sindicato e se converteriam em 4 votos no Conselho Confederal. Além da argumentação, retenham-se três pontos, explicitamente referidos no artigo, que sem dúvida transmite a posição oficial: 1-o Sindicato do Arsenal de Marinha tem uma situação (inevável, acrescentamos) de a sua base associativa não se ressentir da crise, mantendo-se estável nos seus 2 mil associados; 2-o Sindicato da Construção Civil de Lisboa, em resultado da crise e do desemprego, teria à data 500 associados, dos 12 mil operários do sector na capital; 3-o Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, com uma base potencial de 10 mil operários, pelas mesmas razões também teria, então, uma «população diminuta». Veja-se também “Os divisionistas e a sua conferência dos sindicatos automáticos”, *AB*, 07-03-1926.

⁴⁰ “Será um princípio racional ou moralizador o voto proporcional?”, *AB*, 07-03-1926.

⁴¹ “Conselho Confederal [relato da reunião (?) 08-04-1926]”, *AB*, 09-04-1926.

das quotas dão uma machadada importante nas finanças dos organismos sindicais, em todos os níveis. É uma situação explicitamente assumida pela Federação Têxtil, escassos três meses volvidos sobre a sua formação, apelando em Janeiro de 1926 para a “assistência moral e material” dos sindicatos que a compõem⁴²; a própria CGT vive uma situação financeira muito crítica – andando as receitas mensais pelos 8.000\$00, só o auxílio aos presos absorve mais de 4.000\$00, a que acrescem mais de 1.000\$00 para despesas com advogado, serviços jurídicos e outros relacionados com os presos sociais – cabendo ao Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade 40% da receita da CGT, ele absorve, na prática, cerca de 70%. Para evitar a ruína da CGT, que mantendo-se o estado de coisas, o Comité Confederal considera inevitável, é decidido suspender o seu pagamento durante 5 semanas e depois reduzir o seu valor em 1/3 (de 15\$00/semana para 10\$00), além de se prescindir de um advogado e acabar com as consultas jurídicas no Porto, mantendo-se apenas em Lisboa⁴³.

Apesar das dificuldades financeiras, a CGT adopta uma posição inédita em matéria de quotas; primeiro, fixando às Chacineiras de Aldegalega/Montijo, quando da sua confederação, uma quota inferior (10 centavos por semana, em vez de 15) e depois, acolhendo uma proposta formulada pela Federação dos Trabalhadores Rurais, no seguimento de uma deliberação do Congresso dos Rurais, aceitando a generalização daquele valor mais reduzido a todas as mulheres e aos menores de 17 anos sindicalizados, uma decisão que se esperaria viesse a promover um incremento da sindicalização feminina⁴⁴.

Neste mesmo período (sinal dos tempos, em consonância com uma certa crise interna já instalada) a própria CGT torna-se mais opaca – ao contrário do que acontecera quase sempre, os relatos das reuniões do Conselho Confederal deixam praticamente de ser publicados em *A Batalha*, referenciando-se apenas dois, um em Março e outro em Abril, o primeiro a propósito da repressão da greve ferroviária de Lourenço Marques, Moçambique, e da quota confederal para mulheres e crianças, e o segundo sobre a nota do Comité Confederal tratando da situação do Sindicato do Arsenal de Marinha face à CGT, ambos já referidos.

Para revigoração da organização no Porto, a militância local logra reunir uma Conferência Inter-Sindical no mês de Janeiro de 1926, um desiderato pelo qual se batiam de há muito, estando presentes mais de 120 delegados, 53 dos quais em representação directa de 21 sindicatos, fazendo-se também representar as Juventudes

⁴² AB, 20-01-1926.

⁴³ AB, 09-02-1926.

⁴⁴ “A cota confederal para mulheres e menores: parecer do Comité Confederal aprovado na última reunião do Conselho Confederal”, AB, 13-03-1926.

Sindicalistas e a CGT, esta por Manuel Joaquim de Sousa⁴⁵, onde se discutiram e aprovaram documentos sobre a crise de trabalho, a defesa do horário de 8 horas, a luta contra a redução dos salários, as relações entre a organização operária e as Juventudes Sindicalistas, e protestando contra as prisões e deportações por motivos sociais, sendo mais relevantes a aprovação dos estatutos da futura CST e das Juntas Sindicais, elegendo-se a respectiva comissão instaladora.

Dois outros documentos também importantes, aprovados na mesma conferência, recuperam dois velhos assuntos caros à organização do Porto: primeiro, a edição local de um jornal, já por várias vezes alvitada e reivindicada, inclusive nos congressos nacionais, que fosse o porta-voz da organização operária do Norte, independente de *A Batalha*, a lançar e publicar apenas com recurso a meios financeiros dos sindicatos do Porto e da região, complementados pelo valor de 5 mil acções, emitir ao preço de 2\$50, para as despesas iniciais; segundo, sobre o destino a dar aos fundos existentes localmente, reunidos na campanha para a “Casa dos Trabalhadores”, lançada a nível nacional, em 1919, que tinha ficado pelo caminho, sem concretizar o objectivo – depois de discutidos vários alvitres, um dos quais formulado pelos elementos que tinham integrado a comissão responsável por aquela campanha e pela guarda dos respectivos dinheiros, que propunha a distribuição dos valores em caixa pelos presos sociais e pelas escolas sociais da Construção Civil e do Centro Comunista, foi deliberado entregá-los à futura CST-Porto, mantendo-se o respectivo fim (as verbas em causa somavam praticamente 5.000\$00, havendo em caixa cerca de 500\$00, sendo que o restante fora emprestado, tudo indica à USO-Porto, para suportar os custos dos apoios directos e outros e ao funcionamento das cozinhas comunistas por ocasião da greve, em 1923, dos mineiros de São Pedro da Cova.

Também sobre estes últimos a Conferência toma posição, em torno de uma tese apresentada por Joaquim do Carmo, sobre o desemprego naquelas minas, apontando à futura CST que procure fazer cumprir o horário de trabalho, o fim do trabalho de empreitada e a proibição do trabalho de menores (do sexo masculino, o mínimo de 18 anos para descer às minas e 15 anos para os restantes serviços), a proibição absoluta do trabalho feminino com idade inferior a 10 anos, em quaisquer tarefas, a promoção da instrução dos filhos dos mineiros, e que a CST procedesse à reorganização do sindicato dos mineiros local, através de comícios e conferências todos os domingos, interessando os operários no seu sindicato e «desviá-los da taberna e do convívio pernicioso da religião.

⁴⁵ AB, 07-01-1926. Ver também “[Relato da Conferência Inter-Sindical do Porto]”, AB, 09, 12 e 13-01-1926. Os projectos de estatutos da CST-Porto e das Juntas Sindicais foram publicados em 15 e 16-12-1925.

Também se realiza, em Abril de 1926, o congresso das Juventudes Sindicalistas, clandestino, em “Terras do Mistério” (afinal, no Barreiro⁴⁶), com a representação da CGT a cargo de Faustino Ferreira e; participam 20 delegados dos núcleos centrais de Lisboa e Porto, dos núcleos de Gaia, Barreiro, Évora, Setúbal, Faro, Portimão, Aljustrel, Vendas Novas e Graça do Divor. O Congresso aprova uma declaração de princípios, proclamando que «é anarquista a sua ideologia, sindicalista e revolucionário o seu método de acção, antimilitarista a sua propaganda, antiautoritária a sua propaganda, revolucionária a sua acção, de franca hostilidade a sua atitude em face dos partidos políticos e eventual a sua cooperação [com] organizações sindicalistas, anarquistas e revolucionárias, mas a sua cooperação depende da concordância de pontos de vista, dos acordos que estabeleçam e de circunstâncias ocasionais»⁴⁷. Nos órgãos sociais eleitos sobressai Emídio Santana, como secretário-geral, e uma mulher, Maria Júlia de Almeida, integrando a direcção do Núcleo Federal do Norte⁴⁸.

[PRIMEIRO DE MAIO] Para o 1º de Maio de 1926, a CGT adoptou um novo “formato”; o objectivo declarado é ir mais além do que no passado, em que “as comemorações [...] tendo tido certo aspecto de energia, pouco além têm ido de meras manifestações revolucionárias verbais”, o que “sendo muito, não é, entretanto, tudo quanto necessita o proletariado para manter [...] o horário de trabalho [de 8 horas] e as percentagens dos salários conquistadas”, devendo revestir um carácter prático e ser o “início dum movimento geral do proletariado nacional contra a redução de salários e pela reclamação do horário de 6 horas”, que é condição necessária para a cessação do desemprego.

⁴⁶ Emídio Santana – *Memórias de um militante anarco-sindicalista: tempos de luta, de adversidade e de esperança*, p.124. O autor explica as razões de o congresso das Juventudes Sindicalistas ser realizado clandestinamente, pois, não obstante a Constituição portuguesa consignar a liberdade de reunião, a Polícia enviava agentes seus assistir às reuniões da organização, com ordens de as interromperem ou proibirem conforme entendessem, sob pretexto de que a organização não estava legalizada; acresce que as Juventudes Sindicalistas foram, no seu todo, frequentemente identificadas com a Legião Vermelha.

⁴⁷ Transcrito, com cortes, de Edgar Rodrigues – *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*, pp 229-231.

⁴⁸ Um delegado a esse congresso, que relata em obra publicada 52 anos depois, referirá anos depois que «a única participação feminina» lhe parecera um tanto decorativa [embora fosse] agradável ver as nossas camaradas interessadas na luta social» (José dos Reis Sequeira – *Relembrando e comentando*, pp. 92-98, em especial p. 96.) Lista completa dos membros do Comité Federal da Federação Nacional das Juventudes Sindicalistas da Região Portuguesa, eleitos no II Congresso: Secretário-geral, Emídio Santana; Secretário-adjunto, José dos Santos; Secretário administrativo, António de Sousa; Tesoureiro, Luís Costa; Relações Internacionais, Germinal de Sousa; Caixa de Solidariedade, Jorge Mateus; Jornal *Despertar*, Paulo de Oliveira Júnior; Actas, Serafim Rodrigues; Secretariado Internacional: António de Sousa, Emídio de Sousa e Germinal de Sousa; Secção Federal do Norte: António Inácio Martins, Ernesto Ribeiro, Maria Júlia de Almeida, José Pedro Lourenço e Alberto de Castro (AB, 01-05-1926). O diário confederal publicou as teses a discutir no congresso das Juventudes, bem como o respectivo regulamento, este em 17-04-1926, e o relato das respectivas sessões, onde estiveram representados 12 núcleos (Porto, Gaia, Lisboa, Barreiro, Setúbal, Vendas Novas, Évora, Graça do Divor, Aljustrel, Silves, Portimão e Faro).

Nesse sentido, a CGT convida os sindicatos a identificarem, nos respectivos locais, a elaborarem, em assembleia geral ou pelas comissões administrativas ou comissões especiais, as suas próprias “tabela(s) de reclamações”, incluindo nestas “muito especialmente” o horário de 6 horas, e a promoverem novas assembleias, após as manifestações gerais do dia 1 de Maio, ou nos dias seguintes, para sancionar essas mesmas reclamações, apresentando logo de seguida essas reclamações ao patronato e lutando, nas condições que os mesmos sindicatos considerem as adequadas, até à sua inteira satisfação; às Federações de Indústria, Uniões de Sindicatos ou Câmaras de Trabalho, são endereçadas missões de estímulo e coordenação dessas acções, conjugando-as numa acção global, a que a CGT prestará “o concurso que estiver dentro das suas possibilidades.”⁴⁹

A CGT faz-se representar por delegados directos em 26 locais, sensivelmente co a mesma geografia de anos anteriores, assinalando *A Batalha* que o 1º de Maio de 1926 foi dos mais concorridos de sempre⁵⁰; em Lisboa, uma fonte local referencia uma assistência de 2 mil pessoas ao comício do 1º de Maio; no comício realizado no Parque Eduardo VII, em que está presente o secretário-geral da CGT, Manuel da Silva Campos, registam-se intervenções, entre outros, de Mário Monteiro, advogado dos presos por questões sociais, e de José de Sousa, em representação do Socorro Vermelho, o que constitui uma novidade e uma nota de relativa unidade entre elementos afectos à linha maioritária na estrutura confederal e elementos do Partido Comunista, ou seus próximos; intervêm também no comício António Costa, da Federação do Livro e Jornal, António de Sousa, das Juventudes Sindicalistas, Artur Aleixo de Oliveira, em representação da CST/USO-Lisboa, Mário Castelhana e Alfredo Lopes, das Federações Ferroviária e da Construção Civil, respectivamente.

Ernesto Bonifácio foi o elemento do Socorro Vermelho indicado para discursar no comício cegetista no Porto, realizado como habitualmente na Alameda das Fontainhas; um jornal da cidade regista a presença, como delegado directo da CGT, do «jornalista» Santos Arranha, da Federação Mobiliária e director de *A Batalha*; o repórter assinala as sessões realizadas nos sindicatos, de manhã, a paralisação dos transportes públicos na cidade e a presença de milhares de trabalhadores no comício, mas não referenciando a

⁴⁹ “Nota oficiosa da CGT sobre o 1º de Maio e as reclamações operárias”, *AB*, 17-04-1926.

⁵⁰ Segue-se a lista dos delegados da Confederação aos diversos locais:), Santos Arranha (Porto), Alfredo Pinto (Lamego), Alberto Dias (Guarda), Carlos Coelho (Gouveia), Quirino Moreira (Covilhã), Saul de Sousa (Castelo Branco) Jaime Tiago (Peniche), Manuel Nunes e Ferreira da Silva (Marinha Grande e Vieira de Leiria), José dos Santos (Terrugem), Manuel Silva Campos (Lisboa), Barros Guimarães (Almada), José dos Santos Cadete (Barreiro), Ernesto Bonifácio (Setúbal), José Gonçalves (Montemor-o-Novo e Siborro), João de Almeida (Vendas Novas), Emídio Santana (Sines), António Monteiro (Évora), Delfim de Sousa Pinheiro (Beja), Joaquim de Sousa (Elvas), Daniel Francisco (Fronteira), Artur Cardoso (Aljustrel), António Marcelino (Juromenha), Manuel Henriques Rijo (São Bartolomeu de Messines), Fafe (Delegação Confederal do Norte), Faustino Ferreira (Fonte), Sebastião Marques (Pessoal dos Matadouros de Lisboa).

realização do tradicional desfile; ali, além da intervenção de João Timóteo, do Sindicato dos Couros e Peles, a mesma fonte relata os incidentes, durante o comício, entre elementos da organização e elementos do Partido Comunista partidários da ISV, com um esboço de conflitos quando Anastácio Ramos, em nome destes, pretendeu discursar, à revelia do que tinha sido previamente acordado com a USO-Porto, incidentes que deram pretexto à intervenção da polícia, que deu ordem de dissolução do comício.

Na capital, significativamente, a direcção de um dos sindicatos “desalinhados”, o dos Alfaiates, ao apelar para a presença dos seus associados no comício do Parque Eduardo VII, convidara-os a “acatar todas as determinações dimanadas da Câmara Sindical de Trabalho, respeitantes à comemoração do 1º de Maio”, prevenindo assim incidentes como o do Porto.⁵¹

1.2. Uma nova crise grave na CGT nas vésperas do “28 de Maio”

Como foi referido mais acima, *A Batalha* dedica largo espaço, no período que aqui tratamos, aos escândalos financeiros do Banco de Portugal e Angola Metrópole, fazendo com eles uma verdadeira campanha. Tal actividade valeu ao seu director ameaças físicas, como a de Pereira da Rosa, director de *O Século*, que ameaçou dar-lhe seis tiros na cabeça⁵², e queixas na justiça (em Março de 1926 era referido que o diário confederal tinha sido processado 11 vezes); todavia, essa campanha não reunia a unanimidade das opiniões na CGT: se havia quem a aplaudisse – *A Batalha* publica, desde o princípio do ano de 1926, textos de apoio à “campanha contra os burlões da banca, individuais e colectivas, incluindo de organismos de referência dentro da organização⁵³; mas, no Conselho Confederal, alguns delegados mostram a sua discordância – ao que refere Manuel da Silva Campos, em relatório apresentado, em data posterior, à Federação do Calçado, Couros e Peles, de que era delegado no referido órgão da CGT – não em relação «à campanha em si [...] mas por quererem a mesma feita num sentido mais proletariano e por isso mais revolucionário»⁵⁴ e queixando-se ainda do facto de o jornal

⁵¹ AB, 02-05-1926, *Diário de Lisboa e Jornal de Notícias* da mesma data.

⁵² AB, 13-01-1926.

⁵³ Entre os organismos que, em Janeiro de 1926, declaram apoio à “campanha contra os ladrões da banca”, empreendida por *A Batalha*, estão as Federações do Livro e Jornal, dos Rurais, do Calçado Couros e Peles, dos Mobiliários, da Construção Civil, dos Metalúrgicos e das Juventudes Sindicalistas, o Sindicato dos Ferroviários do Sul e Sueste e outros. Emídio Santana, sem ser acutilante – como Campos e Sousa, muito pelo contrário, mas reconhecendo que tinha sido infeliz na missão de que fora incumbido, de renovar a imagem de *A Batalha* – qualifica de salutareas as críticas então feitas à campanha em causa, e como um “sinal que a base orgânica reflectia e exercia os seus direitos de controlo.” (Emídio Santana – *Memórias de um militante anarco-sindicalista...*, p.148).

⁵⁴ Manuel da Silva Campos – *Relatório do Delegado da F.C.C.P. ao Conselho Confederal da C.G.T. [13-08-1926]*, p.6 (Manuel Joaquim de Sousa reproduz algumas partes deste relatório na sua obra *Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo militante*, p.31 a 35). O relatório de Manuel da Silva Campos foi editado em folheto pela Federação do Calçado, Couros e Peles, que, considerando “do mais

não publicar textos fundamentais aprovados por alguns organismos confederados (a esse facto se reportará, porventura, a explicação dada, em referência lateral, pelos responsáveis de *A Batalha*, nos primeiros dias de Fevereiro, de que os escândalos financeiros «absorveram-nos todas as atenções, absorveram-nos ainda o espaço em que deveríamos responder aos soezes insultos dos homens da calçada da Graça e seus satélites [os “Partidários da ISV]. Não tínhamos o direito, como jornal de combate, de abstrair da nossa crítica o escândalo máximo da sociedade portuguesa [...]»⁵⁵).

O que estava em causa (ou dito de outra maneira, o que alguns delegados ao Conselho Confederal começam a pôr em causa), mais exactamente, já era, então, a orientação do jornal *A Batalha*, e a relação deste e do seu director com a CGT e em concreto com alguns dos seus elementos – de um lado, Santos Arranha (e outros); do outro lado, Manuel Joaquim de Sousa (e outros)⁵⁶.

Tal como um ano antes, na sequência do “18 de Abril”, a CGT surge nos primeiros meses de 1926 mergulhada numa crise, que está em crescendo quando se dá o “28 de Maio”; este terá, provavelmente retardado por algum tempo a eclosão de um conflito sério na Confederação Geral do Trabalho.

Em Abril de 1926, com a mais recente iniciativa dos Partidários da ISV aparentemente anulada e sem consequências de maior para a organização confederal, estando a organização a seguir com interesse assinalável (também em *A Batalha*) a greve geral em Inglaterra, o Comité e o Conselho confederais preparam o 1º de Maio. Nesse sentido, o Conselho aprova em meados daquele mês o texto de uma nota oficiosa que o jornal confederal publicou em 17 daquele mês, com orientações sobre as comemorações do “dia do trabalhador”, em torno das quais a CGT preconizava um conjunto de acções a desenvolver pelos sindicatos, a partir daquela data, em matéria de crise do mercado de trabalho, da baixa de salários e da defesa do horário de trabalho de 8 horas. Dias depois, a 22 de Abril, *A Batalha* publica, sob a epígrafe “Problemas Sindicais” o primeiro de vários artigos que causam alguma agitação no Conselho Confederal⁵⁷.

alto valor a questão relatada, e porque interessa directamente a toda a organização sindical”, ofereceu um exemplar a cada organismo confederado na CGT, “para seu conhecimento e arquivo”. Como se verá mais à frente, os factos relatados por Silva Campos vão estar no centro do conflito gerado no Conselho Confederal, tendo como principais protagonistas Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa.

⁵⁵ “A obra dos falsos apóstolos do operariado”, *AB*, 06-02-1926.

⁵⁶ Um facto aparentemente irrelevante, numa leitura despreocupada de *A Batalha*, tem neste contexto uma leitura evidente: na passagem do 7º aniversário do jornal, em que foram promovidas várias iniciativas (festas, etc.), do grupo de “personalidades” que escrevem sobre o acontecimento – Alexandre Vieira, Pinto Quartin, Clemente Vieira dos Santos, Mário Domingues, Jerónimo de Sousa, M.C.Machado, Mário Castelhana – está ausente Manuel Joaquim de Sousa, que foi secretário-geral da CGT e que dirigiu o jornal durante vários meses e que tinha, de facto, ainda então, peso significativo na organização.

⁵⁷ Os artigos em causa são os seguintes: 1-“Urge organizar a propaganda com carácter permanente” (22-04-1926); 2-“É necessário que principiemos pelo princípio” (*AB*, 23-04-1926); 3-“A intervenção dos militantes e da organização sindical na vida social” (*AB*, 24-04-1926); 4-“O valor das Juventudes Sindicalistas e o auxílio que merecem” (*AB*, 25-04-1926); 5-“Para se travar o combate no terreno

Numa primeira aproximação, aqueles artigos correspondem à tarefa cometida pelo Conselho Confederal ao seu jornal de fazer a “conveniente preparação” da acção a desenvolver pelos sindicatos a partir do 1º de Maio, do qual a nota oficiosa da CGT seria o primeiro passo; mas alguns delegados ao Conselho Confederal vêm-nos antes como “recados” de *A Batalha* (de Santos Aranha, seu director) à CGT: “[os artigos] não passavam de simples conselhos dados pela sua direcção à organização. O Conselho Confederal ocupa-se disso, tendo alguns delegados discordado da maneira como estavam sendo postos tais problemas, visto mais parecer que era a direcção de *A Batalha* quem marcava a orientação da organização confederal, do que esta àquela. Foi aprovado um documento neste sentido; porém, passados dias, nos mesmos “Problemas Sindicais” escrevia-se que era preciso ter em conta que fora a burocracia quem matou a CGT francesa. Isto era uma insinuação visando alguém, sem razão de ser, visto não haver tal burocracia, e ao mesmo tempo uma desconsideração pelas resoluções do Conselho.”⁵⁸

Como que em resposta aos “críticos”, o próprio director de *A Batalha* justifica a publicação daquele “material”: «Os artigos que sob a epígrafe “Problemas sindicais” temos escrito nestas colunas não são apenas a expressão do sentir de todos aqueles que desejam o aperfeiçoamento dos organismos sindicais e da organização sindicalista em

económico é preciso conhecê-lo” (*AB*, 27-04-1926); 6-“Os serviços de estatística sobre assuntos económicos ao serviço do proletariado” (*AB*, 29-04-1926); 7-“As proveitosas lições da propaganda do 1º de Maio” (*AB*, 06-05-1926); 8-“Aproveitemos os ensinamentos da formidável greve britânica” (*AB*, 07-05-1926); 9-“Os pequenos núcleos de acção e propaganda da organização” (*AB*, 08-05-1926); 10-“As nossas atenções devem convergir no actual momento para o estado decadente em que se encontra a organização sindical do Algarve” (*AB*, 15-05-1926). O conteúdo deste último foi objecto de contestação por parte de 6 militantes sindicais algarvios, que contestam a informação veiculada naquele artigo de que se deva apenas a João Humberto Matias a (pouca) organização sindical que existe no Algarve (*AB*, 21-05-1926).

⁵⁸ Manuel da Silva Campos – “*Relatório...*”, p.6. Algum do conteúdo dos artigos em causa poderia de facto ser interpretado como “recados” à organização, como este, extraído do primeiro (itálico nosso): “compete à Confederação organizá-lo [a propaganda], chamando os organismos locais, as Uniões sobretudo, a colaborar na sua realização. *A CGT vai, decerto, ocupar-se deste assunto*”; o mesmo se poderia dizer deste extracto, retirado do 8º artigo da série: “[de 2 em 2 meses as principais localidades do país deveriam ser visitadas por elementos mais esclarecidos da organização]. Os militantes operários meditarão este problema e em breve, estamos convencidos, *se as nossas indicações e alvitres forem atendidos*, poderemos contemplar o grato espectáculo de uma organização Operária mais poderosa em número e sindicados, mais valiosa na sua mentalidade revolucionária”. Em circunstâncias normais, isto é, se não existisse (com existia então) um clima de uma certa animosidade e se não houvesse, em simultâneo, outras questões em discussão (com havia), essas mensagens poderiam ter passado de forma completamente pacífica e inconsequente.

A existência de tal “clima” e as “outras questões” é que, do nosso ponto de vista, levam a dar tamanho peso à (suposta) «insinuação visando alguém» (Manuel Joaquim de Sousa?) a partir de uma afirmação retirada de contexto: no 3º artigo são abordadas as funções e responsabilidades dos organismos sindicais, tratando-os separadamente –, as Uniões locais e Câmaras Sindicais do Trabalho no 5º e 6º parágrafos; as Federações, no 7º parágrafo, e a CGT apenas no 8º parágrafo; ao tratar das primeiras, isto é, das USO/CST, escreve-se: «Nunca escasseiam problemas de interesse público. Escasseiam, sim – e devemos ter a nobre coragem de confessá-lo – os militantes competentes para estudá-los. Mas não procurem os mais competentes desculpa nessa falta para, por sua vez, se acomodarem silenciosos ou se limitarem ao desempenho de mezinhas funções administrativas. A burocracia sindical foi a morte da velha C.G.T. francesa. Ponhamos os olhos nessa lição e evitemos cair em erro semelhante».

geral; esses artigos estão perfeitamente em harmonia com a doutrina expressa nos dois últimos congressos operários realizados na Covilhã e em Santarém. Eles estão principalmente integrados no espírito da tese “Organização Sindical Sindicalista” discutida e aprovada no Congresso de Santarém.»⁵⁹

Um olhar mais atento à cronologia e à sequência dos factos evidencia que a publicação dos artigos em causa (“Problemas Sindicais”) e o seu questionamento no Conselho Confederal corre em paralelo com a exigência de explicações/contestação, no mesmo órgão confederal, à viagem de Manuel Joaquim de Sousa, como delegado da CGT, à reunião plenária da AIT, em Paris⁶⁰. As duas questões acabam, inevitavelmente, por se misturar: na contestação aos “Problemas Sindicais” e à direcção de *A Batalha*, estão os delegados da Federação do Calçado, Couros e Peles, dos Mineiros de São Domingos e da USO de Évora (Manuel da Silva Campos, Fernando Almeida Marques e Artur Aleixo de Oliveira) e o próprio Manuel Joaquim de Sousa; na contestação à delegacia deste último estão os delegados das Federações Metalúrgica, Vinícola e Mobiliária, e o do Sindicato dos Manipuladores de Pão – além do director de *A Batalha*, que, enquanto membro do Comité Confederal, teria aprovado aquela delegacia⁶¹.

Arranha, recorde-se, estivera um ano antes à frente do processo de contestação ao então director de *A Batalha*, deliberando o Conselho Confederal que ele substituísse Manuel da Silva Campos naquela função. Aparte questões pessoais, certo é que corria, mesmo na imprensa, que a CGT estava sendo agitada desde o princípio desse mesmo ano por questões internas, como assinala o *Diário de Lisboa* em 7 de Agosto de 1926, num texto que introduz uma entrevista feita a Manuel Joaquim de Sousa⁶² – discordâncias sobre a orientação de *A Batalha* e as atitudes do seu director, refere Manuel da Silva Campos no seu relatório já citado, que Manuel Joaquim de Sousa corroborará, anos depois (citamos para reafirmar os factos, sem querer identificar ou endereçar responsabilidades): «Mas é preciso dizer que muito antes da Conferência de

⁵⁹ “Problemas Sindicais - Os pequenos núcleos de e propaganda da organização”, *AB*, 08-05-1926.

⁶⁰ Manuel Joaquim de Sousa participa em Paris na reunião plenária da AIT, 8 a 12 de Maio de 1926. O relatório da sua participação foi publicado n’*A Batalha* entre 29-09 e 14-10-1926. Uma das decisões dessa reunião foi que o III Congresso da AIT se realizasse em Lisboa (e não em Estocolmo, como deliberara o II Congresso, em Amsterdão. Manuel Joaquim de Sousa relaciona essa decisão com a boa opinião que o delegado da AIT ao Congresso da CGT de Santarém (1925), Armando Borghi, tinha da organização operária portuguesa (“Últimos tempos da acção sindical livre ...”, *Voz Anarquista*, nº 2, 26-02-1925).

⁶¹ Manuel da Silva Campos, no seu relatório já citado, refere que “Todos os membros do Comité aprovaram estas resoluções [a ida do delegado da CGT ao pleno da AIT e, em simultâneo, que representasse a organização portuguesa numa reunião promovida, também em Paris, pela CNT, em resposta ao convite formulado por aquela central sindical espanhola]. Apenas Santos Arranha inquiriu se havia dinheiro para as despesas da delegacia e para as delegacias do 1º de Maio; como lhe fosse dito que havia, concordou plenamente com a ida do delegado.” (obra citada, p.4). Tanto Manuel da Silva Campos, como Manuel Joaquim de Sousa, referem que Santos Arranha terá, entretanto, mudado de opinião sobre aquele assunto, como de resto outros elementos do Comité Confederal.

⁶² “A CGT - as razões porque discorda de ‘A Batalha’ o militante Manuel Joaquim de Sousa”, *Diário de Lisboa*, 07-08-1926.

Paris e do 28 de Maio, alguns desses delegados [refere-se a si próprio, a Silva Campos e a outros que estiveram com as suas posições] pensaram em retirar-se da CGT, expondo em circular e previamente a toda a organização confederal os motivos concretos do seu afastamento. É que se havia tornado impossível uma convivência cordial entre os respectivos delegados, devido às crescentes intrigas que se sentia partirem da redacção. Membros do Comité Confederal quiseram obstar a esse acto extremo e por vezes chamaram atenção do director do jornal, particular e amigavelmente, para os deslizes crescentes de *A Batalha*. A essas advertências que ninguém dirá terem sido desnecessárias, respondia o director com insolências e grosserias, sem respeito por nada nem por ninguém.»⁶³

Tal era a situação interna da CGT quando se deu “28 de Maio” – a pontos de explodir.

2. O “28 DE MAIO”

«Acentuam-se os boatos de revolução», titulava *A Batalha* no dia 28 de Maio de 1926; podia ser apenas mais uma, a somar às muitas revoluções dos últimos anos, ou uma coisa mais séria, tendo como objectivo instaurar, como a CGT vinha denunciando há muitos meses, um regime ditatorial, na linha do “riverismo” em Espanha e do “fascismo” em Itália, em cuja preparação era público e notório o envolvimento de alguns militares e civis desde o “18 de Abril” de 1925. Na mesma edição, de 28 de Maio, o diário operário reproduz o programa subscrito por uma “Junta de Salvação Pública”, com o título “Pela Pátria e pela República”; no dia seguinte, regista que «prossigue o movimento insurreccional», declarando que «a atitude do operariado [isto é, da CGT] é de neutralidade e expectativa».

Sobre a atitude da CGT em relação ao “28 de Maio” e as acções então desenvolvidas pela organização instalou-se alguma controvérsia, interna e externa à Confederação, com pontos de vista e interpretações bastante divergentes – divergências que, aliás, se estendem aos factos e à respectiva sequência e encadeamento. Começamos então por aí, conjugando as diferentes fontes.

[29 DE MAIO] Nesta data, portanto, *A Batalha* declara a CGT em situação de neutralidade e expectativa⁶⁴; analisada a situação em reunião do Comité Confederal realizada nesse mesmo dia, foi assumida a orientação de “lidar” com o movimento

⁶³ Manuel Joaquim de Sousa – *Últimos tempos de acção sindical livre...*, p.37. Seria importante para o conhecimento mais completo dos factos a carta que Santos Arranha endereçou ao jornal confederal, no mês de Agosto seguinte, cuja publicação o seu então director, Joaquim de Sousa, chegou a anunciar, não chegando a fazê-lo (ver mais à frente o subcapítulo “De Maio a Maio).

⁶⁴ *AB*, 29-05-1926.

militar dentro do “espírito” assumido pela CGT em sessões, comícios, etc. de denúncia e preparação para tal movimento⁶⁵.

Emídio Santana conta que, nessa noite, havia na sede da CGT um grande movimento de pessoas e de notícias, e «a sensação de um perigo mal definido»; ali se deslocou João Camoesas, deputado democrático, «que vem contactar a CGT, conhecer a sua atitude e se estaria disposta a um levantamento popular armado pois que procuraria obter o armamento. Aceitámos. Começa-se a preparar tudo, com concentrações em vários locais esperando indicações. Mas as armas não apareceram. Tão pouco o governo [de António Maria da Silva, democrático] as queria dar.»⁶⁶ Num registo diferente, são referenciados contactos de elementos do Partido Comunista, nesse mesmo dia, para organização da resistência aos militares, ficando-se a iniciativa sem efeito devido à indiferença da CGT e da Esquerda Democrática⁶⁷.

[30 DE MAIO] O Conselho Confederal reúne a 30 de Maio, domingo, às 11 horas, para analisar a evolução dos acontecimentos; pela manhã, em *A Batalha* o movimento militar é apresentado como virtualmente triunfante e regista declarações de Gomes da Costa tornando claro que uma parte, pelo menos, dos golpistas se inclina para a instauração de uma ditadura; em editorial, o mesmo diário declara que “a atitude do operariado [da CGT] está definida nos nossos editoriais de ontem e anteontem. É de neutralidade em face dos acontecimentos e de expectativa. Se a questão se localizar num ajuste de contas no campo político sem que as liberdades e regalias populares sejam afectadas, o proletariado organizado e consciente limitar-se-á a seguir com atenção os acontecimentos. Se, porém, alguma atitude de hostilidade se manifestar contra o proletariado – ele terá de defender-se, embora sem pactuar com o governo cuja sorte lhe merece o máximo desprezo.”⁶⁸.

Durante a tarde, um grupo de elementos das Juventudes Sindicalistas manifesta-se contra a ditadura, na estação do Rossio, onde se aguarda a chegada de Gomes da Costa, no comboio da tarde⁶⁹.

[31 DE MAIO] Da reunião do Conselho Confederal, na véspera, sai aprovado um documento que *A Batalha* dá a público em suplemento, com grande destaque na primeira página, em 31 de Maio: “A Confederação Geral do Trabalho toma a sua posição em face dos últimos acontecimentos insurreccionais na seguinte nota oficiosa”. Nesta, a CGT declara sua não neutralidade face ao governo que combateu e que acaba de ser forçado a demitir-se; que não podia ter-se colocado, directa ou indirectamente ao

⁶⁵ Manuel Joaquim de Sousa – *Últimos tempos de acção sindical livre...*, p.34. O autor refere ter o Comité Confederal expressamente recomendado ao director de *A Batalha* o seguimento de tal orientação.

⁶⁶ Emídio Santana – *Memórias de um militante anarco-sindicalista: tempos de luta, de adversidade e de esperança*, pp.138-139.

⁶⁷ José Silva – *Memórias dum operário*, apud João G. P. Quintela – *Para a história do movimento comunista em Portugal...*, p. 69.

⁶⁸ *AB*, 30-05-1926.

⁶⁹ Emídio Santana – *op. cit.*, p.141.

lado das forças políticas que eram adversas às razões da CGT e consequentemente não poderia interferir na acção que determinou a queda do governo; a insistência no anúncio sobre a eclosão dum movimento nacionalista, reaccionário, militarista e próximo do fascismo, se outras razões não houvesse, sendo este movimento militar, bastaria para que o proletariado assumisse posição de desconfiança e atitude de defesa; o conteúdo do programa revolucionário apontam para pôr em causa direitos e liberdades adquiridas e todas as acções nesse sentido serão rejeitadas pela CGT; afirmações de alguns chefes do movimento militar, em especial Gomes da Costa (acabar com a retórica dos comícios; as promessas feitas à Igreja), não constando do programa revolucionário, são sintomáticas do sentido retrogradante para que caminhará a nova situação política; a CGT declara que “enquanto os factos não demonstrarem claramente o erro desta previsão, declara que, aceitando violentada a imposição dum governo ditatorial, militarista ou civil, com tais predisposições, estará em franca oposição ao mesmo e contra ele lutará com todos os meios de que possa dispôr”; a CGT coloca assim de sobreaviso o proletariado e “exorta o mesmo a conservar-se atento, prevenindo-se para a eventualidade duma resistência mais activa na defesa da liberdade em todas as suas manifestações”, sendo que as práticas do “riverismo” em Espanha e do “fascismo” em Itália e as suas vítimas e consequência são suficientes para justificar a prevenção rigorosa do proletariado face à eventualidade de um governo em Portugal animado do mesmo pensamento e da mesma vontade⁷⁰.

Neste mesmo dia 31, a CST-Lisboa reúne para deliberar a atitude face ao “movimento político-revolucionário em trânsito”, assinalando *A Batalha* que não se conhece ainda a feição definitiva que tomará o movimento, dada a disparidade de tendências que se verifica entre os seus dirigentes, dando ainda conta da existência de graves divergências entre dois dos comandantes do movimento militar, Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, e da marcha de tropas do Alentejo sobre Lisboa, para ali implantarem um regime ditatorial; no dia seguinte será notícia que o operariado de Évora declarou a greve geral revolucionária contra a ditadura militar⁷¹.

A situação era, então, extremamente confusa e incerta, refere Emídio Santana, não sendo, todavia, de excluir, “a viabilidade da ameaça de uma reacção de tipo fascista; [...] “não estávamos em frente dum inimigo definido; o movimento estava a ser aceite por todos os meios republicanos, excepto, como era natural, pelos ‘democráticos’. Nada era de confiar; portanto estávamos à defesa mas sobretudo colocados desde logo em oposição.”⁷²

⁷⁰ AB, 31-05-1926.

⁷¹ *Idem*, *idem*. No Porto, o Comité de Agitação da CST local editava, no dia 1 de Junho, uma proclamação globalmente com conteúdo idêntico ao da nota oficiosa da CGT, referida na nota acima (*A Batalha*, 02-06-1926.

⁷² Emídio Santana – *op. cit.*, p.139-140.

[01 DE JUNHO] Em manchete, a toda a largura da primeira página, titula *A Batalha* nesta data: “Morra a Ditadura! Viva a Liberdade!”; “A Confederação Geral do Trabalho proclamou em princípio a greve geral revolucionária em todo o país! Pela Liberdade contra a Tirania, às armas povo de Lisboa!”, publicando a seguir a nota oficiosa da CGT, redigida nos seguintes termos: “Nota oficiosa da CGT – Está declarada em princípio a greve geral revolucionária em todo o país” – “Povo trabalhador: O momento é mais de acção do que de palavras. As forças ditatoriais-militaristas ameaçam tomar o país de assalto em poucas horas e estrangular as liberdades públicas. Confiada de que todo o proletariado, por todos os meios ao seu alcance, oporá a mais tenaz resistência às hostes militaristas-ditatoriais. Por isso a Confederação Geral do Trabalho resolveu proclamar em princípio a greve geral revolucionária em todo o país. Se o puder fazer, a CGT lançará nesse sentido uma proclamação. Mas, para que o proletariado inicie a luta, bastará o conhecimento da aproximação das forças militares que vêm impor-nos a sua ditadura. – A C.G.T.” (a causa determinante dessa proclamação é referenciada no mesmo local: a ameaça de entrada em Lisboa de uma parte do exército, vinda do norte, sob comando de Gomes da Costa, Raul Esteves e Filomeno da Câmara, para esmagar a «parte do exército liberal que se opõe à ditadura e estabelecer um regime férreo contra as conquistas do povo trabalhador»). Ainda na mesma edição, também na primeira página, uma comunicação da CST-Lisboa, com a deliberação tomada na reunião do seu Conselho de delegados, na véspera, de «aceitar para uma mais eficaz resistência [contra o estabelecimento da ditadura militar], a frente única com todos os organismos que aceitem e pratiquem a luta de classes» e «propor ou aceitar um comité de acção, mandatário dessa frente única, que procurará dotar o proletariado dos possíveis meios de resistência.»⁷³

[02 DE JUNHO] A manchete de *A Batalha* mantém o espírito da véspera, mas é bem mais mitigada: «O proletariado português mantém-se na mesma atitude. Pela Liberdade contra a Ditadura!» Apesar da atmosfera dos últimos acontecimentos se ter modificado e de, por parte dos revoltosos, terem sido feitas ontem à CGT declarações categóricas de propósitos anti-ditatoriais, o proletariado não deve desarmar. É preciso estar alerta para na primeira eventualidade entrarmos em luta contra a tirania. Abaixo a Ditadura! Viva a Liberdade!»

Essa mudança é explicada na nota oficiosa publicada na mesma edição: «O Comité do Movimento da CGT apreciou esta madrugada as informações que lhe foram

⁷³ A constituição de uma frente única com organizações, incluindo partidos políticos, é aqui retomada, como no “18 de Abril” de 1925, numa situação de ameaça aos trabalhadores e à organização operária. Então, deu origem – mais uma vez – a grande controvérsia entre os delegados ao Conselho Confederal, com a apresentação do pedido de demissão pelo então secretário-geral da CGT e na sequência disso à substituição de Silva Campos por Santos Arranha na direcção de *A Batalha*, e com uma deliberação daquele órgão confederal de rejeição da frente única, em quaisquer circunstâncias, reforçada por uma deliberação no Congresso de Santarém.

prestadas por delegados do Comité Confederal relativas à conversação havida entre os mesmos e o sr. [João] Mendes Cabeçadas [irmão do *Comandante*], do Comité Revolucionário, que para aquele efeito os convidou. Por essas informações o futuro governo não será o triunvirato militar, ditatorial, constituído com prazo indefinido, mas um governo de funções curtas e transitórias que se manterá somente durante o tempo necessário à sua recomposição com elementos da classe civil, extra-partidários, que garantam uma acção governamental não militarista, mas nacional e liberal. O Comité ponderou não ter garantias algumas sobre a execução deste plano. Recordou as fases preliminares da ditadura de Primo de Rivera, em Espanha, que coincidem em muito com aquelas declarações. Só os factos posteriores do futuro governo poderão demonstrar a sinceridade e as reais intenções dos homens, militares ou civis, que venham a constituir o futuro governo, especialmente no que respeita às garantias de liberdade social do proletariado. Nestas circunstâncias este Comité deliberou tornar público que mantém a deliberação confederal relativa à votação em princípio da greve geral revolucionária. Esta greve deverá ter início logo que seja proclamada por este Comité, por meio dum manifesto devidamente autenticado. O proletariado deverá, pois, conservar-se atento e pronto a agir à primeira voz. Hoje, pelas 21 horas, reúne o Conselho Confederal para se ocupar de várias questões respeitantes aos acontecimentos. – O Comité do Movimento da CGT.»⁷⁴

Em separado, o diário noticia que a votação da greve geral em princípio foi bem aceite pelo operariado, em Lisboa, tendo havido algumas classes que quiseram abandonar imediatamente o trabalho, não o tendo feito «porque elementos mais ponderados lhes fizeram ver a conveniência de não precipitar atitudes e de dar a todos os movimentos do operariado organizado uma unidade perfeita»; os acontecimentos começam a tomar outro rumo, adianta a mesma local, e a hipótese de uma ditadura feroz cerceadora das regalias operárias parece estar arredada.

Em rodapé, o diário da CGT insere o texto de um manifesto distribuído pelo poder militar avisando a população que não tinha intenção de dissolver os sindicatos, com quem dizia querer colaborar, porque consideravam o sindicalismo indispensável nas sociedades modernas, uma declaração nada pacífica para a CGT, por apontar para

⁷⁴ *AB*, 02-06-1926. O texto-notícia que precede e enquadra a nota oficiosa relata pormenores da reunião, na qual João Mendes Cabeçadas havia declarado que o propósito dos militares – mesmo de Gomes da Costa – não era estabelecer nenhuma ditadura e muito menos atingir “qualquer das justas regalias e liberdades do proletariado, estando além disso o novo governo disposto, não somente a manter todas as liberdades públicas, como “a conceder à classe operária algumas regalias justas”. A notícia-relato de *A Batalha* fecha com uma mensagem de optimismo: “São realmente agradáveis e tomamo-las por sinceras as declarações do sr. João Mendes Cabeçadas. Oxalá sejam confirmadas pelos factos. Mas embora os acontecimentos comecem a tomar um aspecto melhor, a Confederação Geral do Trabalho mantém a atitude que tomou. Continua votada em princípio a greve geral e o proletariado, se os acontecimentos se tornarem mais ameaçadores, efectivá-la-á.”

uma promessa de assimilação do movimento sindical no seu sistema político, ao jeito do que tinha feito Primo de Rivera, em Espanha.⁷⁵

[02 A 06 DE JUNHO] *A Batalha* continua a caracterizar a situação como confusa, como estão ainda em perigo as liberdades públicas; alguns organismos tomam posições na linha das divulgadas pela CGT (em Lisboa, Porto); em Lisboa, concretiza-se a deliberação tomada pela CST-Lisboa, sendo organizado o Comité de Defesa Proletária, «constituído por todos os organismos que preconizam e realizam a luta de classes», propondo-se realizar um comício em breve, onde serão tratados “assuntos de carácter social e proletariano e a situação dos deportados e presos por questões sociais.”⁷⁶

«Estamos alerta» é a manchete de 5 de Junho; no dia 6, domingo, é quando se prevê a entrada triunfal de Gomes da Costa em Lisboa, à frente das “tropas alinhadas e guerreiras”; o diário operário titula nessa manhã: «Desconfiar é estar prevenido», escrevendo, em continuação de título, «Por enquanto, operários, todas as cautelas são poucas». Em nota oficiosa, também publicada na primeira página, o Comité do Movimento da CGT, que se tem mantido em sessão permanente, refere que, se a ameaça duma ditadura militar parecia estar afastada, «tal ameaça não só se mantém, mas tem recrudescido nas últimas 30 horas. [...] Inesperadamente pode surgir um golpe de força que destrua as melhores esperanças que nos últimos dias se abrigaram. [Perante as ameaças que subsistem] todos os homens que não se sentem suficientemente escravos para aceitarem a tirania duma ditadura, republicana ou monárquica, devem preparar a defesa. Não será depois de estarem esmagados que poderão levantar-se. Neste momento o melhor protesto, depois duma expectativa passiva e confiada, é preparar condições de resistência contra uma provável restauração monárquica que hora a hora mais se acentua.»⁷⁷

No dia 7 não se publicou *A Batalha*, um facto que indicia, do lado da CGT, uma avaliação menos severa da situação política do que uma semana antes, quando quebrara o princípio da não publicação às segundas-feiras – o tempo, parece, era ainda de «expectativa passiva e confiada».

[08 A 15 DE JUNHO] A nova semana de *A Batalha* abre com a publicação de mais uma nota oficiosa da CGT, com data de 7 de Junho. Nela, a Confederação comunica que, sem ter mudado de posição sobre os acontecimentos políticos, mas parecendo «ter sido desviada a trajectória francamente militar ditatorial [...] a CGT considera que não subsiste o motivo imediato que determinou a votação da greve geral revolucionária em princípio [...] e nestas condições a CGT resolve suspender aquela resolução.» Não

⁷⁵ AB, 02-06-1926, e Emídio Santana – *op. cit.*, 142. Refere este autor que o referido manifesto foi lançado por aviões militares que sobrevoaram Lisboa, no dia 2 de Junho, mas *A Batalha* publica-o na manhã desse mesmo dia. Com refere Emídio Santana, esse manifesto transmitia as posições do Integralismo, que o movimento militar dava mostras de assumir.

⁷⁶ AB, 04-06-1926.

⁷⁷ AB, 06-06-1926.

obstante, continua a nota, a organização observa que não há motivos para o proletariado desarmar, por subsistir a ameaça de uma ditadura, «que, se não é caracterizadamente militarista, não deixará de ser conservadora, retrógrada e feroz. [...] As concessões já feitas às correntes reaccionárias da política impostas pela força monárquico-religiosa ou pela republicano-fascista, afirmam um sensível desvio das correntes que de algum modo se afirmam liberais em política e progressivas em educação». Declarando-se convencida de que, em breve, «se enveredará pelo caminho das máximas represálias e violências» e de que «a perseguição virá sobre o proletariado logo que o novo governo se consolide», a CGT convida os organismos sindicais a manterem-se de prevenção contra a «eventualidade de um desvio governamental para a ditadura militarista ou para uma política de violências e arbitrariedades. [...] Entretanto a CGT conservar-se-á atenta e pronta a manifestar-se, dentro dos meios e do critério que lhe são próprios contra tudo o que represente tirania ou simples falta de consideração pelas liberdades adquiridas e pelas quais os trabalhadores têm vertido vitoriosamente o seu sangue.»⁷⁸

No dia 9 de Junho, quarta-feira, tem lugar no Parque Eduardo VII, o comício pré-anunciado, promovido pelo (unitário) Comité de Defesa Proletária; «Povo de Lisboa, ao comício!», é a machete de *A Batalha* nesse dia, juntando-lhe «Quem for pela Liberdade, vai ao comício! Quem for pela Tirania, fica em casa!». O comício, escreve-se «é destinado principalmente a acautelar liberdades», uma afirmação pública da intenção do proletariado «de defender à *outrance* essas liberdades e regalias [conquistadas à custa de muito sangue e de muita vida perdida], o seu propósito legítimo e humano de se defender da pretensão ditatorial dos conservadores e reaccionários.»⁷⁹ Alguns organismos secundam o manifesto daquele Comité, como o Sindicato Metalúrgico de Lisboa e as Juventudes Sindicalistas.

O comício começa às 18 horas; presidem Alberto Monteiro, António Pinto dos Santos e José dos Santos Cadete, todos do Comité de Defesa Proletária; *A Batalha* assinala a participação de «milhares de pessoas, na sua grande maioria da classe operária», incluindo mais de duas centenas de soldados. Depois de Alberto Monteiro, em nome da organização, falaram, em nome das respectivas organizações, Manuel Joaquim de Sousa (CGT), Emídio Santana (Juventudes Sindicalistas), Virgílio de Sousa (Federação Metalúrgica), Sobral de Campos (Partido Comunista), Artur Aleixo de Oliveira (CST-Lisboa), e ainda o advogado Mário Monteiro, defensor dos presos por questões sociais e deportados, e, em nome do Comité de Defesa Proletária, José Tavares dos Santos; a tónica geral foi a defesa das liberdades, a oposição à ditadura e os perigos

⁷⁸ CGT - “Nota oficiosa da Confederação Geral do Trabalho sobre os últimos acontecimentos”, *AB*, 08-06-1926.

⁷⁹ “O comício de hoje no Parque Eduardo VII” e “[Manifesto do Comité de Defesa Proletária] – Ao povo de Lisboa. Pela Liberdade”, *AB*, 08-06-1926; veja-se também o autógrafo, não datado, de Adriano Botelho no Arquivo Histórico Social – Núcleo Adriano Botelho, AHS 2652 – ms 3026 com o relato deste mesmo evento.

da situação em curso, a condenação das violências e a reclamação da liberdade para presos e deportados sociais, referindo-se o representante da CGT, condenando-a, a intenção de implantar o sindicalismo orgânico, por constituir “um instrumento propício ao julgamento dos explorados pelos exploradores e pelo governo que os representa”. O comício “decorreu e terminou em completo sossego”; presentes, um comissário da Polícia, em representação da autoridade, uma força da Polícia e outra da GNR.

No dia seguinte, 10 de Junho, o Conselho Jurídico da CGT foi recebido pelo presidente do Ministério, almirante Cabeçadas, a quem fez entrega de uma representação reclamando solução para os presos sociais, sem julgamento, principalmente os deportados, cujo regresso e julgamento justo, em Lisboa, é requerido⁸⁰; em relato da entrevista, em fundo, que acompanha o texto da representação, é realçado o tom cordial em que decorreu o acto, a concordância do chefe do Governo com o regresso dos deportados, a gentileza com que foram tratados os elementos da CGT, a simpatia e cordialidade do interlocutor, bem como a convicção do autor sobre a sinceridade das palavras de Mendes Cabeçadas; ainda assim, apesar de todos os elogios à pessoa, o jornal declara uma posição de reserva, considerando as inúmeras vezes que o operariado tem sido enganado pelos governos⁸¹.

Dois dias depois, o diário operário observa que a imprensa e elementos reaccionários empurram o exército para um governo forte.

[16 DE JUNHO] “O clima”, assinala ainda Emídio Santana, «era ainda de indefinição, que começa a dissipar-se com as medidas de coacção, sobretudo sobre a imprensa»⁸², que continua a acompanhar, quanto possível, os passos dos principais intervenientes nos acontecimentos – em Lisboa, entre as diversas instalações militares na capital e nas imediações desta, em especial em Sacavém. Nesta data, os directores dos jornais de Lisboa, convocados pelo chefe do Governo, são ameaçados directamente por este, alegadamente por divulgarem boatos de concentrações de tropas às portas da cidade. A censura à imprensa veio a seguir, por aviso da polícia.

A Batalha, que publica nesse dia uma comunicação recebida da AIT de apoio à CGT, denuncia o tratamento preferencial que o Governo está a dar à Igreja Católica, designadamente entregando-lhe edifícios necessários para escolas

[17 DE JUNHO] O Comité Confederal dá a situação como extremamente confusa, ao ponto de «difícilmente se divisa[r] qual o fim a que se chegará...»⁸³, assinalando que

⁸⁰ “Reclamando justiça – Para que os deportados regressem ou sejam julgados legalmente”, *AB*, 11-06-1926.

⁸¹ “Ver e crer – como são Tomé”, *AB*, 11-06-1926.

⁸² Emídio Santana – *obra citada*, p.143.

⁸³ “A CGT marca a sua atitude perante a actual situação”, *AB*, 17-06-1926. O documento inventaria medidas já anunciadas, designadamente em matéria de ensino e de protecção à Igreja, transcrevendo ainda do “programa de governo” o propósito enunciado de «promover a organização corporativa de toda a Economia Nacional, por meio de atribuições de privilégios políticos e sociais àquelas corporações que se organizarem contra a luta de classes e realizarem a representação de todos os elementos da produção

«na eclosão do movimento revolucionário todos os partidos da oposição estiveram, mais ou menos ostensivamente, em íntimo acordo», divergindo depois as posições face à deriva militarista que o movimento tomou; apesar das indecisões, jogos de influência e de posicionamento dos partidos, considerando o “programa de governo” que acabava de ser formulado pelo ministro da Guerra, tendo em vista, na prática, «criar uma organização sob a dupla base somatenista e fascista», a executiva da CGT entende que, naquele contexto, a organização operária deve sair da «posição de simples expectativa», por não haver garantias de respeito futuro pelas liberdades populares e proletárias. Por isso, sem mexer na deliberação anterior de suspender a greve geral revolucionária votada em princípio «por no momento se afastar a ditadura militar», aquele documento, que o Conselho Confederal aprovou, convoca os organismos sindicais e o operariado para uma intensa campanha de agitação, geral e nacional, com o apoio d’*A Batalha*, destinada a impedir «a promulgação de medidas governamentais que visem fins reaccionários». O mesmo número do órgão de imprensa da CGT inseria uma moção da Federação sindical Metalúrgica, com um claro recado ao órgão de imprensa da CGT, manifesta[ndo] o desejo de que continue no ataque encetado no princípio do movimento», abandonando a atitude de expectativa que vinha mantendo⁸⁴.

Nesse mesmo dia 17 de Junho de 1926 os acontecimentos precipitam-se – as tropas estacionadas à entrada de Lisboa, às ordens de Gomes da Costa, começam a movimentar-se de madrugada, ameaçando entrar na capital, para forçar a saída de Mendes Cabeçadas; no distrito de Lisboa são suspensas as garantias, para prevenir armarem-se civis, e é imposto o recolher obrigatório às 20 horas; há indicações de que, durante o dia, várias pessoas, incluindo Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro e Santos Arranha entrevistam-se com o chefe do governo no comando geral da GNR, pedindo a Mendes Cabeçadas que não abandone funções, pois tem do seu lado a Marinha, Aviação e o povo de Lisboa, sendo também referido que muitos oficiais e populares foram lá oferecer os seus serviços, que não foram aceites; em Lisboa, as tropas estão todas de prevenção e os edifícios públicos foram ocupados por militares armados, que controlam também as ruas.

Entretanto, a CGT fazia sair um suplemento de *A Batalha*, proclamando a greve geral revolucionária⁸⁵, que foi impedido de circular, como referem várias fontes, e,

(capitalistas, proprietários, chefes de empresa, empregados e operários) e garantirem ao operário o seu estatuto nos termos da nova legislação social a publicar».

⁸⁴ “A atitude do operariado”, *AB*, 17-06-1926.

⁸⁵ *AB – Suplemento ao nº 2313*, 17-06-1926. Do texto da proclamação da greve geral revolucionária destacamos: «Proclamação: Ao proletariado e ao povo liberal [...] Periga a República! Sim, a república periga, mas mais do que ela periga a existência dos organismos de reivindicação proletária! [...] Querem a guerra civil? Pois bem, iremos para ela! A Confederação Geral do Trabalho, organismo que não é político, que não quer governar, que não tem responsabilidades no descabro moral e económico em que o país se debate, é neste momento o expoente máximo da Liberdade, que arrostando com todas as contingências da luta levanta o pendão da revolta contra a Tirania! O seu primeiro gesto é este: Está proclamada a greve geral revolucionária em todo o país? [...] Para a luta, operários! Demo-nos as mãos,

assinala Emídio Santana, as áreas industriais foram cercadas por forças militares que se deslocaram de Sacavém e a greve não chegou a generalizar-se⁸⁶. O próprio chefe de governo manda convocar a direcção de *A Batalha*, horas depois; refere David de Carvalho que foram José Santos Arranha e Virgílio de Sousa; Cabeçadas «intimidou-os secamente, sem qualquer preâmbulo, a anularem imediatamente a ordem de greve geral revolucionária, a comunicarem logo no dia seguinte, em *A Batalha*, no mesmo local, essa anulação, sem, contudo, de modo algum inscreverem a locução “greve geral revolucionária”, caso recusassem, ele, já, ali, pelo seu telefone, indicado na intimativa com um dedo, ordenaria ao governo civil de Lisboa cumprisse instruções recebidas anteriormente, muito sumárias, pois consistiam no encerramento das sedes operárias instaladas no edifício da Calçada do Combro, quais eram a CGT, a União de Sindicatos, a Federação e o Sindicato da Construção Civil, o diário *A Batalha*, a Federação e o núcleo de Lisboa das Juventudes Sindicalistas, e presos todos os militantes, o que daria também a prisão dos redactores do jornal.»⁸⁷

[18 - 19 DE JUNHO] E assim se fez: na primeira página de *A Batalha* da edição diária do dia 18, em nota oficiosa que se faz acompanhar de outras matérias de rejeição da ditadura militar, a CGT “desconvoca” a greve geral revolucionária, sem usar as três palavras malditas, assumindo ainda assim manter a luta contra a ditadura fascista, “que assumirá os aspectos que as circunstâncias determinarem.”⁸⁸. No mesmo número, o diário matutino cegetista dava conta de um novo golpe de Gomes da Costa, na véspera, e do afastamento de Mendes Cabeçadas.

Em nova nota oficiosa inserida no diário confederal, na edição de 19 de Junho, historia-se a actuação das autoridades face à proclamação da greve geral revolucionária, a 17, (omitindo, no entanto a intimação de Mendes Cabeçadas): «Mas a polícia interveio, e fê-lo antes de à população operária se poder dar conhecimento da sua resolução. Na hora em que as proclamações deveriam ser distribuídas à população do país foi a casa em que as mesmas foram impressas cercadas e apreendida toda a edição. À noite, quando o Conselho Confederal da CGT estava reunido a apreciar a situação e disposto a tomar resoluções nesta imergência, foi a sede deste organismo invadida pela polícia, armada de carabinas, e intimados os delegados a dissolver a reunião e a abandonar a sede. A Confederação Geral do Trabalho ficou deste modo privada de comunicar ao proletariado as suas decisões e este procedeu, portanto, como se tal

liberais!». O conceito de greve geral revolucionária aplica-se a uma greve cujo fim último é a mudança de regime político ou económico.

⁸⁶ Na nota oficiosa publicada em 19-06-1926 (ver nota 25), a CGT indica que toda a edição impressa do suplemento foi apreendida; *A Batalha*, de 18-06-1926, limita-se à informação de que o suplemento foi impedido de circular; o mesmo faz Emídio Santana, na obra referenciada (p.144); o *Diário de Lisboa*, edição de 18-06-1926, referencia que, na véspera, a polícia apreendeu grande número de exemplares da proclamação da greve.

⁸⁷ David de Carvalho – *Os sindicatos e a República burguesa: 1910-1926*, pp. 241-242.

⁸⁸ CGT - “Nota oficiosa – A Confederação Geral do Trabalho e os acontecimentos”, *AB*, 18-06-1926.

resolução não houvesse sido tomada, ficando este organismo igualmente impossibilitado de tomar as medidas que as circunstâncias do momento requeriam.» Depois, aponta ao futuro: «A Confederação Geral do Trabalho [...] declara guerra, opondo-se com todos os meios de que possa dispor, ao triunfo dessa reacção, ao parecer personificada no governo que a insurreição militar nos impõe pela força das armas. [...] De sobreaviso, denunciando à população incauta e confiada o perigo que correrá se não reagir imediatamente, a CGT coloca especialmente o proletariado de prevenção contra as medidas draconianas que surgirão dum momento para o outro. [...] O movimento que agora não permitiram que fosse levado a cabo, terá de ser iniciado talvez dentro em pouco. [...] A população que, embora passivamente, se revoltava contra as truculências do governo democrático, não poderá aceitar uma situação pior.»⁸⁹

[... DEPOIS] Em 23 de Junho de 1926 *A Batalha* titulava: «A situação continua muito nebulosa e inquietante». Inquietante, sim, considerando o rumo dos acontecimentos; quanto a ser nebulosa, o então secretário administrativo do Comité Confederal clarifica a questão, nessa mesma edição: àqueles que opinam que o perigo denunciado pela CGT ainda não existe e que se deverão esperar os acontecimentos, responde Manuel da Silva Campos, no alto da primeira página de *A Batalha* já então sujeito à censura, que «[o reconhecimento d]a personalidade jurídica às igrejas, o ensino religioso nas escolas e o encerramento das Escolas Primárias Superiores⁹⁰, e o programa da nova constituição são sintomas mais do que justificativos das afirmações e da atitude da CGT»⁹¹; quanto ao mais, valiam as apreciações e resoluções divulgadas a 19: ciente de «que só vence, não quem tem razão, mas quem dispõe da força e dela usa e abusa», a CGT assume como único meio de acção a denúncia, sem meias palavras, do carácter retrógrado e autoritário da nova situação política, pautada por uma «orientação retrogradante no terreno económico-social», pondo de sobreaviso «a população incauta e confiada [d]o perigo que correrá se não agir imediatamente», declarando-se «na mesma disposição de agir [contra ela] por todos os meios ao seu alcance – pela greve ou mesmo pela insurreição, se tanto for necessário» – apelando ao operariado para que, «cioso da sua dignidade e da sua liberdade, consciente dos seus direitos e regalias, não deixe de vigiar a obra reaccionária dos senhores da situação política e saiba corresponder, com energia, com decisão, com fé e entusiasmo aos convites da CGT.»

Em 9 de Julho viria a cair Gomes da Costa, depois exilado nos Açores; Óscar Carmona passava a ser o senhor da situação, assumindo a chefia do governo e o

⁸⁹ “Nota oficiosa da Confederação Geral do Trabalho”, *AB*, 19-06-1926. Autores houve (e.g. Américo Nunes – *Diálogo com a história sindical...*, p. 212) que referenciam esta acção das autoridades (e de Cabeçadas) na sequência da proclamação em 1 de Junho de 1926 da “greve geral em princípio”; isso verificou-se, todavia duas semanas depois, após a proclamação em *AB* – *Suplemento ao nº 2313*, 17-06-1926.

⁹⁰ No dia seguinte, 24 de Junho, *A Batalha* qualificava a supressão das Escolas Primárias Superiores como o acto de um reaccionário (Filomeno da Câmara) com ódio às classes trabalhadoras.

⁹¹ Manuel da Silva Campos – “A razão da nossa atitude”, *AB*, 23-06-1926

ministério da Guerra, tendo Sinel de Cordes como ministro das Finanças – a ditadura militar estabilizava, pelo menos transitoriamente, numa versão integralista-conservadora, que inspira as primeiras medidas governativas da nova situação, em matéria de censura à imprensa e de ensino religioso.

No próprio dia do golpe de Carmona contra Gomes da Costa, a prisão de dezenas de pessoas sob acusação de serem agitadores sublinha a entrada, do país e da CGT, num novo ciclo, em três dimensões, de que se falará a seguir – a primeira, na História, marcada por leituras desencontradas sobre a atitude da organização face ao “28 de Maio”; a segunda, interna, de aprofundamento de um problema suscitado antes do “28 de Maio”, no início centrado em José Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa mas que depois envolverá toda a organização, concluindo com a decisão de algumas Federações se afastarem da CGT; a terceira e última, marcada pelos entraves impostos pela nova situação política à actividade sindical, no quadro de um pronunciado declínio da Confederação, o envolvimento da organização em acções visando o derrube da ditadura e, no fracasso destas, a sua quase completa aniquilação. Abordemo-los por esta ordem.

2.1. Uma leitura sobre a atitude da CGT no “28 de Maio”

A atitude da Confederação Geral do Trabalho face aos acontecimentos de 28 de Maio de 1926 tem sido objecto de controvérsia. A militância comunista, incluindo os activistas sindicais de então, apontou à CGT a falta (alguns falaram mesmo em traição) de não ter declarado a greve geral logo após a sublevação militar em Braga, como aliás tinha feito quando da ocorrência de outras tentativas de golpe de Estado, designadamente no “18 de Abril” de 1925; para alguns, mesmo, a Confederação não o fez por uma atitude cega de oposição ao Partido Comunista, para não se ver obrigada a integrar uma frente única, contrariando, se o fizesse, posições anteriormente assumidas, em especial a declaração de princípios adoptada no Congresso de Santarém. Mais, acrescentam, a CGT reagiu tarde; se o tivesse feito mais cedo, o golpe militar poderia ter fracassado. A CGT, considera-se na mesma leitura, era o único actor social com capacidade para uma reacção e, nessa medida, a sua responsabilidade é ainda mais pesada⁹². Foi também referido que entre os dirigentes cegetistas se manifestou a maior

⁹² Veja-se José Silva – *Memórias dum operário* e João G. P. Quintela – *Para a história do movimento comunista em Portugal: 1-A construção do partido (1º período 1919-1929*. Contra esta “leitura”, escreve Emídio Santana (*op. cit.*, das hostes cegetistas: «historiadores» politicamente comprometidos ou intoxicados pela infalibilidade da dialéctica marxista... omitem a dificuldade da circunstância e a indefinição da situação; outros... consideram que o movimento sindical não assumiu uma acção decisiva contra a conjuntura política, que *A Batalha* teve posições de expectativa e benévolas, sem terem em conta que todo o espectro político era cúmplice, de varias maneiras do movimento em curso até mesmo colaborando nele mais ou menos claramente; o movimento sindical estava só...os partidos comunista e socialista, sem bases, alimentavam sobretudo esperanças eleitorais. [...] A CGT

desorientação⁹³, adiantando outros autores que alguns elementos preponderantes da CGT terão manifestado inclusive alguma simpatia pelo golpe militar de Gomes da Costa, em consonância com a atitude de várias forças políticas – republicanos, socialistas e Esquerda Democrática⁹⁴; internamente, há também acusações de traição e de responsabilidades individuais na comunicação com os trabalhadores e organismos confederados, sendo ainda consensual a apreciação de que a organização operária se ressentia do abandono dos sindicatos por parte de um número importante de trabalhadores e do facto de diversos organismos terem saído da CGT.

A atitude pública da CGT perante o golpe militar do “28 de Maio” foi primeiro de «neutralidade e expectativa», fiel ao princípio de indiferença perante a política, mas precavida contra a possibilidade de instauração de uma ditadura, que há muito vinha combatendo; numa situação muito confusa, que evoluía em golpes e contra-golpes, declarações e contra-declarações dos principais chefes militares implicados no movimento, a CGT vem a declarar a greve geral em princípio no dia 1 de Junho – assinala-se o que significava essa expressão: a Confederação dispunha-se a concretizar uma proclamação de greve geral, convocando, se as circunstâncias o aconselhassem, os trabalhadores nesse sentido. Depois disso, praticamente durante uma semana em que se movimentam tropas em direcção a Lisboa e que os chefes militares alternam gestos de união com momentos de fricção e de ruptura, a indecisão parece ser a tónica nos partidos e organizações que se opõem a uma solução ditatorial – não é claro para que lado evoluiriam os acontecimentos, existe preocupação, mas Mendes Cabeçadas parece continuar a ser o penhor contra uma eventual ditadura militar conservadora. É possível que a CGT experimentasse dificuldades em antecipar a evolução dos acontecimentos, no que não estava sozinha – ela age como as organizações e forças anti-ditadura, e manifesta idênticas indecisões.

Um certo maniqueísmo interpretativo relaciona a não declaração da greve geral pela CGT, logo a seguir ao levantamento militar em Braga, com a atitude sectária da direcção da organização operária face ao Partido Comunista – a CGT não teria agido para não ter de ligar-se ao PCP. A existência de tal atitude sectária (aliás, recíproca) parece inquestionável; como é inequívoca a possibilidade de, no contexto do “28 de Maio”, ter ressurgido na CGT a memória das questões internas suscitadas no “18 de

estava forçosamente só no limiar das contradições da sociedade portuguesa e das forças em pugna (p. 138).

⁹³ Cf. José Maria Costa Júnior – *História breve do movimento operário português*.

⁹⁴ Escreve um elemento operário contemporâneo: «... era possível mesmo obter o apoio do povo para uma revolução contra os democratas no poder [por causa do seu monopólio da máquina eleitoral, dos escândalos financeiros, da corrupção na administração pública, no descrédito do parlamento ‘tanto mais que o número de presos e deportados operários em África, por questões sociais, era grande e a repressão anti-operária era característica do regime’.] Contudo, se essa revolução não tivesse cunho esquerdista; se os chefes revoltosos não fossem conhecidos como liberais, em vez de apoio teriam a oposição da classe operária, até ao sacrifício da própria vida.» (José dos Reis Sequeira – *Relembrando e comentando...*, p. 101.

Abril”, quando o secretário-geral fora violentamente questionado e atacado por ter envolvido a organização num movimento unitário contra o golpe militar de orientação conservadora. Alguns elementos do Comité e do Conselho Confederal da CGT ter-se-ão seguramente debatido com essa questão; ainda assim, elementos preponderantes da organização – mesmo alguns dos que mais denodadamente se haviam batido, em diversas ocasiões, contra o frentismo proposto pelo Partido Comunista e pelos simpatizantes da ISV, no caso Manuel Joaquim de Sousa, Artur Aleixo de Oliveira e Emídio Santana, com mandato da CGT, da USO/CST de Lisboa e das Juventudes Sindicalistas, respectivamente – participam em iniciativas públicas contra a ameaça de ditadura, e outros (como José Santos Arranha, director de *A Batalha*, sempre muito severo para com acções de unidade com os comunistas, designadamente quando fora secretário-geral da CGT e após o “18 de Abril”) aparecem então envolvidos em acções de carácter unitário.

Se a sombra do “frentismo unitário” era potencialmente gerador de retracção na proclamação da greve geral, é defensável que um outro elemento da história cegetista possa ter contribuído para esse protelamento: para o melhor e o pior, uma parte dos elementos responsáveis da CGT, no Comité e no Conselho, seriam condicionados nas suas decisões em matéria de greves gerais pela sombra dos fracassos de movimentos anteriores, e talvez ainda mais pela apreciação muito severa que deles fez a própria organização, mormente as greves pelo “pão político” em 1922 e 1923, e (ainda, passados quase oito anos) da greve geral de Novembro de 1918, cujos relatórios deixaram muito maltratados vários dirigentes e organismos operários, exprobando igualmente a apatia evidenciada pela massa operária – e essa havia sido uma das razões invocadas pela CGT para não convocar, no fim do ano de 1920, uma greve geral de solidariedade com os ferroviários em greve. Acrescente-se, a propósito, que uma greve geral, quando do “28 de Maio, poderia vir a revelar-se verdadeiramente contraproducente, pois poderia redundar em mais um fracasso para a CGT, com consequências a nível interno e externo, considerado o estado de fraqueza da organização, em resultado do abandono dos sindicatos e da desindicalização em curso há muito tempo. Somente quando já era muito clara a orientação ditatorial do movimento do “28 de Maio”, a 17 de Junho, depois do “golpe” de Gomes da Costa para afastar Cabeçadas, a CGT avança com a convocatória de uma «greve geral revolucionária», travada de imediato por imposição do mesmo general Cabeçadas a quem elementos da CGT e outros “revolucionários civis” haviam pedido armas para o defender do “golpe” de Gomes da Costa; proclamação essa que, em abono da verdade, terá sido mais do domínio da retórica do que uma ameaça real⁹⁵.

⁹⁵ «... a CGT afirmava-se disposta a desencadear uma greve geral revolucionária e considerava ser essa a única via para pôr cobro à situação ditatorial que se desenhava. Esta declaração ameaçadora não poderia passar disso mesmo e esconde a posição defensiva em que as estruturas sindicais se

No plano interno, em Maio de 1926, estava em curso na CGT um novo e importante conflito, ao qual, numa linha de apreciação negativa à sua actuação face àquele acontecimento, se poderá atribuir alguma quota de responsabilidade numa sua pretensa “incapacidade de reacção” quando do golpe militar do “28 de Maio”.

A esse conflito já nos referimos no anterior subcapítulo e a ele voltaremos no próximo, para vermos os seus (graves) desenvolvimentos; por agora, centremo-nos nas acusações dirigidas ao director de *A Batalha*, no Conselho Confederal e fora dele, ao tempo e depois.

As acusações partem de dois elementos preponderantes da CGT e a classe do Calçado, Couros e Peles, Manuel da Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa, e visam directamente José Santos Arranha; na prática, o que deixaram escrito sobre esta matéria dá razão àqueles que acusam a CGT de não ter feito o que deveria, no “28 de Maio”. Senão vejamos: A opinião pública, lê-se num texto de Manuel Joaquim de Sousa publicado em 1975, num jornal anarquista, e mais tarde em livro⁹⁶, «ficou neutralizada e incapaz de uma acção oportuna, séria e eficiente; [...] o único organismo que poderia actuar com plena autoridade moral era a CGT, se o seu órgão na imprensa fosse coerente e respeitasse as directivas confederais – o que não fez, antes pelo contrário»; e, mais adiante, remetendo para um relatório de Silva Campos, publicado em Agosto de 1926, escreve Sousa: «quando do golpe militar do 28 de Maio, *A Batalha*, logo no dia 29, publicava em fundo a indicação ao proletariado organizado de que deveria manter-se na expectativa perante o movimento militarista. Era uma orientação contrária às próprias resoluções da CGT e da restante organização, que em sessões, comícios, etc., desde há muito vinha preparando-se para tal movimento. Nesse sentido deliberou o Comité Confederal, reunido nesse mesmo dia, indicar à redacção a conveniência de que a orientação do jornal fosse conforme ao espírito da CGT»; tendo sido chamada a atenção de Santos Arranha, «o artigo do dia seguinte era ainda pior»; levantada por Silva Campos, Manuel Joaquim de Sousa e outros a questão da orientação de *A Batalha*, no Conselho Confederal de 30 de Maio, Arranha diz que a expectativa tem que ver com o seu próprio entendimento do estado de impotência em que achava que estava a organização. [...] Quem diz que o movimento [de “28 de Maio”] triunfaria se *A Batalha* em lugar de dizer à organização que se mantivesse na expectativa, tivesse lançado o grito de ‘Às armas!’ que veio, tarde e a más horas, lançar no seu suplemento do [dia] 31?» O Comité chegou a decidir, adianta Sousa, «apesar das contrariedades, a proclamação imediata da greve geral nacional e nesse sentido chegou a elaborar as

encontravam», escreve João Brito Freire (“Greves Operárias”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, v. 1, p. 401.

⁹⁶ “Últimos tempos da acção confederal livre e do anarquismo militante”, *Voz Anarquista*, nº 3, 26-03-1975 e nº 4, Abril de 1975, de onde foram retirados os extractos que citamos; o texto foi publicado em livro com o mesmo título, pela editora Antígona, em 1989.

respectivas proclamações. Mas foi ainda o director do jornal quem, caprichosamente, abusivamente, ordenou, depois, que tais proclamações não fossem impressas».

Graves acusações, essas de Manuel Joaquim de Sousa e Silva Campos a Santos Arranha.

3. DE MAIO A MAIO, O ANO DO FIM

Escreveu-se atrás que o “28 de Maio” terá retardado a eclosão de um conflito na CGT, em resultado de uma situação de crise que se avolumava desde o princípio do ano de 1926; assim foi. Todavia, o “28 de Maio”, de facto, tornou esse conflito inevitável, mais violento e mais sério: a apreciação que alguns organismos faziam sobre a actuação do director de *A Batalha* naquele acontecimento e as críticas que então lhe dirigiram exacerbaram porventura o conflito existente.

3.1. O “conflito Arranha-Sousa” e o “conflito das Federações”

Ainda decorria o que chamámos “ciclo do 28 de Maio” e a organização confederal volta-se de novo para dentro – há questões pendentes, que transitam de antes dos golpes de Gomes da Costa-Cabeçadas-Carmona: há os pedidos de demissão de Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa, do Comité Confederal; há as apreciações (na verdade, depreciações) destes e outros delegados ao Conselho Confederal à actuação de Santos Arranha, como director de *A Batalha*; há muita animosidade pessoal e esclarecimentos em falta sobre a delegacia de Manuel Joaquim de Sousa a Paris e ao facto de o Conselho Confederal ter sido ignorado na respectiva decisão; há acusações, no próprio Conselho, por comprovar, a Manuel Joaquim de Sousa de gastar mal dinheiros da organização e, fora daquele órgão, outras de ele viver mais da actividade sindical do que da sua profissão de sapateiro; há a tensão, sempre presente, com os comunistas Partidários da ISV, mesmo se (aparentemente) estão menos activos; há a “frente única”, ou seu equivalente, formada no contexto do golpe militar em que participaram elementos da CGT, idêntica à que, quando do 18 de Abril’ tanta polémica tinha provocado na CGT; há, finalmente, vindos de fora recados de que a Confederação se está afastando do caminho certo e que é necessário fazer alguma coisa.

Começemos por estes, que curiosamente se reclamam do mesmo campo ideológico dos principais actores em confronto na direcção da CGT. Em 14 de Junho de 1926 – uma semana após a suspensão da “greve geral em princípio” e a três dias da proclamação da “greve geral revolucionária” – um jornal anarquista formula uma crítica concreta ao estado de coisas na CGT, titulando em editorial que “A Confederação está-se afastando do terreno revolucionário que lhe está demarcado. Procuremos fazê-la

enveredar pelo verdadeiro caminho”⁹⁷, dando origem a uma das polémicas mais exacerbadas na vida da CGT, que acabou por centrar-se em Manuel Joaquim de Sousa e em Santos Arranha; o primeiro aplaudiu a atitude da organização proprietária do jornal (União Anarquista Portuguesa), o segundo reagiu mal, combatendo-a violentamente⁹⁸. Aquele artigo vem relançar o conflito no Conselho Confederal, que vem do princípio do mês anterior, estando demissionários Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos ,

O Conselho é chamado a reunir amiúde nos dias seguintes, sem relatos em *A Batalha*, como se tornara prática nos meses anteriores – pelo relato publicado, o terceiro desde que aquele órgão confederal começou a reunir depois do Congresso de Santarém, sabemos que no Conselho de 1 de Julho se tratou não da crise interna, mas de questões exteriores: um pedido de apoio moral e material dos mineiros ingleses, em greve geral, e a situação de Sacco e Vanzetti⁹⁹.

Depois, mais nada, durante o mês de Julho, apesar das reuniões sucessivas dos “conselheiros” confederais; nos organismos confederados a questão não teria deixado de ser debatida, ou ao menos comentada, sem que o jornal confederal fizesse à mesma qualquer referência – deliberadamente, *A Batalha* escondia o jogo; para ter alguma informação do que se passava dentro da CGT, era necessário ler os “jornais burgueses”, como o *Diário de Lisboa*, que se refere à questão em 17 de Julho (em termos muito fidedignos, como se verificará depois) escrevendo que «A CGT atravessa neste momento uma das fases mais melindrosas da sua existência, [um] facto que está causando sérias apreensões às organizações operárias por se recear a todo o momento que a CGT venha a sofrer com o resultado das reuniões do conselho confederal, onde alguns militantes se têm acusado mutuamente, chegando mesmo a esboçar-se conflitos pessoais»¹⁰⁰; além de identificar as raízes do conflito (as críticas à orientação de A

⁹⁷ *O Anarquista*, nº 8, 11-06-1926, citado por Emídio Santana – *op. cit.*, pp.148-149. Veja-se também Manuel Joaquim de Sousa - *Últimos tempos da acção sindical livre...*, p.47.

⁹⁸ São de uma extrema violência verbal contra *O Anarquista* e contra a União Anarquista Portuguesa dois artigos, não assinados, mas inequivocamente da autoria de Santos Arranha, publicados no penúltimo e últimos números da sua direcção n.º *A Batalha* (24 e 25-08-1926): “Os detractores de ‘A Batalha’ e da CGT” e “Os detractores da CGT e de ‘A Batalha’ não passam dum pequeno grupo de despeitados”, em especial este último, que referencia, sem os nomear, Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa.

⁹⁹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 01-07-1926]”, *AB*, 02-07-1926. Sobre o pedido dos mineiros ingleses, o Conselho delibera que se lhes responda não ser possível boicotar exportações de carvão para Inglaterra, como era solicitado, por não haver produção de carvão em Portugal, e que não era possível o apoio material dos trabalhadores portugueses devido à crise e ao desemprego; em relação à situação de Sacco e Vanzetti, a CGT dirige nos dias seguintes uma circular aos organismos operários, que termina desta forma: «Pela vida e pela liberdade dos mártires Sacco e Vanzetti, deve ser, neste momento, o grito de todo o proletariado.» (*AB*, 09-07-1926).

¹⁰⁰ “A CGT está passando por uma grave crise”, in *Diário de Lisboa*, 17-07-1926. É sintomático da importância desta situação, em termos jornalísticos, o facto de este jornal, que não acompanhava de perto a actividade da CGT (desde o princípio do ano tinha publicado apenas uma notícia sobre a organização, precisamente sobre o comício do 1.º de Maio em Lisboa), inserir, nestes meses, além desta, mais 21 notícias sobre este conflito, a última em 8 de Janeiro de 1927.

Batalha e a delegacia de Manuel Joaquim de Sousa a Paris), aquele vespertino referencia a divisão existente no Conselho Confederal e que Santos Arranha terá do seu lado a maioria dos membros daquele órgão; alude ainda a iniciativas já empreendidas para levar Santos Arranha a apresentar a sua demissão, e reuniões de «elementos militantes afastados da CGT e os da Internacional Sindical Vermelha, no intuito de se estabelecer uma conciliação amigável, de forma a estes poderem [re]ingressar na CGT», e ao facto de, a concretizar-se a saída de Silva Campos e Manuel Joaquim de Sousa, não haver «segundo alguns militantes» ninguém no Conselho com competência para substituir os dois delegados demissionários.

Poucos dias volvidos, perante o silêncio do jornal da CGT, sabe-se do agravamento do estado de coisas – reuniões e mais reuniões, mais acusações pessoais, discussões violentas, cenas de pancadaria em que se puxou de pistolas e mesmo uma tentativa de assalto às instalações de *A Batalha* por um grupo de militantes (com destaque para Fernando Almeida Marques, membro do Conselho Confederal) que uma intervenção de Manuel da Silva Campos terá inviabilizado, como refere ao *Diário de Lisboa* «um militante que tem tomado parte nas últimas reuniões do Conselho Confederal» e que mais tarde será confirmado em fontes confederais¹⁰¹.

Sendo incompreensível, numa situação tão grave, o mutismo da CGT e do seu órgão de imprensa, no dia seguinte *A Batalha* publica um comunicado, assinado pela “Mesa do Conselho Confederal”, que declaradamente pretende esclarecer a situação que se vive naquele órgão – têm-se verificado, escreve, discussões acalorados, por vezes apaixonadas, mas somente isso, negando o que diziam os outros jornais, reafirmando tratar-se tão só «uma divergência de pontos de vista sobre a delegacia que em nome da CGT foi feita a Paris, a uma reunião do pleno da AIT [por Manuel Joaquim de Sousa], delegacia que sendo revestida de sigilo chegou ao conhecimento de elementos estranhos à organização operária, o que levantou reparos de alguns delegados numa sessão anterior [do Conselho Confederal]»¹⁰².

¹⁰¹ “A CGT perdeu mais de 70 por cento dos seus aderentes e em resultado da luta travada entre vários militantes houve uma tentativa de assalto à ‘Batalha’”, *Diário de Lisboa*, 23-07-1926. Estes mesmos factos da tentativa de assalto a *A Batalha* e seus respectivos pormenores são confirmados em fontes internas da CGT (veja-se, designadamente, Santos Arranha - “Os detractores da CGT e de ‘A Batalha’ não passam dum pequeno grupo de despeitados”, citado na nota 4 supra, e a “[Nota colectiva das Federações sobre a situação na CGT], in *A Batalha*, 05-12-1926).” Há mais acusações a Manuel Joaquim de Sousa, refere a mesma fonte do *Diário de Lisboa*: de, não sendo secretário-geral teimar em ser o burocrata da CGT e de invadir as atribuições de Manuel da Silva Campos e de ser remunerado por serviços inúteis que presta à Confederação; entre as medidas a tomar, fala-se na substituição de todos os delegados ao Conselho Confederal pelos organismos que os nomearam, e a supressão do lugar de director de *A Batalha*, remunerado, por ser causador de discórdias e intrigas dentro da organização pelas muitas ambições que se têm manifestado à sua volta. A crise que a CGT está a atravessar, diagnostica o mesmo diário vespertino, é semelhante à que sofreram os partidos políticos, quando estalou o “28 de Maio”.

¹⁰² “Esclarecendo situações – uma nota oficiosa do Conselho Confederal a toda a organização operária”, *AB*, 24-07-1926. Assinam essa comunicação, como “Mesa do Conselho Confederal” (recorde-se que a “mesa” – um presidente e dois vogais – é eleita no início de cada sessão) Domingos Gonçalves (Manipuladores de Pão), Ferreira da Silva (Metalúrgicos) e Alfredo Pinto.

Entre a militância de Lisboa (e, provavelmente, não só) sabe-se das acusações que se fazem e do ambiente reinante nas reuniões do Conselho Confederal – como sintetiza Francisco Paula Júnior a José Augusto de Castro: «Santos Arranha acusa M. J. de Sousa em pleno Conselho Confederal de ter exorbitado quando da sua ida a Paris, discorda da sua ida, quando e segundo afirmam alguns, antes tinha concordado; chama-lhe perdulário, etc., etc. Por sua vez, M.J.S. afirma ser ele o verdadeiro perdulário, chama-lhe mau orientador da *Batalha*, delator por ter comunicado ao Conselho Confederal comunicações secretas da AIT e que tinha sido resolvido ficar somente no Comité, acusa-o de trair a causa dos trabalhadores quando dos últimos movimentos militares [no “28 de Maio”]. Enfim, valem as comadres... Esquecia-me de te dizer que dentro do Conselho, em plena reunião e muito revolucionariamente, se envolveram quase todos os componentes do mesmo em amena confraternização distribuindo mútua e amigavelmente alguns pares de socos, pontapés, cadeiradas, etc. Para te definir melhor o que isto é, chamar-lhe-ei como qualquer menino integralista uma verdadeira “Anarquia”»¹⁰³.

Em cada dia que passa, acentua-se a noção de insustentabilidade da situação. Algumas Federações decidem fazer alguma coisa; a iniciativa parece ser da Construção Civil, numa acção inédita e contestável, por razões de competências definidas nos estatutos e textos programáticos da Confederação. A convocatória-convite às Federações confederadas, para uma reunião das respectivas comissões administrativas, «para tratarem de um assunto urgente que se prende com a marcha da organização» parte das Federações da Construção Civil, Metalúrgica, Vinícola e Mobiliária; o documento-base de trabalho é uma moção aprovada pela Construção Civil, propondo que os organismos representados no Conselho substituam os seus delegados, e ainda a destituição dos três protagonistas centrais da crise, dos cargos que ocupam na CGT: Manuel Joaquim de Sousa, secretário-correspondente da CGT com a AIT (dos Manufactores de Calçado de Lisboa), José Santos Arranha (dos Mobiliários de Lisboa), director de *A Batalha*, e Manuel da Silva Campos (dos Manufactores de Calçado de Lisboa), secretário da Comissão Administrativa do Comité Confederal¹⁰⁴.

Na reunião, que teve lugar nas instalações da CGT na calçada do Combro, em Lisboa, nos dias 2 e 3 de Agosto de 1926, estiveram presentes, além das comissões administrativas das Federações acima, as suas homólogas das Federações Corticeira, Rural, Livro e Jornal, Calçado, Couros e Peles, Transportes Marítimos e Fluviais, e da CST-Lisboa e do Sindicato dos Manipuladores de Pão de Lisboa – 11 dos 20 organismos então com representação directa no Conselho Confederal. Dois dos elementos presentes (Manuel da Silva Campos e Artur Aleixo de Oliveira, ali em

¹⁰³ Arquivo Histórico Social, Caixa 35, AHS 5583, ms. 1738, 04-08-1926).

¹⁰⁴ AB, 31-07-1926.

representação, respectivamente, da Federação do Calçado, Couros e Peles e da CST-Lisboa) estão directamente implicados nos acontecimentos mais graves no Conselho Confederal; a gravidade dos assuntos a tratar é evidenciada pela vinda a Lisboa, para participar na reunião, de Vital José, o secretário-geral da Federação Rural¹⁰⁵.

Os trabalhos desenvolvem-se em torno da moção/proposta da Construção Civil e de uma outra, mais radical, apresentada pelos Mobiliários, de destituição de todos os delegados do Conselho Confederal; quase sempre numa posição desalinhada face aos restantes organismos, protegendo os “seus”, os delegados do Calçado, Couros e Peles e da CST-Lisboa, designadamente contestando a legitimidade e a “legalidade” de aqueles organismos se sobreporem ao Conselho Confederal.

As deliberações da “reunião das Federações” são basicamente as seguintes: propor aos organismos representados na CGT a substituição dos seus delegados ao Conselho Confederal; constituição de um novo Conselho, com exclusão dos elementos que tenham participado nos incidentes, os tenham fomentado ou que tenham apoiado os contendores; constituição de uma «comissão de gestão» da Confederação, por elementos não comprometidos nos acontecimentos, com mandato até à formação de um novo Conselho; administração transitória de *A Batalha* pela respectiva redacção, sob orientação e controlo da «comissão de gestão»¹⁰⁶.

As resoluções da “reunião das Federações” foram comunicadas de imediato, por circular, aos organismos com representação no Conselho Confederal, que não tinham participado naquela reunião¹⁰⁷. Os vários organismos confederados com representação directa na CGT, mas também muitos sindicatos, debatem a situação e as resoluções tomadas, nos seus órgãos colectivos (assembleias gerais, nos Sindicatos, conselhos federais, nas Federações, e de delegados, nas USO e CST).

A turbulência originada no Conselho Confederal contagia rapidamente outros organismos; em algumas Federações, com destaque para os Metalúrgicos, debate-se e questiona-se a actuação dos seus delegados na CGT, cujos ecos chegam aos sindicatos

¹⁰⁵ [“Relato da reunião das Federações de 02 e 03-08-1926], *AB*, 05 e 06-08-1926.

¹⁰⁶ Transcreve-se o teor das deliberações tomadas na “reunião das Federações”: 1-Propor aos organismos representados na CGT a imediata substituição dos seus delegados; 2-Nomear dentre os delegados actuais que não tomaram parte no debate, cinco membros que constituirão uma comissão para dar cumprimento às resoluções deste conselho, despacho do expediente confederal e atender aos interesses dos presos junto do Conselho Jurídico; 3-Esta comissão, logo que esteja de posse de todos os elementos, convocará o novo Conselho e aí deporá o seu mandato; 4-Que nenhum dos actuais delegados que tenha tomado partido por quaisquer dos contendores e fomentadores da grave questão em trânsito, volte a fazer parte do novo conselho; 5-Enquanto se não constituir o novo Conselho, a administração de *A Batalha* ficará a cargo do seu chefe [de redacção]; 6-Igualmente a redacção será dirigida colectivamente pelos actuais redactores; 7-Tanto a redacção como a administração ficam sujeitas ao controle e orientação da comissão a nomear (*idem, idem*).

¹⁰⁷ A circular é enviada para os 12 organismos com representação directa no Conselho que não tinham participado na “reunião das Federações”: CST-Porto; USO’s de Almada, Évora, Faro e Setúbal; Federações Têxtil e Ferroviária; Sindicatos dos Mineiros de Aljustrel, Mineiros de S. Domingos, Chauffeurs, Manipuladores de Vidraça e Manipuladores de Cristal, ambos da Marinha Grande. “[Circular aos organismos centrais]”, *AB*, 07-08-1926.

federados; na USO-CST de Lisboa há demissões e violentíssimas discussões relacionadas com a mesma questão, mas também com um maior protagonismo que parecem estar a ter na União local elementos conotados com a ISV.

A 18, em nota oficiosa, a Comissão das Federações torna público que, com as respostas já recebidas, a maioria das Federações pronuncia-se pela destituição do Conselho e dá acordo às restantes resoluções tomadas na “reunião das federações”, pelo que, seguindo as regras, pede ao Comité que convoque o Conselho Confederal para lhes dar execução¹⁰⁸. O Conselho reúne a 24 de Agosto, tomando conhecimento das resoluções das Federações e outros organismos com representação directa, que foram aprovadas por todos os delegados, e nomeando a comissão encarregada de lhes dar execução, que passam a constituir a “comissão de gestão” da CGT – Joaquim de Sousa (Metalúrgicos), Faustino Ferreira (Tanoeiros), Luís Gonzaga (Construção Civil) e Alfredo Lopes (Construção Civil)¹⁰⁹, que passam a exercer as funções da comissão administrativa definida no estatuto confederal.

Um sinal de mudança, em boa parte mais retórico que sustentado na realidade e claramente uma nota de intenções, é dado pela edição de *A Batalha* do dia 26 de Agosto de 1926, cuja direcção (interina) passou a ser da responsabilidade de Joaquim de Sousa, da comissão de gestão provisória, que entre outras funções confederais, tivera a de tesoureiro entre os anos de 1919 e 1925; o editorial é uma “profissão de fé” na sobreposição dos interesses do proletariado em relação aos interesses pessoais e na entrada da organização numa nova era: «não estamos dispostos a perder o nosso tempo discutindo os actos dos homens [...] seguiremos um caminho firme norteado pelo desejo de levantar a Organização Operária»¹¹⁰.

Tal declaração sublinha, de facto, uma mudança de atitude – precisamente na véspera, na última edição da responsabilidade de Santos Arranha, um artigo não assinado, mas indiscutivelmente com sua marca, procedia a um ajuste de contas com «alguns pseudo-anarquistas que faziam parte do Conselho Confederal [que] animados apenas de uma vaidade pessoal incomensurável [...] lançam mão dos processos mais abjectos para cimentar o seu triunfo, [e que] possuem uma ânsia de mando extraordinária], contando um episódio pouco edificante a que outros já tinham feito referência: «uma vez, após uma sessão do Conselho Confederal onde não viram triunfar os seus desígnios, quizeram escorraçar a tiro de pistola do lugar que ocupa o director deste jornal. Irromperam violentos de armas em punho pelos corredores da nossa sede,

¹⁰⁸ AB, 18-08-1926.

¹⁰⁹ “Conselho Confederal [relato da reunião de 24-08-1926]”, AB, 25-08-1926.

¹¹⁰ “A Organização Operária vai entrar numa nova fase de rejuvenescimento”, AB, 26-08-1926.

não tendo chegado a via de facto porque o pessoal que nesta casa trabalha o impediu.»¹¹¹

Neste ponto, fazem sentido duas notas de síntese: a primeira, que, três meses passados sobre o “28 de Maio”, na evidência do aprofundamento da tendência fascizante do novo regime, a CGT surge-nos ensimesmada, completamente virada para dentro, submersa numa luta de personalismos, descurando o essencial; a segunda, que estes eventos, se por um lado escondem, por outro, inversamente, evidenciam uma crise maior – que foi a crise de sempre, mas agora mais grave: a falta de militantes, a concentração de funções num muito restrito número de pessoas, a falta de recursos financeiros, a crise e o cansaço da militância, a mobilização e a participação do operariado reduzida ao extremo, esta simbolicamente demonstrada pelas 23 presenças na assembleia geral do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa que discutiu e deliberou sobre alguns dos factos de maior gravidade aqui referenciados¹¹².

Para quem passou a administrar o dia-a-dia da organização os tempos eram, declaradamente, de promover o apaziguamento; mas também de acudir a ingentes problemas imediatos, em que sobressaem, de novo, a situação financeira do diário confederal, que haviam suscitado, dias antes, mais um apelo dramático lançado aos leitores: «*A Batalha* – Se não a auxiliarem de imediato, morre» – sendo que, como sempre, apesar da crise interna que se vivia então na CGT, a solidariedade se manifestou de imediato, chegando ao jornal no espaço de uma semana mais de mil escudos¹¹³. Nesse sentido, *A Batalha* não publica, como pretendia o seu autor, a carta que lhe foi dirigida por Santos Arranha, em que este se propunha «explicar a sua atitude», limitando-se a um resumo polido e correcto de algumas das suas passagens¹¹⁴.

Todavia, a iniciativa das Federações e a solução encontrada no Conselho Confederal para a “questão Arranha-Sousa” tinha, objectivamente, outras leituras: ainda decorria o processo encetado pela Comissão das Federações, que levaria à destituição do Conselho Confederal, e já a CST-Porto (que no Conselho era representada, precisamente, por Manuel Joaquim de Sousa) faz a denúncia de “manobras moscovitárias” que, através do incidente na CGT, pretendiam apoderar-se da desta¹¹⁵; a

¹¹¹ “Os detractores da C.G.T. e de ‘A Batalha’ não passam de um pequeno grupo de despeitados”, *AB*, 25-08-1926. Veja-se também, no mesmo tom e da mesma autoria, “Os detractores de ‘A Batalha’ e da C.G.T.”, in *AB*, 24-08-1926.

¹¹² *AB*, 13-08-1926.

¹¹³ *AB*, 13-08-1926. Refere-se naquela comunicação que *A Batalha* subsistira, em boa parte, nos dois anos precedentes graças aos recursos obtidos com o sorteio do automóvel, realizado em 1923, e o que sobra da campanha de auxílio para compra de material para o jornal no ano seguinte.

¹¹⁴ “A atitude de Santos Arranha, ex-director de ‘A Batalha’”, explicada numa carta”, *AB*, 29-08-1926.

¹¹⁵ “A hora é dos comunistas”, escreve Germinal de Sousa, das Juventudes Sindicalistas, numa carta privada a José Augusto de Castro, adiantando que “os comunistas estão ganhando terreno duma forma assustadora; [...] e a organização verdadeiramente sindicalista revolucionária não se manifesta

declaração em contrário de João Miranda e Manuel Nunes, no final da reunião do Conselho que fecha o processo de destituição deste, de que a Comissão das Federações “ao contrário do que se tem espalhado, não fez jogo, nem foi movida por entidade estranha, como [o] partido comunista, moscovitários ou quaisquer outros”¹¹⁶ não é desmentido suficiente; as acusações espalham-se e redobram de intensidade nas semanas seguintes, transformando-se numa verdadeira campanha, a que dão corpo a União Anarquista Portuguesa e a Federação das Juventudes Sindicalistas, através de uma circular conjunta enviada aos sindicatos e outros organismos confederados; vários destes, entre Sindicatos e Federações (Metalúrgica e Construção Civil, designadamente), tomam posição sobre essa campanha, denunciando propósitos de desacreditar a CGT e declarando apoio às acções empreendidas pela Comissão das Federações; a própria Federação das Juventudes Sindicalistas, discutindo a questão em Conselho Federal, se apressa a demarcar-se da circular em causa, da iniciativa exclusiva do respectivo comité directivo, em que pontifica Emídio Santana¹¹⁷.

Também a comissão administrativa da CGT se vê forçada, escassas duas semanas após ter tomado posse, a sair da posição inicial de acalmar dissensões e não alimentar polémicas, para denunciar os jornais operários “que dão guarida a campanhas de descrédito da CGT e seus militantes”, declarando que “a atoarda de um assalto de comunistas à CGT é tão disparatada como infamante”¹¹⁸, voltando a fazê-lo, uma semana depois, perante o recrudescimento dessa campanha junto dos sindicatos “da província”, descrevendo então, em pormenor, o “conflito Arranha-Sousa” no Conselho Confederal, para esclarecer confusões¹¹⁹.

decisivamente, então, adeus organização [sindical] revolucionária.” (Arquivo Histórico Social, Caixa 35, AHS 5583, ms. 1740, 13-08-1926).

¹¹⁶ “Veja-se o relato, já citado, do Conselho Confederal de 24-08-1926, (AB, 25-08-1926).

¹¹⁷ Veja-se *A Batalha*, 03 e 05-09-1926. Emídio Santana mostra-se bastante activo na promoção de tais pontos de vista, não somente nas Juventudes Sindicalistas, mas igualmente nos organismos sindicais; a sua acção nesse sentido, no Sindicato Metalúrgico, na Federação dessa classe e na CST-Lisboa é objecto de reiteradas críticas e censura colectiva, chegando este militante sindical e militante anarquista a ser demitido por defender na Federação e na CST-Lisboa posições pessoais e não as perfilhadas pelo sindicato que representa naqueles organismos (veja-se o relato da reunião do Sindicato Metalúrgico de Lisboa, que delibera a abertura de um inquérito a Santana sobre factos por este protagonizados na CST de Lisboa – AB, 13-08-1926). Também na Federação das Juventudes Sindicalistas o ambiente é muito conturbado, com reuniões tumultuosas, tentativas de agressão, assembleias gerais suspensas, como se pode ver na correspondência de Germinal de Sousa para José Augusto de Castro, depositada no Arquivo Histórico Social, já citada; este identifica um grupo dos “nossos”, em que predominam o próprio Germinal de Sousa e Emídio Santana, defendendo as posições da UAP e de *O Anarquista* – e de Manuel Joaquim de Sousa (ou pelo menos anti-Santos Arranha) – e um grupo que se lhes opõe, “os amigos do Arranha”, no qual Virgílio de Sousa será o elemento mais em evidência, que se perfila, refere Germinal de Sousa, para ascender a secretário-geral da Federação das Juventudes Sindicalistas, na hipótese da “queda” de Emídio Santana e dos que o apoiam (Arquivo Histórico Social, Cx. 35, AHS 5583, ms 1739, 13-08-1926).

¹¹⁸ “Nota oficiosa da Comissão Administrativa da CGT sobre a obra dos detractores”, AB, 08-09-1926.

¹¹⁹ “[Circular da Comissão Administrativa da CGT]” sem data, AB, 14-09-1926.

Contudo, rapidamente uma outra questão vem alimentar as acusações dos anarquistas e da militância anarco-sindicalista – a discussão da unidade sindical, um tema incendiário na CGT, pela associação imediata aos militantes sindicalistas Partidários da ISV e ao Partido Comunista. Pois é esse um dos temas que a CST-Lisboa se propõe tratar na Conferência de Sindicatos a realizar em breve, e *A Batalha* (ou, melhor, a comissão administrativa da CGT, em conjunto, pela mão de Joaquim de Sousa, ou apenas deste) aplaude, consagrando-lhe quatro editoriais quase de seguida, com o sentido geral, expresso no primeiro, de que, «se é lógico que se trabalhe no sentido de unificar os sindicatos de Lisboa, porque não encetar idênticos trabalhos no sentido de unificar todo o proletariado do país?», num processo de revigoração da organização operária, no seu ponto de vista assente em três pontos: a) estabelecer um ambiente de cordialidade em que todos possam, dentro da organização, exprimir os seus pontos de vista e entenderem-se sobre os interesses gerais do proletariado; b) organizar a propaganda, para trazer aos sindicatos a população operária que abandonou os mesmos; c) efectivar, quanto antes, a unidade sindical, com espírito de tolerância, de forma a que entrem nos organismos centrais os organismos que entretanto se afastaram; e, para isso, *A Batalha* dá o primeiro passo, abrindo as suas colunas a quantos queiram manifestar-se sobre aqueles três pontos, «pertencam eles à corrente revolucionária a que pertencerem [mas] sem ressuscitar polémicas antigas ou incitar velhos ódios pessoais». Esta posição, que é a da comissão administrativa da Confederação, escreve-se no último daqueles editoriais, tem por objectivo trazer de novo à CGT, senão todos, pelo menos alguns dos organismos que se afastaram¹²⁰.

Poucos dias depois, o jornal anarquista do Porto *A Comuna* vem a público denunciar o «triunfo do reformismo na CGT»; também no Porto, numa reunião da CST local, generalizam-se as queixas e reparos de que a Comissão Administrativa da CGT e a direcção de *A Batalha* se mostram parciais na sua acção, dando maior destaque às iniciativas do Socorro Vermelho do que às notícias enviadas pelos organismos confederados do Norte, pura e simplesmente ignorando-os, ou suprimindo «o que não lhes convém», principalmente o que se refere «à atitude de certos organismos perante o conflito na CGT e à defesa dos seus princípios ideológicos»¹²¹.

Entretanto, o processo de constituição do novo Conselho Confederal revelava-se bastante demorado, não obstante a insistência da comissão administrativa da CGT, em *A Batalha* e directamente aos organismos com assento no Conselho Confederal, para procederem à nomeação dos seus delegados, em comunicado, sublinhando a deliberação das Federações impondo como princípio de actuação que não fosse nomeado como

¹²⁰ “O problema da unidade sindical”, *AB*, 19-09-1926; “Ainda o problema da unidade sindical”, *AB*, 23-09-1926); “Com boa vontade alguma coisa alcançaremos”, *AB*, 24-09-1926, e “Quem nos quiere ajudar?”, *AB*, 25-09-1926.

¹²¹ [Relato do Conselho Federal da CST-Porto, sem data], *AB*, 02-10-1926.

delegado ao Conselho nenhum dos anteriores delegados «que tenham tomado partido por qualquer dos contendores na grave questão que se debateu no anterior Conselho»¹²². Muito activos, no terreno, estão os jovens militantes anarco-sindicalistas Emídio Santana e Germinal de Sousa, nas Juventudes Sindicalistas, particularmente nos núcleos de Lisboa e do Sul, mas também de sindicatos da mesma geografia¹²³.

A primeira reunião do novo Conselho Confederal teve lugar somente em 12 de Novembro¹²⁴; no essencial, era um Conselho muito idêntico ao anterior, apenas faltando José Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa. Os trabalhos esgotaram-se na discussão de alguns delegados, cujos mandatos foram recusados por maioria do Conselho (7 votos não, 6 votos si e 4 abstenções), pelo facto de terem sido elementos activos no conflito ocorrido no anterior Conselho Confederal – Fernando Almeida Marques (Metalúrgicos de Lisboa, delegado ao Conselho pelos Mineiros de S. Domingos), Artur Aleixo de Oliveira (Manifactores de Calçado de Lisboa, delegado pela USO-Évora) e Manuel da Silva Campos (do mesmo sindicato, nomeado delegado pela respectiva Federação). O primeiro daqueles delegados declara que, não sendo aceite, o Sindicato que representa suspende relações com a CGT; por seu turno, os delegados da CST-Porto, dos Mineiros de Aljustrel e da Federação do Calçado, Couros e Peles, declaram abandonar o Conselho até consultarem os respectivos organismos¹²⁵.

A situação daqueles delegados volta a ser debatida no Conselho nas sessões imediatas e, em nova votação os mesmos são aceites, com a oposição declarada das Federações do Livro e Jornal, Metalúrgica e Mobiliária (mas já não a da Construção Civil, que na votação precedente se opusera também à aceitação daqueles delegados)¹²⁶;

¹²² “Circular da Comissão Administrativa da CGT”, sem data, AB, 01-09-1926.

¹²³ Na documentação que constitui o Núcleo José Augusto de Castro, no Arquivo Histórico Social, há bastantes documentos sobre a acção de Germinal de Sousa e Emídio Santana neste período, através dos quais se podem conhecer os detalhes desse combate ideológico (que teve também muito de físico, com um histórico de agressões que eles não deixam de referenciar) travado pelos dois nas Juventudes Sindicalistas, nos meses de Agosto a Dezembro de 1926. Vejam-se designadamente os documentos com as referências AHS-5583, ms-1739, ms-1740, ms-1741, ms-1742 e ms-1742[i] (cartas de Germinal a Castro, 13-08-1926, 27-08-1926, 11-09-1926, 10-10-1926 e 07-12-1926) e ainda as cartas de Francisco Paula de Oliveira a José Augusto de Castro, sobre a mesma problemática – ms-1738 (04-08-1926), ms-1744 (20-10-1926) e ms-1745 (09-12-1926).

¹²⁴ O anúncio e o relato, em *A Batalha*, 12, 13 e 14 e 13-11-1926, não são claros quanto ao número de organismos representados, que, tendo como base a votação, foram 17. Desses, conhecemos os nomes de Henrique Marques-Federação Têxtil, António Marcelino-Federação Rural, Francisco Sousa/Virgílio Sousa-USO Portimão; Edmundo Tavares/João Miranda, USO Almada; Manuel de Figueiredo/Luís Gonzaga-USO Seixal; Manuel Maria de Sousa/José Cadete-USO Setúbal; Mário Pinto/Afonso Ribeiro-USO Olhão; Carlos Maria Coelho/João Antunes Rodrigues-CST de Vila Franca de Xira) e Américo Vilar (Sindicato dos Mineiros de Aljustrel). Retenha-se que, seguindo uma prática usual de nomeação dos delegados dos organismos de fora de Lisboa que não os tivessem nomeado, todos os delegados das USO/CST indicados foram designados pela comissão administrativa da CGT, que ficou a aguardar a respectiva confirmação ou a sua substituição. Como referido no texto, foram também delegados Fernando Almeida Marques, Artur Aleixo de Oliveira e Manuel da Silva Campos.

¹²⁵ [Relato do Conselho Confederal de 12-11-1926], AB, 13 e 14-11-1926.

¹²⁶ [Relatos das reuniões do Conselho Confederal de 17-11-1926 e 22-11-1926], AB, 19 e 23-11-1926. A votação deliberatória sobre a aceitação dos delegados registou 10 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção. Na mudança da posição e do sentido de voto de alguns delegados (e dos organismos que

os argumentos que sustentam a proposta e deliberação são o espírito de tolerância de que a organização deve dar mostras, o princípio da autonomia sindical reconhecida aos organismos em causa na escolha, confirmada, dos seus delegados ao Conselho e a “pacificação” que é necessário fazer na organização, como condição para o trabalho do seu levantamento. Isto mesmo é deliberado comunicar, em circular, aos organismos operários, que *A Batalha* publica em 28 de Novembro, subscrita por Alberto Dias e Mário Castelhana, presidente e secretário da Mesa do Conselho Confederal de 22-11-1926¹²⁷.

O novo Conselho Confederal recupera, pois, o essencial da sua configuração anterior à “reunião das Federações”, com a presença e predominância de delegados da corrente anarco-sindicalista, apenas sem Manuel Joaquim de Sousa (e Santos Arranha, da corrente contrária)¹²⁸.

Tinham dado o resultado pretendido as acções empreendidas por elementos daquela corrente, tendo como suporte a direcção da UAP (os tais elementos tão frequentemente confrontados, entre outros, quer por Santos Arranha, quer, depois, por Joaquim de Sousa), um conjunto de elementos preponderantes nos sindicatos do Porto (Metalúrgicos, por exemplo) e na CST local, que Manuel Joaquim de Sousa representava no anterior Conselho Confederal, Manuel da Silva Campos na CST-Lisboa, este e Sousa junto do seu Sindicato, que vem a declarar, expressamente, em assembleia geral, que Manuel Joaquim de Sousa não é “perdulário”, como o acusava Santos Arranha; e ainda, o grosso dos dirigentes das Juventudes Sindicalistas do Porto e alguns elementos desta em Lisboa (Emídio Santana, Germinal de Sousa, filho de

representam?) teve papel central Mário Castelhana, da Federação Ferroviária, que começa assim a emergir como figura central na vida interna da CGT.

¹²⁷ AB, 28-11-1926.

¹²⁸ Em resultado da “questão Arranha-Sousa”, Manuel Joaquim de Sousa deixa então todos os cargos que tinha na CGT, informa Adriano Botelho, «dependendo o seu regresso à actividade de um inquérito preliminar que nunca se realizou e que sobretudo as perseguições fizeram cair no esquecimento”; mas volta a ocupar um lugar no Comité Confederal, já na fase da clandestinidade, numa posterior reorganização daquele órgão, com Adriano Botelho, Carlos Silva, Alberto Dias e Germinal de Sousa, ficando então com cargo permanente e remunerado (apesar de críticas que lhe foram feitas por isso) até ser preso, em 1931 (Adriano Botelho – “Componentes do Comité Confederal da CGT Portuguesa de que me recordo” (19-04-1980), AHS, CX3, ms-1186. Sobre o inquérito em causa, cabe referir que houve um, da iniciativa do Sindicato dos Manufactores de Calçado de Lisboa, como se lê numa folha dactilografada, parte de um documento truncado, existente junto da correspondência de Manuel Joaquim de Sousa a José Augusto de Castro, sem indicação de autoria, nem data – Arquivo Histórico Social, Núcleo José Augusto de Castro, AHS 5582, ms. inumerado, junto ao ms-1729; redigido na primeira pessoa, o autor (muito provavelmente o próprio Castro) refere ter sido “entrevistado” por António Rodrigues dos Santos e Carlos Silva, da CGT, estando presentes Silvino de Noronha e Alfredo Lopes, sobre as acusações feitas àquele acerca da sua “missão de propaganda ao norte”, em 1925, aprovada para duas semanas e que durou um mês, o “caso Dr. Vallino” e as responsabilidades de Sousa no apoio a um perseguido espanhol com aquele nome, que a CGT deliberara ajudar financeiramente, a “missão a Sevilha” e o apoio financeiro concedido pela CGT a Sousa e Silva Campos, durante o período em que tinham estado detidos, e a “delegacia a Paris”, precisamente as questões levantadas no Conselho Confederal que tinham sustentado a acusação de perdulário formulada por Santos Arranha contra Manuel Joaquim de Sousa.

Manuel Joaquim de Sousa), nas Juventudes, nos sindicatos a que pertencem (Santana, nos Metalúrgicos, Germinal, nos Impressores Tipográficos), em reuniões, comícios e Congressos (Santana e Campos, no dos Sindicatos de Lisboa) e nos organismos em que estão ou a que vão enquanto delegados dos respectivos sindicatos; mas também através de acções directas, junto de sindicatos “da província, como foi referido. Eram palpáveis os primeiros resultados do combate que tinham feito quer à iniciativa das Federações de destituição do anterior Conselho, quer às posições de “abertura” da Comissão Administrativa “interina” da CGT, agitando a bandeira do sindicalismo revolucionário em defesa contra a ameaça de dissolução, por acção do Comité dos Partidários da ISV, do Partido Comunista e dos seus “aliados internos”.

O confronto no âmbito da “questão Arranha-Sousa” revelou-se assaz violento, provavelmente mais do que o de 1921, relacionado com a “questão do manifesto comunista”. Desenganados pelos factos, aqueles que tinham acreditado ser possível, no respeito pelas decisões tomadas colectivamente nos órgãos competentes, a criação de condições para o regresso dos organismos que se tinham afastado, tinham no desfecho deste “round” razões de queixa contra terceiros e contra si mesmos. Expressando mágoa pelo que lhe fora dado assistir, com fortes marcas de intolerância, de insídia e de malevolência, sem cuidar do mal que tais actos representavam para a CGT, Joaquim de Sousa, o metalúrgico que as circunstâncias tinham colocado, provisoriamente, à frente da CGT, declara, preto no branco, que a comissão não esteve à altura da sua missão; por boa fé, refere o ainda então director de *A Batalha*, já então sem responsabilidades na direcção da CGT (por ingenuidade e mais provavelmente por incapacidade, numa outra leitura) não tinha sido capaz de, tendo tido a força e a razão do seu lado, «delas não quiseram usar para defesa da sua missão e êxito indispensável dos objectivos a atingir.[...] Fomos demasiado tolerantes ante o obstrucionismo, que germina ainda, e há-de fatalmente afundar pouco a pouco o que existe.»¹²⁹ O tempo não estava para “ingénuos” e “bem intencionados”; ou num outro registo, de um militante sindical dos Mobiliários, «as três Federações, Gráficos, Mobiliários e Metalúrgicos, não têm capacidade para tratar da desorganização da CGT», ficando por se saber em que medida essa opinião era partilhada e que peso tinha na organização¹³⁰.

Do lado do Comité dos Partidários da ISV a leitura do desfecho da “questão Arranha-Sousa” foi a esperada: na CGT ficou a mandar um dos grupos mais facciosos, manejado por [Manuel Joaquim de Sousa] um dos bonzos mais acusados pela oposição de perdulário e outras amabilidades semelhantes.»¹³¹

¹²⁹ Joaquim de Sousa – “Desabafos”, *AB*, 03-12-1926.

¹³⁰ Carta de Luís Costa a José Augusto de Castro, s/d [Agosto a Dezembro de 1926] – Arquivo Histórico Social, Núcleo José Augusto de Castro, Cx. 35, AHS 5586, ms-51975.

¹³¹ “Sejamos claros e decididos”, *A Internacional*, nº 73, 04-12-1926, p1.

Mas, o combate dos anarco-sindicalistas não se havia esgotado com a “imposição” dos 3 delegados ao novo Conselho: havia que prosseguir-lo, dentro e fora do Conselho; internamente, no imediato, é a tentativa de atrair os delegados abstencionistas e em simultâneo quebrar a unidade do grupo opositor, o que é alcançado em poucos dias, por acção de Mário Castelhana, fazendo mudar de campo os delegados de 4 organismos (3 abstencionistas e a Federação da Construção Civil, que antes estava no campo adversário); fora do Conselho também se mantém esse combate, por parte de organismos alinhados – como o Sindicato Único Metalúrgico do Porto, que aprova resoluções reprovando a actuação dos delegados da classe no Conselho Confederal (de oposição à entrada dos “3 delegados comprometidos” e ao abandono do Conselho pela sua Federação) – e por parte de militantes mais activos, designadamente na “província”: Santana conta que foi ao Algarve, onde reorganizou o Núcleo das Juventudes Sindicalistas de Faro e conseguiu que a USO local lhe confiasse a representação no Conselho Confederal, e que em Portimão reorganizou a USO, tendo indicado para delegados desta à CGT «camaradas bons»¹³²; a “contagem das armas”, o quem está com quem, é uma actividade corrente e necessária por parte destes militantes: «No Conselho Confederal temos mais uma delegacia a favor, Setúbal, que nomeou seus delegados 2 camaradas bons», escreve Germinal de Sousa a José Augusto de Castro, acrescentando que confia nos sindicatos do Norte para mudar o estado de coisas na Federação do Livro e Jornal (uma das contestatárias no novo Conselho Confederal), pois no seu sindicato, o dos Impressores Tipográficos, pouco pode fazer, pois a maioria «lê pela cartilha do Alexandre Vieira [...] que está ao lado deles [desagregadores sob a orientação internacional]»¹³³; esporadicamente, há registo de novos confrontos físicos¹³⁴.

Em resultado da deliberação do Conselho de aceitar os delegados Silva Campos, Aleixo de Oliveira e Almeida Marques, as Federações Metalúrgica, Mobiliária e a do Livro e Jornal retiram-se do Conselho Confederal, iniciando assim o que ficou conhecido como o “Conflito das Federações”. Sobre a situação criada, *A Batalha*

¹³² Carta de Emídio Santana – Arquivo Histórico Social, Núcleo José Augusto de Castro, Caixa 35, AHS 5584, ms. 1780, 20-11-1926 (documento truncado, em que não é possível identificar o destinatário, que poderia ser José Augusto de Castro).

¹³³ Carta de Germinal de Sousa a José Augusto de Castro - Arquivo Histórico Social, Caixa 35, AHS 5583, ms-1742, 07-12-1926). O termo/expressão «desagregadores sob a orientação internacional» são de Edgar Rodrigues – *A resistência anarco-sindicalista...*, p. 180), que identifica os delegados cuja participação foi suspensa pelas respectivas Federações: Santos Arranha e Manuel Nunes, dos Mobiliários; António Costa, António Monteiro e Alexandre Vieira, do Livro e Jornal; Quirino Moreira, Joaquim de Sousa e Manuel Gonçalves Vidal, dos Metalúrgicos. Refere o mesmo autor anarquista os nomes dos “arranhistas” no Conselho: Joaquim de Sousa e Alfredo Lopes (libertários); Alberto Monteiro e António Monteiro (comunistas); Augusto Machado, socialista; os delegados dos Empregados no Comércio, «neutralistas»; no campo oposto, Manuel da Silva Campos, Artur Aleixo de Oliveira e Carlos Silva; Fernando Almeida Marques, adianta o mesmo autor, «estava ainda com um pé em cada lado».

¹³⁴ No Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Emídio Santana sofre nova agressão de José dos Santos (Carta de Francisco Paula de Oliveira Júnior a José Augusto de Castro – Arquivo Histórico Social, Caixa 35, AHS 5583, ms. 1745, 09-12-1926).

publica em 5 de Dezembro de 1926 um longo documento assinado pelas 3 Federações, dando conta das razões da sua atitude, colocando-a na linha de continuidade da tentativa empreendida meses antes de «contribuir eficazmente para o saneamento da moral revolucionária da central operária», o qual estaria comprometido pela aceitação dos «delegados que se haviam incompatibilizado com o anterior conselho» e pelos métodos utilizados para o conseguir¹³⁵.

À data de redacção de tal comunicado, as Federações “contestatárias” já haviam sofrido um segundo revés no Conselho Confederal – os delegados objecto da polémica, além de recuperarem os lugares naquele órgão, tinham sido eleitos para os corpos sociais da CGT, no fim do mês de Novembro de 1926, numa lista apresentada pelo delegado indirecto dos Mineiros de Aljustrel em alternativa à apresentada pela Comissão Administrativa em funções – esta reflectia uma representação alargada das diversas classes, enquanto a lista aprovada excluía os delegados das referidas Federações, mas incluía os nomes de Silva Campos, Aleixo de Oliveira e Almeida Marques.

No novo Comité Confederal eleito entram, para a Comissão Administrativa da CGT, Gomes do Amaral (Federação Marítima e Fluvial)¹³⁶, como secretário administrativo, Tavares Adão (tanoeiro, Federação Vinícola), delegado ao Conselho pela CST-Porto) e Almeida Marques (metalúrgico, delegado ao Conselho pela USO-Évora), como secretários adjuntos, Joaquim Nogueira (Federação Marítima e Fluvial), como tesoureiro, e Fernando Rodrigues Brígido (Manufactores de Calçado), como secretário arquivista; quanto ao Secretariado, além de Gomes do Amaral como secretário administrativo, Alberto Dias (Federação da Construção Civil), como secretário das Federações, e Adriano Botelho (Empregados do Comércio e Indústria, delegado ao Conselho pela USO-Évora), como secretário das Uniões; para a comissão administrativa e directiva de *A Batalha* são escolhidos Mário Castelhana (Federação Ferroviária), para director do jornal, Silva Campos (Federação do Calçado, Couros e Peles), para administrador, e Silvino Noronha (Federação Marítima e Fluvial), para editor.

Determinante em todo este processo foi a Federação da Construção Civil, o organismo mais poderoso (então bem menos do que noutros tempos) no universo confederal, que tendo estado na origem do processo de destituição do anterior Conselho Confederal, conjuntamente com as suas congéneres Metalúrgica, do Livro e do Jornal,

¹³⁵ “A situação na CGT: As Federações do Livro e do Jornal, Mobiliária e Metalúrgica pronunciam a sua atitude”, *AB*, 05-12-1926.

¹³⁶ Gomes do Amaral seria depois demitido por «irregularidades nas contas», pois tirando partido da difícil situação que se vivia na CGT e da inexistente fiscalização interna, ter-se-á apropriado de «uma importante quantia que nunca repôs», refere Adriano Botelho nas suas *Memórias* não publicadas (AHS 5615, ms 2946) e em “Componentes do Comité Confederal da CGT Portuguesa de que me recorde” (19-04-1980) – AHS s/n, Cx3, ms 1186.

Mobiliária e Vinícola, e que, no início da vigência do novo Conselho, estivera com aquelas na contestação aos 3 delegados objecto de polémica, muda depois de posição, por razões que não são claras¹³⁷. Por seu lado, a Federação Vinícola segue, dias depois, as Federações contestatárias, abandonando igualmente o Conselho Confederal¹³⁸.

Também a CST-Lisboa não envia delegados ao Conselho Confederal, mantendo-se enredada em discussões no rescaldo do recente congresso dos sindicatos locais, em especial sobre a proposta, à CGT, de realização de um congresso confederal extraordinário, para discussão das propostas dos sindicatos não confederados, proposta essa que, na CST-Lisboa é submetida à Assembleia de Delegados, que delibera retirá-la.

O fim da polémica interna na CGT não estava, pois, à vista, alimentada agora pelo “conflito das Federações”; o novo Comité Confederal (recorde-se constituído pela reunião conjunta do Secretariado e da Comissão Administrativa, mais o director de *A Batalha* e o secretário da Comissão de Assistência Jurídica e de Solidariedade) procura arrear caminho – após a tomada de posse, faz publicar um comunicado onde declara o propósito de trabalhar para a união dos trabalhadores e de promover a sua coesão, dentro dos princípios do sindicalismo revolucionário, sem compromissos de partido ou grupo e “alheio às pugnas que no seio da CGT se desenvolveram”, na mesma data em que dá resposta, em comunicado, também n’*A Batalha*, à nota das 3 Federações, publicada dias antes¹³⁹, a que responde, ponto por ponto. À margem das polémicas e conflitos internos, o Comité propõe ao Conselho medidas para resolver outras questões internas prementes: a propaganda confederal, a situação de *A Batalha* e a redução da quota confederal.

O parecer do Comité sobre a propaganda confederal, põe em evidência a situação de profunda crise dos organismos operários, nos aspectos moral e material, inventaria-lhe as causas (as lutas intestinas, o desemprego, os baixos salários, a acção repressiva das autoridades, a emigração) e afirma, preto no branco, que «a influência confederal está bastante reduzida»; para fazer face à situação e relançar a CGT, propõe-se a realização de um vasto programa de propaganda confederal, abrangendo todo o país, que para o efeito é dividido em 8 regiões (1-Alto Douro, Minho e Trás-os-Montes, 2- Beira Alta, 3- Beira Baixa, 4-Douro, 5-Estremadura, 6-Alto Alentejo, 7-Baixo Alentejo, 8-Algarve), a serem percorridas por um delegado de Lisboa, membro do Conselho Confederal, acompanhado por um delegado local, visitando todas as localidades onde existam sindicatos, confederados ou não, e outras onde existam probabilidades de os constituir;

¹³⁷ No Conselho, a explicação do delegado da Federação da Construção Civil foi que, tendo aprovado a rejeição de Silva Campos, Aleixo de Oliveira e Almeida Marques, como o Conselho os aceitou, a sua Federação aceitava a decisão. Vide “[Relato da reunião do Conselho Confederal]”, *AB*, 28-11-1926.

¹³⁸ Vide “Conselho Confederal [relato da reunião de 22-12-1926]”, *AB*, 24-12-1926.

¹³⁹ CGT-Comité Confederal – “[Saudação e declaração de princípios]” e “[Comunicado] -A constituição do Comité Confederal”, *AB*, 09-12-1926.

o parecer prevê ainda a edição de manifestos nacionais e locais, além do acompanhamento dessas acções pel'A *Batalha*, num projecto significativamente ambicioso, que envolve a mobilização e a participação das Federações e Uniões de Sindicatos.¹⁴⁰

O documento em causa foi discutido no Conselho Confederal, onde foi aprovado por unanimidade, no final de Janeiro de 1927; foram duas as questões mais controversas: primeira, o caminho apontado no parecer do Comité para que, no futuro, as USO/CST viessem a dar lugar a Uniões Regionais, por aquelas estarem, em geral, praticamente sem vida; segunda, a “reivindicação” (não aceite) formulada pelo delegado da CST-Porto (Rodrigues dos Santos), por incumbência formal daquela, no sentido de a propaganda, no Norte, continuar a ser feita pelo respectivo Comité Confederal de Propaganda, criado pela CGT, dispensando, pois, aquela CST, o modelo criado pelo documento do Comité.

As limitações de recursos humanos existentes foi um tema também afluído no debate; quanto aos recursos financeiros necessários para realizar esse ambicioso programa de propaganda, a fazermos fé no relato publicado em *A Batalha*, o Conselho não se ocupou desse ponto capital, tão mais crítico quanto a CGT tinha então uma situação financeira muito difícil¹⁴¹.

Quanto à redução da quota confederal: o Comité Confederal considerou tratar-se de um dos três pontos de resolução inadiável, como se referiu. Esta questão estivera já em análise no princípio do ano de 1926, dando seguimento a uma sugestão apresentada pela Federação Rural de baixar o seu valor para as mulheres e menores de 17 anos, deliberando então o Conselho reduzi-la de 15 para 10 centavos por semana. É muito maior a abrangência do que delibera o novo Conselho Confederal, em Janeiro de 1927, por proposta do Comité, aplicando uma redução da quota confederal para toda a população confederada, de 15 para 11 centavos de quota semanal (e de 65 para 50 centavos, a quota mensal)¹⁴².

Em conformidade com o parecer do Comité Confederal, que o Conselho aceitou, esta medida, visa dar resposta a sugestões recebidas de alguns organismos, que referem não poder confederar-se pelo facto de as respectivas classes não poderem suportar, pelo seu elevado valor, a quota confederal. O objectivo declarado é, pois, inequivocamente, fazer entrar na CGT os sindicatos não confederados – satisfazendo a Confederação,

¹⁴⁰ “Propaganda Confederal-Parecer do Comité Confederal a apresentar ao Conselho da Confederação Geral do Trabalho”, *AB*, 17-12-1926.

¹⁴¹ “[Relatos das reuniões do Conselho Confederal de 18 e 28-01-1927]”, *AB*, 19 e 30-01-1927.

¹⁴² Idem, *idem*. Trata-se aqui somente da quota destinada à CGT; a quota cobrada aos trabalhadores sindicalizados pelos Sindicatos aderentes à CGT era constituída, regra geral, por quatro partes/quotas: uma que constitui receita directa do Sindicato; uma outra, que o Sindicato entrega à Federação, que inclui a quota federal e a quota confederal, esta entregue pela Federação à CGT; uma quarta, que o Sindicato entrega à USO/CST. A quota confederal pode ser semanal ou mensal, conforme a modalidade de pagamento escolhida.

desta forma, uma das reivindicações dos sindicatos de orientação ISV, designadamente no recente congresso dos sindicatos de Lisboa, sendo reconhecido, embora, o efeito catastrófico desta medida nas finanças da CGT, no caso de, através desta medida, não se verificar a adesão dos organismos desconfederados¹⁴³.

De facto, a redução do valor unitário da quota confederal em 15-16 centavos mensais, traduzir-se-ia numa redução em ¼ do valor global das receitas da CGT, nesta rubrica; é certo que a medida poderia ter outros efeitos financeiros importantes para a CGT, reduzindo os seus impactos negativos, como a redução do prazo de recebimento das quotizações, a estabilização ou mesmo recuperação dos valores das quotizações em atraso, e a fixação de uma barreira a possíveis deserções. Mas, desconsiderando estes e outros factores de natureza ideológica e sindical, a simples reposição do valor da quotização perdida dependia do ingresso na CGT de 5.200 a 5.500 novos sindicados, isto é um acréscimo de efectivos sindicais na ordem de 30%.

Assim sendo, os alvos não são exactamente os pequenos sindicatos, mas os aderentes da Federação Marítima e principalmente os Arsenalistas – recorde-se que o Sindicato do Arsenal de Marinha andava pelos 2 mil associados, com a vantagem adicional de, ao tempo, não ser afectada pelo desemprego e a redução de salários.

De qualquer forma – objectivamente – a CGT obtém, com esta medida, uma melhoria significativa da sua situação financeira, no caso à custa dos presos por questões sociais, que são, com efeito, os principais perdedores, neste processo. É que, ao mesmo tempo que delibera a redução da quota confederal, o Conselho delibera o fim do auxílio àqueles presos, pelos cofres confederais, tornando definitiva uma medida temporária tomada meses antes. Assim sendo, a CGT deixava de despende os 40% da quotização que destinava ao auxílio aos operários e dirigentes (e suas famílias) presos ou falecidos em resultado da sua actividade sindical, cujo montante cobria em 155% o valor das quotizações perdidas em resultado da redução da quota confederal¹⁴⁴.

Note-se, sobre esta matéria, que a redução do valor da quota confederal não significou, automaticamente, em todas as classes, a redução da quota dos trabalhadores sindicalizados, como delibera, por exemplo a Federação Vinícola – é o que se infere, por exemplo, da deliberação tomada pela Federação Corticeira, de dirigir uma consulta aos sindicatos “sobre o destino a dar à importância resultante dessa redução” decidida pela CGT¹⁴⁵.

¹⁴³ “Parecer [do Comité Confederal] sobre a redução da quota confederal”, *AB*, 28-12-1926.

¹⁴⁴ Considerando uma população confederada de 15 mil efectivos, pagando uma quota semanal de 15 centavos, os 40% da quota confederal destinados aos presos por questões sociais ascenderiam a 42 mil ESC/ano (209,5 EUR); a redução do valor da quota confederal de 15 para 11 centavos corresponderia a uma perda de quotização de 27.900 ESC (139,16 EUR). Assim, por esta via, a CGT deixava de gastar 15,3 mil ESC/ano, um valor quase suficiente para colmatar o défice crónico de *A Batalha*, que além dos 20% da quotização confederal que lhe era destinada, absorvia ainda, em Dezembro de 1926, mais 1.500 ESC por mês, como refere o parecer citado.

¹⁴⁵ *AB*, 27-04-1927.

A regularização da situação de *A Batalha* é o terceiro ponto crítico de resolução urgente identificado pelo novo Comité, que para o efeito elaborou um parecer¹⁴⁶, de que se ocupou o Conselho Confederal nas reuniões de 29 e 30 de Dezembro de 1926. Pelo relato dessas reuniões parece claro que as principais questões em análise se prendem com o peso do quadro redactorial na orientação do jornal, o frequente desalinhamento do conteúdo do jornal em relação às posições oficiais dos órgãos dirigentes da CGT, mas também questões de gestão e financeiras. As irregularidades internas que foram identificadas, como refere um dos elementos da comissão de estudo, Gomes do Amaral, são tais que há quem preconize a demissão pura e simples de todo o pessoal.

Em ordem à resolução desses problemas, é proposto no parecer que os cargos de director e de administrador do jornal sejam permanentes e remunerados, para pôr fim às irregularidades internas, sendo aprovado que somente o administrador exerça a tempo inteiro e remunerado, ficando o director e o editor em comissão gratuita. É ainda aprovada a publicação trimestral das contas do jornal e a constituição de uma comissão pro-*A Batalha*¹⁴⁷.

Os órgãos confederais – Comité e Conselho – desenvolvem uma intensa actividade depois da constituição do Comité, procurando resolver problemas acumulados e relançar a actividade própria e da Confederação no seu conjunto.

Nesse sentido, no seguimento do trabalho realizado em Dezembro de 1926, no princípio de Janeiro de 1927, elementos do Comité deslocam-se a várias localidades, designadamente do Algarve, para se inteirarem do estado da organização, ao mesmo tempo que se dá execução a diversas acções de organização administrativa interna, e é dada posse aos novos responsáveis de *A Batalha*, que no primeiro número dirigido por Mário Castelhana inclui um editorial, com o título “Revigorando”, que se pretende marque um novo ciclo no seio da organização¹⁴⁸.

Enquanto isto, mantém-se activo no princípio do ano de 1927 o “conflito das Federações, isto apesar de o Comité Confederal, de forma que se revelou bastante polémica, ter declarado em editorial no diário cegetista, em meados de Dezembro, que o conflito vivido nos últimos seis meses na CGT tinha terminado¹⁴⁹; as reacções foram várias, algumas acutilantes, em geral muito críticas para com o Comité, que é acusado, além do mais, de impedir a publicação n’*A Batalha* de informação e tomadas de posição

¹⁴⁶ “[Relato das reuniões do Conselho Confederal de 29 e 30-12-1926]”, AB, 01-01-1927. Ao contrário do que aconteceu relativamente à quota e à propaganda confederais, o parecer sobre a situação de *A Batalha* não foi publicado no diário confederal.

¹⁴⁷ Constituição da comissão pro-*A Batalha*: Emídio Santana, Gomes do Amaral e Artur Aleixo de Oliveira.

¹⁴⁸ “Revigorando”, AB, 11-01-1927. Uma das medidas tomadas quando destas mudanças no jornal foi a demissão compulsiva do redactor Mário Domingues, por “não satisfazer as necessidades morais e materiais” do jornal”, uma forma branda de identificar problemas de alcoolismo, que nas palavras de Adriano Botelho afectaram aquele escritor e «velho» jornalista do diário cegetista.

¹⁴⁹ “Um conflito que termina”, AB, 19-12-1926.

críticas da sua actuação, exercendo uma verdadeira “censura vermelha”, críticas também referenciadas na imprensa não operária, alguma da qual continua a seguir de perto a vida interna da CGT¹⁵⁰.

A “censura” n’*A Batalha* tem a particularidade de calar todo e qualquer conteúdo, favorável quer a uma, quer à outra parte, sobre o “conflito das Federações”. Com isso, pretendeu o Comité Confederal impedir o alastramento e o agravamento do conflito – «para evitar mais complicações», escreve a determinado passo do documento em que responde a um novo manifesto das Federações, distribuído em 28 de Janeiro de 1927. Nesse documento, complementado dias depois por um editorial no jornal confederal, o Comité declara responder às calúnias e falsidades do referido manifesto das Federações; os temas são os mesmos de tomadas de posição anteriores (o conflito no anterior Conselho, os delegados reeleitos, a direcção e administração de *A Batalha*), com dados novos: a afirmação de que o conflito “que está terminando” não é entre as Federações e a CGT, mas entre as Federações e os sindicatos a elas aderentes, que se têm manifestado junto daquelas e junto da CGT contestando a atitude dos delegados federais naquele órgão confederal e dos dirigentes federais que alimentam essa polémica – «o conflito resume-se a uma teimosia e alguns militantes dessas federações, que, sem atenderem às sensatas opiniões do organismos que representam, continuam abusivamente dando curso a um conflito que verdadeiramente não se pode já considerar como existente», escreve-se no referido editorial, acrescentando-se que «os sindicatos se pronunciaram em maioria pela cessação da atitude federal». A concluir esta tomada de posição contra a atitude das Federações, o Comité, em nome de uma rigorosa atitude sindicalista revolucionária (sic), remete, liminarmente, os elementos responsáveis por tal contestação para o campo dos “detractores da organização”, os defensores da “unidade comunista ou socialista”, que se querem apropriar da organização¹⁵¹.

Depois disso, nesta matéria, faz-se certo silêncio. A emergência da revolução de 3-7 de Fevereiro de 1927 e a subsequente suspensão imposta ao jornal *A Batalha* cala durante praticamente dois meses esta que seria a principal fonte sobre o desenvolvimento do “conflito das Federações”; ao reaparecer, em Abril de 1927, com o agravamento da repressão governamental a informação publicada é muito mais filtrada e sem detalhe, sendo que Mário Castelhana é geralmente referenciado à frente do Secretariado confederal.

¹⁵⁰ “O conflito entre a Câmara Sindical [de Lisboa] e a CGT”, in *Diário de Lisboa*, 08-01-1927. Este jornal, como foi referido mais atrás, dá uma significativa cobertura à “crise das Federações”, mas também ao Congresso dos Sindicatos de Lisboa e às dificuldades nas relações entre a CST-Lisboa e a CGT, e pelas suas páginas passaram ainda, no período em causa, uma entrevista a Manuel Joaquim de Sousa, depois do seu afastamento do Conselho Confederal (edição de 07-08-1926) e referências a acusações, por militantes sindicais da CGT, a Mário Castelhana, de integrar de forma ilegítima o Conselho Confederal (edição de 06-12-1926), a que o visado responde nas colunas de *A Batalha*, em 10-12-1926.

¹⁵¹ “Esclarecendo a classe operária - O conflito das Federações e o que por detrás dele se dissimula [comunicado do Comité Confederal]”, *AB*, 29-01-1927, e “O conflito das Federações”, *AB*, 02-02-1927.

3.2. A organização no seu ponto mais baixo

Globalmente, a organização atravessa um período de extrema debilidade; aparte as guerras internas, a organização está parada. Os documentos internos referem-no com frequência, os editoriais e outras colaborações em *A Batalha* não se cansam de o referenciar. Os números, sempre tratados na CGT com bastante reserva e parcimónia, vão aparecendo, aqui e ali, com toda a crueza; e quando José de Sousa, no Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa, dando voz aos sindicatos não confederados, refere que a CGT passou de 100 mil associados para menos de 15 mil, este último número passou sem a contestação dos militantes e dirigentes mais intrépidos na defesa do *status-quo*, porventura como um facto que se tornara indesmentível¹⁵².

O desemprego pesa na actividade e na dinâmica sindical; o Algarve é das regiões com maior incidência, mas os relatos de crise de trabalho são extensivos a todo o país; diversas classes fazem entrega de representações ao Governo sobre a crise de trabalho, reclamando medidas para a resolver: a Federação da Construção Civil (Julho), o Sindicato Único de Lisboa fazendo entrega de documento idêntico à Câmara local; a Federação Metalúrgica¹⁵³, em Outubro. Reclama-se, designadamente, o lançamento de grandes obras públicas e designadamente a construção de uma ponte sobre o Tejo, de que existe uma proposta apresentada por particulares, da qual se faz eco a empresa, incluindo *A Batalha*.

Como meios para ajudar à resolução do desemprego, os organismos operários reclamam o cumprimento do horário de trabalho de 8 horas, recomendando-se a não transigência do operariado e dos sindicatos na sua observância, advogando-se ainda com frequência o horário de 6 horas, não deixando de ser referenciadas as responsabilidades do operariado na crise existente, ao aceitar horários mais longos e ao praticar o pluriemprego¹⁵⁴, fazendo-se apelos à consciência operária e a denúncia dos que pelo seu comportamento prejudicam outros – os Tanoeiros de Lisboa, em assembleia geral do seu sindicato, deliberam que os operários que tenham 3 dias de trabalho numa “casa”, não vão trabalhar noutra, e na classe metalúrgica denuncia-se a atitude dos

¹⁵² Manuel da Silva Campos corrige, no próprio Congresso, o número de 100 mil confederados existentes em 1919, referindo que os operários representados pelos organismos aderentes ao Congresso Operário de Coimbra (1919) não tinham sido 100 mil, mas cerca de 80 mil, acrescentando que «não houve [nunca] maior número de confederados e destes apenas uma média de 35.000 chegaram e estar com o pagamento em dia à CGT». “[Relato da 6ª sessão do Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa, 05-11-1926]”, *AB*, 06-11-1926.

¹⁵³ Entre as medidas propostas pela Federação Metalúrgica na representação entregue ao ministro do Comércio advoga-se, por exemplo, a imediata construção de uma ponte sobre o Tejo, a introdução da indústria siderúrgica, expansão do uso da electricidade na indústria ou a construção de uma gare marítima para expansão da acessibilidade à marinha mercante estrangeira no porto de Lisboa (*AB*, 15-10-1926).

¹⁵⁴ Vejam-se a nota oficiosa da Federação Nacional da Construção Civil e o manifesto da Federação Corticeira às respectivas classes (*A Batalha*, 19 e 21-08-1926).

reformados ferroviários do Sul e Sueste que trabalham na indústria articular, no Barreiro¹⁵⁵.

Rejuvenescimento da organização, trilhar um novo caminho e outras idênticas são expressões usadas naquele contexto que transmitem a ideia de um certo desespero pelo estado de coisas, um desejo de mudança e de acção que não tem correspondência prática no dia a dia.

Retalhada por divisões internas no topo e nos organismos centrais, a organização não mexe. A crise económica e financeira, o desemprego, um cansaço acumulado do operariado e a desmoralização pela ineficácia da acção sindical na melhoria das condições de vida, designadamente na melhoria dos salários, como aconteceu no princípio da década – que esse seria o entendimento, na base, do sindicalismo – levou a um abandono massivo dos sindicatos. O “espectáculo” interno das divisões e acusações dava uma ajuda nesse derrotismo e no abandono dos sindicatos; idem as acusações a alguns militantes e dirigentes de referência de serem movidos por ambições pessoais e de viverem à conta da organização (que são acusações frequentes, por exemplo, a Manuel Joaquim de Sousa) e as suspeições lançadas sobre outros de utilização menos correcta dos dinheiros da organização, algumas delas comprovadas, como a que é dirigida a Rosendo José Viana, enquanto secretário-geral da USO/CST-Lisboa, plasmada no relatório financeiro daquela organização. Não eram situações novas, mas digamos que mais amplificadas, até pelo facto de pouco mais, de relevante, haver para referenciar.

Menos de 15 mil aderentes contaria a CGT no fim do ano de 1926¹⁵⁶, dos quais, uns 7 mil em Lisboa, o que representa, na capital, uma quebra de 30% face aos 10 mil contabilizados no fim do ano de 1923¹⁵⁷.

A debandada dos sindicatos tem, entre outras consequências, uma importante perda de receitas, a todos os níveis da organização, com efeitos dramáticos na actividade. Muitos organismos denotam problemas no pagamento das despesas correntes (aluguer das instalações, água e electricidade, pagamento aos cobradores), como são mais frequentes as dificuldades no pagamento das quotas devidas aos organismos intermédios – muitos sindicatos acumulam dívidas que não param de

¹⁵⁵ *A Batalha*, 20-08 e 15-10-1926,

¹⁵⁶ Número indicado por José de Sousa, no Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa (*AB*, 03-11-1926).

¹⁵⁷ O número de sindicatos aderentes da CST-Lisboa em 1923 é o indicado na Conferência Inter-Sindical de Lisboa, em Abril de 1924 por Manuel Figueiredo, então secretário-geral da USO/CST-Lisboa; o de 1926 foi obtido por nós a partir do valor das receitas de quotização da CST-Lisboa no período de Outubro de 1925 a Agosto de 1926 (14.473\$55), indicado no respectivo relatório apresentado ao Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa, em Outubro-Novembro de 1926, considerando o valor da quota paga à CST (2 centavos/semana por sindicado) e que a redução do número de efectivos sindicais se processou a um ritmo uniforme no período de Dezembro de 1923 a Dezembro de 1926. Excluem-se, nas duas datas, os sócios dos sindicatos dos Arsenais, dado que estes não eram aderentes da USO/CST de Lisboa.

crescer e alguns optam mesmo por abandonar os organismos intermédios e por se desconfederar, por não poderem pagar as respectivas quotas; muitos revelam-se impossibilitados de enviar os seus delegados a reuniões das USO/CST ou Federações por incapacidade financeira para pagar as respectivas deslocações e o valor dos salários perdidos no período de actividade sindical – o reconhecimento pela comissão administrativa da outrora poderosíssima Federação Nacional da Construção Civil em Setembro de 1926, não ter condições económicas para realizar, no prazo estatutário, o congresso federal¹⁵⁸ mostra com clareza o estado a que se chegara.

A actividade sindical está significativamente reduzida e, nos sindicatos, a participação vai pouco além de um pequeno grupo de militantes sindicais: em Lisboa, o Congresso dos Sindicatos reúne 40 organismos, o que representa uma quebra significativa face aos 54 representados no Congresso Inter-Sindical local, em Abril de 1925; na CST-Lisboa, as reuniões da Assembleia de Delegados contam agora uma média de participações de 10 sindicatos, contra as 13 a 15 de um ano antes, que já de si acusavam défice de participação; no Porto, a CST refere, em Setembro de 1926, o afastamento de camaradas e sindicatos, por causa da crise de trabalho; a Federação Metalúrgica, com alguma frequência, não reúne o Conselho Federal, por falta de “quorum” e encontramos a comissão administrativa do Sindicato Único Mobiliário de Lisboa a ameaçar demitir-se em bloco, se persistir a sistemática ausência de associados nas assembleias gerais da classe¹⁵⁹; nos sindicatos com uma vida porventura mais regular, a participação é também reduzida – na assembleia geral dos Manufactores de Calçado de Lisboa, em que se discutem as acusações de perdulário a Manuel Joaquim de Sousa, estão presentes 14 associados, um número bem inferior aos igualmente baixos das assembleias gerais dos Sindicatos do Pessoal do Município de Lisboa e dos Compositores Tipográficos, pela mesma altura, que acusam, respectivamente, 20 e 32 presenças¹⁶⁰; no resto do país, a situação seria idêntica, senão pior – são os casos, por exemplo, de Setúbal, de Gaia, etc.; nesta última, a despeito de ter tido uma USO com uma certa actividade, a organização sindical apresenta-se em Outubro de 1926 praticamente inexistente devido à crise de trabalho e ao “indiferentismo” do operariado, persistindo embora alguns militantes em a reerguer, apontando designadamente para a formação, na localidade, de uma secção local da CST-Porto¹⁶¹.

Da parte da CGT, como do conjunto da organização, os apelos à participação multiplicam-se, na consciência de uma crise organizativa profunda e das consequências para o operariado (e para a organização) da ausência de participação e de mobilização – como escreve, a propósito, Mário Castelhana, o abandono dos sindicatos, no actual

¹⁵⁸ AB, 11-09-1926.

¹⁵⁹ AB, 12-12-1926.

¹⁶⁰ AB, 14-10-1926, os dois primeiros, e 07-12-1926, o último.

¹⁶¹ AB, 08-10-1926.

momento, equivale ao suicídio das classes trabalhadoras¹⁶². A mobilização sindical está alinhada com a mobilização social, que a crise relegou para níveis mínimos, a roçar o inexistente, que o correspondente de *A Batalha* no Porto (Clemente Vieira dos Santos) caracteriza bem, ainda que em prosa “relativamente exuberante”, quando escreve sobre as acções contra a carestia desenvolvidas pela CST local, em Outubro de 1926, referindo-se à pouca adesão das «camadas letargiadas [da população, à qual] nada lhes vitaliza a energia; são cadáveres com aparentes vislumbres de existência»¹⁶³.

É este estado de coisas que o Comité e Conselho confederais se propõem atacar através do programa de propaganda confederal, já referenciado, a nível nacional, , cobrindo todas as localidades onde existissem sindicatos – um programa ambicioso, que, não obstante algum detalhe, não tratava especificamente dos recursos financeiros necessários para lhe dar execução. Com uma situação financeira desgraçada, marcada pela redução das receitas e por uma dívida acumulada dos organismos confederados que se mantinha, em 1926, como um ano antes, acima dos 100 mil escudos¹⁶⁴, os recursos necessários para a propaganda sindical e o envio de delegados pelo país faltavam em absoluto, comprometendo quaisquer perspectivas de ressurgimento da organização; o pagamento aos presos por questões sociais das subvenções mínimas é interrompido no fim desse mesmo ano, como foi referido, e a publicação de *A Batalha* estava, mais uma vez, seriamente comprometida.

A BATALHA. Para o jornal *A Batalha* este é um período particularmente difícil: as obstruções pontuais à circulação no pós-“28 de Maio”, que reeditam situações idênticas em períodos anteriores, são agravadas pela imposição da censura, a que a imprensa passa a estar sujeita, e às imposições directas e pontuais de diferentes autoridades e da polícia, que culminam na suspensão, na sequência da tentativa revolucionária “reviralhista” de Fevereiro de 1927, que durou de 6 de Fevereiro a 31 de Março, sendo que, na derradeira fase da sua publicação autorizada, é um jornal que denota ter perdido parte essencial das suas características, mesmo considerando-se somente o período posterior ao “28 de Maio”.

Para além destes problemas, *A Batalha* viveu outros – relativos à sua vida interna e financeiros, uns e outros que, afinal, também não eram novos na vida do jornal. Quanto às questões internas e de orientação, estas traduziram-se em três mudanças da sua direcção (saída de Santos Arranha, em Agosto, substituído por Joaquim de Sousa, que se mantém como director interino até Dezembro do mesmo ano, dando então lugar a Alberto Dias; em Janeiro de 1927, verifica-se nova mudança,

¹⁶² M.C. [Mário Castelhana] – “Contra o indiferentismo”, *AB*, 31-07-1926.

¹⁶³ *AB*, 10-10-1926.

¹⁶⁴ A quantificação da dívida das Federações e Uniões à CGT é feita por Alfredo Lopes, da Construção Civil, no Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa (*AB*, 07-11-1926).

assumindo Mário Castelhana a direcção, com Silvino Noronha como editor, em substituição de Carlos Maria Coelho, no cargo desde 1921, naquele que foi, na CGT, possivelmente o mais longo exercício de funções pela mesma pessoa).

Quanto à situação financeira, *A Batalha* apresenta-se aos seus leitores, em 13 de Agosto de 1926, em «situação melindrosa»: se não for auxiliada imediatamente, terá de suspender a publicação; um mês depois, 23 de Setembro, estando já em curso a campanha de solidariedade, a situação era «sem exagero, classificada de trágica» e em Novembro mantém-se «angustiosa», apesar de ter sido recolhido um valor significativo, na ordem dos 18 mil escudos; nos meses seguintes a situação não melhora e, ao reaparecer *A Batalha*, em Abril de 1927, é lançada de imediato uma nova campanha de solidariedade, que em pouco mais de um mês recolhe mais de 3 mil escudos de apoios.

Não deixa de impressionar o facto de, numa tal situação de crise económica e social, de abatimento da organização e de um enorme lastro de desmoralização entre o operariado, os apelos a favor de *A Batalha* continuarem a ter, como no passado, um acolhimento muito significativo, o que relevará de uma apreciação da importância do jornal para a organização e para a causa do operariado, mas porventura em maior grau por causa de uma generalizada simpatia granjeada pelo jornal nos 7-8 anos da sua publicação – naquelas que foram as duas últimas campanhas de solidariedade com *A Batalha*, os donativos atingiram, em 5 meses, mais de 21.000\$00, valor que equivale praticamente à quotização da CGT nesse mesmo período, ou ao triplo das quotizações anuais recebidas pela CST-Lisboa¹⁶⁵.

Os grandes indicadores sobre a marcha da organização operária evidenciam neste período uma quebra significativa – o número das greves está abaixo de uma dezena, todas de incidência muito localizada, em regra ao nível de uma só empresa, de que a mais expressiva foi possivelmente a dos operários da Litografia Nacional, no Porto, com duração superior a 11 semanas; referenciam-se processos de reorganização em alguns (poucos) organismos, como os Corticeiros de Grândola, o Sindicato Único da Construção Civil de Coimbra, os Cerâmicos e Oleiros de Lisboa ou o Sindicato Metalúrgico de Viseu; todavia o facto mais relevante nesta matéria foi a constituição da Federação sindical dos Operários do Ramo da Alimentação, no decurso do Congresso dos sindicatos da classe.

CONGRESSO DO RAMO DA ALIMENTAÇÃO. O 1º Congresso Nacional dos Operários do Ramo da Alimentação reuniu em Lisboa, na sede da Associação de Classe dos Chauffeurs do Sul de Portugal, entre 17 e 18 de Outubro de 1926, com a representação

¹⁶⁵ Na primeira dessas campanhas, lançada em 13-08-1926, foram recebidos em três meses, 17.876\$16 (AB, 13-11-1926), e na segunda, entre 14 de Abril e 26 de Maio do ano seguinte, 3.441\$48 (AB, 26-05-1927). As receitas de quotização da CST-Lisboa, no período de Outubro de 1924 a Agosto de 1926, somaram 14.473\$55 (AB, 29-10-1926).

de 9 sindicatos; presentes os representantes da CST-Lisboa (Veloso de Lima, depois Ferreira da Silva), Juventudes Sindicalistas (Emídio Santana) e, pela CGT, Faustino Ferreira. Representados os Sindicatos dos Manipuladores de Pão (Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém e Évora), dos Sindicatos dos Empregados de Hotéis e Restaurantes e Café de Lisboa, do Pessoal do Matadouro de Lisboa e dos Refinadores de Açúcar Manuais de Lisboa, e ainda (por delegado indirecto) o Sindicato dos Empregados de Hotéis e Restaurantes e Cafés do Funchal.

O Congresso aprovou os estatutos e a constituição da Federação Nacional dos Operários do Ramo da Alimentação, a adesão à CGT e à AIT (esta, com o voto contra dos Manipuladores de Pão de Lisboa e a abstenção do Sindicato do Funchal); debateu ainda e aprovou teses sobre: a crise de trabalho e maneira de a combater; a origem e os motivos do atraso em que se encontra a indústria hoteleira, sendo aprovada a abolição da gorjeta; a organização de sindicatos no ramo da alimentação; o estabelecimento do horário diurno na indústria de Panificação em Portugal; a introdução de maquinaria na indústria de panificação; competência profissional na Indústria de Panificação, e ainda sobre educação e higiene. Tendo-se advogado que os Rurais integrassem esta Federação, não foi aprovado, mas deliberou-se a reorganização do Sindicato do Pessoal da Companhia das Águas de Lisboa, e a sua entrada na Federação, tarefa cometida à comissão executiva eleita, com Domingos Gonçalves como secretário-geral.¹⁶⁶

O CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO DOS SINDICATOS DE LISBOA E O RELANÇAMENTO DO DEBATE DA UNIDADE SINDICAL. O Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa, da iniciativa da respectiva CST, reuniu em Lisboa (em sessões não sequenciais), entre 31 de Outubro e 6 de Novembro, com a adesão e representação de 36 sindicatos (19 confederados e 17 não confederados, estando incluídos nestes últimos os do Pessoal do Arsenal da Marinha e do Arsenal do Exército), num total de 192 delegados¹⁶⁷.

A sua realização coincide com um longo vazio de poder na CGT (Agosto-Novembro de 1926), em que o único órgão dirigente em funções era a comissão administrativa provisória “dirigida” por Joaquim de Sousa, estando destituído o Comité Confederal e o Conselho impedido de reunir até à eleição de novos delegados.

¹⁶⁶ O relato do Congresso da Indústria da Alimentação foi colhido em *A Batalha*, 19 e 20-10-1926. As teses discutidas no Congresso foram igualmente publicadas, nos dias antecedentes, no mesmo diário. A Comissão Executiva da Federação ficou assim constituída: Domingos Gonçalves, secretário-geral; Sebastião Marques, secretário adjunto; Fernando dos Santos Matos, secretário administrativo; Augusto Rocha, secretário internacional; Alfredo Borges Gamboa, tesoureiro; Torcato Alves Braga, arquivista, e Pedro Paz, vogal.

¹⁶⁷ O relato do Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa pode ser encontrado em *A Batalha*, nas edições de 02, 03, 06 e 09-11-1926. As teses em discussão foram igualmente publicadas no diário operário. No relatório dos delegados do Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria de Lisboa (“Relatório ao SECIL dos delegados à Conferência da CST (1º Congresso Operário de Lisboa, iniciado em 30 de Outubro de 1926)” - Arquivo Histórico Social – Núcleo Empregados no Comércio, Cx 90), são indicados os seguintes números: 40 sindicatos (20 confederados e aderentes à CST; 2 confederados não aderentes à CST e 18 não confederados, nem aderentes à CST) e 192 delegados.

O Congresso dos Sindicatos de Lisboa tinha como principais pontos em agenda a deliberação sobre a alteração dos estatutos da CST, designadamente o aumento do valor da quota para este organismo (de 2 para 5 centavos/semana por sindicato), devendo ainda ser apreciadas outras teses, uma sobre desemprego e horário de trabalho e outra sobre o problema do inquilinato. Todavia, o maior interesse prendia-se com o confronto, antecipadamente previsto, das posições dos sindicatos aderentes à CGT e dos outros, na prática entre a militância sindical de ideologia anarquista e a comunista, em relação ao conjunto das questões em debate, mas muito principalmente sobre a unidade sindical; o congresso deveria ainda pronunciar-se sobre as contas do organismo relativas ao biénio 1924-1926 e eleger uma nova comissão administrativa.

Os dois principais protagonistas do Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa foram Manuel da Silva Campos, dos Manufactores de Calçado de Lisboa, e José de Sousa. O primeiro, que foi secretário-geral da CGT e esteve à frente do Secretariado e da Comissão Administrativa da CGT depois do Congresso de Santarém, é o defensor da manutenção do caminho até então seguido pela CGT; o segundo, em tempos destacado militante sindical dos Metalúrgicos de Lisboa, cujo sindicato abandonou com algum estrondo, passando depois a exercer profissão de conferente marítimo, cujo sindicato representa neste congresso, elemento destacado do Partido Comunista e dos Partidários da ISV. É ele o porta-voz dos sindicatos não aderentes à CGT, em nome dos quais apresenta propostas concretas alternativas às oficiais, designadamente sobre o tema mais quente, a “unidade sindical”, sobre o qual a comissão organizadora apresenta uma tese, que na prática sistematiza a posição “oficial” da CGT, remetendo para a observância do espírito da “organização social sindicalista” aprovada no Congresso de Santarém, recusando liminarmente «transacções com as correntes de origem política que venham a infiltrar-se no movimento operário [e] na defesa acérrima e permanente da organização sindical de toda a intromissão da política partidária», recusando e denunciando como divisionistas as iniciativas que se apresentem «sob a rubrica da ‘frente única’ ou seja sob o pretexto de ‘unidade sindical’».»¹⁶⁸

Na prática, esta tese, de sentido marcadamente anarco-sindicalista, visava enterrar por completo quaisquer perspectivas no sentido de estabelecer uma ponte com “o outro lado”, que a própria Comissão Administrativa (interina) da CGT parecia advogar, se considerarmos os editoriais sobre esse tema publicados em *A Batalha*¹⁶⁹.

O combate a esta proposta é encabeçado por José de Sousa, em nome dos sindicatos “autónomos”: na perspectiva destes, os três principais obstáculos à

¹⁶⁸ Tese “Unidade sindical”, *AB*, 27-10-1926.

¹⁶⁹ O “voto” pela unidade formulado nos editoriais de *A Batalha* não assentavam em nenhuma proposta concreta; quando se pronuncia sobre uma questão em concreto, na edição de 29-10-1926 – o voto proporcional – que constitui proposta dos Partidários da ISV, combate-o como “não sindicalista, “não operário” e “burguês”, adiantando que “onde ele foi introduzido, o sindicalismo revolucionário ficou reduzido à impotência, como, por exemplo, na América”.

“unificação das massas trabalhadoras” no país são a adesão da CGT à AIT, o elevado valor da quota confederal e o sistema de votação adoptado na organização, um voto por sindicato, de que resulta o desrespeito pela vontade da maioria do operariado¹⁷⁰; assim sendo, propõem o abandono da AIT e a neutralidade da CGT perante as Internacionais, a redução da quota confederal, com o objectivo de promover novas adesões e facilitar a regularização das contribuições em atraso, obtendo-se desta forma o aumento das receitas da CGT, e finalmente, a adopção do sistema de votação proporcional na organização.¹⁷¹

Feita a discussão, que foi especialmente animada e acompanhada dos incidentes da ordem, o Congresso (isto é, os sindicatos confederados) aprovou a seguinte proposta apresentada pela Construção Civil: convidar todos os sindicatos que se encontram afastados da Organização Central a ingressarem na CST-Lisboa e na CGT, e propor ao Conselho Confederal a realização rápida de um Congresso Extraordinário da CGT, para debate da proposta apresentada pelos sindicatos não confederados presentes no Congresso. Na apreciação ao Congresso, Luís Gonzaga, delegado da CGT, opinou que «este Congresso não quis ou não soube realizar a unidade sindical» e que a resolução sobre a realização de um congresso extraordinário da CGT “não prima por lógica ou bom senso”; Joaquim de Sousa, como Gonzaga membro da Comissão Administrativa da Confederação, por seu lado, considerou que o Congresso «reflectiu a intolerância e a desunião que muito prejudicam a marcha do sindicalismo revolucionário».¹⁷²

Findo o Congresso de Lisboa, nas vésperas da primeira reunião do Conselho Confederal recomposto, o debate sobre a unidade continuou nos dois meses seguintes, então apenas entre militantes confederados, no diário confederal, em pleno “conflito das federações”. Alexandre Vieira foi quem lançou o debate (quando já reúne o novo Conselho Confederal, ainda enredado nas discussões sobre a situação dos delegados Silva Campos, Almeida Marques e Aleixo de Oliveira), começando por lembrar – ao Conselho – a deliberação do Congresso de Lisboa de reunião de um congresso extraordinário da CGT, e declarando-se «convencido que a unidade será um facto em breve, como é indispensável»¹⁷³. Será longo esse debate: durante cerca de dois meses, vários militantes sindicais trocarão pontos de vista, não exclusivamente de conteúdos doutrinários e pontuados frequentemente por referências de carácter pessoal, com mais de 20 artigos publicados, envolvendo meia dúzia de militantes – além de Alexandre Vieira, José Carlos de Sousa, Manuel Gonçalves Vidal, Adriano Botelho, Soldedad

¹⁷⁰ A crítica ao sistema de votação vigente assenta nos seguintes pontos: os sindicatos representam números diferentes de associados; cada sindicato tem um voto, independentemente do número de aderentes que tem; são minoritários na organização os sindicatos que têm maior número de aderentes; considerando o conjunto da população sindicalizada, na prática as decisões são tomadas pela minoria, não exprimindo, assim, a vontade da maioria, como deveria ser.

¹⁷¹ “A crise na CGT”, *A Internacional*, nº 69, 02-10-1926, p.1/3.

¹⁷² *AB*, 09-11-1923.

¹⁷³ Alexandre Vieira – “Em volta de um congresso-Impressões de um observador”, *AB*, 14-11-1926.

Gustavo e Manuel da Silva Campos, um debate que, no essencial, é uma reafirmação de posições pessoais, afinal sem consequências práticas na vida da organização¹⁷⁴.

Antes, alguém de fora da organização, Emílio Costa, vindo do anarco-sindicalismo, não comprometido com os Partidários da ISV e com audiência junto das várias sensibilidades/correntes do movimento sindical, fizera um diagnóstico bastante lúcido da situação interna, no contexto político-social existente. Escrevia ele, em Outubro de 1926: «Talvez nunca a organização operária portuguesa se tenha encontrado numa situação tão crítica como aquela que presentemente atravessa» para continuar: «As divergências de ideias e de processos chegaram ao máximo; os antagonismos pessoais não podem ser maiores; e a dispersão de forças resultante daqueles facto atingiu proporções que, sem exagero, se devem considerar alarmantes, tão vasta e profunda essa dispersão se mostra.»¹⁷⁵

Sobre a necessidade de fazer a unidade, o consenso parecia generalizado, dentro e fora da organização; sobre o que isso significava e o modo de a fazer, as opiniões variavam – a unidade no quadro estrito preconizado pelo documento da “Organização Social Sindicalista”, adoptado pela CGT no Congresso de Santarém, mas cujos princípios orientavam a Confederação desde muito antes, ou a ruptura com este quadro, no sentido preconizado pelos Partidários da ISV, ou ainda uma ruptura mitigada, fosse num sentido estritamente sindicalista, na linha do que defendia Alexandre Vieira, fosse o que, pela mesma altura propunha, em termos concretos, Emílio Costa, no mesmo artigo – uma plataforma mínima de entendimento para chegar a essa união, num momento em que as divergências são profundas e enorme o perigo que todos correm, passando, no seu entender pelo regresso à neutralidade em matéria internacional, não aderindo a CGT a nenhuma das Internacionais, a Confederação assumir como única matriz ideológica a finalidade socialista e o reconhecimento da luta de classes, extinção de *A Batalha*, exercício gratuito de todos os cargos confederais, dar Confederação operária um nome mais conforme com o seu «carácter e possibilidades», concluindo com o principal: «E, acima de tudo [é necessário] *querer, com decisão, com alma*, salvar a organização operária; *querer* que ela desempenhe o papel que pode e deve desempenhar actualmente e *querer* prepará-la para ser, no futuro, o grande instrumento da revolução social, não com palavreado inflamatório e estéril, mas com obras que educam, que preparam, que habilitam».

Duas notas finais sobre a “questão da unidade”:

¹⁷⁴ Edgar Rodrigues qualifica de «desastrosa» a intervenção de Alexandre Vieira nesta questão, acrescentando que «foi, assim, m dos principais responsáveis das nefastas consequências que dessa campanha resultaram para a Confederação Geral do Trabalho» (*A resistência anarco-sindicalista...*, p. 179).

¹⁷⁵ Emílio Costa – “Ocasão única”, *A Internacional*, nº 70, 23-10-1926.

– primeira, a moção votada por 19 sindicatos confederados no Congresso Extraordinário dos Sindicatos de Lisboa, e ali aprovada, que poderia ser vista como uma ponte entre a CGT e os sindicatos não confederados, ao apontar para a realização de um Congresso Extraordinário da CGT para debater um conjunto de propostas destes últimos, acabou por ser abandonada por aquele organismo local, na sequência de uma votação do seu Conselho de Delegados¹⁷⁶;

– segunda, cuja génese é cronologicamente anterior à primeira, faz-nos voltar ao “28 de Maio”: como se referiu, a seu tempo, mais atrás, o Conselho de Delegados da CST-Lisboa deliberou em 31 de Maio a formação de uma frente única com todos os organismos que se reclamassem da luta de classes e a constituição de um comité de acção, mandatário dessa frente única, para assegurar meios de resistência ao proletariado, em cujas iniciativas participaram, entre outros, militantes sindicais da corrente anarco-sindicalista, como Manuel Joaquim de Sousa. Essa circunstância provocou azedos debates no Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, e por extensão na Federação Metalúrgica, com a reprovação (mais tarde reconsiderada) da atitude dos delegados daquele sindicato à CST-Lisboa, por terem aprovado a referida “frente única”; mas, ao contrário do que tinha acontecido, por razões idênticas, quando da tentativa de golpe militar de 18 de Abril de 1925, nos órgãos da CGT essa acção não foi, que se saiba, debatida, nem provocou conflito ou celeuma – o que se justificaria, até mais do que no ano anterior, em consequência da aprovação, pelo Congresso de Santarém, de uma moção que interditava, em qualquer circunstância, a participação em tais iniciativas¹⁷⁷.

3.3. Depois da tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927

Em Fevereiro de 1927 dá-se uma tentativa de “revirinho” com a participação de militares e civis. Planeada para ser simultânea no Porto e em Lisboa, veio a eclodir primeiro no Porto, no dia 3 de Fevereiro, e em Lisboa alguns dias depois.

¹⁷⁶ Ter em atenção que o Congresso é um órgão estatutariamente mais representativo do que o Conselho de Delegados, pelo que uma sua deliberação só poderia ser alterada num outro Congresso; querendo considerar-se apenas o número de intervenientes numa e noutra votação, assinala-se que o número de sindicatos confederados presentes no Congresso foi de 19, enquanto, em média, nos Conselhos de Delegados, na CST-Lisboa, o número de sindicatos presentes era de 10 a 12. Manuel da Silva Campos, eleito secretário-geral da CST-Lisboa, no referido Congresso, Extraordinário, e que se manteve no cargo durante cerca de dois meses, não terá sido alheio à «liquidação» no Conselho de Delegados da CST-Lisboa da «moção pró-Congresso Extraordinário da CGT».

¹⁷⁷ No jornal *A Internacional*, do CEP-ISV, escreve-se, a propósito da «frente única» constituída com a CGT no “28 de Maio”: [...] o Comité de Defesa Proletária [...] nascido do estabelecimento da Frente única proletária, votada por unanimidade numa hora de pavor em que os que tal resolveram tinham a sugestão de sentir o gume da espada sobre o pescoço, o que os fez esquecer os «sagrados princípios» para estabelecer um acordo com os seus adversários de tendência [...] foi traído e sabotado por uma maneira infame pelos anarquistas da CGT.” (“A crise na CGT-Vamos a caminho da unidade sindical?”, *A Internacional*, nº 69, 02-10-1926).

Nos acontecimentos, como na sua preparação, estiveram envolvidos elementos da CGT, incluindo alguns dirigentes, com mandato confederal, como refere Adriano Botelho, nas suas *Memórias* (não publicadas)¹⁷⁸, cujo relato dos acontecimentos seguimos daqui para a frente.

Com o movimento já em curso, no Porto, a polícia assalta *A Batalha* e prende vários redactores e o próprio director do jornal; há indicações de que a CGT tenha declarado a greve geral no Barreiro¹⁷⁹; no dia da revolta em Lisboa, estando interdito o acesso às instalações da CGT e de *A Batalha*, estando presos a direcção e a redacção do jornal, foi preparada por Adriano Botelho, José Pires de Matos, Augusto Machado e Fernando Almeida Marques uma edição, que veio a ser impressa no *Diário de Notícias*, alegadamente porque os responsáveis deste estariam «assustado[s] com o ambiente revolucionário existente na ocasião no Bairro Alto», vindo, em consequência desse acto, a sofrer uma inédita e dura medida de censura, com a nomeação de um delegado do governo junto da direcção; nessa mesma data publicou-se um manifesto da CGT chamando o povo às armas e incitando-o a proclamar a greve geral, e um outro da CST-Lisboa no mesmo sentido.

No rescaldo dos acontecimentos, derrotado o movimento no Porto e em Lisboa por forças militares postas em campo pelo Governo, contabilizam-se nas duas cidades mais de 100 mortos e para cima de quatrocentos feridos. Vários dirigentes da CGT são então presos, vindo alguns deles a ser posteriormente deportados.

Outras medidas “preventivas” foram então tomadas pelas autoridades – o aperto da censura à comunicação social, com a suspensão compulsiva de alguns jornais, e a dissolução de associações políticas, sindicais e recreativas que tivessem colaborado no movimento revolucionário: *A Batalha* não se publica entre 7 de Fevereiro de 1927 e 31 de Março seguinte; muitos organismos sindicais vêm as suas instalações encerradas pela polícia e arrestados os respectivos haveres – especialmente visados, em Lisboa, são os sindicatos dos Marinheiros e Moços da Marinha Mercante, o dos Fogueiros de Mar e Terra, os dos Descarregadores e Marinheiros de Longo Curso, e a própria Confederação Geral do Trabalho¹⁸⁰.

No seu reaparecimento, em 1 de Abril de 1927, *A Batalha* noticia o encerramento de muitas associações de classe, com frequência acompanhada do arresto

¹⁷⁸ Mário Castelhana, Manuel da Silva Campos, Fernando Almeida Marques, Alberto Dias e Américo Vilar foram mandatados pela CGT para esse efeito: os três primeiros para estabelecerem relações “só com pessoas idóneas, para se assegurarem da seriedade do movimento”, Alberto Dias e Américo Vilar “para contactos confederais de acção revolucionária” (Adriano Botelho – *Memórias*, não publicadas, cit. Edgar Rodrigues – *A resistência anarco sindicalista à ditadura...*, pp.180-182).

¹⁷⁹ João Brito Freire – “Greves Operárias”, *DHEN*, v1, p.401.

¹⁸⁰ O “decreto das dissoluções” tem o número 13138 (*Diário do Governo*, I série, 15-02-1927), nele se determinando que, até 10 de Abril deveriam estar desocupados todos os centros políticos e associações de classe que, directa ou indirectamente, tivessem colaborado no movimento revolucionário de Fevereiro de 1927. Veja-se também, sobre a aplicação daquela “medida preventiva”, regulada pelo decreto nº 13322, de 25-03-1927, a reportagem do *Diário de Lisboa*, de 28-03-1927.

dos respectivos bens (Rurais de Benavila e de Graça do Divor, a Federação dos Trabalhadores Rurais, os Profissionais de Imprensa...), mais detenções por extremismo (no Porto e noutros locais), e, a breve trecho, a deportação de centenas de pessoas – um primeiro embarque, de 222 deportados, 63 dos quais por acusação de sindicalistas, a que se juntarão, dias depois, um novo contingente operário sindicalista, juntamente com militares implicados na tentativa revolucionária de Fevereiro e centenas de presos de delito comum, além de outros que as autoridades identificam como “vadios”¹⁸¹. Praticamente todas as classes profissionais têm elementos seus presos e deportados, sendo que algumas são mais duramente castigadas, como os Ferroviários – os do Sul e Sueste, em Abril de 1927, referenciam 19 presos e 2 deportados, Miguel Correia e Alfredo António Carvalho; o topo da estrutura confederal é também duramente castigada, com muitos dirigentes presos nos meses seguintes à tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927, identificando-se entre os deportados a seguir àqueles acontecimentos 20 trabalhadores da Madeira que se encontravam detidos na cadeia do Limoeiro, em Lisboa, para Timor; Inácio Martins, do Porto, e Arnaldo Simões Januário, de Coimbra, e de Lisboa, José Alberto, rural de Évora, Manuel Henriques Rijo, Álvaro Costa Ramos, Francisco Quintal e Mário Castelhana¹⁸², que nesta última fase da vida da CGT é geralmente referenciado como o seu elemento mais preponderante¹⁸³.

A crise de trabalho, como a emigração económica, continuam a ser tema corrente de notícia no jornal operário – 1.500 operários sem trabalho em Setúbal e 60 fábricas encerradas, 20 mil operários da construção civil desempregados em Lisboa, estando paradas 247 obras iniciadas há mais de três anos – reclamando-se providências do Estado e acolhendo-se com entusiasmo, na perspectiva de criar postos de trabalho, o projecto de construção de uma ponte sobre o Tejo, em Lisboa, apresentado por um

¹⁸¹ AB, 15 e 29-04-1927. Durante aquele mês, o jornal publica listas nominais dos deportados. Sobre os deportados para Timor em Abril de 1927, veja-se o depoimento de um dos integrantes dessa leva, o operário metalúrgico Raul Pereira dos Santos – [*Depoimento*], in Edgar Rodrigues – *A oposição libertária em Portugal*, 1939-1974, pp. 279-284), que refere outros deportados, como Manuel Viegas Carrascalão, gráfico, José Gordinho corticeiro, João Maria Major, manipulador de pão, José Filipe, da construção civil, Joaquim da Silva, metalúrgico, e outros.

¹⁸² Arquivo Histórico Social – CX 3, AHS 5615, ms 2946 (excerto (cerca de 1970) das memórias de Adriano Botelho enviado pelo autor para Edgar Rodrigues, para a elaboração da *História do Anarquismo em Portugal*; no princípio do ano de 1928 estavam presos todos os elementos do Comité Confederal, acrescenta a mesma fonte, com excepção de Carlos Silva e do próprio, Adriano Botelho.

¹⁸³ Mário Castelhana descreve em *Quatro anos de deportação* (obra póstuma) o embarque e a sua vida como deportado, em Angola (1927), nos Açores e Madeira (1930-1931), e, na sequência do “31 de Janeiro de 1934”, de novo nos Açores (1934) e, a partir de 1936, no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde virá a falecer em 1940; sobre o seu ideário político e sindical, veja-se a súmula biográfica de João Freire, no *DHEN* (v1, p.133-135) e, no Arquivo Histórico Social, o espólio do que escreveu no Tarrafal, além de amígdadas referências de outros sindicalistas e anarquistas no mesmo Arquivo, designadamente o citado Adriano Botelho.

particular – pode dizer-se que esta foi a última grande campanha levada a efeito por *A Batalha* (legal), na miragem da criação de 4 mil postos de trabalho¹⁸⁴.

Do jornal desaparece praticamente, em inúmeras edições, a secção “Vida Sindical”, por onde passara, desde 1919, uma parte substancial do testemunho da actividade das organizações confederadas, pelo efeito conjugado das restrições impostas pelas autoridades e da redução da actividade sindical, tanto mais que são muitos os organismos compulsivamente encerrados; também escasseia a informação sobre a actividade confederal, cujos Comité e Conselho reúnem numa semi-clandestinidade, mas retornam redobrados os pedidos de ajuda financeira, mais dramáticos após a suspensão, a favor de *A Batalha*, que, sujeita à censura passa, a incluir muito mais artigos doutrinários de filiação anarquista¹⁸⁵.

A apatia do operariado em relação aos seus organismos de classe segue a par da crise de trabalho: o abandono dos sindicatos está generalizado por todo o país e mesmo em Lisboa e Porto muitos organismos, incluindo alguns dos outrora mais importantes e mais activos, têm uma existência marcadamente precária, sem que os apelos à participação na vida sindical produzam resultados palpáveis. Tomem-se alguns exemplos esclarecedores sobre o estado da organização a nível nacional: em Vila Nova de Gaia, assinala-se em Fevereiro de 1927 que a organização sindical praticamente desapareceu nas classes marítima, corticeira, cerâmica e da construção civil, assinalando-se somente alguma actividade do sindicato dos Tanoeiros, apesar de mais de 80% dos 6 mil operários daquela classe estarem no desemprego; só em Lisboa, da mesma classe dos Tanoeiros, estão sem emprego mais de 400 indivíduos; em Vila Real de Santo António, as fábricas de conservas fecharam, e 5 mil operários estão sem trabalho, entre pessoal das classes conserveira, marítima e da construção civil, sendo que dos organismos sindicais apenas subsiste o sindicato dos soldadores, mas com um diminuto número de sócios; na Figueira da Foz e Coimbra a situação laboral e sindical é em tudo idêntica; os sindicatos da Construção Civil da Parede, Tires, Chaves e Valença do Minho estão encerrados (Março de 1927); em Setúbal, é caótico o estado da organização operária, minada por rancores pessoais, práticas corporativistas e assalto aos cargos sindicais, sem consulta das assembleias gerais; a CGT faz apelos constantes à participação (veja-se, por exemplo, o editorial de *A Batalha*, de 09 de Abril – “O dever do operariado”) e, em Lisboa, o Sindicato Único Metalúrgico procura combater a indiferença da classe dirigindo aos associados uma circular, apelando à participação nas assembleias gerais¹⁸⁶, e outro tanto faz o seu congénere do Mobiliário, referenciando

¹⁸⁴ Veja-se *A Batalha*, 17-05-1927. A construção da ponte sobre o Tejo é tema dominante na primeira página do jornal no último mês da sua publicação legal e designadamente no seu último número de 26 de Maio de 1927.

¹⁸⁵ Biografias e textos doutrinários de teóricos e militantes anarquistas, como Bakunine, Émile Pouget, Sebastião Faure e A. Giovanetti.

¹⁸⁶ *AB*, 12-04-1927.

aos sócios, também em Abril, que se mantém em funcionamento, por os seus estatutos estarem conformes com a lei; é uma situação bastante generalizada e não exclusiva dos sindicatos cegetistas – no Arsenal de Marinha, assinala Bento Gonçalves, «logo após o 7 de Fevereiro [...] a população associativa baixava dia, era raro conseguir uma assistência ao sindicato, mesmo para tratar de assuntos importantes, por vezes, que permitisse a reunião de assembleias gerais em primeira convocatória¹⁸⁷. Neste estado de coisas, a nota do Comité Confederal, publicada no diário operário em 20 de Maio, anunciando que a correspondência recebida ultimamente atesta uma maior regularidade no funcionamento de todos os organismos confederados, deve ser lida como uma tentativa de injectar optimismo na organização e de estimular atitudes positivas e mobilizadoras.

Em relação ao 1º de Maio, a CGT toma neste ano de 1927 uma atitude aparentemente insólita: não assinalar a data (um domingo) com sessões públicas e comícios, mas através de uma «não comemoração» em que o silêncio do operariado e da organização sindical no seu conjunto constituísse um protesto contra o estado de coisas – em especial, político – no país.

É isso que se escreve, em editorial, n'A *Batalha* de 27 de Abril e noutros editoriais, nos dias seguintes, uma decisão que abriu mais uma frente de ataque dos sindicatos autónomos não confederados, que num manifesto muito crítico para com a CGT, assinado por 15 sindicatos, avançaram com a convocação do operariado para um comício de comemoração revolucionária da data, na Voz do Operário, em Lisboa. Das razões da CGT dá conta uma nota oficiosa subscrita pelo Comité Confederal, publicada em resposta ao manifesto dos sindicatos autónomos: «[na] situação política governamental que se atravessa [...] era ridículo, falho de lógica e de espírito revolucionário, efectuar sessões ou comícios públicos em duas ou três localidades, quando em todas as restantes a mordaza ditatorial o não permitia; quando dezenas de sindicatos estavam encerrados e dezenas dos seus militantes presos, e, finalmente, quando para as efectuar era necessário humilhanamente solicitar uma vexatória licença que só era concedida mediante o compromisso de não dizer nada, absolutamente nada, daquilo que no momento actual se deveria dizer. [...] além destas razões existem outras, importantíssimas e de ordem interna, que nos reforçavam as já expostas e nos obrigavam a assumir tal atitude. A atitude da CGT não foi um acto irreflectido e insensato. Foi uma atitude prévia e cuidadosamente estudada, por criaturas que compreendem bem a responsabilidade que lhes pesa sobre os ombros»¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Bento Gonçalves – Duas palavras, cit. por António Ventura na introdução a *Escritos [de Bento Gonçalves] (1927-1930)*, p. 14.

¹⁸⁸ “O operariado e o 1º de Maio”, *AB*, 27-04-1927. Vejam-se também os editoriais de 30 de Abril e 1 de Maio, respectivamente “A organização operária e o 1º de Maio” e “A organização operária perante o 1º de Maio”; a nota oficiosa de «resposta» aos sindicatos que promoveram o comício em Lisboa,

Ainda no mês de Maio, a CGT demarca-se da representação operária portuguesa à Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, por escolha do governo, por ironia desta vez por um elemento da Cooperativa dos Catraeiros, José de Almeida, em tempos sindicalista de relevo na Confederação e na (então) desconfederada Federação Marítima, reeditando, anos depois, idêntica contestação ao socialista Alfredo Franco, com idêntica representação à Conferência de Washington, em 1919. Os motivos e os argumentos são, oito anos depois, os mesmos: a CGT é quem representa os trabalhadores portugueses, pelo que lhe cabe a escolha de qualquer representante daqueles; a CGT não o fez, porque tem uma posição de não colaboração com os governos e porque a Conferência Internacional do Trabalho promove interesses antagónicos aos dos trabalhadores¹⁸⁹.

Entretanto, regressam a *A Batalha* os relatos das reuniões do Conselho Confederal, interrompidos no mês de Janeiro de 1927, nas quais, todavia, não participam – significativamente – delegados das Federações Metalúrgica, Mobiliária, do Livro e Jornal, Vinícola e a do ramo da Alimentação, e ainda as duas principais USO/CST, a de Lisboa e a do Porto, as quatro primeiras – pelo menos – ainda afastadas por causa do “conflito das Federações”¹⁹⁰. Os principais assuntos tratados, para além da polémica com os organismos autónomos a propósito do 1º de Maio, foram o estado da organização e das finanças confederais: sobre o primeiro, o Conselho acompanhou a situação no Porto, onde a repressão se abate sobre os organismos sindicais, e no conjunto do país, debatendo as deficiências existentes «originadas por circunstâncias muito especiais» e tomando decisões «que devem solucionar a crise momentânea»; quanto à segunda, não há evidência de decisões com o objectivo de resolver a gravíssima situação financeira da Confederação, aparte a de suspender «temporariamente» a actividade do Secretariado de Assistência Jurídica da CGT, na prática sem funcionar há meses, tomada na que parece ser a última reunião do Conselho no período da «legalidade», numa data incerta da terceira semana de Maio de 1927¹⁹¹.

afrontando a CGT foi publicada no mesmo jornal, na edição de 03-05-1927. Quais fossem essas razões “importantíssimas, de ordem interna”, não sabemos.

¹⁸⁹ AB, 19-05-1927

¹⁹⁰ Relatos das reuniões do Conselho Confederal, in AB, 04, 07, 12 e 20-05-1927. Os relatos das reuniões deste órgão confederal em que são identificados os organismos representados por delegados não são referenciados os organismos referidos (aliás, tendo sido referenciada, em 7 de Maio, a representação da Federação Metalúrgica na reunião do Conselho que é relatada, o próprio jornal vem corrigir, a 12 de Maio, que o militante em causa esteve presente a título individual e não em representação da referida federação). É uma evidência de que se mantinha activo o “conflito das Federações”, apesar do que Manuel Joaquim de Sousa deixará escrito, que se transcreve: “Os acontecimentos políticos, porém, sobrepuseram-se. [...] Após a revolução de Fevereiro, reúne-se o Conselho, já com a representação da CST de Lisboa, a Federação do Mobiliário, etc. Novos acontecimentos surgiram, e, sempre que reunia o Conselho, eram convidados os organismos afastados, os quais, um após outro, nomeando novos delegados, mantiveram as suas representações e a questão ficou assim arrumada” (Manuel Joaquim de Sousa - *Os últimos tempos da acção confederal livre...*, p.50).

¹⁹¹ Neste particular, da assistência jurídica e da solidariedade com os presos por questões sociais, tinha sido, entretanto, criada a Federação Portuguesa de Solidariedade, cujos estatutos *A Batalha* publicou

Sinal dos tempos, no seu último número legal, *A Batalha* dirige um novo apelo aos trabalhadores para que ajudem o «seu» jornal a enfrentar a “difícilíssima situação que atravessa”; mesmo a fechar, na última página, o jornal noticia terem sido violentamente encerrados os sindicatos rurais de Évora e Graça do Divor e a Federação dos Trabalhadores Rurais; em Graça do Divor, a polícia levou do sindicato todo o mobiliário, livros e documentos, numa camioneta para a esquadra. E também o mastro que o sindicato tinha numa das janelas¹⁹².

Na manhã do dia seguinte, 27 de Maio de 1927, é a vez das instalações da CGT, CST, *A Batalha* e outros organismos sindicais, na calçada do Combro, em Lisboa, que a polícia encerra, dando execução ao decreto de dissolução publicado três meses antes.

4. EPÍLOGO – UMA HORDA CONTRA A CGT

Diversos organismos sindicais mantêm a actividade possível – essa está documentada, por exemplo, nos Metalúrgicos, cuja Federação, em Setembro de 1927, se propõe realizar uma Conferência em Lisboa, dada a impossibilidade de realizar o 3º congresso; em circular aos sindicatos, apela à reorganização e à imposição dos seus direitos, apesar da verificação de um grande decaimento da organização metalúrgica em todo o país, expressa no desmantelamento dos sindicatos, na frieza e indiferença da classe, em resultado também do «comodismo e das pugnas políticas»¹⁹³; em Lisboa, no Sindicato Único da classe, um grupo de elementos procederam, no mês anterior, à recomposição dos órgãos sociais, mas o número de associados reduziu-se significativamente, tendo perdido um terço deles, em resultado da «presente situação», reduzindo-se o seu efectivo a 700 sindicados¹⁹⁴; são muitos os que abandonam – na Secção de Belém do Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa, dos 195 sócios existentes no princípio do ano, 44 saem e 105 não têm registo de quotas pagas nesse ano de 1927¹⁹⁵.

em 3 e 5 de Abril de 1927, deliberando em Maio o Conselho Confederal que o secretário do Secretariado Confederal de Assistência Jurídica e Solidariedade passasse a fazer parte do comité executivo daquele organismo extra-confederal.

¹⁹² Circular da Federação Metalúrgica em Portugal para os Sindicatos Metalúrgicos, [02-09-1927] – Arquivo Histórico Social, Núcleo Metalúrgicos, AHS 2649, ms-971.

¹⁹³ AB, 26-05-1927.

¹⁹⁴ Acta da assembleia geral extraordinária do Sindicato único das Classes Metalúrgicas de Lisboa, 19-08-1927 – Arquivo Histórico Social, Núcleo Metalúrgicos, AHS 2649, ms-995; Ofício do Sindicato Único das Classes Metalúrgicas de Lisboa para a CST-Lisboa, 18-10-1927 – Arquivo Histórico Social, Núcleo Metalúrgicos, AHS 2649, ms-993.

¹⁹⁵ Sindicato Único Metalúrgico de Lisboa – Secção de Belém – “Registo de Sócios [1927]” – Arquivo Histórico Social – Núcleo Metalúrgicos – AHS 2070, ms 172.

«Apesar de ‘dissolvida’ e encerrada a sua sede, a CGT manteve-se. O Comité Confederal, assim como o respectivo Conselho, reuniam-se clandestinamente, aqui ou ali, sempre que era preciso. Publicou-se, em vez de *A Batalha*, um Boletim informativo da CGT, que se manteve alguns meses com intermitências impostas pelas circunstâncias. Os seus haveres, como a sua sede, continuavam incólumes», escreverá Manuel Joaquim de Sousa anos mais tarde¹⁹⁶.

Até que, no dia 31 de Outubro de 1927, foi assassinado em Lisboa, o director-geral da Imprensa Nacional, Luís Derouet, num atentado pessoal da autoria de um operário tipógrafo desempregado. Esse acto teve enorme impacto na opinião pública e nas homenagens àquele antigo jornalista republicano aparecem figuras públicas, incluindo antigos deputados e membros do governo, o grão-mestre da Maçonaria, representantes de cooperativas e de organizações operárias, o comandante da Polícia de Lisboa, elementos de topo da Ditadura e o próprio presidente da República. Nem a CGT, nem qualquer organismo operário teve alguma responsabilidade no acontecimento, refere Manuel Joaquim de Sousa; «esse acto impressionou a opinião pública, que no mesmo não viu qualquer justificação objectiva de carácter social, moral ou político, e a polícia aproveita o estado de espírito para assaltar a sede da CGT (instalação de *A Batalha*, CST, Construção Civil, etc.) na madrugada de 2 de Novembro de 1927. Todo o recheio foi retirado ou destruído, numa fúria doida e vandálica. Jamais se viu sanha tão destruidora! Não escaparam a Editorial de *A Batalha*, a sua tipografia, a Escola e o Teatro da Construção Civil. Desapareceram até a canalização da água e as instalações eléctricas e até os inofensivos vidros das janelas foram estilhaçados!»

O jornalista David de Carvalho, da redacção de *A Batalha*, também escreveu um apontamento sobre esses actos: «[...] pudemos presenciar pessoalmente a morte trágica desse jornal; com um desespero íntimo e impotente seguimos a sua destruição a golpes de picareta pelo bando de malfeitores do construtor civil Martins Júnior, protegido por compactos cordões de polícia armada, pessoalmente comandada pelo tenente-coronel Ferreira do Amaral [...]»¹⁹⁷.

Esses actos de destruição estão documentados fotograficamente; mas escaparam praticamente à comunicação social, sujeita à censura, com excepção do *Diário de Lisboa*, que, numa nota rápida a fechar a cobertura dos acontecimentos da véspera do funeral de Luís Derouet, informa: «Por ordem do governo foram evacuadas hoje [02-11-1927] e madrugada as dependências das várias organizações operárias que estavam instaladas no edifício do antigo Correio Velho, na Calada do Combro. No mesmo prédio

¹⁹⁶ Manuel Joaquim de Sousa – *Os últimos tempos da acção sindical livre...*, p. 53-54.

¹⁹⁷ David de Carvalho, *Os sindicatos e a República burguesa: 1910-1926*, p.247. David de Carvalho situa a acção de destruição das instalações dos organismos sindicais e de *A Batalha*, na calçada do Combro, em Lisboa, na manhã de 27 de Maio de 1927; a descrição é exacta, mas antecipada no tempo, pois ela aconteceu na madrugada de 2 de Novembro de 1927.

tinha também a sua sede o jornal *A Batalha*. Os móveis arrolados foram levados em carroças para a Abegoaria Municipal, ficando o edifício na posse do Governo. Dois cofres encontrados no prédio foram lacrados e transportados para o Governo Civil.»¹⁹⁸ Em outros órgãos de imprensa encontra-se somente referência, dias depois, ao comunicado do Ministério do Interior, informando ter sido ordenado um inquérito para apurar a identidade dos indivíduos «que assaltaram o edifício da CGT, destruindo tudo quanto lá dentro se encontrava antes da chegada ali da polícia, que fora encarregada de encerrar as instalações daquele organismo operário»¹⁹⁹.

A nota oficiosa em que a CGT narra os factos e denuncia a acção da polícia integra o acervo de propaganda apreendida pela polícia política²⁰⁰.

5. E, NO ENTANTO, ELA MOVE-SE

Proibida, sem instalações, os seus responsáveis e militantes de referência vigiados, perseguidos, alguns presos e mesmo deportados. Não obstante o cinzento muito carregado, quase negro, da situação, da intensificação da repressão, de os seus órgãos terem sido desmantelados, de estar privada de um meio de imprensa, instrumento imprescindível para manter ligados os militantes e para chegar aos trabalhadores, na Confederação Geral do Trabalho a vida continua.

No mesmo mês em que as instalações da CGT foram arrasadas, o Conselho Confederal volta a reunir, a 27; estão presentes os delegados de 6 Federações (Livro e Jornal, Calçado, Couros e Peles, Construção Civil, Mobiliária, Corticeira e Ferroviária) e de mais 5 organismos confederados (USO/CST's de Lisboa e do Porto, USO de Évora, Sindicato dos Chapeleiros de Braga e Sindicato dos Mineiros [de ?]; na ordem de trabalhos, esteve o tema da quotização, e «em vista da previsão de perseguições, resolveu-se fazer os selos sem indicação de procedência da CGT, mas encarregando-se esta de os fazer, com cores diferentes para cada Federação; o delegado da CST-Lisboa disse que não valia a pena estarem a tomar deliberações, no momento, porque dentro de 15 dias [a] situação modificar-se-ia. Caso contrário ter-se-á de tomar resoluções não provisórias, mas por muito tempo. Perguntou-se aos organismos presentes com sedes em Lisboa se podiam ceder um gabinete à CGT, mas todos responderam negativamente, justificando cada qual.»²⁰¹

¹⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 02-11-1927.

¹⁹⁹ *Jornal de Notícias*, 06-11-1927 e *O Século* da mesma data.

²⁰⁰ ANTT-PIDE, Propaganda apreendida, n.º 265 (PT/TT/PIDE/001/00265).

²⁰¹ Arquivo Histórico Social – Espólio de Adriano Botelho, AHS 2652, ms 3026.

A documentação que resistiu ao tempo e a tudo o mais dá testemunho de que uns tantos militantes sindicais, poucos que fossem, se mantêm activos; para esses, a adversidade do momento é percebida apenas como mais uma – a República, em muitas ocasiões, não tratara melhor a organização sindical. Para esses, ainda que em condições mais difíceis, a CGT tinha de continuar – o regresso das reuniões do Conselho Confederal dava o sinal dessa determinação.

CONCLUSÃO

Formada em 1919, no Congresso Operário Nacional realizado em Coimbra, sucedeu à União Operária Nacional, por sua vez criada em 1914, no Congresso de Tomar; ao contrário da sua antecessora, que era uma central de sindicatos, a CGT era uma confederação de federações, incluindo-se nesta categoria as Federações sindicais de indústria, propriamente ditas, as Uniões locais de sindicatos, e, gozando de estatuto idêntico, alguns sindicatos ditos “nacionais” e por excepção sindicatos que, pelas suas características e localização geográfica não podiam integrar uma Federação ou uma União.

Estatutariamente, a CGT agrupava sindicatos de assalariados de qualquer natureza, mas ela foi essencialmente um organismo operário, considerando que a maioria dos sindicatos confederados foi, sempre, operária, sendo que os sindicatos não-operários nunca deixaram de ter expressão ínfima na história da organização, apesar de a Confederação ter trabalhado para a entrada e permanência daqueles na organização, sendo de relevar a frustração que constituiu, entre os dirigentes confederais, a deliberação da Associação dos Professores de não aderirem à CGT, em 1925 (o que, além do mais, constituiria um tónico interessante para as depauperadas finanças confederais); contudo, tendo tido presença no Conselho Confederal (Federação do Comércio) nunca elementos de sindicatos não operários, nessa qualidade, entraram no Comité (Adriano Botelho, que entra no Comité e 1926, constituiria a única excepção, mas de facto foi nomeado enquanto elegado da USO-Évora).

O universo cegetista foi essencialmente masculino; na base, nos sindicatos, os associados são sobretudo os homens, mesmo nas actividades em que o efectivo laboral feminino foi crescendo – Tabacos, Fósforos, Têxtil, Corticeira, Conservas, Vestuário, Comércio e actividades agrícolas e marítimo- portuárias; as excepções com alguma expressão, pelo que se apurou, e que devem ser relevadas, foram as Associações de Classe das Chacineiras do Montijo/Aldegalega e as Associações de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Setúbal e a sua concorrente, das Manipuladoras e Estivadoras das Fábricas de Conservas e Armazéns de Estiva de Setúbal, que em 1919-20 protagonizaram uma “guerra” muito séria que obrigou à intervenção da própria CGT. As questões do trabalho da mulher (e dos menores) ganham protagonismo na imprensa cegetista e em congressos corporativos, notoriamente nos anos 1924-25,

chegando mesmo ao Congresso Nacional de Santarém, nestes anos com uma tónica muito forte na sua sindicalização, que é defendida e estimulada, chegando a ser admitido que, em breve, as mulheres estariam nas direcções dos sindicatos, nas USO e mesmo na CGT (note-se que nas listas que se conservam de sócios de alguns sindicatos, como os Corticeiros de Belém-Lisboa, é significativo o número mulheres, que também se referenciam nas conferências e congressos das Juventudes Sindicalistas, e em alguns comícios do 1º de Maio). Todavia, em regra, são homens os que têm actividade sindical e que exercem cargos nos sindicatos, nos organismos intermédios e na CGT, não se referenciando nos últimos nenhuma mulher como dirigente ou mesmo delegada.

Em conformidade com a sua matriz digamos ideológica, a organização reconhece-se organizada da base para o topo, no respeito absoluto pela liberdade do indivíduo sindicalizado no seu sindicato, do sindicato na sua Federação ou União e destas na Confederação. Na mesma medida, o poder de decisão é reconhecido ao colectivo, no Sindicato à assembleia-geral, na Federação ao Conselho Federal, formado por delegados directos dos sindicatos, na União local ao Conselho de Delegados dos sindicatos aderentes, na CGT ao Conselho Confederal, este formado por delegados das Federações, Uniões, Sindicatos Nacionais e Sindicatos isolados, aplicando-se o princípio “um sindicato-um voto”, “um organismo-1 voto”. O Congresso Nacional, que os estatutos mandavam reunir de dois em dois anos, mas que reuniu de facto de três em três, era o órgão máximo de decisão na CGT – nele tinham assento, directamente, os sindicatos confederados, com voto deliberativo, e, com voto consultivo, os organismos intermédios (Federações e Uniões); a este cabia deliberar sobre qualquer assunto que lhe fosse submetido, sendo sua competência exclusiva aprovar ou alterar os estatutos, decidir sobre a adesão a organismos sindicais internacionais e escolher o órgão executivo, o Comité Confederal, este apesar de tudo com a possibilidade de o Conselho Confederal o substituir, total ou parcialmente, em caso de absoluta necessidade.

A CGT posicionou-se desde sempre como um organismo actuando fora de qualquer doutrina política ou religiosa, uma organização sindical independente e anti-colaboracionista com o Estado, partidos políticos e parlamentos, lutando pela melhoria das condições sócio-económicas e profissionais dos trabalhadores, pelo desaparecimento do salariado e do patronato e pela posse colectiva de todos os meios de produção.

No domínio da acção sindical, a CGT colocou-se no terreno do sindicalismo revolucionário de base anarquista, adoptando como meios de luta os da acção directa – interacção directa dos operários com os patrões (ainda que com o tempo, na prática, os Sindicatos e em alguns casos as Federações e muito excepcionalmente a CGT o tenham feito), a boicotagem, a sabotagem e a greve, tendo como expoente máximo dessa tática a greve geral revolucionária, assumida como prelúdio da revolução social.

Esses princípios sindicalistas, presentes nos estatutos aprovados no Congresso de 1919, serão precisados e desenvolvidos no documento da organização social sindicalista, aprovado no Congresso de 1922, o preâmbulo, e no de 1925, a parte específica, complementada por uma alteração dos estatutos.

A formação da CGT, representando uma necessidade em termos do reforço organizativo e da acção sindical, teve na sua base o rescaldo do fracasso da greve geral de Novembro de 1918, nos últimos dias da “República Nova” de Sidónio Pais. O relatório desta greve, elaborado pela comissão administrativa da UON, deixava uma má imagem de várias classes profissionais e dos seus dirigentes sindicais (o excessivo voluntarismo, desligado da realidade concreta das respectivas classes), e da própria central sindical; as consequências daquela greve, para os trabalhadores e organizações sindicais no seu todo, mais graves para os ferroviários do Sul e Sueste e para os trabalhadores rurais de Odemira e Vale de Santiago, vítimas nos dois casos de despedimentos e, no segundo, de deportações, tornaram imperiosa a necessidade de realização urgente de um congresso nacional dos sindicatos para modificar a estrutura da Central dos Sindicatos, adequando-a às novas necessidades. O fracasso da greve geral de Novembro de 1918 manteve-se como um trauma ou pelo menos uma grande incomodidade no imaginário da CGT durante muitos anos, sendo referenciada sempre que, entre 1919 e 1927, o tema da greve geral foi suscitado na organização.

Quando da sua formação, a CGT aparece aos olhos de quem trabalha esta documentação como um organismo pleno de energia, de optimismo e sem dúvida capaz de concretizar uma tarefa imensa de organização. Tem-se além disso a visão de uma grande transparência para o exterior, de um universo orgânico que mexe, que discute, que avança, dando conta a toda a organização do que se faz, mas também das dificuldades e insuficiências. Esse é o tom que transparece do jornal *A Batalha*; com o passar do tempo, há um esbatimento de entusiasmo, tudo parece mais crispado e a organização menos transparente, o que parece relacionado muito provavelmente com o agravamento das condições de vida e o desemprego, mas que foi também consequência

de alterações internas à própria organização – problemas internos entre pessoas, choque de perspectivas sobre a natureza do sindicalismo e a acção sindical, problemas entre organismos, redução dos efectivos sindicais e do contingente militante, a participação na actividade sindical que se contrai, e até uma certa crise da imagem do sindicalismo e dos dirigentes sindicais ou um alastramento da indiferença da massa operária em relação a uns e/ou a outros. A sensação que a documentação transmite – e especialmente o jornal confederal – é a de um progressivo cansaço, de um certo derrotismo que se espalha nas bases, a par de um crescendo de opacidade da CGT.

No congresso fundador, em 1919, terão estado representados 178 sindicatos (mais 8 Federações e 1 Uniões locais); muitos deles já não estarão na Covilhã, em 1922, e serão poucos os que mantêm actividade regular e meios que os determinem a enviar delegados o Congresso de Santarém, em 1925.

Montar a estrutura da nova organização constituiu de facto a principal tarefa trazida do Congresso de Coimbra; na Covilhã, três anos depois, estariam menos 20 sindicatos, e menos outros 25, no Congresso de Santarém em 1925. O ponto central a ser decidido no Congresso da Covilhã era precisamente o da organização sindical internacional a que a CGT deveria aderir e por extensão, no plano interno, qual a relação futura entre a CGT e os sindicalistas comunistas e os que, fora deste, se pronunciavam por uma adesão, com ou sem condições à Internacional Sindical Vermelha, e que papel uns e outros poderiam ter na vida da Confederação. A forma como o Congresso decorreu, a forma como terminou, agravou muito mais os problemas internos na CGT, para um observador objectivo em estado muito próximo da desagregação; além do mais, a liderança saída do Congresso, pela forma como fora gerada e aprovada, pelas características pessoais do futuro secretário-geral e pelo fraco suporte organizativo com que podia contar, era geralmente sentida como fraca e inadequada.

O Congresso de Santarém, em 1925, foi limitado a organismos confederados; com uma adesão global e uma participação significativamente mais reduzidas que nos dois Congressos Nacionais anteriores, as ausências emblemáticas da Federação Marítima e dos Sindicatos dos Arsenais consagram a dissidência daqueles que, dentro da CGT, tinham sido os principais contestatários da maioria dirigente e a cabeça, dentro e fora da Confederação, dos sindicalistas da sensibilidade minoritária, partidários da Internacional Sindical Vermelha.

Na sua orgânica, tendo o Congresso Nacional dos sindicatos como órgão máximo de decisão, a CGT tinha um conselho de delegados – o Conselho Confederal – como

órgão deliberativo entre congressos, e um Comité Confederal, como seu órgão executivo, aquele constituído por delegados das Federações, Uniões e Sindicatos, nacionais ou isolados com representação directa, e este escolhido em Congresso.

A constituição e início da actividade do Conselho Confederal após os Congressos nacionais constituiu a principal preocupação do Comité Confederal; depois do Congresso de Coimbra (1919) revelou-se tarefa muito complexa e demorada, não só pela novidade, mas sobretudo devido à multiplicação, em simultâneo, dos processos de constituição dos sindicatos únicos, com impacto directo no funcionamento das Federações e Uniões e, por extensão, na nomeação dos delegados à CGT, o que fez com que o Conselho tivesse começado a funcionar em Maio de 1920, mais de oito meses depois do Congresso; após os Congressos da Covilhã (1922) e de Santarém (1925) foi preciso somente pouco mais de um mês, respectivamente em Novembro de 1922 e em Novembro de 1925; ao iniciar trabalhos, em 1920, o Conselho Confederal contava com 25 organismos, mas somente com 10 a seguir ao Congresso da Covilhã, não tendo sido possível apurar a sua composição depois do Congresso de Santarém, sendo provável que fosse constituído por 10 a 17 organismos).

Representados no Conselho Confederal a seguir ao Congresso de Coimbra encontramos os seguintes organismos: Uniões de Sindicatos de Braga, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, Porto, Coimbra, Lisboa, Almada, Vendas Novas, Évora, Beja, Olhão e Faro; Federações do Calçado, Couros e Peles, Construção Civil, Corticeiros, Empregados no Comércio, Livro e Jornal, Marítimos Metalúrgicos e Rurais; os Sindicatos Nacionais do Pessoal do Arsenal de Guerra, do Arsenal de Marinha e dos Hospitais Cíveis; e os Sindicatos (isolados) dos Cesteiros de Gonçalo, Manipuladores de Vidraça da Marinha Grande e dos Vidreiros da Amora.

Nos três períodos (Coimbra à Covilhã, Covilhã a Santarém, e pós-Santarém) o número máximo de organismos com delegados no Conselho foi entre 25 e 27.

No “28 de Maio” e até ao mês de Fevereiro de 1927 referenciam-se 23 representações no Conselho Confederal – 6 USO’s: Porto, Lisboa, Almada, Setúbal, Évora e Faro; 11 Federações: Calçado, Couros e Peles, Construção Civil, Corticeira, Empregados no Comércio, Livro e Jornal, Metalúrgica, Mobiliária, Rural, Têxtil, Transportes Marítimos e Fluviais e Vinícola; 6 Sindicatos: Chauffeurs, Mineiros de Aljustrel, Mineiros de S. Domingos, Chauffeurs, Manipuladores de Vidraça e Manipuladores de Cristal, ambos da Marinha Grande, e o Sindicato dos Manipuladores

de Pão de Lisboa, que no último trimestre do ano de 1926 dá lugar à Federação dos Operários do Ramo da Alimentação.

Das Uniões locais cuja existência se referencia (23 no total – Viana do Castelo, Porto, Lisboa, Évora, Almada, Seixal, Setúbal, Faro, Olhão, Portimão, Braga, Guimarães, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, Gaia, Aveiro, Coimbra, Tomar, Vila Franca de Xira, Vendas Novas, Beja e Lagos) somente as primeiras dez tiveram representação relativamente regular no Conselho Confederal.

A Confederação, nos termos estatutários, reconheceu a alguns sindicatos capacidade para se representarem no Conselho Confederal através de delegados próprios, na qualidade de Sindicatos Nacionais ou de Sindicatos Isolados, sendo que a primeira categoria se restringiu significativamente com a alteração dos estatutos no Congresso de Santarém (1925); entre os sindicatos que em algum momento tiveram representação autónoma no Conselho, merecem referência, na primeira daquelas categorias, os Sindicatos dos Arsenais do Exército e da Marinha, que entre 1919 e 1925 tiveram papel relevante na actividade daquele órgão confederal, vindo a assumir nos anos de 21 a 25 atitudes bastante críticas relativamente a maioria dirigente da CGT, veiculando naquele órgão (apesar de minoritários e só esporadicamente contando com o apoio de delegados da mesma sensibilidade político-sindical) as posições da militância sindical comunista. No ano de 1925, na sequência da polémica interna sobre a atitude tomada pela CGT no “18 de Abril” e da discussão sobre as relações da Confederação com organismos “extra-sindicais” como o Partido Comunista e os Núcleos Sindicalistas Revolucionários e sobre a colaboração daquela com elementos de outras sensibilidades sindicais, designadamente os Partidários da ISV, os Sindicatos Arsenalistas abandonarão a CGT, seguidos pela Federação Marítima, consumando uma cisão a que o Congresso de Santarém, assumidamente vedado a sindicatos e organismos não confederados, consagrará como irreversível.

Pelo Conselho Confederal da CGT passou o essencial das decisões colectivas entre Congressos, sendo que os próprios Congressos delegaram naquele órgão a decisão sobre diversas matérias; a sua primeira atribuição, estatutariamente, era dar execução às decisões dos Congressos nacionais. Reunindo numa base mensal e extraordinariamente sempre que necessário, sempre em Lisboa, na sede da CGT, os seus membros foram, praticamente sem excepção, militantes sindicais da capital, tanto em representação dos organismos sedeados em Lisboa, como nos restantes; por princípio, as Federações de Indústria (e os sindicatos nacionais, a elas para o efeito equiparadas) tinham de ser

representadas por profissionais da própria classe, e pode dizer-se que tal requisito foi de facto cumprido, com excepção da Federação dos Trabalhadores Rurais que desde o fim do ano de 1922 passou a ser representada por um ferroviário, na sequência da desconfederação da Associação de Classe dos Rurais de Lisboa; quanto às USO e aos sindicatos isolados, foi diferente: enquanto a União de Sindicatos de Lisboa e as suas congéneres da margem esquerda do Tejo se fizeram representar por delegados directos, as outras não, sendo representadas no Conselho por sindicalistas de Lisboa; o mesmo sucedia com a maioria dos sindicatos isolados – como foi o caso dos sindicatos dos Cesteiros de Gonçalo, dos sindicatos Têxteis de Manteigas e da Covilhã, dos sindicatos dos Mineiros de São Domingos e de Aljustrel, dos sindicatos dos Vidreiros e dos Cristaleiros da Marinha Grande, ou do Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras de Lourenço Marques. Em princípio, a escolha desses delegados indirectos era feita autonomamente pelos organismos em causa, sem interferência, nem sugestão do organismo central; ainda assim, está documentada pelo menos uma situação, em Novembro de 1926, em que a própria comissão administrativa da CGT nomeou os delegados das USO que ainda não o tinham feito, os quais começaram a exercer, ficando em aberto a sua confirmação ou substituição pelos organismos em causa.

Numa tentativa de inventário dos momentos mais críticos vividos no Conselho Confederal, para além dos que tiveram que ver com questões, digamos, externas – aqui incluídas a questão internacional e as greves mais importantes, referidas mais adiante – identificam-se sete particularmente relevantes: o primeiro, constituído por diversos episódios que ocorrem durante vários meses, entre Julho de 1921 e Junho de 1922, que se iniciou com a nota do Comité, ultrapassando o próprio Conselho, contra o “manifesto do Partido Comunista”, que determinaria a expulsão de importantes militantes confederais, a eclosão de um áspero e longo conflito entre a CGT e a Federação da Construção Civil, pontuado por reuniões do Conselho muito violentas em que vários delegados, e o próprio secretário-geral, Manuel Joaquim de Sousa, apresentam pedidos de demissão; o segundo, em Março de 1923, que se filia nas condições em que decorreu o Congresso da Covilhã (1922), motivado por uma nota do Comité Confederal em que se reprovam elementos da organização que tinham participado em «reuniões extra-oficiais» com sindicalistas comunistas, nota essa que o Conselho veio por sua vez a reprovar, em resultado do que o secretário-geral José Santos Arranha apresentou um pedido de demissão, que veio depois a retirar; terceiro, no último trimestre do mesmo ano de 1923, com o pedido de demissão, irrevogável, do mesmo Santos Arranha do

cargo de secretário-geral, obrigando à recomposição do Comité Confederal e à designação de um novo secretário-geral, no caso Manuel da Silva Campos; um novo episódio grave, em 1924, relacionado com *A Batalha*, cujo corpo gráfico chegara a realizar uma greve, em Maio, determinando o Conselho a substituição do director, assumindo o secretário-geral da CGT aquelas funções; quinto, a seguir ao “18 de Abril” de 1925, quando alguns delegados questionam e reprovam a atitude do secretário-geral e outros militantes cegetistas naquela data, designadamente a proclamação da greve geral e o entendimento com elementos de partidos políticos, um episódio com múltiplas consequências – o pedido de demissão do secretário-geral Manuel da Silva Campos, não aceite pelo Conselho, que todavia delibera que abandone a direcção de *A Batalha*, que passa a ser exercida por Santos Arranha, o ex-secretário-geral, que se destacara na reprovação do comportamento de Silva Campos e que passa a dirigir toda a comunicação escrita da CGT (jornal, suplemento literário e revista *Renovação*), o abandono do Conselho pelos delegados dos Sindicatos dos Arsenais e mais tarde também da Federação Marítima e a suspensão de relações destes organismos com a CGT, e, como última consequência, uma resolução pretensamente irrevogável do mesmo Conselho determinando que, quaisquer que fossem as circunstâncias e o tipo ou gravidade das ameaças, a organização não entraria, nunca, em acções ainda que pontuais em colaboração com elementos o forças políticas; o sexto momento crítico deste inventário acontece no “28 de Maio” de 1926 e a ele nos referiremos mais à frente; o sétimo e último, com início imediatamente antes do “28 de Maio” de 1926, tendo como principais protagonistas Manuel Joaquim de Sousa e José Santos Arranha, que levará à auto-destituição do Conselho Confederal e depois à sua reorganização e a um sério conflito entre Federações, levando algumas a suspender a sua actividade na CGT, de que também nos ocuparemos mais adiante.

O Comité Confederal tinha como principais atribuições na CGT a gestão administrativa da Confederação e a execução das deliberações do Conselho Confederal. Escolhido pelo Congresso, com mandato até ao Congresso seguinte, o Conselho Confederal poderia, em situação de extrema necessidade, substituir algum ou mesmo a totalidade dos seus membros, que, tal como todos os cargos confederais, é de exercício gracioso, sem remuneração. É constituído por 7 membros, um deles com funções de secretário-geral – isto entre o Congresso de Coimbra e o de Santarém (1919 a 1925), sendo que este último aprovou uma alteração estatutária que substituiu o cargo de secretário-geral por um secretariado composto por 3 membros – de certa forma

acomodando a proposta formulada três anos antes por sindicalistas da minoria comunista e outros – e agregou também ao Comité Confederal o director de *A Batalha* e o o secretário da Comissão de Assistência Jurídica e de Solidariedade, sendo estes nomeados pelo Conselho Confederal.

O primeiro Comité Confederal, nomeado no Congresso de Coimbra (1919) teve como secretário-geral Manuel Joaquim de Sousa, manufactor de calçado, e Miguel Correia, José Magalhães Carvalhal, Alfredo Neves Dias, Joaquim de Sousa, Francisco Viana e Alfredo Lopes (respectivamente, dos Ferroviários, Marítimos, Livro e Jornal, dois Metalúrgicos e Construção Civil), vindo a entrar depois o metalúrgico da Carris Armando Martins e João Humberto Matias, dos Mobiliários; o Comité saído do Congresso da Covilhã (1922) tinha José da Silva Santos Arranha, dos Mobiliários, como secretário-geral, dois fabricantes de calçado, Jerónimo de Sousa e Manuel da Silva Campos, dois metalúrgicos, Artur Cardoso e Joaquim de Sousa, Carlos Maria Coelho e Júlio da Anunciação, da Construção Civil e dos Marítimos, respectivamente, entrando depois Manuel Gonçalves Vidal e Artur Aleixo de Oliveira para os lugares de Jerónimo de Sousa e Júlio da Anunciação; na remodelação do Comité, provocada pela demissão de Santos Arranha em Novembro de 1923, o secretário-geral passou a ser Manuel da Silva Campos, da Federação do Calçado, Couros e Peles, acompanhado por dois militantes da Construção Civil, Carlos Coelho e Luís Gonzaga, dois metalúrgicos, Manuel Gonçalves Vidal e António Gomes Ribeiro, e Lúcio Rodrigues e o corticeiro António Bento, como vogais; o Comité eleito no Congresso de Santarém (1925) mantinha Silva Campos no cargo de maior responsabilidade, à frente do Secretariado e da Comissão Administrativa, com operário do Mobiliário José Martins Grilo e Joaquim Tavares Adão, tanoeiro, a completarem o primeiro órgão, e o compositor tipográfico Carlos José de Sousa, Silvino Noronha da Marinha Mercante e Francisco Viana, metalúrgico, nos restantes cargos da Comissão Administrativa, sendo que Manuel Joaquim de Sousa, também eleito como secretário administrativo não aceitou exercer funções; finalmente, na “crise/conflito das Federações”, em 1926, a “comissão de gestão”, exercendo as funções da comissão administrativa, nomeada em Agosto daquele ano, ficou constituída pelo metalúrgico Joaquim de Sousa, Faustino Ferreira, tanoeiro, e dois elementos da Construção Civil, Luís Gonzaga e Alfredo Lopes, sendo que o último Comité Confederal, no período que estudámos, designado pelo Conselho Confederal em Novembro de 1926, com as Federações Mobiliária, Metalúrgica, do Livro e Jornal e Vinícola em processo de abandono daquele órgão cegetista, o marítimo

Gomes do Amaral fica à frente do Secretariado (com Alberto Dias, da Construção Civil, e Adriano Botelho, dos Empregados do Comércio e Indústria) e da Comissão Administrativa, de que também ficam fazendo parte Tavares Adão, tanoeiro, o metalúrgico Almeida Marques, Joaquim Nogueira, dos Marítimos, e o manufactor de calçado Fernando Rodrigues Brígido, sendo colocado Mário Castelhana na direcção de *A Batalha*, agregado portanto ao Comité Confederal, em cuja acção virá a ter proponderância.

Esta lista (e o mesmo se aplica a uma, maior, que incluísse também o Conselho Confederal, *A Batalha* e mesmo os congressos confederais) evidencia a importância relativa das diversas classes na linha de comando da CGT, prevalecendo a ideia de que as classes do Calçado, Couros e Peles – isto é, o Sindicato dos Manufactores de Calçado de Lisboa – foram as mais preponderantes; segunda linha de conclusão, a existência de várias pessoas com maior prevalência em cargos e responsabilidades de topo – desde logo, dois manufactores de calçado Manuel Joaquim de Sousa e Manuel da Silva Campos (mas há outros da mesma classe), Joaquim de Sousa e Francisco Viana, para citar apenas dois metalúrgicos, Alfredo Lopes, Alberto Dias e Carlos Coelho, da Construção Civil, Santos Arranha e José Martins Grilo, dos Mobiliários, Alfredo Neves Dias e Carlos José de Sousa, do Livro e Jornal.

Ganha, pois, sentido um reparo feito à CGT, isto é à maioria decisora nos órgãos confederais, de que as “magistraturas” confederais são exercidas por um número restrito de activistas, actuando numa lógica de grupo, que se revezariam nos vários cargos, blindando os órgãos confederais contra a entrada de elementos que pudessem fazer perigar ou disputar essa supremacia; no caso, esse grupo é identificado com os anarco-sindicalistas. Analisando a composição dos vários órgãos confederais (e isso é válido também para os organismos de base, os sindicatos, e para os intermédios, Uniões e Federações) constata-se que houve um grupo constituído por escassas dezenas de pessoas que exerceram os vários cargos e responsabilidades na CGT – no Comité, no Conselho, n’*A Batalha*; mais, alguns desses elementos, durante todo o período aqui estudado, mantiveram sempre cargos e responsabilidades confederais, transitando de uma para outra, inclusive, no Conselho Confederal, como delegados, um após outro, de organismos diferentes.

Essa situação decorre por um lado das condições objectivas da organização e da actividade confederal centrada em Lisboa, num contexto em que as deslocações eram morosas, dispendiosas, e o exercício de funções confederais não era compaginável com

uma actividade profissional noutra local; depois, há que considerar as dificuldades do exercício de responsabilidades sindicais, mantendo o exercício da profissão, e a escassez tantas vezes referida de activistas e militantes sindicais. Num certo momento da história confederal o diário cegetista referia-se aos «carneiros», qualificando desta forma os que, cumprindo na vida profissional, eram, nos sindicatos, os mais esforçados e sacrificados pelo bem geral, aqueles em quem os «desimportados», cumpridores dos deveres de sindicatos, delegavam responsabilidades e trabalho.

Tudo indica que houve na CGT uma lógica de poder, não necessariamente determinada por ambições ou outras idiossincrasias pessoais (que não são de excluir), no mínimo alicerçada num sentido de missão que se identifica amiúde em muitos dos protagonistas, lutando por uma causa que é a sua, pondo o seu esforço e sacrificando-se em prol de uma ideia, daquilo que se considera acertado, muitas vezes com consequências desastrosas para a vida pessoal e familiar, quando não com risco da própria vida.

As relações internacionais da CGT constituíram um assunto central de debate, controvérsia e gerador de tensões, ganhando aspereza no quadro da acção dos sindicalistas comunistas (Julho de 1921) em prol da tese de que a organização sindical não tinha capacidade revolucionária suficiente para, sozinha, derrubar e substituir as instituições burguesas, sendo por isso necessária a existência de um partido político comunista para esse fim. Num quadro meramente interno, apontam no sentido de replicar a relação existente entre a Internacional Comunista e a Internacional Sindical Vermelha. O Congresso constitutivo da CGT (Coimbra, 1919) tinha precisamente apontado como linha de acção o relacionamento com organizações estrangeiras congéneres com vista à instituição de uma Confederação Internacional do Trabalho, com representantes exclusivamente operários sem mandato político.

O combate pelos dirigentes da CGT à tese dos sindicalistas comunistas ficou marcado no seu início pela irradiação, do Conselho Confederal, de dois dos seus delegados, um deles o editor de *A Batalha* e secretário-geral da Federação da Construção Civil, que seria então o organismo mais poderoso da organização sindical portuguesa, em termos de efectivo, de actividade desenvolvida e de receita para a Confederação; depois, dará origem a um conflito sério com aquela Federação, mas também com a Federação Metalúrgica, registando-se um efeito de bola de neve que levou o problema a contaminar diversos organismos, sindicais e federativos; essa crise, desencadeada do topo para a base da organização confederal, haveria de gerar cisões, de

que a mais importante terá sido a saída de um importante contingente de elementos das Juventudes Sindicalistas, por iniciativa de José de Sousa, que irão constituir a estrutura-base da organização de juventude do Partido Comunista Português.

A Revolução Russa de 1917 tinha alimentado o imaginário da militância sindical e do operariado sobre a exequibilidade da revolução social e da supressão do salariado, num país e no mundo inteiro; o envio pela CGT de um delegado para se inteirar *in loco* da realidade naquele país e para assistir em Moscovo ao Congresso da Internacional Sindical Vermelha (Julho de 1921) integrou-se no processo com vista à adesão da Confederação portuguesa a uma Internacional Sindical revolucionária, requisito que a Federação Sindical Internacional não cumpria. Francisco Perfeito de Carvalho, esse delegado, voltará a Lisboa meses depois, não especialmente para dar conta da sua missão, mas muito especialmente como promotor da adesão da CGT à Internacional Sindical Vermelha. O ano de 1922 será de choque entre partidários da adesão à ISV, advogando alguns deles – como fazem organizações congéneres estrangeiras – que a adesão seja condicionada à alteração da subordinação da ISV à internacional Comunista – e os que se opõem a esta, em linha com uma corrente que integrava sindicalistas de vários países, de inspiração anarquista, orientada para a formação de uma Internacional sindicalista revolucionária, autónoma das Internacionais de Amsterdão e de Moscovo, a Federação Sindical Internacional e a Internacional Sindical Vermelha.

Uma – a principal – tese levada ao Congresso Nacional de 1922 foi precisamente sobre as relações internacionais. Através de *A Batalha*, foi desenvolvida entretanto uma campanha activa de divulgação das posições pró-Internacional sindicalista revolucionária e de contestação da ISV, barrando-se em simultâneo o acesso ao órgão de imprensa cegetista dos partidários da adesão. Além do ajuste de contas com Francisco Perfeito de Carvalho, por se ter furtado à apresentação de relatório escrito da sua ida a Moscovo e de os custos com a sua deslocação terem revertido em proveito não da CGT, mas de terceiros (a ISV), o turbulentíssimo Congresso da Covilhã, depois de aprovar os princípios da Organização Social Sindicalista que na prática inviabilizavam a proposta da comissão organizadora, de adesão à ISV, com condições, deliberou a adesão aos princípios da futura Internacional sindicalista revolucionária, em formação.

Mas a questão internacional ainda se manteria durante muito tempo, basicamente em dois ciclos temporais: no primeiro, que decorre até Setembro de 1923, depois de muito debate sobre o que havia sido, efectivamente deliberado pelo Congresso da Covilhã, o Conselho Confederal por proposta do Comité deliberara avançar com a

adesão à Internacional de Berlim, entretanto constituída, em congresso em que a CGT esteve representada por delegado indirecto, decisão essa muito contestada, num processo muito alargado de discussão que passou pelas colunas d'*A Batalha*, levando o Conselho Confederal a recuar na decisão e a avançar para a realização de um referendo aos sindicatos sobre a adesão à AIT, a Internacional de Berlim, mais uma vez apoiado numa estratégia de comunicação idêntica à realizada nos meses antecedentes do Congresso da Covilhã, repetindo-se o barramento, no diário cegetista, às posições favoráveis à ISV; no apuramento dos resultados do referendo, em que declinaram participar mais de metade dos sindicatos presentes no Congresso da Covilhã, 104 sindicatos votaram pela Internacional de Berlim, 6 pela Internacional Sindical Vermelha e 5 por nenhuma delas. A CGT assume, então, formalmente a adesão à AIT, fazendo-se representar directamente (por Silva Campos) no Congresso de 1925 e no pleno de Paris (por Manuel Joaquim de Sousa) em Maio de 1926. No segundo dos dois ciclos referenciados, depois da adesão, será recorrentemente proposto pelos sindicalistas pró-ISV que a CGT portuguesa abandone a AIT e se declare neutra em relação às Internacionais sindicais.

Ainda no campo das relações internacionais, a estratégia da CGT teve ainda uma outra linha de acção – que alguns dos seus elementos mais relevantes haviam defendido dever ser a única, advogando por isso a não adesão a nenhuma Internacional sindical – de estabelecer um nível elevado de relações com a Confederación Nacional del Trabajo, de Espanha. Como se assinala neste estudo, o propósito de alguns dirigentes de topo da CGT portuguesa ia mesmo no sentido de alguma integração orgânica, criando-se uma Confederação Ibérica do Trabalho, com suficiente autonomia da Confederação nacional, projecto que teria sido liquidado pela repressão empreendida pela ditadura de Primo de Rivera sobre a CNT.

São detectáveis na CGT visões diferentes sobre o sindicalismo e sobre o que deveria ser a acção sindical. Pelo menos três, com expressão nos Congressos e nos órgãos confederais, ainda que não seja fácil inscrever, numa delas, alguns dirigentes e militantes individuais que tiveram responsabilidades na organização. Primeira, em que se detecta uma base ideológica anarquista, que podemos designar por anarco-sindicalista, que *grosso modo* vê no sindicalismo o instrumento para a realização do anarquismo, subordinando aquele a este, à qual poderemos associar o nome de Manuel Joaquim de Sousa, do Sindicato dos Manufactores de Calçado de Lisboa; segunda, de ideologia comunista, dos sindicalistas comunistas, para quem o sindicalismo não tem

condições para a realização da revolução social, devendo a acção sindical ser coordenada por uma organização extra-sindical, o partido comunista, à qual associamos, para referir apenas um nome, Júlio Luís, do Sindicato do Arsenal do Exército; terceira, a que chamaremos sindicalista revolucionária, para quem o sindicalismo se basta a si próprio e, embora tendo como referencial o anarquismo, coloca aquele à frente – Alexandre Vieira, do Sindicato dos Impressores Tipográficos de Lisboa, estará neste grupo.

Olhando globalmente para os oito anos da vida da CGT que aqui são estudados, a primeira terá sido preponderante na direcção e na actividade desenvolvida pela organização, identificando-se a presença da segunda, como minoritária, a partir de 1921, com muito menor peso nos órgãos confederais depois da suspensão de relações pelos Sindicatos Arsenalistas e Federação Marítima, mantendo-se apesar disso muito activa em eventos abertos a sindicatos não confederados, de que é exemplo o Congresso dos Sindicatos de Lisboa, em 1926, e a terceira, com manifestações, a espaços, marcando posições autónomas sobre diversas questões fracturantes dentro da CGT, caso das relações internacionais, em que advoga uma terceira via de não adesão a nenhuma Internacional sindical, mas o aprofundamento das relações com a CNT de Espanha, e caso também da promoção do trabalho conjunto de elementos das diferentes sensibilidades na defesa dos interesses concretos dos trabalhadores, pondo a tónica no sindicalismo e no combate ao facciosismo a espaços manifestado por elementos das outras duas.

Numa avaliação global da conflitualidade social (laboral e outra) no período aqui estudado, com base num levantamento efectuado à medida que se estudou a documentação – mas sem preocupação de exaustividade, como se assinalou, e apenas com o objectivo de perceber o ambiente social e laboral que se desenvolve a actividade da CGT – e em que se identificou um número de conflitos laborais com paralisação do trabalho, e amplitude diversa, superior a 750, com maior peso nos anos de 1919-1920 e 1922, entrando depois numa linha descendente muito acentuada, até ser praticamente em 1926 e 1927.

As grandes causas por que se movimentou a organização cegetista – isto é, operários e trabalhadores organizados nos seus sindicatos – com o apoio moral e esporadicamente material das respectivas Federações e supletivamente de outras e das União de Sindicatos e da própria CGT – foram em primeiro lugar as que tiveram que ver com as condições sociais e económicas do operariado e outros trabalhadores –

salários, horário de trabalho, o emprego; depois, questões mais gerais, a carestia e a habitação, e finalmente as relacionadas com a repressão e a questão social.

O salário foi o principal motor da conflitualidade laboral nas suas diversas formas, incluindo a greve, desde o nível mais ínfimo de uma especialidade profissional dentro de uma oficina ou empresa, até à greve nacional da indústria; as movimentações por aumentos de salários foram as mais mobilizadoras dos trabalhadores sindicalizados, no seu conjunto, referenciando-se *a contrario* opiniões e queixas de militantes e dirigentes sindicais sobre os fracos índices de participação nas actividades dos sindicatos quando não envolvessem questões salariais; a partir do ano de 1924, mas sobretudo em 1925, multiplicam-se as acções, que chegaram também à greve nacional corporativa e, pontualmente, à greve geral local, ainda relacionadas com salários, mas de resistência à sua redução, que o patronato, com a complacência do governo se empenhou em impôr – as greves dos operários corticeiros em 1925 constituem um esclarecedor exemplo deste tipo de acções. As lutas pelo horário de trabalho de oito horas tiveram basicamente dois ciclos: primeiro, no sentido de impor a sua observância nos locais de trabalho, fazendo vingar um direito consagrado em Maio de 1919 em lei regulamentada meses depois; este é também tempo de ser exigido o alargamento do horário de trabalho das 8 horas às classes dos trabalhadores domésticos e dos rurais, bem como de uma activa campanha dirigida aos trabalhadores interessando-os na denúncia de incumprimentos da lei nesse matéria, mas também na recusa do trabalho extraordinário, que em muitas situações funcionava como meio encapotado de tornear a lei; um segundo ciclo, de resistência ao ataque generalizado encetado pelo patronato sobretudo a partir de 1922 contra lei do horário de trabalho, visando a sua supressão, um contexto em que são objectivamente desarmadas vozes internas à organização operária que, num excesso de voluntarismo, se encarniçam na proposta de reivindicação do horário de trabalho de seis horas, com o argumento adicional de que contribuiria para dar emprego a trabalhadores desempregados. As movimentações contra o desemprego, de resistência à redução dos horários de laboração de unidades industriais, de contestação dos despedimentos e de denúncia da emigração como única alternativa ao desemprego e à miséria, correm paralelamente à luta pela defesa do horário de trabalho e à exigência de medidas dos poderes públicos com vista à criação de oportunidades de trabalho, com a constatação do problema e a reclamação em abstracto de medidas que o ataquem, um percurso que, iniciado antes do Congresso de Santarém, e ali reforçado com a aprovação de uma tese, se vai alargando a todas as classes profissionais cujas indústrias vão sendo

progressivamente castigadas pela crise, culminando em propostas de acções de fomento a empreender pelo Estado central e municípios, criadoras de postos de trabalho, ao mesmo tempo que se exige, numa posição manifestamente irrealista, que o Estado obrigue à reabertura de fábricas encerradas e à exploração da terra pelos respectivos proprietários, ou em alternativa a sua entrega aos trabalhadores e suas organizações de classe para que o fizessem.

As questões da habitação, a crise e a carestia foram outros temas determinantes da actividade desenvolvida pela CGT e organismos confederados. A primeira, mais premente em Lisboa e Porto, onde falta de casas constitui um problema que se avoluma depois da I Guerra, principalmente pelos grandes fluxos migratórios para as duas cidades, agravado pela miséria material e social muito generalizada; o combate em que os organismos sindicais aparecem envolvidos, em especial as USO, de que *A Batalha* dá conta, visa tanto os senhorios como os sub-alugueres, que num contexto de falta de habitação e más condições de vida se converteram numa verdadeira instituição de exploração dos inquilinos (e até dos senhorios). Nesta matéria, quer as denúncias de situações degradantes de habitação e exploração e de desmandos e violências praticadas sobre os inquilinos, os protestos públicos visam impedir a aprovação de legislação lesiva dos inquilinos.

O pão ocupa lugar central nas movimentações relacionadas com a crise e a carestia, em muitos pontos do país, motivadas pelos aumentos de preço e a má qualidade do pão de segunda, salientando-se, em Lisboa, como acção mais emblemática a greve geral em Agosto de 1922, com grave alteração da ordem pública, precisamente em defesa do pão político, que será definitivamente suprimido um ano depois, apesar da realização de nova greve geral.

Referiu-se a popularidade das questões da reivindicação salarial entre o operariado, em geral; o seu efeito mobilizador tinha efeitos na participação e mesmo na sindicalização. Para uma parte da militância e sobretudo para a estrutura dirigente da CGT tal circunstância não era pacífica e disso deram conta, repetida e veementemente, em especial nos períodos em que se regista maior número de greves; o assunto ganha maior acuidade na constatação da ineficácia global do aumento de salários conseguido por algumas classes, que o patronato reflecte nos preços, logo com efeitos directos no custo de vida e por isso potencialmente gravosos para toda a população, incluindo as classes incapacitadas de reivindicar melhorias de salário – o sindicalismo, referem, não pode ser somente exercício ditado pela materialidade e pelo egoísmo de alguns,

abrangendo outros aspectos como as condições de trabalho, a habitação e a esfera dos direitos sociais, norteados pela perspectiva de realização, a prazo, de uma sociedade nova, sem exploração, justa e igualitária.

A solidariedade é outra das grandes dimensões do sindicalismo a que a organização operária portuguesa deu expressão, a todos os níveis organizativos. Numa escala muito básica, a solidariedade moral, o apoio em situações de lutas laborais e de greves, que um grupo de trabalhadores, um sindicato ou uma federação solicita e espera dos organismos sindicais; nas lutas mais longas, quando os grevistas privados do salário atingem situações de privação dos bens essenciais, eles e as famílias, fazem-se apelos à solidariedade material – foi algo frequente a organização de “quetes”, em certos casos com o objectivo mínimo de manter em funcionamento as “cozinhas comunistas” instaladas no período do conflito, para assegurar uma refeição ou duas, diariamente, aos grevistas (casos da greve dos ferroviários, no último trimestre de 1920, e a dos mineiros de São Pedro da Cova, em 1923, esta além do mais a obrigar a USO-Porto a contrair um empréstimo que anos depois ainda se mantinha por satisfazer); a solidariedade material acontece também para apoio a pessoas concretas, como Alexandre Vieira e Alfredo Marques, em tratamento de tuberculose, ou as famílias dos operários mortos pela polícia, nos Olivais, Lisboa, e em Silves, em 1924; e há ainda as campanhas de apoio material para *A Batalha*, recorrentemente em estado de necessidade a pontos de se admitir deixar de publicar-se, em geral registando uma resposta solidária muitíssimo significativa, mesmo em alturas de dificuldades económicas generalizadas entre a população, o que atesta, no mínimo, o carinho de que gozava entre os leitores. Registam-se também formas inéditas de solidariedade, inclusive com intervenção dos órgãos dirigentes da CGT, com destaque para as acções, de recolha dos filhos dos grevistas por famílias operárias, em casos de extrema necessidade e mesmo fome, como se verificou nas greves, em 1923, dos Mineiros de Aljustrel e dos de São Pedro da Cova, na greve dos Têxteis da Covilhã, e, em 1924, nas greves dos Marítimos de Sesimbra e dos Corticeiros de Silves, sendo que uma acção idêntica havia já sido avançada durante a greve dos Ferroviários, no fim do ano de 1920.

Num outro nível estão as greves de solidariedade com operários em greve – de que merecem referência, por emblemáticas, a greve geral em Lisboa e no Barreiro de apoio aos operários da CUF, em 1919, e a greve geral no Porto, de solidariedade com os Mineiros de São Pedro da Cova, em Outubro de 1923. Em várias outras situações a CGT foi instada a convocar greves gerais de solidariedade, não o tendo feito e por isso

sofrendo críticas vindas do próprio universo confederal – foi assim, quando das greves dos Ferroviários da CP e dos Ferroviários do Estado, em Setembro-Dezembro de 1920, críticas essas que a Confederação rejeita, em desenvolvido relatório que publica n’*A Batalha*, em que se justifica a não convocação de uma greve geral nacional de apoio aos Ferroviários pela grande indiferença do operariado e seus organismos de classe, inclusive dos trabalhadores e organismos sindicais dos transportes, relativamente a um tal movimento.

O exercício da solidariedade para com as vítimas do poder, por actividades ou actos de natureza social, é um dever assumido no âmbito da actividade sindical – apoio moral, que se exprime em visitas aos trabalhadores presos e em dar-lhes voz no jornal confederal, e apoio material aos próprios e suas famílias, pois de uma forma geral a prisão significava a miséria para a vítima, dadas as condições infra-humanas nas prisões, mas também para o agregado familiar; algumas classes, nomeadamente a Construção Civil, ao nível da Federação, têm já em 1919 fundos de solidariedade, para os quais os operários sindicalizados contribuem com uma quota especial; outras seguiram a mesma via, sendo que alguns desses instrumentos têm um âmbito alargado para apoios em situações de doença e incapacidade ou morte por acidente de trabalho, de fundos de resistência para apoio nas greves e aos presos. A organização operária dotou-se de uma estrutura de apoio jurídico, com advogado, em Lisboa, no ano de 1918, que além da assessoria aos órgãos confederais intervinha na defesa de trabalhadores remetidos a tribunal; depois do Congresso de Coimbra (1919), a sua acção do conselho jurídico alargou-se a todo o país, mas o seu funcionamento foi sempre, reconhecidamente, irregular e os recursos humanos e materiais insuficientes; para apoio directo, correram em permanência n’*A Batalha* campanhas de recolha de fundos para os presos sociais, e a CGT promoveu diversas acções de protesto, reivindicando quer a libertação dos presos, quer o regresso dos deportados, incluindo duas greves gerais, em Abril de 1922 e em Junho de 1925..

O Congresso da Covilhã (1922) deliberou a criação de um organismo nacional de apoio jurídico e solidariedade, dotando-o de meios próprios; em resultado do alargamento do seu âmbito de acção e do crescimento exponencial do número de casos a exigirem intervenção e ou apoio material e do aumento dos tempos de detenção e prisão, o conselho jurídico e de solidariedade constitui-se no maior encargo para a CGT, consumindo no período de 1922 a 1925 mais de $\frac{3}{4}$ do valor das quotizações (entre os Congressos de Coimbra e da Covilhã era de sensivelmente 6%). Depois do Congresso

de Santarém (1925) a situação foi-se agravando de forma dramática, ao ponto de a CGT se ter vindo a desvincular, a poucos meses da sua dissolução, da obrigação do apoio material aos presos sociais e suas famílias.

A CGT foi durante toda a sua existência um organismo sem existência legal; mas, em concreto no período aqui estudado, funcionou (não se podendo dizer que de uma forma regular) beneficiando de maior ou menor tolerância das autoridades do Estado, em função de vontades e interesses conjunturais, marcada a espaços por actos arbitrários praticados contra instalações e elementos da Confederação por agentes dessas mesmas autoridades ou por terceiros, com a sua complacência ou indiferença; foi assim no período de 1919 até ao “28 de Maio” de 1926; seguiu-se um período em que a CGT teve a actividade muito condicionada pelo poder militar, funcionando numa semi-clandestinidade a partir da tentativa revolucionária de 3-7 de Fevereiro de 1927, até Maio seguinte, quando a sua sede foi encerrada e confiscados os tipos do jornal *A Batalha*, que deixou de publicar-se; quando da destruição das suas instalações, mobiliário e documentação no mês de Novembro desse mesmo ano, a CGT já vivia praticamente em regime de clandestinidade, com muitos dos seus dirigentes presos e mesmo deportados.

Apesar de nunca reconhecida pelas autoridades republicanas (uma questão que a CGT desvalorizou em vários momentos, afirmando que a sua existência independia da lei, tanto mais que a organização era a expressão da vontade dos trabalhadores e não do Estado e que seria inadmissível a intervenção deste na letra dos seus estatutos e na sua actividade – se bem que em dois ou três momentos da sua existência a Confederação se orientasse claramente para a exigência do seu reconhecimento legal) apesar disso, dizíamos, a organização dirigia documentos ao Estado, que eram respondidos, elementos seus reuniam com responsáveis administrativos, com ministros, com chefes de governo e com o próprio presidente da República, o que representava, não deixamos de o anotar, um reconhecimento de facto. Uma lei publicada pelo governo chefiado por José Domingues dos Santos, no fim do ano de 1924, veio reconhecer a existência de Federações e Uniões de Sindicatos, sendo admissível a leitura de que isso significaria o reconhecimento implícito da CGT; mas a Confederação rejeitou tal legislação, por considerar tratar-se de uma intromissão do Estado na vida sindical e ainda pelo facto de essa legislação admitir a contratação colectiva, que a central operária rejeitava em absoluto.

O poder teve com a CGT, globalmente, uma relação muito conflituosa; funcionando a Confederação fora da lei, muito pontualmente o poder parecia ter-se empenhado em atrair a organização para o seu espaço – o reconhecimento de certos direitos sociais em matéria do direito à greve, do horário de trabalho, da legislação dos seguros sociais obrigatórios e previdência inscrever-se-iam nesse percurso, sem a ele todavia se restringirem. Mas, a questão social não constituiu, em concreto, um desígnio dos governos republicanos; mais, além de ter afastado a maioria do operariado da participação eleitoral, os governos republicanos colocaram objectivamente a organização operária fora do sistema político, pautando a sua acção pela repressão dos movimentos sociais e laborais, a pretexto de agitação e perturbação da ordem pública ou mesmo de subversão, fazendo intervir a tropa contra operários em greve e manifestantes, inclusivamente com a ocorrência de mortos e feridos, prendendo e deportando trabalhadores, dirigentes e militantes, encerrando e vandalizando instalações e bens dos organismos sindicais e seus órgãos de imprensa, particularmente d'A *Batalha*, várias vezes suspensa ou sujeita à censura. A violência praticada contra a organização operária foi maior do que a exercida contra os inimigos declarados do regime (monárquicos, católicos) e contra aqueles que atentaram contra a República em múltiplas tentativas de golpe de estado. Contra o operariado chegou a ser brandida, em 1921, a ameaça de restabelecimento da pena de morte; um conjunto de instituições e organismos repressivos criados pelos governos republicanos visavam especificamente o operariado e as organizações sindicais – o Tribunal de Defesa Social, instituído em 1920, verdadeiro tribunal de excepção para crimes sociais, a Polícia de Segurança do Estado, a par da polícia – com destaque para a de Lisboa, especialmente depois que Ferreira do Amaral foi colocado na sua direcção – e da Guarda Republicana, foram instrumentos do regime republicano contra organismos e elementos operários em nome da manutenção da ordem, do combate ao bolchevismo e à agitação social, da repressão do bombismo e dos atentados imputados à Legião Vermelha, implicando neles jovens das Juventudes Sindicalistas e outros elementos activistas do sindicalismo, que, em muitos casos sem julgamento, integrarão as sucessivas vagas de deportações.

Para a CGT, governos republicanos, partidos, parlamentos e eleições são partes de um mesmo todo de opressão dos trabalhadores, declarando-se por isso alheia aos jogos da democracia representativa; apesar disso, como antes fizera através da participação elementos operários, de armas na mão, contra a tentativa restauracionista monárquica em 1919, a Confederação envolver-se-ia, por um lado, nas manifestações na imprensa e

na rua contra a ameaça de instauração de uma ditadura nos fins do ano de 1923 e princípios de 1924, participando inclusivamente elementos cegetistas na organização e realização de acções com outros «revolucionários sociais», numa acção de unidade, nas “jornadas de Fevereiro de 1924” que se haveria de repetir, ainda que noutros moldes no ano seguinte, em oposição à tentativa revolucionária do “18 de Abril”, por sinal precedida de uma notória não-hostilidade da organização ao governo de José Domingues dos Santos. Num contexto em que a organização sindical era confrontada com a questão da “unidade na acção” no quadro de uma “frente única” contra o fascismo e a ditadura, pelo Partido Comunista e por elementos dos sindicatos autónomos (e também internamente por militantes e dirigentes cegetistas que integravam quer a estrutura orgânica daquele partido, quer a executiva dos Partidários da Internacional Sindical Vermelha) a posição adoptada pela CGT, nas “jornadas de Fevereiro” e no “18 de Abril” eram susceptíveis de controvérsia interna – e assim foi, estando documentada, em relação à segunda, a polémica no Conselho Confederal, desencadeada pelos defensores mais acérrimos da auto-suficiência da organização operária e do anti-frentismo, quaisquer que fossem as circunstâncias, como foi referido atrás.

Não constitui grande surpresa o mapa da organização cegetista e o peso que nela teve Lisboa; mais surpreendente será verificar a existência de organização sindical, não tanto nas Ilhas, mas nas colónias – especialmente em Moçambique, cujo Sindicato Geral chegou a ter delegado no Conselho Confederal da CGT; como também é surpreendente o número elevado de sindicatos de trabalhadores rurais.

Quanto aos dois maiores pólos, a capital, com o maior contingente operário e o maior número de unidades de tipo industrial, teve sempre o maior número de sindicatos e o maior efectivo sindicalizado (nos Congressos Nacionais, 36% do total de sindicatos em Coimbra, 30% na Covilhã e 23% em Santarém; mas se juntarmos a margem sul do Tejo, incluindo Setúbal, essas percentagens crescem para 60%, 39% e 29%, respectivamente); quase todos os maiores sindicatos eram de Lisboa, onde também sedeara o maior número de Federações sindicais de indústria – Calçado, Couros e Peles, Construção Civil, Ferroviária, Livro e Jornal, Marítima, Metalúrgica e Mobiliária; mas é interessante que quase outras tantas se localizavam fora – Rurais, em Évora, Tanoaria/Vinícola, em Gaia, Têxteis, no Porto, Conservas, em Setúbal, Corticeira, na Cova da Piedade-Almada, sendo que a do Comércio se repartia entre Porto e Lisboa. A

sede da CGT era também em Lisboa, onde também se editava o diário confederal, *A Batalha*, e o poder confederal pertenceu sempre, de facto, à organização lisboeta.

Quanto ao Porto, onde a estrutura sindical, em algumas indústrias (Metalúrgica, Construção Civil, a indústria gráfica) comportava secções federais no Norte, com sede na cidade, dando-se ainda a situação singular, na organização sindical dos Empregados no Comércio, da subsistência de uma “quase-Federação” no Porto, muito autónoma e sempre de relações muito tensas com a estrutura congénere de Lisboa, a organização local, que se bateu no Congresso de Coimbra pela existência de um pólo confederal no Porto, sem o conseguir, procurou repetidamente atenuar a secundarização face a Lisboa, ventilando-se mais que uma vez o projecto de lançar um jornal, como *A Batalha*, no Porto.

Não obstante o que se escreveu, a organização sindical do Porto sempre teve peso na CGT, a sua USO foi sempre das maiores e mais importantes, em termos locais e na Confederação, alguns dos seus militantes e dirigentes tiveram papel de relevo, tanto nos congressos corporativos, como nos Congressos Nacionais, quer do lado dos “maioritários”, quer da minoria, e nas Juventudes Sindicalistas – pessoas como Clemente Vieira dos Santos, António de Carvalho, Felisberto Baptista são apenas alguns desses militantes de referência. Além disso, o activismo do Porto assumiu sempre o “Norte” como seu campo de acção, sobre o qual assumia responsabilidade directa em termos de acção sindical e de propaganda, batendo-se pela autonomia possível contra as interferências (reais ou não) dos organismos (corporativos ou confederais) – o conflito entre a Federação Metalúrgica e o Comité Federal Metalúrgico do Norte, as tensões que se identificam entre a estrutura federal (de Lisboa) e as estruturas locais do norte, em especial do Porto, da Construção Civil, assim como as dificuldades e resistências que a “central” teve que transpor para colocar em funcionamento do Comité/Delegação Confederal de Propaganda de Norte, em 1923, são exemplos bastantes do que se referiu.

É de Lisboa que irradia a propaganda; as “delegacias” à província, dos dirigentes da CGT (e das principais Federações), em datas assinaladas, como o 1º de Maio, a convite dos organismos locais, mas também antes dos congressos e quando julgado necessário, ao que se afigura mais por iniciativa das estruturas “centrais”, mas também em resposta a apelos de activistas locais – com os limites impostos pelas finanças da organização; assumido como ponto crítico da actividade da CGT já durante a direcção de Manuel Joaquim de Sousa (1919-1922), mas sem ter tido qualquer expressão prática, a

imprescindibilidade da sua realização ganhou força a seguir ao Congresso da Covilhã, pode dizer-se que, na perspectiva dos dirigentes da CGT, com suporte da maioria do Conselho Confederal, também para retemperar forças, repor efectivo, recuperar dos danos infligidos por ano e meio de forte turbulência interna, e, de alguma forma, cortar o caminho à acção dos “minoritários”; o ambicioso – para as forças da CGT – projecto inicial, lançado no princípio do ano de 1923 comportava a formação de 4 estruturas confederais de propaganda, de âmbito regional, com sedes no Porto, Covilhã, Évora e Faro, complementares da estrutura central da CGT, que assumia a tarefa no norte do Alentejo, Ribatejo, Estremadura e Oeste); logo no princípio o projecto esbarrou com as estruturas locais, em especial com secções federais de indústria já em funcionamento, no Porto, onde depois se acertaram questões práticas articulação, competências e verbas; das restantes, as que chegaram a funcionar tiveram acção muito limitada e resultados escassos naqueles que constituíram os principais objectivos da sua formação – criação de novos sindicatos e suporte à actividade dos organismos existentes, mas sobretudo a criação de militância e activismo sindical local –, pela dificuldade do trabalho sindical em si mesmo, mais difícil em zonas social e economicamente menos desenvolvidas e mais conservadoras, e com uma prevalência significativa de complementaridade do trabalho na fábrica ou na oficina e o trabalho no campo, ainda que somente para consumo familiar, pelas limitações financeiras e a falta de militantes, que impediram na prática uma acção confederal estruturada e continuada.

Excluindo estes dois principais pólos alargados, a representação ínfima das Ilhas e colónias (2, 1 e 2, respectivamente) e o Alentejo, que nos três Congressos Nacionais regista a aderência de 24, 32 e 37 (pequenos) sindicatos – 13%, 20% e 28% do total) o resto do Continente regista somente 42, 21 e 37 (24%, 13% e 28% do total de sindicatos aderentes).

A incerteza e a controvérsia dos números relativos à actividade da CGT é ponto assente, o que não deixa de, no mínimo, enviesar análises, comprometendo ou apenas fragilizando conclusões. Ainda assim, com base em documentação (que, contudo exclui os valores dos donativos recebidos em campanhas de solidariedade, designadamente a favor de *A Batalha*) foi possível adquirir uma noção muito aproximada de certas realidades mais escondidas da vida desta organização – por um lado, penetrando num domínio em geral relativamente incómodo para os organismos sindicais e como tal bastante resguardado, o das finanças, que permitiu verificar a evolução e crescimento nominal dos montantes de receitas e despesas, detectar que o acréscimo das despesas

esteve em linha, mais com as disponibilidades financeiras (isto é, o dinheiro em caixa) do que com a receita, e como de facto os organismos confederados mantiveram sempre uma elevada dívida à CGT, em média entre $\frac{1}{7}$ e $\frac{1}{4}$ das receitas totais; foi ainda possível formar uma ideia muito aproximada do peso de *A Batalha* e o Conselho Jurídico e de Solidariedade tinham nas finanças da Confederação, consumindo em conjunto 31% das receitas no período de 1919-1922 e 75% das receitas no período 1922-1925; por outro lado, foi também possível quantificar o efectivo sindicalizado e confederado, com quotas pagas, cujo número ascenderia a cerca de 37 mil quando da formação da CGT e a cerca de 23 mil quando do Congresso de 1925, tudo indicando que tenha passado por uma quebra significativa já visível quando do Congresso da Covilhã, em 1922 (andaria então pelos 25 mil) que terá continuado até ao fim do ano de 1923, quando o efectivo terá atingido o nível mais baixo (uns 16 mil associados), verificando-se depois, até meados de 1925, uma recuperação do efectivo, que se estima na ordem de 7 mil sindicados.

Para os anos seguintes não dispomos de números, quer relativos à finanças quer ao efectivo; mas há indicações deixadas na imprensa confederal da redução de sindicados em diversos locais e na generalidade das classes profissionais, a agravarem a situação provocada pela desconfederação de vários sindicatos marítimos e dos sindicatos arsenalistas, e pela acção dos sindicalistas “autónomos”; as difíceis condições de vida, a persistência e o aumento do desemprego e, tudo faz crer, algum desencanto nas bases em relação aos organismos sindicais, considerando a sua ineficácia para a melhoria dos salários e das condições de vida e laborais, circunstâncias agravadas pelo ambiente de disputas e conflitos nas estruturas sindical, federal e confederal, provocam uma significativa erosão dos efectivos sindicais, com efeito catastrófico nas receitas – no princípio do ano de 1926, a CGT encontra-se em situação de ruptura financeira, para o que contribui grandemente um incomportável acréscimo das despesas decorrentes do agravamento da repressão: as despesas no âmbito do apoio aos presos sociais consome 70% das receitas confederais, o que leva à redução e depois suspensão, primeiro temporária e depois definitiva, do serviço jurídico e do apoio aos presos.

Os apertos financeiros, que tantas vezes no passado tinham ameaçado asfixiar *A Batalha* e a própria CGT, e que noutros tempos a solidariedade posta em marcha dentro da organização tinha ajudado a resolver, parece então insuperável; a retenção do efectivo e o seu desejável acréscimo através da redução do valor da quota confederal para mulheres e menores, e depois, a redução da quota dos homens, não parece ter

acontecido; a liquidação da assistência a perseguidos e presos, sendo um gesto instintivo de sobrevivência, era afinal um golpe mortal num dos pilares da organização, o princípio e dever da solidariedade.

Quando do “28 de Maio”, a organização cegetista encontra-se, pois, num perigoso plano inclinado. Que, além do mais, é agravado por um problema interno ao Comité e Conselho Confederal – um conflito envolvendo Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa. Estava esse conflito no seu início quando se deu o “28 de Maio”. Exausta em termos de efectivo, com as finanças completamente depauperadas, minada por lutas personalistas, pressionada pelos sindicatos autónomos (e.g. não confederados) a CGT acompanha aquele acontecimento declarando-se neutra e na expectativa, perante sinais confusos do que acontece e das possíveis evoluções dos acontecimentos; num segundo momento, sentindo a ameaça de ditadura, declarando a greve geral em princípio, que congela face a sinais de desanuviamento, entando apesar disso em acções públicas unitárias contra uma possível ditadura; os dois momentos seguintes foram a proclamação da greve geral revolucionária, quase imediatamente anulada em resultado da ameaça explícita de, não o fazendo, o poder militar encerrar todas as instalações sindicais e prender todos seus dirigentes.

Os meses seguintes, até ao fim do ano, são já tempos de cerceamento das liberdades, de perseguições de censura; tempos em que se acentua o plano inclinado em que a CGT se encontrava há meses. O conflito “Arranha-Sousa” domina a vida confederal no segundo semestre de 1926: a CGT é então palco, primeiro de um conflito pessoal, violento, que chegou a vias de facto, entre aqueles dois dirigentes e apoiantes de um e de outro, que levou à dissolução do executivo da Confederação e do Conselho Confederal em resultado de uma iniciativa conjunta de várias Federações; depois, são acusações, golpes e contra-golpes, e por fim a reconstituição dos órgãos dirigentes em circunstâncias tais que alguns organismos deliberam afastar-se da CGT – Federações Vinícola, Liro e Jornal, Mobiliários, Metalúrgicos e CST-Lisboa.

No balanço do ano de 1925, escrevia *A Batalha* que aquele ano havia sido trágico para a CGT; os dois seguintes, por outras ordens de razões, seguiram e aprofundaram essa mesma linha.

Sendo muitíssimo duvidoso que em 1926 e 1927 a CGT conseguisse mobilizar uma reacção do operariado ao estilo da que se produzira quando da tentativa monárquica de 1919, e disso, estamos em crer, a generalidade dos seus dirigentes tivesse consciência,

alguns destes iriam participar na tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927, contra a Ditadura Militar.

De 1925 para 1926, o número de greves reduziu-se de forma drástica, para quase se apagar no ano de 1927 – uma sombra do que foi uns anos antes. O diário confederal entra em perda notória de fulgor, com conteúdos progressivamente mais irrelevantes, em resultado da censura, mas também da anemia da situação laboral, da quebra da militância e, globalmente, da actividade sindical – tendo sido um elemento mobilizador da massa sindicada e da própria militância, uma janela através da qual a organização no seu todo se dava a ver, uma janela (que se foi estreitando, é certo) sobre a actividade dos órgãos dirigentes da organização, *A Batalha* já não é nada disso mesmo antes do “4-7 de Fevereiro”.

De estrutura de organização superior e expressão da actividade dos organismos que a integram e da acção, dinâmica e participação dos operários e trabalhadores confederados, no ano de 1927 a CGT é sobretudo a expressão da vontade de um conjunto reduzido de militantes – para além da execução da ordem de dissolução, para além da vandalização e destruição das suas instalações, apesar da repressão e das deportações.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

1. ARQUIVO HISTÓRICO SOCIAL/BNP-AHS, Lisboa – Fundos Congressos Nacionais, de Militantes e Núcleos de Organizações e Acção (CGT e outros organismos sindicais; Chauffeurs; Congressos Operários Nacionais; Construção Civil; Corticeiros; Empregados do Comércio; Juventudes Sindicalistas; Metalúrgicos; Outros grupos profissionais; Vária).
2. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO/DGARQ, Lisboa – Fundo Associações de Classe.
3. BIBLIOTECA DA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA/FLUL, Lisboa – Fundo Geral.
4. BIBLIOTECA MUNICIPAL DE ALMADA/CMA, Almada – Fundo Geral.
5. BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA-PALÁCIO GALVEIAS E MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA/CML, Lisboa – Fundo Geral.
6. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL/BNP, Lisboa – Reservados, Fundo Geral e Periódicos.
7. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL/BND, Lisboa – Publicações periódicas.
8. HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA/CML, Lisboa – Fundo Periódicos.
9. ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO [em linha] – ARQUESOC – Associações de classe.

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

1. ALMEIDA, Sebastião de – “Depoimento [1977]”. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 230-239).
2. ALVES, João Vieira – “Depoimento [1977]”. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 229-230).
3. “APONTAMENTOS SOBRE VALENTIM AFONSO JOÃO, oferecidos por seu filho [s/d]”. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 260-262).
4. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DO PESSOAL DOS CAMINHOS DE FERRO DO SUL E SUESTE – **A greve de 30 de Setembro de 1920: a atitude e o procedimento da Confederação Geral do Trabalho**. Barreiro: Ed. do A., 1921.

5. CASTELHANO, Mário – **Necessidade das relações da Federação Ferroviária com a Federação Rural**. Lisboa: Tipografia da Associação dos Compositores Tipográficos, 1922.
6. **COMISSÃO INSTALADORA DA CST DE LISBOA** – Constituição das Câmaras Sindicais de Trabalho e Juntas Sindicais [Tese apresentada ao Congresso Operário Nacional de Santarém, 1925], *A Batalha*, 05-09-1925.
7. **A CONQUISTA DE UMA POSIÇÃO: relatório da delegação das Juventudes Sindicalistas ao III Congresso Operário Nacional e à Conferência Gráfica Nacional**, por David de Carvalho. Arquivo Histórico Social - Núcleo Juventudes Sindicalistas, Cx 97, AHS 3920, ms 519.
8. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – **Almanaque de A Batalha**, pref. Maria Filomena Mónica [edição facsimilada]. Lisboa. Rolim, 1987.
9. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – Bases Orgânicas da Liga Operária de Exploração Económica [1920]. In Relatório do Comité Confederal ao Congresso Operário Nacional da Covilhã, 1922. *A Batalha*, 26, 27, 28 e 29-09-1922.
10. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – **Estatutos aprovados no II Congresso Operário Nacional, realizado na cidade de Coimbra, nos dias 13 a 16 de Setembro de 1919**. Lisboa: CGT, 1919.
11. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO - Comité Confederal – A acção da CGT: relatório a apresentar à reunião do Conselho Confederal, por Alfredo Neves Dias, Francisco Viana, Alfredo Lopes, Miguel Correia, Joaquim de Sousa, José Magalhães Carvalhal, Manuel Joaquim de Sousa. *A Batalha*, 27, 29, 30, 31-05-1920 e 13-06-1920.
12. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO-Comité Confederal – Em face de um novo partido político: nota oficiosa. *A Batalha*, 17-07-1921.
13. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – **Regulamento do Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade**. Lisboa: CGT, 1923.
14. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO-Comité Confederal – Relatório ao Congresso Operário Nacional da Covilhã, 1 de Outubro de 1922, por Manuel Joaquim de Sousa, João Humberto Matias, Armando Martins, Joaquim de Sousa e Alfredo Lopes. *A Batalha*, 26, 27, 28 e 29-09-1922.
15. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – **Regulamento do Secretariado Nacional e Assistência Jurídica e Solidariedade**. Lisboa, CGT, 1923.
16. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – [Relatos das reuniões do Conselho Confederal]. *A Batalha*, Jun. 1922 - Nov. 1926.
17. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO-Conselho Jurídico – Relatório ao Congresso Operário de Coimbra. *A Batalha*, 29-09-1922.
18. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO – Relatório do delegado [da CGT] ao II Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, Agosto de 1925. *A Batalha*, 18-19-20 e 22-09-1925.
19. CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO-Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e Solidariedade – Relatório a apresentar ao Congresso Confederal [de Santarém, 1925. *A Batalha*, 18-19-20 e 22-09-1925.

20. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 2º, Coimbra, 13-14-15 de Setembro de 1919 – **Actas**. Arquivo Histórico Social, Núcleo Congressos Nacionais, Caixa 67, AHS 1030, ms 25.
21. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 2º, Coimbra, 13-14-15 de Setembro de 1919 – Regulamento e Ordem de trabalhos. **A Batalha**, 13-09-1919.
22. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 2º, Coimbra, 13-14-15 de Setembro de 1919 – [Relatos das sessões]. **A Batalha**, 14 a 18-09-1919.
23. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 2º, Coimbra, 13-14-15 de Setembro de 1919 – [Teses]. **A Batalha**, 26-06 a 05-07-1919. [As relações internacionais, (26-06-1919); Sindicatos Mistos, de Indústria e Únicos (30-06 a 01-07-1919);, O Esperanto nas relações internacionais; Organização operária nas colónias; Reformas imediatas, pela Associação dos Empregados do Estado/ Nogueira de Brito (05-07-1919).
24. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 3º, Covilhã, 01-02-03-04 de Outubro de 1922 – Regulamento e Ordem de trabalhos. **A Batalha**, 16-09-1922.
25. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 3º, Covilhã, 01-02-03-04 de Outubro de 1922 – [Relatos das sessões]. **A Batalha**, 01, 03, 04, 05, 07, 08 e 10-10-1922.
26. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 3º, Covilhã, 01-02-03-04 de Outubro de 1922 – [Teses]. **A Batalha**, 18-06 a 28-09-1922. [Sindicatos de Indústria, por Manuel Joaquim de Sousa/ Federação do Calçado, Couros e Peles (18 a 23-06-1922; Deficiências de Organização e Aspirações Máximas do Proletariado, por António Gonçalves Dias (29-06-1922; Remodelação na Estrutura da Organização Sindical e Confederal, por Joaquim da Silva (02 e 03-07-1922); Simplificação dos Serviços Públicos, por Nogueira de Brito (07-07-1922); A Contabilidade Administrativa dos Organismos Operários, por Gil Gonçalves (27 a 29-07 e 01 e 04-08-1922); Organização Sindical Sindicalista, pela Comissão Organizadora (22 e 24 a 26-08-1922); Sobre Educação, pela Comissão Organizadora (02, 03, 05, 06 e 15-09-1922); Relações Internacionais, pela Comissão Organizadora (17, 19 e 20-09-1922); Caixa de Solidariedade Nacional, pela USO-Lisboa (21-09-1922); Propaganda oral e escrita, pela Comissão Organizadora (27 e 28-09-1922)].
27. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 4º - 4º - 1º Confederal, Santarém 23-24-25-26 de Setembro de 1925 – Regulamento e Ordem de trabalhos. **A Batalha**, 19-09-1925.
28. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 4º - 1º Confederal, Santarém 23-24-25-26 de Setembro de 1925 – Teses. **A Batalha**, 14 de Agosto a 20 de Setembro de 1925. [Organização social sindicalista, por Francisco Viana, Carlos Maria Coelho, Joaquim de Sousa, Manuel de Figueiredo e Manuel da Silva Campos (02 a 04-09-1925); Emigração e mão-de-obra estrangeira, por Manuel da Silva Campos, Carlos Maria Coelho, Lúcio Costa, Luís Gonzaga, Manuel Nunes e Manuel Joaquim de Sousa/comissão organizadora (14 e 15-08-1925); Educação, por Manuel da Silva Campos, Carlos Maria Coelho, Lúcio Costa, Luís Gonzaga, Manuel Nunes e Manuel Joaquim de Sousa/comissão organizadora (16 a 18-08-1925); A defesa das mulheres e menores no trabalho, pela comissão organizadora/Manuel Nunes (16 a 18-08-1925); Higiene industrial, pela comissão organizadora (27 e 28-08-1925); Constituição das Câmaras Sindicais de Trabalho e Juntas Sindicais, por Rosendo José Viana /Comissão Instaladora da Camara Sindical de Trabalho de Lisboa (05-09-1925); Condições de trabalho nas colónias, pela comissão organizadora (18-09-1925); O trabalho nas

- prisões, pela Federação da Indústria do Mobiliário (20-09-1925); A crise e o horário de trabalho, pela comissão organizadora (20-09-1925)].
29. CONGRESSO OPERÁRIO NACIONAL, 4º - 1º Confederal, Santarém 23-24-25-26 de Setembro de 1925 – [Relatos das sessões]. **A Batalha**, 24 a 28 e 30-09-1925.
 30. **CONTAS DA CGT-Outubro de 1919 a Junho de 1922, aprovadas no Congresso Operário Nacional da Coilhã, 3 de Outubro de 1922.** Arquivo Histórico Social – Núcleo Congressos Nacionais, cx 67, AHS 1038, ms 14.
 31. FEDERAÇÃO DO CALÇADO, COUROS E PELES – **Relatório do delegado da F.C.C.P. ao Conselho Confederal da CGT [13-08-1926]**. Lisboa: Federação dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles, 1926.
 32. FERREIRA, Mário – Depoimento [1978]. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 239-254).
 33. FRANCISCO, José – **Episódios da minha vida familiar e de militante confederal (1899-1982)**. Lisboa: Sementeira, 1982.
 34. FRANCISCO, José – **Páginas do historial cegetista**. Lisboa: Sementeira, 1983.
 35. FRANCISCO, José – **Recordações de um proletário: achegas para a história da acção dos libertários em Portugal**. Lisboa: Sementeira, 1985.
 36. FRANCISCO, José – **Últimas páginas: 1986-1987**. Lisboa: Sementeira, 1987.
 37. **GREVE (A) de 30 de Setembro de 1920: A atitude e o procedimento da Confederação Geral do Trabalho**. Barreiro: Associação de Classe do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, 1921.
 38. **ORGANIZAÇÃO SOCIAL SINDICALISTA: subsídios para a discussão das teses sob este título no 3º Congresso Nacional Operário [1922]**. Lisboa: Comissão Organizadora do Congresso, 1922.
 39. **ORGANIZAÇÃO SOCIAL SINDICALISTA: tese** [apresentada ao 4º Congresso Operário Nacional, Santarém, 1925]. **A Batalha**, 02, 03 e 04-09-1925.
 40. PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS – Manifesto ao país [Julho 1921], **Almanaque Republicano** [em linha]. Disponível em <http://arepublicano.blogspot.pt/2010/04/pcp-primeiro-manifesto-julho-de-1921.html> [acedido em 09-07-2013].
 41. PESSANHA, José – Depoimento [1972]. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 254-255).
 42. PIRES, José Correia – Depoimento [1972]. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 255-260).
 43. **RELATÓRIO DOS DELEGADOS [DO ARSENAL DE GUERRA] ao Congresso Operário**, realizado em Coimbra, presente à Assembleia Geral da Classe, por João Pedro dos Santos, júlio Luiz e José Luiz Salema, 28 de Novembro de 1919. **O Arsenalista**, nº 50, 12-01-1920.
 44. **RELATÓRIO DOS DELEGADOS DO SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE BELÉM ao II Congresso Nacional Operário de 1919**, por João de Deus Simões, João da Silva e António José Franco, 02 de Outubro de 1919. Arquivo Histórico Social-Núcleo Construção Civil, Cx. 67, AHS 2070, ms 182.

45. RELATÓRIO DOS DELEGADOS DO SINDICATO DO PESSOAL DO ARSENAL DO EXÉRCITO ao Congresso Operário Nacional realizado em Outubro de 1922, por Júlio Luís, Manuel José da Silva Lúcio e Bernardo Gonçalves Bandurra, 31 de Outubro de 1922. **O Arsenalista**, nº 61, 24-12-1922.
46. RELATÓRIO DOS DELEGADOS [DO SINDICATO DO ARSENAL DO EXÉRCITO] ao Conselho Confederal da C.G.T., por Júlio Luiz e José de Almeida, 25 de Junho de 1925. **O Arsenalista**, nº 70, 01-08-1925.
47. RELATÓRIO MORAL DO COMITÉ CONFEDERAL para ser apreciado no próximo Congresso Confederal [de 1925], por Alfredo Pinto, Jerónimo de Sousa, Henrique Marques, Luiz Gonzaga e António Marcelino, 15 de Agosto de 1925. **A Batalha**, 18-19-20 e 22-09-1925.
48. RELATÓRIO DA CGT PORTUGUESA ao I Congresso Internacional dos Sindicalistas Revolucionários, em Berlim. **A Batalha**, 23 a 30-01-1923.
49. **RELATÓRIO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO sobre a greve dos Ferro-Viários do Estado**. Lisboa: CGT, 1920.
50. RESUMO DO MOVIMENTO FINANCEIRO DA CGT, de Outubro de 1922 a Julho de 1925 [Set. 1925]. **A Batalha**, 23-09-1925.
51. SANTANA, Emídio. **Memórias de um militante anarco-sindicalista: tempos de luta, de adversidade e de esperança**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987.
52. SANTANA, Emídio – “Introdução” a **O sindicalismo em Portugal**, de Manuel Joaquim de Sousa. Porto: Afrontamento, 1974.
53. SANTOS, Raul Pereira dos – “Depoimento [1974]”. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 272-84).
54. SEQUEIRA, José dos Reis – “Depoimento [1978]”. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 263-267).
55. SOUSA, Manuel Joaquim de – **Relatório do delegado da U.O.N. ao Congresso Internacional pró-Paz**. Porto: União Operária Nacional, 1915.
56. SOUSA, Manuel Joaquim de – Memórias: manuscrito cedido pela sua filha, Aurora de Sousa [s/d]. In **A oposição libertária em Portugal (1939-1974)**, de Edgar Rodrigues. Lisboa, Editora Sementeira, 1982 (p. 268-274).
57. SOUSA, Manuel Joaquim de – **Últimos tempos da acção sindical livre e do anarquismo militante**. Lisboa: Antígona, 1989.
58. UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL – Relatório da Comissão Administrativa da 1ª Secção a apresentar ao II Congresso Operário Nacional, 13 de Setembro de 1919. **A Batalha**, 13 e 14-09-1919.
59. UNIÃO OPERÁRIA NACIONAL – Relatório da Comissão Administrativa da 2ª Secção apresentado ao II Congresso Operário Nacional. **A Batalha**, 26-09-1919.
60. UNIÃO DOS SINDICATOS OPERÁRIOS DE LISBOA – “Relatório do movimento de protesto contra a lei que aboliu o tipo único de pão”, Agosto de 1922. **A Batalha**, 31 de Agosto e 01 de Setembro de 1922.

PERIÓDICOS

A Batalha (1919-1927).

Seara Nova (1921-1927).

Suplemento Literário e Ilustrado de A Batalha (1923-1927).

A Internacional (1923-1927).

O Arsenalista (1919-1927).

Diário de Notícias (1919-1927).

O Século (1919-1927).

O Mundo (1919-1927).

Diário de Lisboa (1921-1927).

A Capital (1919-1927).

Jornal de Notícias (1919-1927).

O Primeiro de Janeiro (1919-1927).

Renovação (1925-1926).

OBRAS DE REFERÊNCIA:

1. **ARQUIVO HISTÓRICO SOCIAL: CATÁLOGO**, org. João Freire e Maria Alexandre Lousada, 2 vols. Lisboa: Arquivo Histórico Social e Centro de Estudos Libertários, 1984-1985.
2. **ARQUIVO HISTÓRICO SOCIAL (E.S.P. AHS): INVENTÁRIO**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991.
3. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (dir.) – **Dicionário de História de Portugal – Suplemento**, 3 vols. Porto: Figueirinhas, 1999.
4. BRANDÃO, Fernando de Castro – **A I República Portuguesa: uma cronologia**. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
5. GABINETE DE INVESTIGAÇÕES SOCIAIS; BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. Exposição de documentos do espólio de Pinto Quartín: integrada no seminário "O Movimento Operário em Portugal". Lisboa, G.I.S., 1981.
6. **GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, 40 vols. Lisboa: Editorial Enciclopédia, s.d.
7. FONSECA, Carlos da – **História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I-Cronologia**. Mem Martins: Europa-América, s.d. [D.L. 1980].
8. LOUSADA, Maria Alexandre – [O Arquivo Histórico Social]. In **ARQUIVO HISTÓRICO SOCIAL (E.S.P. AHS): INVENTÁRIO**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1991 (p. 4-6).
9. MALTEZ, José Adelino – **Portugal Contemporâneo: Quadro global dos factos políticos – séc. XX** [em linha]. Disponível em www.ahs.pt:

- <http://maltez.info/respublica/quadroglobal/indexquadroglobal.htm>> [consult. 14-01-2012].
10. MATTOSO, José (dir.) – **História de Portugal**, 8 vols. Lisboa: Estampa, 1993-1994.
 11. MEDINA, João (dir.) – **História Contemporânea de Portugal: I República**, 2 vols. Lisboa: Amigos do Livro, s.d. [D.L. 1988].
 12. MÓNICA, Maria Filomena; MATOS, Luís Salgado – “Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934)”, **Análise Social**, nº 67-68-69, Jul-Dez. 1981 p.1013-1078.
 13. **MOSCA/SI** – Sistema de Informação MOSCA=Movimento Social Crítico e Alternativo, coord João Freire e Paulo Eduardo Guimarães [em linh]. Disponível em http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?option=com_content&view=article&id=12&Itemid=29. [acedido em 2013].
 14. UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO. **Movimento popular e operário do Porto: arquivos de sindicatos e memórias operárias** [em linha]. Disponível em <http://cdi.up.pt/> [acedido entre 2011 e 2013].
 15. PEREIRA, José Pacheco – Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980). **Análise Social**, XVII (67-68), 1981, 3º-4º, p. 989-1011.
 16. PERES, Damião (dir.) – **História de Portugal**, Suplemento. Barcelos: Portucalense, 1954.
 17. RAMOS, Rui – *A segunda fundação*. In **História de Portugal**, dir. José Mattoso, vol. XII. Lisboa, Lexicultural, 2002.
 18. REIS, António – **Portugal Contemporâneo**, 6 vols. Lisboa: Alfa, 1990-1992.
 19. RODRIGUES, António Simões (coord.) – **História de Portugal em datas**. Lisboa: Círculo e Leitores, 1994.
 20. ROSAS, Fernando; BRITO, José Manuel Brandão de – **Dicionário de História do Estado Novo**, 2 vols. Venda Nova: Bertrand, 1996.
 21. ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – **História da I República Portuguesa**. Lisboa: Tinta da China, 2009.
 22. SÁ, Victor de – Roteiro da Imprensa Operária e sindical: 1836-1986. Lisboa: Caminho, 1991.
 23. SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H.Oliveira (dir.) – **Nova História de Portugal**. Lisboa: Presença, 1990-1992.
 24. SERRÃO, Joel (dir.) – **Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979.

ESTUDOS:

1. ABREU, Carlos; FREIRE, João (org) – **Adriano Botelho: memória & ideário: antologia de textos**. Ponta Delgada: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, s.d. (1989).

2. ANDOLFATTO, Dominique; LABBÉ, Dominique – **Histoire des syndicats (1906-2006)**. Paris: Seuil, 2006.
3. AQUINO, Acácio Tomás de; FRANCISCO, José – Palácio do Correio Velho; Calçada do Combro — Sede do Sindicato Único da Indústria da Construção Civil. **A Ideia**, n.ºs. 18 e 19, Novembro de 1980.
4. AQUINO, Acácio Tomás de; SANTANA, Emidio – **O 18 de Janeiro e alguns dos seus antecedentes**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
5. ASSUNÇÃO, António Rodrigues – **O movimento operário da Covilhã**, 2 vol. [s.l.]: ed. do a., 2006 cop.
6. BAPTISTA, Jacinto — *A Batalha*, a I República e o jornalismo sindical [entrevista a David de Carvalho]. **Jornalismo**, n.º 3, de Novembro de 1979.
7. BAPTISTA, Jacinto – **Surgindo vem ao longe a nova aurora: para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)**. Amadora: Bertrand, imp. 1977.
8. BARRETO, José – Censura. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 7, p. 275-284).
9. BARRETO, José – Sindicatos Nacionais. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 9, p. 396-397).
10. BOULOUQUE, Sylvain – **11 janvier 1924, 33 rue de la Grange-aux-Belles**. http://www.pelloutier.net/dossiers/dossiers.php?id_dossier=76 (consultado em 06-08-2012)
11. BRÁS, Rui Manuel da Costa Carvalho – **Formas institucionais e sistemas de valores na classe dos sapateiros: as associações da classe de sapateiros de Lisboa da segunda metade do século XIX ao Estado Novo**. [Lisboa: s.n.], 1996 (Tese de Mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, 1996).
12. CABRAL, Manuel Villaverde – Classes sociais. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 7, p. 328-336).
13. CABRAL, Manuel Villaverde – **Portugal na alvorada do século XX**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
14. CABRAL, Manuel Villaverde – Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes. **Análise Social**, n.º 48, 1976, p. 873-915.
15. CANDEIAS, António – Movimento Operário e Educação, 1900-1926. **Análise Psicológica**, 2(1), p.39-60.
16. CANDEIAS, António – Cultura e Escola nos Meios Sindicais Portugueses 1900-1930. **A Ideia**, 38-39, p.31-43.
17. CANDEIAS, António – As Escolas Operárias Portuguesas do 1º quarto do século XX. **Análise Psicológica**, 5 (3), p. 327-362.
18. CANDEIAS, António – Contributos para a História da Educação na 1ª República: a Educação Popular através do Jornal «A Batalha» - 1919-1927. In **1º**

- Encontro de História da Educação em Portugal, Comunicações.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988 (p.81-91).
19. CAPELA, José – **O Movimento Operário em Lourenço Marques (1898-1927).** Lisboa: A Regra do Jogo, 1977.
 20. CAROCCI, Roberto – **Anarchismo e conflittualità sociale dall’età giolittiana al fascismo (190-1926).** Roma: Obradek, 2012.
 21. CARVALHO, Carlos – Centenário da República: o Sindicalismo na I República. **Seara Nova** [em linha], nº 1713, Outono 2010. Disponível em <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/>.
 22. CARVALHO, David de – **Os sindicatos e a República burguesa: 1910-1926.** Lisboa: Seara Nova, 1977.
 23. CARVALHO, Francisco Perfeito de – Introdução. In **A Rússia nova: um ano de ditadura proletariana**, de Henriette Roland. Lisboa, Empresa Editora Popular, [1919], p. 3-8
 24. CASTANHEIRA, José Pedro – **Os sindicatos e o salazarismo: a história dos Bancários do Sul e Ilhas: 1910-1969.** Lisboa: Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, 1985.
 25. CASTANHEIRA, José Pedro – Emídio Santana fala da primeira cisão sindical - A “Comissão Intersindical” apareceu como expressão de oposição à CGT. **A Luta**, 27/1/1977.
 26. CASTELHANO, Mário – **Quatro anos de deportação.** Lisboa: Seara Nova, 1975.
 27. CASTRO, Armando – **A economia portuguesa no séc. XX: 1900-1925.** Lisboa: Edições 70, 1973.
 28. CASTRO, Armando et al. – **Sobre o capitalismo português.** Coimbra: Atlântida Editora, 1971.
 29. COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA. **Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974).** Lisboa: CNCCR, 2010.
 30. CORREIA, Francisco Gonçalves Velhinho (org.) – **Situação económica e financeira de Portugal: elementos de informação estatística.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.
 31. COSTA JUNIOR, José Maria – **História breve do movimento operário português.** Lisboa: Verbo, 1964.
 32. COSTA, Ramiro da – **Elementos para a história do movimento operário em Portugal: 1820-1975.** Lisboa: Assírio e Alvim, 1979.
 33. **CRÓNICA da Ordem Pública 1861-1932.** Aljustrel: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul, 1984.
 34. DUARTE, Maria João Raminhos – **Portimão: industriais conserveiros na 1ª metade do século XX.** Lisboa: Edições Colibri, 2003.
 35. EMONTS, Anne Martina - «Onde há galo não canta galinha»-discursos femininos, feministas e transgressivos nos anos vinte em Portugal: o caso do Suplemento Literário e Ilustrado de *A Batalha* (1923-1927). Lisboa:

- Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2001.
36. FARINHA, Luís – O revirvalho contra a ditadura militar: o 3-7 de Fevereiro de 1927 (Porto e Lisboa) e os levantamentos armados de 1928-31. In **Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)**, p. 48-61. Lisboa: CNCCR, 2010.
 37. FARINHA, Luís (coord.) – **Viva a República! 1910-2010**. Lisboa: CNCCR, 2010.
 38. FERREIRA, David – Greves. In **Dicionário de História de Portugal**, dir. Joel Serrão, 6 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979 (v.36, p. 155-162).
 39. FERREIRA, David – Leis do Trabalho. In **Dicionário de História de Portugal**, dir. Joel Serrão, 6 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979 (v.6, p. 184-188).
 40. FLORES, Alexandre M. – **Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário (1860-1930)**. Almada: Câmara Municipal, 2003.
 41. FONSECA, Carlos da – **História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal. I-Cronologia**. Mem Martins: Europa-América, s.d. [D.L. 1980].
 42. FONSECA, Carlos da – **Para a história do movimento libertário e da sua história**. Lisboa: Antígona, 1988.
 43. FONSECA, Carlos da – **O 1º de Maio em Portugal (1890-1990): crónica de um século**. Lisboa: Antígona, 1990.
 44. FRANÇA, José Augusto – **Os anos vinte em Portugal: estudo de factos sócio-culturais**. Lisboa: Presença, 1992.
 45. FREIRE, João – *A Batalha*. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v.7, p. 176-177).
 46. FREIRE, João – As Juventudes Sindicalistas – um movimento singular. **Penélope**, n. 4, Nov. 1989, p.120-137.
 47. FREIRE, João – *A Sementeira* do arsenalista Hilário Marques. **Análise Social**, vol. XVII, nº 67-68-69 (1981), p. 767-826.
 48. FREIRE, João – **Anarquistas e operários, ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940**. Porto: Afrontamento, 1988.
 49. FREIRE, João – Anarco-Sindicalismo. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito, 2 vol. Venda Nova: Bertrand, 1996 (v. 1, p. 50-52).
 50. FREIRE, João – Anarco-Sindicalismo. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v.7, p. 101-102).
 51. FREIRE, João – Anarquismo. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v.7, p. 102-103).

52. FREIRE, João – Anarquismo. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito, 2 vol. Venda Nova: Bertrand, 1996 (v. 1, p. 53-55).
53. FREIRE, João (org.) – **Associações Profissionais em Portugal**. Oeiras: Celta, 2004
54. FREIRE, João – Confederação Geral do Trabalho. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 7, p. 396-397).
55. FREIRE, João – “Emídio Santana”. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito, 2 vol. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p.877-878).
56. FREIRE, João – Imprensa libertária. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito, 2 vols. Venda Nova: Bertrand, 1996 (v. 1, p.454-456).
57. FREIRE, João – Introdução. In **Concepção anarquista do sindicalismo**, de Neno Vasco. Porto: Edições Afrontamento, 1984 (p. 7-50).
58. FREIRE, João – Manuel Joaquim de Sousa. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito, 2 vol. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p. 9533-955).
59. FREIRE, João – Mário Castelhana. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito, 2 vol. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p. 133-135).
60. FREIRE, João –Malatesta e o anarquismo português. **Ler História**, nº 6 (1985), p. 35-49.
61. FREIRE, João – Movimento operário. In **Dicionário de História de Portugal, Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 8, p. 557-559).
62. FREIRE, João – A República e o movimento operário. In **A Primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo**, dir. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto. Lisboa: Colibri/IHC, 2000 (p. 77-89).
63. FREIRE, João Brito – Acácio Tomás de Aquino. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p. 59-60).
64. FREIRE, João Brito – Alexandre Vieira. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p. 1008).
65. FREIRE, João Brito – Greves operárias. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p. 401-404).
66. FREIRE, João Brito – José de Sousa. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p. 953).
67. FREITAS, Filipa – Violence et terrorisme dans les années 20 au Portugal: l'exemple des Jeunesses Syndicalistes. In **Actes du Colloque pluridisciplinaire**

- Nouvelles perspectives de la recherche française sur la culture portugaise - Maison des Sciences de l'Homme de Clermont-Ferrand (Chaire Sá de Miranda / CRLMC, EA 1002), 5 et 6 février 2007.** http://cvc.instituto-camoes.pt/component/docman/doc_details.html?aut=413 [acedido em 09-11-2012].
68. GARNER, Jason – Creating unity or division? The origins of the Federación Anarquista Ibérica. **University of Sussex Journal of Contemporary History**, n. 6, Agosto 2003.
 69. GONÇALVES, Bento – **Palavras necessárias**. Porto: s/n (Virgínia Moura edit.), 1973.
 70. GUIMARÃES, Paulo Eduardo – **Cercados e perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal**. http://.../hipatia.pegada.net/wp-content/uploads/.../cgt_anos30_pguimaraes.pdf [acedido em 22-09-2012].
 71. GUIMARÃES, Paulo Eduardo – A questão operária na I República: historiografia e memória. **A Ideia**, n. 68, Março 2003.
 72. GUIMARÃES, Paulo Eduardo – **Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite regional no Portugal contemporâneo**. Lisboa: Colibri; Lisboa: CIDEHUS, 2006.
 73. GUIMARÃES, Paulo Eduardo – **Indústria e conflito no meio rural – Os mineiros alentejanos: 1858-1938**. Lisboa: Colibri, 2001.
 74. GUIMARÃES, Paulo Eduardo – **Indústria, mineiros e sindicatos: universos operários do Baixo Alentejo, dos finais do século XIX à primeira metade do século XX**. Lisboa: ICS da Universidade de Lisboa, 1989.
 75. GUIMARÃES, Paulo Eduardo – Os últimos anos do sindicalismo revolucionário : a Federação Mineira e Metalúrgica e o Alentejo. **A Ideia**, n. 58, Março 2003.
 76. GUINOTE, Paulo – A sociedade: da agitação ao desencanto. In **Portugal Contemporâneo**, dir. António Reis. Lisboa, Publicações Alfa, 1990 (v. III, p. 171-230).
 77. HOBBSAWM, Eric – **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 78. LA FUENTE, Maria José – **A Confederação Geral do Trabalho em Portugal**. Separata de *Lusíada*, nº 2 (Outubro-Dezembro, 1989), p. 237-261.
 79. LEAL, Ernesto Castro – **Partidos e programas: o campo partidário republicano português, 1910-1926**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
 80. LEAL, Francisco Cunha – **As minhas memórias** (3 vols.). Lisboa: XXX, 1966-1968.
 81. LIMA, João Evangelista Campos – **Movimento operário em Portugal**. Porto: Afrontamento, 1972.
 82. LOUSADA, Maria Alexandre – “Tradição e renovação nas associações profissionais”. In **Associações Profissionais em Portugal**, org. João Freire. Oeiras: Celta, 2004, p. 21-55.

83. MADEIRA, João – “A organização operária no crepúsculo do sindicalismo livre. In **Resistência: da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974)**, p. 62-71. Lisboa: CNCCR, 2010.
84. MARQUES, A.H. de Oliveira – **A Primeira República Portuguesa: para uma visão estrutural**. Lisboa: Livros Horizonte, 1970.
85. MARQUES, A.H. de Oliveira – **Ensaio de História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
86. MARQUES, A.H. de Oliveira – **Guia de História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.
87. MARQUES, A.H. de Oliveira – **História da Primeira República Portuguesa: as estruturas de base**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d.
88. MARQUES, A.H. de Oliveira – **História de Portugal, v. III – Das revoluções liberais aos nossos dias**, 3ª ed. Lisboa: Palas, 1986.
89. MARQUES, A.H. de Oliveira – Portugal: da Monarquia à República. In **Nova História de Portugal**, dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. XI. Lisboa: Presença, 1991.
90. MARQUES, A.H. de Oliveira – The Portuguese 1920s: a general survey. **Revista de História Económica e Social**, nº 1 (Jan-Junho 1978), p. 87-103.
91. MARTINS, Conceição Andrade – Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). **Análise Social**, vol. XXXII, nº 142 (1997), p. 483-535.
92. MARTINS, Hermínio. **Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo (cap. III – O colapso da 1ª República)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998 (p. 69-98).
93. MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno – **História económica de Portugal: uma perspectiva global**, 2ª ed. Lisboa: Presença, 2003.
94. MATIAS, João Humberto – Antigo sindicalista recorda I República- Socialistas e anarquistas polarizavam movimento operário. **A Capital**, 1/8/1974.
95. MATOS, Luis Salgado de – Lisboa, 1920-vida sindical e condição operária. **Análise Social**, vol. XVII, nº 67-68-69 (1981), p. 927-986.
96. MEDEIROS, Fernando. **A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
97. MEDEIROS, Fernando. **Esquisse d'analyse des tentatives de réalisation d'une culture ouvrière**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982 [sep. Actes du Colloque Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle, Paris, 10-13 Janvier 1979].
98. MEDEIROS, Fernando – La formation de la classe ouvrière au Portugal : inachèvement ou spécificité? **Le Mouvement Social**, n. 146, Jan.-Mar. 1989, p. 95-103.
99. MEDINA, João (dir) – Primeira República: da conspiração republicana ao fim do regime parlamentar. In **História Contemporânea de Portugal**, dir. João Medina, tomos I e II. Camarate, Multilar, 1990.
100. MEDINA, João – **Oh, a República: estudos sobre o republicanismo e a Primeira República portuguesa**. Lisboa: INIC, 1989.

101. MÓNICA, Maria Filomena – **A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
102. MÓNICA, Maria Filomena – **Artesãos e operários: indústria capitalismo e classe operária em Portugal, 1870-1934**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986.
103. MÓNICA, Maria Filomena – Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1830-1934). **Análise Social**, vol. XVIII, nº 72-73-74 (1982), p. 1231-1277.
104. MÓNICA, Maria Filomena – Mort d'une aristocratie ouvrière : les ouvriers chapeliers portugais (1870-1914). **Le Mouvement Social**, n. 123, Abr.-Jun. 1983, p. 69-97.
105. MÓNICA, Maria Filomena – **O movimento socialista em Portugal, 1875-1934**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.
106. MÓNICA, Maria Filomena – Poder e Saber: os vidreiros da Marinha Grande. **Análise Social**, vol. XVII, 1981 17 (nº 67-68-69), p. 505-571.
107. MÓNICA, Maria Filomena – Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914). **Análise Social**, vol. XV, nº 60 (1979), p. 859-945.
108. MONTALVOR, Luis de (dir.) – **História do regime republicano em Portugal**. Lisboa: Ática, 1932.
109. MONTENEGRO, Maria Ângela – **O movimento operário em Portugal na segunda metade do século XIX**. [Lisboa: s.n.], 1940 (Tese de licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
110. MONTENEGRO, Orlando – **A questão operária na Póvoa de Varzim durante a I República**. Póvoa de Varzim: [s.n.], 1978.
111. **O MOVIMENTO Operário em Portugal – desde 1834 a 1933**. Lisboa: Sindicato dos Electricistas do Sul, imp. 1977.
112. NOGUEIRA, César – **Notas para a história do socialismo em Portugal**. Lisboa: Portugália, 1964.
113. NUNES, Américo – **Diálogos com a história sindical: Hotelaria – de criados domésticos a trabalhadores assalariados**. Lisboa: Edições Avante, 2007.
114. NUNES, Américo e outros – **Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical – vol.1: Das raízes até 1977**. Lisboa: CGTP-IN, 2011.
115. Ó, Jorge Ramos do – “Censura”. In **Dicionário de História do Estado Novo**, dir. Fernando Rosas e J.M.Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand, 1996 (p. 139-141).
116. OLIVEIRA, César - **A criação da União Operária Nacional**. Porto: Afrontamento, 1973.
117. OLIVEIRA, César - **Antologia da imprensa operária portuguesa : 1837-1936**. Lisboa : UGT-União Geral de Trabalhadores : Perspectivas & Realidades, 1984.

118. OLIVEIRA, César - **O congresso sindicalista de 1911**. Porto: Afrontamento, 1971.
119. OLIVEIRA, César - **O estado, a democracia burguesa, a prática revolucionária e o anarquismo: antologia**. Porto : Livraria Paisagem [distrib.], 1975.
120. OLIVEIRA, César – Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-1918. **Análise Social**, 1984, 20 (80), p. 679-702
121. OLIVEIRA, César – **O movimento sindical português: a primeira cisão**. Mem Martins: Europa-América, 1982.
122. OLIVEIRA, César – **O operariado e a Primeira República (1910-1924)**. Lisboa : Alfa,1990.
123. OLIVEIRA, César – **O operariado e a República Democrática (1910-1914)**. Porto : Afrontamento, 1972.
124. OLIVEIRA, César – **O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português**. Lisboa: Seara Nova, 1975.
125. OLIVEIRA, César – Sindicalismo. In **Dicionário de História de Portugal, Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 3, p. 432-434).
126. PATRIARCA, Fátima – A institucionalização corporativa – das associações e classe aos sindicatos corporativos”. **Análise Social**, vol. XXVI, nº 110 (1991), p. 23-58.
127. PATRIARCA, Fátima – Greves. In **Dicionário de História de Portugal, Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 2, p. 135-141).
128. PATRIARCA, Fátima – **Sindicatos contra Salazar : a revolta de 18 de Janeiro de 1934**. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais, 2000.
129. PAZ, Olegário – **Empregadas domésticas, mulheres em luta: para a história do serviço doméstico em Portugal, das origens ao fascismo**. Coimbra: Base, 1987 [dep. legal].
130. PERALTA GARCÍA, Beatriz – **A cultura operária em Portugal: teatro e socialismo durante a Primeira República (1910-1926)**. Cascais: Patrimonia, 2002.
131. PEREIRA, Ana Paula Brito – As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. **Análise Social**, 1983 (77-78-79), 1983 (p. 477-511).
132. PEREIRA, Augusto Castro – **Operariado no noroeste português (1834-1934): Guimarães e Viana do Castelo**. Porto: Universidade, 2010 (Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010).
133. PEREIRA, Augusto Castro – **Operariado e sindicalismo no Vale do Ave (1890-2004)**. Santo Tirso: A.C.Pereira, 2005.

134. PEREIRA, Joana Dias – A ofensiva operária. In **História da Primeira República Portuguesa**, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China, 2009 (p. 421-440).
135. PEREIRA, Joana Dias – **Sindicalismo revolucionário : a história de uma Idéia**. [Lisboa: s.n.], 2008 (Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008).
136. PEREIRA, José Pacheco – **As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918**. Porto: Portucalense Editora, 1971.
137. PEREIRA, José Pacheco – As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve. **Análise Social**, 61-62 (1980), p. 135-156.
138. PEREIRA, José Pacheco – Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até ao 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980. **Análise Social**, 67-68 (1981), p. 989-1011.
139. PEREIRA, José Pacheco – **Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal**. Mem Martins: Europa América, s.d.
140. PEREIRA, José Pacheco – Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-1926). **Análise Social**, vol. XVII, nº 67-68-69 (1981), p. 695-713.
141. PEREIRA, José Pacheco – **Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1982. (Sep. Actes du Colloque “Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe. Siècle, p. 185-206).
142. PEREIRA, José Pacheco – L’historiographie ouvrière au Portugal. **Le Mouvement Social**, Abr.-Jun. 1983, p. 99-108.
143. PEREIRA, José Pacheco – Carlos de Araújo, **Estudos sobre o Comunismo**. Disponível em <http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2003/05/25/notas-biograficas-carlos-de-araujo/> [acedido em 28-09-2013].
144. PEREIRA, José Pacheco – “O PCP na Primeira República”, **Diário do Notícias**, 13 e 27/5/1980.
145. PEREIRA, José Pacheco- O primeiro ano de vida do Partido Comunista Português – Dezembro de 1920 – Dezembro de 1921 – Cronologia e Documentos, **História** , 47, Setembro 1982
146. PEREIRA, José Pacheco – **Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917**. Porto: Convergência, 1971.
147. PEREIRA, Miriam Halpern – Níveis de consumo e níveis de vida em Portugal (1874-1922). In **Das Revoluções Liberais ao Estado Novo**. Lisboa: Editorial Presença, 1994 (p. 162-183).
148. PEREIRA, R. – **A CGT portuguesa e a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores**. http://.../anarco-sindicalista.webs.com/cgt_ait.pdf. [acedido em 20-02-2013].
149. PIRES, Ana Paula Soares – **A indústria de moagem de cereais: sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)**. [Lisboa: s.n.], 2004 (Dissertação de mestrado em

- História do séc. XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2004).
150. QUEIRÓS, José – As eleições legislativas de 1925. **Revista da Faculdade de Letras – História**, III série, vol. 11, 2010, p. 63-94.
 151. QUEIROZ, António José – As esquerdas e o Bloco de Defesa Social. **A Ideia**, II série, vol. 12, nº 67, Março 2010.
 152. QUINTAS, Maria da Conceição – **Setúbal – Economia, sociedade e cultura operária (1880-1930)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.
 153. QUINTELA, João G. P. – **Para a história do movimento comunista em Portugal: 1 – A construção do partido (1º período 1919-1929)**. Porto: Afrontamento, 1976 cop.
 154. RAMOS, Rui – A contra-sociedade operária. In **História de Portugal**, dir. José Mattoso, vol. XII, p. 325-329.
 155. RATES, [José] Carlos – **O problema português: os partidos e o operariado**. Lisboa: Empresa Ed. Popular, [1919].
 156. RATES, José Carlos – **O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e a neutralidade sindical**. Lisboa: [sn], 1929.
 157. REZOLA, Maria Inácia – O sindicalismo católico no Estao Novo: 1931-1948. Lisboa: Estampa, 1999.
 158. RIBEIRO, Joana; LEITÃO, Nuno; GRANJO, Paulo [et al.] - **Visões do sindicalismo: trabalhadores e dirigentes**. Lisboa: Cosmos, 1984.
 159. ROCHA, Francisco Canais – Convergência de socialistas e comunistas na I República (1921-1926). **Vértice**, II série, nº 56, Setembro-Outubro 1993, p. 5-11.
 160. ROCHA, Francisco Canais – **Para a história do movimento operário em Torres Novas durante a Monarquia e a I Republica (1862-1926)**. Torres Novas: Município, 2009.
 161. ROCHA, Francisco Canais – **Perfeito de Carvalho: um sindicalista da I República**. [Lisboa: s.n.], 1989 (Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 1989).
 162. ROCHA, Francisco Canais – **Importância histórica do III Congresso Nacional Operário**. Disponível em http://www.fiequimetal.pt/index.php?option=com_content &task=view&id =70&Itemid=91 [acedido em 21-01-2012].
 163. ROCHA, Francisco Canais – **O movimento sindical nas vésperas do 28 de Maio de 1926**. [em linha]. Disponível em http://fiequimetal.pt/fstiep/index.php?option =com_content &task=view&id = 245&Itemid=41 [acedido em 15-10-2012].
 164. ROCHA, Maria Filomena Salgado – **O movimento sindical português na transição do sindicalismo live para a formação dos sindicatos nacionais**. [Lisboa: s.n.], 2005 (Tese de Mestrado e História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005).

165. RODRIGUES, Edgar – **Os anarquistas e os sindicatos: Portugal, 1911-1922**. Lisboa: Sementeira, 1981.
166. RODRIGUES, Edgar – **Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1977.
167. RODRIGUES, Edgar – **O despertar operário em Portugal (1834-1911)**. Lisboa: Sementeira, 1980.
168. RODRIGUES, Edgar – **A resistência anarco-sindicalista à ditadura em Portugal (1922-1939)**. Lisboa: Sementeira, 1981.
169. RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira – A vida, o trabalho e a luta dos sapateiros de Loulé (1890-1945). Disponível em <http://mundosdotrabalho.up.pt/wp-content/uploads/2011/04/Joaquim-Vieira.pdf> [acedido em 23.02.2013].
170. RODRIGUES, Maria Cristina Fernandes – **Trabalhar em Portugal (1910-1933): Análise da legislação sobre os direitos dos trabalhadores**. [Lisboa: s.n.], 2006 (Tese de Mestrado em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, ISCTE, 2006).
171. ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda Rollo (coord.) – **História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta da China, 2009.
172. RUIVO, Beatriz; LEITÃO, Eugénio – **O sindicalismo do funcionalismo público na I República**. Lisboa: Seara Nova, 1977.
173. SÁ, Victor de – **Evolução do movimento operário e do sindicalismo em Portugal**. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, imp. 1981.
174. SÁ, Victor de – **Formação do Movimento Operário Português**. Centelha, Coimbra, 1978.
175. SAMARA, Maria Alice. Encontros e desencontros entre a República e o Trabalho. In **Viva a República! 1910-2010**, coord. Luís Farinha. Lisboa: CNCCR, 2010.
176. SAMARA, Maria Alice – A questão social: à espera da 'Nova Aurora'. In **História da Primeira República Portuguesa**, coord. Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Tinta da China, 2009 (p. 149-167).
177. SAMIS, Alexandre Ribeiro - **Minha pátria é o mundo inteiro : Neno Vasco, o anarquista e o sindicalismo revolucionário em dois mundos**. Lisboa: Letra Livre, 2009.
178. SANTOS, Augusto César dos - **A questão operária e o syndicalismo**. Lisboa: José Bastos & C., [19--].
179. SANTOS, Fernando Piteira – Direito de Associação. In **Dicionário de História de Portugal**, dir. Joel Serrão, v.1, p. 238,
180. SCHWARZMAN, Kathleen C. – **The social origins of democratic collapse: the first Portuguese Republic in the global economy**. Lawrence: University Press of Kansas, 1989.
181. SEQUEIRA, José dos Reis – **Relembrando e comentando: memórias de um operário corticeiro, 1914-1938**. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

182. SILVA, José – **Memórias dum operário**. V. N. Famalicão: Livr. Júlio Brandão, 1971.
183. SOUCHY, Augustin - “L’Association Internationale des Travailleurs”, *Encyclopédie anarchiste*, t. 1 (A-E). Disponível em http://www.pelloutier.net/dossiers/dossiers.php?id_dossier=252 (consultado em 14-07-2013).
184. SOUSA, Manuel Joaquim de – **Sindicalismo e acção direta**. Porto: Typograpgia Peninsular, 1911.
185. SOUSA, Manuel Joaquim de – **O sindicalismo em Portugal**, pref. e anotações de Emídio Santana, 4ª ed. Porto: Afrontamento, 1974.
186. SOUSA, Manuel Joaquim de – **O sindicalismo em Portugal: esboço histórico**. Lisboa: Comissão Escolar e de Propaganda do Pessoal da Câmara da Marinha Mercante Portuguesa, 1931.
187. TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa (coord.) – **A Primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo**. Lisboa: Colibri/IHC, 2000.
188. TELO, António José – A busca frustrada do desenvolvimento. In **Portugal Contemporâneo**, dir. António Reis. Lisboa: Publicações Alfa, 1990 (v. III, p. 123-170).
189. TELO, António José – **Decadência e queda da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.
190. TELO, António José – **Economia e Império no Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Cosmos, 1994.
191. TELO, António José – **O sidonismo e o movimento operário português - lutas de classes em Portugal: 1910-1916**. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
192. TENGARINHA, José – As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. **Análise Social**, 67-68 (1981), p. 573-601.
193. VALENTE, José Carlos – **Elementos para a história do sindicalismo dos jornalistas portugueses**. Lisboa: Sindicato dos Jornalistas, 1998.
194. VALÉRIO, Nuno – **Estatísticas históricas portuguesas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001.
195. VALÉRIO, Nuno – “Nível de vida”. In **Dicionário de História de Portugal, Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vols. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 8, p. 603-605).
196. VAN DER LINDEN, Marcel; THORPE, Wayne – “Eessor et déclin du syndicalisme révolutionnaire”. **Le Mouvement Social**, n. 159, Abr.-Jun.1992, p. 3-36.
197. VASCO, Neno – **Concepção anarquista do sindicalismo**. Lisboa: Editorial d’A Batalha, 1920 (aliás, 1923).
198. VASCONCELOS, João – **O movimento operário algarvio nos finais da I República**. Encontro “O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal-Bolsas Industriais e Comunidades Rurais”, Portimão, 3-4 Junho 2011. Disponível em <http://mundosdotrabalho.up.pt/wp-content/uploads/2011/04/João-Vasconcelos.pdf> [acedido em 23-02-2013].

199. VENTURA, António (ed.) – **Os corticeiros de Portalegre. Actas sindicais (1910-1920)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1987.
200. VENTURA, António; PEDROSO, Alberto – **Alexandre Vieira: 30 anos de sindicalismo em Portugal**. Lisboa: s.n., 1985.
201. VENTURA, António – Centenário da República: A República e os movimentos sociais e laborais”. **Seara Nova** [em linha], nº 1714, Inverno 2010. Disponível em <http://www.searanova.publ.pt/pt/1714/dossier/>.
202. VENTURA, António; PEDROSO, Alberto (org.) – **Emílio Costa e o sindicalismo: da formação libertária à Casa Sindical**. Lisboa: Seara Nova, 1977.
203. VENTURA, António – **Escritos** [de Bento Gonçalves] **(1927-1930)**. Lisboa: Seara Nova, 1976.
204. VENTURA, António – Memórias da resistência: Literatura da resistência ao Estado Novo. Lisboa: Câmara Municipal, 2001.
205. VENTURA, António – O operariado e a ou a República divorciada. In **História de Portugal**, dir. João Medina, vol. XIV-parte IV. Alfragide: Ediclube, 2004 d.l. (p.295-354).
206. VENTURA, António – O primeiro delegado operário português na União Soviética. **Seara Nova**, nº 1586, 05-12-1977, p. 9-14.
207. VIANA, J. M. – **História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal**, 4 vols. Mem Martins: Europa-América, 1979.
208. VIEIRA, Alexandre – **Delegacia a um congresso sindical**. Lisboa: [s/n], 1960.
209. VIEIRA, Alexandre – **Em volta da minha profissão: subsídios para a história do movimento operário no Portugal Continental**. Lisboa: Ed. do A., 1950.
210. VIEIRA, Alexandre – **Figuras gradas do movimento social português**. Lisboa: Ed. do A., 1959.
211. VIEIRA, Alexandre – Juventudes Sindicalistas. In **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, vol. 29. Lisboa:Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s/d] (p. 132).
212. VIEIRA, Alexandre – Manuel Joaquim de Sousa. In **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, vol. 29. Lisboa:Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s/d] (p. 823).
213. VIEIRA, Alexandre – **Para a história do sindicalismo em Portugal**, 2ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1974.
214. VIEIRA, Alexandre – Sindicalismo. In **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, vol. 29. Lisboa:Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [s/d] (p. 130-132).
215. VIEIRA, Alexandre – **Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal: de 1908 a 1919**. Lisboa: Edições Base, 1977.
216. VIEIRA, Joaquim Manuel – **A vida, o trabalho e a luta dos sapateiros de Loulé (1890-1945)**. Encontro “O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal-Bolsas Industriais e Comunidades Rurais”, Portimão, 3-4 Junho 2011. Disponível em

<http://mundosdotrabalho.up.pt/wp-content/uploads/2011/04/Joaquim-Vieira.pdf>
[acedido em 23-02-2013].

217. WHEELER, Douglas L. – **História política de Portugal: 1910-1926**. Mem Martins: Europa-América, 2010.
218. WHEELER, Douglas L. – Ditadura Militar. In **Dicionário de História de Portugal-Suplemento**, dir. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 vol. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1999 (v. 7, p. 561-564).

GLOSSÁRIO

ALDEGALEGA – localidade na margem esquerda do rio Tejo, hoje Montijo.

AMARELOS – termo correntemente utilizado em ambiente sindical para designar os operários que “furavam” as greves, por vezes também referidos por “fura-greves”.

ARDINAS – em geral, crianças, que nas grandes cidades, em especial Lisboa e Porto, faziam a distribuição de jornais, na rua, ou entregando-os ao domicílio.

ASSOCIAÇÕES DE CLASSE – designação genérica dos organismos associativos reconhecidos por lei desde o fim do séc. XIX.

BAGUETEIROS – ver MOLDUREIROS.

BOLSA DE TRABALHO – corresponde na prática a um registo de trabalhadores desempregados, que procuram trabalho. Eram organizadas nos sindicatos e federações sindicais, que referenciavam esses trabalhadores aos empregadores, procurando que o recrutamento de mão-de-obra se fizesse prioritariamente por esa via.

CADERNETA CONFEDERAL – caderneta de que é detentor o operário ou trabalhador confederado, que o identifica enquanto tal e que, através dos selos-quota colados na mesma caderneta, comprova o cumprimento do seu dever de sindicado em situação regular perante a organização sindical.

CAIXEIROS – empregados no comércio.

CALAFATES – operários que procedem à calafetagem, em geral com estopa, das juntas do tabuado das embarcações, para impedir a entrada de água. Integram as classes da construção naval.

CÂMARA SINDICAL DO TRABALHO – Organização de sindicatos a nível local, de adesão voluntária, que, nos termos da Organização Social Sindicalista, substitui a USO-União de Sindicatos Operários. Somente em Lisboa e Porto essa evolução se verificou de facto, com alguma consistência.

CARNIÇA – uma designação assumida pelo militante cegetista que se entrega ao trabalho sindical e se sacrifica em benefício de todos os trabalhadores, sem qualquer tipo de compensação material.

CARPINTEIROS – operários que executam trabalhos com madeira na construção civil, na construção naval, nas oficinas metalúrgicas, entre outras. Os carpinteiros da construção civil, consoante as especialidades, são designados por carpinteiros de limpo ou carpinteiros de toско.

CARPINTEIROS DE MOLDES – operários de carpintaria que executam moldes em madeira para a produção de peças em metal fundido.

CARPINTEIROS NAVAIS – operários de carpintaria da indústria da construção naval. Aparecem também referidos como carpinteiros de machado, da designação da sua principal ferramenta de trabalho.

CARREGADORES e DESCARREGADORES – operários que executam cargas e descargas no âmbito do transporte marítimo e fluvial.

CARROCEIROS – condutores de veículos de tracção animal; também designados por condutores de carroças.

CENTAVO – subdivisão do Escudo moeda portuguesa vigente em Portugal entre os anos de 1911 e 2002. ; um escudo dividia-se em 100 partes iguais denominadas centavos; na documentação consultada, aparece ainda a designação de réis (do nome da anterior moeda portuguesa, real, que o escudo substituiu), sobretudo para as importâncias inferiores a 1 centavo, utilizando-se as seguintes correspondências: 1 escudo = 100 centavos = 1.000 réis; 1 centavo = 10 réis. Nos cálculos efectuados neste estudo, na conversão de centavos e escudos em euro, utilizam-se a seguinte correspondência: 1 centavo = 0,00005 euro. Veja também ESCUDO.

CESTEIROS – operários que fabricam cestos e cestas de fibra vegetal, em geral de forma artesanal. A designação também se aplica àquele que vende aqueles bens.

CHACINEIRAS – operárias que executam o abate de animais e a preparação das respectivas carnes para venda directa ou transformação.

CHAPELEIROS – operários da indústria de chapelaria, fabricantes de chapéus.

CHAUFFEURS – condutores de veículos automóveis.

COBRADOR – indivíduo que, nos sindicatos, se encarregava do recebimento das quotas dos associados, em geral ao domicílio, sendo remunerado por essa actividade.

CONDUTORES DE CARROÇAS – o mesmo que carroceiros.

CONSERVEIROS – operários das fábricas de conservas, incluindo soldados.

CORDOEIROS – operários da indústria de cordoaria; fabricam cordas para uso doméstico, profissional e industrial.

COLCHOEIROS – operários fabricantes de colchões.

COMANDITA (“trabalho a comandita”) – um dos processos de trabalho adoptado nas oficinas do jornal *A Batalha*, aliás previsto no estatuto confederal; este processo, aplicado especialmente à indústria gráfica, é uma associação de tipógrafos de uma empresa que, trabalhando fora do seu horário normal, se comprometem a executar uma determinada obra ou trabalho, por certo preço e dentro de um prazo estipulado. Alexandre Vieira, o primeiro director daquele jornal diário, foi um dos operários tipógrafos que se bateu, desde os princípios do século XX, pela adopção deste processo

de trabalho nas tipografias portuguesas, juntamente com Teixeira Severino, Neves Dias e César dos Santos. O trabalho a comandita é igualmente referenciado na construção civil, em trabalhos executados sob a responsabilidade dos Conselhos Técnicos da Federação e Sindicatos da Construção Civil. Veja também JORNAL (“trabalho a jornal”) e EMPREITADA (“trabalho de empreitada”).

COMITÉ CONFEDERAL – órgão executivo da Confederação Geral do Trabalho, eleito em Congresso.

CONFEDERAÇÃO – organismo de cúpula que agrupa organismos de escalão mais baixo, da mesma área (patronal, sindical, do comércio, da indústria); neste estudo, usado sobretudo para referir a CGT-Confederação Geral do Trabalho.

CONFEDERADO – o operário que, sendo sindicado (sindicalizado), o seu sindicato é aderente da Confederação Geral do Trabalho, através de uma Federação, de uma União local de Sindicatos (USO) ou CST ou mesmo directamente.

CONSELHO CONFEDERAL – órgão máximo de deliberação colectiva entre Congressos; formado por delegados dos organismos confederados na CGT – Federações de Indústria, Uniões locais de Sindicatos e Sindicatos (nacionais, regionais ou isolados) com representação directa.

CONSERVEIROS – operários das fábricas de conservas de peixe.

CORPOS ou ÓRGÃOS SOCIAIS – entidades que nos sindicatos, federações e confederação (como nas sociedades) asseguram o seu funcionamento; em geral, a comissão administrativa ou direcção e a mesa da assembleia geral.

CORREEIROS – operários que fazem correias e idênticos artigos de couro, usados, como os arreios para animais. Integram as classes do calçado, couros e peles.

CORTICEIROS – operários da indústria de cortiças; a designação abrange várias especialidades (raspadores, rabaneadores, quadradores, rolheiros, escolhedores e recortadores).

COTA – veja QUOTA.

CURTIDORES DE SOLA E CABEDAIIS– operários da indústria de curtumes. Integram as classes do Calçado, Couros e Peles.

DELEGACIA – missão de que um delegado se desempenha, com mandato do seu sindicato, Federação ou mesmo Confederação (de representação, de propaganda).

DOURADORES – operários que fazem a aplicação de películas ou camadas de ouro em objectos, para os valorizar ou proteger. No âmbito deste estudo, operários do ramo do fabrico de mobiliário, integrando as respectivas classes profissionais.

EMPREITADA (“trabalho de empreitada”) – forma de remuneração do trabalho, à peça ou por tarefa. Veja também JORNAL (“trabalho a jornal”) e EMPREITADA (“trabalho de empreitada”).

ESCOLHEDORES – veja CORTICEIROS.

ESCUDO – moeda vigente em Portugal entre os anos de 1911 e 2002, que se subdividia em 100 partes iguais, denominadas centavos. Nos cálculos efectuados neste trabalho, utilizou-se a correspondência seguinte: 1 escudo = 0,005 euro. Veja também CENTAVO.

ESTIVADORES – operários que executam a carga e descarga de navios; integram as classes do transporte marítimo.

FEDERAÇÃO DE INDÚSTRIA – organização de sindicatos da mesma indústria.

FEDERADO – o operário que, sendo sindicado (sindicalizado), o seu sindicato integra uma federação sindical.

FERRADORES – operários cuja actividade consiste em colocar ferraduras nos cascos de animais de carga ou transporte.

FERROCARRIS – operários das companhias de Carris (Braga, Porto, Coimbra e Lisboa); inclui pessoal oficial, condutores e cobradores.

FERROVIÁRIOS – operários do transporte ferroviário, que inclui designadamente maquinistas, pessoal de tracção e de estação e especialidades industriais como metalúrgicos.

FOSFORISTAS – operários das fábricas de fósforos. O mesmo que Fosforeiros.

FULISTAS – operários encarregados de preparar os feltros na indústria de chapelaria.

FUNILEIROS – operários fabricantes de utensílios de lata, para utilização doméstica e canalizações; também designados por Picheleiros.

GUARDA-SOLEIROS – operários fabricantes de guarda-sóis.

IMPRESSORES TIPOGRÁFICOS – operários da indústria gráfica, da especialidade de impressão de livros e jornais; integram a classe do Livro e Jornal.

LABEL – distintivo, emblema ou logotipo da CGT, que nos termos estatutários os organismos confederados, e a própria Confederação, usavam em toda a documentação, impressa ou não.

LADRÕES DENTRO DA LEI – designação dada pela imprensa operária ao patronato explorador e aos especuladores, que se diferenciam dos ladrões correntes, aqueles que roubam fora da lei.

LINHEIROS – operários têxteis da especialidade do linho.

JORNAL (“trabalho a jornal”) – forma de remuneração do trabalho, através de um salário diário. Veja também COMANDITA (“trabalho a comandita”) e EMPREITADA (“trabalho de empreitada”).

LITÓGRAFOS – operários gráficos da especialidade de litografia; integram a classe do Livro e Jornal.

MANIPULADORES DE PÃO – operários fabricantes de pão; exclui os vendedores de pão (também utilizada a designação Padeiros).

MANUFACTORES DE ARTIGOS DE VIAGEM – operários fabricantes de malas e outros artigos de viagem; integram as classes do Calçado Couros e Peles.

MANUFACTORES DE CALÇADO – sapateiros (também usada esta designação). Integram as classes do Calçado, Couros e Peles.

MINEIROS – operários que trabalham nas minas.

MOBILIÁRIOS – operários da indústria do mobiliário, fabricantes de móveis.

MOLDUREIROS e BAGUETEIROS – operários fabricantes de molduras. Integram as classes profissionais do mobiliário.

ORGANISMOS DE CLASSE – designação genérica dos organismos de base, de trabalhadores, sejam associações de classe, sejam os sindicatos.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL SINDICALISTA – Modelo de organização integral da sociedade, de base sindical e anarquista; a respectiva carta de princípios foi adoptada pela CGT no Congresso Operário Nacional da Covilhã, em 1922, e confirmada no Congresso Confederal de Santarém, em 1925.

OURIVES – operários da indústria de ourivesaria, fabricantes de peças em ouro, prata e outros metais chamados nobres.

PAPELEIROS – operários da indústria de papel.

PADEIROS – veja MANIPULADORES DE PÃO.

PICHELEIROS – ver FUNILEIROS.

POLIDORES DE MÓVEIS – ver MOBILIÁRIOS.

PREGUEIROS – operários fabricantes de pregos. Designação também aplicada a quem vende pregos. Integram as classes profissionais metalúrgicas.

PRESOS SOCIAIS OU PRESOS POR QUESTÕES SOCIAIS – designação atribuída na época àqueles, principalmente operários, detidos em situações de greve, manifestação ou simples actividade sindical, por acusações de actividade bombista ou apenas de professarem ideias bolchevistas.

PROFISSÕES – ver pelas respectivas designações ARDINAS, BAGUETEIROS, CALAFATES, CARPINTEIROS, CARREGADORES e DESCARREGADORES, CESTEIROS, CHACINEIRAS, CHAPELEIROS, CHAUFFEURS, CARROCEIROS, CESTEIROS, CONDUTORES DE CARROÇAS, COLCHOEIROS, CONSERVEIROS, CORDOEIROS, CORREEIROS, CORTICEIROS, CURTIDORES, DOURADORES, ESTIVADORES, FERRADORES, FERROCARRIS, FERROVIÁRIOS, FOSFORISTAS, FRAGATEIROS, FULISTAS, FUNILEIROS, GUARDA-SOLEIROS, IMPRESSORES TIPOGRÁFICOS, LITÓGRAFOS, MANIPULADORES DE PÃO, MANUFACTORES DE ARTIGOS DE VIAGEM , MANUFACTORES DE CALÇADO, MINEIROS, MOBILIÁRIOS, MOLDUREIROS, OURIVES, PAPELEIROS, PREGUEIROS, RURAIS, SOLDADORES, SOLEIROS, SURRADORES, TABAQUEIROS, TAMANQUEIROS, TANOEIROS, TIPÓGRAFOS.

QUADRADORES – veja CORTICEIROS.

QUOTA – valor a satisfazer pelos operários aderentes de um sindicato, em geral semanal, pontualmente mensal. Na documentação aparece sempre na forma “cota”. É usado o mesmo termo para designar as partes do valor da quota destinadas ao Sindicato (quota sindical), à Federação (quota federal) e à Confederação (quota confederal).

RABANEADORES – veja CORTICEIROS.

RASPADORES – veja CORTICEIROS.

RECORTADORES – veja CORTICEIROS.

ROLHEIROS – veja CORTICEIROS.

RURAIS – operários agrícolas assalariados.

SAPATEIROS – veja MANUFACTORES DE CALÇADO.

SELO ou SELO QUOTA – selo em papel que titulava o pagamento da quota sindical; semanal ou mensal, era colado numa caderneta (a “caderneta confederal”), que comprovava a condição de operário ou trabalhador sindicalizado e confederado.

SINDICADO – o operário que integra um sindicato, que é sindicalizado.

SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIO – designação assumida pelos sindicalistas da corrente internacionalista da Internacional de Berlim-AIT, de tendência anarquista, alternativa à Internacional de Amsterdão (socialista/socialdemocrata, reformista) e à Internacional Sindical Vermelha, ligada à Internacional Comunista.

SINDICATO – organização base da estrutura sindical. Agrupa operários ou trabalhadores com uma determinada afinidade profissional primária (indivíduos da mesma profissão ou actividade ou, por excepção, simplesmente operários). Por regra, os sindicatos têm como principal órgão a Assembleia Geral, constituída por todos os sócios ou sindicados, no gozo dos seus direitos, residindo estatutariamente nas assembleias todo o poder de decisão; como órgão executivo, os sindicatos têm por regra uma comissão

administrativa ou uma direcção, à frente das quais se encontra um secretário-geral ou um presidente. Na organização operária portuguesa os sindicatos têm reconhecida a sua autonomia dentro das Federações e das Uniões de Sindicatos a que pertencem. Veja também as entradas desdobradas deste termo: SINDICATO DE INDÚSTRIA, SINDICATO SOLADO, SINDICATO MISTO, SINDICATO ÚNICO.

SINDICATO DE INDÚSTRIA – designação preferencial dada assumida pelos sindicatos únicos, isto é, de operários da mesma indústria, ainda que de profissões e especialidades diferentes; traduz a ultrapassagem da “velha” questão em que debateram os sindicatos únicos sobre o determinante da sua formação: a matéria-prima utilizada ou o produto.

SINDICATO ISOLADO – sindicatos de sectores em não existia Federação sindical, em locais onde não existia União de Sindicatos Locais; alguns tiveram representação directa no Conselho Confederal, como os dos Têxteis de Manteigas E TAMBÉM A COVILHÃ???, e os dos Mineiros.

SINDICATO MISTO – organismo sindical que agrega operários e/ou outros trabalhadores de indústrias diversas, tanto a nível local, associando trabalhadores de diversas classes que não tinham efectivo suficiente para a constituição de sindicatos autónomos de indústria, como a nível de um mesmo estabelecimento ou empresa (Correios e Telégrafos, Companhia do Gás, ou os Arsenais de Guerra e de Marinha).

SINDICATO NACIONAL – designação equívoca, surgida no Congresso de Coimbra, em 1919, quando se discutia a questão dos sindicatos mistos e sindicatos únicos; ficaram nesta categoria, com representação directa no Conselho Confederal, os sindicatos do Pessoal do Arsenal de Marinha e do Arsenal do Exército, e, mais tarde, os sindicatos dos Ferroviários e o dos Chauffeurs; o Congresso de Santarém, em 1925, restringiu esta categoria ao Sindicato dos Correios e Telégrafos.

SINDICATO REGIONAL – categoria criada pela Organização Social Sindicalista, aprovada no Congresso de Santarém, em 1925, que considerou nesta categoria os sindicatos dos Chauffeurs e os dos Ferroviários.

SINDICATO ÚNICO – organismo sindical que agrega operários de diversas classes profissionais da mesma indústria; alguns formaram-se através da fusão de várias associações de classe.

SOLDADORES – operários que executam a soldagem das latas de conserva, nas fábricas desta indústria.

SURRADORES – operários da indústria de preparação de peles; integram a classe do Calçado, Couros e Peles.

TABAQUEIROS – operários das fábricas de tabaco.

TAMANQUEIROS – operários fabricantes de calçado feito de madeira (tamancos); integram a classe do Calçado, Couros e Peles.

TANOEIROS – operários que fabricam e consertam vasilhame (tonéis, pipas, dornas) usado na armazenagem ou transporte de produtos líquidos, especialmente vinhos. No universo confederal, os seus organismos sindicais intergraram a Federação da Tanoaria, mais tarde Federação da Indústria Vinícola.

TIPÓGRAFOS – operários de uma das especialidades na indústria gráfica.

TRIBUNAL DE DEFESA SOCIAL – Tribunal especial, de excepção, criado para julgar acusações de crimes de natureza social; as suas principais vítimas foram operários – grevistas, responsáveis ou simplesmente envolvidos em acções contra o patronato, senhorios, agentes da autoridade, o património privado ou público.

UNIÃO DE SINDICATOS OPERÁRIOS – Organização de sindicatos a nível local, de adesão voluntária. As mais importantes em Portugal foram, no período estudado, as do Porto e Lisboa, referenciando-se também noutras localidades, pelo menos pontualmente: Póvoa de Varzim e Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Coimbra, Almada, Seixal, Vendas Novas, Évora, Beja, Faro e Lagos.

VERBETE – suporte documental usado nos sindicatos para lançar os pagamentos de jóias e quotas dos operários e trabalhadores seus associados.

VIDEIRINHOS – termo ofensivo com que o Comité Confederal da CGT se referiu aos autores do “manifesto do PCP” divulgado em Julho de 1921, significando que eles eram pessoas que cuidavam cuidadosamente da sua vida e dos seus interesses.